ISSN 1677-7042

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

República Federativa do Brasil - Imprensa Nacional

Em circulação desde 1º de outubro de 1862

Ano CLIV Nº 196

Brasília - DF, quarta-feira, 11 de outubro de 2017

SEÇÃO 1

Sumário

PÁGINA

Atos do Poder Legislativo 1
Atos do Congresso Nacional 1
Presidência da República 1
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento 2
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações 10
Ministério da Cultura 13
Ministério da Defesa 14
Ministério da Educação 15
Ministério da Fazenda 21
Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços 80
Ministério da Integração Nacional 80
Ministério da Justiça e Segurança Pública 81
Ministério da Saúde 86
Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União 93
Ministério das Cidades 93
Ministério de Minas e Energia 93
Ministério do Desenvolvimento Social 103
Ministério do Esporte 105
Ministério do Meio Ambiente 105
Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão 105
Ministério do Trabalho 111
Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil 118
Ministério Público da União 120
Tribunal de Contas da União 120
Poder Legislativo 173
Poder Judiciário 175
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais 176

Atos do Poder Legislativo

LEI Nº 13.490, DE 10 DE OUTUBRO DE 2017

Altera o art. 53 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre doações às universidades.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 53 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), passa a vigorar acrescido dos seguintes §§ 2º e 3º, numerando-se o atual parágrafo único como § 1º:

"Art. 53. .....

§ 1º .....

§ 2º As doações, inclusive monetárias, podem ser dirigidas a setores ou projetos específicos, conforme acordo entre doadores e universidades.

§ 3º No caso das universidades públicas, os recursos das doações devem ser dirigidos ao caixa único da instituição, com destinação garantida às unidades a serem beneficiadas." (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 10 de outubro de 2017; 196º da Independência e 129º da República.

MICHEL TEMER
Torquato Jardim

TABELA DE PREÇOS DE JORNAIS AVULSOS

Páginas	Distrito Federal	Demais Estados
de 02 a 28	R$ 0,30	R$ 1,80
de 32 a 76	R$ 0,50	R$ 2,00
de 80 a 156	R$ 1,10	R$ 2,60
de 160 a 250	R$ 1,50	R$ 3,00
de 254 a 500	R$ 3,00	R$ 4,50

- Acima de 500 páginas = preço de tabela mais excedente de páginas multiplicado por R$ 0,0107

Atos Congresso Nacional

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 53, DE 2017

O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a **Medida Provisória nº 795**, de 17 de agosto de 2017, publicada no Diário Oficial da União do dia 18 do mesmo mês e ano e republicada no dia 21 do mesmo mês e ano, que "Dispõe sobre o tratamento tributário das atividades de exploração e de desenvolvimento de campo de petróleo ou de gás natural, altera a Lei nº 9.481, de 13 de agosto de 1997, e a Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014, e institui regime tributário especial para as atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.

Congresso Nacional, 10 de outubro de 2017
Senador JOÃO ALBERTO SOUZA
Segundo Vice-Presidente da Mesa do Congresso Nacional, no exercício da Presidência

Presidência da República

DESPACHOS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

MENSAGEM

Nº 382, de 10 de outubro de 2017. Encaminhamento ao Congresso Nacional do texto do projeto de lei que "Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Educação, crédito especial no valor de R$ 270.000,00, para os fins que especifica".

Nº 383, de 10 de outubro de 2017. Encaminhamento ao Congresso Nacional do texto do projeto de lei que "Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor da Justiça Federal e da Defensoria Pública da União, crédito suplementar no valor de R$ 36.262.712,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente".

Nº 384, de 10 de outubro de 2017. Encaminhamento ao Congresso Nacional do texto do projeto de lei que "Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Educação, de Minas e Energia, do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, do Desenvolvimento Social e Agrário e das Cidades, crédito especial no valor de R$ 59.034.574,00, para os fins que especifica".

Nº 385, de 10 de outubro de 2017. Encaminhamento ao Congresso Nacional do texto do projeto de lei que "Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo federal, crédito suplementar no valor de R$ 83.130.558,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente".

Nº 386, de 10 de outubro de 2017. Encaminhamento ao Congresso Nacional do texto do projeto de lei que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor das Justiças Federal, Eleitoral e do Trabalho, e do Ministério Público da União, crédito especial no valor de R$ 348.074.677,00, para os fins que especifica".

Nº 387, de 10 de outubro de 2017. Restituição ao Congresso Nacional de autógrafos do projeto de lei que, sancionado, se transforma na Lei nº 13.490, de 10 de outubro de 2017.

Nº 388, de 10 de outubro de 2017. Encaminhamento ao Supremo Tribunal Federal de informações para instruir o julgamento do Mandado de Segurança nº 34.270.

Nº 389, de 10 de outubro de 2017. Encaminhamento ao Supremo Tribunal Federal de informações para instruir o julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5.771.

CASA CIVIL

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO CEARÁ

RETIFICAÇÃO

Na PORTARIA/MIRAD/ Nº 074, de 28 de janeiro de 1988, publicada no Boletim de Serviço nº 5, de 1º de fevereiro de 1988, que criou o PA FAZENDA SUIÇA, Código SIPRA CE0032000, **onde se lê:** "com área de 1.396,1152ha (mil trezentos e noventa e seis hectares, onze ares e cinqüenta e dois centiares)"; **leia-se:** "com área de 1.403,6216ha (mil quatrocentos e três hectares, sessenta e dois ares e dezesseis centiares)."

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA

RETIFICAÇÕES

Na Portaria/INCRA/SR-17/RO/Nº 61, de 05 de dezembro de 2002, que criou o Projeto de Assentamento Ribeirão, código SIPRA nº RO0153000, localizado no município de Nova Mamoré, no Estado de Rondônia, publicada no Diário Oficial da União nº 245, Seção 1, página 213, de 19 de dezembro de 2002, **onde se lê:** 250 (duzentas e cinquenta) unidades agrícolas familiares. **Leia-se:** 185 (cento e oitenta e cinco) unidades agrícolas familiares. E **onde se lê:** Área 12.900,0000 ha., **leia-se:** Área 13.007,8186 ha.

Na Portaria/INCRA/SR-17/RO/Nº 54, de 05 de dezembro de 2002, que criou o Projeto de Assentamento Igarapé das Araras, código SIPRA nº RO0146000, localizado em partes dos municípios de Nova Mamoré e Porto Velho, no Estado de Rondônia, publicada no Diário Oficial da União nº 15, Seção 1, página 33, de 22 de janeiro de 2008, **onde se lê:** 232 (duzentas e trinta e duas) unidades agrícolas familiares, **leia-se:** 213 (duzentos e treze) unidades agrícolas familiares. E **onde se lê:** Área 15.448,0000 ha., **leia-se:** Área 15.361,5603 ha.

INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

DESPACHOS DO DIRETOR-PRESIDENTE

Entidade: AR CERTICONT
Processo nº: 99990.000342/2017-38

No termo do Parecer n° 427/2017 CGAF/DAFN e Despacho Decisório n° 271, DEFIRO o pedido de credenciamento da AR CERTICONT, vinculada à AC CERTISIGN MÚLTIPLA e AC CERTISIGN RFB, na cadeia da AC CERTISIGN e AC RFB, com instalação técnica localizada na Av. do Imperador, 3280, Sala 03, Bairro Limoeiro, São Paulo/SP, para as Políticas de Certificados já credenciadas.

Entidade: AR CARLOS EDUARDO & ASSOCIADOS CORRET. DE SEGUROS
Processo nº: 99990.000526/2017-06
No termo do Parecer n° 382/2017 CGAF/DAFN e Despacho Decisório n° 272, DEFIRO o pedido de credenciamento da AR CARLOS EDUARDO & ASSOCIADOS CORRET. DE SEGUROS, vinculada à vinculada à AC SINCOR RIO RFB, na cadeia da AC RFB, com instalação técnica localizada na Avenida Coronel Luiz Oliveira Sampaio, nº 227, Loja C - Jardim Guanabara - Rio de Janeiro/RJ, para as Políticas de Certificados já credenciadas.

Entidades: AC OAB
Processo nº: 099990.000140/2017-96
Acolhe-se o Parecer n° 506/CGAF/DAFN e Despacho Decisório n° 275, que indefere o pedido das alterações solicitadas na DPC (versão 6.5) e PC A3 (versão 5.3) da AC OAB vinculada à AC CERTISIGN. O pedido poderá ser aceito desde que as alterações sejam devidamente solicitadas com observância do disposto no item 7.1.2.5 do DOC-IPC 04.

Entidade: AR 3D SERVIÇOS DIGITAIS
Processo nº: 99990.000464/2017-24
No termo do Parecer n° 308/2017 CGAF/DAFN e Despacho Decisório n° 279, DEFIRO o pedido de credenciamento da AR 3D SERVIÇOS DIGITAIS, vinculada à AC SOLUTI MÚLTIPLA e AC DIGITAL, na cadeia da AC SOLUTI, com instalação técnica localizada na Avenida 14 de Março, 481, Sala 2, Centro, Batatais/SP, para as Políticas de Certificados já credenciadas.

Entidade: AR CORRETORES
Processo nº: 99990.000357/2017-04
No termo do Parecer n° 463/2017 CGAF/DAFN e Despacho Decisório n° 280, DEFIRO o pedido de credenciamento da AR CORRETORES, vinculada à AC SOLUTI MÚLTIPLA e AC DIGITAL, na cadeia da AC SOLUTI, com instalação técnica localizada na Rua Rodrigo Soares de Oliveira, 54, Anhangabaú, Jundiaí/SP, para as Políticas de Certificados já credenciadas.

Entidade: AR CÂMARA DE DIRIGENTES LOJISTAS DE VIÇOSA
Processo nº: 99990.000674/2017-12
No termo do Parecer n° 282/2017 CGAF/DAFN e Despacho Decisório n° 270, DEFIRO o pedido de credenciamento da AR CÂMARA DE DIRIGENTES LOJISTAS DE VIÇOSA, vinculada à AC CNDL RFB, na cadeia da AC RFB, com instalação técnica localizada na Rua Dr. Milton Bandeira, nº 215 - Centro - Viçosa/MG, para as Políticas de Certificados já credenciadas.

GASTÃO JOSÉ DE OLIVEIRA RAMOS

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
IMPRENSA NACIONAL

MICHEL MIGUEL ELIAS TEMER LULIA
Presidente da República

ELISEU LEMOS PADILHA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil

PEDRO ANTONIO BERTONE ATAÍDE
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

SEÇÃO 1
Publicação de atos normativos

SEÇÃO 2
Publicação de atos relativos a pessoal da Administração Pública Federal

SEÇÃO 3
Publicação de contratos, editais, avisos e ineditoriais

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO
Coordenador-Geral de Publicação e Divulgação

HELDER KLEIST OLIVEIRA
Coordenador de Editoração e Divulgação Eletrônica dos Jornais Oficiais

EIMAR BAZILIO VAZ FILHO
Coordenador de Produção

A Imprensa Nacional não possui representantes autorizados para a comercialização de assinaturas impressas e eletrônicas

http://www.in.gov.br ouvidoria@in.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF
CNPJ: 04196645/0001-00
Fone: (61) 3441-9450

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SECRETARIA EXECUTIVA

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL NO ESTADO DO PARANÁ

PORTARIAS DE 4 DE OUTUBRO DE 2017

O SUPERINTENDENTE FEDERAL DA AGRICULTURA NO ESTADO DO PARANÁ SUSBTITUTO, no uso das atribuições previstas no Artigo 44 do Regimento Interno das SFA, aprovado através da Portaria Ministerial nº 428, de 09 de junho de 2010, publicada no DOU de 14 de junho de 2010, Portaria SE/MAPA nº 1559, de 14 de julho de 2017, publicada no DOU nº 136, de 18 de julho de 2017, e para fins de aplicação do disposto no Decreto-Lei nº 818, de 05 de setembro de 1969 e Instrução Normativa nº 22 de 20 de junho de 2013, resolve:

Nº 524 - HABILITAR o Médico Veterinário THIAGO BERTON CUNICO, CRMV-PR Nº10152, para fornecer GUIA DE TRÂNSITO ANIMAL das seguintes espécies (processo 21034.014348/2017-13):
1-EQUINOS, ASININOS, MUARES no Estado do Paraná;
2-BOVINOS, BUBALINOS, OVINOS E CAPRINOS exclusivamente para a saída de eventos agropecuários no Estado do Paraná, destinados aos municípios do Estado do Paraná;
3-REVOGAR a Portaria nº407 de 10/07/2015.

Nº 525 - HABILITAR o Médico Veterinário RAFAEL NOWACKI, CRMV-PR Nº14659, para fornecer GUIA DE TRÂNSITO ANIMAL das seguintes espécies (processo 21034.014347/2017-79):
1-EQUINOS, ASININOS, MUARES no Estado do Paraná;
2-BOVINOS, BUBALINOS, OVINOS E CAPRINOS exclusivamente para a saída de eventos agropecuários no Estado do Paraná, destinados aos municípios do Estado do Paraná.

Nº 526 - HABILITAR o Médico Veterinário CINDIA MARA ROTTAVA, CRMV-PR Nº12406, para fornecer GUIA DE TRÂNSITO ANIMAL das seguintes espécies (processo 21034.014344/2017-35):
1-EQUINOS, ASININOS, MUARES no Estado do Paraná;
2-BOVINOS, BUBALINOS, OVINOS E CAPRINOS exclusivamente para a saída de eventos agropecuários no Estado do Paraná, destinados aos municípios do Estado do Paraná.

DENIS NESTOR DA SILVA

PORTARIA Nº 528, DE 9 DE OUTUBRO DE 2017

O SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições contidas no art. 44, do Regimento Interno das SFAs, aprovado através da Portaria Ministerial nº 428, de 09 de junho de 2010, publicada no DOU no dia 14 de junho de 2010, e Portaria SE/MAPA nº 1559, de 14 de julho de 2017, publicada no DOU n° 136, de 18 de julho de 2017. E tendo em vista o disposto no art. 2º, do Anexo I, da Instrução Normativa nº 66, de 27 de novembro de 2006, Art. 3º, da Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, e do Decreto nº 4.074, de 04 de janeiro de 2002, e o que consta no Processo nº 21034.012366/2017-61, resolve:

Art. 1° Renovar o credenciamento da empresa MAEMBA MADEIRAS E EMBALAGENS LTDA., credenciada junto ao MAPA sob o nº BR PR 235, CNPJ: 76.091.842/0001-68, localizada na Avenida Marginal do Contorno Leste - Bairro Rio Pequemo, São José dos Pinhais - PR, para, na qualidade de empresa prestadora de serviços de tratamentos fitossanitários com fins quarentenários no trânsito internacional de vegetais e suas partes, executar tratamentos na modalidade de:

a) Tratamento Térmico (HT).

Art. 2° O credenciamento de que trata esta Portaria terá validade por 05 (cinco) anos, podendo ser renovado por igual período, mantido o mesmo número de credenciamento inicial, devendo a Empresa requerer a renovação por meio da apresentação de requerimento encaminhado ao Serviço de Sanidade Vegetal do Paraná em até 120 (cento e vinte) dias antes do vencimento do mesmo.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DENIS NESTOR DA SILVA

PORTARIAS DE 9 DE OUTUBRO DE 2017

O SUPERINTENDENTE FEDERAL DA AGRICULTURA NO ESTADO DO PARANÁ SUSBTITUTO, no uso das atribuições previstas no Artigo 44 do Regimento Interno das SFA, aprovado através da Portaria Ministerial nº 428, de 09 de junho de 2010, publicada no DOU de 14 de junho de 2010, Portaria SE/MAPA nº 1559, de 14 de julho de 2017, publicada no DOU nº 136, de 18 de julho de 2017, e para fins de aplicação do disposto no Decreto-Lei nº 818, de 05 de setembro de 1969 e Instrução Normativa nº 22 de 20 de junho de 2013, resolve:

Nº 529 - HABILITAR o Médico Veterinário CAROLINA ALVES DE ARAÚJO, CRMV-PR Nº12350, para fornecer GUIA DE TRÂNSITO ANIMAL das seguintes espécies (processo 21034.014516/2017-71):
1-EQUINOS, ASININOS, MUARES no Estado do Paraná;
2-BOVINOS, BUBALINOS, OVINOS E CAPRINOS exclusivamente para a saída de eventos agropecuários no Estado do Paraná, destinados aos municípios do Estado do Paraná.

Nº 530 - HABILITAR o Médico Veterinário PAMELLA MARIELY BUENO, CRMV-PR Nº13015, para fornecer GUIA DE TRÂNSITO ANIMAL das seguintes espécies (processo 21034.014584/2017-30):
1-EQUINOS, ASININOS, MUARES no Estado do Paraná;
2-BOVINOS, BUBALINOS, OVINOS E CAPRINOS exclusivamente para a saída de eventos agropecuários no Estado do Paraná, destinados aos municípios do Estado do Paraná.

DENIS NESTOR DA SILVA

SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 36, DE 4 DE OUTUBRO DE 2017

O SECRETÁRIO DE DEFESA AGROPECUÁRIA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 17 e 53 do Decreto n° 8.701, de 31 de março de 2016, com suporte no disposto pelo inciso IV do art. 160 do

Regimento Interno desta Secretaria, aprovado pela Portaria nº 99, de 12 de maio de 2016, e o que consta do Processo nº 21000.042872/2016-91, resolve:

Art. 1º Aprovar as normas para certificação de sementes destinadas à União Europeia, na forma dos Anexos I a XIV desta Instrução Normativa.

Art. 2º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

LUIS EDUARDO PACIFICI RANGEL

ANEXO I

NORMAS PARA CERTIFICAÇÃO DE SEMENTES DESTIANADAS À UNIÃO EUROPEIA

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º A certificação de sementes a serem exportadas para a União Europeia - UE, desde a solicitação do interessado até a emissão do certificado pela Autoridade Designada, obedecerá ao estabelecido nestas Normas.

Art. 2° Estas normas aplicam-se às pessoas físicas e jurídicas que exerçam as atividades de produção e certificação de sementes a serem exportadas para a União Europeia.

Art. 3º As sementes produzidas, nos termos da presente Instrução Normativa, poderão ser consideradas equivalentes às sementes produzidas na UE.

Art. 4º Constituem referências para a aplicação destas Normas os seguintes dispositivos:

I - Diretiva do Conselho da EU n° 66/401/EEC, de 14 de junho de 1966, estabelece requisitos específicos para a Produção e comercialização de sementes de forrageiras.

II - Diretiva do Conselho da EU n° 66/402/EEC, de 14 de junho de 1966, estabelece requisitos específicos para a Produção e comercialização de sementes de cereais.

III - Decisão do Conselho da EU n° 2003/17/EC, de 16 de dezembro de 2002, estabelece equivalência de inspeções em países terceiros, na produção de sementes e sua equivalência com a produção de sementes em países terceiros.

IV - Regulação do Conselho da EU Nº 1829/2003, de 22 de setembro de 2003, que trata de organismos geneticamente modificados em alimentos e ração.

V - Normativas e Regulamentações da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico - OECD.

VI - Regras da International Seed Testing Association - ISTA.

VII - Lei nº 10.711, de 05 de agosto de 2003.

VIII - Decreto nº 5.153, de 23 de julho de 2004.

IX - Lei nº 9.456, de 25 de abril de 1997.

X - Instrução Normativa nº 3, de 03 de abril de 2001.

XI - Instrução Normativa nº 9, de 02 de junho de 2005.

XII - Portaria nº 598, de 30 de junho de 2008.

Art. 5° Compete à Coordenação de Sementes e Mudas, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, exercer as funções de Autoridade Designada para coordenar e executar no País a certificação de sementes destinadas à UE.

CAPÍTULO II
DA SOLICITAÇÃO DE CERTIFICAÇÃO

Art. 6° O produtor de sementes, registrado no Registro Nacional de Sementes e Mudas - RENASEM, poderá solicitar ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) a certificação sob as regras da EU.

Art. 7° Todos os documentos requisitados para a certificação sob as regras da UE deverão ser encaminhados ao MAPA pelo solicitante, mediante apresentação de formulário próprio, conforme modelo constante do Anexo II, e dos documentos exigidos nestas normas.

Art. 8° A solicitação deverá ser apresentada à Autoridade Designada do MAPA, individualmente para cada cultivar e local, em formulário próprio (Anexo II), acompanhada dos seguintes documentos:

I - roteiro detalhado de acesso à propriedade onde está localizado o campo de produção;

II - croqui de localização do campo de produção na propriedade;

III - contrato de produção de sementes entre as partes, quando for o caso;

IV - Termo de Compromisso do Responsável Técnico, conforme modelo constante do Anexo III;

V - projeto técnico incluindo descrição das instalações e equipamentos;

VI - descritores da cultivar, de acordo com a UPOV;

VII - autorização do detentor dos direitos da proteção da cultivar, em caso de cultivar protegida nos termos da Lei nº 9.456, de 25 de abril de 1997;

VIII - comprovação de origem do material de reprodução;

IX - autorização da Autoridade Designada do país destinatário da semente, com a comprovação de que a cultivar consta da lista de cultivares eleitas para a certificação sob o esquema OECD e ainda no Catálogo Comum de Cultivares da Comissão Europeia; e

X - comprovante de pagamento da taxa estabelecida.

CAPÍTULO III
DO PROCESSO DE CERTIFICAÇÃO DE SEMENTES

Art. 9° Estão aptas à certificação para a UE as cultivares que constam da lista de cultivares da OECD e do Catálogo Comum de Cultivares da Comissão Europeia.

Art. 10. A certificação será realizada pela unidade descentralizada do MAPA, segundo o disposto nesta Instrução Normativa, tendo como referência os dispositivos constantes do Art. 4° e as normas de certificação da UE e da OECD.

Art. 11. As seguintes categorias são permitidas para produção e exportação de sementes para os países da UE:

I - semente genética (pré-básica);

II - semente básica;

III - semente certificada de 1ª geração - C1;

IV - semente certificada de 2ª geração - C2.

Art.12. A produção de sementes certificadas para a UE deve cumprir, além das regras nacionais para a aplicação do sistema OECD para a certificação varietal de sementes destinadas ao comércio internacional, as diretrizes estabelecidas pela UE, de acordo com os seguintes requisitos:

I - os campos de produção de sementes das categorias genética (pré-básica) e básica destinadas à exportação para a UE deverão ser inspecionados por Auditores Fiscais Federais Agropecuários do MAPA;

II - no caso da produção de sementes das categorias certificada de 1ª geração - C1 e certificada de 2ª geração - C2, a Autoridade Designada poderá autorizar que as inspeções de campo sejam realizadas pelo Responsável Técnico do produtor, quando certificador da produção própria, ou da certificadora, quando certificada por terceiros, ambos sob sua supervisão;

III - a multiplicação de sementes será limitada a uma única geração para cada categoria, exceto para a categoria genética (pré-básica), para a qual uma geração adicional poderá ser permitida, se autorizada pela Autoridade Designada;

IV - instalação de parcelas de pré e pós-controle e realização de testes laboratoriais (se necessários) a fim de verificar a identidade genética e pureza varietal por meio da descrição morfológica da cultivar;

V - todos os lotes de sementes da categoria básica e 5% (cinco por cento) dos lotes de sementes das categorias certificada de 1ª geração - C1 e certificada de 2ª geração - C2 deverão ser verificados em testes de pós-controle, realizados imediatamente após a amostragem ou na safra seguinte após a amostragem;

VI - os ensaios de pré e pós-controle devem ser realizados pela Autoridade Designada ou sob sua supervisão;

VII - fornecimento da amostra-padrão para a Autoridade Designada, por parte do produtor de sementes, para fins de testes de pré e pós-controle;

VIII - realização de análise de sementes em laboratório acreditado pela ISTA;

IX - obtenção dos lotes de sementes em conformidade com os requisitos da UE; e

X - cumprimento das normas estabelecidas pela OECD e das diretivas da UE.

Art. 13. As sementes deverão ser certificadas, embaladas e etiquetadas segundo o disposto nesta Instrução Normativa, tendo como referência os dispositivos constantes do Art. 4° e as normas de certificação da UE e da OECD.

Art. 14. Os lotes de sementes devem ser acompanhados do certificado OECD e do Boletim Laranja da ISTA.

Parágrafo Único. As sementes que não tenham sido finalmente certificadas (certificação não definitiva) devem ser embaladas em embalagens com a etiqueta prevista pela OECD para essa finalidade.

CAPÍTULO IV
DA AMOSTRAGEM E DA ANÁLISE DE SEMENTES

Art. 15. A amostragem de sementes para fins de envio ao laboratório de análise de sementes deve ser realizada de acordo com as regras ISTA.

Art. 16. A análise de sementes deve ser realizada em laboratório credenciado pela ISTA.

Art. 17. O peso das amostras deve satisfazer as diretrizes propostas pela UE para cada espécie.

CAPÍTULO V
DA EMISSÃO DO CERTIFICADO

Art. 18. A Autoridade Designada deve emitir o certificado de acordo com o formulário oficial, conforme modelo constante do Anexo IV, após receber a aprovação do campo e o Boletim Laranja da ISTA, caso os padrões de sementes da UE tenham sido atendidos, sem prejuízo da emissão do certificado previsto pelas regras da OECD.

CAPÍTULO VI
DA ETIQUETAGEM E DA EMBALAGEM

Art. 19. A emissão das etiquetas será autorizada pela Autoridade Designada e executada pelo solicitante.

Art. 20. A embalagem de sementes certificadas destinadas à EU deve conter etiqueta de certificação com as seguintes informações:

I - a expressão: "Regras e normas CE", para prestar a declaração de que as sementes satisfazem as condições das regras europeias no que se refere à identidade e pureza varietal;

II - a expressão: "amostragem e análise realizados por ... [nome do laboratório ISTA, de acordo com as normas ISTA para emissão do boletim laranja", para prestar a declaração de que as sementes foram submetidas à amostragem e à análise de acordo com procedimentos internacionais;

III - data de fechamento da embalagem;

IV - quando os lotes de sementes forem reetiquetados e reembalados, a reetiquetagem deve ser feita com etiquetas OCDE, mantendo-se as informações contidas na etiqueta original, acrescidas da data de reembalagem;

V - o país de produção;

VI - o peso líquido ou peso bruto ou número de sementes puras;

VII - quando da utilização de agrotóxicos granulados, substâncias peletizadoras ou outros aditivos sólidos, devem ser informadas a natureza do aditivo e também a relação aproximada entre o peso de sementes puras e o peso total.

Art. 21. No caso de sementes de cultivar geneticamente modificada, qualquer etiqueta ou documento, oficial ou não, que seja fixado ou acompanhe o lote de sementes, deve indicar claramente que a cultivar foi geneticamente modificada e informar o evento de transformação genética.

Art. 22. Qualquer tratamento químico, bem como a substância ativa devem ser indicados na etiqueta oficial ou em etiqueta especial, no exterior ou no interior da embalagem.

Art. 23. Todas as informações exigidas para as etiquetas oficiais, avisos oficiais e embalagens devem ser fornecidas pelo menos em uma das línguas oficiais da UE.

Art. 24. As informações oficiais devem ser fornecidas em etiqueta de acordo com as regras nacionais para a aplicação do sistema OECD para a certificação varietal de sementes destinadas ao comércio internacional e com as regras e requisitos da UE, conforme disposto nos Anexos VIII, IX, XIII e XIV.

CAPÍTULO VII
DOS PADRÕES

Art. 25. As normas para as inspeções de campo de sementes de plantas forrageiras e de cereais devem satisfazer os requisitos desta Instrução Normativa, tendo como referência os dispositivos constantes do Art. 4° e as normas de certificação da UE para que as sementes produzidas para exportação sejam equivalentes às sementes produzidas na UE.

§ 1º Os requisitos para produção de sementes certificadas de cereais destinadas à exportação para UE devem atender ao disposto nos Anexos V, VI e VII.

§ 2º Os requisitos para a produção de sementes certificadas de forrageiras destinadas à exportação para UE devem atender ao dispostos no Anexos X, XI e XII.

ANEXO II

SOLICITAÇÃO PARA PRODUÇÃO DE SEMENTES CERTIFICADAS SOB AS REGRAS DA UNIÃO EUROPEIA

(em papel timbrado da Autoridade Designada)

Ilmo(a). Senhor(a), _____ (nome da Autoridade Designada).

O Produtor de Sementes, _____ (nome da Pessoa Física ou Jurídica)
registrado no Ministério da Agricultura e do Abastecimento sob RENASEM nº _____, portador do CNPJ/CPF nº _____, sediado à _____ (endereço completo do produtor, município, UF, CEP, prefixo DDD e telefone), com campos de produção localizados em _____ (endereço completo, município, UF, CEP, prefixo DDD e telefone), solicita autorização para a produção de sementes certificadas, abaixo especificadas, sob as regras da União Europeia, comprometendo-se a cumprir a legislação estabelecida, bem como as demais orientações da Autoridade Designada.

Espécie - nome comum: _____

Espécie - nome científico: _____

Cultivar: _____

Área de Produção (ha): _____

Quantidade a ser produzida (kg): _____

Nome do Responsável Técnico: _____

Documento de habilitação profissional do RT n°: _____

País destinatário da produção: _____

Autoridade Designada do país interessado:_____

Nestes termos, pede deferimento.

_____, _____de_____ de _____.

Município-UF dia mês ano

_____

Nome completo e assinatura do solicitante

Seguem, em anexo, os seguintes documentos:

a) contrato de produção de sementes entre as partes, quando for o caso;

b) projeto técnico incluindo descrição das instalações e equipamentos;

c) cópia da Nota Fiscal e do Boletim Laranja da ISTA;

d) cópia da Autorização de Liberação Aduaneira, no caso de semente importada;

e) cópia do Certificado OECD, se for o caso;

f) autorização do detentor dos direitos da proteção da cultivar, caso protegida;

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

g) autorização da Autoridade Designada do país que solicita a multiplicação, com a comprovação de que a cultivar consta da lista de cultivares eleitas para a certificação sob o esquema OECD, quando for o caso;
h) croqui de localização do campo;
i) Termo de Compromisso do Responsável Técnico (Anexo II);
j) descritores da cultivar, de acordo com a UPOV;
k) comprovante de pagamento da taxa estabelecida e respectiva cópia da GRU; e
l) documentação exigida pela legislação fitossanitária.

ANEXO III

TERMO DE COMPROMISSO

Eu,_____ _____, Engenheiro Agrônomo, CREA/ _____ N° _____, declaro aceitar a responsabilidade técnica para todas as fases de produção de sementes do produtor_____, observando as normas relativas à certificação de sementes de acordo com as regras da União Europeia, comprometendo-me a cumprir a legislação estabelecida, bem como as demais orientações da Autoridade Designada.

_____, _____de_____ de _____.
Município-UF dia mês ano

_____
Nome completo e assinatura do responsável técnico

ANEXO IV

CERTIFICADO

Certificado emitido sob as regras da União Europeia e regulamentos para a certificação varietal de sementes destinadas ao comércio internacional.

(Em papel timbrado da Autoridade Designada)

Nome da Autoridade Nacional Designada que emite o certificado:

Lote de referência N°:

Espécie - nome comum:

Espécie - nome científico:

Cultivar (denominação ou sinônimo):

Declaração de reetiquetagem e reembalagem (se aplicável):

Número de embalagens e peso declarado do lote:

"O lote de sementes deste Número de Referência [N° de referência] foi produzido de acordo com as regras da União Europeia e é aprovado/provisoriamente aprovado[2] como:

- Semente genética (pré-básica) (Etiqueta branca com barra diagonal roxa)
- Semente básica (Etiqueta branca/Etiqueta cinza)
- Semente certificada de primeira geração - C1 (Etiqueta azul/Etiqueta cinza)
- Semente certificada de segunda geração - C2 (Etiqueta vermelha/Etiqueta cinza)

Assinatura (ou autenticação/assinatura eletrônica equivalente):

Local e data:

[2] Eliminar se necessário.

ANEXO V

REQUISITOS PARA O CAMPO DE PRODUÇÃO DE SEMENTES DE CEREAIS

I. As culturas anteriores do campo de sementes que será implantado não deverão ser incompatíveis com a produção de sementes da espécie e da cultivar de interesse, e o campo deverá ser isento de plantas voluntárias provenientes de culturas anteriores.

II. O campo de produção de sementes deverá obedecer aos seguintes padrões no que diz respeito às distâncias de fontes vizinhas de pólen que podem resultar em polinização externa indesejável e, em particular, no caso do Sorghum spp., em relação às fontes de Sorghum halepense:

Campo de produção de sementes	Distâncias mínimas*
Phalaris canariensis, Secale cereale com exceção dos híbridos:	
- para produção de semente básica,	300 m
- para produção de semente certificada,	250 m
Sorghum spp.	300 m
xTriticosecale, cultivares autógamas	
- para produção de semente básica,	50 m
- para produção de semente certificada,	20 m
Zea mays	200 m

*Estas distâncias não precisam ser atendidas, desde que exista proteção suficiente contra qualquer polinização externa indesejável.

III. O campo deverá ter identidade e pureza varietal suficiente ou, no caso de campos de produção de sementes de linhagem, identidade e pureza suficientes no que diz respeito às características do material. Para a produção de sementes de cultivares híbridas, as disposições acima mencionadas também são aplicáveis às características dos seus progenitores, incluindo os machos estéreis ou linhagens para restauração da fertilidade. Em particular, os campos sementes de Oryza sativa, Phalaris canariensis, Secale cereale, com exceção dos híbridos, Sorghum spp. e Zea mays devem obedecer aos seguintes padrões ou requisitos:

a) Oryza sativa:

1. O número de plantas infectadas por Fusarium fujikuroi não excederá:

1.1. duas plantas por 200 m^2, para a produção de semente básica;

1.2. quatro plantas por 200 m^2, para a produção de semente certificada de primeira geração (C1); e

1.3. oito plantas por 200 m^2, para a produção de semente certificada de segunda geração (C2).

2. O número de plantas de arroz selvagem ou de arroz vermelho não excederá:

2.1. zero para a produção de semente básica; e

2.2. uma planta por 100 m^2, para a produção de semente certificada, de primeira geração (C1) ou de segunda geração (C2).

b) Phalaris canariensis, Secale cereale com exceção dos híbridos:

1. O número de plantas da espécie em cultivo reconhecidas como não sendo da cultivar não deverá exceder:

1.1. uma planta por 30 m^2 para a produção de semente básica, e

1.2. uma planta por 10 m^2 para a produção de semente certificada, de primeira geração (C1) ou de segunda geração (C2).

c) Sorghum spp.

1. A percentagem, por número de plantas de uma espécie de Sorghum que não seja a espécie em questão, ou reconhecidas como não sendo da linhagem ou parental, não deverá exceder:

1.1 para a produção de sementes básica:

1.1.1. em floração: 0,1 % (zero vírgula um por cento); e

1.1.2. em maturação: 0,1 % (zero vírgula um por cento).

1.2. para a produção de sementes certificadas:

1.2.1. plantas do parental masculino liberando pólen quando as plantas do progenitor feminino estiverem com estigmas receptivos: 0,1 % (zero vírgula um por cento); e

1.2.2. plantas do progenitor feminino:

1.2.2.1. em floração: 0,3 % (zero vírgula três por cento); e

1.2.2.2. na maturação: 0,1 % (zero vírgula um por cento).

2. Os seguintes padrões e condições devem ser cumpridos para a produção de sementes certificadas de cultivares híbridas:

2.1. quantidade suficiente pólen deve ser liberada pelas plantas do progenitor masculino enquanto as plantas do progenitor feminino apresentarem estigmas receptivos;

2.2. onde as plantas do progenitor feminino apresentarem estigmas receptivos, a percentagem de plantas deste progenitor que liberaram pólen ou estão liberando pólen não deverá exceder 0,1 % (zero vírgula um por cento).

3. Os campos de cultivares de polinização aberta ou de cultivares sintéticas de Sorghum spp. devem estar em conformidade com os seguintes padrões: o número de plantas da espécie, na qual são reconhecidas como não sendo da mesma cultivar não deverá exceder:

3.1. uma planta por 30 m^2 para a produção de sementes básicas, e

3.2. uma planta por 10 m^2 para a produção de sementes certificadas.

d) Zea mays:

1. A percentagem, por número de plantas, que são reconhecidamente como não sendo da cultivar, da linhagem parental ou componente, não deverá exceder:

1.1. para a produção de sementes básicas:

1.1.1. linhagens, 0,1 % (zero vírgula um por cento);

1.1.2. híbrido simples, relativamente a cada progenitor, 0,1 % (zero vírgula um por cento);

1.1.3. cultivares de polinização aberta, 0,5 % (zero vírgula cinco por cento);.

1.2. para a produção de sementes certificadas:

1.2.1 progenitores de cultivares híbridas:

1.2.1.1. linhagens, 0,2 % (zero vírgula dois por cento);

1.2.1.2. híbrido simples, 0,2 % (zero vírgula dois por cento); e

1.2.1.3. cultivar de polinização aberta, 1,0 % (um por cento).

1.2.2. cultivar de polinização aberta, 1,0 % (um por cento).

2. Os seguintes padrões e condições devem ser cumpridos para a produção de sementes de cultivares híbridas:

2.1. pólen suficiente deve ser liberado pelas plantas do progenitor masculino enquanto as plantas do progenitor feminino estiverem em floração;

2.2. quando apropriado, a emasculação deve ser conduzida;

2.3. quando 5% (cinco por cento) ou mais das plantas do progenitor feminino apresentarem estigmas receptivos, a percentagem de plantas desse progenitor que liberaram ou estão liberando pólen não deverá exceder:

2.3.1. 1 % (um por cento) em inspeção oficial de campo;

2.3.2. 2 % (dois por cento) em relação ao total de inspeções oficiais de campo.

3. Considera-se que as plantas liberaram ou estão liberando pólen quando, em 50 mm ou mais do comprimento do eixo principal ou lateral da panícula, as anteras tiverem emergido de suas glumas e tiverem liberado ou estiverem liberando pólen.

IV. Híbridos de Secale cereale

a) O campo de sementes deverá obedecer aos seguintes padrões no que diz respeito às distâncias em relação às fontes vizinhas de pólen que podem resultar em polinização indesejável.

Campo	Distâncias mínimas
1.para a produção de semente básica:	
1.1. quando é utilizada a macho-esterilidade,	1000 m
1.2. quando não é utilizada a macho-esterilidade,	600 m
1.para a produção de semente certificada,	500 m

b) O campo deverá ter garantia da identidade e pureza, respeitando às características dos seus progenitores, incluindo a macho-esterilidade. Em especial, a cultura deve estar em conformidade com os seguintes padrões ou requisitos:

1. O número de plantas da cultura, reconhecidamente como não sendo parental não deve ultrapassar à:

1.1. uma planta por 30 m^2 para a produção de sementes básicas;

1.2. uma planta por 10 m^2 para a produção de sementes certificadas, sendo este padrão aplicável apenas às inspeções oficiais realizadas para o progenitor feminino.

2. No caso de sementes básicas, quando é utilizada a macho-esterilidade, a taxa de esterilidade do progenitor macho-estéril deve ser de pelo menos 98 % (noventa e oito por cento).

c) Quando adequado, as sementes certificadas devem ser produzidas em cultivo com progenitor feminino, que é macho estéril, juntamente com progenitor masculino, que restaura a fertilidade masculina.

V. Culturas destinadas à produção de sementes certificadas de híbridos de Avena nuda, Avena sativa, Avena strigosa, Hordeum vulgare, Oryza sativa, Triticum aestivum, Triticum durum, Triticum spelta e xTriticosecale autogâmico.

a) A cultura deve obedecer aos seguintes padrões no que refere às distâncias de fontes de pólen vizinhas que possam resultar em polinização cruzada indesejável:

1. o progenitor feminino deve estar a uma distância mínima de 25 metros de qualquer outra cultivar da mesma espécie, exceto do cultivo do progenitor masculino;

2. esta distância não precisa ser atendida se existir proteção suficiente contra qualquer fonte de polinização externa indesejável.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017101100004

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

b) A cultura deve ter identidade e pureza suficientes no que diz respeito às características dos progenitores. Quando as sementes forem produzidas por meio da utilização de um agente químico de hibridação, a cultura deverá obedecer aos seguintes padrões ou requisitos:

1. A pureza varietal mínima de cada progenitor deverá ser de:

1.1. Avena nuda, Avena sativa, Avena strigosa, Hordeum vulgare, Oryza sativa, Triticum aestivum, Triticum durum e Triticum spelta: 99,7 % (noventa e nove vírgula sete por cento), e

1.2. xTriticosecale autogâmico: 99,0 % (noventa e nove por cento);

2. A percentagem de hibridação mínima deve ser de 95 % (noventa e cinco por cento). A percentagem de hibridação deve ser avaliada em conformidade com métodos internacionais em vigor, caso estes existam. Quando a percentagem de hibridação for determinada durante a análise das sementes anterior à certificação, a determinação da hibridação durante as inspeções de campo não precisa ser realizada.

VI. A presença de organismos nocivos que diminuam o valor de utilização das sementes, em particular a Ustilaginaceae, será tolerada no limite mais baixo possível.

VII. Em relação às sementes básicas, o cumprimento dos padrões ou requisitos acima referidos é verificado por meio de inspeções de campo oficiais e, em relação às sementes certificadas, serão examinadas tanto através de inspeções de campo oficiais quanto de inspeções realizadas sob supervisão oficial.

a) Estas inspeções de campo deverão ser efetuadas de acordo com os seguintes requisitos:

1. A condição e o estágio de desenvolvimento da cultura deverão permitir uma adequada avaliação.

2. O número de inspeções de campo deverá ser, no mínimo:

2.1. para Avena nuda, Avena sativa, Avena strigosa, Hordeum vulgare, Oryza sativa, Phalaris canariensis, xTriticosecale, Triticum aestivum, Triticum durum, Triticum spelta, Secale cereale: 1 (uma);

2.2. para Sorghum spp. and Zea mays durante o período de floração:

2.2.1. cultivar de polinização aberta: 1 (uma);

2.2.2. linhagens ou híbridos: 3 (três).

2.3. Quando o campo da cultura foi precedido pelo cultivo de Sorghum spp. e Zea mays, no ano anterior ou no ano corrente, pelo menos uma inspeção de campo especial deve ser realizada para se verificar o cumprimento das condições referidas no item I do presente Anexo.

3. O tamanho, o número e a distribuição das parcelas do campo de sementes a serem inspecionadas para se verificar o cumprimento dos requisitos e padrões dispostos no presente Anexo deverão ser determinados de acordo com métodos apropriados.

ANEXO VI

REQUISITOS PARA AS SEMENTES DE CEREAIS

I. As sementes deverão ter identidade e pureza varietal suficientes ou, no caso de sementes de linhagens, identidade e pureza suficientes no que diz respeito às suas características. Em relação às sementes de cultivares híbridas, as disposições acima mencionadas aplicam-se igualmente às características dos progenitores.

II. Em particular, as sementes das espécies abaixo referidas deverão estar em conformidade com os seguintes padrões ou requisitos:

a) Tabela 1:

Espécies e Categorias	Germinação Mínima (% de sementes puras)	Pureza Mínima (% por peso)	Número máximo de sementes de outras espécies, incluindo sementes de arroz vermelho (Oryza sativa), em uma amostra de peso especificado na coluna 4 do Anexo VII (total por coluna)						
			Plantas de outras espécies (a)	Sementes de arroz vermelho (Oryza sativa)	Outras espécies de cereais	Outras espécies de plantas, exceto cereais	Avena fatua, Avena sterilis, Lolium temulentum	Raphanus raphanistrum, Agrostemma githago	Panicum spp.
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Avena S.Avena trigosa, Hordeum V. Triticum aestivum, Triticum durum, Triticum spelta:									
- semente básica,	85	99	4		1 (b)	3	0 (c)	1	
- semente certificada de 1ª e 2ª geração (C1 e C2),	85 (d)	98	10		7	7	0 (c)	3	
Avena nuda:									
- semente básica,	75	99	4		1 (b)	3	0 (c)	1	
- semente certificada de 1ª e 2ª geração (C1 e C2),	75 (d)	98	10		7	7	0 (c)	3	
Oryza sativa:									
- semente básica,	80	98	4	1					1
- semente certificada de 1ª geração (C1),	80	98	10	3					3
- semente certificada de 2ª geração (C2),	80	98	15	5					3
Secale cereale:									
- semente básica,	85	98	4		1 (b)	3	0 (c)	1	
- semente certificada,	85	98	10		7	7	0 (c)	3	
Phalaris canariensis:									
- semente básica,	75	98	4		1 (b)		0 (c)		
- semente certificada,	75	98	10		5		0 (c)		
Sorghum spp.	80	98	0						
xTriticosecale:									
- semente básica,	80	98	4		1 (b)	3	0 (c)	1	
- semente certificada de 1ª e 2ª geração (C1 e C2),	80	98	10		7	7	0 (c)	3	
Zea mays	90	98	0						

a) Avena nuda, Avena sativa, Avena strigosa, Hordeum vulgare, Oryza sativa, Triticum aestivum, Triticum durum, Triticum spelta, com exceção dos híbridos em cada caso:

Categoria	Pureza varietal mínima (%)
Semente básica	99,9
Semente certificada de 1ª geração (C1)	99,7
Semente certificada de 2ª geração (C2)	99,0

1. A pureza varietal mínima deverá ser examinada principalmente nas inspeções de campo, efetuadas de acordo com os requisitos referidos no Anexo IV.

b) Cultivares autógamas de xTriticosecale, com exceção dos híbridos

Categoria	Pureza varietal mínima (%)
Sementes básica	99,7
Semente certificada de 1ª geração (C1)	99,0
Semente certificada de 2ª geração (C2)	98,0

1. A pureza varietal mínima deverá ser examinada principalmente nas inspeções de campo, efetuadas de acordo com os requisitos referidos no Anexo IV.

c) Híbridos de Avena nuda, Avena sativa, Avena strigosa, Hordeum vulgare, Oryza sativa, Triticum aestivum, Triticum durum, Triticum spelta, e xTriticosecale autogâmico.

1. A pureza varietal mínima de sementes das categorias certificadas (C1 e C2) deverá ser de 90 % (noventa por cento). Deverá ser examinada em testes oficiais de pós-controle em uma proporção adequada de amostras.

d) Sorghum spp. e Zea mays:

1. Quando para a produção de sementes certificadas de cultivares híbridas, tenha sido utilizado um progenitor feminino macho-estéril e um progenitor masculino que não restaura a fertilidade masculina, as sementes deverão ser produzidas:

1.1. tanto através de mistura de lotes de sementes, em proporções apropriadas para a cultivar, com a utilização de um progenitor feminino macho-estéril e de um progenitor feminino macho-fértil; ou

1.2. pelo cultivo de progenitor feminino macho-estéril e de um progenitor feminino macho-fértil em proporções apropriadas para a cultivar. A proporção destes progenitores deve ser examinada nas inspeções de campo efetuadas de acordo com os requisitos estabelecidos no Anexo IV.

e) Híbridos de Secale cereale

1. As sementes somente serão declaradas como certificadas se estiverem em conformidade com os resultados de ensaio de pós-controle, instalado com amostras da semente básica coletadas oficialmente, e realizado durante a safra de produção das sementes apresentadas para certificação, com vistas a determinar se a semente básica atende às condições definidas pela presente norma, no que diz respeito à identidade e pureza para as características dos progenitores, incluindo a macho-esterilidade.

III. As sementes deverão atender aos padrões ou requisitos no que se refere à germinação, à pureza e ao conteúdo de sementes de outras espécies de plantas, conforme disposto na Tabela 1:

b) Outros padrões ou requisitos são aplicáveis quando referenciados na Tabela 1 do item III-a deste Anexo, conforme disposto abaixo:

(a) A quantidade de sementes referidas na coluna 4 inclui também as sementes das espécies referidas nas colunas 5 a 10.

(b)Uma segunda semente pode não ser considerada impureza se uma segunda amostra com o mesmo peso estiver isenta de sementes de outras espécies de cereais.

(c) A presença de uma semente de Avena fatua, Avena sterilis ou Lolium temulentum em uma amostra com o peso prescrito não será considerada impureza se uma segunda amostra com o mesmo peso estiver isenta de sementes dessas espécies.

(d) No caso das cultivares de Hordeum vulgare (cevada), a porcentagem de germinação mínima é reduzida para 75 % (setenta e cinco por cento) de sementes puras. A etiqueta oficial deve mencionar a seguinte informação "Capacidade de germinação mínima de 75 %".

IV. A presença de organismos nocivos que diminuam o valor de utilização das sementes será tolerada no limite mais baixo possível. Em especial, no que se refere a Claviceps purpurea, as sementes deverão obedecer aos seguintes padrões quanto ao número máximo de escleródios ou fragmentos de escleródios em uma amostra com o peso definido na coluna 3 do Anexo VII):

Categoria	Claviceps purpurea
Cereais, excluindo os híbridos de Secale cereale:	
- semente básica,	1
- semente certificada,	3
Híbridos de Secale cereale:	
- semente básica,	1
- semente certificada,	4 (*)

(*) A presença de cinco escleródios ou fragmentos de escleródios em uma amostra com o peso prescrito deve ser considerada em conformidade com os padrões, sempre que uma segunda amostra de mesmo peso contenha, no máximo, quatro escleródios ou fragmentos de escleródios.

ANEXO VII

PESOS DE LOTE E AMOSTRAS PARA SEMENTES DE CEREAIS

Espécies	Pesomáximo do lote (toneladas)	Peso mínimo da amostra que será retirada do lote (gramas)	Peso da amostra para determinações por número estabelecidas nas colunas 4 a 10 da Tabela 1 (item III-a) e do item IV do Anexo VI (gramas)
1	2	3	4
Avena nuda, Avena sativa, Avena strigosa, Hordeum vulgare, Triticumaestivum, Triticum durum, Triticum spelta,Secale cereale, Triticosecale	30	1 000	500
Phalaris canariensis	10	400	200
Oryza sativa	30	500	500
Sorghum bicolor (L.) Moench	30	900	900
Sorghum sudanense (Piper) Stapf	10	250	250
Hybrids of Sorghum bicolor (L.) Moench x Sorghum sudanense (Piper) Stapf	30	300	300
Zea mays, semente básica de linhagens	40	250	250
Zea mays, semente básica que não de linhagens; semente certificada	40	1000	1000

ANEXO VIII

ETIQUETA PARA SEMENTES DE CEREAIS

I. Informações que devem constar da etiqueta:

a) Para semente básica e semente certificada de 1ª e 2ª geração (C1 e C2):

1. A expressão: "Regras e normas CE".

2. Autoridade Designada e país ou sua sigla.

3. Número de referência do lote:

3a. Mês e ano da embalagem das sementes, expressos pela indicação "Embalada em [mês] de [ano]"; ou mês e ano da última amostragem oficial com o propósito de certificação, expressos pela indicação "Amostragem realizada em [mês] de [ano]".

4. Espécie, indicada ao menos pelo seu nome científico, que pode ser informado de forma abreviada e sem referência aos nomes dos descritores, em caracteres romanos.

5. Cultivar, indicada pelo menos em caracteres romanos.

6. Categoria.

7. País de produção.

8. Peso líquido ou peso bruto ou número de sementes.

8a. No caso de indicação do peso e da utilização de agrotóxicos granulados, de substâncias de revestimento ou de outros aditivos sólidos, deverá ser indicada a natureza do aditivo e também a relação aproximada entre o peso de sementes puras e o peso total.

9. No caso de cultivares híbridas ou linhagens:

9.1. para semente básica de híbrido ou linhagem que foram oficialmente aceitos sob a Diretiva 70/457/CEE, o nome desse progenitor, pelo qual foi oficialmente aceito, com ou sem referência à cultivar final, acompanhado, no caso de híbridos ou de linhagens destinadas exclusivamente a utilização como progenitores das cultivares finais, do termo "progenitor";

9.2. para semente básica nos demais casos, o nome do progenitor a qual pertence a semente básica, que pode ser indicado em forma de código, acompanhado de referência à cultivar final, com ou sem referência a sua função (masculino ou feminino) e acompanhado do termo "progenitor";

9.3. para semente certificada de 1ª e 2ª geração (C1 e C2), o nome da cultivar a que pertencem as sementes, acompanhado do termo "híbrido".

10. No caso em que pelo menos a germinação tenha sido reanalisada, a expressão "Reanalisada em [mês] de [ano]" e o laboratório responsável por esta reanálise deverão ser indicados. Essa informação poderá ser dada através de uma etiqueta adesiva oficial anexada à etiqueta oficial.

b) Para mistura de sementes:

1. A expressão: "Mistura de [espécies ou cultivares]".

2. Autoridade/Empresa responsável pela embalagem e país.

3. Número de referência do lote.

3a. Mês e ano do ensaque das sementes, expressos pela indicação "Embalada em [mês] de [ano]".

4. Espécie, categoria, cultivar, país de produção e proporção em peso de cada um dos componentes; os nomes das espécies e das cultivares serão indicados pelo menos em caracteres romanos.

5. Peso líquido ou peso bruto ou número de sementes.

5a. No caso de indicação do peso e da utilização de agrotóxicos granulados, de substâncias de revestimento ou de outros aditivos sólidos, deverá ser indicada a natureza do aditivo e também a relação aproximada entre o peso de sementes puras e o peso total.

6. No caso em que pelo menos a germinação de todos os componentes da mistura tenha sido reanalisada, a expressão "Reanalisada em [mês] de [ano]" e o laboratório responsável por esta reanálise deverão ser indicados. Essas informações deverão constar de uma etiqueta adesiva oficial anexada à etiqueta oficial.

II. Dimensões mínimas: 110 mm × 67 mm.

ANEXO IX

ETIQUETA E DOCUMENTO PARA SEMENTES DE CEREAIS COM CERTIFICAÇÃO NÃO DEFINITIVA

I. Informações que devem constar da etiqueta:

1. Autoridade responsável pela inspeção de campo e país ou sua sigla.

2. Espécie, indicada ao menos pelo seu nome científico, que pode ser informado de forma abreviada e sem referência aos nomes dos descritores, em caracteres romanos.

3. Cultivar, indicada pelo menos em caracteres romanos; no caso das cultivares (linhagens, híbridos) destinadas exclusivamente a utilização como progenitores de cultivares híbridas, o termo "progenitor" deverá ser adicionado.

4. Categoria.

5. No caso de cultivares híbridas, o termo "híbrido" deverá ser adicionado.

6. Peso bruto ou peso líquido.

7. A expressão: "Sementes certificadas não definitivamente".

II. Cor da etiqueta:

A cor da etiqueta deverá ser cinza.

III. Informações que devem constar do documento:

1. Autoridade que emite o documento.

2. Espécie, indicada ao menos pelo seu nome científico, que pode ser informado de forma abreviada e sem referência aos nomes dos descritores, em caracteres romanos.

3. Cultivar, indicada pelo menos em caracteres romanos.

4. Categoria.

5. Número de referência da semente utilizada para semeadura do campo de produção e nome do país ou países que a certificaram.

6. Identificação do campo ou número de referência do lote.

7. Área cultivada para a produção do lote abrangido pelo documento.

8. Quantidade de sementes colhidas e número de embalagens.

9. Declaração de que o campo de produção das sementes atendeu aos requisitos previstos.

10. Resultados de análise preliminar das sementes, quando couber.

ANEXO X

REQUISITOS PARA O CAMPO DE PRODUÇÃO DE SEMENTES DE FORRAGEIRAS

I. As culturas anteriores do campo de sementes que será implantado não deverão ser incompatíveis com a produção de sementes da espécie e da cultivar de interesse, e o campo deverá ser isento de plantas voluntárias provenientes de culturas anteriores.

II. O campo de sementes deverá obedecer aos seguintes padrões no que diz respeito às distâncias de fontes vizinhas de pólen que podem resultar em polinização externa indesejável:

Campo de produção de sementes	Distâncias mínimas*
Brassica spp., Phacelia tanacetifolia:	
- para produção de semente básica,	400 m
- para produção de semente certificada,	200 m
Outras espécies ou cultivares com exceção de Brassica spp., Phacelia tanacetifolia, Pisum sativum, e cultivares de Poa pratensis, mencionadas no subitem 2.a do item IV:	
- para produção de sementes para multiplicação, campo de produção até 2 ha	200 m
- para produção de sementes para multiplicação, campo de produção a partir de 2 ha	100 m
- para produção de sementes para produção de plantas forrageiras, campo de produção até 2 ha	100 m
- para produção de sementes para produção de plantas forrageiras, campo de produção a partir de 2 ha	50 m

*Estas distâncias não precisam ser atendidas, desde que exista proteção suficiente contra qualquer polinização externa indesejável.

III. Plantas de outras espécies, cujas sementes apresentam dificuldade de distinguibilidade das sementes da cultura em teste de laboratório, só podem ser toleradas em nível baixo. Em particular, as culturas das espécies de Lolium ou ×Festulolium devem estar em conformidade com os seguintes requisitos:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017101100006

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1. O número de plantas de uma espécie de Lolium ou ×Festulolium que não sejam da espécie em cultivo não deverá exceder:

1.1. uma planta por 50 m^2, para a produção de semente básica;

1.2. uma planta por 10 m^2, para a produção de semente certificada.

IV. O campo deverá ter identidade varietal e pureza varietal suficientes. Em particular, campos que não sejam das espécies Pisum sativum, Vicia faba, Brassica napus var. napobrassica, Brassica oleracea convar. acephala, ou Poa pratensis deverão estar em conformidade com os seguintes padrões:

1. O número de plantas da espécie em cultivo reconhecidas como não sendo da cultivar não deverá exceder:

1.1. uma planta por 30 m^2, para a produção de semente básica;

1.2. uma planta por 10 m^2, para a produção de semente certificada.

2. Em relação à Poa pratensis, o número de plantas da espécie em cultivo reconhecidas como não sendo da cultivar não deverá exceder:

2.1. uma planta por 20 m^2, para a produção de semente básica;

2.2. quatro plantas por 10 m^2, para a produção de semente certificada;

2.a. Entretanto, para as cultivares que são oficialmente classificadas como "variedades apomíticas uni-clonais" de acordo com processos admitidos, o número de plantas reconhecidas como não sendo da cultivar, o qual não deverá exceder seis plantas por 10 m^2, pode ser considerado em conformidade com os padrões para produção de sementes certificadas.

3. Em relação às espécies de Pisum sativum, Vicia faba, Brassica napus var. napobrassica, Brassica oleracea convar. acephala, só é aplicável o primeiro período.

V. A presença de organismos nocivos, que reduzam o valor de utilização das sementes, será tolerada no limite mais baixo possível.

VI. Em relação à semente básica, o cumprimento dos padrões ou requisitos acima estabelecidos é verificado por meio de inspeções de campo oficiais e, em relação às sementes certificadas, serão examinadas tanto através de inspeções de campo oficiais quanto de inspeções realizadas sob supervisão oficial.

a) Estas inspeções de campo deverão ser efetuadas de acordo com os seguintes requisitos:

1. A condição e o estágio de desenvolvimento da cultura deverão permitir uma adequada avaliação.

2. Deve-se proceder, pelo menos, a uma inspeção de campo.

3. O tamanho, o número e a distribuição das parcelas do campo de sementes a serem inspecionadas para se verificar o cumprimento dos requisitos e padrões dispostos no presente Anexo deverão ser determinados de acordo com métodos apropriados.

ANEXO XI

REQUISITOS PARA A PRODUÇÃO DE SEMENTES DE FORRAGEIRAS

I. SEMENTES CERTIFICADAS

1. As sementes deverão ter identidade e pureza varietal suficientes. Em particular, as sementes das espécies listadas abaixo deverão estar em conformidade com os seguintes padrões e requisitos. A pureza varietal mínima deverá ser:

1.1. Poa pratensis, variedades mencionadas no subitem 2.a do item IV do Anexo X, Brassica napus var. napobrassica and Brassica oleracea convar. acephala: 98 % (noventa e oito por cento);

1.2. Pisum sativum, Vicia faba:

1.2.1. semente certificada de 1ª geração (C1): 99 % (noventa e nove por cento);

1.2.2. semente certificada de 2ª geração (C2): 98 % (noventa e oito por cento),

1.a. A pureza varietal mínima deve ser examinada principalmente em inspeções de campo conduzidas de acordo com os requisitos dispostos no Anexo X.

2. As sementes deverão atender aos padrões ou requisitos no que se refere à germinação, à pureza e ao conteúdo de sementes de outras espécies de plantas, incluindo a presença de sementes amargas nas cultivares doces de Lupinus spp., conforme disposto na Tabela 1:

Outros padrões ou requisitos são aplicáveis quando referenciados na Tabela 1 do item I-2-a deste Anexo, conforme disposto abaixo:

(a) Todas as sementes frescas e saudáveis que não germinaram após o tratamento prévio deverão ser consideradas sementes germinadas.

(b) Acima da quantidade máxima indicada, as sementes duras são consideradas sementes susceptíveis de germinação.

(c) Um percentual máximo de 0,8 % (zero vírgula oito por cento) em peso de sementes de outras espécies de Poa não deverá ser considerado impureza.

(d) Um percentual máximo de 1 % (um por cento) em peso de sementes de Trifolium pratense não deverá ser considerado impureza.

(e) Um percentual máximo de 0,5 % (zero vírgula cinco por cento) em peso de sementes de Lupinus albus, Lupinus angustifolius, Lupinus luteus, Pisum sativum, Vicia faba, Vicia pannonica, Vicia sativa, Vicia villosa em outra espécie relevante não deverá ser considerado impureza.

(f) A percentagem máxima fixada em peso de sementes de uma só espécie não deverá ser aplicável às sementes de Poa spp.

(g) O total máximo de duas sementes de Avena fatua e Avena sterilis em uma amostra com o peso prescrito não deverá ser considerado impureza se uma segunda amostra com o mesmo peso estiver isenta de sementes destas espécies.

(h) A presença de uma semente de Avena fatua e Avena sterilis em uma amostra com o peso prescrito não deverá ser considerada impureza se uma segunda amostra de peso igual ao dobro do prescrito não contiver sementes destas espécies.

(i) A determinação de sementes de Avena fatua e Avena sterilis por número poderá ser dispensada, a menos que haja dúvida sobre o cumprimento das condições dispostas na coluna 12.

(j) A determinação de sementes de Cuscuta spp. por número poderá ser dispensada, a menos que haja dúvida sobre o cumprimento das condições dispostas na coluna 13.

(k) A presença de uma semente de Cuscuta spp. em uma amostra com o peso prescrito não será considerada impureza se uma segunda amostra com o mesmo peso estiver isenta de sementes de Cuscuta spp.

(l) O peso da amostra para a determinação de sementes de Cuscuta spp. por número deve ser o dobro do peso prescrito na coluna 4 do Anexo XII para a espécie correspondente.

(m) A presença de uma semente de Cuscuta spp. em uma amostra com o peso prescrito não será considerada impureza se uma segunda amostra de peso igual ao dobro do peso prescrito não contiver sementes de Cuscuta spp.

(n) A determinação de sementes por número de Rumex spp., com exceção de Rumex acetosella e Rumex maritimus, poderá ser dispensada, a não ser que haja dúvida sobre o cumprimento das condições fixadas na coluna 14.

(o) A percentagem por número de sementes de Lupinus spp. de outra cor não deverá exceder:

- para tremoço amargo: 2 % (dois por cento);
- para Lupinus spp., com exceção do tremoço amargo: 1 % (um por cento).

(p) A percentagem por número de sementes amargas nas variedades de Lupinus spp. não poderá exceder a 2,5 % (dois vírgula cinco por cento).

2. A presença de organismos nocivos que diminuam o valor de utilização das sementes será tolerada no limite mais baixo possível.

3.

II. SEMENTE BÁSICA

Sem prejuízo às disposições abaixo indicadas, aplicam-se à semente básica as condições do item I do presente anexo.

1. As sementes de Pisum sativum, Brassica napus var. napobrassica, Brassica oleracea convar. acephala, Vicia faba e das cultivares de Poa pratensis referidas no subitem 2.a do item IV do Anexo X, devem corresponder aos seguintes padrões ou condições: a pureza varietal mínima é de 99,7 % (noventa e nove vírgula sete por cento). A pureza varietal mínima deverá ser verificada principalmente quando das inspeções de campo efetuadas de acordo com as condições estabelecidas no Anexo X.

2. As sementes devem satisfazer aos seguintes padrões ou requisitos:

a) Tabela 2

Espécies	Número máximo de sementes de outras espécies						Outros padrões ou requisitos
	Total (% por peso)	Quantidade por número em uma amostra de peso especificado na coluna 4 do Anexo XII (total por coluna)					
		Uma única espécie	Rumex ssp. exceção Rumex acetosella e R. maritimus	Elytrigia repens	Alopercurus myosuroides	Melilotus ssp.	
1	2	3	4	5	6	7	8
Poaceae (Gramineae)							
Agrostis canina	0,3	20	1	1	1		(j)
Agrostis capillaris	0,3	20	1	1	1		(j)
Agrostis gigantea	0,3	20	1	1	1		(j)
Agrostis stolonifera	0,3	20	1	1	1		(j)
Alopecurus pratensis	0,3	20 (a)	2	5	5		(j)
Arrhenatherum elatius	0,3	20 (a)	2	5	5		i) (j)
Bromus catharticus	0,4	20	5	5	5		(j)
Bromus sitchensis	0,4	20	5	5	5		(j)
Cynodon dactylon	0,3	20 (a)	1	1	1		(j)
Dactylis glomerata	0,3	20 (a)	2	5	5		(j)
Festuca arundinacea	0,3	20 (a)	2	5	5		(j)
Festuca filiformis	0,3	20 (a)	2	5	5		(j)
Festuca ovina	0,3	20 (a)	2	5	5		(j)
Festuca pratensis	0,3	20 (a)	2	5	5		(j)
Festuca rubra	0,3	20 (a)	2	5	5		(j)
Espécies	Número máximo de sementes de outras espécies						Outros padrões ou requisitos
	Total (% por peso)	Quantidade por número em uma amostra de peso especificado na coluna 4 do Anexo XII (total por coluna)					
		Uma única espécie	Rumex ssp. com exceção de Rumex acetosella e Rumex maritimus	Elytrigia repens	Alopercurus myosuroides	Melilotus ssp.	
1	2	3	4	5	6	7	8

Festuca rachyp hylla	0,3	20 (a)	2	5	5		(j)
×Festulolium	0,3	20 (a)	2	5	5		(j)
Lolium multiflorum	0,3	20 (a)	2	5	5		(j)
Lolium perenne	0,3	20 (a)	2	5	5		(j)
Lolium × boucheanum	0,3	20 (a)	2	5	5		(j)
Phalaris aquática	0,3	20	2	5	5		(j)
Phleum nodosum	0,3	20	2	1	1		(j)
Phleum pratense	0,3	20	2	1	1		(j)
Poa annua	0,3	20 (b)	1	1	1		f) (j)
Poa nemoralis	0,3	20 (b)	1	1	1		f) (j)
Poa palustris	0,3	20 (b)	1	1	1		f) (j)
Poa pratensis	0,3	20 (b)	1	1	1		f) (j)
Poa trivialis	0,3	20 (b)	1	1	1		f) (j)
Trisetum flavescens	0,3	20 (c)	1	1	1		i) (j)
Fabaceae (Leguminosae)							
Galega orientalis	0,3	20	2			0 (e)	(j)

Continuação da Tabela 2:

Espécies	Número máximo de sementes de outras espécies						Outros padrões ou requisitos
	Total (% por peso)	Quantidade por número em uma amostra de peso especificado na coluna 4 do Anexo XII (total por coluna)					
		Uma única espécie	Rumex ssp. c/ exceção Rumex acetosella e Rumex maritimus	Elytrigia repens	Alopercurus myosuroides	Melilotus ssp.	
1	2	3	4	5	6	7	8
Hedysarum coronarium	0,3	20	2			0 (e)	(j)
Lotus corniculatus	0,3	20	3			0 (e)	(g)(j)
Lupinus albus	0,3	20	2			0 (d)	(h)(k)
Lupinus angustifolius	0,3	20	2			0 (d)	(h)(k)
Lupinus luteus	0,3	20	2			0 (d)	(h)(k)
Medicago lupulina	0,3	20	5			0 (e)	(j)
Medicago sativa	0,3	20	3			0 (e)	(j)
Medicago × varia	0,3	20	3			0 (e)	(j)
Onobrychis viciifolia	0,3	20	2			0 (d)	
Pisum sativum	0,3	20	2			0 (d)	
Trifolium alexandrinum	0,3	20	3			0 (e)	(j)
Trifolium hybridum	0,3	20	3			0 (e)	(j)
Trifolium incarnatum	0,3	20	3			0 (e)	(j)
Trifolium pratense	0,3	20	5			0 (e)	(j)
Trifolium repens	0,3	20	5			0 (e)	(j)
Trifolium resupinatum	0,3	20	3			0 (e)	(j)

Continuação da Tabela 2:

Espécies	Número máximo de sementes de outras espécies						Outros padrões ou requisitos
	Total (% por peso)	Quantidade por número em uma amostra de peso especificado na coluna 4 do Anexo XII (total por coluna)					
		Uma única espécie	Rumex ssp. c/ exceção Rumex acetosella e Rumex maritimus	Elytrigia repens	Alopercurus myosuroides	Melilotus ssp.	
1	2	3	4	5	6	7	8
Trigonella foenum-graecum	0,3	20	2			0 (d)	
Vicia faba	0,3	20	2			0(d)	
Vicia pannonica	0,3	20	2			0(d)	(h)
Vicia sativa	0,3	20	2			0(d)	(h)
Vicia villosa	0,3	20	2			0(d)	(h)
Outras espécies							
Brassica napus var.napObrassica	0,3	20	2				(j)
Brassicaoleracea var. acephala(acephala var. medu llosa +viridis)	0,3	20	3				(j)
Phacelia tanacetifolia	0,3	20					
Raphanus S. var. oleiformis	0,3	20	2				

b) Outros padrões ou requisitos são aplicáveis quando referenciados na Tabela 2 do item II-2-a deste Anexo, conforme disposto abaixo:

(a) Um total máximo de 80 sementes de Poa spp. não deve ser considerado impureza.

(b) A condição estabelecida na coluna 3 não se aplica às sementes de Poa spp. O total máximo de sementes de Poa spp. de uma espécie diferente da analisada não deverá ultrapassar 1 (uma) semente em uma amostra de 500 sementes.

(c) O valor máximo de 20 sementes de Poa spp. não deverá ser considerado impureza.

(d) A determinação de sementes de Melilotus spp. por número poderá ser dispensada, a não ser que haja dúvida sobre o cumprimento das condições dispostas na coluna 7.

(e) A presença de 1 (uma) semente de Melilotus spp. em uma amostra com o peso prescrito não deverá ser considerada impureza se uma segunda amostra de peso igual ao dobro do prescrito estiver isenta de sementes de Melilotus spp.

(f) A condição (c) referida no item I-2-b do presente Anexo não se aplica.

(g) A condição (d) referida no item I-2-b do presente Anexo não se aplica.

(h) A condição (e) referida no item I-2-b do presente Anexo não se aplica.

(i) A condição (f) referida no item I-2-b do presente Anexo não se aplica.

(j) A condição (k) referida no item I-2-b do presente Anexo não se aplica.

(k) Nas variedades de Lupinus spp., a porcentagem em número de sementes amargas não deverá exceder a 1 % (um por cento).

ANEXO XII
PESOS DE LOTE E AMOSTRAS PARA SEMENTES DE FORRAGEIRAS

Espécies	Peso máximo do lote* toneladas	Peso mínimo amostra retirado do lotegramas	Peso da amostra p/determinações por nº estabelecidas nas colunas 12 a 14 da Tabela 1 (item I-2-a) e nas colunas 3 a 7- Tabela 2 (item II-2-a)ambas do Anexo XI (gramas)
1	2	3	4
Poaceae (Gramineae) (1)			
Agrostis canina	10	50	5
Agrostis capillaris	10	50	5
Agrostis gigantea	10	50	5
Agrostis stolonifera	10	50	5
Alopecurus pratensis	10	100	30
Arrhenatherum elatius	10	200	80

Bromus catharticus	10	200	200
Bromus sitchensis	10	200	200
Cynodon dactylon	10	50	5
Dactylis glomerata	10	100	30
Festuca arundinacea	10	100	50
Festuca filiformis	10	100	30
Festuca ovina	10	100	30
Festuca pratensis	10	100	50
Festuca rubra	10	100	30
Festuca trachyphylla	10	100	30
×Festulolium	10	200	60
Lolium multiflorum	10	200	60
Lolium perenne	10	200	60
Lolium × boucheanum	10	200	60
Phalaris aquatica	10	100	50
Phleum nodosum	10	50	10
Phleum pratense	10	50	10
Poa annua	10	50	10
Poa nemoralis	10	50	5
Poa palustris	10	50	5
Poa pratensis	10	50	5
Poa trivialis	10	50	5
Trisetum flavescens	10	50	5
Espécies	Peso máximo do lote* toneladas	Peso mínimo da amostra que será retirada do lote(gramas)	Peso da amostra p/ determinações por nº colunas 12 a 14- Tabela 1 (item I-2-a) colunas 3 a 7 da Tab. 2 (item II-2-a),anexo XI (g)
1	2	3	4
Fabaceae (Leguminosae)			
Galega orientalis	10	250	200
Hedysarum coronarium			
- fruto	10	1000	300
- semente	10	400	120
Lotus corniculatus	10	200	30
Lupinus albus	30	1000	1000
Lupinus angustifolius	30	1000	1000
Lupinus luteus	30	1000	1000
Medicago lupulina	10	300	50
Medicago sativa	10	300	50
Medicago × varia	10	300	50
Onobrychis viciifolia:			
- fruto	10	600	600
- semente	10	400	400
Pisum sativum	30	1 000	1 000
Trifolium alexandrinum	10	400	60
Trifolium hybridum	10	200	20
Trifolium incarnatum	10	500	80
Trifolium pratense	10	300	50
Trifolium repens	10	200	20
Trifolium resupinatum	10	200	20
Trigonella foenum-	10	500	450
Vicia faba	30	1 000	1 000
Vicia pannonica	30	1 000	1 000
Vicia sativa	30	1 000	1 000
Vicia villosa	30	1 000	1 000
Espécies	Peso máximo do lote* toneladas	Peso mínimo da amostra que será retirada do lote grama	Peso da amostra p/ determinações por nº nas colunas 12 a 14 da Tabela 1item I-2-colunas - 3 a 7 - Tabela 2 item II-2-ambas do AnexoXI (gramas)
1	2	3	4
Outras espécies			
Brassica napus var. napobrassica	10	200	100
Brassica oleracea var. acephala	10	200	100
Phacelia tanacetifolia	10	300	40
Raphanus sativus var. oleiformis	10	300	300

(1) O peso máximo do lote poderá ser ampliado para 25 toneladas, se o produtor tiver sido autorizado para este propósito pela autoridade competente.

* O peso máximo do lote não deverá ser excedido em mais de 5% (cinco por cento).

ANEXO XIII

ETIQUETA PARA SEMENTES DE FORRAGEIRAS

I. Informações que devem constar da etiqueta:

a) Para semente básica e semente certificada:

1. A expressão: "Regras e normas CE".

2. Autoridade Designada e país ou sua sigla.

3. Número de referência do lote:

3a. Mês e ano do ensaque das sementes, expressos pela indicação "Embalada em [mês] de [ano]"; ou mês e ano da última amostragem oficial com o propósito de certificação, expressos pela indicação "Amostragem realizada em [mês] de [ano]".

4. Espécie, indicada ao menos pelo seu nome científico, que pode ser informado de forma abreviada e sem referência aos nomes dos descritores, em caracteres romanos. No caso de xFestulolium, os nomes das espécies dos gêneros Festuca e Lolium devem ser indicados.

5. Cultivar, indicada pelo menos em caracteres romanos.

6. Categoria.

7. País de produção,

8. Peso líquido ou peso bruto de sementes puras.

9. No caso de indicação do peso e da utilização de agrotóxicos granulados, de substâncias de revestimento ou de outros aditivos sólidos, deverá ser indicada a natureza do aditivo e também a relação entre o peso das sementes puras e o peso total.

10. Para as sementes de cultivares de gramíneas que não tenham sido submetidas a ensaio de valor de cultivo e uso de acordo com o Artigo 4 (2) (a) da Diretiva do Conselho nº 70/457/EEC, de 29 de setembro de 1970, relativa ao catálogo comum de cultivares das espécies de plantas cultivadas, a expressão: "Não são destinadas a produção de plantas forrageiras".

12. No caso em que pelo menos a germinação tenha sido reanalisada, a expressão "Reanalisada em [mês] de [ano]" e o laboratório responsável por esta reanálise deverão ser indicados. Essa informação poderá ser dada através de uma etiqueta adesiva oficial anexada à etiqueta oficial.

b) Para mistura de sementes:

1. A expressão "Mistura de sementes para [utilização prevista]".

2. Autoridade Designada responsável pela embalagem e país ou sua sigla.

3. Número de referência do lote,

3a. Mês e ano do ensaque expressos pela indicação: "Embalada em [mês] de [ano]".

4. Proporção em peso de cada um dos componentes indicados por espécie e, se for caso, as cultivares indicadas pelo menos em caracteres romanos; a menção da denominação da mistura será suficiente se a proporção em peso for indicada por escrito para conhecimento do comprador e oficialmente registrada. No caso do xFestulolium, os nomes das espécies dos gêneros Festuca e Lolium devem ser indicados.

5. Peso líquido ou peso bruto ou número de sementes puras.

6. No caso de indicação do peso e da utilização de agrotóxicos granulados, de substâncias de revestimento ou de outros aditivos sólidos, deverá ser indicada a natureza do aditivo e também a relação aproximada entre o peso de sementes puras e o peso total.

7. No caso em que pelo menos a germinação de todos os componentes da mistura tenha sido reanalisada, a expressão "Reanalisada em [mês] de [ano]" e o laboratório responsável por esta reanálise deverão ser indicados. Essas informações deverão constar de uma etiqueta adesiva oficial anexada à etiqueta oficial.

II. Dimensões mínimas: 110 mm × 67 mm

ANEXO XIV

ETIQUETA E DOCUMENTO PARA SEMENTES DE FORRAGEIRAS COM CERTIFICAÇÃO NÃO DEFINITIVA

I. Informações que devem constar da etiqueta:

1. Autoridade responsável pela inspeção de campo e país ou sua sigla.

2. Espécie, indicada ao menos pelo seu nome científico, que pode ser informado de forma abreviada e sem referência aos nomes dos descritores, em caracteres romanos.

3. Cultivar, indicada pelo menos em caracteres romanos
4. Categoria.
5. Identificação do campo ou número de referência do lote.
6. Peso bruto ou peso líquido.
7. A expressão: "Sementes certificadas não definitivamente".

II. Cor da etiqueta:
A cor da etiqueta deverá ser cinza.
III. Informações que devem constar do documento:
1. Autoridade que emite o documento.
2. Espécie, indicada ao menos pelo seu nome científico, que pode ser informado de forma abreviada e sem referência aos nomes dos descritores, em caracteres romanos.
3. Cultivar, indicada pelo menos em caracteres romanos.
4. Categoria.
5. Número de referência da semente utilizada para semeadura do campo de produção e nome do país ou países que a certificaram.
6. Identificação do campo ou número de referência do lote.
7. Área cultivada para a produção do lote abrangido pelo documento.
8. Quantidade de sementes colhidas e número de embalagens.
9. Declaração de que o campo de produção das sementes atendeu aos requisitos previstos.
10. Resultados de análise preliminar das sementes, quando couber.

DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO DE INSUMOS AGRÍCOLAS

COORDENAÇÃO-GERAL DE AGROTÓXICOS E AFINS

ATO Nº 87, DE 9 DE OUTUBRO DE 2017

1. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, atendendo solicitação da empresa proprietária, cancelamos o registro do produto Glydur, registro nº 7205.

2. De acordo com o Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, atendendo solicitação da empresa proprietária, cancelamos o registro do produto Uragan Agricur Técnico, registro nº 2238501.

3. De acordo com o Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, atendendo solicitação da empresa proprietária, cancelamos o registro do produto Uradir 800, registro nº 11007.

4. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão do fabricante Changzhou Wintafone Chemical Co., Ltd. West Weitang Chemical Industry Zone, Chunjiang Town, Xinbei 213033 Changzhou, Jiangus - China no produto 2,4-D Técnico RB-BRA, registro nº 15212.

5. De acordo com o Artigo 22, §1º, do Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a alteração da marca comercial Metribuzin Técnico De Sangosse, registro nº 4512, para a marca comercial Metribuzin Técnico Tide.

6. De acordo com o Artigo 22, §1º, Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a transferência de titularidade dos pleitos de registro dos produtos Fipronil Técnico Tagros, processo nº 21000.007022/2011-31; Sulfentrazone Técnico Tagros, processo nº 21000.005419/2014-31; da empresa Biorisk Assessoria e Comércio de Produtos Agrícolas Ltda. - sito à Avenida Queiroz Filho, 1700 - Torre E - Conj. 810 - CEP: 05319-000 - São Paulo/SP, para a empresa Tagros Brasil Comércio de Produtos Químicos Ltda. - sito à Rua Jorge Caixe, 132 - sala 02 - Jardim Nomura - CEP: 06716-690 - Cotia/SP.

7. De acordo com o Artigo 22, §2º, do Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a exclusão do fabricante/formulador Biotech Controle Biológico Ltda. - Ribeirão Preto/SP, no produto Biotesia, registro nº 9211.

8. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a alteração do endereço da empresa Tundra Agroindustrial Ltda - Rua Ibiporã 733, Jardim Aurora - CEP: 86.060-510 - Londrina/PR para Avenida Maringá, 813, s/601 - CEP: 86.060-000 - Londrina/PR, conforme processo nº 21000.041338/2017-48.

9. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, no produto Belt, registro nº 2509, foi aprovada alteração nas recomendações de uso do produto com a inclusão da cultura de cana de açúcar.

10. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, no produto Acert, registro nº 2093, foi aprovada alteração nas recomendações de uso do produto com a inclusão da cultura do arroz irrigado.

11. De acordo com o Artigo 22, §2°, Inciso I, do Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002 e Instrução Normativa Conjunta n° 1, de 16 de junho de 2014, no produto Afalon 450 SC, registro n° 6010, foram aprovadas alterações nas recomendações de uso do produto com a inclusão das culturas de suporte fitossanitário insuficiente de batata doce, batata yacon, coentro, gengibre, inhame, mandioca e salsa - Cultura da Batata.

12. De acordo com o Artigo 22, § 2º, do Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a exclusão da cultura do café no produto Permetrina Fersol 384 EC, registro nº 4697.

13. De acordo com o Artigo 22, §2°, Inciso I, do Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002 e Instrução Normativa Conjunta n° 1, de 16 de junho de 2014, no produto Afalon SC, registro n° 88507, foram aprovadas alterações nas recomendações de uso do produto com a inclusão das culturas de suporte fitossanitário insuficiente de batata doce, batata yacon, coentro, gengibre, inhame, mandioca e salsa - Cultura da Batata.

14. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002 e Instrução Normativa Conjunta nº 1, de 16 de junho de 2014, no produto Poquer, registro nº 8510, foram aprovadas alterações nas recomendações de uso do produto com a inclusão das culturas de suporte fitossanitário insuficiente girassol e canola.

15. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a exclusão de manipulador/importador Athena Brasil Produtos Químicos Ltda. no produto Smartfresh Smarttabs, registro nº 7709.

16. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002 e Ato n° 70, de 11 de setembro de 2013, foi aprovada a inclusão do produto técnico Glifosato GH Técnico Prentiss, registro nº 13316, no produto formulado Pocco 480 SL, registro nº 12912.

17. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, no produto Standak Top, registro nº 1209, foi aprovada alteração nas recomendações de uso do produto com a inclusão da cultura de girassol.

18. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, no produto Triclon, registro nº 17208, foi aprovada alteração nas recomendações de uso do produto com a inclusão das culturas de arroz e soja.

19. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, no produto Pocco 480 SL registro nº 12912, foi aprovada alteração nas recomendações do produto com a inclusão das culturas de ameixa, banana, cacau, nectarina, pera, pêssego, pinus e eucalipto.

20. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, no produto Eminent Gold, registro nº 1410, foi aprovada alteração nas recomendações do produto com a inclusão das culturas de arroz e milho.

21. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, no produto Sumisoya 500 SC, registro nº 22317, foi aprovada alteração nas recomendações do produto com a inclusão das culturas de algodão, citros e milho.

22. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, no produto Sumyzin 500 SC, registro nº 22417, foi aprovada alteração nas recomendações do produto com a inclusão das culturas de algodão, citros e milho.

23.De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, no produto Pledge SC, registro nº 22217, foi aprovada alteração nas recomendações do produto com a inclusão das culturas de algodão, citros e milho.

24. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, no produto Flumyzin 500 SC, registro nº 22617, foi aprovada alteração nas recomendações do produto com a inclusão das culturas de algodão, citros e milho.

25. De acordo com o Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, autorizamos a empresa Alta América Latina Tecnologia Agrícola Ltda- CNPJ nº 10.409.614/0001-85 - Curitiba/PR, Filiais: CNPJ nº 10.409.614/0003-47 - Barueri/SP, CNPJ nº10.409.614/0004-28-Cuiabá/MT, CNPJ nº 10.409.614/0002-66-Ibiporã/PR e CNPJ nº 10.409.614/0005-09-Uberaba/MG, a importar os produtos Ace 750 SP, registro nº 12317; Take 750 SP, registro nº 20717; Thiodi 350 FS, registro nº 19817; Diquash 200 SL, registro nº 3516, e Fason, registro nº 12712.

26. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, no produto Manfil 800 WP, registro nº 6313, foi aprovada alteração nas recomendações de uso do produto com a inclusão das culturas de algodão e milho.

27. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, no produto Penncozeb WG, registro nº 2004, foi aprovada alteração nas recomendações de uso do produto com a inclusão das culturas de algodão, milho, soja, trigo e cevada.

28. De acordo com o Artigo 22, §1º, Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a transferência de titularidade dos registros dos produtos Shambda Técnico registro nº 17117, Thiodi 350 FS registro nº 19817, Thiodi registro nº 22717, Fate 750 SP registro nº 20917, Take 750 SP registro nº 20717, Trishul 750 SP registro nº 20817, da empresa Allierbrasil Agro Ltda - sito à Rua Dona Antônia de Queiros, 504, sala 123 - CEP: 01307-013 - São Paulo/SP, para a empresa Sharda do Brasil Comércio de Produtos Agroquímicos Ltda - sito à Rua da Consolação 222, conjunto 608, CEP: 01302-000 - São Paulo/SP.

CARLOS RAMOS VENÂNCIO
Coordenador Geral

RETIFICAÇÕES

No DOU de 03 de outubro de 2017, em Ato nº 83, de 03 de outubro de 2017, Seção 1, item 3, onde se lê: ...Shngyu Nutrichem Co., Ltd. - nº 9 Weijiu Road, Hangzhou Gulf Fine Chemical Zone 312369, Hangzhou, Zhejiang - China, leia-se: ... Shangyu Nutrichem Co., Ltd - nº 9 Weijiu Road, Hangzhou Bay Shagyu Economic and Technological Development area, Zhejiang 312369 China, no produto Tebuconazole Técnico Proventis registro nº 18417.

No DOU de 24 de agosto de 2017, em Ato nº 71, Seção 1, item 15, onde se lê: ... S3 Serviços Administrativos e Consultoria Ltda - Fortaleza/CE, leia-se: ... Proventis Lifescience Defensivos Agrícolas Ltda - São Paulo/SP.

No DOU de 03 de outubro de 2017, em Ato nº 83 de 03 de outubro de 2017, Seção 1, item 1, onde se lê: ... Jiangsu Changqing Agrochemical Co. Ltd. No1. Jiang Road Putou Town, Jiangsu District Yangzhou City, Jiangsu 225218-China (Rota 1), leia-se: ... Jiangsu Changqing Agrochemical Co., Ltd. - No. 1 Jiangling Road, Putou Town, Jiangdu District, Yangzhou City, Jiangsu 225218-China (Rota 1); onde se lê: ... Jiangsu Changqing Agrochemical Co. Ltd. Sanjiang Road, Jiangdu Economic Development Zone Yangzhou, Jiangsu-China (Rota 2), leia-se: ... Jiangsu Changqing Agrochemical Co., Ltd. - Sanjiang Road, Jiangdu Economy Development Zone, Yangzhou City, Jiangsu - China (Rota 2), no produto Fipronil Técnico Proventis registro nº 18217.

No DOU de 03 de outubro de 2017, em Ato nº 84, de 29 de setembro de 2017, Seção 1, na Tabela 1, retificar a localização da cultura da cenoura das culturas de suporte fitossanitário insuficiente do grupo 4. Hortaliças folhosas e Ervas aromáticas frescas para o grupo 3. Raízes, tubérculos e bulbos.

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

CONSELHO DIRETOR

RESOLUÇÃO Nº 685, DE 9 DE OUTUBRO DE 2017

Aprova a atribuição e destinação de faixas de radiofrequências, ao Serviço Limitado Privado (SLP), para aplicações de captação e transmissão de dados científicos relacionados à exploração da Terra por satélite, auxílio à meteorologia, meteorologia por satélite, operação espacial e pesquisa espacial.

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 22 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, e pelo art. 35 do Regulamento da Agência Nacional de Telecomunicações, aprovado pelo Decreto nº 2.338, de 7 de outubro de 1997,

CONSIDERANDO que, de acordo com o disposto no inciso VIII do art. 19 da Lei nº 9.472, de 1997, cabe à Anatel administrar o espectro de radiofrequências, expedindo as respectivas normas;

CONSIDERANDO que, de acordo com o disposto no art. 161 da Lei nº 9.472, de 1997, cabe à Anatel modificar a destinação de radiofrequências em função de interesse público;

CONSIDERANDO as contribuições recebidas em decorrência da Consulta Pública nº 22, de 1º de setembro de 2015, publicada no Diário Oficial da União de 2 de setembro de 2015;

CONSIDERANDO a necessidade de adequação das atribuições no Brasil com aquelas previstas para a Região 2 (Américas), estabelecidas pela União Internacional de Telecomunicações (UIT) para os serviços científicos;

CONSIDERANDO a demanda por licenciamento de estações para prestação de serviços científicos;

CONSIDERANDO deliberação tomada em sua Reunião nº 834, de 28 de setembro de 2017;

CONSIDERANDO o constante dos autos do Processo nº 53500.028433/2014-69, resolve:

Art. 1º Atribuir ao serviço de Auxílio a Meteorologia, em caráter primário e sem exclusividade, as subfaixas a seguir elencadas:

- 8,3 kHz a 9 kHz, adotando a Nota Internacional 5.54A
- 1668,4 MHz a 1670 MHz

Art. 2º Destinar ao Serviço Limitado Privado (SLP), para uso por sistemas de captação e transmissão de dados científicos relacionados ao auxílio à meteorologia, em caráter primário e sem exclusividade, as subfaixas a seguir elencadas:

- 8,3 kHz a 9 kHz
- 27500 kHz a 28000 kHz
- 400,15 MHz a 401 MHz
- 401 MHz a 402 MHz
- 402 MHz a 403 MHz
- 403 MHz a 406 MHz
- 1668,4 MHz a 1670 MHz
- 1670 MHz a 1675 MHz
- 1675 MHz a 1690 MHz
- 1690 MHz a 1700 MHz
- 35,2 GHz a 35,5 GHz
- 35,5 GHz a 36 GHz

Art. 3º Atribuir ao serviço de Pesquisa Espacial, em caráter primário e sem exclusividade, as subfaixas a seguir elencadas:

- 137 MHz a 137,025 MHz, no sentido espaço para Terra
- 137,025 MHz a 137,175 MHz, no sentido espaço para Terra
- 137,175 MHz a 137,825 MHz, no sentido espaço para Terra
- 137,825 MHz a 138 MHz, no sentido espaço para Terra
- 410 MHz a 420 MHz, no sentido espaço para espaço, adotando a Nota Internacional 5.268
- 2290 MHz a 2300 MHz, no sentido espaço para Terra e no espaço distante

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

- 9300 MHz a 9500 MHz, para sistemas ativos, adotando as Nota Internacionais 5.475A e 5.476A
- 21,2 GHz a 21,4 GHz, para sistemas passivos
- 22,21 GHz a 22,5 GHz, para sistemas passivos, adotando a Nota Internacional 5.532
- 22,55 GHz a 23,15 GHz, no sentido Terra para espaço, adotando a Nota Internacional 5.532A

Art. 4º Destinar ao Serviço Limitado Privado (SLP), para uso por sistemas de captação e transmissão de dados científicos relacionados à pesquisa espacial, em caráter primário e sem exclusividade, as subfaixas a seguir elencadas:
- 30,005 MHz a 30,01 MHz
- 137 MHz a 137,025 MHz
- 137,025 MHz a 137,175 MHz
- 137,175 MHz a 137,825 MHz
- 137,825 MHz a 138 MHz
- 143,6 MHz a 143,65 MHz
- 400,15 MHz a 401 MHz
- 410 MHz a 420 MHz
- 1215 MHz a 1240 MHz
- 1240 MHz a 1300 MHz
- 1400 MHz a 1427 MHz
- 1660,5 MHz a 1668 MHz
- 1668 MHz a 1668,4 MHz
- 2025 MHz a 2110 MHz
- 2110 MHz a 2120 MHz
- 2200 MHz a 2290 MHz
- 2290 MHz a 2300 MHz
- 2690 MHz a 2700 MHz
- 5250 MHz a 5255 MHz
- 5255 MHz a 5350 MHz
- 5350 MHz a 5460 MHz
- 5460 MHz a 5470 MHz
- 5470 MHz a 5570 MHz
- 7145 MHz a 7235 MHz
- 8400 MHz a 8500 MHz
- 8550 MHz a 8650 MHz
- 9300 MHz a 9500 MHz
- 9500 MHz a 9800 MHz
- 10,68 GHz a 10,7 GHz
- 13,25 GHz a 13,4 GHz
- 15,35 GHz a 15,4 GHz
- 17,2 GHz a 17,3 GHz
- 21,2 GHz a 21,4 GHz
- 22,21 GHz a 22,5 GHz
- 22,55 GHz a 23,15 GHz
- 23,6 GHz a 24 GHz
- 25,5 GHz a 27 GHz
- 31,3 GHz a 31,5 GHz
- 31,5 GHz a 31,8 GHz
- 31,8 GHz a 32 GHz
- 32 GHz a 32,3 GHz
- 34,2 GHz a 34,7 GHz
- 35,5 GHz a 36 GHz
- 36 GHz a 37 GHz
- 37 GHz a 37,5 GHz
- 37,5 GHz a 38 GHz
- 40 GHz a 40,5 GHz
- 50,2 GHz a 50,4 GHz
- 52,6 GHz a 54,25 GHz
- 54,25 GHz a 55,78 GHz
- 55,78 GHz a 56,9 GHz
- 56,9 GHz a 57 GHz
- 57 GHz a 58,2 GHz
- 58,2 GHz a 59 GHz
- 59 GHz a 59,3 GHz
- 65 GHz a 66 GHz
- 86 GHz a 92 GHz
- 94 GHz a 94,1 GHz
- 100 GHz a 102 GHz
- 105 GHz a 109,5 GHz
- 109,5 GHz a 111,8 GHz
- 111,8 GHz a 114,25 GHz
- 114,25 GHz a 116 GHz
- 116 GHz a 119,98 GHz
- 119,98 GHz a 122,25 GHz
- 148,5 GHz a 151,5 GHz
- 155,5 GHz a 158,5 GHz
- 164 GHz a 167 GHz
- 174,8 GHz a 182 GHz
- 182 GHz a 185 GHz
- 185 GHz a 190 GHz
- 190 GHz a 191,8 GHz
- 200 GHz a 202 GHz
- 202 GHz a 209 GHz
- 217 GHz a 226 GHz
- 226 GHz a 231,5 GHz
- 235 GHz a 238 GHz
- 250 GHz a 252 GHz

Art. 5º Atribuir ao Serviço de Pesquisa Espacial, em caráter secundário, as subfaixas a seguir elencadas:
- 19990 kHz a 19995 kHz
- 4990 MHz a 5000 MHz, para sistemas passivos
- 5650 MHz a 5725 MHz, no espaço distante
- 9800 MHz a 9900 MHz, para sistemas ativos, adotando as Notas Internacionais 5.478A e 5.478B
- 13,75 GHz a 14 GHz
- 14 GHz a 14,25 GHz
- 14,25 GHz a 14,3 GHz
- 14,4 GHz a 14,47 GHz, no sentido espaço para Terra
- 14,5 GHz a 14,8 GHz
- 14,8 GHz a 15,35 GHz

Art. 6º Destinar ao Serviço Limitado Privado (SLP), para uso por sistemas de captação e transmissão de dados científicos relacionados à pesquisa espacial, em caráter secundário, as subfaixas a seguir elencadas:
- 2501 kHz a 2502 kHz
- 5003 kHz a 5005 kHz
- 10003 kHz a 10005 kHz
- 15005 kHz a 15010 kHz
- 18052 kHz a 18068 kHz
- 19990 kHz a 19995 kHz
- 25005 kHz a 25010 kHz
- 39,986 MHz a 40,02 MHz
- 40,98 MHz a 41,015 MHz
- 449,75 MHz a 450,25 MHz
- 2655 MHz a 2670 MHz
- 2670 MHz a 2690 MHz
- 3100 MHz a 3300 MHz
- 4990 MHz a 5000 MHz
- 5650 MHz a 5725 MHz
- 9800 MHz a 9900 MHz
- 10,6 GHz a 10,68 GHz
- 12,75 GHz a 13,25 GHz
- 13,75 GHz a 14 GHz
- 14 GHz a 14,25 GHz
- 14,25 GHz a 14,3 GHz
- 14,4 GHz a 14,47 GHz
- 14,5 GHz a 14,8 GHz
- 14,8 GHz a 15,35 GHz
- 16,6 GHz a 17,1 GHz
- 18,6 GHz a 18,8 GHz
- 31 GHz a 31,3 GHz
- 34,7 GHz a 35,2 GHz
- 74 GHz a 76 GHz
- 76 GHz a 77,5 GHz
- 77,5 GHz a 78 GHz
- 78 GHz a 79 GHz
- 79 GHz a 81 GHz
- 81 GHz a 84 GHz

Art. 7º Atribuir ao Serviço de Operação Espacial no sentido espaço para Terra, em caráter primário e sem exclusividade, as subfaixas a seguir elencadas:
- 137 MHz a 137,025 MHz
- 137,025 MHz a 137,175 MHz
- 137,175 MHz a 137,825 MHz
- 137,825 MHz a 138 MHz
- 272 MHz a 273 MHz
- 1530 MHz a 1535 MHz

Art. 8º Destinar ao Serviço Limitado Privado (SLP), para uso por sistemas de captação e transmissão de dados científicos relacionados à operação espacial, em caráter primário e sem exclusividade, as subfaixas a seguir elencadas:
- 30,005 MHz a 30,01 MHz
- 137 MHz a 137,025 MHz
- 137,025 MHz a 137,175 MHz
- 137,175 MHz a 137,825 MHz
- 137,825 MHz a 138 MHz
- 272 MHz a 273 MHz
- 401 MHz a 402 MHz
- 1525 MHz a 1530 MHz
- 1530 MHz a 1535 MHz
- 2025 MHz a 2110 MHz
- 2200 MHz a 2290 MHz

Art. 9º Destinar ao Serviço Limitado Privado (SLP), para uso por sistemas de captação e transmissão de dados científicos relacionados à operação espacial, em caráter secundário, as subfaixas a seguir elencadas:
- 400,15 MHz a 401 MHz
- 433,75 MHz a 434,25 MHz
- 449,75 MHz a 450,25 MHz
- 1427 MHz a 1429 MHz

Art. 10. Atribuir ao Serviço de Meteorologia por Satélite, em caráter primário e sem exclusividade, as subfaixas a seguir elencadas:
- 7450 MHz a 7550 MHz, no sentido espaço para Terra
- 7850 MHz a 7900 MHz, no sentido espaço para Terra, adotando a Nota Internacional 5.461B
- 8175 MHz a 8215 MHz, no sentido Terra para espaço

Art. 11. Destinar ao Serviço Limitado Privado (SLP), para uso por sistemas de captação e transmissão de dados científicos relacionados à meteorologia por satélite, em caráter primário e sem exclusividade, as subfaixas a seguir elencadas:
- 137 MHz a 137,025 MHz
- 137,025 MHz a 137,175 MHz
- 137,175 MHz a 137,825 MHz
- 137,825 MHz a 138 MHz
- 400,15 MHz a 401 MHz
- 401 MHz a 402 MHz
- 402 MHz a 403 MHz
- 1670 MHz a 1675 MHz
- 1675 MHz a 1690 MHz
- 1690 MHz a 1700 MHz
- 1700 MHz a 1706 MHz
- 7450 MHz a 7550 MHz
- 7750 MHz a 7850 MHz
- 7850 MHz a 7900 MHz
- 8175 MHz a 8215 MHz

Art. 12. Destinar ao Serviço Limitado Privado (SLP), para uso por sistemas de captação e transmissão de dados científicos relacionados à meteorologia por satélite, em caráter secundário, as subfaixas a seguir elencadas:
- 460 MHz a 470 MHz
- 1706 MHz a 1710 MHz

Art. 13. Atribuir ao Serviço de Exploração da Terra por Satélite, em caráter primário e sem exclusividade, as subfaixas a seguir elencadas:
- 9300 MHz a 9500 MHz, para sistemas ativo, adotando as Nota Internacionais 5.475A e 5.476A
- 21,2 GHz a 21,4 GHz, para sistemas passivo
- 22,21 GHz a 22,5 GHz, para sistemas passivo, adotando a Nota Internacional 5.532

Art. 14. Destinar ao Serviço Limitado Privado (SLP), para uso por sistemas de captação e transmissão de dados científicos relacionados à exploração da Terra por satélite, em caráter primário e sem exclusividade, as subfaixas a seguir elencadas:
- 401 MHz a 402 MHz
- 402 MHz a 403 MHz
- 1215 MHz a 1240 MHz
- 1240 MHz a 1300 MHz
- 1400 MHz a 1427 MHz
- 2025 MHz a 2110 MHz
- 2200 MHz a 2290 MHz
- 2690 MHz a 2700 MHz
- 5250 MHz a 5255 MHz
- 5255 MHz a 5350 MHz
- 5350 MHz a 5460 MHz
- 5460 MHz a 5470 MHz
- 5470 MHz a 5570 MHz
- 8175 MHz a 8215 MHz
- 8215 MHz a 8400 MHz
- 8550 MHz a 8650 MHz
- 9300 MHz a 9500 MHz
- 9500 MHz a 9800 MHz
- 10,68 GHz a 10,7 GHz
- 13,25 GHz a 13,4 GHz
- 13,4 GHz a 13,75 GHz
- 15,35 GHz a 15,4 GHz
- 17,2 GHz a 17,3 GHz
- 21,2 GHz a 21,4 GHz
- 22,21 GHz a 22,5 GHz
- 23,6 GHz a 24 GHz
- 25,5 GHz a 27 GHz
- 31,3 GHz a 31,5 GHz
- 31,5 GHz a 31,8 GHz
- 35,5 GHz a 36 GHz
- 36 GHz a 37 GHz
- 50,2 GHz a 50,4 GHz
- 52,6 GHz a 54,25 GHz
- 54,25 GHz a 55,78 GHz
- 55,78 GHz a 56,9 GHz
- 56,9 GHz a 57 GHz
- 57 GHz a 58,2 GHz
- 58,2 GHz a 59 GHz
- 59 GHz a 59,3 GHz
- 65 GHz a 66 GHz
- 86 GHz a 92 GHz
- 94 GHz a 94,1 GHz
- 100 GHz a 102 GHz
- 109,5 GHz a 111,8 GHz
- 114,25 GHz a 116 GHz
- 116 GHz a 119,98 GHz
- 119,98 GHz a 122,25 GHz
- 130 GHz a 134 GHz
- 148,5 GHz a 151,5 GHz
- 155,5 GHz a 158,5 GHz
- 164 GHz a 167 GHz
- 174,8 GHz a 182 GHz
- 182 GHz a 185 GHz
- 185 GHz a 190 GHz
- 190 GHz a 191,8 GHz
- 200 GHz a 202 GHz
- 202 GHz a 209 GHz
- 226 GHz a 231,5 GHz
- 235 GHz a 238 GHz
- 250 GHz a 252 GHz

Art. 15. Atribuir ao Serviço de Exploração da Terra por Satélite, em caráter secundário, as subfaixas a seguir elencadas:
- 1525 MHz a 1530 MHz
- 1530 MHz a 1535 MHz
- 9800 MHz a 9900 MHz, para sistemas ativos, adotando as Notas Internacionais 5.478A e 5.478B
- 13,75 GHz a 14 GHz

Art. 16. Destinar ao Serviço Limitado Privado (SLP), para uso por sistemas de captação e transmissão de dados científicos relacionados à exploração da Terra por satélite, em caráter secundário, as subfaixas a seguir elencadas:
- 432 MHz a 438 MHz
- 1525 MHz a 1530 MHz
- 1530 MHz a 1535 MHz
- 2655 MHz a 2670 MHz
- 2670 MHz a 2690 MHz
- 3100 MHz a 3300 MHz
- 8025 MHz a 8175 MHz
- 9800 MHz a 9900 MHz
- 10,6 GHz a 10,68 GHz
- 13,75 GHz a 14 GHz

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017101100011

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

- 18,6 GHz a 18,8 GHz
- 24,05 GHz a 24,25 GHz
- 28,5 GHz a 29,1 GHz
- 29,1 GHz a 29,5 GHz
- 29,5 GHz a 29,9 GHz
- 29,9 GHz a 30 GHz
- 37,5 GHz a 38 GHz
- 38 GHz a 39,5 GHz
- 39,5 GHz a 40 GHz
- 40 GHz a 40,5 GHz

Art. 17. A destinação de todas as faixas de radiofrequências tratadas nesta Resolução seguem as restrições impostas pela respectiva atribuição.

Parágrafo Único. Os interessados no uso das faixas de radiofrequências objeto desta Resolução deverão prever em seus projetos, até que seja editada regulamentação específica sobre condições de uso dessas faixas, critérios para convivência harmônica com os sistemas existentes nessas faixas, mantendo coordenação específica, quando necessário, de tal forma que os sistemas entrantes não venham a ocasionar interferências prejudiciais aos sistemas existentes.

Art. 18. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JUAREZ MARTINHO QUADROS DO NASCIMENTO
Presidente do Conselho

SÚMULA Nº 21, DE 10 DE OUTUBRO DE 2017

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 22 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, e pelo art. 35 do Regulamento da Agência Nacional de Telecomunicações, aprovado pelo Decreto nº 2.338, de 7 de outubro de 1997,

CONSIDERANDO a necessidade de unificação de entendimento acerca do marco temporal para conhecimento e análise de petições extemporâneas pelo Conselho Diretor da Anatel;

CONSIDERANDO o contido na Análise nº 115/2017/SEI/LM (SEI nº 1945946);

CONSIDERANDO deliberação tomada em sua Reunião nº 835, de 5 de outubro de 2017;

CONSIDERANDO o constante dos autos do Processo nº 53500.061638/2017-07, resolve:

Editar a presente Súmula:

"As petições extemporâneas, quando não caracterizado abuso do exercício do direito de petição, devem ser conhecidas e analisadas pelo Conselho Diretor desde que protocolizadas até a data de divulgação da pauta de Reunião na Biblioteca e na página da Agência na internet.

É facultado o exame dessas petições, no caso concreto, pelo Conselheiro ou pelo Conselho Diretor após o prazo estipulado e até o julgamento da matéria, sobretudo se a manifestação do interessado trouxer a lume a notícia de fato novo ou relevante que possa alterar o desfecho do processo.

Não há necessidade de desentranhamento de petições extemporâneas, ainda que não conhecidas por esse órgão colegiado".

Esta Súmula entra em vigor na data de sua publicação.

JUAREZ MARTINHO QUADROS DO NASCIMENTO
Presidente do Conselho

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DE GOIÁS, MATO GROSSO, MATO GROSSO DO SUL E TOCANTINS

UNIDADE OPERACIONAL NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

ATOS DE 5 DE OUTUBRO DE 2017

Outorga autorização de uso de radiofrequência associada a autorização do serviço à: Nº 12.841 - VALDIR GARCEZ PAIM, CPF nº 447.632.121-68; Nº 12.843 - AGROPECUARIA BOI BOM LTDA - ME, CNPJ nº 19.913.140/0001-89; Nº 12.846 - CENTERFORT SEGURANCA E PROTECAO LTDA, CNPJ nº 59.759.241/0002-42.

JOSÉ AFONSO COSMO JUNIOR
Gerente

ATO Nº 12.857, DE 6 DE OUTUBRO DE 2017

Expede autorização à CONCESSIONARIA PORTO MORRINHO LTDA, CNPJ nº 10.994.905/0001-88 para exploração do Serviço Limitado Privado e outorga autorização de uso de radiofrequência associada a autorização do serviço.

JOSÉ AFONSO COSMO JUNIOR
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DE PERNAMBUCO, PARAÍBA E ALAGOAS

ATO Nº 12.880, DE 9 DE OUTUBRO DE 2017

Outorga autorização de uso de radiofrequência a WILSON ARAUJO DOS SANTOS CPF: 402.628.124-87, para exploração do Serviço Limitado Privado.

SÉRGIO ALVES CAVENDISH
Gerente

SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO

DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL

COORDENAÇÃO-GERAL DE OUTORGAS

DESPACHOS COORDENADOR-GERAL
Em 15 de setembro de 2017

Nº 1.471/SEI - O COORDENADOR-GERAL DE OUTORGAS, SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 3º, inciso II, da Portaria nº 1.729, de 31 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União em 04 de abril de 2017, e considerando o que consta no processo n.º 53000.009989/2013-14, resolve aprovar o local de instalação da estação digital e a utilização dos equipamentos da TELEVISÃO BAHIA S.A., autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter primário, no município de PILÃO ARCADO, estado da BAHIA, utilizando o canal digital nº 28 (vinte e oito), nos termos da Nota Técnica nº 19799/2017/SEI-MCTIC.

Nº 1.499/SEI - O COORDENADOR-GERAL DE OUTORGAS, SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 3º, inciso II, da Portaria nº 1.729, de 31 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União em 04 de abril de 2017, e considerando o que consta no processo n.º 53900.032457/2015-91, resolve aprovar o local de instalação da estação digital e a utilização dos equipamentos da EMPRESA PORTOALEGRENSE DE COMUNICAÇÃO LTDA., autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter primário, no município de OSÓRIO, estado do RIO GRANDE DO SUL, utilizando o canal digital nº 49 (quarenta e nove), nos termos da Nota Técnica nº 20171/2017/SEI-MCTIC.

ALEXANDRE MIRANDA FREIRE
DE OLIVEIRA BARROS

COORDENAÇÃO-GERAL PÓS DE OUTORGAS

DESPACHOS DO COORDENADOR-GERAL
Em 4 de outubro de 2017

Nº 1.594/SEI - O COORDENADOR-GERAL DE PÓS-OUTORGAS, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 4º, inciso III, da Portaria n.° 1.729, de 31 de março de 2017, e considerando o que consta no processo n.º 01250.043575/2017-94, resolve aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, da RÁDIO ACAIACA LIMITADA - EPP, permissionária do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Ouro Preto-MG, utilizando o canal n.º207 (duzentos e sete), classe A3, nos termos da Nota Técnica n.º 21399/2017/SEI-MCTIC.

Nº 1.617/SEI - O COORDENADOR-GERAL DE PÓS-OUTORGAS, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 4º, inciso III, da Portaria n.° 1.729, de 31 de março de 2017, e considerando o que consta no processo n.º 01250.041282/2017-72, resolve aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, da EMISSORA A VOZ DE CATANDUVA LTDA - ME, permissionária do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Catanduva-SP, utilizando o canal n.º 267 (duzentos e sessenta e sete), classe B1, nos termos da Nota Técnica n.º 21741/2017/SEI-MCTIC.

Nº 1.623/SEI - O COORDENADOR-GERAL DE PÓS-OUTORGAS, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 4º, inciso III, da Portaria n.° 1.729, de 31 de março de 2017, e considerando o que consta no processo n.º 01250.056464/2017-48, resolve aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, da RÁDIO COLONIAL LTDA. - ME, permissionária do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Três de Maio-RS, utilizando o canal n.º 234 (duzentos e trinta e quatro), classe C, nos termos da Nota Técnica n.º 21851/2017/SEI-MCTIC.

Em 10 de outubro de 2017

Nº 1.648//SEI - O COORDENADOR-GERAL DE PÓS-OUTORGAS, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 4º, inciso III, da Portaria n.° 1.729, de 31 de março de 2017, e o que consta do Processo n.º 01250.009721/2017-52, resolve acolher o disposto na Nota Técnica n.º 22265/2017/SEI-MCTIC, invocando seus fundamentos como razão desta decisão, para indeferir o pedido de aprovação do local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, formulado pela RÁDIO DIFUSORA DE PATROCINIO LTDA, permissionária do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Patrocínio, estado de Minas Gerais, mediante utilização do canal n.º 237 (duzentos e trinta e sete), classe B1.

Em 5 de outubro de 2017

Nº 1.670/SEI - O COORDENADOR-GERAL DE PÓS-OUTORGAS, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 4º, inciso III, da Portaria n.° 1.729, de 31 de março de 2017, e considerando o que consta no processo n.º 01250.055872/2017-82, resolve aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, da SOCIEDADE DE RADIODIFUSÃO FORTALEZA LTDA - EPP, permissionária do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de RIO PARDO/RS, utilizando o canal n.º 278 (duzentos e setenta e oito), classe B1, nos termos da Nota Técnica n.º 22687/2017/SEI-MCTIC.

ALTAIR DE SANTANA PEREIRA

IMPRENSA NACIONAL
http://www.in.gov.br
ouvidoria@in.gov.br

Ministério da Cultura

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL

PORTARIA Nº 375, DE 2 DE OUTUBRO DE 2017

A PRESIDENTE DO INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 21, Inciso V, anexo I, do Decreto nº 6.844, de 07 de maio de 2009 e Portaria n° 300 de 10 de outubro de 2016, publicada no DOU de 11 de outubro de 2016, considerando o disposto na Portaria nº. 92, de 05 de julho de 2012, publicada no DOU de 09 de julho de 2012, resolve, e conforme processo n° 01450.900763/2017-73, resolve:

Art. 1º - Convocar para contratação os aprovados e classificados, na forma do Anexo I desta portaria, no Processo Seletivo Simplificado, do qual trata o Edital nº. 1 de 2015, publicado no DOU de 17 de abril de 2015, com o resultado final homologado pelo Edital nº 6, publicado no DOU de 31 de julho de 2015, nos termos do Edital nº 1 de 2017, publicado no DOU de 27 de setembro de 2017, referente à classificação unificada.

Art. 2º - Os candidatos terão o prazo máximo de 30 (trinta) dias para realização de procedimentos pré-admissionais e exames médicos complementares, contados a partir do prazo de que trata o Item 12.2 do Edital nº 1 de 2015.

Art. 3º - A relação dos exames médicos, documentos, formulários a serem preenchidos e endereços das unidades organizacionais do IPHAN, para entrega da documentação para fins de contratação, estão disponíveis no sitio: http://www.iphan.gov.br.

Art. 4º - A documentação necessária para contratação deverá ser entregue na Sede das Superintendências Estaduais do IPHAN, localizadas nas capitais das Unidades da Federação, ou na Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas - Sede Nacional.

KÁTIA SANTOS BOGÉA

ANEXO I

UF	Cidade	Classificação Unificada por área de atuação	Nome	CPF
Código/Área de Atuação - 102 - Arqueologia				
MG	BELO HORIZONTE	1º	LETÍCIA MOURA SIMÕES DE SOUZA	27865453825
SP	SÃO PAULO	2º	LEANDRO MATTHEWS CASCON	01969445548

SECRETARIA DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA

PORTARIA Nº 611, DE 10 DE OUTUBRO DE 2017

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 1317, de 01 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1.º - Aprovar o(s) projeto(s) cultural(is), relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ PAULO SOARES MARTINS

ANEXO I

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º)

175953 - Circulação do Espetáculo Clarear pelo Interior do Estado de São Paulo
C3 Projetos Culturais e Serviços Artísticos Ltda ME
CNPJ/CPF: 07.462.701/0001-91
Processo: 01400026098201731
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 1.085.933,11
Prazo de Captação: 11/10/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O projeto realizará apresentações do espetáculo CLAREAR, no formato Teatro Cego (forma inovadora de fazer teatro, onde a trama se passa totalmente no escuro, fazendo com que o público, privado da visão, se utilize de seus outros sentidos - olfato, tato, paladar e audição - e até mesmo da intuição, para compreender a trama).

175879 - Natal de magia e sonho
SUZANA PEREIRA SCHWUCHOW - ME
CNPJ/CPF: 13.504.512/0001-37
Processo: 01400025863201704
Cidade: Porto Alegre - RS;
Valor Aprovado: R$ 262.062,00
Prazo de Captação: 11/10/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Realizar espetáculo de acendimento de luzes natalinas e projeção mapeada com o espetaculo Imagem e Sonho do Grupo Circense Tholl. A entrada é franca.

176373 - Natal da FelizCidade
D. MARIN DA SILVA - ME
CNPJ/CPF: 08.430.920/0001-51
Processo: 01400026816201770
Cidade: Santa Maria - RS;
Valor Aprovado: R$ 239.580,00
Prazo de Captação: 11/10/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Realizar atividades artístico-culturais, com apresentações musicais, performances teatrais e desfiles temáticos. Serão apresentações de artistas locais e regionais, que seguirão a temática de Natal. Além disso, será montada a Villa do Noel, local onde se resgatará os principais símbolos natalinos, tais como, fábrica de brinquedos, bolachas artesanais (que serão coloridas pelas crianças), casa do Noel, duendes, bonecos de neve, bonecos de pano e pinheiros gigantes.

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 18 , § 1º)

175949 - AURA Festival
Traga Seu Show Produtora LTDA
CNPJ/CPF: 02.242.668/0001-70
Processo: 01400026070201702
Cidade: Porto Alegre - RS;
Valor Aprovado: R$ 309.720,00
Prazo de Captação: 11/10/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: AURA Festival propõe a realização de um festival transmídia em Porto Alegre, com a temática arte e meio ambiente. Com uma programação totalmente gratuita, envolvendo música, artes visuais, audiovisual e ecologia, a proposta busca integrar essas diferentes linguagens com o uso da tecnologia. Na programação estarão os músicos convidados: Stephan Micus; Marlui Miranda e índios Suruí; Dimitri Cervo e Orquestra de Sopros de Novo Hamburgo e Carina Levitan. Paralelamente, acontecerá uma mostra audiovisual, onde serão exibidos os documentários Yorimatã, Nhemonguetá - Os conselhos entoados pelas crianças Mbya Guarani, Projeto Gema - Aldeia Tekoa Guaviraty Porã, Híbridos - Os Espíritos do Brasil (de Vincent Moon) e Espaço Além (Marina Abramovic). Será montada uma instalação geodésica de 80m² em espaço público, onde serão projetadas imagens e áudios captados ao vivo dos shows em formato 360 graus. O evento também contará com atividades de formação (oficinas, masterclasses e mostra de filmes).

175943 - Brasil Concerts
Santo Antônio Promoção e Marketing LTDA
CNPJ/CPF: 18.006.532/0001-00
Processo: 01400026056201709
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 1.504.877,22
Prazo de Captação: 11/10/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O projeto propõe a montagem e realização de concertos de música instrumental. Tendo como tema a Bossa Nova, uma camerata formada por músicos locais se juntará a umsolista e será regida por um maestro renomado, apresentando ao público o que foi o principal movimento da música popular brasileira do final dos anos 50.

176341 - Escolas de Música e Cidadania 2018 - Plano Anual
Agência do Bem
CNPJ/CPF: 17.016.104/0001-97
Processo: 01400026761201706
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 1.382.940,00
Prazo de Captação: 11/10/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O Projeto das Escolas de Música e Cidadania tem por objetivo manter cinco centros comunitários de ensino de música, prioritariamente de instrumentos de orquestra, gratuitamente, para centenas de crianças e jovens de comunidades de baixa renda no Rio de Janeiro e dar suporte à orquestra formada pelos alunos de maior destaque. Esta iniciativa, com onze anos de existência, já beneficiou milhares de alunos e é a única do país, específica de ensino de música, Certificada como Tecnologia Social. O projeto oferecerá aulas semanais de teoria e percepção musical, prática instrumental e cidadania, gratuitamente, e promoverá concertos didáticos gratuitos em espaços culturais da cidade. Sua meta é formar uma futura geração de instrumentistas, democratizando o acesso à cultura, abrindo possibilidades de formação pessoal e profissional.

175941 - FESTIVAL AFROREGGAE DE MÚSICA CLÁSSICA
Grupo Cultural Afro Reggae - GCAR
CNPJ/CPF: 73.322.240/0001-86
Processo: 01400026049201707
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 829.721,20
Prazo de Captação: 11/10/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Este projeto se destina a promover o Festival AfroReggae de Música Clássica com a participação de 4 Orquestras comunitárias, formadas por músicos e jovens alunos oriundos de oficinas de música instrumental. As atividades ocorrerão em comundades de baixa renda do Rio de Janeiro a serem definidas no momento oportuno, aos finais de semana. O Festival terá uma programação com as seguintes atividades: Abertura com a apresentação da Orquestra local; Workshops experimentais de instrumentos musicais voltados para o público infanto-juvenil; Mini-Exposições sobre instrumentos musicais e seus processos de produção; Concertos com a participação da Orquestra local e de um Maestro convidado; e o Fechamento do Festival será um Grande Encontro de Orquestras das comunidades envolvidas.

175954 - Plano Anual de Atividades e Temporada 2018 - Orquestra Sinfônica Brasileira
Fundação Orquestra Sinfonica Brasileira
CNPJ/CPF: 33.659.327/0001-29
Processo: 01400026099201786
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 36.896.530,56
Prazo de Captação: 11/10/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O Plano anual de atividades propoe a manutenção da Fundação Orquestra Sinfõnica Brasileira ao longo de 2018, bem como a temporada de concertos e apresentações musicais do corpo orquestral e formação de plateia para alunos e professores no período de janeiro a dezembro de 2018.

175930 - Streetcross II - 2ª Edição
Walter Lopes Cardozo Junior
CNPJ/CPF: 074.419.798-89
Processo: 01400025995201728
Cidade: Londrina - PR;
Valor Aprovado: R$ 278.400,00
Prazo de Captação: 11/10/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Continuar a oferecer de forma gratuita para crianças, jovens e adultos aulas de Bateria e oficinas de Percussão com sucatas.

172332 - UM CONCERTO PARA A CIDADE CANÇÃO 2a edição
SCHOFFEN & MAURUTTO PRODUCOES ARTISTICAS LTDA. – ME
CNPJ/CPF: 10.317.692/0001-50
Processo: 01400020427201731
Cidade: Maringá - PR;
Valor Aprovado: R$ 214.170,00
Prazo de Captação: 11/10/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Esse projeto pretende realizar a 2a edição do projeto UM CONCERTO PARA A CIDADE CANÇÃO, onde uma orquestra interpreta clássicos da música devidamente rearranjados para a instrumentação de uma orquestra. Serão também convidados para participar do concerto artistas locais, assim como um artista de renome nacional para uma participação especial em algumas músicas do repertório do projeto. Pretendemos também realizar uma Oficina gratuita de "Apreciação de Arranjos Orquestrais" que será e destinada a estudantes de música e demais pessoas que quiserem participar.

175850 - VIOLINO & MÚSICA ELETRÔNICA
ELIZEU LUIZ FERRO ME
CNPJ/CPF: 00.559.172/0001-08
Processo: 01400025650201774
Cidade: Santa Rosa - RS;
Valor Aprovado: R$ 444.450,00
Prazo de Captação: 11/10/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Realização de uma turnê de música instrumental com um repertório de clássicos da música popular brasileira em uma linguagem pop e contemporânea executados ao violino acompanhado de DJ e piano.

ÁREA: 4 ARTES VISUAIS (Artigo 18 , § 1º)

175880 - BLIND GALLERY - CHRISTOPHER PAGE
INSTITUTO INCLUSARTIZ
CNPJ/CPF: 03.716.186/0001-78
Processo: 01400025864201741
Cidade: Angra dos Reis - RJ;
Valor Aprovado: R$ 397.031,60
Prazo de Captação: 11/10/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Exposição do artista plástico britânico Christopher Page no Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro. O artista irá utilizar paredes móveis para formar uma arquitetura de um espaço flutuante dentro do grande salão de exposições do MAM. As paredes serão dispostas como uma sala retangular, com espaços para que o público possa ?penetrar? na obra. Dentro este espaço, Page irá criar arquiteturas ilusórias e pinturas de parede que fazem lembrar o ato de pendurar quadros. Blind Gallery é uma característica arquitetônica encontrada em antigos interiores romanos. É o trompe l?oeil de uma sacada bloqueada ou um canto cego. O título remete à sua natureza paradoxal ? uma plataforma de visualização, mas que ao mesmo tempo é ?cega?. Jogando com os diferentes significados da palavra gallery, evoca a imagem de uma exposição que, de alguma forma, está ausente ou invisível.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

175938 - Dias e Riedweg em Roma
Adriana Dantas Salomão
CNPJ/CPF: 865.919.247-87
Processo: 01400026029201728
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 421.200,00
Prazo de Captação: 11/10/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O projeto DIAS E RIEDWEG EM ROMA consiste de duas exposições individuais da dupla de artistas Mauricio Dias & Walter Riedweg, que acontecerão simultaneamente em duas das mais renomadas instituições de arte de Roma, capital italiana: o MACRO - MUSEU DE ARTE CONTEMPORANEA DE ROMA e o AUDITÓRIO - FUNDAÇÃO PARA MÚSICA EM ROMA. Estas duas mostras marcam a maior apresentação das obras dos artistas na Itália. Também está prevista a publicação de um catálogo para o registo do projeto.
ÁREA: 6 HUMANIDADES (Artigo 18 , § 1º)
175854 - Bethencourt da Silva, Arquiteto e Educador do Império e da República
Estudio F Design e Comunicação Ltda
CNPJ/CPF: 03.925.469/0001-20
Processo: 01400025665201732
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 394.511,25
Prazo de Captação: 11/10/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Publicação de um livro de arte, com farta documentação fotográfica e minuciosa análise estilística, sobre a vida e a obra do arquiteto e educador Francisco Bethencourt da Silva (1831-1911). Bethencourt marcou de forma definitiva o Império e a República, através de seis décadas de construções na cidade do Rio de Janeiro - como Corte e Capital Federal. Também foi grande incentivador da Educação, tendo fundado a Sociedade de Belas Artes e o Liceu de Artes e Oficios. Pela primeira vez será editado um livro sobre a sua obra.

ANEXO II

175887 - BiciBiblioteca - Ano 2 (Artigo 26)
FGM PRODUCOES CULTURAIS LTDA – ME
CNPJ/CPF: 21.116.382/0001-93
Processo: 01400025879201717
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 788.461,60
Prazo de Captação: 11/10/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O projeto Bici Biblioteca pretende a distribuição gratuita de 8 mil exemplares de títulos infantis por uma bicicleta que percorrerá quatro cidades trocando dois livros novos por um usado, visando incentivar o hábito da leitura.

PORTARIA Nº 613, DE 10 DE OUTUBRO DE 2017

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 1317, de 01 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:
Art. 1.º - Aprovar a redução de valor em favor do(s) projeto(s) cultural(is) relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual (is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.
Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ PAULO SOARES MARTINS

ANEXO

ÁREA: 6 HUMANIDADES (Artigo 18 , § 1º)
154372 - SÃO PAULO: Além da Garoa
Associação Universo Cultural Assistencial
CNPJ/CPF: 07.241.495/0001-90
Cidade: Itaúna - MG;
Valor Reduzido: R$ 98.873,40
Valor total atual: R$ 179.354,00

PORTARIA Nº 612, DE 10 DE OUTUBRO DE 2017

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 1317, de 01 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:
Art. 1.º - Alterar o(s) proponente(s) do(s) projeto(s) abaixo relacionado(s):
PRONAC: 147803 - SABA - Em Nome da Dor e Esperança, publicado na portaria nº 0542/14 de 19/08/2014, no D.O.U. de 20/08/2014.
Onde se lê: Ovo Produções Artísticas e Culturais LTDA
CNPJ/CPF: 14.026.768/0001-49
Leia-se: Clarissa Kahane
CNPJ/CPF: 17.274.185/0001-25
PRONAC: 160831 - Almas do Brasil, publicado na portaria nº 0486/16 de 12/08/2016, no D.O.U. de 15/08/2016.
Onde se lê: Tho Produções Cinematográficas Ltda
CNPJ/CPF: 81.634.883/0001-93
Leia-se: Eloah Westphalen Naschenweng
CNPJ/CPF: 534.045.219-00
Art. 2.º - Aprovar a(s) alteração(ões) do(s) nome(s) do(s) projeto(s) abaixo relacionado(s):
PRONAC: 140243 - TRAMAS - LUMINALE, publicado na portaria nº 0111/14 de 27/02/2014, no D.O.U. em 28/02/2014, para "TRAMAS".
Art. 3.º - Alterar o(s) resumo(s) do(s) projeto(s) abaixo relacionado(s):
PRONAC: 158568 - O Auto do Reino do Sol, publicado na portaria nº 0296/16 de 20/05/2016, no D.O.U. de 23/05/2016.
Onde se lê: Pesquisa, elaboração de texto e montagem de peça teatral inédita sobre a obra do dramaturgo Ariano Suassuna, intitulada "Suassuna - O Auto do Reino do Sol". A proposta artística é a criação de um musical, que possa ser encenado ao ar livre ou em teatros. Nesse processo previmos a realização de espetáculos abertos em 10 cidades, a saber: Rio de Janeiro (RJ) e São Paulo (SP), com temporadas de 2 meses e meio e de 2 meses respectivamente, e Porto Alegre (RS), Curitiba (PR), Florianópolis (SC), Brasília (DF), Fortaleza (CE), João Pessoa (PB), Taperoá (PB) e Recife (PE), com duas apresentações em cada cidade.
Leia-se: Pesquisa, elaboração de texto e montagem de peça teatral inédita sobre a obra do dramaturgo Ariano Suassuna, intitulada "Suassuna - O Auto do Reino do Sol". A proposta artística é a criação de um musical, que possa ser encenado ao ar livre ou em teatros. Nesse processo previmos a realização de espetáculos abertos em 10 cidades, a saber: Rio de Janeiro (RJ) e São Paulo (SP), com temporadas de 2 meses e meio e de 2 meses respectivamente, e Belo Horizonte (MG), Curitiba (PR), Natal (RN), Brasília (DF), Salvador (BA), João Pessoa (PB), Taperoá (PB) e Recife (PE), com duas apresentações em cada cidade.
Art. 4.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ PAULO SOARES MARTINS

PORTARIA N° 614, DE 10 DE OUTUBRO DE 2017

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 1317, de 01 de julho de 2016, o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, e o art. 4º da Instrução Normativa nº 1, de 20 de março de 2017, resolve:
Art. 1º - Tornar pública a relação do(s) projeto(s) apoiado(s) por meio do mecanismo Incentivo a Projetos Culturais do Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC), instituído pela Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, que tiveram sua(s) prestação(ões) de contas REPROVADA(S) no âmbito desta Secretaria, em observância ao disposto no parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, do § 1º do art. 20 da Lei nº 8.313, de 1991, e do inciso III do Art. 106, do Art. 109 e do Art. 110 da Instrução Normativa MinC nº 1/2017, conforme anexo.
Art. 2º - Aplicar a sanção administrativa de INABILITAÇÃO, nos termos do Art. 116 da Instrução Normativa MinC nº 01/2017, aos proponentes relacionados no anexo referente à reprovação, pelo prazo de 03 (três) anos, contados a partir da publicação desta Portaria, que implicará, junto ao Ministério da Cultura, nas restrições contidas no art. 115 da referida Instrução Normativa.
Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ PAULO SOARES MARTINS

ANEXO

PRONAC	PROJETO	PROPONENTE	CNPJ/CPF	RESUMO DO PROJETO	VALOR APROVADO	VALOR CAPTADO	VALOR NOMINAL A SER RESTITUÍDO AO FNC
12-6435	Studio 3 Espaço de Dança 2013	STUDIO 3 ESPACO DE DANCA S/S LTDA	03.037.451/0001-91	Realizar a montagem de novo espetáculo para repertório da Cia de Dança Studio 3, com estreia em 2013. Serão feitas, no mínimo, 04 apresentações.	R$ 526.840,00	R$ 491.667,00	R4 434.772,87
16-0287	60 Anos do AFS Intercultura Brasil	AFS Intercultura Brasil	72.036.825/0001-77	Em 2016, o AFS Intercultura Brasil, instituição que organiza intercâmbios de jovens para promover o diálogo entre culturas e a paz, completará 60 anos. E para marcar a data, o AFS resgatará sua memória institucional publicando um livro em parceria com o Museu da Pessoa. O conteúdo do livro será baseado em histórias de vida de pessoas que fizeram parte da trajetória do AFS, em pesquisa documental e iconográfica sobre o AFS e em pesquisa sobre o contexto cultural, econômico e político do Brasil dos últimos 60 anos.	R$ 147.420,00	R$ 32.981,25	R$ 32.981,25

Ministério da Defesa

GABINETE DO MINISTRO

DESPACHO DO MINISTRO
Em 4 de outubro de 2017

Processo nº 08001.010353/2013-42
Interessado(a)(s): SILVIA FIGUEIREDO DE GUSMÃO
Assunto: ANISTIA MILITAR. Antecipação de pagamento dos efeitos financeiros retroativos a dependente do militar anistiado político - PAULO BUARQUE DE GUSMÃO
AMPARO LEGAL: art. 5º da Lei nº 11.354, de 19 de outubro de 2006
Documento vinculado: Processo NUP nº 08001.010353/2013-42

Submete-se à deliberação do Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Defesa processo administrativo de solicitação de antecipação das parcelas vincendas do Termo de Adesão referente ao pagamento dos efeitos financeiros retroativos concedidos ao militar anistiado político post mortem PAULO BUARQUE DE GUSMÃO, pela sua viúva/dependente, a Senhora SILVIA FIGUEIREDO DE GUSMÃO.
DECISÃO
Considerando as informações constantes do processo em epígrafe, notadamente o que consta no PARECER nº 00498/2017/CONJURMD/CGU/AGU, de 6 de setembro de 2017, aprovado pelo DESPACHO nº 01846/2017/CONJURMD/CGU/AGU, de 8 de setembro de 2014; no Ofício nº 381 -A3.4/A3/GabCmtEx EB: 64536.013283/2017-41, de 19 de junho de 2017; e no DIEx n° 123-SPC/SGS/SDIR EB: 64476.002508/2017-95, de 09 de maio de 2017, AUTORIZO o Comando do Exército a utilizar os recursos do Orçamento-Geral da União, do exercício de 2017, para antecipação do pagamento das parcelas vincendas do Termo de Adesão (efeitos financeiros retroativos) relativas ao cumprimento da Lei nº 11.354, de 19 de outubro de 2006, à Sra. SILVIA FIGUEIREDO DE GUSMÃO, viúva e dependente do anistiado político post mortem PAULO BUARQUE DE GUSMÃO, em razão da confirmação do preenchimento dos requisitos previstos no art. 5º da referida Lei.
Antes de se proceder a qualquer pagamento à requerente por força do art. 5º da Lei nº 11.354/2006, determina-se que sejam apurados os valores já pagos a título de efeitos financeiros retroativos, para o devido abatimento, evitando, assim, o pagamento em duplicidade.
Cientifique-se a interessada.
Remetam-se os autos para o Comando do Exército, para as providências necessárias.

RAUL JUNGMANN

COMANDO DA AERONÁUTICA
COMANDO DE PREPARO
II COMANDO AÉREO REGIONAL
BASE AÉREA DE NATAL
GRUPAMENTO DE APOIO DE NATAL

PORTARIA GAP-NT Nº 159/GAP-NT_ARC, DE 9 DE OUTUBRO DE 2017

Aprova sanções administrativas à empresa EXATA VENDAS ENGENHARIA E IMPERMEBILIZAÇÃO EIRELI - ME, CNPJ 21.564.692/0001-70.

O ORDENADOR DE DESPESAS DO GRUPAMENTO DE APOIO DE NATAL tendo em vista os fatos apurados no Processo Administrativo de Apuração de Irregularidade nº 67302.009813/2017-98, resolve:

Art. 1º Aplicar à empresa após o PAAI em que foi propiciada a mais ampla defesa e observado o contraditório em todas as etapas, sem justificativas que possam excluir sua culpabilidade, as seguintes sanções administrativas de multas moratória, compensatória, por não cumprir a obrigação assumida de entregar 50 (cinqüenta) unidades de cabo de rede de computador, marca megatron, constantes na Nota de Empenho nº 2016NE801456, oriunda do Termo de Referência, anexo I do Edital de Pregão Eletrônico nº 020/BANT/2016, no valor de R$ 84,37 (oitenta e quatro reais, trinta e sete centavos), suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com o Comando da Aeronáutica, pelo prazo de 24 (vinte quatro) meses, e Registro no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) e no Sistema de Cadastro Técnico de Fornecedores (CADTEC) do Comando da Aeronáutica, conforme a Cláusula 4ª, da Entrega e Critérios de Aceitação do Objeto, no item 4.1, subitem 4.1.1, Cláusula 6ª, das Obrigações da Contratada, item 6.1, subitens 6.1.1, 6.1.4, 6.1.5 e, descumprir a Cláusula 10ª, das Sanções Administrativas, no item 10.1, subitem 10.1.1, 10.1.2, item 10.2, subitens 10.2.1, 10.2.2, 10.2.3 10.2.5 e item 10.6, do Termo de Referência, anexo I do Edital de Pregão Eletrônico nº 020/BANT/2016, PAG 67222.002362/2016-77, como também, o Art. 86 e 87, da lei nº 8.666/93, e Portaria nº 1527/GC6, item 8.1.17, de 12 de setembro de 2014, do Comando da Aeronáutica.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

CARLOS JOSÉ RODRIGUES Ten Cel Int

PORTARIA GAP-NT Nº 162/GAP-NT_ARC, DE 9 DE OUTUBRO DE 2017

Aprova sanções administrativas à empresa M B G COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA - EPP, CNPJ 11.435.361/0001-87.

O ORDENADOR DE DESPESAS DO GRUPAMENTO DE APOIO DE NATAL tendo em vista os fatos apurados no Processo Administrativo de Apuração de Irregularidade nº 67302.009440/2017-55, resolve:

Art. 1º Aplicar à empresa após o PAAI em que foi propiciada a mais ampla defesa e observado o contraditório em todas as etapas, sem justificativas que possam excluir sua culpabilidade, as seguintes sanções administrativas de multas moratória, compensatória, por não cumprir a obrigação assumida de entregar 12 (doze) tripés de ferro para tubulações de 1, com pernas articuladas, com 1 (um) metro de altura, marca Vonder, constante na Nota de Empenho nº 2016NE801753, oriunda do Termo de Referência, anexo I do Edital de Pregão Eletrônico nº 022/BANT/2016, no valor de R$ 147, 51 (cento e quarenta e sete reais, cinqüenta e um centavos), suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com o Comando da Aeronáutica, pelo prazo de 24 (vinte quatro) meses, e Registro no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) e no Sistema de Cadastro Técnico de Fornecedores (CADTEC) do Comando da Aeronáutica, conforme a Cláusula 4ª, da Entrega e Critérios de Aceitação do Objeto, no item 4.1, subitem 4.1.1, Cláusula 6ª, das Obrigações da Contratada, item 6.1, subitens 6.1.1, 6.1.4, 6.1.5 e, descumprir a Cláusula 10ª, das Sanções Administrativas, no item 10.1, subitem 10.1.1, 10.1.2, item 10.2, subitens 10.2.1, 10.2.2, 10.2.3 10.2.5 e item 10.6, do Termo de Referência, anexo I do Edital de Pregão Eletrônico nº 022/BANT/2016, PAG 67222.002362/2016-77, como também, o Art. 86 e 87, da lei nº 8.666/93, e Portaria nº 1527/GC6, item 8.1.17, de 12 de setembro de 2014, do Comando da Aeronáutica.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

CARLOS JOSÉ RODRIGUES Ten Cel Int

COMANDO DA MARINHA
DIRETORIA-GERAL DE NAVEGAÇÃO
DIRETORIA DE PORTOS E COSTAS

PORTARIA Nº 292/DPC, DE 10 DE OUTUBRO DE 2017

Credencia a empresa A. Reinaldo Inspeções e Treinamentos Ltda. - ME para ministrar o Curso Intermediário de Proteção de Navio (CIPN).

O DIRETOR DE PORTOS E COSTAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 156/MB, de 3 de junho de 2004, e de acordo com o contido no Art. 4º, da Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997, resolve:

Art.1º Credenciar a empresa A. Reinaldo Inspeções e Treinamentos Ltda. - ME, CNPJ 01.771.681/0001-54, para ministrar o Curso Intermediário de Proteção de Navio (CIPN), na área sob a jurisdição da Capitania dos Portos do Rio de Janeiro, fundamentado na NORMAM-24 - 2ª Revisão.

Art. 2º O presente credenciamento tem validade até 31 de outubro de 2019.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação em DOU.

WILSON PEREIRA DE LIMA FILHO
Vice-Almirante

Ministério da Educação

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 1.307, DE 10 DE OUTUBRO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995; o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004; o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006 e a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, resolve:

Art. 1º Fica homologado o Parecer nº 353/2017, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 201510800;

Art. 2º Fica recredenciada a Faculdade de Ciências Gerenciais de Manhuaçu (Facig), com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 733, Bairro Coqueiro, no Município de Manhuaçu, no Estado de Minas Gerais, mantida pelo Centro Superior de Estudos de Manhuaçu Ltda. (CNPJ nº 03.752.343/0001-09).

Art. 3º O credenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 4 (quatro) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MENDONÇA FILHO

PORTARIA Nº 1.308, DE 10 DE OUTUBRO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995; o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004; o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006 e a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, resolve:

Art. 1º Fica homologado o Parecer nº 384/2017, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 201416744;

Art. 2º Fica recredenciada a Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), com sede na Rua Sena Madureira, nº 1500, Bairro Vila Clementino, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, mantida pelo Ministério da Educação (CNPJ nº 60.453.032/0001-74).

Art. 3º O credenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 10 (dez) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MENDONÇA FILHO

PORTARIA Nº 1.309, DE 10 DE OUTUBRO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995; o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004; o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006 e a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, resolve:

Art. 1º Fica homologado o Parecer nº 411/2017, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 201415314;

Art. 2º Fica credenciada a Faculdade Sul Paulista de Itanhaém, a ser instalada na Rua Paulo José de Moraes, S/N, Sabaúna, no Município de Itanhaém, Estado de São Paulo, mantida pela UNISEPE União Das Instituições De Serviço, Ensino e Pesquisa Ltda. (CNPJ 67.172.676/0003-03).

Art. 3º O credenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 3 (três) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MENDONÇA FILHO

PORTARIA Nº 1.310, DE 10 DE OUTUBRO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995; o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004; o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006 e a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, resolve:

Art. 1º Fica homologado o Parecer nº 399/2017, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 201507943;

Art. 2º Fica credenciada a Faculdade Joaquim Nabuco Salvador, a ser instalada na Avenida Sete de Setembro, nº 1.105, bairro Dois de Julho, no Município de Salvador, no Estado da Bahia. mantida pela Ser Educacional S.A. (CNPJ 04.986.320/0001-13).

Art. 3º O credenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 4 (quatro) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MENDONÇA FILHO

PORTARIA Nº 1.311, DE 10 DE OUTUBRO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995; o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004; o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006; o Decreto n° 9.057, de 25 de maio de 2017; a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007 e a Portaria Normativa n° 11, de 20 de junho de 2017, resolve:

Art. 1º Fica homologado o Parecer nº 344/2017, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 201414466;

Art. 2º Fica credenciada a Faculdade Superior de Ensino Programus (ISEPRO) para oferta de cursos superiores na modalidade a distância, com sede à Rua Moraes, N° 310, Bairro Centro, Município de Água Branca, Estado do Piauí, mantida pela Programus Sociedade Aguabranquense de Educação Básica e Superior S/C Ltda - ME (CNPJ 05.206.856/0001-31).

Art. 3º As atividades presenciais serão desenvolvidas na sede da instituição, nos polos EaD localizados nos endereços: Avenida Governador Chagas Rodrigues, N° 950, Bairro Centro, Município de Parnaíba, Estado do Piauí; Rua Heráclito de Sousa, N° 974, Bairro Monte Castelo, Município de Teresina, Estado do Piauí e em polos EaD constantes do Cadastro e-MEC, em conformidade com o art. 16, do Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017 e art. 12, da Portaria Normativa MEC nº 11, de 21 de junho de 2017.

Art. 4º O credenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 3 (três) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MENDONÇA FILHO

DESPACHOS DO MINISTRO

Processo nº: 23123.001879/2010-04
Interessado: FUNDAÇÃO EDUCACIONAL ROSEMAR PIMENTEL
Assunto: Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social - CEBAS

DECISÃO: Vistos os autos do processo em referência, com fulcro no Parecer nº 01192/2017/CONJUR-MEC/CGU/AGU, de 26 de setembro de 2017, cujos fundamentos adoto, nos termos do art. 50, § 1º, da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, conheço do recurso interposto pela entidade e NEGO-LHE provimento, mantendo na íntegra a decisão constante da Portaria nº 79, de 10 fevereiro de 2014, da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior - SERES, publicada no Diário Oficial da União, de 11 fevereiro de 2014, que indeferiu o pedido de renovação do CEBAS.

Processo nº: 71010.002647/2011-66
Interessado: SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL SÃO JOÃO DA BOA VISTA
Assunto: Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social - CEBAS

DECISÃO: Vistos os autos do processo em referência, e com fulcro no Parecer nº 01267/2017/CONJUR-MEC/CGU/AGU, de 28 de setembro de 2017, cujos fundamentos adoto, nos termos do art. 50, § 1º, da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, conheço do recurso interposto pela entidade e NEGO-LHE provimento, mantendo na íntegra a decisão constante da Portaria nº 418, de 30 de agosto de 2016, item 10 do Anexo, da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior - SERES, publicada no Diário Oficial da União de 31 de agosto de 2016, que indeferiu o pedido de renovação do CEBAS.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Em 10 de outubro de 2017

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação HOMOLOGA o Parecer CNE/CES nº 139/2017, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, que, com fulcro no artigo 6º, inciso VIII, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, conheceu do recurso para, no mérito, dar-lhe provimento, reformando a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior - SERES, expressa na Portaria SERES nº 1.044, de 23 de dezembro de 2015, que indeferiu o pedido de credenciamento, na forma de aditamento ao ato de credenciamento, para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância da Faculdade Educacional da Lapa - FAEL, com sede na Rodovia Deputado Olívio Belich, Km 30, PR 427, s/nº, no bairro Boqueirão, município de Lapa, estado do Paraná, do polo de apoio presencial a ser instalado no município de Paranaguá, estado do Paraná, mantida pela Sociedade Técnica Educacional da Lapa S/A, com sede no mesmo município, conforme consta do Processo MEC nº 00732.002610/2017-30 (e-MEC 201415981)

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação HOMOLOGA o Parecer CNE/CES nº 140/2017, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, que, com fulcro no artigo 6º, inciso VIII, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, conheceu do recurso para, no mérito, dar-lhe provimento, reformando a Portaria nº 1.042, de 23 de dezembro de 2015, publicada no Diário Oficial da União - DOU em 24 de dezembro de 2015, que indeferiu o pedido de credenciamento, na forma de aditamento ao ato de credenciamento, para oferta de cursos superiores na modalidade a distância da Faculdade Educacional da Lapa - FAEL, mantida pela Sociedade Técnica Educacional da Lapa S/A, no polo de apoio presencial, localizado no Centro Educacional Jorge de Lima - ME, com sede na Avenida Bela Vista, quadra 3, lote 1, bairro Benedito Bentes II, no município de Maceió, no estado de Alagoas, conforme consta do Processo MEC 00732.002611/2017-84. (Registro e-MEC 201415980)

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação HOMOLOGA o Parecer CNE/CES nº 142/2017, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, que, com fulcro no artigo 6º, inciso VIII, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, conheceu do recurso para, no mérito, dar-lhe provimento, reformando os efeitos da Portaria SERES nº 1.015, de 11 de dezembro 2015, publicada no Diário Oficial da União - DOU de 16 de dezembro de 2015, que indeferiu o pedido de credenciamento, na forma de aditamento ao ato de credenciamento para oferta de cursos superiores na modalidade a distância da Faculdade Educacional da Lapa - FAEL, com sede na Rodovia Deputado Olívio Beliche, Km 30, PR 476, s/nº, no município de Lapa, no estado do Paraná, mantida pela Sociedade Técnica Educacional da Lapa S/A, com sede no mesmo endereço, referente ao credenciamento do polo de apoio presencial situado na Rua Rui Barbosa, nº 1441, bairro Vila Seixas, município de Ribeirão Preto, estado de São Paulo, conforme consta do Processo MEC nº 00732.002612/2017-29. (Registro e-MEC 201406302)

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação HOMOLOGA o Parecer CNE/CES nº 240/2017, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, que conheceu do recurso interposto pela Faculdade Regional da Bahia - FARB, sediada no município de Salvador, no estado da Bahia, mantida pelas Unidades de Ensino Superior da Bahia Ltda., com sede no mesmo município, para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo os efeitos do Despacho SERES/MEC nº 290, de 18 de dezembro de 2014, publicado no Diário Oficial da União em 19 de dezembro de 2014, da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior, que determinou a redução para 48 (quarenta e oito) vagas anuais na oferta do curso superior de bacharelado em Enfermagem e para 40 (quarenta) vagas anuais na oferta do curso de bacharelado em Fisioterapia, conforme consta do Processo nº 23000.018068/2011-10.

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação HOMOLOGA o Parecer CNE/CES nº 362/2016, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, que entendeu por oportuno a supressão do inciso IV do art. 3º da Resolução CNE/CES nº 3/2010, nos termos da Resolução que o acompanha, conforme consta do Processo nº 23001.000503/2016-46.

MENDONÇA FILHO

RETIFICAÇÃO

A Portaria MEC nº 1.023, de 23 de agosto de 2017, publicada no Diário Oficial da União nº 163, de 24 de agosto de 2017, Seção 1, página 25, que dispõe sobre o recredenciamento da Faculdade de Ensino Superior da Cidade de Feira de Santana, passa a vigorar conforme segue, permanecendo inalteradas as demais disposições, de acordo com a Nota Técnica nº 106/2017/CGCIES/DIREG/SERES/SERES (Registro e-MEC nº 20073702):

Onde se lê:

"Avenida Presidente Dutra, s/nº, Colégio Santo Antônio, caixa postal 1639, Bairro Capuchinhos, no Município de Feira de Santana, Estado da Bahia...",

Leia-se:

"Avenida Deputado Luís Eduardo Magalhães, s/nº, bairro Subaé, Feira de Santana, Bahia.".

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO
SECRETARIA EXECUTIVA

SÚMULA DO PARECER Nº 462, DE 10 DE OUTUBRO DE 2017

Reunião Ordinária dos dias 11, 12, 13 e 14 de setembro/2017

CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

Processo: 23001.000069/2014-32 Parecer: CNE/CES 462/2017 Comissão: Francisco César de Sá Barreto (Presidente), Luiz Roberto Liza Curi (Relator), Antonio Carbonari Netto, Antonio de Araujo Freitas Junior, Márcia Angela da Silva Aguiar, Paulo Monteiro Vieira Braga Barone Interessado: Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Superior - Brasília/DF Assunto: Normas referentes à pós-graduação stricto sensu no país Voto da Comissão: A Comissão vota favoravelmente pela alteração das normas para o funcionamento dos cursos de pós-graduação stricto sensu no país, na forma deste Parecer, e pelo Projeto de Resolução, anexo, do qual é parte integrante Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

ANDRÉA MALAGUTTI
Secretária Executiva

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO AMAZONAS

PORTARIAS DE 9 DE OUTUBRO DE 2017

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS, usando de suas atribuições estatutárias, conferidas por Decreto de 14 de junho de 2017, publicado no Diário Oficial da União de 16 de junho de 2017, resolve:

N° 2.437 - I - HOMOLOGAR o resultado do Concurso Público para provimento de cargos da Carreira de Magistério Superior da Fundação Universidade do Amazonas, objeto do Edital n.º 047, de 29/06/2017, publicado no DOU em 03/07/2017, retificado no DOU em 06/07/2017, 02/08/2017 e 23/08/2017, por Unidade, Área de Conhecimento, Classe/Padrão, Carga Horária e Ordem de Classificação dos candidatos, conforme abaixo:

Unidade	Área	Cargo/Classe/ Nível	Regime de Trabalho	Candidato	Classificação
Faculdade de Odontologia - FAO	Odontologia Social e Preventiva; Saúde Pública	Adjunto A, Nível 1	DE	Suzana Goya	1º
Instituto de Educação, Agricultura e Ambiente - IEAA	Biologia Geral	Assistente A, Nível 1	DE	João Henrique Frota Cavalcanti	1º
				Rudson de Jesus Holanda	2º
				Alyssa Rossi Borges	3º
				Juan Manuel Carvajalino Fernández	4º
				Lidianne Salvatierra Paz Trigueiro	5º
	Letras - Língua Inglesa e Literatura	Assistente A, Nível 1	DE	Danielle Gonzaga de Brito	1º
				Manuella Nogueira da Silva	2°
Faculdade de Medicina - FM	Obstetrícia/ Ginecologia	Auxiliar com especialização, Nível 1	40h	Não houve candidatos aprovados	
Instituto de Saúde e Biotecnologia - ISB/Coari	Ginecologia	Auxiliar com especialização, Nível 1	20h	Não houve candidatos inscritos	
	Pediatria	Auxiliar com especialização, Nível 1	20h	Não houve candidatos inscritos	
	Endocrinologia	Auxiliar com especialização, Nível 1	20h	Não houve candidatos inscritos	
	Cirurgia Geral	Auxiliar com especialização, Nível 1	20h	Não houve candidatos inscritos	
	Neurologia	Auxiliar com especialização, Nível 1	20h	Não houve candidatos inscritos	

II - ESTABELECER o prazo de validade do concurso em 02 (dois) anos, contado a partir da data de publicação da respectiva homologação, podendo ser prorrogado por igual período.

N° 2.438 - I - HOMOLOGAR o resultado do processo seletivo, objeto do Edital de Seleção nº 071/2017, conforme segue:

Unidade	Área	Classe/ Padrão/ Carga Horária	Candidato	Classificação
Faculdade de Ciências Agrárias - FCA	Engenharia de Alimentos/Engenharia Química	Auxiliar com especialização, Nível 1, 20h.	Não houve candidatos aprovados	
Faculdade de Medicina - FM	Saúde Coletiva e/ou Saúde Pública	Auxiliar com especialização, Nível 1, 40h.	Luciana Barros de Lima Matuchewski	1º
			Ana Francisca Ferreira da Silva	2º
			Taciane Melo de Sousa	3º
			Katiane dos Santos Gomes	4º
			Elaine Barbarah Alves Vale Duarte	5º

II - ESTABELECER que o prazo de validade do resultado do Processo Seletivo será de 01 (um) ano, contado a partir da publicação do ato de homologação no Diário Oficial da União.

SYLVIO MÁRIO PUGA FERREIRA

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO

PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 852, DE 10 DE OUTUBRO DE 2017

A Pró-Reitora de Administração da Universidade Federal de Ouro Preto, no uso da competência que lhe foi delegada através da Portaria nº 540, de 05/08/1994, considerando o processo UFOP de Seleção Simplificada para contratação de Professor substituto nº 23109.004772/2017-64, resolve:

Art. 1º Homologar o resultado final da Seleção Simplificada de que trata o Edital PROAD nº 061/2017, realizado para a contratação de professor substituto, Área: Matemática, em que foram aprovados, pela ordem de classificação, os candidatos Jamil Ferreira, Glelson Pereira Marques, Gabriel Lopes Rocha e Victor Mielly Oliveira Batista. Art. 2º A seleção de que trata a presente Portaria terá validade de 01 (um) ano, contada a partir da publicação desta no Diário Oficial da União/DOU.

GISLAINE SANTANA

CONSELHO UNIVERSITÁRIO

RESOLUÇÃO Nº 1.949, DE 29 DE SETEMBRO DE 2017

O Conselho Universitário da Universidade Federal de Ouro Preto, em sua 307ª reunião ordinária, realizada em 29 de setembro de 2017, no uso de suas atribuições legais, considerando o parecer final da comissão examinadora do referido concurso; considerando o disposto na Resolução CUNI nº 1.926, que deu provimento ao recurso de nulidade interposto pelo candidato Tuian Santiago Cerqueira; considerando o disposto no OFÍCIO APMP Nº 99/2017 e a documentação constante do processo UFOP nº 23109.004841/2016-59, resolve:

Art. 1º Homologar o resultado final do Concurso Público para Servidores Técnico-Administrativos em Educação, Edital PROAD nº 74, de 30 de agosto de 2016, publicado no DOU em 31 de agosto de 2016, com suas retificações, bem como seus editais complementares, realizado para o cargo de Médico / Clínica Médica, campi Ouro Preto/Mariana, em que foram aprovados(as), pela ordem de classificação, os(as) seguintes candidatos(as):

CARGO: MÉDICO/CLÍNICA MÉDICA			
LISTA: AMPLA CONCORRÊNCIA			
Nome	Classificação	Situação Final	Nota Final
Diógenes Dias Teixeira	1	Aprovado	65
Tuian Santiago Cerqueira	2	Excedente	64
Zolder Marinho Silva	3	Excedente	61
Luciana Penna e Fortes	4	Excedente	60
Graziela das Mercês Pimenta Rioga	5	Excedente	60
Andrea Cristiane Lopes da Silva	6	Excedente	60
Anna Carolina Gomes Lopes Leite	7	Excedente	53

Art. 2º O prazo de validade do Concurso Público de Provas e Títulos de que trata a presente Resolução será de dois anos, prorrogável por igual período, contado a partir da publicação da homologação do concurso no DOU, conforme o disposto no item 10.6 do Edital PROAD nº 74/2016.

PROF. HERMÍNIO ARIAS NALINI JÚNIOR
Presidente do Conselho
Em exercício

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ

CAMPUS MINISTRO REIS VELLOSO

PORTARIA 107, DE 10 DE OUTUBRO DE 2017

O Diretor do Campus Ministro Reis Velloso, da Universidade Federal do Piauí, no uso de suas atribuições legais resolve

1) Tornar SEM EFEITO a Portaria nº 102/2017-CMRV, de 02/10/17, publicada no D.O.U. de 04/10/17, seção 1, pag. 21;

2) RETIFICAR a Portaria nº 099/2017, de 29/09/17, publicada no D.O.U. de 02/10/17, Seção 1, pag. 22, conforme o que segue:

a) onde se lê "o Edital nº 7/2017-Campus Ministro Reis Velloso, de 29 de agosto de 2017, publicado no D.O.U. de 28 de junho de 2017", leia-se "o Edital nº 7/2017-Campus Ministro Reis Velloso, de 23 de agosto de 2017, publicado no D.O.U. de 25 de agosto de 2017"

b) onde se lê "TERESA RAQUEL DIAS", leia-se "TERESA RACHEL DIAS PIRES";

ALEXANDRO MARINHO OLIVEIRA

CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE

PORTARIA Nº 39, DE 10 DE OUTUBRO DE 2017

A DIRETORA EM EXERCÍCIO DO CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE, da UFPI, no uso de suas atribuições legais, e considerando a Lei nº 8.745/93, de 09/12/93, regulamentada pelas Leis nºs. 9.849/99, de 27/10/99 e 10.667/03, de 15/05/03 e Lei nº 12.425/11, de 17/06/11, o Decreto nº 6.944/09, de 21/08/09, e a Resolução nº 039/08-CONSUN/UFPI, de 11/09/08 e a Resolução 009/03, que altera o anexo III da Resolução nº 004/88-CONSUN/UFPI, de 11/11/88, observadas as disposições legais aplicáveis à espécie e as normas contidas no Edital nº 09/2017-CCS/UFPI, de 15/09/2017, publicado na Seção 3, do DOU, de 19/09/2017 e considerando o Processo nº. 23111.029150/2017-08; resolve:

Art. 1° Homologar o resultado final do Processo Seletivo, para contratação de Professor Substituto, com lotação no Departamento de Educação Física, do Centro de Ciências da Saúde, Campus Min. Petrônio Portela, na cidade de Teresina-PI, correspondente à Classe de Professor Auxiliar, Nível I, em Regime de Tempo Integral TI-40 (quarenta) horas semanas, na área de Motricidade e Educação Física Adaptada, habilitando as candidatas MARIA DA CONCEIÇÃO LOPES RIBEIRO (1ª colocada), LÚCIA CASTRO SANTOS DE OLIVEIRA (2ª colocada), MARIA DA CONCEIÇÃO BARBOSA DA SILVA (3ª colocada), THAIS ALVES NOGUEIRA (4ª colocada), e TÂMYACK ALVES DE MACÊDO, classificando a 1ª colocada para contratação.

Art. 2° Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLA MARIA CARVALHO LEITE

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

PORTARIA Nº 1.581, DE 10 DE OUTUBRO DE 2017

PRÓ-REITOR DE PLANEJAMENTO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE, NO EXERCÍCIO DA REITORIA, no uso de suas atribuições legais e considerando: o que conta no Art. 42 do Decreto nº 3.298 de 20/12/1999 ;

o que consta no Processo nº. 23113.003903/2016-46; resolve:

Art. 1º - Retificar no Art. 1º, da Portaria nº 1.458, de 15/09/2017, publicada no D.O.U. de 19/09/2017, seção 1, página 18, que homologou o Resultado Final do Concurso Público de Provas e Títulos para Professor Efetivo do Departamento de Letras Estrangeiras/Cidade Universitária Prof. José Aloísio de Campos, objeto do Edital 004/2017, que passará a ter o seguinte quadro:

Matérias de Ensino	LIBRAS
Disciplinas	Escrita de Sinais I e II; LIBRAS III - VIII; Conversação em LIBRAS I - IV; Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS
Cargo/Nível	Professor Auxiliar - Nível I
Regime de Trabalho	Dedicação Exclusiva
Resultado Final	
Ampla Concorrência	1º LUGAR: IRAMI BILA DA SILVA - 76,48 2º LUGAR: ALAN DAVID SOUSA SILVA - 68,56 3º LUGAR: IGOR DE ANDRADE ROCHA - 64,65 4º LUGAR: LUCAS FERREIRA DA SILVA - 60,30 5º LUGAR: LOUISE HENRIQUE SANTANA DOS ANJOS - 56,51 6º LUGAR: LAIZA SILVA REBOUCAS - 52,32
Cotas (Lei nº 12.990/14)	1º LUGAR: IRAMI BILA DA SILVA - 76,48
Cotas (Decreto nº 3.298/99)	1º LUGAR: IGOR DE ANDRADE ROCHA - 64,65 2º LUGAR: LUCAS FERREIRA DA SILVA - 60,30 3º LUGAR: LAIZA SILVA REBOUCAS - 52,32

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ROSALVO FERREIRA SANTOS

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TRIÂNGULO MINEIRO

PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA N° 16, DE 22 DE AGOSTO DE 2017

O Pró-Reitor de Administração do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro, no uso de suas atribuições legais, considerando a delegação de competência conferida pela Portaria IFTM n° 1.555 de 28 de setembro de 2016, feita pelo Substituto do Magnífico Reitor, no exercício de suas atribuições, conforme Portaria IFTM n° 1.503 de 16/09/2016 (publicada no DOU de 21/09/2016) e tendo em vista o que consta no processo 23199.000838/2016-02, resolve:

I. Aplicar à empresa INTELENGI TECNOLOGIA LTDA. - EPP, CNPJ 03.256.730/0001-46, a sanção administrativa de IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR NO ÂMBITO DA UNIÃO PELO PERÍODO DE DOIS ANOS, pela não entrega dos bens referentes às notas de empenho 2016NE800729 com fulcro na Subcláusula Primeira da Ata de Registro de Preços oriunda do Pregão Eletrônico SRP N° 28/2015 da UASG 158009 (Instituto Federal do Paraná), no Art. 7º da Lei 10.520, tendo em vista a apresentação de CND Federal falsa, nos termos do processo n° 23199.000838/2016-02.

II. Esta portaria entra em vigor nesta data.

LUCAS BORGES KAPPEL
Substituto

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

PORTARIA Nº 49, DE 29 DE SETEMBRO DE 2017

Altera o art. 3º da Portaria Normativa MEC nº 47, de 19 de setembro de 2017, que institui as regras de acesso ao curso My English Online (MEO).

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR, SUBSTITUTO, DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, resolve:

Art. 1º O art. 3º da Portaria Normativa MEC nº 47, de 19 de setembro de 2017, publicada no Diário Oficial da União nº 181, de 20 de setembro de 2017, Seção 1, p. 7, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º O acesso à plataforma de ensino-aprendizagem de inglês do curso MEO é disponibilizado no âmbito do Programa IsF da Secretaria de Educação Superior aos:

I - alunos de graduação e pós-graduação das instituições de ensino superior participantes do Programa IsF que forem credenciadas via editais específicos;

II - alunos de graduação e pós-graduação de instituições parceiras do Programa IsF;

III - professores da Educação Básica, desde haja parceria entre a Secretaria de Educação a que está vinculado e uma instituição credenciada ao Programa IsF;

IV - servidores das instituições de ensino superior participantes do Programa IsF que forem credenciadas via editais específicos; e

V - servidores de instituições parceiras do Programa IsF." (NR)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAURO LUIZ RABELO

SECRETARIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

DESPACHOS DO SECRETÁRIO
Em 9 de outubro de 2017

Decide pelo arquivamento do Processo de Supervisão nº 23000.000605/2013-29.

Nº 184 - O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 9.005, de 14 de março de 2017, em atenção aos referenciais de qualidade expressos na legislação e nos instrumentos de avaliação da educação superior, e às normas que regulam o processo administrativo na Administração Pública Federal, e com fundamento expresso nos art. 206 e 209 da Constituição, 46 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, 2º, 3º e 10 da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, 2º da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e

Capítulo III do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, tendo em vista as razões expostas na Nota Técnica nº 193/2017-CGSE/DISUP/SERES/MEC, determina perante a FACULDADE DE CAMPO VERDE (cód. 2395) que:

I. Seja arquivado o Processo de Supervisão nº 23000.000605/2013-29, com fundamento expresso no art. 49 do Decreto nº 5.773, de 2006; e

II. Seja notificada do teor da decisão, atendendo ao art. 28 da Lei nº 9.784, de 1999, por meio eletrônico, pelo Sistema de Comunicação da Caixa de Mensagens do e-MEC, conforme disposto no art. 1º da Portaria Normativa MEC nº 40, de 2007, republicada no DOU em 29 de dezembro de 2010.

Decide pelo arquivamento do Processo de Supervisão nº 23000.000592/2013-98.

Nº 185 - O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 9.005, de 14 de março de 2017, em atenção aos referenciais de qualidade expressos na legislação e nos instrumentos de avaliação da educação superior, e às normas que regulam o processo administrativo na Administração Pública Federal, e com fundamento expresso nos art. 206 e 209 da Constituição, 46 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, 2º, 3º e 10 da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, 2º da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e Capítulo III do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, tendo em vista as razões expostas na Nota Técnica nº 195/2017-CGSE/DISUP/SERES/MEC, determina perante a FACULDADE DE CIÊNCIAS EMPRESARIAIS E ESTUDOS COSTEIROS DE NATAL (cód. 1866) que:

I. Ficam revogadas as medidas cautelares aplicadas pelo Despacho SERES/MEC nº 197, de 2012, publicado no Diário Oficial da União em 26 de dezembro de 2015;

II. Seja arquivado o Processo de Supervisão nº 23000.000592/2013-98, com fundamento expresso no art. 49 do Decreto nº 5.773, de 2006; e

III. Seja notificada do teor da decisão, atendendo ao art. 28 da Lei nº 9.784, de 1999, por meio eletrônico, pelo Sistema de Comunicação da Caixa de Mensagens do e-MEC, conforme disposto no art. 1º da Portaria Normativa MEC nº 40, de 2007, republicada no DOU em 29 de dezembro de 2010.

Decide pelo arquivamento do Processo de Supervisão nº 23000.000351/2013-49.

Nº 186 - O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 9.005, de 14 de março de 2017, em atenção aos referenciais de qualidade expressos na legislação e nos instrumentos de avaliação da educação superior, e às normas que regulam o processo administrativo na Administração Pública Federal, com fundamento expresso nos art. 206 e 209 da Constituição, 46 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, 2º, 3º e 10 da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, 2º da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e Capítulo III do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, tendo em vista as razões expostas na Nota Técnica nº 196/2017-CGSE/DISUP/SERES/MEC, determina perante a UNIÃO DE ENSINO SUPERIOR DE NOVA MUTUM (cód. 950) que:

I. Seja arquivado o Processo de Supervisão nº 23000.000351/2013-49, com fundamento expresso no art. 49 do Decreto nº 5.773, de 2006; e

II. Seja notificada do teor da decisão, atendendo ao art. 28 da Lei nº 9.784, de 1999, por meio eletrônico, pelo Sistema de Comunicação da Caixa de Mensagens do e-MEC, conforme disposto no art. 1º da Portaria Normativa MEC nº 40, de 2007, republicada no DOU em 29 de dezembro de 2010.

Decide o Processo MEC n° 23000.020722/2013-17.

Nº 187 - O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 9.005, de 14 de março de 2017, tendo em vista os instrumentos de avaliação e as normas que regulam o processo administrativo na Administração Pública Federal, e com fundamento expresso nos art. 206, VII, 209, I e II, e 211, § 1º, todos da Constituição Federal; no art. 46 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; no art. 2º, I, VI e XIII, da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999; e no Capítulo III do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, e as razões expostas na Nota Técnica nº 197/2017-CGSE/DISUP/SERES/MEC, determina perante a FACULDADE DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS GERENCIAIS DE SÃO PAULO - FECG-SP (cód. 1099):

I. o arquivamento do Processo de Supervisão nº 23000.020722/2013-17, com fundamento expresso no art. 49 do Decreto nº 5.773, de 2006;

II. a permanência em trâmite regular do Processo e-MEC nº 201101263, de seu recredenciamento, retirado o sobrestamento, vedados seu cancelamento ou arquivamento; e

III. a notificação da Instituição do teor da decisão, nos termos do art. 28 da Lei nº 9.784, de 1999, por meio eletrônico, pelo Sistema de Comunicação da Caixa de Mensagens do e-MEC, conforme disposto no art. 1º da Portaria Normativa MEC nº 40, de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010.

Dispõe sobre o arquivamento do Processo de Supervisão nº 23000.000625/2013-08

Nº 188 - O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 9.005, de 14 de março de 2017, tendo em vista os instrumentos de avaliação e as normas que regulam o processo administrativo na Administração Pública Federal, e com fundamento expresso nos art. 206, VII, 209, I e II, e 211, § 1º, todos da Constituição Federal; no art. 46 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; no art. 2º, I, VI e XIII, da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999; e no Capítulo III do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, e as razões expostas na Nota Técnica nº 194/2017-CGSE/DISUP/SERES/MEC, determina perante a FACULDADE DIOCESANA SÃO JOSÉ- FADISI (cód.3587)):

I. A revogação das medidas cautelares aplicadas pelo Despacho SERES/MEC nº 197, de 2012;

II. o arquivamento do Processo de Supervisão nº 23000.000625/2013-08, com fundamento expresso no art. 49 do Decreto nº 5.773 de 2006;

III. a notificação da instituição, do teor da decisão, nos termos do art. 28 da Lei nº 9.784, de 1999, por meio eletrônico, pelo Sistema de Comunicação da caixa de mensagens do e-MEC, conforme disposto no art. 1º da Portaria Normativa MEC nº 40, de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010.

Decide o Processo MEC n° 23000.020684/2013-94.

Nº 189 - O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 9.005, de 14 de março de 2017, tendo em vista os instrumentos de avaliação e as normas que regulam o processo administrativo na Administração Pública Federal, e com fundamento expresso nos art. 206, VII, 209, I e II, e 211, § 1º, todos da Constituição Federal; no art. 46 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; no art. 2º, I, VI e XIII, da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999; e no Capítulo III do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, e as razões expostas na Nota Técnica nº 198/2017-CGSE/DISUP/SERES/MEC, determina perante a FACULDADE SUL FLUMINENSE-FASF- (cód. 1564):

I. o arquivamento do Processo de Supervisão nº 23000.020684/2013-94, com fundamento expresso no art. 49 do Decreto nº 5.773, de 2006;

II. a permanência em trâmite regular do Processo e-MEC nº 201710783, de seu recredenciamento, vedados seu cancelamento ou arquivamento; e

III. a notificação da Instituição do teor da decisão, nos termos do art. 28 da Lei nº 9.784, de 1999, por meio eletrônico, pelo Sistema de Comunicação da Caixa de Mensagens do e-MEC, conforme disposto no art. 1º da Portaria Normativa MEC nº 40, de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010.

Dispõe sobre o Processo Administrativo nº 23709.000017/2017-41.

Nº 190 - O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 9.005, de 14 de março de 2017, tendo em vista os instrumentos de avaliação e as normas que regulam o processo administrativo na Administração Pública Federal, e com fundamento expresso nos art. 206 e 209 da Constituição, no art. 46 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, no art. 2º da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, na Lei nº 10.861, de 2004, e no Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, tendo em vista as razões expostas na Nota Técnica nº 200/2017-CGSE/DISUP/SERES/MEC, perante a a FACULDADE METROPOLITANA DO PLANALTO NORTE - FAMEPLAN (cód. 4982), mantida pela SOCIEDADE EDUCACIONAL DO PLANALTO NORTE LTDA - ME (cód. 3182), CNPJ 08.092.755/0001-75, que:

I. ficam revogadas as medidas cautelares aplicadas por meio da Portaria SERES/MEC nº 378, de 25 de abril de 2017, publicada no Diário Oficial da União (DOU) em 26 de abril de 2017;

II. seja limitado o ingresso de novos alunos, em todos os cursos de graduação da instituição, ao quantitativo de vagas ocupadas por meio de processos seletivos ou outras formas de ingresso, declaradas no Censo da Educação Superior, assegurado o mínimo de 40 (quarenta) ingressantes por curso, semestral ou anual, a depender do regime de oferta;

III. seja suspensa a abertura de novos cursos pós-graduação;

IV. seja retomado o fluxo do processo regulatório e-MEC nº 201105744 para fins de Recredenciamento;

V. seja a Instituição notificada do teor da decisão, nos termos do art. 28 da Lei nº 9.784, de 1999, pelo Sistema de Comunicação da Caixa de Mensagens do e-MEC, conforme disposto no art. 1º da Portaria Normativa MEC nº 40, de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010.

VI. seja a Instituição intimada da possibilidade de apresentação de recurso contra a decisão de aplicação da penalidade ao Conselho Nacional de Educação no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da publicação deste Despacho, nos termos do artigo 53 do Decreto nº 5.773, de 2006.

Decide o Processo MEC n° 23000.020695/2013-74.

Nº 191 - O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 9.005, de 14 de março de 2017, em atenção ao disposto nos arts. 206 e 209 da Constituição, art. 46 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, arts. 2º, 45 e 50 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, art. 2º, 3º e 10 da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, e Capítulos III e IV do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, com base na Nota Técnica nº 202/2017-CGSE/DISUP/SERES/MEC, determina em relação ao INSTITUTO DE EDUCACÃO E ENSINO SUPERIOR DE SAMAMBAIA (cód. 1951) que:

I. Ficam revogadas as medidas cautelares preventivas aplicadas pelo Despacho SERES/MEC nº 207, de 2013, sem prejuízo às penalidades aplicadas na presente decisão que vigorarão por dois anos.

II. Fica limitado o ingresso de novos alunos, em todos os seus cursos de graduação, ao quantitativo de novos ingressantes por meio de processos seletivos ou outras formas, declaradas no último censo da educação superior, assegurado o mínimo de 40 (quarenta) ingressantes por curso.

III. Fica suspenso o ingresso de novos alunos nos cursos de pós-graduação ofertados.

IV. Fica vedada a abertura de novos cursos de graduação.

V. Fica vedada a abertura de novos cursos de pós-graduação.

VI. Seja mantido o trâmite do Processo e-MEC n° 200804511, para o seu recredenciamento, vedados o cancelamento ou o arquivamento.

VII. Seja efetivada a notificação à Instituição pela publicação do presente despacho e por meio eletrônico, pelo Sistema de Comunicação da Caixa de Mensagens do e-MEC, conforme disposto no art. 1º da Portaria Normativa MEC nº 40, de 2007, alterada e republicada no Diário Oficial da União em 29 de dezembro de 2010.

Decide pelo arquivamento do Processo de Supervisão nº 23709.000010/2016-49.

Nº 192 - O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 9.005, de 14 de março de 2017, em atenção aos referenciais de qualidade expressos na legislação e nos instrumentos de avaliação da educação superior, e às normas que regulam o processo administrativo na Administração Pública Federal, e com fundamento expresso nos art. 206 e 209 da Constituição, 46 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, 2º, 3º e 10 da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, 2º da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e Capítulo III e IV do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, tendo em vista as razões expostas na Nota Técnica nº 203/2017-CGSE/DISUP/SERES/MEC, determina perante A FACULDADE DE INFORMÁTICA LEMOS DE CASTRO - FILC (cód. 1324) que:

I. Ficam revogadas as medidas cautelares aplicadas pelo Despacho SERES/MEC nº 97, de 2015, publicado no Diário Oficial da União em 23 de dezembro de 2015;

II. Seja arquivado o Processo de Supervisão nº 23709.000010/2016-49, com fundamento expresso no art. 49 do Decreto nº 5.773, de 2006; e

III. Seja notificada do teor da decisão, atendendo ao art. 28 da Lei nº 9.784, de 1999, por meio eletrônico, pelo Sistema de Comunicação da Caixa de Mensagens do e-MEC, conforme disposto no art. 1º da Portaria Normativa MEC nº 40, de 2007, republicada no DOU em 29 de dezembro de 2010.

Decide o Processo MEC nº 23000.019915/2013-17.

Nº 193 - O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 9.005, de 14 de março de 2017, tendo em vista os instrumentos de avaliação e as normas que regulam o processo administrativo na Administração Pública Federal, e com fundamento expresso nos art. 206, VII, 209, I e II, e 211, § 1º, todos da Constituição Federal; no art. 46 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; no art. 2º, I, VI e XIII, da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999; e no Capítulo III do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, e as razões expostas na Nota Técnica nº 204/2017-CGSE/DISUP/SERES/MEC, determina perante o INSTITUTO SUPERIOR DE INFORMÁTICA - ISI (Cód. 767), mantido pelo SISTEMA EDUCACIONAL MOMENTO (cód. 522), CNPJ nº 29.954.377/0017-29, que:

I. seja arquivado o processo MEC n° 23709.019915/2013-17, com fundamento do Decreto nº 5.773, de 2006;

II. ficam revogadas as medidas cautelares aplicadas, por meio do Despacho SERES/MEC nº ;

III. seja restabelecido e mantido o trâmite do processo regulatório de , sendo vedado o cancelamento ou arquivamento do processo até a expedição do respectivo ato, sob pena de imediata adoção de medidas para aplicação de penalidades previstas no Decreto nº 5.773, de 2006;

IV. fica notificada do teor da decisão, nos termos do art. 28 da Lei nº 9.784, de 1999, pelo Sistema de Comunicação da Caixa de Mensagens do e-MEC, conforme disposto no art. 1º da Portaria Normativa MEC nº 40, de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010.

Decide o Processo MEC nº 23000.019931/2013-18.

Nº 194 - O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 9.005, de 14 de março de 2017, tendo em vista os instrumentos de avaliação e as normas que regulam o processo administrativo na Administração Pública Federal, e com fundamento expresso nos art. 206, VII, 209, I e II, e 211, § 1º, todos da Constituição Federal; no art. 46 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro

de 1996; no art. 2º, I, VI e XIII, da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999; e no Capítulo III do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, e as razões expostas na Nota Técnica nº 205/2017-CGSE/DISUP/SERES/MEC, determina perante o INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO AVANTIS (Cód. 1989), mantido pela SOCIEDADE AVANTIS DE ENSINO E ESCOLA DE AVIACAO CIVIL LTDA (cód.1303), CNPJ nº 04.204.407/0001-91, que:

I. seja arquivado o processo MEC n° 23000.019931/2013-18, com fundamento do Decreto nº 5.773, de 2006;

II. ficam revogadas as medidas cautelares aplicadas, por meio do Despacho SERES/MEC nº ;

III. fica mantido o trâmite do processo regulatório de , sendo vedado o cancelamento ou arquivamento do processo até a expedição do respectivo ato, sob pena de imediata adoção de medidas para aplicação de penalidades previstas no Decreto nº 5.773, de 2006;

IV. fica notificada do teor da decisão, nos termos do art. 28 da Lei nº 9.784, de 1999, pelo Sistema de Comunicação da Caixa de Mensagens do e-MEC, conforme disposto no art. 1º da Portaria Normativa MEC nº 40, de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010.

Decide pelo arquivamento do Processo de Supervisão nº 23709.000020/2016-84.

Nº 195 - O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 9.005, de 14 de março de 2017, em atenção aos referenciais de qualidade expressos na legislação e nos instrumentos de avaliação da educação superior, e às normas que regulam o processo administrativo na Administração Pública Federal, e com fundamento expresso nos art. 206 e 209 da Constituição, 46 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, 2º, 3º e 10 da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, 2º da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e Capítulo III do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, tendo em vista as razões expostas na Nota Técnica nº 206/2017-CGSE/DISUP/SERES/MEC, determina perante o CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE CONSELHEIRO LAFAIETE (cód. 3488) que:

I. Ficam revogadas as medidas cautelares aplicadas pelo Despacho SERES/MEC nº 97, de 2015, publicado no Diário Oficial da União em 23 de dezembro de 2015;

II. Seja arquivado o Processo de Supervisão nº 23709.000020/2016-84, com fundamento expresso no art. 49 do Decreto nº 5.773, de 2006; e

III. Seja notificada do teor da decisão, atendendo ao art. 28 da Lei nº 9.784, de 1999, por meio eletrônico, pelo Sistema de Comunicação da Caixa de Mensagens do e-MEC, conforme disposto no art. 1º da Portaria Normativa MEC nº 40, de 2007, republicada no DOU em 29 de dezembro de 2010.

Decide o Processo MEC nº 23000.019916/2013-61.

Nº 196 - O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 9.005, de 14 de março de 2017, tendo em vista os instrumentos de avaliação e as normas que regulam o processo administrativo na Administração Pública Federal, e com fundamento expresso nos art. 206, VII, 209, I e II, e 211, § 1º, todos da Constituição Federal; no art. 46 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; no art. 2º, I, VI e XIII, da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999; e no Capítulo III do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, e as razões expostas na Nota Técnica nº 207/2017-CGSE/DISUP/SERES/MEC, determina perante a FACULDADES INTEGRADAS DO RIO GRANDE DO NORTE - FANORTES (Cód. 3643), mantida pela SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR MADRE FRANCISCA LECHNER - NATAL S/S LTDA. (cód.2303), que:

I. seja arquivado o processo 23000.019916/2013-61, com fundamento do Decreto nº 5.773, de 2006;

II. ficam revogadas as medidas cautelares aplicadas, por meio do Despacho SERES/MEC nº ;

III. fica mantido o trâmite do processo regulatório , vedado o cancelamento ou arquivamento, até a expedição do respectivo ato, sob pena de imediata adoção de medidas para aplicação de penalidades previstas no Decreto nº 5.773, de 2006;

IV. fica notificada do teor da decisão, nos termos do art. 28 da Lei nº 9.784, de 1999, pelo Sistema de Comunicação da Caixa de Mensagens do e-MEC, conforme disposto no art. 1º da Portaria Normativa MEC nº 40, de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010.

Dispõe sobre o arquivamento do Processo de Supervisão nº 23000.020755/2013-59.

Nº 197 - O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 9.005, de 14 de março de 2017, tendo em vista os instrumentos de avaliação e as normas que regulam o processo administrativo na Administração Pública Federal, e com fundamento expresso nos art. 206, VII, 209, I e II, e 211, § 1º, todos da Constituição Federal; no art. 46 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; no art. 2º, I, VI e XIII, da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999; e no Capítulo III do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, e as razões expostas na Nota Técnica nº 210/2017-CGSE/DISUP/SERES/MEC, determina perante a FACULDADE ITABORAÍ (cód. 3760), mantida pela CAMPANHA NACIONAL DE ESCOLAS DA COMUNIDADE (cód. 407), CNPJ 33.621.384/0001-19, que:

I. sejam revogadas as medidas cautelares aplicadas pelo Despacho SERES/MEC nº 208, de 2013;

II. seja arquivado o Processo de Supervisão nº 23000.020755/2013-59, com fundamento expresso no art. 49 do Decreto nº 5.773, de 2006; e

III. seja a Instituição notificada do teor da decisão, nos termos do art. 28 da Lei nº 9.784, de 1999, por meio eletrônico, pelo Sistema de Comunicação da caixa de mensagens do e-MEC, conforme disposto no art. 1º da Portaria Normativa MEC nº 40, de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010.

Dispõe sobre o Processo Administrativo nº 23000.020718/2013-41.

Nº 198 - O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 9.005, de 14 de março de 2017, tendo em vista os instrumentos de avaliação e as normas que regulam o processo administrativo na Administração Pública Federal, e com fundamento expresso nos art. 206 e 209 da Constituição, no art. 46 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, no art. 2º da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, na Lei nº 10.861, de 2004, e no Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, tendo em vista as razões expostas na Nota Técnica nº 209/2017-CGSE/DISUP/SERES/MEC, perante a FACULDADE SÃO CAMILO (cód. 977), mantida pela UNIÃO SOCIAL CAMILIANA (cód. 497), CNPJ 58.250.689/0001-92, que:

I. ficam revogadas as medidas cautelares aplicadas por meio da da Portaria SERES/MEC nº 361, de 2014 e do Despacho SERES/MEC nº 208, de 2013;

II. seja limitado o ingresso de novos alunos, em todos os cursos da instituição, ao quantitativo de 40 (quarenta) ingressantes por curso, semestral ou anual, a depender do regime de oferta;

III. sejam suspensos novos ingressos nos cursos de pós-graduação;

IV. seja vedada a abertura de novos cursos de graduação e pós-graduação;

V. seja vedado o aditamento ao ato autorizativo que implique na ampliação da abrangência geográfica;

VI. seja a Instituição notificada do teor da decisão, nos termos do art. 28 da Lei nº 9.784, de 1999, pelo Sistema de Comunicação da Caixa de Mensagens do e-MEC, conforme disposto no art. 1º da Portaria Normativa MEC nº 40, de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010.

VII. seja a Instituição intimada da possibilidade de apresentação de recurso contra a decisão de aplicação da penalidade ao Conselho Nacional de Educação no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da publicação deste Despacho, nos termos do artigo 53 do Decreto nº 5.773, de 2006.

Dispõe sobre o arquivamento do Processo de Supervisão nº 23000.020720/2013-10.

Nº 199 - O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 9.005, de 14 de março de 2017, tendo em vista os instrumentos de avaliação e as normas que regulam o processo administrativo na Administração Pública Federal, e com fundamento expresso nos art. 206, VII, 209, I e II, e 211, § 1º, todos da Constituição Federal; no art. 46 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; no art. 2º, I, VI e XIII, da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999; e no Capítulo III do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, e as razões expostas na Nota Técnica nº 211/2017-CGSE/DISUP/SERES/MEC, determina perante a FACULDADE SUDOESTE PAULISTANO - FASUP (cód. 1013), mantida pela UNIESP S.A. (cód. 16134), CNPJ 19.347.410/0001-31, que:

I.seja arquivado o Processo de Supervisão nº 23000.020720/2013-10, com fundamento expresso no art. 49 do Decreto nº 5.773, de 2006; e

II.seja a Instituição notificada do teor da decisão, nos termos do art. 28 da Lei nº 9.784, de 1999, por meio eletrônico, pelo Sistema de Comunicação da caixa de mensagens do e-MEC, conforme disposto no art. 1º da Portaria Normativa MEC nº 40, de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010.

Dispõe sobre o arquivamento do Processo de Supervisão nº 23000.020747.2011-11.

Nº 200 - O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 9.005, de 14 de março de 2017, tendo em vista os instrumentos de avaliação e as normas que regulam o processo administrativo na Administração Pública Federal, e com fundamento expresso nos art. 206, VII, 209, I e II, e 211, § 1º, todos da Constituição Federal; no art. 46 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; no art. 2º, I, VI e XIII, da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999; e no Capítulo III do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, e as razões expostas na Nota Técnica nº 213/2017-CGSE/DISUP/SERES/MEC, determina perante a FACULDADE INESP - INSTITUTO NACIONAL DE ENSINO E PESQUISA (cód. 2688), mantida pela IADEB - MÓDULO DE EDUCAÇÃO AVANÇADA LTDA - ME (cód. 16396), que:

I. seja arquivado o Processo de Supervisão nº 23000.020747.2011-11, com fundamento expresso no art. 49 do Decreto nº 5.773, de 2006; e

II. seja a Instituição notificada do teor da decisão, nos termos do art. 28 da Lei nº 9.784, de 1999, por meio eletrônico, pelo Sistema de Comunicação da caixa de mensagens do e-MEC, conforme disposto no art. 1º da Portaria Normativa MEC nº 40, de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010.

Decide pelo arquivamento do Processo MEC nº 23000.000541/2013-66.

Nº 201 - O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 9.005, de 14 de março de 2017, em atenção aos referenciais de qualidade expressos na legislação e nos instrumentos de avaliação da educação superior, e às normas que regulam o processo administrativo na Administração Pública Federal, e com fundamento expresso nos art. 206 e 209 da Constituição, 46 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, 2º, 3º e 10 da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, 2º da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e Capítulo III do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, tendo em vista as razões expostas na Nota Técnica nº 212/2017-CGSE/DISUP/SERES/MEC, determina perante a FACULDADE BRASÍLIA DE SÃO PAULO (cód. 1181) que:

I. Seja arquivado o Processo MEC nº 23000.000541/2013-66, com fundamento expresso no art. 52 do Decreto nº 5.773, de 2006; e

II. Seja notificada do teor da decisão, atendendo ao art. 28 da Lei nº 9.784, de 1999, por meio eletrônico, pelo Sistema de Comunicação da Caixa de Mensagens do e-MEC, conforme disposto no art. 1º da Portaria Normativa MEC nº 40, de 2007, alterada e republicada no DOU em 29 de dezembro de 2010.

Dispõe sobre o arquivamento do Processo de Supervisão nº 23000.020702/2013-38.

Nº 202 - O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 9.005, de 14 de março de 2017, tendo em vista os instrumentos de avaliação e as normas que regulam o processo administrativo na Administração Pública Federal, e com fundamento expresso nos art. 206, VII, 209, I e II, e 211, § 1º, todos da Constituição Federal; no art. 46 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; no art. 2º, I, VI e XIII, da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999; e no Capítulo III do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, e as razões expostas na Nota Técnica nº 214/2017-CGSE/DISUP/SERES/MEC, determina perante a FACULDADE DO ESTADO DO MARANHÃO (FACEM) (cód. 2909), mantida pela ASSOCIAÇÃO OBJETIVO DE ENSINO SUPERIOR (ASSOBES) (cód. 519), CNPJ 01.711.282/0001-06, que:

I. sejam revogadas as medidas cautelares aplicadas pelo Despacho SERES/MEC nº 207, de 2013;

II. seja arquivado o Processo de Supervisão nº 23000.020702/2013-38, com fundamento expresso no art. 49 do Decreto nº 5.773, de 2006; e

III. seja a Instituição notificada do teor da decisão, nos termos do art. 28 da Lei nº 9.784, de 1999, por meio eletrônico, pelo Sistema de Comunicação da caixa de mensagens do e-MEC, conforme disposto no art. 1º da Portaria Normativa MEC nº 40, de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010.

Decide pelo arquivamento do Processo de Supervisão nº 23000.017327/2011-87.

Nº 203 - O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 9.005, de 14 de março de 2017, em atenção aos referenciais de qualidade expressos na legislação e nos instrumentos de avaliação da educação superior, e às normas que regulam o processo administrativo na Administração Pública Federal, com fundamento expresso nos art. 206 e 209 da Constituição, 46 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, 2º, 3º e 10 da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, 2º da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e Capítulos III e IV do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, tendo em vista as razões expostas na Nota Técnica nº 215/2017-CGSE/DISUP/SERES/MEC, determina perante a FACULDADE DE CIÊNCIAS TECNOLÓGICAS DE FORTALEZA (cód. 838) que:

I. Ficam revogadas as medidas cautelares aplicadas pelo Despacho SERES/MEC nº 238, de 2011, publicado no Diário Oficial da União (DOU) em 22 de novembro de 2011;

II. Seja arquivado o Processo de Supervisão nº 23000.017327/2011-87, com fundamento expresso no art. 49 do Decreto nº 5.773, de 2006; e

III. Seja notificada do teor da decisão, atendendo ao art. 28 da Lei nº 9.784, de 1999, por meio eletrônico, pelo Sistema de Comunicação da Caixa de Mensagens do e-MEC, conforme disposto no art. 1º da Portaria Normativa MEC nº 40, de 2007, alterada e republicada no DOU em 29 de dezembro de 2010.

Dispõe sobre o arquivamento do Processo de Supervisão nº 23000.020735/2013-88

Nº 204 - O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 9.005, de 14 de março de 2017, tendo em vista os instrumentos de avaliação e as normas que regulam o processo administrativo na Administração Pública Federal, e com fundamento expresso nos art. 206, VII, 209, I e II, e 211, § 1º, todos da Constituição Federal; no art. 46 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; no art. 2º, I, VI e XIII, da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999; e no Capítulo III do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, e as razões expostas na

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Nota Técnica nº 216/2017-CGSE/DISUP/SERES/MEC, determina perante à FACULDADE DOM BOSCO DE UBIRATÃ - DOM BOSCO UBIRATÃ (cód. 1801):

I. o arquivamento do Processo de Supervisão nº 23000.020735/2013-88, com fundamento expresso no art. 49 do Decreto nº 5.773, de 2006;

II. permanência em trâmite regular do Processo e-MEC nº 20079971, de seu recredenciamento, vedados seu cancelamento ou arquivamento;

III. notificação da Instituição do teor da decisão, nos termos do art. 28 da Lei nº 9.784, de 1999, por meio eletrônico, pelo Sistema de Comunicação da Caixa de Mensagens do e-MEC, conforme disposto no art. 1º da Portaria Normativa MEC nº 40, de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010.

Dispõe sobre o arquivamento do Processo de Supervisão nº 23000.000457/2013-42.

Nº 205 - O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 9.005, de 14 de março de 2017, tendo em vista os instrumentos de avaliação e as normas que regulam o processo administrativo na Administração Pública Federal, e com fundamento expresso nos art. 206, VII, 209, I e II, e 211, § 1º, todos da Constituição Federal; no art. 46 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; no art. 2º, I, VI e XIII, da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999; e no Capítulo III do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, e as razões expostas na Nota Técnica nº 192/2017-CGSE/DISUP/SERES/MEC, determina perante o INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR MATERDEI (cód.1906):

I. A revogação das medidas cautelares aplicadas pelo Despacho SERES/MEC nº 198, de 2012;

II. o arquivamento do Processo de Supervisão nº 23000.000457/2013-42, com fundamento expresso no art. 49 do Decreto nº 5.773 de 2006;

III. a notificação da instituição do teor da decisão, nos termos do art. 28 da Lei nº 9.784, de 1999, por meio eletrônico, pelo Sistema de Comunicação da caixa de mensagens do e-MEC, conforme disposto no art. 1º da Portaria Normativa MEC nº 40, de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010.

HENRIQUE SARTORI DE ALMEIDA PRADO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS

PORTARIA Nº 2.100, DE 6 DE OUTUBRO DE 2017

O Reitor, da Universidade Federal de Alfenas, usando de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta do Processo nº 23087.005924/2016-61, resolve:

Prorrogar pelo período de 10-11-2017 a 09-11-2018, a validade do Concurso Público para o provimento de cargo Técnico-Administrativo em Educação, realizado através do Edital nº 092/2016- Cargo de Fisioterapeuta, cujo resultado foi homologado através do Edital nº 127/2016, de 09-11-2016, publicado no DOU de 10-11-2016, Seção 3, fls. 65.

PAULO MÁRCIO DE FARIA E SILVA

PORTARIA Nº 2.101, DE 6 DE OUTUBRO DE 2017

O Reitor, da Universidade Federal de Alfenas, usando de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta do Processo nº 23087.000001/2012-99, resolve:

Prorrogar pelo período de 10-11-2017 a 09-11-2018, a validade do Processo Seletivo para o provimento de cargo Técnico-Administrativo em Educação, realizado através do Edital nº 007/2016 - Cargo de Psicólogo, cujo resultado foi homologado através do Edital nº 126/2016, de 09-11-2016, publicado no DOU de 10-11-2016, Seção 3, fls. 65.

PAULO MÁRCIO DE FARIA E SILVA

PORTARIA Nº 2.102, DE 6 DE OUTUBRO DE 2017

O Reitor, da Universidade Federal de Alfenas, usando de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta do Processo nº 23087.005924/2016-61, resolve:

Prorrogar pelo período de 23-10-2017 a 22-10-2018, a validade do Processo Seletivo para o provimento de cargo Técnico-Administrativo, realizado através do Edital nº 092/2016 para os cargos de Assistente em Administração; Técnico de Laboratório: Área Química; Técnico de Laboratório: Área Eletrônica, Eletroeletrônica ou Mecatrônica e Técnico em Assuntos Educacionais, cujos resultados foram homologados através do Edital nº 121/2016, de 21-10-2016, publicado no DOU de 24-10-2016, Seção 3, fls. 65.

PAULO MÁRCIO DE FARIA E SILVA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA

PORTARIA Nº 884, DE 9 DE OUTUBRO DE 2017

Homologação do Resultado do Concurso Público Regulado pelo Edital nº 01/2017

A REITORA EM EXERCÍCIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA (UFRB), no uso de suas atribuições estatutárias, tendo em vista o disposto no Artigo 37, inciso II, da Constituição Federal, no Decreto Nº. 6.944, de 21/08/2009, Portaria Interministerial MPOG/MEC nº 405, de 30/08/2012, DOU de 31/08/2012, Portaria Interministerial Nº 24, de 05/02/2013, DOU DE 06/02/2013, Portaria Interministerial Nº 111, de 2 de abril de 2014, Portaria Interministerial Nº 313, de 04/08/2015, DOU de 05/08/2015, Lei Nº. 8.112, de 11/12/90, da Lei 12.772 de 28/12/2012, DOU de 31/12/2012, alterada pela Lei 12.863 de 24/09/2013. Resolve:

Homologar o resultado do Concurso Público de Provas e Títulos realizado por esta Universidade, para os cargos da carreira do Magistério Superior, para exercício no Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas, conforme Extrato de Edital nº 1, de 05/05/2017, publicado no DOU de 08/05/2017 e no sítio www.ufrb.edu.br/concursos.

CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E TECNOLÓGICAS
Código: 010117
Matéria: Engenharia/Topografia e Geoprocessamento
Vaga: 01
Nível: Assistente A
Regime de Trabalho: DE
Processo: 23007.024141/2017-18
1º: DANÍVIO BATISTA CARVALHO DE VASCONCELLOS

Código: 020117
Matéria: Matemática
Vaga: 01
Nível: Adjunto A
Regime de Trabalho: DE
Processo: 23007.024059/2017-85
1º: JULIANNA PINELE SANTOS PORTO
2°: ANDERSON REIS DA CRUZ
3º: DANILO DE JESUS FERREIRA
Código: 030117
Matéria: Engenharia Elétrica/Proteção de Sistemas Elétricos

Vaga: 01
Nível: Assistente A
Regime de Trabalho: DE
Processo: 23007.023899/2017-21
1º: FABIO DA CONCEIÇÃO CRUZ
2°: HUILMAN SANCA SANCA
3º: BRUNO ALBUQUERQUE DIAS
Código: 040117
Matéria: Engenharia de Computação/Robótica e Inteligência Artificial
Vaga: 01
Nível: Assistente A
Regime de Trabalho: DE
Processo: 23007.024023/2017-00
NÃO HOUVE CANDIDATOS CLASSIFICADOS.

1.Os candidatos deverão manter atualizados seus endereços para correspondência, informando-os em caso de mudança, à Coordenadoria de Desenvolvimento de Pessoal, através do e-mail concursos@progep.ufrb.edu.br. Serão excluídos deste concurso os candidatos não localizados em tempo hábil.

2.Este concurso terá validade de 01(um) ano, a contar da data de publicação desta homologação, podendo ser prorrogado por igual período.

3.No ato da admissão o candidato deverá comprovar atendimento a todos os requisitos exigidos para o cargo por ele concorrido, conforme o que consta no Edital nº 01/2017, de 05/05/2017, publicado no DOU de 08/05/2017.

4.O candidato convocado para admissão que não atender à convocação no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados a partir da publicação da portaria de nomeação no Diário Oficial da União será excluído do concurso, cabendo à Administração da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, seguindo rigorosamente a ordem de classificação, convocar o candidato seguinte.

5.Não haverá segunda convocação para o mesmo candidato em nenhuma hipótese. Também não será facultado ao candidato optar por sua inclusão no final da lista de aprovados.

6.Os casos omissos serão resolvidos pela Reitoria da UFRB.

GEORGINA GONÇALVES DOS SANTOS

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO DE PESSOAS

DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS

PORTARIA N° 735, DE 10 DE OUTUBRO DE 2017

A Diretora do Departamento de Desenvolvimento de Pessoas da Universidade Federal de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo nº 23080.059097/2017-76 resolve:

Homologar o resultado do Processo Seletivo Simplificado do Colégio de Aplicação - CA/CED, instituído pelo Edital nº 50/DDP/PRODEGESP/2017, de 13 de setembro de 2017, publicado no Diário Oficial da União nº 177, Seção 3, de 14/09/2017, retificado pelo Edital nº 53/DDP/PRODEGESP/2017, de 18 de setembro de 2017.

Área/Subárea de conhecimento: Língua Estrangeira - Inglês.

Regime de Trabalho: 40 (quarenta) horas semanais
N° de Vagas: 01 (uma)

Classificação	Candidato	Média Final
1º	Renata Gomes Luis	8,86
2º	Lucia Dal Corso	7,00

ELIETE WARKEN BAHIA COSTA

PORTARIA N° 737, DE 10 DE OUTUBRO DE 2017

A Diretora do Departamento de Desenvolvimento de Pessoas da Universidade Federal de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo nº 23080.059563/2017-13 resolve:

Homologar o resultado do Processo Seletivo Simplificado do Departamento de Metodologia de Ensino - MEN/CED, instituído pelo Edital nº 56/DDP/PRODEGESP/2017, de 21 de setembro de 2017, publicado no Diário Oficial da União nº 183, Seção 3, de 22/09/2017.

Área/Subárea de conhecimento: Ensino de Filosofia
Áreas afins: Teoria e Prática de Ensino de Filosofia.
Regime de Trabalho: 20 (vinte) horas semanais
N° de Vagas: 01 (uma)

Classificação	Candidato	Média Final
1º	Alexandre Brasil Falcão Neto	8,90
2º	Evânia Elizete Reich	8,66

ELIETE WARKEN BAHIA COSTA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO

PORTARIA N° 3.991, DE 6 DE OUTUBRO DE 2017

A Reitora da Universidade Federal de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e estatutárias e,

CONSIDERANDO as demandas da Portaria Capes N°158 de 10 de agosto de 2017, que dispõe sobre a participação das Instituições de Ensino Superior nos programas de fomento da Diretoria de Formação de Professores da Educação Básica (DEB Capes) quanto à instituição de uma instância organizacional vinculada à Pró- Reitoria de Graduação ou órgão equivalente, com o objetivo de integrar a política de formação de professores da educação básica na IES;

CONSIDERANDO que essa instância organizacional na Unifesp é o Comitê Gestor Institucional de Formação Inicial e Continuada de Profissionais da Educação Básica - COMFOR Unifesp - instituído pela Portaria da Reitoria nº 2649 de 21 de agosto de 2013, publicada no D.O.U. de 02/09/2013, Seção 2, pág.61;

CONSIDERANDO que a alínea a) do Inciso III do Art. 1º da Portaria Capes N°158 aponta como condição de participação, dentre outras exigências, a existência de "um colegiado composto por representantes das redes de educação básica, dos programas de formação de professores, das licenciaturas em suas diferentes áreas, da extensão e da pós-graduação que atuam na formação de professores da educação básica (...)";

CONSIDERANDO as decisões contidas na Ata do Comitê Gestor Institucional de Formação de Profissionais da Educação Básica de 30 de agosto de 2017 que tratou da matéria e aprovou a alteração e complementação da composição do COMFOR, resolve:

Art. 1º O Comitê Gestor Institucional de Formação Inicial e Continuada de Profissionais do Magistério e da Educação Básica da Universidade Federal de São Paulo tem a seguinte composição:

I. 1 (um) representante e 1 (um) suplente da Pró-Reitoria de Graduação;

II. 1 (um) representante e 1 (um) suplente da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura;

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

III. 1 (um) representante e 1 (um) suplente da Pró-Reitoria de Pós-Graduação;

IV. 1 (um) representante e 1 (um) suplente da Pró-Reitoria de Administração;

V. 1 (um) representante e 1 (um) suplente da Universidade Aberta do Brasil na UNIFESP;

VI. 1 (um) representante e 1 (um) suplente da Secretaria de Educação a Distância (SEAD);

VII. 1 (um) representante e 1 (um) suplente de cada licenciatura da UNIFESP, sendo 2 representantes no caso da Licenciatura em Ciências;

VIII. 1 (um) representante e 1 (um) suplente do Centro de Formação de Professores (CEFE Diadema);

IX. 1 (um) representante e 1 (um) suplente dos Mestrados Profissionais de Formação de Professores em Rede na Unifesp;

X. 1 (um) representante e 1 (um) suplente das redes municipais de ensino, indicados pela União de Dirigentes Municipais de Educação do Estado de São Paulo UNDIME;

XI. 1 (um) representante e 1 (um) suplente da rede estadual de ensino, indicados pela Secretaria de Estado da Educação de São Paulo - SEE SP.

Art. 2º Fica revogado o Art. 3º da Portaria 2.649, de 21 de agosto de 2013, publicada no D.O.U. de 02/09/2013, Seção 2, pág. 61.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SORAYA SOUBHI SMAILI

PORTARIA Nº 4.027, DE 10 DE OUTUBRO DE 2017

A Reitora da Universidade Federal de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, resolve:

Art. 1º - Delegar competências aos Diretores Acadêmicos para firmarem termos de cooperação de estágio e convênios institucionais, destinados aos estudantes de graduação junto a instituições de ensino, empresas privadas, associações, fundações e instituições públicas;

Art. 2º - Na ausência dos Diretores Acadêmicos, assinam os Vice-Diretores Acadêmicos.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SORAYA SOUBHI SMAILI

Ministério da Fazenda

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 427, DE 9 DE OUTUBRO DE 2017

Delega ao Secretário-Executivo, ao Secretário-Executivo Adjunto e ao Secretário da Receita Federal do Brasil competência para cessão de agentes públicos.

O MINISTRO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos arts. 11 e 12 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, regulamentados pelo Decreto nº 83.937, de 6 de setembro de 1979, bem como o disposto no art. 17 do Decreto nº 9.144, de 22 de agosto de 2017, resolve:

Art. 1º Fica delegada competência:

I - ao Secretário-Executivo para autorizar a cessão de agentes públicos vinculados ao Ministério da Fazenda para outro Poder ou outro ente federativo, vedada a subdelegação;

II - ao Secretário-Executivo e ao Secretário-Executivo Adjunto para:

a) autorizar a cessão de agentes públicos do Ministério da Fazenda no âmbito da administração pública federal, direta e indireta; e

b) solicitar a cessão de agentes públicos para o Ministério da Fazenda no âmbito da administração pública federal, direta e indireta;

III - ao Secretário da Receita Federal do Brasil para autorizar a cessão de pessoal da Secretaria da Receita Federal do Brasil, a qualquer título, para prestar serviços ou ter exercício em órgão ou entidade integrante ou não integrante do Ministério da Fazenda, no âmbito da administração pública federal, direta e indireta.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas:

I - a Portaria nº 807, de 14 de agosto de 2017, do Secretário-Executivo do Ministério da Fazenda; e

II - as alíneas "c", "d" e "f" do inciso I do art. 1º da Portaria nº 466, de 16 de dezembro de 2016, do Ministro de Estado da Fazenda.

HENRIQUE DE CAMPOS MEIRELLES

PORTARIA Nº 428, DE 9 DE OUTUBRO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso da atribuição que lhe confere o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 7º, inciso III, do Decreto nº 8.961, de 16 de janeiro de 2017, resolve:

Art. 1º Detalhar os limites de pagamento de que trata o Anexo II, do Decreto nº 8.961, de 16 de janeiro de 2017, na forma dos Anexos I, II e III desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE DE CAMPOS MEIRELLES

ANEXO I

LIMITES DE PAGAMENTO RELATIVOS A DOTAÇÕES CONSTANTES DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2017 E AOS RESTOS A PAGAR

R$ mil

ÓRGÃOS E/OU UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS	Até Out	Até Nov	Até Dez
20000 Presidência da República	1.077.403	1.164.763	1.252.123
22000 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	690.094	746.473	762.479
24000 Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	2.153.999	2.154.701	2.155.061
25000 Ministério da Fazenda	2.118.887	2.332.545	2.546.206
26000 Ministério da Educação	16.890.350	18.566.109	20.187.280
28000 Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços	454.415	499.794	512.173
30000 Ministério da Justiça e Cidadania	2.187.342	2.309.831	2.432.320
32000 Ministério de Minas e Energia	202.103	216.494	230.885
35000 Ministério das Relações Exteriores	1.000.811	1.060.372	1.119.933
36000 Ministério da Saúde	14.292.457	15.790.526	21.586.473
37000 Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle	61.096	65.596	70.096
39000 Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil	515.826	537.866	559.906
40000 Ministério do Trabalho	298.209	323.344	348.478
42000 Ministério da Cultura	368.139	400.064	431.988
44000 Ministério do Meio Ambiente	343.261	356.561	369.861
47000 Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão	949.596	1.063.399	1.177.202
51000 Ministério do Esporte	325.695	355.501	385.307
52000 Ministério da Defesa	3.002.179	3.218.786	3.435.393
53000 Ministério da Integração Nacional	1.308.163	1.358.094	1.408.025
54000 Ministério do Turismo	163.496	175.073	186.649
55000 Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário	2.082.700	2.094.400	2.106.100
56000 Ministério das Cidades	224.732	249.618	273.579
60000 Gabinete da Vice-Presidência da República	2.347	2.647	2.721
63000 Advocacia-Geral da União	331.950	351.057	370.165
71000 Encargos Financeiros da União - Demais	413.591	472.941	528.101
71102 Encargos Financeiros da União - MPDG	479.000	492.000	505.000
71104 Encargos Financeiros da União - Remun. Agentes Financeiros	746.652	829.652	907.000
73000 Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios	12.872	13.422	13.972
74000 Operações Oficiais de Crédito - Demais	2.400	3.600	4.800
74902 Operações Oficiais de Crédito - FIES	419.395	454.395	489.395
Total Geral	53.119.160	57.659.624	66.358.671

Fontes: Todas as fontes, exceto as fontes 150, 180, 250, 280 e suas correspondentes, resultantes da incorporação de saldos de exercícios anteriores.

ANEXO II

LIMITES DE PAGAMENTO RELATIVOS A DOTAÇÕES CONSTANTES DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2017 E AOS RESTOS A PAGAR

R$ mil

ÓRGÃOS E/OU UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS	Até Out	Até Nov	Até Dez
20000 Presidência da República	125.892	138.532	151.172
22000 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	141.365	156.008	170.651
24000 Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	789.001	858.299	926.597
25000 Ministério da Fazenda	729.957	797.728	865.498
26000 Ministério da Educação	714.011	788.252	862.493
28000 Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços	82.922	90.543	98.164
30000 Ministério da Justiça e Cidadania	307.493	346.767	386.041
32000 Ministério de Minas e Energia	108.685	118.821	128.957
35000 Ministério das Relações Exteriores	6.653	7.092	7.531
36000 Ministério da Saúde	55.299	60.568	65.830
39000 Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil	179.919	200.685	221.451
40000 Ministério do Trabalho	115.978	120.738	125.498
42000 Ministério da Cultura	4.287	4.475	4.663
44000 Ministério do Meio Ambiente	125.243	138.943	152.643
47000 Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão	20.029	23.568	27.107
52000 Ministério da Defesa	1.692.138	1.813.500	1.934.862
53000 Ministério da Integração Nacional	23.112	25.735	28.358
55000 Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário	909.200	982.500	1.055.800
56000 Ministério das Cidades	200.368	215.510	230.652
63000 Advocacia-Geral da União	59	59	59
71000 Encargos Financeiros da União - Demais	6.660	7.310	7.960
Total Geral	6.338.271	6.895.633	7.451.987

Fontes: 150, 180, 250, 280 e suas correspondentes, resultantes da incorporação de saldos de exercícios anteriores.

ANEXO III

LIMITES DE PAGAMENTO RELATIVOS AO PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - PAC - DOTAÇÕES CONSTANTES DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2017 E AOS RESTOS A PAGAR

R$ mil

ÓRGÃOS E/OU UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS	Até Out	Até Nov	Até Dez
20000 Presidência da República	22.250	23.000	23.750
24000 Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	472.326	482.519	492.712
26000 Ministério da Educação	525.000	550.000	575.000
32000 Ministério de Minas e Energia	80.176	85.176	90.176
36000 Ministério da Saúde	508.117	538.117	568.117
39000 Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil	8.080.852	8.180.852	8.193.352
42000 Ministério da Cultura	52.500	55.000	57.500
47000 Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão	5.500	6.000	6.500
51000 Ministério do Esporte	31.500	33.000	34.500
52000 Ministério da Defesa	3.112.238	3.162.238	3.212.238
53000 Ministério da Integração Nacional	1.392.256	1.442.256	1.492.256
54000 Ministério do Turismo	23.749	24.749	25.749
55000 Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário	71.000	74.000	77.000
56000 Ministério das Cidades	3.680.000	3.780.000	3.880.000
Total Geral	18.057.464	18.436.907	18.728.850

Nota: Não inclui emendas PAC.

PORTARIA Nº 429, DE 9 DE OUTUBRO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 4° do Decreto nº 89.309, de 18 de janeiro de 1984, e tendo em vista o disposto no art. 4º do Decreto nº 8.851, de 20 de setembro de 2016 , resolve:

Art. 1º Delegar competência ao Secretário-Executivo para assinar voto da União para assembleias de acionistas .das empresas controladas diretamente pela União, quando tiverem por objeto alterar seus estatutos sociais para adequá-los à Lei nº 13.303; de 30 de junho de 2016, e seu regulamento, Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016.

Art. 2° Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE DE CAMPOS MEIRELLES

PORTARIA Nº 430, DE 9 DE OUTUBRO DE 2017

Aprova o Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB).

O MINISTRO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no art. 6º do Decreto nº 9.003, de 13 de março de 2017, resolve:

Art. 1º Fica aprovado o Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), na forma estabelecida nos Anexos I a XXII desta Portaria.

Art. 2º O Secretário da Receita Federal do Brasil:

I - poderá editar normas complementares necessárias à aplicação do Regimento Interno;

II - poderá alterar o conteúdo dos Anexos IV ao XXII desta Portaria;

III - determinará, a cada período de, no máximo, 4 (quatro) anos, a avaliação das unidades para fins de reclassificação e redimensionamento da estrutura de que trata o Anexo I e II desta Portaria; e

IV - editará as alterações nos atos normativos e administrativos de sua competência para adequação ao disposto nesta Portaria.

Art. 3º Os atos preparatórios e necessários à transformação de Unidades Gestoras em Unidades Administrativas de que trata o Anexo XXI, inclusive sub-rogação dos contratos em vigor e transferência da gestão de patrimônio, deverão ser adotados até 31 de dezembro de 2017.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor após decorridos 21 (vinte e um) dias de sua publicação no Diário Oficial da União, ressalvados os seguintes dispositivos, cujos efeitos serão produzidos a partir de 1º de janeiro de 2018:

I - relativamente ao Anexo I, o inciso II do art. 2º, os artigos 233 ao 326, o § 9º do art. 334 e os artigos 335 ao 341; e

II - os Anexos V ao XXI.

Art. 5º Ficam revogados, após decorridos 21 (vinte e um) dias da publicação desta portaria:

I - os seguintes dispositivos da Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012:

a) o art. 1º, o inciso I do art. 2º, os artigos 3º, 4º, 13 ao 208, 280 ao 297, os incisos I ao III do art. 298, os artigos 299, 311 ao 313 e 316, todos do Anexo Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil; e

b) os Anexos I e XIII do Anexo Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil.

II - a Portaria MF nº 448, de 27 de outubro de 2014; e

III - a Portaria MF nº 499, de 11 de dezembro de 2014.

Art. 6º Ficam revogadas, a partir de 1º de janeiro de 2018,

I - a Portaria MF nº 512, de 02 de outubro de 2013;

II - a Portaria MF nº 127, de 05 de abril de 2016;

III - a Portaria MF nº 158, de 05 de maio de 2016; e

IV - os dispositivos que ainda estiverem vigentes da Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012.

HENRIQUE DE CAMPOS MEIRELLES

ANEXO I

REGIMENTO INTERNO DA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

CAPÍTULO I

DA CATEGORIA E DA FINALIDADE

Art. 1º A Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), órgão específico singular, diretamente subordinado ao Ministro de Estado da Fazenda, tem por finalidade:

I - planejar, coordenar, supervisionar, executar, controlar e avaliar as atividades de administração tributária federal e aduaneira, incluídas aquelas relativas às contribuições sociais destinadas ao financiamento da seguridade social e às contribuições devidas a terceiros, assim entendidos outras entidades e fundos, na forma da legislação em vigor;

II - propor medidas de aperfeiçoamento, regulamentação e consolidação da legislação tributária federal;

III - interpretar e aplicar a legislação tributária, aduaneira, de custeio previdenciário e correlata, e editar os atos normativos e as instruções necessárias à sua execução;

IV - estabelecer obrigações tributárias acessórias;

V - preparar e julgar, em primeira instância, processos administrativos de determinação e exigência de créditos tributários e de reconhecimento de direitos creditórios relativos aos tributos por ela administrados;

VI - preparar e julgar, em instância única, processos administrativos de aplicação da pena de perdimento de mercadorias e valores e de multa a transportador de passageiros ou de carga em viagem doméstica ou internacional que transportar mercadoria sujeita à pena de perdimento;

VII - acompanhar a execução das políticas tributária e aduaneira e estudar seus efeitos sociais e econômicos;

VIII - planejar, dirigir, supervisionar, orientar, coordenar e executar os serviços de fiscalização, lançamento, cobrança, arrecadação e controle dos tributos e das demais receitas da União sob sua administração;

IX - executar a previsão, o acompanhamento, a análise e o controle das receitas sob sua administração, além de coordenar e consolidar as previsões das demais receitas federais, para subsidiar a elaboração da proposta orçamentária da União;

X - propor medidas destinadas a compatibilizar a receita a ser arrecadada com os valores previstos na programação financeira federal;

XI - estimar e quantificar a renúncia de receitas administradas e avaliar os efeitos das reduções de alíquotas, das isenções tributárias e dos incentivos ou estímulos fiscais, ressalvada a competência de outros órgãos que também tratam da matéria;

XII - promover atividades de cooperação e integração entre as administrações tributárias do País, entre o fisco e o contribuinte e de educação fiscal, além de preparar e divulgar informações tributárias e aduaneiras;

XIII - elaborar estudos e estatísticas econômico-tributários para subsidiar a formulação da política tributária e referentes ao comércio exterior, estabelecer política de informações econômico-fiscais e implementar sistemática de coleta, tratamento e divulgação dessas informações;

XIV - celebrar convênios com órgãos e entidades da Administração Pública e entidades de direito público ou privado, para permuta de informações, racionalização de atividades, desenvolvimento de sistemas compartilhados e realização de operações conjuntas;

XV - gerir o Fundo Especial de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização (Fundaf), instituído pelo art. 6º do Decreto-Lei nº 1.437, de 17 de dezembro de 1975;

XVI - negociar e participar da implementação de acordos, tratados e convênios internacionais cujo objeto seja relativo a matéria tributária e aduaneira;

XVII - dirigir, supervisionar, orientar, coordenar e executar os serviços de administração, fiscalização e controle aduaneiros, inclusive quanto ao alfandegamento de áreas e recintos;

XVIII - dirigir, supervisionar, orientar, coordenar e executar o controle do valor aduaneiro e de preços de transferência de mercadorias importadas ou exportadas, ressalvadas as competências do Comitê Brasileiro de Nomenclatura;

XIX - dirigir, supervisionar, orientar, coordenar e executar as atividades relativas a nomenclatura, classificação fiscal e econômica e origem de mercadorias, e representar o País em reuniões internacionais sobre a matéria;

XX - planejar, coordenar e executar as atividades de repressão ao contrabando, ao descaminho, à contrafação e pirataria, ao tráfico ilícito de entorpecentes e de drogas afins, ao tráfico internacional de arma de fogo e à lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, observada a competência específica de outros órgãos;

XXI - administrar, controlar, avaliar e normatizar o Sistema Integrado de Comércio Exterior (Siscomex) e, no âmbito deste, o Portal Único de Comércio Exterior, ressalvadas as competências de outros órgãos;

XXII - articular-se com órgãos, entidades e organismos nacionais, internacionais e estrangeiros que atuem no campo econômico-tributário, econômico-previdenciário e de comércio exterior, para realização de estudos, conferências técnicas, congressos e eventos semelhantes;

XXIII - elaborar proposta de atualização do plano de custeio da seguridade social, em articulação com os demais órgãos envolvidos;

XXIV - orientar, supervisionar e coordenar as atividades de produção e disseminação de informações estratégicas na área de sua competência, em especial aquelas destinadas ao gerenciamento de riscos ou à utilização por órgãos e entidades participantes de operações conjuntas, que visem à qualidade e à fidedignidade das informações, à prevenção e ao combate a fraudes e práticas delituosas, no âmbito da administração tributária federal e aduaneira; e

XXV - planejar, coordenar, supervisionar, executar, controlar e avaliar as atividades relativas à função de Adido Tributário e Aduaneiro no exterior.

Parágrafo único. No exercício das suas atribuições, a RFB atuará de forma sistêmica e orientada aos processos de trabalho.

CAPÍTULO II

DA ORGANIZAÇÃO

Art. 2º A RFB tem a seguinte estrutura organizacional:

I - UNIDADES CENTRAIS (UC)

1 - Assessoramento Direto:

1.1 - GABINETE (Gabin)

1.1.1 - Ouvidoria (Ouvid)

1.1.2 - Divisão de Atividades Administrativas (Diadm)

1.1.2.1 - Equipe das Unidades Centrais (EUC)

1.1.3 - Assessoria de Acompanhamento Legislativo (Asleg)

1.2 - CORREGEDORIA (Coger)

1.2.1 - Coordenação Disciplinar (Codis)

1.2.1.1 - Divisão de Investigação Disciplinar (Divid)

1.2.1.2 - Divisão de Análise Correcional (Diaco)

1.2.1.3 - Divisão de Responsabilização de Entidades Privadas (Dires)

1.2.1.4 - Serviço de Acompanhamento Judicial e Controle (Sejuc)

1.2.2 - Serviço de Controle da Atividade Correcional (Secac)

1.2.3 - Serviço de Atividades Administrativas (Sesad)

1.2.3.1 - Seção de Capacitação e Desenvolvimento (Sacad)

1.2.4 - Escritório de Corregedoria (Escor)

1.3 - ASSESSORIA ESPECIAL (Asesp)

1.3.1 - Seção de Atividades Administrativas (Sasad)

1.4 - COORDENAÇÃO-GERAL DE PLANEJAMENTO, ORGANIZAÇÃO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL (Copav)

1.4.1 - Coordenação Operacional (Coope)

1.4.2 - Divisão de Planejamento Estratégico e Avaliação Institucional (Dipai)

1.4.3 - Divisão de Desenvolvimento Organizacional (Diorg)

1.4.4 - Escritório de Projetos (Eproj)

1.4.5 - Escritório de Processos (Eproc)

1.4.6 - Seção de Atividades Administrativas (Sasad)

1.5 - COORDENAÇÃO-GERAL DE AUDITORIA INTERNA E GESTÃO DE RISCOS (Audit)

1.5.1 - Coordenação de Planejamento e Execução de Auditoria (Copea)

1.5.1.1 - Gerência de Auditoria Interna (Gaud1)

1.5.1.2 - Gerência de Auditoria Interna (Gaud2)

1.5.1.3 - Gerência de Auditoria Interna (Gaud3)

1.5.1.4 - Gerência de Auditoria Interna (Gaud4)

1.5.2 - Divisão de Implementação e Suporte em Gestão de Riscos (Disri)

1.5.3 - Divisão de Atendimento aos Órgãos de Controle Externo (Diaex)

1.5.4 - Seção de Atividades Administrativas (Sasad)

1.6 - COORDENAÇÃO-GERAL DE PESQUISA E INVESTIGAÇÃO (Copei)

1.6.1 - Coordenação de Assuntos Estratégicos (Coast)

1.6.1.1 - Divisão de Análise e de Produção de Conhecimentos Estratégicos (Dipes)

1.6.1.2 - Serviço de Aplicação Tecnológica (Seate)

1.6.1.3 - Laboratório de Tecnologia Contra a Lavagem de Dinheiro (LabLD)

1.6.2 - Coordenação Operacional (Coope)

1.6.2.1 - Divisão de Investigação (Divin)

1.6.2.2 - Escritório de Pesquisa e Investigação (Espei)

1.6.2.2.1 - Seção Especial de Pesquisa e Investigação (Sapei)

1.6.2.3 - Núcleo de Pesquisa e Investigação (Nupei)

1.6.3 - Seção de Atividades Administrativas (Sasad)

1.7 - ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL (Ascom)

1.7.1 - Divisão de Imprensa (Divim)

1.7.2 - Divisão de Divulgação Institucional e Projetos de Comunicação (Divip)

1.7.3 - Divisão de Comunicação Interna (Dicin)
1.7.4 - Gerência de Projetos de Comunicação Audiovisual (Geauv)
1.7.5 - Seção de Atividades Administrativas (Sasad)
1.8 - ASSESSORIA ESPECIAL DE COOPERAÇÃO E INTEGRAÇÃO FISCAL (Ascif)
1.8.1 - Gerência de Cooperação e Integração Fiscal (Gecif)
1.8.2 - Seção de Atividades Administrativas (Sasad)
1.9 - CENTRO DE ESTUDOS TRIBUTÁRIOS E ADUANEIROS (Cetad)
1.9.1 - Coordenação de Estudos Econômico-Tributários e Aduaneiros (Coest)
1.9.1.1 - Gerência de Estudos Econômico-Tributários e Aduaneiros 1 (Gest1)
1.9.1.2 - Gerência de Estudos Econômico-Tributários e Aduaneiros 2 (Gest2)
1.9.1.3 - Gerência de Dados e Estatísticas (Gedae)
1.9.2 - Coordenação de Previsão e Análise (Copan)
1.9.2.1 - Divisão de Previsão e Análise de Receitas (Dipar)
1.9.2.2 - Divisão de Previsão e Análise de Gastos Tributários (Dipag)
1.9.3 - Seção de Atividades Administrativas (Sasad)
2 - Atividades Específicas:
2.1 - SUBSECRETARIA DE ARRECADAÇÃO, CADASTROS E ATENDIMENTO (Suara)
2.1.1 - Divisão de Desenvolvimento, Planejamento e Gestão (Didep)
2.1.1.1 - Seção de Capacitação e Desenvolvimento (Sacad)
2.1.1.2 - Seção de Atividades Administrativas (Sasad)
2.1.2 - COORDENAÇÃO ESPECIAL DE GESTÃO DE CRÉDITOS E DE BENEFÍCIOS FISCAIS (Corec)
2.1.2.1 - Divisão de Gestão do Direito Creditório (Dicre)
2.1.2.2 - Divisão de Controle de Benefícios Fiscais (Dicob)
2.1.3 - COORDENAÇÃO-GERAL DE ARRECADAÇÃO E COBRANÇA (Codac)
2.1.3.1 - Coordenação de Arrecadação (Codar)
2.1.3.1.1 - Divisão de Classificação e Acompanhamento da Arrecadação (Divar)
2.1.3.1.2 - Divisão de Infraestrutura de Arrecadação e Controle da Rede Arrecadadora (Dirar)
2.1.3.1.3 - Divisão de Cálculos e Tabelas Corporativas (Dical)
2.1.3.2 - Coordenação de Cobrança (Cobra)
2.1.3.2.1 - Divisão de Cobrança da Pessoa Física, do Imóvel Rural e de Obras de Construção Civil (Dipef)
2.1.3.2.2 - Divisão de Cobrança da Pessoa Jurídica (Dipej)
2.1.3.2.3 - Divisão de Cobrança de Créditos Tributários Constantes de Processos Fiscais (Dicop)
2.1.3.2.4 - Divisão de Administração de Parcelamentos (Dapar)
2.1.3.3 - Divisão de Normas de Arrecadação e Cobrança (Dinor)
2.1.4 - COORDENAÇÃO-GERAL DE ATENDIMENTO (Cogea)
2.1.4.1 - Coordenação de Atendimento ao Cidadão (Coate)
2.1.4.1.1 - Divisão de Atendimento Presencial (Dapre)
2.1.4.1.2 - Divisão de Atendimento a Distância (Diadi)
2.1.4.1.3 - Divisão de Orientação ao Atendimento (Diora)
2.1.4.1.4 - Divisão de Estudos e Projetos de Atendimento (Diest)
2.1.4.2 - Divisão de Desenvolvimento da Educação Fiscal e da Moral Tributária (Diefi)
2.1.4.3 - Divisão de Memória Institucional (Dimem)
2.1.5 - COORDENAÇÃO-GERAL DE GESTÃO DE CADASTROS (Cocad)
2.1.5.1 - Coordenação Operacional de Cadastros Tributários e Aduaneiros (Cocat)
2.1.5.1.1 - Divisão de Gestão do Cadastro de Pessoas Jurídicas (Dicaj)
2.1.5.1.2 - Divisão de Gestão do Cadastro de Pessoas Físicas (Dicaf)
2.1.5.1.3 - Divisão de Gestão dos Cadastros de Imóveis (Dimov)
2.1.5.2 - Divisão de Implementação de Acordos de Cooperação e Convênios (Divac)
2.2 - SUBSECRETARIA DE TRIBUTAÇÃO E CONTENCIOSO (Sutri)
2.2.1 - Divisão de Desenvolvimento, Planejamento e Gestão (Didep)
2.2.2 - Seção de Capacitação e Desenvolvimento (Sacad)
2.2.3 - Seção de Atividades Administrativas (Sasad)
2.2.4 - COORDENAÇÃO-GERAL DE TRIBUTAÇÃO (Cosit)
2.2.4.1 - Coordenação de Tributos Sobre a Renda, Patrimônio e Operações Financeiras (Cotir)
2.2.4.1.1 - Divisão de Impostos sobre a Renda de Pessoa Física e a Propriedade Rural (Dirpf)
2.2.4.1.2 - Divisão de Tributos sobre Instituições e Operações Financeiras (Ditif)
2.2.4.1.3 - Divisão de Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica e de Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (Dirpj)
2.2.4.1.4 - Divisão de Tributação Internacional (Ditin)
2.2.4.2 - Coordenação de Tributos sobre a Produção e o Comércio Exterior (Cotex)
2.2.4.2.1 - Divisão de Imposto sobre Produtos Industrializados (Ditip)
2.2.4.2.2 - Divisão de Tributos sobre o Comércio Exterior (Dicex)
2.2.4.2.3 - Divisão de Contribuições Sociais sobre a Receita e a Importação (Direi)
2.2.4.2.4 - Divisão de Nomenclatura e Classificação de Mercadorias (Dinom)
2.2.4.3 - Coordenação de Contribuições Previdenciárias e Normas Gerais (Copen)
2.2.4.3.1 - Divisão de Revisão de Normas (Diren)
2.2.4.3.2 - Divisão de Normas Gerais Relacionadas ao Direito Tributário (Dinog)
2.2.4.3.3 - Divisão de Contribuições Sociais Previdenciárias (Dprev)
2.2.4.4 - Divisão de Controle Documental e do Processo Legislativo (Dileg)
2.2.4.4.1 - Seção de Gerenciamento de Processos (Sager)
2.2.4.5 - Serviço de Disseminação de Normas (Sedis)
2.2.4.6 - Seção de Atividades Administrativas (Sasad)
2.2.5 - COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO E JUDICIAL (Cocaj)
2.2.5.1 - Coordenação de Acompanhamento do Contencioso Judicial (Cconj)
2.2.5.1.1 - Divisão de Acompanhamento de Decisões Judiciais (Diaju)
2.2.5.1.2 - Divisão de Gerenciamento de Mandados de Segurança (Digem)
2.2.5.2 - Coordenação de Acompanhamento do Contencioso Administrativo (Ccoad)
2.2.5.2.1 - Divisão de Acompanhamento e Análise de Jurisprudência Administrativa (Diaja)
2.2.5.2.2 - Divisão de Gerenciamento e Análise do Contencioso (Digea)
2.2.5.3 - Seção de Atividades Administrativas (Sasad)
2.3 - SUBSECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO (Sufis)
2.3.1 - Divisão de Desenvolvimento, Planejamento e Gestão (Didep)
2.3.2 - Seção de Capacitação e Desenvolvimento (Sacad)
2.3.3 - Seção de Atividades Administrativas (Sasad)
2.3.4 - COORDENAÇÃO ESPECIAL DE MAIORES CONTRIBUINTES (Comac)
2.3.4.1 - Divisão de Acompanhamento dos Maiores Contribuintes (Dimac)
2.3.4.2 - Divisão de Estudos e Projetos (Diesp)
2.3.5 - COORDENAÇÃO-GERAL DE FISCALIZAÇÃO (Cofis)
2.3.5.1 - Coordenação de Gestão da Atividade Fiscal (Cogef)
2.3.5.1.1 - Divisão de Suporte à Atividade Fiscal (Disaf)
2.3.5.1.2 - Divisão de Planejamento, Controle e Avaliação (Dicav)
2.3.5.1.3 - Divisão de Escrituração Digital (Didig)
2.3.5.2 - Coordenação Operacional (Coope)
2.3.5.2.1 - Divisão de Normas de Procedimentos Fiscais (Dinop)
2.3.5.2.2 - Divisão de Revisão de Declarações (Dired)
2.3.5.2.3 - Divisão de Controles Fiscais Especiais (Dicoe)
2.3.5.2.4 - Divisão de Auditorias Especiais (Diaud)
2.3.5.3 - Seção de Atividades Administrativas (Sasad)
2.3.6 - COORDENAÇÃO-GERAL DE PROGRAMAÇÃO E ESTUDOS (Copes)
2.3.6.1 - Coordenação de Programação da Atividade Fiscal (Copaf)
2.3.6.1.1 - Divisão de Suporte à Atividade de Programação (Dipra)
2.3.6.1.2 - Divisão de Análises Especiais (Diaes)
2.3.6.1.3 - Divisão de Projetos Estratégicos da Fiscalização (Dprof)
2.3.6.2 - Coordenação de Estudos de Atividades Fiscais (Coesf)
2.3.6.2.1 - Divisão de Instituições Financeiras (Difin)
2.3.6.2.2 - Divisão de Assuntos Internacionais (Disin)
2.3.6.2.3 - Divisão de Análises de Ilícitos Tributários (Dilit)
2.3.6.3 - Seção de Atividades Administrativas (Sasad)
2.4 - SUBSECRETARIA DE ADUANA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS (Suari)
2.4.1 - Divisão de Desenvolvimento, Planejamento e Gestão (Didep)
2.4.2 - Seção de Capacitação e Desenvolvimento (Sacad)
2.4.3 - Seção de Atividades Administrativas (Sasad)
2.4.4 - COORDENAÇÃO ESPECIAL DE INFRAESTRUTURA E TÉCNICA ADUANEIRA (Cotad)
2.4.4.1 - Divisão de Infraestrutura e Técnica Aduaneira (Disif)
2.4.5 - COORDENAÇÃO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO ADUANEIRA (Coana)
2.4.5.1 - Coordenação Operacional Aduaneira (Copad)
2.4.5.1.1 - Divisão de Despacho de Importação (Diimp)
2.4.5.1.2 - Divisão de Despacho de Exportação e Regimes Aduaneiros (Diexp)
2.4.5.1.3 - Divisão de Controles Aduaneiros Especiais (Dicae)
2.4.5.2 - Coordenação de Controle de Intervenientes no Comércio Exterior (Coint)
2.4.5.2.1 - Divisão de Controle Aduaneiro Pós-Despacho (Dicap)
2.4.5.2.2 - Divisão de Gestão de Intervenientes no Comércio Exterior (Digin)
2.4.5.3 - Centro Nacional de Gestão de Riscos Aduaneiros (Cerad)
2.4.5.3.1 - Seção de Gestão de Riscos Aduaneiros 1 (Sard1)
2.4.5.3.2 - Seção de Gestão de Riscos Aduaneiros 2 (Sard2)
2.4.5.3.3 - Seção de Gestão de Riscos Aduaneiros 3 (Sard3)
2.4.5.4 - Seção de Assessoramento Técnico Aduaneiro (Saata)
2.4.5.5 - Seção de Atividades Administrativas (Sasad)
2.4.6 - COORDENAÇÃO-GERAL DE COMBATE AO CONTRABANDO E DESCAMINHO (Corep)
2.4.6.1 - Coordenação Operacional de Vigilância e Repressão ao Contrabando e Descaminho (Coper)
2.4.6.1.1 - Divisão de Vigilância e Repressão ao Contrabando e Descaminho (Direp)
2.4.6.1.2 - Divisão de Recursos Tecnológicos e Operacionais (Direo)
2.4.6.1.3 - Divisão de Gestão de Riscos para Vigilância e Repressão ao Contrabando e Descaminho (Digre)
2.4.6.2 - Centro Nacional de Operações Aéreas (Ceoar)
2.4.6.3 - Centro Nacional de Cães de Faro (CNK9)
2.4.6.4 - Seção de Atividades Administrativas (Sasad)
2.4.7 - COORDENAÇÃO-GERAL DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS (Corin)
2.4.7.1 - Coordenação de Assuntos Tributários e Aduaneiros (Coata)
2.4.7.1.1 - Divisão de Assuntos Tributários Internacionais (Datin)
2.4.7.1.2 - Divisão de Assuntos sobre Comércio Internacional (Dacin)
2.4.7.1.3 - Divisão de Intercâmbio de Informações Tributárias e Aduaneiras (Ditad)
2.4.7.2 - Divisão de Relações Institucionais Internacionais (Dirin)
2.4.7.3 - Seção de Atividades Administrativas (Sasad)
2.5 - SUBSECRETARIA DE GESTÃO CORPORATIVA (Sucor)
2.5.1 - Divisão de Desenvolvimento, Planejamento e Gestão (Didep)
2.5.2 - Seção de Capacitação e Desenvolvimento (Sacad)
2.5.3 - Seção de Atividades Administrativas (Sasad)
2.5.4 - COORDENAÇÃO-GERAL DE PROGRAMAÇÃO E LOGÍSTICA (Copol)
2.5.4.1 - Coordenação de Logística (Colog)
2.5.4.1.1 - Divisão de Licitações (Dilic)
2.5.4.1.2 - Divisão de Contratos (Dicon)
2.5.4.1.3 - Divisão de Engenharia (Dieng)
2.5.4.1.3.1 - Serviço de Acompanhamento de Projetos, Obras e Serviços de Engenharia (Seope)
2.5.4.1.4 - Divisão de Padronização de Despesas e Materiais (Dipad)
2.5.4.2 - Coordenação de Orçamento, Finanças e Contabilidade (Cofic)
2.5.4.2.1 - Divisão de Execução Orçamentária e Financeira (Diofi)
2.5.4.2.2 - Divisão de Contabilidade (Ditab)
2.5.4.3 - Divisão de Mercadorias Apreendidas (Dimap)
2.5.4.4 - Divisão de Serviços Administrativos, Almoxarifado e Patrimônio (Disap)
2.5.4.4.1 - Seção de Patrimônio (Sapat)
2.5.4.4.2 - Seção de Almoxarifado (Samox)
2.5.4.4.3 - Seção de Gestão Documental (Sadoc)
2.5.4.4.4 - Seção de Diárias e Passagens (Sadip)
2.5.4.5 - Seção de Planejamento e Acompanhamento de Projetos (Sapap)
2.5.5 - COORDENAÇÃO-GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (Cotec)
2.5.5.1 - Coordenação de Gestão Integrada (Cogei)
2.5.5.1.1 - Divisão de Gestão de Serviços (Diges)
2.5.5.1.1.1 - Equipe de Gestão Nacional de Serviços de TI (EGS)
2.5.5.1.2 - Divisão de Gestão de Contratos de Tecnologia e Segurança da Informação (Digec)
2.5.5.1.3 - Serviço de Planejamento de TI e Acompanhamento de Projetos (Sepap)
2.5.5.1.4 - Equipe de Suporte à Governança de TI (EST)
2.5.5.1.5 - Equipe de Prestação de Informações de TI (EPI)
2.5.5.2 - Coordenação de Sistemas (Cosis)
2.5.5.2.1 - Divisão de Sistemas Corporativos (Disor)
2.5.5.2.1.1 - Equipe de Métricas de Software (EMS)
2.5.5.2.1.2 - Equipe de Arquitetura de Software (EAS)
2.5.5.2.2 - Divisão de Administração da Informação (Disad)
2.5.5.2.2.1 - Equipe de Informações Estratégicas (EIE)
2.5.5.2.3 - Divisão de Desenvolvimento Interno e por Fábrica de Sofware (Didev)
2.5.5.2.3.1 - Equipe de Teste de Software (ETS)
2.5.5.2.3.2 - Equipe de Interface de Sistemas (EIS)
2.5.5.3 - Coordenação de Infraestrutura Tecnológica (Coinf)
2.5.5.3.1 - Divisão de Soluções de Tecnologia e Segurança da Informação (Disot)
2.5.5.3.2 - Divisão de Infraestrutura e Operação Nacional (Difra)
2.5.5.3.2.1 - Equipe de Gestão do Datacenter RFB (EGD)
2.5.5.3.2.2 - Equipe de Gerência de Ambiente Informatizado Nacional (EAI)
2.5.5.3.3 - Serviço de Tecnologia e Segurança da Informação das Unidades Centrais (Setec)

2.5.5.3.4 - Equipe de Interfaces Digitais (EID)
2.5.5.4 - Divisão de Gestão do Atendimento de Soluções de TI (Diget)
2.5.5.5 - Divisão de Segurança em Tecnologia da Informação (Diseg)
2.5.5.5.1 - Equipe de Segurança de Sistemas (ESS)
2.5.5.5.2 - Equipe de Segurança em Infraestrutura (ESI)
2.5.5.5.3 - Equipe de Gestão de Certificação Digital (EDI)
2.5.5.5.4 - Equipe de Conformidade de Segurança da Informação (ECS)
2.5.5.6 - Serviço Especial de Tecnologia e Segurança da Informação (Serti)
2.5.5.7 - Seção Especial de Tecnologia e Segurança da Informação (Sarti)
2.5.5.8 - Equipe de Soluções de TI Inovadoras (EIN)
2.5.5.9 - Seção de Atividades Administrativas (Sasad)
2.5.6 - COORDENAÇÃO-GERAL DE GESTÃO DE PESSOAS (Cogep)
2.5.6.1 - Coordenação de Administração de Pessoas (Coape)
2.5.6.1.1 - Divisão de Administração de Pessoas (Diape)
2.5.6.1.2 - Divisão de Funções, Alocação e Movimentação (Difam)
2.5.6.1.3 - Divisão de Remuneração e Benefícios (Direm)
2.5.6.1.3.1 - Seção de Benefícios (Saben)
2.5.6.2 - Coordenação de Desenvolvimento de Competências Institucionais (Codin)
2.5.6.2.1 - Divisão de Desenvolvimento e Capacitação (Didec)
2.5.6.2.2 - Divisão de Competências e Desempenho (Dicod)
2.5.6.2.3 - Divisão de Valorização e Qualidade de Vida no Trabalho (Divaq)
2.5.6.3 - Divisão de Planejamento e Seleção (Dipla)
2.5.6.4 - Divisão de Legislação de Pessoal (Dilep)
2.5.6.5 - Serviço de Relações Institucionais (Serel)
2.5.6.6 - Seção de Atividades Administrativas (Sasad)
II - UNIDADES DESCENTRALIZADAS (UD)
1 - SUPERINTENDÊNCIAS REGIONAIS DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL (SRRF)
1.1 - Divisão de Planejamento, Avaliação e Controle (Dipav) ou Seção de Planejamento, Avaliação e Controle (Sapav)
1.1.1 - Serviço de Gestão de Projetos (Sproj)
1.2 - Seção de Comunicação Institucional (Sacin)
1.3 - Divisão de Arrecadação e Cobrança (Dirac)
1.4 - Divisão de Interação com o Cidadão (Divic)
1.5 - Divisão de Tributação (Disit)
1.6 - Divisão de Acompanhamento dos Maiores Contribuintes (Dimac) ou Serviço de Acompanhamento dos Maiores Contribuintes (Semac)
1.7 - Divisão de Fiscalização (Difis)
1.7.1 - Serviço de Fiscalização dos Maiores Contribuintes (Sefim)
1.7.2 - Serviço Regional de Programação, Avaliação e Controle da Atividade Fiscal (Sepac)
1.8 - Divisão de Administração Aduaneira (Diana)
1.9 - Divisão de Vigilância e Repressão ao Contrabando e Descaminho (Direp)
1.9.1 - Seção de Operações de Vigilância e Repressão ao Contrabando e Descaminho (Saope)
1.10 - Divisão de Programação e Logística (Dipol)
1.10.1 - Serviço de Programação e Logística (Sepol)
1.10.2 - Seção de Licitações (Salic)
1.10.3 - Seção de Contratos (Sacon)
1.10.4 - Seção de Obras e Serviços de Engenharia (Saeng)
1.10.5 - Seção de Orçamento e Finanças (Saofi)
1.10.6 - Núcleo de Contabilidade (Nutab)
1.10.7 - Serviço de Mercadorias Apreendidas (Semap)
1.10.8 - Núcleo de Patrimônio (Nupat)
1.11 - Divisão de Tecnologia e Segurança da Informação (Ditec)
1.11.1 - Serviço de Tecnologia e Segurança da Informação (Setec)
1.11.2 - Seção de Gestão de Serviços (Sages)
1.11.3 - Seção de Gestão Regional do Ambiente Informatizado (Sainf)
1.11.4 - Seção de Gestão Regional de Segurança da Informação (Saseg)
1.11.5 - Seção de Cadastramento Regional (Sacti)
1.12 - Divisão de Gestão de Pessoas (Digep)
1.12.1 - Serviço de Gestão de Pessoas (Segep)
1.12.2 - Seção de Administração de Pessoas (Saape)
1.12.3 - Seção de Pagamento de Pessoal (Sapag)
1.12.4 - Seção de Desenvolvimento, Capacitação e Gestão de Desempenho (Sadec)
1.12.5 - Núcleo de Valorização e Qualidade de Vida no Trabalho (Nuvaq)
1.12.6 - Seção de Legislação de Pessoal (Salep)
2 - DELEGACIAS DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL (DRF)
2.1 - Seção de Arrecadação e Cobrança (Sarac) ou Núcleo de Arrecadação e Cobrança (Nurac)
2.2 - Divisão de Orientação e Análise Tributária (Diort) ou Serviço de Orientação e Análise Tributária (Seort) ou Seção de Orientação e Análise Tributária (Saort)
2.3 - Divisão de Controle e Acompanhamento Tributário (Dicat) ou Serviço de Controle e Acompanhamento Tributário (Secat) ou Seção de Controle e Acompanhamento Tributário (Sacat)
2.3.1 - Serviço de Controle da Rede Arrecadadora (Searf)
2.4 - Divisão de Fiscalização (Difis) ou Serviço de Fiscalização (Sefis) ou Seção de Fiscalização (Safis) ou Núcleo de Fiscalização (Nufis)
2.5 - Seção de Administração Aduaneira (Saana) ou Setor de Administração Aduaneira (Soana) ou Núcleo de Administração Aduaneira (Nuana)
2.6 - Seção de Vigilância e Repressão ao Contrabando e Descaminho (Sarep)
2.7 - Serviço de Gestão Corporativa (Secor) ou Seção de Gestão Corporativa (Sacor) ou Núcleo de Gestão Corporativa (Nucor)
2.8 - Serviço de Programação e Logística (Sepol) ou Seção de Programação e Logística (Sapol) ou Núcleo de Programação e Logística (Nupol)
2.9 - Serviço de Tecnologia e Segurança da Informação (Setec) ou Seção de Tecnologia e Segurança da Informação (Satec) ou Núcleo de Tecnologia e Segurança da Informação (Nutec)
2.10 - Serviço de Gestão de Pessoas (Segep) ou Seção de Gestão de Pessoas (Sagep) ou Núcleo de Gestão de Pessoas (Nugep)
2.11 - Centro de Atendimento ao Contribuinte (CAC)
3 - DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA (Derat)
3.1 - Divisão de Orientação e Análise Tributária (Diort)
3.2 - Divisão de Controle e Acompanhamento Tributário (Dicat)
3.3 - Divisão de Interação com o Cidadão (Divic)
3.4 - Serviço de Acompanhamento dos Maiores Contribuintes (Semac)
3.5 - Serviço de Programação e Logística (Sepol)
3.6 - Serviço de Tecnologia e Segurança da Informação (Setec)
3.7 - Serviço de Gestão de Pessoas (Segep)
3.8 - Centro de Atendimento ao Contribuinte (CAC)
4 - DELEGACIAS ESPECIAIS DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE FISCALIZAÇÃO (Defis)
4.1 - Divisão de Fiscalização (Difis)
4.2 - Seção de Programação, Avaliação e Controle da Atividade Fiscal (Sapac)
4.3 - Serviço de Programação e Logística (Sepol)
4.4 - Serviço de Tecnologia e Segurança da Informação (Setec)
4.5 - Serviço de Gestão de Pessoas (Segep)
5 - DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE FISCALIZAÇÃO DE COMÉRCIO EXTERIOR (Delex)
5.1 - Divisão de Fiscalização (Difis)
5.2 - Seção de Gestão de Riscos Aduaneiros (Sarad)
5.3 - Seção de Programação, Avaliação e Controle da Atividade Fiscal (Sapac)
6 - DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS (Deinf)
6.1 - Divisão de Orientação e Análise Tributária (Diort)
6.2 - Divisão de Controle e Acompanhamento Tributário (Dicat)
6.3 - Serviço de Controle da Rede Arrecadadora (Searf)
6.4 - Seção de Acompanhamento dos Maiores Contribuintes (Samac)
6.5 - Divisão de Fiscalização (Difis)
6.6 - Serviço de Programação, Avaliação e Controle da Atividade Fiscal (Sepac)
6.7 - Centro de Atendimento ao Contribuinte (CAC)
7 - DELEGACIAS ESPECIAIS DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE MAIORES CONTRIBUINTES (Demac)
7.1 - Divisão de Orientação e Análise Tributária (Diort)
7.2 - Divisão de Controle e Acompanhamento Tributário (Dicat)
7.3 - Serviço de Acompanhamento dos Maiores Contribuintes (Semac)
7.4 - Divisão de Fiscalização (Difis)
7.5 - Divisão de Programação, Avaliação e Controle da Atividade Fiscal (Dipac)
7.6 - Centro de Atendimento ao Contribuinte (CAC)
8 - DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE PESSOAS FÍSICAS (Derpf)
8.1 - Divisão de Controle e Acompanhamento Tributário (Dicat)
8.2 - Divisão de Fiscalização (Difis)
8.3 - Seção de Programação, Avaliação e Controle da Atividade Fiscal (Sapac)
8.4 - Centro de Atendimento ao Contribuinte (CAC)
9 - DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE COMÉRCIO EXTERIOR (Decex)
9.1 - Seção de Assessoramento Técnico Aduaneiro (Saata)
9.2 - Serviço de Controle Aduaneiro Pós-Despacho (Secap)
9.3 - Seção de Gestão de Riscos Aduaneiros (Sarad)
10 - ALFÂNDEGAS DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL (ALF)
10.1 - Serviço de Assessoramento Técnico Aduaneiro (Seata) ou Seção de Assessoramento Técnico Aduaneiro (Saata) ou Setor de Assessoramento Técnico Aduaneiro (Soata)
10.2 - Serviço de Gestão e Infraestrutura Aduaneira (Segin)
10.3 - Divisão de Despacho Aduaneiro (Didad) ou Serviço de Despacho Aduaneiro (Sedad) ou Seção de Despacho Aduaneiro (Sadad)
10.4 - Divisão de Conferência de Bagagem (Dibag) ou Serviço de Conferência de Bagagem (Sebag) ou Seção de Conferência de Bagagem (Sabag)
10.5 - Seção de Controle de Carga e Trânsito Aduaneiro (Sacta)
10.6 - Serviço de Remessas Postais e Expressas (Serpe) ou Seção de Remessas Postais e Expressas (Sarpe)
10.7 - Serviço de Procedimentos Especiais Aduaneiros (Sepea) ou Seção de Procedimentos Especiais Aduaneiros (Sapea)
10.8 - Divisão de Controle Aduaneiro Pós-Despacho (Dicap) ou Serviço de Controle Aduaneiro Pós-Despacho (Secap) ou Seção de Controle Aduaneiro Pós-Despacho (Sacap)
10.9 - Serviço de Vigilância Aduaneira (Sevig) ou Seção de Vigilância Aduaneira (Savig)
10.10 - Divisão de Vigilância e Repressão ao Contrabando e Descaminho (Direp) ou Serviço de Vigilância e Repressão ao Contrabando e Descaminho (Serep)
10.11 - Serviço de Gestão de Riscos Aduaneiros (Serad) ou Seção de Gestão de Riscos Aduaneiros (Sarad)
10.12 - Serviço de Gestão Corporativa (Secor) ou Seção de Gestão Corporativa (Sacor) ou Setor de Gestão Corporativa (Socor)
10.13 - Serviço de Programação e Logística (Sepol) ou Seção de Programação e Logística (Sapol) ou Núcleo de Programação e Logística (Nupol)
10.14 - Serviço de Tecnologia e Segurança da Informação (Setec) ou Seção de Tecnologia e Segurança da Informação (Satec) ou Núcleo de Tecnologia e Segurança da Informação (Nutec)
10.15 - Serviço de Gestão de Pessoas (Segep) ou Seção de Gestão de Pessoas (Sagep) ou Núcleo de Gestão de Pessoas (Nugep)
10.16 - Centro de Atendimento ao Contribuinte (CAC)
11 - INSPETORIAS DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL (IRF)
11.1 - Seção de Administração Aduaneira (Saana)
11.2 - Seção de Vigilância Aduaneira (Savig)
12 - AGÊNCIAS DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL (ARF)
12.1 - Setor de Arrecadação e Cobrança (Sorac)
13 - POSTOS DE ATENDIMENTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL (Posto)
14 - DELEGACIAS DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE JULGAMENTO (DRJ)
14.1 - Serviço de Planejamento e Coordenação (Sepoc) ou Seção de Planejamento e Coordenação (Sapoc)
14.2 - Serviço de Controle de Julgamento (Secoj)
14.3 - Serviço de Recepção e Triagem de Processos (Seret)
14.4 - Serviço de Informação do Julgamento (Seinj)
14.5 - Seção de Apoio ao Julgamento (Saaju)
15 - EQUIPES
15.1 - Equipe de Arrecadação e Cobrança (EAC)
15.2 - Equipe de Atendimento ao Contribuinte (EAT)
15.3 - Equipe de Cadastro (ECD)
15.4 - Equipe de Tributação (ETR)
15.6 - Equipe de Fiscalização (EFI)
15.7 - Equipe de Informação Fiscal (EIF)
15.8 - Equipe de Programação, Avaliação e Controle da Atividade Fiscal (Eqpac)
15.9 - Equipe Aduaneira (EAD)
15.10 - Equipe de Vigilância e Repressão (EVR)
15.11 - Equipe de Gestão de Operadores Econômicos Autorizados (EqOEA)
15.12 - Equipe de Gestão Corporativa (EGC)
15.13 - Equipe de Logística (ELG)
15.14 - Equipe de Mercadorias Apreendidas (EMA)
15.15 - Equipe de Tecnologia e Segurança da Informação (ETI)
15.16 - Equipe de Gestão de Pessoas (EGP)
15.17 - Equipe de Pagamento (EPG)

Art. 3º A Comissão de Ética da Secretaria da Receita Federal do Brasil (CE-RFB), colegiado de caráter deliberativo, integra o Sistema de Gestão da Ética do Poder Executivo Federal.

Art. 4º As Adidâncias Tributárias e Aduaneiras (ADIRF), localizadas conforme disposto no Anexo III, compõem as missões diplomáticas do Brasil e são diretamente subordinadas ao Secretário da Receita Federal do Brasil.

Parágrafo único. O Adido Tributário e Aduaneiro será considerado membro da missão diplomática e ficará vinculado, administrativamente, ao Gabinete do Secretário da Receita Federal do Brasil e, tecnicamente, à Coordenação-Geral de Relações Internacionais (Corin).

Art. 5º As Unidades Centrais (UC) são localizadas em Brasília - DF, exceto as constantes do Anexo IV.

§ 1º As Unidades Centrais constantes do Anexo IV têm lotação própria.

§ 2º As Subsecretarias e as Unidades de Assessoramento Direto são subordinadas diretamente ao Secretário da Receita Federal do Brasil e gerenciam, em âmbito nacional, os processos de trabalho constantes do Anexo XXII.

Art. 6º As Superintendências Regionais da Receita Federal do Brasil (SRRF), subordinadas ao Secretário da Receita Federal do Brasil, jurisdicionam as regiões fiscais, conforme discriminado no Anexo V.

Art. 7º As Delegacias da Receita Federal do Brasil (DRF), classificadas e localizadas conforme disposto no Anexo VI, são subordinadas ao Superintendente da Receita Federal do Brasil da respectiva região fiscal.

Art. 8º As Delegacias Especiais da Receita Federal do Brasil de Fiscalização (Defis), de Fiscalização de Comércio Exterior (Delex), de Administração Tributária (Derat), de Pessoas Físicas (Derpf), de Instituições Financeiras (Deinf), de Maiores Contribuintes (Demac) e de Comércio Exterior (Decex) localizadas conforme disposto

no Anexo VII, são subordinadas ao Superintendente da Receita Federal do Brasil da respectiva região fiscal.

Art. 9º As Alfândegas da Receita Federal do Brasil (ALF), classificadas e localizadas conforme disposto no Anexo VIII, são subordinadas ao Superintendente da Receita Federal do Brasil da respectiva região fiscal.

Art. 10. As Inspetorias da Receita Federal do Brasil (IRF) são localizadas, classificadas e subordinadas conforme disposto no Anexo IX.

Art. 11. As Agências da Receita Federal do Brasil (ARF) são localizadas, classificadas e subordinadas conforme disposto no Anexo X.

Art. 12. Os Postos de Atendimento da Receita Federal do Brasil (Posto) são localizados e subordinados conforme disposto no Anexo XII.

Art. 13. As Delegacias da Receita Federal do Brasil de Julgamento (DRJ), localizadas conforme disposto no Anexo XIII, são subordinadas ao Subsecretário de Tributação e Contencioso.

§ 1º As Turmas são dirigidas por um Presidente, nomeado entre os julgadores.

§ 2º Em cada DRJ, uma Turma é presidida pelo Delegado.

Art. 14. A estrutura das SRRFs, das Delegacias Especiais, das DRFs, das ALFs, das IRFs, das ARFs e das DRJs é a definida conforme disposto nos Anexos XIV a XX.

Art. 15. Os ocupantes de cargos ou de funções, em seus afastamentos ou impedimentos, serão substituídos pelos respectivos adjuntos ou, na inexistência desses, por servidores previamente designados, na forma prevista neste Regimento Interno ou em legislação específica.

§ 1º Havendo mais de um adjunto, a designação do substituto deverá ser expressamente estabelecida em ato específico, no qual será indicado a qual deles aplica-se o disposto no caput.

§ 2º Eventualmente, no caso de ausência simultânea do titular e do substituto dos cargos de Subsecretário, Coordenador-Geral, Coordenador Especial, Superintendente ou Delegado, o Secretário poderá designar, por prazo certo, outro servidor como segundo substituto.

CAPÍTULO III

DAS COMPETÊNCIAS DAS UNIDADES

Seção I

Das Competências das Unidades de Assessoramento Direto

Art. 16. Ao Gabinete (Gabin) compete gerenciar as atividades relativas:

I - ao expediente do Secretário e do Secretário-Adjunto;

II - a procedimentos relativos a atos de delegação de competência;

III - à representação institucional; e

IV - às relações públicas e ao cerimonial.

Parágrafo único. Ao Gabinete (Gabin) compete ainda prestar apoio administrativo e supervisionar as Adidâncias, nos termos de ato específico do Secretário da Receita Federal do Brasil.

Art. 17. À Ouvidoria (Ouvid) compete gerenciar as atividades de ouvidoria na RFB, em articulação com os órgãos competentes, e executar as atividades relativas ao serviço de acesso à informação ao cidadão.

Art. 18. Ao Cerimonial (Cerim) compete:

I - gerir e executar as atividades de Cerimonial do Gabinete;

II - zelar pela observância das normas de cerimonial público nos eventos a que compareça o Secretário da Receita Federal do Brasil ou o Secretário-Adjunto;

III - providenciar a documentação necessária às viagens nacionais e internacionais do Secretário da Receita Federal do Brasil ou do Secretário-Adjunto;

IV - gerir e executar as atividades relativas à realização de eventos em que compareça o Secretário da Receita Federal do Brasil ou o Secretário-Adjunto, no âmbito da RFB;

V - coordenar a recepção do Secretário da Receita Federal do Brasil ou do Secretário-Adjunto e das autoridades a serem recebidas por eles no âmbito da RFB;

VI - processar, cadastrar e responder aos convites formulados ao Secretário da Receita Federal do Brasil e ao Secretário-Adjunto; e

VII - gerir e executar a emissão de passagens aéreas sob sua responsabilidade, em consonância com os dispositivos legais.

Art. 19. À Divisão de Atividades Administrativas (Diadm) compete, no âmbito do Gabinete, gerir e executar as atividades relacionadas a pessoal, a apoio administrativo, a gestão de documentos, a publicações de atos no Diário Oficial da União e no Boletim de Serviços da RFB e a serviços gerais.

Art. 20. Às Equipes das Unidades Centrais (EUC) compete gerir e executar as atividades de apoio administrativo e serviços gerais típicos da atividade de apoio ao Gabinete.

Art. 21. À Assessoria de Acompanhamento Legislativo (Asleg) compete gerenciar as atividades relativas:

I - ao acompanhamento da tramitação de proposição legislativa que contenha matérias de competência da RFB no âmbito do Congresso Nacional e suas casas e à promoção, quando necessário, de sua divulgação interna;

II - ao acompanhamento das atividades das comissões do Congresso e de suas casas que envolvam matérias de competência ou de interesse da RFB;

III - ao atendimento das demandas internas referentes a informações sobre a tramitação de proposições no Congresso Nacional e suas casas;

IV - à articulação com as unidades internas para análise das proposições em tramitação no âmbito do Congresso Nacional e suas casas, ou remetidas à sanção, para subsidiar encaminhamentos e decisões sobre as matérias de competência ou de interesse da RFB;

V - à articulação interna para o atendimento dos requerimentos de informação encaminhados pelo Ministério da Fazenda, e às respostas às solicitações do Poder Legislativo e do Poder Executivo, neste caso quando envolver matéria parlamentar;

VI - ao assessoramento, coordenação e acompanhamento do relacionamento institucional da RFB com os membros do Congresso Nacional; e

VII - à assistência ao Secretário, Secretário-Adjunto, Subsecretários e Coordenadores-Gerais na representação perante o Congresso Nacional.

Art. 22. À Corregedoria (Coger) compete gerenciar as atividades relativas ao desenvolvimento da integridade funcional dos servidores da RFB e à responsabilização de entidades privadas, nos termos da lei.

Parágrafo único. No exercício de suas competências, caberá à Coger:

I - analisar as representações e as denúncias que lhe forem encaminhadas;

II - instaurar, decidir pelo arquivamento, em juízo de admissibilidade, e conduzir procedimentos correcionais para apurar irregularidades praticadas no âmbito da RFB;

III - verificar, no interesse de suas atividades, dados, informações e registros contidos nos sistemas da RFB e em quaisquer documentos constantes dos seus arquivos;

IV - solicitar ou executar diligências, requisitar informações, processos e documentos necessários ao exame de matéria na área de sua competência;

V - verificar os aspectos disciplinares dos feitos fiscais e de outros procedimentos administrativos; e

VI - apreciar consultas e manifestar-se sobre matérias relacionadas a condutas, deveres, proibições e demais temas que versem sobre disciplina funcional.

Art. 23. À Coordenação Disciplinar (Codis) compete gerenciar as atividades relativas à investigação disciplinar, à análise correcional, ao acompanhamento de ações judiciais de interesse disciplinar e à responsabilização de entidades privadas, nos termos da lei.

Art. 24. À Divisão de Investigação Disciplinar (Divid) compete gerir e executar as atividades relativas à investigação disciplinar.

Art. 25. À Divisão de Análise Correcional (Diaco) compete gerir e executar as atividades relativas à análise correcional.

Art. 26. À Divisão de Responsabilização de Entidades Privadas (Dires) compete gerir e executar as atividades relativas à responsabilização de pessoa jurídica, nos termos da lei.

Art. 27. Ao Serviço de Acompanhamento Judicial e Controle (Sejuc) compete gerir e executar as atividades relativas ao acompanhamento judicial das atividades de interesse da Coger.

Art. 28. Ao Serviço de Controle da Atividade Correcional (Secac) compete gerir e executar as atividades relativas:

I - ao controle das informações referentes aos feitos administrativo-disciplinares e de responsabilização de pessoa jurídica, nos termos da lei;

II - à elaboração, ao acompanhamento e à avaliação do planejamento da Corregedoria;

III - à articulação e à integração do planejamento da Corregedoria ao planejamento institucional; e

IV - ao levantamento, à consolidação e à análise dos indicadores de gestão relativos à área de competência da Corregedoria.

Art. 29. Ao Escritório de Corregedoria (Escor) em cada região fiscal compete gerir e executar, no âmbito de sua jurisdição, as atividades previstas para a Coger.

Art. 30. À Assessoria Especial (Asesp) compete gerenciar as atividades relativas:

I - à assistência ao Secretário e ao Secretário-Adjunto em questões que envolvam aspectos jurídicos e tributários e no exame e elaboração de proposta de atos legais, regulamentares e administrativos;

II - à celebração de convênios, acordos, protocolos e outros instrumentos que não envolvam transferência de recursos públicos entre os partícipes, a serem firmados pelo Secretário ou Secretário-Adjunto para:

a) fornecimento ou troca de informações cadastrais e fiscais; e

b) prestação de serviços; e

III - aos trabalhos especiais de que for incumbida pelo Secretário ou Secretário-Adjunto.

Art. 31. À Coordenação-Geral de Planejamento, Organização e Avaliação Institucional (Copav) compete gerenciar as atividades relativas:

I - à estratégia e ao desempenho organizacional;

II - a programas, projetos e seus portfólios;

III - a processos de trabalho;

IV - à estrutura organizacional;

V - à gestão do conhecimento organizacional; e

VI - à inovação.

Parágrafo único. À Copav compete ainda prestar orientação técnica às Dideps, às Dipavs e às Sapavs na área de sua competência.

Art. 32. À Coordenação Operacional (Coope) compete gerir e executar as atividades relativas à gestão do conhecimento organizacional e inovação.

Art. 33. À Divisão de Planejamento Estratégico e Avaliação Institucional (Dipai) compete gerir e executar as atividades relativas à estratégia e ao desempenho organizacional, inclusive as relativas à formulação e ao desdobramento do Planejamento Estratégico Institucional e, especificamente:

I - apoiar as áreas técnicas na execução da Estratégia Institucional;

II - monitorar e avaliar a execução da Estratégia e do desempenho organizacional; e

III - promover estudos que visem ao desenvolvimento e à implantação de soluções para o aperfeiçoamento da gestão estratégica da RFB.

Art. 34. À Divisão de Desenvolvimento Organizacional (Diorg) compete gerir e executar as atividades relativas:

I - à gestão da estrutura organizacional; e

II - à elaboração do relatório de gestão anual da RFB, em articulação com a Copol e a Audit.

Art. 35. Ao Escritório de Projetos (Eproj) compete gerir e executar as atividades relativas a programas, projetos e portfólios, além de acompanhar e monitorar o desempenho dos Projetos Estratégicos Institucionais.

Art. 36. Ao Escritório de Processos (Eproc) compete gerir e executar as atividades relativas à gestão de processos.

Art. 37. À Coordenação-Geral de Auditoria Interna e Gestão de Riscos (Audit) compete gerenciar as atividades relativas à realização de auditoria interna, à gestão de riscos institucionais e ao atendimento aos órgãos de controle.

Art. 38. À Coordenação de Planejamento e Execução de Auditoria Interna (Copea) compete gerenciar as atividades relativas à realização de auditoria interna da RFB.

Art. 39. Às Gerências de Auditoria Interna (Gaud1 a Gaud4) compete gerir e executar as atividades de auditoria interna da RFB.

Art. 40. À Divisão de Implementação e Suporte em Gestão de Riscos (Disri) compete gerir e executar as atividades de gerenciamento de riscos nas áreas de negócio da RFB.

Art. 41. À Divisão de Atendimento aos Órgãos de Controle Externo (Diaex) compete gerir e executar as atividades relativas ao cumprimento das determinações, recomendações e solicitações emitidas pelos órgãos de controle externo e à elaboração do processo de prestação de contas anual da RFB, em articulação com a Copol e a Copav.

Art. 42. À Coordenação-Geral de Pesquisa e Investigação (Copei) compete prestar assessoramento estratégico e gerenciar as atividades de:

I - inteligência fiscal, especialmente no combate a crimes, fraudes e ilícitos tributários e aduaneiros, à lavagem e ocultação de bens, direitos e valores, ao terrorismo e seu financiamento, ao tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins e a qualquer outro ilícito praticado contra a Administração Pública Federal, ou em detrimento da Fazenda Nacional, inclusive aqueles que concorram para sua consumação;

II - investigação conjunta com outros órgãos visando a coibir a prática dos crimes, fraudes e ilícitos mencionados no inciso I, ressalvadas as competências das demais áreas da RFB; e

III - de representação da RFB nos sistemas, órgãos, comissões, conselhos e agências ligados à atividade de inteligência.

Art. 43. À Coordenação de Assuntos Estratégicos (Coast) compete gerenciar as atividades relativas:

I - à definição e difusão de métodos e procedimentos de inteligência fiscal e contrainteligência;

II - à definição e difusão de melhores práticas, tecnologias e métodos relativos às atividades desenvolvidas pela Copei;

III - à proposição de políticas e diretrizes de segurança institucional, observadas as competências e iniciativas das demais áreas da RFB; e

IV - ao planejamento e avaliação institucional, desenvolvimento organizacional e gerenciamento de projetos na área de competência da Copei.

Art. 44. À Divisão de Análise e de Produção de Conhecimentos Estratégicos (Dipes) compete:

I - gerir e executar a análise, produção e difusão de conhecimentos, em especial os de nível estratégico, no âmbito das competências da Copei; e

II - identificar, viabilizar o acesso, consolidar e difundir fontes de informação de interesse para as atividades de pesquisa e investigação.

Art. 45. Ao Serviço de Aplicação Tecnológica (Seate) compete gerir e executar as atividades relativas à avaliação, proposição e desenvolvimento de soluções tecnológicas para execução das atividades da Copei, observadas, no que couber, as diretrizes estabelecidas pela Cotec.

Art. 46. Ao Laboratório de Tecnologia Contra a Lavagem de Dinheiro (LabLD) compete:

I - gerir e executar atividades relativas a tratamento e análise de dados para produção e difusão de conhecimentos de inteligência ou de interesse fiscal;

II - aplicar e orientar a aplicação de técnicas de análise forense digital no desenvolvimento das atividades de inteligência fiscal; e

III - gerir os equipamentos e as ferramentas específicas necessárias à realização das atividades previstas nos incisos I e II, ressalvadas as competências das demais áreas da RFB.

Art. 47. À Coordenação Operacional (Coope) compete gerenciar os Escritórios de Pesquisa e Investigação (Espei) e os Núcleos de Pesquisa e Investigação (Nupei).

Art. 48. À Divisão de Investigação (Divin) compete gerir e executar as atividades relativas:

I - aos procedimentos de Pesquisa e Investigação e de Inteligência Fiscal executadas no âmbito dos Espeis e Nupeis;

II - ao suporte técnico e operacional aos Espeis e Nupeis; e

III - à gestão dos recursos destinados às ações de caráter sigiloso.

Art. 49. Ao Escritório de Pesquisa e Investigação (Espei) em cada região fiscal, aos Núcleos de Pesquisa e Investigação (Nupei) e à Seção Especial de Pesquisa e Investigação (Sapei) compete, em sua área de atuação, gerir e executar as atividades de competência da Copei.

Art. 50. À Assessoria de Comunicação Institucional (Ascom) compete gerenciar as atividades relativas à comunicação institucional interna e externa.

Art. 51. À Divisão de Imprensa (Divim) compete:

I - gerir e executar as atividades relativas à divulgação à imprensa de assuntos de interesse dos contribuintes e da sociedade em geral;

II - coordenar o fornecimento de informações institucionais aos veículos de comunicação; e

III - acompanhar a repercussão, perante a imprensa, de assuntos de interesse da RFB.

Art. 52. À Divisão de Divulgação Institucional e Projetos de Comunicação (Divip) compete gerir e executar:

I - as ações relativas à divulgação de conteúdo de comunicação institucional disponível no sítio da RFB na Internet e nas redes sociais; e

II - as atividades relativas à publicidade, identidade visual e aplicação da marca da RFB.

Art. 53. À Divisão de Comunicação Interna (Dicin) compete gerir e executar as atividades relativas à comunicação social interna, incluindo a gestão de conteúdo da Intranet e dos informativos.

Art. 54. À Gerência de Projetos de Comunicação Audiovisual (Geauv) compete gerir e executar as atividades relativas à divulgação em meio audiovisual.

Art. 55. À Assessoria Especial de Cooperação e Integração Fiscal (Ascif) compete gerenciar as atividades relativas às relações institucionais, notadamente às de cooperação e integração entre a RFB e as administrações tributárias dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

Art. 56. À Gerência de Cooperação e Integração Fiscal (Gecif) compete gerir e executar as atividades relativas às competências da Ascif.

Art. 57. Ao Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros (Cetad) compete gerenciar as atividades relativas:

I - à formulação e análise de propostas de política tributária e aduaneira;

II - ao acompanhamento e à avaliação da performance econômico-tributária;

III - à previsão e análise da arrecadação das receitas administradas pela RFB; e

IV - ao acompanhamento e ao subsídio à avaliação das políticas públicas implementadas com benefício fiscal.

Art. 58. À Coordenação de Estudos Econômico-Tributários e Aduaneiros (Coest) compete gerenciar as atividades relativas à formulação e análise de propostas de políticas tributária e aduaneira e, especificamente:

I - desenvolver estudos econômico-tributários e aduaneiros e de análises comparativas entre sistemas tributários;

II - analisar e simular impactos econômico-financeiros decorrentes de propostas de alterações da legislação tributária federal;

III - mensurar e avaliar o potencial econômico-tributário geral e setorial; e

IV - compilar e publicar informações estatísticas econômico-tributárias e aduaneiras.

Art. 59. Às Gerências de Estudos Econômico-Tributários e Aduaneiros (Gest1 e 2) compete gerir e executar as atividades relativas à elaboração de estudos econômico-tributários e aduaneiros.

Art. 60. À Gerência de Dados e Estatísticas (Gedae) compete:

I - compilar, analisar e publicar, de acordo com o cronograma anual, informações de natureza estatística, econômico-tributária e aduaneira; e

II - acompanhar e propor adequação dos meios de coleta de dados dos contribuintes e suas operações, com vistas a adequá-los às demandas da sociedade e às recomendações internacionais.

Art. 61. À Coordenação de Previsão e Análise (Copan) compete gerenciar as atividades relativas à previsão, acompanhamento e análise da arrecadação das receitas administradas pela RFB e ao acompanhamento e subsídio à avaliação das políticas públicas implementadas com benefício fiscal.

Art. 62. À Divisão de Previsão e Análise de Receitas (Dipar) compete gerir e executar as atividades relativas à previsão e análise da arrecadação das receitas administradas pela RFB e à proposição de metas institucionais de arrecadação, em articulação com as Unidades Descentralizadas (UD).

Art. 63. À Divisão de Previsão e Análise de Gastos Tributários (Dipag) compete gerir e executar as atividades relativas à mensuração, análise e acompanhamento dos valores de renúncia fiscal decorrentes de incentivos, reduções, deduções ou isenções de natureza tributária.

Seção II

Das Competências das Unidades de Atividades Específicas

Art. 64. À Subsecretaria de Arrecadação, Cadastros e Atendimento (Suara) compete planejar, coordenar e supervisionar as atividades relativas:

I - à gestão do crédito tributário e à arrecadação;

II - à gestão do direito creditório;

III - à gestão dos benefícios fiscais e dos regimes especiais de tributação;

IV - ao controle do cumprimento das obrigações acessórias;

V - à atuação na garantia do crédito tributário;

VI - à promoção da conformidade tributária, em sua área de atuação;

VII - à orientação e atendimento ao cidadão;

VIII - ao desenvolvimento da educação fiscal e da moral tributária; e

IX - aos cadastros tributários e aduaneiros.

Art. 65. À Coordenação Especial de Gestão de Créditos e de Benefícios Fiscais (Corec) compete gerenciar as atividades relativas:

I - à gestão do direito creditório;

II - ao controle dos benefícios fiscais e dos regimes especiais de tributação; e

III - à promoção da conformidade tributária, em sua área de atuação.

Art. 66. À Divisão de Gestão do Direito Creditório (Dicre) compete:

I - gerir e executar as atividades relativas ao controle e à auditoria do direito creditório; e

II - gerir e executar as atividades de operacionalização de restituição, ressarcimento, reembolso e compensação.

Art. 67. À Divisão de Controle de Benefícios Fiscais (Dicob) compete gerir e executar as atividades relativas ao controle de benefícios fiscais e de regimes especiais de tributação.

Art. 68. À Coordenação-Geral de Arrecadação e Cobrança (Codac) compete gerenciar as atividades relativas:

I - à gestão do crédito tributário e à arrecadação;

II - ao controle do cumprimento das obrigações acessórias;

III - à atuação na garantia do crédito tributário; e

IV - à promoção da conformidade tributária, em sua área de atuação.

Art. 69. À Coordenação de Arrecadação (Codar) compete gerenciar as atividades relativas ao acompanhamento da arrecadação tributária federal e ao controle da rede arrecadadora das receitas federais.

Art. 70. À Divisão de Classificação e Acompanhamento da Arrecadação (Divar) compete gerir e executar as atividades relativas à classificação das receitas federais e ao acompanhamento da arrecadação tributária federal, com vistas à identificação de indicadores de falta ou insuficiência de pagamentos que subsidiem as ações de cobrança.

Art. 71. À Divisão de Infraestrutura de Arrecadação e Controle da Rede Arrecadadora (Dirar) compete gerir e executar as atividades relativas aos meios de arrecadação e ao controle da rede arrecadadora de receitas federais, incluindo aspectos relativos a depósitos judiciais e extrajudiciais.

Art. 72. À Divisão de Cálculos e Tabelas Corporativas (Dical) compete gerir e executar as atividades relativas:

I - aos cálculos tributários e aos acréscimos legais;

II - ao controle de postagem eletrônica de documentos; e

III - ao envio de comunicações eletrônicas, emitidas no interesse da arrecadação e cobrança, ao endereço eletrônico dos contribuintes.

Art. 73. À Coordenação de Cobrança (Cobra) compete gerenciar as atividades relativas ao controle e à cobrança administrativa do crédito tributário.

Art. 74. À Divisão de Cobrança da Pessoa Física, do Imóvel Rural e de Obras de Construção Civil (Dipef) compete gerir e executar as atividades relativas:

I - às obrigações acessórias que constituem o crédito tributário da pessoa física, do imóvel rural e das obras de construção civil;

II - ao lançamento de multas pela falta ou pelo atraso na entrega das obrigações de que trata o inciso I ou pelo não pagamento mensal de tributos, na forma da lei;

III - ao controle e à cobrança administrativa dos créditos tributários da pessoa física, do imóvel rural e das obras de construção civil;

IV - à inscrição em Dívida Ativa da União do crédito tributário da pessoa física, do imóvel rural e das obras de construção civil;

V - ao controle dos Títulos da Dívida Agrária (TDA) recebidos em pagamento do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR); e

VI - à expedição de certidões de prova de regularidade fiscal, inclusive as relacionadas às pessoas jurídicas.

Art. 75. À Divisão de Cobrança da Pessoa Jurídica (Dipej) compete gerir e executar as atividades relativas:

I - às obrigações acessórias que constituem o crédito tributário da pessoa jurídica ou equiparada;

II - ao lançamento de multas pela falta ou pelo atraso na entrega das obrigações de que trata o inciso I, ou pelo não pagamento mensal de tributos, na forma da lei;

III - ao controle e à cobrança administrativa dos créditos tributários da pessoa jurídica ou equiparada;

IV - à inscrição em Dívida Ativa da União dos créditos tributários da pessoa jurídica ou equiparada;

V - aos procedimentos de análise fiscal interna aplicados às obrigações de que trata o inciso I;

VI - ao controle dos contribuintes omissos de entrega de obrigações acessórias, bem como ao lançamento das respectiva multas; e

VII - à exclusão do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional) por existência de débitos perante a Fazenda Nacional.

Art. 76. À Divisão de Cobrança de Créditos Tributários Constantes de Processos Fiscais (Dicop) compete gerir e executar as atividades relativas:

I - ao controle e à cobrança de créditos tributários lançados de ofício, inclusive com pluralidade de sujeitos passivos;

II - ao controle e à cobrança dos créditos tributários constantes de processos fiscais, inclusive em discussão administrativa ou judicial;

III - à inscrição em Dívida Ativa da União dos créditos de que tratam os incisos I e II;

IV - à atuação na garantia do crédito tributário;

V - à cobrança especial de grandes devedores; e

VI - ao combate às fraudes contra o crédito tributário constituído.

Art. 77. À Divisão de Administração de Parcelamentos (Dapar) compete gerir e executar as atividades relativas:

I - ao parcelamento de créditos tributários; e

II - à cobrança administrativa que envolve retenção ou bloqueio no Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal e no Fundo de Participação dos Municípios.

Art. 78. À Divisão de Normas de Arrecadação e Cobrança (Dinor) compete gerir e executar as atividades relativas:

I - à elaboração de normas e orientações relativas às atividades de arrecadação e cobrança;

II - à criação de códigos de arrecadação das receitas federais a serem recolhidas e contabilizadas no Tesouro Nacional; e

III - à divulgação da agenda tributária e dos indicadores econômicos de interesse tributário.

Art. 79. À Coordenação-Geral de Atendimento (Cogea) compete gerenciar as atividades relativas à orientação e ao atendimento ao cidadão, ao desenvolvimento da educação fiscal e da moral tributária e à memória institucional.

Art. 80. À Coordenação de Atendimento ao Cidadão (Coate) compete gerenciar as atividades relativas à orientação e ao atendimento ao cidadão.

Art. 81. À Divisão de Atendimento Presencial (Dapre) compete gerir e executar as atividades relativas ao atendimento ao cidadão nos canais presenciais.

Art. 82. À Divisão de Atendimento a Distância (Diadi) compete gerir e executar as atividades relativas ao atendimento ao cidadão nos canais a distância.

Art. 83. À Divisão de Orientação ao Atendimento (Diora) compete gerir e executar as atividades relativas à elaboração de orientações ao atendimento.

Art. 84. À Divisão de Estudos e Projetos de Atendimento (Diest) compete gerir e executar as atividades relativas à elaboração de estudos e ao desenvolvimento de soluções para o aprimoramento do atendimento ao contribuinte.

Art. 85. À Divisão de Desenvolvimento da Educação Fiscal e da Moral Tributária (Diefi) compete gerir e executar as atividades relativas à educação fiscal e à moral tributária, no âmbito da RFB.

Art. 86. À Divisão de Memória Institucional (Dimem) compete gerir e executar as atividades relativas ao acervo histórico e à preservação de documentos e objetos de interesse da administração tributária federal.

Art. 87. À Coordenação-Geral de Gestão de Cadastros (Cocad) compete gerenciar as atividades relativas aos cadastros tributários e aduaneiros e à implementação de cooperação e integração da gestão fazendária e de intercâmbio de informações e de dados fiscais.

Art. 88. À Coordenação Operacional de Cadastros Tributários e Aduaneiros (Cocat) compete gerenciar as atividades relativas aos cadastros de pessoas jurídicas, de pessoas físicas e de imóveis.

Art. 89. À Divisão de Gestão do Cadastro de Pessoas Jurídicas (Dicaj) compete gerir o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), além de disciplinar e monitorar o acesso às bases de dados desse cadastro e o fornecimento das informações cadastrais.

Art. 90. À Divisão de Gestão do Cadastro de Pessoas Físicas (Dicaf) compete gerir o Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), além de disciplinar e monitorar o acesso às bases de dados desse cadastro e o fornecimento das informações cadastrais.

Art. 91. À Divisão de Gestão dos Cadastros de Imóveis (Dimov) compete gerir os cadastros de imóveis, além de disciplinar e monitorar o acesso às bases de dados desses cadastros e o fornecimento das informações cadastrais.

Art. 92. À Divisão de Implementação de Acordos de Cooperação e Convênios (Divac) compete gerir e executar as atividades relativas à implementação de cooperação e integração da gestão fazendária e do intercâmbio de informações e de dados cadastrais e fiscais.

Art. 93. À Subsecretaria de Tributação e Contencioso (Sutri) compete planejar, coordenar e supervisionar as atividades relativas:

I - à formulação de atos interpretativos e normativos;

II - ao contencioso administrativo no âmbito das DRJs;

III - à elaboração de propostas de uniformização da jurisprudência administrativa; e

IV - ao subsídio da atuação da defesa da Fazenda Nacional no contencioso.

Art. 94. À Coordenação-Geral de Tributação (Cosit) compete gerenciar as atividades relativas:

I - à elaboração, ao aperfeiçoamento, à modificação, à regulamentação, à consolidação, à uniformização, à simplificação e à disseminação da legislação tributária, aduaneira e correlata;

II - à análise e formulação de propostas de projetos de emenda à Constituição, de projetos de lei e de medidas provisórias, em todas as fases do processo legislativo, além das minutas de decretos e outros atos complementares de iniciativa de órgãos do Poder Executivo em matéria de interesse da RFB;

III - à análise das proposições de estudos de natureza tributária, aduaneira e correlata apresentados por entidades governamentais, sociais e empresariais;

IV - à manifestação sobre proposta de atribuição de efeito vinculante à súmula do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf);

V - à interpretação da legislação tributária, aduaneira e correlata, às propostas de acordos e convênios internacionais e às normas complementares necessárias à sua execução, inclusive relativamente às nomenclaturas que tenham por base o Sistema Harmonizado de Designação e de Codificação de Mercadorias, à classificação de mercadorias e à classificação de serviços;

VI - à formulação de atos normativos de interpretação, uniformização e regulamentação da legislação tributária, aduaneira e correlata;

VII - à análise de pedidos de procedimentos amigáveis no âmbito das convenções e dos acordos internacionais destinados a evitar a dupla tributação de que o Brasil seja signatário, em articulação com a Corin;

VIII - à colaboração com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) e a Advocacia-Geral da União (AGU) na defesa dos interesses da Fazenda Nacional, ressalvada a competência das demais unidades quanto ao caso concreto;

IX - à informação em mandado de segurança impetrado contra o Secretário da Receita Federal do Brasil no que diz respeito às matérias de sua competência;

X - à atuação e à manifestação como órgão consultivo nas demandas externas e internas nas diversas áreas de interesse da RFB; e

XI - à revisão de normas elaboradas no âmbito da RFB.

Art. 95. À Coordenação de Tributos sobre a Renda, Patrimônio e Operações Financeiras (Cotir) compete gerenciar, em sua área de atuação, as atividades descritas nos incisos do art. 94, no que se refere à tributação incidente sobre a renda, o patrimônio e as operações financeiras e à tributação internacional.

Art. 96. À Divisão de Impostos sobre a Renda de Pessoa Física e a Propriedade Rural (Dirpf), à Divisão de Tributos sobre Instituições e Operações Financeiras (Ditif), à Divisão de Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica e de Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (Dirpj) e à Divisão de Tributação Internacional (Ditin) compete gerir e executar, nas respectivas áreas de atuação, as atividades descritas nos incisos do art. 94.

§ 1º A área de atuação da Ditif abrange:

I - os estabelecimentos bancários, as caixas econômicas e as cooperativas de crédito;

II - as agências de fomento;

III - as associações de poupança e empréstimo;

IV - as companhias hipotecárias;

V - as sociedades de crédito, financiamento e investimento;

VI - as sociedades de crédito imobiliário;

VII - as sociedades de crédito ao microempreendedor;

VIII - as sociedades de arrendamento mercantil;

IX - as corretoras de câmbio;

X - as corretoras de mercadorias;

XI - as corretoras e distribuidoras de títulos e valores mobiliários;

XII - as bolsas de valores, de mercadorias, de futuros e assemelhadas;

XIII - as administradoras de mercado de balcão organizado;

XIV - as entidades de liquidação e compensação;

XV - as sociedades de seguro, resseguro, previdência e de capitalização; e

XVI - as factorings e as securitizadoras.

§ 2º A área de atuação da Ditif inclui a Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Contribuição para o PIS/Pasep) e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e exclui o Imposto Territorial Rural (ITR), devidos pelas pessoas jurídicas relacionadas no § 1º.

§ 3º À Ditin compete ainda gerir e executar as atividades relativas:

I - às normas de direito internacional tributário;

II - à tributação das pessoas jurídicas relativas a lucros, rendimentos e ganhos de capital auferidos no exterior;

III - à tributação de pessoas físicas, relativas a lucros, rendimentos e ganhos de capital auferidos no exterior, em colaboração com a Dirpf;

IV - ao Imposto sobre a Renda Retido na Fonte incidente sobre as remessas ao exterior;

V - à Cide-Remessa;

VI - aos acordos e aos convênios internacionais para evitar dupla tributação e respectivos procedimentos amigáveis;

VII - aos atos normativos sobre países ou dependências com tributação favorecida e regimes fiscais privilegiados;

VIII - às normas de preços de transferência, inclusive quanto à análise de pedidos de revisão de margens de lucro;

IX - às regras de subcapitalização e dedutibilidade de pagamentos feitos pelas pessoas jurídicas para o exterior;

X - à Nomenclatura Brasileira de Serviços, Intangíveis e outras Operações que Produzam Variação no Patrimônio (NBS); e

XI - à legislação referente ao Sistema Integrado de Comércio Exterior de Serviços, Intangíveis e Outras Operações que Produzam Variações no Patrimônio (Siscoserv).

Art. 97. À Coordenação de Tributos sobre a Produção e o Comércio Exterior (Cotex) compete gerenciar as atividades descritas nos incisos do art. 94 no que se refere à tributação incidente sobre a produção e a receita, à tributação relativa ao comércio exterior, às nomenclaturas e à classificação de mercadorias.

Art. 98. À Divisão de Imposto sobre Produtos Industrializados (Ditip), à Divisão de Tributos sobre o Comércio Exterior (Dicex) e à Divisão de Contribuições Sociais sobre a Receita e a Importação (Direi) compete gerir e executar, em suas áreas de atuação, as atividades descritas nos incisos do art. 94.

Parágrafo único. À Dicex compete ainda gerir e executar as atividades relativas ao aperfeiçoamento das normas aduaneiras, inclusive sobre valoração aduaneira e controle da origem de mercadorias, e sobre regimes aduaneiros especiais e aplicados em áreas especiais.

Art. 99. À Divisão de Nomenclatura e Classificação de Mercadorias (Dinom) compete gerir e executar as atividades relativas à classificação de mercadorias, ao desenvolvimento e à implementação de nomenclaturas que tenham por base o Sistema Harmonizado de Designação e de Codificação de Mercadorias.

Art. 100. À Coordenação de Contribuições Previdenciárias e Normas Gerais (Copen) compete gerenciar as atividades descritas nos incisos do art. 94 no que se refere a normas gerais de Direito Tributário, a contribuições previdenciárias e à revisão de normas.

Art. 101. À Divisão de Revisão de Normas (Diren) compete gerir e executar as atividades relativas:

I - à revisão e à adequação das propostas de atos legais e infralegais elaborados pela Cosit e pelas demais Unidades Centrais da RFB à boa técnica legislativa, quanto aos aspectos de constitucionalidade, legalidade e adequação à legislação e às normas tributárias e administrativas, em conjunto com as demais Divisões da Cosit;

II - à elaboração e à atualização do Manual de Redação e Elaboração de Atos Administrativos da RFB; e

III - à identificação de atos normativos e interpretativos da Cosit a serem atualizados ou consolidados periodicamente pelas coordenações de áreas.

Art. 102. À Divisão de Normas Gerais Relacionadas ao Direito Tributário (Dinog) compete gerir e executar, sem prejuízo das atividades das demais divisões da Cosit referentes a tributos específicos, as atividades descritas nos incisos do art. 94 relativas:

I - às normas gerais de direito tributário;

II - ao direito constitucional tributário;

III - ao processo administrativo fiscal e legislação administrativa correlata;

IV - ao sigilo fiscal;

V - às obrigações acessórias; e

VI - às sanções tributárias.

Art. 103. À Divisão de Contribuições Sociais Previdenciárias (Dprev) compete, em sua área de atuação, gerir e executar as atividades descritas nos incisos do art. 94.

Art. 104. À Divisão de Controle Documental e do Processo Legislativo (Dileg) compete gerir e executar as atividades relativas:

I - ao controle do acervo centralizado de processos e documentos no âmbito da Cosit;

II - à coordenação e à consolidação das análises das coordenações de área da Cosit sobre os projetos de atos legais e as propostas de anteprojeto de lei, de medida provisória, de decretos e de outros atos complementares de iniciativa do Poder Executivo, além de vetos a projetos de lei; e

III - à elaboração e à consolidação em nota das análises de veto das coordenações de área da Cosit.

Art. 105. À Seção de Gerenciamento de Processos (Sager) compete gerir e executar as atividades relativas à tramitação e ao controle de processos da Cosit.

Art. 106. Ao Serviço de Disseminação de Normas (Sedis) compete promover a disseminação da legislação tributária, aduaneira e correlata e da jurisprudência administrativa.

Parágrafo único. Compete ainda ao Sedis o disposto no inciso IV do art. 227.

Art. 107. À Coordenação-Geral de Contencioso Administrativo e Judicial (Cocaj), em relação à matéria tributária, aduaneira e correlata, compete gerenciar as atividades relativas ao acompanhamento do contencioso administrativo e judicial e ao relacionamento com o Carf.

Art. 108. À Coordenação de Acompanhamento do Contencioso Judicial (Cconj) compete gerenciar as atividades de acompanhamento da jurisprudência judicial relativa aos tributos administrados pela RFB e dos mandados de segurança impetrados contra autoridades da RFB.

Art. 109. À Divisão de Acompanhamento de Decisões Judiciais (Diaju) compete gerir as atividades relativas:

I - à pesquisa, ao acompanhamento e à divulgação das decisões judiciais relevantes;

II - à evolução da jurisprudência emanada do Poder Judiciário;

III - à elaboração de estudos para subsidiar a formulação da legislação tributária quanto à tendência e evolução da jurisprudência judicial; e

IV - à colaboração com a PGFN e a AGU na defesa dos interesses da Fazenda Nacional, em matéria de sua competência.

Art. 110. À Divisão de Gerenciamento de Mandados de Segurança (Digem) compete gerir e executar as atividades relativas:

I - à identificação de matérias objeto de mandados de segurança impetrados contra autoridades da RFB;

II - à elaboração e à divulgação de relatórios de informações gerenciais referentes aos mandados de segurança; e

III - à disseminação interna das informações prestadas nos mandados de segurança.

Art. 111. À Coordenação de Acompanhamento do Contencioso Administrativo (Ccoad) compete gerenciar as atividades relativas ao contencioso administrativo no âmbito das DRJs, ao acompanhamento das decisões proferidas no âmbito do contencioso administrativo fiscal, ao acompanhamento das atividades relativas ao julgamento de impugnações a propostas de penalidade de perdimento de mercadorias ou valores e ao julgamento de recursos hierárquicos em matéria tributária e aduaneira.

Art. 112. À Divisão de Acompanhamento e Análise de Jurisprudência Administrativa (Diaja) compete gerir e executar as atividades relativas:

I - à pesquisa, ao acompanhamento e à divulgação interna das decisões proferidas no âmbito do contencioso administrativo fiscal;

II - à consolidação e à disseminação da jurisprudência, à identificação das principais matérias objeto de recurso e das teses divergentes entre as instâncias de julgamento, à proposição do aperfeiçoamento da legislação e dos procedimentos fiscais e, em articulação com a Cosit, à proposição da edição de súmulas e resoluções administrativas;

III - à elaboração de estudos para subsidiar a formulação da legislação tributária quanto à tendência e evolução da jurisprudência administrativa; e

IV - à formulação de políticas para a redução da litigância administrativa.

Art. 113. À Divisão de Gerenciamento e Análise do Contencioso (Digea) compete:

I - gerir o acervo centralizado de processos administrativos fiscais no contencioso de 1ª (primeira) instância e sua distribuição às DRJs, assim como formular políticas para agilizar o trâmite desses processos; e

II - consolidar e analisar os resultados da atividade de julgamento no âmbito das DRJs e das atividades de julgamento de impugnações a proposta de penalidade de perdimento de mercadorias ou moedas e de julgamento de recursos hierárquicos em matéria tributária e aduaneira.

Art. 114. À Subsecretaria de Fiscalização (Sufis) compete planejar, coordenar e supervisionar as atividades relativas:

I - à realização da fiscalização;

II - à realização de pesquisa e seleção da atividade fiscal;

III - à atuação da fiscalização na garantia do crédito tributário; e

IV - ao monitoramento dos grandes contribuintes.

Art. 115. À Coordenação Especial de Maiores Contribuintes (Comac) compete gerenciar as atividades relativas:

I - ao monitoramento dos grandes contribuintes; e

II - à promoção da conformidade tributária.

Art. 116. À Divisão de Acompanhamento dos Maiores Contribuintes (Dimac) compete gerir e executar as atividades relativas:

I - ao monitoramento das distorções de arrecadação; e

II - à promoção da conformidade tributária.

Art. 117. À Divisão de Estudos e Projetos (Diesp) compete gerir e executar as atividades relativas:

I - à proposição de critérios e estudos que visem à identificação dos maiores contribuintes ou contribuintes de interesse da administração tributária para sua inclusão no programa de acompanhamento diferenciado; e

II - aos estudos de setores econômicos.

Art. 118. À Coordenação-Geral de Fiscalização (Cofis) compete gerenciar as atividades relativas:

I - à realização da fiscalização;

II - à atuação da fiscalização na garantia do crédito tributário;

III - ao subsídio à atuação da defesa no contencioso;

IV - à promoção da conformidade tributária; e

V - aos controles fiscais especiais.

Art. 119. À Coordenação de Gestão da Atividade Fiscal (Cogef) compete gerenciar as atividades relativas ao planejamento, à execução e ao controle da atividade fiscal.

Art. 120. À Divisão de Suporte à Atividade Fiscal (Disaf) compete gerir e executar as atividades de suporte à execução dos procedimentos fiscais.

Art. 121. À Divisão de Planejamento, Controle e Avaliação (Dicav) compete gerir e executar as atividades relativas ao planejamento, controle e avaliação dos processos de trabalho da fiscalização.

Art. 122. À Divisão de Escrituração Digital (Didig) compete gerir e executar as atividades relativas ao Sistema Público de Escrituração Digital (Sped).

Art. 123. À Coordenação Operacional (Coope) compete gerenciar as atividades relativas:

I - à elaboração e atualização de manuais e roteiros de fiscalização;

II - à revisão de declarações; e

III - aos controles fiscais especiais e de execução de procedimentos fiscais realizados pelas Unidades Descentralizadas, relacionados aos casos de abrangência nacional.

Art. 124. À Divisão de Normas de Procedimentos Fiscais (Dinop) compete gerir e executar as atividades relativas:

I - à elaboração de manuais e roteiros de fiscalização; e

II - à elaboração de subsídios técnicos para a defesa e manutenção do crédito tributário constituído pela fiscalização no contencioso.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017101100027

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 125. À Divisão de Revisão de Declarações (Dired) compete gerir e executar as atividades relativas à revisão de declarações.

Art. 126. À Divisão de Controles Fiscais Especiais (Dicoe) compete gerir e executar os instrumentos de controles fiscais especiais.

Art. 127. À Divisão de Auditorias Especiais (Diaud) compete gerir e executar as atividades relativas:

I - à execução de procedimentos fiscais realizados pelas Unidades Descentralizadas relacionados aos casos de abrangência nacional; e

II - à coordenação das equipes especiais de fiscalização.

Art. 128. À Coordenação-Geral de Programação e Estudos (Copes) compete gerenciar as atividades relativas:

I - à realização de pesquisa e seleção, programação e avaliação da atividade fiscal;

II - à realização de estudos sobre ilícitos tributários; e

III - à coordenação, no âmbito da fiscalização, de assuntos relativos à tributação internacional e do mercado financeiro.

Art. 129. À Coordenação de Programação da Atividade Fiscal (Copaf) compete gerenciar as atividades relativas à seleção de sujeitos passivos e ao preparo do procedimento fiscal.

Art. 130. À Divisão de Suporte à Atividade de Programação (Dipra) compete gerir e executar as atividades de seleção de sujeitos passivos e de preparo do procedimento fiscal.

Art. 131. À Divisão de Análises Especiais (Diaes) compete gerir e executar as atividades relativas às demandas externas afetas à fiscalização dirigidas às Unidades Centrais e à programação dos casos de abrangência nacional.

Art. 132. À Divisão de Projetos Estratégicos da Fiscalização (Dprof) compete gerir e executar as atividades relativas aos projetos estratégicos da fiscalização.

Art. 133. À Coordenação de Estudos de Atividades Fiscais (Coesf) compete gerenciar as atividades relativas à elaboração de estudos para subsidiar a programação da atividade fiscal.

Art. 134. À Divisão de Instituições Financeiras (Difin) compete gerir e executar as atividades relativas à elaboração de estudos para subsidiar a programação da atividade fiscal relacionada ao sistema financeiro.

Art. 135. À Divisão de Assuntos Internacionais (Disin) compete gerir e executar as atividades relativas à elaboração de estudos para subsidiar as atividades de programação relacionadas a preços de transferência, tributação em bases universais, movimentação de recursos no exterior, remessas decorrentes de operações de câmbio, transferências em moeda nacional e demais transações internacionais com impacto tributário.

Art. 136. À Divisão de Análises de Ilícitos Tributários (Dilit) compete gerir e executar as atividades relativas à análise de ilícitos tributários como subsídio para a definição de diretrizes de planejamento e programação das atividades de fiscalização.

Art. 137. À Subsecretaria de Aduana e Relações Internacionais (Suari) compete planejar, coordenar e supervisionar as atividades relativas:

I - ao controle aduaneiro;

II - ao combate ao contrabando, descaminho e outros ilícitos tributários e aduaneiros;

III - à infraestrutura e à técnica aduaneiras; e

IV - às relações internacionais.

Art. 138. À Coordenação Especial de Infraestrutura e Técnica Aduaneira (Cotad) compete gerenciar as atividades relativas:

I - à infraestrutura aduaneira;

II - ao acompanhamento técnico de contratos e convênios associados aos processos aduaneiros, inclusive de serviços periciais e de assistência técnica;

III - às estatísticas aduaneiras; e

IV - aos assuntos tarifários e comerciais.

Art. 139. À Divisão de Infraestrutura e Técnica Aduaneira (Disif) compete gerir e executar as atividades relativas:

I - à infraestrutura aduaneira; e

II - ao acompanhamento técnico de contratos e convênios associados aos processos aduaneiros, inclusive de serviços periciais e de assistência técnica.

Art. 140. À Coordenação-Geral de Administração Aduaneira (Coana) compete gerenciar as atividades relativas ao controle aduaneiro, inclusive o alfandegamento de locais e recintos aduaneiros.

Art. 141. À Coordenação Operacional Aduaneira (Copad) compete gerenciar as atividades relativas:

I - ao controle das operações de importação, exportação e internação, controle de carga, de veículos e de trânsito aduaneiro;

II - ao controle de regimes aduaneiros;

III - ao controle de bens de viajantes; e

IV - ao controle de remessas expressas e postais internacionais.

Art. 142. À Divisão de Despacho de Importação (Diimp) compete gerir e executar as atividades relativas ao controle das operações de importação e internação, inclusive o respectivo controle de carga e trânsito.

Art. 143. À Divisão de Despacho de Exportação e Regimes Aduaneiros (Diexp) compete gerir e executar as atividades relativas ao controle das operações de exportação, inclusive o respectivo controle de carga e trânsito, e ao controle de regimes aduaneiros.

Art. 144. À Divisão de Controles Aduaneiros Especiais (Dicae) compete gerir e executar as atividades relativas aos controles aduaneiros de bens de viajantes, exceto bagagem desacompanhada, e de remessas expressas e postais internacionais.

Art. 145. À Coordenação de Controle de Intervenientes no Comércio Exterior (Coint) compete gerenciar as atividades relativas:

I - à autorização de intervenientes; e

II - ao controle aduaneiro pós-despacho.

Art. 146. À Divisão de Controle Aduaneiro Pós-Despacho (Dicap) da Coana compete gerir e executar as atividades relativas à revisão e às auditorias de conformidade fiscal e aduaneiras em controle aduaneiro pós-despacho.

Art. 147. À Divisão de Gestão de Intervenientes no Comércio Exterior (Digin) compete gerir e executar as atividades relativas à autorização aos intervenientes no comércio exterior.

Art. 148. Ao Centro Nacional de Gestão de Riscos Aduaneiros (Cerad) compete gerir e, em conjunto com as Unidades Descentralizadas, executar as atividades relativas à gestão de riscos para o controle aduaneiro.

Art. 149. Às Seções de Gestão de Riscos Aduaneiros (Sard1 a 3) compete gerir e executar as atividades de competência do Cerad.

Art. 150. À Seção de Assessoramento Técnico Aduaneiro (Saata) da Coana compete assessorar o Coordenador-Geral, inclusive em processos administrativos e judiciais.

Art. 151. À Coordenação-Geral de Combate ao Contrabando e Descaminho (Corep) compete gerenciar as atividades relativas ao combate ao contrabando, descaminho e a outros ilícitos tributários e aduaneiros.

Art. 152. À Coordenação Operacional de Vigilância e Repressão ao Contrabando e Descaminho (Coper) compete gerenciar as atividades relativas ao combate ao contrabando, ao descaminho, a outros ilícitos tributários e aduaneiros e, em especial:

I - às operações de vigilância e repressão;

II - à gestão de riscos para a vigilância e repressão; e

III - à administração de recursos tecnológicos e operacionais para a vigilância e repressão, observadas, no que couber, as diretrizes estabelecidas pela Cotec.

Art. 153. À Divisão de Vigilância e Repressão ao Contrabando e Descaminho (Direp) da Corep compete gerir e executar as atividades relativas às operações de vigilância e repressão, visando ao combate ao contrabando, descaminho e a outros ilícitos tributários e aduaneiros.

Art. 154. À Divisão de Recursos Tecnológicos e Operacionais (Direo) compete gerir e executar os recursos tecnológicos e operacionais de vigilância e repressão.

Art. 155. À Divisão de Gestão de Riscos para Vigilância e Repressão ao Contrabando e Descaminho (Digre) compete gerir e, em conjunto com as Unidades Descentralizadas, executar as atividades relativas à gestão de riscos para vigilância e repressão.

Art. 156. Ao Centro Nacional de Operações Aéreas (Ceoar) compete gerir e executar as atividades relativas às operações aéreas.

Art. 157. Ao Centro Nacional de Cães de Faro (CNK9) compete gerir e executar as atividades de cães de faro.

Art. 158. À Coordenação-Geral de Relações Internacionais (Corin) compete gerenciar as atividades relativas à condução de relações internacionais e, em especial:

I - conduzir negociações de acordos e convênios internacionais sobre matérias tributária, aduaneira e correlata, sobre assistência mútua administrativa e intercâmbio de informações em matérias tributária, aduaneira e correlata e sobre cooperação técnica internacional em matérias tributária, aduaneira e correlata;

II - participar de negociações de acordos e convênios internacionais sobre matérias tributária, aduaneira e correlata, sobre assistência mútua administrativa e intercâmbio de informações em matérias tributária, aduaneira e correlata e sobre cooperação técnica internacional em matérias tributária, aduaneira e correlata, quando conduzidas por outros órgãos e entidades;

III - recepcionar e processar os pedidos de procedimento amigável no âmbito dos acordos e convênios internacionais para evitar dupla tributação, em articulação com a Cosit;

IV - coordenar a participação da RFB em missões técnicas internacionais; e

V - coordenar as atividades técnicas dos Adidos Tributários e Aduaneiros.

Art. 159. À Coordenação de Assuntos Tributários e Aduaneiros (Coata) compete gerenciar as atividades relativas:

I - à negociação de acordos e convênios internacionais sobre matérias tributária e aduaneira, sobre assistência mútua administrativa e intercâmbio de informações em matérias tributária, aduaneira e correlata e sobre cooperação técnica internacional em matérias tributária e aduaneira;

II - à participação da RFB na negociação de acordos e convênios internacionais sobre matérias tributária e aduaneira, sobre assistência mútua administrativa e intercâmbio de informações em matérias tributária, aduaneira e correlata e sobre cooperação técnica internacional em matérias tributária e aduaneira, quando conduzida por outros órgãos e entidades;

III - à participação da RFB em fóruns e eventos nacionais e internacionais e em organismos internacionais e outros entes estrangeiros;

IV - à manifestação acerca de acordos e convênios internacionais; e

V - à execução do intercâmbio de informações com administrações tributárias e aduaneiras estrangeiras.

Art. 160. À Divisão de Assuntos Tributários Internacionais (Datin) compete gerir e executar as atividades relativas:

I - à negociação de acordos e convênios internacionais sobre matéria tributária, inclusive os destinados a evitar a dupla tributação e prevenir a evasão fiscal;

II - à participação da RFB nas negociações de acordos e convênios internacionais que tenham reflexos em matéria tributária, quando conduzidas por outros órgãos e entidades;

III - à recepção e ao processamento dos pedidos de procedimento amigável no âmbito dos acordos e convênios internacionais para evitar dupla tributação;

IV - à participação da RFB em fóruns e eventos nacionais e internacionais e em organismos internacionais e outros entes estrangeiros, no âmbito de sua competência; e

V - à manifestação, no âmbito de sua competência, acerca de acordos e convênios internacionais.

Art. 161. À Divisão de Assuntos sobre Comércio Internacional (Dacin) compete gerir e executar as atividades relativas:

I - à negociação de acordos e convênios internacionais sobre matérias tributária e aduaneira relativas ao comércio internacional de bens e serviços, inclusive no que se refere a direitos comerciais, à defesa comercial, à propriedade intelectual e a assuntos correlatos;

II - à participação da RFB nas negociações de acordos e convênios internacionais que tenham reflexos em matérias tributária e aduaneira relativas ao comércio internacional de bens e serviços, quando conduzidas por outros órgãos e entidades;

III - à participação da RFB em fóruns e eventos nacionais e internacionais e junto a organismos internacionais e outros entes estrangeiros, no âmbito de sua competência; e

IV - à manifestação, no âmbito de sua competência, acerca de acordos e convênios internacionais.

Art. 162. À Divisão de Intercâmbio de Informações Tributárias e Aduaneiras (Ditad) compete gerir e executar as atividades relativas:

I - à negociação de acordos e convênios internacionais sobre assistência mútua administrativa e intercâmbio de informações em matérias tributária e aduaneira;

II - à participação da RFB nas negociações de acordos e convênios internacionais que abranjam temas relacionados à assistência mútua administrativa e ao intercâmbio de informações em matérias tributária e aduaneira, quando conduzidas por outros órgãos e entidades;

III - à participação da RFB em fóruns e eventos nacionais e internacionais, e em organismos internacionais e outros entes estrangeiros, no âmbito de sua competência;

IV - à manifestação, no âmbito de sua competência, acerca de acordos e convênios internacionais; e

V - ao intercâmbio de informações com administrações tributárias e aduaneiras estrangeiras.

Parágrafo único. As atividades de que trata o inciso V poderão ser executadas por outras Unidades Centrais ou por Unidades Descentralizadas, sob a supervisão da Ditad.

Art. 163. À Divisão de Relações Institucionais Internacionais (Dirin) compete gerir e executar as atividades relativas:

I - à negociação de acordos e convênios internacionais sobre cooperação técnica internacional em matérias tributária e aduaneira;

II - à participação da RFB nas negociações de acordos e convênios internacionais sobre cooperação técnica internacional que tenham reflexos em matérias tributária e aduaneira, quando conduzidas por outros órgãos e entidades;

III - à participação da RFB em fóruns e eventos nacionais e internacionais e em organismos internacionais e a outros entes estrangeiros, no âmbito de sua competência;

IV - à manifestação, no âmbito de sua competência, acerca de acordos e convênios internacionais;

V - ao acompanhamento e à avaliação da execução dos acordos e convênios sobre cooperação técnica internacional de que tratam os incisos I e II;

VI - à realização de visitas à RFB de delegações oriundas de outros países e de organismos internacionais; e

VII - ao apoio à seleção e ao treinamento dos Adidos Tributários e Aduaneiros e ao planejamento, acompanhamento e avaliação de suas atividades.

Art. 164. À Subsecretaria de Gestão Corporativa (Sucor) compete planejar, coordenar e supervisionar as atividades relativas:

I - à gestão de pessoas;

II - à governança de Tecnologia da Informação (TI);

III - à gestão de materiais e logística: e

IV - à gestão orçamentária e financeira.

Art. 165. À Coordenação-Geral de Programação e Logística (Copol) compete gerenciar as atividades relativas à gestão:

I - de materiais e serviços;

II - de imóveis e obras;

III - de mercadorias apreendidas;

IV - documental;

V - do planejamento orçamentário;

VI - da execução orçamentária e financeira;

VII - contábil; e

VIII - de contratos e de procedimentos licitatórios.

Art. 166. À Coordenação de Logística (Colog) compete gerenciar as atividades relativas a contratações, aquisições, padrões nacionais de materiais e serviços, imóveis e obras.

Art. 167. À Divisão de Licitações (Dilic) compete gerir e executar as atividades relativas:

I - às licitações, em suas diversas modalidades; e

II - às dispensas e às inexigibilidades em razão do valor.

Art. 168. À Divisão de Contratos (Dicon) compete gerir e executar as atividades relativas:

I - à celebração de contratos, termos aditivos e ajustes a serem firmados pelo Secretário da Receita Federal do Brasil ou pelo Coordenador-Geral de Programação e Logística;

II - às inexigibilidades e dispensas de licitação não decorrentes de valor; e

III - à celebração de convênios e acordos a serem firmados pelo Secretário da Receita Federal do Brasil ou pelo Coordenador-Geral de Programação e Logística, ressalvado o disposto no inciso II do art. 30.

Art. 169. À Divisão de Engenharia (Dieng) compete gerir e executar, em âmbito nacional, as atividades relativas:

I - à normatização e à supervisão de projetos, obras e serviços de engenharia;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017101100028

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

II - às aquisições e às locações imobiliárias;

III - à padronização de mobiliário e ao dimensionamento de espaço físico; e

IV - ao planejamento das demandas de construção, ampliação, reforma, adaptação, reparação, adequação, conservação, demolição e manutenção de instalações.

Parágrafo único. Compete à Dieng executar a atividade descrita no inciso IV do caput no âmbito das Unidades Centrais.

Art. 170. Ao Serviço de Acompanhamento de Projetos, Obras e Serviços de Engenharia (Seope) compete gerir e executar, em âmbito nacional, as atividades relativas:

I - à supervisão de projetos, obras e serviços de engenharia; e

II - ao plano nacional de obras e serviços de engenharia.

Art. 171. À Divisão de Padronização de Despesas e Materiais (Dipad) compete gerir e executar as atividades relativas aos padrões nacionais de materiais e de serviços.

Art. 172. À Coordenação de Orçamento, Finanças e Contabilidade (Cofic) compete, em âmbito nacional, gerenciar as atividades relativas ao orçamento, programação e execução financeira, à contabilidade e custos, observadas as políticas, diretrizes, normas e recomendações dos órgãos central e setorial dos Sistemas Federais de Planejamento e de Orçamento, de Administração Financeira, de Contabilidade e de Custos.

Art. 173. À Divisão de Execução Orçamentária e Financeira (Diofi) compete gerir e executar as atividades relativas:

I - à execução orçamentária e financeira das Unidades Centrais; e

II - à descentralização de créditos e recursos orçamentários e financeiros.

Art. 174. À Divisão de Contabilidade (Ditab) compete gerir e executar as atividades relativas:

I - à orientação e supervisão dos registros contábeis dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial das Unidades Centrais, das DRJs e das SRRFs;

II - à elaboração da Prestação de Contas Anual da RFB, em articulação com a Audit e a Copav; e

III - à elaboração de Tomadas de Contas Extraordinárias e Especiais no âmbito das Unidades Centrais.

Art. 175. À Divisão de Mercadorias Apreendidas (Dimap) compete, em âmbito nacional, gerir as atividades relativas à administração, controle e destinação de mercadorias apreendidas e, no âmbito das Unidades Centrais, executar os procedimentos relacionados à destinação de mercadorias apreendidas.

Art. 176. À Divisão de Serviços Administrativos, Almoxarifado e Patrimônio (Disap) compete gerir e executar as atividades relativas:

I - ao patrimônio, almoxarifado, concessão de diárias e passagens, serviços de transporte de pessoas, gestão da frota de veículos e demais serviços administrativos de apoio logístico, no âmbito das Unidades Centrais;

II - ao pessoal, no âmbito da Copol;

III - à supervisão das Sesad e Sasad; e

IV - à gestão documental.

Art. 177. À Seção de Patrimônio (Sapat) compete gerir e executar as atividades relativas à administração e à programação de aquisição de material permanente nas Unidades Centrais.

Art. 178. À Seção de Almoxarifado (Samox) compete gerir e executar as atividades relativas à administração e à programação de aquisição de material de consumo destinado às Unidades Centrais.

Art. 179. À Seção de Gestão Documental (Sadoc) compete gerir e executar as atividades relativas:

I - à gestão documental; e

II - ao trânsito de processos e documentos, no âmbito das Unidades Centrais, em conjunto com Diadm, Sesad e Sasad.

Art. 180. À Seção de Diárias e Passagens (Sadip) compete gerir e executar as atividades relativas à concessão de diárias e emissão de passagens, no âmbito das Unidades Centrais.

Art. 181. À Seção de Planejamento e Acompanhamento de Projetos (Sapap) compete gerir e executar as atividades relativas:

I - ao planejamento e acompanhamento dos projetos da Copol;

II - à supervisão da modelagem de processos e da gestão de riscos da Copol; e

III - à gestão de indicadores relativos à área de programação e logística.

Art. 182. À Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação (Cotec) compete gerenciar as atividades relativas:

I - à realização da governança de tecnologia e segurança da informação;

II - à prospecção de inovações e à gestão de necessidades em soluções de TI;

III - ao desenvolvimento, à aquisição e à implantação de soluções de TI;

IV - à manutenção da estrutura corporativa e ao suporte de soluções de TI;

V - à gestão dos prestadores de serviços e fornecedores de TI; e

VI - à gestão de segurança de TI.

Art. 183. À Coordenação de Gestão Integrada (Cogei) compete gerenciar as atividades relativas:

I - à prestação e à gestão de serviços de TI;

II - à gestão de prestadores de serviços e fornecedores de bens de TI; e

III - à elaboração e ao monitoramento do plano diretor de TI.

Art. 184. À Divisão de Gestão de Serviços (Diges) compete gerir e executar as atividades relativas:

I - aos serviços e aos sistemas em produção;

II - às requisições de serviços, aos incidentes e aos problemas de TI;

III - à programação de produção de soluções de TI; e

IV - à central de serviços.

Art. 185. À Equipe de Gestão Nacional de Serviços de TI (EGS) compete propor diretrizes, políticas, normas, padrões e procedimentos de TI de gestão de serviços e gerir e executar as atividades relativas:

I - ao apoio na elaboração dos scripts de atendimento para a central de serviços;

II - à programação de produção de soluções de TI;

III - à identificação de possíveis impactos em outras soluções de TI disponibilizadas no ambiente de produção;

IV - ao desenvolvimento de políticas e à integração de ações de prevenção à indisponibilidade dos serviços de TI daRFB;

V - ao acompanhamento da restauração dos incidentes sofridos pelos serviços de TI da RFB;

VI - ao desenvolvimento e à manutenção da política de prevenção a incidentes aos serviços de TI da RFB;

VII - ao desenvolvimento e à manutenção da política de acompanhamento aos incidentes identificados;

VIII - à notificação aos fiscais técnicos dos incidentes identificados nos serviços de TI;

IX - à coordenação das ações das projeções regionais de gestores de serviços de TI; e

X - ao acompanhamento de eventos de crise, instaurados ou previstos, envolvendo os serviços de TI.

Art. 186. À Divisão de Gestão de Contratos de Tecnologia e Segurança da Informação (Digec) compete gerir e executar as atividades relativas:

I - à gestão e à fiscalização técnica de contratos de TI, com o apoio das subunidades da Cotec e das demais áreas da RFB;

II - ao assessoramento na realização de contratações e aquisições de soluções de TI; e

III - à gestão de prestadores de serviços e fornecedores de bens de TI.

Art. 187. Ao Serviço de Planejamento de TI e Acompanhamento de Projetos (Sepap) compete gerir e executar as atividades relativas:

I - à promoção do planejamento estratégico, tático e operacional de TI;

II - ao planejamento orçamentário de tecnologia e segurança da informação;

III - ao acompanhamento e à supervisão da execução de projetos internos da Cotec;

IV - ao suporte do programa de capacitação de TI;

V - ao sistema informatizado de controle de solicitações de soluções de TI; e

VI - ao assessoramento do desenvolvimento organizacional e à gestão de projetos detecnologia e segurança da informação.

Art. 188. À Equipe de Suporte à Governança de TI (EST) compete gerir e executar as atividades relativas:

I - à consolidação de informações e à evolução dos processos de governança e gestão de TI;

II - aos planejamentos estratégicos e táticos de TI; e

III - à elaboração e ao monitoramento da execução do plano diretor de TI e de outros planos.

Art. 189. À Equipe de Prestação de Informações de TI (EPI) compete gerir e executar as atividades relativas:

I - à elaboração de informações de TI em atendimento aos órgãos de controle interno e externo, ao Serviço de Informação ao Cidadão e a outros entes da Administração Pública; e

II - à comunicação e à divulgação de informações de TI, no âmbito interno e externo.

Art. 190. À Coordenação de Sistemas (Cosis) compete gerenciar as atividades relativas:

I - à padronização, à gestão e ao monitoramento do desenvolvimento, da manutenção e da implantação de sistemas de informação e aplicativos que suportam os processos de trabalho; e

II - à definição de arquitetura de software, modelo corporativo de dados e soluções de recuperação e análise de informações.

Art. 191. À Divisão de Sistemas Corporativos (Disor) compete gerir e executar as atividades relativas:

I - à intermediação e à integração das áreas usuárias, equipes de desenvolvimento e equipes técnicas de TI na análise das necessidades das solicitações de soluções de TI;

II - à definição e à gestão de serviços de desenvolvimento, de manutenção e de implantação dos sistemas de informação e dos aplicativos que suportam os processos da RFB;

III - ao assessoramento no processo de priorização de atendimento às necessidades de soluções de TI;

IV - à promoção do processo de planejamento de demandas para implementação e implantação do portfólio de produtos de TI;

V - ao acompanhamento das equipes de desenvolvimento e de manutenção dos sistemas de informação e dos aplicativos;

VI - ao assessoramento da definição e da evolução do processo de desenvolvimento e de manutenção dos sistemas de informação e dos aplicativos, estabelecendo normas, padrões e procedimentos; e

VII - ao assessoramento na definição, na evolução, no uso e no reuso das soluções arquiteturais de TI.

Art. 192. À Equipe de Métricas de Software (EMS) compete:

I - executar, validar e atestar as contagens de tamanho funcional das demandas de desenvolvimento e manutenção de software com base na métrica adotada;

II - estimar tamanho funcional de software com base na métrica adotada; e

III - propor e manter políticas de métricas de software.

Art. 193. À Equipe de Arquitetura de Software (EAS) compete:

I - manter as diretrizes, normas e padrões relativos à arquitetura de software e à interoperabilidade de sistemas e propor evoluções para tais elementos;

II - orientar as equipes de desenvolvimento quanto às diretrizes, às normas e aos padrões de arquitetura de software e interoperabilidade de sistemas; e

III - inspecionar produtos e artefatos resultantes de demandas de desenvolvimento de sistemas a fim de verificar se as diretrizes, normas e padrões vigentes de arquitetura de software e de interoperabilidade de sistemas estão sendo observados.

Art. 194. À Divisão de Administração da Informação (Disad) compete gerir e executar as atividades relativas:

I - à elaboração e à manutenção do modelo corporativo de dados;

II - à definição e à gestão da arquitetura de informação;

III - à atuação como especialista em dados nos processos e projetos que envolvam tecnologia e segurança da informação;

IV - ao mapeamento de processos de trabalho de TI e ao apoio dos procedimentos gerenciais e operacionais correspondentes;

V - à prestação de suporte necessário na manutenção e no uso do modelo corporativo de dados e de processos de trabalho de TI;

VI - ao tratamento das necessidades de soluções de recuperação, de uso e de análise de informações;

VII - ao estabelecimento da estratégia de disponibilização de informações por meio das bases de dados de interesse da RFB;

VIII - à definição e à gestão das ferramentas de recuperação e de análise de informações; e

IX - à prestação do suporte necessário ao aumento da capacidade de uso e de análise de informações e ao desenvolvimento das soluções de TI correspondentes.

Art. 195. À Equipe de Informações Estratégicas (EIE) compete:

I - propor normas, padrões e procedimentos de TI relativos à análise de informações;

II - centralizar e tratar as necessidades de soluções de TI para extração e análise de informações;

III - propor e implantar políticas que fomentem a capacidade da RFB de extrair conhecimento por meio de seus dados; e

IV - propor estratégia de disponibilização de informações por meio das bases de dados de interesse da RFB.

Art. 196. À Divisão de Desenvolvimento Interno e por Fábrica de Software (Didev) compete gerir e executar as atividades relativas:

I - à definição e à gestão do desenvolvimento, da manutenção, da implantação, da customização e da sustentação dos sistemas de informação e dos aplicativos desenvolvidos internamente e por fábrica de software;

II - ao desenvolvimento, à manutenção, à implantação, à customização e à sustentação de sistemas de informação e de aplicativos;

III - ao assessoramento do processo de priorização de atendimento às necessidades de soluções de TI; e

IV - ao assessoramento na definição, na evolução, no uso e no reuso das soluções arquiteturais de TI.

Art. 197. À Equipe de Teste de Software (ETS) compete:

I - propor estratégias e padrões relativos a teste de software que devem ser observados no processo de desenvolvimento de software;

II - orientar as equipes de desenvolvimento quanto às diretrizes, às normas e aos padrões de testes de software; e

III - inspecionar produtos e artefatos resultantes de demandas de desenvolvimento de sistemas.

Art. 198. À Equipe de Interface de Sistemas (EIS) compete:

I - manter as diretrizes, as normas e os padrões relativos à interface de sistemas e propor evoluções para tais elementos;

II - orientar as equipes de desenvolvimento quanto às diretrizes, às normas e aos padrões de interface de sistemas; e

III - inspecionar produtos e artefatos resultantes de demandas de desenvolvimento de sistemas.

Art. 199. À Coordenação de Infraestrutura Tecnológica (Coinf) compete gerenciar as atividades relativas:

I - ao ambiente informatizado e sua operação;

II - à prospecção e à internalização de soluções em TI;

III - à gestão do Datacenter e de soluções de TI em produção na RFB;

IV - à realização da administração de habilitação de usuários das Unidades Centrais e dos cadastradores regionais; e

V - à realização da administração de certificado digital das Unidades Centrais.

Art. 200. À Divisão de Soluções de Tecnologia e Segurança da Informação (Disot) compete gerir e executar as atividades relativas:

I - à internalização de soluções em tecnologia e segurança da informação; e

II - à atuação como especialista em infraestrutura tecnológica e de comunicação nos projetos de soluções de tecnologia e segurança da informação, incluindo a especificação para aquisição, contratação e homologação.

Art. 201. À Divisão de Infraestrutura e Operação Nacional (Difra) compete gerir e executar as atividades relativas:

I - ao ambiente informatizado nacional e à sua operação;

II - à gestão e à operação do Datacenter da RFB, incluindo a disponibilidade dos serviços de TI hospedados nesse ambiente;

III - à promoção e à gestão de soluções de TI pertinentes à infraestrutura tecnológica;

IV - à distribuição de soluções de TI;

V - à produção das soluções de TI hospedadas no Datacenter da RFB;

VI - ao cadastramento nacional dos sistemas corporativos;

VII - à gestão de soluções de TI em produção na RFB; e

VIII - à proposição de diretrizes, normas e padrões de gerência do ambiente informatizado.

Art. 202. À Equipe de Gestão do Datacenter da RFB (EGD) compete gerir e executar as atividades relativas ao ambiente físico do Datacenter da RFB.

Art. 203. À Equipe de Gerência de Ambiente Informatizado Nacional (EAI) compete:

I - supervisionar as atividades dos administradores de ambiente informatizado da RFB;

II - gerir e monitorar a política de segurança do ambiente informatizado, inclusive do Datacenter da RFB; e

III - monitorar o cumprimento das diretrizes do ambiente informatizado da RFB, inclusive do seu Datacenter.

Art. 204. Ao Serviço de Tecnologia e Segurança da Informação das Unidades Centrais (Setec) compete gerir e executar as atividades relativas:

I - ao ambiente informatizado local das Unidades Centrais;

II - ao suporte técnico aos usuários das Unidades Centrais;

III - à realização da administração de habilitação de usuários das Unidades Centrais; e

IV - à realização da administração de certificado digital das Unidades Centrais.

Art. 205. À Equipe de Interfaces Digitais (EID) compete gerir e executar as atividades relativas:

I - ao tratamento de necessidades de interfaces digitais;

II - à expansão e à inovação de serviços digitais; e

III - à otimização do uso e acesso aos serviços digitais.

Art. 206. À Divisão de Gestão do Atendimento de Soluções de TI (Diget) compete gerir e executar as atividades relativas:

I - à gestão de necessidades de soluções de TI;

II - ao assessoramento técnico às áreas usuárias no processo de priorização de atendimento às necessidades de soluções de TI;

III - à interação com as áreas da Cotec e demais intervenientes para a elaboração de propostas de soluções de TI alinhadas às necessidades institucionais; e

IV - ao processo de planejamento do portfólio de produtos de TI, bem como o monitoramento da sua execução.

Art. 207. À Divisão de Segurança em Tecnologia da Informação (Diseg) compete gerir e executar as atividades relativas à definição e implantação da Política de Segurança da Informação e Comunicações da RFB.

Art. 208. À Equipe de Segurança de Sistemas (ESS) compete:

I - propor processos, políticas, normas e padrões de segurança para o desenvolvimento e a produção de sistemas de informação e de aplicativos;

II - prestar suporte na especificação, implementação, homologação e sustentação de sistemas e aplicativos quanto à segurança;

III - gerir e executar a implementação de ferramentas de controle de acesso e correlatos; e

IV - gerir e executar a atividade de cadastramento nos segmentos do ambiente informatizado.

Art. 209. À Equipe de Segurança em Infraestrutura (ESI) compete:

I - propor processos, políticas, normas e padrões de segurança referentes à infraestrutura tecnológica; e

II - prospectar, homologar e acompanhar a implementação de dispositivos, hardware, software, soluções de infraestrutura tecnológica e mecanismos de segurança de TI.

Art. 210. À Equipe de Gestão de Certificação Digital (EDI) compete:

I - propor processos, políticas, normas e padrões de certificação digital;

II - gerir a infraestrutura da autoridade certificadora da RFB e das suas autoridades de registro; e

III - gerir e executar as atividades de certificação digital no âmbito da RFB.

Art. 211. À Equipe de Conformidade de Segurança da Informação (ECS) compete:

I - monitorar, controlar e executar inspeção do ambiente informatizado, inclusive sistemas de informação e aplicativos;

II - promover a realização de análise de riscos e vulnerabilidade de segurança;

III - verificar conformidade de aplicação das políticas, normas e padrões de segurança; e

IV - promover a conscientização de segurança de TI.

Art. 212. Ao Serviço Especial de Tecnologia e Segurança da Informação (Serti) e às Seções Especiais de Tecnologia e Segurança da Informação (Sarti) compete, em sua área de atuação, participar, sob a gerência da Cotec, das atividades referentes aos processos e aos projetos de infraestrutura, sistemas e outras soluções de Tecnologia da Informação da RFB.

Art. 213. À Equipe de Soluções de TI Inovadoras (EIN) compete gerir e executar as atividades relativas:

I - à realização de prospecção de novas soluções de TI;

II - à proposição da solução de TI e das respectivas especificações técnicas; e

III - ao assessoramento da implantação da solução de TI.

Art. 214. À Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas (Cogep) compete implementar a política e as práticas de gestão de pessoas no âmbito nacional e, especificamente, gerenciar as atividades relativas:

I - ao controle funcional;

II - à jornada de trabalho dos servidores, inclusive o estabelecimento de jornada de trabalho diferenciadas, tais como plantão, escala, regime de turnos alternados por revezamento e regime de sobreaviso.

III - ao recrutamento e seleção de pessoas;

IV - à capacitação e desenvolvimento de pessoas;

V - à gestão por competências e por desempenho;

VI - ao provimento, mobilidade e desligamento de pessoas; e

VII - à promoção da valorização, saúde e qualidade de vida no trabalho.

Art. 215. À Coordenação de Administração de Pessoas (Coape) compete gerenciar as atividades relativas ao cadastro funcional, provimento de funções, movimentação de pessoas, remuneração e benefícios.

Art. 216. À Divisão de Administração de Pessoas (Diape) compete gerir e executar as atividades relativas:

I - ao cadastro funcional;

II - ao controle de frequência;

III - à nomeação, posse, exercício e vacância de cargos efetivos, de servidores ativos, requisitados e cedidos;

IV - à identificação funcional dos servidores da RFB; e

V - aos estagiários.

Art. 217. À Divisão de Funções, Alocação e Movimentação (Difam) compete gerir e executar as atividades relativas:

I - ao provimento de funções e cargos em comissão;

II - à remoção de servidores;

III - à alocação de servidores em modelos de dedicação funcional; e

IV - à implementação das reestruturações regimentais nos sistemas de gestão de pessoas.

Art. 218. À Divisão de Remuneração e Benefícios (Direm) compete gerir, em âmbito nacional, e executar, no âmbito das Unidades Centrais, as atividades relativas:

I - à folha de pagamento;

II - à concessão de vantagens e benefícios; e

III - às indenizações, gratificações, adicionais, ressarcimentos e consignações.

Art. 219. À Seção de Benefícios (Saben) compete gerir e executar, em âmbito nacional, as atividades relativas à concessão de benefícios.

Art. 220. À Coordenação de Desenvolvimento de Competências Institucionais (Codin) compete, em âmbito nacional, gerenciar práticas de gestão de pessoas com foco no desenvolvimento dos servidores e da RFB e, especificamente, gerenciar as atividades relativas:

I - à capacitação e desenvolvimento dos servidores;

II - à gestão de competências e de desempenho; e

III - ao reconhecimento, valorização, saúde e qualidade de vida no trabalho.

Art. 221. À Divisão de Desenvolvimento e Capacitação (Didec) compete gerir e executar as atividades relativas à formação inicial de servidores e à capacitação e desenvolvimento de pessoas e, especialmente, supervisionar as atividades relativas:

I - à formação inicial e à integração de novos servidores;

II - à capacitação e ao desenvolvimento de pessoas;

III - aos programas de desenvolvimento gerencial;

IV - aos programas de pós-graduação; e

V - à gestão de facilitadores de aprendizagem.

Art. 222. À Divisão de Competências e Desempenho (Dicod) compete gerir e executar as atividades relativas:

I - ao planejamento, consolidação e avaliação do modelo de gestão por competências da RFB;

II - à promoção da integração da gestão por competências nos demais processos de práticas de gestão por pessoas da RFB; e

III - ao processo de gestão de desempenho, abrangendo as etapas de planejamento, execução, monitoramento, avaliação e retroalimentação.

Art. 223. À Divisão de Valorização e Qualidade de Vida no Trabalho (Divaq) compete gerir e executar as atividades relativas:

I - à promoção e estímulo ao reconhecimento e valorização dos servidores e demais colaboradores;

II - à qualidade de vida e do ambiente de trabalho;

III - ao atendimento psicossocial e mediação de conflito; e

IV - ao fortalecimento das relações interpessoais dos servidores.

Art. 224. À Divisão de Planejamento e Seleção (Dipla) compete, em âmbito nacional, gerir e executar as atividades relativas:

I - ao processo de planejamento estratégico, tático e operacional de gestão de pessoas e ao acompanhamento de sua execução;

II - à previsão e à execução orçamentária;

III - ao planejamento orçamentário de gestão de pessoas;

IV - à definição e ao acompanhamento dos produtos de tecnologia da informação;

V - ao acompanhamento e à supervisão da execução de projetos, à modelagem de processos, à gestão de riscos e ao desempenho de indicadores;

VI - ao planejamento da força de trabalho, às regras de lotação e de alocação de servidores e aos certames de movimentação interna do quadro funcional; e

VII - ao processo de seleção externa e interna de servidores.

Art. 225. À Divisão de Legislação de Pessoal (Dilep) compete gerir e executar as atividades relativas:

I - à instrução, análise e acompanhamento de processos administrativos referentes à aplicação da legislação de pessoal;

II - à elaboração de atos, orientações normativas e informações referentes à ações judiciais afetos à área de gestão de pessoas;

III - à elaboração e análise de atos e propostas relativas a demandas legislativas afetas à área de gestão de pessoas; e

IV - à metodologia de aferição e orientações referentes à compatibilidade entre as atividades desenvolvidas na RFB e as atribuições dos cargos em exercício na RFB.

Art. 226. Ao Serviço de Relações Institucionais (Serel) compete:

I - gerir e executar a triagem, distribuição e atendimento de demandas externas referentes à gestão de pessoas;

II - articular a elaboração de respostas para as recomendações e solicitações emitidas pelos órgãos de controle externo e organismos internacionais;

III - consolidar informações de gestão de pessoas para subsidiar a prestação de contas anual da RFB; e

IV - gerir e executar a comunicação de assuntos da vida funcional dos servidores e demais colaboradores.

Seção III

Das Competências Comuns nas Unidades Centrais

Art. 227. Às Assessorias, à Corregedoria, às Coordenações-Gerais, às Coordenações Especiais e ao Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros compete, com relação à respectiva área de competência e às unidades sob sua subordinação:

I - assessorar a unidade subordinante na gerência das atividades de sua competência;

II - dirimir conflitos de competências entre as unidades subordinadas;

III - aperfeiçoar a alocação de atividades entre as unidades subordinadas;

IV - planejar, especificar, homologar, avaliar e propor evoluções em sistemas informatizados relativos à sua área de competência;

V - disseminar informações;

VI - articular-se com outros órgãos e unidades relativamente aos assuntos de sua competência; e

VII - levantar necessidades, planejar, executar e avaliar ações de capacitação e desenvolvimento.

Art. 228. Às Coordenações compete, com relação à área de competência da Coger e das Coordenações-Gerais subordinantes e às unidades sob sua subordinação:

I - assessorar a unidade subordinante;

II - disseminar informações;

III - gerenciar as evoluções de sistemas ou auxiliar o gestor na melhoria dos sistemas relativos à sua competência;

IV - articular-se com outros órgãos e unidades relativamente aos assuntos de sua competência; e

V - levantar necessidades, planejar, executar e avaliar ações de capacitação e desenvolvimento.

Art. 229. Às Divisões e Serviços compete, com relação à sua área de competência e às unidades sob sua subordinação:

I - assessorar a unidade subordinante;

II - planejar, avaliar e propor evoluções de sistemas ou auxiliar o gestor na melhoria dos sistemas relativos à sua competência;

III - disseminar informações;

IV - articular-se com outros órgãos e unidades relativamente aos assuntos de sua competência; e

V - levantar necessidades, planejar, executar e avaliar ações de capacitação e desenvolvimento.

Art. 230. Às Divisões de Desenvolvimento, Planejamento e Gestão (Didep) das Unidades Centrais compete, sob a orientação da Copav, assessorar o Subsecretário, no âmbito da respectiva subsecretaria, nas atividades relativas:

I - à estratégia e ao desempenho organizacional;

II - a programas, projetos e seus portfólios;

III - a processos de trabalho;

IV - à estrutura organizacional;

V - à gestão do conhecimento organizacional; e

VI - à inovação.

Parágrafo único. À Didep da Suara compete ainda gerir e executar as atividades de competência da Sacad e da Sasad.

Art. 231. Às Seções de Capacitação e Desenvolvimento (Sacad) compete gerir e executar as atividades relativas à capacitação e ao desenvolvimento de pessoas.

Art. 232. Ao Serviço de Atividades Administrativas (Sesad) e às Seções de Atividades Administrativas (Sasad) compete gerir e executar as atividades relativas ao pessoal, ao apoio administrativo, à gestão de documentos e aos serviços gerais.

Parágrafo único. Ao Sesad da Coger e à Sasad da Copei compete, ainda, gerir e executar as atividades financeiras e orçamentárias relativas ao deslocamento de servidores e colaboradores eventuais, no interesse das atividades da Coger e da Copei, respectivamente.

Seção IV

Das Competências das Unidades Descentralizadas

Art. 233. Às Superintendências Regionais da Receita Federal do Brasil (SRRF) compete:

I - gerenciar os processos de trabalho relativos às atividades e competências da RFB no âmbito da respectiva região fiscal; e

II - fornecer apoio técnico, administrativo e logístico às unidades por elas jurisdicionadas e às subunidades das Unidades Centrais localizadas na região fiscal.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017101100030

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Parágrafo único. As SRRFs compõem o núcleo estratégico da RFB e exercem as suas atividades de forma integrada e em colaboração com as Unidades Centrais, observado o disposto no parágrafo único do art. 1º.

Art. 234. À Divisão de Planejamento, Avaliação e Controle (Dipav) e às Seções de Planejamento, Avaliação e Controle (Sapav) das SRRF compete, sob a orientação da Copav, gerir e executar, no âmbito da respectiva região fiscal, as atividades relativas:

I - à estratégia e ao desempenho organizacional;

II - aos programas e aos projetos e seus portfólios;

III - aos processos de trabalho;

IV - à estrutura organizacional;

V - à gestão do conhecimento organizacional; e

VI - à inovação.

Art. 235. Ao Serviço de Gestão de Projetos (Sproj) compete difundir metodologias, coordenar e avaliar a gestão de programas e projetos de interesse da região fiscal.

Art. 236. Às Seções de Comunicação Institucional (Sacin) das SRRFs compete, sob a orientação da Ascom, gerir e executar, no âmbito da respectiva região fiscal, as atividades relativas à comunicação institucional interna e externa.

Art. 237. Às Divisões de Arrecadação e Cobrança (Dirac) das SRRFs compete, nas respectivas regiões fiscais, gerir a execução das atividades relativas aos processos de trabalho relacionados nos incisos I a VI do art. 64, e elaborar a previsão, acompanhamento e análise de receitas.

Art. 238. Às Divisões de Interação com o Cidadão (Divic) das SRRFs compete, nas respectivas regiões fiscais, gerir a execução das atividades relativas aos processos de trabalho relacionados nos incisos VII a IX do art. 64 e ao de Ouvidoria.

Art. 239. Às Divisões de Tributação (Disit) das SRRFs compete:

I - orientar as unidades da respectiva região fiscal acerca da interpretação da legislação e sobre as decisões em matéria tributária, aduaneira e correlata, na esfera administrativa ou judicial;

II - emitir parecer em recursos administrativos dirigidos ao Superintendente, no âmbito de sua competência;

III - preparar informações a serem prestadas aos órgãos do Poder Judiciário em mandado de segurança, no âmbito da SRRF, sem prejuízo das informações das demais áreas no caso concreto;

IV - emitir pareceres para dirimir conflitos de competências entre as unidades subordinadas, observadas as decisões da Sutri; e

V - prestar assistência ao Superintendente e aos Adjuntos em questões que envolvam aspectos jurídicos e tributários e no exame de propostas de celebração de convênios, acordos, protocolos e outros instrumentos de competência da Superintendência.

Art. 240. Às Divisões de Acompanhamento dos Maiores Contribuintes (Dimac) e aos Serviços de Acompanhamento dos Maiores Contribuintes (Semac) das SRRFs compete, nas respectivas regiões fiscais, gerir e executar as atividades definidas no art. 115.

Art. 241. Às Divisões de Fiscalização (Difis) das SRRFs compete, nas respectivas regiões fiscais, gerir a execução das atividades relativas aos processos de trabalho relacionados nos incisos I a III do art. 114, e manifestar-se sobre pedidos relativos a regimes fiscais especiais e regimes especiais para emissão de escrituração de documentos e livros fiscais previstos na legislação tributária específica e de competência da SRRF.

Art. 242. Aos Serviços de Fiscalização dos Maiores Contribuintes (Sefim) compete gerir e executar a fiscalização dos casos de planejamento tributário abusivo, especialmente aqueles praticados por contribuintes de acompanhamento diferenciado e especial.

Art. 243. Aos Serviços Regionais de Programação, Avaliação e Controle da Atividade Fiscal (Sepac) compete gerir e executar as atividades de seleção de sujeitos passivos, preparo do procedimento fiscal, avaliação e controle da atividade fiscal.

Art. 244. Às Divisões de Administração Aduaneira (Diana) das SRRFs compete, nas respectivas regiões fiscais, gerir e executar as atividades relativas ao controle aduaneiro, inclusive o alfandegamento de locais e recintos aduaneiros.

Art. 245. Às Divisões de Vigilância e Repressão ao Contrabando e Descaminho (Direp) das SRRFs compete, nas respectivas regiões fiscais, gerir e executar as atividades relativas ao combate ao contrabando, ao descaminho e a outros ilícitos tributários e aduaneiros, em especial:

I - às operações de vigilância e repressão;

II - à gestão de risco para a vigilância e repressão; e

III - à administração de recursos tecnológicos e operacionais para a vigilância e repressão, observadas, no que couber, as diretrizes definidas pela Cotec.

Art. 246. Às Seções de Operações de Vigilância e Repressão ao Contrabando e Descaminho (Saope) das SRRFs compete, na respectiva região fiscal, gerir e executar as atividades relativas ao combate ao contrabando, ao descaminho e a outros ilícitos tributários e aduaneiros, inclusive:

I - às operações de vigilância e repressão; e

II - à gestão de risco para a vigilância e repressão.

Art. 247. Às Divisões de Programação e Logística (Dipol) das SRRF compete, no âmbito da respectiva região fiscal, gerir e executar as atividades relativas aos processos de trabalho relacionados no art. 165.

Parágrafo único. Às Dipols compete o disposto neste artigo também em relação às DRJs e às subunidades das Unidades Centrais localizadas no respectivo município.

Art. 248. Aos Serviços de Programação e Logística (Sepol) das SRRFs compete, no âmbito da respectiva região fiscal, e das Unidades Administrativas vinculadas, nos termos do Anexo XXI, gerir e executar as atividades relativas aos processos de trabalho relacionados no art. 165.

Art. 249. Às Seções de Licitações (Salic) compete, no âmbito da respectiva região fiscal, gerir e executar as atividades relativas às licitações e dispensas em razão de valor.

Art. 250. Às Seções de Contratos (Sacon) compete, no âmbito da respectiva região fiscal, gerir e executar as atividades relativas:

I - à celebração de contratos, termos aditivos e ajustes;

II - às dispensas e às inexigibilidades; e

III - à celebração de convênios e acordos.

Art. 251. Às Seções de Obras e Serviços de Engenharia (Saeng) compete, no âmbito da respectiva região fiscal:

I - levantar as necessidades de projetos, obras e serviços de engenharia, aquisições e locações imobiliárias, reparos e conservação de bens imóveis e de instalações prediais; e

II - supervisionar e acompanhar projetos, obras e serviços de engenharia.

Art. 252. Às Seções de Orçamento e Finanças (Saofi) compete, no âmbito da respectiva região fiscal gerir e executar as atividades relativas a orçamento e finanças.

Art. 253. Aos Núcleos de Contabilidade (Nutab) compete, no âmbito da respectiva região fiscal, gerir e executar as atividades relativas à orientação e supervisão dos registros contábeis dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial.

Art. 254. Aos Serviços de Mercadorias Apreendidas (Semap) das SRRFs compete gerir e executar as atividades de supervisão da administração de mercadorias apreendidas no âmbito da região fiscal.

Art. 255. Aos Núcleos de Patrimônio (Nupat) compete, no âmbito da respectiva unidade e das Unidades Administrativas vinculadas, nos termos do Anexo XXI, gerir e executar as atividades relativas à administração do material permanente.

Art. 256. Às Divisões de Tecnologia e Segurança da Informação (Ditec) das SRRFs compete, no âmbito das respectivas regiões fiscais, gerir e executar as atividades relativas aos processos de trabalho relacionados à governança da Tecnologia da Informação e, especificamente:

I - à gestão regional do ambiente informatizado;

II - à gestão regional de serviços de TI;

III - à gestão regional de segurança da informação; e

IV - ao cadastramento regional.

Parágrafo único. Às Ditecs compete o disposto neste artigo também em relação às DRJs e às subunidades das Unidades Centrais localizadas no respectivo município.

Art. 257. Aos Serviços de Tecnologia e Segurança da Informação (Setec) das SRRFs compete, no âmbito das respectivas unidades e das Unidades Administrativas vinculadas, nos termos do Anexo XXI, gerir e executar as atividades relativas à governança de tecnologia da informação.

Art. 258. Às Seções de Gestão Regional de Serviços de TI (Sages) compete, no âmbito da respectiva região fiscal, gerir e executar as atividades relativas à gestão regional de serviços de TI.

Art. 259. Às Seções de Gestão Regional do Ambiente Informatizado (Sainf) compete, no âmbito da respectiva região fiscal, gerir e executar as atividades relativas à gestão regional do ambiente informatizado.

Art. 260. Às Seções de Gestão Regional de Segurança da Informação (Saseg) compete, no âmbito da respectiva região fiscal, gerir e executar as atividades relativas à gestão regional de segurança da informação.

Art. 261. Às Seções de Cadastramento Regional (Sacti) das SRRFs compete, no âmbito da respectiva região fiscal, gerir e executar as atividades relativas à gestão regional do cadastramento e da certificação digital.

Art. 262. Às Divisões de Gestão de Pessoas (Digep) das SRRFs compete, no âmbito das respectivas regiões fiscais, gerir e executar as atividades relativas à gestão de pessoas e, especificamente:

I - ao controle funcional;

II - à capacitação e ao desenvolvimento de pessoas;

III - ao pagamento do pessoal, respeitada a competência das Sageps e dos Segeps em relação às unidades localizadas nos respectivos estados; e

IV - à legislação de pessoal.

Parágrafo único. Às Digeps compete o disposto neste artigo também em relação às DRJs e às subunidades das Unidades Centrais localizadas no respectivo município.

Art. 263. Ao Serviço de Gestão de Pessoas (Segep) das SRRFs compete, no âmbito das respectivas unidades e das Unidades Administrativas vinculadas, nos termos do Anexo XXI, gerir e executar as atividades relativas à gestão de pessoas.

Art. 264. Às Seções de Administração de Pessoas (Saape) compete, no âmbito da respectiva região fiscal, gerir e executar as atividades relativas:

I - ao cadastro funcional;

II - ao controle de frequência;

III - à nomeação, posse, exercício e vacância de cargos efetivos e em comissão, de servidores ativos, requisitados e cedidos;

IV - aos estagiários; e

V - à identificação funcional dos servidores da RFB.

Art. 265. Às Seções de Pagamento de Pessoal (Sapag) compete, no que se refere aos servidores em exercício nas unidades situadas no respectivo estado, gerir e executar as atividades relativas:

I - à folha de pagamento;

II - à concessão de vantagens e de benefícios; e

III - às indenizações, às gratificações, aos adicionais, aos ressarcimentos e às consignações de servidores.

Art. 266. Às Seções de Desenvolvimento, Capacitação e Gestão de Desempenho (Sadec) compete, no âmbito da respectiva região fiscal, gerir e executar as atividades relativas:

I - à capacitação e desenvolvimento de pessoas; e

II - ao processo de gestão de desempenho.

Art. 267. Aos Núcleos de Valorização e Qualidade de Vida no Trabalho (Nuvaq) compete gerir e executar as atividades relativas:

I - à promoção e ao estímulo ao reconhecimento e valorização dos servidores e demais colaboradores;

II - à qualidade de vida e do ambiente de trabalho;

III - ao atendimento psicossocial e à mediação de conflito; e

IV - ao fortalecimento das relações interpessoais dos servidores.

Art. 268. Às Seções de Legislação de Pessoal (Salep) compete, no âmbito da respectiva região fiscal, gerir e executar as atividades relativas:

I - à instrução, análise e acompanhamento de processos administrativos referentes à aplicação da legislação de pessoal; e

II - à elaboração de atos administrativos, acompanhamento e prestação de informações referentes à ações judiciais afetos à área de gestão de pessoas.

Art. 269. Sem prejuízo das competências específicas definidas neste Regimento Interno, compete ainda às Divisões, Serviços e Seções das SRRFs gerir e executar atividades de âmbito nacional definidas pelas Unidades Centrais, relativas aos respectivos processos de trabalho.

Art. 270. Às Delegacias da Receita Federal do Brasil (DRF), à Delegacia Especial da Receita Federal do Brasil de Maiores Contribuintes do Rio de Janeiro (Demac-RJ), à Delegacia Especial da Receita Federal do Brasil de Pessoas Físicas (Derpf) e às Alfândegas da Receita Federal do Brasil (ALF) compete, no âmbito da respectiva jurisdição, no que couber, gerir e executar as atividades de cadastros, de arrecadação, de controle, recuperação e garantia do crédito tributário, de direitos creditórios, de benefícios fiscais, de atendimento e orientação ao cidadão, de comunicação social, de fiscalização, de controle aduaneiro, de tecnologia e segurança da informação, de programação e logística, de gestão de pessoas e de planejamento, avaliação, organização e modernização.

§ 1º Às unidades mencionadas no caput compete ainda:

I - prestar informações solicitadas por autoridades e órgãos externos sobre a situação fiscal e cadastral dos contribuintes jurisdicionados; e

II - orientar sobre a aplicação da legislação tributária, aduaneira e correlata.

§ 2º A DRF de Brasília compete ainda aplicar o regime disciplinar aos agentes arrecadadores por irregularidades cometidas no desempenho das atividades contratadas da RFB, cujas matrizes se localizam nas jurisdições da 1ª a 6ª Regiões Fiscais, inclusive quanto aos serviços prestados por suas Agências, independentemente da região fiscal em que estejam localizadas.

§ 3º Às Alfândegas do Porto de Manaus e do Aeroporto Internacional Eduardo Gomes compete ainda:

I - proceder ao despacho de internação de mercadorias da Zona Franca de Manaus para o restante do território nacional; e

II - processar e controlar os pedidos de saída definitiva ou temporária para o restante do território nacional de bens ingressados na Zona Franca de Manaus com suspensão de tributo.

§ 4º Às DRFs de Boa Vista, Porto Velho, Ji-Paraná, Rio Branco e Macapá compete ainda:

I - proceder ao despacho de internação de mercadorias da Amazônia Ocidental e de Áreas de Livre Comércio para o restante do território nacional; e

II - processar e controlar os pedidos de saída definitiva ou temporária para o restante do território nacional de bens ingressados na Amazônia Ocidental e em Áreas de Livre Comércio com suspensão de tributos.

§ 5º Às DRFs situadas em capital de estado, onde não houver SRRF, compete ainda gerir e executar as atividades relativas:

I - à folha de pagamento;

II - à concessão de direitos, vantagens e benefícios;

III - às indenizações, às gratificações, aos adicionais, aos ressarcimentos e às consignações de servidores; e

IV - ao acompanhamento das ações judiciais pertinentes.

§ 6º As atividades de prestação de informações ao contribuinte, excetuando-se as que envolverem a interpretação da legislação tributária, aduaneira e correlata, de recepção de documentos, de alteração cadastral e de retificação de documentos de arrecadação deverão ser executadas por qualquer Delegacia ou Alfândega, independentemente da sua jurisdição.

§ 7º Às DRFs, à Derat e à Derpf compete ainda gerir e executar as atividades de arrecadação, de controle, recuperação e garantia do crédito tributário, de direitos creditórios e de benefícios fiscais referentes aos contribuintes domiciliados na respectiva jurisdição, ainda que decorrentes da execução de processos de trabalho aduaneiros executados pelas ALFs e IRFs.

§ 8º À Demac do Rio de Janeiro compete ainda gerir e executar as atividades referentes aos contribuintes de relevante interesse.

§ 9º O disposto no § 6º não se aplica à Demac do Rio de Janeiro.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017101100031

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 271. À Delegacia Especial da Receita Federal do Brasil de Administração Tributária (Derat) compete, no âmbito da respectiva jurisdição, gerir e executar as atividades de cadastros, de arrecadação, de controle, recuperação e garantia do crédito tributário, de direitos creditórios, de benefícios fiscais, de acompanhamento dos maiores contribuintes, de atendimento e orientação ao cidadão, de comunicação social, de tecnologia e segurança da informação, de programação e logística, de gestão de pessoas e de planejamento, avaliação, organização e modernização.

Parágrafo único. À Derat compete ainda:

I - prestar informações solicitadas por autoridades e órgãos externos sobre a situação fiscal e cadastral dos contribuintes jurisdicionados; e

II - orientar sobre a aplicação da legislação tributária, aduaneira e correlata.

Art. 272. À Delegacia Especial da Receita Federal do Brasil de Fiscalização (Defis), à Delegacia Especial da Receita Federal do Brasil de Fiscalização de Comércio Exterior (Delex), à Delegacia Especial da Receita Federal do Brasil de Comércio Exterior (Decex), às Delegacias Especiais da Receita Federal do Brasil de Maiores Contribuintes de São Paulo e de Belo Horizonte (Demac) compete, no âmbito da respectiva jurisdição, gerir e executar as atividades de fiscalização, de tecnologia e segurança da informação, de comunicação social, de programação e logística e de gestão de pessoas, de planejamento, avaliação, organização, modernização, e, especificamente:

I - processar lançamentos de ofício, imposição de multas e outras penalidades previstas na legislação tributária, aduaneira e correlata, bem como as correspondentes representações fiscais;

II - executar e acompanhar o arrolamento de bens e direitos e representar para a propositura de medida cautelar fiscal;

III - proceder à revisão de ofício de lançamentos e de declarações apresentadas pelo sujeito passivo e ao cancelamento ou reativação de declarações a pedido do sujeito passivo;

IV - executar diligências e perícias fiscais, inclusive as de instrução processual;

V - administrar e distribuir selos de controle e outros instrumentos de controle fiscal, bem como fiscalizar a sua utilização;

VI - proceder aos ajustes de ofício, decorrentes da competência da unidade, nos cadastros da RFB; e

VII - prestar informações solicitadas por autoridades e órgãos externos sobre a situação fiscal e cadastral dos contribuintes jurisdicionados;

Parágrafo único. À Demac de Belo Horizonte compete gerir e executar as atividades de fiscalização dos contribuintes pessoa física de relevante interesse e dos demais contribuintes a eles relacionados, além de propor programas especiais de fiscalização para disseminação em âmbito nacional.

Art. 273. À Delegacia Especial da Receita Federal do Brasil de Instituições Financeiras (Deinf), exceto quanto aos tributos relativos ao comércio exterior, compete, no âmbito da respectiva jurisdição, gerir e executar as atividades de controle e auditoria dos serviços prestados por agente arrecadador e ainda, em relação aos contribuintes definidos por ato do Secretário da Receita Federal do Brasil, gerir e executar as atividades de tributação, fiscalização, arrecadação, cobrança, acompanhamento dos maiores contribuintes, atendimento e orientação ao cidadão, tecnologia e segurança da informação, comunicação social, programação e logística, gestão de pessoas, planejamento, avaliação, organização, modernização, e, especificamente:

I - orientar sobre a aplicação da legislação tributária, aduaneira e correlata;

II - executar diligências e perícias fiscais, inclusive as de instrução processual;

III - processar lançamentos de ofício, imposição de multas e outras penalidades previstas na legislação tributária, bem como as correspondentes representações fiscais;

IV - executar e acompanhar o arrolamento de bens e direitos e representar para a propositura de medida cautelar fiscal;

V - gerir e executar as atividades relativas a cobrança e controle de créditos tributários e parcelamento de débitos;

VI - gerir e executar as atividades relativas à restituição, compensação, reembolso, ressarcimento, redução e reconhecimento de imunidade e isenção tributária, inclusive as relativas a outras entidades e fundos;

VII - proceder à revisão de ofício de lançamentos e de declarações apresentadas pelo sujeito passivo e ao cancelamento ou reativação de declarações a pedido do sujeito passivo;

VIII - controlar os valores relativos à constituição, à suspensão, à extinção e à exclusão de créditos tributários;

IX - gerir e executar as atividades de recepção e de transmissão de declarações para processamento;

X - proceder aos ajustes necessários nos cadastros da RFB;

XI - proceder à inclusão e à exclusão de contribuintes em regimes especiais ou diferenciados de tributação;

XII - prestar informações solicitadas por autoridades e órgãos externos sobre a situação fiscal e cadastral dos contribuintes jurisdicionados;

XIII - aplicar o regime disciplinar aos agentes arrecadadores por irregularidades cometidas no desempenho das atividades contratadas da RFB, cujas matrizes se localizem nas jurisdições da 7ª à 10ª Regiões Fiscais, inclusive quanto aos serviços prestados por suas Agências, independentemente da região fiscal em que estejam localizadas e, especificamente:

a) aplicar teste de habilitação técnica à instituição bancária interessada em prestar serviço de arrecadação de receitas federais e emitir parecer sobre o correspondente resultado; e

b) processar os pedidos de correção e de cancelamento dos documentos de arrecadação, apresentados por agente arrecadador;

XIV - gerir e executar as atividades relativas à retificação e à correção de documentos de arrecadação.XIII - aplicar teste de habilitação técnica à instituição bancária interessada em prestar serviço de arrecadação de receitas federais e emitir parecer sobre o correspondente resultado;

XIV - aplicar o regime disciplinar aos agentes arrecadadores por irregularidades cometidas no desempenho das atividades contratadas da RFB, cujas matrizes se localizem nas jurisdições da 7ª à 10ª Regiões Fiscais, inclusive quanto aos serviços prestados por suas Agências, independentemente da região fiscal em que estejam localizadas e, especificamente:

a) aplicar teste de habilitação técnica à instituição bancária interessada em prestar serviço de arrecadação de receitas federais e emitir parecer sobre o correspondente resultado;

b) aplicar o regime disciplinar aos agentes arrecadadores por irregularidades cometidas no desempenho das atividades contratadas com a RFB; e

c) processar os pedidos de correção e de cancelamento dos documentos de arrecadação, apresentados por agente arrecadador.

XV - processar os pedidos de correção e de cancelamento dos documentos de arrecadação, apresentados por agente arrecadador; e

XVI - gerir e executar as atividades relativas à retificação e à correção de documentos de arrecadação.

Art. 274. Às Inspetorias da Receita Federal do Brasil (IRF) compete gerir e executar as atividades relativas ao controle aduaneiro, ao atendimento ao cidadão e, especificamente:

I - à prestação de informações ao contribuinte, excetuando-se as que envolverem a interpretação da legislação tributária, aduaneira e correlata;

II - aos ajustes necessários nos cadastros da RFB;

III - ao despacho aduaneiro de mercadorias e outros bens;

IV - ao processamento dos requerimentos de concessão de regimes aduaneiros especiais;

V - à vigilância aduaneira;

VI - à prestação de informações solicitadas por autoridades e órgãos externos sobre a situação fiscal e cadastral dos contribuintes jurisdicionados; e

VII - à execução de retificação de documentos de arrecadação.

Art. 275. Às Agências da Receita Federal do Brasil (ARF) e aos Postos de Atendimento da Receita Federal do Brasil (Posto) compete gerir e executar as atividades de atendimento ao contribuinte e, especificamente:

I - prestar informações ao contribuinte, excetuando-se as que envolverem a interpretação da legislação tributária, aduaneira e correlata;

II - recepcionar documentos, manifestações de inconformidade, impugnações e recursos voluntários e formalizar processos administrativos;

III - fornecer cópias de declarações, processos e outros documentos;

IV - expedir e cancelar certidões relativas à situação fiscal e cadastral do contribuinte;

V - realizar ajustes nos sistemas de cadastro, controle de créditos tributários e pagamentos;

VI - executar as atividades relativas aos pedidos de regularização de obras de construção civil que não impliquem verificação de escrituração contábil;

VII - executar os procedimentos de retificação e correção de documentos de arrecadação, excetuando-se os de valor total e data de arrecadação;

VIII - examinar pedidos de parcelamento de débitos;

IX - examinar pedidos de revisão de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, nos casos de pagamento ou parcelamento do débito antes da inscrição;

X - preparar os processos administrativos fiscais, excetuando-se os que envolverem ações judiciais;

XI - controlar os processos administrativos fiscais, excetuando-se os que envolverem ações judiciais;

XII - prestar informações solicitadas por autoridades e órgãos externos sobre a situação fiscal e cadastral dos contribuintes jurisdicionados;

XIII - encaminhar proposta de inscrição e de alteração de débitos em Dívida Ativa da União; e

XIV - supervisionar atividades de autoatendimento orientado.

§ 1º Às ARFs de Classes "B", "C" e "D" e aos Postos compete gerir e executar as atividades de atendimento ao contribuinte, especificamente as previstas nos incisos I a VIII, X, XII e XIV do caput.

§ 2º Ato do Secretário da Receita Federal do Brasil definirá os serviços que poderão ser atendidos nos Postos.

§ 3º Às ARFs relacionadas no Anexo XI compete, subsidiariamente, gerir e executar atividades relativas ao controle e à vigilância aduaneiros.

Art. 276. Nas localidades onde houver somente uma unidade da RFB, esta deverá gerir e executar as atividades de atendimento ao contribuinte, de forma integral, independentemente da natureza do serviço ou tributo.

§ 1º Havendo mais de uma unidade da RFB em uma mesma região metropolitana, as atividades a que se refere o caput poderão ser prestadas de forma integral, independentemente da natureza do serviço ou tributo.

§ 2º As disposições contidas no caput não se aplicam aos Postos de Atendimento da RFB.

§ 3º Ato do Secretário da Receita Federal do Brasil definirá os serviços que deverão ser atendidos de forma integral.

Art. 277. Às Delegacias da Receita Federal do Brasil de Julgamento (DRJ), com jurisdição nacional, compete conhecer e julgar, depois de instaurado o litígio, impugnações e manifestações de inconformidade em processos administrativos fiscais:

I - de determinação e exigência de créditos tributários, inclusive devidos a outras entidades e fundos, e de penalidades;

II - de infrações à legislação tributária das quais não resulte exigência de crédito tributário;

III - relativos à exigência de direitos antidumping, compensatórios e de salvaguardas comerciais; e

IV - contra apreciações das autoridades competentes em processos relativos a:

a) restituição, compensação, ressarcimento, reembolso, suspensão e redução de alíquotas de tributos;

b) Pedido de Revisão da Ordem de Emissão de Incentivos Fiscais (Perc);

c) indeferimento de opção pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte (Simples) e pelo Simples Nacional; e

d) exclusão do Simples e do Simples Nacional.

§ 1º Às DRJs compete ainda gerir e executar as atividades de comunicação social, de tecnologia e segurança da informação, de programação e logística, de gestão de pessoas, de planejamento, avaliação, organização e modernização.

§ 2º O julgamento de impugnação de penalidade aplicada isoladamente em razão de descumprimento de obrigação principal ou acessória será realizado pela DRJ competente para o julgamento de litígios que envolvam o correspondente tributo.

§ 3º O julgamento de manifestação de inconformidade contra o indeferimento de pedido de restituição, ressarcimento ou reembolso e contra a não homologação de compensação será realizado pela DRJ competente para o julgamento de litígios que envolvam o tributo ao qual o crédito se refere.

Art. 278. Aos Serviços de Planejamento e Coordenação (Sepoc) e às Seções de Planejamento e Coordenação (Sapoc) compete gerir e executar as atividades de planejamento, avaliação e modernização.

Art. 279. Aos Serviços de Controle de Julgamento (Secoj) compete:

I - gerir e executar as atividades de recepção, triagem, classificação, cadastramento e distribuição interna dos processos administrativos fiscais;

II - controlar e acompanhar o estoque de processos;

III - alimentar os sistemas de controle correspondentes de acordo com os acórdãos, as resoluções e os despachos proferidos pelas turmas de julgamento da DRJ;

IV - movimentar os processos às unidades competentes depois do julgamento; e

V - alimentar os sistemas de controle de informações judiciais em mandado de segurança cuja autoridade coatora seja o Delegado ou Presidente de Turma.

Parágrafo único. Aos Sepocs da DRJ de Belém e da DRJ de Campo Grande são atribuídas as competências do Secoj.

Art. 280. Aos Serviços de Recepção e Triagem de Processos (Seret) compete gerir e executar as atividades de que tratam os incisos I e II do art. 279.

Art. 281. Aos Serviços de Informação do Julgamento (Seinj) compete gerir e executar as atividades de que tratam os incisos III, IV e V do art. 279.

Art. 282. Às Seções de Apoio ao Julgamento (Saaju) compete gerir e executar as atividades de suporte ao julgamento.

Seção V

Das Competências Comuns nas Unidades Descentralizadas

Art. 283. Às Superintendências, às Delegacias, inclusive as Especiais e de Julgamento, e às Alfândegas compete gerenciar as atividades de administração tributária e aduaneira em relação às subunidades e unidades sob sua subordinação e, ainda:

I - gerir e executar os processos de trabalho de competência da RFB, no âmbito da respectiva jurisdição, e propor melhorias e inovações;

II - dirimir conflitos de competências entre as unidades subordinadas;

III - articular-se com outros órgãos e unidades relativamente aos assuntos de sua competência;

IV - desenvolver a moral tributária, especialmente com ações de educação fiscal;

V - preservar a memória institucional;

VI - planejar e propor ações de capacitação e desenvolvimento de pessoas; e

VII - executar ações destinadas à promoção dos valores morais e éticos.

Parágrafo único. Às Inspetorias e às Agências compete o disposto no inciso IV.

Art. 284. Às Divisões de Controle e Acompanhamento Tributário (Dicat), aos Serviços de Controle e Acompanhamento Tributário (Secat) e às Seções de Controle e Acompanhamento Tributário (Sacat) compete:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017101100032

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

I - gerir e executar as atividades de controle e cobrança do crédito tributário;

II - analisar os parcelamentos convencionais e especiais;

III - analisar e acompanhar as ações judiciais, observadas as competências da PGFN;

IV - revisar de ofício os créditos tributários lançados, inscritos ou não em Dívida Ativa da União, no âmbito de sua competência;

V - preparar, instruir, acompanhar e controlar os processos administrativos de contencioso fiscal, inclusive em relação às matérias objeto de manifestação de inconformidade, no âmbito de sua competência;

VI - gerir e executar os procedimentos necessários à atualização de ofício dos cadastros da RFB;

VII - preparar e encaminhar processos para inscrição de débitos em Dívida Ativa da União, no âmbito de sua competência;

VIII - executar diligências e proceder ao lançamento do crédito tributário, no âmbito de sua competência; e

IX - gerir e executar procedimentos de garantia do crédito tributário e de monitoramento patrimonial.

Parágrafo único. À Dicat da Derpf compete também o disposto nos incisos do caput do art. 286.

Art. 285. Aos Serviços de Controle da Rede Arrecadadora (Searf) compete controlar, avaliar, orientar e auditar os agentes da rede arrecadadora e, especificamente:

I - aplicar teste de habilitação técnica à instituição bancária interessada em prestar serviço de arrecadação de receitas federais e emitir parecer sobre o correspondente resultado;

II - aplicar o regime disciplinar aos agentes arrecadadores por irregularidades cometidas no desempenho das atividades contratadas com a RFB; e

III - processar os pedidos de correção e cancelamento dos documentos de arrecadação apresentados por agente arrecadador.

Art. 286. Às Divisões de Orientação e Análise Tributária (Diort), aos Serviços de Orientação e Análise Tributária (Seort) e às Seções de Orientação e Análise Tributária (Saort) compete:

I - gerir e executar as atividades relativas a restituição, compensação, ressarcimento, reembolso, suspensão e redução de tributos, inclusive decorrentes de crédito judicial;

II - apreciar os pedidos de habilitação de crédito decorrente de decisão judicial;

III - analisar imunidades, isenções e incentivos fiscais;

IV - revisar de ofício os créditos tributários lançados, inscritos ou não em Dívida Ativa da União, no âmbito de suas competências;

V - executar diligências e proceder ao lançamento do crédito tributário, no âmbito de sua competência;

VI - preparar, instruir, acompanhar e controlar os processos administrativos de contencioso fiscal, inclusive em relação às matérias objeto de manifestação de inconformidade, no âmbito de sua competência;

VII - preparar e encaminhar processos para inscrição de débitos em Dívida Ativa da União, no âmbito de sua competência;

VIII - proceder à inclusão e à exclusão de contribuintes em regimes especiais ou diferenciados de tributação;

IX - disseminar informações relativas a julgamentos administrativos e decisões judiciais; e

X - executar diligências, no âmbito de sua competência.

Art. 287. Aos Serviços de Arrecadação e Cobrança (Serac), às Seções de Arrecadação e Cobrança (Sarac), aos Setores de Arrecadação e Cobrança (Sorac) e aos Núcleos de Arrecadação e Cobrança (Nurac) compete gerir e executar as atividades previstas nos arts. 284 e 286.

Art. 288. À Divisão de Interação com o Cidadão (Divic) da Derat compete gerir e executar as atividades relativas aos processos de trabalho relacionados nos incisos VII ao IX do art. 64, além de:

I - gerir e executar as atividades de Ouvidoria; e

II - supervisionar os CACs.

Art. 289. Aos Serviços de Acompanhamento dos Maiores Contribuintes (Semac) e às Seções de Acompanhamento de Maiores Contribuintes (Samac) das Delegacias compete gerir e executar as atividades definidas no art. 115.

Art. 290. Às Divisões de Fiscalização (Difis) das Delegacias, aos Serviços de Fiscalização (Sefis), às Seções de Fiscalização (Safis) e aos Núcleos de Fiscalização (Nufis) compete gerir e executar:

I - procedimentos de fiscalização;

II - revisão de declarações;

III - procedimentos de diligência;

IV - perícia; e

V - revisão de ofício dos créditos tributários lançados, inscritos ou não em Dívida Ativa da União, no âmbito de sua competência.

Art. 291. À Divisão de Programação, Avaliação e Controle da Atividade Fiscal (Dipac) e ao Serviço de Programação, Avaliação e Controle da Atividade Fiscal (Sepac) das Delegacias compete gerir e executar as atividades de seleção de sujeitos passivos, de preparo do procedimento fiscal, de avaliação e de controle da atividade fiscal, sob coordenação do Sepac da Difis da SRRF.

Art. 292. Aos Serviços de Assessoramento Técnico Aduaneiro (Seata), às Seções de Assessoramento Técnico Aduaneiro (Saata) e aos Setores de Assessoramento Técnico Aduaneiro (Soata) compete:

I - prestar assessoramento técnico ao respectivo Delegado, inclusive em processos administrativos e judiciais; e

II - reconhecer o direito creditório decorrente do cancelamento ou retificação de declaração de importação.

Art. 293. Ao Serviço de Gestão e Infraestrutura Aduaneira (Segin) compete gerir e executar as atividades relativas à autorização de locais e recintos para o despacho aduaneiro e armazenamento e para a movimentação de mercadorias sob controle aduaneiro.

Art. 294. Às Seções de Administração Aduaneira (Saana), aos Setores de Administração Aduaneira (Soana) e aos Núcleos de Administração Aduaneira (Nuana) compete gerir e executar as atividades relativas ao controle aduaneiro.

Parágrafo único. As Saanas, os Soanas e os Nuanas, onde não existir estrutura regimental específica, deverão executar também as atividades de vigilância e, sob coordenação da Direp da SRRF, operações de repressão.

Art. 295. Às Divisões de Despacho Aduaneiro (Didad), aos Serviços de Despacho Aduaneiro (Sedad) e às Seções de Despacho Aduaneiro (Sadad) compete gerir e executar as atividades relativas:

I - ao controle aduaneiro nas operações de importação e exportação, inclusive de bagagem desacompanhada, e de internação; e

II - ao controle de carga, de veículo e de trânsito aduaneiro, onde não existir estrutura regimental específica.

Art. 296. Às Divisões de Conferência de Bagagem (Dibag), aos Serviços de Conferência de Bagagem (Sebag) e às Seções de Conferência de Bagagem (Sabag) compete gerir e executar as atividades relativas ao controle aduaneiro de bens de viajantes, exceto bagagem desacompanhada.

Art. 297. Às Seções de Controle de Carga e Trânsito Aduaneiro (Sacta) compete gerir e executar as atividades relativas ao controle de carga, de veículos e de trânsito aduaneiro.

Art. 298. Aos Serviços de Remessas Postais e Expressas (Serpe) e às Seções de Remessas Postais e Expressas (Sarpe) compete gerir e executar as atividades relativas ao controle da entrada e saída de remessas postais e expressas internacionais.

Art. 299. Aos Serviços de Procedimentos Especiais Aduaneiros (Sepea) e às Seções de Procedimentos Especiais Aduaneiros (Sapea) compete gerir e executar as atividades relativas às ações de combate à fraude no curso do despacho aduaneiro.

Art. 300. Às Divisões de Controle Aduaneiro Pós-despacho (Dicap), aos Serviços de Controle Aduaneiro Pós-despacho (Secap) e às Seções de Controle Aduaneiro Pós-despacho (Sacap) compete gerir e executar as atividades relativas ao controle aduaneiro pós-despacho, inclusive:

I - auditorias fiscais e de conformidade; e

II - ações de combate à fraude no pós-despacho e, onde não existir estrutura específica, no curso do despacho aduaneiro.

Art. 301. Aos Serviços de Vigilância Aduaneira (Sevig) e às Seções de Vigilância Aduaneira (Savig) compete gerir e executar as atividades relativas ao combate ao contrabando, ao descaminho e a outros ilícitos tributários e aduaneiros, inclusive:

I - à gestão de risco para a vigilância e repressão;

II - àss atividades de vigilância; e

III - às operações de repressão, sob coordenação da Direp da SRRF.

Art. 302. Às Divisões de Vigilância e Repressão ao Contrabando e Descaminho (Direp) das ALFs, aos Serviços de Vigilância e Repressão ao Contrabando e Descaminho (Serep) e às Seções de Vigilância e Repressão ao Contrabando e Descaminho (Sarep) compete gerir e executar as atividades relativas ao combate ao contrabando, ao descaminho e a outros ilícitos tributários e aduaneiros e, em especial:

I - à gestão de risco para a vigilância e repressão; e

II - às operações de vigilância e repressão.

Art. 303. Aos Serviços de Gestão de Riscos Aduaneiros (Serad) e às Seções de Gestão de Riscos Aduaneiros (Sarad) compete gerir e executar as atividades relativas à gestão de riscos para o controle aduaneiro e à análise de habilitação e monitoramento de intervenientes para o comércio exterior.

Art. 304. Aos Serviços de Gestão Corporativa (Secor), às Seções de Gestão Corporativa (Sacor), aos Setores de Gestão Corporativa (Socor) e aos Núcleos de Gestão Corporativa (Nucor) compete, no âmbito das respectivas unidades e das Unidades Administrativas vinculadas, nos termos do Anexo XXI, gerir e executar as atividades relativas aos processos de trabalho relacionados nos incisos I a IV do art. 164.

Art. 305. Aos Serviços de Programação e Logística (Sepol), às Seções de Programação e Logística (Sapol) e aos Núcleos de Programação e Logística (Nupol) compete gerir e executar as atividades relativas aos processos de trabalho relacionados nos incisos III e IV do art. 164, no âmbito da respectiva unidade e das Unidades Administrativas vinculadas, nos termos do Anexo XXI.

Parágrafo único. Aos Sepols, às Sapols e aos Nupols compete o disposto neste artigo também em relação às DRJs e às subunidades das Unidades Centrais localizadas nos municípios sob sua respectiva jurisdição.

Art. 306. Aos Serviços de Tecnologia e Segurança da Informação (Setec), às Seções de Tecnologia e Segurança da Informação (Satec) e aos Núcleos de Tecnologia e Segurança da Informação (Nutec) compete gerir e executar as atividades relativas à governança de Tecnologia da Informação (TI), no âmbito da respectiva unidade e das Unidades Administrativas vinculadas, nos termos do Anexo XXI.

Parágrafo único. Aos Setecs, às Satecs e aos Nutecs compete o disposto neste artigo também em relação às DRJs e às subunidades das Unidades Centrais localizadas nos municípios sob suas respectivas jurisdições.

Art. 307. Aos Serviços de Gestão de Pessoas (Segep), às Seções de Gestão de Pessoas (Sagep), aos Setores de Gestão de Pessoas (Sogep) e aos Núcleos de Gestão de Pessoas (Nugep) compete gerir e executar as atividades relativas aos processos de trabalho relacionados à gestão de pessoas, no âmbito da respectiva unidade e das Unidades Administrativas vinculadas, nos termos do Anexo XXI.

§ 1º Aos Segeps e às Sageps das DRFs situadas em capitais de estado onde não houver SRRF compete gerir e executar as atividades previstas no § 6º do art. 270.

§ 2º Aos Segeps, às Sageps e aos Nugeps compete o disposto neste artigo também em relação às DRJs e às subunidades das Unidades Centrais localizadas nos municípios sob suas respectiva jurisdição.

§ 3º Nas Unidades Descentralizadas onde não houver Segep, Sagep ou Nugep, as competências respectivas serão desenvolvidas pelas Dipols, Sepols, Sapols, Secors, Sacors, Socors ou Nucors.

Art. 308. Aos Centros de Atendimento ao Contribuinte (CAC) compete gerir e executar as atividades previstas nos incisos I a VIII, X, XII e XIV do art. 275.

Art. 309. Às Equipes de Arrecadação e Cobrança (EAC) compete gerir e executar as atividades relativas ao controle e à cobrança de créditos tributários e à orientação e à análise tributária.

Art. 310. Às Equipes de Atendimento ao Contribuinte (EAT) compete gerir e executar as atividades relativas ao atendimento ao contribuinte.

Art. 311. Às Equipes de Cadastro (ECD) compete gerir e executar as atividades relativas aos cadastros da RFB.

Art. 312. Às Equipes de Tributação (ETR) compete gerir e executar as atividades de orientação e análise tributária.

Art. 313. Às Equipes de Fiscalização (EFI) compete gerir e executar as atividades de fiscalização.

Art. 314. Às Equipes de Informação Fiscal (EIF) compete gerir e executar as atividades relativas às demandas externas afetas à fiscalização dirigidas à unidade.

Art. 315. Às Equipes de Programação, Avaliação e Controle da Atividade Fiscal (Eqpac) compete gerir e executar pesquisa e seleção de sujeitos passivos.

Art. 316. Às Equipes Aduaneiras (EAD) compete gerir e executar as atividades relativas ao controle aduaneiro.

Parágrafo único. As EADs, onde não existir estrutura regimental ou equipe específica, deverão executar atividades de vigilância e, sob coordenação da Direp da SRRF, operações de repressão.

Art. 317. Às Equipes de Vigilância e Repressão (EVR) compete gerir e executar as atividades relativas a vigilância e repressão.

Art. 318. Às Equipes de Gestão de Operadores Econômicos Autorizados (EqOEA) compete gerir e executar as atividades relativas à certificação e ao monitoramento dos Operadores Econômicos Autorizados.

Art. 319. Às Equipes de Gestão Corporativa (EGC) compete gerir e executar, no âmbito da respectiva unidade e de suas Unidades Administrativas vinculadas, nos termos do Anexo XXI, as atividades relativas aos processos de trabalho relacionados nos incisos I a IV do art. 164.

Art. 320. Às Equipes de Logística (ELG) compete, no âmbito da respectiva unidade e das Unidades Administrativas vinculadas, gerir e executar, nos termos do Anexo XXI, as atividades relativas aos processos de trabalho relacionados nos incisos III e IV do art. 164, ressalvadas as atuações dos Nupats, Nutabs e das EMAs, quando houver.

Art. 321. Às Equipes de Mercadorias Apreendidas (EMA) compete, no âmbito da respectiva unidade e das Unidades Administrativas vinculadas, gerir e executar, nos termos do Anexo XXI, as atividades de gestão de mercadoria apreendidas.

Art. 322. Às Equipes de Tecnologia e Segurança da Informação (ETI) compete, no âmbito da respectiva unidade e de suas Unidades Administrativas vinculadas, gerir e executar, nos termos do Anexo XXI, as atividades relativas aos processos de trabalho relacionados à governança de tecnologia da informação.

Art. 323. Às Equipes de Gestão de Pessoas (EGP) compete, no âmbito da respectiva unidade, gerir e executar, nos termos do Anexo XXI, as atividades relativas aos processos de trabalho relacionados à gestão de pessoas, ressalvadas as atuações dos Nuvaqs e das EPGs, quando houver.

Art. 324. Às Equipes de Pagamento (EPG) compete gerir e executar as atividades relativas:

I - à folha de pagamento;

II - à concessão de vantagens e benefícios;

III - às indenizações, gratificações, adicionais, ressarcimentos e consignações de servidores; e

IV - ao acompanhamento das ações judiciais pertinentes.

Art. 325. Sem prejuízo das competências específicas definidas neste Regimento Interno, compete ainda aos Serviços, Seções, Setores, Núcleos e Equipes das Delegacias e Alfândegas gerir e executar atividades de âmbito nacional e regional definidas pelas Unidades Centrais e pela SRRF, relativas aos respectivos processos de trabalho.

Art. 326. As Unidades Descentralizadas deverão observar as diretrizes, políticas e definições estabelecidas pelas Unidades Centrais.

CAPÍTULO IV

DAS ATRIBUIÇÕES DOS DIRIGENTES

Seção I

Das Atribuições Específicas

Art. 327. Ao Secretário da Receita Federal do Brasil incumbe:

I - representar a RFB, ou fazer-se representar, inclusive em órgãos de deliberação coletiva, em grupos de trabalho, em comissões, perante entidades nacionais e estrangeiras, e em discussões e negociações nacionais ou internacionais de interesse da administração tributária e aduaneira;

II - celebrar convênios, acordos e instrumentos congêneres com entidades nacionais ou estrangeiras e com organismos internacionais, com vistas ao intercâmbio de informações, de trabalhos, de estudos e de experiências, de interesse da administração tributária e aduaneira;

III - expedir atos normativos e administrativos sobre assuntos de competência da RFB;

IV - aprovar planos e programas anuais ou plurianuais de trabalho, proposta orçamentária e programação financeira de desembolso da RFB;

V - praticar atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial;

VI - aprovar protocolos e celebrar convênios, ajustes e instrumentos com órgãos e entidades da administração pública e entidades de direito público ou privado, para permuta de informações, racionalização de atividades, desenvolvimento de sistemas compartilhados e realização de operações conjuntas;

VII - aprovar a política de gestão de pessoas;

VIII - aplicar a legislação de pessoal aos servidores, inclusive normatizar as atividades de correição e de ética;

IX - dar posse e exercício a servidores nomeados para cargo efetivo ou em comissão, ou designados para função de confiança;

X - expedir atos de nomeação para cargo efetivo, promoção, progressão funcional, remoção, movimentação, exercício, vacância, readaptação, reversão e recondução;

XI - disciplinar a jornada de trabalho dos servidores, inclusive o estabelecimento de jornada de trabalho diferenciadas, tais como o plantão, a escala, o regime de turnos alternados por revezamento e o regime de sobreaviso;

XII - autorizar a participação de servidores em conferências, congressos, cursos, treinamentos e outros eventos similares que se realizarem no País, quando a participação implicar dispensa de frequência ao trabalho ou quando o servidor estiver representando a RFB;

XIII - decidir sobre a criação, a transformação ou a extinção de unidades e subunidades, desde que mantida a estrutura de cargos e funções relativa à RFB;

XIV - decidir sobre a alteração de localização e de subordinação das unidades da RFB;

XV - estabelecer a jurisdição das unidades da RFB;

XVI - dirimir conflitos de competência ou de jurisdição entre unidades subordinadas;

XVII - aprovar modelos e leiautes, estabelecer prazos de validade e definir condições para a impressão e utilização de declarações, formulários e documentos fiscais;

XVIII - disciplinar a análise e os procedimentos relativos aos processos de representação fiscal para fins penais;

XIX - disciplinar o alfandegamento de portos organizados, instalações portuárias, aeroportos, pontos de fronteira e recintos;

XX - outorgar a concessão ou permissão para exploração de atividades em terminais alfandegados de uso público;

XXI - autorizar o funcionamento de lojas e de depósitos francos;

XXII - autorizar regimes aduaneiros especiais;

XXIII - designar julgador e julgador pro tempore para as DRJs;

XXIV - estabelecer a especialização das turmas das DRJs, no tocante à matéria de competência da respectiva unidade;

XXV - expedir atos normativos destinados a uniformizar a aplicação da legislação tributária, aduaneira e correlata;

XXVI - disciplinar a expedição de Termo de Distribuição do Procedimento Fiscal (TDPF) e de Requisição da Movimentação Financeira (RMF);

XXVII - fixar o limite e os critérios de alçada nacional ou local nos casos de reconhecimento de direito creditório ou revisão de ofício do crédito tributário e os limites mínimos para constituição de crédito tributário e glosa de créditos;

XXVIII - disciplinar as atividades relativas à Ouvidoria;

XXIX - avocar, a qualquer momento e a seu critério, a decisão de assuntos administrativos de competência da RFB;

XXX - acompanhar e avaliar o fiel cumprimento da missão institucional da RFB;

XXXI - planejar, coordenar, acompanhar e avaliar as atividades relativas à função de Adido Tributário e Aduaneiro de interesse da RFB no exterior; e

XXXII - aprovar a política de gestão de riscos da RFB.

Parágrafo único. Ao Secretário da Receita Federal do Brasil incumbe ainda transferir competências entre unidades e subunidades, transferir atribuições entre dirigentes e estabelecer jurisdição de forma concorrente em todo território nacional.

Art. 328. Ao Secretário-Adjunto da Receita Federal do Brasil incumbe:

I - assistir o Secretário da Receita Federal do Brasil no desempenho das suas atribuições, substituindo-o quando das suas ausências e impedimentos;

II - designar julgador e julgador pro tempore para as DRJs;

III - supervisionar as atividades das Unidades Descentralizadas;

IV - aplicar a legislação de pessoal aos servidores;

V - dar posse e exercício a servidores nomeados para cargo efetivo ou em comissão, designados para função de confiança;

VI - expedir atos de nomeação para cargo efetivo, promoção, progressão funcional, remoção, movimentação, exercício, vacância, readaptação, reversão e recondução;

VII - autorizar a participação de servidores em conferências, congressos, cursos, treinamentos e outros eventos similares que se realizarem no País, quando a participação implicar dispensa de frequência ao trabalho ou quando o servidor estiver representando a RFB;

VIII - acompanhar e avaliar o fiel cumprimento da missão institucional da RFB; e

IX - aprovar a política de gestão de riscos da RFB.

Art. 329. Aos Adidos Tributários e Aduaneiros incumbe:

I - assessorar o chefe da missão diplomática ou da repartição consular em assuntos técnico-profissionais de natureza tributária e aduaneira, observadas as normas pertinentes ao sigilo fiscal;

II - representar a RFB no país em que se encontra acreditado;

III - obter informações, mediante solicitação da Unidade Central, sobre contribuintes residentes ou domiciliados no Brasil que tenham investimentos ou desenvolvam atividades no exterior;

IV - orientar os interessados no tocante a questões de natureza tributária e aduaneira suscitadas no exterior;

V - promover a difusão de informações, dados técnicos, notícias e experiências relativas à administração tributária e aduaneira, observadas as normas pertinentes ao sigilo fiscal;

VI - pesquisar, comparar e compilar a legislação tributária, aduaneira e correlata do país em que estiver acreditado, com a finalidade de subsidiar proposições de cunho legislativo relativas ao tema no Brasil;

VII - desenvolver estudos relativos à estrutura, ao funcionamento, às competências legais e aos aspectos orgânicos das administrações tributárias estrangeiras, com o objetivo de apresentar subsídios e propostas que possam aprimorar os trabalhos a cargo da RFB; e

VIII - gerir e executar administrativamente as atividades das Adidâncias.

Art. 330. Ao Corregedor incumbe:

I - instaurar ou avocar a instauração de procedimentos correcionais e de responsabilização de pessoa jurídica, nos termos da lei;

II - julgar e aplicar a penalidade aos servidores lotados ou em exercício na RFB, em sindicâncias ou processos administrativos disciplinares, nos casos de advertência ou de suspensão de até 30 (trinta) dias;

III - declarar a nulidade parcial ou total de sindicância ou processo administrativo disciplinar ou de processo de responsabilização de pessoa jurídica, nos termos da lei, quando verificada a existência de vícios insanáveis;

IV - convocar servidor para integrar comissões de sindicância ou de inquérito, ou para integrar equipes de investigação disciplinar;

V - determinar diligências, requisitar informações, processos e quaisquer documentos necessários às atividades de sua competência e determinar a realização de ação fiscal ou propor sua revisão, sempre que o exame de denúncias, representações, processos disciplinares e de responsabilização de pessoa jurídica, nos termos da lei, ou outros expedientes relativos às suas atividades assim o recomendar;

VI - efetuar consulta ou solicitar parecer aos órgãos jurídicos ou técnicos competentes para dirimir dúvidas quanto à interpretação da legislação disciplinar;

VII - decidir sobre recurso interposto contra decisão exarada pelos Chefes de Escritório de Corregedoria (Escor); e

VIII - praticar os atos de gestão dos recursos orçamentários e financeiros destinados ao pagamento de diárias e passagens, nos deslocamentos de servidores e colaboradores eventuais no interesse da Coger.

Parágrafo único. As atribuições previstas no inciso I do caput não abrangem os atos e fatos praticados pelo Secretário da Receita Federal do Brasil, pelo Secretário-Adjunto da Receita Federal do Brasil, pelos Subsecretários da Receita Federal do Brasil, pelo Corregedor e pelo Corregedor-Adjunto, bem como pelos servidores que praticaram atos passíveis de apuração disciplinar nestas qualidades.

Art. 331. Ao Corregedor-Adjunto incumbe:

I - assistir o Corregedor no desempenho de suas atribuições, substituindo-o quando das suas ausências e impedimentos;

II - gerir as atividades realizadas pelos Escors; e

III - elaborar e propor as programações orçamentárias e de capacitação anuais da Coger.

Art. 332. Aos Chefes dos Escors incumbe, no âmbito de sua competência:

I - instaurar, avocar e determinar a realização de procedimentos correcionais relativos aos atos e fatos praticados por servidores lotados ou em exercício nas Unidades Descentralizadas e nas Unidades Centrais localizadas na respectiva região fiscal;

II - instaurar e determinar a realização de procedimentos de responsabilização de pessoa jurídica, nos termos da lei, relativos a atos e fatos praticados por entidade privada localizada na respectiva região fiscal;

III - julgar e aplicar a penalidade em sindicâncias ou processos administrativos disciplinares, nos casos de advertência ou de suspensão de até 30 (trinta) dias;

IV - declarar a nulidade parcial ou total de sindicância ou processo administrativo disciplinar ou de processo de responsabilização de pessoa jurídica, nos termos da lei, quando verificada a existência de vícios insanáveis;

V - convocar servidor para integrar comissões de sindicância ou de inquérito, ou para integrar equipes de investigação disciplinar; e

VI - determinar diligências, requisitar informações, processos e quaisquer documentos necessários às atividades de sua competência, e propor a realização de ação fiscal ou propor sua revisão, sempre que o exame de denúncias, representações, processos disciplinares e de responsabilização de pessoas jurídicas, nos termos da lei, ou de outros expedientes relativos às suas atividades assim o recomendar.

§ 1º As atribuições previstas no inciso I do caput não abrangem os atos e fatos praticados pelos Superintendentes e pelos Superintendentes-Adjuntos da Receita Federal do Brasil, nem aos servidores que praticaram atos passíveis de apuração disciplinar nestas qualidades.

§ 2º As atribuições previstas no inciso I do caput relativas ao Chefe do Escor da 1ª Região Fiscal não abrangem os atos e fatos praticados pelo Secretário, Secretário-Adjunto, Subsecretários, Coordenadores-Gerais e Especiais, Corregedor, Corregedor-Adjunto, Coordenador Disciplinar, Chefe de Gabinete e Chefes de Assessorias da Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Seção II

Das Atribuições Comuns

Art. 333. Aos Subsecretários da Receita Federal do Brasil incumbe, relativamente às áreas sob sua responsabilidade:

I - administrar, planejar, coordenar e supervisionar a execução das atividades desenvolvidas no âmbito da RFB;

II - propor planos e programas anuais ou plurianuais de trabalho;

III - expedir atos administrativos e tributários de caráter normativo, decorrentes das competências das respectivas unidades;

IV - manifestar-se acerca de proposta de transferência de competências;

V - alterar a área de atuação de unidades para os processos de trabalho sob sua gestão;

VI - instituir equipes de trabalho voltadas a ações especiais relativas ao desenvolvimento de trabalhos de abrangência nacional; e

VII - assistir o Secretário e o Secretário-Adjunto.

§ 1º Ao Subsecretário de Fiscalização incumbe ainda decidir sobre recursos contra indeferimento de pedidos de regimes fiscais especiais por Superintendentes.

§ 2º Ao Subsecretário de Gestão Corporativa incumbe ainda:

I - aprovar acordos, ajustes, convênios, planos de trabalho, contratos para realização de estudos, pesquisas, serviços, compras e obras de interesse da RFB, celebrados pelo Coordenador-Geral de Programação e Logística, além de ratificar os atos de dispensa e os de reconhecimento de situação de inexigibilidade de licitação praticados por essa autoridade;

II - expedir atos de nomeação para cargo efetivo, remoção, movimentação, exercício, vacância, readaptação, reversão e recondução;

III - autorizar a construção, a demolição e a reconstrução de prédios e de suas benfeitorias de interesse da RFB; e

IV - autorizar a aquisição, o comodato e a aceitação de cessão de uso de imóveis destinados à instalação das repartições da RFB.

Art. 334. Aos Chefes de Assessoria, ao Chefe de Gabinete, aos Coordenadores-Gerais, aos Coordenadores Especiais, ao Corregedor e ao Chefe do Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros incumbe, em sua área de atuação:

I - gerenciar as ações de sua unidade;

II - emitir os atos decorrentes das competências de suas unidades;

III - coordenar as atividades técnicas desenvolvidas pelas Unidades Descentralizadas;

IV - instituir equipes de trabalho voltadas a ações especiais ao desenvolvimento de trabalhos de abrangência nacional; e

V - dirimir dúvidas sobre a aplicação de normas relativas a procedimentos.

§ 1º Aos Coordenadores-Gerais e Especiais incumbe ainda assistir os Subsecretários em sua área de atuação.

§ 2º Aos titulares das unidades de assessoramento direto incumbe ainda assistir o Secretário e o Secretário-Adjunto.

§ 3º Ao Coordenador-Geral de Pesquisa e Investigação incumbe ainda praticar os atos de gestão dos recursos destinados às ações de caráter sigiloso, no interesse da administração tributária, e dos recursos orçamentários e financeiros destinados ao pagamento de diárias e passagens, nos deslocamentos de servidores e colaboradores eventuais no interesse da Copei.

§ 4º Ao Coordenador-Geral de Arrecadação e Cobrança incumbe ainda manifestar-se sobre a contratação, a rescisão e a alteração de contrato firmado com instituição bancária para prestação do serviço de arrecadação de receitas federais.

§ 5º Ao Coordenador-Geral de Tributação incumbe ainda:

I - propor medidas para a adequação e o aperfeiçoamento do Sistema Tributário Nacional; e

II - dirimir dúvidas quanto à interpretação da legislação tributária, aduaneira e correlatas e de classificação de mercadorias e serviços.

§ 6º Ao Coordenador-Geral de Fiscalização, ao Coordenador-Geral de Programação e Estudos, ao Coordenador-Geral de Administração Aduaneira e ao Coordenador-Geral de Repressão ao Contrabando e Descaminho incumbe promover a instauração de perícia e procedimentos fiscais.

§ 7º Ao Coordenador-Geral de Combate ao Contrabando e Descaminho incumbe ainda demarcar zonas de vigilância aduaneira na orla marítima ou na faixa de fronteira.

§ 8º Ao Coordenador-Geral de Programação e Logística incumbe ainda:

I - celebrar convênios, acordos e ajustes de interesse exclusivo da RFB;

II - promover licitações de interesse exclusivo da RFB, dispensar ou reconhecer situação de inexigibilidade de licitação e celebrar os respectivos contratos; e

III - conceder diárias e ajudas de custo.

§ 9º Incumbe aos Chefes de Dipol, Sepol, Sapol, Nupol, Secor, Sacor, Socor, Nucor, em sua área de atuação ou no interesse da RFB, executar as atividades descritas nos incisos I e II do § 8º deste artigo.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017101100034

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

§ 10. Ao Coordenador-Geral de Gestão de Pessoas incumbe ainda:

I - decidir sobre a concessão de direitos, vantagens, indenizações, gratificações, adicionais, ressarcimentos, consignações e benefícios de servidores lotados nas Unidades Centrais;

II - dar posse e exercício a servidores nomeados para cargo efetivo e em comissão e aos designados para função de confiança, nas Unidades Centrais; e

III - acompanhar a fixação da jornada de trabalho dos servidores, inclusive o estabelecimento de jornada de trabalho diferenciadas, tais como plantão, escala, regime de turnos alternados por revezamento e regime de sobreaviso.

Art. 335. Aos Superintendentes da Receita Federal do Brasil incumbe gerenciar processos de trabalho realizados no âmbito da respectiva região fiscal e, especificamente:

I - decidir sobre pedidos relativos a regimes fiscais especiais e regimes especiais para emissão de escrituração de documentos e livros fiscais previstos na legislação tributária específica e de competência da Superintendência;

II - decidir sobre a concessão de direitos, vantagens, indenizações, gratificações, adicionais, ressarcimentos, consignações e benefícios de servidores em exercício nas unidades e subunidades localizadas na região fiscal;

III - apreciar recurso contra ato do Delegado;

IV - transferir, temporariamente, competências entre unidades e subunidades, e transferir atribuições entre dirigentes, no âmbito da respectiva jurisdição, nos termos estabelecidos pelo Secretário da Receita Federal do Brasil; e

V - definir sobre a execução das atividades de atendimento ao contribuinte, de forma integral, independentemente da natureza do serviço ou tributo, nas DRFs, ALFs, ARFs e IRFs, quando presentes em uma mesma região metropolitana.

Parágrafo único. Aos Superintendentes incumbe ainda assistir o Secretário e o Secretário-Adjunto.

Art. 336. Aos Delegados da Receita Federal do Brasil incumbe gerir a execução dos processos de trabalho realizados no âmbito da respectiva unidade e, quando cabível, especificamente:

I - aplicar pena de perdimento de mercadorias, veículos e moedas;

II - declarar inidôneo para assinar peças ou documentos, contábeis ou não, sujeitos à apreciação da RFB, o profissional que incorrer em fraude de escrituração ou falsidade de documentos; e

III - decidir sobre pedidos de cancelamento ou reativação de declarações.

§ 1º Aos Delegados da Receita Federal do Brasil da DRF de Brasília e da Deinf incumbe ainda:

I - decidir sobre a habilitação técnica da instituição bancária interessada em prestar serviço de arrecadação de receitas federais;

II - aplicar penalidades aos agentes arrecadadores por irregularidades cometidas no desempenho das atividades contratadas com a RFB; e

III - apreciar recursos, representações e aplicar o regime disciplinar nos casos de irregularidades cometidas por agentes arrecadadores.

§ 2º Aos Delegados da Receita Federal do Brasil de DRFs situadas em capital de estado onde não houver SRRF incumbe, ainda, em relação aos servidores lotados em unidades da RFB do respectivo estado, decidir sobre a concessão de direitos, vantagens, indenizações, gratificações, adicionais, ressarcimentos, consignações e benefícios.

Art. 337. Aos Inspetores-Chefes incumbe gerir a execução dos processos de trabalho realizados no âmbito da respectiva unidade e decidir sobre pedidos de cancelamento ou reativação de declarações.

Art. 338. Aos Delegados da Receita Federal do Brasil de Julgamento incumbe a gerência dos processos de trabalho realizados no âmbito da respectiva unidade e especificamente:

I - distribuir, em caráter eventual, processos de forma diversa da competência das turmas da respectiva DRJ;

II - designar julgador ad hoc; e

III - transferir julgadores entre turmas, na mesma unidade, sem prejuízo do mandato.

Art. 339. Aos Presidentes de Turma das DRJ incumbe distribuir os processos aos julgadores de acordo com os critérios e prioridades estabelecidos, organizar a pauta das sessões de julgamento e decidir acerca das solicitações de diligências feitas pelo relator.

Art. 340. Aos Superintendentes e aos Delegados incumbe, no âmbito da respectiva unidade e no que couber:

I - gerenciar as ações de sua unidade;

II - emitir os atos decorrentes das competências de suas unidades, observadas as diretrizes estabelecidas pelas Unidades Centrais e as competências específicas dos demais servidores de suas unidades;

III - providenciar a publicação de atos, avisos, editais e despachos nos órgãos oficiais e na imprensa privada;

IV - coordenar as atividades desenvolvidas pelas unidades jurisdicionadas;

V - instituir equipes de trabalho voltadas a ações especiais relativas ao desenvolvimento de trabalhos de abrangência regional ou local;

VI - autorizar a instauração de perícias;

VII - autorizar a realização de procedimentos fiscais relativos a tributos e períodos anteriormente auditados;

VIII - expedir súmulas e publicar atos declaratórios relativos à inidoneidade de documentos ou à situação cadastral e fiscal de pessoas físicas e jurídicas;

IX - gerenciar a programação e execução orçamentária e financeira e as mercadorias apreendidas;

X -- executar a programação e execução orçamentária e financeira, além de administrar os recursos patrimoniais;

XI -- aprovar os planos de trabalho relativos à prestação de serviços a serem contratados, aprovar os projetos básicos e termos de referências, autorizar a realização de licitações, designar pregoeiros, equipe de apoio e membros de comissões de licitações, ratificar os atos de dispensa e os de reconhecimento de situação de inexigibilidade de licitação, bem como aprovar e controlar contratos, convênios, acordos e ajustes celebrados na unidade;

XII - conceder diárias e ajudas de custo ao pessoal diretamente subordinado e ao pessoal subordinado a Unidades Administrativas que não sejam Unidades Gestoras, conforme relacionadas no Anexo XXI, e diárias a colaboradores eventuais;

III - aplicar a legislação de pessoal aos servidores diretamente subordinados e ao pessoal subordinado a Unidades Administrativas que não sejam Unidades Gestoras, conforme relacionadas no Anexo XXI, dar-lhes posse e exercício, inclusive em decorrência de nomeação para cargo em comissão e designação para função de confiança, além de localizá-los nas unidades da respectiva jurisdição;e

XIV -- localizar os servidores subordinados nas unidades da respectiva jurisdição.

§ 1º O disposto nos incisos IV a VIII do caput não se aplica aos Delegados das DRJs.

§ 2º O disposto nos incisos X a XIII do caput não se aplica aos Delegados das Unidades Administrativas que não seja Unidades Gestoras, conforme relacionadas no Anexo XXI.

§ 3º O disposto no inciso XIII do caput aplica-se aos Superintendentes e Delegados das Unidades Gestoras dos municípios que não sejam sede de SRRF, também em relação aos servidores das DRJs e das unidades administrativas pertencentes às Unidades Centrais localizadas no respectivo município.

Art. 341. Aos Subsecretários, ao Chefe de Gabinete, aos Chefes de Assessoria, ao Corregedor, aos Coordenadores-Gerais, aos Coordenadores Especiais, ao Chefe do Cetad, aos Superintendentes e aos Delegados incumbe, no âmbito da respectiva unidade:

I - acompanhar e avaliar o fiel cumprimento da missão institucional da RFB;

II - promover a integração e a articulação interna e externa com outros órgãos afins;

III - planejar e executar políticas e adotar ações para a promoção dos valores morais e éticos na RFB;

IV - instaurar procedimentos correcionais relativos aos atos e fatos praticados por servidores que lhes são subordinados, nos casos de infrações disciplinares de menor potencial ofensivo, puníveis com a pena de advertência, ou representar à unidade correcional, nos termos estabelecidos pelo Secretário da Receita Federal do Brasil;

V - julgar e aplicar a penalidade aos servidores que lhes são subordinados, em sindicâncias ou processos administrativos disciplinares por eles instaurados, nos casos de advertência; e

VI - julgar e aplicar a pena de suspensão de até 30 (trinta) dias, nos casos de reincidência de infração já punida com advertência, em relação aos servidores que lhes são subordinados, nos termos do inciso V.

Art. 342. Aos Coordenadores, Chefe da Ouvidoria, Gerentes, Inspetores-Chefes, Agentes, Chefes de Divisão, de Escritório, de Centro Nacional, de Centro de Atendimento ao Contribuinte, de Serviço, de Seção, de Setor, de Núcleo e de Equipe incumbe:

I - assessorar o superior hierárquico;

II - gerenciar as atividades da subunidade;

III - proceder à orientação técnica aos servidores subordinados; e

IV - supervisionar o trabalho de outras equipes que lhes forem atribuídas.

ANEXO II

QUADRO DEMONSTRATIVO DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES DE CONFIANÇA DA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

UNIDADE	CARGO/ FUNÇÃO/ No	DENOMINAÇÃO CARGO/FUNÇÃO	NE/DAS/ FCPE/FG
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL	1	Secretário	NE
	1	Secretário-Adjunto	DAS 101.5
Gabinete	1	Chefe	DAS 101.4
	3	Assessor	DAS 102.4
	2	Assessor Técnico	DAS 102.3
	1	Assistente	DAS 102.2
	1	Assistente Técnico	DAS 102.1
Ouvidoria	1	Ouvidor	DAS 101.3
Assessoria de Acompanhamento Legislativo	1	Chefe	DAS 101.3
Divisão	1	Chefe	DAS 101.2
Equipe	6	Chefe	FG-1
Corregedoria	1	Corregedor	DAS 101.4
	1	Corregedor Adjunto	DAS 101.3
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
Divisão	3	Chefe	DAS 101.2
Escritório de Corregedoria	10	Chefe	DAS 101.2
Serviço	3	Chefe	DAS 101.1
Seção	1	Chefe	FG-1
Assessoria Especial	1	Chefe	DAS 101.4
	2	Assistente	DAS 102.2
	2	Assistente Técnico	DAS 102.1
Seção	1	Chefe	FG-1
Coordenação-Geral de Planejamento, Organização e Avaliação Institucional	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
Divisão	2	Chefe	DAS 101.2
Escritório	2	Chefe	DAS 101.2
Seção	1	Chefe	FG-1
Coordenação-Geral de Auditoria Interna e Gestão de Riscos	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
Divisão	2	Chefe	DAS 101.2
Gerência	4	Gerente	DAS 101.2
Seção	1	Chefe	FG-1
Coordenação-Geral de Pesquisa e Investigação	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação	2	Coordenador	DAS 101.3
Divisão	2	Chefe	DAS 101.2
Escritório de Pesquisa e Investigação	10	Chefe	DAS 101.2
Núcleo de Pesquisa e Investigação	5	Chefe	DAS 101.1
Serviço	1	Chefe	DAS 101.1
Seção Especial	1	Chefe	FG-1
Seção	1	Chefe	FG-1
Laboratório de Tecnologia Contra a Lavagem de Dinheiro	1	Chefe	FG-1
Assessoria de Comunicação Institucional	1	Chefe	DAS 101.4
Divisão	3	Chefe	DAS 101.2
Gerência de Projetos	1	Gerente	DAS 101.1
Seção	1	Chefe	FG-1
Assessoria Especial de Cooperação e Integração Fiscal	1	Chefe	DAS 101.4
Gerência	1	Gerente	DAS 101.2
Seção	1	Chefe	FG-1

Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros	1	Chefe	DAS 101.4
Coordenação	2	Coordenador	DAS 101.3
Divisão	2	Chefe	DAS 101.2
Gerência	3	Gerente	DAS 101.2
Seção	1	Chefe	FG-1

SUBSECRETARIA DE ARRECADAÇÃO, CADASTROS E ATENDIMENTO	1	Subsecretário	DAS 101.5
	2	Assessor Técnico	DAS 102.3
	1	Assistente Técnico	DAS 102.1
Divisão	1	Chefe	DAS 101.2
Seção	2	Chefe	FG-1
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
Divisão	2	Chefe	DAS 101.2
Assistente	1	Assistente	FG-1
Coordenação-Geral de Arrecadação e Cobrança	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação	2	Coordenador	DAS 101.3
Divisão	8	Chefe	DAS 101.2
Assistente	1	Assistente	FG-1
Coordenação-Geral de Atendimento	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
Divisão	6	Chefe	DAS 101.2
Assistente	1	Assistente	FG-1
Coordenação-Geral de Gestão de Cadastros	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
Divisão	4	Chefe	DAS 101.2
Assistente	1	Assistente	FG-1
SUBSECRETARIA DE TRIBUTAÇÃO E CONTENCIOSO	1	Subsecretário	DAS 101.5
	1	Assessor Técnico	DAS 102.3
	1	Assistente Técnico	DAS 102.1
Divisão	1	Chefe	DAS 101.2
Seção	2	Chefe	FG-1
Coordenação-Geral de Tributação	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação	3	Coordenador	DAS 101.3
Divisão	12	Chefe	DAS 101.2
Serviço	1	Chefe	DAS 101.1
Seção	2	Chefe	FG-1
Coordenação-Geral de Contencioso Administrativo e Judicial	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação	2	Coordenador	DAS 101.3
Divisão	4	Chefe	DAS 101.2
Seção	1	Chefe	FG-1
SUBSECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO	1	Subsecretário	DAS 101.5
	1	Assessor Técnico	DAS 102.3
	1	Assistente Técnico	DAS 102.1
Divisão	1	Chefe	DAS 101.2
Seção	2	Chefe	FG-1
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
Divisão	2	Chefe	DAS 101.2
Coordenação-Geral de Fiscalização	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação	2	Coordenador	DAS 101.3
Divisão	7	Chefe	DAS 101.2
Seção	1	Chefe	FG-1
Coordenação-Geral de Programação e Estudos	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação	2	Coordenador	DAS 101.3
Divisão	6	Chefe	DAS 101.2
Seção	1	Chefe	FG-1
SUBSECRETARIA DE ADUANA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS	1	Subsecretário	DAS 101.5
	1	Assessor Técnico	DAS 102.3
	1	Assistente Técnico	DAS 102.1
Divisão	1	Chefe	DAS 101.2
Seção	2	Chefe	FG-1
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
Divisão	1	Chefe	DAS 101.2
Coordenação-Geral de Administração Aduaneira	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação	2	Coordenador	DAS 101.3
Divisão	5	Chefe	DAS 101.2
Centro Nacional de Gestão de Riscos Aduaneiros	1	Chefe	DAS 101.2
Seção	5	Chefe	FG-1
Coordenação-Geral de Combate ao Contrabando e Descaminho	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
Centro Nacional de Operações Aéreas	1	Chefe	DAS 101.2
Divisão	3	Chefe	DAS 101.2
Centro Nacional de Cães de Faro	1	Chefe	DAS 101.1
Seção	1	Chefe	FG-1
Coordenação-Geral de Relações Internacionais	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
Divisão	4	Chefe	DAS 101.2
Seção	1	Chefe	FG-1
SUBSECRETARIA DE GESTÃO CORPORATIVA	1	Subsecretário	DAS 101.5
	1	Assessor Técnico	DAS 102.3
	1	Assistente Técnico	DAS 102.1
Divisão	1	Chefe	DAS 101.2
Seção	2	Chefe	FG-1
Coordenação-Geral de Programação e Logística	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação	2	Coordenador	DAS 101.3
Divisão	8	Chefe	DAS 101.2
Serviço	1	Chefe	DAS 101.1
Seção	5	Chefe	FG-1
Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação	3	Coordenador	DAS 101.3
Divisão	9	Chefe	DAS 101.2
Serviço	3	Chefe	DAS 101.1
Seção	9	Chefe	FG-1
Equipe	16	Chefe	FG-1
Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação	2	Coordenador	DAS 101.3
Divisão	8	Chefe	DAS 101.2
Serviço	1	Chefe	DAS 101.1
Seção	2	Chefe	FG-1
	76		FG-1
	5		FG-2
	26		FG-3
Unidades Descentralizadas da Receita Federal do BrasilSuperintendência, Delegacia, Inspetoria, Alfândega e Agência	10	Superintendente	DAS 101.4
	90	Superintendente-Adjunto, Delegado e Inspetor-Chefe	DAS 101.3
	76	Delegado, Inspetor-Chefe	DAS 101.2
	296	Delegado-Adjunto, Inspetor-Chefe Adjunto, Presidente de Turma e Chefe de Divisão	FCPE 101.2
	570	Delegado, Delegado-Adjunto, Inspetor-Chefe, Inspetor-Chefe Adjunto, Agente, Chefe de Centro de Atendimento ao Contribuinte, de Serviço e de Equipe	FCPE 101.1
	20	Assistente Técnico	DAS 102.1
	1920	Delegado-Adjunto, Inspetor-Chefe, Inspetor-Chefe Adjunto, Agente, Chefe de Seção, de Centro de Atendimento ao Contribuinte e de Equipe e Assistente	FG-1
	565	Agente, Chefe de Setor e de Equipe e Assistente	FG-2
	597	Agente, Chefe de Posto de Atendimento ao Contribuinte, de Centro de Atendimento ao Contribuinte, de Equipe e de Núcleo e Assistente	FG-3

ANEXO III

adidâncias tributárias e aduaneiras

Localidade	País	Sigla
Assunção	Paraguai	ADIRF/ASU
Buenos Aires	Argentina	ADIRF/BUE
Montevidéu	Uruguai	ADIRF/MVD
Washington	Estados Unidos	ADIRF/WAS

ANEXO IV
unidades centrais localizadas fora de brasília

Unidades	Subordinação	Localidade	UF
Escritório de Corregedoria da 2ª Região Fiscal (Escor02)	Coger	Belém	PA
Escritório de Corregedoria da 3ª Região Fiscal (Escor03)	Coger	Fortaleza	CE
Escritório de Corregedoria da 4ª Região Fiscal (Escor04)	Coger	Recife	PE
Escritório de Corregedoria da 5ª Região Fiscal (Escor05)	Coger	Salvador	BA
Escritório de Corregedoria da 6ª Região Fiscal (Escor06)	Coger	Belo Horizonte	MG
Escritório de Corregedoria da 7ª Região Fiscal (Escor07)	Coger	Rio de Janeiro	RJ
Escritório de Corregedoria da 8ª Região Fiscal (Escor08)	Coger	São Paulo	SP
Escritório de Corregedoria da 9ª Região Fiscal (Escor09)	Coger	Curitiba	PR
Escritório de Corregedoria da 10ª Região Fiscal (Escor10)	Coger	Porto Alegre	RS
Escritório de Pesquisa e Investigação da 2ª Região Fiscal (Espei02)	Coope/Copei	Belém	PA
Escritório de Pesquisa e Investigação da 3ª Região Fiscal (Espei03)	Coope/Copei	Fortaleza	CE
Escritório de Pesquisa e Investigação da 4ª Região Fiscal (Espei04)	Coope/Copei	Recife	PE
Escritório de Pesquisa e Investigação da 5ª Região Fiscal (Espei05)	Coope/Copei	Salvador	BA
Escritório de Pesquisa e Investigação da 6ª Região Fiscal (Espei06)	Coope/Copei	Belo Horizonte	MG
Escritório de Pesquisa e Investigação da 7ª Região Fiscal (Espei07)	Coope/Copei	Rio de Janeiro	RJ
Escritório de Pesquisa e Investigação da 8ª Região Fiscal (Espei08)	Coope/Copei	São Paulo	SP
Escritório de Pesquisa e Investigação da 9ª Região Fiscal (Espei09)	Coope/Copei	Curitiba	PR
Escritório de Pesquisa e Investigação da 10ª Região Fiscal (Espei10)	Coope/Copei	Porto Alegre	RS
Núcleo de Pesquisa e Investigação (Nupei)	Coope/Copei	Campo Grande	MS
		Foz do Iguaçu	PR
		Manaus	AM
		Santos	SP
		Vitória	ES
Seção Especial de Pesquisa e Investigação (Sapei)	Espei04/Coope/Copei	Natal	RN
Laboratório de Tecnologia Contra a Lavagem de Dinheiro (LabLD)	Coast/Copei	São Paulo	SP
Centro Nacional de Operações Aéreas (Ceoar)	Coper/Corep	Curitiba	PR
Centro Nacional de Cães de Faro (CNK9)	Copad/Corep	Vitória	ES
Centro Nacional de Gestão de Riscos Aduaneiros (Cerad)	Copad/Coana	Rio de Janeiro	RJ
Seção de Gestão de Riscos Aduaneiros 1 (Sard1)	Cerad/Copad/Coana	Rio de Janeiro	RJ
Seção de Gestão de Riscos Aduaneiros 2 (Sard2)	Cerad/Copad/Coana	Rio de Janeiro	RJ
Seção de Gestão de Riscos Aduaneiros 3 (Sard3)	Cerad/Copad/Coana	Rio de Janeiro	RJ
Seção Especial de Tecnologia da Informação da 2ª Região Fiscal (Sarti)	Cotec	Belém	PA
Seção Especial de Tecnologia da Informação da 3ª Região Fiscal (Sarti)	Cotec	Fortaleza	CE
Seção Especial de Tecnologia da Informação da 4ª Região Fiscal (Sarti)	Cotec	Recife	PE
Seção Especial de Tecnologia da Informação da 5ª Região Fiscal (Sarti)	Cotec	Salvador	BA
Seção Especial de Tecnologia da Informação da 6ª Região Fiscal (Sarti)	Cotec	Belo Horizonte	MG
Serviço Especial de Tecnologia da Informação da 7ª Região Fiscal (Serti)	Cotec	Rio de Janeiro	RJ
Seção Especial de Tecnologia da Informação da 8ª Região Fiscal (Sarti)	Cotec	São Paulo	SP
Seção Especial de Tecnologia da Informação da 9ª Região Fiscal (Sarti)	Cotec	Curitiba	PR
Seção Especial de Tecnologia da Informação da 10ª Região Fiscal (Sarti)	Cotec	Porto Alegre	RS

ANEXO V

Superintendências da Receita Federal do Brasil e Regiões Fiscais

Regiões Fiscais	Unidade	Sede	UF	Jurisdição
1ª	Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil da 1ª Região Fiscal (SRRF01)	Brasília	DF	DF, GO, MT, MS e TO
2ª	Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil da 2ª Região Fiscal (SRRF02)	Belém	PA	PA, AM, RR, RO, AM e AC
3ª	Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil da 3ª Região Fiscal (SRRF03)	Fortaleza	CE	CE, PI e MA
4ª	Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil da 4ª Região Fiscal (SRRF04)	Recife	PE	PE, AL, RN, PB
5ª	Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil da 5ª Região Fiscal (SRRF05)	Salvador	BA	BA e SE
6ª	Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil da 6ª Região Fiscal (SRRF06)	Belo Horizonte	MG	MG
7ª	Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil da 7ª Região Fiscal (SRRF07)	Rio de Janeiro	RJ	RJ e ES
8ª	Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil da 8ª Região Fiscal (SRRF08)	São Paulo	SP	SP
9ª	Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil da 9ª Região Fiscal (SRRF09)	Curitiba	PR	PR e SC
10ª	Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil da 10ª Região Fiscal (SRRF10)	Porto Alegre	RS	RS

ANEXO Vi
delegacias da receita federal do brasil

Unidade Subordinante	Unidade	Sigla	UF	Classe
SRRF01	DRF - Anápolis	DRF/ANA	GO	D
	DRF - Brasília	DRF/BSB	DF	A
	DRF - Campo Grande	DRF/CGE	MS	C
	DRF - Cuiabá	DRF/CBA	MT	B
	DRF - Dourados	DRF/DOU	MS	D
	DRF - Goiânia	DRF/GOI	GO	B
	DRF - Palmas	DRF/PAL	TO	C
SRRF02	DRF - Belém	DRF/BEL	PA	B
	DRF - Boa Vista	DRF/BVT	RR	C
	DRF - Ji-Paraná	DRF/JPR	RO	D
	DRF - Macapá	DRF/MCA	AP	C
	DRF - Manaus	DRF/MNS	AM	B
	DRF - Marabá	DRF/MBA	PA	D
	DRF - Porto Velho	DRF/PVO	RO	C
	DRF - Rio Branco	DRF/RBO	AC	C
	DRF - Santarém	DRF/SAN	PA	E
SRRF03	DRF - Floriano	DRF/FLO	PI	E
	DRF - Fortaleza	DRF/FOR	CE	B
	DRF - Imperatriz	DRF/IMP	MA	E
	DRF - Juazeiro do Norte	DRF/JNE	CE	D
	DRF - São Luís	DRF/SLS	MA	C
	DRF - Sobral	DRF/SOB	CE	D
	DRF - Teresina	DRF/TSA	PI	C
SRRF04	DRF - Campina Grande	DRF/CGD	PB	D
	DRF - Caruaru	DRF/CRU	PE	D
	DRF - João Pessoa	DRF/JPA	PB	C
	DRF - Maceió	DRF/MAC	AL	C
	DRF - Mossoró	DRF/MOS	RN	E
	DRF - Natal	DRF/NAT	RN	C
	DRF - Recife	DRF/REC	PE	B
SRRF05	DRF - Aracaju	DRF/AJU	SE	C
	DRF - Feira de Santana	DRF/FSA	BA	B
	DRF - Itabuna	DRF/ITA	BA	D
	DRF - Lauro de Freitas	DRF/LFS	BA	C
	DRF - Salvador	DRF/SDR	BA	B
	DRF - Vitória da Conquista	DRF/VCA	BA	D
SRRF06	DRF - Belo Horizonte	DRF/BHE	MG	B
	DRF - Contagem	DRF/CON	MG	C
	DRF - Divinópolis	DRF/DIV	MG	C
	DRF - Governador Valadares	DRF/GVS	MG	C
	DRF - Juiz de Fora	DRF/JFA	MG	C
	DRF - Montes Claros	DRF/MCR	MG	D
	DRF - Poços de Caldas	DRF/PCS	MG	D
	DRF - Sete Lagoas	DRF/STL	MG	C
	DRF - Uberaba	DRF/UBB	MG	D
	DRF - Uberlândia	DRF/UBL	MG	C
	DRF - Varginha	DRF/VAR	MG	C
SRRF07	DRF - Campos dos Goytacazes	DRF/CGZ	RJ	C
	DRF - Macaé	DRF/MCE	RJ	D
	DRF - Niterói	DRF/NIT	RJ	B
	DRF - Nova Iguaçu	DRF/NIU	RJ	B
	DRF - Rio de Janeiro I	DRF/RJ1	RJ	A
	DRF - Rio de Janeiro II	DRF/RJ2	RJ	A

	DRF - Vitória	DRF/VIT	ES	B
	DRF - Volta Redonda	DRF/VRA	RJ	C
SRRF08	DRF - Araçatuba	DRF/ATA	SP	C
	DRF - Araraquara	DRF/AQA	SP	C
	DRF - Barueri	DRF/BRE	SP	B
	DRF - Bauru	DRF/BAU	SP	C
	DRF - Campinas	DRF/CPS	SP	B
	DRF - Franca	DRF/FCA	SP	C
	DRF - Guarulhos	DRF/GUA	SP	B
	DRF - Jundiaí	DRF/JUN	SP	B
	DRF - Limeira	DRF/LIM	SP	B
	DRF - Marília	DRF/MRA	SP	C
	DRF - Osasco	DRF/OSA	SP	B
	DRF - Piracicaba	DRF/PCA	SP	B
	DRF - Presidente Prudente	DRF/PPE	SP	D
	DRF - Ribeirão Preto	DRF/RPO	SP	B
	DRF - Santo André	DRF/SAE	SP	B
	DRF - Santos	DRF/STS	SP	B
	DRF - São Bernardo do Campo	DRF/SBC	SP	B
	DRF - São José do Rio Preto	DRF/SJR	SP	C
	DRF - São José dos Campos	DRF/SJC	SP	B
	DRF - Sorocaba	DRF/SOR	SP	B
	DRF - Taubaté	DRF/TAU	SP	C
SRRF09	DRF - Blumenau	DRF/BLU	SC	C
	DRF - Cascavel	DRF/CVL	PR	C
	DRF - Curitiba	DRF/CTA	PR	B
	DRF - Florianópolis	DRF/FNS	SC	B
	DRF - Joaçaba	DRF/JOA	SC	C
	DRF - Joinville	DRF/JOI	SC	C
	DRF - Lages	DRF/LAG	SC	E
	DRF - Londrina	DRF/LON	PR	C
	DRF - Maringá	DRF/MGA	PR	C
	DRF - Ponta Grossa	DRF/PTG	PR	C
SRRF10	DRF - Caxias do Sul	DRF/CXL	RS	B
	DRF - Novo Hamburgo	DRF/NHO	RS	B
	DRF - Passo Fundo	DRF/PFO	RS	C
	DRF - Pelotas	DRF/PEL	RS	C
	DRF - Porto Alegre	DRF/POA	RS	B
	DRF - Santa Cruz do Sul	DRF/SCS	RS	C
	DRF - Santa Maria	DRF/STM	RS	C
	DRF - Santo Ângelo	DRF/SAO	RS	C

ANEXO VIi
delegacias especiais da receita federal do brasil

Unidade Subordinante	Unidade	Sigla	UF	Classe
SRRF06	Demac - Belo Horizonte	Demac/BHE	MG	ESPECIAL
SRRF07	Decex - Rio de Janeiro	Decex/RJO	RJ	ESPECIAL
	Demac - Rio de Janeiro	Demac/RJO	RJ	ESPECIAL
SRRF08	Derpf - São Paulo	Derpf/SPO	SP	ESPECIAL
	Derat - São Paulo	Derat/SPO	SP	ESPECIAL
	Demac - São Paulo	Demac/SPO	SP	ESPECIAL
	Delex - São Paulo	Delex/SPO	SP	ESPECIAL
	Deinf - São Paulo	Deinf/SPO	SP	ESPECIAL
	Defis - São Paulo	Defis/SPO	SP	ESPECIAL

ANEXO VIIi
alfândegas da receita federal do brasil

Unidade Subordinante	Unidade	Sigla	UF	Classe
SRRF01	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília	ALF/BSB	DF	B
	ALF - Corumbá	ALF/COR	MS	C
	ALF - Mundo Novo	ALF/MNO	MS	C
	ALF - Ponta Porã	ALF/PPA	MS	C
SRRF02	ALF - Aeroporto Internacional Eduardo Gomes	ALF/AEG	AM	B
	ALF - Belém	ALF/BEL	PA	B
	ALF - Porto de Manaus	ALF/MNS	AM	A
SRRF03	ALF - Fortaleza	ALF/FOR	CE	B
SRRF04	ALF - Recife	ALF/REC	PE	B
SRRF05	ALF - Salvador	ALF/SDR	BA	B
SRRF06	ALF - Belo Horizonte	ALF/BHE	MG	B
SRRF07	ALF - Aeroporto Internacional do Galeão	ALF/GIG	RJ	A
	ALF - Porto de Itaguaí	ALF/IGI	RJ	C
	ALF - Porto de Vitória	ALF/VIT	ES	A
	ALF - Porto do Rio de Janeiro	ALF/RJO	RJ	A
SRRF08	ALF - Aeroporto Internacional de São Paulo/Guarulhos	ALF/GRU	SP	ESPECIAL
	ALF - Aeroporto Internacional de Viracopos	ALF/VCP	SP	A
	ALF - Porto de Santos	ALF/STS	SP	ESPECIAL
	ALF - São Paulo	ALF/SPO	SP	A
SRRF09	ALF - Curitiba	ALF/CTA	PR	A
	ALF - Dionísio Cerqueira	ALF/DCA	SC	C
	ALF - Florianópolis	ALF/FNS	SC	B
	ALF - Foz do Iguaçu	ALF/FOZ	PR	ESPECIAL
	ALF - Porto de Itajaí	ALF/ITJ	SC	A
	ALF - Porto de Paranaguá	ALF/PGA	PR	B
	ALF - Porto de São Francisco do Sul	ALF/SFS	SC	C
SRRF10	ALF - Porto Alegre	ALF/POA	RS	B
	ALF - Porto de Rio Grande	ALF/RGE	RS	B
	ALF - Santana do Livramento	ALF/SLV	RS	C
	ALF - Uruguaiana	ALF/URA	RS	A

ANEXO Ix
inspetorias da receita federal do brasil

Região Fiscal	Unidade Subordinante	Unidade	Sigla	UF	Classe
1ª	DRF - Cuiabá	IRF - Cáceres	IRF/CAE	MT	B
2ª	ALF - Belém	IRF - Aeroporto Internacional de Belém	IRF/AIB	PA	A
		IRF - Barcarena	IRF/BCA	PA	B
	ALF - Porto de Manaus	IRF - Tabatinga	IRF/TAB	AM	B
	DRF - Boa Vista	IRF - Bonfim	IRF/BFM	RR	C
		IRF - Pacaraima	IRF/PAC	RR	C
	DRF - Ji-Paraná	IRF - Vilhena	IRF/VHA	RO	C
	DRF - Macapá	IRF - Oiapoque	IRF/OIA	AP	C
		IRF - Santana	IRF/STN	AP	C
	DRF - Porto Velho	IRF - Guajará-Mirim	IRF/GUM	RO	B
	DRF - Rio Branco	IRF - Assis Brasil	IRF/ASB	AC	C
		IRF - Cruzeiro do Sul	IRF/CZL	AC	C
		IRF - Epitaciolândia	IRF/EPI	AC	C
3ª	ALF - Fortaleza	IRF - Aeroporto Internacional Pinto Martins	IRF/APM	CE	A
		IRF - Porto de Pecém	IRF/PCE	CE	A
	DRF - São Luís	IRF - Porto de São Luís	IRF/SLS	MA	A
4ª	ALF - Recife	IRF - Aeroporto Internacional dos Guararapes	IRF/REC	PE	A
		IRF - Porto de Suape	IRF/SPE	PE	A
	DRF - Caruaru	IRF - Petrolina	IRF/PLA	PE	B
	DRF - João Pessoa	IRF - Cabedelo	IRF/CAB	PB	C
	DRF - Maceió	IRF - Maceió	IRF/MAC	AL	C
	DRF - Natal	IRF - Natal	IRF/NAT	RN	B
5ª	ALF - Salvador	IRF - Aeroporto Internacional de Salvador	IRF/SSA	BA	A
	DRF - Itabuna	IRF - Ilhéus	IRF/ILH	BA	C
		IRF - Porto Seguro	IRF/PSO	BA	C
6ª	ALF - Belo Horizonte	IRF - Aeroporto Internacional de Confins	IRF/CFS	MG	C
8ª	DRF - São José dos Campos	IRF - São Sebastião	IRF/SSO	SP	B
9ª	ALF - Curitiba	IRF - Aeroporto Internacional Afonso Pena	IRF/AFP	PR	B
	ALF - Dionísio Cerqueira	IRF - Capanema	IRF/CAP	PR	C
	ALF - Florianópolis	IRF - Aeroporto Internacional de Florianópolis	IRF/FNS	SC	C
		IRF - Imbituba	IRF/IMB	SC	C
	ALF - Foz do Iguaçu	IRF - Guaíra	IRF/GIA	PR	B
		IRF - Santa Helena	IRF/SHA	PR	B
10ª	ALF - Porto Alegre	IRF - Aeroporto Internacional Salgado Filho	IRF/POA	RS	A
	ALF - Porto de Rio Grande	IRF - Chuí	IRF/CHU	RS	A
	ALF - Uruguaiana	IRF - Itaqui	IRF/ITQ	RS	C
		IRF - Quaraí	IRF/QUA	RS	C
		IRF - São Borja	IRF/SBA	RS	B
	DRF - Pelotas	IRF - Bagé	IRF/BAG	RS	B
		IRF - Jaguarão	IRF/JAG	RS	B
	DRF - Santo Ângelo	IRF - Porto Mauá	IRF/MUA	RS	C
		IRF - Porto Xavier	IRF/PXR	RS	B

ANEXO X
agências da receita federal do brasil

Região Fiscal	Unidade Subordinante	Unidade	Sigla	UF	Classe
1ª	ALF - Ponta Porã	ARF - Bela Vista	ARF/BVA	MS	C
		ARF - Porto Murtinho	ARF/MTO	MS	C
	DRF - Anápolis	ARF - Uruaçu	ARF/URU	GO	C
		ARF - Ceres	ARF/CER	GO	B
		ARF - Formosa	ARF/FMS	GO	B
		ARF - Luziânia	ARF/LUZ	GO	B
	DRF - Campo Grande	ARF - Rio Verde de Mato Grosso	ARF/RVT	MS	C
		ARF - Aquidauana	ARF/AQU	MS	B
		ARF - Três Lagoas	ARF/TLS	MS	D
	DRF - Cuiabá	ARF - Sinop	ARF/SIN	MT	A
		ARF - Alta Floresta	ARF/AFA	MT	D
		ARF - Tangará da Serra	ARF/TSE	MT	B
		ARF - Rondonópolis	ARF/ROO	MT	B
		ARF - Barra do Garças	ARF/BGR	MT	B
	DRF - Dourados	ARF - Naviraí	ARF/NAV	MS	D
		ARF - Nova Andradina	ARF/NAA	MS	D
		ARF - Jardim	ARF/JAD	MS	D
	DRF - Goiânia	ARF - Catalão	ARF/CTL	GO	C
		ARF - Rio Verde	ARF/RVE	GO	B
		ARF - São Luís de Montes Belos	ARF/SLM	GO	C
		ARF - Itumbiara	ARF/ITR	GO	C
		ARF - Goiás	ARF/GAS	GO	C
		ARF - Jataí	ARF/JAT	GO	C
		ARF - Caldas Novas	ARF/CNV	GO	C
	DRF - Palmas	ARF - Araguaína	ARF/AIN	TO	A
		ARF - Miracema do Tocantins	ARF/MTS	TO	D
		ARF - Paraíso do Tocantins	ARF/PTO	TO	D
		ARF - Gurupi	ARF/GUR	TO	C
		ARF - Dianópolis	ARF/DIA	TO	D
2ª	ALF - Porto de Manaus	ARF - Itacoatiara	ARF/IAR	AM	C
	DRF - Belém	ARF - Abaetetuba	ARF/ABA	PA	C
		ARF - Ananindeua	ARF/AND	PA	B
		ARF - Capanema	ARF/CNA	PA	C
		ARF - Castanhal	ARF/CAS	PA	C
		ARF - Paragominas	ARF/PGS	PA	C
		ARF - São Miguel do Guamá	ARF/SMG	PA	D
	DRF - Ji-Paraná	ARF - Cacoal	ARF/CCL	RO	B
	DRF - Manaus	ARF - Maués	ARF/MAS	AM	D
		ARF - Manacapuru	ARF/MPU	AM	D
		ARF - Humaitá	ARF/HUM	AM	D
		ARF - Tefé	ARF/TEF	AM	D
		ARF - Parintins	ARF/PTS	AM	D
		ARF - São Gabriel da Cachoeira	ARF/SGC	AM	D
	DRF - Marabá	ARF - Redenção	ARF/RDC	PA	D
		ARF - Tucuruí	ARF/TUC	PA	D
	DRF - Porto Velho	ARF - Ariquemes	ARF/ARI	RO	C
	DRF - Rio Branco	ARF - Sena Madureira	ARF/SMA	AC	D
	DRF - Santarém	ARF - Altamira	ARF/ALT	PA	C
		ARF - Novo Progresso	ARF/NPR	PA	D
		ARF - Óbidos	ARF/OBI	PA	C
		ARF - Oriximiná	ARF/ORI	PA	D
		ARF - Itaituba	ARF/ITT	PA	D
3ª	DRF - Floriano	ARF - Picos	ARF/PIC	PI	C
		ARF - Bom Jesus	ARF/BJS	PI	D
		ARF - São Raimundo Nonato	ARF/SRN	PI	D
	DRF - Fortaleza	ARF - Quixadá	ARF/QUI	CE	C
		ARF - Maranguape	ARF/MAR	CE	C
		ARF - Caucaia	ARF/CAU	CE	C
		ARF - Horizonte	ARF/HRZ	CE	D
		ARF - Russas	ARF/RUS	CE	D
		ARF - Itapipoca	ARF/IPC	CE	D
	DRF - Imperatriz	ARF - Balsas	ARF/BAL	MA	C
		ARF - Carolina	ARF/CLA	MA	D
	DRF - Juazeiro do Norte	ARF - Iguatu	ARF/IGU	CE	C
		ARF - Brejo Santo	ARF/BRS	CE	D
	DRF - São Luís	ARF - Santa Inês	ARF/SIS	MA	C
		ARF - Pinheiro	ARF/PIN	MA	D
		ARF - Bacabal	ARF/BAC	MA	D
		ARF - Chapadinha	ARF/CHP	MA	D
		ARF - Caxias	ARF/CAX	MA	D
	DRF - Sobral	ARF - Crateús	ARF/CRA	CE	D
		ARF - Acaraú	ARF/ACA	CE	D
		ARF - Camocim	ARF/CMC	CE	D
		ARF - Ipu	ARF/IPU	CE	D
	DRF - Teresina	ARF - Parnaíba	ARF/PBA	PI	C
		ARF - Piripiri	ARF/PIR	PI	C
4ª	DRF - Campina Grande	ARF - Patos	ARF/PAT	PB	C
		ARF - Sousa	ARF/SOU	PB	C
		ARF - Cajazeiras	ARF/CAJ	PB	C
	DRF - Caruaru	ARF - Arcoverde	ARF/AVE	PE	C
		ARF - Salgueiro	ARF/SAL	PE	D
		ARF - Serra Talhada	ARF/STA	PE	C
		ARF - Garanhuns	ARF/GAR	PE	C
		ARF - Ouricuri	ARF/OCI	PE	D
	DRF - João Pessoa	ARF - Santa Rita	ARF/SRT	PB	D
		ARF - Guarabira	ARF/GBR	PB	C
		ARF - Itabaiana	ARF/ITN	PB	C
	DRF - Maceió	ARF - Arapiraca	ARF/ARC	AL	B
		ARF - Palmeira dos Índios	ARF/PIS	AL	C
		ARF - Santana do Ipanema	ARF/SAI	AL	C
		ARF - União dos Palmares	ARF/UPS	AL	D
		ARF - Penedo	ARF/PNO	AL	D
	DRF - Mossoró	ARF - Pau dos Ferros	ARF/PFS	RN	D
		ARF - Assu	ARF/AÇU	RN	C
	DRF - Natal	ARF - Currais Novos	ARF/CNS	RN	C
		ARF - Caicó	ARF/CCO	RN	C
	DRF - Recife	ARF - Goiana	ARF/GNA	PE	C
		ARF - Jaboatão dos Guararapes	ARF/JGS	PE	B
		ARF - Paulista	ARF/PAU	PE	B
		ARF - Vitória de Santo Antão	ARF/VSA	PE	C
		ARF - Cabo de Santo Agostinho	ARF/CSA	PE	B
		ARF - Palmares	ARF/PMS	PE	C
		ARF - Limoeiro	ARF/LMO	PE	B
5ª	DRF - Aracaju	ARF - Estância	ARF/EST	SE	C
		ARF - Propriá	ARF/PRO	SE	D
		ARF - Itabaiana	ARF/IBN	SE	C
	DRF - Feira de Santana	ARF - Paulo Afonso	ARF/PAO	BA	C
		ARF - Ibotirama	ARF/IBO	BA	D
		ARF - Barreiras	ARF/BRR	BA	B
		ARF - Jacobina	ARF/JBA	BA	D
		ARF - Itaberaba	ARF/ITB	BA	D
		ARF - Cruz das Almas	ARF/CAL	BA	C
		ARF - Euclides da Cunha	ARF/ECA	BA	D
		ARF - Irecê	ARF/IRE	BA	C
		ARF - Ribeira do Pombal	ARF/RPL	BA	C
		ARF - Santo Antônio de Jesus	ARF/SAJ	BA	C
		ARF - Senhor do Bonfim	ARF/SBM	BA	C
		ARF - Seabra	ARF/SEA	BA	D
		ARF - Macaúbas	ARF/MUS	BA	D
		ARF - Serrinha	ARF/SRH	BA	C
		ARF - Juazeiro	ARF/JUA	BA	B
	DRF - Itabuna	ARF - Ipiaú	ARF/IPI	BA	C
		ARF - Teixeira de Freitas	ARF/TFS	BA	C
		ARF - Eunápolis	ARF/EUN	BA	C
		ARF - Valença	ARF/VAL	BA	C
		ARF - Itamaraju	ARF/ITM	BA	D
	DRF - Lauro de Freitas	ARF - Alagoinhas	ARF/ALA	BA	B
	DRF - Vitória da Conquista	ARF - Santa Maria da Vitória	ARF/SMV	BA	D
		ARF - Brumado	ARF/BMO	BA	C
		ARF - Guanambi	ARF/GBI	BA	C
		ARF - Bom Jesus da Lapa	ARF/BJL	BA	D
		ARF - Jequié	ARF/JEQ	BA	C
		ARF - Itapetinga	ARF/ITP	BA	D
6ª	DRF - Belo Horizonte	ARF - Conselheiro Lafaiete	ARF/CLE	MG	B
		ARF - Coronel Fabriciano	ARF/CFN	MG	A
		ARF - João Monlevade	ARF/JME	MG	C

		ARF - Itabira	ARF/ITA	MG	C
		ARF - Ouro Preto	ARF/OPO	MG	B
	DRF - Contagem	ARF - Betim	ARF/BET	MG	A
	DRF - Divinópolis	ARF - Itaúna	ARF/IUN	MG	C
		ARF - Bom Despacho	ARF/BDO	MG	C
		ARF - Formiga	ARF/FMA	MG	C
		ARF - Campo Belo	ARF/CBO	MG	D
		ARF - Pará de Minas	ARF/PRM	MG	C
		ARF - Passos	ARF/PAS	MG	C
		ARF - Oliveira	ARF/OVA	MG	C
	DRF - Governador Valadares	ARF - Almenara	ARF/ALM	MG	D
		ARF - Caratinga	ARF/CTG	MG	C
		ARF - Teófilo Otoni	ARF/TOI	MG	B
		ARF - Manhuaçu	ARF/MAN	MG	B
	DRF - Juiz de Fora	ARF - Ubá	ARF/UBA	MG	A
		ARF - Barbacena	ARF/BAR	MG	B
		ARF - São João Del Rei	ARF/SJI	MG	B
		ARF - Cataguases	ARF/CGS	MG	B
		ARF - Ponte Nova	ARF/PNV	MG	C
		ARF - Muriaé	ARF/MRE	MG	B
	DRF - Montes Claros	ARF - Janaúba	ARF/JAN	MG	C
	DRF - Poços de Caldas	ARF - São Sebastião do Paraíso	ARF/SSP	MG	C
		ARF - Guaxupé	ARF/GXE	MG	C
	DRF - Sete Lagoas	ARF - Paracatu	ARF/PTU	MG	B
		ARF - Lagoa Santa	ARF/LST	MG	B
		ARF - Diamantina	ARF/DTA	MG	C
		ARF - Curvelo	ARF/CLO	MG	C
	DRF - Uberaba	ARF - Frutal	ARF/FRU	MG	C
		ARF - Araxá	ARF/AXA	MG	B
	DRF - Uberlândia	ARF - Patos de Minas	ARF/PMI	MG	A
		ARF - Ituiutaba	ARF/IUA	MG	C
		ARF - Patrocínio	ARF/PTR	MG	B
		ARF - Araguari	ARF/ARG	MG	B
	DRF - Varginha	ARF - São Lourenço	ARF/SLC	MG	C
		ARF - Alfenas	ARF/ALF	MG	B
		ARF - Pouso Alegre	ARF/PAR	MG	A
		ARF - Lavras	ARF/LAV	MG	B
		ARF - Itajubá	ARF/IBA	MG	B
7ª	DRF - Campos dos Goytacazes	ARF - Santo Antônio de Pádua	ARF/SAD	RJ	C
		ARF - Itaperuna	ARF/IRN	RJ	B
	DRF - Niterói	ARF - Nova Friburgo	ARF/NFO	RJ	A
		ARF - Cabo Frio	ARF/CFO	RJ	A
		ARF - Rio Bonito	ARF/RBT	RJ	B
		ARF - São Gonçalo	ARF/SGO	RJ	A
	DRF - Nova Iguaçu	ARF - Duque de Caxias	ARF/DCS	RJ	A
		ARF - Três Rios	ARF/TRS	RJ	C
		ARF - Petrópolis	ARF/PET	RJ	B
		ARF - Teresópolis	ARF/TER	RJ	B
		ARF - Itaguaí	ARF/IGI	RJ	C
	DRF - Vitória	ARF - Colatina	ARF/COL	ES	C
		ARF - Linhares	ARF/LRS	ES	D
		ARF - São Mateus	ARF/SMS	ES	B
		ARF - Vila Velha	ARF/VVA	ES	A
		ARF - Serra	ARF/SER	ES	A
		ARF - Cachoeiro de Itapemirim	ARF/CIM	ES	B
	DRF - Volta Redonda	ARF - Angra dos Reis	ARF/ARS	RJ	C
		ARF - Barra do Piraí	ARF/BPI	RJ	C
		ARF - Resende	ARF/RES	RJ	B
8ª	DRF - Araçatuba	ARF - Penápolis	ARF/PEN	SP	C
		ARF - Lins	ARF/LIN	SP	C
		ARF - Pereira Barreto	ARF/PBT	SP	C
		ARF - Jales	ARF/JAL	SP	C
		ARF - Andradina	ARF/ADN	SP	C
	DRF - Araraquara	ARF - Ibitinga	ARF/IBT	SP	C
		ARF - São Carlos	ARF/SCO	SP	A
	DRF - Bauru	ARF - Jaú	ARF/JAU	SP	A
		ARF - Avaré	ARF/AVR	SP	B
		ARF - Botucatu	ARF/BOT	SP	B
	DRF - Campinas	ARF - Indaiatuba	ARF/IND	SP	B
		ARF - Sumaré	ARF/SMR	SP	C
	DRF - Franca	ARF - Batatais	ARF/BAT	SP	C
		ARF - São Joaquim da Barra	ARF/SJB	SP	B
		ARF - Barretos	ARF/BRT	SP	B
	DRF - Guarulhos	ARF - Suzano	ARF/SUZ	SP	A
	DRF - Jundiaí	ARF - Amparo	ARF/AMP	SP	C
		ARF - Franco da Rocha	ARF/FRA	SP	B
		ARF - Bragança Paulista	ARF/BPA	SP	A
	DRF - Limeira	ARF - São José do Rio Pardo	ARF/JRP	SP	B
		ARF - Mogi Guaçu	ARF/MGU	SP	A
		ARF - São João da Boa Vista	ARF/JBV	SP	B
		ARF - Araras	ARF/ARR	SP	B
		ARF - Pirassununga	ARF/PNA	SP	B
	DRF - Marília	ARF - Tupã	ARF/TUP	SP	B
		ARF - Piraju	ARF/PJU	SP	D
		ARF - Ourinhos	ARF/OUR	SP	B
		ARF - Assis	ARF/ASS	SP	B
	DRF - Osasco	ARF - Taboão da Serra	ARF/TSR	SP	A
		ARF - Cotia	ARF/COT	SP	A
	DRF - Piracicaba	ARF - Americana	ARF/AME	SP	A
		ARF - Tietê	ARF/TIE	SP	C
		ARF - Capivari	ARF/CPI	SP	B
		ARF - Rio Claro	ARF/RCO	SP	B
	DRF - Presidente Prudente	ARF - Presidente Venceslau	ARF/PVU	SP	D
		ARF - Dracena	ARF/DRA	SP	B
		ARF - Adamantina	ARF/ADA	SP	C
	DRF - Ribeirão Preto	ARF - Bebedouro	ARF/BEB	SP	B
		ARF - Jaboticabal	ARF/JAB	SP	C
	DRF - Santo André	ARF - São Caetano do Sul	ARF/SCL	SP	A
	DRF - Santos	ARF - Praia Grande	ARF/PGE	SP	A
		ARF - Registro	ARF/REG	SP	B
		ARF - Itanhaém	ARF/IEM	SP	B
		ARF - Guarujá	ARF/GUJ	SP	C
	DRF - São José do Rio Preto	ARF - Olímpia	ARF/OLI	SP	C
		ARF - Catanduva	ARF/CDA	SP	A
		ARF - Votuporanga	ARF/VOT	SP	A
		ARF - Fernandópolis	ARF/FER	SP	C
	DRF - São José dos Campos	ARF - Jacareí	ARF/JAC	SP	B
		ARF - Mogi das Cruzes	ARF/MCS	SP	A
	DRF - Sorocaba	ARF - Itu	ARF/ITU	SP	A
		ARF - Tatuí	ARF/TTI	SP	B
		ARF - Itapetininga	ARF/INA	SP	C
		ARF - Itapeva	ARF/IPV	SP	C
		ARF - São Roque	ARF/SRE	SP	B
	DRF - Taubaté	ARF - Cruzeiro	ARF/CZO	SP	B
		ARF - Campos do Jordão	ARF/CJD	SP	D
		ARF - Guaratinguetá	ARF/GTA	SP	B
		ARF - Pindamonhangaba	ARF/PMB	SP	B
		ARF - Ubatuba	ARF/UBT	SP	C
9ª	ALF - Dionísio Cerqueira	ARF - São Miguel do Oeste	ARF/SMO	SC	C
		ARF - Santo Antônio do Sudoeste	ARF/SAS	PR	C
	DRF - Blumenau	ARF - Rio do Sul	ARF/RSL	SC	B
		ARF - Brusque	ARF/BRU	SC	B
		ARF - Timbó	ARF/TBO	SC	B
	DRF - Cascavel	ARF - Toledo	ARF/TOL	PR	B
		ARF - Marechal Cândido Rondon	ARF/MCN	PR	C
		ARF - Francisco Beltrão	ARF/FBO	PR	B
		ARF - Pato Branco	ARF/PBO	PR	A
		ARF - Laranjeiras do Sul	ARF/LSL	PR	D
		ARF - Iporã	ARF/IPO	PR	D
		ARF - Medianeira	ARF/MED	PR	B
	DRF - Curitiba	ARF - São José dos Pinhais	ARF/SJP	PR	B
		ARF - Colombo	ARF/CLB	PR	B
	DRF - Florianópolis	ARF - Criciúma	ARF/CRI	SC	A
		ARF - Tubarão	ARF/TUB	SC	B
		ARF - Araranguá	ARF/AGA	SC	B
	DRF - Joaçaba	ARF - Caçador	ARF/CDR	SC	D
		ARF - Xanxerê	ARF/XAN	SC	C
		ARF - Chapecó	ARF/CHA	SC	A
		ARF - Videira	ARF/VID	SC	C

		ARF - Concórdia	ARF/CCA	SC	C
	DRF - Joinville	ARF - São Bento do Sul	ARF/SBS	SC	C
		ARF - Mafra	ARF/MAF	SC	C
		ARF - Jaraguá do Sul	ARF/JSL	SC	B
		ARF - Canoinhas	ARF/CIS	SC	C
	DRF - Londrina	ARF - Cornélio Procópio	ARF/CPO	PR	C
		ARF - Arapongas	ARF/APS	PR	B
		ARF - Jacarezinho	ARF/JZO	PR	C
		ARF - Apucarana	ARF/APU	PR	B
	DRF - Maringá	ARF - Paranavaí	ARF/PVI	PR	A
		ARF - Campo Mourão	ARF/CMO	PR	A
		ARF - Loanda	ARF/LOA	PR	D
		ARF - Umuarama	ARF/UMU	PR	B
		ARF - Cianorte	ARF/CIA	PR	C
		ARF - Jandaia do Sul	ARF/JDL	PR	C
	DRF - Ponta Grossa	ARF - Ibaiti	ARF/IBI	PR	C
		ARF - Irati	ARF/IRA	PR	C
		ARF - União da Vitória	ARF/UVA	PR	C
		ARF - Guarapuava	ARF/GAV	PR	A
10ª	ALF - Uruguaiana	ARF - Barra do Quaraí	ARF/BQI	RS	C
	DRF - Caxias do Sul	ARF - Veranópolis	ARF/VER	RS	C
		ARF - Vacaria	ARF/VAC	RS	C
		ARF - Guaporé	ARF/GRE	RS	D
		ARF - Bento Gonçalves	ARF/BGS	RS	A
		ARF - Canela	ARF/CNL	RS	C
	DRF - Novo Hamburgo	ARF - Canoas	ARF/CAN	RS	A
		ARF - São Leopoldo	ARF/SLO	RS	A
		ARF - Taquara	ARF/TAQ	RS	B
	DRF - Passo Fundo	ARF - Lagoa Vermelha	ARF/LVA	RS	C
		ARF - Erechim	ARF/ERE	RS	B
		ARF - Carazinho	ARF/CRO	RS	B
	DRF - Pelotas	ARF - Camaquã	ARF/CQA	RS	C
		ARF - São Lourenço do Sul	ARF/SLR	RS	D
	DRF - Porto Alegre	ARF - Guaíba	ARF/GBA	RS	C
		ARF - Gravataí	ARF/GRA	RS	A
		ARF - Torres	ARF/TOR	RS	C
		ARF - Tramandaí	ARF/TRA	RS	B
		ARF - Viamão	ARF/VIA	RS	B
	DRF - Santa Cruz do Sul	ARF - Montenegro	ARF/MON	RS	C
		ARF - Lajeado	ARF/LAJ	RS	A
	DRF - Santa Maria	ARF - Santiago	ARF/STG	RS	C
		ARF - Caçapava do Sul	ARF/CPL	RS	D
		ARF - Alegrete	ARF/ALE	RS	C
		ARF - Cachoeira do Sul	ARF/CSL	RS	C
		ARF - São Gabriel	ARF/SGL	RS	C
	DRF - Santo Ângelo	ARF - São Luiz Gonzaga	ARF/SLG	RS	D
		ARF - Três Passos	ARF/TPS	RS	C
		ARF - Cruz Alta	ARF/CAT	RS	C
		ARF - Frederico Westphalen	ARF/FWN	RS	B
		ARF - Palmeira das Missões	ARF/PME	RS	C
		ARF - Santa Rosa	ARF/SRA	RS	A
		ARF - Ijuí	ARF/IJU	RS	B

ANEXO XI

Agências da Receita Federal do Brasil
COM COMPETÊNCIA COMPLEMENTAR ADUANEIRA

Região Fiscal	Unidade Subordinante	Unidade	UF
1ª RF	ALF - Ponta Porã	ARF - Bela Vista	MS
		ARF - Porto Murtinho	MS
2ª RF	DRF - Santarém	ARF - Óbidos	PA
	ALF - Porto de Manaus	ARF - Itacoatiara	AM
9ª RF	ALF - Dionísio Cerqueira	ARF - São Miguel do Oeste	SC
		ARF - Santo Antônio do Sudoeste	PR
10ª RF	ALF - Uruguaiana	ARF - Barra do Quaraí	RS

ANEXO XII

POSTOS DE ATENDIMENTO da receita federal do brasil

Região Fiscal	Unidade Subordinante	Unidade	Sigla	UF	Função	Qtd
1ª	DRF - Campo Grande	Posto - Paranaíba	Posto/PRA	MS	FG-3	1
	DRF - Cuiabá	Posto - Diamantino	Posto/DTO	MT	FG-3	1
3ª	DRF - Floriano	Posto - Oeiras	Posto/OEI	PI	FG-3	1
	DRF - Fortaleza	Posto - Aracati	Posto/ATI	CE	FG-3	1
	DRF - Juazeiro do Norte	Posto - Crato	Posto/CTO	CE	FG-3	1
	DRF - São Luís	Posto - Codó	Posto/COD	MA	FG-3	1
		Posto - Presidente Dutra	Posto/PDA	MA	FG-3	1
	DRF - Sobral	Posto - Tianguá	Posto/TGA	CE	FG-3	1
	DRF - Teresina	Posto - Campo Maior	Posto/CMR	PI	FG-3	1
5ª	DRF - Aracaju	Posto - Lagarto	Posto/LGO	SE	FG-3	1

ANEXO XIII

Delegacias da Receita Federal do Brasil de Julgamento

Denominação	Sigla	Localidade	UF	Quantidade de Turmas
DRJ - Brasília	DRJ/BSB	Brasília	DF	7
DRJ - Campo Grande	DRJ/CGE	Campo Grande	MS	4
DRJ - Belém	DRJ/BEL	Belém	PA	5
DRJ - Fortaleza	DRJ/FOR	Fortaleza	CE	7
DRJ - Recife	DRJ/REC	Recife	PE	8
DRJ - Salvador	DRJ/SDR	Salvador	BA	7
DRJ - Belo Horizonte	DRJ/BHE	Belo Horizonte	MG	10
DRJ - Juiz de Fora	DRJ/JFA	Juiz de Fora	MG	6
DRJ - Rio de Janeiro	DRJ/RJO	Rio de Janeiro	RJ	21
DRJ - Ribeirão Preto	DRJ/RPO	Ribeirão Preto	SP	10
		Campoinas	SP	5
DRJ - São Paulo	DRJ/SPO	São Paulo	SP	22
DRJ - Curitiba	DRJ/CTA	Curitiba	PR	8
DRJ - Florianópolis	DRJ/FNS	Florianópolis	SC	7
DRJ - Porto Alegre	DRJ/POA	Porto Alegre	RS	8

ANEXO XIV

ESTRUTURA DAS SUPERINTENDENCIAS DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Subunidades das SRRF	Sigla	Cargo/Função	Qtd.
SUPERINTENDÊNCIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DA 1ª REGIÃO FISCAL			
Superintendente		DAS 101.4	1
Superintendente-Adjunto		DAS 101.3	2
Assistente		FG-1	1
Assistente		FG-3	4
Assistente		FG-2	2
Seção de Planejamento, Avaliação e Controle	Sapav	FG-1	1
Seção de Comunicação Institucional	Sacin	FG-1	1
Divisão de Arrecadação e Cobrança	Dirac	FCPE 101.2	1
Divisão de Interação com o Cidadão	Divic	FCPE 101.2	1
Divisão de Tributação	Disit	FCPE 101.2	1
Serviço de Acompanhamento dos Maiores Contribuintes	Semac	FCPE 101.1	1
Divisão de Fiscalização	Difis	FCPE 101.2	1
Serviço de Fiscalização dos Maiores Contribuintes	Sefim	FCPE 101.1	1
Serviço Regional de Programação, Avaliação e Controle da Atividade Fiscal	Sepac	FCPE 101.1	1
Divisão de Administração Aduaneira	Diana	FCPE 101.2	1
Divisão de Vigilância e Repressão ao Contrabando e Descaminho	Direp	FCPE 101.2	1
Seção de Operações de Vigilância e Repressão ao Contrabando e Descaminho	Saope	FG-1	1
Divisão de Programação e Logística	Dipol	FCPE 101.2	1
Serviço de Programação e Logística	Sepol	FCPE 101.1	1
Seção de Licitações	Salic	FG-1	1
Seção de Contratos	Sacon	FG-1	1
Seção de Obras e Serviços de Engenharia	Saeng	FG-1	1
Seção de Finanças e Contabilidade	Saofi	FG-1	1
Núcleo de Contabilidade	Nutab	FG-3	1
Serviço de Mercadorias Apreendidas	Semap	FCPE 101.1	1
Núcleo de Patrimônio	Nupat	FG-3	1
Divisão de Tecnologia e Segurança da Informação	Ditec	FCPE 101.2	1
Serviço de Tecnologia e Segurança da Informação	Setec	FCPE 101.1	1
Seção de Gestão de Serviços	Sages	FG-1	1
Seção de Gestão Regional do Ambiente Informatizado	Sainf	FG-1	1
Seção de Gestão Regional de Segurança da Informação	Saseg	FG-1	1

Seção de Cadastramento Regional	Sacti	FG-1	1
Divisão de Gestão de Pessoas	Digep	FCPE 101.2	1
Serviço de Gestão de Pessoas	Segep	FCPE 101.1	1
Seção de Administração de Pessoas	Saape	FG-1	1
Seção de Pagamento de Pessoal	Sapag	FG-1	1
Seção de Desenvolvimento, Capacitação e Gestão de Desempenho	Sadec	FG-1	1
Núcleo de Valorização e Qualidade de Vida no Trabalho	Nuvaq	FG-3	1
Seção de Legislação de Pessoal	Salep	FG-1	1
Equipe de Arrecadação e Cobrança	EAC	FG-1	2
Equipe de Atendimento ao Contribuinte	EAT	FG-1	1
Equipe de Cadastro	ECD	FG-1	1
Equipe de Tributação	ETR	FG-1	1
Equipe de Programação, Avaliação e Controle da Atividade Fiscal	Eqpac	FG-1	3
Equipe Aduaneira	EAD	FG-1	1
Equipe de Vigilância e Repressão	EVR	FG-1	1
Equipe de Gestão Corporativa	EGC	FG-3	2
Equipe de Gestão Corporativa	EGC	FCPE 101.1	1
SUPERINTENDÊNCIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DA 2ª REGIÃO FISCAL			
Superintendente		DAS 101.4	1
Superintendente-Adjunto		DAS 101.3	2
Assistente Técnico		DAS 102.1	1
Assistente		FG-3	4
Assistente		FG-2	1
Seção de Planejamento, Avaliação e Controle	Sapav	FG-1	1
Seção de Comunicação Institucional	Sacin	FG-1	1
Divisão de Arrecadação e Cobrança	Dirac	FCPE 101.2	1
Divisão de Interação com o Cidadão	Divic	FCPE 101.2	1
Divisão de Tributação	Disit	FCPE 101.2	1
Serviço de Acompanhamento dos Maiores Contribuintes	Semac	FCPE 101.1	1
Divisão de Fiscalização	Difis	FCPE 101.2	1
Serviço de Fiscalização dos Maiores Contribuintes	Sefim	FCPE 101.1	1
Serviço Regional de Programação, Avaliação e Controle da Atividade Fiscal	Sepac	FCPE 101.1	1
Divisão de Administração Aduaneira	Diana	FCPE 101.2	1
Divisão de Vigilância e Repressão ao Contrabando e Descaminho	Direp	FCPE 101.2	1
Seção de Operações de Vigilância e Repressão ao Contrabando e Descaminho	Saope	FG-1	1
Divisão de Programação e Logística	Dipol	FCPE 101.2	1
Serviço de Programação e Logística	Sepol	FCPE 101.1	1
Seção de Licitações	Salic	FG-1	1
Seção de Contratos	Sacon	FG-1	1
Seção de Obras e Serviços de Engenharia	Saeng	FG-1	1
Seção de Finanças e Contabilidade	Saofi	FG-1	1
Núcleo de Contabilidade	Nutab	FG-3	1
Serviço de Mercadorias Apreendidas	Semap	FCPE 101.1	1
Núcleo de Patrimônio	Nupat	FG-3	1
Divisão de Tecnologia e Segurança da Informação	Ditec	FCPE 101.2	1
Serviço de Tecnologia e Segurança da Informação	Setec	FCPE 101.1	1
Seção de Gestão de Serviços	Sages	FG-1	1
Seção de Gestão Regional do Ambiente Informatizado	Sainf	FG-1	1
Seção de Gestão Regional de Segurança da Informação	Saseg	FG-1	1
Seção de Cadastramento Regional	Sacti	FG-1	1
Divisão de Gestão de Pessoas	Digep	FCPE 101.2	1
Serviço de Gestão de Pessoas	Segep	FCPE 101.1	1
Seção de Administração de Pessoas	Saape	FG-1	1
Seção de Pagamento de Pessoal	Sapag	FG-1	1
Seção de Desenvolvimento, Capacitação e Gestão de Desempenho	Sadec	FG-1	1
Núcleo de Valorização e Qualidade de Vida no Trabalho	Nuvaq	FG-3	1
Seção de Legislação de Pessoal	Salep	FG-1	1
Equipe de Arrecadação e Cobrança	EAC	FG-1	1
Equipe de Atendimento ao Contribuinte	EAT	FG-1	1
Equipe de Cadastro	ECD	FG-1	1
Equipe de Programação, Avaliação e Controle da Atividade Fiscal	Eqpac	FG-1	3
Equipe Aduaneira	EAD	FG-1	1
Equipe de Vigilância e Repressão	EVR	FG-1	1
Equipe de Gestão Corporativa	EGC	FG-3	1
SUPERINTENDÊNCIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DA 3ª REGIÃO FISCAL			
Superintendente		DAS 101.4	1
Superintendente-Adjunto		DAS 101.3	2
Assistente		FG-2	1
Assistente		FG-3	4
Seção de Planejamento, Avaliação e Controle	Sapav	FG-1	1
Seção de Comunicação Institucional	Sacin	FG-1	1
Divisão de Arrecadação e Cobrança	Dirac	FCPE 101.2	1
Divisão de Interação com o Cidadão	Divic	FCPE 101.2	1
Divisão de Tributação	Disit	FCPE 101.2	1
Serviço de Acompanhamento dos Maiores Contribuintes	Semac	FCPE 101.1	1
Divisão de Fiscalização	Difis	FCPE 101.2	1
Serviço de Fiscalização dos Maiores Contribuintes	Sefim	FCPE 101.1	1
Serviço Regional de Programação, Avaliação e Controle da Atividade Fiscal	Sepac	FCPE 101.1	1
Divisão de Administração Aduaneira	Diana	FCPE 101.2	1
Divisão de Vigilância e Repressão ao Contrabando e Descaminho	Direp	FCPE 101.2	1
Seção de Operações de Vigilância e Repressão ao Contrabando e Descaminho	Saope	FG-1	1
Divisão de Programação e Logística	Dipol	FCPE 101.2	1
Serviço de Programação e Logística	Sepol	FCPE 101.1	1
Seção de Licitações	Salic	FG-1	1
Seção de Contratos	Sacon	FG-1	1
Seção de Obras e Serviços de Engenharia	Saeng	FG-1	1
Seção de Finanças e Contabilidade	Saofi	FG-1	1
Núcleo de Contabilidade	Nutab	FG-3	1
Serviço de Mercadorias Apreendidas	Semap	FCPE 101.1	1
Núcleo de Patrimônio	Nupat	FG-3	1
Divisão de Tecnologia e Segurança da Informação	Ditec	FCPE 101.2	1
Serviço de Tecnologia e Segurança da Informação	Setec	FCPE 101.1	1
Seção de Gestão de Serviços	Sages	FG-1	1
Seção de Gestão Regional do Ambiente Informatizado	Sainf	FG-1	1
Seção de Gestão Regional de Segurança da Informação	Saseg	FG-1	1
Seção de Cadastramento Regional	Sacti	FG-1	1
Divisão de Gestão de Pessoas	Digep	FCPE 101.2	1
Serviço de Gestão de Pessoas	Segep	FCPE 101.1	1
Seção de Administração de Pessoas	Saape	FG-1	1
Seção de Pagamento de Pessoal	Sapag	FG-1	1
Seção de Desenvolvimento, Capacitação e Gestão de Desempenho	Sadec	FG-1	1
Núcleo de Valorização e Qualidade de Vida no Trabalho	Nuvaq	FG-3	1
Seção de Legislação de Pessoal	Salep	FG-1	1
Equipe de Arrecadação e Cobrança	EAC	FG-3	2
Equipe de Atendimento ao Contribuinte	EAT	FG-3	1
Equipe de Cadastro	ECD	FG-3	1
Equipe de Tributação	ETR	FG-3	1
Equipe de Programação, Avaliação e Controle da Atividade Fiscal	Eqpac	FG-1	3
Equipe Aduaneira	EAD	FG-1	1
Equipe de Vigilância e Repressão	EVR	FG-1	1
Equipe de Gestão Corporativa	EGC	FG-3	1
SUPERINTENDÊNCIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DA 4ª REGIÃO FISCAL			
Superintendente		DAS 101.4	1
Superintendente-Adjunto		DAS 101.3	2
Assistente		FG-2	1
Assistente		FG-3	4
Seção de Planejamento, Avaliação e Controle	Sapav	FG-1	1
Seção de Comunicação Institucional	Sacin	FG-1	1
Divisão de Arrecadação e Cobrança	Dirac	FCPE 101.2	1
Divisão de Interação com o Cidadão	Divic	FCPE 101.2	1
Divisão de Tributação	Disit	FCPE 101.2	1
Serviço de Acompanhamento dos Maiores Contribuintes	Semac	FCPE 101.1	1
Divisão de Fiscalização	Difis	FCPE 101.2	1
Serviço de Fiscalização dos Maiores Contribuintes	Sefim	FCPE 101.1	1
Serviço Regional de Programação, Avaliação e Controle da Atividade Fiscal	Sepac	FCPE 101.1	1
Divisão de Administração Aduaneira	Diana	FCPE 101.2	1
Divisão de Vigilância e Repressão ao Contrabando e Descaminho	Direp	FCPE 101.2	1
Seção de Operações de Vijgilância e Repressão ao Contrabando e Descaminho	Saope	FG-1	1
Divisão de Programação e Logística	Dipol	FCPE 101.2	1
Serviço de Programação e Logística	Sepol	FCPE 101.1	1
Seção de Licitações	Salic	FG-1	1
Seção de Contratos	Sacon	FG-1	1
Seção de Obras e Serviços de Engenharia	Saeng	FG-1	1
Seção de Finanças e Contabilidade	Saofi	FG-1	1
Núcleo de Contabilidade	Nutab	FG-3	1
Serviço de Mercadorias Apreendidas	Semap	FCPE 101.1	1
Núcleo de Patrimônio	Nupat	FG-3	1
Divisão de Tecnologia e Segurança da Informação	Ditec	FCPE 101.2	1
Serviço de Tecnologia e Segurança da Informação	Setec	FCPE 101.1	1
Seção de Gestão de Serviços	Sages	FG-1	1

Seção de Gestão Regional do Ambiente Informatizado	Sainf	FG-1	1
Seção de Gestão Regional de Segurança da Informação	Saseg	FG-1	1
Seção de Cadastramento Regional	Sacti	FG-1	1
Divisão de Gestão de Pessoas	Digep	FCPE 101.2	1
Serviço de Gestão de Pessoas	Segep	FCPE 101.1	1
Seção de Administração de Pessoas	Saape	FG-1	1
Seção de Pagamento de Pessoal	Sapag	FG-1	1
Seção de Desenvolvimento, Capacitação e Gestão de Desempenho	Sadec	FG-1	1
Núcleo de Valorização e Qualidade de Vida no Trabalho	Nuvaq	FG-3	1
Seção de Legislação de Pessoal	Salep	FG-1	1
Equipe de Arrecadação e Cobrança	EAC	FG-1	1
Equipe de Arrecadação e Cobrança	EAC	FG-3	1
Equipe de Atendimento ao Contribuinte	EAT	FG-1	1
Equipe de Cadastro	ECD	FG-1	1
Equipe de Tributação	ETR	FG-1	1
Equipe de Programação, Avaliação e Controle da Atividade Fiscal	Eqpac	FG-1	3
Equipe Aduaneira	EAD	FG-1	1
Equipe de Vigilância e Repressão	EVR	FG-1	1
Equipe de Gestão Corporativa	EGC	FG-3	2
SUPERINTENDÊNCIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DA 5ª REGIÃO FISCAL			
Superintendente		DAS 101.4	1
Superintendente-Adjunto		DAS 101.3	2
Assistente Técnico		DAS 102.1	1
Assistente		FG-2	1
Assistente		FG-3	5
Seção de Planejamento, Avaliação e Controle	Sapav	FG-1	1
Seção de Comunicação Institucional	Sacin	FG-1	1
Divisão de Arrecadação e Cobrança	Dirac	FCPE 101.2	1
Divisão de Interação com o Cidadão	Divic	FCPE 101.2	1
Divisão de Tributação	Disit	FCPE 101.2	1
Serviço de Acompanhamento dos Maiores Contribuintes	Semac	FCPE 101.1	1
Divisão de Fiscalização	Difis	FCPE 101.2	1
Serviço de Fiscalização dos Maiores Contribuintes	Sefim	FCPE 101.1	1
Serviço Regional de Programação, Avaliação e Controle da Atividade Fiscal	Sepac	FCPE 101.1	1
Divisão de Administração Aduaneira	Diana	FCPE 101.2	1
Divisão de Vigilância e Repressão ao Contrabando e Descaminho	Direp	FCPE 101.2	1
Seção de Operações de Vigilância e Repressão ao Contrabando e Descaminho	Saope	FG-1	1
Divisão de Programação e Logística	Dipol	FCPE 101.2	1
Serviço de Programação e Logística	Sepol	FCPE 101.1	1
Seção de Licitações	Salic	FG-1	1
Seção de Contratos	Sacon	FG-1	1
Seção de Obras e Serviços de Engenharia	Saeng	FG-1	1
Seção de Finanças e Contabilidade	Saofi	FG-1	1
Núcleo de Contabilidade	Nutab	FG-3	1
Serviço de Mercadorias Apreendidas	Semap	FCPE 101.1	1
Núcleo de Patrimônio	Nupat	FG-3	1
Divisão de Tecnologia e Segurança da Informação	Ditec	FCPE 101.2	1
Serviço de Tecnologia e Segurança da Informação	Setec	FCPE 101.1	1
Seção de Gestão de Serviços	Sages	FG-1	1
Seção de Gestão Regional do Ambiente Informatizado	Sainf	FG-1	1
Seção de Gestão Regional de Segurança da Informação	Saseg	FG-1	1
Seção de Cadastramento Regional	Sacti	FG-1	1
Divisão de Gestão de Pessoas	Digep	FCPE 101.2	1
Serviço de Gestão de Pessoas	Segep	FCPE 101.1	1
Seção de Administração de Pessoas	Saape	FG-1	1
Seção de Pagamento de Pessoal	Sapag	FG-1	1
Seção de Desenvolvimento, Capacitação e Gestão de Desempenho	Sadec	FG-1	1
Núcleo de Valorização e Qualidade de Vida no Trabalho	Nuvaq	FG-3	1
Seção de Legislação de Pessoal	Salep	FG-1	1
Equipe de Arrecadação e Cobrança	EAC	FG-3	1
Equipe de Arrecadação e Cobrança	EAC	FG-1	1
Equipe de Atendimento ao Contribuinte	EAT	FG-1	1
Equipe de Cadastro	ECD	FG-1	1
Equipe de Tributação	ETR	FG-1	1
Equipe de Programação, Avaliação e Controle da Atividade Fiscal	Eqpac	FG-1	3
Equipe Aduaneira	EAD	FG-1	1
Equipe de Vigilância e Repressão	EVR	FG-1	1
Equipe de Gestão Corporativa	EGC	FG-3	1
SUPERINTENDÊNCIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DA 6ª REGIÃO FISCAL			
Superintendente		DAS 101.4	1
Superintendente-Adjunto		DAS 101.3	2
Assistente		FG-3	4
Assistente		FG-2	1
Assistente Técnico		DAS 102.1	1
Seção de Planejamento, Avaliação e Controle	Sapav	FG-1	1
Seção de Comunicação Institucional	Sacin	FG-1	1
Divisão de Arrecadação e Cobrança	Dirac	FCPE 101.2	1
Divisão de Interação com o Cidadão	Divic	FCPE 101.2	1
Divisão de Tributação	Disit	FCPE 101.2	1
Serviço de Acompanhamento dos Maiores Contribuintes	Semac	FCPE 101.1	1
Divisão de Fiscalização	Difis	FCPE 101.2	1
Serviço de Fiscalização dos Maiores Contribuintes	Sefim	FCPE 101.1	1
Serviço Regional de Programação, Avaliação e Controle da Atividade Fiscal	Sepac	FCPE 101.1	1
Divisão de Administração Aduaneira	Diana	FCPE 101.2	1
Divisão de Vigilância e Repressão ao Contrabando e Descaminho	Direp	FCPE 101.2	1
Seção de Operações de Vigilância e Repressão ao Contrabando e Descaminho	Saope	FG-1	1
Divisão de Programação e Logística	Dipol	FCPE 101.2	1
Serviço de Programação e Logística	Sepol	FCPE 101.1	1
Seção de Licitações	Salic	FG-1	1
Seção de Contratos	Sacon	FG-1	1
Seção de Obras e Serviços de Engenharia	Saeng	FG-1	1
Seção de Finanças e Contabilidade	Saofi	FG-1	1
Núcleo de Contabilidade	Nutab	FG-3	1
Serviço de Mercadorias Apreendidas	Semap	FCPE 101.1	1
Núcleo de Patrimônio	Nupat	FG-3	1
Divisão de Tecnologia e Segurança da Informação	Ditec	FCPE 101.2	1
Serviço de Tecnologia e Segurança da Informação	Setec	FCPE 101.1	1
Seção de Gestão de Serviços	Sages	FG-1	1
Seção de Gestão Regional do Ambiente Informatizado	Sainf	FG-1	1
Seção de Gestão Regional de Segurança da Informação	Saseg	FG-1	1
Seção de Cadastramento Regional	Sacti	FG-1	1
Divisão de Gestão de Pessoas	Digep	FCPE 101.2	1
Serviço de Gestão de Pessoas	Segep	FCPE 101.1	1
Seção de Administração de Pessoas	Saape	FG-1	1
Seção de Pagamento de Pessoal	Sapag	FG-1	1
Seção de Desenvolvimento, Capacitação e Gestão de Desempenho	Sadec	FG-1	1
Núcleo de Valorização e Qualidade de Vida no Trabalho	Nuvaq	FG-3	1
Seção de Legislação de Pessoal	Salep	FG-1	1
Equipe de Arrecadação e Cobrança	EAC	FG-1	1
Equipe de Atendimento ao Contribuinte	EAT	FG-1	1
Equipe de Tributação	ETR	FG-1	1
Equipe de Programação, Avaliação e Controle da Atividade Fiscal	Eqpac	FG-1	3
Equipe Aduaneira	EAD	FG-1	1
Equipe de Vigilância e Repressão	EVR	FG-1	1
Equipe de Gestão Corporativa	EGC	FG-3	2
SUPERINTENDÊNCIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DA 7ª REGIÃO FISCAL			
Superintendente		DAS 101.4	1
Superintendente-Adjunto		DAS 101.3	2
Assistente		FG-3	4
Assistente		FG-2	1
Assistente Técnico		DAS 102.1	1
Divisão de Planejamento, Avaliação e Controle	Dipav	FCPE 101.2	1
Seção de Comunicação Institucional	Sacin	FG-1	1
Divisão de Arrecadação e Cobrança	Dirac	FCPE 101.2	1
Divisão de Interação com o Cidadão	Divic	FCPE 101.2	1
Divisão de Tributação	Disit	FCPE 101.2	1
Divisão de Acompanhamento dos Maiores Contribuintes	Dimac	FCPE 101.2	1
Divisão de Fiscalização	Difis	FCPE 101.2	1
Serviço Regional de Programação, Avaliação e Controle da Atividade Fiscal	Sepac	FCPE 101.1	1
Divisão de Administração Aduaneira	Diana	FCPE 101.2	1
Divisão de Vigilância e Repressão ao Contrabando e Descaminho	Direp	FCPE 101.2	1
Seção de Operações de Vigilância e Repressão ao Contrabando e Descaminho	Saope	FG-1	1
Divisão de Programação e Logística	Dipol	FCPE 101.2	1
Serviço de Programação e Logística	Sepol	FCPE 101.1	1
Seção de Licitações	Salic	FG-1	1
Seção de Contratos	Sacon	FG-1	1
Seção de Obras e Serviços de Engenharia	Saeng	FG-1	1
Seção de Finanças e Contabilidade	Saofi	FG-1	1
Núcleo de Contabilidade	Nutab	FG-3	1
Serviço de Mercadorias Apreendidas	Semap	FCPE 101.1	1

Núcleo de Patrimônio	Nupat	FG-3	1
Divisão de Tecnologia e Segurança da Informação	Ditec	FCPE 101.2	1
Serviço de Tecnologia e Segurança da Informação	Setec	FCPE 101.1	1
Seção de Gestão de Serviços	Sages	FG-1	1
Seção de Gestão Regional do Ambiente Informatizado	Sainf	FG-1	1
Seção de Gestão Regional de Segurança da Informação	Saseg	FG-1	1
Seção de Cadastramento Regional	Sacti	FG-1	1
Divisão de Gestão de Pessoas	Digep	FCPE 101.2	1
Serviço de Gestão de Pessoas	Segep	FCPE 101.1	1
Seção de Administração de Pessoas	Saape	FG-1	1
Seção de Pagamento de Pessoal	Sapag	FG-1	1
Seção de Desenvolvimento, Capacitação e Gestão de Desempenho	Sadec	FG-1	1
Núcleo de Valorização e Qualidade de Vida no Trabalho	Nuvaq	FG-3	1
Seção de Legislação de Pessoal	Salep	FG-1	1
Equipe de Arrecadação e Cobrança	EAC	FG-1	1
Equipe de Atendimento ao Contribuinte	EAT	FG-1	1
Equipe de Cadastro	ECD	FG-1	1
Equipe de Tributação	ETR	FG-1	1
Equipe de Programação, Avaliação e Controle da Atividade Fiscal	Eqpac	FG-1	3
Equipe Aduaneira	EAD	FG-1	1
Equipe de Vigilância e Repressão	EVR	FG-1	1
Equipe de Gestão Corporativa	EGC	FG-3	2
SUPERINTENDÊNCIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DA 8ª REGIÃO FISCAL			
Superintendente		DAS 101.4	1
Superintendente-Adjunto		DAS 101.3	3
Assistente		FG-2	2
Assistente Técnico		DAS 102.1	3
Assistente		FG-3	2
Divisão de Planejamento, Avaliação e Controle	Dipav	FCPE 101.2	1
Serviço de Gestão de Projetos	Sproj	FCPE 101.1	1
Seção de Comunicação Institucional	Sacin	FG-1	1
Divisão de Arrecadação e Cobrança	Dirac	FCPE 101.2	1
Divisão de Interação com o Cidadão	Divic	FCPE 101.2	1
Divisão de Tributação	Disit	FCPE 101.2	1
Divisão de Acompanhamento dos Maiores Contribuintes	Dimac	FCPE 101.2	1
Divisão de Fiscalização	Difis	FCPE 101.2	1
Serviço Regional de Programação, Avaliação e Controle da Atividade Fiscal	Sepac	FCPE 101.1	1
Divisão de Administração Aduaneira	Diana	FCPE 101.2	1
Divisão de Vigilância e Repressão ao Contrabando e Descaminho	Direp	FCPE 101.2	1
Seção de Operações de Vigilância e Repressão ao Contrabando e Descaminho	Saope	FG-1	1
Divisão de Programação e Logística	Dipol	FCPE 101.2	1
Serviço de Programação e Logística	Sepol	FCPE 101.1	1
Seção de Licitações	Salic	FG-1	1
Seção de Contratos	Sacon	FG-1	1
Seção de Obras e Serviços de Engenharia	Saeng	FG-1	1
Seção de Finanças e Contabilidade	Saofi	FG-1	1
Núcleo de Contabilidade	Nutab	FG-3	1
Serviço de Mercadorias Apreendidas	Semap	FCPE 101.1	1
Núcleo de Patrimônio	Nupat	FG-3	1
Divisão de Tecnologia e Segurança da Informação	Ditec	FCPE 101.2	1
Serviço de Tecnologia e Segurança da Informação	Setec	FCPE 101.1	1
Seção de Gestão de Serviços	Sages	FG-1	1
Seção de Gestão Regional do Ambiente Informatizado	Sainf	FG-1	1
Seção de Gestão Regional de Segurança da Informação	Saseg	FG-1	1
Seção de Cadastramento Regional	Sacti	FG-1	1
Divisão de Gestão de Pessoas	Digep	FCPE 101.2	1
Serviço de Gestão de Pessoas	Segep	FCPE 101.1	1
Seção de Administração de Pessoas	Saape	FG-1	1
Seção de Pagamento de Pessoal	Sapag	FG-1	1
Seção de Desenvolvimento, Capacitação e Gestão de Desempenho	Sadec	FG-1	1
Núcleo de Valorização e Qualidade de Vida no Trabalho	Nuvaq	FG-3	1
Seção de Legislação de Pessoal	Salep	FG-1	1
Equipe de Arrecadação e Cobrança	EAC	FCPE 101.1	2
Equipe de Atendimento ao Contribuinte	EAT	FCPE 101.1	1
Equipe de Cadastro	ECD	FCPE 101.1	1
Equipe de Tributação	ETR	FG-1	3
Equipe de Tributação	ETR	FCPE 101.1	1
Equipe de Programação, Avaliação e Controle da Atividade Fiscal	Eqpac	FG-1	3
Equipe Aduaneira	EAD	FG-1	1
Equipe Aduaneira	EAD	FCPE 101.1	1
Equipe de Vigilância e Repressão	EVR	FG-1	1
Equipe de Gestão Corporativa	EGC	FG-3	4
SUPERINTENDÊNCIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DA 9ª REGIÃO FISCAL			
Superintendente		DAS 101.4	1
Superintendente-Adjunto		DAS 101.3	2
Assistente		FG-3	4
Assistente Técnico		DAS 102.1	1
Assistente		FG-2	1
Seção de Planejamento, Avaliação e Controle	Sapav	FG-1	1
Seção de Comunicação Institucional	Sacin	FG-1	1
Divisão de Arrecadação e Cobrança	Dirac	FCPE 101.2	1
Divisão de Interação com o Cidadão	Divic	FCPE 101.2	1
Divisão de Tributação	Disit	FCPE 101.2	1
Serviço de Acompanhamento dos Maiores Contribuintes	Semac	FCPE 101.1	1
Divisão de Fiscalização	Difis	FCPE 101.2	1
Serviço de Fiscalização dos Maiores Contribuintes	Sefim	FCPE 101.1	1
Serviço Regional de Programação, Avaliação e Controle da Atividade Fiscal	Sepac	FCPE 101.1	1
Divisão de Administração Aduaneira	Diana	FCPE 101.2	1
Divisão de Vigilância e Repressão ao Contrabando e Descaminho	Direp	FCPE 101.2	1
Seção de Operações de Vigilância e Repressão ao Contrabando e Descaminho	Saope	FG-1	1
Divisão de Programação e Logística	Dipol	FCPE 101.2	1
Serviço de Programação e Logística	Sepol	FCPE 101.1	1
Seção de Licitações	Salic	FG-1	1
Seção de Contratos	Sacon	FG-1	1
Seção de Obras e Serviços de Engenharia	Saeng	FG-1	1
Seção de Finanças e Contabilidade	Saofi	FG-1	1
Núcleo de Contabilidade	Nutab	FG-3	1
Serviço de Mercadorias Apreendidas	Semap	FCPE 101.1	1
Núcleo de Patrimônio	Nupat	FG-3	1
Divisão de Tecnologia e Segurança da Informação	Ditec	FCPE 101.2	1
Serviço de Tecnologia e Segurança da Informação	Setec	FCPE 101.1	1
Seção de Gestão de Serviços	Sages	FG-1	1
Seção de Gestão Regional do Ambiente Informatizado	Sainf	FG-1	1
Seção de Gestão Regional de Segurança da Informação	Saseg	FG-1	1
Seção de Cadastramento Regional	Sacti	FG-1	1
Divisão de Gestão de Pessoas	Digep	FCPE 101.2	1
Serviço de Gestão de Pessoas	Segep	FCPE 101.1	1
Seção de Administração de Pessoas	Saape	FG-1	1
Seção de Pagamento de Pessoal	Sapag	FG-1	1
Seção de Desenvolvimento, Capacitação e Gestão de Desempenho	Sadec	FG-1	1
Núcleo de Valorização e Qualidade de Vida no Trabalho	Nuvaq	FG-3	1
Seção de Legislação de Pessoal	Salep	FG-1	1
Equipe de Arrecadação e Cobrança	EAC	FG-1	2
Equipe de Atendimento ao Contribuinte	EAT	FG-1	1
Equipe de Cadastro	ECD	FG-1	1
Equipe de Tributação	ETR	FG-1	1
Equipe de Programação, Avaliação e Controle da Atividade Fiscal	Eqpac	FG-1	3
Equipe Aduaneira	EAD	FG-1	1
Equipe de Vigilância e Repressão	EVR	FG-1	1
Equipe de Gestão Corporativa	EGC	FG-3	2
SUPERINTENDÊNCIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DA 10ª REGIÃO FISCAL			
Superintendente		DAS 101.4	1
Superintendente-Adjunto		DAS 101.3	2
Assistente		FG-2	1
Assistente		FG-3	4
Seção de Planejamento, Avaliação e Controle	Sapav	FG-1	1
Seção de Comunicação Institucional	Sacin	FG-1	1
Divisão de Arrecadação e Cobrança	Dirac	FCPE 101.2	1
Divisão de Interação com o Cidadão	Divic	FCPE 101.2	1
Divisão de Tributação	Disit	FCPE 101.2	1
Serviço de Acompanhamento dos Maiores Contribuintes	Semac	FCPE 101.1	1
Divisão de Fiscalização	Difis	FCPE 101.2	1
Serviço de Fiscalização dos Maiores Contribuintes	Sefim	FCPE 101.1	1
Serviço Regional de Programação, Avaliação e Controle da Atividade Fiscal	Sepac	FCPE 101.1	1
Divisão de Administração Aduaneira	Diana	FCPE 101.2	1
Divisão de Vigilância e Repressão ao Contrabando e Descaminho	Direp	FCPE 101.2	1
Seção de Operações de Vigilância e Repressão ao Contrabando e Descaminho	Saope	FG-1	1
Divisão de Programação e Logística	Dipol	FCPE 101.2	1
Serviço de Programação e Logística	Sepol	FCPE 101.1	1
Seção de Licitações	Salic	FG-1	1

Seção de Contratos	Sacon	FG-1	1
Seção de Obras e Serviços de Engenharia	Saeng	FG-1	1
Seção de Finanças e Contabilidade	Saofi	FG-1	1
Núcleo de Contabilidade	Nutab	FG-3	1
Serviço de Mercadorias Apreendidas	Semap	FCPE 101.1	1
Núcleo de Patrimônio	Nupat	FG-3	1
Divisão de Tecnologia e Segurança da Informação	Ditec	FCPE 101.2	1
Serviço de Tecnologia e Segurança da Informação	Setec	FCPE 101.1	1
Seção de Gestão de Serviços	Sages	FG-1	1
Seção de Gestão Regional do Ambiente Informatizado	Sainf	FG-1	1
Seção de Gestão Regional de Segurança da Informação	Saseg	FG-1	1
Seção de Cadastramento Regional	Sacti	FG-1	1
Divisão de Gestão de Pessoas	Digep	FCPE 101.2	1
Serviço de Gestão de Pessoas	Segep	FCPE 101.1	1
Seção de Administração de Pessoas	Saape	FG-1	1
Seção de Pagamento de Pessoal	Sapag	FG-1	1
Seção de Desenvolvimento, Capacitação e Gestão de Desempenho	Sadec	FG-1	1
Núcleo de Valorização e Qualidade de Vida no Trabalho	Nuvaq	FG-3	1
Seção de Legislação de Pessoal	Salep	FG-1	1
Equipe de Arrecadação e Cobrança	EAC	FG-1	2
Equipe de Atendimento ao Contribuinte	EAT	FG-1	1
Equipe de Cadastro	ECD	FG-1	1
Equipe de Tributação	ETR	FG-1	1
Equipe de Programação, Avaliação e Controle da Atividade Fiscal	Eqpac	FG-1	3
Equipe Aduaneira	EAD	FG-1	1
Equipe de Vigilância e Repressão	EVR	FG-1	1
Equipe de Gestão Corporativa	EGC	FG-3	2

ANEXO XV

ESTRUTURA DAS DELEGACIAS ESPECIAIS da receita federal do brasil

Região Fiscal	Unidade	Subunidade	Sigla	Cargo/ Função	Qtd.
6ª	Demac - Belo Horizonte	Delegado		DAS 101.3	1
		Delegado Adjunto		FCPE 101.1	1
		Assistente		FG-1	1
		Divisão de Fiscalização	Difis	FCPE 101.2	1
		Divisão de Programação, Avaliação e Controle da Atividade Fiscal	Dipac	FCPE 101.2	1
		Equipe de Fiscalização	EFI	FCPE 101.1	3
		Equipe de Fiscalização	EFI	FG-1	2
		Equipe de Gestão Corporativa	EGC	FG-1	1
7ª	Decex - Rio de Janeiro	Delegado		DAS 101.3	1
		Delegado Adjunto		FCPE 101.1	1
		Seção de Assessoramento Técnico Aduaneiro	Saata	FG-1	1
		Serviço de Controle Aduaneiro Pós Despacho	Secap	FCPE 101.1	2
		Seção de Gestão de Riscos Aduaneiros	Sarad	FG-1	1
		Equipe Aduaneira	EAD	FG-2	2
		Equipe Aduaneira	EAD	FG-1	2
		Equipe de Vigilância e Repressão	EVR	FG-2	2
		Equipe de Gestão Corporativa	EGC	FG-2	1
	Demac - Rio de Janeiro	Delegado		DAS 101.3	1
		Delegado Adjunto		FCPE 101.2	1
		Assistente		FG-3	5
		Assistente		FG-1	1
		Divisão de Orientação e Análise Tributária	Diort	FCPE 101.2	1
		Divisão de Controle e Acompanhamento Tributário	Dicat	FCPE 101.2	1
		Serviço de Acompanhamento dos Maiores Contribuintes	Semac	FCPE 101.1	1
		Divisão de Fiscalização	Difis	FCPE 101.2	1
		Divisão de Programação, Avaliação e Controle da Atividade Fiscal	Dipac	FCPE 101.2	1
		Centro de Atendimento ao Contribuinte	CAC	FCPE 101.1	1
		Equipe de Arrecadação e Cobrança	EAC	FCPE 101.1	4
		Equipe de Arrecadação e Cobrança	EAC	FG-1	4
		Equipe de Fiscalização	EFI	FCPE 101.1	7
		Equipe de Logística	ELG	FG-1	1
		Equipe de Tecnologia e Segurança da Informação	ETI	FG-1	1
		Equipe de Gestão de Pessoas	EGP	FG-1	1
8ª	Defis - São Paulo	Delegado		DAS 101.3	1
		Delegado Adjunto		FCPE 101.2	1
		Assistente		FG-1	1
		Assistente Técnico		DAS 102.1	1
		Seção de Programação, Avaliação e Controle da Atividade Fiscal	Sapac	FG-1	1
		Divisão de Fiscalização	Difis	FCPE 101.2	2
		Serviço de Programação e Logística	Sepol	FCPE 101.1	1
		Serviço de Tecnologia e Segurança da Informação	Setec	FCPE 101.1	1
		Serviço de Gestão de Pessoas	Segep	FCPE 101.1	1
		Equipe de Fiscalização	EFI	FG-1	7
		Equipe de Fiscalização	EFI	FCPE 101.1	7
	Deinf - São Paulo	Delegado		DAS 101.3	1
		Delegado Adjunto		FCPE 101.2	1
		Assistente		FG-1	2
		Divisão de Orientação e Análise Tributária	Diort	FCPE 101.2	1
		Divisão de Controle e Acompanhamento Tributário	Dicat	FCPE 101.2	1
		Serviço de Controle da Rede Arrecadadora	Searf	FCPE 101.1	1
		Serviço de Acompanhamento dos Maiores Contribuintes	Semac	FCPE 101.1	1
		Divisão de Fiscalização	Difis	FCPE 101.2	2
		Serviço de Programação, Avaliação e Controle da Atividade Fiscal	Sepac	FCPE 101.1	1
		Centro de Atendimento ao Contribuinte	CAC	FCPE 101.1	1
		Equipe de Arrecadação e Cobrança	EAC	FG-1	5
		Equipe de Atendimento ao Contribuinte	EAT	FG-1	2
		Equipe de Fiscalização	EFI	FCPE 101.1	4
		Equipe de Fiscalização	EFI	FG-1	2
		Equipe de Logística	ELG	FG-3	1
		Equipe de Tecnologia e Segurança da Informação	ETI	FG-3	1
		Equipe de Gestão de Pessoas	EGP	FG-3	1
	Delex - São Paulo	Delegado		DAS 101.3	1
		Delegado Adjunto		FCPE 101.2	1
		Assistente Técnico		DAS 102.1	1
		Assistente		FG-1	1
		Divisão de Fiscalização	Difis	FCPE 101.2	2
		Seção de Programação, Avaliação e Controle da Atividade Fiscal	Sapac	FG-1	1
		Seção de Gestão de Riscos Aduaneiros	Sarad	FG-1	1
		Equipe de Fiscalização	EFI	FCPE 101.1	6
		Equipe de Fiscalização	EFI	FG-1	8
		Equipe de Gestão de Operadores Econômicos Autorizados	EqOEA	FG-1	1
		Equipe de Logística	ELG	FG-3	1
		Equipe de Tecnologia e Segurança da Informação	ETI	FG-3	1

	Equipe de Gestão de Pessoas	EGP	FG-3	1
Demac - São Paulo	Delegado		DAS 101.3	1
	Delegado Adjunto		FCPE 101.2	1
	Assistente		FG-1	1
	Assistente Técnico		DAS 102.1	1
	Divisão de Fiscalização	Difis	FCPE 101.2	2
	Divisão de Programação, Avaliação e Controle da Atividade Fiscal	Dipac	FCPE 101.2	1
	Equipe de Fiscalização	EFI	FG-1	4
	Equipe de Fiscalização	EFI	FCPE 101.1	4
	Equipe de Logística	ELG	FG-1	1
	Equipe de Tecnologia e Segurança da Informação	ETI	FG-1	1
	Equipe de Gestão de Pessoas	EGP	FG-1	1
Derat - São Paulo	Delegado		DAS 101.3	1
	Delegado Adjunto		FCPE 101.2	2
	Assistente Técnico		DAS 102.1	1
	Assistente		FG-1	2
	Assistente		FG-3	4
	Divisão de Orientação e Análise Tributária	Diort	FCPE 101.2	1
	Divisão de Controle e Acompanhamento Tributário	Dicat	FCPE 101.2	1
	Divisão de Interação com o Cidadão	Divic	FCPE 101.2	1
	Serviço de Acompanhamento dos Maiores Contribuintes	Semac	FCPE 101.1	1
	Serviço de Programação e Logística	Sepol	FCPE 101.1	1
	Serviço de Tecnologia e Segurança da Informação	Setec	FCPE 101.1	1
	Serviço de Gestão de Pessoas	Segep	FCPE 101.1	1
	CAC/Derat-5	CAC	FCPE 101.1	1
	CAC/Derat-1	CAC	FCPE 101.1	1
	CAC/Derat-2	CAC	FCPE 101.1	1
	CAC/Derat-4	CAC	FCPE 101.1	1
	CAC/Derat-3	CAC	FCPE 101.1	1
	Equipe de Arrecadação e Cobrança	EAC	FCPE 101.1	5
	Equipe de Arrecadação e Cobrança	EAC	FG-1	13
	Equipe de Atendimento ao Contribuinte	EAT	FCPE 101.1	2
	Equipe de Atendimento ao Contribuinte	EAT	FG-1	18
	Equipe de Logística	ELG	FG-3	3
	Equipe de Logística	ELG	FG-1	1
	Equipe de Tecnologia e Segurança da Informação	ETI	FG-3	3
	Equipe de Tecnologia e Segurança da Informação	ETI	FG-1	1
	Equipe de Gestão de Pessoas	EGP	FG-1	1
	Equipe de Gestão de Pessoas	EGP	FG-3	3
Derpf - São Paulo	Delegado		DAS 101.3	1
	Delegado Adjunto		FCPE 101.2	1
	Assistente		FG-3	1
	Assistente		FG-1	2
	Seção de Programação, Avaliação e Controle da Atividade Fiscal	Sapac	FG-1	1
	Divisão de Controle e Acompanhamento Tributário	Dicat	FCPE 101.2	1
	Divisão de Fiscalização	Difis	FCPE 101.2	2
	CAC/Derpf-3	CAC	FCPE 101.1	1
	CAC/Derpf-1	CAC	FCPE 101.1	1
	CAC/Derpf-4	CAC	FCPE 101.1	1
	CAC/Derpf-5	CAC	FCPE 101.1	1
	CAC/Derpf-2	CAC	FCPE 101.1	1
	Equipe de Arrecadação e Cobrança	EAC	FCPE 101.1	2
	Equipe de Arrecadação e Cobrança	EAC	FG-1	6
	Equipe de Atendimento ao Contribuinte	EAT	FG-1	10
	Equipe de Atendimento ao Contribuinte	EAT	FCPE 101.1	1
	Equipe de Fiscalização	EFI	FG-1	7
	Equipe de Fiscalização	EFI	FCPE 101.1	1
	Equipe de Logística	ELG	FG-3	1
	Equipe de Tecnologia e Segurança da Informação	ETI	FG-3	1
	Equipe de Gestão de Pessoas	EGP	FG-3	1

ANEXO XVI

ESTRUTURA DAS DELEGACIAS da receita federal do brasil

Região Fiscal	Unidade	Subunidade	Sigla	Cargo/ Função	Qtd.
1ª	DRF - Anápolis	Delegado		DAS 101.2	1
		Delegado Adjunto		FG-1	1
		Seção de Orientação e Análise Tributária	Saort	FG-1	1
		Seção de Controle e Acompanhamento Tributário	Sacat	FG-1	1
		Seção de Fiscalização	Safis	FG-1	1
		Seção de Administração Aduaneira	Saana	FG-1	1
		Seção de Gestão Corporativa	Sacor	FG-1	1
		Centro de Atendimento ao Contribuinte	CAC	FG-1	1
		Equipe de Atendimento ao Contribuinte	EAT	FG-3	2
		Equipe de Fiscalização	EFI	FG-3	2
	DRF - Brasília	Delegado		DAS 101.3	1
		Delegado Adjunto		FCPE 101.2	1
		Assistente Técnico		DAS 102.1	1
		Divisão de Orientação e Análise Tributária	Diort	FCPE 101.2	1
		Divisão de Controle e Acompanhamento Tributário	Dicat	FCPE 101.2	1
		Serviço de Controle da Rede Arrecadadora	Searf	FCPE 101.1	1
		Divisão de Fiscalização	Difis	FCPE 101.2	1
		CAC - Brasília Grandes Contribuintes	CAC	FCPE 101.1	1
		CAC - Brasília	CAC	FCPE 101.1	1
		Equipe de Arrecadação e Cobrança	EAC	FG-1	12
		Equipe de Atendimento ao Contribuinte	EAT	FG-1	10
		Equipe de Fiscalização	EFI	FCPE 101.1	8
		Equipe de Fiscalização	EFI	FG-1	2
		Equipe de Informação Fiscal	EIF	FG-1	1
		Equipe de Logística	ELG	FG-3	1
		Equipe de Tecnologia e Segurança da Informação	ETI	FG-3	1
		Equipe de Gestão de Pessoas	EGP	FG-3	1
	DRF - Campo Grande	Delegado		DAS 101.2	1
		Delegado Adjunto		FCPE 101.1	1
		Assistente		FG-2	1
		Seção de Orientação e Análise Tributária	Saort	FG-1	1
		Seção de Controle e Acompanhamento Tributário	Sacat	FG-1	1
		Seção de Fiscalização	Safis	FG-1	1
		Seção de Administração Aduaneira	Saana	FG-1	1
		Seção de Vigilância e Repressão ao Contrabando e Descaminho	Sarep	FG-1	1
		Seção de Gestão Corporativa	Sacor	FG-1	1
		Núcleo de Programação e Logística	Nupol	FG-3	1

		Núcleo de Tecnologia e Segurança da Informação	Nutec	FG-3	1
		Núcleo de Gestão de Pessoas	Nugep	FG-3	1
		Centro de Atendimento ao Contribuinte	CAC	FG-1	1
		Equipe de Arrecadação e Cobrança	EAC	FG-2	2
		Equipe de Atendimento ao Contribuinte	EAT	FG-2	2
		Equipe de Fiscalização	EFI	FG-2	3
		Equipe de Vigilância e Repressão	EVR	FG-3	1
		Equipe de Gestão Corporativa	EGC	FG-3	1
		Equipe de Gestão de Mercadorias Apreendidas	EMA	FG-3	1
		Equipe de Pagamento	EPG	FG-3	1
	DRF - Cuiabá	Delegado		DAS 101.3	1
		Delegado Adjunto		FCPE 101.2	1
		Assistente		FG-2	1
		Serviço de Orientação e Análise Tributária	Seort	FCPE 101.1	1
		Serviço de Controle e Acompanhamento Tributário	Secat	FCPE 101.1	1
		Serviço de Fiscalização	Sefis	FCPE 101.1	1
		Seção de Administração Aduaneira	Saana	FG-1	1
		Seção de Vigilância e Repressão ao Contrabando e Descaminho	Sarep	FG-1	1
		Serviço de Programação e Logística	Sepol	FCPE 101.1	1
		Serviço de Tecnologia e Segurança da Informação	Setec	FCPE 101.1	1
		Serviço de Gestão de Pessoas	Segep	FCPE 101.1	1
		Centro de Atendimento ao Contribuinte	CAC	FCPE 101.1	1
		Equipe de Arrecadação e Cobrança	EAC	FG-1	6
		Equipe de Atendimento ao Contribuinte	EAT	FG-2	2
		Equipe de Fiscalização	EFI	FG-1	3
		Equipe de Informação Fiscal	EIF	FG-1	1
	DRF - Dourados	Delegado		DAS 101.2	1
		Delegado Adjunto		FG-1	1
		Seção de Arrecadação e Cobrança	Sarac	FG-1	1
		Seção de Fiscalização	Safis	FG-1	1
		Setor de Administração Aduaneira	Soana	FG-2	1
		Seção de Gestão Corporativa	Sacor	FG-1	1
		Centro de Atendimento ao Contribuinte	CAC	FG-1	1
		Equipe de Arrecadação e Cobrança	EAC	FG-3	2
		Equipe de Atendimento ao Contribuinte	EAT	FG-3	2
		Equipe de Fiscalização	EFI	FG-3	2
		Equipe Aduaneira	EAD	FG-3	1
	DRF - Goiânia	Delegado		DAS 101.3	1
		Delegado Adjunto		FCPE 101.2	1
		Assistente		FG-1	1
		Serviço de Orientação e Análise Tributária	Seort	FCPE 101.1	1
		Serviço de Controle e Acompanhamento Tributário	Secat	FCPE 101.1	1
		Serviço de Fiscalização	Sefis	FCPE 101.1	1
		Seção de Administração Aduaneira	Saana	FG-1	1
		Seção de Vigilância e Repressão ao Contrabando e Descaminho	Sarep	FG-1	1
		Serviço de Programação e Logística	Sepol	FCPE 101.1	1
		Serviço de Tecnologia e Segurança da Informação	Setec	FCPE 101.1	1
		Serviço de Gestão de Pessoas	Segep	FCPE 101.1	1
		Centro de Atendimento ao Contribuinte	CAC	FCPE 101.1	1
		Equipe de Arrecadação e Cobrança	EAC	FG-3	1
		Equipe de Arrecadação e Cobrança	EAC	FG-1	8
		Equipe de Arrecadação e Cobrança	EAC	FG-2	2
		Equipe de Atendimento ao Contribuinte	EAT	FG-1	3
		Equipe de Fiscalização	EFI	FG-1	5
		Equipe de Informação Fiscal	EIF	FG-1	1
		Equipe de Logística	ELG	FG-2	1
	DRF - Palmas	Delegado		DAS 101.2	1
		Delegado Adjunto		FCPE 101.1	1
		Assistente		FG-1	1
		Seção de Orientação e Análise Tributária	Saort	FG-1	1
		Seção de Controle e Acompanhamento Tributário	Sacat	FG-1	1
		Seção de Fiscalização	Safis	FG-1	1
		Setor de Administração Aduaneira	Soana	FG-2	1
		Seção de Programação e Logística	Sapol	FG-1	1
		Seção de Tecnologia e Segurança da Informação	Satec	FG-1	1
		Seção de Gestão de Pessoas	Sagep	FG-1	1
		Centro de Atendimento ao Contribuinte	CAC	FG-1	1
		Equipe de Arrecadação e Cobrança	EAC	FG-2	2
		Equipe de Atendimento ao Contribuinte	EAT	FG-3	2
		Equipe de Fiscalização	EFI	FG-2	3
		Equipe Aduaniera	EAD	FG-3	1
2ª	DRF - Belém	Delegado		DAS 101.3	1
		Delegado Adjunto		FCPE 101.2	1
		Assistente		FG-1	1
		Serviço de Orientação e Análise Tributária	Seort	FCPE 101.1	1
		Serviço de Controle e Acompanhamento Tributário	Secat	FCPE 101.1	1
		Serviço de Fiscalização	Sefis	FCPE 101.1	1
		Seção de Programação e Logística	Sapol	FG-1	1
		Seção de Tecnologia e Segurança da Informação	Satec	FG-1	1
		Seção de Gestão de Pessoas	Sagep	FG-1	1
		Centro de Atendimento ao Contribuinte	CAC	FCPE 101.1	1
		Equipe de Arrecadação e Cobrança	EAC	FG-1	6
		Equipe de Atendimento ao Contribuinte	EAT	FG-2	2
		Equipe de Fiscalização	EFI	FG-1	6
		Equipe de Informação Fiscal	EIF	FG-1	1
		Equipe de Logística	ELG	FG-3	1
		Equipe de Tecnologia e Segurança da Informação	ETI	FG-3	1
		Equipe de Gestão de Pessoas	EGP	FG-3	1
	DRF - Boa Vista	Delegado		DAS 101.2	1
		Delegado Adjunto		FCPE 101.1	1
		Assistente		FG-1	1
		Seção de Orientação e Análise Tributária	Saort	FG-1	1
		Seção de Controle e Acompanhamento Tributário	Sacat	FG-1	1
		Seção de Fiscalização	Safis	FG-1	1
		Seção de Administração Aduaneira	Saana	FG-1	1
		Seção de Vigilância e Repressão ao Contrabando e Descaminho	Sarep	FG-1	1
		Seção de Programação e Logística	Sapol	FG-1	1
		Seção de Tecnologia e Segurança da Informação	Satec	FG-1	1
		Seção de Gestão de Pessoas	Sagep	FG-1	1
		Centro de Atendimento ao Contribuinte	CAC	FG-1	1
		Equipe de Arrecadação e Cobrança	EAC	FG-2	2
		Equipe de Atendimento ao Contribuinte	EAT	FG-3	2
		Equipe de Fiscalização	EFI	FG-2	2
	DRF - Ji-Paraná	Delegado		DAS 101.2	1
		Delegado Adjunto		FG-1	1
		Seção de Arrecadação e Cobrança	Sarac	FG-1	1
		Seção de Fiscalização	Safis	FG-1	1
		Seção de Gestão Corporativa	Sacor	FG-1	1
		Centro de Atendimento ao Contribuinte	CAC	FG-1	1
		Equipe de Arrecadação e Cobrança	EAC	FG-3	2
		Equipe de Atendimento ao Contribuinte	EAT	FG-3	2
		Equipe de Fiscalização	EFI	FG-3	2
		Equipe Aduaneira	EAD	FG-3	1
	DRF - Macapá	Delegado		DAS 101.2	1
		Delegado Adjunto		FCPE 101.1	1
		Assistente		FG-2	1
		Seção de Orientação e Análise Tributária	Saort	FG-1	1
		Seção de Controle e Acompanhamento Tributário	Sacat	FG-1	1
		Seção de Fiscalização	Safis	FG-1	1
		Seção de Administração Aduaneira	Saana	FG-1	1
		Seção de Programação e Logística	Sapol	FG-1	1

		Seção de Tecnologia e Segurança da Informação	Satec	FG-1	1
		Seção de Gestão de Pessoas	Sagep	FG-1	1
		Centro de Atendimento ao Contribuinte	CAC	FG-1	1
		Equipe de Arrecadação e Cobrança	EAC	FG-2	2
		Equipe de Atendimento ao Contribuinte	EAT	FG-3	2
		Equipe de Fiscalização	EFI	FG-2	2
	DRF - Manaus	Delegado		DAS 101.3	1
		Delegado Adjunto		FCPE 101.2	1
		Assistente		FG-1	1
		Serviço de Orientação e Análise Tributária	Seort	FCPE 101.1	1
		Serviço de Controle e Acompanhamento Tributário	Secat	FCPE 101.1	1
		Serviço de Fiscalização	Sefis	FCPE 101.1	1
		Serviço de Programação e Logística	Sepol	FCPE 101.1	1
		Serviço de Tecnologia e Segurança da Informação	Setec	FCPE 101.1	1
		Serviço de Gestão de Pessoas	Segep	FCPE 101.1	1
		Centro de Atendimento ao Contribuinte	CAC	FCPE 101.1	1
		Equipe de Arrecadação e Cobrança	EAC	FG-1	6
		Equipe de Atendimento ao Contribuinte	EAT	FG-2	2
		Equipe de Atendimento ao Contribuinte	EAT	FG-1	2
		Equipe de Fiscalização	EFI	FG-1	6
		Equipe de Informação Fiscal	EIF	FG-1	1
		Equipe de Pagamento	EPG	FG-3	1
	DRF - Marabá	Delegado		DAS 101.2	1
		Delegado Adjunto		FG-1	1
		Seção de Arrecadação e Cobrança	Sarac	FG-1	1
		Seção de Fiscalização	Safis	FG-1	1
		Seção de Gestão Corporativa	Sacor	FG-1	1
		Centro de Atendimento ao Contribuinte	CAC	FG-1	1
		Equipe de Arrecadação e Cobrança	EAC	FG-3	2
		Equipe de Atendimento ao Contribuinte	EAT	FG-3	2
		Equipe de Fiscalização	EFI	FG-3	2
	DRF - Porto Velho	Delegado		DAS 101.2	1
		Delegado Adjunto		FCPE 101.1	1
		Assistente		FG-1	1
		Seção de Orientação e Análise Tributária	Saort	FG-1	1
		Seção de Controle e Acompanhamento Tributário	Sacat	FG-1	1
		Seção de Fiscalização	Safis	FG-1	1
		Seção de Administração Aduaneira	Saana	FG-1	1
		Seção de Vigilância e Repressão ao Contrabando e Descaminho	Sarep	FG-1	1
		Seção de Programação e Logística	Sapol	FG-1	1
		Seção de Tecnologia e Segurança da Informação	Satec	FG-1	1
		Seção de Gestão de Pessoas	Sagep	FG-1	1
		Centro de Atendimento ao Contribuinte	CAC	FG-1	1
		Equipe de Arrecadação e Cobrança	EAC	FG-2	2
		Equipe de Atendimento ao Contribuinte	EAT	FG-3	2
		Equipe de Fiscalização	EFI	FG-2	3
	DRF - Rio Branco	Delegado		DAS 101.2	1
		Delegado Adjunto		FCPE 101.1	1
		Assistente		FG-1	1
		Seção de Orientação e Análise Tributária	Saort	FG-1	1
		Seção de Controle e Acompanhamento Tributário	Sacat	FG-1	1
		Seção de Fiscalização	Safis	FG-1	1
		Seção de Administração Aduaneira	Saana	FG-1	1
		Seção de Programação e Logística	Sapol	FG-1	1
		Seção de Tecnologia e Segurança da Informação	Satec	FG-1	1
		Seção de Gestão de Pessoas	Sagep	FG-1	1
		Centro de Atendimento ao Contribuinte	CAC	FG-1	1
		Equipe de Arrecadação e Cobrança	EAC	FG-2	2
		Equipe de Atendimento ao Contribuinte	EAT	FG-3	2
		Equipe de Fiscalização	EFI	FG-2	2
	DRF - Santarém	Delegado		FCPE 101.1	1
		Núcleo de Arrecadação e Cobrança	Nurac	FG-3	1
		Núcleo de Fiscalização	Nufis	FG-3	1
		Seção de Administração Aduaneira	Saana	FG-1	1
		Núcleo de Gestão Corporativa	Nucor	FG-3	1
		Centro de Atendimento ao Contribuinte	CAC	FG-3	1
		Equipe de Atendimento ao Contribuinte	EAT	FG-3	1
3ª	DRF - Floriano	Delegado		FCPE 101.1	1
		Assistente		FG-3	1
		Núcleo de Arrecadação e Cobrança	Nurac	FG-3	1
		Núcleo de Fiscalização	Nufis	FG-3	1
		Núcleo de Gestão Corporativa	Nucor	FG-3	1
		Centro de Atendimento ao Contribuinte	CAC	FG-3	1
		Equipe de Atendimento ao Contribuinte	EAT	FG-3	1
	DRF - Fortaleza	Delegado		DAS 101.3	1
		Delegado Adjunto		FCPE 101.2	1
		Assistente		FG-2	1
		Assistente		FG-1	1
		Serviço de Orientação e Análise Tributária	Seort	FCPE 101.1	1
		Serviço de Controle e Acompanhamento Tributário	Secat	FCPE 101.1	1
		Serviço de Fiscalização	Sefis	FCPE 101.1	1
		Centro de Atendimento ao Contribuinte	CAC	FCPE 101.1	1
		Equipe de Arrecadação e Cobrança	EAC	FG-1	6
		Equipe de Atendimento ao Contribuinte	EAT	FG-3	1
		Equipe de Atendimento ao Contribuinte	EAT	FG-1	5
		Equipe de Fiscalização	EFI	FG-1	9
		Equipe de Informação Fiscal	EIF	FG-1	1
		Equipe de Logística	ELG	FG-3	1
		Equipe de Tecnologia e Segurança da Informação	ETI	FG-3	1
		Equipe de Gestão de Pessoas	EGP	FG-3	1
	DRF - Imperatriz	Delegado		FCPE 101.1	1
		Núcleo de Arrecadação e Cobrança	Nurac	FG-3	1
		Núcleo de Fiscalização	Nufis	FG-3	1
		Núcleo de Gestão Corporativa	Nucor	FG-3	1
		Centro de Atendimento ao Contribuinte	CAC	FG-3	1
		Equipe de Atendimento ao Contribuinte	EAT	FG-3	1
	DRF - Juazeiro do Norte	Delegado		DAS 101.2	1
		Delegado Adjunto		FG-1	1
		Seção de Arrecadação e Cobrança	Sarac	FG-1	1
		Seção de Fiscalização	Safis	FG-1	1
		Seção de Gestão Corporativa	Sacor	FG-1	1
		Centro de Atendimento ao Contribuinte	CAC	FG-1	1
		Equipe de Arrecadação e Cobrança	EAC	FG-3	1
		Equipe de Atendimento ao Contribuinte	EAT	FG-3	2
		Equipe de Fiscalização	EFI	FG-3	2
	DRF - São Luís	Delegado		DAS 101.2	1
		Delegado Adjunto		FCPE 101.1	1
		Assistente		FG-1	1
		Seção de Orientação e Análise Tributária	Saort	FG-1	1
		Seção de Controle e Acompanhamento Tributário	Sacat	FG-1	1
		Seção de Fiscalização	Safis	FG-1	1
		Seção de Gestão Corporativa	Sacor	FG-1	1
		Núcleo de Programação e Logística	Nupol	FG-3	1
		Núcleo de Tecnologia e Segurança da Informação	Nutec	FG-3	1
		Núcleo de Gestão de Pessoas	Nugep	FG-3	1
		Centro de Atendimento ao Contribuinte	CAC	FG-1	1
		Equipe de Arrecadação e Cobrança	EAC	FG-2	2
		Equipe de Arrecadação e Cobrança	EAC	FG-3	1
		Equipe de Atendimento ao Contribuinte	EAT	FG-2	2
		Equipe de Atendimento ao Contribuinte	EAT	FG-3	2
		Equipe de Fiscalização	EFI	FG-2	3
		Equipe de Gestão Corporativa	EGC	FG-3	1
		Equipe de Pagamento	EPG	FG-3	1
	DRF - Sobral	Delegado		DAS 101.2	1
		Delegado Adjunto		FG-1	1
		Seção de Arrecadação e Cobrança	Sarac	FG-1	1
		Seção de Fiscalização	Safis	FG-1	1
		Seção de Gestão Corporativa	Sacor	FG-1	1
		Centro de Atendimento ao Contribuinte	CAC	FG-1	1
		Equipe de Arrecadação e Cobrança	EAC	FG-3	2
		Equipe de Atendimento ao Contribuinte	EAT	FG-3	2
		Equipe de Fiscalização	EFI	FG-3	1
	DRF - Teresina	Delegado		DAS 101.2	1
		Delegado Adjunto		FCPE 101.1	1
		Assistente		FG-3	1
		Seção de Orientação e Análise Tributária	Saort	FG-1	1
		Seção de Controle e Acompanhamento Tributário	Sacat	FG-1	1
		Seção de Fiscalização	Safis	FG-1	1
		Seção de Administração Aduaneira	Saana	FG-1	1
		Seção de Programação e Logística	Sapol	FG-1	1
		Seção de Tecnologia e Segurança da Informação	Satec	FG-1	1
		Seção de Gestão de Pessoas	Sagep	FG-1	1
		Centro de Atendimento ao Contribuinte	CAC	FG-1	1
		Equipe de Arrecadação e Cobrança	EAC	FG-2	2
		Equipe de Atendimento ao Contribuinte	EAT	FG-2	2
		Equipe de Fiscalização	EFI	FG-2	3

		Equipe de Fiscalização	EFI	FG-3	1
4ª	DRF - Campina Grande	Delegado		DAS 101.2	1
		Delegado Adjunto		FG-1	1
		Seção de Arrecadação e Cobrança	Sarac	FG-1	1
		Seção de Fiscalização	Safis	FG-1	1
		Seção de Gestão Corporativa	Sacor	FG-1	1
		Centro de Atendimento ao Contribuinte	CAC	FG-1	1
		Equipe de Arrecadação e Cobrança	EAC	FG-3	2
		Equipe de Atendimento ao Contribuinte	EAT	FG-3	1
		Equipe de Fiscalização	EFI	FG-3	2
		Equipe de Logística	ELG	FG-3	1
	DRF - Caruaru	Delegado		DAS 101.2	1
		Delegado Adjunto		FG-1	1
		Assistente		FG-3	1
		Seção de Arrecadação e Cobrança	Sarac	FG-1	1
		Seção de Fiscalização	Safis	FG-1	1
		Seção de Gestão Corporativa	Sacor	FG-1	1
		Centro de Atendimento ao Contribuinte	CAC	FG-1	1
		Equipe de Arrecadação e Cobrança	EAC	FG-3	2
		Equipe de Atendimento ao Contribuinte	EAT	FG-3	2
		Equipe de Fiscalização	EFI	FG-3	2
	DRF - João Pessoa	Delegado		DAS 101.2	1
		Delegado Adjunto		FCPE 101.1	1
		Assistente		FG-1	1
		Seção de Orientação e Análise Tributária	Saort	FG-1	1
		Seção de Controle e Acompanhamento Tributário	Sacat	FG-1	1
		Seção de Fiscalização	Safis	FG-1	1
		Seção de Programação e Logística	Sapol	FG-1	1
		Seção de Tecnologia e Segurança da Informação	Satec	FG-1	1
		Seção de Gestão de Pessoas	Sagep	FG-1	1
		Centro de Atendimento ao Contribuinte	CAC	FG-1	1
		Equipe de Arrecadação e Cobrança	EAC	FG-2	2
		Equipe de Atendimento ao Contribuinte	EAT	FG-2	2
		Equipe de Fiscalização	EFI	FG-2	4
	DRF - Maceió	Delegado		DAS 101.2	1
		Delegado Adjunto		FCPE 101.1	1
		Assistente		FG-1	1
		Seção de Orientação e Análise Tributária	Saort	FG-1	1
		Seção de Controle e Acompanhamento Tributário	Sacat	FG-1	1
		Seção de Fiscalização	Safis	FG-1	1
		Seção de Programação e Logística	Sapol	FG-1	1
		Seção de Tecnologia e Segurança da Informação	Satec	FG-1	1
		Seção de Gestão de Pessoas	Sagep	FG-1	1
		Centro de Atendimento ao Contribuinte	CAC	FG-1	1
		Equipe de Arrecadação e Cobrança	EAC	FG-2	2
		Equipe de Arrecadação e Cobrança	EAC	FG-3	1
		Equipe de Atendimento ao Contribuinte	EAT	FG-2	2
		Equipe de Fiscalização	EFI	FG-2	3
	DRF - Mossoró	Delegado		FCPE 101.1	1
		Assistente		FG-3	1
		Núcleo de Arrecadação e Cobrança	Nurac	FG-3	1
		Núcleo de Fiscalização	Nufis	FG-3	1
		Núcleo de Gestão Corporativa	Nucor	FG-3	1
		Centro de Atendimento ao Contribuinte	CAC	FG-3	1
		Equipe de Atendimento ao Contribuinte	EAT	FG-3	1
		Equipe Aduaneira	EAD	FG-3	1
	DRF - Natal	Delegado		DAS 101.2	1
		Delegado Adjunto		FCPE 101.1	1
		Assistente		FG-1	1
		Seção de Orientação e Análise Tributária	Saort	FG-1	1
		Seção de Controle e Acompanhamento Tributário	Sacat	FG-1	1
		Seção de Fiscalização	Safis	FG-1	1
		Seção de Programação e Logística	Sapol	FG-1	1
		Seção de Tecnologia e Segurança da Informação	Satec	FG-1	1
		Seção de Gestão de Pessoas	Sagep	FG-1	1
		CAC - Natal	CAC	FG-1	1
		CAC - Parnamirim	CAC	FG-1	1
		Equipe de Arrecadação e Cobrança	EAC	FG-2	2
		Equipe de Atendimento ao Contribuinte	EAT	FG-3	1
		Equipe de Atendimento ao Contribuinte	EAT	FG-2	2
		Equipe de Fiscalização	EFI	FG-2	3
		Equipe de Fiscalização	EFI	FG-3	1
	DRF - Recife	Delegado		DAS 101.3	1
		Delegado Adjunto		FCPE 101.2	1
		Assistente		FG-1	2
		Serviço de Orientação e Análise Tributária	Seort	FCPE 101.1	1
		Serviço de Controle e Acompanhamento Tributário	Secat	FCPE 101.1	1
		Serviço de Fiscalização	Sefis	FCPE 101.1	1
		Serviço de Programação e Logística	Sepol	FCPE 101.1	1
		Serviço de Tecnologia e Segurança da Informação	Setec	FCPE 101.1	1
		Serviço de Gestão de Pessoas	Segep	FCPE 101.1	1
		Centro de Atendimento ao Contribuinte	CAC	FCPE 101.1	1
		Equipe de Arrecadação e Cobrança	EAC	FG-3	3
		Equipe de Arrecadação e Cobrança	EAC	FG-1	6
		Equipe de Atendimento ao Contribuinte	EAT	FG-3	5
		Equipe de Atendimento ao Contribuinte	EAT	FG-1	2
		Equipe de Fiscalização	EFI	FG-1	9
		Equipe de Informação Fiscal	EIF	FG-1	1
		Equipe de Logística	ELG	FG-3	4
		Equipe de Tecnologia e Segurança da Informação	ETI	FG-3	4
		Equipe de Gestão de Pessoas	EGP	FG-3	4
5ª	DRF - Aracaju	Delegado		DAS 101.2	1
		Delegado Adjunto		FCPE 101.1	1
		Assistente		FG-1	1
		Seção de Orientação e Análise Tributária	Saort	FG-1	1
		Seção de Controle e Acompanhamento Tributário	Sacat	FG-1	1
		Seção de Fiscalização	Safis	FG-1	1
		Seção de Administração Aduaneira	Saana	FG-1	1
		Seção de Programação e Logística	Sapol	FG-1	1
		Seção de Tecnologia e Segurança da Informação	Satec	FG-1	1
		Seção de Gestão de Pessoas	Sagep	FG-1	1
		Centro de Atendimento ao Contribuinte	CAC	FG-1	1
		Equipe de Arrecadação e Cobrança	EAC	FG-2	2
		Equipe de Atendimento ao Contribuinte	EAT	FG-2	2
		Equipe de Fiscalização	EFI	FG-2	3
	DRF - Feira de Santana	Delegado		DAS 101.3	1
		Delegado Adjunto		FCPE 101.2	1
		Assistente		FG-1	1
		Serviço de Orientação e Análise Tributária	Seort	FCPE 101.1	1
		Serviço de Controle e Acompanhamento Tributário	Secat	FCPE 101.1	1
		Serviço de Fiscalização	Sefis	FCPE 101.1	1
		Serviço de Programação e Logística	Sepol	FCPE 101.1	1
		Serviço de Tecnologia e Segurança da Informação	Setec	FCPE 101.1	1
		Centro de Atendimento ao Contribuinte	CAC	FCPE 101.1	1
		Equipe de Arrecadação e Cobrança	EAC	FG-1	6
		Equipe de Atendimento ao Contribuinte	EAT	FG-2	2
		Equipe de Fiscalização	EFI	FG-1	4
		Equipe de Informação Fiscal	EIF	FG-1	1
	DRF - Itabuna	Delegado		DAS 101.2	1
		Delegado Adjunto		FG-1	1
		Seção de Arrecadação e Cobrança	Sarac	FG-1	1
		Seção de Fiscalização	Safis	FG-1	1
		Seção de Gestão Corporativa	Sacor	FG-1	1
		Centro de Atendimento ao Contribuinte	CAC	FG-1	1
		Equipe de Arrecadação e Cobrança	EAC	FG-3	4
		Equipe de Atendimento ao Contribuinte	EAT	FG-3	2
		Equipe de Fiscalização	EFI	FG-3	2
	DRF - Lauro de Freitas	Delegado		DAS 101.2	1
		Delegado Adjunto		FCPE 101.1	1
		Assistente		FG-3	1
		Seção de Orientação e Análise Tributária	Saort	FG-1	1
		Seção de Controle e Acompanhamento Tributário	Sacat	FG-1	1
		Seção de Fiscalização	Safis	FG-1	1
		Seção de Programação e Logística	Sapol	FG-1	1
		Seção de Tecnologia e Segurança da Informação	Satec	FG-1	1
		Centro de Atendimento ao Contribuinte	CAC	FG-1	1
		Equipe de Arrecadação e Cobrança	EAC	FG-3	2
		Equipe de Fiscalização	EFI	FG-2	1
		Equipe de Fiscalização	EFI	FG-3	1
	DRF - Salvador	Delegado		DAS 101.3	1
		Delegado Adjunto		FCPE 101.2	1
		Assistente		FG-1	1
		Serviço de Orientação e Análise Tributária	Seort	FCPE 101.1	1
		Serviço de Controle e Acompanhamento Tributário	Secat	FCPE 101.1	1
		Serviço de Fiscalização	Sefis	FCPE 101.1	1

		Centro de Atendimento ao Contribuinte	CAC	FCPE 101.1	1
		Equipe de Arrecadação e Cobrança	EAC	FG-1	7
		Equipe de Atendimento ao Contribuinte	EAT	FG-1	10
		Equipe de Fiscalização	EFI	FG-1	10
		Equipe de Informação Fiscal	EIF	FG-1	1
		Equipe de Logística	ELG	FG-3	1
		Equipe de Tecnologia e Segurança da Informação	ETI	FG-3	1
		Equipe de Gestão de Pessoas	EGP	FG-3	1
	DRF - Vitória da Conquista	Delegado		DAS 101.2	1
		Delegado Adjunto		FG-1	1
		Seção de Arrecadação e Cobrança	Sarac	FG-1	1
		Seção de Fiscalização	Safis	FG-1	1
		Seção de Gestão Corporativa	Sacor	FG-1	1
		Centro de Atendimento ao Contribuinte	CAC	FG-1	1
		Equipe de Arrecadação e Cobrança	EAC	FG-3	2
		Equipe de Atendimento ao Contribuinte	EAT	FG-3	2
		Equipe de Fiscalização	EFI	FG-3	2
		Equipe Aduaneira	EAD	FG-3	1
6ª	DRF - Belo Horizonte	Delegado		DAS 101.3	1
		Delegado Adjunto		FCPE 101.2	1
		Assistente Técnico		DAS 102.1	1
		Serviço de Orientação e Análise Tributária	Seort	FCPE 101.1	1
		Serviço de Controle e Acompanhamento Tributário	Secat	FCPE 101.1	1
		Serviço de Fiscalização	Sefis	FCPE 101.1	1
		Serviço de Gestão Corporativa	Secor	FCPE 101.1	1
		Seção de Programação e Logística	Sapol	FG-1	1
		Seção de Tecnologia e Segurança da Informação	Satec	FG-1	1
		Seção de Gestão de Pessoas	Sagep	FG-1	1
		CAC - Afonso Pena	CAC	FCPE 101.1	1
		CAC - Contorno	CAC	FCPE 101.1	1
		Equipe de Arrecadação e Cobrança	EAC	FG-1	10
		Equipe de Atendimento ao Contribuinte	EAT	FG-1	12
		Equipe de Fiscalização	EFI	FG-1	11
		Equipe de Informação Fiscal	EIF	FG-1	1
		Equipe de Logística	ELG	FG-3	3
		Equipe de Tecnologia e Segurança da Informação	ETI	FG-3	3
		Equipe de Gestão de Pessoas	EGP	FG-3	3
	DRF - Contagem	Delegado		DAS 101.2	1
		Delegado Adjunto		FCPE 101.1	1
		Assistente		FG-1	1
		Seção de Orientação e Análise Tributária	Saort	FG-1	1
		Seção de Controle e Acompanhamento Tributário	Sacat	FG-1	1
		Seção de Fiscalização	Safis	FG-1	1
		Centro de Atendimento ao Contribuinte	CAC	FG-1	1
		Equipe de Arrecadação e Cobrança	EAC	FG-2	2
		Equipe de Atendimento ao Contribuinte	EAT	FG-2	2
		Equipe de Fiscalização	EFI	FG-2	4
		Equipe de Logística	ELG	FG-1	1
		Equipe de Tecnologia e Segurança da Informação	ETI	FG-1	1
		Equipe de Gestão de Pessoas	EGP	FG-1	1
	DRF - Divinópolis	Delegado		DAS 101.2	1
		Delegado Adjunto		FCPE 101.1	1
		Assistente		FG-1	1
		Seção de Orientação e Análise Tributária	Saort	FG-1	1
		Seção de Controle e Acompanhamento Tributário	Sacat	FG-1	1
		Seção de Fiscalização	Safis	FG-1	1
		Seção de Programação e Logística	Sapol	FG-1	1
		Seção de Tecnologia e Segurança da Informação	Satec	FG-1	1
		Centro de Atendimento ao Contribuinte	CAC	FG-1	1
		Equipe de Arrecadação e Cobrança	EAC	FG-2	2
		Equipe de Atendimento ao Contribuinte	EAT	FG-2	2
		Equipe de Fiscalização	EFI	FG-2	3
	DRF - Governador Valadares	Delegado		DAS 101.2	1
		Delegado Adjunto		FCPE 101.1	1
		Assistente		FG-1	1
		Seção de Orientação e Análise Tributária	Saort	FG-1	1
		Seção de Controle e Acompanhamento Tributário	Sacat	FG-1	1
		Seção de Fiscalização	Safis	FG-1	1
		Seção de Administração Aduaneira	Saana	FG-1	1
		Seção de Programação e Logística	Sapol	FG-1	1
		Seção de Tecnologia e Segurança da Informação	Satec	FG-1	1
		Centro de Atendimento ao Contribuinte	CAC	FG-1	1
		Equipe de Arrecadação e Cobrança	EAC	FG-2	2
		Equipe de Atendimento ao Contribuinte	EAT	FG-2	2
		Equipe de Fiscalização	EFI	FG-2	3
	DRF - Juiz de Fora	Delegado		DAS 101.2	1
		Delegado Adjunto		FCPE 101.1	1
		Assistente		FG-1	1
		Seção de Orientação e Análise Tributária	Saort	FG-1	1
		Seção de Controle e Acompanhamento Tributário	Sacat	FG-1	1
		Seção de Fiscalização	Safis	FG-1	1
		Seção de Administração Aduaneira	Saana	FG-1	1
		Seção de Gestão Corporativa	Sacor	FG-1	1
		Núcleo de Programação e Logística	Nupol	FG-3	1
		Núcleo de Tecnologia e Segurança da Informação	Nutec	FG-3	1
		Núcleo de Gestão de Pessoas	Nugep	FG-3	1
		Centro de Atendimento ao Contribuinte	CAC	FG-1	1
		Equipe de Arrecadação e Cobrança	EAC	FG-2	2
		Equipe de Atendimento ao Contribuinte	EAT	FG-2	2
		Equipe de Fiscalização	EFI	FG-2	4
		Equipe de Logística	ELG	FG-3	1
		Equipe de Tecnologia e Segurança da Informação	ETI	FG-3	1
		Equipe de Gestão de Pessoas	EGP	FG-3	1
	DRF - Montes Claros	Delegado		DAS 101.2	1
		Delegado Adjunto		FG-1	1
		Seção de Orientação e Análise Tributária	Saort	FG-1	1
		Seção de Controle e Acompanhamento Tributário	Sacat	FG-1	1
		Seção de Fiscalização	Safis	FG-1	1
		Seção de Gestão Corporativa	Sacor	FG-1	1
		Centro de Atendimento ao Contribuinte	CAC	FG-1	1
		Equipe de Atendimento ao Contribuinte	EAT	FG-3	2
		Equipe de Fiscalização	EFI	FG-3	1
		Equipe Aduaneira	EAD	FG-3	1
	DRF - Poços de Caldas	Delegado		DAS 101.2	1
		Delegado Adjunto		FG-1	1
		Seção de Orientação e Análise Tributária	Saort	FG-1	1
		Seção de Controle e Acompanhamento Tributário	Sacat	FG-1	1
		Seção de Fiscalização	Safis	FG-1	1
		Seção de Administração Aduaneira	Saana	FG-1	1
		Seção de Gestão Corporativa	Sacor	FG-1	1
		Centro de Atendimento ao Contribuinte	CAC	FG-1	1
		Equipe de Atendimento ao Contribuinte	EAT	FG-3	2
		Equipe de Fiscalização	EFI	FG-3	1
	DRF - Sete Lagoas	Delegado		DAS 101.2	1
		Delegado Adjunto		FCPE 101.1	1
		Assistente		FG-1	1
		Seção de Orientação e Análise Tributária	Saort	FG-1	1
		Seção de Controle e Acompanhamento Tributário	Sacat	FG-1	1
		Seção de Fiscalização	Safis	FG-1	1
		Seção de Programação e Logística	Sapol	FG-1	1
		Seção de Tecnologia e Segurança da Informação	Satec	FG-1	1
		Centro de Atendimento ao Contribuinte	CAC	FG-1	1
		Equipe de Arrecadação e Cobrança	EAC	FG-2	2
		Equipe de Atendimento ao Contribuinte	EAT	FG-3	2
		Equipe de Fiscalização	EFI	FG-2	3
	DRF - Uberaba	Delegado		DAS 101.2	1
		Delegado Adjunto		FG-1	1
		Seção de Orientação e Análise Tributária	Saort	FG-1	1
		Seção de Controle e Acompanhamento Tributário	Sacat	FG-1	1
		Seção de Fiscalização	Safis	FG-1	1
		Seção de Administração Aduaneira	Saana	FG-1	1
		Seção de Vigilância e Repressão ao Contrabando e Descaminho	Sarep	FG-1	1
		Seção de Gestão Corporativa	Sacor	FG-1	1
		Centro de Atendimento ao Contribuinte	CAC	FG-1	1
		Equipe de Atendimento ao Contribuinte	EAT	FG-3	2
		Equipe de Fiscalização	EFI	FG-3	2
	DRF - Uberlândia	Delegado		DAS 101.2	1
		Delegado Adjunto		FCPE 101.1	1
		Assistente		FG-3	1
		Seção de Orientação e Análise Tributária	Saort	FG-1	1
		Seção de Controle e Acompanhamento Tributário	Sacat	FG-1	1
		Seção de Fiscalização	Safis	FG-1	1
		Seção de Administração Aduaneira	Saana	FG-1	1
		Seção de Programação e Logística	Sapol	FG-1	1
		Seção de Tecnologia e Segurança da Informação	Satec	FG-1	1
		Centro de Atendimento ao Contribuinte	CAC	FG-1	1
		Equipe de Arrecadação e Cobrança	EAC	FG-2	2
		Equipe de Atendimento ao Contribuinte	EAT	FG-2	2
		Equipe de Fiscalização	EFI	FG-2	3
	DRF - Varginha	Delegado		DAS 101.2	1
		Delegado Adjunto		FCPE 101.1	1
		Assistente		FG-3	1

		Seção de Orientação e Análise Tributária	Saort	FG-1	1
		Seção de Controle e Acompanhamento Tributário	Sacat	FG-1	1
		Seção de Fiscalização	Safis	FG-1	1
		Seção de Administração Aduaneira	Saana	FG-1	1
		Seção de Programação e Logística	Sapol	FG-1	1
		Seção de Tecnologia e Segurança da Informação	Satec	FG-1	1
		Centro de Atendimento ao Contribuinte	CAC	FG-1	1
		Equipe de Arrecadação e Cobrança	EAC	FG-2	3
		Equipe de Atendimento ao Contribuinte	EAT	FG-2	1
		Equipe de Fiscalização	EFI	FG-2	3
		Equipe de Logística	ELG	FG-2	1
7ª	DRF - Campos dos Goytacazes	Delegado		DAS 101.2	1
		Delegado Adjunto		FCPE 101.1	1
		Assistente		FG-1	1
		Seção de Orientação e Análise Tributária	Saort	FG-1	1
		Seção de Controle e Acompanhamento Tributário	Sacat	FG-1	1
		Seção de Fiscalização	Safis	FG-1	1
		Seção de Administração Aduaneira	Saana	FG-1	1
		Seção de Programação e Logística	Sapol	FG-1	1
		Seção de Tecnologia e Segurança da Informação	Satec	FG-1	1
		Centro de Atendimento ao Contribuinte	CAC	FG-1	1
		Equipe de Arrecadação e Cobrança	EAC	FG-2	2
		Equipe de Atendimento ao Contribuinte	EAT	FG-2	2
		Equipe de Fiscalização	EFI	FG-2	2
	DRF - Macaé	Delegado		DAS 101.2	1
		Delegado Adjunto		FG-1	1
		Seção de Arrecadação e Cobrança	Sarac	FG-1	1
		Seção de Fiscalização	Safis	FG-1	1
		Seção de Administração Aduaneira	Saana	FG-1	1
		Seção de Gestão Corporativa	Sacor	FG-1	1
		Centro de Atendimento ao Contribuinte	CAC	FG-1	1
		Equipe de Arrecadação e Cobrança	EAC	FG-2	1
		Equipe de Atendimento ao Contribuinte	EAT	FG-2	1
	DRF - Niterói	Delegado		DAS 101.3	1
		Delegado Adjunto		FCPE 101.2	1
		Assistente		FG-1	1
		Serviço de Orientação e Análise Tributária	Seort	FCPE 101.1	1
		Serviço de Controle e Acompanhamento Tributário	Secat	FCPE 101.1	1
		Serviço de Fiscalização	Sefis	FCPE 101.1	1
		Seção de Administração Aduaneira	Saana	FG-1	1
		Serviço de Programação e Logística	Sepol	FCPE 101.1	1
		Serviço de Tecnologia e Segurança da Informação	Setec	FCPE 101.1	1
		Centro de Atendimento ao Contribuinte	CAC	FCPE 101.1	1
		Equipe de Arrecadação e Cobrança	EAC	FG-1	6
		Equipe de Atendimento ao Contribuinte	EAT	FG-2	2
		Equipe de Fiscalização	EFI	FG-1	6
		Equipe de Informação Fiscal	EIF	FG-1	1
	DRF - Nova Iguaçu	Delegado		DAS 101.3	1
		Delegado Adjunto		FCPE 101.2	1
		Assistente		FG-1	1
		Serviço de Orientação e Análise Tributária	Seort	FCPE 101.1	1
		Serviço de Controle e Acompanhamento Tributário	Secat	FCPE 101.1	1
		Serviço de Fiscalização	Sefis	FCPE 101.1	1
		Seção de Administração Aduaneira	Saana	FG-1	1
		Serviço de Programação e Logística	Sepol	FCPE 101.1	1
		Serviço de Tecnologia e Segurança da Informação	Setec	FCPE 101.1	1
		Centro de Atendimento ao Contribuinte	CAC	FCPE 101.1	1
		Equipe de Arrecadação e Cobrança	EAC	FG-1	6
		Equipe de Atendimento ao Contribuinte	EAT	FG-1	2
		Equipe de Fiscalização	EFI	FG-1	6
		Equipe de Informação Fiscal	EIF	FG-1	1
	DRF - Rio de Janeiro I	Delegado		DAS 101.3	1
		Delegado Adjunto		FCPE 101.2	1
		Assistente		FG-1	2
		Divisão de Orientação e Análise Tributária	Diort	FCPE 101.2	1
		Divisão de Controle e Acompanhamento Tributário	Dicat	FCPE 101.2	1
		Divisão de Fiscalização	Difis	FCPE 101.2	1
		CAC - Cadastro	CAC	FCPE 101.1	1
		CAC - Tijuca	CAC	FCPE 101.1	1
		CAC - Laranjeiras	CAC	FCPE 101.1	1
		CAC - Ipanema	CAC	FCPE 101.1	1
		CAC - Centro	CAC	FCPE 101.1	1
		Equipe de Arrecadação e Cobrança	EAC	FG-1	14
		Equipe de Arrecadação e Cobrança	EAC	FCPE 101.1	6
		Equipe de Atendimento ao Contribuinte	EAT	FG-1	5
		Equipe de Fiscalização	EFI	FCPE 101.1	7
		Equipe de Fiscalização	EFI	FG-1	6
		Equipe de Informação Fiscal	EIF	FG-1	1
		Equipe de Logística	ELG	FG-1	1
		Equipe de Tecnologia e Segurança da Informação	ETI	FG-1	1
		Equipe de Gestão de Pessoas	EGP	FG-1	1
	DRF - Rio de Janeiro II	Delegado		DAS 101.3	1
		Delegado Adjunto		FCPE 101.2	1
		Assistente		FG-3	1
		Divisão de Orientação e Análise Tributária	Diort	FCPE 101.2	1
		Divisão de Controle e Acompanhamento Tributário	Dicat	FCPE 101.2	1
		Divisão de Fiscalização	Difis	FCPE 101.2	1
		Serviço de Gestão Corporativa	Secor	FCPE 101.1	1
		Seção de Programação e Logística	Sapol	FG-1	1
		Seção de Tecnologia e Segurança da Informação	Satec	FG-1	1
		Seção de Gestão de Pessoas	Sagep	FG-1	1
		CAC - Méier	CAC	FCPE 101.1	1
		CAC - Madureira	CAC	FCPE 101.1	1
		CAC - Campo Grande	CAC	FCPE 101.1	1
		CAC - Barra da Tijuca	CAC	FCPE 101.1	1
		Equipe de Arrecadação e Cobrança	EAC	FG-1	13
		Equipe de Arrecadação e Cobrança	EAC	FCPE 101.1	1
		Equipe de Atendimento ao Contribuinte	EAT	FG-1	4
		Equipe de Fiscalização	EFI	FCPE 101.1	7
		Equipe de Fiscalização	EFI	FG-1	1
		Equipe de Informação Fiscal	EIF	FG-1	1
	DRF - Vitória	Delegado		DAS 101.3	1
		Delegado Adjunto		FCPE 101.2	1
		Assistente		FG-1	1
		Serviço de Orientação e Análise Tributária	Seort	FCPE 101.1	1
		Serviço de Controle e Acompanhamento Tributário	Secat	FCPE 101.1	1
		Serviço de Fiscalização	Sefis	FCPE 101.1	1
		Serviço de Programação e Logística	Sepol	FCPE 101.1	1
		Serviço de Tecnologia e Segurança da Informação	Setec	FCPE 101.1	1
		Serviço de Gestão de Pessoas	Segep	FCPE 101.1	1
		Centro de Atendimento ao Contribuinte	CAC	FCPE 101.1	1
		Equipe de Arrecadação e Cobrança	EAC	FG-1	6
		Equipe de Atendimento ao Contribuinte	EAT	FG-2	2
		Equipe de Fiscalização	EFI	FG-1	7
		Equipe de Informação Fiscal	EIF	FG-1	1
		Equipe de Pagamento	EPG	FG-3	1
	DRF - Volta Redonda	Delegado		DAS 101.2	1
		Delegado Adjunto		FCPE 101.1	1
		Assistente		FG-1	1
		Seção de Orientação e Análise Tributária	Saort	FG-1	1
		Seção de Controle e Acompanhamento Tributário	Sacat	FG-1	1
		Seção de Fiscalização	Safis	FG-1	1
		Seção de Administração Aduaneira	Saana	FG-1	1
		Seção de Programação e Logística	Sapol	FG-1	1
		Seção de Tecnologia e Segurança da Informação	Satec	FG-1	1
		Centro de Atendimento ao Contribuinte	CAC	FG-1	1
		Equipe de Arrecadação e Cobrança	EAC	FG-2	2
		Equipe de Atendimento ao Contribuinte	EAT	FG-2	2
		Equipe de Fiscalização	EFI	FG-2	3

8ª	DRF - Araçatuba	Delegado		DAS 101.2	1
		Delegado Adjunto		FCPE 101.1	1
		Assistente		FG-1	1
		Seção de Orientação e Análise Tributária	Saort	FG-1	1
		Seção de Controle e Acompanhamento Tributário	Sacat	FG-1	1
		Seção de Fiscalização	Safis	FG-1	1
		Setor de Administração Aduaneira	Soana	FG-2	1
		Seção de Programação e Logística	Sapol	FG-1	1
		Seção de Tecnologia e Segurança da Informação	Satec	FG-1	1
		Centro de Atendimento ao Contribuinte	CAC	FG-1	1
		Equipe de Arrecadação e Cobrança	EAC	FG-2	2
		Equipe de Atendimento ao Contribuinte	EAT	FG-2	2
		Equipe de Fiscalização	EFI	FG-2	3
		Equipe Aduaneira	EAD	FG-3	1
		Equipe de Gestão de Pessoas	EGP	FG-2	1
	DRF - Araraquara	Delegado		DAS 101.2	1
		Delegado Adjunto		FCPE 101.1	1
		Assistente		FG-1	1
		Seção de Orientação e Análise Tributária	Saort	FG-1	1
		Seção de Controle e Acompanhamento Tributário	Sacat	FG-1	1
		Seção de Fiscalização	Safis	FG-1	1
		Seção de Administração Aduaneira	Saana	FG-1	1
		Seção de Vigilância e Repressão ao Contrabando e Descaminho	Sarep	FG-1	1
		Seção de Programação e Logística	Sapol	FG-1	1
		Seção de Tecnologia e Segurança da Informação	Satec	FG-1	1
		Centro de Atendimento ao Contribuinte	CAC	FG-1	1
		Equipe de Arrecadação e Cobrança	EAC	FG-2	2
		Equipe de Atendimento ao Contribuinte	EAT	FG-2	2
		Equipe de Fiscalização	EFI	FG-2	3
		Equipe de Logística	ELG	FG-2	1
		Equipe de Gestão de Pessoas	EGP	FG-2	1
	DRF - Barueri	Delegado		DAS 101.3	1
		Delegado Adjunto		FCPE 101.2	1
		Assistente		FG-1	1
		Serviço de Orientação e Análise Tributária	Seort	FCPE 101.1	1
		Serviço de Controle e Acompanhamento Tributário	Secat	FCPE 101.1	1
		Serviço de Fiscalização	Sefis	FCPE 101.1	1
		Serviço de Programação e Logística	Sepol	FCPE 101.1	1
		Serviço de Tecnologia e Segurança da Informação	Setec	FCPE 101.1	1
		Centro de Atendimento ao Contribuinte	CAC	FCPE 101.1	1
		Equipe de Arrecadação e Cobrança	EAC	FG-1	5
		Equipe de Atendimento ao Contribuinte	EAT	FG-1	2
		Equipe de Fiscalização	EFI	FG-1	3
		Equipe de Informação Fiscal	EIF	FG-1	1
		Equipe de Gestão de Pessoas	EGP	FG-1	1
	DRF - Bauru	Delegado		DAS 101.2	1
		Delegado Adjunto		FCPE 101.1	1
		Assistente		FG-1	2
		Seção de Orientação e Análise Tributária	Saort	FG-1	1
		Seção de Controle e Acompanhamento Tributário	Sacat	FG-1	1
		Seção de Fiscalização	Safis	FG-1	1
		Seção de Administração Aduaneira	Saana	FG-1	1
		Seção de Vigilância e Repressão ao Contrabando e Descaminho	Sarep	FG-1	1
		Seção de Programação e Logística	Sapol	FG-1	1
		Seção de Tecnologia e Segurança da Informação	Satec	FG-1	1
		Centro de Atendimento ao Contribuinte	CAC	FG-1	1
		Equipe de Arrecadação e Cobrança	EAC	FG-3	1
		Equipe de Arrecadação e Cobrança	EAC	FG-2	2
		Equipe de Atendimento ao Contribuinte	EAT	FG-2	2
		Equipe de Fiscalização	EFI	FG-2	3
		Equipe de Fiscalização	EFI	FG-3	1
		Equipe de Logística	ELG	FG-2	1
		Equipe de Gestão de Pessoas	EGP	FG-2	1
	DRF - Campinas	Delegado		DAS 101.3	1
		Delegado Adjunto		FCPE 101.2	1
		Assistente		FG-1	1
		Assistente Técnico		DAS 102.1	1
		Serviço de Orientação e Análise Tributária	Seort	FCPE 101.1	1
		Serviço de Controle e Acompanhamento Tributário	Secat	FCPE 101.1	1
		Serviço de Fiscalização	Sefis	FCPE 101.1	1
		Serviço de Programação e Logística	Sepol	FCPE 101.1	1
		Serviço de Tecnologia e Segurança da Informação	Setec	FCPE 101.1	1
		Centro de Atendimento ao Contribuinte	CAC	FCPE 101.1	1
		Equipe de Arrecadação e Cobrança	EAC	FG-1	8
		Equipe de Atendimento ao Contribuinte	EAT	FG-1	6
		Equipe de Fiscalização	EFI	FG-1	8
		Equipe de Informação Fiscal	EIF	FG-1	1
		Equipe de Gestão de Pessoas	EGP	FG-1	1
	DRF - Franca	Delegado		DAS 101.2	1
		Delegado Adjunto		FCPE 101.1	1
		Assistente		FG-1	1
		Seção de Orientação e Análise Tributária	Saort	FG-1	1
		Seção de Controle e Acompanhamento Tributário	Sacat	FG-1	1
		Seção de Fiscalização	Safis	FG-1	1
		Seção de Administração Aduaneira	Saana	FG-1	1
		Seção de Programação e Logística	Sapol	FG-1	1
		Seção de Tecnologia e Segurança da Informação	Satec	FG-1	1
		Centro de Atendimento ao Contribuinte	CAC	FG-1	1
		Equipe de Arrecadação e Cobrança	EAC	FG-2	2
		Equipe de Atendimento ao Contribuinte	EAT	FG-2	2
		Equipe de Fiscalização	EFI	FG-2	3
		Equipe de Gestão de Pessoas	EGP	FG-2	1
	DRF - Guarulhos	Delegado		DAS 101.3	1
		Delegado Adjunto		FCPE 101.2	1
		Assistente		FG-1	1
		Serviço de Orientação e Análise Tributária	Seort	FCPE 101.1	1
		Serviço de Controle e Acompanhamento Tributário	Secat	FCPE 101.1	1
		Serviço de Fiscalização	Sefis	FCPE 101.1	1
		Serviço de Programação e Logística	Sepol	FCPE 101.1	1
		Serviço de Tecnologia e Segurança da Informação	Setec	FCPE 101.1	1
		Centro de Atendimento ao Contribuinte	CAC	FCPE 101.1	1
		Equipe de Arrecadação e Cobrança	EAC	FG-1	5
		Equipe de Atendimento ao Contribuinte	EAT	FG-2	2
		Equipe de Fiscalização	EFI	FG-1	5
		Equipe de Informação Fiscal	EIF	FG-1	1
		Equipe de Gestão de Pessoas	EGP	FG-1	1
	DRF - Jundiaí	Delegado		DAS 101.3	1
		Delegado Adjunto		FCPE 101.2	1
		Assistente		FG-1	1
		Serviço de Orientação e Análise Tributária	Seort	FCPE 101.1	1
		Serviço de Controle e Acompanhamento Tributário	Secat	FCPE 101.1	1
		Serviço de Fiscalização	Sefis	FCPE 101.1	1
		Seção de Administração Aduaneira	Saana	FG-1	1
		Serviço de Programação e Logística	Sepol	FCPE 101.1	1
		Serviço de Tecnologia e Segurança da Informação	Setec	FCPE 101.1	1
		Centro de Atendimento ao Contribuinte	CAC	FCPE 101.1	1
		Equipe de Arrecadação e Cobrança	EAC	FG-1	5
		Equipe de Atendimento ao Contribuinte	EAT	FG-2	2
		Equipe de Fiscalização	EFI	FG-1	5
		Equipe de Informação Fiscal	EIF	FG-1	1
		Equipe de Gestão de Pessoas	EGP	FG-1	1
	DRF - Limeira	Delegado		DAS 101.3	1
		Delegado Adjunto		FCPE 101.2	1
		Assistente		FG-1	1
		Serviço de Orientação e Análise Tributária	Seort	FCPE 101.1	1
		Serviço de Controle e Acompanhamento Tributário	Secat	FCPE 101.1	1
		Serviço de Fiscalização	Sefis	FCPE 101.1	1
		Seção de Administração Aduaneira	Saana	FG-1	1

	Serviço de Programação e Logística	Sepol	FCPE 101.1	1
	Serviço de Tecnologia e Segurança da Informação	Setec	FCPE 101.1	1
	Centro de Atendimento ao Contribuinte	CAC	FCPE 101.1	1
	Equipe de Arrecadação e Cobrança	EAC	FG-1	5
	Equipe de Atendimento ao Contribuinte	EAT	FG-2	1
	Equipe de Fiscalização	EFI	FG-1	3
	Equipe de Informação Fiscal	EIF	FG-1	1
	Equipe de Gestão de Pessoas	EGP	FG-1	1
DRF - Marília	Delegado		DAS 101.2	1
	Delegado Adjunto		FCPE 101.1	1
	Assistente		FG-1	1
	Seção de Orientação e Análise Tributária	Saort	FG-1	1
	Seção de Controle e Acompanhamento Tributário	Sacat	FG-1	1
	Seção de Fiscalização	Safis	FG-1	1
	Seção de Administração Aduaneira	Saana	FG-1	1
	Seção de Programação e Logística	Sapol	FG-1	1
	Seção de Tecnologia e Segurança da Informação	Satec	FG-1	1
	Centro de Atendimento ao Contribuinte	CAC	FG-1	1
	Equipe de Arrecadação e Cobrança	EAC	FG-2	2
	Equipe de Atendimento ao Contribuinte	EAT	FG-2	2
	Equipe de Fiscalização	EFI	FG-2	3
	Equipe de Logística	ELG	FG-3	1
	Equipe de Gestão de Pessoas	EGP	FG-2	1
DRF - Osasco	Delegado		DAS 101.3	1
	Delegado Adjunto		FCPE 101.2	1
	Assistente		FG-1	2
	Serviço de Orientação e Análise Tributária	Seort	FCPE 101.1	1
	Serviço de Controle e Acompanhamento Tributário	Secat	FCPE 101.1	1
	Serviço de Fiscalização	Sefis	FCPE 101.1	1
	Serviço de Programação e Logística	Sepol	FCPE 101.1	1
	Serviço de Tecnologia e Segurança da Informação	Setec	FCPE 101.1	1
	Centro de Atendimento ao Contribuinte	CAC	FCPE 101.1	1
	Equipe de Arrecadação e Cobrança	EAC	FG-1	6
	Equipe de Atendimento ao Contribuinte	EAT	FG-2	2
	Equipe de Fiscalização	EFI	FG-1	7
	Equipe de Informação Fiscal	EIF	FG-1	1
	Equipe de Gestão de Pessoas	EGP	FG-1	1
DRF - Piracicaba	Delegado		DAS 101.3	1
	Delegado Adjunto		FCPE 101.2	1
	Assistente		FG-1	2
	Serviço de Orientação e Análise Tributária	Seort	FCPE 101.1	1
	Serviço de Controle e Acompanhamento Tributário	Secat	FCPE 101.1	1
	Serviço de Fiscalização	Sefis	FCPE 101.1	1
	Seção de Administração Aduaneira	Saana	FG-1	1
	Seção de Vigilância e Repressão ao Contrabando e Descaminho	Sarep	FG-1	1
	Serviço de Programação e Logística	Sepol	FCPE 101.1	1
	Serviço de Tecnologia e Segurança da Informação	Setec	FCPE 101.1	1
	Centro de Atendimento ao Contribuinte	CAC	FCPE 101.1	1
	Equipe de Arrecadação e Cobrança	EAC	FG-1	4
	Equipe de Atendimento ao Contribuinte	EAT	FG-2	2
	Equipe de Fiscalização	EFI	FG-1	3
	Equipe de Informação Fiscal	EIF	FG-1	1
	Equipe de Gestão de Pessoas	EGP	FG-1	1
DRF - Presidente Prudente	Delegado		DAS 101.2	1
	Delegado Adjunto		FG-1	1
	Seção de Orientação e Análise Tributária	Saort	FG-1	1
	Seção de Controle e Acompanhamento Tributário	Sacat	FG-1	1
	Seção de Fiscalização	Safis	FG-1	1
	Setor de Administração Aduaneira	Soana	FG-2	1
	Seção de Vigilância e Repressão ao Contrabando e Descaminho	Sarep	FG-1	1
	Seção de Programação e Logística	Sapol	FG-1	1
	Seção de Tecnologia e Segurança da Informação	Satec	FG-1	1
	Centro de Atendimento ao Contribuinte	CAC	FG-1	1
	Equipe de Arrecadação e Cobrança	EAC	FG-3	2
	Equipe de Atendimento ao Contribuinte	EAT	FG-3	1
	Equipe de Fiscalização	EFI	FG-3	2
	Equipe de Logística	ELG	FG-3	1
	Equipe de Gestão de Pessoas	EGP	FG-2	1
DRF - Ribeirão Preto	Delegado		DAS 101.3	1
	Delegado Adjunto		FCPE 101.2	1
	Assistente		FG-1	1
	Serviço de Orientação e Análise Tributária	Seort	FCPE 101.1	1
	Serviço de Controle e Acompanhamento Tributário	Secat	FCPE 101.1	1
	Serviço de Fiscalização	Sefis	FCPE 101.1	1
	Seção de Administração Aduaneira	Saana	FG-1	1
	Serviço de Gestão Corporativa	Secor	FCPE 101.1	1
	Seção de Programação e Logística	Sapol	FG-1	1
	Seção de Tecnologia e Segurança da Informação	Satec	FG-1	1
	Seção de Gestão de Pessoas	Sagep	FG-1	1
	Centro de Atendimento ao Contribuinte	CAC	FCPE 101.1	1
	Equipe de Arrecadação e Cobrança	EAC	FG-1	5
	Equipe de Atendimento ao Contribuinte	EAT	FG-1	2
	Equipe de Fiscalização	EFI	FG-1	4
	Equipe de Informação Fiscal	EIF	FG-1	1
DRF - Santo André	Delegado		DAS 101.3	1
	Delegado Adjunto		FCPE 101.2	1
	Assistente		FG-1	1
	Serviço de Orientação e Análise Tributária	Seort	FCPE 101.1	1
	Serviço de Controle e Acompanhamento Tributário	Secat	FCPE 101.1	1
	Serviço de Fiscalização	Sefis	FCPE 101.1	1
	Serviço de Programação e Logística	Sepol	FCPE 101.1	1
	Serviço de Tecnologia e Segurança da Informação	Setec	FCPE 101.1	1
	Centro de Atendimento ao Contribuinte	CAC	FCPE 101.1	1
	Equipe de Arrecadação e Cobrança	EAC	FG-1	5
	Equipe de Atendimento ao Contribuinte	EAT	FG-2	2
	Equipe de Fiscalização	EFI	FG-1	4
	Equipe de Informação Fiscal	EIF	FG-1	1
	Equipe de Gestão de Pessoas	EGP	FG-1	1
DRF - Santos	Delegado		DAS 101.3	1
	Delegado Adjunto		FCPE 101.2	1
	Assistente		FG-1	1
	Serviço de Orientação e Análise Tributária	Seort	FCPE 101.1	1
	Serviço de Controle e Acompanhamento Tributário	Secat	FCPE 101.1	1
	Serviço de Fiscalização	Sefis	FCPE 101.1	1
	Serviço de Programação e Logística	Sepol	FCPE 101.1	1
	Serviço de Tecnologia e Segurança da Informação	Setec	FCPE 101.1	1
	Centro de Atendimento ao Contribuinte	CAC	FCPE 101.1	1
	Equipe de Arrecadação e Cobrança	EAC	FG-1	5
	Equipe de Atendimento ao Contribuinte	EAT	FG-2	2
	Equipe de Fiscalização	EFI	FG-1	3
	Equipe de Informação Fiscal	EIF	FG-1	1
	Equipe de Gestão de Pessoas	EGP	FG-1	1
DRF - São Bernardo do Campo	Delegado		DAS 101.3	1
	Delegado Adjunto		FCPE 101.2	1
	Assistente		FG-1	1
	Serviço de Orientação e Análise Tributária	Seort	FCPE 101.1	1
	Serviço de Controle e Acompanhamento Tributário	Secat	FCPE 101.1	1
	Serviço de Fiscalização	Sefis	FCPE 101.1	1
	Serviço de Programação e Logística	Sepol	FCPE 101.1	1
	Serviço de Tecnologia e Segurança da Informação	Setec	FCPE 101.1	1
	Centro de Atendimento ao Contribuinte	CAC	FCPE 101.1	1
	Equipe de Arrecadação e Cobrança	EAC	FG-1	5
	Equipe de Atendimento ao Contribuinte	EAT	FG-2	2
	Equipe de Fiscalização	EFI	FG-1	4
	Equipe de Informação Fiscal	EIF	FG-1	1
	Equipe de Gestão de Pessoas	EGP	FG-1	1
DRF - São José do Rio Preto	Delegado		DAS 101.2	1

		Delegado Adjunto		FCPE 101.1	1
		Assistente		FG-1	1
		Seção de Orientação e Análise Tributária	Saort	FG-1	1
		Seção de Controle e Acompanhamento Tributário	Sacat	FG-1	1
		Seção de Fiscalização	Safis	FG-1	1
		Seção de Administração Aduaneira	Saana	FG-1	1
		Seção de Programação e Logística	Sapol	FG-1	1
		Seção de Tecnologia e Segurança da Informação	Satec	FG-1	1
		Centro de Atendimento ao Contribuinte	CAC	FG-1	1
		Equipe de Arrecadação e Cobrança	EAC	FG-2	3
		Equipe de Atendimento ao Contribuinte	EAT	FG-2	2
		Equipe de Fiscalização	EFI	FG-2	3
		Equipe de Gestão de Pessoas	EGP	FG-2	1
	DRF - São José dos Campos	Delegado		DAS 101.3	1
		Delegado Adjunto		FCPE 101.2	1
		Assistente		FG-1	1
		Serviço de Orientação e Análise Tributária	Seort	FCPE 101.1	1
		Serviço de Controle e Acompanhamento Tributário	Secat	FCPE 101.1	1
		Serviço de Fiscalização	Sefis	FCPE 101.1	1
		Seção de Administração Aduaneira	Saana	FG-1	1
		Serviço de Programação e Logística	Sepol	FCPE 101.1	1
		Serviço de Tecnologia e Segurança da Informação	Setec	FCPE 101.1	1
		Centro de Atendimento ao Contribuinte	CAC	FCPE 101.1	1
		Equipe de Arrecadação e Cobrança	EAC	FG-1	5
		Equipe de Atendimento ao Contribuinte	EAT	FG-2	2
		Equipe de Fiscalização	EFI	FG-1	4
		Equipe de Informação Fiscal	EIF	FG-1	1
		Equipe de Gestão de Pessoas	EGP	FG-1	1
	DRF - Sorocaba	Delegado		DAS 101.3	1
		Delegado Adjunto		FCPE 101.2	1
		Assistente		FG-1	1
		Serviço de Orientação e Análise Tributária	Seort	FCPE 101.1	1
		Serviço de Controle e Acompanhamento Tributário	Secat	FCPE 101.1	1
		Serviço de Fiscalização	Sefis	FCPE 101.1	1
		Seção de Administração Aduaneira	Saana	FG-1	1
		Serviço de Programação e Logística	Sepol	FCPE 101.1	1
		Serviço de Tecnologia e Segurança da Informação	Setec	FCPE 101.1	1
		Centro de Atendimento ao Contribuinte	CAC	FCPE 101.1	1
		Equipe de Arrecadação e Cobrança	EAC	FG-1	5
		Equipe de Atendimento ao Contribuinte	EAT	FG-2	2
		Equipe de Fiscalização	EFI	FG-1	4
		Equipe de Informação Fiscal	EIF	FG-1	1
		Equipe de Gestão de Pessoas	EGP	FG-1	1
	DRF - Taubaté	Delegado		DAS 101.2	1
		Delegado Adjunto		FCPE 101.1	1
		Assistente		FG-1	1
		Seção de Orientação e Análise Tributária	Saort	FG-1	1
		Seção de Controle e Acompanhamento Tributário	Sacat	FG-1	1
		Seção de Fiscalização	Safis	FG-1	1
		Seção de Administração Aduaneira	Saana	FG-1	1
		Seção de Programação e Logística	Sapol	FG-1	1
		Seção de Tecnologia e Segurança da Informação	Satec	FG-1	1
		Centro de Atendimento ao Contribuinte	CAC	FG-1	1
		Equipe de Arrecadação e Cobrança	EAC	FG-2	2
		Equipe de Atendimento ao Contribuinte	EAT	FG-2	2
		Equipe de Fiscalização	EFI	FG-2	3
		Equipe de Logística	ELG	FG-2	1
		Equipe de Gestão de Pessoas	EGP	FG-2	1
9ª	DRF - Blumenau	Delegado		DAS 101.2	1
		Delegado Adjunto		FCPE 101.1	1
		Assistente		FG-2	1
		Seção de Orientação e Análise Tributária	Saort	FG-1	1
		Seção de Controle e Acompanhamento Tributário	Sacat	FG-1	1
		Seção de Fiscalização	Safis	FG-1	1
		Seção de Administração Aduaneira	Saana	FG-1	1
		Seção de Programação e Logística	Sapol	FG-1	1
		Seção de Tecnologia e Segurança da Informação	Satec	FG-1	1
		Centro de Atendimento ao Contribuinte	CAC	FG-1	1
		Equipe de Arrecadação e Cobrança	EAC	FG-2	2
		Equipe de Atendimento ao Contribuinte	EAT	FG-2	2
		Equipe de Fiscalização	EFI	FG-2	3
	DRF - Cascavel	Delegado		DAS 101.2	1
		Delegado Adjunto		FCPE 101.1	1
		Assistente		FG-3	1
		Seção de Orientação e Análise Tributária	Saort	FG-1	1
		Seção de Controle e Acompanhamento Tributário	Sacat	FG-1	1
		Seção de Fiscalização	Safis	FG-1	1
		Seção de Administração Aduaneira	Saana	FG-1	1
		Seção de Vigilância e Repressão ao Contrabando e Descaminho	Sarep	FG-1	1
		Seção de Programação e Logística	Sapol	FG-1	1
		Seção de Tecnologia e Segurança da Informação	Satec	FG-1	1
		Centro de Atendimento ao Contribuinte	CAC	FG-1	1
		Equipe de Arrecadação e Cobrança	EAC	FG-2	2
		Equipe de Atendimento ao Contribuinte	EAT	FG-2	2
		Equipe de Fiscalização	EFI	FG-2	3
		Equipe de Gestão de Mercadorias Apreendidas	EMA	FG-2	1
	DRF - Curitiba	Delegado		DAS 101.3	1
		Delegado Adjunto		FCPE 101.2	1
		Assistente		FG-1	1
		Assistente Técnico		DAS 102.1	1
		Serviço de Orientação e Análise Tributária	Seort	FCPE 101.1	1
		Serviço de Controle e Acompanhamento Tributário	Secat	FCPE 101.1	1
		Serviço de Fiscalização	Sefis	FCPE 101.1	1
		Serviço de Gestão Corporativa	Secor	FCPE 101.1	1
		CAC - Centro	CAC	FCPE 101.1	1
		CAC - Parcelamento	CAC	FCPE 101.1	1
		Equipe de Arrecadação e Cobrança	EAC	FG-1	11
		Equipe de Atendimento ao Contribuinte	EAT	FG-1	12
		Equipe de Fiscalização	EFI	FG-1	11
		Equipe de Informação Fiscal	EIF	FG-1	1
		Equipe de Logística	ELG	FG-1	1
		Equipe de Logística	ELG	FG-3	2
		Equipe de Tecnologia e Segurança da Informação	ETI	FG-3	2
		Equipe de Tecnologia e Segurança da Informação	ETI	FG-1	1
		Equipe de Gestão de Pessoas	EGP	FG-3	2
		Equipe de Gestão de Pessoas	EGP	FG-1	1
	DRF - Florianópolis	Delegado		DAS 101.3	1
		Delegado Adjunto		FCPE 101.2	1
		Assistente		FG-1	1
		Serviço de Orientação e Análise Tributária	Seort	FCPE 101.1	1
		Serviço de Controle e Acompanhamento Tributário	Secat	FCPE 101.1	1
		Serviço de Fiscalização	Sefis	FCPE 101.1	1
		Serviço de Programação e Logística	Sepol	FCPE 101.1	1
		Serviço de Tecnologia e Segurança da Informação	Setec	FCPE 101.1	1
		Serviço de Gestão de Pessoas	Segep	FCPE 101.1	1
		Centro de Atendimento ao Contribuinte	CAC	FCPE 101.1	1
		Equipe de Arrecadação e Cobrança	EAC	FG-1	6
		Equipe de Atendimento ao Contribuinte	EAT	FG-2	2
		Equipe de Fiscalização	EFI	FG-1	7
		Equipe de Informação Fiscal	EIF	FG-1	1
		Equipe de Pagamento	EPG	FG-3	1
	DRF - Joaçaba	Delegado		DAS 101.2	1
		Delegado Adjunto		FCPE 101.1	1
		Assistente		FG-3	1
		Seção de Orientação e Análise Tributária	Saort	FG-1	1
		Seção de Controle e Acompanhamento Tributário	Sacat	FG-1	1
		Seção de Fiscalização	Safis	FG-1	1
		Setor de Administração Aduaneira	Soana	FG-2	1
		Seção de Vigilância e Repressão ao Contrabando e Descaminho	Sarep	FG-1	1
		Seção de Programação e Logística	Sapol	FG-1	1
		Seção de Tecnologia e Segurança da Informação	Satec	FG-1	1
		Centro de Atendimento ao Contribuinte	CAC	FG-1	1
		Equipe de Arrecadação e Cobrança	EAC	FG-2	2
		Equipe de Atendimento ao Contribuinte	EAT	FG-3	2
		Equipe de Fiscalização	EFI	FG-2	2
	DRF - Joinville	Delegado		DAS 101.2	1
		Delegado Adjunto		FCPE 101.1	1

		Assistente		FG-1	1
		Seção de Orientação e Análise Tributária	Saort	FG-1	1
		Seção de Controle e Acompanhamento Tributário	Sacat	FG-1	1
		Seção de Fiscalização	Safis	FG-1	1
		Seção de Administração Aduaneira	Saana	FG-1	1
		Seção de Programação e Logística	Sapol	FG-1	1
		Seção de Tecnologia e Segurança da Informação	Satec	FG-1	1
		Centro de Atendimento ao Contribuinte	CAC	FG-1	1
		Equipe de Arrecadação e Cobrança	EAC	FG-2	2
		Equipe de Atendimento ao Contribuinte	EAT	FG-2	2
		Equipe de Fiscalização	EFI	FG-2	4
	DRF - Lages	Delegado		FCPE 101.1	1
		Núcleo de Arrecadação e Cobrança	Nurac	FG-3	1
		Núcleo de Fiscalização	Nufis	FG-3	1
		Núcleo de Administração Aduaneira	Nuana	FG-3	1
		Núcleo de Gestão Corporativa	Nucor	FG-3	1
		Centro de Atendimento ao Contribuinte	CAC	FG-3	1
	DRF - Londrina	Delegado		DAS 101.2	1
		Delegado Adjunto		FCPE 101.1	1
		Assistente		FG-1	1
		Seção de Orientação e Análise Tributária	Saort	FG-1	1
		Seção de Controle e Acompanhamento Tributário	Sacat	FG-1	1
		Seção de Fiscalização	Safis	FG-1	1
		Seção de Administração Aduaneira	Saana	FG-1	1
		Seção de Programação e Logística	Sapol	FG-1	1
		Seção de Tecnologia e Segurança da Informação	Satec	FG-1	1
		Centro de Atendimento ao Contribuinte	CAC	FG-1	1
		Equipe de Arrecadação e Cobrança	EAC	FG-2	2
		Equipe de Atendimento ao Contribuinte	EAT	FG-2	2
		Equipe de Fiscalização	EFI	FG-2	4
	DRF - Maringá	Delegado		DAS 101.2	1
		Delegado Adjunto		FCPE 101.1	1
		Assistente		FG-3	1
		Seção de Orientação e Análise Tributária	Saort	FG-1	1
		Seção de Controle e Acompanhamento Tributário	Sacat	FG-1	1
		Seção de Fiscalização	Safis	FG-1	1
		Seção de Administração Aduaneira	Saana	FG-1	1
		Seção de Vigilância e Repressão ao Contrabando e Descaminho	Sarep	FG-1	1
		Seção de Programação e Logística	Sapol	FG-1	1
		Seção de Tecnologia e Segurança da Informação	Satec	FG-1	1
		Centro de Atendimento ao Contribuinte	CAC	FG-1	1
		Equipe de Arrecadação e Cobrança	EAC	FG-2	2
		Equipe de Atendimento ao Contribuinte	EAT	FG-2	2
		Equipe de Fiscalização	EFI	FG-2	3
		Equipe de Gestão de Mercadorias Apreendidas	EMA	FG-2	1
	DRF - Ponta Grossa	Delegado		DAS 101.2	1
		Delegado Adjunto		FCPE 101.1	1
		Assistente		FG-3	1
		Seção de Orientação e Análise Tributária	Saort	FG-1	1
		Seção de Controle e Acompanhamento Tributário	Sacat	FG-1	1
		Seção de Fiscalização	Safis	FG-1	1
		Seção de Administração Aduaneira	Saana	FG-1	1
		Seção de Programação e Logística	Sapol	FG-1	1
		Seção de Tecnologia e Segurança da Informação	Satec	FG-1	1
		Centro de Atendimento ao Contribuinte	CAC	FG-1	1
		Equipe de Arrecadação e Cobrança	EAC	FG-2	2
		Equipe de Atendimento ao Contribuinte	EAT	FG-2	2
		Equipe de Fiscalização	EFI	FG-2	2
10ª	DRF - Caxias do Sul	Delegado		DAS 101.3	1
		Delegado Adjunto		FCPE 101.2	1
		Assistente		FG-1	1
		Serviço de Orientação e Análise Tributária	Seort	FCPE 101.1	1
		Serviço de Controle e Acompanhamento Tributário	Secat	FCPE 101.1	1
		Serviço de Fiscalização	Sefis	FCPE 101.1	1
		Seção de Administração Aduaneira	Saana	FG-1	1
		Serviço de Programação e Logística	Sepol	FCPE 101.1	1
		Serviço de Tecnologia e Segurança da Informação	Setec	FCPE 101.1	1
		Centro de Atendimento ao Contribuinte	CAC	FCPE 101.1	1
		Equipe de Arrecadação e Cobrança	EAC	FG-1	6
		Equipe de Atendimento ao Contribuinte	EAT	FG-2	2
		Equipe de Fiscalização	EFI	FG-1	4
		Equipe de Informação Fiscal	EIF	FG-1	1
	DRF - Novo Hamburgo	Delegado		DAS 101.3	1
		Delegado Adjunto		FCPE 101.2	1
		Assistente		FG-1	1
		Serviço de Orientação e Análise Tributária	Seort	FCPE 101.1	1
		Serviço de Controle e Acompanhamento Tributário	Secat	FCPE 101.1	1
		Serviço de Fiscalização	Sefis	FCPE 101.1	1
		Seção de Administração Aduaneira	Saana	FG-1	1
		Serviço de Programação e Logística	Sepol	FCPE 101.1	1
		Serviço de Tecnologia e Segurança da Informação	Setec	FCPE 101.1	1
		Centro de Atendimento ao Contribuinte	CAC	FCPE 101.1	1
		Equipe de Arrecadação e Cobrança	EAC	FG-1	6
		Equipe de Atendimento ao Contribuinte	EAT	FG-2	2
		Equipe de Fiscalização	EFI	FG-1	5
		Equipe de Informação Fiscal	EIF	FG-1	1
	DRF - Passo Fundo	Delegado		DAS 101.2	1
		Delegado Adjunto		FCPE 101.1	1
		Assistente		FG-3	1
		Seção de Orientação e Análise Tributária	Saort	FG-1	1
		Seção de Controle e Acompanhamento Tributário	Sacat	FG-1	1
		Seção de Fiscalização	Safis	FG-1	1
		Seção de Administração Aduaneira	Saana	FG-1	1
		Seção de Programação e Logística	Sapol	FG-1	1
		Seção de Tecnologia e Segurança da Informação	Satec	FG-1	1
		Centro de Atendimento ao Contribuinte	CAC	FG-1	1
		Equipe de Arrecadação e Cobrança	EAC	FG-2	3
		Equipe de Atendimento ao Contribuinte	EAT	FG-2	2
		Equipe de Fiscalização	EFI	FG-2	2
	DRF - Pelotas	Delegado		DAS 101.2	1
		Delegado Adjunto		FCPE 101.1	1
		Assistente		FG-2	1
		Seção de Orientação e Análise Tributária	Saort	FG-1	1
		Seção de Controle e Acompanhamento Tributário	Sacat	FG-1	1
		Seção de Fiscalização	Safis	FG-1	1
		Seção de Administração Aduaneira	Saana	FG-1	1
		Seção de Programação e Logística	Sapol	FG-1	1
		Seção de Tecnologia e Segurança da Informação	Satec	FG-1	1
		Centro de Atendimento ao Contribuinte	CAC	FG-1	1
		Equipe de Arrecadação e Cobrança	EAC	FG-2	2
		Equipe de Atendimento ao Contribuinte	EAT	FG-3	1
		Equipe de Atendimento ao Contribuinte	EAT	FG-2	1
		Equipe de Fiscalização	EFI	FG-2	3
		Equipe de Gestão de Pessoas	EGP	FG-3	1
	DRF - Porto Alegre	Delegado		DAS 101.3	1
		Delegado Adjunto		FCPE 101.2	1
		Assistente		FG-1	1
		Assistente Técnico		DAS 102.1	1
		Serviço de Orientação e Análise Tributária	Seort	FCPE 101.1	1
		Serviço de Controle e Acompanhamento Tributário	Secat	FCPE 101.1	1
		Serviço de Fiscalização	Sefis	FCPE 101.1	1
		Centro de Atendimento ao Contribuinte	CAC	FCPE 101.1	1
		Equipe de Arrecadação e Cobrança	EAC	FG-1	9
		Equipe de Atendimento ao Contribuinte	EAT	FG-1	5
		Equipe de Fiscalização	EFI	FG-1	10
		Equipe de Informação Fiscal	EIF	FG-1	1
		Equipe de Logística	ELG	FG-3	1
		Equipe de Tecnologia e Segurança da Informação	ETI	FG-3	1
		Equipe de Gestão de Pessoas	EGP	FG-3	1
	DRF - Santa Cruz do Sul	Delegado		DAS 101.2	1
		Delegado Adjunto		FCPE 101.1	1
		Assistente		FG-3	1
		Seção de Orientação e Análise Tributária	Saort	FG-1	1
		Seção de Controle e Acompanhamento Tributário	Sacat	FG-1	1
		Seção de Fiscalização	Safis	FG-1	1
		Seção de Administração Aduaneira	Saana	FG-1	1
		Seção de Programação e Logística	Sapol	FG-1	1
		Seção de Tecnologia e Segurança da Informação	Satec	FG-1	1
		Centro de Atendimento ao Contribuinte	CAC	FG-1	1
		Equipe de Arrecadação e Cobrança	EAC	FG-2	2
		Equipe de Atendimento ao Contribuinte	EAT	FG-2	2
		Equipe de Fiscalização	EFI	FG-2	2
		Equipe de Logística	ELG	FG-3	1
	DRF - Santa Maria	Delegado		DAS 101.2	1
		Delegado Adjunto		FCPE 101.1	1

		Assistente		FG-1	1
		Seção de Orientação e Análise Tributária	Saort	FG-1	1
		Seção de Controle e Acompanhamento Tributário	Sacat	FG-1	1
		Seção de Fiscalização	Safis	FG-1	1
		Setor de Administração Aduaneira	Soana	FG-2	1
		Seção de Vigilância e Repressão ao Contrabando e Descaminho	Sarep	FG-1	1
		Seção de Programação e Logística	Sapol	FG-1	1
		Seção de Tecnologia e Segurança da Informação	Satec	FG-1	1
		Centro de Atendimento ao Contribuinte	CAC	FG-1	1
		Equipe de Arrecadação e Cobrança	EAC	FG-2	2
		Equipe de Atendimento ao Contribuinte	EAT	FG-2	2
		Equipe de Fiscalização	EFI	FG-2	3
	DRF - Santo Ângelo	Delegado		DAS 101.2	1
		Delegado Adjunto		FCPE 101.1	1
		Assistente		FG-3	1
		Seção de Orientação e Análise Tributária	Saort	FG-1	1
		Seção de Controle e Acompanhamento Tributário	Sacat	FG-1	1
		Seção de Fiscalização	Safis	FG-1	1
		Setor de Administração Aduaneira	Soana	FG-2	1
		Seção de Vigilância e Repressão ao Contrabando e Descaminho	Sarep	FG-1	1
		Seção de Programação e Logística	Sapol	FG-1	1
		Seção de Tecnologia e Segurança da Informação	Satec	FG-1	1
		Centro de Atendimento ao Contribuinte	CAC	FG-1	1
		Equipe de Arrecadação e Cobrança	EAC	FG-2	2
		Equipe de Atendimento ao Contribuinte	EAT	FG-3	2
		Equipe de Fiscalização	EFI	FG-2	3

ANEXO XVII
ESTRUTURA DAS ALFÂNDEGAS da receita federal do brasil

Região Fiscal	Unidade	Subunidade	Sigla	Cargo/ Função	Qtd.
1ª	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília	Delegado		DAS 101.2	1
		Delegado Adjunto		FCPE 101.1	1
		Seção de Assessoramento Técnico Aduaneiro	Saata	FG-1	1
		Seção de Despacho Aduaneiro	Sadad	FG-1	1
		Seção de Conferência de Bagagem	Sabag	FG-1	1
		Serviço de Controle Aduaneiro Pós Despacho	Secap	FCPE 101.1	1
		Seção de Vigilância Aduaneira	Savig	FG-1	1
		Seção de Gestão de Riscos Aduaneiros	Sarad	FG-1	1
		Centro de Atendimento ao Contribuinte	CAC	FG-1	1
		Equipe Aduaneira	EAD	FG-1	1
		Equipe Aduaneira	EAD	FG-2	3
		Equipe de Vigilância e Repressão	EVR	FG-3	1
		Equipe de Logística	ELG	FG-1	1
		Equipe de Tecnologia e Segurança da Informação	ETI	FG-1	1
		Equipe de Gestão de Pessoas	EGP	FG-1	1
	ALF - Corumbá	Delegado		DAS 101.2	1
		Delegado Adjunto		FG-1	1
		Setor de Assessoramento Técnico Aduaneiro	Soata	FG-2	1
		Seção de Despacho Aduaneiro	Sadad	FG-1	1
		Seção de Vigilância Aduaneira	Savig	FG-1	1
		Seção de Gestão de Riscos Aduaneiros	Sarad	FG-1	1
		Seção de Programação e Logística	Sapol	FG-1	1
		Seção de Tecnologia e Segurança da Informação	Satec	FG-1	1
		Centro de Atendimento ao Contribuinte	CAC	FG-2	1
		Equipe Aduaneira	EAD	FG-2	2
		Equipe de Vigilância e Repressão	EVR	FG-3	1
	ALF - Mundo Novo	Delegado		DAS 101.2	1
		Delegado Adjunto		FG-1	1
		Setor de Assessoramento Técnico Aduaneiro	Soata	FG-2	1
		Seção de Despacho Aduaneiro	Sadad	FG-1	1
		Seção de Vigilância Aduaneira	Savig	FG-1	1
		Seção de Gestão de Riscos Aduaneiros	Sarad	FG-1	1
		Seção de Programação e Logística	Sapol	FG-1	1
		Seção de Tecnologia e Segurança da Informação	Satec	FG-1	1
		Centro de Atendimento ao Contribuinte	CAC	FG-2	1
		Equipe Aduaneira	EAD	FG-2	2
		Equipe de Vigilância e Repressão	EVR	FG-3	1
		Equipe de Gestão de Mercadorias Apreendidas	EMA	FG-2	1
	ALF - Ponta Porã	Delegado		DAS 101.2	1
		Delegado Adjunto		FG-1	1
		Setor de Assessoramento Técnico Aduaneiro	Soata	FG-2	1
		Seção de Despacho Aduaneiro	Sadad	FG-1	1
		Seção de Vigilância Aduaneira	Savig	FG-1	1
		Seção de Gestão de Riscos Aduaneiros	Sarad	FG-1	1
		Seção de Programação e Logística	Sapol	FG-1	1
		Seção de Tecnologia e Segurança da Informação	Satec	FG-1	1
		Centro de Atendimento ao Contribuinte	CAC	FG-2	1
		Equipe Aduaneira	EAD	FG-2	2
		Equipe de Vigilância e Repressão	EVR	FG-3	1
		Equipe de Gestão de Mercadorias Apreendidas	EMA	FG-2	1
2ª	ALF - Aeroporto Internacional Eduardo Gomes	Delegado		DAS 101.2	1
		Delegado Adjunto		FCPE 101.1	1
		Seção de Assessoramento Técnico Aduaneiro	Saata	FG-1	1
		Serviço de Despacho Aduaneiro	Sedad	FCPE 101.1	1
		Seção de Conferência de Bagagem	Sabag	FG-1	1
		Seção de Procedimentos Especiais Aduaneiros	Sapea	FG-1	1
		Seção de Vigilância Aduaneira	Savig	FG-1	1
		Seção de Gestão de Riscos Aduaneiros	Sarad	FG-1	1
		Centro de Atendimento ao Contribuinte	CAC	FG-1	1
		Equipe Aduaneira	EAD	FG-2	3
		Equipe Aduaneira	EAD	FG-1	1
		Equipe de Vigilância e Repressão	EVR	FG-3	1
		Equipe de Logística	ELG	FG-3	1
		Equipe de Tecnologia e Segurança da Informação	ETI	FG-3	1
		Equipe de Gestão de Pessoas	EGP	FG-3	1
	ALF - Belém	Delegado		DAS 101.2	1
		Delegado Adjunto		FCPE 101.1	1
		Seção de Assessoramento Técnico Aduaneiro	Saata	FG-1	1
		Serviço de Despacho Aduaneiro	Sedad	FCPE 101.1	1
		Seção de Controle Aduaneiro Pós Despacho	Sacap	FG-1	1
		Seção de Vigilância Aduaneira	Savig	FG-1	1
		Seção de Gestão de Riscos Aduaneiros	Sarad	FG-1	1
		Centro de Atendimento ao Contribuinte	CAC	FG-1	1
		Equipe Aduaneira	EAD	FG-1	1
		Equipe Aduaneira	EAD	FG-2	2
		Equipe de Vigilância e Repressão	EVR	FG-3	1
		Equipe de Logística	ELG	FG-1	1
		Equipe de Tecnologia e Segurança da Informação	ETI	FG-1	1
		Equipe de Gestão de Pessoas	EGP	FG-1	1
	ALF - Porto de Manaus	Delegado		DAS 101.3	1
		Delegado Adjunto		FCPE 101.1	1
		Seção de Assessoramento Técnico Aduaneiro	Saata	FG-1	1
		Serviço de Despacho Aduaneiro	Sedad	FCPE 101.1	1
		Seção de Controle de Carga e Trânsito Aduaneiro	Sacta	FG-1	1
		Seção de Procedimentos Especiais Aduaneiros	Sapea	FG-1	1
		Serviço de Controle Aduaneiro Pós Despacho	Secap	FCPE 101.1	1
		Serviço de Vigilância e Repressão ao Contrabando e Descaminho	Serep	FCPE 101.1	1
		Seção de Gestão de Riscos Aduaneiros	Sarad	FG-1	1
		Centro de Atendimento ao Contribuinte	CAC	FG-1	1
		Equipe Aduaneira	EAD	FG-2	3
		Equipe Aduaneira	EAD	FG-3	1
		Equipe Aduaneira	EAD	FG-1	2
		Equipe de Vigilância e Repressão	EVR	FG-1	1
		Equipe de Vigilância e Repressão	EVR	FG-3	2
		Equipe de Gestão de Operadores Econômicos Autorizados	EqOEA	FG-1	1
		Equipe de Logística	ELG	FG-3	1
		Equipe de Tecnologia e Segurança da Informação	ETI	FG-3	1
		Equipe de Gestão de Pessoas	EGP	FG-3	1

3ª	ALF - Fortaleza	Delegado		DAS 101.2	1
		Delegado Adjunto		FCPE 101.1	1
		Seção de Assessoramento Técnico Aduaneiro	Saata	FG-1	1
		Serviço de Despacho Aduaneiro	Sedad	FCPE 101.1	1
		Seção de Controle Aduaneiro Pós Despacho	Sacap	FG-1	1
		Seção de Vigilância Aduaneira	Savig	FG-1	1
		Seção de Gestão de Riscos Aduaneiros	Sarad	FG-1	1
		Centro de Atendimento ao Contribuinte	CAC	FG-1	1
		Equipe Aduaneira	EAD	FG-1	1
		Equipe Aduaneira	EAD	FG-2	2
		Equipe de Vigilância e Repressão	EVR	FG-3	1
		Equipe de Logística	ELG	FG-1	1
		Equipe de Tecnologia e Segurança da Informação	ETI	FG-1	1
		Equipe de Gestão de Pessoas	EGP	FG-1	1
4ª	ALF - Recife	Delegado		DAS 101.2	1
		Delegado Adjunto		FCPE 101.1	1
		Seção de Assessoramento Técnico Aduaneiro	Saata	FG-1	1
		Serviço de Despacho Aduaneiro	Sedad	FCPE 101.1	1
		Seção de Controle Aduaneiro Pós Despacho	Sacap	FG-1	1
		Seção de Vigilância Aduaneira	Savig	FG-1	1
		Seção de Gestão de Riscos Aduaneiros	Sarad	FG-1	1
		Seção de Programação e Logística	Sapol	FG-1	1
		Seção de Tecnologia e Segurança da Informação	Satec	FG-1	1
		Seção de Gestão de Pessoas	Sagep	FG-1	1
		Centro de Atendimento ao Contribuinte	CAC	FG-1	1
		Equipe Aduaneira	EAD	FG-1	1
		Equipe Aduaneira	EAD	FG-2	2
		Equipe de Vigilância e Repressão	EVR	FG-3	1
		Equipe de Gestão de Operadores Econômicos Autorizados	EqOEA	FG-1	1
		Equipe de Logística	ELG	FG-3	1
		Equipe de Tecnologia e Segurança da Informação	ETI	FG-3	1
		Equipe de Gestão de Pessoas	EGP	FG-3	1
5ª	ALF - Salvador	Delegado		DAS 101.2	1
		Delegado Adjunto		FCPE 101.1	1
		Seção de Assessoramento Técnico Aduaneiro	Saata	FG-1	1
		Serviço de Despacho Aduaneiro	Sedad	FCPE 101.1	1
		Seção de Controle Aduaneiro Pós Despacho	Sacap	FG-1	1
		Seção de Vigilância Aduaneira	Savig	FG-1	1
		Seção de Gestão de Riscos Aduaneiros	Sarad	FG-1	1
		Centro de Atendimento ao Contribuinte	CAC	FG-1	1
		Equipe Aduaneira	EAD	FG-2	2
		Equipe Aduaneira	EAD	FG-1	1
		Equipe de Vigilância e Repressão	EVR	FG-3	1
		Equipe de Logística	ELG	FG-1	1
		Equipe de Gestão de Mercadorias Apreendidas	EMA	FG-2	1
		Equipe de Tecnologia e Segurança da Informação	ETI	FG-1	1
		Equipe de Gestão de Pessoas	EGP	FG-1	1
6ª	ALF - Belo Horizonte	Delegado		DAS 101.3	1
		Delegado Adjunto		FCPE 101.1	1
		Seção de Assessoramento Técnico Aduaneiro	Saata	FG-1	1
		Seção de Despacho Aduaneiro	Sadad	FG-1	1
		Serviço de Controle Aduaneiro Pós Despacho	Secap	FCPE 101.1	1
		Seção de Vigilância Aduaneira	Savig	FG-1	1
		Seção de Gestão de Riscos Aduaneiros	Sarad	FG-1	1
		Centro de Atendimento ao Contribuinte	CAC	FG-1	1
		Equipe Aduaneira	EAD	FG-2	2
		Equipe Aduaneira	EAD	FG-1	1
		Equipe de Vigilância e Repressão	EVR	FG-3	1
		Equipe de Gestão de Operadores Econômicos Autorizados	EqOEA	FG-1	1
		Equipe de Logística	ELG	FG-3	1
		Equipe de Tecnologia e Segurança da Informação	ETI	FG-3	1
		Equipe de Gestão de Pessoas	EGP	FG-3	1
7ª	ALF - Aeroporto Internacional do Galeão	Equipe de Vigilância e Repressão	EVR	FG-3	1
		Delegado		DAS 101.3	1
		Delegado Adjunto		FCPE 101.1	1
		Seção de Assessoramento Técnico Aduaneiro	Saata	FG-1	1
		Serviço de Despacho Aduaneiro	Sedad	FCPE 101.1	1
		Serviço de Conferência de Bagagem	Sebag	FCPE 101.1	1
		Seção de Controle de Carga e Trânsito Aduaneiro	Sacta	FG-1	1
		Seção de Procedimentos Especiais Aduaneiros	Sapea	FG-1	1
		Serviço de Vigilância Aduaneira	Sevig	FCPE 101.1	1
		Seção de Gestão de Riscos Aduaneiros	Sarad	FG-1	1
		Centro de Atendimento ao Contribuinte	CAC	FG-1	1
		Equipe Aduaneira	EAD	FG-1	3
		Equipe Aduaneira	EAD	FG-2	3
		Equipe de Vigilância e Repressão	EVR	FG-1	1
		Equipe de Logística	ELG	FG-3	1
		Equipe de Logística	ELG	FG-1	1
		Equipe de Tecnologia e Segurança da Informação	ETI	FG-3	1
		Equipe de Tecnologia e Segurança da Informação	ETI	FG-1	1
		Equipe de Gestão de Pessoas	EGP	FG-1	1
		Equipe de Gestão de Pessoas	EGP	FG-3	1
	ALF - Porto de Itaguaí	Delegado		DAS 101.2	1
		Delegado Adjunto		FG-1	1
		Setor de Assessoramento Técnico Aduaneiro	Soata	FG-2	1
		Seção de Despacho Aduaneiro	Sadad	FG-1	1
		Seção de Vigilância Aduaneira	Savig	FG-1	1
		Seção de Gestão de Riscos Aduaneiros	Sarad	FG-1	1
		Seção de Programação e Logística	Sapol	FG-1	1
		Seção de Tecnologia e Segurança da Informação	Satec	FG-1	1
		Equipe Aduaneira	EAD	FG-2	2
		Equipe de Vigilância e Repressão	EVR	FG-3	1
		Equipe de Gestão de Mercadorias Apreendidas	EMA	FG-2	1
	ALF - Porto de Vitória	Delegado		DAS 101.3	1
		Delegado Adjunto		FCPE 101.1	1
		Seção de Assessoramento Técnico Aduaneiro	Saata	FG-1	1
		Serviço de Despacho Aduaneiro	Sedad	FCPE 101.1	1
		Seção de Controle de Carga e Trânsito Aduaneiro	Sacta	FG-1	1
		Seção de Procedimentos Especiais Aduaneiros	Sapea	FG-1	1
		Serviço de Controle Aduaneiro Pós Despacho	Secap	FCPE 101.1	1
		Serviço de Vigilância e Repressão ao Contrabando e Descaminho	Serep	FCPE 101.1	1
		Seção de Gestão de Riscos Aduaneiros	Sarad	FG-1	1
		Centro de Atendimento ao Contribuinte	CAC	FG-1	1
		Equipe Aduaneira	EAD	FG-3	1
		Equipe Aduaneira	EAD	FG-2	3
		Equipe Aduaneira	EAD	FG-1	2
		Equipe de Vigilância e Repressão	EVR	FG-1	1
		Equipe de Logística	ELG	FG-3	1
		Equipe de Gestão de Mercadorias Apreendidas	EMA	FG-2	1
		Equipe de Tecnologia e Segurança da Informação	ETI	FG-3	1
		Equipe de Gestão de Pessoas	EGP	FG-3	1
	ALF - Porto do Rio de Janeiro	Delegado		DAS 101.3	1
		Delegado Adjunto		FCPE 101.1	1
		Seção de Assessoramento Técnico Aduaneiro	Saata	FG-1	1
		Serviço de Despacho Aduaneiro	Sedad	FCPE 101.1	1
		Seção de Controle de Carga e Trânsito Aduaneiro	Sacta	FG-1	1
		Serviço de Procedimentos Especiais Aduaneiros	Sepea	FCPE 101.1	1
		Serviço de Vigilância Aduaneira	Sevig	FCPE 101.1	1
		Seção de Gestão de Riscos Aduaneiros	Sarad	FG-1	1
		Serviço de Programação e Logística	Sepol	FCPE 101.1	1
		Serviço de Tecnologia e Segurança da Informação	Setec	FCPE 101.1	1
		Serviço de Gestão de Pessoas	Segep	FCPE 101.1	1
		Centro de Atendimento ao Contribuinte	CAC	FG-1	1
		Equipe Aduaneira	EAD	FG-3	1
		Equipe Aduaneira	EAD	FG-1	2
		Equipe Aduaneira	EAD	FG-2	2
		Equipe de Vigilância e Repressão	EVR	FG-1	1
		Equipe de Logística	ELG	FG-3	1
		Equipe de Gestão de Mercadorias Apreendidas	EMA	FG-2	1
		Equipe de Tecnologia e Segurança da Informação	ETI	FG-3	1

		Equipe de Gestão de Pessoas	EGP	FG-3	1
8ª	ALF - Aeroporto Internacional de São Paulo/Guarulhos	Delegado		DAS 101.3	1
		Delegado Adjunto		DAS 101.2	1
		Assistente Técnico		DAS 102.1	2
		Serviço de Assessoramento Técnico Aduaneiro	Seata	FCPE 101.1	1
		Divisão de Despacho Aduaneiro	Didad	FCPE 101.2	1
		Divisão de Conferência de Bagagem	Dibag	FCPE 101.2	1
		Seção de Controle de Carga e Trânsito Aduaneiro	Sacta	FG-1	1
		Seção de Remessas Postais e Expressas	Sarpe	FG-1	1
		Serviço de Procedimentos Especiais Aduaneiros	Sepea	FCPE 101.1	1
		Seção de Vigilância Aduaneira	Savig	FG-1	1
		Serviço de Gestão de Riscos Aduaneiros	Serad	FCPE 101.1	1
		Seção de Programação e Logística	Sapol	FG-1	1
		Seção de Tecnologia e Segurança da Informação	Satec	FG-1	1
		Centro de Atendimento ao Contribuinte	CAC	FG-1	1
		Equipe Aduaneira	EAD	FG-2	3
		Equipe Aduaneira	EAD	FG-1	9
		Equipe de Vigilância e Repressão	EVR	FG-3	1
		Equipe de Gestão de Mercadorias Apreendidas	EMA	FG-2	1
		Equipe de Gestão de Pessoas	EGP	FG-1	1
	ALF - Aeroporto Internacional de Viracopos	Delegado		DAS 101.3	1
		Delegado Adjunto		FCPE 101.2	1
		Seção de Assessoramento Técnico Aduaneiro	Saata	FG-1	1
		Serviço de Despacho Aduaneiro	Sedad	FCPE 101.1	1
		Seção de Controle de Carga e Trânsito Aduaneiro	Sacta	FG-1	1
		Seção de Remessas Postais e Expressas	Sarpe	FG-1	1
		Seção de Procedimentos Especiais Aduaneiros	Sapea	FG-1	1
		Serviço de Controle Aduaniero Pós Despacho	Secap	FCPE 101.1	1
		Serviço de Vigilância e Repressão ao Contrabando e Descaminho	Serep	FCPE 101.1	1
		Seção de Gestão de Riscos Aduaneiros	Sarad	FG-1	1
		Seção de Programação e Logística	Sapol	FG-1	1
		Seção de Tecnologia e Segurança da Informação	Satec	FG-1	1
		Centro de Atendimento ao Contribuinte	CAC	FG-1	1
		Equipe Aduaneira	EAD	FG-2	4
		Equipe Aduaneira	EAD	FG-1	3
		Equipe de Vigilância e Repressão	EVR	FG-1	1
		Equipe de Gestão de Operadores Econômicos Autorizados	EqOEA	FG-1	1
		Equipe de Gestão de Mercadorias Apreendidas	EMA	FG-2	1
		Equipe de Gestão de Pessoas	EGP	FG-1	1
	ALF - Porto de Santos	Delegado		DAS 101.3	1
		Delegado Adjunto		DAS 101.2	1
		Serviço de Assessoramento Técnico Aduaneiro	Seata	FCPE 101.1	1
		Serviço de Gestão e Infraestrutura Aduaneira	Segin	FCPE 101.1	1
		Divisão de Despacho Aduaneiro	Didad	FCPE 101.2	1
		Seção de Controle de Carga e Trânsito Aduaneiro	Sacta	FG-1	1
		Serviço de Procedimentos Especiais Aduaneiros	Sepea	FCPE 101.1	1
		Seção de Controle Aduaneiro Pós Despacho	Sacap	FG-1	1
		Divisão de Vigilância e Repressão ao Contrabando e Descaminho	Direp	FCPE 101.2	1
		Serviço de Gestão de Riscos Aduaneiros	Serad	FCPE 101.1	1
		Serviço de Programação e Logística	Sepol	FCPE 101.1	1
		Serviço de Tecnologia e Segurança da Informação	Setec	FCPE 101.1	1
		Centro de Atendimento ao Contribuinte	CAC	FG-1	1
		Equipe Aduaneira	EAD	FG-1	7
		Equipe Aduaneira	EAD	FG-2	2
		Equipe de Vigilância e Repressão	EVR	FG-1	3
		Equipe de Gestão de Operadores Econômicos Autorizados	EqOEA	FG-1	1
		Equipe de Gestão de Mercadorias Apreendidas	EMA	FG-1	1
		Equipe de Gestão de Pessoas	EGP	FG-1	1
	ALF - São Paulo	Delegado		DAS 101.3	1
		Delegado Adjunto		FCPE 101.1	1
		Assistente Técnico		DAS 102.1	1
		Seção de Assessoramento Técnico Aduaneiro	Saata	FG-1	1
		Serviço de Despacho Aduaneiro	Sedad	FCPE 101.1	1
		Seção de Controle de Carga e Trânsito Aduaneiro	Sacta	FG-1	1
		Serviço de Remessas Postais e Expressas	Serpe	FCPE 101.1	1
		Serviço de Procedimentos Especiais Aduaneiros	Sepea	FCPE 101.1	1
		Seção de Vigilância Aduaneira	Savig	FG-1	1
		Seção de Gestão de Riscos Aduaneiros	Sarad	FG-1	1
		Serviço de Programação e Logística	Sepol	FCPE 101.1	1
		Serviço de Tecnologia e Segurança da Informação	Setec	FCPE 101.1	1
		Serviço de Gestão de Pessoas	Segep	FCPE 101.1	1
		Centro de Atendimento ao Contribuinte	CAC	FG-1	1
		Equipe Aduaneira	EAD	FG-2	2
		Equipe Aduaneira	EAD	FG-3	1
		Equipe Aduaneira	EAD	FG-1	3
		Equipe de Vigilância e Repressão	EVR	FG-2	1
		Equipe de Gestão de Mercadorias Apreendidas	EMA	FG-1	1
9ª	ALF - Curitiba	Delegado		DAS 101.3	1
		Delegado Adjunto		FCPE 101.1	1
		Seção de Assessoramento Técnico Aduaneiro	Saata	FG-1	1
		Serviço de Despacho Aduaneiro	Sedad	FCPE 101.1	1
		Seção de Controle de Carga e Trânsito Aduaneiro	Sacta	FG-1	1
		Serviço de Remessas Postais e Expressas	Serpe	FCPE 101.1	1
		Seção de Procedimentos Especiais Aduaneiros	Sapea	FG-1	1
		Serviço de Controle Aduaneiro Pós Despacho	Secap	FCPE 101.1	1
		Seção de Vigilância Aduaneira	Savig	FG-1	1
		Seção de Gestão de Riscos Aduaneiros	Sarad	FG-1	1
		Centro de Atendimento ao Contribuinte	CAC	FG-1	1
		Equipe Aduaneira	EAD	FG-3	1
		Equipe Aduaneira	EAD	FG-2	3
		Equipe Aduaneira	EAD	FG-1	3
		Equipe de Vigilância e Repressão	EVR	FG-2	1
		Equipe de Gestão de Operadores Econômicos Autorizados	EqOEA	FG-1	1
		Equipe de Logística	ELG	FG-1	1
		Equipe de Gestão de Mercadorias Apreendidas	EMA	FG-2	1
		Equipe de Tecnologia e Segurança da Informação	ETI	FG-1	1
		Equipe de Gestão de Pessoas	EGP	FG-1	1
	ALF - Dionísio Cerqueira	Delegado		DAS 101.2	1
		Delegado Adjunto		FG-1	1
		Setor de Assessoramento Técnico Aduaneiro	Soata	FG-2	1
		Seção de Despacho Aduaneiro	Sadad	FG-1	1
		Seção de Vigilância Aduaneira	Savig	FG-1	1
		Seção de Gestão de Riscos Aduaneiros	Sarad	FG-1	1
		Núcleo de Programação e Logística	Nupol	FG-3	1
		Núcleo de Tecnologia e Segurança da Informação	Nutec	FG-3	1
		Núcleo de Gestão de Pessoas	Nugep	FG-3	1
		Centro de Atendimento ao Contribuinte	CAC	FG-2	1
		Equipe Aduaneira	EAD	FG-2	2
		Equipe de Vigilância e Repressão	EVR	FG-3	1
	ALF - Florianópolis	Delegado		DAS 101.2	1
		Delegado Adjunto		FCPE 101.1	1
		Seção de Assessoramento Técnico Aduaneiro	Saata	FG-1	1
		Seção de Despacho Aduaneiro	Sadad	FG-1	1
		Seção de Controle Aduaneiro Pós Despacho	Sacap	FG-1	1
		Serviço de Vigilância e Repressão ao Contrabando e Descaminho	Serep	FCPE 101.1	1
		Seção de Gestão de Riscos Aduaneiros	Sarad	FG-1	1
		Centro de Atendimento ao Contribuinte	CAC	FG-1	1
		Equipe Aduaneira	EAD	FG-2	3
		Equipe de Vigilância e Repressão	EVR	FG-1	1
		Equipe de Logística	ELG	FG-3	1
		Equipe de Tecnologia e Segurança da Informação	ETI	FG-3	1
		Equipe de Gestão de Pessoas	EGP	FG-3	1
	ALF - Foz do Iguaçu	Delegado		DAS 101.3	1
		Delegado Adjunto		DAS 101.2	1
		Serviço de Assessoramento Técnico Aduaneiro	Seata	FCPE 101.1	1
		Serviço de Despacho Aduaneiro	Sedad	FCPE 101.1	1
		Divisão de Conferência de Bagagem	Dibag	FCPE 101.2	1
		Seção de Controle de Carga e Trânsito Aduaneiro	Sacta	FG-1	1
		Seção de Procedimentos Especiais Aduaneiros	Sapea	FG-1	1
		Divisão de Vigilância e Repressão ao Contrabando e Descaminho	Direp	FCPE 101.2	1
		Serviço de Gestão de Riscos Aduaneiros	Serad	FCPE 101.1	1
		Serviço de Gestão Corporativa	Secor	FCPE 101.1	1
		Seção de Programação e Logística	Sapol	FG-1	1
		Seção de Tecnologia e Segurança da Informação	Satec	FG-1	1

		Seção de Gestão de Pessoas	Sagep	FG-1	1
		Centro de Atendimento ao Contribuinte	CAC	FG-1	1
		Equipe Aduaneira	EAD	FG-2	2
		Equipe Aduaneira	EAD	FG-1	6
		Equipe de Vigilância e Repressão	EVR	FG-1	3
		Equipe de Logística	ELG	FG-3	2
		Equipe de Gestão de Mercadorias Apreendidas	EMA	FCPE 101.1	1
		Equipe de Tecnologia e Segurança da Informação	ETI	FG-3	2
		Equipe de Gestão de Pessoas	EGP	FG-3	2
	ALF - Porto de Itajaí	Delegado		DAS 101.3	1
		Delegado Adjunto		FCPE 101.1	1
		Seção de Assessoramento Técnico Aduaneiro	Saata	FG-1	1
		Serviço de Despacho Aduaneiro	Sedad	FCPE 101.1	1
		Seção de Controle de Carga e Trânsito Aduaneiro	Sacta	FG-1	1
		Serviço de Procedimentos Especiais Aduaneiros	Sepea	FCPE 101.1	1
		Serviço de Vigilância Aduaneira	Sevig	FCPE 101.1	1
		Seção de Gestão de Riscos Aduaneiros	Sarad	FG-1	1
		Seção de Programação e Logística	Sapol	FG-1	1
		Seção de Tecnologia e Segurança da Informação	Satec	FG-1	1
		Centro de Atendimento ao Contribuinte	CAC	FG-1	1
		Equipe Aduaneira	EAD	FG-3	1
		Equipe Aduaneira	EAD	FG-1	2
		Equipe Aduaneira	EAD	FG-2	2
		Equipe de Vigilância e Repressão	EVR	FG-1	1
		Equipe de Gestão de Mercadorias Apreendidas	EMA	FG-2	1
	ALF - Porto de Paranaguá	Delegado		DAS 101.2	1
		Delegado Adjunto		FCPE 101.1	1
		Seção de Assessoramento Técnico Aduaneiro	Saata	FG-1	1
		Serviço de Despacho Aduaneiro	Sedad	FCPE 101.1	1
		Seção de Procedimentos Especiais Aduaneiros	Sapea	FG-1	1
		Seção de Vigilância Aduaneira	Savig	FG-1	1
		Seção de Gestão de Riscos Aduaneiros	Sarad	FG-1	1
		Seção de Programação e Logística	Sapol	FG-1	1
		Seção de Tecnologia e Segurança da Informação	Satec	FG-1	1
		Centro de Atendimento ao Contribuinte	CAC	FG-1	1
		Equipe Aduaneira	EAD	FG-2	2
		Equipe Aduaneira	EAD	FG-1	1
		Equipe de Vigilância e Repressão	EVR	FG-3	1
	ALF - Porto de São Francisco do Sul	Delegado		DAS 101.2	1
		Delegado Adjunto		FG-1	1
		Setor de Assessoramento Técnico Aduaneiro	Soata	FG-2	1
		Seção de Despacho Aduaneiro	Sadad	FG-1	1
		Seção de Vigilância Aduaneira	Savig	FG-1	1
		Seção de Gestão de Riscos Aduaneiros	Sarad	FG-1	1
		Setor de Gestão Corporativa	Socor	FG-2	1
		Centro de Atendimento ao Contribuinte	CAC	FG-2	1
		Equipe Aduaneira	EAD	FG-2	2
		Equipe de Vigilância e Repressão	EVR	FG-3	1
10ª	ALF - Porto Alegre	Delegado		DAS 101.2	1
		Delegado Adjunto		FCPE 101.1	1
		Seção de Assessoramento Técnico Aduaneiro	Saata	FG-1	1
		Seção de Despacho Aduaneiro	Sadad	FG-1	1
		Serviço de Controle Aduaneiro Pós Despacho	Secap	FCPE 101.1	1
		Seção de Vigilância Aduaneira	Savig	FG-1	1
		Seção de Gestão de Riscos Aduaneiros	Sarad	FG-1	1
		Centro de Atendimento ao Contribuinte	CAC	FG-1	1
		Equipe Aduaneira	EAD	FG-1	1
		Equipe Aduaneira	EAD	FG-2	2
		Equipe de Vigilância e Repressão	EVR	FG-3	1
		Equipe de Logística	ELG	FG-1	1
		Equipe de Gestão de Mercadorias Apreendidas	EMA	FG-2	1
		Equipe de Tecnologia e Segurança da Informação	ETI	FG-1	1
		Equipe de Gestão de Pessoas	EGP	FG-1	1
	ALF - Porto de Rio Grande	Delegado		DAS 101.2	1
		Delegado Adjunto		FCPE 101.1	1
		Seção de Assessoramento Técnico Aduaneiro	Saata	FG-1	1
		Serviço de Despacho Aduaneiro	Sedad	FCPE 101.1	1
		Seção de Procedimentos Especiais Aduaneiros	Sapea	FG-1	1
		Seção de Vigilância Aduaneira	Savig	FG-1	1
		Seção de Gestão de Riscos Aduaneiros	Sarad	FG-1	1
		Seção de Gestão Corporativa	Sacor	FG-1	1
		Núcleo de Programação e Logística	Nupol	FG-3	1
		Núcleo de Tecnologia e Segurança da Informação	Nutec	FG-3	1
		Núcleo de Gestão de Pessoas	Nugep	FG-3	1
		Centro de Atendimento ao Contribuinte	CAC	FG-1	1
		Equipe Aduaneira	EAD	FG-2	2
		Equipe Aduaneira	EAD	FG-1	1
		Equipe de Vigilância e Repressão	EVR	FG-3	1
	ALF - Santana do Livramento	Delegado		DAS 101.2	1
		Delegado Adjunto		FG-1	1
		Setor de Assessoramento Técnico Aduaneiro	Soata	FG-2	1
		Seção de Despacho Aduaneiro	Sadad	FG-1	1
		Seção de Vigilância Aduaneira	Savig	FG-1	1
		Seção de Gestão de Riscos Aduaneiros	Sarad	FG-1	1
		Seção de Programação e Logística	Sapol	FG-1	1
		Seção de Tecnologia e Segurança da Informação	Satec	FG-1	1
		Centro de Atendimento ao Contribuinte	CAC	FG-2	1
		Equipe Aduaneira	EAD	FG-2	2
		Equipe de Vigilância e Repressão	EVR	FG-3	1
		Equipe de Logística	ELG	FG-3	1
	ALF - Uruguaiana	Delegado		DAS 101.3	1
		Delegado Adjunto		FCPE 101.2	1
		Seção de Assessoramento Técnico Aduaneiro	Saata	FG-1	1
		Serviço de Despacho Aduaneiro	Sedad	FCPE 101.1	1
		Serviço de Conferência de Bagagem	Sebag	FCPE 101.1	1
		Seção de Controle de Carga e Trânsito Aduaneiro	Sacta	FG-1	1
		Seção de Procedimentos Especiais Aduaneiros	Sapea	FG-1	1
		Serviço de Vigilância Aduaneira	Sevig	FCPE 101.1	1
		Seção de Gestão de Riscos Aduaneiros	Sarad	FG-1	1
		Serviço de Gestão Corporativa	Secor	FCPE 101.1	1
		Seção de Programação e Logística	Sapol	FG-1	1
		Seção de Tecnologia e Segurança da Informação	Satec	FG-1	1
		Seção de Gestão de Pessoas	Sagep	FG-1	1
		Centro de Atendimento ao Contribuinte	CAC	FG-1	1
		Equipe Aduaneira	EAD	FG-2	3
		Equipe Aduaneira	EAD	FG-3	1
		Equipe Aduaneira	EAD	FG-1	2
		Equipe de Vigilância e Repressão	EVR	FG-1	1

ANEXO XVIII

ESTRUTURA DAS INSPETORIAS da receita federal do brasil

Região Fiscal	Unidade	Subunidade	Sigla	Cargo/ Função	Qtd.
1ª	IRF - Cáceres	Inspetor-Chefe		FCPE 101.1	1
		Seção de Administração Aduaneira	Saana	FG-1	1
		Equipe Aduaneira	EAD	FG-3	1
2ª	IRF - Aeroporto Internacional de Belém	Inspetor-Chefe		FCPE 101.1	1
		Seção de Administração Aduaneira	Saana	FG-1	1
		Seção de Vigilância Aduaneira	Savig	FG-1	1
		Equipe Aduaneira	EAD	FG-2	1
		Equipe de Vigilância e Repressão	EVR	FG-2	1
		Equipe de Gestão Corporativa	EGC	FG-2	1
	IRF - Assis Brasil	Inspetor-Chefe		FG-1	1
	IRF - Barcarena	Inspetor-Chefe		FCPE 101.1	1
		Seção de Administração Aduaneira	Saana	FG-1	1
		Equipe Aduaneira	EAD	FG-3	1
	IRF - Bonfim	Inspetor-Chefe		FG-1	1
	IRF - Cruzeiro do Sul	Inspetor-Chefe		FG-1	1
	IRF - Epitaciolândia	Inspetor-Chefe		FG-1	1
	IRF - Guajará-Mirim	Inspetor-Chefe		FCPE 101.1	1
		Seção de Administração Aduaneira	Saana	FG-1	1
		Equipe Aduaneira	EAD	FG-3	1
	IRF - Oiapoque	Inspetor-Chefe		FG-1	1
	IRF - Pacaraima	Inspetor-Chefe		FG-1	1

	IRF - Santana	Inspetor-Chefe		FG-1	1
	IRF - Tabatinga	Inspetor-Chefe		FCPE 101.1	1
		Seção de Administração Aduaneira	Saana	FG-1	1
		Equipe Aduaneira	EAD	FG-3	1
	IRF - Vilhena	Inspetor-Chefe		FG-1	1
3ª	IRF - Aeroporto Internacional Pinto Martins	Inspetor-Chefe		FCPE 101.1	1
		Seção de Administração Aduaneira	Saana	FG-1	1
		Seção de Vigilância Aduaneira	Savig	FG-1	1
		Equipe Aduaneira	EAD	FG-2	1
		Equipe de Vigilância e Repressão	EVR	FG-2	1
		Equipe de Gestão Corporativa	EGC	FG-2	1
	IRF - Porto de Pecém	Inspetor-Chefe		FCPE 101.1	1
		Seção de Administração Aduaneira	Saana	FG-1	1
		Seção de Vigilância Aduaneira	Savig	FG-1	1
		Equipe Aduaneira	EAD	FG-2	1
		Equipe de Vigilância e Repressão	EVR	FG-2	1
		Equipe de Gestão Corporativa	EGC	FG-2	1
	IRF - Porto de São Luís	Inspetor-Chefe		FCPE 101.1	1
		Seção de Administração Aduaneira	Saana	FG-1	1
		Seção de Vigilância Aduaneira	Savig	FG-1	1
		Equipe Aduaneira	EAD	FG-2	1
		Equipe de Vigilância e Repressão	EVR	FG-2	1
		Equipe de Gestão Corporativa	EGC	FG-2	1
4ª	IRF - Aeroporto Internacional dos Guararapes	Inspetor-Chefe		FCPE 101.1	1
		Seção de Administração Aduaneira	Saana	FG-1	1
		Seção de Vigilância Aduaneira	Savig	FG-1	1
		Equipe Aduaneira	EAD	FG-2	1
		Equipe de Vigilância e Repressão	EVR	FG-2	1
		Equipe de Gestão Corporativa	EGC	FG-2	1
	IRF - Cabedelo	Inspetor-Chefe		FG-1	1
		Equipe Aduaneira	EAD	FG-3	1
	IRF - Maceió	Inspetor-Chefe		FG-1	1
		Equipe Aduaneira	EAD	FG-3	1
	IRF - Natal	Inspetor-Chefe		FCPE 101.1	1
		Seção de Administração Aduaneira	Saana	FG-1	1
		Equipe Aduaneira	EAD	FG-3	1
	IRF - Petrolina	Inspetor-Chefe		FCPE 101.1	1
		Equipe de Atendimento ao Contribuinte	EAT	FG-2	1
	IRF - Porto de Suape	Inspetor-Chefe		FCPE 101.1	1
		Seção de Administração Aduaneira	Saana	FG-1	1
		Seção de Vigilância Aduaneira	Savig	FG-1	1
		Equipe Aduaneira	EAD	FG-2	1
		Equipe de Vigilância e Repressão	EVR	FG-2	1
		Equipe de Gestão Corporativa	EGC	FG-2	1
5ª	IRF - Aeroporto Internacional de Salvador	Inspetor-Chefe		FCPE 101.1	1
		Seção de Administração Aduaneira	Saana	FG-1	1
		Seção de Vigilância Aduaneira	Savig	FG-1	1
		Equipe Aduaneira	EAD	FG-2	1
		Equipe de Vigilância e Repressão	EVR	FG-2	1
		Equipe de Gestão Corporativa	EGC	FG-2	1
	IRF - Ilhéus	Inspetor-Chefe		FG-1	1
		Equipe de Atendimento ao Contribuinte	EAT	FG-3	1
		Equipe Aduaneira	EAD	FG-3	1
	IRF - Porto Seguro	Inspetor-Chefe		FG-1	1
		Equipe de Atendimento ao Contribuinte	EAT	FG-3	1
6ª	IRF - Aeroporto Internacional de Confins	Inspetor-Chefe		FG-1	1
8ª	IRF - São Sebastião	Inspetor-Chefe		FCPE 101.1	1
		Seção de Administração Aduaneira	Saana	FG-1	1
		Equipe Aduaneira	EAD	FG-3	1
9ª	IRF - Aeroporto Internacional Afonso Pena	Inspetor-Chefe		FG-1	1
	IRF - Aeroporto Internacional de Florianópolis	Inspetor-Chefe		FG-1	1
		Equipe Aduaneira	EAD	FG-3	1
	IRF - Capanema	Inspetor-Chefe		FG-1	1
		Equipe Aduaneira	EAD	FG-3	1
	IRF - Guaíra	Inspetor-Chefe		FCPE 101.1	1
		Seção de Administração Aduaneira	Saana	FG-1	1
		Equipe Aduaneira	EAD	FG-3	1
	IRF - Imbituba	Inspetor-Chefe		FG-1	1
		Equipe Aduaneira	EAD	FG-3	1
	IRF - Santa Helena	Inspetor-Chefe		FCPE 101.1	1
		Seção de Administração Aduaneira	Saana	FG-1	1
		Equipe Aduaneira	EAD	FG-3	1
10ª	IRF - Aeroporto Internacional Salgado Filho	Inspetor-Chefe		FCPE 101.1	1
		Seção de Administração Aduaneira	Saana	FG-1	1
		Seção de Vigilância Aduaneira	Savig	FG-1	1
		Equipe Aduaneira	EAD	FG-2	1
		Equipe de Vigilância e Repressão	EVR	FG-2	1
		Equipe de Gestão Corporativa	EGC	FG-2	1
	IRF - Bagé	Inspetor-Chefe		FCPE 101.1	1
		Seção de Administração Aduaneira	Saana	FG-1	1
		Equipe Aduaneira	EAD	FG-3	1
	IRF - Chuí	Inspetor-Chefe		FCPE 101.1	1
		Seção de Administração Aduaneira	Saana	FG-1	1
		Seção de Vigilância Aduaneira	Savig	FG-1	1
		Equipe Aduaneira	EAD	FG-2	1
		Equipe de Vigilância e Repressão	EVR	FG-2	1
		Equipe de Gestão Corporativa	EGC	FG-2	1
	IRF - Itaqui	Inspetor-Chefe		FG-1	1
	IRF - Jaguarão	Inspetor-Chefe		FCPE 101.1	1
		Seção de Administração Aduaneira	Saana	FG-1	1
		Equipe Aduaneira	EAD	FG-3	1
	IRF - Porto Mauá	Inspetor-Chefe		FG-1	1
	IRF - Porto Xavier	Inspetor-Chefe		FCPE 101.1	1
		Seção de Administração Aduaneira	Saana	FG-1	1
		Equipe Aduaneira	EAD	FG-3	1
	IRF - Quaraí	Inspetor-Chefe		FG-1	1
	IRF - São Borja	Inspetor-Chefe		FCPE 101.1	1
		Seção de Administração Aduaneira	Saana	FG-1	1
		Equipe Aduaneira	EAD	FG-3	1

ANEXO XIX

ESTRUTURA DAS AGÊNCIAS da receita federal do brasil

Região Fiscal	Unidade	Subunidade	Sigla	Cargo/ Função	Qtd.
1ª	ARF - Alta Floresta	Agente		FG-3	1
	ARF - Aquidauana	Agente		FG-1	1
		Equipe de Atendimento ao Contribuinte	EAT	FG-3	1
	ARF - Araguaína	Agente		FCPE 101.1	1
		Setor de Arrecadação e Cobrança	Sorac	FG-2	1

		Equipe de Atendimento ao Contribuinte	EAT	FG-2	1
	ARF - Barra do Garças	Agente		FG-1	1
		Equipe de Atendimento ao Contribuinte	EAT	FG-3	1
	ARF - Bela Vista	Agente		FG-1	1
	ARF - Caldas Novas	Agente		FG-1	1
	ARF - Catalão	Agente		FG-1	1
	ARF - Ceres	Agente		FG-1	1
		Equipe de Atendimento ao Contribuinte	EAT	FG-3	1
	ARF - Dianópolis	Agente		FG-3	1
	ARF - Formosa	Agente		FG-1	1
		Equipe de Atendimento ao Contribuinte	EAT	FG-3	1
	ARF - Goiás	Agente		FG-1	1
	ARF - Gurupi	Agente		FG-1	1
	ARF - Itumbiara	Agente		FG-1	1
	ARF - Jardim	Agente		FG-3	1
	ARF - Jataí	Agente		FG-1	1
	ARF - Luziânia	Agente		FG-1	1
		Equipe de Atendimento ao Contribuinte	EAT	FG-3	1
	ARF - Miracema do Tocantins	Agente		FG-3	1
	ARF - Naviraí	Agente		FG-3	1
	ARF - Nova Andradina	Agente		FG-3	1
	ARF - Paraíso do Tocantins	Agente		FG-3	1
	ARF - Porto Murtinho	Agente		FG-1	1
	ARF - Rio Verde	Agente		FG-1	1
		Equipe de Atendimento ao Contribuinte	EAT	FG-3	1
	ARF - Rio Verde de Mato Grosso	Agente		FG-1	1
	ARF - Rondonópolis	Agente		FG-1	1
		Equipe de Atendimento ao Contribuinte	EAT	FG-3	1
	ARF - São Luís de Montes Belos	Agente		FG-1	1
	ARF - Sinop	Agente		FCPE 101.1	1
		Setor de Arrecadação e Cobrança	Sorac	FG-2	1
		Equipe de Atendimento ao Contribuinte	EAT	FG-2	1
	ARF - Tangará da Serra	Agente		FG-1	1
		Equipe de Atendimento ao Contribuinte	EAT	FG-3	1
	ARF - Três Lagoas	Agente		FG-3	1
	ARF - Uruaçu	Agente		FG-1	1
2ª	ARF - Abaetetuba	Agente		FG-1	1
	ARF - Altamira	Agente		FG-1	1
	ARF - Ananindeua	Agente		FG-1	1
		Equipe de Atendimento ao Contribuinte	EAT	FG-3	1
	ARF - Ariquemes	Agente		FG-1	1
	ARF - Cacoal	Agente		FG-1	1
		Equipe de Atendimento ao Contribuinte	EAT	FG-3	1
	ARF - Capanema	Agente		FG-1	1
	ARF - Castanhal	Agente		FG-1	1
	ARF - Humaitá	Agente		FG-3	1
	ARF - Itacoatiara	Agente		FG-1	1
	ARF - Itaituba	Agente		FG-3	1
	ARF - Manacapuru	Agente		FG-3	1
	ARF - Maués	Agente		FG-3	1
	ARF - Novo Progresso	Agente		FG-3	1
	ARF - Óbidos	Agente		FG-1	1
	ARF - Oriximiná	Agente		FG-3	1
	ARF - Paragominas	Agente		FG-1	1
	ARF - Parintins	Agente		FG-3	1
	ARF - Redenção	Agente		FG-3	1
	ARF - São Gabriel da Cachoeira	Agente		FG-3	1
	ARF - São Miguel do Guamá	Agente		FG-3	1
	ARF - Sena Madureira	Agente		FG-3	1
	ARF - Tefé	Agente		FG-3	1
	ARF - Tucuruí	Agente		FG-3	1
3ª	ARF - Acaraú	Agente		FG-3	1
	ARF - Bacabal	Agente		FG-3	1
	ARF - Balsas	Agente		FG-1	1
	ARF - Bom Jesus	Agente		FG-3	1
	ARF - Brejo Santo	Agente		FG-3	1
	ARF - Camocim	Agente		FG-3	1
	ARF - Carolina	Agente		FG-3	1
	ARF - Caucaia	Agente		FG-1	1
	ARF - Caxias	Agente		FG-1	1
	ARF - Chapadinha	Agente		FG-3	1
	ARF - Crateús	Agente		FG-3	1
	ARF - Horizonte	Agente		FG-3	1
	ARF - Iguatu	Agente		FG-1	1
	ARF - Ipu	Agente		FG-3	1
	ARF - Itapipoca	Agente		FG-3	1
	ARF - Maranguape	Agente		FG-1	1
	ARF - Parnaíba	Agente		FG-1	1
	ARF - Picos	Agente		FG-1	1
	ARF - Pinheiro	Agente		FG-3	1
	ARF - Piripiri	Agente		FG-1	1
	ARF - Quixadá	Agente		FG-1	1
	ARF - Russas	Agente		FG-3	1
	ARF - Santa Inês	Agente		FG-1	1
	ARF - São Raimundo Nonato	Agente		FG-3	1
4ª	ARF - Arapiraca	Agente		FG-1	1
		Equipe de Atendimento ao Contribuinte	EAT	FG-3	1
	ARF - Arcoverde	Agente		FG-1	1

	ARF - Assu	Agente		FG-1	1
	ARF - Cabo de Santo Agostinho	Agente		FG-1	1
		Equipe de Atendimento ao Contribuinte	EAT	FG-3	1
	ARF - Caicó	Agente		FG-1	1
	ARF - Cajazeiras	Agente		FG-1	1
	ARF - Currais Novos	Agente		FG-1	1
	ARF - Garanhuns	Agente		FG-1	1
	ARF - Goiana	Agente		FG-1	1
	ARF - Guarabira	Agente		FG-1	1
	ARF - Itabaiana	Agente		FG-1	1
	ARF - Jaboatão dos Guararapes	Agente		FG-1	1
		Equipe de Atendimento ao Contribuinte	EAT	FG-3	1
	ARF - Limoeiro	Agente		FG-1	1
		Equipe de Atendimento ao Contribuinte	EAT	FG-3	1
	ARF - Ouricuri	Agente		FG-3	1
	ARF - Palmares	Agente		FG-1	1
	ARF - Palmeira dos Índios	Agente		FG-1	1
	ARF - Patos	Agente		FG-1	1
	ARF - Pau dos Ferros	Agente		FG-3	1
	ARF - Paulista	Agente		FG-1	1
		Equipe de Atendimento ao Contribuinte	EAT	FG-3	1
	ARF - Penedo	Agente		FG-3	1
	ARF - Salgueiro	Agente		FG-3	1
	ARF - Santa Rita	Agente		FG-3	1
	ARF - Santana do Ipanema	Agente		FG-1	1
	ARF - Serra Talhada	Agente		FG-1	1
	ARF - Sousa	Agente		FG-1	1
	ARF - União dos Palmares	Agente		FG-3	1
	ARF - Vitória de Santo Antão	Agente		FG-1	1
5ª	ARF - Alagoinhas	Agente		FG-1	1
		Equipe de Atendimento ao Contribuinte	EAT	FG-3	1
	ARF - Barreiras	Agente		FG-1	1
	ARF - Barreiras	Equipe de Atendimento ao Contribuinte	EAT	FG-3	1
	ARF - Bom Jesus da Lapa	Agente		FG-3	1
	ARF - Brumado	Agente		FG-1	1
	ARF - Cruz das Almas	Agente		FG-1	1
	ARF - Estância	Agente		FG-1	1
	ARF - Euclides da Cunha	Agente		FG-3	1
	ARF - Eunápolis	Agente		FG-1	1
	ARF - Guanambi	Agente		FG-1	1
	ARF - Ibotirama	Agente		FG-3	1
	ARF - Ipiaú	Agente		FG-1	1
	ARF - Irecê	Agente		FG-1	1
	ARF - Itabaiana	Agente		FG-1	1
	ARF - Itaberaba	Agente		FG-3	1
	ARF - Itamaraju	Agente		FG-3	1
	ARF - Itapetinga	Agente		FG-3	1
	ARF - Jacobina	Agente		FG-3	1
	ARF - Jequié	Agente		FG-1	1
	ARF - Juazeiro	Agente		FG-1	1
		Equipe de Atendimento ao Contribuinte	EAT	FG-3	1
	ARF - Macaúbas	Agente		FG-3	1
	ARF - Paulo Afonso	Agente		FG-1	1
	ARF - Propriá	Agente		FG-3	1
	ARF - Ribeira do Pombal	Agente		FG-1	1
	ARF - Santa Maria da Vitória	Agente		FG-3	1
	ARF - Santo Antônio de Jesus	Agente		FG-1	1
	ARF - Seabra	Agente		FG-3	1
	ARF - Senhor do Bonfim	Agente		FG-1	1
	ARF - Serrinha	Agente		FG-1	1
	ARF - Teixeira de Freitas	Agente		FG-1	1
	ARF - Valença	Agente		FG-1	1
6ª	ARF - Alfenas	Agente		FG-1	1
		Equipe de Atendimento ao Contribuinte	EAT	FG-3	1
	ARF - Almenara	Agente		FG-3	1
	ARF - Araguari	Agente		FG-1	1
		Equipe de Atendimento ao Contribuinte	EAT	FG-3	1
	ARF - Araxá	Agente		FG-1	1
		Equipe de Atendimento ao Contribuinte	EAT	FG-3	1
	ARF - Barbacena	Agente		FG-1	1
		Equipe de Atendimento ao Contribuinte	EAT	FG-3	1
	ARF - Betim	Agente		FCPE 101.1	1
		Setor de Arrecadação e Cobrança	Sorac	FG-2	1
		Equipe de Atendimento ao Contribuinte	EAT	FG-2	1
	ARF - Bom Despacho	Agente		FG-1	1
	ARF - Campo Belo	Agente		FG-3	1
	ARF - Caratinga	Agente		FG-1	1
	ARF - Cataguases	Agente		FG-1	1
		Equipe de Atendimento ao Contribuinte	EAT	FG-3	1
	ARF - Conselheiro Lafaiete	Agente		FG-1	1
		Equipe de Atendimento ao Contribuinte	EAT	FG-3	1
	ARF - Coronel Fabriciano	Agente		FCPE 101.1	1
		Setor de Arrecadação e Cobrança	Sorac	FG-2	1

		Equipe de Atendimento ao Contribuinte	EAT	FG-2	1
	ARF - Curvelo	Agente		FG-1	1
	ARF - Diamantina	Agente		FG-1	1
	ARF - Formiga	Agente		FG-1	1
	ARF - Frutal	Agente		FG-1	1
	ARF - Guaxupé	Agente		FG-1	1
	ARF - Itabira	Agente		FG-1	1
	ARF - Itajubá	Agente		FG-1	1
		Equipe de Atendimento ao Contribuinte	EAT	FG-3	1
	ARF - Itaúna	Agente		FG-1	1
	ARF - Ituiutaba	Agente		FG-1	1
	ARF - Janaúba	Agente		FG-1	1
	ARF - João Monlevade	Agente		FG-1	1
	ARF - Lagoa Santa	Agente		FG-1	1
		Equipe de Atendimento ao Contribuinte	EAT	FG-3	1
	ARF - Lavras	Agente		FG-1	1
		Equipe de Atendimento ao Contribuinte	EAT	FG-3	1
	ARF - Manhuaçu	Agente		FG-1	1
		Equipe de Atendimento ao Contribuinte	EAT	FG-3	1
	ARF - Muriaé	Agente		FG-1	1
		Equipe de Atendimento ao Contribuinte	EAT	FG-3	1
	ARF - Oliveira	Agente		FG-1	1
	ARF - Ouro Preto	Agente		FG-1	1
		Equipe de Atendimento ao Contribuinte	EAT	FG-3	1
	ARF - Pará de Minas	Agente		FG-1	1
	ARF - Paracatu	Agente		FG-1	1
		Equipe de Atendimento ao Contribuinte	EAT	FG-3	1
	ARF - Passos	Agente		FG-1	1
	ARF - Patos de Minas	Agente		FCPE 101.1	1
		Setor de Arrecadação e Cobrança	Sorac	FG-2	1
		Equipe de Atendimento ao Contribuinte	EAT	FG-2	1
	ARF - Patrocínio	Agente		FG-1	1
		Equipe de Atendimento ao Contribuinte	EAT	FG-3	1
	ARF - Ponte Nova	Agente		FG-1	1
	ARF - Pouso Alegre	Agente		FCPE 101.1	1
		Setor de Arrecadação e Cobrança	Sorac	FG-2	1
		Equipe de Atendimento ao Contribuinte	EAT	FG-2	1
	ARF - São João Del Rei	Agente		FG-1	1
		Equipe de Atendimento ao Contribuinte	EAT	FG-3	1
	ARF - São Lourenço	Agente		FG-1	1
	ARF - São Sebastião do Paraíso	Agente		FG-1	1
	ARF - Teófilo Otoni	Agente		FG-1	1
		Equipe de Atendimento ao Contribuinte	EAT	FG-3	1
	ARF - Ubá	Agente		FCPE 101.1	1
		Setor de Arrecadação e Cobrança	Sorac	FG-2	1
		Equipe de Atendimento ao Contribuinte	EAT	FG-2	1
7ª	ARF - Angra dos Reis	Agente		FG-1	1
	ARF - Barra do Piraí	Agente		FG-1	1
	ARF - Cabo Frio	Agente		FCPE 101.1	1
		Setor de Arrecadação e Cobrança	Sorac	FG-2	1
		Equipe de Atendimento ao Contribuinte	EAT	FG-2	1
	ARF - Cachoeiro de Itapemirim	Agente		FG-1	1
		Equipe de Atendimento ao Contribuinte	EAT	FG-3	1
	ARF - Colatina	Agente		FG-1	1
	ARF - Duque de Caxias	Agente		FCPE 101.1	1
		Setor de Arrecadação e Cobrança	Sorac	FG-2	1
		Equipe de Atendimento ao Contribuinte	EAT	FG-2	1
	ARF - Itaguaí	Agente		FG-1	1
	ARF - Itaperuna	Agente		FG-1	1
		Equipe de Atendimento ao Contribuinte	EAT	FG-3	1
	ARF - Linhares	Agente		FG-1	1
	ARF - Nova Friburgo	Agente		FCPE 101.1	1
		Setor de Arrecadação e Cobrança	Sorac	FG-2	1
		Equipe de Atendimento ao Contribuinte	EAT	FG-2	1
	ARF - Petrópolis	Agente		FG-1	1
		Equipe de Atendimento ao Contribuinte	EAT	FG-3	1
	ARF - Resende	Agente		FG-1	1
		Equipe de Atendimento ao Contribuinte	EAT	FG-3	1
	ARF - Rio Bonito	Agente		FG-1	1
		Equipe de Atendimento ao Contribuinte	EAT	FG-3	1
	ARF - Santo Antônio de Pádua	Agente		FG-1	1
	ARF - São Gonçalo	Agente		FCPE 101.1	1
		Setor de Arrecadação e Cobrança	Sorac	FG-2	1
		Equipe de Atendimento ao Contribuinte	EAT	FG-2	1
	ARF - São Mateus	Agente		FG-1	1
		Equipe de Atendimento ao Contribuinte	EAT	FG-3	1
	ARF - Serra	Agente		FCPE 101.1	1
		Setor de Arrecadação e Cobrança	Sorac	FG-2	1
		Equipe de Atendimento ao Contribuinte	EAT	FG-2	1
	ARF - Teresópolis	Agente		FG-1	1
		Equipe de Atendimento ao Contribuinte	EAT	FG-3	1
	ARF - Três Rios	Agente		FG-1	1
	ARF - Vila Velha	Agente		FCPE 101.1	1
		Setor de Arrecadação e Cobrança	Sorac	FG-2	1
		Equipe de Atendimento ao Contribuinte	EAT	FG-2	1
8ª	ARF - Adamantina	Agente		FG-1	1
	ARF - Americana	Agente		FCPE 101.1	1
		Setor de Arrecadação e Cobrança	Sorac	FG-2	1
		Equipe de Atendimento ao Contribuinte	EAT	FG-2	1
	ARF - Amparo	Agente		FG-1	1
	ARF - Andradina	Agente		FG-1	1
	ARF - Araras	Agente		FG-1	1
		Equipe de Atendimento ao Contribuinte	EAT	FG-3	1
	ARF - Assis	Agente		FG-1	1
		Equipe de Atendimento ao Contribuinte	EAT	FG-3	1
	ARF - Avaré	Agente		FG-1	1
		Equipe de Atendimento ao Contribuinte	EAT	FG-3	1
	ARF - Barretos	Agente		FG-1	1
		Equipe de Atendimento ao Contribuinte	EAT	FG-3	1
	ARF - Batatais	Agente		FG-1	1
	ARF - Bebedouro	Agente		FG-1	1
		Equipe de Atendimento ao Contribuinte	EAT	FG-3	1
	ARF - Botucatu	Agente		FG-1	1
		Equipe de Atendimento ao Contribuinte	EAT	FG-3	1
	ARF - Bragança Paulista	Agente		FCPE 101.1	1
		Setor de Arrecadação e Cobrança	Sorac	FG-2	1
		Equipe de Atendimento ao Contribuinte	EAT	FG-2	1
	ARF - Campos do Jordão	Agente		FG-3	1
	ARF - Capivari	Agente		FG-1	1
		Equipe de Atendimento ao Contribuinte	EAT	FG-3	1
	ARF - Catanduva	Agente		FCPE 101.1	1
		Setor de Arrecadação e Cobrança	Sorac	FG-2	1
		Equipe de Atendimento ao Contribuinte	EAT	FG-2	1
	ARF - Cotia	Agente		FCPE 101.1	1
		Setor de Arrecadação e Cobrança	Sorac	FG-2	1
		Equipe de Atendimento ao Contribuinte	EAT	FG-2	1
	ARF - Cruzeiro	Agente		FG-1	1
		Equipe de Atendimento ao Contribuinte	EAT	FG-3	1
	ARF - Dracena	Agente		FG-1	1
		Equipe de Atendimento ao Contribuinte	EAT	FG-3	1
	ARF - Fernandópolis	Agente		FG-1	1
	ARF - Franco da Rocha	Agente		FG-1	1

	Equipe de Atendimento ao Contribuinte	EAT	FG-3	1
ARF - Guaratinguetá	Agente		FG-1	1
	Equipe de Atendimento ao Contribuinte	EAT	FG-3	1
ARF - Guarujá	Agente		FG-1	1
ARF - Ibitinga	Agente		FG-1	1
ARF - Indaiatuba	Agente		FG-1	1
	Equipe de Atendimento ao Contribuinte	EAT	FG-3	1
ARF - Itanhaém	Agente		FG-1	1
	Equipe de Atendimento ao Contribuinte	EAT	FG-3	1
ARF - Itapetininga	Agente		FG-1	1
ARF - Itapeva	Agente		FG-1	1
ARF - Itu	Agente		FCPE 101.1	1
	Setor de Arrecadação e Cobrança	Sorac	FG-2	1
	Equipe de Atendimento ao Contribuinte	EAT	FG-2	1
ARF - Jaboticabal	Agente		FG-1	1
ARF - Jacareí	Agente		FG-1	1
	Equipe de Atendimento ao Contribuinte	EAT	FG-3	1
ARF - Jales	Agente		FG-1	1
ARF - Jaú	Agente		FCPE 101.1	1
	Setor de Arrecadação e Cobrança	Sorac	FG-2	1
	Equipe de Atendimento ao Contribuinte	EAT	FG-2	1
ARF - Lins	Agente		FG-1	1
ARF - Mogi das Cruzes	Agente		FCPE 101.1	1
	Setor de Arrecadação e Cobrança	Sorac	FG-2	1
	Equipe de Atendimento ao Contribuinte	EAT	FG-2	1
ARF - Mogi Guaçu	Agente		FCPE 101.1	1
	Setor de Arrecadação e Cobrança	Sorac	FG-2	1
	Equipe de Atendimento ao Contribuinte	EAT	FG-2	1
ARF - Olímpia	Agente		FG-1	1
ARF - Ourinhos	Agente		FG-1	1
	Equipe de Atendimento ao Contribuinte	EAT	FG-3	1
ARF - Penápolis	Agente		FG-1	1
ARF - Pereira Barreto	Agente		FG-1	1
ARF - Pindamonhangaba	Agente		FG-1	1
	Equipe de Atendimento ao Contribuinte	EAT	FG-3	1
ARF - Piraju	Agente		FG-3	1
ARF - Pirassununga	Agente		FG-1	1
	Equipe de Atendimento ao Contribuinte	EAT	FG-3	1
ARF - Praia Grande	Agente		FCPE 101.1	1
	Setor de Arrecadação e Cobrança	Sorac	FG-2	1
	Equipe de Atendimento ao Contribuinte	EAT	FG-2	1
ARF - Presidente Venceslau	Agente		FG-3	1
ARF - Registro	Agente		FG-1	1
	Equipe de Atendimento ao Contribuinte	EAT	FG-3	1
ARF - Rio Claro	Agente		FG-1	1
	Equipe de Atendimento ao Contribuinte	EAT	FG-3	1
ARF - São Caetano do Sul	Agente		FCPE 101.1	1
	Setor de Arrecadação e Cobrança	Sorac	FG-2	1
	Equipe de Atendimento ao Contribuinte	EAT	FG-2	1
ARF - São Carlos	Agente		FCPE 101.1	1
	Setor de Arrecadação e Cobrança	Sorac	FG-2	1
	Equipe de Atendimento ao Contribuinte	EAT	FG-2	1
ARF - São João da Boa Vista	Agente		FG-1	1
	Equipe de Atendimento ao Contribuinte	EAT	FG-3	1
ARF - São Joaquim da Barra	Agente		FG-1	1
	Equipe de Atendimento ao Contribuinte	EAT	FG-3	1
ARF - São José do Rio Pardo	Agente		FG-1	1
	Equipe de Atendimento ao Contribuinte	EAT	FG-3	1
ARF - São Roque	Agente		FG-1	1
	Equipe de Atendimento ao Contribuinte	EAT	FG-3	1
ARF - Sumaré	Agente		FG-1	1
ARF - Suzano	Agente		FCPE 101.1	1
	Setor de Arrecadação e Cobrança	Sorac	FG-2	1
	Equipe de Atendimento ao Contribuinte	EAT	FG-2	1
ARF - Taboão da Serra	Agente		FCPE 101.1	1
	Setor de Arrecadação e Cobrança	Sorac	FG-2	1
	Equipe de Atendimento ao Contribuinte	EAT	FG-2	1
ARF - Tatuí	Agente		FG-1	1
	Equipe de Atendimento ao Contribuinte	EAT	FG-3	1
ARF - Tietê	Agente		FG-1	1
ARF - Tupã	Agente		FG-1	1
	Equipe de Atendimento ao Contribuinte	EAT	FG-3	1
ARF - Ubatuba	Agente		FG-1	1
ARF - Votuporanga	Agente		FCPE 101.1	1
	Setor de Arrecadação e Cobrança	Sorac	FG-2	1
	Equipe de Atendimento ao Contribuinte	EAT	FG-2	1
9ª	ARF - Apucarana	Agente		FG-1	1
		Equipe de Atendimento ao Contribuinte	EAT	FG-3	1
	ARF - Arapongas	Agente		FG-1	1
		Equipe de Atendimento ao Contribuinte	EAT	FG-3	1
	ARF - Araranguá	Agente		FG-1	1
		Equipe de Atendimento ao Contribuinte	EAT	FG-3	1
	ARF - Brusque	Agente		FG-1	1
		Equipe de Atendimento ao Contribuinte	EAT	FG-3	1
	ARF - Caçador	Agente		FG-3	1
	ARF - Campo Mourão	Agente		FCPE 101.1	1
		Setor de Arrecadação e Cobrança	Sorac	FG-2	1
		Equipe de Atendimento ao Contribuinte	EAT	FG-2	1
	ARF - Canoinhas	Agente		FG-1	1
	ARF - Chapecó	Agente		FCPE 101.1	1
		Setor de Arrecadação e Cobrança	Sorac	FG-2	1
		Equipe de Atendimento ao Contribuinte	EAT	FG-2	1
	ARF - Cianorte	Agente		FG-1	1
	ARF - Colombo	Agente		FG-1	1
		Equipe de Atendimento ao Contribuinte	EAT	FG-3	1
	ARF - Concórdia	Agente		FG-1	1
	ARF - Cornélio Procópio	Agente		FG-1	1
	ARF - Criciúma	Agente		FCPE 101.1	1
		Setor de Arrecadação e Cobrança	Sorac	FG-2	1
		Equipe de Atendimento ao Contribuinte	EAT	FG-2	1
	ARF - Francisco Beltrão	Agente		FG-1	1
		Equipe de Atendimento ao Contribuinte	EAT	FG-3	1
	ARF - Guarapuava	Agente		FCPE 101.1	1
		Setor de Arrecadação e Cobrança	Sorac	FG-2	1
		Equipe de Atendimento ao Contribuinte	EAT	FG-2	1
	ARF - Ibaiti	Agente		FG-1	1
	ARF - Iporã	Agente		FG-3	1
	ARF - Irati	Agente		FG-1	1
	ARF - Jacarezinho	Agente		FG-1	1
	ARF - Jandaia do Sul	Agente		FG-1	1
		Agente		FG-1	1
		Equipe de Atendimento ao Contribuinte	EAT	FG-3	1
	ARF - Laranjeiras do Sul	Agente		FG-3	1
	ARF - Loanda	Agente		FG-3	1
	ARF - Mafra	Agente		FG-1	1
	ARF - Marechal Cândido Rondon	Agente		FG-1	1
	ARF - Medianeira	Agente		FG-1	1
		Equipe de Atendimento ao Contribuinte	EAT	FG-3	1
	ARF - Paranavaí	Agente		FCPE 101.1	1
		Setor de Arrecadação e Cobrança	Sorac	FG-2	1
		Equipe de Atendimento ao Contribuinte	EAT	FG-2	1
	ARF - Pato Branco	Agente		FCPE 101.1	1

		Setor de Arrecadação e Cobrança	Sorac	FG-2	1
		Equipe de Atendimento ao Contribuinte	EAT	FG-2	1
	ARF - Rio do Sul	Agente		FG-1	1
		Equipe de Atendimento ao Contribuinte	EAT	FG-3	1
	ARF - Santo Antônio do Sudoeste	Agente		FG-1	1
	ARF - São Bento do Sul	Agente		FG-1	1
	ARF - São José dos Pinhais	Agente		FG-1	1
		Equipe de Atendimento ao Contribuinte	EAT	FG-3	1
	ARF - São Miguel do Oeste	Agente		FG-1	1
	ARF - Timbó	Agente		FG-1	1
		Equipe de Atendimento ao Contribuinte	EAT	FG-3	1
	ARF - Toledo	Agente		FG-1	1
		Equipe de Atendimento ao Contribuinte	EAT	FG-3	1
	ARF - Tubarão	Agente		FG-1	1
		Equipe de Atendimento ao Contribuinte	EAT	FG-3	1
	ARF - Umuarama	Agente		FG-1	1
		Equipe de Atendimento ao Contribuinte	EAT	FG-3	1
	ARF - União da Vitória	Agente		FG-1	1
	ARF - Videira	Agente		FG-1	1
	ARF - Xanxerê	Agente		FG-1	1
10ª	ARF - Alegrete	Agente		FG-1	1
	ARF - Barra do Quaraí	Agente		FG-1	1
	ARF - Bento Gonçalves	Agente		FCPE 101.1	1
		Setor de Arrecadação e Cobrança	Sorac	FG-2	1
		Equipe de Atendimento ao Contribuinte	EAT	FG-2	1
	ARF - Caçapava do Sul	Agente		FG-3	1
		Agente		FG-1	1
	ARF - Camaquã	Agente		FG-1	1
	ARF - Canela	Agente		FG-1	1
	ARF - Canoas	Agente		FCPE 101.1	1
		Setor de Arrecadação e Cobrança	Sorac	FG-2	1
		Equipe de Atendimento ao Contribuinte	EAT	FG-2	1
	ARF - Carazinho	Agente		FG-1	1
		Equipe de Atendimento ao Contribuinte	EAT	FG-3	1
	ARF - Cruz Alta	Agente		FG-1	1
	ARF - Erechim	Agente		FG-1	1
		Equipe de Atendimento ao Contribuinte	EAT	FG-3	1
	ARF - Frederico Westphalen	Agente		FG-1	1
		Equipe de Atendimento ao Contribuinte	EAT	FG-3	1
	ARF - Gravataí	Agente		FCPE 101.1	1
		Setor de Arrecadação e Cobrança	Sorac	FG-2	1
		Equipe de Atendimento ao Contribuinte	EAT	FG-2	1
	ARF - Guaíba	Agente		FG-1	1
	ARF - Guaporé	Agente		FG-3	1
	ARF - Ijuí	Agente		FG-1	1
		Equipe de Atendimento ao Contribuinte	EAT	FG-3	1
	ARF - Lagoa Vermelha	Agente		FG-1	1
	ARF - Lajeado	Agente		FCPE 101.1	1
		Setor de Arrecadação e Cobrança	Sorac	FG-2	1
		Equipe de Atendimento ao Contribuinte	EAT	FG-2	1
	ARF - Montenegro	Agente		FG-1	1
	ARF - Palmeira das Missões	Agente		FG-1	1
	ARF - Santa Rosa	Agente		FCPE 101.1	1
		Setor de Arrecadação e Cobrança	Sorac	FG-2	1
		Equipe de Atendimento ao Contribuinte	EAT	FG-2	1
	ARF - Santiago	Agente		FG-1	1
	ARF - São Gabriel	Agente		FG-1	1
	ARF - São Leopoldo	Agente		FCPE 101.1	1
		Setor de Arrecadação e Cobrança	Sorac	FG-2	1
		Equipe de Atendimento ao Contribuinte	EAT	FG-2	1
	ARF - São Lourenço do Sul	Agente		FG-3	1
	ARF - São Luiz Gonzaga	Agente		FG-3	1
	ARF - Taquara	Agente		FG-1	1
		Equipe de Atendimento ao Contribuinte	EAT	FG-3	1
	ARF - Torres	Agente		FG-1	1
	ARF - Tramandaí	Agente		FG-1	1
		Equipe de Atendimento ao Contribuinte	EAT	FG-3	1
	ARF - Três Passos	Agente		FG-1	1
	ARF - Vacaria	Agente		FG-1	1
	ARF - Veranópolis	Agente		FG-1	1
	ARF - Viamão	Agente		FG-1	1
		Equipe de Atendimento ao Contribuinte	EAT	FG-3	1

ANEXO XX

ESTRUTURA DAS DELEGACIAS da receita federal do brasil DE JULGAMENTO

Unidade	Subunidade	Sigla	Cargo/Função	Qtd.
DRJ - Belém	Delegado		DAS 101.3	1
	Presidente Turma		FCPE 101.2	4
	Serviço de Planejamento e Coordenação	Sepoc	FCPE 101.1	1
	Equipe de Gestão Corporativa	EGC	FG-2	1
DRJ - Belo Horizonte	Delegado		DAS 101.3	1
	Presidente Turma		FCPE 101.2	9
	Seção de Planejamento e Coordenação	Sapoc	FG-1	1
	Serviço de Controle de Julgamento	Secoj	FCPE 101.1	1
	Equipe de Gestão Corporativa	EGC	FG-2	1
DRJ - Brasília	Delegado		DAS 101.3	1
	Presidente Turma		FCPE 101.2	6
	Seção de Planejamento e Coordenação	Sapoc	FG-1	1
	Serviço de Controle de Julgamento	Secoj	FCPE 101.1	1
	Equipe de Gestão Corporativa	EGC	FG-2	1
DRJ - Campo Grande	Delegado		DAS 101.3	1
	Presidente Turma		FCPE 101.2	3
	Serviço de Planejamento e Coordenação	Sepoc	FCPE 101.1	1
	Equipe de Gestão Corporativa	EGC	FG-2	1
DRJ - Curitiba	Delegado		DAS 101.3	1
	Presidente Turma		FCPE 101.2	7
	Seção de Planejamento e Coordenação	Sapoc	FG-1	1
	Serviço de Controle de Julgamento	Secoj	FCPE 101.1	1
	Equipe de Gestão Corporativa	EGC	FG-2	1
DRJ - Florianópolis	Delegado		DAS 101.3	1
	Presidente Turma		FCPE 101.2	6
	Seção de Planejamento e Coordenação	Sapoc	FG-1	1
	Serviço de Controle de Julgamento	Secoj	FCPE 101.1	1
	Equipe de Gestão Corporativa	EGC	FG-2	1
DRJ - Fortaleza	Delegado		DAS 101.3	1
	Presidente Turma		FCPE 101.2	6
	Seção de Planejamento e Coordenação	Sapoc	FG-1	1
	Serviço de Controle de Julgamento	Secoj	FCPE 101.1	1
	Equipe de Gestão Corporativa	EGC	FG-2	1
DRJ - Juiz de Fora	Delegado		DAS 101.3	1
	Presidente Turma		FCPE 101.2	5
	Seção de Planejamento e Coordenação	Sapoc	FG-1	1
	Serviço de Controle de Julgamento	Secoj	FCPE 101.1	1
	Equipe de Gestão Corporativa	EGC	FG-2	1
DRJ - Porto Alegre	Delegado		DAS 101.3	1
	Presidente Turma		FCPE 101.2	7
	Seção de Planejamento e Coordenação	Sapoc	FG-1	1
	Serviço de Controle de Julgamento	Secoj	FCPE 101.1	1
	Equipe de Gestão Corporativa	EGC	FG-2	1
DRJ - Recife	Delegado		DAS 101.3	1
	Presidente Turma		FCPE 101.2	7
	Seção de Planejamento e Coordenação	Sapoc	FG-1	1
	Serviço de Controle de Julgamento	Secoj	FCPE 101.1	1
	Equipe de Gestão Corporativa	EGC	FG-2	1
DRJ - Ribeirão Preto	Delegado		DAS 101.3	1
	Seção de Apoio ao Julgamento (localizada em Campinas)	Saaju	FG-1	1

	Presidente Turma		FCPE 101.2	14
	Serviço de Planejamento e Coordenação	Sepoc	FCPE 101.1	1
	Serviço de Recepção e Triagem de Processos	Seret	FCPE 101.1	1
	Serviços de Informação do Julgamento	Seinj	FCPE 101.1	1
	Equipe de Gestão Corporativa	EGC	FG-3	1
	Equipe de Gestão Corporativa	EGC	FG-2	1
DRJ - Rio de Janeiro	Delegado		DAS 101.3	1
	Seção de Apoio ao Julgamento	Saaju	FG-1	2
	Presidente Turma		FCPE 101.2	20
	Serviço de Planejamento e Coordenação	Sepoc	FCPE 101.1	1
	Serviço de Recepção e Triagem de Processos	Seret	FCPE 101.1	1
	Serviços de Informação do Julgamento	Seinj	FCPE 101.1	1
	Equipe de Gestão Corporativa	EGC	FG-1	1
DRJ - Salvador	Delegado		DAS 101.3	1
	Presidente Turma		FCPE 101.2	6
	Seção de Planejamento e Coordenação	Sapoc	FG-1	1
	Serviço de Controle de Julgamento	Secoj	FCPE 101.1	1
	Equipe de Gestão Corporativa	EGC	FG-2	1
DRJ - São Paulo	Delegado		DAS 101.3	1
	Seção de Apoio ao Julgamento	Saaju	FG-1	2
	Presidente Turma		FCPE 101.2	21
	Serviço de Planejamento e Coordenação	Sepoc	FCPE 101.1	1
	Serviço de Recepção e Triagem de Processos	Seret	FCPE 101.1	1
	Serviços de Informação do Julgamento	Seinj	FCPE 101.1	1
	Equipe de Gestão Corporativa	EGC	FG-1	1

ANEXO XXI
UNIDADES GESTORAS

Região Fiscal	UF	Unidade Gestora	Unidade Administrativa
1ª RF	DF	SRRF01	ALF - Aeroporto Internacional de Brasília
			DRF - Brasília
			DRJ - Brasília
	GO	DRF - Goiânia	
		DRF - Anápolis	
	MS	DRF - Campo Grande	DRJ - Campo Grande
		ALF - Corumbá	
		DRF - Dourados	
		ALF - Mundo Novo	
		ALF - Ponta Porã	
	MT	DRF - Cuiabá	
	TO	DRF - Palmas	
2ª RF	PA	SRRF02	ALF - Belém
			DRF - Belém
			DRJ - Belém
		DRF - Santarém	
		DRF - Marabá	
	AM	DRF - Manaus	ALF - Aeroporto Internacional Eduardo Gomes
			ALF - Porto de Manaus
	RR	DRF - Boa Vista	
	AP	DRF - Macapá	
	RO	DRF - Porto Velho	
		DRF - Ji-Paraná	
	AC	DRF - Rio Branco	
3ª RF	CE	SRRF03	ALF - Fortaleza
			DRF - Fortaleza
			DRJ - Fortaleza
		DRF - Juazeiro do Norte	
		DRF - Sobral	
	MA	DRF - São Luís	
		DRF - Imperatriz	
	PI	DRF - Teresina	
		DRF - Floriano	
4ª RF	PE	SRRF04	ALF - Recife
			DRF - Recife
			DRJ - Recife
		DRF - Caruaru	
	AL	DRF - Maceió	
	PB	DRF - João Pessoa	
		DRF - Campina Grande	
	RN	DRF - Natal	
		DRF - Mossoró	
5ª RF	BA	SRRF05	ALF - Salvador
			DRF - Salvador
			DRJ - Salvador
		DRF - Feira de Santana	
		DRF - Itabuna	
		DRF - Lauro de Freitas	
		DRF - Vitória da Conquista	
	SE	DRF - Aracaju	
6ª RF	MG	SRRF06	ALF - Belo Horizonte
			Demac - Belo Horizonte
			DRJ - Belo Horizonte
			DRF - Contagem
			DRF - Belo Horizonte
		DRF - Divinópolis	
		DRF - Governador Valadares	
		DRF - Juiz de Fora	DRJ - Juiz de Fora
		DRF - Montes Claros	
		DRF - Poços de Caldas	
		DRF - Sete Lagoas	
		DRF - Uberaba	
		DRF - Uberlândia	
		DRF - Varginha	
7ª RF	RJ	SRRF07	Demac - Rio de Janeiro
			Decex - Rio de Janeiro
			DRF - Rio de Janeiro I
			DRJ - Rio de Janeiro
		ALF - Porto de Itaguaí	
		ALF - Porto do Rio de Janeiro	ALF - Aeroporto Internacional do Galeão
		DRF - Campos dos Goytacazes	
		DRF - Macaé	
		DRF - Niterói	
		DRF - Nova Iguaçu	
		DRF - Rio de Janeiro II	
		DRF - Volta Redonda	
	ES	DRF - Vitória	ALF - Porto de Vitória
8ª RF	SP	SRRF08	DRJ - São Paulo
			Deinf - São Paulo
			Demac - São Paulo
		Defis - São Paulo	
		Derat - São Paulo	Derpf - São Paulo
		ALF - São Paulo	Delex - São Paulo
		ALF - Aeroporto Internacional de São Paulo/Guarulhos	
		ALF - Aeroporto Internacional de Viracopos	
		ALF - Porto de Santos	
		DRF - Araçatuba	
		DRF - Araraquara	
		DRF - Barueri	
		DRF - Bauru	
		DRF - Campinas	
		DRF - Franca	
		DRF - Guarulhos	
		DRF - Jundiaí	
		DRF - Limeira	
		DRF - Marília	
		DRF - Osasco	
		DRF - Piracicaba	
		DRF - Presidente Prudente	
		DRF - Ribeirão Preto	DRJ - Ribeirão Preto
		DRF - Santo André	
		DRF - Santos	
		DRF - São Bernardo do Campo	
		DRF - São José do Rio Preto	
		DRF - São José dos Campos	
		DRF - Sorocaba	
		DRF - Taubaté	
9ª RF	PR	SRRF09	ALF - Curitiba
			DRF - Curitiba
			DRJ - Curitiba
		ALF - Foz do Iguaçu	
		ALF - Porto de Paranaguá	
		DRF - Blumenau	
		DRF - Cascavel	
		DRF - Londrina	

		DRF - Maringá	
		DRF - Ponta Grossa	
	SC	ALF - Dionísio Cerqueira	
		ALF - Porto de Itajaí	
		ALF - Porto de São Francisco do Sul	
		DRF - Florianópolis	ALF - Florianópolis
			DRJ - Florianópolis
		DRF - Joaçaba	
		DRF - Joinville	
		DRF - Lages	
10ª RF	RS	SRRF10	ALF - Porto Alegre
			DRF - Porto Alegre
			DRJ - Porto Alegre
		ALF - Porto de Rio Grande	
		ALF - Santana do Livramento	
		ALF - Uruguaiana	
		DRF - Caxias do Sul	
		DRF - Novo Hamburgo	
		DRF - Passo Fundo	
		DRF - Pelotas	
		DRF - Santa Cruz do Sul	
		DRF - Santa Maria	
		DRF - Santo Ângelo	

ANEXO XXII
PROCESSOS DE TRABALHO

Macroprocessos	Processos
Gestão das Políticas Tributária e Aduaneira	Formular e Analisar Propostas de Política Tributária e Aduaneira
	Monitorar e Avaliar o Sistema Tributário e Aduaneiro
	Acompanhar e Subsidiar a Avaliação das Políticas Públicas Implementadas com Benefício Fiscal
Gestão do Crédito Tributário	Gerir o Crédito Tributário e a Arrecadação
	Gerir Direito Creditório do Contribuinte
	Controlar Benefícios Fiscais e Regimes Especiais de Tributação
	Monitorar Grandes Contribuintes
	Controlar o Cumprimento das Obrigações Acessórias
	Atuar na Garantia do Crédito Tributário
Fiscalização Tributária e Combate a Ilícitos	Promover a Conformidade Tributária
	Realizar Pesquisa e Seleção
	Realizar a Fiscalização
	Realizar a Vigilância e Repressão
	Realizar Ações de Pesquisa e Investigação
Controle Aduaneiro	Controlar Processos de Importação e Exportação
	Realizar Auditorias de Conformidade Aduaneira e Fiscal
	Controlar Processos Aduaneiros Diferenciados
	Gerenciar Riscos Operacionais Aduaneiros
	Autorizar Intervenientes
	Controlar Regimes Aduaneiros
Prevenção e Solução de Litígios Tributários e Aduaneiros	Formular Atos Interpretativos e Normativos
	Propor a Uniformização da Jurisprudência
	Julgar Recursos Administrativos
	Subsidiar a Atuação da Defesa no Contencioso
Relacionamento com Sociedade, Governos e Organismos Nacionais e Internacionais	Desenvolver a Moral Tributária
	Prestar Orientação e Atendimento
	Gerir Ouvidoria
	Conduzir Relações Institucionais
	Conduzir Relações Internacionais
	Realizar a Comunicação Social
	Gerir Cadastros Tributários e Aduaneiros
Gestão e Desenvolvimento Organizacional	Gerir a Estratégia e o Desempenho Organizacional
	Gerir a Estrutura Organizacional
	Gerir Portfólios e Projetos
	Realizar a Gestão de Processos
	Realizar a Comunicação Interna
	Gerir Conhecimento e Inovação
Gestão da Conformidade Institucional	Desenvolver a Integridade Funcional
	Promover a Ética Institucional
	Gerir Riscos Institucionais
	Realizar Auditoria Interna
Gestão Orçamentária e Financeira	Elaborar Planejamento Orçamentário
	Gerir Execução Orçamentária e Financeira
	Realizar Gestão Contábil
Gestão de Pessoas	Gerir Controle Funcional
	Recrutar e Selecionar Pessoas
	Capacitar e Desenvolver Pessoas
	Gerir Desempenho
	Gerir Provimento, Mobilidade e Desligamento de Pessoas
	Promover Valorização e Qualidade de Vida no Trabalho
Governança de TI	Realizar Governança de TI
	Prospectar Inovações e Gerir Necessidades em Soluções de TI
	Desenvolver, Adquirir e Implantar Soluções de TI
	Manter e Suportar Soluções de TI
	Gerir Prestadores de Serviços e Fornecedores de TI
	Gerir Segurança de TI
Gestão de Materiais e Logística	Gerir Materiais e Serviços
	Gerir Imóveis e Obras
	Gerir Mercadorias Apreendidas
	Realizar Gestão Documental

DESPACHOS DO MINISTRO
Em 9 de outubro de 2017

Processo nº:10951.000799/2016-14
Interessado: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES
Assunto: Operação de crédito externo a ser celebrada entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, no valor de até US$ 750.000.000,00 (setecentos e cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, com garantia da República Federativa do Brasil, destinada ao financiamento parcial do "Programa de Financiamento para Energia sustentável".

Tendo em vista os pareceres da Secretaria do Tesouro Nacional e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, com fundamento no art. 40 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, na Resolução do Senado Federal nº 48, de 21 de dezembro de 2007, com suas alterações, e considerando a permissão contida na Resolução nº 12, de 13 de julho de 2017, também daquela Casa Legislativa, e, no uso da competência que me confere o art. 6º do Decreto-lei nº 1.312, de 15 de fevereiro de 1974, autorizo a concessão de garantia da União para o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, observadas as condições legais e regulamentares pertinentes, bem assim as formalidades de praxe.

Processo nº: 17944.001153/2016-92.
Interessado: Estado do Acre.
Assunto: Avaliação do cumprimento de metas e compromissos do Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal do Estado do Acre relativos ao exercício de 2015. Apreciação dos argumentos apresentados pelo interessado para o não cumprimento das metas previstas no art. 2º da Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997.

Com fundamento no inciso IV do parágrafo único do art. 26 da Medida Provisória nº 2.192-70, de 24 de agosto de 2001, com a redação dada pelo art. 1º da Lei nº 10.661, de 22 de abril de 2003, e tendo em vista as manifestações da Secretaria do Tesouro Nacional e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, considero o Estado do Acre adimplente relativamente ao cumprimento de metas e compromissos do Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal relativos ao exercício de 2015, com efeitos de remissão de penalidade por meta não cumprida.

HENRIQUE DE CAMPOS MEIRELLES

BANCO CENTRAL DO BRASIL

DIRETORIA COLEGIADA

CIRCULAR Nº 3.851, DE 9 DE OUTUBRO DE 2017

Altera tarifas do Sistema de Transferência de Reservas (STR), de que trata o Anexo II do Regulamento anexo à Circular nº 3.100, de 28 de março de 2002.

A Diretoria Colegiada do Banco Central do Brasil, em sessão realizada em 9 de outubro de 2017, com base no art. 10 da Lei nº 10.214, de 27 de março de 2001, e nos arts. 9º; 10, inciso I; e 11 da Resolução nº 2.882, de 30 de agosto de 2001, e tendo em vista o disposto no Capítulo VII do Regulamento anexo à Circular nº 3.100, de 28 de março de 2002, resolve:

Art. 1º O Anexo II do Regulamento anexo à Circular nº 3.100, de 28 de março de 2002, passa a vigorar na forma do Anexo desta Circular.

Art. 2º Esta Circular entra em vigor em 1º de dezembro de 2017.

REINALDO LE GRAZIE
Diretor de Política Monetária

ANEXO II do Regulamento do STR - Tabelas de Tarifas

Em R$

Tabela A - Operações em Regime Normal				
Serviço	Devida	Faixas de horários		
		6h30-12h30	12h30-16h30	Após 16h30
Liquidação de ordem de transferência de fundos	Pelo emissor	0,05	0,25	1,25
	Pelo recebedor	0,15	0,15	0,15
Liquidação de ordem de transferência de fundos agendada emitida em dia anterior à data de liquidação	Pelo emissor	0,02	-	-
	Pelo recebedor	0,15	-	-
Informação de saldo de conta, via RSFN	Pelo solicitante	1,76		
Fornecimento de extrato de conta ou relação de lançamentos, por mensagem via RSFN	Pelo solicitante	6,20 por mensagem		
Fornecimento de extrato de conta ou relação de lançamentos, por arquivo eletrônico solicitado via RSFN	Pelo solicitante	53,00/MB (mínimo de 6,20)		
Fornecimento de extrato de conta ou relação de lançamentos, por arquivo eletrônico solicitado via STR-Web	Pelo solicitante	Nihil para a primeira solicitação de cada tipo de arquivo no dia e 6,20 mínimo ou R$53,00/MB, a partir da 2ª solicitação		

Em R$

Tabela B - Operação em Regime de Contingência \1 \2	
Contingência Internet	
A cada pedido para utilizar o serviço	1.500,00
Contingência Telefônica	
A cada solicitação de mensagem, pelo participante com acesso principal via RSFN	2.000,00
A cada solicitação de mensagem, pelo participante com acesso principal via Internet	250,00

\1 - As tarifas de operação em regime de Contingência Telefônica ou Contingência Internet são cobradas de forma cumulativa às tarifas individuais por mensagem previstas para operação em regime normal conforme Tabela A.

\2 - O participante recebedor está sujeito às tarifas de operação em regime normal conforme Tabela A.

Em R$

Tabela C - Disponibilização do Aplicativo STR-Web como Principal Acesso ao STR \3 \4	
Participante emitente de até 1.000 ordens de transferência por mês	500,00/mês
Participante emitente de mais de 1.000 ordens de transferência por mês	4.000,00/mês

\3 - Além da tarifa pela disponibilização do aplicativo, o participante que utilizar o STR-Web como acesso principal está sujeito ao pagamento das tarifas individuais por mensagem previstas para operação em regime normal.

\4 - O participante será enquadrado na faixa de tarifação específica calculada com base na quantidade de transferências de fundos efetivadas no mês, por intermédio de sistema gerenciado pelo Banco Central do Brasil ou por ele emitidas diretamente, exceto mensagem STR0010 (IF requisita Transferência para devolução de transferência indevida).

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS

2ª SEÇÃO

1ª TURMA EXTRAORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTO

Pauta de julgamento dos recursos das Sessões não presenciais virtuais a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas.

OBSERVAÇÕES:

1 - Solicitação de sustentação oral está condicionada a requerimento prévio em até 5 (cinco) dias da publicação da pauta.

2 - É facultativo o envio de memoriais, através de formulário eletrônico disponibilizado no sítio do CARF, em até 5 (cinco) dias da publicação da pauta.

3 - Não serão admitidos pedidos, pelas partes, de alteração da ordem de julgamento ou de retirada de processos em pauta de sessão não presencial virtual. (Redação dada pela Portaria MF nº 329, de 2017)

DIA 27 DE OUTUBRO DE 2017, ÀS 09:00 HORAS

TEMA 1: IRPF-AJUSTE/GLOSA

Relator(a): JOSE RICARDO MOREIRA

1 - Processo nº: 19647.001360/2008-17 - Recorrente: ADRIANA SCAVUZZI CARNEIRO DA CUNHA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

2 - Processo nº: 19647.001362/2008-14 - Recorrente: ADRIANA SCAVUZZI CARNEIRO DA CUNHA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

3 - Processo nº: 12448.722014/2013-31 - Recorrente: EDUARDO LEVIS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

4 - Processo nº: 12448.734880/2011-11 - Recorrente: EDUARDO LEVIS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

5 - Processo nº: 12448.737271/2011-13 - Recorrente: EDUARDO LEVIS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

6 - Processo nº: 15922.000224/2008-52 - Recorrente: INGO BOLLER e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

7 - Processo nº: 15922.000225/2008-05 - Recorrente: INGO BOLLER e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

8 - Processo nº: 10183.723044/2012-14 - Recorrente: LAZARA ROSA SILVERIO DA SILVA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

9 - Processo nº: 10183.723098/2012-71 - Recorrente: LAZARA ROSA SILVERIO DA SILVA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

10 - Processo nº: 13884.001838/2008-20 - Recorrente: LEODEGARIO CARVALHO DA SILVA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

11 - Processo nº: 13884.001839/2008-74 - Recorrente: LEODEGARIO CARVALHO DA SILVA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

12 - Processo nº: 13884.002076/2008-89 - Recorrente: LEODEGARIO CARVALHO DA SILVA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 27 DE OUTUBRO DE 2017, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 2: IRPF-AJUSTE/GLOSA

Relator(a): JOSE RICARDO MOREIRA

13 - Processo nº: 13884.002077/2008-23 - Recorrente: LEODEGARIO CARVALHO DA SILVA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

14 - Processo nº: 10855.003626/2008-36 - Recorrente: NELSON BOCCATO JUNIOR e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

15 - Processo nº: 10855.003627/2008-81 - Recorrente: NELSON BOCCATO JUNIOR e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

16 - Processo nº: 10855.003628/2008-25 - Recorrente: NELSON BOCCATO JUNIOR e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

17 - Processo nº: 10855.003629/2008-70 - Recorrente: NELSON BOCCATO JUNIOR e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

18 - Processo nº: 13837.000611/2008-22 - Recorrente: PAULO AFONSO FERREIRA BUENO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

19 - Processo nº: 15922.000100/2008-77 - Recorrente: PAULO AFONSO FERREIRA BUENO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

20 - Processo nº: 10855.003421/2008-51 - Recorrente: PAULO ARMANDO DE CARVALHO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

21 - Processo nº: 10855.003422/2008-03 - Recorrente: PAULO ARMANDO DE CARVALHO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

22 - Processo nº: 10855.003423/2008-40 - Recorrente: PAULO ARMANDO DE CARVALHO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

23 - Processo nº: 10855.003424/2008-94 - Recorrente: PAULO ARMANDO DE CARVALHO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 30 DE OUTUBRO DE 2017, ÀS 09:00 HORAS

TEMA 3: IRPF-AJUSTE/GLOSA

Relator(a): JORGE HENRIQUE BACKES

24 - Processo nº: 10640.000378/2006-25 - Recorrente: AECIO FLAVIO MEIRELLES DE SOUZA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

25 - Processo nº: 10640.002950/2008-52 - Recorrente: AECIO FLAVIO MEIRELLES DE SOUZA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

26 - Processo nº: 10640.003102/2008-61 - Recorrente: AECIO FLAVIO MEIRELLES DE SOUZA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

27 - Processo nº: 10640.003139/2008-99 - Recorrente: AECIO FLAVIO MEIRELLES DE SOUZA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

28 - Processo nº: 13888.003161/2008-24 - Recorrente: CARLOS FREDERICO PASCALE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

29 - Processo nº: 13888.003162/2008-79 - Recorrente: CARLOS FREDERICO PASCALE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

30 - Processo nº: 13888.003163/2008-13 - Recorrente: CARLOS FREDERICO PASCALE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

31 - Processo nº: 13888.003164/2008-68 - Recorrente: CARLOS FREDERICO PASCALE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

32 - Processo nº: 13609.000395/2005-66 - Recorrente: GERALDO MAGELA DE REZENDE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

33 - Processo nº: 13609.001994/2008-40 - Recorrente: GERALDO MAGELA DE REZENDE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

34 - Processo nº: 13609.000462/2009-76 - Recorrente: GERALDO MAGELA REZENDE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

35 - Processo nº: 10640.002145/2009-18 - Recorrente: JOAO CARLOS ARANTES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

36 - Processo nº: 10640.002144/2009-65 - Recorrente: JOAO CARLOS ARANTES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

37 - Processo nº: 10640.002146/2009-54 - Recorrente: JOAO CARLOS ARANTES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

38 - Processo nº: 10640.720393/2011-51 - Recorrente: JOAO CARLOS ARANTES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

39 - Processo nº: 10640.720394/2011-03 - Recorrente: JOAO CARLOS ARANTES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

40 - Processo nº: 10640.723786/2011-16 - Recorrente: JOAO CARLOS ARANTES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 30 DE OUTUBRO DE 2017, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 4: IRPF-AJUSTE/GLOSA

Relator(a): JORGE HENRIQUE BACKES

41 - Processo nº: 11610.010460/2009-21 - Recorrente: MILTON CARLOS FERREIRA ALVAREZ e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

42 - Processo nº: 11610.010462/2009-10 - Recorrente: MILTON CARLOS FERREIRA ALVAREZ e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

43 - Processo nº: 11610.010461/2009-75 - Recorrente: MILTON CARLOS FERREIRA ALVAREZ e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): JOSE ALFREDO DUARTE FILHO

44 - Processo nº: 10680.003454/2006-88 - Recorrente: JERUZA AURORA QUEZADA ROMANIELLO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

45 - Processo nº: 10680.012790/2008-83 - Recorrente: JERUZA AURORA QUEZADA ROMANIELLO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

46 - Processo nº: 10680.013212/2008-64 - Recorrente: JERUZA AURORA QUEZADA ROMANIELLO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

47 - Processo nº: 10680.013213/2008-17 - Recorrente: JERUZA AURORA QUEZADA ROMANIELLO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

48 - Processo nº: 10680.017890/2007-15 - Recorrente: JERUZA AURORA QUEZADA ROMANIELLO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

49 - Processo nº: 10855.003823/2008-55 - Recorrente: GISELE MOREIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

50 - Processo nº: 10855.003824/2008-08 - Recorrente: GISELE MOREIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

51 - Processo nº: 10855.003825/2008-44 - Recorrente: GISELE MOREIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

52 - Processo nº: 10855.720084/2013-27 - Recorrente: GISELE MOREIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

53 - Processo nº: 16020.720024/2013-11 - Recorrente: GISELE MOREIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 31 DE OUTUBRO DE 2017, ÀS 09:00 HORAS

TEMA 5: IRPF-AJUSTE/GLOSA

Relator(a): JOSE ALFREDO DUARTE FILHO

54 - Processo nº: 10840.720803/2013-79 - Recorrente: ALDO DESTRO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

55 - Processo nº: 15954.000267/2008-61 - Recorrente: ALDO DESTRO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

56 - Processo nº: 15954.000268/2008-13 - Recorrente: ALDO DESTRO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

57 - Processo nº: 15954.000269/2008-50 - Recorrente: ALDO DESTRO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
58 - Processo nº: 15954.000270/2008-84 - Recorrente: ALDO DESTRO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FERNANDA MELO LEAL
59 - Processo nº: 10140.721015/2016-30 - Recorrente: ADIR DE SOUZA GUIMARAES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
60 - Processo nº: 10140.721065/2016-17 - Recorrente: ADIR DE SOUZA GUIMARAES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
61 - Processo nº: 13134.000100/2008-28 - Recorrente: ALCIDES VAZ DA ROSA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
62 - Processo nº: 10830.003856/2008-83 - Recorrente: AMARO DANIEL BHERING BATISTA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
63 - Processo nº: 10830.003857/2008-28 - Recorrente: AMARO DANIEL BHERING BATISTA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
64 - Processo nº: 13749.000023/2011-83 - Recorrente: ANDREA ROCIO GUEDES PEREIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
65 - Processo nº: 13749.000087/2011-84 - Recorrente: ANDREA ROCIO GUEDES PEREIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
66 - Processo nº: 10730.011398/2008-84 - Recorrente: ASTOR PEREIRA DE MELLO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
67 - Processo nº: 10730.012117/2009-91 - Recorrente: ASTOR PEREIRA DE MELLO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
68 - Processo nº: 10730.013198/2008-66 - Recorrente: ASTOR PEREIRA DE MELLO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 31 DE OUTUBRO DE 2017, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 6: IRPF-AJUSTE/GLOSA
Relator(a): FERNANDA MELO LEAL
69 - Processo nº: 13786.720194/2011-86 - Recorrente: FABIO GOMES DE SOUSA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
70 - Processo nº: 13786.720195/2011-21 - Recorrente: FABIO GOMES DE SOUSA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
71 - Processo nº: 13786.720230/2011-10 - Recorrente: FABIO GOMES DE SOUSA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
72 - Processo nº: 13841.000800/2007-55 - Recorrente: FRANCISCO DE ASSIS CARVALHO ARTEN e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
73 - Processo nº: 13841.001326/2009-41 - Recorrente: FRANCISCO DE ASSIS CARVALHO ARTEN e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
74 - Processo nº: 13841.001327/2009-95 - Recorrente: FRANCISCO DE ASSIS CARVALHO ARTEN e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

WESLEI JOSÉ RODRIGUES
Chefe do Serviço de Preparo do Julgamento

JORGE HENRIQUE BACKES
Presidente da 1ª Turma Extraordinária

3ª SEÇÃO

1ª TURMA EXTRAORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTO

Pauta de julgamento dos recursos das Sessões não presenciais virtuais a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas.

OBSERVAÇÕES:
1 - Solicitação de sustentação oral está condicionada a requerimento prévio em até 5 (cinco) dias da publicação da pauta.
2 - É facultativo o envio de memoriais, através de formulário eletrônico disponibilizado no sítio do CARF, em até 5 (cinco) dias da publicação da pauta.
3 - Não serão admitidos pedidos, pelas partes, de alteração da ordem de julgamento ou de retirada de processos em pauta de sessão não presencial virtual. (Redação dada pela Portaria MF nº 329, de 2017).

DIA 27 DE OUTUBRO DE 2017, ÀS 09:00 HORAS

TEMA 1: IPI- PER/DCOMP
Relator(a): ORLANDO RUTIGLIANI BERRI
1 - Processo nº: 10880.936395/2009-12 - Recorrente: MULTI TOOLS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
2 - Processo nº: 10880.936396/2009-67 - Recorrente: MULTI TOOLS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
3 - Processo nº: 10880.936399/2009-09 - Recorrente: MULTI TOOLS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
4 - Processo nº: 10880.936400/2009-97 - Recorrente: MULTI TOOLS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
5 - Processo nº: 10880.936401/2009-31 - Recorrente: MULTI TOOLS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
6 - Processo nº: 10880.936402/2009-86 - Recorrente: MULTI TOOLS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
7 - Processo nº: 10880.936403/2009-21 - Recorrente: MULTI TOOLS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
8 - Processo nº: 10880.940318/2009-67 - Recorrente: MULTI TOOLS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
9 - Processo nº: 10880.940319/2009-10 - Recorrente: MULTI TOOLS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
10 - Processo nº: 10880.940320/2009-36 - Recorrente: MULTI TOOLS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
TEMA 2: COFINS - RESSARCIMENTO- OUTROS
Relator(a): CLEBER MAGALHAES
11 - Processo nº: 10283.902661/2008-61 - Recorrente: SOCIEDADE FOGAS LIMITADA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
12 - Processo nº: 10675.002687/2005-51 - Recorrente: UBERLANDIA AUTOMOVEIS S.A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
13 - Processo nº: 10680.013725/2002-80 - Recorrente: ERGOMATER LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
14 - Processo nº: 10768.004013/2003-91 - Recorrente: GEOCOOP ENGENHARIA E CONSULTORIA - COOPERATIVA DE TRABALHO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
15 - Processo nº: 10768.018036/2002-00 - Recorrente: FACILITA SERVICOS E PROPAGANDA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RENATO VIEIRA DE AVILA
16 - Processo nº: 10675.900433/2011-49 - Recorrente: ABC-INDUSTRIA E COMERCIO S/A-ABC-INCO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
17 - Processo nº: 10860.902767/2008-64 - Recorrente: AGS AEROHOSES S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
18 - Processo nº: 13855.903771/2009-98 - Recorrente: AMBRA ACABAMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
19 - Processo nº: 10850.907114/2009-71 - Recorrente: ANTONIO PRUDENCIO DRIGO E CIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
20 - Processo nº: 10920.900045/2006-51 - Recorrente: ARTE REAL MOVEIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 27 DE OUTUBRO DE 2017, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 3: DIVERSOS
Relator(a): CASSIO SCHAPPO
21 - Processo nº: 11610.018027/2002-67 - Recorrente: COMPUTER ASSOCIATES DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
22 - Processo nº: 10980.003175/2004-78 - Recorrente: CIA DE CIMENTO ITAMBE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
23 - Processo nº: 10830.005536/2004-34 - Recorrente: FUNDACAO ESPIRITA AMERICO BAIRRAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
24 - Processo nº: 10735.720019/2005-58 - Recorrente: H M GERENCIAMENTO E SUPERVISAO DE ENGENHARIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
25 - Processo nº: 19679.004142/2005-14 - Recorrente: COMPANHIA BRASILEIRA DE ESTIRENO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
TEMA 4: COFINS-RESSARCIMENTO
Relator(a): CLEBER MAGALHAES
26 - Processo nº: 10783.916035/2009-01 - Recorrente: PIANNA VEICULOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
27 - Processo nº: 10783.916790/2009-87 - Recorrente: PIANNA COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
28 - Processo nº: 10805.001194/2008-14 - Recorrente: PARANAPANEMA SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
29 - Processo nº: 10825.001190/2005-55 - Recorrente: GENNARI & PEARTREE PROJETOS E SISTEMAS L e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
30 - Processo nº: 10835.900031/2014-15 - Recorrente: MASSON, PESSOA & CIA. LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
TEMA 5: DIVERSOS
Relator(a): RENATO VIEIRA DE AVILA
31 - Processo nº: 10855.904754/2010-13 - Recorrente: ARTECOLA LAMINADOS ESPECIAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
32 - Processo nº: 10665.905863/2009-51 - Recorrente: BARCAMP LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
33 - Processo nº: 10880.720976/2007-72 - Recorrente: BAYER CROPSCIENCE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
34 - Processo nº: 10830.909055/2008-23 - Recorrente: BENTELER ESTAMPARIA AUTOMOTIVA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
35 - Processo nº: 13726.000082/2003-18 - Recorrente: BENTELER SISTEMAS AUTOMOTIVOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 30 DE OUTUBRO DE 2017, ÀS 09:00 HORAS

TEMA 6: IPI-PER/DCOMP
Relator(a): ORLANDO RUTIGLIANI BERRI
36 - Processo nº: 13603.907138/2011-55 - Recorrente: GRAFICA E EDITORA DEL REY INDUSTRIA E COMERCIO EIRELI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
37 - Processo nº: 13603.907139/2011-08 - Recorrente: GRAFICA E EDITORA DEL REY INDUSTRIA E COMERCIO EIRELI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
38 - Processo nº: 13603.907140/2011-24 - Recorrente: GRAFICA E EDITORA DEL REY INDUSTRIA E COMERCIO EIRELI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
39 - Processo nº: 13603.907141/2011-79 - Recorrente: GRAFICA E EDITORA DEL REY INDUSTRIA E COMERCIO EIRELI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
40 - Processo nº: 13603.907142/2011-13 - Recorrente: GRAFICA E EDITORA DEL REY INDUSTRIA E COMERCIO EIRELI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
41 - Processo nº: 13603.907143/2011-68 - Recorrente: GRAFICA E EDITORA DEL REY INDUSTRIA E COMERCIO EIRELI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
42 - Processo nº: 13603.907144/2011-11 - Recorrente: GRAFICA E EDITORA DEL REY INDUSTRIA E COMERCIO EIRELI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
43 - Processo nº: 13603.907145/2011-57 - Recorrente: GRAFICA E EDITORA DEL REY INDUSTRIA E COMERCIO EIRELI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
44 - Processo nº: 13603.907146/2011-00 - Recorrente: GRAFICA E EDITORA DEL REY INDUSTRIA E COMERCIO EIRELI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
45 - Processo nº: 13603.907147/2011-46 - Recorrente: GRAFICA E EDITORA DEL REY INDUSTRIA E COMERCIO EIRELI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
TEMA 7: COFINS-RESSARCIMENTO
Relator(a): CLEBER MAGALHAES
46 - Processo nº: 11030.721298/2011-15 - Recorrente: GZT COMERCIO E IMPORTACAO SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
47 - Processo nº: 11030.902113/2012-52 - Recorrente: SANDERO - INDUSTRIA E COMERCIO DE VELAS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
48 - Processo nº: 11060.900074/2010-30 - Recorrente: VIGILLARE SERVICOS DE SEGURANCA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
49 - Processo nº: 13005.000472/2006-68 - Recorrente: FONTANA SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
50 - Processo nº: 13005.000586/2006-16 - Recorrente: SCHWENGBER, SOARES & ADVOGADOS, ASSESSORIA EMPRESARIAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
TEMA 8: DIVERSOS
Relator(a): CASSIO SCHAPPO
51 - Processo nº: 10855.001516/2005-97 - Recorrente: AUTOMEC COMERCIAL DE VEICULOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
52 - Processo nº: 13830.001035/2005-58 - Recorrente: DISTRIBUIDORA FARMACEUTICA MARILIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
53 - Processo nº: 13830.001034/2005-11 - Recorrente: ALPAVE ALTA PAULISTA VEICULOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
54 - Processo nº: 16327.000938/2005-08 - Recorrente: BANCO FINASA S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
55 - Processo nº: 10830.002698/2005-00 - Recorrente: ARCEL S/A EMPR E PARTICIPAES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 30 DE OUTUBRO DE 2017, ÀS 14:00 HORAS

Relator(a): RENATO VIEIRA DE AVILA
56 - Processo nº: 16349.000291/2007-10 - Recorrente: BERTIN LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
57 - Processo nº: 10880.934891/2009-31 - Recorrente: BIOSINTETICA FARMACEUTICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
58 - Processo nº: 13839.901635/2010-03 - Recorrente: BOSAL DO BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
59 - Processo nº: 10840.910375/2009-98 - Recorrente: BRUMAZI EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
60 - Processo nº: 10920.900320/2010-13 - Recorrente: BUDDEMEYER S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CASSIO SCHAPPO
61 - Processo nº: 10480.908146/2012-45 - Recorrente: INSTITUTO SHOPPING RECIFE DE RESPONSABILIDADE SOCIAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
62 - Processo nº: 10480.910490/2012-02 - Recorrente: ARMAZEM CORAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
63 - Processo nº: 10935.906300/2012-59 - Recorrente: L A G MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
64 - Processo nº: 10880.007798/99-74 - Recorrente: CIA AGRICOLA ADM COML E INDL CAACI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
65 - Processo nº: 13887.000310/00-11 - Recorrente: MECANICA BONFANTI SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

TEMA 9: COFINS-RESSARCIMENTO
Relator(a): CLEBER MAGALHAES
66 - Processo nº: 13161.000970/2004-46 - Recorrente: GRANDOURADOS VEICULOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
67 - Processo nº: 13558.900135/2006-16 - Recorrente: TELEVISAO SUL BAHIA DE TEIXEIRA DE FREITAS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
68 - Processo nº: 13739.002344/2007-55 - Recorrente: HOSPITAL DO CORACAO SANCORDIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
69 - Processo nº: 13839.001587/2004-03 - Recorrente: INCEPA LOUCAS SANITARIAS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
70 - Processo nº: 13846.000083/2005-50 - Recorrente: FLORALCO AUCAR E ALCOOL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 31 DE OUTUBRO DE 2017, ÀS 09:00 HORAS

TEMA 10: IPI-PER/DCOMP E OUTROS
Relator(a): ORLANDO RUTIGLIANI BERRI
71 - Processo nº: 10783.903542/2013-52 - Recorrente: MONTE NEGRO MARMORES E GRANITOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
72 - Processo nº: 10783.903543/2013-05 - Recorrente: MONTE NEGRO MARMORES E GRANITOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
73 - Processo nº: 10783.903544/2013-41 - Recorrente: MONTE NEGRO MARMORES E GRANITOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
74 - Processo nº: 10783.903545/2013-96 - Recorrente: MONTE NEGRO MARMORES E GRANITOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
75 - Processo nº: 10783.903546/2013-31 - Recorrente: MONTE NEGRO MARMORES E GRANITOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
76 - Processo nº: 10783.903552/2013-98 - Recorrente: MONTE NEGRO MARMORES E GRANITOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
77 - Processo nº: 10783.903553/2013-32 - Recorrente: MONTE NEGRO MARMORES E GRANITOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
78 - Processo nº: 15586.721131/2012-18 - Recorrente: MONTE NEGRO MARMORES E GRANITOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
79 - Processo nº: 15586.721132/2012-54 - Recorrente: MONTE NEGRO MARMORES E GRANITOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
80 - Processo nº: 15586.721133/2012-07 - Recorrente: MONTE NEGRO MARMORES E GRANITOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CASSIO SCHAPPO
81 - Processo nº: 10730.004116/2005-40 - Recorrente: CENTRAUMA-CENTRO GONCALENSE ORTOP TRAUMA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
82 - Processo nº: 10580.002358/2006-41 - Recorrente: MASTROTTO BRASIL S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
83 - Processo nº: 16624.001203/2006-10 - Recorrente: ENERGO AGRO INDUSTRIAL LIMITADA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
84 - Processo nº: 15374.901188/2008-08 - Recorrente: ASM ASSET MANAGEMENT DISTRIBUIDORA DE TI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
85 - Processo nº: 14112.000867/2008-78 - Recorrente: CENTRO RADIOLOGICO CAMPO GRANDE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
86 - Processo nº: 15374.916360/2008-10 - Recorrente: FERRAGENS RAMADA LIMITADA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
87 - Processo nº: 10725.720351/2008-84 - Recorrente: INSTITUTO DE MEDICINA NUCLEAR E ENDOCRIN e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
88 - Processo nº: 13227.900689/2008-27 - Recorrente: J M RAMOS FERNANDES & CIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
89 - Processo nº: 10725.720413/2008-58 - Recorrente: J S XIMENES CASA DAS PECAS LTDA - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
90 - Processo nº: 13607.000362/2009-60 - Recorrente: INCOPRE IND E COM LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
TEMA 11: COFINS-RESSARCIMENTO E OUTROS
Relator(a): CLEBER MAGALHAES
91 - Processo nº: 13856.000175/2007-82 - Recorrente: FUGINI ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
92 - Processo nº: 13896.000059/2007-97 - Recorrente: MERCADINHO BARBOSA BARUERI LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
93 - Processo nº: 13971.000740/2006-12 - Recorrente: W. GOEDE ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
94 - Processo nº: 13971.002364/2007-73 - Recorrente: KUALA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
95 - Processo nº: 13974.000191/2009-91 - Recorrente: MACHADO DE SOUZA ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RENATO VIEIRA DE AVILA
96 - Processo nº: 10875.909799/2009-11 - Recorrente: BUHLER SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
97 - Processo nº: 10930.900105/2010-01 - Recorrente: CAEMMUN INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
98 - Processo nº: 13411.900084/2006-97 - Recorrente: CAGEL CALCINADORA DE GESSO BONITO LTDA M e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
99 - Processo nº: 10320.902761/2009-85 - Recorrente: CALORISOL DO MARANHAO INDUSTRIA DE REFRATARIOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
100 - Processo nº: 10768.008968/2008-21 - Recorrente: CASTROL BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 31 DE OUTUBRO DE 2017, ÀS 14:00 HORAS

Relator(a): CLEBER MAGALHAES
101 - Processo nº: 14033.000462/2005-77 - Recorrente: EMP.DE TEC.E INFORM.DA PREV.SOCIAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
102 - Processo nº: 14090.002105/2008-10 - Recorrente: M. DIESEL CAMINHOES E ONIBUS LIMITADA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
103 - Processo nº: 15374.908021/2008-60 - Recorrente: EDITORA FORENSE UNIVERSITARIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
104 - Processo nº: 15374.930009/2008-31 - Recorrente: TSN TRANSMISSORA SUDESTE NORDESTE S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
105 - Processo nº: 16349.000394/2007-80 - Recorrente: MAIS DISTRIBUIDORA DE VEICULOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
106 - Processo nº: 16707.002633/2002-13 - Recorrente: ESCRITORIO DE ADVOGACIA ROCHA S/C. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RENATO VIEIRA DE AVILA
107 - Processo nº: 13502.000160/2003-09 - Recorrente: CATA NORDESTE SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
108 - Processo nº: 10735.000895/2003-01 - Recorrente: CERAMUS BAHIA S/A PRODUTOS CERAMICOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
109 - Processo nº: 13771.000885/2002-38 - Recorrente: CHOCOLATES GAROTO SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
110 - Processo nº: 13807.001681/2003-41 - Recorrente: CIA LECO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
111 - Processo nº: 10783.901010/2012-08 - Recorrente: CIMOL - COMERCIO E INDUSTRIA DE MOVEIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
112 - Processo nº: 10880.726512/2009-31 - Recorrente: CITROVITA AGRO INDUSTRIAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
113 - Processo nº: 10880.950166/2011-25 - Recorrente: CLIMBER EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
114 - Processo nº: 10950.902747/2012-61 - Recorrente: COAMO AGROINDUSTRIAL COOPERATIVA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
115 - Processo nº: 13005.000937/2009-23 - Recorrente: COMPANHIA MINUANO DE ALIMENTOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CASSIO SCHAPPO
116 - Processo nº: 15892.000129/2009-34 - Recorrente: ACUCAREIRA QUATA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
117 - Processo nº: 15892.000132/2009-58 - Recorrente: COMPANHIA AGRICOLA QUATA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
118 - Processo nº: 11070.002458/2009-32 - Recorrente: EMPRESA MINERADORA IJUI LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
119 - Processo nº: 16636.000689/2010-16 - Recorrente: YURGEL SOCIEDADE ANONIMA INDUSTRIA E COMERCIO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
120 - Processo nº: 11020.721106/2010-17 - Recorrente: IRWIN INDUSTRIAL TOOL FERRAMENTAS DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
121 - Processo nº: 13851.900822/2011-84 - Recorrente: FUNDACAO EDUCACIONAL SAO CARLOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
122 - Processo nº: 10830.917977/2011-18 - Recorrente: FLYER INDUSTRIA AERONAUTICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
TEMA 12: IPI-COMPENSAÇÃO E PER/DCOMP
Relator(a): ORLANDO RUTIGLIANI BERRI
123 - Processo nº: 11610.005244/2002-97 - Recorrente: KEIPER DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
124 - Processo nº: 10380.008982/2001-01 - Recorrente: PANIFICIO AGUANAMBI SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

WESLEI JOSÉ RODRIGUES
Chefe do Serviço de Preparo do Julgamento

ORLANDO RUTIGLIANI BERRI
Presidente da 1ª Turma Extraordinária

2ª CÂMARA
1ª TURMA ORDINÁRIA

ATAS DE JULGAMENTOS

Ata de julgamento dos recursos da sessão extraordinária da 1ª Turma Ordinária da 2ª Câmara da 3ª Seção

A íntegra das decisões proferidas - acórdãos e resoluções - será publicada no sítio do CARF em https://carf.fazenda.gov.br , podendo ser pesquisadas pelo número do acórdão ou da resolução, pelo número do processo ou pelo nome do contribuinte.

Os processos administrativos poderão ser acompanhados pelo sitio do CARF https://carf.fazenda.gov.br mediante cadastramento no sistema PUSH.

25 DE SETEMBRO DE 2017

Aos vinte e cinco dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezessete, às quatorze horas, no Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, 3ª andar, Sala 301, Edifício Alvorada, Brasília - Distrito Federal, reuniram-se os membros da 1ª Turma Ordinária da 2ª Câmara da 3ª Seção, estando presentes os conselheiros Winderley Morais Pereira (Presidente), Paulo Roberto Duarte Moreira, Marcelo Giovani Vieira, Pedro Rinaldi de Oliveira Lima, Tatiana Josefovicz Belisário, Leonardo Vinicius Toledo de Andrade e eu, Patrícia Duarte Lucena, Chefe de Equipe, a fim de ser realizada a presente Sessão Extraordinária.

Processo: 10950.720658/2011-17 - PREGRAPHI IMPORTAÇÃO,COMÉRCIO E CONSULTORIA LTDA - EPP - Acórdão: 3201-003.135
Processo: 13609.720029/2008-70 - RVR SIDERURGIA E EMPREENDIMENTOS FLORESTAIS LTDA - ME - Acórdão: 3201-003.137
Processo: 15165.723416/2013-17 - ALVO IMPORTAÇÃO E COMÉRCIO LTDA - ME - Acórdão: 3201-003.138
Processo: 15165.722950/2012-25 - ALVO IMPORTAÇÃO E COMÉRCIO LTDA - ME - Acórdão: 3201-003.139
Processo: 11020.721494/2014-51 - MOVELPAR INDÚSTRIA COMÉRCIO E IMPORTAÇÃO LTDA - Acórdão: 3201-003.140
Processo: 10980.723132/2014-84 - MASTERCORP DO BRASIL EIRELI - Pedido de vista.
Processo: 19515.720959/2013-16 - ALFATRONIC S/A - Retirado de pauta.
Processo: 10074.722383/2013-93 - EXCELENTE MUNDO PARA FESTA E COMÉRCIO DE ARTIGOS PARA PRESENTES LTDA - EPP - Acórdão: 3201-003.142
Processo: 19515.005994/2008-44 - KAIK PARTICIPAÇÕES LTDA - Acórdão: 3201-003.136
Processo: 15956.000249/2006-05 - COOPERATIVA DE PRODUTORES DE CANA-DE-AÇÚCAR, AÇÚCAR E ÁLCOOL DO ESTADO DE SAO PAULO. - Acórdão: 3201-003.141
Processo: 10510.002406/2007-13 - EMS S/A - Pedido de vista.
Processo: 13896.722884/2012-11 - ÁSIA DISTRIBUIDORA DE UTILIDADES DOMESTICAS LTDA - Acórdão: 3201-003.143
Processo: 16327.000370/2006-06 - DIAS DE SOUZA - PARTICIPAÇÕES E EMPRENDIMENTOS LIMITADA - Retirado de pauta.
Processo: 10820.001490/2008-27 - BRACOL HOLDING LTDA - Acórdão: 3201-003.144
Processo: 13804.002840/2005-16 - BRACOL HOLDING LTDA - Acórdão: 3201-003.145
Processo: 16349.000222/2007-14 - BRACOL HOLDING LTDA - Acórdão: 3201-003.146
Processo: 15868.001644/2009-39 - BRACOL HOLDING LTDA - Pedido de vista.
Processo: 16349.000221/2007-61 - BRACOL HOLDING LTDA - Acórdão: 3201-003.147
Processo: 10384.003775/2007-16 - COBEL COMÉRCIO BEBIDAS LTDA - Acórdão: 3201-003.148

PATRÍCIA DUARTE LUCENA
Chefe de Equipe

WINDERLEY MORAIS PEREIRA
Presidente da Turma
Substituto

Ata de julgamento dos recursos das sessões ordinárias da 1ª Turma Ordinária da 2ª Câmara da 3ª Seção

A íntegra das decisões proferidas - acórdãos e resoluções - será publicada no sítio do CARF em https://carf.fazenda.gov.br , podendo ser pesquisada pelo número do acórdão ou da resolução, pelo número do processo ou pelo nome do contribuinte.

Os processos administrativos poderão ser acompanhados pelo sitio do CARF https://carf.fazenda.gov.br mediante cadastramento no sistema PUSH.

26 DE SETEMBRO DE 2017 A 28 DE SETEMBRO DE 2017

Aos vinte e seis dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezessete, às nove horas, no Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, 3ª andar, Sala 301, Edifício Alvorada, Brasília - Distrito Federal, reuniram-se os membros da 1ª Turma Ordinária da 2ª Câmara da 3ª Seção, estando presentes os conselheiros Winderley Morais Pereira (Presidente), Paulo Roberto Duarte Moreira, Rodolfo Tsuboi, Pedro Rinaldi de Oliveira Lima, Tatiana Josefovicz Belisário, Marcelo Giovani Vieira, Leonardo Vinicius Toledo de Andrade e eu, Patrícia Duarte Lucena, Chefe de Equipe, a fim de ser realizada a presente Sessão Ordinária.

Processo: 11684.000440/2007-16 - JOHN DEERE EQUIPAMENTOS DO BRASIL LTDA. - Acórdão: 3201-003.149
Processo: 10921.720396/2013-08 - INTERMARES TRADING IIMPORTAÇÃO LTDA - Retirado de pauta.
Processo: 16682.720408/2014-13 - BP ENERGY DO BRASIL LTDA - Acórdão: 3201-003.150
Processo: 19515.000338/2006-93 - ROHM AND HAAS QUíMICA LTDA. - Resolução: 3201-001.043
Processo: 19515.720879/2013-61 - OXITENO S A INDÚSTRIA E COMÉRCIO - Resolução: 3201-001.044
Processo: 10480.729052/2012-10 - TIGRE S.A. - TUBOS E CONEXÕES - Retirado de pauta.
Processo: 13971.721348/2014-11 - BELLESKY INDÚSTRIA, COMÉRCIO, IIMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA - Pedido de vista.
Processo: 10880.001259/2002-33 - SYNGENTA SEEDS LTDA. - Retirado de pauta.
Processo: 13984.001286/2009-11 - BATTISTELLA VEÍCULOS PESADOS LTDA - Retirado de pauta.
Processo: 15578.720040/2012-56 - BANESTES SA BANCO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - Pedido de vista.
Processo: 10880.722998/2013-15 - ZHOUSHIJITUAN PRESENTES LTDA - EPP - Retirado de pauta.
Processo: 10480.901234/2006-78 - COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO - Acórdão: 3201-003.151
Processo: 16682.721049/2014-11 - PETROBRÁS TRANSPORTE S.A - TRANSPETRO - Retirado de pauta.
Processo: 10480.732596/2014-12 - PROVIDER SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL) - Acórdão: 3201-003.194

PATRÍCIA DUARTE LUCENA
Chefe de Equipe

WINDERLEY MORAIS PEREIRA
Presidente da Turma
Substituto

Aos vinte e seis dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezessete, às quatorze horas, no Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, 3ª andar, Sala 301, Edifício Alvorada, Brasília - Distrito Federal, reuniram-se os membros da 1ª Turma Ordinária da 2ª Câmara da 3ª Seção, estando presentes os conselheiros Winderley Morais Pereira (Presidente), Paulo Roberto Duarte Moreira, Pedro Rinaldi de Oliveira Lima, Tatiana Josefovicz Belisário, Marcelo Giovani Vieira, Leonardo Vinicius Toledo de Andrade e eu, Patrícia Duarte Lucena, Chefe de Equipe, a fim de ser realizada a presente Sessão Ordinária.
Processo: 10920.000129/2011-51 - COMPANHIA FABRIL LEPPER - Retirado de pauta.
Processo: 15504.726158/2013-32 - ALMAVIVA DO BRASIL TELEMARKETING E INFORMÁTICA S/A - Acórdão: 3201-003.152
Processo: 15868.000174/2010-20 - BASF SA - Acórdão: 3201-003.153
Processo: 10580.007414/94-66 - DOW BRASIL S.A. - Acórdão: 3201-003.154
Processo: 13819.908298/2009-71 - FORD MOTOR COMPANY BRASIL LTDA - Acórdão: 3201-003.155
Processo: 10120.002861/2007-02 - RIO VERDE PREFEITURA MUNICIPAL - Retirado de pauta.
Processo: 15586.000423/2007-48 - VIDA SAUDÁVEL S/C LTDA - Acórdão: 3201-003.156
Processo: 10510.720031/2007-69 - BANCO DO ESTADO DE SERGIPE S/A - Pedido de vista.
Processo: 10907.721051/2012-61 - ÁTILA PNEUS LTDA - Retirado de pauta.
Processo: 10074.721542/2013-32 - NORSKAN OFFSHORE LTDA - Retirado de pauta.
Processo: 10314.010744/2010-32 - BENEFICÊNCIA NIPO BRASILEIRA DE SÃO PAULO - Acórdão: 3201-003.157
Processo: 10314.002153/2009-58 - BENEFICÊNCIA NIPO BRASILEIRA DE SÃO PAULO - Acórdão: 3201-003.158
Processo: 11128.001561/2009-52 - BENEFICÊNCIA NIPO BRASILEIRA DE SÃO PAULO - Acórdão: 3201-003.159
Processo: 16682.720299/2011-91 - PETRÓLEO BRASILEIRO S A PETROBRÁS - Retirado de pauta.
Processo: 15374.724382/2009-36 - PETRÓLEO BRASILEIRO S A PETROBRÁS - Pedido de vista.

PATRÍCIA DUARTE LUCENA
Chefe de Equipe

WINDERLEY MORAIS PEREIRA
Presidente da Turma
Substituto

Aos vinte e sete dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezessete, às nove horas, no Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, 3ª andar, Sala 301, Edifício Alvorada, Brasília - Distrito Federal, reuniram-se os membros da 1ª Turma Ordinária da 2ª Câmara da 3ª Seção, estando presentes os conselheiros Winderley Morais Pereira (Presidente), Paulo Roberto Duarte Moreira, Pedro Rinaldi de Oliveira Lima, Tatiana Josefovicz Belisário, Marcelo Giovani Vieira, Leonardo Vinicius Toledo de Andrade e eu, Patrícia Duarte Lucena, Chefe de Equipe, a fim de ser realizada a presente Sessão Ordinária.
Processo: 12448.731119/2014-61 - ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Acórdão: 3201-003.160
Processo: 10480.729596/2013-54 - ESTADO DE PERNAMBUCO - Acórdão: 3201-003.161
Processo: 10516.720027/2012-16 - CONDATA ENGENHARIA DE TELESISTEMAS - EIRELI - Acórdão: 3201-003.162
Processo: 11080.727618/2012-36 - CONDATA ENGENHARIA DE TELESISTEMAS - EIRELI - Acórdão: 3201-003.163
Processo: 19515.004270/2009-64 - SPREAD TELEINFORMÁTICA LTDA - Retirado de pauta.
Processo: 19515.004272/2009-53 - SPREAD TELEINFORMÁTICA LTDA - Retirado de pauta.
Processo: 13766.000454/2005-93 - ANTÔNIO AUTO PEÇAS LTDA - Acórdão: 3201-003.164
Processo: 13603.723342/2013-87 - PIRELLI PNEUS LTDA - Acórdão: 3201-003.165
Processo: 10611.002418/2010-05 - ESDEVA INDÚSTRIA GRÁFICA LTDA. - Retirado de pauta.
Processo: 10814.000490/2010-11 - SOCIEDADE PORTUGUESA DE BENEFICIÊNCIA - Acórdão: 3201-003.166
Processo: 11128.720634/2012-12 - ASSOCIAÇÃO CONGREGAÇÃO DE SANTA CATARINA - Retirado de pauta.
Processo: 10711.723710/2014-52 - ASSOCIAÇÃO CONGREGAÇÃO DE SANTA CATARINA - Retirado de pauta.
Processo: 19647.009236/2004-76 - EVIALIS DO BRASIL NUTRIÇÃO ANIMAL LTDA - Acórdão: 3201-003.167
Processo: 13975.000495/2003-52 - ROHDEN ARTEFATOS DE MADEIRA LTDA - Acórdão: 3201-003.168
Processo: 13975.000212/2005-34 - ROHDEN PORTAS E PAINÉIS LTDA - Acórdão: 3201-003.169

PATRÍCIA DUARTE LUCENA
Chefe de Equipe

WINDERLEY MORAIS PEREIRA
Presidente da Turma
Substituto

Aos vinte e sete dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezessete, às quatorze horas, no Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, 3ª andar, Sala 301, Edifício Alvorada, Brasília - Distrito Federal, reuniram-se os membros da 1ª Turma Ordinária da 2ª Câmara da 3ª Seção, estando presentes os conselheiros Winderley Morais Pereira (Presidente), Paulo Roberto Duarte Moreira, Rodolfo Tsuboi, Pedro Rinaldi de Oliveira Lima, Tatiana Josefovicz Belisário, Marcelo Giovani Vieira, Leonardo Vinicius Toledo de Andrade e eu, Patrícia Duarte Lucena, Chefe de Equipe, a fim de ser realizada a presente Sessão Ordinária.
Processo: 10516.000018/2010-35 - HEROMAIO - INDÚSTRIA E PARTICIPAÇÕES LTDA. - Retirado de pauta.
Processo: 10850.722722/2013-94 - HYPERMARCAS S/A - Resolução: 3201-001.045
Processo: 10850.722761/2013-91 - HYPERMARCAS S/A - Resolução: 3201-001.046
Processo: 10850.722883/2013-88 - HYPERMARCAS S/A - Resolução: 3201-001.047
Processo: 10850.722884/2013-22 - HYPERMARCAS S/A - Resolução: 3201-001.048
Processo: 10850.722885/2013-77 - HYPERMARCAS S/A - Resolução: 3201-001.049
Processo: 10850.722900/2013-87 - HYPERMARCAS S/A - Resolução: 3201-001.050
Processo: 10850.722901/2013-21 - HYPERMARCAS S/A - Resolução: 3201-001.051
Processo: 10850.722902/2013-76 - HYPERMARCAS S/A - Resolução: 3201-001.052
Processo: 10850.722903/2013-11 - HYPERMARCAS S/A - Resolução: 3201-001.053
Processo: 10880.723202/2013-41 - HYPERMARCAS S/A - Resolução: 3201-001.054
Processo: 12585.000281/2010-36 - HYPERMARCAS S/A - Resolução: 3201-001.055
Processo: 12585.000282/2010-81 - HYPERMARCAS S/A - Resolução: 3201-001.056
Processo: 12585.000283/2010-25 - HYPERMARCAS S/A - Resolução: 3201-001.057
Processo: 12585.000284/2010-70 - HYPERMARCAS S/A - Resolução: 3201-001.058
Processo: 12585.000285/2010-14 - HYPERMARCAS S/A - Resolução: 3201-001.059
Processo: 12585.000286/2010-69 - HYPERMARCAS S/A - Resolução: 3201-001.060
Processo: 12585.000287/2010-11 - HYPERMARCAS S/A - Resolução: 3201-001.061
Processo: 12585.000288/2010-58 - HYPERMARCAS S/A - Resolução: 3201-001.062
Processo: 12585.000289/2010-01 - HYPERMARCAS S/A - Resolução: 3201-001.063
Processo: 12585.000290/2010-27 - HYPERMARCAS S/A - Resolução: 3201-001.064
Processo: 16004.720544/2013-14 - HYPERMARCAS S/A - Resolução: 3201-001.065
Processo: 10120.003259/2006-01 - HYPERMARCAS S/A - Pedido de vista.
Processo: 11543.100064/2005-10 - FERTILIZANTES HERINGER S.A. - Acórdão: 3201-003.170
Processo: 19515.720169/2013-31 - MIRA OTM TRANSPORTES LTDA - Retirado de pauta.
Processo: 11891.000404/2007-15 - FUNDAÇÃO DE ENSINO SUPERIOR DO VALE DO SAPUCAÍ - Retirado de pauta.
Processo: 11891.000415/2009-59 - FUNDAÇÃO DE ENSINO SUPERIOR DO VALE DO SAPUCAÍ - Retirado de pauta.
Processo: 10907.001627/2010-16 - POSITIVO INFORMÁTICA S/A - Acórdão: 3201-003.171
Processo: 11128.000371/2011-32 - SOCIEDADE BÍBLICA DO BRASIL - Acórdão: 3201-003.172
Processo: 11817.000137/2002-56 - SELVA MARIA DE PAIVA - Acórdão: 3201-003.173
Processo: 10166.001100/2002-94 - SARKIS & SARKIS LTDA - Acórdão: 3201-003.174
Processo: 10283.007235/2001-46 - PANASONIC DO BRASIL LIMITADA - Acórdão: 3201-003.175

PATRÍCIA DUARTE LUCENA
Chefe de Equipe

WINDERLEY MORAIS PEREIRA
Presidente da Turma
Substituto

Aos vinte e oito dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezessete, às nove horas, no Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, 3ª andar, Sala 301, Edifício Alvorada, Brasília - Distrito Federal, reuniram-se os membros da 1ª Turma Ordinária da 2ª Câmara da 3ª Seção, estando presentes os conselheiros Winderley Morais Pereira (Presidente), Paulo Roberto Duarte Moreira. Pedro Rinaldi de Oliveira Lima, Tatiana Josefovicz Belisário, Marcelo Giovani Vieira, Leonardo Vinicius Toledo de Andrade e eu, Patrícia Duarte Lucena, Chefe de Equipe, a fim de ser realizada a presente Sessão Ordinária.
Processo: 10865.906711/2012-15 - RENASCER CONSTRUÇÕES ELÉTRICAS LTDA. - Acórdão: 3201-003.176
Processo: 10865.906712/2012-60 - RENASCER CONSTRUÇÕES ELÉTRICAS LTDA. - Acórdão: 3201-003.177
Processo: 10865.906713/2012-12 - RENASCER CONSTRUÇÕES ELÉTRICAS LTDA. - Acórdão: 3201-003.178
Processo: 10865.906714/2012-59 - RENASCER CONSTRUÇÕES ELÉTRICAS LTDA. - Acórdão: 3201-003.179
Processo: 10865.906717/2012-92 - RENASCER CONSTRUÇÕES ELÉTRICAS LTDA. - Acórdão: 3201-003.180
Processo: 10865.906718/2012-37 - RENASCER CONSTRUÇÕES ELÉTRICAS LTDA. - Acórdão: 3201-003.181
Processo: 10865.906719/2012-81 - RENASCER CONSTRUÇÕES ELÉTRICAS LTDA. - Acórdão: 3201-003.182
Processo: 10865.906720/2012-14 - RENASCER CONSTRUÇÕES ELÉTRICAS LTDA. - Acórdão: 3201-003.183
Processo: 10865.906723/2012-40 - RENASCER CONSTRUÇÕES ELÉTRICAS LTDA. - Acórdão: 3201-003.184
Processo: 10865.906724/2012-94 - RENASCER CONSTRUÇÕES ELÉTRICAS LTDA. - Acórdão: 3201-003.185
Processo: 10865.906725/2012-39 - RENASCER CONSTRUÇÕES ELÉTRICAS LTDA. - Acórdão: 3201-003.186
Processo: 10865.906730/2012-41 - RENASCER CONSTRUÇÕES ELÉTRICAS LTDA. - Acórdão: 3201-003.187
Processo: 10880.725887/2011-07 - ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A. - Pedido de vista.
Processo: 16349.720115/2012-65 - ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A. - Pedido de vista.
Processo: 10425.721669/2014-13 - MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE - Retirado de pauta.
Processo: 11128.003027/2007-19 - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA D" A IGREJA DE JESUS CRISTO DOS SANTOS DOS ÚLTIMOS DIAS - Acórdão: 3201-003.188
Processo: 11128.003028/2007-63 - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA D" A IGREJA DE JESUS CRISTO DOS SANTOS DOS ÚLTIMOS DIAS - Acórdão: 3201-003.189
Processo: 15771.726177/2015-71 - LIVRARIA CULTURA S/A - Resolução: 3201-001.066
Processo: 15771.722275/2016-10 - COQUI DISTRIBUICAO DE PRODUTOS EDUCATIVOS LTDA - Acórdão: 3201-003.190
Processo: 10140.722192/2013-91 - DALBOSCO CEREAIS LTDA - Retirado de pauta.
Processo: 11060.001031/2010-70 - LUIZ MINOZZO & CIA LTDA - Retirado de pauta.
Processo: 11060.003497/2007-12 - LUIZ MINOZZO & CIA LTDA - Retirado de pauta.

PATRÍCIA DUARTE LUCENA
Chefe de Equipe

WINDERLEY MORAIS PEREIRA
Presidente da Turma
Substituto

Aos vinte e oito dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezessete, às quatorze horas, no Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, 3ª andar, Sala 301, Edifício Alvorada, Brasília - Distrito Federal, reuniram-se os membros da 1ª Turma Ordinária da 2ª Câmara da 3ª Seção, estando presentes os conselheiros Winderley Morais Pereira (Presidente), Paulo Roberto Duarte Moreira, Pedro Rinaldi de Oliveira Lima, Tatiana Josefovicz Belisário, Marcelo Giovani Vieira, Leonardo Vinicius Toledo de Andrade e eu, Patrícia Duarte Lucena, Chefe de Equipe, a fim de ser realizada a presente Sessão Ordinária.
Processo: 15983.000095/2007-05 - JAC DESPACHOS E TRANSPORTES LTDA - Retirado de pauta.
Processo: 16004.000323/2009-40 - HAMELIN PAZOTTO RODRIGUES - Acórdão: 3201-003.191
Processo: 16327.001923/2008-00 - AVS SEGURADORA S/A - EM LIQUID EXTRAJUD - Acórdão: 3201-003.192
Processo: 16692.720502/2014-53 - HOECHST DO BRASIL SA - Retirado de pauta.

Processo: 16624.000143/2008-80 - CODEMA COMERCIAL E IMPORTADORA LTDA - Retirado de pauta.

Processo: 13973.000949/2009-09 - BELUNO INDÚSTRIA DE MÓVEIS LTDA - Resolução: 3201-001.067

Processo: 13502.001382/2007-64 - COOPERATIVA DE SAÚDE E SERVIÇOS CORRELATOS - COOPERSAUDE - Retirado de pauta.

Processo: 14751.720193/2014-44 - ESTADO DA PARAÍBA - Retirado de pauta.

Processo: 11080.723802/2013-98 - ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - Retirado de pauta.

Processo: 10665.000836/2010-24 - FERDIL INTERMEDIAÇÃO DE NEGÓCIOS E CONSULTORIA EIRELI - Retirado de pauta.

Processo: 10935.007800/2007-49 - SPERAFICO AGROINDÚSTRIAL LTDA. - Pedido de vista.

Processo: 10630.000166/2005-86 - COMÉRCIO DE VEÍCULOS ALMENARA LTDA - Acórdão: 3201-003.193

PATRÍCIA DUARTE LUCENA
Chefe de Equipe

WINDERLEY MORAIS PEREIRA
Presidente da Turma
Substituto

3ª CÂMARA

1ª TURMA ORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTO

Pauta de julgamento dos recursos da sessão extraordinária a ser realizada na data a seguir mencionada, no Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, 4º andar, Sala 401, Edifício Alvorada, Brasília, Distrito Federal.

OBSERVAÇÃO: O prazo regimental para os pedidos de retirada de pauta é de até 5 (cinco) dias anteriores ao início da reunião.

DIA 23 DE OUTUBRO DE 2017, ÀS 14:00 HORAS

Relator: VALCIR GASSEN

1 - Processo nº: 10380.901652/2008-55 - Recorrente: M DIAS BRANCO S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

2 - Processo nº: 10380.901761/2008-72 - Recorrente: M DIAS BRANCO S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

3 - Processo nº: 13002.002082/2007-33 - Recorrente: CENTRO CLÍNICO CANOAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

4 - Processo nº: 13502.000162/2007-13 - Recorrente: ACRINOR ACRILONITRILA DO NORDESTE S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relatora: SEMÍRAMIS DE OLIVEIRA DURO

5 - Processo nº: 10855.000880/2003-78 - Recorrente: CATALENT BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

6 - Processo nº: 11065.720351/2014-14 - Recorrente: TRANSCONTINENTAL LOGÍSTICA S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relatora: LIZIANE ANGELOTTI MEIRA

7 - Processo nº: 13161.000215/2002-08 - Recorrente: RADEKE LOGÍSTICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

8 - Processo nº: 13161.000613/2002-16 - Recorrente: RADEKE LOGÍSTICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

9 - Processo nº: 13161.000614/2002-61 - Recorrente: RADEKE LOGÍSTICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

10 - Processo nº: 13161.000721/2003-70 - Recorrente: RADEKE LOGÍSTICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

11 - Processo nº: 13161.000722/2003-14 - Recorrente: RADEKE LOGÍSTICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: ANTONIO CARLOS DA COSTA CAVALCANTI FILHO

12 - Processo nº: 13312.000366/2009-53 - Recorrentes: GRENDENE S/A e FAZENDA NACIONAL e Recorridas: GRENDENE S/A e FAZENDA NACIONAL e Recorridas: GRENDENE S/A e FAZENDA NACIONAL e Recorridas: GRENDENE S/A e FAZENDA NACIONAL

13 - Processo nº: 13312.720988/2011-16 - Recorrente: GRENDENE S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

AREOVALDO MARIANO TAVARES
Chefe de Equipe da 3ª Câmara

LUIZ AUGUSTO DO COUTO CHAGAS
Presidente da 1ª Turma Ordinária

PAUTA DE JULGAMENTO

Pauta de julgamento dos recursos das sessões ordinárias a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas, no Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, 4º andar, Sala 401, Edifício Alvorada, Brasília, Distrito Federal.

OBSERVAÇÕES: 1) Serão julgados na primeira sessão ordinária subsequente, independente de nova publicação, os recursos cuja decisão tenha sido adiada, em razão de pedido de vista de Conselheiro, não-comparecimento do Conselheiro-Relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do Colegiado.

2) O prazo regimental para os pedidos de retirada de pauta é de até 5 (cinco) dias anteriores ao início da reunião.

3) O julgamento do Processo nº 10315.900419/2011-34 (item 39) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 40 a 53. A decisão do processo constante do item 39 (paradigma) será aplicada aos processos repetitivos de que tratam os itens 40 a 53, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF nº 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada, com a redação dada pela Portaria MF nº 152, de 3 de maio de 2016.

DIA 24 DE OUTUBRO DE 2017, ÀS 09:00 HORAS

Relator: ANTONIO CARLOS DA COSTA CAVALCANTI FILHO

1 - Processo nº: 10640.720020/2008-84 - Recorrente: U&M MINERAÇÃO E CONSTRUÇÃO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

2 - Processo nº: 10640.720160/2007-71 - Recorrente: U&M MINERAÇÃO E CONSTRUÇÃO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

3 - Processo nº: 10640.720164/2007-50 - Recorrente: U&M MINERAÇÃO E CONSTRUÇÃO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

4 - Processo nº: 10640.720165/2007-02 - Recorrente: U&M MINERAÇÃO E CONSTRUÇÃO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relatora: MARIA EDUARDA ALENCAR CÂMARA SIMÕES

5 - Processo nº: 11052.001126/2010-92 - Recorrente: SINOPEC PETROLEUM DO BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

6 - Processo nº: 11065.723861/2012-73 - Recorrente: CALÇADOS DLUNA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

7 - Processo nº: 10860.720485/2013-16 - Recorrentes: ALSTOM BRASIL ENERGIA E TRANSPORTE LTDA. e FAZENDA NACIONAL e Recorridas: ALSTOM BRASIL ENERGIA E TRANSPORTE LTDA. e FAZENDA NACIONAL

8 - Processo nº: 10980.725450/2013-07 - Recorrentes: AGÊNCIA DE FOMENTO DO PARANÁ S.A. e FAZENDA NACIONAL e Recorridas: AGÊNCIA DE FOMENTO DO PARANÁ S.A. e FAZENDA NACIONAL

Relator: VALCIR GASSEN

9 - Processo nº: 13819.001598/97-23 - Recorrente: MERCEDES-BENZ DO BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

10 - Processo nº: 11080.006133/2007-48 - Recorrente: VICTOR COM. DE MATERIAIS ELÉTRICOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

11 - Processo nº: 13935.000003/2001-33 - Recorrente: AUTO POSTO ACARON LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: MARCELO COSTA MARQUES D OLIVEIRA

12 - Processo nº: 11080.009426/2008-68 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: ARANOVICH BRANCO & CIA. ADVOGADOS

13 - Processo nº: 11516.722096/2013-08 - Recorrente: BRF S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 24 DE OUTUBRO DE 2017, ÀS 14:00 HORAS

Relatora: LIZIANE ANGELOTTI MEIRA

14 - Processo nº: 11487.720010/2013-99 - Recorrentes: DELL COMPUTADORES DO BRASIL LTDA. e FAZENDA NACIONAL e Recorridas: DELL COMPUTADORES DO BRASIL LTDA. e FAZENDA NACIONAL

Relatora: MARIA EDUARDA ALENCAR CÂMARA SIMÕES

15 - Processo nº: 10945.721717/2014-96 - Recorrente: IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO HENRIK HORTIFRUTIGRANJEIROS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

16 - Processo nº: 10111.000295/2005-33 - Recorrente: GLOBAL VILLAGE TELECOM LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

17 - Processo nº: 11817.000392/2006-22 - Recorrente: GLOBAL VILLAGE TELECOM S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: ANTONIO CARLOS DA COSTA CAVALCANTI FILHO

18 - Processo nº: 10932.000660/2007-16 - Recorrente: LEADCOMM COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

19 - Processo nº: 11052.001312/2010-21 - Recorrente: UNIVERSAL MUSIC INTERNATIONAL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

20 - Processo nº: 11052.001445/2010-06 - Recorrente: CLARKE MODET PROPRIEDADE INTELECTUAL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

21 - Processo nº: 12448.724066/2011-80 - Recorrente: LTC - LIVROS TÉCNICOS E CIENTIFICOS EDITORA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

22 - Processo nº: 12448.737693/2011-81 - Recorrente: PROJEMAR S/A ESTUDOS E PROJETOS DE ENGENHARIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

23 - Processo nº: 15586.720065/2011-70 - Recorrente: SOL COQUERIA TUBARÃO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

24 - Processo nº: 16643.000138/2010-63 - Recorrente: ROLAND BERGER STRATEGY CONSULTANTS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: VALCIR GASSEN

25 - Processo nº: 11610.001602/2001-10 - Recorrente: UNILEVER BRASIL INDUSTRIAL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: MARCELO COSTA MARQUES D OLIVEIRA

26 - Processo nº: 10283.000373/97-20 - Recorrente: SOVEL DA AMAZÔNIA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 25 DE OUTUBRO DE 2017, ÀS 09:00 HORAS

Relatora: MARIA EDUARDA ALENCAR CÂMARA SIMÕES

27 - Processo nº: 11128.001293/2007-15 - Recorrente: DANISCO BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

28 - Processo nº: 11128.001667/2007-94 - Recorrente: DSM PRODUTOS NUTRICIONAIS BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relatora: LIZIANE ANGELOTTI MEIRA

29 - Processo nº: 13830.002043/2005-11 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: JOSÉ ABEGAR BRASSOLOTO

30 - Processo nº: 19515.000407/2004-05 - Embargante: INCENTIVE HOUSE S.A. e Embargada: FAZENDA NACIONAL

Relator: VALCIR GASSEN

31 - Processo nº: 12466.722043/2014-65 - Recorrente: SOSECAL S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

32 - Processo nº: 12466.721986/2014-71 - Recorrente: SOSECAL S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: ANTONIO CARLOS DA COSTA CAVALCANTI FILHO

33 - Processo nº: 10380.010655/2007-05 - Recorrente: TERMOCEARA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

34 - Processo nº: 19482.720036/2015-51 - Recorrente: AXIS IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: LUIZ AUGUSTO DO COUTO CHAGAS

35 - Processo nº: 19482.000062/2007-59 - Recorrente: HPR - COMÉRCIO EXTERIOR LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: VALCIR GASSEN

36 - Processo nº: 11131.001074/2006-98 - Recorrente: FUNDAÇÃO EDSON QUEIROZ e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

37 - Processo nº: 11131.001073/2006-43 - Recorrente: FUNDAÇÃO EDSON QUEIROZ e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

38 - Processo nº: 11131.000922/2007-22 - Recorrente: FUNDAÇÃO EDSON QUEIROZ e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 25 DE OUTUBRO DE 2017, ÀS 14:00 HORAS

Relator: JOSÉ HENRIQUE MAURI

39 - Processo nº: 10315.900419/2011-34 - Recorrente: SÃO GERALDO ÁGUAS MINERAIS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: LUIZ AUGUSTO DO COUTO CHAGAS

40 - Processo nº: 10315.900157/2011-16 - Recorrente: SÃO GERALDO ÁGUAS MINERAIS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

41 - Processo nº: 10315.900158/2011-52 - Recorrente: SÃO GERALDO ÁGUAS MINERAIS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

42 - Processo nº: 10315.900271/2011-38 - Recorrente: SÃO GERALDO ÁGUAS MINERAIS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

43 - Processo nº: 10315.900416/2011-09 - Recorrente: SÃO GERALDO ÁGUAS MINERAIS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

44 - Processo nº: 10315.900417/2011-45 - Recorrente: SÃO GERALDO ÁGUAS MINERAIS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

45 - Processo nº: 10315.900418/2011-90 - Recorrente: SÃO GERALDO ÁGUAS MINERAIS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

46 - Processo nº: 10315.900420/2011-69 - Recorrente: SÃO GERALDO ÁGUAS MINERAIS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

47 - Processo nº: 10315.900421/2011-11 - Recorrente: SÃO GERALDO ÁGUAS MINERAIS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

48 - Processo nº: 10315.900422/2011-58 - Recorrente: SÃO GERALDO ÁGUAS MINERAIS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

49 - Processo nº: 10315.900423/2011-01 - Recorrente: SÃO GERALDO ÁGUAS MINERAIS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

50 - Processo nº: 10315.900424/2011-47 - Recorrente: SÃO GERALDO ÁGUAS MINERAIS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

51 - Processo nº: 10315.900425/2011-91 - Recorrente: SÃO GERALDO ÁGUAS MINERAIS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

52 - Processo nº: 10315.900426/2011-36 - Recorrente: SÃO GERALDO ÁGUAS MINERAIS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

53 - Processo nº: 10315.900427/2011-81 - Recorrente: SÃO GERALDO ÁGUAS MINERAIS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: MARCELO COSTA MARQUES D OLIVEIRA

54 - Processo nº: 10315.721057/2011-17 - Recorrente: SÃO GERALDO ÁGUAS MINERAIS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: JOSÉ HENRIQUE MAURI

55 - Processo nº: 10315.721058/2011-61 - Recorrente: SÃO GERALDO ÁGUAS MINERAIS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

56 - Processo nº: 10315.900428/2011-25 - Recorrente: SÃO GERALDO ÁGUAS MINERAIS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

57 - Processo nº: 10315.900429/2011-70 - Recorrente: SÃO GERALDO ÁGUAS MINERAIS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relatora: SEMÍRAMIS DE OLIVEIRA DURO

58 - Processo nº: 15586.720379/2014-15 - Recorrente: AKLA INDÚSTRIA DE COSMÉTICOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: VALCIR GASSEN

59 - Processo nº: 10840.001068/2004-18 - Recorrente: COMPANHIA DE BEBIDAS IPIRANGA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: JOSÉ HENRIQUE MAURI

60 - Processo nº: 13864.000472/2008-18 - Embargante: PETROBRAS DISTRIBUIDORA S/A e Embargada: FAZENDA NACIONAL

61 - Processo nº: 15586.720490/2013-21 - Recorrente: COOPERATIVA DE LATICÍNIOS SELITA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: MARCELO COSTA MARQUES D OLIVEIRA

62 - Processo nº: 10510.723215/2015-91 - Recorrentes: L. R. NORDESTE S/A e FAZENDA NACIONAL e Recorridas: L. R. NORDESTE S/A e FAZENDA NACIONAL

63 - Processo nº: 13603.721301/2014-37 - Recorrente: SCIB SERVIÇO E COMÉRCIO INDÚSTRIA DO BRASIL EIRELI - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relatora: SEMÍRAMIS DE OLIVEIRA DURO

64 - Processo nº: 13310.000049/2002-81 - Recorrente: CALÇADOS ANIGER NORDESTE LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

65 - Processo nº: 10945.000689/2003-17 - Recorrente: LABORATÓRIO SANOBIOL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

66 - Processo nº: 10380.002510/2002-18 - Recorrente: NAZÁRIA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

67 - Processo nº: 10830.725456/2012-17 - Recorrente: DELL COMPUTADORES DO BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

68 - Processo nº: 10830.726826/2013-14 - Recorrente: DELL COMPUTADORES DO BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

69 - Processo nº: 11080.901384/2013-86 - Recorrente: DELL COMPUTADORES DO BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

70 - Processo nº: 11080.901383/2013-31 - Recorrente: DELL COMPUTADORES DO BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

71 - Processo nº: 11080.910286/2013-30 - Recorrente: DELL COMPUTADORES DO BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

72 - Processo nº: 11080.903613/2012-16 - Recorrente: DELL COMPUTADORES DO BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

73 - Processo nº: 11080.903612/2012-71 - Recorrente: DELL COMPUTADORES DO BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

74 - Processo nº: 11080.903611/2012-27 - Recorrente: DELL COMPUTADORES DO BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

75 - Processo nº: 11080.906812/2014-48 - Recorrente: DELL COMPUTADORES DO BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

76 - Processo nº: 11080.901385/2013-21 - Recorrente: DELL COMPUTADORES DO BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

77 - Processo nº: 11080.910285/2013-95 - Recorrente: DELL COMPUTADORES DO BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 26 DE OUTUBRO DE 2017, ÀS 09:00 HORAS

Relatora: SEMÍRAMIS DE OLIVEIRA DURO

78 - Processo nº: 16561.720102/2013-52 - Recorrente: FLEXTRONICS INTERNATIONAL TECNOLOGIA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

79 - Processo nº: 11962.000340/2005-00 - Embargante: CBF INDÚSTRIA DE GUSA S/A e Embargada: FAZENDA NACIONAL

80 - Processo nº: 10314.726343/2014-21 - Recorrente: NET SÃO PAULO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: JOSÉ HENRIQUE MAURI

81 - Processo nº: 10980.723561/2014-51 - Recorrentes: NISSAN DO BRASIL AUTOMÓVEIS LTDA. e FAZENDA NACIONAL e Recorridas: NISSAN DO BRASIL AUTOMÓVEIS LTDA. e FAZENDA NACIONAL

Relatora: MARIA EDUARDA ALENCAR CÂMARA SIMÕES

82 - Processo nº: 10166.727381/2012-81 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: BRB BANCO DE BRASÍLIA S/A

83 - Processo nº: 14033.003573/2008-88 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: BRB BANCO DE BRASÍLIA S/A

84 - Processo nº: 10970.720062/2014-21 - Recorrente: NIDERA SEMENTES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

85 - Processo nº: 19515.720348/2014-59 - Recorrente: ATACADÃO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

86 - Processo nº: 10640.003662/2010-30 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: BEBIDA GOSTOSA MG INDÚSTRIA COMÉRCIO DE ALIMENTOS E EXPORTAÇÃO EIRELI - EPP

Relator: ANTONIO CARLOS DA COSTA CAVALCANTI FILHO

87 - Processo nº: 10850.002400/99-51 - Recorrente: AUTO POSTO NHANDEARA EIRELI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relatora: LIZIANE ANGELOTTI MEIRA

88 - Processo nº: 10882.720700/2011-51 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: ÁSIA DISTRIBUIDORA DE UTILIDADES DOMESTICAS LTDA.

89 - Processo nº: 16095.720291/2011-45 - Recorrente: INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE TINTAS FERRAZ LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: MARCELO COSTA MARQUES D OLIVEIRA

90 - Processo nº: 16327.721325/2013-18 - Recorrente: BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: VALCIR GASSEN

91 - Processo nº: 13973.000786/2002-80 - Recorrente: UNIAO MOTORES ELÉTRICOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 26 DE OUTUBRO DE 2017, ÀS 14:00 HORAS

Relator: LUIZ AUGUSTO DO COUTO CHAGAS

92 - Processo nº: 13971.720831/2014-70 - Recorrentes: BEBIDAS MAX WILHELM LTDA. e FAZENDA NACIONAL e Recorridas: BEBIDAS MAX WILHELM LTDA. e FAZENDA NACIONAL

93 - Processo nº: 13971.000193/97-13 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: BUNGE ALIMENTOS S/A

94 - Processo nº: 10725.000026/2002-14 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: BRACOM VEÍCULOS E PECAS S/A

Relatora: MARIA EDUARDA ALENCAR CÂMARA SIMÕES

95 - Processo nº: 18088.720021/2014-00 - Recorrente: PREDILECTA ALIMENTOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

96 - Processo nº: 10980.723683/2011-03 - Recorrente: UNILANCE ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: JOSÉ HENRIQUE MAURI

97 - Processo nº: 15586.720493/2013-64 - Recorrente: MUNICÍPIO DE VITÓRIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

98 - Processo nº: 10950.002561/2009-12 - Recorrente: SÃO TOME - PREFEITURA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: VALCIR GASSEN

99 - Processo nº: 13854.000313/2003-10 - Embargante: MONTECITRUS TRADING S/A e Embargada: FAZENDA NACIONAL

100 - Processo nº: 10825.001513/99-56 - Recorrente: KERO KERO COMÉRCIO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: MARCELO COSTA MARQUES D OLIVEIRA

101 - Processo nº: 10711.000234/2008-50 - Recorrente: CDC INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ERVA MATE LTDA. - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relatora: MARIA EDUARDA ALENCAR CÂMARA SIMÕES

102 - Processo nº: 10920.720897/2014-77 - Recorrente: CV ÁUDIO COMERCIAL IMPORTADORA EXPORTADORA E DISTRIBUIDORA LTDA. - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

AREOVALDO MARIANO TAVARES
Chefe de Equipe da 3ª Câmara

LUIZ AUGUSTO DO COUTO CHAGAS
Presidente da 1ª Turma Ordinária

4ª CÂMARA
2ª TURMA ORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTO

Pauta de julgamento dos recursos das sessões ordinárias a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas, no Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, 4º andar, Sala 401, Edifício Alvorada, Brasília, Distrito Federal.

OBSERVAÇÕES: 1) Serão julgados na primeira sessão ordinária subsequente, independente de nova publicação, os recursos cuja decisão tenha sido adiada, em razão de pedido de vista de Conselheiro, não-comparecimento do Conselheiro-Relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do Colegiado.

2) O prazo regimental para os pedidos de retirada de pauta é de até 5 (cinco) dias anteriores ao início da reunião.

3) O julgamento do Processo nº 10935.902211/2012-33 (item 18) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 19 a 70 e o julgamento do Processo nº 10980.911025/2009-44 (item 126) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 127 a 145. As decisões dos processos constantes dos itens 18 e 126 (paradigmas) serão aplicadas, respectivamente, aos processos repetitivos de que tratam os itens 19 a 70 e 127 a 145, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF nº 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada, com a redação dada pela Portaria MF nº 152, de 3 de maio de 2016.

DIA 24 DE OUTUBRO DE 2017, ÀS 09:00 HORAS

Relatora: MARIA APARECIDA MARTINS DE PAULA

1 - Processo nº: 10980.725481/2012-79 - Recorrentes: CNH INDUSTRIAL LATIN AMÉRICA LTDA. e FAZENDA NACIONAL e Recorridas: CNH INDUSTRIAL LATIN AMÉRICA LTDA. e FAZENDA NACIONAL

2 - Processo nº: 11128.000599/2007-46 - Recorrente: SYNGENTA PROTEÇÃO DE CULTIVOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relatora: MAYSA DE SÁ PITTONDO DELIGNE

3 - Processo nº: 10283.006345/2005-14 - Recorrente: NITRIFLEX DA AMAZÔNIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

4 - Processo nº: 10921.000625/2005-56 - Recorrente: COMPANHIA DE TECIDOS NORTE DE MINAS - COTEMINAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: PEDRO SOUSA BISPO

5 - Processo nº: 18186.010777/2008-82 - Recorrente: GUAPORÉ VEÍCULOS E AUTO PEÇAS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

6 - Processo nº: 13003.000374/2007-21 - Recorrente: TRANSPORTE DE CARGAS TORRENSE LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

7 - Processo nº: 13003.000175/2007-13 - Recorrente: TRANSPORTE DE CARGAS TORRENSE LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: CARLOS AUGUSTO DANIEL NETO

8 - Processo nº: 13710.002656/2001-91 - Recorrente: PETROBRAS DISTRIBUIDORA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

9 - Processo nº: 13710.000516/2003-41 - Recorrente: PETROBRAS DISTRIBUIDORA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: JORGE OLMIRO LOCK FREIRE

10 - Processo nº: 11516.002969/2010-10 - Recorrente: ARAVEL ARARANGUÁ VEÍCULOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

11 - Processo nº: 11634.720855/2011-81 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: SEARA - IND. E COMÉRCIO DE PRODUTOS AGRO-PECUÁRIOS LTDA.

Relatora: MAYSA DE SÁ PITTONDO DELIGNE

12 - Processo nº: 10074.000682/2006-44 - Recorrente: CHREEMTEX IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

13 - Processo nº: 10235.000399/2006-22 - Recorrente: JOSÉ LUIS DE ALMEIDA MIRANDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: WALDIR NAVARRO BEZERRA

14 - Processo nº: 10865.722012/2015-67 - Recorrente: INDÚSTRIA METALOQUÍMICA KELS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

15 - Processo nº: 10480.721891/2009-86 - Recorrente: SERVITIUM EIRELI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

16 - Processo nº: 19647.004296/2008-26 - Recorrente: N D COMÉRCIO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

17 - Processo nº: 13312.000660/2006-12 - Recorrente: INBRASMA INDÚSTRIA BRÁS DE MARMORES S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 24 DE OUTUBRO DE 2017, ÀS 14:00 HORAS

Relatora: MARIA APARECIDA MARTINS DE PAULA

18 - Processo nº: 10935.902211/2012-33 - Recorrente: ANHAMBI ALIMENTOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: JORGE OLMIRO LOCK FREIRE

19 - Processo nº: 10935.902212/2012-88 - Recorrente: ANHAMBI ALIMENTOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

20 - Processo nº: 10935.902213/2012-22 - Recorrente: ANHAMBI ALIMENTOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

21 - Processo nº: 10935.902214/2012-77 - Recorrente: ANHAMBI ALIMENTOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

22 - Processo nº: 10935.902215/2012-11 - Recorrente: ANHAMBI ALIMENTOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

23 - Processo nº: 10935.902216/2012-66 - Recorrente: ANHAMBI ALIMENTOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

24 - Processo nº: 10935.902217/2012-19 - Recorrente: ANHAMBI ALIMENTOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

25 - Processo nº: 10935.902219/2012-08 - Recorrente: ANHAMBI ALIMENTOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

26 - Processo nº: 10935.902221/2012-79 - Recorrente: ANHAMBI ALIMENTOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

27 - Processo nº: 10935.902222/2012-13 - Recorrente: ANHAMBI ALIMENTOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

28 - Processo nº: 10935.902223/2012-68 - Recorrente: ANHAMBI ALIMENTOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

29 - Processo nº: 10935.902224/2012-11 - Recorrente: ANHAMBI ALIMENTOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

30 - Processo nº: 10935.902225/2012-57 - Recorrente: ANHAMBI ALIMENTOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

31 - Processo nº: 10935.902226/2012-00 - Recorrente: ANHAMBI ALIMENTOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

32 - Processo nº: 10935.904049/2012-98 - Recorrente: BIGOLIN MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

33 - Processo nº: 10935.904053/2012-56 - Recorrente: BIGOLIN MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

34 - Processo nº: 10935.904054/2012-09 - Recorrente: BIGOLIN MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

35 - Processo nº: 10935.904056/2012-90 - Recorrente: BIGOLIN MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

36 - Processo nº: 10935.904057/2012-34 - Recorrente: BIGOLIN MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

37 - Processo nº: 10935.904060/2012-58 - Recorrente: BIGOLIN MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

38 - Processo nº: 10935.904061/2012-01 - Recorrente: BIGOLIN MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

39 - Processo nº: 10935.904065/2012-81 - Recorrente: BIGOLIN MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

40 - Processo nº: 10935.904067/2012-70 - Recorrente: BIGOLIN MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

41 - Processo nº: 10935.904068/2012-14 - Recorrente: BIGOLIN MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

42 - Processo nº: 10935.904077/2012-13 - Recorrente: BIGOLIN MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

43 - Processo nº: 10935.904079/2012-02 - Recorrente: BIGOLIN MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

44 - Processo nº: 10935.904081/2012-73 - Recorrente: BIGOLIN MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

45 - Processo nº: 10935.904082/2012-18 - Recorrente: BIGOLIN MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

46 - Processo nº: 10935.904084/2012-15 - Recorrente: BIGOLIN MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

47 - Processo nº: 10935.904085/2012-51 - Recorrente: BIGOLIN MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

48 - Processo nº: 10935.904086/2012-04 - Recorrente: BIGOLIN MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

49 - Processo nº: 10935.904087/2012-41 - Recorrente: BIGOLIN MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

50 - Processo nº: 10935.904089/2012-30 - Recorrente: BIGOLIN MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

51 - Processo nº: 10935.904098/2012-21 - Recorrente: BIGOLIN MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

52 - Processo nº: 10935.904100/2012-61 - Recorrente: BIGOLIN MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

53 - Processo nº: 10935.904101/2012-14 - Recorrente: BIGOLIN MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

54 - Processo nº: 10935.904102/2012-51 - Recorrente: BIGOLIN MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

55 - Processo nº: 10935.904103/2012-03 - Recorrente: BIGOLIN MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

56 - Processo nº: 10935.904104/2012-40 - Recorrente: BIGOLIN MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

57 - Processo nº: 10935.904106/2012-39 - Recorrente: BIGOLIN MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

58 - Processo nº: 10935.904115/2012-20 - Recorrente: BIGOLIN MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

59 - Processo nº: 10935.904116/2012-74 - Recorrente: BIGOLIN MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

60 - Processo nº: 10935.904119/2012-16 - Recorrente: BIGOLIN MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

61 - Processo nº: 10935.904120/2012-32 - Recorrente: BIGOLIN MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

62 - Processo nº: 10935.904558/2012-11 - Recorrente: ANHAMBI ALIMENTOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

63 - Processo nº: 10935.904561/2012-34 - Recorrente: ANHAMBI ALIMENTOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

64 - Processo nº: 10935.904568/2012-56 - Recorrente: ANHAMBI ALIMENTOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

65 - Processo nº: 10935.904600/2012-01 - Recorrente: ANHAMBI ALIMENTOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

66 - Processo nº: 10935.904611/2012-83 - Recorrente: ANHAMBI ALIMENTOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

67 - Processo nº: 10935.904616/2012-14 - Recorrente: ANHAMBI ALIMENTOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

68 - Processo nº: 10935.904618/2012-03 - Recorrente: ANHAMBI ALIMENTOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

69 - Processo nº: 10935.904623/2012-16 - Recorrente: ANHAMBI ALIMENTOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

70 - Processo nº: 10935.904625/2012-05 - Recorrente: ANHAMBI ALIMENTOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

71 - Processo nº: 10865.722681/2014-58 - Recorrente: GF AUTO PEÇAS IND. E COM. LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

72 - Processo nº: 10980.723210/2014-41 - Recorrente: MASTERCORP DO BRASIL EIRELI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

73 - Processo nº: 15924.720005/2015-01 - Recorrente: GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: CARLOS AUGUSTO DANIEL NETO

74 - Processo nº: 11060.722406/2011-10 - Recorrente: VEISA VEÍCULOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

75 - Processo nº: 10980.724566/2012-30 - Recorrente: LOGIKA DISTRIBUIDORA DE COSMÉTICOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relatora: THAIS DE LAURENTIIS GALKOWICZ

76 - Processo nº: 10909.721583/2014-40 - Recorrente: SIQUEIRA CAMPOS IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

77 - Processo nº: 19647.012373/2007-31 - Recorrente: SOPRANO ELETROMETALÚRGICA HIDRÁULICA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

78 - Processo nº: 19647.012397/2007-90 - Recorrente: SOPRANO ELETROMETALÚRGICA HIDRAULICA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: WALDIR NAVARRO BEZERRA

79 - Processo nº: 19679.006602/2003-87 - Recorrente: METALINOX AÇOS E METAIS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

80 - Processo nº: 14120.720013/2014-51 - Recorrente: ADAR INDÚSTRIA, COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relatora: MARIA APARECIDA MARTINS DE PAULA

81 - Processo nº: 13819.001291/99-11 - Recorrente: ALPINA EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

82 - Processo nº: 13804.004033/99-83 - Recorrente: A. C. AGRO MERCANTIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

83 - Processo nº: 11128.001186/2007-89 - Recorrente: AJINOMOTO INTERAMÉRICANA IND E COMÉRCIO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: DIEGO DINIZ RIBEIRO

84 - Processo nº: 12907.000392/2004-14 - Recorrente: TAF LINHAS AÉREAS S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

85 - Processo nº: 16905.720100/2013-25 - Recorrente: NT COMÉRCIO DE PRODUTOS ELETRO-ELETRÔNICOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: CARLOS AUGUSTO DANIEL NETO

86 - Processo nº: 10120.002076/2001-56 - Recorrente: GOIÁS EDITORIAL E INDUSTRIAL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

87 - Processo nº: 13811.001900/00-17 - Recorrente: M.L. INDÚSTRIA ELETRÔNICA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: PEDRO SOUSA BISPO

88 - Processo nº: 10980.902173/2006-25 - Recorrente: PROPEX DO BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

89 - Processo nº: 13971.000112/2006-29 - Recorrente: ADERBAL JOÃO MACHADO DE SOUZA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

90 - Processo nº: 11020.005555/2008-91 - Recorrente: RANDON AGROPECUÁRIA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relatora: MARIA APARECIDA MARTINS DE PAULA

91 - Processo nº: 10314.003900/2007-11 - Recorrente: DCI BRASIL INDUSTRIAL S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

92 - Processo nº: 12466.720315/2015-73 - Recorrente: STILE COMERCIAL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: CARLOS AUGUSTO DANIEL NETO

93 - Processo nº: 13601.000176/00-90 - Recorrente: CODEME ENGENHARIA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

94 - Processo nº: 10166.908091/2009-31 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: BAR E WISKERIA BRASILIA LTDA.

95 - Processo nº: 10665.000529/2007-48 - Recorrente: M B L MATERIAIS BÁSICOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relatora: THAIS DE LAURENTIIS GALKOWICZ

96 - Processo nº: 10831.008088/2006-82 - Recorrente: SABIC INNOVATIVE PLASTICS SOUTH AMÉRICA - INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PLÁSTICOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

97 - Processo nº: 10120.001882/2007-01 - Recorrente: UNILEVER BRASIL INDUSTRIAL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 25 DE OUTUBRO DE 2017, ÀS 09:00 HORAS

Relator: WALDIR NAVARRO BEZERRA

98 - Processo nº: 10880.723246/2014-52 - Recorrente: RAIZEN ENERGIA S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

99 - Processo nº: 10880.723546/2015-12 - Recorrentes: RAIZEN ENERGIA S.A. e FAZENDA NACIONAL e Recorridas: RAIZEN ENERGIA S.A. e FAZENDA NACIONAL

Relator: JORGE OLMIRO LOCK FREIRE

100 - Processo nº: 15956.000211/2007-13 - Recorrente: MOLBOR - INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MOLAS HELICOIDAIS E ARTEFATOS DE BORRACHA LTDA. - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

101 - Processo nº: 10882.001445/2008-48 - Recorrente: PRO.GAR INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

102 - Processo nº: 13502.001246/2007-74 - Recorrente: SIAN - SISTEMAS DE ILUMINAÇÃO AUTOMOTIVA DO NORDESTE LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relatora: MARIA APARECIDA MARTINS DE PAULA

103 - Processo nº: 19991.000450/2009-51 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: L J M COMÉRCIO, EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO DE CAFÉ LTDA.

104 - Processo nº: 13656.000664/2004-48 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: L J M COMÉRCIO, EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO DE CAFÉ LTDA.

Relatora: THAIS DE LAURENTIIS GALKOWICZ

105 - Processo nº: 10480.725910/2014-19 - Recorrente: UNILEVER BRASIL GELADOS DO NORDESTE S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

106 - Processo nº: 19647.005217/2008-02 - Recorrente: TECPEL COMÉRCIO E INDÚSTRIALTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: JORGE OLMIRO LOCK FREIRE

107 - Processo nº: 10882.002150/2006-27 - Recorrente: CHEVRON BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

108 - Processo nº: 19396.720044/2015-76 - Recorrentes: BRASDRIL SOCIEDADE DE PERFURAÇÕES LTDA. e FAZENDA NACIONAL e Recorridas: BRASDRIL SOCIEDADE DE PERFURAÇÕES LTDA. e FAZENDA NACIONAL

Relator: WALDIR NAVARRO BEZERRA

109 - Processo nº: 10882.722892/2014-82 - Recorrente: DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS SANTA CRUZ LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: CARLOS AUGUSTO DANIEL NETO

110 - Processo nº: 11891.000435/2007-68 - Recorrente: ASSOCIAÇÃO DE RESGATE DA DIGNIDADE HUMANA PROVIDÊNCIA DIVINA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

111 - Processo nº: 11080.006198/2006-11 - Recorrente: RENNER TEXTIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

112 - Processo nº: 18336.002714/2008-91 - Recorrente: MOINHOS CRUZEIRO DO SUL S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relatora: MAYSA DE SÁ PITTONDO DELIGNE

113 - Processo nº: 10580.728934/2014-93 - Recorrente: BAHIA STELLA HOTEL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

114 - Processo nº: 12448.728123/2015-23 - Recorrente: FUNDAÇÃO CESGRANRIO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

115 - Processo nº: 10850.907365/2009-56 - Recorrente: INDÚSTRIAS REUNIDAS COLOMBO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: DIEGO DINIZ RIBEIRO

116 - Processo nº: 11831.007670/2002-61 - Recorrente: THYSSENKRUPP ELEVADORES SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

117 - Processo nº: 10480.010459/2002-90 - Recorrente: ENGARRAFADORA IGARASSU LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

118 - Processo nº: 13804.002525/2006-70 - Embargante: QUATRO MARCOS LTDA. e Embargada: FAZENDA NACIONAL

Relatora: MARIA APARECIDA MARTINS DE PAULA

119 - Processo nº: 10314.006477/2008-84 - Recorrente: ALSTOM HYDRO ENERGIA BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

120 - Processo nº: 10314.007810/2008-72 - Recorrente: DU PONT DO BRASIL S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relatora: THAIS DE LAURENTIIS GALKOWICZ

121 - Processo nº: 10783.720613/2012-01 - Recorrente: STOCKL CAFÉ-INDUSTRIAL E COMERCIAL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

122 - Processo nº: 10783.720614/2012-47 - Recorrente: STOCKL CAFÉ-INDUSTRIAL E COMERCIAL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

123 - Processo nº: 10783.720615/2012-91 - Recorrente: STOCKL CAFÉ-INDUSTRIAL E COMERCIAL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

124 - Processo nº: 10783.720616/2012-36 - Recorrente: STOCKL CAFÉ-INDUSTRIAL E COMERCIAL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

125 - Processo nº: 10783.720617/2012-81 - Recorrente: STOCKL CAFÉ-INDUSTRIAL E COMERCIAL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 25 DE OUTUBRO DE 2017, ÀS 14:00 HORAS

Relatora: THAIS DE LAURENTIIS GALKOWICZ

126 - Processo nº: 10980.911025/2009-44 - Recorrente: MADEIREIRA BIANCHINI LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: JORGE OLMIRO LOCK FREIRE

127 - Processo nº: 10980.911024/2009-08 - Recorrente: MADEIREIRA BIANCHINI LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

128 - Processo nº: 10980.911026/2009-99 - Recorrente: MADEIREIRA BIANCHINI LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

129 - Processo nº: 10980.911027/2009-33 - Recorrente: MADEIREIRA BIANCHINI LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

130 - Processo nº: 10980.911028/2009-88 - Recorrente: MADEIREIRA BIANCHINI LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

131 - Processo nº: 10980.920098/2008-46 - Recorrente: MADEIREIRA BIANCHINI LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

132 - Processo nº: 10980.920099/2008-91 - Recorrente: MADEIREIRA BIANCHINI LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

133 - Processo nº: 10980.920100/2008-87 - Recorrente: MADEIREIRA BIANCHINI LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

134 - Processo nº: 10980.920672/2009-47 - Recorrente: MADEIREIRA BIANCHINI LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

135 - Processo nº: 10980.930056/2009-02 - Recorrente: MADEIREIRA BIANCHINI LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

136 - Processo nº: 10980.938789/2009-87 - Recorrente: MADEIREIRA BIANCHINI LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

137 - Processo nº: 10980.938790/2009-10 - Recorrente: MADEIREIRA BIANCHINI LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

138 - Processo nº: 10980.938792/2009-09 - Recorrente: MADEIREIRA BIANCHINI LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

139 - Processo nº: 10980.938793/2009-45 - Recorrente: MADEIREIRA BIANCHINI LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

140 - Processo nº: 10980.938794/2009-90 - Recorrente: MADEIREIRA BIANCHINI LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

141 - Processo nº: 10980.938795/2009-34 - Recorrente: MADEIREIRA BIANCHINI LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

142 - Processo nº: 10980.938796/2009-89 - Recorrente: MADEIREIRA BIANCHINI LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

143 - Processo nº: 10980.938798/2009-78 - Recorrente: MADEIREIRA BIANCHINI LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

144 - Processo nº: 10980.938799/2009-12 - Recorrente: MADEIREIRA BIANCHINI LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

145 - Processo nº: 10980.938800/2009-17 - Recorrente: MADEIREIRA BIANCHINI LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: WALDIR NAVARRO BEZERRA

146 - Processo nº: 16349.000414/2009-84 - Recorrente: AUTOSTAR COMERCIAL E IMPORTADORA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

147 - Processo nº: 16349.000028/2011-15 - Recorrente: AUTOSTAR COMERCIAL E IMPORTADORA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: JORGE OLMIRO LOCK FREIRE

148 - Processo nº: 13864.720216/2014-81 - Recorrente: MAURÍCIO BENEDICTO DE ARAÚJO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: CARLOS AUGUSTO DANIEL NETO

149 - Processo nº: 10711.000146/2010-72 - Recorrentes: LIBRA TERMINAL RIO S/A e FAZENDA NACIONAL e Recorridas: LIBRA TERMINAL RIO S/A e FAZENDA NACIONAL

150 - Processo nº: 10711.000983/2010-00 - Recorrente: LIBRA TERMINAL RIO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

151 - Processo nº: 10711.007388/2009-53 - Recorrente: LIBRA TERMINAL RIO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: DIEGO DINIZ RIBEIRO

152 - Processo nº: 10680.720327/2005-66 - Recorrente: COOPERATIVA DE CONSUMO, EDITORA E DE CULTURA MÉDICA LTDA. - COOPMED e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

153 - Processo nº: 11020.003967/2002-00 - Recorrente: VINÍCOLA SALTON S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relatora: MARIA APARECIDA MARTINS DE PAULA

154 - Processo nº: 11829.720019/2011-10 - Recorrentes: HEWLETT PACKARD COMPUTADORES LTDA. e FAZENDA NACIONAL e Recorridas: HEWLETT PACKARD COMPUTADORES LTDA. e FAZENDA NACIONAL

Relator: WALDIR NAVARRO BEZERRA

155 - Processo nº: 10840.000474/2005-36 - Recorrente: JOSÉ FRANCISCO DE FÁTIMA SANTOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

156 - Processo nº: 10215.720345/2012-63 - Recorrente: JARI CELULOSE, PAPEL E EMBALAGENS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: CARLOS AUGUSTO DANIEL NETO

157 - Processo nº: 10611.002916/2008-25 - Recorrente: BANCO RURAL S.A. - EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

158 - Processo nº: 10283.004462/2003-81 - Recorrente: SEMP TOSHIBA AMAZONAS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 26 DE OUTUBRO DE 2017, ÀS 09:00 HORAS

Relatora: MAYSA DE SÁ PITTONDO DELIGNE

159 - Processo nº: 19311.720185/2015-81 - Recorrente: SPAL INDÚSTRIA BRASILEIRA DE BEBIDAS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

160 - Processo nº: 15173.720004/2016-79 - Recorrente: SPAL INDÚSTRIA BRASILEIRA DE BEBIDAS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

161 - Processo nº: 15956.720178/2015-43 - Recorrente: RIO DE JANEIRO REFRESCOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: WALDIR NAVARRO BEZERRA

162 - Processo nº: 16327.720229/2014-25 - Recorrente: BMG LEASING SA ARRENDAMENTO MERCANTIL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

163 - Processo nº: 13888.724473/2013-32 - Recorrente: SMITHS BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

164 - Processo nº: 10380.720400/2008-27 - Recorrente: CALILA ADMINISTRAÇÃO E COMÉRCIO S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

165 - Processo nº: 10880.720636/2014-71 - Recorrente: TIM CELULAR S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: PEDRO SOUSA BISPO

166 - Processo nº: 16062.000390/2009-70 - Recorrente: COTAC COMÉRCIO DE TRATORES AUTOMÓVEIS CAMINHÕES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

167 - Processo nº: 11516.722588/2015-57 - Recorrente: MOCAL MOAGEIRA DE MINÉRIOS CACHOEIRO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relatora: THAIS DE LAURENTIIS GALKOWICZ

168 - Processo nº: 10980.721730/2013-38 - Recorrentes: ALL AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S/A e FAZENDA NACIONAL e Recorridas: ALL AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S/A. e FAZENDA NACIONAL

Relatora: MARIA APARECIDA MARTINS DE PAULA

169 - Processo nº: 10494.000296/2008-73 - Recorrente: STEMAC S/A GRUPOS GERADORES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

170 - Processo nº: 10611.002774/2007-15 - Recorrente: ROBERT BOSCH DIREÇÃO AUTOMOTIVA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: PEDRO SOUSA BISPO

171 - Processo nº: 10865.000364/2009-10 - Recorrente: TRANSPORTADORA SIMARELLI LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

172 - Processo nº: 15165.000461/2008-32 - Recorrente: S. L. COMERCIAL IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 26 DE OUTUBRO DE 2017, ÀS 14:00 HORAS

Relator: WALDIR NAVARRO BEZERRA

173 - Processo nº: 11080.729261/2012-21 - Recorrente: COMPANHIA DE SEGUROS PREVIDÊNCIA DO SUL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

174 - Processo nº: 10865.004411/2008-13 - Recorrente: GAPLAN CAMINHÕES LESTE LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: CARLOS AUGUSTO DANIEL NETO

175 - Processo nº: 10283.004727/97-32 - Recorrente: SEMP AMAZONAS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relatora: THAIS DE LAURENTIIS GALKOWICZ

176 - Processo nº: 10882.002874/2004-17 - Embargante: CLD CONSTRUTORA, LAÇOS DETETORES E ELETRÔNICA LTDA. e Embargada: FAZENDA NACIONAL

177 - Processo nº: 10074.001311/2004-18 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: FUNDAÇÃO UNIVERSITÁRIA JOSÉ BONIFÁCIO

Relator: PEDRO SOUSA BISPO

178 - Processo nº: 16636.000032/2009-15 - Recorrente: TRANSPORTADORA TESSMANN LTDA. - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

179 - Processo nº: 10314.728364/2014-81 - Recorrentes: CTEEP - COMPANHIA DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA PAULISTA e FAZENDA NACIONAL e Recorridas: CTEEP - COMPANHIA DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA PAULISTA e FAZENDA NACIONAL

Relator: DIEGO DINIZ RIBEIRO

180 - Processo nº: 14112.000243/2006-99 - Recorrente: SILCOM LOCAÇÕES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

181 - Processo nº: 16327.000840/2003-81 - Recorrente: COOPERATIVA DE ECONOMIA E CREDITO MÚTUO DOS PROFISSIONAIS DA SAÚDE DAS REGIÕES SERRANAS E DO MÉDIO VALE DO PARAÍBA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

182 - Processo nº: 10240.721365/2011-63 - Recorrente: SUPERATACADO CENTRONORTE COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relatora: MARIA APARECIDA MARTINS DE PAULA

183 - Processo nº: 11080.726328/2011-94 - Recorrente: JOHNSON CONTROLS DO BRASIL AUTOMOTIVE LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: WALDIR NAVARRO BEZERRA

184 - Processo nº: 11060.002553/2009-55 - Recorrente: GEGUTON INDÚSTRIA METALÚRGICA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

185 - Processo nº: 12157.000098/2009-47 - Recorrente: HOLCIM (BRASIL) S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

JOSÉ PEDRO DA SILVA
Chefe de Equipe da 4ª Câmara

JORGE OLMIRO LOCK FREIRE
Presidente da 2ª Turma Ordinária

CÂMARA SUPERIOR DE RECURSOS FISCAIS

2ª TURMA

PAUTA DE JULGAMENTO

Pauta de julgamento dos recursos das sessões ordinárias a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas, no Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, Sobreloja, Brasília, Distrito Federal.

OBSERVAÇÕES:

1) Serão julgados na primeira sessão ordinária subsequente, independente de nova publicação, os recursos cuja decisão tenha sido adiada, em razão de pedido de vista de Conselheiro, não-comparecimento do Conselheiro-Relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do Colegiado.

2) O prazo regimental para os pedidos de retirada de pauta é de até 5 (cinco) dias anteriores ao início da reunião.

3) O julgamento do Processo nº 10552.000174/2007-64 (item 33) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 34 a 98. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 34 a 98, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.

DIA 24 DE OUTUBRO DE 2017, ÀS 09:00 HORAS

TEMA 1: IRPF - OMISSÃO DE RENDIMENTOS

Relator(a): MARIA HELENA COTTA CARDOZO

1 - Processo nº: 13896.721452/2012-85 - Recorrente: THEREZA COELHO PEREIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

TEMA 2: IRPF - DECADÊNCIA

Relator(a): RITA ELIZA REIS DA COSTA BACCHIERI

2 - Processo nº: 16707.005391/2004-73 - Recorrente: ROBERTO ALADIM DE ARAUJO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

TEMA 3: IRPF - MULTA DE OFÍCIO QUALIFICADA

Relator(a): MARIA HELENA COTTA CARDOZO

3 - Processo nº: 10880.721648/2011-70 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: BRUNO OLAVO VIECK COMEGNIO

TEMA 4: CSP - DECADÊNCIA
Relator(a): RITA ELIZA REIS DA COSTA BACCHIERI
4 - Processo nº: 15375.005923/2008-32 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: HOSPITAL E MATERNIDADE SANTA RITA SA
Relator(a): MARIA HELENA COTTA CARDOZO
5 - Processo nº: 10630.720340/2010-78 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: IGREJA EVANGELICA ASSEMBLEIA DE DEUS
6 - Processo nº: 10630.720341/2010-12 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: IGREJA EVANGELICA ASSEMBLEIA DE DEUS
7 - Processo nº: 10630.720342/2010-67 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: IGREJA EVANGELICA ASSEMBLEIA DE DEUS
8 - Processo nº: 10630.720337/2010-54 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: IGREJA EVANGELICA ASSEMBLEIA DE DEUS
9 - Processo nº: 10630.720338/2010-07 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: IGREJA EVANGELICA ASSEMBLEIA DE DEUS
10 - Processo nº: 10630.720339/2010-43 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: IGREJA EVANGELICA ASSEMBLEIA DE DEUS
Relator(a): HEITOR DE SOUZA LIMA JUNIOR
11 - Processo nº: 35301.007082/2007-98 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: BAMBINA EMPRESA HOTELEIRA LTDA
Relator(a): ANA PAULA FERNANDES
12 - Processo nº: 12267.000236/2008-60 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: GUARDA MOVEIS GATO PRETO S A
13 - Processo nº: 10976.000520/2008-12 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: TECNOWATT ILUMINACAO LTDA
Relator(a): RITA ELIZA REIS DA COSTA BACCHIERI
14 - Processo nº: 15586.000739/2007-30 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: TELEVISAO CAPIXABA LTDA
Relator(a): HEITOR DE SOUZA LIMA JUNIOR
15 - Processo nº: 36972.000073/2007-36 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: VIACAO DOIS IRMAOS LTDA - EPP
Relator(a): ELAINE CRISTINA MONTEIRO E SILVA VIEIRA
16 - Processo nº: 10680.008218/2007-39 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: KAEFER ISOBRASIL TECNOLOGIA DE ISOLAMENTOS LTDA.

DIA 24 DE OUTUBRO DE 2017, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 5: CSP - NULIDADE
Relator(a): ELAINE CRISTINA MONTEIRO E SILVA VIEIRA
17 - Processo nº: 17460.000069/2007-01 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: IESA PROJETOS, EQUIPAMENTOS E MONTAGENS S/A.
Relator(a): RITA ELIZA REIS DA COSTA BACCHIERI
18 - Processo nº: 35232.000456/2007-13 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: HOSPITAL DO CORACAO DE NATAL LTDA
Relator(a): ELAINE CRISTINA MONTEIRO E SILVA VIEIRA
19 - Processo nº: 10540.001709/2008-34 - Recorrentes: MAFRIP MATADOURO FRIGORIFICO RIO PARDO SA e FAZENDA NACIONAL
20 - Processo nº: 10540.001705/2008-56 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: MAFRIP MATADOURO FRIGORIFICO RIO PARDO SA
TEMA 6: CSP - SALÁRIO INDIRETO
Relator(a): RITA ELIZA REIS DA COSTA BACCHIERI
21 - Processo nº: 16327.721796/2011-56 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: ITAU UNIBANCO HOLDING S.A.
22 - Processo nº: 14041.000972/2008-98 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: CENTRO DE ENSINO UNIFICADO DE BRASILIA CEUB
23 - Processo nº: 14041.000973/2008-32 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: CENTRO DE ENSINO UNIFICADO DE BRASILIA CEUB
24 - Processo nº: 14041.000974/2008-87 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: CENTRO DE ENSINO UNIFICADO DE BRASILIA CEUB
25 - Processo nº: 14041.000979/2008-18 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: CENTRO DE ENSINO UNIFICADO DE BRASILIA CEUB
26 - Processo nº: 11330.001335/2007-12 - Recorrentes: FUNDACAO PETROBRAS DE SEGURIDADE SOCIAL PETROS e FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUIZ EDUARDO DE OLIVEIRA SANTOS
27 - Processo nº: 15504.005718/2010-79 - Recorrente: GLOBAL VALUE SOLUCOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
TEMA 7: CSP - SUB-ROGAÇÃO PRODUTOR RURAL
Relator(a): HEITOR DE SOUZA LIMA JUNIOR
28 - Processo nº: 10805.722170/2011-06 - Recorrentes: FRIGORIFICO ASTRA DO PARANA LTDA e FAZENDA NACIONAL
29 - Processo nº: 13609.001784/2008-51 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: COIRBA SIDERURGIA LTDA
30 - Processo nº: 13609.001782/2008-62 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: COIRBA SIDERURGIA LTDA
TEMA 8: ITR
Relator(a): PATRICIA DA SILVA
31 - Processo nº: 13116.000250/2005-15 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: ANTONIO ALVES DE CARVALHO
32 - Processo nº: 11075.720011/2007-37 - Recorrente: COOPERATIVA AGRICOLA MISTA SAO MARCOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 25 DE OUTUBRO DE 2017, ÀS 09:00 HORAS

TEMA 9: CSP - RETROATIVIDADE BENIGNA
Relator(a): HEITOR DE SOUZA LIMA JUNIOR
33 - Processo nº: 10552.000174/2007-64 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: ASSOCIACAO BENEFIC. DE AMURT - AMURTEL
Relator(a): LUIZ EDUARDO DE OLIVEIRA SANTOS
34 - Processo nº: 10120.002405/2010-50 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: SANTA CASA DE MISERICORDIA DE GOIANIA
35 - Processo nº: 10410.003030/2007-84 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: INDUSTRIA DE LATICINIOS PALMEIRA DOS INDIOS S/A ILPISA
36 - Processo nº: 10552.000546/2007-52 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: 6 PRO - EVENTOS EMPRESARIAIS LTDA - ME
37 - Processo nº: 10552.000559/2007-21 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: B & Z EXPORT LTDA
38 - Processo nº: 10580.005391/2007-11 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: DETEN QUIMICA S/A
39 - Processo nº: 10580.728702/2009-78 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: CONGREGACAO DAS RELIGIOSAS DO SS SACRAMENTO
40 - Processo nº: 10630.001956/2010-46 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: FELIPE RAPHAEL PASCOAL
41 - Processo nº: 10630.001958/2010-35 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: FELIPE RAPHAEL PASCOAL
42 - Processo nº: 10630.001960/2010-12 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: FELIPE RAPHAEL PASCOAL
43 - Processo nº: 10665.000057/2008-12 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: TRANSCOACO TRANS E COMERCIO DE ACO LTDA
44 - Processo nº: 10665.001860/2010-81 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: COLEGIO NOVO SER LTDA - EPP
45 - Processo nº: 10830.009073/2010-28 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: CIRCULO DE AMIGOS DO PATRULHEIRO DE VALINHOS
46 - Processo nº: 10830.009075/2010-17 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: CIRCULO DE AMIGOS DO PATRULHEIRO DE VALINHOS
47 - Processo nº: 10830.011888/2008-52 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: PENTAGON LANGUAGE LEARNING LTDA - ME
48 - Processo nº: 10830.012695/2010-33 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: M-CAMP CONCESSIONARIA DE VEICULOS LTDA
49 - Processo nº: 10830.012696/2010-88 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: M-CAMP CONCESSIONARIA DE VEICULOS LTDA
50 - Processo nº: 10830.012697/2010-22 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: M-CAMP CONCESSIONARIA DE VEICULOS LTDA
51 - Processo nº: 10830.012698/2010-77 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: M-CAMP CONCESSIONARIA DE VEICULOS LTDA
52 - Processo nº: 10830.012699/2010-11 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: M-CAMP CONCESSIONARIA DE VEICULOS LTDA
53 - Processo nº: 10830.012700/2010-16 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: M-CAMP CONCESSIONARIA DE VEICULOS LTDA
54 - Processo nº: 10835.004312/2008-99 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: CALIMAN & CIA LTDA
55 - Processo nº: 10860.100009/2007-28 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: VIAPOL LTDA
56 - Processo nº: 10860.721782/2011-17 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: CONDE MANUTENCAO HIDRAULICA E CALDEIRARIA LTDA - EPP
57 - Processo nº: 10865.001719/2007-26 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: MASTRA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
58 - Processo nº: 10865.001720/2007-51 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: MASTRA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
59 - Processo nº: 10865.002208/2007-21 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: INDUSTRIAS DE PAPEL R RAMENZONI S/A
60 - Processo nº: 10865.002606/2008-29 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: M G COMERCIO, SERVICOS E REPRESENTACOES LTDA.
61 - Processo nº: 10865.003012/2010-50 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: FORUSI METAIS SANITARIOS LTDA - EPP
62 - Processo nº: 10865.003950/2009-16 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: MALAGUTTI & MARTINS LTDA
63 - Processo nº: 10920.003877/2007-17 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: MILTON BRAGA & CIA LTDA - EPP
64 - Processo nº: 11020.003237/2010-19 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: JOST BRASIL SISTEMAS AUTOMOTIVOS LTDA
65 - Processo nº: 11020.003240/2010-24 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: JOST BRASIL SISTEMAS AUTOMOTIVOS LTDA
66 - Processo nº: 11052.000062/2010-11 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: ASSOCIACAO DE BENEFICENCIA EVANGELICA NOVA JERUSALEM
67 - Processo nº: 11060.002505/2009-67 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: SECURISYSTEM SISTEMAS DE MONITORAMENTO - EIRELI - EPP
68 - Processo nº: 11060.002506/2009-10 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: SECURISYSTEM SISTEMAS DE MONITORAMENTO LTDA
69 - Processo nº: 11060.002507/2009-56 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: SECURISYSTEM SISTEMAS DE MONITORAMENTO LTDA
70 - Processo nº: 11176.000272/2007-07 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: ALGODOEIRA AURORA LTDA - ME
71 - Processo nº: 11330.000532/2007-14 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: COMPANHIA SIDERURGICA NACIONAL
72 - Processo nº: 11444.000505/2009-18 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: SINDICATO RURAL DE PALMITAL
73 - Processo nº: 11444.001068/2009-50 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: SINDICATO RURAL DE PALMITAL
74 - Processo nº: 11474.000022/2007-02 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: TURBO DRIVE MANUTENCAO E CONSULT LTDA
75 - Processo nº: 12571.000226/2010-03 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: SANTA CLARA INDUSTRIA DE PASTA E PAPEL LTDA
76 - Processo nº: 12898.001015/2009-63 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: PARCERIA SERVICOS TEMPORARIOS LIMITADA
77 - Processo nº: 13971.002431/2007-50 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: NOVA PLASTICOS LTDA - EPP
78 - Processo nº: 14120.000173/2007-51 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: RIO CORRENTE AGRICOLA S/A
79 - Processo nº: 15504.003103/2008-93 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: GEMATUR TRANSPORTES URBANOS LTDA
80 - Processo nº: 15504.012272/2009-03 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: FREDERICO DE ARAUJO MILTON
81 - Processo nº: 15504.723899/2011-08 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: DISTRIBUIDORA CUMMINS MINAS LTDA.
82 - Processo nº: 15540.000277/2008-68 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: SRHL SOC REC HUM ASSES EMPRESARIAL LTDA.
83 - Processo nº: 15582.000136/2007-78 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: UNIMED SUL CAPIXABA - COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO
84 - Processo nº: 15586.000316/2010-15 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: SP BRASIL LTDA
85 - Processo nº: 15586.000318/2010-12 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: SP BRASIL LTDA
86 - Processo nº: 15889.000323/2010-11 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: GB FIBRAS LTDA - EPP
87 - Processo nº: 15956.000223/2009-00 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: AJUSTE - SERVICOS GERAIS DE LAVOURA LTDA.
88 - Processo nº: 15983.000570/2010-31 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: EMPREITEIRA FENIX LTDA
89 - Processo nº: 15983.000708/2007-04 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: LOMBARDI & LOMBARDI SAO VICENTE LTDA - ME
90 - Processo nº: 16095.000350/2008-60 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: ROLL FOR ARTEFATOS METALICOS LTDA
91 - Processo nº: 16095.000351/2008-12 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: ROLL FOR ARTEFATOS METALICOS LTDA
92 - Processo nº: 16095.000386/2007-62 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: ICAC - INDUSTRIA E COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA - EPP
93 - Processo nº: 35462.001898/2004-12 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: SANTANA AGRO INDUSTRIAL LTDA
94 - Processo nº: 36202.004790/2006-77 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: COMPANHIA ESPIRITO SANTENSE DE SANEAMENTO CESAN
95 - Processo nº: 36624.004803/2007-28 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: GORESBRIDGE CONSTRUCOES DO BRASIL LTDA
96 - Processo nº: 36624.014118/2006-29 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: INTERMEDIC TECHNOLOGY IMP E EXP LTDA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017101100076
Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

97 - Processo nº: 37169.001221/2003-43 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: ORBENK ADMINISTRACAO E SERVICOS LTDA.

98 - Processo nº: 44021.000299/2007-12 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: CACIQUE PROMOTORA DE VENDAS LTDA

Relator(a): RITA ELIZA REIS DA COSTA BACCHIERI

99 - Processo nº: 10950.006528/2010-97 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: ASSOCIACAO EDUCACIONAL SAO JOSE

100 - Processo nº: 10950.006529/2010-31 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: ASSOCIACAO EDUCACIONAL SAO JOSE

Relator(a): HEITOR DE SOUZA LIMA JUNIOR

101 - Processo nº: 36266.000348/2007-16 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: AZEVEDO & TRAVASSOS S/A

Relator(a): ANA PAULA FERNANDES

102 - Processo nº: 16327.721628/2011-61 - Recorrentes: BANCO VOTORANTIM S.A. e FAZENDA NACIONAL

Relator(a): LUIZ EDUARDO DE OLIVEIRA SANTOS

103 - Processo nº: 10865.004655/2008-04 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: BAUMER S A

Relator(a): RITA ELIZA REIS DA COSTA BACCHIERI

104 - Processo nº: 16062.000214/2007-76 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: CAVEC INCORPORACAO LTDA

105 - Processo nº: 13639.000595/2010-29 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: CENTRO DE ENSINO SUPERIOR SOUSA BORGES LTDA - EPP

106 - Processo nº: 12898.000263/2010-21 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: CENTRO INTEGRADO DE ESTUDOS E PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL

107 - Processo nº: 15504.018491/2008-15 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: CENTRO MINEIRO DE ENSINO SUPERIOR - CEMES LTDA

108 - Processo nº: 15504.018494/2008-41 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: CENTRO MINEIRO DE ENSINO SUPERIOR - CEMES LTDA

109 - Processo nº: 10120.009772/2010-84 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: CENTRO TECNOLOGICO CAMBURY LTDA

110 - Processo nº: 11065.720955/2012-91 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: CENTROPE INDUSTRIA DE CALCADOS LTDA

Relator(a): HEITOR DE SOUZA LIMA JUNIOR

111 - Processo nº: 36202.004132/2006-85 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: CISA TRADING S/A

Relator(a): MARIA HELENA COTTA CARDOZO

112 - Processo nº: 10680.011861/2007-40 - Recorrente: COMPANHIA ENERGETICA DE MINAS GERAIS-CEMIG e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

113 - Processo nº: 15504.723746/2011-52 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: COMPANHIA ENERGETICA DE MINAS GERAIS-CEMIG

114 - Processo nº: 36266.007277/2006-93 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: COMPANHIA MELHORAMENTOS DE SAO PAULO

115 - Processo nº: 36266.003981/2005-96 - Recorrente: COMPANHIA MELHORAMENTOS DE SAO PAULO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

116 - Processo nº: 10167.001623/2007-35 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: CONDOMINIO RESIDENCIAL CASTANHEIRAS

117 - Processo nº: 10680.012988/2007-86 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: CONSTRUTORA REMO LTDA

118 - Processo nº: 15758.000565/2009-58 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: COOP. LOC. VEIC. MOT. AUT. COOPERAUTO

DIA 25 DE OUTUBRO DE 2017, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 10: CSP - RETROATIVIDADE BENIGNA

Relator(a): PATRICIA DA SILVA

119 - Processo nº: 12269.003961/2008-70 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: CTIL LOGISTICA LTDA.

120 - Processo nº: 12269.003963/2008-69 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: CTIL LOGISTICA LTDA.

121 - Processo nº: 12269.004179/2009-59 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: DIMATO INDUSTRIA E COMERCIO DE CONFECCOES LTDA

122 - Processo nº: 10730.000516/2011-24 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS SAO ROQUE DE ITABORAI LTDA

123 - Processo nº: 10166.720037/2010-07 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA

124 - Processo nº: 10166.720039/2010-98 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA

125 - Processo nº: 14485.003233/2007-58 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: ESPACO DO BANHO E AROMAS LTDA

Relator(a): HEITOR DE SOUZA LIMA JUNIOR

126 - Processo nº: 13855.001762/2009-61 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: ESTIVAL IMPORTACAO EXPORTACAO LTDA

127 - Processo nº: 10680.008052/2007-51 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: FIACAO E TECIDOS SANTA BARBARA LTDA

128 - Processo nº: 11516.006723/2007-11 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: FUNDACAO ELETROSUL DE PREVIDENCIA E ASSISTENCIA SOCIAL ELOS

Relator(a): ANA PAULA FERNANDES

129 - Processo nº: 10480.720262/2010-72 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: FUNDACAO PEDRO PAES MENDONCA

130 - Processo nº: 10480.720260/2010-83 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: FUNDACAO PEDRO PAES MENDONCA

131 - Processo nº: 10480.720254/2010-26 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: FUNDACAO PEDRO PAES MENDONCA

132 - Processo nº: 10480.720258/2010-12 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: FUNDACAO PEDRO PAES MENDONCA

Relator(a): RITA ELIZA REIS DA COSTA BACCHIERI

133 - Processo nº: 11853.001015/2007-55 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: FUNDACAO UNIVERSIDADE DE BRASILIA - FUB

134 - Processo nº: 11330.000167/2007-30 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: GEFCO LOGISTICA DO BRASIL LTDA

135 - Processo nº: 19311.000567/2009-47 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: GIOVANI PIEVE

136 - Processo nº: 19311.000568/2009-91 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: GIOVANI PIEVE

137 - Processo nº: 19311.000569/2009-36 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: GIOVANI PIEVE

138 - Processo nº: 14485.003206/2007-85 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: GRANOL IND COM E EXPORTACAO S/A

139 - Processo nº: 11060.003271/2009-75 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: HOSPITAL DE CARIDADE DE MATA

DIA 26 DE OUTUBRO DE 2017, ÀS 09:00 HORAS

TEMA 11: CSP - RETROATIVIDADE BENIGNA

Relator(a): PATRICIA DA SILVA

140 - Processo nº: 10943.000022/2008-49 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: INYLBRA TAPETES E VELUDOS LTDA

141 - Processo nº: 13116.001115/2007-41 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: HOSPITAL EVANGELICO GOIANO S/A

142 - Processo nº: 13116.001116/2007-95 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: HOSPITAL EVANGELICO GOIANO S/A

143 - Processo nº: 13116.001117/2007-30 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: HOSPITAL EVANGELICO GOIANO S/A

144 - Processo nº: 13116.001119/2007-29 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: HOSPITAL EVANGELICO GOIANO S/A

145 - Processo nº: 19740.000633/2008-48 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: ICATU CAPITALIZACAO S/A

146 - Processo nº: 19740.000634/2008-92 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: ICATU CAPITALIZACAO S/A

147 - Processo nº: 19740.000636/2008-81 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: ICATU CAPITALIZACAO S/A

148 - Processo nº: 44021.000057/2006-30 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: INSTITUTO PRESBITERIANO MACKENZIE

Relator(a): ELAINE CRISTINA MONTEIRO E SILVA VIEIRA

149 - Processo nº: 13888.001712/2010-30 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: JCC CONNECT TELECOM COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE TELECOMUNICACOES LTDA - ME

150 - Processo nº: 13888.001714/2010-29 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: JCC CONNECT TELECOM COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE TELECOMUNICACOES LTDA

151 - Processo nº: 13888.001716/2010-18 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: JCC CONNECT TELECOM COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE TELECOMUNICACOES LTDA

152 - Processo nº: 13888.001715/2010-73 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: JCC CONNECT TELECOM COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE TELECOMUNICACOES LTDA - ME

153 - Processo nº: 12269.000393/2010-70 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: KUNZLER & CIA LTDA

Relator(a): LUIZ EDUARDO DE OLIVEIRA SANTOS

154 - Processo nº: 19515.005979/2009-87 - Recorrente: LEVY E SALOMAO-ADVOGADOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): ELAINE CRISTINA MONTEIRO E SILVA VIEIRA

155 - Processo nº: 36266.003426/2007-26 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: LIBBS FARMACEUTICA LTDA

156 - Processo nº: 14333.000282/2007-72 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: LIDER DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS LTDA

157 - Processo nº: 35564.006097/2006-67 - Recorrentes: LIQUIGAS DISTRIBUIDORA S.A. e FAZENDA NACIONAL

158 - Processo nº: 11516.001484/2010-09 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: LONA AZUL INDUSTRIA DE CONFECCEOS LTDA

159 - Processo nº: 14485.002443/2007-29 - Recorrentes: MANGELS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e FAZENDA NACIONAL

160 - Processo nº: 19515.004301/2009-87 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: MANHAES MOREIRA SOCIEDADE DE ADVOGADOS

Relator(a): LUIZ EDUARDO DE OLIVEIRA SANTOS

161 - Processo nº: 10865.001859/2010-08 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: MANUFATURA DE BRINQUEDOS ESTRELA S A

162 - Processo nº: 37307.000308/2007-03 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: MERCANTIL DISTRIBUIDORA DE VEICULOS LTDA

163 - Processo nº: 15504.012729/2009-71 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: MERCANTIL DO BRASIL FINANCEIRA SA CREDITO FIN E INVEST

DIA 26 DE OUTUBRO DE 2017, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 12: CSP - RETROATIVIDADE BENIGNA

Relator(a): ANA PAULA FERNANDES

164 - Processo nº: 12269.002109/2010-08 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: META - COOPERATIVA DE SERVICOS LTDA

165 - Processo nº: 12269.002107/2010-19 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: META - COOPERATIVA DE SERVICOS LTDA

166 - Processo nº: 12269.002112/2010-13 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: META - COOPERATIVA DE SERVICOS LTDA

167 - Processo nº: 12269.002939/2008-11 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: META - COOPERATIVA DE SERVICOS LTDA

168 - Processo nº: 12269.002108/2010-55 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: META - COOPERATIVA DE SERVICOS LTDA

169 - Processo nº: 12269.002111/2010-79 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: META - COOPERATIVA DE SERVICOS LTDA

Relator(a): LUIZ EDUARDO DE OLIVEIRA SANTOS

170 - Processo nº: 15504.002200/2010-83 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: METALURGICA SAO SEBASTIAO LTDA

171 - Processo nº: 15504.002202/2010-72 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: METALURGICA SAO SEBASTIAO LTDA

172 - Processo nº: 10630.720335/2011-46 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: MUNICIPIO DE ARACUAI

Relator(a): MARIA HELENA COTTA CARDOZO

173 - Processo nº: 15504.725812/2012-18 - Recorrente: TOTAL ENGENHARIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

174 - Processo nº: 10932.000788/2007-71 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: TOYOTA DO BRASIL LTDA

175 - Processo nº: 10830.008917/2008-07 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: TRANSMERIDIANO TRANSPORTES RODOVIARIOS LTDA

176 - Processo nº: 19515.002026/2010-09 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: TRIPLE A PRODUCAO CROSSMEDIA S.A.

Relator(a): ELAINE CRISTINA MONTEIRO E SILVA VIEIRA

177 - Processo nº: 10920.002475/2010-92 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: UNIAO MOTORES ELETRICOS LTDA.

178 - Processo nº: 10920.002472/2010-59 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: UNIAO MOTORES ELETRICOS LTDA.

179 - Processo nº: 10920.002473/2010-01 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: UNIAO MOTORES ELETRICOS LTDA.

180 - Processo nº: 10920.002474/2010-48 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: UNIAO MOTORES ELETRICOS LTDA.

Relator(a): MARIA HELENA COTTA CARDOZO

181 - Processo nº: 10283.000843/2008-04 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: UNIMED DE MANAUS COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO LTDA

182 - Processo nº: 10935.002872/2007-08 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: VANTEX INDUSTRIAL EIRELI

183 - Processo nº: 10935.002876/2007-88 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: VANTEX INDUSTRIAL EIRELI

WESLEI JOSÉ RODRIGUES
Chefe do Serviço de Preparo do Julgamento

CARLOS ALBERTO FREITAS BARRETO
Presidente do Conselho Administrativo
de Recursos Fiscais

PAUTA DE JULGAMENTO

Pauta de julgamento do recurso da sessão extraordinária a ser realizada na data a seguir mencionada, no Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, Sobreloja, Brasília, Distrito Federal.

DIA 25 DE OUTUBRO DE 2017, ÀS 08:30 HORAS

Relator(a): RODRIGO DA COSTA POSSAS
1 - Processo nº: 15169.000069/2016-63 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: WALTER FARIA

WESLEI JOSÉ RODRIGUES
Chefe do Serviço de Preparo do Julgamento

CARLOS ALBERTO FREITAS BARRETO
Presidente do Conselho Administrativo
de Recursos Fiscais

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

SUBSECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO

COORDENAÇÃO-GERAL DE FISCALIZAÇÃO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 66, DE 9 DE OUTUBRO DE 2017

Autoriza fornecimento de selos de controle para importação de cigarros ao estabelecimento da empresa Souza Cruz S.A., CNPJ 33.009.911/0018-87.

O COORDENADOR-GERAL DE FISCALIZAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 51, inciso I, da Instrução Normativa RFB nº 770, de 21 de agosto de 2007, e tendo em vista o que consta do Processo nº 10675.722306/2017-98, declara:

Art. 1º Fica o estabelecimento da empresa Souza Cruz S.A., CNPJ 33.009.911/0018-87, autorizado a importar cigarros de acordo com as especificações descritas abaixo.

1) País de Origem	Chile	
2) Marca Comercial	3) Preço de Venda a Varejo	4) Quantidade autorizada de vintenas
2.1) Dunhill Fine Cut Of London Flow Filter	3.1) R$ 9,75 / vintena	4.1) 720.000
5) Cigarro	Fine Cut 94mm	
6) Embalagem	Box	
7) Valor Taxa Art. 13 Lei nº 12.995/2014 - Cor dos Selos de Controle	R$ 0,01 / vintena - Selo Vermelho	
8) Unidade da RFB para recebimento dos selos de controle	Delegacia da Receita Federal do Brasil em Uberlândia/MG	

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FLÁVIO VILELA CAMPOS

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 6ª REGIÃO FISCAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM POÇOS DE CALDAS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 88, DE 3 DE OUTUBRO DE 2017

Torna sem efeito Inaptidão do ADE 88.

O DELEGADO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM POÇOS DE CALDAS, no uso das competências que lhe confere o artigo 302 do Regimento Interno da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e considerando o contido nos autos do Processo Administrativo nº 13656.720402/2016-37 e, em cumprimento ao estabelecido no artigo 46 da Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016, decide:

Art. 1º - Tornar sem efeito o disposto no ADE 88 de 14 de Outubro de 2016, EXCLUSIVAMENTE em relação a 100 ERROS CONTROLADORIA E INFORMATICA LTDA, CNPJ 11.097.792/0001-80, em decorrência da apresentação das declarações.

Art. 2º - Declarar ATIVA a inscrição da pessoa jurídica supramencionada no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica.

Art. 3º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL OLIVEIRA RIBEIRO

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM UBERLÂNDIA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 27, DE 9 DE OUTUBRO DE 2017

Cancela Certidão Negativa de Débitos Relativos a Contribuições Previdenciárias e as de Terceiros.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM UBERLÂNDIA/MG, no uso de suas atribuições, com base nos arts. 302 e 314, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14/05/2012, publicada no DOU de 17/05/2012, e o art. 2º da Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 1, de 20/01/2010, publicada no DOU de 22/01/2010, declara:

Art. 1º Cancelada, por erro em sua emissão, a Certidão Negativa de Débitos Relativos as Contribuições Previdenciárias e as de Terceiros, do CEI 51.223.85791/74, REALIZA CONSTRUTORA LTDA., dossiê cadastrado: 10010.005790/1017-57, número de controle: 002942016-88888791, emitida em 28/11/2016 e com validade até 27/05/2017.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação e produzirá efeitos a partir da data de emissão da referida Certidão.

VALTAIR SOARES FERREIRA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 7ª REGIÃO FISCAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM VITÓRIA

SERVIÇO DE ORIENTAÇÃO E ANÁLISE TRIBUTÁRIA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO N° 110, DE 6 DE OUTUBRO DE 2017

Defere em caráter precário, pedido de habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Infra-Estrutura - REIDI, de que trata a Lei n.º 11.488/2007 e alterações posteriores, no caso que especifica.

O CHEFE DO SERVIÇO DE ORIENTAÇÃO E ANÁLISE TRIBUTARIA - SEORT, DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM VITÓRIA (ES), com base na competência delegada pela Portaria DRF/Vitória/ES nº 196, de 27/12/2012 (D.O.U. de 28/12/2012), e, no uso da competência prevista no artigo 302, inciso II, da Portaria MF n.º 203 de 14 de maio de 2012, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa - IN RFB n° 758, de 25 de julho de 2007, e lastreado no Despacho Decisório nº 2651/2017/SEORT/DRF/VIT/ES, processo nº 11543.720211/2017-06, declara:

Art. 1º Fica concedida à empresa EDP TRANSMISSÃO S.A , inscrita no CNPJ sob o n°04.705.039/0001-65, a habilitação necessária ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Infra-Estrutura - REIDI, instituído pela Lei n.º 11.488/2007 e regulamentada pelo Decreto n.º 6.144/2007, consoante o disposto no art. 11 da IN RFB n.º 758/2007, na condição de empresa titular do Projeto Transmissão de Energia Elétrica, relativo ao Lote 24 do Leilão nº 13/2015 - ANEEL - Segunda Etapa, aprovado pela Portaria nº 191 de 04 de julho de 2017 expedida pelo Ministério de Minas Energia, publicada no Diário Oficial da União - DOU , seção 1 nº 128 em 06 de julho de 2017.

Art. 2º Esse Projeto compreende : 1- Linha de Transmissão Linhares 2- São Mateus 2, em 230 KV, Primeiro Circuito, com extensão aproximada de cento e treze quilômetros, com origem na Substação Linhares 2 e término na Substação São Mateus 2;II- Substação São Mateus 2, 230/138-13,8 KV (3+ IR) x 50 MVA; e III- Conexões de Unidades de Transformação. Entradas de Linha, interligações de Barramentos , Barramentos, Instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, projeção, comando, controle, telecomunicação , administração e apoio.

Art. 3º A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da beneficiária, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do regime.

Art. 4º Concluída a participação da pessoa jurídica no projeto, deverá ser solicitado, no prazo de trinta dias, contado da data em que adimplido o objeto do contrato, o cancelamento da respectiva habilitação.

Art. 5º O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União

PAULO SÉRGIO RAMOS NICOLAO

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 159, DE 6 DE OUTUBRO DE 2017

Concede, à pessoa jurídica que menciona, co-habilitação para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI) de que trata a Instrução Normativa SRF nº 758/2007.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no exercício das atribuições regimentais definidas pelo artigo 302, inciso VI, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, publicada no DOU de 17 de maio de 2012, tendo em vista o disposto no artigo 11, caput, da Instrução Normativa RFB nº 758, de 25 de julho de 2007, publicada no D.O.U. de 27 de julho de 2007, com suas alterações posteriores e, considerando o que consta do processo nº. 11707720738/2017-11, resolve:

Art. 1º - Co-Habilitar a empresa abaixo identificada para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI), instituído pela Lei nº 11.488/2007 e regulamentado pelo Decreto nº 6.144/2007, consoante o disposto no artigo 11, da Instrução Normativa RFB nº 758, de 25 de julho de 2007, publicada no D.O.U. de 27 de julho de 2007, com suas alterações posteriores, considerando para tal ter sido contratada pela empresa titular do projeto - GUAIMBÉ III PARQUE SOLAR S.A. CNPJ nº: 22.011.002/0001-19, para prestar serviços relacionados à execução do projeto aprovado pela Portaria (SPDEMME) nº 353 de 24 de novembro de 2015, do Ministério de Minas e Energia, publicada no D.O.U. de 25 de novembro de 2015, o qual, mencione-se, está habilitado no REIDI por intermédio do ADE nº 706, de 29 de agosto de 2016, publicado no D.O.U. de 31 de agosto de 2016, emitido pela DRF/RIO DE JANEIRO I.

EMPRESA: COBRA BRASIL SERVICOS, COMUNICACOES E ENERGIA S.A
CNPJ nº: 08.928.273/0001-02
CEI nº: 51.239.13299/71
NOME DO PROJETO: UFV Guaimbé 3

ATO AUTORIZATIVO: Portaria MME nº 259, de 11 de junho de 2015 - Leilão nº 08/2014 - ANEEL, combinado com art.4º , inciso I , da Portaria MME nº 274, de 19 de agosto de 2013.

SETOR DE INFRAESTRUTURA: Geração e Transmissão de Energia.

PRAZO ESTIMADO DE EXECUÇÃO: início previsto para março de 2017 e término previsto para maio de 2018.

Art. 2º. Os benefícios do REIDI poderão ser usufruídos nas aquisições e importações realizadas no período de 05 (cinco) anos contados da data da habilitação da pessoa jurídica, titular do projeto de infraestrutura (Lei nº 11.488/2007, art. 5º c/c art. 4º, § único do Decreto nº 6.144/2007).

Art. 3º A presente co-habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da beneficiária, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do regime.

Art. 4º. Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

MONICA PAES BARRETO

INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 136, DE 9 DE OUTUBRO DE 2017

Libera restrição de veículo importado que especifica.

O INSPETOR-CHEFE ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta no processo nº 10010.001260/0917-51, declara, com fundamento no artigo 124, parágrafo único, inciso II, do Regulamento Aduaneiro, aprovado pelo Decreto nº 6.759, de 05/02/2009, publicado no DOU de 06/02/2009 que devido à dispensa de tributos por efeito de depreciação, após a publicação do presente Ato Declaratório no Diário Oficial da União, encontra-se liberado, com a finalidade de transferência para a Sra. Thaís Barbosa Rodrigues, CPF nº 140.928.287-21, o veículo da marca I/HONDA CR-V EXL, ano/modelo 2010/2011, cor Prata, Chassi nº 3CZRE2870BG501051, Placa LRJ5241, Renavam nº 0030934408, em nome da Sra. Maria Carolina Chiappara Cabrera, CPF nº 061.163.267-57, Funcionária Internacional da Organização das Nações Unidas - Escritório Regional do Habitat para a América Latina e o Caribe, CNPJ nº 04.380.407/0001-42, importado por meio da DI nº 11/0080622-0, desembaraçada em 17/01/2011, pela Alfândega do Porto de Santos.

Este Ato Declaratório somente produzirá efeitos perante o Departamento de Trânsito quando acompanhado de cópia da sua publicação no Diário Oficial da União.

RUY AFONSO LOPES SALDANHA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 8ª REGIÃO FISCAL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 43, DE 6 DE OUTUBRO DE 2017

Prorroga o Alfandegamento do Recinto que menciona

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 8ª REGIÃO FISCAL, no uso de suas atribuições regimentais e da competência estabelecida no inciso II do artigo 26 da Portaria RFB nº 3.518, de 30 de setembro de 2011, nos termos e condições desta mesma norma e à vista do que consta do processo nº 11128.727859/2014-53, declara:

Art. 1º. Fica alterado o item 1 do Ato Declaratório Executivo SRRF08 nº 14, de 10 de abril de 2015, publicado no D.O.U. de 16 de abril de 2015 e retificado no D.O.U. de 04 de maio de 2015, que passa a viger com a seguinte redação:

"1. Fica prorrogado, a título permanente e em caráter precário, até 27 de março de 2018, ou até que se encerre o respectivo certame licitatório ou ocorra a eventual declaração de inexigibilidade de licitação da área em questão, o que ocorrer primeiro, o alfandegamento de 26 tanques de nºs 443.301 a 443.305, 443.307 a 443.310, 631.501, 631.503, 631.601, 631.603, 631.803 a 631.805, 347.001 a 347.006 e 349.001 a 349.004, e suas respectivas tubovias, implantados na Instalação Portuária situada na Rua Albert Schweitzer, nº 197 - Alemoa - Santos/SP, administrada pela empresa PETROBRÁS TRANSPORTE S/A - TRANSPETRO, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.709.449/0031-74, numa área total de 255.569 m², arrendada ao beneficiário por meio do CONTRATO DE TRANSIÇÃO DIPRE-DIREM/07.2017, celebrado com a Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP em 22/09/2017, os quais se destinam à movimentação e armazenagem de petróleo e seus derivados, álcool e biocombustíveis, em operações de importação e de exportação."

Art. 2º. Permanecem inalteradas e em vigor as demais disposições contidas no Ato Declaratório Executivo SRRF08 nº 14/2015 ora alterado.

Art. 3º. Este ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, com efeitos retroativos a partir de 29 de setembro de 2017.

JOSÉ GUILHERME ANTUNES DE VASCONCELOS

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM GUARULHOS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 19, DE 10 DE OUTUBRO DE 2017

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM GUARULHOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso II do art. 302 Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e, tendo em vista o disposto no art. 15 da Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 1751, DOU de 03/10/2014 e considerando o dossiê nº 10010.009152/1017-13, declara:

Art. 1º Cancelada a Certidão Positiva com Efeitos de Negativa nº de controle B576.A7E6.20FA.FAAB, emitida em 25/09/2017, com validade até 24/03/2018, da empresa TRANS TOP LOGISTICA E TRANSPORTE EIRELI - ME, CNPJ nº 08.979.961/0001-00, por existir débito vencido na emissão da Certidão.

Art 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

PAULO MARQUES DE MACEDO

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PIRACICABA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO NO 70, DE 6 DE OUTUBRO DE 2017

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PIRACICABA, no uso da competência prevista no art. 224, III, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n.º 203, de 14 de maio de 2012, publicado no DOU em 17 de maio de 2012, e no cumprimento do disposto no artigo 35, inciso II e §§ 1º e 2º da Instrução Normativa RFB Nº 1.634, de 06 de maio de 2016, resolve:

Contribuinte: SONIA MARIA ARGENTIN MARQUES 30682233854

CNPJ : 16.862.711/0001-05

Processo: 13888.723494/2017-64

Art. 1º - Anular a inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) do contribuinte acima identificado, por ter sido constatado vício na inscrição.

Art. 2º - Este Ato Declaratório Executivo produzirá efeitos a partir do termo inicial de vigência do ato cadastral, ou seja, 17/09/2012.

LUIZ ANTONIO ARTHUSO

DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DE BRASIL DE FISCALIZAÇÃO DE COMÉRCIO EXTERIOR

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 95, DE 9 DE OUTUBRO DE 2017

Declara inaptidão de empresa perante o Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas e inidoneidade dos documentos fiscais por ela emitidos.

PAULO VITOR BRITO MENDES, AUDITOR FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, matrícula SIAPECAD nº 1573191, no exercício da competência delegada pelo art. 1º, inciso III da Portaria Delex nº 123, de 5 de julho de 2016, publicada no DOU de 11 de julho de 2016, que altera a Portaria Delex nº 5, de 3 de fevereiro de 2014, publicada no DOU de 03/02/2014, resolve:

Declarar INAPTA a inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) da pessoa jurídica abaixo identificada, com fundamento no art. 81, §5º, da Lei nº 9.430/96 c/c o art. 40, inciso II e art. 42, inciso II, da IN RFB nº 1.634/2016, por sua não localização no endereço constante nos cadastros da Receita Federal do Brasil, e tudo o mais que consta no processo administrativo abaixo mencionado:

Empresa: HAILI COMERCIO, IMPORTACAO E EXPORTACAO EIRELI

CNPJ: 18.177.104/0001-31

Processo: 10314-722.710/2017-61

Declara-se a inidoneidade dos documentos fiscais emitidos pela empresa a partir da data de publicação deste ADE

PAULO VITOR BRITO MENDES

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 10ª REGIÃO FISCAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SANTA CRUZ DO SUL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 9, DE 9 DE OUTUBRO DE 2017

Indefere a habilitação definitiva ao Programa Mais Leite Saudável, instituído pelo Decreto n.º 8.533, de 30 de setembro de 2015.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SANTA CRUZ DO SUL (RS), no uso das atribuições conferidas pelos artigos 14, § 2º, inciso I, e 19, parágrafo 6º, da Instrução Normativa RFB n° 1.590, de 5 de novembro de 2015, e tendo em vista o que consta no dossiê digital de atendimento nº 10100-006.138/0517-19, resolve:

Art. 1º Indeferir a Habilitação Definitiva ao Programa Mais Leite Saudável, instituído pelo Decreto nº 8.533, de 30 de setembro de 2015, requerida pela pessoa jurídica COMERCIAL LAC MAX LTDA, inscrita no CNPJ sob o n.º 04.438.188/0001-05.

Art. 2º A pessoa jurídica deverá adotar as providências previstas no artigo 20 da IN RFB nº 1.590, de 5 de novembro de 2015.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

LEOMAR PADILHA

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

SUBSECRETARIA DA DÍVIDA PÚBLICA

PORTARIA Nº 843, DE 10 DE OUTUBRO DE 2017

O SUBSECRETÁRIO DA DÍVIDA PÚBLICA DA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL, no uso da competência que lhe confere a Portaria STN nº 143, de 12 de março de 2004, tendo em vista o disposto na Portaria MF nº 183, de 31 de julho de 2003, e em conformidade com a Lei nº 12.688, de 18 de julho 2012, com a Portaria Interministerial MF/ME nº 376, de 18 de setembro de 2014, e com a Portaria GM/MF nº 350, de 2 de setembro de 2014, resolve:

Art. 1º Autorizar a emissão de 12.267 (doze mil e duzentos e sessenta e sete) Certificados Financeiros do Tesouro, Série B - CFT-B, no valor de R$ 16.286.773,23 (dezesseis milhões, duzentos e oitenta e seis mil, setecentos e setenta e três reais e vinte e três centavos), a serem colocados em favor do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, observadas as seguintes condições:

I - forma de colocação: direta, ao par, em favor do FNDE;

II - modalidade: nominativa;

III - valor nominal na data-base: múltiplo de R$ 1.000,00 (mil reais);

IV - data-base: 1º de julho de 2000;

V - data de emissão: 1º de janeiro de 2015;

VI - prazo: 15 anos;

VII - valor nominal em 01/10/2017: R$ 1.327,69 (hum mil, trezentos e vinte e sete reais e sessenta e nove centavos);

VIII - taxa de juros: não há; e

IX - atualização do valor nominal: pelo índice calculado com base na TR, divulgada pelo Banco Central do Brasil, desde a data-base do certificado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ FRANCO MEDEIROS DE MORAIS

PORTARIA Nº 844, DE 10 DE OUTUBRO DE 2017

O SUBSECRETÁRIO DA DÍVIDA PÚBLICA, DA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL, no uso da competência que lhe confere a Portaria STN nº 143, de 12 de março de 2004, tendo em vista o disposto na Portaria MF nº 183, de 31 de julho de 2003, e em conformidade com o disposto no Decreto nº 578, de 24 de junho de 1992, na Medida Provisória nº 2.183-56, de 24 de agosto de 2001, na Portaria nº 652 MEFP/MARA, de 1º de outubro de 1992, e na Instrução Normativa Conjunta INCRA/STN nº 01, de 07 de julho de 1995, resolve:

Art. 1º Autorizar a emissão de Títulos da Dívida Agrária - TDA, na forma escritural, no valor atualizado de R$ 3.558.032,26 (três milhões, quinhentos e cinquenta e oito mil, trinta e dois reais e vinte e seis centavos), relacionados nas Solicitações de Lançamento/INCRA nºs 30/17 a 36/17, com as seguintes características:

Data de Emissão	VNA na data de emissão (R$)	Prazo de Vencimento	Taxa de Juros	Quantidade	Financeiro na data de emissão (R$)	Financeiro em 10/10/2017 (R$)
01/12/2015	96,01	15 anos	3% a.a.	1.986	190.675,86	206.762,46
01/03/2016	96,43	15 anos	3% a.a.	28.218	2.721.061,74	2.916.894,66
01/07/2016	97,08	15 anos	3% a.a.	1.796	174.355,68	183.892,44
01/11/2016	97,77	15 anos	3% a.a.	2.470	241.491,90	250.482,70
TOTAL				34.470	R$ 3.327.585,18	R$ 3.558.032,26

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ FRANCO MEDEIROS DE MORAIS

COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTROLE DA DÍVIDA PÚBLICA

RETIFICAÇÃO

No anexo da Portaria STN nº 819, de 03 de outubro de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 04 de outubro de 2017, Seção 1, página 31, onde se lê:

Instituição beneficiária: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)

Leia-se:

Instituição beneficiária: Agência Especial de Financiamento Industrial (FINAME)

SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

DIRETORIA DE LICENCIAMENTO

PORTARIA Nº 890, DE 14 DE SETEMBRO DE 2017

O DIRETOR DE LICENCIAMENTO SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 25 combinado com o inciso I do art. 33 e o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 22, inciso I alínea "a", do Anexo I do Decreto nº 8.992, de 20 de fevereiro de 2017, e considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo Previc nº 44011.501363/2016-80, resolve:

Art. 1º Aprovar o encerramento do Plano de Aposentadoria, CNPB nº 1998.0058-11, cessando-se os efeitos da Portaria SPC nº 177, de 15 de fevereiro de 2005, publicada no Diário Oficial da União nº 31, de 16 de fevereiro de 2005, seção 1, página 17, exclusivamente com relação ao plano citado.

Art. 2º Extinguir o código do CNPB - Cadastro Nacional de Plano de Benefícios nº 1998.0058-11 do Plano de Aposentadoria, administrado pela Kraft Prev - Sociedade de Previdência Privada.

Art. 3º Aprovar o encerramento da autorização para funcionamento da Kraft Prev - Sociedade de Previdência Privada - CNPJ nº 40.388.191/0001-25, atual denominação social da RoyalPrev - Sociedade de Previdência Privada, cessando-se os efeitos da Portaria nº 3.641, de 21 de novembro de 1991, publicada no Diário Oficial da União, de 22 de novembro de 1991, Seção I.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS MARNE DIAS ALVES

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS

DIRETORIA DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS

PORTARIA Nº 607, DE 10 DE OUTUBRO DE 2017

O DIRETOR DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria n. 6.523, de 20 de maio de 2016, tendo em vista o disposto na alínea a do artigo 36 do Decreto-Lei n. 73, de 21 de novembro de 1966, combinada com o parágrafo 2º do artigo 3º do Decreto-Lei n. 261, de 28 de fevereiro de 1967 e o que consta nos processos Susep 15414.624077/2017-31 e 15414.622550/2017-46, resolve:

Art. 1º Aprovar a eleição de administrador de SUL AMÉRICA CAPITALIZAÇÃO S.A. - SULACAP, CNPJ n. 03.558.096/0001-04, com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ, conforme deliberado na reunião do conselho de administração realizada em 17 de agosto de 2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO AUGUSTO CAMACHO ROCHA

PORTARIA Nº 608, DE 10 DE OUTUBRO DE 2017

O DIRETOR DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria n. 6.523, de 20 de maio de 2016, tendo em vista o disposto na alínea a do artigo 36 do Decreto-Lei n 73, de 21 de novembro de 1966 e o que consta do processo Susep 15414.623185/2017-97, resolve:

Art. 1º Aprovar a reeleição de administradores de SANCOR SEGUROS DO BRASIL S.A., CNPJ n. 17.643.407/0001-30, com sede na cidade de Maringá - PR, conforme deliberado na assembleia geral extraordinária realizada em 1º de agosto de 2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO AUGUSTO CAMACHO ROCHA

PORTARIA Nº 609, DE 10 DE OUTUBRO DE 2017

O DIRETOR DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria n. 6.523, de 20 de maio de 2016, tendo em vista o disposto na alínea a do artigo 36 do Decreto-Lei n 73, de 21 de novembro de 1966 e o que consta do processo Susep 15414.624450/2017-54, resolve:

Art. 1º Aprovar a eleição de administrador de USEBENS SEGUROS S.A., CNPJ n. 09.180.505/0001-50, com sede na cidade de São Paulo - SP, conforme deliberado na assembleia geral extraordinária realizada em 14 de agosto de 2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO AUGUSTO CAMACHO ROCHA

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços

INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA

RETIFICAÇÃO

Na Portaria Inmetro nº 167, de 14 julho de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 16 de junho de 2017, Seção 1, página 46, onde se lê: "Portaria nº 167, de 14 julho de 2016", leia-se: "Portaria nº 167, de 14 de junho de 2017".

SECRETARIA DE AQUICULTURA E PESCA

RETIFICAÇÃO

No Diário Oficial da União, nº 195, de 10 de outubro de 2017, na Seção 1, página 25, na PORTARIA Nº - 2.008- SEI, DE 06 DE OUTUBRO DE 2017, da Secretaria de Aquicultura e Pesca,

Onde se lê:

Art. 2º Conceder conversão e Autorização de Pesca na modalidade de permissionamento de espécies não controladas à embarcação pesqueira denominada "ACAPULCO", de propriedade de Fernando Antônio Ferreira, inscrita no SisRGP sob o n.º PA-0014103-7 e na Autoridade Marítima sob o n.º 021-028240-1.

Leia-se:

Art. 2º Conceder conversão e Autorização de Pesca na modalidade de permissionamento de espécies não controladas à embarcação pesqueira denominada "ACAPULCO", para Arrasto de fundo simples/Parelha (peixes diversos) litoral Norte/Nordeste, código:3.08.002, de propriedade de propriedade de Fernando Antônio Ferreira, inscrita no SisRGP sob o n.º PA-0014103-7 e na Autoridade Marítima sob o n.º 021-028240-1.

Ministério da Integração Nacional

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 530, DE 9 DE OUTUBRO DE 2017

Autoriza empenho e transferência de recursos ao Município de Tubarão/SC, para ações de Defesa Civil

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei n. 12.340, de 1º de dezembro de 2010, Lei n. 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1° Autorizar o empenho e o repasse de recursos ao Município de Tubarão/SC, no valor de R$ 807.119,57 (oitocentos e sete mil, cento e dezenove reais e cinquenta e sete centavos), para a execução de obras de recuperação de danos causados por vendaval, descritas no Plano de Trabalho juntado ao processo n. 59053.000001/2016-57.

Art. 2º Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, observando a classificação orçamentária: PT: 06.182.2040.22BO.0001; Natureza de Despesa: 4.4.40.42; Fonte: 188; UG: 530012.

Art. 3º O Plano de Trabalho foi analisado e aprovado pela área competente, com cronograma de desembolso previsto para liberação dos recursos em uma parcela.

Art. 4° Considerando a natureza e o volume das ações a serem implementadas, o prazo de execução das obras e serviços é de 365 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União - D.O.U.

Art. 5º A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria.

Art. 6º O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do art. 14 do Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HELDER BARBALHO

PORTARIA Nº 531, DE 9 DE OUTUBRO DE 2017

Altera o artigo 1° da Portaria n. 114, de 4 de abril de 2013, que autorizou o empenho e a transferência de recursos ao Município de Teófilo Otoni/MG para ações de Defesa Civil.

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei n. 12.340, de 1° de dezembro de 2010, na Lei n. 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1° O art. 1° da Portaria n. 114, de 4 de abril de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1° Autorizar o empenho e o repasse de recursos ao Município de Teófilo Otoni/MG, no valor de R$ 2.341.855,74 (dois milhões, trezentos e quarenta e um mil, oitocentos e cinquenta e cinco reais e setenta e quatro centavos), para a execução de obras de reconstrução e de recuperação de danos, descrita no Plano de Trabalho juntado ao processo n. 59050.000032/2013-95."

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HELDER BARBALHO

SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

PORTARIA Nº 174, DE 10 DE OUTUBRO DE 2017

Reconhece situação de emergência em municípios.

O SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 1.763-A, de 07 de novembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União, Seção 2, de 23 de dezembro de 2008, resolve:

Art. 1º Reconhecer a situação de emergência nas áreas descritas no Formulário de Informações do Desastre - FIDE, conforme informações constantes na tabela.

UF	Município	Desastre	Decreto	Data	Processo
AM	Careiro	Tempestade Local/Convectiva - Vendaval - 1.3.2.1.5	023	21/09/17	59051.004402/2017-87
BA	Pé de Serra	Seca - 1.4.1.2.0	135	02/08/17	59051.004367/2017-04
BA	Utinga	Estiagem - 1.4.1.1.0	37	19/09/17	59051.004442/2017-29
RS	Quaraí	Inundações - 1.2.1.0.0	055	18/09/17	59051.004444/2017-18

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RENATO NEWTON RAMLOW

PORTARIA Nº 172, DE 29 DE SETEMBRO DE 2017

O SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL DO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, nomeado pela Portaria n. 1.799, publicada no DOU, de 31 de agosto de 2016, Seção II, consoante delegação de competência conferida pela Portaria MI n. 195, de 14 de agosto de 2015, publicada no DOU, de 17 de agosto de 2015, e tendo em vista as disposições da Lei n. 12.340, de 1º de dezembro de 2010, da Portaria MI n. 384, de 23 de outubro de 2014, e, ainda, o contido no Processo Administrativo n. 59050.000032/2013-95, resolve:

Art. 1º Prorrogar o prazo de execução das ações de Recuperação previstos no art. 4º da Portaria n. 114, de 4 de abril de 2013, que autorizou empenho e transferência de recursos ao Município de Teófilo Otoni/MG, para ações de Defesa Civil, para até 29/03/2018.

Art. 2º Ficam ratificados os demais dispositivos da Portaria citada no Art. 1º, não alterados por esta.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

RENATO NEWTON RAMLOW

PORTARIA Nº 173, DE 27 DE SETEMBRO DE 2017

O SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL DO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, nomeado pela Portaria n. 1.799, publicada no DOU, de 31 de agosto de 2016, Seção II, consoante delegação de competência conferida pela Portaria MI n. 195, de 14 de agosto de 2015, publicada no DOU, de 17 de agosto de 2015, e tendo em vista as disposições da Lei n. 12.340, de 1º de dezembro de 2010, da Portaria MI n. 384, de 23 de outubro de 2014, e, ainda, o contido no Processo Administrativo n. 59050.000153/2014-18, resolve:

Art. 1º Prorrogar o prazo de execução das ações de Recuperação previstos no art. 4º da Portaria n. 79, de 29 de março de 2016, que autorizou empenho e transferência de recursos ao Município de Alto Rio Novo - ES, para ações de Defesa Civil, para até 27/09/2018.

Art. 2º Ficam ratificados os demais dispositivos da Portaria citada no Art. 1º, não alterados por esta.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

RENATO NEWTON RAMLOW

Ministério da Justiça e Segurança Pública

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 846, DE 9 DE OUTUBRO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o art.1º do Decreto nº3.447, de 5 de maio de 2000, publicado no Diário Oficial da União do dia 8 de maio do mesmo ano, Seção 1, e tendo em vista o que consta do Processo nº08000.019072/2017-99, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

EXPULSAR

do território nacional, em conformidade com os arts. 65 e 71 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, LUIS ALBERTO ROCA ROBLES, de nacionalidade boliviana, filho de Rufino Roca Arauz e de Filomena Robles Alvarez, nascido em Santa Cruz de la Sierra, Bolívia, em 19 de novembro de 1976, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 847, DE 9 DE OUTUBRO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o art.1º do Decreto nº3.447, de 5 de maio de 2000, publicado no Diário Oficial da União do dia 8 de maio do mesmo ano, Seção 1, e tendo em vista o que consta do Processo nº08000.018088/2017-84, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

EXPULSAR

do território nacional, em conformidade com os arts. 65 e 71 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, CARLA SOFIA RIBEIRO DO NASCIMENTO, de nacionalidade portuguesa, filha de Maria Leontina Ferreira Ribeiro do Nascimento, nascida em Oeiras e São Julião da Barra, Portugal, em 17 de setembro de 1974, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeita no País ou à liberação pelo Poder Judiciário.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 848, DE 9 DE OUTUBRO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o art. 1º do Decreto nº 3.447, de 5 de maio de 2000, publicado no Diário Oficial da União do dia 8 de maio do mesmo ano, Seção 1, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08018.000814/2016-32, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

EXPULSAR

do território nacional, em conformidade com os arts. 65 e 71 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, BENEDICTO KAKURU, de nacionalidade ugandense, filho de Kobusigye Vailot e de John Kadiiri, nascido em Kampala, na Uganda, em 16 de março de 1980, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário.

TORQUATO JARDIM

SECRETARIA EXECUTIVA

SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

COORDENAÇÃO-GERAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

PORTARIA Nº 186, DE 12 DE SETEMBRO DE 2017

A COORDENADORA-GERAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria n.º 69, de 04 de junho de 2014, publicada no D.O.U. de 05 de junho de 2014, e com fulcro no artigo 7º da Lei nº 10.520/2002 combinado com o artigo 28 do Decreto nº 5450/2005, resolve:

Art.1º - Determinar que, em conformidade com a instrução adotada no Processo nº. 08008.003887/2014-33, seja aplicada a seguinte penalidade à empresa EFICÁCIA ORGANIZAÇÃO LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 00.665.620/0001-40:

I - impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, pelo prazo de 2 (dois) anos, com o consequente descredenciamento no SICAF, em consonância com o item 30.2.1 do instrumento convocatório, com supedâneo no art. 7º da Lei nº 10.520/2002.

Art. 2º - A penalidade determinada nesta Portaria deverá ser devidamente registrada no SICAF, em conformidade com o disposto na IN nº. 02/2010 da Secretária de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Art. 3º - Da penalidade determinada nesta Portaria caberá o Recurso Administrativo disposto no art. 109, inciso I, alínea "f", da Lei nº 8.666/1993, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da ciência deste expediente decisório.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DEBORA DE SOUZA JANUARIO

PORTARIA Nº 192, DE 20 DE SETEMBRO DE 2017

A COORDENADORA-GERAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria n.º 69, de 04 de junho de 2014, publicada no D.O.U. de 05 de junho de 2014, e com fulcro no inciso III do art. 87 da Lei nº 8.666/93, resolve:

Art.1º - Determinar que, em conformidade com a instrução adotada no Processo nº. 08000.031079/2015-17, seja aplicada a seguinte penalidade a de empresa MKS Comércio e Serviços Ltda. - EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 03.617.851/0001-76:

I - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo período de 2 (dois) meses, em consonância com o item 27.1 do instrumento convocatório, com supedâneo no inciso III do art. 87 da Lei nº 8.666/93.

Art. 2º - A penalidade determinada nesta Portaria deverá ser devidamente registrada no SICAF, em conformidade com o disposto na IN nº. 02/2010 da Secretária de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

Art. 3º - Da penalidade determinada nesta Portaria caberá o Recurso Administrativo disposto no art. 109, inciso I, alínea "f", da Lei nº 8.666/1993, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da ciência deste expediente decisório.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DEBORA DE SOUZA JANUARIO

PORTARIA Nº 195, DE 29 DE SETEMBRO DE 2017

A COORDENADORA-GERAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria n.º 69, de 04 de junho de 2014, publicada no D.O.U. de 05 de junho de 2014, e com fulcro no art. 7º da Lei nº 10.520/2002, resolve:

Art.1º - Determinar que, em conformidade com a instrução adotada no Processo nº. 08008.000442/2017-44, seja aplicada a seguinte penalidade à empresa GRIJO SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS LTDA. - EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 14.801.463/0001-67:

I - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 2 (dois) meses, em consonância com o subitem 19.44.21 do Edital de Pregão Eletrônico nº 01/2017 deste Ministério, com supedâneo no art. 7º da Lei nº 10.520/2002.

Art. 2º - A penalidade determinada nesta Portaria deverá ser devidamente registrada no SICAF, em conformidade com o disposto na IN nº. 02/2010 da Secretária de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

Art. 3º - Da penalidade determinada nesta Portaria caberá o Recurso Administrativo disposto no art. 109, inciso I, alínea "f", da Lei nº 8.666/1993, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da ciência deste expediente decisório.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DEBORA DE SOUZA JANUARIO

PORTARIA Nº 196, DE 2 DE OUTUBRO DE 2017

A COORDENADORA-GERAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria n.º 69, de 04 de junho de 2014, publicada no D.O.U. de 05 de junho de 2014, e com fulcro no art. 7º da Lei nº 10.520/2002, resolve:

Art.1º - Determinar que, em conformidade com a instrução adotada no Processo nº. 08008.000441/2017-08, seja aplicada a seguinte penalidade à empresa MAZA COMERCIAL EIRELI EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 05.885.789/0001-29:

I - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 4 (quatro) meses, em consonância com o subitem 19.44.21 do Edital de Pregão Eletrônico nº 01/2017 deste Ministério, com supedâneo no art. 7º da Lei nº 10.520/2002.

Art. 2º - A penalidade determinada nesta Portaria deverá ser devidamente registrada no SICAF, em conformidade com o disposto na IN nº. 02/2010 da Secretária de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

Art. 3º - Da penalidade determinada nesta Portaria caberá o Recurso Administrativo disposto no art. 109, inciso I, alínea "f", da Lei nº 8.666/1993, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da ciência deste expediente decisório.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DEBORA DE SOUZA JANUARIO

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA

ATA DE DISTRIBUIÇÃO ORDINÁRIA Nº 153, REALIZADA EM 10 DE OUTUBRO DE 2017

Dia: 10.10.2017
Hora: 16:31
Presidente: Alexandre Barreto de Souza
Secretário do Plenário: Paulo Eduardo Silva de Oliveira

A distribuição é realizada em blocos de modo que o processo seja sorteado aos Conselheiros excluindo-se os nomes dos sorteados anteriormente, até que reste uma opção, mantendo-se, desta forma, uma distribuição numericamente igualitária entre os Conselheiros. Considerando que após a 151ª e 152ª Sessões Ordinárias de Distribuição - restou somente o Conselheiro Gilvandro Vasconcelos Coelho de Araujo sem ser sorteado, a distribuição iniciará com participação de todos os Conselheiros.

Foi distribuído pelo sistema de sorteio o seguinte feito:

Ato de Concentração nº 08700.002350/2017-81

Requerentes: Maersk Line A/S e Hamburg Südamerikanische Dampfschifffahrts-Gesellschaft KG

Advogados: Tito Amaral de Andrade, Érica Sumie Yamashita e outros

Terceiros interessados: Federação das Indústrias do Estado do Paraná - FIEP e Sindicato Nacional das Empresas de Navegação e Tráfego Portuário - Sindiporto Brasil

Advogados: Clayton Gomes de Medeiros, Paulo de Tarso Ramos Ribeiro e outros

Relator: Conselheiro João Paulo de Resende

ALEXANDRE BARRETO DE SOUZA
Presidente do Conselho

PAULO EDUARDO SILVA DE OLIVEIRA
Secretário do Plenário

PAUTA DA 113ª SESSÃO ORDINÁRIA DE JULGAMENTO

Dia: 18.10.2017
Início: 10h
Ato de Concentração nº 08700.001390/2017-14
Requerentes: AT&T Inc. e Time Warner Inc.
Advogados: Francisco Ribeiro Todorov, Roberto Hugo Lima Pessoa e outros
Terceiros interessados: SIMBA Content Intermediação e Agenciamento de Conteúdos LTDA., ESPN do Brasil Eventos Esportivos LTDA., DISCOVERY Networks Brasil Agenciamento e Representação LTDA. e Associação NeoTV
Advogados: Anderson Prates Napolião, Priscila Brolio Gonçalves, Caio Mário da Silva Pereira Neto, Ademir Antonio Pereira Júnior e outros
Relator: Conselheiro Gilvandro Vasconcelos Coelho de Araujo
Ato de Concentração nº 08700.007553/2016-83
Requerentes: Mataboi Alimentos Ltda. e JBJ Agropecuária Ltda.
Advogados: Antonio Carlos Guidoni Filho, Antonio Celso Fonseca Pugliese, Priscila Brolio Gonçalves, André Ricardo Lemes da Silva, Nahima Muller, Carolina Mansur da Cunha de Grandis, Ana Paula Genaro, Danielle Fernanda de Rezende Gomes Silva, Maurício da Silva Ribeiro, Andrea Fabrino Hoffmann Formiga, Fabio Viana Ferreira e outros
Relator: Alexandre Cordeiro
Requerimento nº 08700.006721/2016-13
Requerentes: Acesso Restrito
Advogados: Acesso Restrito
Requerimento nº 08700.006875/2016-13
Requerentes: Acesso Restrito
Advogados: Acesso Restrito
Requerimento nº 08700.007988/2016-28
Requerentes: Acesso Restrito
Advogados: Acesso Restrito
Requerimento nº 08700.006955/2016-61
Requerentes: Acesso Restrito
Advogados: Acesso Restrito
Requerimento nº 08700.006694/2016-89
Requerentes: Acesso Restrito
Advogados: Acesso Restrito
Requerimento nº 08700.001359/2017-75
Requerentes: Acesso Restrito
Advogados: Acesso Restrito

ALEXANDRE BARRETO DE SOUZA
Presidente do Conselho

PAULO EDUARDO SILVA DE OLIVEIRA
Secretário do Plenário

SUPERINTENDÊNCIA-GERAL

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE-GERAL
Em 10 de outubro de 2017

Nº 1.482 - Ato de Concentração nº 08700.004163/2017-32. Requerentes: Grupo Petrotemex, S.A. de C.V. e Petróleo Brasileiro S.A. Advogados: Barbara Rosenberg, Alex Azevedo Messeder e outros. Acolho a Nota Técnica nº 26/2017/CGAA2/SGA1/SG/CADE (SEI nº 0395978), de 10 de outubro de 2017, e, com fulcro no §1º do art. 50, da Lei 9.784/99, integro as suas razões à presente decisão, inclusive como sua motivação, para, nos termos do artigo 56 da Lei 12.529/11 e do artigo 160 do Regimento Interno do CADE, declarar o Ato de Concentração nº 08700.004163/2017-32 complexo e determinar a realização das seguintes diligências, sem prejuízo de outras: (i) Solicitar, ao Departamento de Estudos Econômicos do CADE (DEE), elaboração de estudo quantitativo a respeito de impactos concorrenciais decorrentes da operação; (ii) Facultar às partes a apresentação das eficiências econômicas geradas pela operação; e (iii) Requerer dados de concorrentes Esta Superintendência resguarda a sua faculdade de, posteriormente, se for o caso, requerer a dilação do prazo de que trata os artigos 56, parágrafo único, 88, §§ 2º e 9º da Lei nº 12.529/2011 e artigo 160, §1, do Regimento Interno do CADE, o que por ora não se faz necessário.

Nº 1.502 - Ato de Concentração nº 08700.006231/2017-06. Requerentes: Unilever Brasil Industrial Ltda. e Solo ATS Participações do Brasil S.A. Advogados: Bruno Drago, Fernando Gallacci e outros. Decido pela aprovação sem restrições.

Nº 1.503 - Ato de Concentração nº 08700.006225/2017-41. Requerentes: Tricon Energy do Brasil Comércio de Produtos Químicos Ltda., Virálcool Distribuidora de Combustíveis Ltda. Advogados: Maria Eugênia Novis, Ursula Pereira Pinto. Decido pela aprovação, sem restrições.

DIOGO THOMSON DE ANDRADE
Interino

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

DIRETORIA EXECUTIVA

COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA

ALVARÁ Nº 4.879, DE 15 DE SETEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/57478 - DPF/BRU/SP, resolve:

CONCEDER autorização à empresa SC SEGURANÇA E MONITORAMENTO LTDA, CNPJ nº 10.636.836/0001-30, sediada em São Paulo, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

2 (dois) Revólveres calibre 38

24 (vinte e quatro) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 4.905, DE 18 DE SETEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/68772 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

CONCEDER autorização à empresa EMBRASE EMPRESA BRASILEIRA DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA, CNPJ nº 57.574.154/0001-04, sediada em São Paulo, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

3000 (três mil) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 4.916, DE 19 DE SETEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/38125 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa TECNOCOMP TECNOLOGIA E SERVICOS LTDA, CNPJ nº 54.892.252/0001-00 para atuar em São Paulo.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 5.053, DE 27 DE SETEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/57654 - DELESP/DREX/SR/DPF/AL, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa USINAS REUNIDAS SERESTA S/A, CNPJ nº 12.265.245/0001-20 para atuar em Alagoas.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 5.054, DE 27 DE SETEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/58768 - DELESP/DREX/SR/DPF/PR, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa EMPARSEG VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 08.511.830/0001-95, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Paraná, com Certificado de Segurança nº 2069/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 5.062, DE 27 DE SETEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/72730 - DPF/NIG/RJ, resolve:

CONCEDER autorização à empresa NETUNO VIGILANCIA E SEGURANÇA PRIVADA EIREL ME, CNPJ nº 01.520.764/0001-70, sediada no Rio de Janeiro, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

100 (cem) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 5.076, DE 27 DE SETEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/56333 - DELESP/DREX/SR/DPF/PR, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CENTURIÃO SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA., CNPJ nº 07.283.885/0003-94, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Segurança Pessoal, para atuar no Paraná, com Certificado de Segurança nº 2068/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 5.161, DE 29 DE SETEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/71120 - DELESP/DREX/SR/DPF/GO, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa APSOL MENDANHA - ASSOCIACAO DOS AMIGOS DO RESIDENCIAL PARQUE MENDANHA, CNPJ nº 10.670.373/0001-23 para atuar em Goiás.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 5.179, DE 2 DE OUTUBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/63924 - DPF/AGA/TO, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ATACADAO RS LTDA EPP, CNPJ nº 18.275.236/0001-04 para atuar em Tocantins.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 5.188, DE 2 DE OUTUBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/67261 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDUSTRIAS DA CONSTRUCAO CIVIL DE SAO PAULO, CNPJ nº 60.505.260/0001-40 para atuar em São Paulo.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 5.206, DE 3 DE OUTUBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/74196 - DPF/AQA/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa USINA MARINGÁ INDUSTRIA E COMERCIO LTDA, CNPJ nº 43.951.227/0001-25 para atuar em São Paulo.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 5.209, DE 3 DE OUTUBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/75590 - DELESP/DREX/SR/DPF/PE, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa OFICINA CERAMICA FRANCISCO BRENNAND LTDA, CNPJ nº 11.549.870/0001-30 para atuar em Pernambuco.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 5.225, DE 4 DE OUTUBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/54468 - DPF/PAT/PB, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa FSEG CURSOS EM FORMAÇÃO DE VIGILANTES LIMITADA ME, CNPJ nº 05.853.950/0001-82, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Curso de Formação, para atuar na Paraíba, com Certificado de Segurança nº 2126/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 5.228, DE 4 DE OUTUBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/68138 - DPF/JNE/CE, resolve:

CONCEDER autorização à empresa CTVIC-CENTRO DE TREINAMENTO DE VIGILANTES DO CARIRI S/C LTDA, CNPJ nº 03.701.045/0001-81, sediada no Ceará, para adquirir:

Da empresa cedente DIGIGUARDE SERVIÇOS DE SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 06.001.216/0001-58:

3 (três) Pistolas calibre .380

1 (uma) Espingarda calibre 12

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

4 (quatro) Espingardas calibre 12

2 (duas) Pistolas calibre .380

5 (cinco) Revólveres calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 5.232, DE 4 DE OUTUBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/54957 - DELESP/DREX/SR/DPF/BA, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa PROTECAO SERVICOS DE SEGURANCA LTDA, CNPJ nº 00.827.001/0001-04, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar na Bahia, com Certificado de Segurança nº 2014/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 5.239, DE 4 DE OUTUBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/72584 - DELESP/DREX/SR/DPF/RJ, resolve:

CONCEDER autorização à empresa TBFORTE SEGURANÇA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA., CNPJ nº 09.262.608/0007-54, sediada no Rio de Janeiro, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

2 (duas) Espingardas calibre 12

3 (três) Revólveres calibre 38

58 (cinquenta e oito) Munições calibre 12

42 (quarenta e duas) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 5.253, DE 5 DE OUTUBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/49577 - DELESP/DREX/SR/DPF/DF, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SPARTACUS CENTRO DE FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE VIGILANTES EIRELI EPP., CNPJ nº 04.657.618/0001-80, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Curso de Formação, para atuar no Distrito Federal, com Certificado de Segurança nº 1830/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 5.256, DE 5 DE OUTUBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/77493 - DELESP/DREX/SR/DPF/SE, resolve:

CONCEDER autorização à empresa O INFANTE CENTRO DE FORMAÇÃO E RECICLAGEM EM SEGURANÇA LTDA. - ME, CNPJ nº 18.255.652/0001-32, sediada em Sergipe, para adquirir:

Da empresa cedente E.S.V - EMPRESA SERGIPANA DE VIGILANCIA EIRELI, CNPJ nº 16.208.738/0001-89:

6 (seis) Revólveres calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 5.261, DE 6 DE OUTUBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/48831 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa IDEAL CENTRO DE FORMAÇÃO DE VIGILANTES E APERFEIÇOAMENTO EM SEGURANÇA PRIVADA LTDA, CNPJ nº 00.934.005/0001-91, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Curso de Formação, para atuar em São Paulo com o(s) seguinte(s) Certificado(s) de Segurança, expedido(s) pelo DREX/SR/DPF: nº 1724/2017 (CNPJ nº 00.934.005/0001-91) e nº 2032/2017 (CNPJ nº 00.934.005/0003-53).

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 5.270, DE 6 DE OUTUBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/63043 - DELESP/DREX/SR/DPF/AC, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ESTAÇÃO VIP SEGURANÇA PRIVADA EIRELI, CNPJ nº 09.228.233/0001-10, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Transporte de Valores, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar no Acre, com Certificado de Segurança nº 2025/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 5.288, DE 6 DE OUTUBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/66620 - DELESP/DREX/SR/DPF/RJ, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SUNSET VIGILANCIA E SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 07.958.568/0001-69, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar no Rio de Janeiro, com Certificado de Segurança nº 2048/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

SECRETARIA NACIONAL DO CONSUMIDOR

DEPARTAMENTO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR

DESPACHO DA DIRETORA

Nº 633/2017/CSA - SENACON/CGCTSA/DPDC/SENACON. Processo n. 08000.028828/2013-67.REPRESENTANTE: BANCO CENTRAL REPRESENTADO: BANCO INTERMEDIUM S.A. Em acolhimento às razões técnicas consubstanciadas na Nota Técnica elaborada pela Coordenação-Geral de Consultoria Técnica e Sanções Administrativas (5157487), adotando-as inclusive como razão de decidir e, deste modo, considerando a gravidade e a extensão da lesão causada aos consumidores em todo o país, a vantagem auferida e a condição econômica da empresa, nos termos do artigo 57 da Lei n. 8.078/90 e artigos 25, II e 26, inciso III do Decreto n. 2.181/97, aplico ao Banco Intermedium S.A. a sanção de multa no valor de R$ 200.000, 00 (duzentos mil reais), em razão de violação aos artigos 4º, caput, incisos I e III; 6º, incisos III e IV; e 39, V, VIII e X e 52, §2, do Código de Defesa do Consumidor, devendo o Representado depositar o valor definitivo da multa em favor do Fundo de Defesa de Direitos Difusos, nos termos da Resolução CFDD nº 30, de 26 de novembro de 2013, consoante determina o artigo 29 do Decreto n. 2.181/97, alterado pelo Decreto n.º 7.738/2012.Ressalta que o valor aplicado na sanção administrativa resulta de uma análise pragmática e pontual do caso concreto, realizando uma ponderação entre o valor arrecadado pelo Representado em decorrência da prática ilícita cometida e o número de consumidores alcançados por esta. Nos termos do artigo 13, da Portaria nº 8, de 05 abril de 2017, a Guia de Recolhimento da União (GRU) para pagamento do valor da multa aplicada no âmbito do processo administrativo que tramite no Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor, deverá ser expedida pela parte interessada .A parte é responsável pelos dados lançados na GRU, inclusive quando houver impossibilidade de identificação do pagamento por incoerências no seu preenchimento. O fornecedor deverá seguir as instruções do Anexo I dessa portaria. É dever da parte juntar aos autos cópia da GRU no prazo de 5 (cinco) dias a partir do recolhimento, a fim de que seja arquivado o processo. A falta de identificação de pagamento da multa, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, ensejará a inscrição do débito em dívida ativa da União.Intime-se a empresa para ciência e cumprimento da presente Decisão. Determino, por fim, a expedição de ofício circular aos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor, dando ciência e encaminhando cópia da presente decisão.

ANA CAROLINA PINTO CARAM GUIMARÃES

SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA

DEPARTAMENTO DE MIGRAÇÕES

DESPACHO DA DIRETORA

Nº 2472/2017/DPM_Naturalizacao/DPM/DEMIG/SNJ
Destino: DPM
Assunto: Migrações: Pedido de Naturalização
Interessado: RICKY BELARMINO ABIS, DEPARTAMENTO DE POLICIA FEDERAL - DPF
DESPACHO DA DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE MIGRAÇÕES:

Em atenção ao Despacho nº 2224/2017/DPM_Naturalizacao/DPM/DEMIG/SNJ 506004, determino o arquivamento do presente processo tendo em vista que o requerente apresentou aproveitamento ruim no teste de português e quanto ao meio de subsistência legal, uma declaração pessoal e outra, de uma instituição religiosa, dizendo ser missionário autônomo. Processo nº 08286.300573/2016-69

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

DIVISÃO DE NACIONALIDADE E NATURALIZAÇÃO

DESPACHO DA CHEFE

Nº 22/2017/DPM_Alteracao_de_Assent/DPM/DEMIG/SNJ
Assunto: Migrações: Alteração de Assentamentos no Registro Nacional de Estrangeiros (RNE)
Interessado(a): LEMIR SAADEDDINS TAHA EL AYOUBI

A CHEFE DA DIVISÃO DE NACIONALIDADE E NATURALIZAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE MIGRAÇÕES, DA SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais DECLARA que, no despacho publicado no Diário Oficial da União de 20 de julho de 2016:

Onde se lê:

Processo: 08460034040201534, LEMIR SAADEDDINS TAHA EL AYOUBI, alterado o nome constante do seu registro, passando de LEMIR SAADEDDINS TAHA AYOUBI para LEMIR SAADEDDINE TAHA AYOUBI

Leia-se:

Processo: 08460034040201534, LEMIR SAADEDDINS TAHA EL AYOUBI, alterado o nome constante do seu registro, passando de LEMIR SAADEDDINS TAHA EL AYOUBI para LEMIR SAADEDDINE TAHA EL AYOUBI. Processo nº 08460034040201534

SIMONE ELIZA CASAGRANDE

DEPARTAMENTO DE POLÍTICAS DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 169, DE 6 DE OUTUBRO DE 2017

O Diretor, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos artigos 21, Inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, Inciso I, da Constituição Federal e artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, com base na Portaria SNJ nº 08, de 06 de julho de 2006, publicada no DOU de 07 de julho de 2006, aprovando o Manual da Nova Classificação Indicativa e na Portaria nº 368 de 11 de fevereiro de 2014, publicada no DOU de 12 de fevereiro de 2014, resolve classificar:

Filme: O AMOR BATE À SUA PORTA (WHEN LOVE CAME TO TOWN, Estados Unidos da América - 2014)

Produtor(es): David Winning

Diretor(es): David Winning

Distribuidor(es): GEM ENTERTAINMENT KFT

Classificação Pretendida: não recomendado para menores de dez anos

Gênero: Comédia

Tipo de Material Analisado: Monitoramento

Classificação Atribuída: não recomendado para menores de dez anos

Contém: Violência

Processo: 08000.008448/2016-59

Requerente: GLOBO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S/A

Filme: GUIADOS PELO CORAÇÃO (LE COEUR EN BRAILE, França - 2016)

Produtor(es): Gaumont

Diretor(es): Michael Boujenah

Distribuidor(es): ANTÔNIO FERNANDES FILMES LTDA / CALIFÓRNIA FILMES

Classificação Pretendida: não recomendado para menores de doze anos

Gênero: Drama/Comédia

Tipo de Material Analisado: Link Internet

Classificação Atribuída: não recomendado para menores de dez anos

Contém: Violência e Linguagem Imprópria

Processo: 08000.056338/2017-84

Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Filme: RÚCULA COM TOMATE SECO (Brasil - 2017)

Produtor(es): Venkon Produções e Maiss Entretenimento

Diretor(es): Arthur Vinciprova

Distribuidor(es): Freespirit Distribuidora de Filmes Ltda / Downtown Filmes
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de catorze anos
Gênero: Comédia/Romance
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de catorze anos
Contém: Conteúdo Sexual e Drogas Lícitas
Processo: 08000.056727/2017-18
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP
Filme: ALIBI.COM (França - 2017)
Produtor(es): Studio Canal
Diretor(es): Philippe Lacheau
Distribuidor(es): ANTÔNIO FERNANDES FILMES LTDA / CALIFÓRNIA FILMES
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de dezesseis anos
Gênero: Comédia
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de catorze anos
Contém: Drogas e Conteúdo Sexual
Processo: 08000.056735/2017-56
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP
Filme: ROCK N` ROLL - POR TRÁS DA FAMA (ROCK N` ROLL, França - 2017)
Diretor(es): Guillaume Canet
Distribuidor(es): MARES FILMES LTDA.
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de doze anos
Gênero: Comédia
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de dezesseis anos
Contém: Drogas , Conteúdo Sexual e Linguagem Imprópria
Processo: 08000.058543/2017-84
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP
Filme: LAS TONINAS VAN AL ESTE (Uruguai - 2016)
Produtor(es): Aleteia Selonk
Diretor(es): Gonzalo Delgado/Veronica Perrotta
Distribuidor(es): OKNA PRODUÇÕES CULTURAIS LTDA,
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de dezesseis anos
Gênero: Comédia
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de dezoito anos
Contém: Sexo Explícito , Drogas Lícitas e Linguagem Imprópria
Processo: 08017.001188/2017-92
Requerente: OKNA PRODUÇÕES CULTURAIS LTDA.
Filme: CINEMAGIA: A HISTÓRIA DAS VIDEOLOCADORAS DE SÃO PAULO (Brasil - 2017)
Produtor(es): Alan Oliveira
Diretor(es): Alan Oliveira
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de dez anos
Gênero: Documentário
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: Livre
Contém: Drogas Lícitas
Processo: 08017.001190/2017-61
Requerente: ALAN RODRIGO DE OLIVEIRA
Filme: NA PRAIA À NOITE SOZINHA (BAMUI HAEBYUN-EOSEO HONJA, Coréia do Sul - 2017)
Produtor(es): Jussi Rantamaki
Diretor(es): Hong Sang-Soo
Distribuidor(es): ZETA FILMES LTDA
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de catorze anos
Gênero: Drama
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de doze anos
Contém: Drogas Lícitas
Processo: 08017.001200/2017-69
Requerente: ZETA FILMES LTDA.
Filme: DIVINO PROCESSO (FRANK VS GOD, Estados Unidos da América - 2014)
Produtor(es): Stewart Schill
Diretor(es): Stewart Schill
Distribuidor(es): FREEWAY SPAIN SL
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de dez anos
Gênero: Comédia
Tipo de Material Analisado: Monitoramento
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de dez anos
Contém: Violência e Drogas Lícitas
Processo: 08000.042355/2016-53
Requerente: GLOBO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S/A
Programa: MISS BRASIL 2017 (Brasil - 2017)
Produtor(es): Viviani Negocia
Diretor(es): Roberto Y Plá
Distribuidor(es): RÁDIO E TELEVISÃO BANDEIRANTES SA
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Variedade
Tipo de Material Analisado: DVD
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08000.043637/2017-59
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

JORGE DA SILVA

PORTARIA Nº 170, DE 9 DE OUTUBRO DE 2017

O Diretor, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos artigos 21, Inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, Inciso I, da Constituição Federal e artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, com base na Portaria SNJ nº 08, de 06 de julho de 2006, publicada no DOU de 07 de julho de 2006, aprovando o Manual da Nova Classificação Indicativa e na Portaria nº 368 de 11 de fevereiro de 2014, publicada no DOU de 12 de fevereiro de 2014, resolve classificar:

Filme: UMA NOITE E TANTO (ALL NIGHTER, Estados Unidos da América - 2017)
Produtor(es): Spring Pictures
Diretor(es): Gavin Wiesen
Distribuidor(es): ANTÔNIO FERNANDES FILMES LTDA / CALIFÓRNIA FILMES
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de dezesseis anos
Gênero: Comédia
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de catorze anos
Contém: Drogas , Conteúdo Sexual e Linguagem Imprópria
Processo: 08000.056740/2017-69
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP
Filme: RESPOSTA ARMADA (ARMED RESPONDE, Estados Unidos da América - 2017)
Produtor(es): Saban Films
Diretor(es): John Stockwell
Distribuidor(es): ANTÔNIO FERNANDES FILMES LTDA / CALIFÓRNIA FILMES
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de dezesseis anos
Gênero: Suspense/Terror
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de dezesseis anos
Contém: Violência
Processo: 08000.056745/2017-91
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP
Show Musical: LATINO FANTASY (25 ANOS) (Brasil - 2017)
Produtor(es): Universal Music International Ltda.
Diretor(es): Anselmo Troncoso
Distribuidor(es): Universal Music International Ltda.
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Musical
Tipo de Material Analisado: DVD
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de doze anos
Contém: Drogas Lícitas e Linguagem Imprópria
Processo: 08000.057814/2017-84
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP
Show Musical: MTV UNPLUGGED - SUMMER SOLSTICE (Islândia - 2017)
Produtor(es): Swinglong Ltd./We Love Music
Diretor(es): Kim Stromstad
Distribuidor(es): Universal Music International Ltda.
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Musical
Tipo de Material Analisado: DVD
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08000.058359/2017-34
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP
Filme: MARK FELT - O HOMEM QUE DERRUBOU A CASA BRANCA (MARK FELT, Estados Unidos da América - 2017)
Produtor(es): Endurance Media/Mad River Pictures
Diretor(es): Peter Landersman
Distribuidor(es): DIAMOND FILMS DO BRASIL PRODUÇÃO E DISTRIBUIDORA AUDIOVISUAL LTDA
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Biografia/Drama/Suspense
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de dez anos
Contém: Drogas Lícitas
Processo: 08000.058796/2017-58
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP
Conjunto de Episódios: CHAPEUZINHO DE TODAS AS CORES (Brasil - 2017)
Episódio(s): 01 A 13
Produtor(es): Animaking Studios Ltda. EPP
Diretor(es): Camila Kaulinga/Paulo Conti
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Infantil/Animação
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08017.001232/2017-64
Requerente: ANIMAKING STUDIOS LTDA. EPP

JORGE DA SILVA

PORTARIA Nº 171, DE 10 DE OUTUBRO DE 2017

O Diretor, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos artigos 21, Inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, Inciso I, da Constituição Federal e artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, com base na Portaria SNJ nº 08, de 06 de julho de 2006, publicada no DOU de 07 de julho de 2006, aprovando o Manual da Nova Classificação Indicativa e na Portaria nº 368 de 11 de fevereiro de 2014, publicada no DOU de 12 de fevereiro de 2014, resolve classificar:

Filme: LOGAN LUCKY - ROUBO EM FAMÍLIA (LOGAN LUCKY, Estados Unidos da América - 2017)
Produtor(es): Trans Radial Pictures/Free Association
Diretor(es): Steven Soderbergh
Distribuidor(es): DIAMOND FILMS DO BRASIL PRODUÇÃO E DISTRIBUIDORA AUDIOVISUAL LTDA
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Comédia
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de doze anos
Contém: Violência e Drogas Lícitas
Processo: 08000.054429/2017-85
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP
Filme: GOSTO SE DISCUTE (Brasil - 2017)
Produtor(es): Marcus Baldini/Marcelo Monteiro/Lara Guaranys
Diretor(es): Andre Pellenz
Distribuidor(es): WMIX DISTRIBUIDORA LTDA.
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de dez anos
Gênero: Comédia
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de doze anos
Contém: Conteúdo Sexual , Drogas Lícitas e Linguagem Imprópria
Processo: 08000.058148/2017-00
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP
Filme: ENTRE IRMÃS (Brasil - 2017)
Produtor(es): Leonardo M Barros
Diretor(es): Breno Silveira
Distribuidor(es): COLUMBIA TRISTAR FILMES DO BRASIL LTDA.
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de catorze anos
Gênero: Drama
Tipo de Material Analisado: DVD
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de catorze anos

Contém: Drogas , Violência e Sexo
Processo: 08000.058153/2017-12
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP
Filme: TEMPESTADE - PLANETA EM FÚRIA (GEOSTORM, Estados Unidos da América - 2017)
Produtor(es): Paul Schwake
Diretor(es): Dean Devlin
Distribuidor(es): Warner Bros. (South), Inc.
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de doze anos
Gênero: Ação/Ficção
Tipo de Material Analisado: Digital
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de doze anos
Contém: Violência
Processo: 08000.058545/2017-73
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP
Filme: HISTORIETAS ASSOMBRADAS - O FILME (Brasil - 2017)
Produtor(es): Mayra Lucas/Paulo Boccato
Diretor(es): Victor-Hugo Borges
Distribuidor(es): VITRINE FILMES
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Animação
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08017.001215/2017-27
Requerente: NEOPLASTIQUE ENTRETENIMENTO LTDA.
Filme: EL AMPARO (Colômbia / Venezuela - 2016)
Produtor(es): Tumbarrancho Films/Películas Prescindibles
Diretor(es): Rober Calzadilla
Distribuidor(es): PANDORA FILMES
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de doze anos
Gênero: Drama
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de doze anos
Contém: Violência , Drogas Lícitas e Linguagem Imprópria
Processo: 08017.001234/2017-53
Requerente: PROVIDENCE DISTRIBUIDORA DE FILMES LTDA - EPP (PANDORA FILMES)

JORGE DA SILVA

Ministério da Saúde

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA N° 2.649, DE 9 DE OUTUBRO DE 2017

Habilita a Unidade de Pronto Atendimento (UPA 24h, nova) e estabelece recursos a serem destinados ao Estado da Paraíba e Município de Sousa (PB).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando o art. 2º da Portaria nº 461/SAS/MS, de 11 de junho de 2014, que altera os códigos de incentivos de custeio de UPA 24h, na Tabela de Incentivos do SCNES; e

Considerando a Portaria nº 10/GM/MS, de 3 de janeiro de 2017, que redefine as diretrizes de modelo assistencial e financiamento de UPA 24h de Pronto Atendimento como Componente da Rede de Atenção às Urgências, no âmbito do Sistema Único de Saúde, resolve:

Art. 1º Fica habilitada a Unidade de Pronto Atendimento (UPA 24h, nova), localizada no Município de Sousa (PB).

Art. 2º Ficam estabelecidos recursos no montante anual de R$ 2.100.000,00 (dois milhões e cem mil reais) a serem destinados ao Estado da Paraíba e Município de Sousa (PB), para o custeio da habilitação da Unidade prevista no art. 1º, conforme Anexo a esta Portaria.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do montante estabelecido no artigo 2º desta Portaria, em parcelas mensais, para o Fundo Municipal da Saúde de Sousa (PB).

Art. 4º Os recursos financeiros, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8585.0025 (PB) - Atenção à Saúde da População para procedimentos de Média e Alta Complexidade - Bloco da Atenção de Média e Alta Complexidade - Componente Limite Financeiro da Atenção de Média e Alta Complexidade - Plano Orçamentário 0009 (UPA 24h).

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

ANEXO

UF	Município	IBGE	CNES	Custeio	Nº de Profissionais Médicos 24h	NUP-SEI	Gestão	Valor repassado anualmente	Proposta
PB	Sousa	2516201	9104658	Opção V	6 (seis)	25000.437736/2017-17	Municipal	R$ 2.100.000,00	16623

PORTARIA N° 2.650, DE 9 DE OUTUBRO DE 2017

Habilita a Unidade de Pronto Atendimento (UPA 24h do Arraial, nova), e estabelece recursos a serem destinados ao Estado da Bahia e Município de Porto Seguro (BA).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição,

Considerando o art. 2º da Portaria nº 461/SAS/MS, de 11 de junho de 2014, que altera os códigos de incentivos de custeio de UPA 24h, na Tabela de Incentivos do SCNES; e

Considerando a Portaria nº 10/GM/MS, de 3 de janeiro de 2017, que redefine as diretrizes de modelo assistencial e financiamento de UPA 24h de Pronto Atendimento como Componente da Rede de Atenção às Urgências, no âmbito do Sistema Único de Saúde, resolve:

Art. 1º Fica habilitada a Unidade de Pronto Atendimento (UPA 24h do Arraial, nova) localizada no Município de Porto Seguro (BA).

Art. 2º Ficam estabelecidos recursos no montante anual de R$ 600.000,00 (seiscentos mil reais) a serem destinados ao Estado da Bahia e Município de Porto Seguro (BA), para o custeio da habilitação da Unidade prevista no art. 1º, conforme anexo a esta Portaria.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do montante estabelecido no Artigo 2º desta Portaria, em parcelas mensais, para o Fundo Municipal de Saúde de Porto Seguro (BA).

Art. 4º Os recursos financeiros, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8585.0029 (BA) - Atenção à Saúde da População para procedimentos de Média e Alta Complexidade - Bloco da Atenção de Média e Alta Complexidade - Componente Limite Financeiro da Atenção de Média e Alta Complexidade - Plano Orçamentário 0009 (UPA 24h).

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

ANEXO

UF	Município	IBGE	CNES	Custeio	Nº de Profissionais Médicos 24h	CÓD	NUP SEI	Valor repassado anualmente	Gestão	Proposta
BA	Porto Seguro	292530	7395280	Opção I	2 (dois)	82.41	25000.436710/2017-51	600.000,00	Municipal	14809

PORTARIA Nº 2.652, DE 10 DE OUTUBRO DE 2017

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2017;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal, descrito no anexo a esta Portaria, a receber os recursos federais destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

Art. 2º Os recursos desta Portaria são de natureza de capital, com execução orçamentária e financeira plurianual, devendo onerar o Bloco de Investimentos na Rede de Serviços de Saúde, nos termos do anexo.

Art. 3º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas Fundo a Fundo, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 4º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única e em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para a modalidade de transferência fundo a fundo.

Art. 5º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos deverá ser realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

ANEXO

ENTES HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DESTINADOS A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	PROGRAMA ORÇAMENTÁRIO	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
BA	BOTUPORA	FUNSAUDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE BOTUPORA	11352889000117008	350.000,00	0000	10302201585350001
BA	IRECE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IRECE - FUMSAUDE	13799700000117005	400.000,00	0000	10302201585350001
TOTAL			2 PROPOSTAS	750.000,00		

PORTARIA Nº 2.653, DE 10 DE OUTUBRO DE 2017

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos referentes ao incremento temporário do Limite Financeiro da Assistência de Média e Alta Complexidade (MAC).

O MINISTRO DE ESTADO DE SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2017;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 788, de 15 de março de 2017, que regulamenta a aplicação das emendas parlamentares que adicionarem recursos ao SUS no exercício de 2017, para incremento do Teto de Média e Alta Complexidade e do Piso de Atenção Básica, com base no disposto no art. 40, § 6º, da Lei nº 13.408, de 26 de dezembro de 2016, e dá outras providências, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal descrito no anexo a esta Portaria a receber recursos referentes ao incremento temporário do Limite Financeiro da Assistência de Média e Alta Complexidade (MAC).

Art. 2º Os recursos tratados nesta Portaria referem-se à aplicação das emendas parlamentares para incremento temporário do Limite Financeiro da Assistência de Média e Alta Complexidade (MAC), observando o disposto no Capítulo II da Portaria nº 788, de 15 de março de 2017.

Art. 3º Os recursos desta Portaria são de natureza de despesa de custeio e onerarão o Bloco de Financiamento da Média e Alta Complexidade, nos termos do anexo.

Art. 4º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas Fundo a Fundo, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 5º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidas nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em até seis parcelas, em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 6º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 7º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

ANEXO

ENTES HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DE EMENDAS PARLAMENTARES DESTINADOS AO INCREMENTO TEMPORÁRIO DO TETO DA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE - MAC

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	CNES	VALOR
AL	BATALHA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000152239201700	500.000,00	81000174	500.000,00	10122201545257282	2011689	500.000,00
AL	BOCA DA MATA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BOCA DA MATA	36000152251201700	480.000,00	81000174	480.000,00	10122201545257282	2009528	480.000,00
AL	CRAIBAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CRAIBAS	36000152601201700	165.000,00	81000174	165.000,00	10122201545257282	2003910	165.000,00
AL	FLEXEIRAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000152350201700	273.696,00	81000174	273.696,00	10122201545257282	2010887	273.696,00
AL	MAJOR ISIDORO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000152490201700	100.918,00	81000174	100.918,00	10122201545257282	2004488	100.918,00
AL	OLHO D"AGUA DAS FLORES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE OLHO D"AGUA DAS FLORES	36000152128201700	250.000,00	81000174	250.000,00	10122201545257282	2722313	250.000,00
AL	PAULO JACINTO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PAULO JACINTO	36000152721201700	202.490,00	81000174	202.490,00	10122201545257282	4020472	202.490,00
AL	SAO JOSE DA LAJE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE SAO JOSE DA LAJE	36000152521201700	300.000,00	81000174	300.000,00	10122201545257282	2722356	300.000,00
AL	SENADOR RUI PALMEIRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE SENADOR RUI PALMEIRA	36000152144201700	87.000,00	81000174	87.000,00	10122201545257282	7262132	87.000,00
MG	CAMBUI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAMBUI	36000152498201700	150.000,00	81000174	150.000,00	10122201545257282	2212854	150.000,00
MG	LAGOA FORMOSA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LAGOA FORMOSA	36000152325201700	100.000,00	81000174	100.000,00	10122201545257282	2101084	100.000,00
MG	MARTINHO CAMPOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000152800201700	100.000,00	81000174	100.000,00	10122201545257282	2160641	100.000,00
MG	MONTE CARMELO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000152336201700	250.000,00	81000174	250.000,00	10122201545257282	2206420	250.000,00
MG	MONTES CLAROS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000152828201700	600.000,00	81000174	600.000,00	10122201545257282	2149990	600.000,00
MG	MONTES CLAROS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000152829201700	150.000,00	81000174	150.000,00	10122201545257282	2149974	150.000,00
MG	MONTES CLAROS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000152830201700	84.000,00	81000174	84.000,00	10122201545257282	3425924	84.000,00
MG	MONTES CLAROS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000152831201700	200.000,00	81000174	200.000,00	10122201545257282	2149982	200.000,00
MG	MONTES CLAROS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000152832201700	200.000,00	81000174	200.000,00	10122201545257282	2218941	200.000,00
MG	MONTES CLAROS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000152833201700	15.000,00	81000174	15.000,00	10122201545257282	3950328	15.000,00
MG	MONTES CLAROS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000152834201700	80.000,00	81000174	80.000,00	10122201545257282	2219204	80.000,00
MG	MONTES CLAROS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000152835201700	300.000,00	81000174	300.000,00	10122201545257282	2203464	300.000,00
MG	MONTES CLAROS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000152836201700	80.000,00	81000174	80.000,00	10122201545257282	5094984	80.000,00
MG	MONTES CLAROS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000152837201700	80.000,00	81000174	80.000,00	10122201545257282	3788644	80.000,00
MG	MONTES CLAROS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000152838201700	40.000,00	81000174	40.000,00	10122201545257282	3987574	40.000,00
MG	MONTES CLAROS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000152839201700	30.000,00	81000174	30.000,00	10122201545257282	7710704	30.000,00
MG	NANUQUE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NANUQUE/MG	36000152537201700	100.000,00	81000174	100.000,00	10122201545257282	2211262	100.000,00

MG	SAO JOAO DO PARAISO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000152528201700	130.000,00	81000174	130.000,00	10122201545257282	2204606	130.000,00
MG	UBERABA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE UBERABA	36000152588201700	200.000,00	81000174	200.000,00	10122201545257282	7093284	200.000,00
MG	UBERABA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE UBERABA	36000152591201700	200.000,00	81000174	200.000,00	10122201545257282	2164817	200.000,00
MS	DOURADOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DOURADOS	36000152561201700	1.000.000,00	81000174	1.000.000,00	10122201545257282	2710978	1.000.000,00
MS	NIOAQUE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NIOAQUE	36000152649201700	105.000,00	81000174	105.000,00	10122201545257282	2676869	105.000,00
MS	SAO GABRIEL DO OESTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO GABRIEL DO OESTE	36000152580201700	500.000,00	81000174	500.000,00	10122201545257282	2659603	500.000,00
MS	TAQUARUSSU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000152635201700	8.590,00	81000174	8.590,00	10122201545257282	2376555	8.590,00
MS	TAQUARUSSU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000152636201700	7.960,00	81000174	7.960,00	10122201545257282	2558599	7.960,00
PR	SERTANOPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SERTANOPOLIS	36000151823201700	150.000,00	81000174	150.000,00	10122201545257282	2729563	150.000,00
RJ	MARICA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - MARICA	36000152733201700	400.000,00	81000174	400.000,00	10122201545257282	2266733	400.000,00
RJ	NITEROI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NITEROI	36000152827201700	1.000.000,00	81000174	1.000.000,00	10122201545257282	0012556	1.000.000,00
RJ	NOVA IGUACU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000152661201700	400.000,00	81000174	400.000,00	10122201545257282	2798662	400.000,00
RJ	RIO DAS OSTRAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RIO DAS OSTRAS	36000151800201700	1.000.000,00	81000174	1.000.000,00	10122201545257282	6069134	1.000.000,00
RJ	SAQUAREMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000152136201700	160.600,00	81000174	160.600,00	10122201545257282	2274280	160.600,00
RJ	SAQUAREMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000152138201700	12.200,00	81000174	12.200,00	10122201545257282	2274299 2274302	0,00 12.200,00
SP	ATIBAIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000152296201700	1.250.000,00	81000174	1.250.000,00	10122201545257282	7073194	1.250.000,00
SP	COLOMBIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE COLOMBIA	36000151657201700	118.000,00	81000174	118.000,00	10122201545257282	2090376	118.000,00
SP	COLOMBIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE COLOMBIA	36000151662201700	11.000,00	81000174	11.000,00	10122201545257282	2090406	11.000,00
TO	CONCEICAO DO TOCANTINS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000152691201700	63.836,00	81000174	63.836,00	10122201545257282	5193273	63.836,00
TOTAL			45 PROPOSTAS	11.635.290,00					

PORTARIA Nº 2.654, DE 10 DE OUTUBRO DE 2017

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2017;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal, descrito no anexo a esta Portaria, a receber os recursos federais destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

Art. 2º Os recursos desta Portaria são de natureza de capital, com execução orçamentária e financeira plurianual, devendo onerar o Bloco de Investimentos na Rede de Serviços de Saúde, nos termos do anexo.

Art. 3º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas Fundo a Fundo, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 4º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única e em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para a modalidade de transferência fundo a fundo.

Art. 5º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos deverá ser realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

ANEXO

ENTES HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DESTINADOS A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	PROGRAMA ORÇAMENTÁRIO	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
RJ	BARRA DO PIRAI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BARRA DO PIRAI	01606604000117704	170.000,00	0000	10302201585350001
SP	ASSIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS	11516639000117007	170.000,00	0000	10302201585350001
SP	GUAPIACU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GUAPIACU	14021490000117006	170.000,00	0000	10302201585350001
SP	IRAPURU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IRAPURU	14779626000117001	170.000,00	0000	10302201585350001
SP	PEREIRA BARRETO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PEREIRA BARRETO	12124364000117005	170.000,00	0000	10302201585350001
SP	SANTA FE DO SUL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	13824549000117003	170.000,00	0000	10302201585350001
SP	TUPI PAULISTA	FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE	13880559000117008	170.000,00	0000	10302201585350001
SP	VALPARAISO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE VALPARAISO	12196716000117004	160.000,00	0000	10302201585350001
TOTAL			8 PROPOSTAS	1.350.000,00		

PORTARIA Nº 2.655, DE 10 DE OUTUBRO DE 2017

Altera a habilitação do Instituto Maranhense de Oncologia Adenora Bello (IMOAB), localizada no Município de São Luís/MA, para Centro de Assistência de Alta Complexidade em Oncologia - CACON, habilita o Hospital Universitário Federal do Maranhão (HUUFM), localizado no Município de São Luís/MA, como Hospital Geral com Cirurgia de Câncer de Complexo Hospitalar e estabelece recurso do Bloco da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar a ser incorporado ao Componente do Limite Financeiro de Média e Alta Complexidade do Estado do Maranhão e Município de São Luís.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 204/GM/MS de 29 de janeiro de 2007, que regulamenta o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde, na forma de blocos de financiamento, com o respectivo monitoramento e controle;

Considerando a Portaria nº 140/SAS/MS, de 27 de fevereiro de 2014, que redefine os critérios e parâmetros para organização, planejamento, monitoramento, controle e avaliação dos estabelecimentos de saúde habilitados na atenção especializada em oncologia e define as condições estruturais, de funcionamento e de recursos humanos para a habilitação destes estabelecimentos no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS);

Considerando a manifestação favorável da Secretaria de Estado da Saúde do Maranhão e a aprovação no âmbito da Comissão Intergestores Bipartite - CIB, por meio da Resolução nº 09, de 02 de fevereiro de 2017; e

Considerando a avaliação da Coordenação-Geral de Atenção Especializada do Departamento de Atenção Especializada e Temática da Secretaria de Atenção à Saúde/DAET/SAS/MS, resolve:

Art. 1º Fica alterada a habilitação do Instituto Maranhense de Oncologia Adenora Bello (IMOAB), CNES 2697696, localizada no Município de São Luís/MA, para Centro de Assistência de Alta Complexidade em Oncologia - CACON (Código 17.13).

Art. 2º Fica habilitado o Hospital Universitário Federal do Maranhão (HUUFM), CNES 2726653, localizado no Município de São Luís/MA, como Hospital Geral com Cirurgia de Câncer de Complexo Hospitalar (Código 17.14).

Art. 3º Fica estabelecido recurso do Bloco da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar a ser incorporado ao Componente do Limite Financeiro de Média e Alta Complexidade do Estado do Maranhão e Município de São Luís, no montante anual de R$ 2.779.092,03 (dois milhões, setecentos e setenta e nove mil, noventa e dois reais e três centavos), para o custeio do serviço de oncologia.

Art. 4º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência regular e automática, do montante estabelecido no art. 2º, em parcelas mensais, para o Fundo Municipal de Saúde de São Luís/MA, mediante processo autorizativo encaminhado pela Secretaria responsável pelo programa de trabalho.

Art. 5º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos de Média e Alta Complexidade - Plano Orçamentário 0008 - Controle do Câncer.

Parágrafo único. O recurso relativo ao estabelecimento consignado ao programa de trabalho de que trata o caput tem como finalidade o custeio de quaisquer ações e serviços de média e alta complexidade para atenção à saúde da população, desde que garantida a manutenção da unidade.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da 11ª (décima primeira) parcela de 2017.

RICARDO BARROS

RETIFICAÇÃO

No art. 11 da Portaria nº 1.294/GM/MS, de 25 de maio de 2017, republicada no Diário Oficial da União nº 110, de 9 de junho de 2017, Seção 1, página 49,

Onde se lê

"Atenção à Saúde da População para Procedimentos de Média e Alta Complexidade - Bloco de Assistência de Média e Alta Complexidade - Componente Fundo de Ações Estratégicas e Compensação-FAEC (Plano Orçamentário 0000)."

Leia-se

"Atenção à Saúde da População para Procedimentos de Média e Alta Complexidade - Plano Orçamentário - EREL - EMENDA DE RELATOR."

AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR

DIRETORIA COLEGIADA

DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO

PORTARIA Nº 16, DE 6 DE OUTUBRO DE 2017

A DIRETORA DE FISCALIZAÇÃO, no uso da competência prevista nos arts 11 e 21, I, b, c/c anexo VI da Resolução Regimental - RR nº 1, de 17 de março de 2017, tendo em vista o disposto no art. 29 da Lei nº. 9.656, de 3 de junho de 1998, resolve:

Art. 1º Dar publicidade ao relatório de acompanhamento do teletrabalho previsto no art. 13 da Resolução Administrativa nº 68, de 05 de junho de 2017, referente ao período de 01/09/2016 a 30/09/2017, na forma do anexo desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor da data de sua publicação.

SIMONE SANCHES FREIRE

ANEXO

Planos de trabalho
1. Diretoria Adjunta de Fiscalização
1.1. Assessoria Normativa da DIFIS - ASSNT/DIFIS
I - Coordenadoria de Ajustamento de Conduta - COAJU/ASSNT/DIRAD/DIFIS

PERIODO DO TELETRABALHO:		09/2016 a 11/2016	
Nº DO PLANO DE TRABALHO	UNIDADE ADMNISTRATIVA	Nº DE SERVIDORES PARTICIPANTES	RESULTADO ALCANÇADO
1	COAJU	2	103,07%
PERIODO DO TELETRABALHO:		12/2016 a 02/2017	
Nº DO PLANO DE TRABALHO	UNIDADE ADMNISTRATIVA	Nº DE SERVIDORES PARTICIPANTES	RESULTADO ALCANÇADO
2	COAJU	2	114,04%
PERIODO DO TELETRABALHO:		03/2017 a 05/2017	
Nº DO PLANO DE TRABALHO	UNIDADE ADMNISTRATIVA	Nº DE SERVIDORES PARTICIPANTES	RESULTADO ALCANÇADO
2	COAJU	2	120,34%
PERIODO DO TELETRABALHO:		06/2017 a 08/2017	
Nº DO PLANO DE TRABALHO	UNIDADE ADMNISTRATIVA	Nº DE SERVIDORES PARTICIPANTES	RESULTADO ALCANÇADO
2	COAJU	2	109,60%
PERIODO DO TELETRABALHO:		01/09/2017 a 30/09/2017	
Nº DO PLANO DE TRABALHO	UNIDADE ADMNISTRATIVA	Nº DE SERVIDORES PARTICIPANTES	RESULTADO ALCANÇADO
2	COAJU	2	105,90%

II - Coordenadoria de Assuntos Normativos e Institucionais - COANI/ASSNT/DIRAD/DIFIS

PERIODO DO TELETRABALHO:		25/05/2017 a 31/05/2017	
Nº DO PLANO DE TRABALHO	UNIDADE ADMNISTRATIVA	Nº DE SERVIDORES PARTICIPANTES	RESULTADO ALCANÇADO
PLANO nº 01/2017	COANI	1	104,64%
PERIODO DO TELETRABALHO:		01/06/2017 a 31/08/2017	
Nº DO PLANO DE TRABALHO	UNIDADE ADMNISTRATIVA	Nº DE SERVIDORES PARTICIPANTES	RESULTADO ALCANÇADO
PLANO nº01/2017	COANI	1	112,60%
PERIODO DO TELETRABALHO:		01/06/2017 a 31/08/2017	
Nº DO PLANO DE TRABALHO	UNIDADE ADMNISTRATIVA	Nº DE SERVIDORES PARTICIPANTES	RESULTADO ALCANÇADO
PLANO nº 02/2017	COANI	2	121,00%

1.2. Assessoria de Informação - ASSIF/DIRAD/DIFIS

PERIODO DO TELETRABALHO:		19/06/2017 a 03/10/2017	
Nº DO PLANO DE TRABALHO	UNIDADE ADMNISTRATIVA	Nº DE SERVIDORES PARTICIPANTES	RESULTADO ALCANÇADO
1	ASSIF	1	Redução em 30% do prazo para entrega dos relatórios de acompanhamento de Demandas NIP e redução em 50% no número de servidores direcionados para a construção destes. No período mencionado acima, foram entregues 12 relatórios.

1.3 - Gerência-Geral de Operações Fiscalizatórias - GGOFI/DIRAD/DIFIS

PERIODO DO TELETRABALHO:		01/09/2016 a 30/09/2016	
Nº DO PLANO DE TRABALHO	UNIDADE ADMNISTRATIVA	Nº DE SERVIDORES PARTICIPANTES	RESULTADO ALCANÇADO
1	GEPJI	5	343,99%
2	NÚCLEO - BA	3	146,95%
3	NÚCLEO - CE	5	104,96%
4	NÚCLEO - DF	3	170,32%
5	NÚCLEO - MG	2	199,43%
6	NÚCLEO - MT	2	120,38%
7	NÚCLEO - PA	4	113,97%
8	NÚCLEO - PE	6	115,73%
9	NÚCLEO - PR	1	176,47%
10	NÚCLEO - RJ	2	106,22%
11	NÚCLEO - RP	4	109,70%
12	NÚCLEO - RS	1	101,32%
13	NÚCLEO - SP	9	107,23%
14	COMEA	2	110%
15	COTNA	8	105%
16	COCEN	0	0
PERIODO DO TELETRABALHO:		01/10/2016 a 31/10/2016	
Nº DO PLANO DE TRABALHO	UNIDADE ADMNISTRATIVA	Nº DE SERVIDORES PARTICIPANTES	RESULTADO ALCANÇADO
1	GEPJI	6	253,83%
2	NÚCLEO - BA	3	118,77%
3	NÚCLEO - CE	5	111,42%
4	NÚCLEO - DF	2	219,54%
5	NÚCLEO - MG	2	250,12%
6	NÚCLEO - MT	2	133,36%
7	NÚCLEO - PA	4	125,91%
8	NÚCLEO - PE	5	126,70%
9	NÚCLEO - PR	1	146,74%
10	NÚCLEO - RJ	2	108,82%
11	NÚCLEO - RP	3	117,47%
12	NÚCLEO - RS	1	101,45%
13	NÚCLEO - SP	9	111,96%
14	COMEA	7	104%
15	COTNA	9	110%
16	COCEN	0	0
PERIODO DO TELETRABALHO:		01/11/2016 a 30/11/2016	
Nº DO PLANO DE TRABALHO	UNIDADE ADMNISTRATIVA	Nº DE SERVIDORES PARTICIPANTES	RESULTADO ALCANÇADO
1	GEPJI	6	260,96%
2	NÚCLEO - BA	3	145,03%
3	NÚCLEO - CE	5	115,40%
4	NÚCLEO - DF	2	148,35%
5	NÚCLEO - MG	2	186,27%
6	NÚCLEO - MT	2	124,30%
7	NÚCLEO - PA	4	120,40%
8	NÚCLEO - PE	8	111,92%
9	NÚCLEO - PR	1	120,25%
10	NÚCLEO - RJ	2	114,41%
11	NÚCLEO - RP	3	112,30%
12	NÚCLEO - RS	1	111,61%
13	NÚCLEO - SP	9	99,25%
14	COMEA	8	105%
15	COTNA	9	107%
16	COCEN	0	0
PERIODO DO TELETRABALHO:		01/12/2016 a 31/12/2016	
Nº DO PLANO DE TRABALHO	UNIDADE ADMNISTRATIVA	Nº DE SERVIDORES PARTICIPANTES	RESULTADO ALCANÇADO
1	GEPJI	6	112,31%
2	NÚCLEO - BA	4	171,88%
3	NÚCLEO - CE	5	119,40%
4	NÚCLEO - DF	3	228,80%
5	NÚCLEO - MG	3	149,69%
6	NÚCLEO - MT	1	113,43%
7	NÚCLEO - PA	4	115,55%
8	NÚCLEO - PE	8	107,66%
9	NÚCLEO - PR	2	126,61%
10	NÚCLEO - RJ	6	109,99%
11	NÚCLEO - RP	3	120,83%
12	NÚCLEO - RS	1	109,18%

13	NÚCLEO - SP	10	110,46%
14	COMEA	8	107%
15	COTNA	9	110%
16	COCEN	0	0
PERIODO DO TELETRABALHO:		01/01/2017 a 31/01/2017	
Nº DO PLANO DE TRABALHO	UNIDADE ADMNISTRATIVA	Nº DE SERVIDORES PARTICIPANTES	RESULTADO ALCANÇADO
1	GEPJI	6	104,14%
2	NÚCLEO - BA	4	124,24%
3	NÚCLEO - CE	5	101,79%
4	NÚCLEO - DF	4	106,76%
5	NÚCLEO - MG	4	146,71%
6	NÚCLEO - MT	1	110,35%
7	NÚCLEO - PA	3	96,36%
8	NÚCLEO - PE	8	111,52%
9	NÚCLEO - PR	2	111,36%
10	NÚCLEO - RJ	4	110,90%
11	NÚCLEO - RP	3	78,31%
12	NÚCLEO - RS	1	103,70%
13	NÚCLEO - SP	7	103,31%
14	COMEA	7	103%
15	COTNA	9	107%
16	COCEN	0	0
PERIODO DO TELETRABALHO:		01/02/2017 a 28/02/2017	
Nº DO PLANO DE TRABALHO	UNIDADE ADMNISTRATIVA	Nº DE SERVIDORES PARTICIPANTES	RESULTADO ALCANÇADO
1	GEPJI	6	175,93%
2	NÚCLEO - BA	3	128,83%
3	NÚCLEO - CE	4	116,13%
4	NÚCLEO - DF	4	118,59%
5	NÚCLEO - MG	4	137,36%
6	NÚCLEO - MT	1	111,11%
7	NÚCLEO - PA	4	105,52%
8	NÚCLEO - PE	8	110,82%
9	NÚCLEO - PR	1	113,92%
10	NÚCLEO - RJ	5	111,21%
11	NÚCLEO - RP	3	106,09%
12	NÚCLEO - RS	1	101,06%
13	NÚCLEO - SP	7	107,96%
14	COMEA	11	105%
15	COTNA	9	105%
16	COCEN	0	0
PERIODO DO TELETRABALHO:		01/03/2017 a 31/03/2017	
Nº DO PLANO DE TRABALHO	UNIDADE ADMNISTRATIVA	Nº DE SERVIDORES PARTICIPANTES	RESULTADO ALCANÇADO
1	GEPJI	7	97,95%
2	NÚCLEO - BA	4	133,15%
3	NÚCLEO - CE	4	105,27%
4	NÚCLEO - DF	4	123,66%
5	NÚCLEO - MG	4	123,35%
6	NÚCLEO - MT	1	123,81%
7	NÚCLEO - PA	3	107,65%
8	NÚCLEO - PE	11	119,25%
9	NÚCLEO - PR	1	215,03%
10	NÚCLEO - RJ	5	121,24%
11	NÚCLEO - RP	3	110,21%
12	NÚCLEO - RS	1	108,66%
13	NÚCLEO - SP	7	108,94%
14	COMEA	14	105%
15	COTNA	9	109%
16	COCEN	0	0
PERIODO DO TELETRABALHO:		01/04/2017 a 30/04/2017	
Nº DO PLANO DE TRABALHO	UNIDADE ADMNISTRATIVA	Nº DE SERVIDORES PARTICIPANTES	RESULTADO ALCANÇADO
1	GEPJI	8	206,09%
2	NÚCLEO - BA	4	303,22%
3	NÚCLEO - CE	3	108,66%
4	NÚCLEO - DF	4	463,93%
5	NÚCLEO - MG	8	110,59%
6	NÚCLEO - MT	1	103,90%
7	NÚCLEO - PA	7	127,51%
8	NÚCLEO - PE	9	115,80%
9	NÚCLEO - PR	3	132,63%
10	NÚCLEO - RJ	7	185,04%
11	NÚCLEO - RP	6	135,58%
12	NÚCLEO - RS	4	106,34%
13	NÚCLEO - SP	8	110,92%

14	COMEA	13	97%
15	COTNA	7	113%
16	COCEN	0	0
PERIODO DO TELETRABALHO:		01/05/2017 a 31/05/2017	
Nº DO PLANO DE TRABALHO	UNIDADE ADMNISTRATIVA	Nº DE SERVIDORES PARTICIPANTES	RESULTADO ALCANÇADO
1	GEPJI	7	254,62%
2	NÚCLEO - BA	4	109,99%
3	NÚCLEO - CE	3	107,36%
4	NÚCLEO - DF	3	108,37%
5	NÚCLEO - MG	8	117,19%
6	NÚCLEO - MT	1	105,05%
7	NÚCLEO - PA	7	118,61%
8	NÚCLEO - PE	10	109,28%
9	NÚCLEO - PR	3	109,19%
10	NÚCLEO - RJ	5	109,00%
11	NÚCLEO - RP	5	111,40%
12	NÚCLEO - RS	2	125,07%
13	NÚCLEO - SP	9	112,51%
14	COMEA	9	98%
15	COTNA	3	106%
16	COCEN	1	104%
PERIODO DO TELETRABALHO:		01/06/2017 a 30/06/2017	
Nº DO PLANO DE TRABALHO	UNIDADE ADMNISTRATIVA	Nº DE SERVIDORES PARTICIPANTES	RESULTADO ALCANÇADO
1	GEPJI	7	104,11%
2	NÚCLEO - BA	4	123,46%
3	NÚCLEO - CE	3	105,01%
4	NÚCLEO - DF	4	112,68%
5	NÚCLEO - MG	8	105,96%
6	NÚCLEO - MT	1	114,65%
7	NÚCLEO - PA	6	124,05%
8	NÚCLEO - PE	10	113,74%
9	NÚCLEO - PR	3	106,84%
10	NÚCLEO - RJ	5	115,30%
11	NÚCLEO - RP	4	112,90%
12	NÚCLEO - RS	1	136,00%
13	NÚCLEO - SP	9	107,95%
14	COMEA	9	101%
15	COTNA	7	102%
16	COCEN	1	106%
PERIODO DO TELETRABALHO:		01/07/2017 a 31/07/2017	
Nº DO PLANO DE TRABALHO	UNIDADE ADMNISTRATIVA	Nº DE SERVIDORES PARTICIPANTES	RESULTADO ALCANÇADO
1	GEPJI	7	112,56%
2	NÚCLEO - BA	4	109,89%
3	NÚCLEO - CE	3	105,41%
4	NÚCLEO - DF	3	124,12%
5	NÚCLEO - MG	6	106,22%
6	NÚCLEO - MT	1	124,22%
7	NÚCLEO - PA	5	85,38%
8	NÚCLEO - PE	9	102,99%
9	NÚCLEO - PR	3	103,19%
10	NÚCLEO - RJ	5	111,73%
11	NÚCLEO - RP	4	112,73%
12	NÚCLEO - RS	1	136,00%
13	NÚCLEO - SP	8	109,19%
14	COMEA	7	103%
15	COTNA	5	104%
16	COCEN	0	0
PERIODO DO TELETRABALHO:		01/08/2017 a 31/08/2017	
Nº DO PLANO DE TRABALHO	UNIDADE ADMNISTRATIVA	Nº DE SERVIDORES PARTICIPANTES	RESULTADO ALCANÇADO
1	GEPJI	7	108,20%
2	NÚCLEO - BA	5	120,07%
3	NÚCLEO - CE	3	109,13%
4	NÚCLEO - DF	5	103,83%
5	NÚCLEO - MG	7	98,33%
6	NÚCLEO - MT	1	113,51%
7	NÚCLEO - PA	7	120,08%
8	NÚCLEO - PE	9	107,50%
9	NÚCLEO - PR	3	105,20%
10	NÚCLEO - RJ	3	120,53%
11	NÚCLEO - RP	3	110,13%
12	NÚCLEO - RS	1	101,27%
13	NÚCLEO - SP	11	115,11%
14	COMEA	6	103%
15	COTNA	7	104%
16	COCEN	1	114%

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017101100092

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ

PORTARIA Nº 1.451, DE 10 DE OUTUBRO DE 2017

A Presidente da Fundação Oswaldo Cruz, no Uso de suas atribuições e da competência que lhe foi delegada pela Portaria do MS/nº 938, de 22.07.99, resolve:

Encerrar as atividades da Farmácia Popular do Brasil, Unidade FPB-Curitiba/PR, filial da Fiocruz, na data de 02 de Outubro de 2017,situada á Rua Candido Lopes, nº208 Centro/Curitba - PR CEP: 80.020.060. Inscrita no CNPJ nº 33.781.055/0054-47 Inscrição estadual nº 90325194-80.

NÍSIA TRINDADE LIMA

SECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE

PORTARIA Nº 1.242, DE 19 DE JULHO DE 2017

Habilita leitos da Unidade de Tratamento Intensivo Neonatal - UTIN Tipo II, do Hospital e Maternidade São Francisco de Assis Sociedade Beneficente São Camilo - Crato/CE.

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Portaria nº 930/GM/MS, de 10 de maio de 2012, que define os critérios de classificação e habilitação de leitos de Unidades Neonatal; e

Considerando a avaliação técnica da Coordenação-Geral de Atenção Hospitalar - DAHU/SAS/MS, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o número de leitos da Unidade de Tratamento Intensivo Neonatal - UTIN Tipo II, do hospital a seguir relacionado:

Proposta SAIPS: 13.962	Hospital	Nº leitos
CNES: 2415488	Hospital e Maternidade São Francisco de Assis Sociedade Beneficente São Camilo - Crato/CE	
Leito: 26.10 UTIN		10

Art. 2º A referida unidade poderá ser submetida à avaliação por técnicos da Secretaria de Atenção à Saúde/MS e, no caso de descumprimento dos requisitos estabelecidos na Portaria nº 930/GM/MS, de 10 de maio de 2012, terão suspensos os efeitos de seu cadastramento.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.252, DE 21 DE JULHO DE 2017

Habilita leitos da Unidade de Tratamento Intensivo Neonatal - UTIN Tipo II, do Hospital Sapiranga - Sociedade Beneficente Sapiranguense - Sapiranga (RS).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Portaria nº 930/GM/MS, de 10 de maio de 2012, que define os critérios de classificação e habilitação de leitos de Unidades Neonatal; e

Considerando a avaliação técnica da Coordenação-Geral de Atenção Hospitalar - DAHU/SAS/MS, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o número de leitos da Unidade de Tratamento Intensivo Neonatal - UTIN Tipo II, do hospital a seguir relacionado:

Proposta SAIPS: 14.129	Hospital	Nº leitos
CNES: 2232154	Hospital Sapiranga - Sociedade Beneficente Sapiranguense - Sapiranga/RS.	
Leito: 26.10 UTIN		06

Art. 2º A referida unidade poderá ser submetida à avaliação por técnicos da Secretaria de Atenção à Saúde/MS e, no caso de descumprimento dos requisitos estabelecidos na Portaria nº 930/GM/MS, de 10 de maio de 2012, terão suspensos os efeitos de seu cadastramento.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

SECRETARIA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INSUMOS ESTRATÉGICOS

PORTARIA Nº 42, DE 9 DE OUTUBRO DE 2017

Torna pública a decisão de excluir o medicamento artemeter para o tratamento de Malária Grave, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS.

O SECRETÁRIO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INSUMOS ESTRATÉGICOS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, no uso de suas atribuições legais e com base nos termos dos art. 20 e art. 23 do Decreto 7.646, de 21 de dezembro de 2011, resolve:

Art. 1º Fica excluído o medicamento artemeter para o tratamento de Malária Grave, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS.

Art. 2º O relatório de recomendação da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS (CONITEC) sobre essa tecnologia estará disponível no endereço eletrônico: http://conitec.gov.br/.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCO ANTONIO DE ARAUJO FIREMAN

PORTARIA Nº 43, DE 9 DE OUTUBRO DE 2017

Torna pública a decisão de não incorporar o alentuzumabe no tratamento da esclerose múltipla remitente-recorrente após falha terapêutica da betainterferona ou glatirâmer, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS.

O SECRETÁRIO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INSUMOS ESTRATÉGICOS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, no uso de suas atribuições legais e com base nos termos dos art. 20 e art. 23 do Decreto 7.646, de 21 de dezembro de 2011, resolve:

Art. 1º Fica não incorporado o alentuzumabe no tratamento da esclerose múltipla remitente-recorrente após falha terapêutica da betainterferona ou glatirâmer no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS.

Art. 2º O relatório de recomendação da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS (CONITEC) sobre essa tecnologia estará disponível no endereço eletrônico: http://conitec.gov.br/.

Art. 3º A matéria poderá ser submetida a novo processo de avaliação pela CONITEC caso sejam apresentados fatos novos que possam alterar o resultado da análise efetuada.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCO ANTONIO DE ARAUJO FIREMAN

Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União

CORREGEDORIA-GERAL DA UNIÃO

ENUNCIADO Nº 18, DE 10 DE OUTUBRO DE 2017

O CORREGEDOR-GERAL DA UNIÃO, DO MINISTÉRIO DA TRANSPARÊNCIAM E CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO, no uso da competência que lhe conferem o artigo 14, I, do Anexo I ao Decreto nº 8.910, de 22 de novembro de 2016, c/c art. 4º, I, do Decreto nº 5.480, de 30 de junho de 2005, resolve editar o presente Enunciado, conforme proposto pela Comissão de Coordenação de Correição, em sessão realizada em 04 de julho de 2017, na forma que se segue:

A ADMISSIBILIDADE DA PROVA EMPRESTADA, ORIUNDA DE INTERCEPTAÇÃO TELEFÔNICA, NOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS SANCIONADORES.

"É lícita a utilização de interceptações telefônicas autorizadas judicialmente para fins de instrução de procedimento correcional"

ANTONIO CARLOS VASCONCELLOS NÓBREGA

ENUNCIADO Nº 19, DE 10 DE OUTUBRO DE 2017

O CORREGEDOR-GERAL DA UNIÃO, DO MINISTÉRIO DA TRANSPARÊNCIA E CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO, no uso da competência que lhe conferem o artigo 14, I, do Anexo I ao Decreto nº 8.910, de 22 de novembro de 2016, c/c art. 4º, I, do Decreto nº 5.480, de 30 de junho de 2005, resolve editar o presente Enunciado, conforme proposto pela Comissão de Coordenação de Correição, em sessão realizada em 04 de julho de 2017, na forma que se segue:

DIREITO DE ACESSO INTEGRAL AO PROCEDIMENTO CORRECIONAL POR TODOS OS ACUSADOS.

"Havendo conexão a justificar a instauração de procedimento correcional com mais de um acusado, a todos eles será garantido o acesso integral aos documentos autuados."

ANTONIO CARLOS VASCONCELLOS NÓBREGA

Ministério das Cidades

CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO

RETIFICAÇÃO

Na Resolução CONTRAN nº 689, de 27 de setembro de 2017, publicada no Diário Oficial da União - DOU nº 187, de 28 de setembro de 2017, Seção 1, página 91, onde se lê:

"Art. 19. As pessoas jurídicas interessadas em realizar a prestação de serviços de Apontamento deverão requerer seu credenciamento junto ao DENATRAN.nio ou Penhor deverão requerer seu credenciamento junto ao DENATRAN." Leia-se:

"Art. 19. As pessoas jurídicas interessadas em realizar a prestação de serviços de Apontamento deverão requerer seu credenciamento junto ao DENATRAN."

Ministério de Minas e Energia

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 395, DE 10 DE OUTUBRO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO, INTERINO, DE MINAS E ENERGIA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o que consta do Processo nº 48000.000658/2016-13, resolve:

Art. 1º A Portaria MME nº 179, de 11 de maio de 2016, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art 4º .....

.....

§ 3º Excepcionalmente, as Centrais Geradoras, definidas nos arts. 1º e 2º, não estarão sujeitas:

....." (NR)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 12 de maio de 2016.

PAULO PEDROSA

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 6.662, DE 3 DE OUTUBRO DE 2017

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processos nº 48500.003403/2004-11. Interessado: Rio Turvo Energética SPE S/A. Objeto: Transferir do Consórcio Complexo Energético do Rio Turvo para a Rio Turvo Energética SPE S/A. a autorização da PCH Ribeirão Bonito, cadastrada sob o CEG PCH.PH.PR.035098-2.01. A íntegra desta Resolução consta dos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

ROMEU DONIZETE RUFINO

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 6.663, DE 3 DE OUTUBRO DE 2017

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, Regimento Interno da ANEEL, resolve

Processos nº 48500.003420/2004-31. Interessado: Rio Turvo Energética SPE S/A. Objeto: Transferir do Consórcio Complexo Energético do Rio Turvo para a Rio Turvo Energética SPE S/A. a autorização da PCH Das Almas, cadastrada sob o CEG PCH.PH.PR.033966-0.01. A íntegra desta Resolução consta dos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

ROMEU DONIZETE RUFINO

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 6.666, DE 3 DE OUTUBRO DE 2017

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo: 48500.004814/2017-65. Interessada: ENEL Distribuição Rio. Objeto: (i) declarar de utilidade pública, em favor da Interessada, para instituição de servidão administrativa, a área de terra necessária à passagem da Linha de Distribuição 138 kV LT Derivação - Frade. A íntegra desta Resolução e seu Anexo consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ROMEU DONIZETE RUFINO

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 6.667, DE 3 DE OUTUBRO DE 2017

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo: 48500.004815/2017-18. Interessada: Celg Distribuição S.A. - Celg D Objeto: Declarar de utilidade pública, para instituir servidão administrativa, a área necessária à passagem da Linha de Distribuição 13,8 kV Estrutura Derivação - Estrutura Monofásica, com 1,49 Km, circuito simples, faixa de 6 metros de largura, interligando a instalação Estrutura de Derivação à Estrutura Monofásica, localizada no município da Cidade Ocidental, estado de Goiás. A íntegra desta Resolução e seu Anexo consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ROMEU DONIZETE RUFINO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017101100093

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RESOLUÇÃO HOMOLOGATÓRIA Nº 2.312, DE 10 DE OUTUBRO DE 2017

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processos nºs: 48500.000247/2017-78, 48500.000248/2017-12, 48500.000275/2017-95, 48500.000276/2017-30, 48500.000279/2017-73 e 48500.000257/2017-11. Interessados: Cooperativa de Eletrificação Rural Anita Garibaldi Ltda. - Cergal, Cooperativa de Eletricidade de Gravatal - Cergral, Cooperativa Pioneira de Eletrificação - Coopera, Cooperativa Energética Cocal - Coopercocal, Cooperativa Regional Sul de Eletrificação Rural - Coorsel e Cooperativa de Eletricidade de Grão Pará - Cergapa, Celesc Distribuição S.A - Celesc-Dis, Empresa Força e Luz Urussanga Ltda. - Eflul, Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, concessionárias e permissionárias de distribuição, consumidores, usuários e agentes do Setor. Objeto: Prorroga a vigência das Tarifas de Uso dos Sistemas de Distribuição - TUSD e das Tarifas de Energia - TE de Permissionárias do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica, e dá outras providências. A íntegra desta Resolução e de seus anexos estão juntados aos autos e disponíveis no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

ROMEU DONIZETE RUFINO

PORTARIA Nº 4.766, DE 3 DE OUTUBRO DE 2017

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA-ANEEL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso IV do art. 16 do Anexo à Portaria MME nº 349, de 28 de novembro de 1997, e conforme deliberação da Diretoria, considerando o disposto no art. 14 da Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre gestão de recursos humanos das Agências Reguladoras e dá outras providências, e o constante nos autos do processo nº. 48500.005986/2005-23, resolve:

Art. 1º Fixar a distribuição dos quantitativos de cargos comissionados da ANEEL, conforme quadro abaixo:

QUADRO DEMONSTRATIVO DOS CARGOS COMISSIONADOS		
CARGO COMISSIONADO DE	CÓDIGO	QUANTITATIVO
DIREÇÃO	CD I CD II	01 04
GERÊNCIA EXECUTIVA	CGE I CGE II CGE III CGE IV	21 01 19 07
ASSESSORIA	CA I CA II CA III	15 03 18
ASSISTÊNCIA	CAS II	02
TÉCNICO	CCT V CCT IV CCT III CCT II CCT I	09 81 01 43 50

Art. 2º O custo total dos cargos comissionados, com as alterações, passa a ser de R$ 1.257.942,53 (um milhão, duzentos e cinquenta e sete mil, novecentos e quarenta e dois reais, cinquenta e três centavos), inferior ao valor de R$ 1.258.479,39 (um milhão, duzentos e cinquenta e oito mil, quatrocentos e setenta e nove reais e trinta e nove centavos) definido pela Lei nº 9.986/2000.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROMEU DONIZETE RUFINO

DESPACHOS DO DIRETOR-GERAL
Em 3 de outubro de 2017

Nº 3.373 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista a deliberação da Diretoria, e o que consta do Processo nº 48500.003591/2015-57, decide (i) conhecer do Recurso Administrativo interposto pela Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf em face ao Auto de Infração 56/2017, lavrado pela Superintendência de Fiscalização dos Serviços de Eletricidade - SFE, que aplicou penalidade de multa em decorrência dos problemas de gestão da manutenção identificados nas Subestações Fortaleza e Fortaleza II, para, no mérito, negar-lhe provimento; e (ii) manter a penalidade de multa aplicada em sede de juízo de reconsideração pela SFE no valor de R$ 448.400,34 (quatrocentos e quarenta e oito mil, quatrocentos reais e trinta e quatro centavos), valor esse que deverá ser recolhido em conformidade com a legislação vigente.

Nº 3.374 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista a deliberação da Diretoria, e o que consta do Processo 48500.002070/2017-44, decide (i) conhecer do recurso administrativo interposto pela Companhia de Bebidas das Américas - Ambev em face do Despacho 88/2017, emitido pela Superintendência de Gestão Tarifária - SGT, para no mérito negar-lhe provimento e, por conseguinte, (ii) ratificar o valor anual da Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE, relativo ao exercício de 2017, fixado pelo referido Despacho.

Nº 3.375 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista a deliberação da Diretoria, e o que consta do Processo nº 48500.004041/2016-36, decide: (i) não conhecer do Recurso Administrativo interposto pela Tijolaria União Ltda., em face do Despacho 327, de 10 de julho de 2017, emitido pela Superintendência de Mediação Administrativa, Ouvidoria Setorial e Participação Pública - SMA, referente ao faturamento da unidade consumidora, por ser intempestivo; e, por conseguinte, (ii) manter a decisão proferida pela Superintendência de Mediação Administrativa, Ouvidoria Setorial e Participação Pública - SMA.

Nº 3.380 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista a deliberação da Diretoria, e o que consta do Processo nº 48500.005164/2013-41, decide: (i) conhecer do Recurso Administrativo interposto pelas Centrais Elétricas de Rondônia S.A. - Ceron em face do Auto de Infração 66/2016, lavrado pela Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira - SFF, que aplicou a penalidade de multa em decorrência de não conformidades registradas em ação fiscalizadora, para, no mérito, negar-lhe provimento; e (ii) manter a penalidade de multa no valor de no valor de R$ 1.024.557,45 (um milhão, vinte e quatro mil, quinhentos e cinquenta e sete reais e quarenta e cinco centavos, valor esse que deverá ser recolhido em conformidade com a legislação vigente.

ROMEU DONIZETE RUFINO

DESPACHO DO DIRETOR
Em 5 de outubro de 2017

Nº 3.392 - O DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, e tendo em vista o que consta do Processo 48500.003929/2016-51, decide indeferir a pedido formulado pela Boa Vista Energética S.A., que visava a Declaração de Utilidade Pública, para fins de desapropriação, das áreas de terra necessárias à implantação da Pequena Central Hidrelétrica - PCH Boa Vista, localizada nos municípios de Lages e São Joaquim, estado de Santa Catarina, para, no mérito, negar-lhe provimento.

JOSÉ JURHOSA JUNIOR

AUDITORIA INTERNA

DESPACHO DO GERENTE
Em 9 de outubro de 2017

Nº 3.411- O GERENTE EXECUTIVO DA AUDITORIA INTERNA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA ANEEL, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria nº 1.264, de 18 de maio de 2009, e considerando o que consta do processo nº 48500.004551/2007-12, resolve indicar a servidora MARIA GREISIMARE GOULART, como responsável pela realização de "Pedido de Vistas e Cópias" dos processos relacionados à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, junto nos Órgão de Controle Externo e Interno da Administração Pública Federal, em especial o Tribunal de Contas da União - TCU, a Controladoria-Geral da União - CGU e a Secretaria Federal de Controle Externo - SFC.

JOSÉ RENATO PINTO DA FONSECA

SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 10 de outubro de 2017

Nº 2.094. Processo nº 48500.003230/2010-04. Interessado: Valter Materiais de Construção Ltda. Decisão: (i) revogar o Despacho nº 2.719/2010 e o Despacho nº 853/2013, que conferiram, respectivamente, o Registro Ativo para o desenvolvimento de Projeto Básico para implantação e exploração da PCH Silveira I, localizada no rio Silveira, no estado do Rio Grande do Sul, e o correspondente Aceite ao referido projeto; e (ii) devolver a garantia de registro aportada na ANEEL. A íntegra deste Despacho consta dos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

Em 9 de outubro de 2017

Nº 3.408. Processo nº 48500.003771/2011-13. Interessados: FR Incorporadora Ltda., CELG Geração e Transmissão S.A., EDP - Grupo Energest S.A. e Construtora Queiroz Galvão S.A. Decisão: homologar os parâmetros necessários ao cálculo da Garantia Física da PCH Ari Franco, CEG PCH.PH.GO.037204-8.01, localizada no rio Claro, integrante da sub-bacia 60, na bacia hidrográfica do rio Paraná, nos municípios de Aparecido do Rio Doce (Barragem) e Caçu (Casa de Força), no estado de Goiás. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

Em 10 de outubro de 2017

Nº 3.412 Processo nº 48500.001627/2015-68. Interessado: Central Geradora Fotovoltaica Bom Nome Ltda. Decisão: Alterar o Despacho de Recebimento do Requerimento de Outorga (DRO) nº 3.073, de 20 de setembro de 2017, referente à UFV Bom Nome I, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) n° UFV.RS.PE.033780-3.01, a fim de contemplar a alteração da Potência Instalada, de 29.700 kW para 29.725 kW.

Nº 3.413 Processo nº 48500.001687/2015-81. Interessado: Central Geradora Fotovoltaica Bom Nome Ltda. Decisão: Alterar o Despacho de Recebimento do Requerimento de Outorga (DRO) nº 2.947, de 13 de setembro de 2017, referente à UFV Bom Nome II, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) n° UFV.RS.PE.033779-0.01, a fim de contemplar a alteração da Potência Instalada, de 29.700 kW para 29.725 kW.

Nº 3.414 Processo nº 48500.001626/2015-13. Interessado: Central Geradora Fotovoltaica Bom Nome Ltda. Decisão: Alterar o Despacho de Recebimento do Requerimento de Outorga (DRO) nº 2.948, de 13 de setembro de 2017, referente à UFV Bom Nome III, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) n° UFV.RS.PE.033819-2.01, a fim de contemplar a alteração da Potência Instalada, de 29.700 kW para 29.725 kW.

Nº 3.415 Processo nº 48500.001734/2015-96. Interessado: Central Geradora Fotovoltaica Bom Nome Ltda. Decisão: Alterar o Despacho de Recebimento do Requerimento de Outorga (DRO) nº 2.949, de 13 de setembro de 2017, referente à UFV Bom Nome IV, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) n° UFV.RS.PE.033820-6.01, a fim de contemplar a alteração da Potência Instalada, de 29.700 kW para 29.725 kW.

Nº 3.416 Processo nº 48500.001688/2015-25. Interessado: Central Geradora Fotovoltaica Bom Nome Ltda. Decisão: Alterar o Despacho de Recebimento do Requerimento de Outorga (DRO) nº 2.967, de 15 de setembro de 2017, referente à UFV Bom Nome V, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) n° UFV.RS.PE.033821-4.01, a fim de contemplar a alteração da Potência Instalada, de 29.700 kW para 29.725 kW.

Nº 3.417 Processo nº 48500.002749/2015-71. Interessado: Central Geradora Fotovoltaica Bom Nome Ltda. Decisão: Alterar o Despacho de Recebimento do Requerimento de Outorga (DRO) nº 2.534, de 21 de setembro de 2016, c/c o Despacho nº 2.968, de 15 de setembro de 2017, referente à UFV Bom Nome VI, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) n° UFV.RS.PE.034146-0.01, a fim de contemplar a alteração da Potência Instalada, de 29.700 kW para 29.725 kW.

Nº 3.418 Processo nº 48500.002753/2015-30. Interessado: Central Geradora Fotovoltaica Bom Nome Ltda. Decisão: Alterar o Despacho de Recebimento do Requerimento de Outorga (DRO) nº 2.535, de 21 de setembro de 2016, c/c o Despacho nº 2.950, de 13 de setembro de 2017, referente à UFV Bom Nome VII, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) n° UFV.RS.PE.034147-9.01, a fim de contemplar a alteração da Potência Instalada, de 29.700 kW para 29.725 kW.

Nº 3.419 Processo nº 48500.002746/2015-38. Interessado: Central Geradora Fotovoltaica Bom Nome Ltda. Decisão: Alterar o Despacho de Recebimento do Requerimento de Outorga (DRO) nº 2.536, de 21 de setembro de 2016, c/c o Despacho nº 2.969, de 15 de setembro de 2017, referente à UFV Bom Nome VIII, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) n° UFV.RS.PE.034148-7.01, a fim de contemplar a alteração da Potência Instalada, de 29.700 kW para 29.725 kW.

Nº 3.420 Processo nº 48500.002748/2015-27. Interessado: Central Geradora Fotovoltaica Bom Nome Ltda. Decisão: Alterar o Despacho de Recebimento do Requerimento de Outorga (DRO) nº 2.537, de 21 de setembro de 2016, c/c o Despacho nº 2.951, de 13 de setembro de 2017, referente à UFV Bom Nome IX, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) n° UFV.RS.PE.034149-5.01, a fim de contemplar a alteração da Potência Instalada, de 29.700 kW para 29.725 kW.

Nº 3.421 Processo nº 48500.002747/2015-82. Interessado: Central Geradora Fotovoltaica Bom Nome Ltda. Decisão: Alterar o Despacho de Recebimento do Requerimento de Outorga (DRO) nº 2.538, de 21 de setembro de 2016, c/c o Despacho nº 2.970, de 15 de setembro de 2017, referente à UFV Bom Nome X, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) n° UFV.RS.PE.034150-9.01, a fim de contemplar a alteração da Potência Instalada, de 29.700 kW para 29.725 kW.

Nº 3.422 Processo nº 48500.002784/2015-91. Interessado: Central Geradora Fotovoltaica Bom Nome Ltda. Decisão: Alterar o Despacho de Recebimento do Requerimento de Outorga (DRO) nº 2.539, de 21 de setembro de 2016, c/c o Despacho nº 2.952, de 13 de setembro de 2017, referente à UFV Bom Nome XI, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) n° UFV.RS.PE.034151-7.01, a fim de contemplar a alteração da Potência Instalada, de 29.700 kW para 29.725 kW.

Nº 3.423 Processo nº 48500.003437/2016-66. Interessado: Central Geradora Fotovoltaica Bom Nome Ltda. Decisão: Alterar o Despacho de Recebimento do Requerimento de Outorga (DRO) nº 2.540, de 21 de setembro de 2016, c/c o Despacho nº 2.971, de 15 de setembro de 2017, referente à UFV Bom Nome XII, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) n° UFV.RS.PE.036957-8.01, a fim de contemplar a alteração da Potência Instalada, de 29.700 kW para 29.725 kW.

Nº 3.424 Processo nº 48500.003432/2016-33. Interessado: Central Geradora Fotovoltaica Bom Nome Ltda. Decisão: Alterar o Despacho de Recebimento do Requerimento de Outorga (DRO) nº 2.541, de 21 de setembro de 2016, c/c o Despacho nº 2.972, de 15 de setembro de 2017, referente à UFV Bom Nome XIII, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) n° UFV.RS.PE.036958-6.01, a fim de contemplar a alteração da Potência Instalada, de 29.700 kW para 29.725 kW.

A íntegra destes Despachos consta dos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

HÉLVIO NEVES GUERRA

RETIFICAÇÃO

Na íntegra do Despacho nº 3.174, de 25 de setembro de 2017, constante no Processo nº 48500.005481/2010-89, publicado em resumo no DOU de 27 de setembro de 2017, seção 1, página 70, vol. 154, nº. 186, na tabela constante de seu Anexo, que foi disponibilizada no endereço eletrônico http://www.aneel.gov.br/biblioteca/, retificar os valores da série de vazões médias mensais informados para a PCH Galera, onde se lê:

Tabela 2 - Série de vazões médias mensais naturais afluentes à PCH Galera (*) (m^3/s)

Ano	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
1931	4,55	4,02	4,15	3,92	3,5	3,2	3,19	3,16	3,12	3,23	3,41	3,45
1932	3,59	3,9	4,44	3,34	3,3	3,1	3,12	3,12	2,99	3,06	3,04	3,04
1933	4,04	4,04	3,61	3,77	2,98	2,98	2,95	2,91	2,92	2,9	2,99	3,7
1934	3,75	4,28	4,27	3,8	3,04	3,05	3,01	3,01	3,13	3,02	3,13	3,59
1935	5,37	3,81	5,17	4,03	3,36	3,23	3,22	3,17	3,13	3,25	3,23	3,57
1936	3,51	5,08	3,64	3,52	3,14	3,1	3,07	3,02	2,99	2,91	2,92	2,89
1937	3,21	3,1	3,87	3,62	2,83	2,87	2,76	2,73	2,73	2,81	2,74	3,74
1938	4,86	3,85	3,6	3,19	3,05	2,89	2,87	2,83	2,79	3,1	3,08	3,37
1939	3,33	3,81	3,52	3,15	2,89	2,95	2,88	2,76	2,79	2,8	3,11	3,45
1940	4,4	5,05	5,92	4,59	3,51	3,22	3,24	3,2	3,19	3,2	3,5	3,39
1941	3,83	4,54	5,48	3,46	3,41	3,24	3,23	3,33	3,18	3,54	3,48	3,95
1942	4,33	4,57	4,55	5,07	3,57	3,42	3,4	3,36	3,4	3,56	3,79	3,45
1943	4,44	4,41	4,72	4,44	3,4	3,4	3,38	3,33	3,35	3,66	3,76	3,82
1944	3,55	4,15	4,19	3,47	3,22	3,24	3,17	3,12	3,09	3,13	3,32	3,28
1945	4,01	4,73	5,45	4,5	3,64	3,27	3,28	3,25	3,24	3,29	3,61	4
1946	3,75	5,36	4,8	3,56	4,11	3,35	3,42	3,32	3,27	3,31	3,6	3,78
1947	5,15	4,84	5,44	4,25	3,67	3,49	3,47	3,42	3,38	3,51	3,55	4,04
1948	3,93	4,54	4,3	3,73	3,37	3,32	3,36	3,23	3,32	3,29	3,54	6,05
1949	5,44	5,66	4,92	4,13	3,7	3,73	3,58	3,53	3,47	3,73	3,52	4,39
1950	5,55	4,84	5,62	3,99	3,64	3,63	3,6	3,53	3,46	3,55	3,63	4,6
1951	4,76	4,83	7,42	3,76	4,26	3,74	3,68	3,64	3,62	3,56	3,77	3,78
1952	4,17	4,28	4,29	4,15	3,4	3,41	3,37	3,31	3,25	3,21	3,26	3,55
1953	3,69	4,1	4,96	3,3	3,3	3,15	3,13	3,08	3,15	3,21	3,13	3,45
1954	3,8	4,57	5,35	3,32	3,25	3,2	3,14	3,09	3,1	3,07	3,42	3,26
1955	4,42	3,64	5,17	3,52	3,38	3,18	3,13	3,09	3,03	3,03	2,98	3,5
1956	3,44	3,98	3,54	3,89	3,39	3,18	2,99	2,98	3,08	2,99	3,93	4,12
1957	4,16	4,97	4,38	3,86	3,29	3,33	3,23	3,22	3,32	3,22	3,35	3,87
1958	4,38	3,98	4,27	4,12	3,35	3,24	3,27	3,17	3,15	3,18	3,4	4,03
1959	5,95	4,6	5,83	3,91	3,57	3,49	3,47	3,4	3,33	3,31	3,92	4,33
1960	4,98	5,25	4,46	4,24	3,56	3,51	3,48	3,43	3,36	3,44	3,49	3,88
1961	4,88	4,18	4,49	3,91	3,51	3,37	3,34	3,31	3,23	3,27	3,27	3,84
1962	4,58	4,75	3,42	3,93	3,27	3,25	3,19	3,16	3,18	3,16	3,16	3,9
1963	4,09	5,04	3,81	3,84	3,2	3,19	3,16	3,11	3,1	3,01	3,12	3,03
1964	3,59	3,5	3,59	2,93	2,99	2,83	2,8	2,75	2,7	2,85	3,3	3,25
1965	3,86	3,74	4,35	4,23	3	2,96	2,96	2,92	2,94	3,42	3,62	3,46
1966	3,89	3,63	3,72	3,27	3,24	3,24	2,97	2,98	2,91	3,1	2,88	3,19
1967	3,2	3,38	3,37	3,05	2,82	2,78	2,72	2,69	2,66	2,69	2,77	2,76
1968	2,89	3,76	3,01	2,8	2,57	2,56	2,53	2,53	2,47	2,53	2,48	2,87
1969	2,9	2,82	2,91	2,75	2,46	2,41	2,37	2,33	2,34	2,45	2,63	2,84
1970	2,99	3,33	3,24	2,86	2,63	2,47	2,45	2,43	2,43	2,5	2,49	2,59
1971	2,77	3,04	3,28	2,8	2,55	2,41	2,42	2,38	2,46	2,54	2,43	2,59
1972	2,95	3,43	3,35	3,09	2,65	2,55	2,53	2,63	2,5	2,62	2,75	3,19
1973	3,48	3,44	3,77	2,73	2,78	2,66	2,62	2,59	2,61	2,6	2,81	3,7
1974	3,74	3,98	3,56	3,35	2,94	2,8	2,78	2,78	2,73	2,76	2,83	3,51
1975	3,35	3,9	4,58	3,6	3,01	2,89	2,94	2,89	2,83	2,92	3,05	3,37
1976	3,67	4,1	4,07	3,63	3,19	3	2,95	2,92	2,97	2,99	3,2	3,58
1977	3,81	3,75	3,66	3,28	3,47	3,1	2,95	2,96	3,05	3,05	3,17	3,58
1978	3,89	4,26	3,47	3,92	3,6	3,04	3,1	3,02	3,03	3,15	3,29	3,88
1979	4,76	4,26	4,68	4	3,48	3,24	3,27	3,25	3,28	3,19	3,27	3,52
1980	3,85	4,44	4,23	3,59	3,37	3,22	3,15	3,11	3,21	3,14	3,27	3,67
1981	4,51	4,1	4,5	3,53	3,2	3,26	3,14	3,12	3,1	3,21	3,44	3,62
1982	4,03	4,43	4,72	3,81	3,34	3,22	3,21	3,23	3,21	3,27	3,35	3,61
1983	4,11	3,72	3,96	3,53	3,47	3,13	3,1	3,05	3,02	3,14	3,23	3,64
1984	3,64	3,48	4,08	3,86	3,11	3,02	3	3,02	2,97	3,13	3,17	3,39
1985	3,77	3,69	4,04	3,87	3,09	3,02	3,02	2,97	2,98	3,07	3,08	3,2
1986	3,79	3,8	4,11	3,31	3,38	2,97	2,96	3,01	2,95	2,89	2,98	3,21
1987	3,31	3,27	3,46	3,29	2,85	2,85	2,75	2,71	2,68	2,74	2,92	3,34
1988	3,75	4,08	4,45	3,83	3,07	2,93	2,92	2,89	2,84	2,85	2,92	3,16
1989	3,68	3,81	3,77	3,68	2,95	2,97	2,97	2,95	2,82	2,85	2,92	3,06
1990	3,38	3,59	4,11	3,4	3,09	2,92	2,86	2,87	2,95	3,05	3,01	3,61
1991	3,64	3,48	4,08	3,86	3,11	3,02	3	3,02	2,97	3,13	3,17	3,39
1992	3,77	3,69	4,04	3,87	3,09	3,02	3,02	2,97	2,98	3,07	3,08	3,2
1993	3,79	3,8	4,11	3,31	3,38	2,97	2,96	3,01	2,95	2,89	2,98	3,21
1994	3,31	3,27	3,46	3,29	2,85	2,85	2,75	2,71	2,68	2,74	2,92	3,34
1995	3,75	4,08	4,45	3,83	3,07	2,93	2,92	2,89	2,84	2,85	2,92	3,16
1996	3,68	3,81	3,77	3,68	2,95	2,97	2,97	2,95	2,82	2,85	2,92	3,06
1997	3,47	3,81	4,21	3,61	3,08	3,05	2,93	2,92	2,98	2,87	3,02	3,02
1998	3,93	4,01	4,01	3,31	3,07	2,92	2,9	2,95	2,92	2,89	3,41	3,27
1999	3,91	4,05	4,18	3,56	3,16	3,03	3	2,97	2,96	2,95	3,23	3,81
2000	3,54	3,84	5,08	3,38	3,02	3,05	3,07	3	3,06	3,09	3,07	3,02
2001	3,71	3,74	3,43	3,11	2,91	2,85	2,95	2,8	2,75	2,83	3,06	3,17
2002	2,84	3,95	3,27	2,96	2,76	2,7	2,7	2,66	2,61	2,57	2,56	3,32
2003	5,1	3,49	4,61	4,04	3,07	2,92	2,92	2,93	2,9	3,05	3,12	3,5
2004	4,09	5,14	3,18	3,39	3,5	3,05	3,01	3,04	3,04	3,02	3,06	3,33
2005	4,48	3,99	4,37	3,99	3,14	3,11	3,08	3,04	3,08	3,11	3,14	3,41
2006	3,42	4,12	4,07	4	3,2	3,03	3,03	2,99	3,03	3,14	2,98	3,19
2007	4,89	3,79	4,19	3,65	3,04	3,05	3,05	2,98	2,95	2,96	3,32	3,67
2008	4,49	4,27	5,76	3,8	3,31	3,23	3,23	3,17	3,15	3,1	3,04	3,09
2009	3,74	4,13	4,34	3,68	3,36	3,05	3,23	3,11	3,19	3,12	3,83	4,31
2010	5,93	5,24	6,74	3,79	3,58	3,55	3,52	3,47	3,46			

leia-se:

Tabela 2 - Série de vazões médias mensais naturais afluentes à PCH Galera (*) (m^3/s)

Ano	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
1931	4,60	4,10	4,30	4,20	3,80	3,60	3,60	3,60	3,60	3,90	4,10	4,00
1932	4,10	4,30	4,70	3,80	3,80	3,60	3,70	3,70	3,60	3,70	3,70	3,70
1933	4,70	4,40	4,00	4,30	3,60	3,60	3,60	3,50	3,60	3,60	3,80	4,50
1934	4,30	4,60	4,60	4,30	3,70	3,70	3,70	3,70	4,00	3,90	4,00	4,50
1935	5,60	4,30	5,50	4,60	4,10	4,00	4,00	4,00	4,00	4,30	4,20	4,50
1936	4,30	5,50	4,30	4,20	3,90	3,80	3,80	3,70	3,70	3,70	3,70	3,70
1937	4,10	3,80	4,40	4,10	3,40	3,50	3,40	3,40	3,40	3,60	3,50	4,60
1938	5,00	4,30	4,20	3,90	3,80	3,60	3,60	3,60	3,60	4,20	4,00	4,20
1939	4,10	4,50	4,20	3,90	3,60	3,70	3,70	3,50	3,60	3,70	4,20	4,30
1940	4,90	5,20	5,90	5,10	4,30	4,00	4,20	4,10	4,20	4,30	4,80	4,40
1941	4,80	5,20	5,80	4,20	4,30	4,00	4,00	4,30	4,00	4,70	4,50	4,80
1942	5,00	5,10	5,10	5,60	4,30	4,20	4,20	4,20	4,30	4,60	4,80	4,30
1943	5,20	5,00	5,20	5,00	4,10	4,10	4,10	4,00	4,20	4,70	4,60	4,60
1944	4,20	4,80	4,80	4,10	3,90	3,90	3,80	3,70	3,70	3,90	4,20	4,00
1945	4,60	4,90	5,30	4,80	4,20	3,90	3,90	3,90	4,00	4,20	4,60	4,80
1946	4,40	5,60	5,20	4,20	4,80	4,00	4,20	4,00	4,00	4,20	4,60	4,60
1947	5,60	5,20	5,60	4,80	4,30	4,20	4,20	4,20	4,20	4,50	4,50	4,90
1948	4,60	5,10	4,80	4,30	4,00	4,00	4,00	3,90	4,10	4,00	4,40	6,20
1949	5,40	5,70	5,30	4,80	4,40	4,50	4,30	4,30	4,20	4,80	4,30	5,30
1950	5,80	5,20	5,80	4,60	4,30	4,30	4,30	4,20	4,10	4,50	4,50	5,30
1951	5,10	5,10	6,90	4,30	4,90	4,40	4,30	4,30	4,30	4,30	4,70	4,60
1952	4,90	4,80	4,80	4,60	3,90	3,90	3,90	3,90	3,80	3,80	4,00	4,30
1953	4,20	4,50	5,10	3,70	3,70	3,60	3,60	3,60	3,80	3,90	3,70	4,10
1954	4,30	4,80	5,30	3,80	3,80	3,80	3,70	3,70	3,80	3,80	4,30	4,00
1955	5,00	4,20	5,30	4,10	4,00	3,80	3,80	3,70	3,70	3,80	3,70	4,50
1956	4,20	4,50	4,10	4,50	4,00	3,90	3,60	3,70	3,90	3,80	4,90	4,70
1957	4,70	5,30	4,90	4,50	4,00	4,10	4,00	4,00	4,30	4,10	4,30	4,80
1958	5,00	4,60	4,90	4,80	4,10	4,00	4,00	3,90	3,90	4,00	4,40	4,90
1959	5,90	4,90	5,90	4,60	4,30	4,30	4,30	4,20	4,10	4,20	5,10	5,10
1960	5,40	5,50	5,00	4,90	4,30	4,20	4,20	4,20	4,00	4,30	4,40	4,80
1961	5,30	4,60	4,90	4,50	4,20	4,00	4,00	4,00	3,90	4,00	4,00	4,70
1962	5,00	5,00	3,90	4,50	3,90	3,90	3,80	3,80	3,90	3,90	3,90	4,70
1963	4,60	5,20	4,30	4,40	3,80	3,80	3,80	3,70	3,80	3,70	4,00	3,70
1964	4,40	4,10	4,10	3,50	3,60	3,40	3,40	3,30	3,30	3,70	4,20	3,90
1965	4,30	4,20	4,60	4,60	3,60	3,60	3,70	3,60	3,70	4,60	4,50	4,20
1966	4,60	4,30	4,40	4,00	4,00	4,00	3,70	3,70	3,70	4,10	3,70	4,10
1967	4,00	4,10	4,00	3,70	3,50	3,40	3,40	3,40	3,40	3,50	3,60	3,50
1968	3,60	4,30	3,60	3,40	3,20	3,20	3,20	3,20	3,20	3,30	3,30	3,70
1969	3,60	3,40	3,60	3,40	3,20	3,10	3,10	3,00	3,10	3,40	3,60	3,60
1970	3,70	3,90	3,90	3,60	3,40	3,30	3,30	3,30	3,30	3,50	3,40	3,60
1971	3,70	3,90	4,00	3,60	3,40	3,20	3,30	3,30	3,40	3,60	3,40	3,60
1972	3,90	4,20	4,00	3,90	3,50	3,40	3,40	3,60	3,40	3,70	3,90	4,20
1973	4,30	4,20	4,50	3,60	3,70	3,60	3,60	3,50	3,60	3,70	4,00	4,70
1974	4,50	4,60	4,30	4,20	3,90	3,70	3,70	3,70	3,70	3,80	3,90	4,60
1975	4,20	4,60	5,10	4,30	3,90	3,70	3,90	3,80	3,70	4,00	4,20	4,40
1976	4,50	4,80	4,70	4,40	4,00	3,90	3,80	3,80	3,90	4,00	4,30	4,50
1977	4,60	4,50	4,40	4,00	4,30	3,90	3,70	3,80	4,00	4,00	4,10	4,50
1978	4,60	4,80	4,20	4,60	4,30	3,80	3,90	3,80	3,90	4,20	4,30	4,80
1979	5,20	4,80	5,10	4,60	4,30	4,00	4,10	4,10	4,20	4,10	4,20	4,50
1980	4,60	5,00	4,80	4,30	4,10	3,90	3,90	3,90	4,10	4,00	4,20	4,50
1981	5,00	4,60	4,90	4,20	3,90	4,00	3,80	3,90	3,90	4,10	4,30	4,30
1982	4,60	4,80	5,10	4,40	4,00	3,90	3,90	4,00	4,00	4,20	4,20	4,50
1983	4,80	4,30	4,60	4,20	4,20	3,80	3,80	3,70	3,70	4,00	4,10	4,50
1984	4,30	4,10	4,60	4,40	3,70	3,70	3,70	3,70	3,70	4,00	4,00	4,20
1985	4,50	4,30	4,60	4,50	3,70	3,70	3,70	3,70	3,80	4,00	4,00	4,00
1986	4,50	4,40	4,60	4,00	4,10	3,70	3,70	3,80	3,80	3,70	3,90	4,20
1987	4,10	4,00	4,20	4,00	3,60	3,60	3,40	3,40	3,40	3,60	3,90	4,20
1988	4,30	4,50	4,80	4,40	3,80	3,70	3,70	3,70	3,70	3,70	3,90	4,20
1989	4,60	4,50	4,50	4,40	3,70	3,80	3,80	3,90	3,70	3,90	3,90	4,00
1990	4,20	4,30	4,80	3,80	3,90	3,70	3,60	3,70	3,90	4,00	3,90	4,50
1991	4,30	5,20	4,60	4,10	4,00	3,80	3,80	3,70	3,90	3,90	3,90	3,90
1992	4,30	4,00	4,30	4,00	3,60	3,60	3,60	3,60	3,70	4,00	4,30	4,00
1993	4,00	4,20	4,80	4,20	3,70	3,70	3,60	3,60	3,60	4,00	2,90	3,00
1994	3,10	3,70	3,30	3,70	3,20	3,00	2,90	2,70	2,60	2,80	3,20	3,30
1995	3,70	4,00	5,30	3,70	3,60	3,00	2,80	2,70	2,70	2,70	2,90	3,30
1996	3,40	3,50	5,20	4,20	3,40	3,00	2,80	2,70	2,70	2,70	3,40	3,00
1997	3,30	4,70	5,30	4,30	3,50	3,20	2,90	2,90	2,80	2,80	2,90	2,90
1998	3,10	3,70	4,50	3,80	3,10	2,90	2,70	2,80	2,70	2,90	3,20	3,50
1999	3,40	3,40	3,40	3,40	2,90	2,80	2,70	2,60	2,80	2,90	2,90	3,00
2000	3,20	3,40	4,40	3,70	3,10	2,80	2,70	2,70	2,60	2,60	3,00	3,20
2001	4,50	4,50	4,70	4,20	3,90	3,70	3,70	3,70	3,70	3,90	4,00	4,20
2002	4,40	4,50	4,60	4,20	3,90	3,80	3,70	3,70	3,70	3,40	3,60	3,70
2003	3,60	3,90	4,00	4,00	3,40	3,30	3,00	3,20	3,20	3,30	3,60	3,60
2004	3,60	3,70	3,40	3,40	3,30	3,60	3,40	3,10	3,10	3,20	3,40	3,30
2005	3,40	3,60	3,50	3,40	3,30	3,20	3,10	3,10	3,20	3,20	3,30	3,40
2006	3,60	3,90	3,70	3,70	3,30	3,30	3,20	3,20	3,20	3,60	3,30	3,80
2007	4,10	4,10	3,80	3,70	3,40	3,30	3,30	3,20	3,20	3,40	3,40	3,40
2008	3,60	3,70	3,60	3,60	3,40	3,20	3,10	3,10	3,10	3,20	3,20	3,30
2009	3,30	3,50	3,90	3,70	3,50	3,30	3,20	3,20	3,20	3,20	3,30	3,40
2010	3,40	3,70	3,70	3,60	3,30	3,20	3,10	3,10	3,10	3,10	3,30	3,20
2011	3,70	3,80	3,70	3,60	3,30	3,20	3,10	3,00	3,00	3,10	3,20	3,30
2012	3,30	3,50	3,80	3,60	3,50	3,40	3,20	3,10	3,10	3,10	3,20	3,30

A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em http://www.aneel.gov.br/biblioteca.

SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 10 de outubro de 2017

Nº 3.441. Processo nº: 48500.000103/2015-50. Interessado: Cemig Geração e Transmissão S.A. Decisão: (i) conhecer e dar provimento parcial à solicitação da empresa Cemig Geração e Transmissão S.A. para revisão do Custo Variável Unitário - CVU da UTE Igarapé, no valor de R$ 689,98/MWh (seiscentos e oitenta e nove reais e noventa e oito centavos por Megawatt-hora), a ser aplicado pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS a partir da próxima revisão do Programa Mensal de Operação - PMO após a publicação deste Despacho; (ii) autorizar o ONS a utilizar, para a programação de despacho por razão elétrica, os CVUs relacionados na tabela anexa quando a UTE Igarapé operar em carga reduzida; (iii) determinar ao ONS que informe à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, para a devida contabilização dos valores, a potência, os montantes de geração e o período do despacho, quando utilizar quaisquer dos CVUs autorizados no item "ii. A íntegra deste Despacho (e seus anexos) consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

Nº 3.442 - O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições delegadas por meio da Portaria nº 4.163, de 30 de agosto de 2016, e tendo em vista o que consta no Processo nº 48500.000326/2016-06, decide: (i) conhecer do requerimento administrativo formulado pela Petrobrás para que a SRG oriente a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE a aplicar a modelagem definida no Despacho n° 387, de 16 de fevereiro de 2016, para qualquer tipo de despacho de usinas pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, inclusive nos casos de as usinas termelétricas - UTEs Barbosa Lima Sobrinho, Euzébio Rocha, Governador Leonel Brizola e Luiz Carlos Prestes estarem despachadas por segurança energética, por restrição de operação ou quando houver parcelas da mesma usina com diferentes titulações de despacho, para, no mérito, negar-lhe provimento; e (ii) determinar à CCEE que, para as UTEs Barbosa Lima Sobrinho, Euzébio Rocha, Governador Leonel Brizola e Luis Carlos Prestes, promova a alocação a energia gerada da seguinte forma: (a) no caso de despacho fora da ordem de mérito e a UTE possuir inflexibilidade contratual: utilizar as informações de geração em base horária de cada parcela da usina encaminhadas pelo ONS para proporcionalizar a energia medida na CCEE entre cada parcela da usina; (b) no caso de despacho fora da ordem de mérito e a UTE não possuir inflexibilidade contratual: alocar a energia medida na CCEE até o limite da potência instalada de cada uma das parcelas, seguindo a ordem crescente de CVU; e (c) no caso de ao menos uma parcela da UTE ser despachada no mérito de custo: aplicar as disposições do Despacho n° 387, de 16 de fevereiro de 2016.

CHRISTIANO VIEIRA DA SILVA

SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSMISSÃO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 9 de outubro de 2017

Nº 3.409 - O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSMISSÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições que lhe foram delegadas por meio da Portaria nº 3.924, de 29 de março de 2016, tendo em vista o que consta do Processo nº 48500.002198/2016-00, decide indeferir o pedido da Rio Grande Energia - RGE, mantendo a cobrança da Parcela de Ineficiência por Ultrapassagem - PIU, no ponto de conexão Santo Ângelo 2 - 69 kV, apurada em fevereiro de 2016.

JOSÉ MOISÉS MACHADO DA SILVA

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS

DIRETORIA I

SUPERINTENDÊNCIA DE PRODUÇÃO DE COMBUSTÍVEIS

AUTORIZAÇÃO Nº 665, DE 10 DE OUTUBRO DE 2017

A SUPERINTENDENTE ADJUNTA DE PRODUÇÃO DE COMBUSTÍVEIS da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 359, de 10 de dezembro de 2012, e Portaria ANP nº 80, de 14 de fevereiro de 2017, e de acordo com a Resolução ANP nº 26, de 30 de agosto de 2012, tendo em vista o que consta do Processo ANP nº 48610.014478/2012-15, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica autorizada a operação da planta produtora de etanol da RAÍZEN ENERGIA S.A., CNPJ nº 08.070.508/0120-01, com capacidade de produção de 320 m³/dia de etanol hidratado, localizada na Rodovia Comendador Américo Emílio Romi, KM 13,5, s/n - Zona Rural - Capivari - SP, respeitadas as exigências ambientais e de segurança em vigor, de acordo com a Resolução ANP nº 26/2012.

Art. 2º Fica a empresa obrigada a atender ao prazo estabelecido na Resolução ANP nº 26/2012 ou outra que venha substituí-la, referente à regularização no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público (Cadin) e apresentação das certidões negativas de débitos perante as fazendas federal, estadual e municipal, sob pena de cancelamento ou revogação desta autorização.

Art. 3º Fica revogada a Autorização ANP nº 214, de 05/03/2013, publicada no DOU de 06/03/2013.

Art. 4º Esta autorização entra em vigor na data de sua publicação.

ROSÂNGELA MOREIRA DE ARAUJO

AUTORIZAÇÃO Nº 666, DE 10 DE OUTUBRO DE 2017

A SUPERINTENDENTE ADJUNTA DE PRODUÇÃO DE COMBUSTÍVEIS da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 359, de 10 de dezembro de 2012, e Portaria ANP nº 80, de 14 de fevereiro de 2017, e de acordo com a Resolução ANP nº 26, de 30 de agosto de 2012, tendo em vista o que consta do Processo ANP nº 48610.007759/2013-94, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica autorizada a operação da planta produtora de etanol da IMCOPA - IMPORTAÇÃO, EXPORTAÇÃO E INDÚSTRIA DE ÓLEOS S.A., CNPJ nº 78.571.411/0001-24, com capacidade de produção de 10 m³/dia de etanol hidratado, localizada na Avenida das Araucárias, n° 5899, Chapada, Araucária - PR, respeitadas as exigências ambientais e de segurança em vigor, de acordo com a Resolução ANP nº 26/2012, em cumprimento à decisão judicial proferida em processo de recuperação judicial nº 0000155-53.2013.8.16.0025.

Art. 2º Fica revogada a Autorização ANP nº 752, de 01/10/2013, publicada no DOU de 02/10/2013.

Art. 3º Esta autorização entra em vigor na data de sua publicação.

ROSÂNGELA MOREIRA DE ARAÚJO

SUPERINTENDÊNCIA DE ABASTECIMENTO

DESPACHOS DA SUPERINTENDENTE
Em 10 de outubro de 2017

Nº 1.185 - A SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, com fundamento no art. 19, II, "b" e "f", da Resolução ANP n° 17, de 18/06/2009 e no que consta no Processo Administrativo ANP nº 48610.007020/2017-14, torna pública a revogação da Autorização ANP nº 97/2014 para o exercício da atividade de importação de óleo lubrificante acabado, concedida à sociedade CHICAGO PNEUMATIC BRASIL LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 51.609.568/0001-45. Revogam-se as disposições em contrário.

Nº 1.186 - A SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, com fundamento no art. 41, II, "g", "h" e "i" da Resolução ANP n° 58, de 20/10/2014 e no que consta no Processo Administrativo ANP nº 48610.011195/2015-56, torna pública a revogação da Autorização ANP nº 502/2010 para o exercício da atividade de distribuição de combustíveis líquidos, concedida à sociedade SL DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 61.440.517/0001-96. Revogam-se as disposições em contrário.

Nº 1.187 - A SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.° 92, de 26 de maio de 2004, com fundamento no artigo 19, inciso II, alíneas "b" e "f" da Resolução ANP n° 17/2009 e no que consta do Processo Administrativo ANP nº 48610.007011/2017-15, torna pública a revogação da Autorização ANP n° 186/2012 para o exercício da atividade de importação de óleo lubrificante industrial acabado, concedida à VML COMERCIAL IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA., inscrita no CNPJ sob o n° 08.937.537/0001-94, localizada à Avenida Talma Rodrigues Ribeiro, nº 1251 - Sala 08 - Portal de Jacaraipe - Serra/ES - CEP 29.173-795.

Nº 1.188 - A SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.° 92, de 26 de maio de 2004, com fundamento nos artigos 25, inciso II, alínea "e" da Resolução ANP n° 08/2007 e no que consta do Processo Administrativo ANP nº 48610.004281/2017-74, torna pública a revogação da Autorização ANP nº 293/2007 para o exercício da atividade de Transportador Revendedor Retalhista, bem como a Autorização de Operação ANP nº 247/2004 concedidas à TRANSHONORIO DIESEL LTDA, inscrita no CNPJ sob o n° 37.369.725/0001-61, localizada à Avenida Clovis Rodrigo do Vale, nº 540, Vila Esplanada, Goiatuba/GO - CEP: 75600-000. Revogam-se as disposições em contrário.

Nº 1.189 - A SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.° 92, de 26 de maio de 2004, com fundamento no artigo 25, inciso II, alínea "b" da Resolução ANP n° 08/2007 e no que consta do Processo Administrativo ANP nº 48610.007139/2017-89, torna pública a revogação da Autorização ANP nº 188/2010 para o exercício da atividade de transportador revendedor retalhista, bem como a Autorização de Operação ANP nº 187/2010 concedidas à VPI REVENDEDORA DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA, inscrita no CNPJ sob o n° 01.485.100/0001-18, localizada à Rodovia dos Inconfidentes, S/N°, Cachoeira do Campo, Ouro Preto/MG - CEP: 35.400-000. Revogam-se as disposições em contrário.

Nº 1.190 - A SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.° 92, de 26 de maio de 2004, com fundamento no artigo 19, inciso II, alíneas "b" e "f" da Resolução ANP n° 17/2009 e no que consta do Processo Administrativo ANP nº 48610.007015/2017-01, torna público a revogação da Autorização ANP nº 553/2011 para o exercício da atividade de importação de óleo lubrificante industrial acabado, concedida à TERRA NOVA TRADING LTDA, inscrita no CNPJ sob o n° 39.828.926/0001-05, localizada à Avenida Cem, s/nº - Módulos 10 a 16, Quadra 01, Conjunto 63 - Tims, Serra/ES - CEP: 29.161-384.

MARIA INÊS SOUZA

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL

DESPACHO DO DIRETOR GERAL
RELAÇÃO Nº 24/2017

Fase de Requerimento de Pesquisa

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)

7561/2017-872.924/2015-DILERMANDO MOREIRA DE BRITO ME-

7562/2017-873.020/2015-BAMBUI SERVIÇOS DE PESQUISA EM MINERAÇÃO LTDA ME-

7563/2017-870.323/2016-GUSTAVO WILLIAM OLIVEIRA DA COSTA-

7564/2017-870.856/2016-CONSTRUTORA GETEL LTDA-

7565/2017-870.275/2017-FLORY NONATO DOS SANTOS-

7566/2017-870.713/2017-MAXGRAN GRANITO LTDA ME-

7567/2017-870.716/2017-R E 17 MINERAÇÃO, PESQUISAS MINERAIS E PARTICIPAÇÕES LTDA-

7568/2017-870.718/2017-PAVÃO ROCHAS ORNAMENTAIS LTDA.-

7569/2017-870.719/2017-PAVÃO ROCHAS ORNAMENTAIS LTDA.-

7570/2017-870.720/2017-PAVÃO ROCHAS ORNAMENTAIS LTDA.-

7571/2017-870.721/2017-PAVÃO ROCHAS ORNAMENTAIS LTDA.-

7572/2017-870.722/2017-PAVÃO ROCHAS ORNAMENTAIS LTDA.-

7573/2017-870.723/2017-PAVÃO ROCHAS ORNAMENTAIS LTDA.-

7574/2017-870.724/2017-PAVÃO ROCHAS ORNAMENTAIS LTDA.-

7575/2017-870.725/2017-PAVÃO ROCHAS ORNAMENTAIS LTDA.-

7576/2017-870.726/2017-PAVÃO ROCHAS ORNAMENTAIS LTDA.-

7577/2017-870.727/2017-PAVÃO ROCHAS ORNAMENTAIS LTDA.-

7578/2017-870.757/2017-MAXGRAN GRANITO LTDA ME-

7579/2017-870.759/2017-ARATU CONSTRUÇÕES E PROJETOS LTDA-

7580/2017-870.761/2017-PREDOMINIO EXTRACAO,BENEFICIAMENTO,COM. E TRANSP.DE PROD. MINERAIS LTDA ME-

7581/2017-870.768/2017-TREE STONE MINERAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA ME-

7582/2017-870.788/2017-MINERAÇÃO CASTELO LTDA-

7583/2017-870.789/2017-MINERAÇÃO CASTELO LTDA-

7584/2017-870.794/2017-GREENFIELDS MINERAÇÃO LTDA-

7585/2017-870.802/2017-ARGEU DUARTE DIAS ME-

7586/2017-870.803/2017-GRAN VALE LTDA EPP-

7587/2017-870.804/2017-GRAN VALE LTDA EPP-

7588/2017-870.930/2017-PEDREIRAS UNIÃO LTDA-

7589/2017-870.951/2017-BLUE SKY MINERAÇÃO LTDA EPP-

7590/2017-870.952/2017-BLUE SKY MINERAÇÃO LTDA EPP-

7591/2017-870.955/2017-ROZENVAN MINERAÇÃO LTDA-

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)

7592/2017-871.190/2014-ROMILTON MELO DE SOUZA-
7593/2017-871.541/2016-BRAMAR COMÉRCIO EXTERIOR LTDA EPP-
7594/2017-870.290/2017-COMPANHIA BRASILEIRA DE BENTONITA LTDA-
7595/2017-870.772/2017-SILA FLORESTAMENTO E PARTICIPAÇÕES LTDA-
7596/2017-870.773/2017-SILA FLORESTAMENTO E PARTICIPAÇÕES LTDA-
7597/2017-870.798/2017-ROCHAS SÃO FRANCISCO MINERAÇÃO LTDA. ME.-
7598/2017-870.799/2017-AILTON SEBASTIAO DA SILVA-
7599/2017-870.800/2017-AILTON SEBASTIAO DA SILVA-
7600/2017-870.948/2017-ROCHAS SÃO FRANCISCO MINERAÇÃO LTDA. ME.-
7601/2017-870.964/2017-MINERMAX ROCHAS E MINERIOS EIRELI ME-
7602/2017-871.188/2017-MIRABELA MINERAÇÃO DO BRASIL LTDA.-
7603/2017-871.189/2017-MIRABELA MINERAÇÃO DO BRASIL LTDA.-
7604/2017-871.190/2017-MIRABELA MINERAÇÃO DO BRASIL LTDA.-
7605/2017-871.191/2017-MIRABELA MINERAÇÃO DO BRASIL LTDA.-
7606/2017-871.192/2017-MIRABELA MINERAÇÃO DO BRASIL LTDA.-
7607/2017-871.193/2017-MIRABELA MINERAÇÃO DO BRASIL LTDA.-
7608/2017-871.194/2017-MIRABELA MINERAÇÃO DO BRASIL LTDA.-
7609/2017-871.195/2017-MIRABELA MINERAÇÃO DO BRASIL LTDA.-
7610/2017-871.196/2017-MIRABELA MINERAÇÃO DO BRASIL LTDA.-
7611/2017-871.197/2017-MIRABELA MINERAÇÃO DO BRASIL LTDA.-
7612/2017-871.198/2017-MIRABELA MINERAÇÃO DO BRASIL LTDA.-
7613/2017-871.199/2017-MIRABELA MINERAÇÃO DO BRASIL LTDA.-
7614/2017-871.200/2017-MIRABELA MINERAÇÃO DO BRASIL LTDA.-
7615/2017-871.201/2017-MIRABELA MINERAÇÃO DO BRASIL LTDA.-
7616/2017-871.202/2017-MIRABELA MINERAÇÃO DO BRASIL LTDA.-
7617/2017-871.203/2017-MIRABELA MINERAÇÃO DO BRASIL LTDA.-
7618/2017-871.204/2017-MIRABELA MINERAÇÃO DO BRASIL LTDA.-
7619/2017-871.205/2017-MIRABELA MINERAÇÃO DO BRASIL LTDA.-
7620/2017-871.206/2017-MIRABELA MINERAÇÃO DO BRASIL LTDA.-

RELAÇÃO Nº 83/2017

Fase de Requerimento de Pesquisa

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)

7672/2017-878.061/2017-PAULO DOS SANTOS GALVAO-
7673/2017-878.078/2017-LAN COMERCIO E TRANSPORTE LTDA - EPP-

RELAÇÃO Nº 149/2017

Fase de Requerimento de Pesquisa

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)

7621/2017-815.651/2009-LEVI DE SOUZA-

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)

7622/2017-815.295/2016-DALCI MASIERO-
7623/2017-815.137/2017-ANTONIO CARLOS DE SA RIBAS-
7624/2017-815.512/2017-TENDÊNCIA ADMINISTRADORA DE IMÓVEIS LTDA-
7625/2017-815.518/2017-STANG TRANSPORTE E COMERCIO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA. ME.-

RELAÇÃO Nº 163/2017

Fase de Requerimento de Pesquisa

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)

7635/2017-866.444/2016-A R WEBER ME-
7636/2017-866.704/2016-MURILLO BARROS DA SILVA FREIRE-
7637/2017-866.373/2017-ALBERTINHO MATOS DA SILVA-
7638/2017-866.420/2017-JOSÉ DELARICA-ME-
7639/2017-866.422/2017-TRANSMIDAL TRANSPORTES E MINERAÇÃO DALSOQUIO LDTA EPP-
7640/2017-866.451/2017-MARCIA GALON DE SOUZA-
7641/2017-866.477/2017-COPACEL INDÚSTRIA E COMERCIO DE CALCÁRIO E CEREAIS LTDA-
7642/2017-866.503/2017-JULIANO LEOMAR NICHELE-
7643/2017-866.504/2017-ROBERTO CARLOS SALGADINHO-
7644/2017-866.545/2017-LUIZ DOMINGOS AQUINO-
7645/2017-866.568/2017-PATRÍCIA APARECIDA SIMI-
7646/2017-866.569/2017-PATRÍCIA APARECIDA SIMI-
7647/2017-866.570/2017-PATRÍCIA APARECIDA SIMI-
7648/2017-866.571/2017-PATRÍCIA APARECIDA SIMI-
7649/2017-866.593/2017-JOSÉ DELARICA-ME-
7650/2017-866.747/2017-PEDREIRA VALE DO CURUA EIRELI-

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)

7651/2017-866.630/2014-JOSÉ ROBERTO ALMEIDA FERNANDES DE MELO-
7652/2017-866.685/2014-NX GOLD S.A-
7653/2017-866.442/2015-ARI GOSS OLIVEIRA-
7654/2017-866.891/2016-DAVOS COMERCIAL E EXPLORAÇÃO MINERAL LTDA-
7655/2017-866.089/2017-PROAMB GEÓLOGOS ASSOCIADOS LTDA ME-
7656/2017-866.146/2017-ELZIO DA SILVA BARBOZA-
7657/2017-866.226/2017-ANTONIO AGNALDO DO NASCIMENTO-
7658/2017-866.336/2017-PAVÃO ROCHAS ORNAMENTAIS LTDA.-
7659/2017-866.337/2017-PAVÃO ROCHAS ORNAMENTAIS LTDA.-
7660/2017-866.338/2017-PAVÃO ROCHAS ORNAMENTAIS LTDA.-
7661/2017-866.339/2017-PAVÃO ROCHAS ORNAMENTAIS LTDA.-
7662/2017-866.340/2017-PAVÃO ROCHAS ORNAMENTAIS LTDA.-
7663/2017-866.341/2017-PAVÃO ROCHAS ORNAMENTAIS LTDA.-
7664/2017-866.342/2017-PAVÃO ROCHAS ORNAMENTAIS LTDA.-
7665/2017-866.348/2017-PAVÃO ROCHAS ORNAMENTAIS LTDA.-
7666/2017-866.463/2017-OZEIAS LUIZ PEREIRA-
7667/2017-866.473/2017-DUILIO RIBEIRO BRAGA JUNIOR-
7668/2017-866.497/2017-SIDNEY OLIVEIRA LIMA-
7669/2017-866.502/2017-CRISTAL MINERADORA EIRELI EPP-
7670/2017-866.512/2017-OVIDIO JOSE BRUGNOLI-
7671/2017-866.740/2017-ALTA FLORESTA GOLD MINERAÇÃO S.A.-

RELAÇÃO Nº 171/2017

Fase de Requerimento de Pesquisa

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)

7626/2017-815.753/2016-EDSON ANTONIO NERY DE CASTRO-
7627/2017-815.377/2017-SUPREMO CIMENTOS S A-
7628/2017-815.477/2017-CERÂMICA SANTA TEREZINHA STEILEIN LTDA-
7629/2017-815.529/2017-ADAMI S. A. MADEIRAS-
7630/2017-815.537/2017-CEZAR TADEU PEREIRA JUNIOR-
7631/2017-815.542/2017-SUPREMO CIMENTOS S A-

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)

7632/2017-815.403/2017-PACOPEDRA PAVIMENTADORA E COMÉRCIO DE PEDRAS LTDA.-
7633/2017-815.527/2017-LZK CONSTRUTORA LTDA-
7634/2017-815.550/2017-MIVAL MINERAÇÃO VALE DO RIO TIJUCAS LTDA-

RELAÇÃO Nº 212/2017

Fase de Requerimento de Pesquisa

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)

7485/2017-860.715/2016-EDEM EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO EM MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA-
7486/2017-860.076/2017-BRAZ ALVES BUENO-
7487/2017-860.269/2017-THIAGO NETO DE REZENDE-
7488/2017-860.287/2017-PEDREIRA ARAGUAIA LTDA-
7489/2017-860.355/2017-HELI OVÍDIO DA SIVA-
7490/2017-860.364/2017-PEDREIRA ARAGUAIA LTDA-
7491/2017-860.368/2017-JERIBA MINERAÇÃO DE PEDRAS ORNAMENTAIS, ESTRAÇÃO, IMPORT E EXPORTAÇÃO LTDA ME-
7492/2017-860.369/2017-JERIBA MINERAÇÃO DE PEDRAS ORNAMENTAIS, ESTRAÇÃO, IMPORT E EXPORTAÇÃO LTDA ME-
7493/2017-860.378/2017-JERIBA MINERAÇÃO DE PEDRAS ORNAMENTAIS, ESTRAÇÃO, IMPORT E EXPORTAÇÃO LTDA ME-
7494/2017-860.402/2017-WILTON PEREIRA CORREA-
7495/2017-860.467/2017-PEDREIRA JARAGUÁ LTDA-
7496/2017-860.469/2017-PS ASSESSORIA E CONSULTORIA EMPRESARIAL EIRELI ME-
7497/2017-860.471/2017-CENTRO MINERAÇÃO LTDA-
7498/2017-860.476/2017-ADRIANA CRISTINA DE SOUSA-
7499/2017-860.481/2017-RICARDO PINHO LARA-
7500/2017-860.495/2017-LAZARA MARIA DAS GRAÇAS CALIXTO DA SILVA-
7501/2017-860.511/2017-VITACAL - COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA-
7502/2017-860.512/2017-COMGEO MINERAÇÃO EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA-
7503/2017-860.540/2017-MKW MINERAÇÃO LTDA-
7504/2017-860.545/2017-CERAMIKALYS INDUSTRIA CERAMICA E COMERCIO LTDA-
7505/2017-860.554/2017-CARLOS DIVINO VIEIRA RODRIGUES-
7506/2017-860.583/2017-MANOEL DOMINGOS FERREIRA DE SANTANA-
7507/2017-860.588/2017-HP MINERAÇÃO E MEIO AMBIENTE LTDA-
7508/2017-860.598/2017-EVERTON DA SILVA STEFANATO-
7509/2017-860.646/2017-ODAILSON MOURA DE ARAUJO-
7510/2017-860.653/2017-LUIZ ANTONIO ASSUENA-
7511/2017-860.707/2017-CALCÁRIO MARA ROSA LTDA ME-
7512/2017-860.723/2017-SONEIDE MARIA SILVA RIOS-

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)

7513/2017-861.365/2015-EDEM EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO EM MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA-
7514/2017-861.305/2016-MINERAÇÃO AREADO ABAETÉ LTDA-
7515/2017-860.169/2017-INVEST RENDA, MINERAÇÃO, COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO-
7516/2017-860.367/2017-EMPRESA DE MINERAÇÃO BORGES LTDA ME-
7517/2017-860.516/2017-GRANIMARBELLE BRAZIL LTDA ME-
7518/2017-860.525/2017-GERVANDO GONCALVES DE SOUZA-
7519/2017-860.527/2017-NEW STONES SONDAGEM E MINERAÇÃO LTDA ME-
7520/2017-860.531/2017-BRASIL MINÉRIOS S.A.-
7521/2017-860.532/2017-BRASIL MINÉRIOS S.A.-
7522/2017-860.607/2017-ANDERSON JOSE DE OLIVEIRA-
7523/2017-860.626/2017-MATAPI MINERADORA LTDA.-
7524/2017-860.638/2017-MATAPI MINERADORA LTDA.-
7525/2017-860.693/2017-CODELCO DO BRASIL MINERAÇÃO LTDA-
7526/2017-860.697/2017-CODELCO DO BRASIL MINERAÇÃO LTDA-
7527/2017-860.699/2017-CODELCO DO BRASIL MINERAÇÃO LTDA-
7528/2017-860.700/2017-CODELCO DO BRASIL MINERAÇÃO LTDA-

RELAÇÃO Nº 213/2017

Fase de Requerimento de Pesquisa

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)

7529/2017-861.204/2015-FREDERICO ARANTES SANTOS-
7530/2017-861.205/2015-FREDERICO ARANTES SANTOS-
7531/2017-860.150/2016-AREIA MENEZES LTDA ME-
7532/2017-860.271/2017-IENES FERREIRA PIRES-

7533/2017-860.340/2017-MINERAÇÃO & TRANSPORTE NOSSA SENHORA APARECIDA LTDA-
7534/2017-860.341/2017-MINERAÇÃO & TRANSPORTE NOSSA SENHORA APARECIDA LTDA-
7535/2017-860.747/2017-EDSON DA SILVA-
7536/2017-860.801/2017-ELAINE SOARES ALVES TIJOLOS ME-
7537/2017-860.806/2017-RENATO DE CARVALHO COUTINHO-
7538/2017-860.807/2017-RENATO DE CARVALHO COUTINHO-
7539/2017-860.825/2017-PEGRAN MINERAÇÃO LTDA-
7540/2017-860.833/2017-LEONARDO JOFFILY-
7541/2017-860.844/2017-NORTH FACE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS EIRELI ME-
O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)
7542/2017-860.670/2017-CMMS CIA DE MINERAÇÃO MORADA DO SOL-
7543/2017-860.672/2017-CMMS CIA DE MINERAÇÃO MORADA DO SOL-
7544/2017-860.704/2017-CODELCO DO BRASIL MINERAÇÃO LTDA-
7545/2017-860.705/2017-CODELCO DO BRASIL MINERAÇÃO LTDA-
7546/2017-860.744/2017-ODAILSON MOURA DE ARAUJO-
7547/2017-860.746/2017-PENERY MINERAÇÃO LTDA-
7548/2017-860.749/2017-SILVESTRE GONCALVES MOREIRA PINHEIRO-
7549/2017-860.750/2017-SILVESTRE GONCALVES MOREIRA PINHEIRO-
7550/2017-860.754/2017-JOSÉ CARLOS THIMOTEO DA SILVA-
7551/2017-860.799/2017-CESAR ALBERTO FERREIRA-
7552/2017-860.819/2017-RAIMUNDO PAIVA DA SILVA-
7553/2017-860.820/2017-JOSE EUSTÁQUIO DE MORAES-
7554/2017-860.822/2017-SERGIO SILVA E SOUZA-
7555/2017-860.823/2017-TARRIGAN DE MELO-
7556/2017-860.824/2017-TALES DE MELO-
7557/2017-860.828/2017-JOSÉ CARLOS THIMOTEO DA SILVA-
7558/2017-860.848/2017-IGEOLOGIA SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA E REPRESENTAÇÕES LTDA.-
7559/2017-860.851/2017-GONÇALVES E ALMEIDA LTDA ME-
7560/2017-860.854/2017-THIAGO MARTINS BORGES DE MOURA-

RELAÇÃO Nº 250/2017

Fase de Autorização de Pesquisa
O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Retificação que entram em vigor na data de sua publicação:(276)
820.362/2005-MINERAÇÃO E MOAGEM SÃO JOÃO BATISTA LTDA-ALVARÁ N°7481/2017-3 anos - Retifica o ALVARÁ N°7.759, DOU de 26/8/2014
815.889/2015-BALNEÁRIO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA EPP-ALVARÁ N°7482/2017-2 anos - Retifica o ALVARÁ N°17.156, DOU de 24/12/2015
815.121/2016-AUGUSTO BENACI FILHO-ALVARÁ N°7483/2017-2 anos - Retifica o ALVARÁ N°3.974, DOU de 20/4/2016
830.637/2016-MINERAÇÃO PAZINHA LTDA-ALVARÁ N°7484/2017-3 anos - Retifica o ALVARÁ N°924, DOU de 24/02/2017

VICTOR HUGO FRONER BICCA

SUPERINTENDÊNCIA EM ALAGOAS

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 37/2017

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere requerimento de Autorização de Pesquisa- não cumprimento de exigência(122)
844.066/2013-ELIZABETH PRODUTOS CERÂMICOS LTDA
Determina arquivamento definitivo do processo(155)
844.153/2012-CONSTRUTORA BARBOSA MELLO S.A.
844.157/2012-CONSTRUTORA BARBOSA MELLO S.A.
844.158/2012-CONSTRUTORA BARBOSA MELLO S.A.
844.219/2012-CONSTRUTORA BARBOSA MELLO S.A.
844.019/2013-EDVAN SOUZA SILVA
844.046/2013-AMORIM BARRETO ENGENHARIA LTDA
844.049/2013-GILSON VERÍSSIMO DO CARMO
844.065/2013-ELIZABETH PRODUTOS CERÂMICOS LTDA
844.096/2013-MINERAÇÃO VALE VERDE LTDA
844.097/2013-MINERAÇÃO VALE VERDE LTDA
844.098/2013-MINERAÇÃO VALE VERDE LTDA
844.099/2013-MINERAÇÃO VALE VERDE LTDA
Fase de Autorização de Pesquisa
Determina o arquivamento definitivo do processo(279)
844.092/2012-TRIUNFO PEDRAS LTDA.
844.093/2012-TRIUNFO PEDRAS LTDA.
844.094/2012-TRIUNFO PEDRAS LTDA.
844.095/2012-TRIUNFO PEDRAS LTDA.
844.096/2012-TRIUNFO PEDRAS LTDA.
844.099/2012-TRIUNFO PEDRAS LTDA.
Auto de infração lavrado/Relatório de Pesquisa- prazo p/ defesa ou pagamento 30 dias(638)
844.043/2013-PAULO BRITO MINERAÇÃO LTDA EPP-AI N°090/2017
844.052/2013-CARLOS ANDRÉ DE MENDONÇA UCHÔA-AI N°089/2017
844.068/2013-CERÂMICA SERGIPE INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA-AI N°088/2017
844.069/2013-CERÂMICA SERGIPE INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA-AI N°104/2017
844.139/2013-ATALAIA MINERAÇÃO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA-AI N°110/2017
844.140/2013-ATALAIA MINERAÇÃO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA-AI N°109/2017
844.141/2013-ATALAIA MINERAÇÃO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA-AI N°108/2017
844.142/2013-ROMILDO CARLOS CAVALCANTE-AI N°107/2017
844.150/2013-EMPRESA BRASILEIRA DE AGREGADOS MINERAIS S A-AI N°106/2017
844.003/2014-PORTOBELLO S A-AI N°118/2017
844.007/2014-PORTOBELLO S A-AI N°117/2017
844.008/2014-JORGE LINS DE GUSMÃO LYRA FILHO-AI N°116/2017
844.009/2014-JORGE LINS DE GUSMÃO LYRA FILHO-AI N°115/2017
844.014/2014-CARLOS ANDRÉ DE MENDONÇA UCHÔA-AI N°113/2017
844.028/2014-ARNON MARINHO SARMENTO DE ARAÚJO-AI N°114/2017
844.042/2014-GUSTAVO DE MELO CAVALCANTE-AI N°112/2017
844.045/2014-MINERAÇÃO BARRETO SA-AI N°111/2017
844.070/2014-MINERAÇÃO TATUASSU LTDA-AI N°129/2017
844.075/2014-MINERAÇÃO TATUASSU LTDA-AI N°128/2017
844.077/2014-UNIMIN DO BRASIL LTDA.-AI N°127/2017
844.082/2014-RS LOCACOES LTDA ME-AI N°126/2017
844.086/2014-MINERAÇÃO BARRETO SA-AI N°125/2017
844.094/2014-MINERAÇÃO PORTOBELLO LTDA-AI N°124/2017
844.095/2014-EQUIPAV MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S. A.-AI N°123/2017
844.096/2014-EQUIPAV MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S. A.-AI N°122/2017
844.097/2014-EQUIPAV MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S. A.-AI N°121/2017
844.098/2014-EQUIPAV MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S. A.-AI N°120/2017
844.102/2014-ANTONIO DE PADUA MEDEIROS DE CARVALHO-AI N°134/2017
844.104/2014-TUTE MINERAÇÃO LTDA-AI N°133/2017
844.118/2014-LUCIANO AGRÍCIO DA SILVA-AI N°132/2017
844.121/2014-TUTE MINERAÇÃO LTDA-AI N°131/2017
844.133/2014-BALTAZAR TEIXEIRA CAVALCANTE FILHO-AI N°130/2017
Fase de Disponibilidade
Determina arquivamento definitivo do processo(1678)
844.070/2012-RICARDO OLIVEIRA GALLART DE MENEZES
844.078/2012-MINERAÇÃO PORTOBELLO LTDA
844.079/2012-MINERAÇÃO PORTOBELLO LTDA
844.081/2012-MINERAÇÃO PORTOBELLO LTDA
844.112/2012-MAC 5 TRADING, EXP. E IMPORT., CONSULT. E ASSESSOR. EMPRESARIAL LTDA
844.133/2012-VERDE FERTILIZANTES LTDA
844.134/2012-VERDE FERTILIZANTES LTDA
844.135/2012-VERDE FERTILIZANTES LTDA
844.137/2012-VERDE FERTILIZANTES LTDA

RELAÇÃO Nº 40/2017

Fase de Autorização de Pesquisa
Torna sem efeito Auto de Infração - REL PESQ(639)
844.058/2012-EDUARDO FERREIRA DE VASCONCELOS SILVA- AI N°054/2017
Torna sem efeito auto de infração - Início da pesquisa(1409)
844.059/2012-EDUARDO FERREIRA DE VASCONCELOS SILVA-AI N°053/2017
844.060/2012-EDUARDO FERREIRA DE VASCONCELOS SILVA-AI N°052/2017

RANILSON PEDRO CAMPOS FILHO

SUPERINTENDÊNCIA EM GOIÁS

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 217/2017

Fase de Requerimento de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
860.842/2017-NORTH FACE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS EIRELI ME-OF. N°1272/2017
Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
860.656/2013-SALVADOR RODRIGUES SOBRINHO-OF. N°1174/2017
Fase de Requerimento de Registro de Extração
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(825)
860.266/2016-MUNICÍPIO DE MAMBAÍ-OF. N°1249/2017
Fase de Requerimento de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
861.662/2013-JEOVÁ MARIANO DA SILVA-OF. N°1273/2017
860.030/2016-CLEITON GONCALVES MARTINS-OF. N°1244/2017
860.094/2016-CONSTRUTORA C E D CONSTRUNORTE LTDA ME-OF. N°1245/2017
860.098/2016-OSMIRA CLEUSA RODRIGUES-OF. N°1246/2017
860.172/2016-ADEMIR ALVES BARBOSA-OF. N°1247/2017
860.173/2016-ADEMIR ALVES BARBOSA-OF. N°1247/2017
860.242/2016-JOSE IRIS CARDOSO-OF. N°1248/2017
860.433/2016-ORLANDO ALVES LESSA-OF. N°1250/2017
860.436/2016-SJC BIOENERGIA LTDA-OF. N°1251/2017
860.437/2016-SJC BIOENERGIA LTDA-OF. N°1251/2017
860.446/2016-SOLENITA LANDEMBERGER FERREIRA-OF. N°1252/2017
860.496/2016-EDWARD MAGALHÃES CHAVES-OF. N°1253/2017
860.533/2016-LUZIA PIRES DE ALMEIDA-OF. N°1255/2017
860.574/2016-DRAGA DO VITUCA LTDA ME-OF. N°1256/2017
860.740/2016-ANTÔNIO RESENDE MONTEIRO-OF. N°1257/2017
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(1801)
860.654/2017-BERLIM MACHADO DE LIMA-OF. N°
860.655/2017-PAULO CHAVES FERREIRA-OF. N°1268/2017
Indefere requerimento de Licenciamento- área sem oneração(2096)
860.855/2017-NILSON ANTONIO MACEDO
Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(2113)
860.040/2017-SILVIA VAZ DE ALMEIDA-OF. N°1258/2017

DAGOBERTO PEREIRA SOUZA

SUPERINTENDÊNCIA NO MATO GROSSO DO SUL

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 97/2017

Fica(m) o(s) abaixo relacionado(s) NOTIFICADO(S) a pagar, parcelar ou apresentar defesa, relativa ao(s) débito(s) apurado(s) da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM (art. 3º, IX, da Lei nº 8.876/94, c/c as Leis nº 7.990/89, nº 8.001/90, art. 61 da Lei nº 9.430/96, Lei nº 9.993/00, nº 10.195/01 e nº 10.522/02), no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de inscrição em Dívida Ativa, no CADIN e ajuizamento da ação de execução.

Titular: Cerâmica Guerra Ltda-epp Cpf/cnpj :01.931.286/0001-91 - Processo minerário: 866535/92 - Processo de cobrança: 968147/17 Valor: R$ .388.751,10, Processo minerário: 868152/98 - Processo de cobrança: 968146/17 Valor: R$ .33.142,54

Titular: Magid Thomé Filho Eireli Cpf/cnpj :08.719.087/0001-63 - Processo minerário: 868052/12 - Processo de cobrança: 968141/17 Valor: R$ .2.048,03, Processo minerário: 868246/09 - Processo de cobrança: 968143/17 Valor: R$ .31.732,61, Processo minerário: 868246/09 - Processo de cobrança: 968144/17 Valor: R$ .62.747,23, Processo minerário: 868326/09 - Processo de cobrança: 968145/17 Valor: R$ .5.067,47

Titular: Pedreira Três Lagoas Ltda Cpf/cnpj :08.727.111/0001-06 - Processo minerário: 868194/04 - Processo de cobrança: 968140/17 Valor: R$ .116.484,60

ALEXANDRE MONTEIRO REZENDE

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SUPERINTENDÊNCIA EM MINAS GERAIS

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE

RELAÇÃO Nº 409/2017

Fase de Requerimento de Pesquisa
Determina arquivamento definitivo do processo(155)
832.217/2015-AMINE MICHELI FERES FERRARI 3032263844 ME
Fase de Autorização de Pesquisa
Nega a anuência prévia aos atos de cessão parcial de autorização de pesquisa(194)
832.274/2013-PEDROURO CONSTRUTORA LTDA.- Cessionário:832.217/2015-Amine Micheli Feres Ferrari 3032263844 Me
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
831.584/2012-LEANDRO PEREIRA DA SILVA-OF. N°130/2017/CESD/DNPM-MG
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)
831.398/2013-IZIMEX PEDRAS DO BRASIL LTDA- Cessionário:DIAMANTINA MINERAÇÃO EIRELI ME- CPF ou CNPJ 27.893.117/0001-06- Alvará n°10.066/2014
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
830.195/2006-PORTO DE AREIA BOM JESUS LTDA-OF. N°131/2017/CESD/DNPM-MG
Fase de Concessão de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
803.459/1975-COMPANHIA GERAL DE MINAS-OF. N°132/2017/CESD/DNPM-MG
Fase de Licenciamento
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(749)
831.932/2008-COMERCIAL DE AREIAS XANLU LTDA ME- Cessionário:COMERCIAL DE AREIAS GABRANT LTDA. ME- CNPJ 02.673.890/0001-28- Licenciamento n°3.404- Vencimento do Licenciamento: 06/05/2018
Nega a anuência prévia aos atos de cessão total de licenciamento(750)
832.404/2015-AKI TEM PRODUTO VETERINARIO E AGRICOLA EIRELI ME

RELAÇÃO Nº 410/2017

Fase de Autorização de Pesquisa
Auto de infração lavrado/Relatório de Pesquisa- prazo p/ defesa ou pagamento 30 dias(638)
833.875/2006-MINERAÇÃO JCJL LTDA ME-AI N°814/2017-MG
832.048/2008-ASSOCIAÇÃO DE DESENV.RURAL E URB.DOS MORADORES EXT. MIN. DE DIVINO DAS LARANJEIR-AI N°815/2017-MG
832.636/2008-PARATI EMPREENDIMENTOS LTDA-AI N°850/2017-MG
832.701/2008-VALDIR AGOSTINHO PIRAN-AI N°851/2017-MG
833.389/2008-MARCELO LUIZ DE SOUZA ALVES-AI N°816/2017-MG
833.576/2008-FERNANDO WALTER DA SILVA COSTA-AI N°817/2017-MG
833.747/2008-MARCIO GERONIMO-AI N°818/2017-MG
834.476/2008-CARLOS ANDRÉ FAGUNDES DE OLIVEIRA-AI N°819/2017-MG
834.477/2008-JOÃO GERALDO DOS ANJOS-AI N°820/2017-MG
834.489/2008-EXTREMA AREIAS E COMERCIO LTDA ME-AI N°821/2017-MG
834.740/2008-RURALPAR LTDA-AI N°822/2017-MG
834.890/2008-CELSO TAVARES-AI N°823/2017-MG
830.363/2009-TRANSPORTE E COMÉRCIO SÃO TOMÉ LTDA-AI N°852/2017-MG
831.514/2009-CLAUDIO CELSO CAMPOS-AI N°853/2017-MG
832.315/2009-DIOGO PATRICK ORNELAS CHAVES-AI N°854/2017-MG
830.147/2010-CENTER POÇOS MINERAÇÃO LTDA.-AI N°824/2017-MG
831.374/2010-GERALDO GONÇALVES DA SILVA-AI N°855/2017-MG
832.566/2010-EMPREENDIMENTO PROCOPIO E ALMEIDA LTDA-AI N°825/2017-MG
832.593/2010-MARCOS ROBERTO MAIA-AI N°826/2017-MG
832.720/2010-HEITOR LAMBERTUCCI-AI N°827/2017-MG
832.840/2010-FALK CONSTRUTORA LTDA-AI N°828/2017-MG
832.869/2010-THIAGO NUNES DE SOUZA-AI N°829/2017-MG
832.961/2010-JOSÉ GARCIA DA SILVA-AI N°830/2017-MG
833.019/2010-CLÉSIO ALVES GONÇALVES-AI N°831/2017-MG
833.380/2010-TECTON COMERCIO EXTERIOR LTDA.-AI N°832/2017-MG
833.476/2010-MINERAÇÃO BARROSO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.-AI N°833/2017-MG
833.713/2010-PAULO JOSÉ DA MOTA - ME-AI N°856/2017-MG
833.906/2010-MINERAÇÃO ALVARENGA LTDA.-AI N°857/2017-MG
834.439/2010-JADIR RIBEIRO DA MOTA-AI N°859/2017-MG

RELAÇÃO Nº 411/2017

Fase de Autorização de Pesquisa
Multa aplicada (Relatório de Pesquisa)/ Prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias(644)
832.212/2006-PLANALTO TRANSPORTADORA LTDA - AI N°275/2017-MG
830.682/2007-EURÍPEDES JACOB SALOMAO - AI N°95/2017-MG
831.413/2007-CERÂMICA TROPICAL LTDA EPP - AI N°164/2017-MG
831.605/2007-RAPHAEL ROCHA NASCIMENTO SILVA - AI N°165/2017-MG
832.068/2007-JOSÉ DO CARMO NINNI - AI N°262/2017-MG
832.080/2007-ADOLFO GÉO - AI N°263/2017-MG
832.081/2007-ADOLFO GÉO - AI N°276/2017-MG
832.769/2007-SERRA GERAL MINERAÇÃO LTDA - AI N°117/2017-MG
832.799/2007-MOISÉS LOPES - AI N°166/2017-MG
833.228/2007-COMERCIAL DE AREIA PALMARES LTDA - AI N°162/2017-MG
833.408/2007-ANDRÉ DOMINGOS DO NASCIMENTO NETO - AI N°167/2017-MG
833.555/2007-MINERAÇÃO NOSSA SENHORA DA ABADIA - AI N°119/2017-MG
833.561/2007-MARIA DA GLORIA PEREIRA DA SILVA ME - AI N°120/2017-MG
833.574/2007-ERIK DAVID REIS - AI N°88/2017-MG
833.637/2007-BRAZMINCO LTDA - AI N°171/2017-MG
833.639/2007-BRAZMINCO LTDA - AI N°153/2017-MG
833.730/2007-EMERSON TAVARES DE SOUZA - AI N°121/2017-MG
833.846/2007-GUSTAVO SOLIS ROSA - AI N°122/2017-MG
833.854/2007-GENUÍNO DA ROCHA NETTO - AI N°123/2017-MG
833.861/2007-BRASROMA MINERAÇÃO, COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA - AI N°170/2017-MG
834.258/2007-TRANSPORTADORA DG VALINHAS LTDA - AI N°168/2017-MG
834.302/2007-DRAGA MAJOLA LTDA - AI N°169/2017-MG
834.424/2007-ÉDER ELY DA SILVA - AI N°126/2017-MG
834.673/2007-MINERAÇÃO SANTA PAULA LTDA - AI N°264/2017-MG
834.789/2007-GOLD MINERAÇÃO, PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S A - AI N°313/2017-MG
834.842/2007-VERA LÚCIA DA FONSECA CARVALHO - AI N°127/2017-MG
834.844/2007-MILTON ANTONIO BASILIO - AI N°99/2017-MG
834.999/2007-CERAMICA CAIMAN LTDA ME - AI N°131/2017-MG
830.198/2008-BRAZMINCO LTDA - AI N°172/2017-MG
830.206/2008-CARLOS ANTÔNIO DE FRANÇA FERREIRA - AI N°265/2017-MG
830.392/2008-BRAZMINE MINERAÇÃO, COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA - AI N°143/2017-MG
831.465/2008-GOLD MINERAÇÃO, PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S A - AI N°314/2017-MG
831.983/2008-CAMARGOS QUINTELLA GESTÃO EMPRESARIAL LTDA. - AI N°173/2017-MG
830.270/2009-ERLI DIAS SATLER - AI N°277/2017-MG
830.337/2009-JOÃO GARCIA DA SILVA - AI N°175/2017-MG
830.369/2009-TERRAMAR MÁRMORES E GRANITOS LTDA - AI N°176/2017-MG
830.413/2009-CARLIANE FERNANDES NERES - AI N°267/2017-MG
830.420/2009-HERMÍNIO AMARO DO NASCIMENTO - AI N°283/2017-MG
830.423/2009-HERMÍNIO AMARO DO NASCIMENTO - AI N°284/2017-MG
830.440/2009-IVANY MARIA DA SILVA CASTRO - AI N°177/2017-MG
830.468/2009-MARGARETE BATISTA CORDEIRO SCHNEIDER - AI N°268/2017-MG
830.637/2009-IDELMINO MARQUES CARDOSO - AI N°256/2017-MG
830.638/2009-IDELMINO MARQUES CARDOSO - AI N°257/2017-MG
830.639/2009-IDELMINO MARQUES CARDOSO - AI N°258/2017-MG
830.675/2009-ROBERTO DONIZETI CANDIDO - AI N°178/2017-MG
830.729/2009-MD PLOTAGENS LTDA - AI N°179/2017-MG
830.831/2009-TRACOMAL NORTE GRANITOS LTDA - AI N°180/2017-MG
831.052/2009-JOSÉ EUSTÁQUIO DA CUNHA - AI N°254/2017-MG
831.307/2009-TUNAI TUPINAMBAS FARIA - AI N°279/2017-MG
831.422/2009-PAULO HENRIQUE BIASUZ DINIZ - AI N°280/2017-MG
831.632/2009-CFL CONSTRUTORA FERREIRA LIMA LTDA - AI N°270/2017-MG
832.140/2009-FORTALEZA MINERAÇÃO LTDA - AI N°310/2017-MG
832.141/2009-FORTALEZA MINERAÇÃO LTDA - AI N°311/2017-MG
832.143/2009-FORTALEZA MINERAÇÃO LTDA - AI N°312/2017-MG
832.413/2009-JOVELINO MARCIAL - AI N°281/2017-MG
832.425/2009-IDELMINO MARQUES CARDOSO - AI N°260/2017-MG
832.470/2009-JOSÉ MÁRIO PAULA GAMA - AI N°204/2017-MG
832.855/2009-MINERAÇÃO ITAGRAN LTDA - AI N°334/2017-MG
832.859/2009-PIETRE PEDRAS & GEMAS LTDA - AI N°309/2017-MG
832.986/2009-BRUNA CRISTINA ZACANTE RAMOS - AI N°282/2017-MG

RELAÇÃO Nº 412/2017

Fase de Autorização de Pesquisa
Multa aplicada (Relatório de Pesquisa)/ Prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias(644)
832.079/2008-AMARILLO MINERAÇÃO DO BRASIL LTDA. - AI N°133/2017-MG
832.080/2008-AMARILLO MINERAÇÃO DO BRASIL LTDA. - AI N°134/2017-MG
832.081/2008-AMARILLO MINERAÇÃO DO BRASIL LTDA. - AI N°135/2017-MG
832.082/2008-AMARILLO MINERAÇÃO DO BRASIL LTDA. - AI N°136/2017-MG
832.083/2008-AMARILLO MINERAÇÃO DO BRASIL LTDA. - AI N°137/2017-MG
832.085/2008-AMARILLO MINERAÇÃO DO BRASIL LTDA. - AI N°138/2017-MG
832.088/2008-AMARILLO MINERAÇÃO DO BRASIL LTDA. - AI N°139/2017-MG
832.092/2008-AMARILLO MINERAÇÃO DO BRASIL LTDA. - AI N°140/2017-MG
832.093/2008-AMARILLO MINERAÇÃO DO BRASIL LTDA. - AI N°141/2017-MG
832.099/2008-AMARILLO MINERAÇÃO DO BRASIL LTDA. - AI N°142/2017-MG
830.658/2009-JAIME COSTA FILHO - AI N°252/2017-MG
830.662/2009-ANGELINA ALTOMARE NARDY ABBUD - AI N°269/2017-MG
830.670/2009-CAMBIRA AGROPECUÁRIA LTDA - AI N°253/2017-MG
831.152/2009-ANTÔNIO SOARES FERREIRA - AI N°278/2017-MG
831.226/2009-AMARILDO GONÇALVES DA SILVA - AI N°307/2017-MG

RELAÇÃO Nº 413/2017

Fase de Autorização de Pesquisa
Auto de infração lavrado/Relatório de Pesquisa- prazo p/ defesa ou pagamento 30 dias(638)
834.591/2007-WILSON TOMICH-AI N°834/2017-MG
832.106/2008-MINERAÇÃO OURENSE LTDA ME-AI N°803/2017-MG
832.377/2008-CAMPEX COMERCIAL EXPORTADORA DE PROD. ALIMENTÍCIOS LTDA-AI N°835/2017-MG
832.508/2008-ITASIDER USINA SIDERURGICA ITAMINAS S A-AI N°836/2017-MG
832.509/2008-ITASIDER USINA SIDERURGICA ITAMINAS S A-AI N°837/2017-MG
832.511/2008-ITASIDER USINA SIDERURGICA ITAMINAS S A-AI N°838/2017-MG
832.512/2008-ITASIDER USINA SIDERURGICA ITAMINAS S A-AI N°839/2017-MG
832.513/2008-ITASIDER USINA SIDERURGICA ITAMINAS S A-AI N°840/2017-MG
832.514/2008-ITASIDER USINA SIDERURGICA ITAMINAS S A-AI N°841/2017-MG
832.741/2008-ESTRELA DO SUL MINERAÇAO LTDA-AI N°842/2017-MG
833.629/2008-MARCELO DA ROCHA SOARES-AI N°804/2017-MG
833.815/2008-CARLOS SOARES DA CUNHA-AI N°805/2017-MG
833.833/2008-TEREZINHA GÉO QUICK-AI N°806/2017-MG
833.887/2008-ARLETE DOS SANTOS CAJAÍ-AI N°807/2017-MG
834.158/2008-FRANCISCO ALVES MENDES-AI N°808/2017-MG
834.196/2008-ANTÔNIO DA CUNHA PEREIRA-AI N°809/2017-MG
834.692/2008-SANDRO JOSÉ DOS REIS - FI-AI N°810/2017-MG
834.738/2008-GILSON DOS SANTOS MARANGON-AI N°811/2017-MG
832.545/2010-MARCELO ESTEVAO DA MOTA-AI N°843/2017-MG
832.604/2010-MARCELO FRANCISCO DE SOUZA-AI N°844/2017-MG

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

832.769/2010-PAULO ROLLA PERDIGÃO NETO-AI N°845/2017-MG
832.827/2010-JOSE CARLOS JARDIM FILHO-AI N°846/2017-MG
832.879/2010-NAGIB AERIF LAUAR-AI N°847/2017-MG
832.885/2010-ROBERTO GONÇALVES-AI N°848/2017-MG
832.963/2010-NUNES TERRAPLENAGEM E SERVIÇOS LTDA ME-AI N°849/2017-MG
Fase de Disponibilidade
Auto de Infração lavrado / Prazo para defesa ou pagamento 30 dias.(1842)
832.852/2009-COOPERATIVA DE EXTRAÇÃO DE AREIA DE UBÁ E REGIÃO LTDA COOPERAR- AI N°812/2017-MG

RELAÇÃO Nº 414/2017

Fase de Autorização de Pesquisa
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(285)
830.730/2009-STELLA MINERAÇÃO LTDA ME-GOUVEIA/MG - Guia n° 139/2017-48.000Toneladas/ano-Areia- Validade:20/01/2020 ou PL
831.119/2009-COPAÍBA EMPREENDIMENTOS E MINERAÇÃO LTDA ME-DIAMANTINA/MG - Guia n° 154/2017-15.900toneladas/ano-Quartzito- Validade:09/05/2020 ou PL
831.521/2009-CALCÁRIO TRIÂNGULO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.-PRATA/MG, UBERLÂNDIA/MG - Guia n° 151/2017, 152/2017 e 153/2017-40.000, 8.000 e 172Toneladas/ano e ct/ano-Areia (agregado), Cascalho(agregado) e Diamante (beneficiado)- Validade:08/12/2019
831.461/2010-JDW DIAMOND MINERAÇÃO LTDA.-COROMANDEL/MG - Guia n° 147/2017-12.000 m3/ano - 192 ct/ano-Diamante (beneficiado)- Validade:09/03/2020
833.227/2011-DAYANE TEIXEIRA SANTOS RODRIGUES-MANGA/MG, MATIAS CARDOSO/MG - Guia n° 142/2017-50.000Toneladas/ano-Areia- Validade:17/12/2017
833.270/2011-CAULIM TOTAL PREMIUM INDUSTRIA E COMERCIO LTDA-BOM SUCESSO/MG, IJACI/MG - Guia n° 160/2017,161/2017 e 162/2017-10.000,10.000 e 3.000toneladas/ano-Areia Industrial, Argila Refratária e Caulim- Validade:15/10/2018 ou PL
Fase de Requerimento de Lavra
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(625)
833.914/1995-GOIANINHOS LTDA.-CACHOEIRA DE MINAS/MG, SANTA RITA DO SAPUCAÍ/MG - Guia n° 163/2017-35.000toneladas/ano-Areia- Validade:25/01/2021 ou PL
831.030/2006-COMERCIAL DE AREIA PALMARES LTDA-JUIZ DE FORA/MG - Guia n° 143/2017-18.000Toneladas/ano-Areia- Validade:10/06/2020
832.106/2006-MINERAÇÃO GRANDUVALE LTDA-SALINAS/MG, TAIOBEIRAS/MG - Guia n° 114/2017-8.000Toneladas/ano (blocos)-GRANITO (Rocha Ornamental/ Revestimento)- Validade:07/04/2019 ou PL
834.925/2010-PORTO DE AREIA SÃO JOSÉ LTDA-PRATA/MG - Guia n° 52/2017-42.000Toneladas/ano-Areia (agregado)- Validade:27/10/2020
831.147/2011-CARLO DARTAGHAN ALMEIDA ME-CAETÉ/MG, NOVA UNIÃO/MG, TAQUARAÇU DE MINAS/MG - Guia n° 146/2017-12.000Toneladas/ano-Filito- Validade:10/07/2021

RELAÇÃO Nº 415/2017

Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
831.628/2001-CERÂMICA SELVA LTDA-OF. N°261/2017/ERPM-MG
832.616/2004-MICAPEL MINERAÇÃO CAPÃO DAS PEDRAS LTDA-OF. N°1732/2017/FISC-MG
832.942/2007-SIDERO MINES MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A-OF. N°165/2017/ERPC-MG
832.963/2007-MICAPEL MINERAÇÃO CAPÃO DAS PEDRAS LTDA-OF. N°1731/2017/FISC-MG
832.980/2007-MICAPEL MINERAÇÃO CAPÃO DAS PEDRAS LTDA-OF. N°1733/2017/FISC-MG
830.801/2008-INTERNACIONALE GRANITE LTDA-OF. N°1687/2017/FISC-MG
831.152/2008-MICAPEL MINERAÇÃO CAPÃO DAS PEDRAS LTDA-OF. N°1524/2017/FISC-MG
830.800/2009-NANTALA ROBERTO M. LISBOA ME-OF. N°1618 e 1661/2017/FISC-MG
831.643/2009-LUIZ CLAÚDIO MACHADO-OF. N°237/2017/ERPM-MG
832.348/2009-AS FERRÃO ME-OF. N°1759/2017/FISC-MG
834.230/2010-OCLAM MINERAÇÕES LTDA-OF. N°168/2017/ERPC-MG
830.819/2011-TRACAJA MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA-OF. N°1663 e 1665/2017/FISC-MG
835.071/2011-LUIZ OTÁVIO BORGES SILVA-OF. N°263/2017/ERPM-MG
831.081/2012-JAZIDA LINDA FLOR LTDA ME-OF. N°1689/2017/FISC-MG
833.825/2012-ROLLANDER JOSÉ CAMARGOS E CIA LTDA-OF. N°262/2017/ERPM-MG
830.554/2013-SORAYA NEUMANN PEREIRA CARNEIRO-OF. N°1726/2017/FISC-MG
830.939/2014-MTM MINERAÇÃO EIRELI EPP-OF. N°133/2017/ESCGV-MG
832.939/2014-ALFA E OMEGA MINERAÇÃO LTDA ME-OF. N°1646/2017/FISC-MG
Prorroga prazo para cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(252)
831.249/2008-MICAPEL MINERAÇÃO CAPÃO DAS PEDRAS LTDA-OF. N°1523/2017/FISC-MG
832.643/2008-AGRÍCOLA RIO PARDO LTDA-OF. N°127/2017/ESCGV-MG
Despacho publicado(256)
830.760/2008-VIVER MINAS MINERAÇÃO LTDA.-Determina a apresentação de licença ambiental e ART conforme Of. n° 164/2017/ERPC-MG
830.801/2008-INTERNACIONALE GRANITE LTDA-Determina a apresentação de licença ambiental conforme Of. n° 1688/2017/FISC-MG
830.819/2011-TRACAJA MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA-Determina a apresentação de licença ambiental conforme Of. n° 1666/2017/FISC-MG
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
830.410/2005-JOSÉ MACHADO NETO FI-OF. N°249/2017/ERPM-MG
830.383/2008-FVS MINERAÇÃO LTDA-OF. N°260/2017/ERPM-MG
830.383/2008-FVS MINERAÇÃO LTDA-OF. N°260/2017/ERPM-MG
831.158/2009-TRA MINERAÇÃO LTDA-OF. N°257 e 258/2017/ERPM-MG
831.452/2010-FERTIMAX FERTILIZANTES ORGANICOS LTDA-OF. N°246/2017/ERPM-MG
Determina cumprimento de exigência- RAL RETIFICADOR/Prazo 30 dias(1737)
835.548/1993-PEDREIRA SÃO JOÃO LTDA-OF. N°109/2017/ESCGV-MG
Determina cumprimento de exigência - BARRAGENS/ Prazo 60 dias(2024)
833.123/2003-EXOTIC MINERAÇÃO LTDA-OF. N°134/2017/ESCGV-MG
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(2106)
834.444/2008-EXTRAÇÃO DE AREIA SUL DE MINAS LTDA.-OF. N°1416/2017/DGTM-MG
Fase de Concessão de Lavra
Auto de Infração lavrado - Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(459)
005.736/1960-COMPANHIA DE MINERAÇÃO SERRA AZUL COMISA- AI N° 774/2017-MG
830.483/1986-ÁGUA MINERAL VIVA LTDA.- AI N° 779 780 781 782 783 784 785 786 787 788 789 790 791 792 793 794/2017-MG
831.514/1989-MINERAÇÃO SAL NASCENTE LTDA- AI N° 798 799/2017-MG
831.515/1989-MINERAÇÃO SAL NASCENTE LTDA- AI N° 800 801/2017-MG
832.602/1992-MINERAÇÃO SAL NASCENTE LTDA- AI N° 795 796 797/2017-MG
830.956/2001-AGUA MINERAL BOM JARDIM LTDA- AI N° 802/2017-MG
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
005.736/1960-COMPANHIA DE MINERAÇÃO SERRA AZUL COMISA-OF. N°1632/2017/FISC-MG
830.145/1980-COMPANHIA DE MINERAÇÃO SERRA AZUL COMISA-OF. N°1631/2017/FISC-MG
830.468/1980-COMPANHIA DE MINERAÇÃO SERRA AZUL COMISA-OF. N°1635/2017/FISC-MG
830.844/1983-WTM TRANSPORTES LTDA ME-OF. N°765/2017/FISC-MG
831.304/1984-COMPANHIA DE MINERAÇÃO SERRA AZUL COMISA-OF. N°1637/2017/FISC-MG
931.198/1985-MINERAÇÕES BRASILEIRAS REUNIDAS SA-OF. N°1263 1275 e 1289/2017/FISC-MG
830.483/1986-ÁGUA MINERAL VIVA LTDA.-OF. N°1760/2017/FISC-MG
830.399/1989-MINERAÇÃO SAL NASCENTE LTDA-OF. N°1755/2017/FISC-MG
831.514/1989-MINERAÇÃO SAL NASCENTE LTDA-OF. N°1755/2017/FISC-MG
831.515/1989-MINERAÇÃO SAL NASCENTE LTDA-OF. N°1755/2017/FISC-MG
832.602/1992-MINERAÇÃO SAL NASCENTE LTDA-OF. N°1755/2017/FISC-MG
Determina cumprimento de exigência - Prazo 180 dias(1799)
830.844/1983-WTM TRANSPORTES LTDA ME-OF. N°766/2017/FISC-MG

RELAÇÃO Nº 416/2017

Fase de Concessão de Lavra
Determina o arquivamento do Auto de Infração(462)
830.017/1985-MBL MATERIAIS BÁSICOS LTDA- AI N° 1828,1829,1830,1831,1832,1833,1834,1935 e 1836/2014-FISC
Determina arquivamento Auto de Infração - RAL(1708)
003.022/1965-NOVELIS DO BRASIL LTDA- AI N°1973,1974 e 1975/2014-FISC
004.099/1967-VALE S A- AI N°1513/2014-MG
004.100/1967-NOVELIS DO BRASIL LTDA- AI N°1967 e 1968/2014-FISC
800.631/1968-NOVELIS DO BRASIL LTDA- AI N°1969,1970 e 1971/2014-FISC
Fase de Autorização de Pesquisa
Determina arquivamento Auto de Infração -Relatório de Pesquisa(640)
830.230/2003-RUBENS SILVA GOMES-AI N°1285/2011-FISC

RELAÇÃO Nº 417/2017

Fase de Autorização de Pesquisa
Multa aplicada/ prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias(225)
836.562/1994-SERRA DO ESPINHAÇO MINERÇÃO COMERCIO E IDUSTRIA LTDA -AI N°1501/2016-FISC
833.270/2012-MINÉRIOS NACIONAL S.A. -AI N°58/2017-FISC
833.422/2012-MINÉRIOS NACIONAL S.A. -AI N°52/2017-FISC
833.424/2012-MINÉRIOS NACIONAL S.A. -AI N°53/2017-FISC
833.445/2012-MINÉRIOS NACIONAL S.A. -AI N°62/2017-MG
833.450/2012-MINÉRIOS NACIONAL S.A. -AI N°64/2017-MG
833.457/2012-MINÉRIOS NACIONAL S.A. -AI N°41/2017-MG
833.461/2012-MINÉRIOS NACIONAL S.A. -AI N°65/2017-MG
833.462/2012-MINÉRIOS NACIONAL S.A. -AI N°63/2017-MG
833.463/2012-MINÉRIOS NACIONAL S.A. -AI N°54/2017-MG
833.595/2012-MINÉRIOS NACIONAL S.A. -AI N°56/2017-MG
833.603/2012-MINÉRIOS NACIONAL S.A. -AI N°59/2017-MG
833.604/2012-MINÉRIOS NACIONAL S.A. -AI N°75/2017-MG
833.609/2012-MINÉRIOS NACIONAL S.A. -AI N°16/2017-MG
833.613/2012-MINÉRIOS NACIONAL S.A. -AI N°74/2017-MG
833.615/2012-MINÉRIOS NACIONAL S.A. -AI N°15/2017-MG
833.618/2012-MINÉRIOS NACIONAL S.A. -AI N°73/2017-MG
833.628/2012-MINÉRIOS NACIONAL S.A. -AI N°14/2017-MG
833.630/2012-MINÉRIOS NACIONAL S.A. -AI N°66/2017-MG
833.634/2012-MINÉRIOS NACIONAL S.A. -AI N°67/2017-MG
833.684/2012-MINÉRIOS NACIONAL S.A. -AI N°61/2017-MG
833.686/2012-MINÉRIOS NACIONAL S.A. -AI N°23/2017-MG
833.690/2012-MINÉRIOS NACIONAL S.A. -AI N°68/2017-MG
833.695/2012-MINÉRIOS NACIONAL S.A. -AI N°69/2017-MG
833.702/2012-MINÉRIOS NACIONAL S.A. -AI N°19/2017-MG
833.709/2012-MINÉRIOS NACIONAL S.A. -AI N°70/2017-MG
833.712/2012-MINÉRIOS NACIONAL S.A. -AI N°49/2017-MG
833.723/2012-MINÉRIOS NACIONAL S.A. -AI N°60/2017-MG
833.735/2012-MINÉRIOS NACIONAL S.A. -AI N°31/2017-MG
833.738/2012-MINÉRIOS NACIONAL S.A. -AI N°32/2017-FISC
833.743/2012-MINÉRIOS NACIONAL S.A. -AI N°33/2017-FISC
833.744/2012-MINÉRIOS NACIONAL S.A. -AI N°34/2017-FISC
833.747/2012-MINÉRIOS NACIONAL S.A. -AI N°35/2017-MG
833.748/2012-MINÉRIOS NACIONAL S.A. -AI N°36/2017-FISC
833.749/2012-MINÉRIOS NACIONAL S.A. -AI N°71/2017-MG
833.750/2012-MINÉRIOS NACIONAL S.A. -AI N°37/2017-MG
833.754/2012-MINÉRIOS NACIONAL S.A. -AI N°38/2017-MG
831.536/2013-MINÉRIOS NACIONAL S.A. -AI N°55/2017-FISC
Fase de Concessão de Lavra
Multa aplicada /Prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias(460)
005.736/1960-COMPANHIA DE MINERAÇÃO SERRA AZUL COMISA- AI Nº 1470;1471;1472;1473;1474;1475 e 1476/2016-MG
830.145/1980-COMPANHIA DE MINERAÇÃO SERRA AZUL COMISA- AI Nº 1493;1494;1495;1496;1497;1498;1499 e 1500/2016-MG
830.468/1980-COMPANHIA DE MINERAÇÃO SERRA AZUL COMISA- AI Nº 1477;1478;1479;1480;1481;1482;1483 e 1484/2016-MG

831.304/1984-COMPANHIA DE MINERAÇÃO SERRA AZUL COMISA- AI Nº 1485;1486;1487;1488;1489;1490;1491 e 1492/2016-MG e 1642/2016-MG

Nega provimento a defesa apresentada(476)

831.304/1984-COMPANHIA DE MINERAÇÃO SERRA AZUL COMISA

Multa aplicada - RAL / prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias.(1713)

830.142/1978-BELMONT MINERAÇÃO LTDA- AI N°2011/2014-FISC

830.204/1985-TRIÂNGULO MINERAÇÃO LTDA- AI N°1956/2014/FISC

JANIO ALVES LEITE
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA NO RIO GRANDE DO NORTE

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 151/2017

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MULTAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)

George Fabio de Lara Andrade - 848079/13 - Not.157/2017 - R$ 2.299,20

José Maria Cunha Melo - 848188/13 - Not.158/2017 - R$ 1.559,59

RELAÇÃO Nº 172/2017

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MULTAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)

Ebz Mineração Ltda me - 848424/13 - Not.159/2017 - R$ 918,54

ROGER GARIBALDI MIRANDA
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA NO RIO GRANDE DO SUL

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 85/2017

Fase de Licenciamento

Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)

810.315/1999-MARILIA GUEDES GRASSI-OF. N°670/2017

810.300/2002-J A SILVEIRA CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA-OF. N°702/2017

810.914/2007-E. F. COLORETTI-OF. N°2191/2017

810.997/2010-CERÂMICA WOLKE LTDA ME-OF. N°2190/2017

811.105/2011-J A SILVEIRA CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA-OF. N°2194/2017

810.095/2012-CERÂMICA SIMONETTO LTDA.-OF. N°2195/2017

810.888/2012-JOEL CAMATTI-OF. N°2189/2017

811.113/2013-CERÂMICA TÉCNICA CANDEIA LTDA-CETEC-OF. N°2197/2017

Autoriza averbação da Prorrogação do Licenciamento(742)

810.390/2000-BRITANATO COMÉRCIO DE BRITAS E SERVIÇOS LTDA.- Licenciamento N°:92/2002 - Prorrogado por 05 ano(s)

810.941/2002-BRITAGEM CASCALHEIRA EIRELI ME-Licenciamento N°:2476/2003 - Prorrogado por 05 ano(s)

810.844/2007-BRITA NOVA PALMA- Licenciamento N°:155/2007 - Prorrogado por 05 ano(s)

810.971/2009-CARLIZE BASALTOS LTDA ME- Licenciamento N°:14/2011 - Prorrogado por 05 ano(s)

810.383/2010-AREEIRA VITÓRIA LTDA.- Licenciamento N°:72/2010 - Prorrogado por 05 ano(s)

810.095/2012-CERÂMICA SIMONETTO LTDA.- Licenciamento N°:144/2012 - Prorrogado por 05 ano(s)

811.344/2012-BRITADEIRA CUPSINSKI LTDA ME- Licenciamento N°:261/2012 - Prorrogado por 05 ano(s)

811.398/2012-TIAGO PRESCENDO ME- Licenciamento N°:102/2014 - Prorrogado por 05 ano(s)

811.572/2012-ICCILA INDÚSTRIA COMÉRCIO E CONSTRUÇÕES IBAGÉ LTDA- Licenciamento N°:270/2012 - Prorrogado por 05 ano(s)

811.201/2013-ARLINDO SCHMITT DE OLIVEIRA- Licenciamento N°:23/2015 - Prorrogado por 05 ano(s)

811.563/2013-ANNA M. WALKER- Licenciamento N°:08/2015 - Prorrogado por 05 ano(s)

810.084/2014-ANA PAULA MOLLER- Licenciamento N°:139/2015 - Prorrogado por 05 ano(s)

810.142/2014-GABRIELA RAMOS DA SILVA- Licenciamento N°:038/2016 - Prorrogado por 05 ano(s)

811.008/2014-ONEIDE CORREA DA SILVA & CIA LTDA- Licenciamento N°:200/2015 - Prorrogado por 05 ano(s)

811.629/2014-ANTONIO MACHADO RIBIERO- Licenciamento N°:80/2015 - Prorrogado por 05 ano(s)

Nega provimento ao recurso interposto(757)

810.047/2013-RODRIGUES, MACHADO & PEIXOTO LTDA ME

Autorizo o aditamento de substância mineral(770)

810.108/1991-CONPASUL CONSTRUÇÃO E SERVIÇOS LTDA-Argila-Licenciamento N°133/2008, DOU de 06/11/2013

Concede anuência e autoriza averbação da cessão parcial de direitos(776)

811.220/2011-FIRMA INDIVIDUAL VINICIO DAL MOLIN-# Licenciamento n°250/2011- Cessionario:810.235/2017-Mac Engenharia Ltda- CNPJ 80.083.454/0001-02

Homologa renúncia do licenciamento(784)

811.240/2011-NEIVA DALLAGNOL DIDONE

Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)

810.486/2001-SULTEPA CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA.-OF. N°680/2017

Determina cumprimento de exigência- RAL RETIFICADOR/Prazo 30 dias(1739)

810.040/1992-MARIO NATAL POLETTI ME-OF. N°677/2017

811.053/2010-MINERAÇÃO SANGALLI LTDA-OF. N°679/2017

811.523/2012-LUIZ CARLOS BIER FI-OF. N°674/2017

Fase de Requerimento de Licenciamento

Outorga o Licenciamento com vigência a partir dessa publicação(730)

810.464/2014-GMB CONTRUTORA E GERENCIADORA DE RESÍDUOS DE CONSTRUÇÃO E DEMOLIÇÃO LTDA ME-Licenciamento N°239/2017 - Prazo: 05 ano(s)

810.874/2014-VILSON L. C. TIMM-Licenciamento N°241/2017 - Prazo: 05 ano(s)

811.449/2015-FLAVIA ZIMMERMANN SCHWANTES ME-Licenciamento N°237/2017 - Prazo: 05 ano(s)

811.018/2016-EGIDIO MILLIAVACA-Licenciamento N°235/2017 - Prazo: 05 ano(s)

811.396/2016-GMB CONTRUTORA E GERENCIADORA DE RESÍDUOS DE CONSTRUÇÃO E DEMOLIÇÃO LTDA ME-Licenciamento N°236/2017 - Prazo: 05 ano(s)

810.004/2017-SCHUMACHER E SCHUMACHER PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS LTDA-Licenciamento N°242/2017 - Prazo: 05 ano(s)

810.370/2017-NOELI ANDRADES DA ROCHA-Licenciamento N°226/2017 de 06/09/2017-Vencimento em 01/09/2022

810.444/2017-PAULO S. D. ROCHA & CIA LTDA ME-Licenciamento N°240/2017 - Prazo: 05 ano(s)

810.554/2017-JOSEFIAKI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA. ME-Licenciamento N°225/2017 de 06/09/2017-Vencimento em 31/08/2022

810.707/2017-UTE ITAQUI GERADORA DE ENERGIA ELÉTRICA S A.-Licenciamento N°238/2017 - Prazo: 05 ano(s)

Determina arquivamento definitivo do processo(1147)

811.742/2012-PEDREIRA BRITANORTE SANTIAGO LTDA

Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)

810.449/2011-DIMICRIS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA-OF. N°2192/2017

811.411/2012-ARO MINERAÇÃO LTDA-OF. N°2193/2017

810.219/2017-OLARIA SANTA CRISTINA LTDA ME-OF. N°2196/2017

Indefere requerimento de Licenciamento - área onerada(2095)

810.204/2015-TOMAZINI & CIA LTDA ME

Indefere requerimento de Licenciamento- área sem oneração(2096)

810.555/2017-BASALTOS PIOVESSAN LTDA

810.594/2017-EXTRAÇÃO DE BASALTO ROMANZINI LTDA

810.598/2017-TEREZINHA BOARIA KLEIN ME

810.696/2017-RUBIA MAIDANA GARCIA

810.701/2017-MARCOS JEOVANI REDU DO AMARAL

Fase de Requerimento de Registro de Extração

Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(825)

810.987/2015-PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLANTE-OF. N°695/2017

810.989/2015-PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLANTE-OF. N°696/2017

Homologa desistência do requerimento de Registro de Extração(840)

811.341/2015-HUMAITÁ PREFEITURA

Outorga o Registro de Extração, prazo 5 anos, vigência a partir dessa publicação(924)

810.469/2017-MUNICÍPIO DE EUGENIO DE CASTRO-Registro de Extração N°142/2017 de 15/09/2017

Fase de Registro de Extração

Autoriza prorrogação do prazo do Registro de Extração por 04 anos(926)

810.700/2013-PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPITÃO-Registro de Extração N°30/2013 de 16/09/2013

811.041/2013-PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DO SOBRADO-Registro de Extração N°37/2013 de 10/10/2013

Homologa renúncia do Registro de Extração(931)

810.497/2016-PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTIAGO

Autorizo o aditamento de substância mineral(935)

811.286/2014-PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPARENDI.-Basalto-Registro de Extração N°24/2015, DOU de 20/03/2015

Autoriza prorrogação do prazo do Registro de Extração por 03 anos(941)

810.805/2014-PREFEITURA MUNICIPAL DE SINIMBU-Registro de Extração N°98/2014 de 26/09/2014

RELAÇÃO Nº 93/2017

CONCESSÃO DE LAVRA (Código 5.49)

Fica o abaixo relacionado ciente de que a defesa administrativa interposta foi integralmente acatada.

Processo nº 910.258/2017 Notificado: ÁGUA MINERAL SANTO ANJO CNPJ/CPF 04.675.193/0001-19 NFLDP nº 144/2017. Valor: R$ 0,00.

LICENCIAMENTO (Código 7.72)

Fica(m) o(s) abaixo relacionado(s) cientes(s) de que não houve a apresentação da(s) defesa(s) administrativa(s); restando-lhe(s) pagar ou parcelar o(s) débito(s) apurado(s) da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM (art. 3º, IX, daLei nº 8.876/94, c/c as Leis nº 7.990/89, nº 8.001/90, art. 61 da Lei nº 9.430/96, Lei nº 9.993/00, nº 10.195/01 e nº 10.522/02), no prazo de 10(dez) dias, sob pena de inscrição em Dívida Ativa, CADIN e ajuizamento da ação de execução

Processo nº 910.299/2017 Notificado: CONSTRUTORA BRASÍLIA GUAIBA LTDA. CNPJ/CPF 33.192.873/0001-00 NFLDP nº 152/2017. Valor: R$ 2.472,80.

Processo nº 910.300/2017 Notificado: CONSTRUTORA BRASÍLIA GUAIBA LTDA. CNPJ/CPF 33.192.873/0001-00 NFLDP nº 151/2017. Valor: R$ 7.461,90.

Processo nº 910.301/2017 Notificado: CONSTRUTORA BRASÍLIA GUAIBA LTDA. CNPJ/CPF 33.192.873/0001-00 NFLDP nº 148/2017. Valor: R$ 3.106,72.

Processo nº 910.302/2017 Notificado: CONSTRUTORA BRASÍLIA GUAIBA LTDA. CNPJ/CPF 33.192.873/0001-00 NFLDP nº 147/2017. Valor: R$ 94.776,13.

RELAÇÃO Nº 121/2017

Fase de Autorização de Pesquisa

Nega provimento a defesa apresentada(242)

820.783/2008-MINERAÇÃO GRANDES LAGOS LTDA.

820.794/2011-VOTORANTIM CIMENTOS S A

820.795/2011-VOTORANTIM CIMENTOS S A

Multa aplicada (Relatório de Pesquisa)/ Prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias(644)

820.783/2008-MINERAÇÃO GRANDES LAGOS LTDA. - AI N°211/2014-DFISC/DNPM/SP

Fase de Concessão de Lavra

Aprova o modelo de rotulo da embalagem de água(440)

000.336/1937-ÁGUAS MINERAIS DE QUILOMBO LTDA- Fonte de Quilombo - Marca: Fonte de Quilombo - embalagem de 200 ml, 300 ml, 510 ml, 1,5L, 10L e 20L (sem gás)- IACANGA/SP

820.194/1978-MINERADORA SÃO LOURENÇO DA SERRA LTDA. ME- FONTE SÃO JOSÉ - Marca "Levíssima Premium": recipientes de 510 mL, sem gás.- SÃO LOURENÇO DA SERRA/SP

821.233/1996-FONTE PAREDÃO VERMELHO LTDA ME- Fonte Rubi - Marca: Aquaplus - embalagem de 5L, 10L e 20L (sem gás)- PIRACICABA/SP

820.572/1998-NOVA AGUA LTDA ME- Fonte Nascente do Sol I - Marca: Aquamel - embalagens de 200 ml, 310 ml, 510 ml e 1,5L (sem gás) e embalagens de 310 ml, 510 ml e 1,5L (gaseificada artificialmente)- MAIRIPORÃ/SP

820.588/1999-VALE DOS VALLE PINHALZINHO LTDA ME- Fonte Pedra Bela - Marca: Acqua Biovital - embalagem de 510 ml (sem gás), Marca: Buona Vital - embalagens de 200 ml e 300 ml (sem gás) - e Marca: Bem Leve - embalagem de 500 ml (sem gás) e Fonte Vale dos Valle - Marca: Acqua Biovital - embalagem de 510 ml (sem gás)- PINHALZINHO/SP

821.342/1999-INDÚSTRIA E COMÉRCIO ATIBAIENSE DE BEBIDAS EM GERAL LTDA- FONTE ATIBAIA - Marca "Bem Melhor": recipientes de 510 mL gaseificada artificialmente; Marca "4 Fontes": recipientes de 1,5 L, sem gás e recipientes de 510 mL, sem gás e gaseificada artificialmente.- ATIBAIA/SP

821.056/2002-CERVEJARIA PETROPOLIS S A- FONTE TOPÁZIO - Marca "Petra": recipientes de 350 mL, 510 mL e 1,5 L, sem gás e gaseificada artificialmente; FONTE AMETISTA - Marca "Petra": recipientes de 350 mL, 510 mL e 1,5 L, sem gás e gaseificada artificialmente.- BRAGANÇA PAULISTA/SP

Multa aplicada /Prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias(460)

820.542/1980-MINERAÇÃO REAL SÃO LUIZ LTDA- AI Nº 476/2017-DFISC/DNPM/SP, 477/2017-DFISC/DNPM/SP, 478/2017-DFISC/DNPM/SP e 479/2017-DFISC/DNPM/SP

820.609/2000-AGROPECUÁRIA TUIUTI S.A.- AI Nº 31 e 32/17-DFISC/DNPM/SP - DOU de 24.05.17

820.799/2001-ÁGUA MINERAL FONTE DA ROCHA EXTRAÇÃO E COMÉRCIO LTDA. ME- AI Nº 647/2017-DFISC/DNPM/SP

Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)

007.462/1956-MINERAÇÃO ÁGUAS DE IBIÚNA LTDA-OF. N°1.672/2017-DFISC/DNPM/SP

009.007/1959-ALCEU DE MORAES MINERAIS LTDA. EPP-OF. N°1650/17-DFIS/DNPM/SP - 04.10.17

820.826/1988-ÁGUA MINERAL FONTE FIGUEIRA LTDA-OF. N°1618/17-DFISC/DNPM/SP - 29.09.17

820.195/1992-CHACARA MORÁVIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ÁGUA LTDA EPP-OF. N°1621/17-DFISC/DNPM/SP - 29.09.17

820.563/1994-CRISTOFOLETTI EMPRESA DE AGUAS LTDA EPP-OF. N°1647/17-DFISC/DNPM/SP - 04.10.17

821.098/1997-MINERADORA VASSOURAL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.-OF. N°1628/17-DFISC/DNPM/SP - 26.09.17

820.588/1999-VALE DOS VALLE PINHALZINHO LTDA ME-OF. N°1607/17-DFISC/DNPM/SP - 26.09.17

820.861/1999-VID"AGUA FONTE CAMPO DO COXO COMERCIO DE AGUA MINERAL LTDA-OF. N°1648/17-DFISC/DNPM/SP - 04.10.17

821.342/1999-INDÚSTRIA E COMÉRCIO ATIBAIENSE DE BEBIDAS EM GERAL LTDA-OF. N°1649/17-DFISC/DNPM/SP - 04.10.17

820.609/2000-AGROPECUÁRIA TUIUTI S.A.-OF. N°1613/17-DFISC/DNPM/SP - 29.09.17

820.510/2002-QUINTAS DA SERRA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA-OF. N°1608/17-DFISC/DNPM/SP - 26.09.17

820.267/2004-ÁGUAS MINERAIS SANTA INÊS LTDA-OF. N°1646/17-DFISC/DNPM/SP - 29.09.17

Nega provimento a defesa apresentada(476)

821.143/1995-MINERAÇÃO CATANDUVA LTDA. EPP

820.653/1998-AGROZ AGRÍCOLA ZURITA LTDA

820.051/1999-PERASSOLI & PERASSOLI COMÉRCIO E EXTRAÇÃO DE ARGILA LTDA ME

820.799/2001-ÁGUA MINERAL FONTE DA ROCHA EXTRAÇÃO E COMÉRCIO LTDA. ME

Nega provimento ao recurso interposto(479)

820.379/1994-FONTES STELLA LTDA.

Multa aplicada - RAL / prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias.(1713)

820.263/1980-MINERAÇÃO RIO RECIFE- AI N°989/2015-DFISC/DNPM/SP e 990/2015-DFISC/DNPM/SP

820.257/1982-MIL MINERAÇÃO ITAPIRA LTDA- AI N°667/2015-DFISC/DNPM/SP

821.143/1995-MINERAÇÃO CATANDUVA LTDA. EPP-AI N°586/2016-DFISC/DNPM/SP, 587/2016-DFISC/DNPM/SP, 588/2016-DFISC/DNPM/SP, 589/2016-DFISC/DNPM/SP e 590/2016-DFISC/DNPM/SP

820.389/1997-CLASSE BRASIL EMPRESA DE MINERAÇÃO LTDA- AI N°278/2017-DFISC/DNPM/SP

820.653/1998-AGROZ AGRÍCOLA ZURITA LTDA- AI N°854/2016-DFISC/DNPM/SP

820.051/1999-PERASSOLI & PERASSOLI COMÉRCIO E EXTRAÇÃO DE ARGILA LTDA ME- AI N°451/2016-DFISC/DNPM/SP, 452/2016-DFISC/DNPM/SP e 453/2016-DFISC/DNPM/SP

Nega provimento ao recurso interposto contra multa-RAL(1758)

820.653/1998-AGROZ AGRÍCOLA ZURITA LTDA

MARCUS VINICIUS DE OLIVEIRA
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA NO RIO DE JANEIRO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 125/2017

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MULTAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)

Aníbal de Souza Simão - 890363/13 - Not.375/2017 - R$ 327,16

Barreira Socris Ltda - 890931/12 - Not.372/2017 - R$ 327,16

Fabio Luis Medeiros de Campos Ribeiro - 890152/15 - Not.361/2017 - R$ 3.756,84, 890152/15 - Not.378/2017 - R$ 327,16

Jose Francisco Carneiro Motta - 890156/16 - Not.377/2017 - R$ 327,16, 890156/16 - Not.365/2017 - R$ 3.756,84

Mario Jorge Secin da Silveira - 890146/16 - Not.359/2017 - R$ 3.756,84, 890146/16 - Not.379/2017 - R$ 327,16

Nathanael Soares da Rocha Filho - 890805/13 - Not.374/2017 - R$ 327,16, 890805/13 - Not.369/2017 - R$ 3.756,84

Nilson Azevedo Gomes Filho - 890301/16 - Not.371/2017 - R$ 3.756,84, 890301/16 - Not.373/2017 - R$ 327,16

Severino Nicacio Rodrigues - 890587/15 - Not.367/2017 - R$ 3.756,84, 890587/15 - Not.376/2017 - R$ 327,16

LUÍS FLÁVIO NAGEM MORALES

SUPERINTENDÊNCIA EM SANTA CATARINA

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 173/2017

Fase de Requerimento de Pesquisa

Homologa desistência do requerimento de Autorização de Pesquisa(157)

815.964/2015-NELSON RUSSE ME

Não conhece requerimento protocolizado(1004)

815.469/2008-DELTA CONSTRUÇOES E INCORPORAÇOES LTDA

Fase de Autorização de Pesquisa

Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)

815.450/2008-MIVAL MINERAÇÃO VALE DO RIO TIJUCAS LTDA-OF. N°3509/2017

815.916/2010-ANDRÉ REIS EPP-OF. N°3520/2017

815.222/2011-TERRA MATER PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA.-OF. N°3519/2017

815.291/2012-COOPERATIVA DE EXPLORAÇÃO MINERAL DE SOMBRIO-OF. N°3514/2017

Aprova o relatório de Pesquisa(317)

815.609/2013-MINERTRANS MINERAÇÃO, ENERGIA, TRANSPORTE E SANEAMENTO LTDA.-ARGILA INDUSTRIAL E ARGILA ESTRUTURAL

Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)

815.246/2014-TERRAPLENAGEM E TRANSPORTES CAIBI LTDA

815.017/2015-ROSANE CRISTINA SCHMIDT

815.468/2015-EDSON ANTONIO NERY DE CASTRO

815.542/2015-MINERAÇÃO PORTOBELLO LTDA

815.485/2017-ERNANDES AUGUSTO BENDINI

Fase de Requerimento de Lavra

Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)

815.298/2012-ROBERTA PANNO ME-OF. N°3506/2017

Autoriza a emissão de Guia de Utilização(625)

815.589/2002-COMÉRCIO E EXTRAÇÃO DE AREIA SANTA ANA LTDA EPP-TIJUCAS/SC - Guia n° 097/2017-14.000t-Areia- Validade:05/10/2018

815.119/2009-MAFRA TOPOGRAFIA E COMÉRCIO LTDA-GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC - Guia n° 96/2017-16.000t-Saibro- Validade:04/10/2018

Determina cumprimento de exigência- RAL RETIFICADOR/Prazo 30 dias(1737)

815.546/1996-COMÉRCIO E EXTRAÇÃO DE AREIA SANTA ANA LTDA EPP-OF. N°2769/2017

Fase de Licenciamento

Autoriza averbação da Prorrogação do Licenciamento(742)

816.046/1995-CONFER CONSTRUTORA FERNANDES LTDA- Licenciamento N°:541 - Prorrogado por 10 (dez) ano(s)

815.544/1996-MAIOMAQ TERRAPLANAGEM LTDA EPP- Licenciamento N°:531 - Prorrogado por 10 (dez) ano(s)

815.248/2004-PANDINI EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA- Licenciamento N°:1146 - Prorrogado por 10 (dez) ano(s)

815.289/2006-EXTRAÇÃO DE AREIA CRUZ DE MALTA LTDA- Licenciamento N°:1250 - Prorrogado por 10 (dez) ano(s)

815.592/2009-MINERADORA CASA DA AREIA EIRELI EPP- Licenciamento N°:1433 - Prorrogado por 10 (dez) ano(s)

815.593/2009-MINERADORA CASA DA AREIA EIRELI EPP- Licenciamento N°:1434 - Prorrogado por 10 (dez) ano(s)

815.115/2014-TERRAPLANAGEM E TRANSPORTES AUGUSTO LTDA- Licenciamento N°:1662 - Prorrogado por 10(dez) ano(s)

815.842/2015-CAMILO & GHISI LTDA- Licenciamento N°:2036 - Prorrogado por 10 (dez) ano(s)

Determina cumprimento de exigência- RAL RETIFICADOR/Prazo 30 dias(1739)

815.774/1994-MOACIR JOSÉ DA SILVA ME-OF. N°2769/2017

815.607/1997-MOACIR JOSÉ DA SILVA ME-OF. N°2769/2017

815.370/1999-MOACIR JOSÉ DA SILVA ME-OF. N°2769/2017

815.222/2000-MOACIR JOSÉ DA SILVA ME-OF. N°2769/2017

815.710/2004-MOACIR JOSÉ DA SILVA ME-OF. N°2769/2017

815.566/2007-MOACIR JOSÉ DA SILVA ME-OF. N°2769/2017

815.071/2010-MOACIR JOSÉ DA SILVA ME-OF. N°2769/2017

Fase de Requerimento de Registro de Extração

Outorga o Registro de Extração, prazo 5 anos, vigência a partir dessa publicação(924)

815.467/2017-PREFEITURA MUNICIPAL DE DONA EMMA- Registro de Extração N°116/2017 de 03/10/2017

Fase de Requerimento de Licenciamento

Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)

815.661/2012-VERDE VALE GRAMAS E TRANSPORTES LTDA EPP-OF. N°3517/2017

Fase de Concessão de Lavra

Determina cumprimento de exigência- RAL RETIFICADOR/Prazo 30 dias(1738)

815.033/2000-MOACIR JOSÉ DA SILVA ME-OF. N°2769/2017

RELAÇÃO Nº 174/2017

Fase de Autorização de Pesquisa

Auto de infração lavrado/Relatório de Pesquisa- prazo p/ defesa ou pagamento 30 dias(638)

815.084/2014-EXTRAÇÃO DE AREIA SCHRAMM LTDA-AI N°613/2017

815.169/2014-CYSY MINERAÇÃO LTDA-AI N°617/2017

815.003/2015-TERRAPLENAGEM KOHLER LTDA-AI N°788/2017

815.023/2015-ALINE CRESCENCIO IUNG ME-AI N°740/2017

815.082/2015-CARLOS ALBERTO SCHUBERT EPP-AI N°738/2017

815.084/2015-ROGERIO ANTONIO FAE ME-AI N°711/2017

815.094/2015-SANDRINI & BOTEGA LTDA-AI N°729/2017

815.100/2015-MINÉRIOS BRASIL ARGILAS INDUSTRIAIS LTDA ME-AI N°804/2017

815.104/2015-COREMA CIA REVENDEDORA DE MOTORES E AUTOMÓVEIS-AI N°727/2017

815.106/2015-SILVEIRA & CIA LTDA-AI N°714/2017

815.125/2015-GEO CASTRO CONSULTORIA LTDA-AI N°789/2017

815.126/2015-BRITAPLAN BRITAGEM PLANALTO LTDA-AI N°723/2017

815.127/2015-ZNT BRITAGEM E COMÉRCIO DE PEDRAS LTDA-AI N°739/2017

815.142/2015-EXTRAÇÃO DE AREIA MONDINI & SCHNAIDER LTDA-AI N°734/2017

815.147/2015-GIVAGO ADRIANO RAMOS-AI N°776/2017

815.148/2015-TERRAPLANAGEM E TRANSPORTES AUGUSTO LTDA-AI N°757/2017

815.152/2015-LCJ EXTRAÇÃO EIRELI-AI N°802/2017

815.154/2015-PARISI BRITAGEM E TERRAPLENAGEM LTDA-AI N°771/2017

815.155/2015-EXTRAÇÃO DE AREIA FANTONI LTDA-AI N°753/2017

815.158/2015-TERRAPLENAGEM E TRANSPORTES CAIBI LTDA-AI N°763/2017

815.164/2015-CERÂMICA VICTOR KUEHL LTDA EPP-AI N°758/2017

815.165/2015-RODOMÁQUINAS LTDA ME-AI N°785/2017

815.169/2015-BALTT EMPREITEIRA TRANSPORTES E TERRAPLENAGEM LTDA-AI N°777/2017

815.171/2015-FIRMA INDIVIDUAL RENATO TOMELIN EPP-AI N°775/2017

815.173/2015-MOACIR JOSÉ DA SILVA ME-AI N°762/2017

815.176/2015-PARISI BRITAGEM E TERRAPLENAGEM LTDA-AI N°772/2017

815.180/2015-INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PEDRAS VALE DO ITAJAÍ LTDA-AI N°725/2017

815.182/2015-PARISI BRITAGEM E TERRAPLENAGEM LTDA-AI N°773/2017

815.188/2015-HELIO JOSÉ DA COSTA-AI N°769/2017

815.191/2015-RENÊ EWALD-AI N°748/2017

815.195/2015-MARIA LUISA FRANCISCO BENDINI-AI N°754/2017

815.198/2015-PEDRITA PLANEJAMENTO E CONSTRUÇÃO LTDA-AI N°730/2017

815.203/2015-ANTONIZETE SELAU ORTOLAN-AI N°713/2017

815.205/2015-MINÉRIOS BRASIL ARGILAS INDUSTRIAIS LTDA ME-AI N°805/2017

815.209/2015-FÁBIO JAIR MEURER-AI N°786/2017

815.212/2015-LUCIANA CIRLENE REINERT DA SILVA-AI N°783/2017

815.214/2015-EDEMILSO LUIZ VENSON-AI N°800/2017

815.215/2015-A.J.E TERRAPLANAGEM LTDA ME-AI N°799/2017

815.216/2015-TECNOCLAY MIN IND COMERCIO LTDA-AI N°736/2017

815.274/2015-LUCIANA CIRLENE REINERT DA SILVA-AI N°784/2017

815.278/2015-LIBIDUS HOTELARIA LTDA EPP-AI N°709/2017

815.281/2015-EDSON ANTONIO NERY DE CASTRO-AI N°794/2017

815.411/2015-NILSON PEREIRA JUNIOR-AI N°721/2017

815.418/2015-CARBONÍFERA BELLUNO LTDA.-AI N°744/2017

815.432/2015-RUDNICK MINÉRIOS LTDA-AI N°752/2017

815.545/2015-SETEP CONSTRUÇÕES S.A.-AI N°770/2017

815.554/2015-MINAS MINERAIS INDUSTRIAIS LTDA.-AI N°733/2017

815.556/2015-SERVIÇOS DE TERRAPLENAGEM E TRANSPORTES ROMÃO LTDA ME-AI N°759/2017

815.569/2015-TERFAL MAT. CONST. LTDA-AI N°710/2017

815.578/2015-TRAUER PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS LTDA-AI N°765/2017

815.599/2015-CUBATÃO EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA LTDA ME-AI N°782/2017

815.624/2015-CYSY MINERAÇÃO LTDA-AI N°731/2017

815.643/2015-TENDÊNCIA MINERADORA LTDA-AI N°795/2017

815.663/2015-GEO CASTRO CONSULTORIA LTDA-AI N°790/2017

815.668/2015-RIMOL TERRAPLANAGEM LTDA ME-AI N°737/2017

815.781/2015-CERÂMICA MAJOPE LTDA EPP-AI N°780/2017

815.811/2015-RF REFLORESTADORA LTDA-AI N°724/2017

815.875/2015-TRANSPORTES ZEMAI LTDA ME-AI N°717/2017

GILMAR OLIVEIRA GONÇALVES

SUPERINTENDÊNCIA EM SERGIPE

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 89/2017

Fase de Autorização de Pesquisa
Nega provimento a defesa apresentada(242)
878.100/2015-PEDREIRA SANTA CRUZ LTDA
878.006/2017-PEDREIRA SANTA CRUZ LTDA
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
878.047/2011-BELO JARDIM COMÉRCIO E SERVIÇOS DE JARDINAGEM E PAISAGISMO LTDA-OF. N°498/2017
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
878.112/2013-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A
Fase de Disponibilidade
Despacho publicado(316)
878.158/2007-MARIA DA MOTA SILVA-ME-Determina cumprimento de exigência - prazo de 30 (trinta) dias - Ofício nº 480/2017
878.042/2013-JUNIOR CONSTRUÇÕES INDUSTRIA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA-Determina cumprimento de exigência - prazo de 30 (trinta) dias - Ofício nº 474/2017
Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
873.953/1993-PEDREIRA DO PORTO LTDA-OF. N°466/2017
878.017/2001-EXPANSÃO MINERADORA DE SERGIPE LTDA-OF. N°454/2017
878.036/2006-CONSTRUTORA LUZIENSE LTDA-OF. N°481/2017
878.038/2006-CONSTRUTORA LUZIENSE LTDA-OF. N°481/2017
878.103/2007-SÃO ROQUE EXTRAÇÃO DE MINERAIS E COMERCIO LTDA-OF. N°483/2017
878.153/2007-CERÂMICA SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS LTDA ME-OF. N°484/2017
878.156/2007-JUNIOR CONSTRUÇÕES INDUSTRIA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA-OF. N°474/2017
878.064/2008-CERÂMICA FENIX INDUSTRIA E COMÉRCIO LTDA-OF. N°463/2017
878.094/2008-VELOTEX IND. COM. DE ART. DE BARRO LTDA.-OF. N°462/2017
878.003/2009-INDÚSTRIA DE ARTEFATOS DE CERÂMICA SANTANA LTDA-OF. N°464/2017
878.036/2009-JAZIDA PARUHY LTDA-OF. N°479/2017
878.037/2009-JAZIDA PARUHY LTDA-OF. N°479/2017
878.205/2010-HAIOKELLY TRANSPORTES LTDA ME-OF. N°478/2017
878.056/2011-ANTONIO FRANCISCO DA CUNHA ITABAIANA ME-OF. N°477/2017
878.125/2011-CONSORCIO CR ALMEIDA S. A. PAULISTA-OF. N°452/2017
878.015/2012-CERÂMICA JARDIM LTDA ME-OF. N°475/2017
878.037/2012-VALDENICE PIRES SANTOS ME-OF. N°449/2017
878.112/2012-SERNAL CONSTRUÇÕES, TRANSPORTES E EXTRAÇÕES DE AREIA LTDA ME-OF. N°476/2017
878.150/2012-MARTINS FONTES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME-OF. N°486/2017
878.156/2012-ROSIVALDO DE SOUZA LIMA JAZIDA ME-OF. N°447/2017
878.041/2013-JUNIOR CONSTRUÇÕES INDUSTRIA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA-OF. N°474/2017
878.044/2013-EVERTON DAMASCENA SANTOS ME-OF. N°446/2017
878.045/2013-EVERTON DAMASCENA SANTOS ME-OF. N°467/2017
878.067/2013-WASHINGTON RODRIGUES SANTOS ME-OF. N°472/2017
878.074/2013-CONSTRUTORA E PEDREIRA RAMOS LTDA ME-OF. N°499/2017
878.075/2013-ELISIO EDESIO DE JESUS ME-OF. N°473/2017
878.082/2013-J A DE VASCONCELOS EXTRAÇÕES ME-OF. N°485/2017
878.100/2013-SERNAL CONSTRUÇÕES, TRANSPORTES E EXTRAÇÕES DE AREIA LTDA ME-OF. N°476/2017
878.103/2013-JOSÉ ADAILTON OLIVEIRA DOS SANTOS-OF. N°460/2017
878.002/2014-GL EMPEENDIMENTOS LTDA-OF. N°470/2017
878.034/2014-DANIELA SANTOS MELO ME-OF. N°469/2017
878.060/2014-JOSÉ DOMINGOS ALVES DE SOUZA-OF. N°458/2017
878.064/2014-MARIA VIRGINIA SOARES DOS SANTOS ME-OF. N°459/2017
878.071/2014-JUNIOR CONSTRUÇÕES INDUSTRIA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA-OF. N°474/2017
878.072/2014-VALMI BARBOSA DOS SANTOS ME-OF. N°468/2017
878.094/2014-SMS EXTRACAO DE AREIA LTDA ME-OF. N°457/2017
878.106/2014-AREAL NOSSA SENHORA D"AJUDA LTDA ME-OF. N°453/2017
878.122/2014-CERÂMICA NOSSA SENHORA DA PIEDADE LTDA-OF. N°443/2017
878.131/2014-JOSÉ TAVARES DE JESUS ME-OF. N°445/2017
878.134/2014-CONSERMAR SERVIÇOS MARÍTIMOS LTDA-ME-OF. N°444/2017
878.135/2014-JOSÉ FRANCISRAY DOS SANTOS ME-OF. N°482/2017
878.142/2014-JOSÉ ADAILTON OLIVEIRA DOS SANTOS-OF. N°490/2017
878.151/2014-WILSON DOS SANTOS-OF. N°451/2017
878.152/2014-WILSON DOS SANTOS-OF. N°450/2017
878.052/2015-JOSE ADILSON DA CONCEIÇÃO ME-OF. N°461/2017
878.068/2015-ALMEIDA & GERALCINO SERVIÇOS EM GERAL LTDA ME-OF. N°487/2017
878.094/2015-RIACHUELO MINERACAO LTDA ME-OF. N°448/2017
878.116/2015-JOSÉ ALMEIDA LIMA-OF. N°455/2017
878.120/2015-HUGO MARCEL BRASIL SANTOS ME-OF. N°471/2017
878.121/2015-JBS MINERAÇÃO LTDA ME-OF. N°456/2017
878.156/2015-JOSÉ LOURIVAL DOS SANTOS AREIA E PEDRAS ME-OF. N°489/2017
878.091/2016-BELO JARDIM COMÉRCIO E SERVIÇOS DE JARDINAGEM E PAISAGISMO LTDA-OF. N°500/2017
878.109/2016-MARQ. TERRA COMÉRCIO, SERVIÇOS E TRANSPORTE LTDA ME-OF. N°465/2017
Fase de Concessão de Lavra
Intima para apresentar documentos desmembramento de área-Prazo 90 dias(1102)
605.626/1976-PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.-OF. N°502/2017

GEORGE EUSTAQUIO SILVA

SUPERINTENDÊNCIA EM TOCANTINS

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 115/2017

Fase de Disponibilidade
Declara PRIORITÁRIO, pretendente da área em disponibilidade para pesquisa(303)
860.738/1990-EXZ Mineração Ltda- Substância Aprovada:Minério de Ferro e Minério de Ouro
864.083/1999-Votorantim Cimentos N/NE S/A- Substância Aprovada:Minério de Ferro e Argila
864.274/2005-Inecol Indústria Engenharia e Comércio Ltda- Substância Aprovada:Minério de Ouro e Cobre
864.218/2007-Natanael Rodrigues da Silva- Substância Aprovada:Minério de Ouro
864.454/2007-Geominas Minerações Ltda- Substância Aprovada:Minério de Ouro
864.172/2010-Mineradora Santo Expedito Ltda- Substância Aprovada:Minério de Ouro e Calcário
300.014/2011-Colorgems Ltda- Substância Aprovada:Minério de Manganês, Granada, Quartzo e Turmalina
864.122/2012-Votorantim Cimentos N/NE S.A.- Substância Aprovada:Minério de Ferro e Minério de Ouro
Indefere requerimento de habilitação a área disponibilidade - Edital/Pesquisa(313)
864.019/2010-Laurivaldo Dias e Adriana Marcia Lima da Silva
864.172/2010-Sérgio Taveira de Camargo
Nega provimento ao pedido de reconsideração(369)
864.353/2007- Recurso interposto por Ferlig Ferro Liga Ltda
Homologa desistência do requerimento de habilitação para área em disponibilidade(607)
864.354/2005-Hisahiro Claudio Kohigashi e Pierre Cordeiro Nunes
864.062/2010-Hisahiro Claudio Kohigashi
864.188/2013-D6 Empreendimentos Imobiliários Ltda
864.189/2013-D6 Empreendimentos Imobiliários Ltda
Não conhece proposta de habilitação protocolizado fora do prazo ou em desacordo com a legislação(1116)
864.019/2010-Ercília Barbosa de Castro
864.172/2010-Gessocal Ltda
864.205/2010-Engemid Construção e Mineração Ltda; Adher Empreendimentos Ltda
300.014/2011-Douglas Ciesielski e HP Mineração e Meio Ambiente Ltda
864.405/2012-Calcário Mara Rosa Ltda.
Propostas desclassificadas para o procedimento de disponibilidade(1808)
864.454/2007-Aquiles Pereira de Souza - EDITAL N° 11/2015 - Publicado DOU de 05/10/2015
864.122/2012-Mineradora Americal Ltda. EPP - EDITAL N° 07/2014 - Publicado DOU de 30/05/2014
Não conhece o recurso interposto(1837)
860.574/1993-Interposto porHelder de Oliveira Alves
Classificação das propostas técnicas do procedimento de disponibilidade(2088)
860.738/1990- EDITAL DISPONIBILIDADE N°12/2012-ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS: 2º - Serra Verde Pesuisa e Miineração Ltda (20 pontos); 3º Mineração Mata Azul S/A (17 pontos).
864.083/1999- EDITAL DISPONIBILIDADE N°17/2014-ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS: 2º - MINERAX - Mineração Xambioá Ltda (18 pontos)
864.274/2005- EDITAL DISPONIBILIDADE N°11/2015-ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS: Mineração e Indústria de Gesso Asa Branca Ltda (19 pontos).
864.218/2007- EDITAL DISPONIBILIDADE N°01/2015-ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS: 2º Hisahiro Claudio Kohigashi (15 pontos).
864.172/2010- EDITAL DISPONIBILIDADE N°14/2011-ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS: 2º - Caltins Calcário Tocantins Ltda (20 pontos); 3º - Nacal Natividade Calcário Agrícola Ltda (16 pontos); 4 º - Pedreira Gurupi Ltda (16 pontos)
300.014/2011- EDITAL DISPONIBILIDADE N°03/2015-ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS: 2º - PC Nunes Eireli EPP FI (17 pontos); 3º - Premier Gems Ltda (15 pontos)

FABIANO PINEIRO MIRANDA

Ministério do Desenvolvimento Social

GABINETE DO MINISTRO

DESPACHO DO CHEFE DE GABINETE
Em 9 de outubro de 2017

O CHEFE DE GABINETE DO MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria MDS nº 133, de 24 de dezembro de 2014, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, e no § 4º do art. 14 do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, resolve abrir prazo de quinze dias para a manifestação da sociedade civil, no sítio www.mds.gov.br, referente ao seguinte processo:

Nome da entidade: CENTRO SOCIAL BETESDA
CNPJ: 07.834.856/0001-01
Município: Fortaleza/CE
Processo nº: 71000.070334/2015-83

JOSÉ HENRIQUE MEDEIROS PIRES

CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PAUTAS DE REUNIÕES
OUTUBRO 2017

REUNIÃO DA COMISSÃO ORGANIZADORA DA 11ª CONFERÊNCIA NACIONAL
16/10/2017 - Reunião da Comissão Organizadora
09h às 18h
Reunião da Comissão Organizadora da 11ª Conferência Nacional de Assistência Social.
259ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CNAS OUTUBRO DE 2017
17/10/2017 - Reunião das Comissões Temáticas e Presidência Ampliada
09h às 16h
Comissão de Normas da Assistência Social - Apreciação das normativas que disciplinam a responsabilidade da gestão municipal no preenchimento do CNEAS e outros assuntos.
Comissão de Acompanhamento aos Conselhos da Assistência Social - Revisão do Tutorial ao Novo(a) Conselheiro(a) de Assistência Social e discussão sobre o seu lançamento e outros assuntos.
09h às 13h
Comissão de Política da Assistência Social: Painel: O papel da Assistência Social no Plano Nacional de Segurança Pública - ações intersetoriais de prevenção da violência e criminalidade e outros assuntos.
Comissão de Financiamento e Orçamento da Assistência Social: Apreciação do Relatório de Execução Orçamentária do FNAS - 3° trimestre e outros assuntos.
14h às 16h
Reunião conjunta da Comissão de Financiamento e Comissão de Política da Assistência Social: Monitoramento das Metas PPA - 2016/2019
16h às 18h
Presidência Ampliada
18/10/2017 - Plenária
9h às 09h30
Aprovação da ata da 258ª Reunião Ordinária do CNAS e da pauta da 259ª Reunião Ordinária do CNAS
9h30 às 11h
Informes da Presidência/Secretaria Executiva, MDS, FONSEAS, CONGEMAS, CIT e Conselheiros.
11h às 12h
Relato da Comissão Organizadora da 11ª Conferência Nacional de Assistência Social
14h às 16h
Palestra sobre Execução Orçamentária e Financeira.
Convidado: Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS/SNAS/MDS
16h às 18h
Apresentação do Balanço da Expansão e a Qualificação dos Serviços e Beneficios e as Unidades Socioassistenciais da Proteção Social Básica.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Convidado: Departamento de Proteção Social Básica/SNAS/MDS

19/10/2017 - Plenária

9h às 10h30

Relato da Presidência Ampliada

10h30 às 12h

Relato da Comissão de Financiamento e Orçamento da Assistência Social

14h às 15h30

Relato da Comissão de Normas da Assistência Social

15h30 às 16h30

Relato da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos da Assistência Social

16h30 às 18h

Relato da Comissão de Política da Assistência Social

REUNIÃO DA COMISSÃO DE MONITORAMENTO

20/10/2017 - Reunião da Comissão de Monitoramento das Deliberações

09h às 17h

Reunião da Comissão de Monitoramento das Deliberações das Conferências Nacionais de Assistência Social

Brasília, 10 de outubro de 2017.

SECRETARIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

DEPARTAMENTO DA REDE SOCIOASSISTENCIAL PRIVADA DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PORTARIA Nº 169, DE 9 DE OUTUBRO DE 2017

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições e com fundamento na Portaria nº 710, de 30 de setembro de 2010, considerando os fundamentos constantes no Parecer de Recurso nº 4/2017/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, exarado nos autos do Processo nº 71000.001240/2016-45, resolve:

Art. 1º Admitir o recurso interposto nos autos do processo nº 71000.001240/2016-45.

Art. 2º Reconsiderar a decisão proferida por meio da Portaria nº 49/2016, art. 1º, item 16 de 28/06/2016, publicada no DOU de 30/06/2016, que indeferiu o pedido de concessão da certificação das entidades beneficentes de assistência social.

Art. 3º Deferir a concessão de certificação das entidades beneficentes de assistência social requerida pela CÁRITAS DIOCESANA DE ITAPIPOCA, CNPJ: 06.949.614/0001-09, Itapipoca/CE, com validade de 03 (três) anos, a contar da data de publicação no Diário Oficial da União da presente Portaria, nos termos do artigo 5° do Decreto n° 8.242/2014.

Art. 4º Novo pedido de renovação de certificação de entidade beneficente de assistência social deverá ser apresentado no decorrer dos 360 (trezentos e sessenta) dias que antecedem o termo final de sua validade, em conformidade com o art. 24, § 1º, da Lei nº 12.101/09.

Art. 5º A entidade deverá observar a área de atuação preponderante para que o requerimento seja feito no Ministério correspondente a sua prevalência, conforme disposto no art. 21 da Lei nº 12.101/09.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Fica revogada a Portaria nº 49/2016, art. 1º, item 16 de 28/06/2016, publicada no DOU de 30/06/2016.

MARIA DO CARMO BRANT DE CARVALHO

PORTARIA Nº 170, DE 9 DE OUTUBRO DE 2017

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições e com fundamento na Portaria nº 710, de 30 de setembro de 2010, considerando os fundamentos constantes no Parecer de Recurso nº 54/2017/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, exarado nos autos do Processo nº 71010.003111/2010-87, resolve:

Art. 1º Admitir o recurso interposto nos autos do processo nº 71010.003111/2010-87.

Art. 2º Reconsiderar a decisão proferida por meio da Portaria 84/2017, art. 2°, item 4, de 30/05/2017, publicada no DOU de 01/06/2017, que indeferiu o pedido de renovação da certificação das entidades beneficentes de assistência social.

Art. 3º Deferir a renovação de certificação das entidades beneficentes de assistência social requerida pelo Lar Mãe do Divino Amor, CNPJ: 54.321.773/0001-07, São Paulo/SP, com validade de 05 (cinco) anos, de 03/08/2010 a 02/08/2015, nos termos do artigo 38-A, da Lei nº 12.868/2013.

Art. 4º Novo pedido de renovação de certificação de entidade beneficente de assistência social deverá ser apresentado no decorrer dos 360 (trezentos e sessenta) dias que antecedem o termo final de sua validade, em conformidade com o art. 24, § 1º, da Lei nº 12.101/09.

Art. 5º A entidade deverá observar a área de atuação preponderante para que o requerimento seja feito no Ministério correspondente a sua prevalência, conforme disposto no art. 21 da Lei nº 12.101/09 e art. 10 Decreto nº 8.242/2014.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Fica revogada a Portaria nº 84/2017, art. 2°, item 4, de 30/05/2017, DOU de 01/06/2017.

MARIA DO CARMO BRANT DE CARVALHO

PORTARIA Nº 171, DE 9 DE OUTUBRO DE 2017

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições e com fundamento na Portaria nº 710, de 30 de setembro de 2010, considerando os fundamentos constantes no Parecer de Recurso 56/2017/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, exarado nos autos do Processo nº 71000.002466/2016-63, resolve:

Art. 1º Não conhecer o recurso interposto, nos autos do processo nº 71000.002466/2016-63, considerando a intempestividade do requerimento.

Art. 2º Manter a decisão proferida por meio da Portaria SNAS/MDS nº 130/2017, art. 1º, item 21 de 25/07/2017, publicada no Diário Oficial da União de 31/07/2017 que indeferiu o pedido de concessão da Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social à CENTRO DE REABILITAÇÃO INTEGRAÇÃO SOCIAL - INSTITUTO CRISEC, CNPJ 02.711.774/0001-56, com sede em Paraíba do Sul/RJ.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA DO CARMO BRANT DE CARVALHO

PORTARIA Nº 172, DE 9 DE OUTUBRO DE 2017

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições e com fundamento na Portaria nº 710, de 30 de setembro de 2010, considerando os fundamentos constantes no Parecer de Recurso 45/2017/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, exarado nos autos do Processo nº 71010.003205/2011-37, resolve:

Art. 1º Não conhecer o recurso interposto, nos autos do processo nº 71010.003205/2011-37, considerando a intempestividade do requerimento.

Art. 2º Manter a decisão proferida por meio da Portaria SNAS/MDS nº 78/2017, art. 2º, item 05 de 24/04/2017, publicada no Diário Oficial da União de 28/04/2017 que indeferiu o pedido de renovação da Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social à AÇÃO SOCIAL PARÓQUIA JOAQUIM NABUCO, CNPJ 12.887.659/0001-90, com sede em Joaquim Nabuco/PE.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA DO CARMO BRANT DE CARVALHO

PORTARIA Nº 173, DE 9 DE OUTUBRODE 2017

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições e com fundamento na Portaria nº 710, de 30 de setembro de 2010, considerando os fundamentos constantes no Parecer de Recurso nº 55/2017/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, exarado nos autos do Processo nº 71000.084528/2016-47, resolve:

Art. 1º Admitir o recurso interposto nos autos do processo nº 71000.084528/2016-47.

Art. 2º Reconsiderar a decisão proferida por meio da Portaria 130/2017, art. 2°, item 14, de 25/07/2017, publicada no DOU de 31/07/2017, que indeferiu o pedido de renovação da certificação das entidades beneficentes de assistência social.

Art. 3º Deferir a renovação de certificação das entidades beneficentes de assistência social requerida pela Associação União das Famílias, CNPJ: 11.768.033/0001-00, São Gonçalo do Amarante/CE, com validade de 05 (cinco) anos, de 10/11/2016 a 09/11/2021, nos termos do artigo 5° do Decreto n° 8.242/2014.

Art. 4º Novo pedido de renovação de certificação de entidade beneficente de assistência social deverá ser apresentado no decorrer dos 360 (trezentos e sessenta) dias que antecedem o termo final de sua validade, em conformidade com o art. 24, § 1º, da Lei nº 12.101/09.

Art. 5º A entidade deverá observar a área de atuação preponderante para que o requerimento seja feito no Ministério correspondente a sua prevalência, conforme disposto no art. 21 da Lei nº 12.101/09 e art. 10 Decreto nº 8.242/2014.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Fica revogada a Portaria nº 130/2017, art. 2°, item 14, de 25/07/2017, DOU de 31/07/2017.

MARIA DO CARMO BRANT DE CARVALHO

PORTARIA Nº 174, DE 9 DE OUTUBRO DE 2017

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições e com fundamento na Portaria nº 710, de 30 de setembro de 2010, considerando os fundamentos constantes no Parecer de Recurso nº 44/2017/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, exarado nos autos do Processo nº 71000.084489/2016-88, resolve:

Art. 1º Admitir o recurso interposto nos autos do processo nº 71000.084489/2016-88.

Art. 2º Reconsiderar a decisão proferida por meio da Portaria 123/2017, art. 2°, item 3, de 22/06/2017, publicada no DOU de 29/06/2017, que indeferiu o pedido de renovação da certificação das entidades beneficentes de assistência social.

Art. 3º Deferir a renovação de certificação das entidades beneficentes de assistência social requerida pela Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Bom Retiro do Sul, CNPJ: 89.356.505/0001-05, Bom Retiro do Sul/RS, com validade de 05 (cinco) anos, de 24/10/2016 a 23/10/2021, nos termos do artigo 5° do Decreto nº 8.242/2014.

Art. 4º Novo pedido de renovação de certificação de entidade beneficente de assistência social deverá ser apresentado no decorrer dos 360 (trezentos e sessenta) dias que antecedem o termo final de sua validade, em conformidade com o art. 24, § 1º, da Lei nº 12.101/09.

Art. 5º A entidade deverá observar a área de atuação preponderante para que o requerimento seja feito no Ministério correspondente a sua prevalência, conforme disposto no art. 21 da Lei nº 12.101/09 e art. 10 Decreto nº 8.242/2014.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Fica revogada a Portaria nº 123/2017, art. 2°, item 3, de 22/06/2017, DOU de 29/06/2017.

MARIA DO CARMO BRANT DE CARVALHO

PORTARIA Nº 175, DE 9 DE OUTUBRO DE 2017

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições e com fundamento na Portaria nº 710, de 30 de setembro de 2010 e no Despacho nº 65/2017-CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, resolve:

Art. 1º Anular a Portaria nº 78/2017, art. 1º, item 8, de 24/04/2017, publicada no D.O.U.de 28/04/2017, referente à PROVOPAR AÇÃO SOCIAL - NÚCLEO DE FOZ DO IGUAÇU, CNPJ: 95.729.968/0001-60, Foz do Iguaçu/PR, em razão de publicação indevida.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA DO CARMO BRANT DE CARVALHO

PORTARIA Nº 176, DE 9 DE OUTUBRO DE 2017

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições e com fundamento na Portaria nº 710, de 30 de setembro de 2010 e no Despacho nº 262/2017-CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, resolve:

Art. 1º Anular a Portaria nº 123/2017, art. 2º, item 2, de 22/06/2017, publicada no D.O.U. de 29/06/2017, referente à Sociedade Professor Heitor Carrilho, CNPJ: 08.587.099/0001-81, Natal/RN, em razão de publicação indevida.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA DO CARMO BRANT DE CARVALHO

PORTARIA Nº 177, DE 9 DE OUTUBRO DE 2017

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições e com fundamento na Portaria nº 710, de 30 de setembro de 2010, considerando os fundamentos constantes no Parecer de Recurso nº 114/2017/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, exarado nos autos do Processo nº 71000.001720/2016-14, resolve:

Art. 1º Admitir o recurso interposto nos autos do processo nº 71000.001720/2016-14.

Art. 2º Reconsiderar a decisão proferida por meio da Portaria nº 151/2016, art. 1º, item 5, de 29/11/2016, publicada no DOU de 05/12/2016, que indeferiu o pedido de concessão da certificação das entidades beneficentes de assistência social.

Art. 3º Deferir a concessão de certificação das entidades beneficentes de assistência social requerida pelo Recanto de Campos Novos Paulista, CNPJ: 13.260.697/0001-81, Campos Novos Paulista, com validade de 03 (três) anos, a contar da data de publicação no Diário Oficial da União da presente Portaria, nos termos do artigo 5° do Decreto n° 8.242/2014.

Art. 4º Novo pedido de renovação de certificação de entidade beneficente de assistência social deverá ser apresentado no decorrer dos 360 (trezentos e sessenta) dias que antecedem o termo final de sua validade, em conformidade com o art. 24, § 1º, da Lei nº 12.101/09.

Art. 5º A entidade deverá observar a área de atuação preponderante para que o requerimento seja feito no Ministério correspondente a sua prevalência, conforme disposto no art. 21 da Lei nº 12.101/09 e art. 10 do Decreto nº 8.242/14.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Fica revogada a Portaria nº 151/2016, art. 1º, item 5, de 29/11/2016, DOU de 05/12/2016.

MARIA DO CARMO BRANT DE CARVALHO

RETIFICAÇÕES

Na Portaria SNAS/MDS nº 49/2016 art 1º. Processo nº 71000.052248/2015-99, item 25, de 28/06/2016, publicada no DOU de 30/06/2016, Seção I, página 78, da entidade ASSOCIAÇÃO ABRIGO MÃO AMIGA, CNPJ 09.377.460/0001-08, processo 71000.052248/2015-99. Onde se lê: "parecer técnico nº 48169/2016". Leia-se "parecer técnico nº 148169/2015".

Na Portaria SNAS/MDS nº 144/2016 art 1º. Processo nº 71000.059756/2012-55, item 1, de 24/10/2016, publicada no DOU de 31/10/2016, Seção I, página 36, da entidade CENTRO COMUNITÁRIO AURIMAR PONTES, CNPJ 29.125.010/0001-35, processo 71000.059756/2012-55. Onde se lê: "parecer técnico nº 44671/2016". Leia-se "parecer técnico nº 144671/2016".

Na Portaria SNAS/MDS nº 32/2016 art 2º. Processo nº 71000.127090/2010-11, item 22, de 10/05/2016, publicada no DOU de 11/05/2016, Seção I, página 125, da entidade CENTRO ISRAELITA DE APOIO MULTIDISCIPLINAR, CNPJ 61.683.272/0001-28, processo 71000.127090/2010-11. Onde se lê: "parecer técnico nº 44848/2016". Leia-se "parecer técnico nº 144848/2015".

Ministério do Esporte

SECRETARIA EXECUTIVA

DELIBERAÇÃO Nº 1.116, DE 10 DE OUTUBRO DE 2017

Dá publicidade aos projetos desportivos, relacionados nos anexos I e II, aprovados nas reuniões ordinárias realizadas em 05/09/2017 e 04/10/2017.

A COMISSÃO TÉCNICA VINCULADA AO MINISTÉRIO DO ESPORTE, de que trata a Lei nº 11.438 de 29 de dezembro de 2006, instituída pela Portaria nº 267, de 31 de agosto de 2017, considerando:

a) a aprovação dos projetos desportivos, relacionados nos anexos I e II, aprovados nas reuniões ordinárias realizadas em 05/09/2017 e 04/10/2017.

b) a comprovação pelo proponente de projeto desportivo aprovado, das respectivas regularidades fiscais e tributárias nas esferas federal, estadual e municipal, nos termos do parágrafo único do art. 27 do Decreto nº 6.180 de 03 de agosto de 2007 decide:

Art. 1º Tornar pública, para os efeitos da Lei nº 11.438 de 2006 e do Decreto nº 6.180 de 2007, a aprovação do projeto desportivo relacionado no anexo I.

Art. 2º Autorizar a captação de recursos, nos termos e prazos expressos, mediante doações ou patrocínios, para o projeto desportivo relacionado no anexo I.

Art. 3º Prorrogar o prazo de captação de recursos do projeto esportivo, para o qual o proponente fica autorizado a captar recurso, mediante doações e patrocínios, conforme anexo II.

Art. 4º Esta deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CANDIDO DA SILVA MURICY
Presidente da Comissão

ANEXO I

1 - Processo: 58000.103437/2017-31
Proponente: ASEPEL Associação de Ensino e Pesquisa em Esporte e Lazer
Título: Juiz de Fora Vôlei
Registro: 02MG159452016
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 23.179.643/0001-40
Cidade: Juiz de Fora UF: MG
Valor autorizado para captação: R$ 1.074.023,40
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0024 DV: 8 Conta Corrente (Bloqueada) vinculada nº 122774-2
Período de Captação até: 31/12/2018
2 - Processo: 58000.010309/2016-63
Proponente: Associação João de Barro
Título: Plantando Esperança com Taekwondo
Registro: 02SP156222016
Manifestação Desportiva: Desporto Educacional
CNPJ: 10.305.988/0001-50
Cidade: ITU UF: SP
Valor autorizado para captação: R$ 349.017,34
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0354 DV: 9 Conta Corrente (Bloqueada) vinculada nº 66281-X
Período de Captação até: 31/12/2018
3 - Processo: 58000.103022/2017-67
Proponente: Clube de Regatas do Flamengo
Título: Flamengo Olímpico II
Registro: 02RJ028772008
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 33.649.275/0001-99
Cidade: Rio de Janeiro UF: RJ
Valor autorizado para captação: R$ 8.316.246,26
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0598 DV: 3 Conta Corrente (Bloqueada) vinculada nº 46365-5
Período de Captação até: 31/12/2018
4 - Processo: 58701.004474/2014-17
Proponente: União Recreativa Sacramentana
Título: Escola de Voleibol - Meninas de Ouro
Registro: 02MG126242013
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 23.367.337/0001-37
Cidade: Sacramento UF: MG
Valor autorizado para captação: R$ 789.355,91
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0455 DV: 3 Conta Corrente (Bloqueada) vinculada nº 21059-5
Período de Captação até: 31/12/2018

ANEXO II

1 - Processo: 58701.002589/2015-58
Proponente: Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais da Fazenda Rio Grande
Título: Capoeira para os Alunos da APAE-FRG
Valor autorizado para captação: R$ 196.697,52
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 4314 DV: 1 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 28478-5
Período de Captação até: 31/12/2018

Ministério do Meio Ambiente

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS

RESOLUÇÃO Nº 1.728, DE 11 DE SETEMBRO DE 2017

O DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS - ANA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 103, inciso XVII, do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 828, de 15 de maio de 2017, torna público que a DIRETORIA COLEGIADA em sua 672ª Reunião Ordinária, realizada em 11 de setembro de 2017, com fundamento no art. 12, inciso V, da Lei nº 9.984, de 17/07/2000, resolveu:

Declarar reservada, à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, na seção do rio Paraitinga, a disponibilidade hídrica caracterizada pelas vazões naturais afluentes, constantes do Anexo I, subtraídas das vazões médias destinadas ao atendimento de usos consuntivos a montante, conforme Anexo II, e da vazão necessária para operação de eventual sistema de transposição de peixes, caso implantado.

Art. 2º As vazões reservadas têm a finalidade de garantir a disponibilidade hídrica necessária à viabilidade da PCH Cunha, Municípios de Cunha e Areias no Estado de São Paulo.

O inteiro teor das Resoluções, bem como os Anexos I e II e as demais informações pertinentes estarão disponíveis no site www.ana.gov.br.

VICENTE ANDREU

Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão

SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS

DEPARTAMENTO DE ÓRGÃOS EXTINTOS E DE GESTÃO DE FOLHA DE PAGAMENTO

COORDENAÇÃO-GERAL DE GESTÃO DE ESTATUTÁRIOS

PORTARIA Nº 952, DE 10 DE OUTUBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE GESTÃO DE ESTATUTÁRIOS, SUBSTITUTO, DO DEPARTAMENTO DE ÓRGÃOS EXTINTOS E DE GESTÃO DE FOLHA DE PAGAMENTO DA SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO, de acordo com o Decreto nº 9.035, de 20 de abril de 2017, com a Portaria DEPEX/SGP/MP nº 759, de 4 de setembro de 2017, e tendo em vista o que consta no Processo nº 05210.005702/2017-84, resolve:

Transferir a reparação econômica de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada, em favor de TEREZINHA ELEUTERIO DA ROSA, CPF: 163.846.858-33, viúva do anistiado político EDISON DAMASCENO DA ROSA, CPF 560.759.018-68, matrícula SIAPE 2010269, em caráter vitalício, com fundamento no art. 13 da Lei no 10.559, de 13 de novembro de 2002, c/c arts. 217, inciso I, e 222, inciso VII, alínea "b", item 6, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, alterados pela Lei nº 13.135, de 17 de junho de 2015, com vigência a contar de 2 de setembro de 2017, data do falecimento do anistiado.

AMADO JOSÉ BUENO NETTO

SECRETARIA DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS

PORTARIA Nº 24, DE 9 DE OUTUBRO DE 2017

O SECRETÁRIO DA SECRETARIA DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS - SEST, tendo em vista a autorização constante no art. 43, § 1º, inciso II, alínea "a" da Lei nº 13.408, de 26 de dezembro de 2016 - Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, e considerando a necessidade de adequar as fontes dos recursos aprovadas, de modo a viabilizar a execução do Orçamento de Investimento para 2017 das empresas Companhia Docas do Ceará - CDC, Companhia das Docas do Estado da Bahia - Codeba, Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ, Amazonas Geração e Transmissão S.A. - AmGT, Furnas Centrais Elétricas S.A., Geradora Eólica Ventos Angelim S.A., Geradora Eólica Ventos de Santa Rosa S.A, Geradora Eólica Ventos de Uirapuru S.A, Geradora Eólica Arará Azul S.A., Geradora Eólica Bentevi S.A, Geradora Eolica Ouro Verde I S.A., Geradora Eolica Ouro Verde II S.A, Geradora Eolica Ouro Verde III S.A., Companhia Energética de Alagoas - CEAL, Transenergia Goiás S.A - TGO, Companhia de Eletricidade do Acre - Eletroacre, Transmissora Sul Litorânea de Energia S.A. - TSLE e Fronteira Oeste Transmissora de Energia S.A. - Fote, resolve:

Art. 1º Modificar, na forma dos Anexos I e II a esta Portaria, as fontes de financiamento do Orçamento de Investimento para 2017, aprovado pela Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017, em favor das empresas estatais acima mencionadas.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO ANTÔNIO RIBEIRO SOARES

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)	Outras Alterações Orçamentárias Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00
QUADRO SÍNTESE POR RECEITA	
6.0.0.0.00.00 - Recursos de Capital - Orçamento de Investimento	649.398.174
6.1.0.0.00.00 - Recursos Próprios	329.675.033
6.1.1.0.00.00 - Geração Própria	329.675.033
6.2.0.0.00.00 - Recursos para Aumento do Patrimônio Líquido	97.375.187
6.2.1.0.00.00 - Tesouro	27.742.265
6.2.1.1.00.00 - Direto	27.742.265
6.2.2.0.00.00 - Controladora	69.632.922
6.3.0.0.00.00 - Operações de Crédito de Longo Prazo	143.227.811
6.3.1.0.00.00 - Internas	143.227.811
6.9.0.0.00.00 - Outros Recursos de Longo Prazo	79.120.143
6.9.1.0.00.00 - Debêntures	58.408.116
6.9.2.0.00.00 - Controladora	20.712.027
TOTAL GERAL	649.398.174
TOTAL DE RECEITAS CORRENTES	329.675.033
TOTAL DE RECEITAS DE CAPITAL	319.723.141

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)	Outras Alterações Orçamentárias Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00
QUADRO SÍNTESE POR RECEITA	
6.0.0.0.00.00 - Recursos de Capital - Orçamento de Investimento	619.652.667
6.1.0.0.00.00 - Recursos Próprios	327.671.791
6.1.1.0.00.00 - Geração Própria	327.671.791

6.2.0.0.00.00 - Recursos para Aumento do Patrimônio Líquido		69.632.922
6.2.2.0.00.00 - Controladora		69.632.922
6.3.0.0.00.00 - Operações de Crédito de Longo Prazo		143.227.811
6.3.1.0.00.00 - Internas		143.227.811
6.9.0.0.00.00 - Outros Recursos de Longo Prazo		79.120.143
6.9.1.0.00.00 - Debêntures		58.408.116
6.9.2.0.00.00 - Controladora		20.712.027
	TOTAL GERAL	619.652.667
	TOTAL DE RECEITAS CORRENTES	327.671.791
	TOTAL DE RECEITAS DE CAPITAL	291.980.876

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia
UNIDADE: 32228 - FURNAS - Centrais Elétricas S.A.

ANEXO I	Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)	Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00
QUADRO SÍNTESE POR RECEITA	
6.0.0.0.00.00 - Recursos de Capital - Orçamento de Investimento	166.436.765
6.1.0.0.00.00 - Recursos Próprios	166.436.765
6.1.1.0.00.00 - Geração Própria	166.436.765
TOTAL GERAL	166.436.765
TOTAL DE RECEITAS CORRENTES	166.436.765
TOTAL DE RECEITAS DE CAPITAL	0

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia
UNIDADE: 32267 - Companhia de Eletricidade do Acre - ELETROACRE

ANEXO I	Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)	Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00
QUADRO SÍNTESE POR RECEITA	
6.0.0.0.00.00 - Recursos de Capital - Orçamento de Investimento	1.820.776
6.9.0.0.00.00 - Outros Recursos de Longo Prazo	1.820.776
6.9.2.0.00.00 - Controladora	1.820.776
TOTAL GERAL	1.820.776
TOTAL DE RECEITAS CORRENTES	0
TOTAL DE RECEITAS DE CAPITAL	1.820.776

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia
UNIDADE: 32268 - Companhia Energética de Alagoas - CEAL

ANEXO I	Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)	Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00
QUADRO SÍNTESE POR RECEITA	
6.0.0.0.00.00 - Recursos de Capital - Orçamento de Investimento	18.891.251
6.9.0.0.00.00 - Outros Recursos de Longo Prazo	18.891.251
6.9.2.0.00.00 - Controladora	18.891.251
TOTAL GERAL	18.891.251
TOTAL DE RECEITAS CORRENTES	0
TOTAL DE RECEITAS DE CAPITAL	18.891.251

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia
UNIDADE: 32364 - Transmissora Sul Litorânea de Energia S.A. - TSLE

ANEXO I	Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)	Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00
QUADRO SÍNTESE POR RECEITA	
6.0.0.0.00.00 - Recursos de Capital - Orçamento de Investimento	58.408.116
6.9.0.0.00.00 - Outros Recursos de Longo Prazo	58.408.116
6.9.1.0.00.00 - Debêntures	58.408.116
TOTAL GERAL	58.408.116
TOTAL DE RECEITAS CORRENTES	0
TOTAL DE RECEITAS DE CAPITAL	58.408.116

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia
UNIDADE: 32365 - Amazonas Geração e Transmissão de Energia S.A. - AmGT

ANEXO I	Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)	Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00
QUADRO SÍNTESE POR RECEITA	
6.0.0.0.00.00 - Recursos de Capital - Orçamento de Investimento	143.893.781
6.1.0.0.00.00 - Recursos Próprios	143.893.781
6.1.1.0.00.00 - Geração Própria	143.893.781
TOTAL GERAL	143.893.781
TOTAL DE RECEITAS CORRENTES	143.893.781
TOTAL DE RECEITAS DE CAPITAL	0

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia
UNIDADE: 32377 - Transenergia Goiás S.A.

ANEXO I	Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)	Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00
QUADRO SÍNTESE POR RECEITA	
6.0.0.0.00.00 - Recursos de Capital - Orçamento de Investimento	16.941.245
6.1.0.0.00.00 - Recursos Próprios	16.941.245
6.1.1.0.00.00 - Geração Própria	16.941.245
TOTAL GERAL	16.941.245
TOTAL DE RECEITAS CORRENTES	16.941.245
TOTAL DE RECEITAS DE CAPITAL	0

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia
UNIDADE: 32378 - Geradora Eólica Ventos Angelim S.A.

ANEXO I	Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)	Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00
QUADRO SÍNTESE POR RECEITA	
6.0.0.0.00.00 - Recursos de Capital - Orçamento de Investimento	20.071.902
6.1.0.0.00.00 - Recursos Próprios	50.000
6.1.1.0.00.00 - Geração Própria	50.000
6.3.0.0.00.00 - Operações de Crédito de Longo Prazo	20.021.902
6.3.1.0.00.00 - Internas	20.021.902
TOTAL GERAL	20.071.902
TOTAL DE RECEITAS CORRENTES	50.000
TOTAL DE RECEITAS DE CAPITAL	20.021.902

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia
UNIDADE: 32379 - Geradora Eólica Ventos de Santa Rosa S.A.

ANEXO I	Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)	Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00
QUADRO SÍNTESE POR RECEITA	
6.0.0.0.00.00 - Recursos de Capital - Orçamento de Investimento	20.071.902
6.1.0.0.00.00 - Recursos Próprios	50.000
6.1.1.0.00.00 - Geração Própria	50.000
6.3.0.0.00.00 - Operações de Crédito de Longo Prazo	20.021.902
6.3.1.0.00.00 - Internas	20.021.902
TOTAL GERAL	20.071.902
TOTAL DE RECEITAS CORRENTES	50.000
TOTAL DE RECEITAS DE CAPITAL	20.021.902

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia
UNIDADE: 32380 - Geradora Eólica Ventos de Uirapuru S.A.

ANEXO I	Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)	Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00
QUADRO SÍNTESE POR RECEITA	
6.0.0.0.00.00 - Recursos de Capital - Orçamento de Investimento	20.071.902
6.1.0.0.00.00 - Recursos Próprios	50.000
6.1.1.0.00.00 - Geração Própria	50.000
6.3.0.0.00.00 - Operações de Crédito de Longo Prazo	20.021.902
6.3.1.0.00.00 - Internas	20.021.902
TOTAL GERAL	20.071.902
TOTAL DE RECEITAS CORRENTES	50.000
TOTAL DE RECEITAS DE CAPITAL	20.021.902

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia
UNIDADE: 32381 - Geradora Eólica Arará Azul S.A.

ANEXO I	Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)	Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00
QUADRO SÍNTESE POR RECEITA	
6.0.0.0.00.00 - Recursos de Capital - Orçamento de Investimento	16.682.421
6.1.0.0.00.00 - Recursos Próprios	50.000
6.1.1.0.00.00 - Geração Própria	50.000
6.3.0.0.00.00 - Operações de Crédito de Longo Prazo	16.632.421
6.3.1.0.00.00 - Internas	16.632.421
TOTAL GERAL	16.682.421
TOTAL DE RECEITAS CORRENTES	50.000
TOTAL DE RECEITAS DE CAPITAL	16.632.421

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia
UNIDADE: 32382 - Geradora Eólica Bentevi S.A.

ANEXO I	Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)	Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00
QUADRO SÍNTESE POR RECEITA	
6.0.0.0.00.00 - Recursos de Capital - Orçamento de Investimento	16.682.421
6.1.0.0.00.00 - Recursos Próprios	50.000
6.1.1.0.00.00 - Geração Própria	50.000
6.3.0.0.00.00 - Operações de Crédito de Longo Prazo	16.632.421
6.3.1.0.00.00 - Internas	16.632.421
TOTAL GERAL	16.682.421
TOTAL DE RECEITAS CORRENTES	50.000
TOTAL DE RECEITAS DE CAPITAL	16.632.421

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia
UNIDADE: 32383 - Geradora Eólica Ouro Verde I S.A.

ANEXO I	Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)	Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00
QUADRO SÍNTESE POR RECEITA	
6.0.0.0.00.00 - Recursos de Capital - Orçamento de Investimento	16.682.421
6.1.0.0.00.00 - Recursos Próprios	50.000
6.1.1.0.00.00 - Geração Própria	50.000
6.3.0.0.00.00 - Operações de Crédito de Longo Prazo	16.632.421
6.3.1.0.00.00 - Internas	16.632.421
TOTAL GERAL	16.682.421
TOTAL DE RECEITAS CORRENTES	50.000
TOTAL DE RECEITAS DE CAPITAL	16.632.421

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia
UNIDADE: 32384 - Geradora Eólica Ouro Verde II S.A.

ANEXO I	Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)	Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00
QUADRO SÍNTESE POR RECEITA	
6.0.0.0.00.00 - Recursos de Capital - Orçamento de Investimento	16.682.421
6.1.0.0.00.00 - Recursos Próprios	50.000
6.1.1.0.00.00 - Geração Própria	50.000
6.3.0.0.00.00 - Operações de Crédito de Longo Prazo	16.632.421
6.3.1.0.00.00 - Internas	16.632.421
TOTAL GERAL	16.682.421
TOTAL DE RECEITAS CORRENTES	50.000
TOTAL DE RECEITAS DE CAPITAL	16.632.421

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia
UNIDADE: 32385 - Geradora Eólica Ouro Verde III S.A.

ANEXO I	Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)	Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00
QUADRO SÍNTESE POR RECEITA	
6.0.0.0.00.00 - Recursos de Capital - Orçamento de Investimento	16.682.421
6.1.0.0.00.00 - Recursos Próprios	50.000
6.1.1.0.00.00 - Geração Própria	50.000

6.3.0.0.00.00 - Operações de Crédito de Longo Prazo		16.632.421
6.3.1.0.00.00 - Internas		16.632.421
	TOTAL GERAL	16.682.421
	TOTAL DE RECEITAS CORRENTES	50.000
	TOTAL DE RECEITAS DE CAPITAL	16.632.421

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia
UNIDADE: 32391 - Fronteira Oeste Transmissora de Energia S.A.

ANEXO I	Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)	Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00
QUADRO SÍNTESE POR RECEITA	
6.0.0.0.00.00 - Recursos de Capital - Orçamento de Investimento	69.632.922
6.2.0.0.00.00 - Recursos para Aumento do Patrimônio Líquido	69.632.922
6.2.2.0.00.00 - Controladora	69.632.922
TOTAL GERAL	69.632.922
TOTAL DE RECEITAS CORRENTES	0
TOTAL DE RECEITAS DE CAPITAL	69.632.922

ÓRGÃO: 39000 - Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

ANEXO I	Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)	Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00
QUADRO SÍNTESE POR RECEITA	
6.0.0.0.00.00 - Recursos de Capital - Orçamento de Investimento	29.745.507
6.1.0.0.00.00 - Recursos Próprios	2.003.242
6.1.1.0.00.00 - Geração Própria	2.003.242
6.2.0.0.00.00 - Recursos para Aumento do Patrimônio Líquido	27.742.265
6.2.1.0.00.00 - Tesouro	27.742.265
6.2.1.1.00.00 - Direto	27.742.265
TOTAL GERAL	29.745.507
TOTAL DE RECEITAS CORRENTES	2.003.242
TOTAL DE RECEITAS DE CAPITAL	27.742.265

ÓRGÃO: 39000 - Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil
UNIDADE: 39210 - Companhia Docas do Ceará - CDC

ANEXO I	Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)	Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00
QUADRO SÍNTESE POR RECEITA	
6.0.0.0.00.00 - Recursos de Capital - Orçamento de Investimento	7.892.563
6.2.0.0.00.00 - Recursos para Aumento do Patrimônio Líquido	7.892.563
6.2.1.0.00.00 - Tesouro	7.892.563
6.2.1.1.00.00 - Direto	7.892.563
TOTAL GERAL	7.892.563
TOTAL DE RECEITAS CORRENTES	0
TOTAL DE RECEITAS DE CAPITAL	7.892.563

ÓRGÃO: 39000 - Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil
UNIDADE: 39212 - Companhia das Docas do Estado da Bahia - CODEBA

ANEXO I	Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)	Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00
QUADRO SÍNTESE POR RECEITA	
6.0.0.0.00.00 - Recursos de Capital - Orçamento de Investimento	1.000.000
6.2.0.0.00.00 - Recursos para Aumento do Patrimônio Líquido	1.000.000
6.2.1.0.00.00 - Tesouro	1.000.000
6.2.1.1.00.00 - Direto	1.000.000
TOTAL GERAL	1.000.000
TOTAL DE RECEITAS CORRENTES	0
TOTAL DE RECEITAS DE CAPITAL	1.000.000

ÓRGÃO: 39000 - Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil
UNIDADE: 39216 - Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ

ANEXO I	Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)	Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00
QUADRO SÍNTESE POR RECEITA	
6.0.0.0.00.00 - Recursos de Capital - Orçamento de Investimento	20.852.944
6.1.0.0.00.00 - Recursos Próprios	2.003.242
6.1.1.0.00.00 - Geração Própria	2.003.242
6.2.0.0.00.00 - Recursos para Aumento do Patrimônio Líquido	18.849.702
6.2.1.0.00.00 - Tesouro	18.849.702
6.2.1.1.00.00 - Direto	18.849.702
TOTAL GERAL	20.852.944
TOTAL DE RECEITAS CORRENTES	2.003.242
TOTAL DE RECEITAS DE CAPITAL	18.849.702

ANEXO II	Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO)	Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00
QUADRO SÍNTESE POR RECEITA	
6.0.0.0.00.00 - Recursos de Capital - Orçamento de Investimento	649.398.174
6.1.0.0.00.00 - Recursos Próprios	27.030.598
6.1.1.0.00.00 - Geração Própria	27.030.598
6.2.0.0.00.00 - Recursos para Aumento do Patrimônio Líquido	190.314.563
6.2.1.0.00.00 - Tesouro	29.745.507
6.2.1.3.00.00 - Saldos de Exercícios Anteriores	29.745.507
6.2.2.0.00.00 - Controladora	160.569.056
6.3.0.0.00.00 - Operações de Crédito de Longo Prazo	288.159.232
6.3.1.0.00.00 - Internas	288.159.232
6.9.0.0.00.00 - Outros Recursos de Longo Prazo	143.893.781
6.9.2.0.00.00 - Controladora	143.893.781
TOTAL GERAL	649.398.174
TOTAL DE RECEITAS CORRENTES	27.030.598
TOTAL DE RECEITAS DE CAPITAL	622.367.576

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia

ANEXO II	Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO)	Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00
QUADRO SÍNTESE POR RECEITA	
6.0.0.0.00.00 - Recursos de Capital - Orçamento de Investimento	619.652.667

6.1.0.0.00.00 - Recursos Próprios	27.030.598
6.1.1.0.00.00 - Geração Própria	27.030.598
6.2.0.0.00.00 - Recursos para Aumento do Patrimônio Líquido	160.569.056
6.2.2.0.00.00 - Controladora	160.569.056
6.3.0.0.00.00 - Operações de Crédito de Longo Prazo	288.159.232
6.3.1.0.00.00 - Internas	288.159.232
6.9.0.0.00.00 - Outros Recursos de Longo Prazo	143.893.781
6.9.2.0.00.00 - Controladora	143.893.781
TOTAL GERAL	619.652.667
TOTAL DE RECEITAS CORRENTES	27.030.598
TOTAL DE RECEITAS DE CAPITAL	592.622.069

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia
UNIDADE: 32228 - FURNAS - Centrais Elétricas S.A.

ANEXO II PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) QUADRO SÍNTESE POR RECEITA	Outras Alterações Orçamentárias Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00
6.0.0.0.00.00 - Recursos de Capital - Orçamento de Investimento	166.436.765
6.3.0.0.00.00 - Operações de Crédito de Longo Prazo	166.436.765
6.3.1.0.00.00 - Internas	166.436.765
TOTAL GERAL	166.436.765
TOTAL DE RECEITAS CORRENTES	0
TOTAL DE RECEITAS DE CAPITAL	166.436.765

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia
UNIDADE: 32267 - Companhia de Eletricidade do Acre - ELETROACRE

ANEXO II PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) QUADRO SÍNTESE POR RECEITA	Outras Alterações Orçamentárias Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00
6.0.0.0.00.00 - Recursos de Capital - Orçamento de Investimento	1.820.776
6.1.0.0.00.00 - Recursos Próprios	1.820.776
6.1.1.0.00.00 - Geração Própria	1.820.776
TOTAL GERAL	1.820.776
TOTAL DE RECEITAS CORRENTES	1.820.776
TOTAL DE RECEITAS DE CAPITAL	0

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia
UNIDADE: 32268 - Companhia Energética de Alagoas - CEAL

ANEXO II PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) QUADRO SÍNTESE POR RECEITA	Outras Alterações Orçamentárias Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00
6.0.0.0.00.00 - Recursos de Capital - Orçamento de Investimento	18.891.251
6.1.0.0.00.00 - Recursos Próprios	18.891.251
6.1.1.0.00.00 - Geração Própria	18.891.251
TOTAL GERAL	18.891.251
TOTAL DE RECEITAS CORRENTES	18.891.251
TOTAL DE RECEITAS DE CAPITAL	0

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia
UNIDADE: 32364 - Transmissora Sul Litorânea de Energia S.A. - TSLE

ANEXO II PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) QUADRO SÍNTESE POR RECEITA	Outras Alterações Orçamentárias Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00
6.0.0.0.00.00 - Recursos de Capital - Orçamento de Investimento	58.408.116
6.3.0.0.00.00 - Operações de Crédito de Longo Prazo	58.408.116
6.3.1.0.00.00 - Internas	58.408.116
TOTAL GERAL	58.408.116
TOTAL DE RECEITAS CORRENTES	0
TOTAL DE RECEITAS DE CAPITAL	58.408.116

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia
UNIDADE: 32365 - Amazonas Geração e Transmissão de Energia S.A. - AmGT

ANEXO II PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) QUADRO SÍNTESE POR RECEITA	Outras Alterações Orçamentárias Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00
6.0.0.0.00.00 - Recursos de Capital - Orçamento de Investimento	143.893.781
6.9.0.0.00.00 - Outros Recursos de Longo Prazo	143.893.781
6.9.2.0.00.00 - Controladora	143.893.781
TOTAL GERAL	143.893.781
TOTAL DE RECEITAS CORRENTES	0
TOTAL DE RECEITAS DE CAPITAL	143.893.781

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia
UNIDADE: 32377 - Transenergia Goiás S.A.

ANEXO II PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) QUADRO SÍNTESE POR RECEITA	Outras Alterações Orçamentárias Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00
6.0.0.0.00.00 - Recursos de Capital - Orçamento de Investimento	16.941.245
6.2.0.0.00.00 - Recursos para Aumento do Patrimônio Líquido	16.941.245
6.2.2.0.00.00 - Controladora	16.941.245
TOTAL GERAL	16.941.245
TOTAL DE RECEITAS CORRENTES	0
TOTAL DE RECEITAS DE CAPITAL	16.941.245

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia
UNIDADE: 32378 - Geradora Eólica Ventos Angelim S.A.

ANEXO II PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) QUADRO SÍNTESE POR RECEITA	Outras Alterações Orçamentárias Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00
6.0.0.0.00.00 - Recursos de Capital - Orçamento de Investimento	20.071.902
6.2.0.0.00.00 - Recursos para Aumento do Patrimônio Líquido	20.071.902
6.2.2.0.00.00 - Controladora	20.071.902
TOTAL GERAL	20.071.902
TOTAL DE RECEITAS CORRENTES	0
TOTAL DE RECEITAS DE CAPITAL	20.071.902

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia
UNIDADE: 32379 - Geradora Eólica Ventos de Santa Rosa S.A.

ANEXO II	Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO)	Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00
QUADRO SÍNTESE POR RECEITA	
6.0.0.0.00.00 - Recursos de Capital - Orçamento de Investimento	20.071.902
6.2.0.0.00.00 - Recursos para Aumento do Patrimônio Líquido	20.071.902
6.2.2.0.00.00 - Controladora	20.071.902
TOTAL GERAL	20.071.902
TOTAL DE RECEITAS CORRENTES	0
TOTAL DE RECEITAS DE CAPITAL	20.071.902

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia
UNIDADE: 32380 - Geradora Eólica Ventos de Uirapuru S.A.

ANEXO II	Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO)	Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00
QUADRO SÍNTESE POR RECEITA	
6.0.0.0.00.00 - Recursos de Capital - Orçamento de Investimento	20.071.902
6.2.0.0.00.00 - Recursos para Aumento do Patrimônio Líquido	20.071.902
6.2.2.0.00.00 - Controladora	20.071.902
TOTAL GERAL	20.071.902
TOTAL DE RECEITAS CORRENTES	0
TOTAL DE RECEITAS DE CAPITAL	20.071.902

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia
UNIDADE: 32381 - Geradora Eólica Arará Azul S.A.

ANEXO II	Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO)	Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00
QUADRO SÍNTESE POR RECEITA	
6.0.0.0.00.00 - Recursos de Capital - Orçamento de Investimento	16.682.421
6.2.0.0.00.00 - Recursos para Aumento do Patrimônio Líquido	16.682.421
6.2.2.0.00.00 - Controladora	16.682.421
TOTAL GERAL	16.682.421
TOTAL DE RECEITAS CORRENTES	0
TOTAL DE RECEITAS DE CAPITAL	16.682.421

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia
UNIDADE: 32382 - Geradora Eólica Bentevi S.A.

ANEXO II	Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO)	Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00
QUADRO SÍNTESE POR RECEITA	
6.0.0.0.00.00 - Recursos de Capital - Orçamento de Investimento	16.682.421
6.2.0.0.00.00 - Recursos para Aumento do Patrimônio Líquido	16.682.421
6.2.2.0.00.00 - Controladora	16.682.421
TOTAL GERAL	16.682.421
TOTAL DE RECEITAS CORRENTES	0
TOTAL DE RECEITAS DE CAPITAL	16.682.421

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia
UNIDADE: 32383 - Geradora Eólica Ouro Verde I S.A.

ANEXO II	Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO)	Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00
QUADRO SÍNTESE POR RECEITA	
6.0.0.0.00.00 - Recursos de Capital - Orçamento de Investimento	16.682.421
6.2.0.0.00.00 - Recursos para Aumento do Patrimônio Líquido	16.682.421
6.2.2.0.00.00 - Controladora	16.682.421
TOTAL GERAL	16.682.421
TOTAL DE RECEITAS CORRENTES	0
TOTAL DE RECEITAS DE CAPITAL	16.682.421

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia
UNIDADE: 32384 - Geradora Eólica Ouro Verde II S.A.

ANEXO II	Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO)	Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00
QUADRO SÍNTESE POR RECEITA	
6.0.0.0.00.00 - Recursos de Capital - Orçamento de Investimento	16.682.421
6.2.0.0.00.00 - Recursos para Aumento do Patrimônio Líquido	16.682.421
6.2.2.0.00.00 - Controladora	16.682.421
TOTAL GERAL	16.682.421
TOTAL DE RECEITAS CORRENTES	0
TOTAL DE RECEITAS DE CAPITAL	16.682.421

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia
UNIDADE: 32385 - Geradora Eólica Ouro Verde III S.A.

ANEXO II	Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO)	Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00
QUADRO SÍNTESE POR RECEITA	
6.0.0.0.00.00 - Recursos de Capital - Orçamento de Investimento	16.682.421
6.2.0.0.00.00 - Recursos para Aumento do Patrimônio Líquido	16.682.421
6.2.2.0.00.00 - Controladora	16.682.421
TOTAL GERAL	16.682.421
TOTAL DE RECEITAS CORRENTES	0
TOTAL DE RECEITAS DE CAPITAL	16.682.421

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia
UNIDADE: 32391 - Fronteira Oeste Transmissora de Energia S.A.

ANEXO II	Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO)	Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00
QUADRO SÍNTESE POR RECEITA	
6.0.0.0.00.00 - Recursos de Capital - Orçamento de Investimento	69.632.922
6.1.0.0.00.00 - Recursos Próprios	6.318.571
6.1.1.0.00.00 - Geração Própria	6.318.571

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017101100110

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

6.3.0.0.00.00 - Operações de Crédito de Longo Prazo	63.314.351
6.3.1.0.00.00 - Internas	63.314.351
TOTAL GERAL	69.632.922
TOTAL DE RECEITAS CORRENTES	6.318.571
TOTAL DE RECEITAS DE CAPITAL	63.314.351

ÓRGÃO: 39000 - Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

ANEXO II	Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO)	Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00
QUADRO SÍNTESE POR RECEITA	
6.0.0.0.00.00 - Recursos de Capital - Orçamento de Investimento	29.745.507
6.2.0.0.00.00 - Recursos para Aumento do Patrimônio Líquido	29.745.507
6.2.1.0.00.00 - Tesouro	29.745.507
6.2.1.3.00.00 - Saldos de Exercícios Anteriores	29.745.507
TOTAL GERAL	29.745.507
TOTAL DE RECEITAS CORRENTES	0
TOTAL DE RECEITAS DE CAPITAL	29.745.507

ÓRGÃO: 39000 - Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil
UNIDADE: 39210 - Companhia Docas do Ceará - CDC

ANEXO II	Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO)	Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00
QUADRO SÍNTESE POR RECEITA	
6.0.0.0.00.00 - Recursos de Capital - Orçamento de Investimento	7.892.563
6.2.0.0.00.00 - Recursos para Aumento do Patrimônio Líquido	7.892.563
6.2.1.0.00.00 - Tesouro	7.892.563
6.2.1.3.00.00 - Saldos de Exercícios Anteriores	7.892.563
TOTAL GERAL	7.892.563
TOTAL DE RECEITAS CORRENTES	0
TOTAL DE RECEITAS DE CAPITAL	7.892.563

ÓRGÃO: 39000 - Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil
UNIDADE: 39212 - Companhia das Docas do Estado da Bahia - CODEBA

ANEXO II	Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO)	Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00
QUADRO SÍNTESE POR RECEITA	
6.0.0.0.00.00 - Recursos de Capital - Orçamento de Investimento	1.000.000
6.2.0.0.00.00 - Recursos para Aumento do Patrimônio Líquido	1.000.000
6.2.1.0.00.00 - Tesouro	1.000.000
6.2.1.3.00.00 - Saldos de Exercícios Anteriores	1.000.000
TOTAL GERAL	1.000.000
TOTAL DE RECEITAS CORRENTES	0
TOTAL DE RECEITAS DE CAPITAL	1.000.000

ÓRGÃO: 39000 - Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil
UNIDADE: 39216 - Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ

ANEXO II	Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO)	Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00
QUADRO SÍNTESE POR RECEITA	
6.0.0.0.00.00 - Recursos de Capital - Orçamento de Investimento	20.852.944
6.2.0.0.00.00 - Recursos para Aumento do Patrimônio Líquido	20.852.944
6.2.1.0.00.00 - Tesouro	20.852.944
6.2.1.3.00.00 - Saldos de Exercícios Anteriores	20.852.944
TOTAL GERAL	20.852.944
TOTAL DE RECEITAS CORRENTES	0
TOTAL DE RECEITAS DE CAPITAL	20.852.944

Ministério do Trabalho

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 1.105, DE 10 DE OUTUBRO DE 2017

Altera a Portaria n° 1.176, de 30 de dezembro de 2008, que aprova critérios e instruções para a indicação, pelas centrais sindicais, de representantes para os Conselhos Nacional, Fiscais e Regionais do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC e do Serviço Social do Comércio - SESC.

O MINISTRO DE ESTADO DO TRABALHO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, e tendo em vista o disposto nos artigos 13, VIII, 19, V, e 22, IX e X, do Regulamento do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC, aprovado pelo Decreto nº 61.843, de 5 de dezembro de 1967, e nos artigos 13, VII, 19, VI, e 22, VIII e IX, do Regulamento do Serviço Social do Comércio - SESC, aprovado pelo Decreto nº 61.836, de 5 de dezembro de 1967, resolve:

Art. 1º A Portaria n° 1.176, de 30 de dezembro de 2008, passa a vigorar com a seguinte alteração:

"Art. 2º .....

§ 6º Nos casos em que a quantidade de vagas destinadas a representantes dos trabalhadores seja inferior ao número de centrais sindicais de que trata o caput deste artigo, a indicação para o preenchimento de cada vaga de representação dos trabalhadores será alternada entre as centrais sindicais, observada a ordem decrescente do índice de representatividade de que trata o § 2º deste artigo para definir a central sindical entrante na ordem da alternância." (NR)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RONALDO NOGUEIRA DE OLIVEIRA

PORTARIA Nº 1.110, DE 10 DE OUTUBRO DE 2017

Estabelece obrigatoriedade de manifestação prévia da Consultoria Jurídica para edição de atos normativos dos Conselhos e Secretarias que compõem a estrutura regimental do Ministério.

O MINISTRO DE ESTADO DO TRABALHO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos IV e VI, alínea "a", do art. 87 da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto no Decreto nº 8.894, de 3 de novembro de 2016, resolve:

Art. 1º As minutas dos atos normativos, inclusive Resoluções, Instruções Normativas, Portarias, Deliberações e Ordens de Serviço produzidos pelas Secretarias e Conselhos que compõem a estrutura regimental do Ministério do Trabalho deverão ser analisadas pela Consultoria Jurídica quanto à sua conformidade legal, antes de sua edição.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RONALDO NOGUEIRA DE OLIVEIRA

COORDENAÇÃO-GERAL DE IMIGRAÇÃO

DESPACHOS DO COORDENADOR-GERAL

Em 10 de outubro de 2017

O Coordenador-Geral de Imigração - Substituto, no uso de suas atribuições, deferiu os seguintes pedidos de autorização de trabalho, constantes do(s) ofício(s) ao MRE nº 0276/2017 de 05/10/2017, 0278/2017 de 06/10/2017 e 0279/2017 de 09/10/2017, respectivamente:

Temporário - Com Contrato - RN 99 - Resolução Normativa, de 12/12/2012:

Processo: 47039005517201778 Empresa: CLAUDIANE AZAMBUJA - ME Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: RAO ABDUL UZAIR KHAN Data Nascimento: 06/05/1983 Passaporte: PK4110432 País: PAQUISTÃO Mãe: NUZHAT SAMI Pai: ABDUL SAMI KHAN RAO; Processo: 47039008051201762 Empresa: TIBERINA SOLUTIONS LATIN AMERICA SOLUCOES EM GESTAO LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: LORENZO SALERNO Data Nascimento: 19/06/1970 Passaporte: YA4108921 País: ITÁLIA Mãe: SANTINA POTENZA Pai: GERARDO SALERNO; Processo: 47039008185201783 Empresa: BT COMMUNICATIONS DO BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Bruno De Moor Data Nascimento: 28/11/1984 Passaporte: EM705399 País: BÉLGICA Mãe: Marie-Claire Hélène Madeleine Muys Pai: Jean-Paul Albert Omer De Moor; Processo: 47039008290201712 Empresa: COFCO BRASIL S.A Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ALEJANDRO MARIO MONTEMAYOR VILLARREAL Data Nascimento: 18/06/1978 Passaporte: G15612294 País: MÉXICO Mãe: Elia Norma Villarreal Garza Pai: Jose Luis Montemayor Martinez; Processo: 47039008301201764 Empresa: MERCEDES-BENZ DO BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JOSE PAULO AGOSTINHO Data Nascimento: 10/11/1971 Passaporte: C89Z69PPR País: ALEMANHA Mãe: Natália dos Santos Paulo Agostinho Pai: Ilidio dos Anjos Agostinho; Processo:

47039008304201706 Empresa: HUAWEI DO BRASIL TELECOMUNICACOES LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JIANHUI CHEN Data Nascimento: 07/09/1982 Passaporte: G45746193 País: CHINA Mãe: RONGXIA FAN Pai: CHANGHUAI CHEN; Processo: 47039006853201738 Empresa: L&P IMPORTACAO, EXPORTACAO E COMERCIO DE COMPONENTES INDUSTRIAIS LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: SANGDEOK LEE Data Nascimento: 13/01/1990 Passaporte: M40536581 País: CORÉIA DO SUL Mãe: MOOSEONG PARK Pai: CHANGGWAN LEE; Processo: 47039007555201765 Empresa: SERHS BRASIL EMPREENDIMENTOS TURISTICOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: DAVID GARCIA CAMORRA Data Nascimento: 09/11/1994 Passaporte: AAJ924013 País: ESPANHA Mãe: ANNA MARIA GARCIA VALLE Pai: JUAN CARLOS CAMORRA FERNANDEZ; Processo: 47039007559201743 Empresa: EUTELSAT DO BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Marisol Ramirez Hernandez Data Nascimento: 30/01/1985 Passaporte: G17840722 País: MÉXICO Mãe: Maria de Lourdes Juana Hernández Ruiz Pai: Manuel Ramirez López; Processo: 47039007651201711 Empresa: ACG DO BRASIL S/A Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: AMAN DEEP Data Nascimento: 02/01/1987 Passaporte: Z3606503 País: ÍNDIA Mãe: SHANTI DEVI Pai: GOVIND RAM TANWAR; Processo: 47039007911201741 Empresa: ASSOCIACAO AMIGOS DO TEATRO CASTRO ALVES Prazo: 7 Mês(es) Estrangeiro: Luis Andrés Moncada Gómez Data Nascimento: 20/11/1989 Passaporte: 124460854 País: VENEZUELA Mãe: Maria Esperanza Moncada Pai: Felipe Torrealba; Processo: 47039007946201780 Empresa: OMYA DO BRASIL IMPORTACAO, EXPORTACAO E COMERCIO DE MINERAIS LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: RAUL GONZALEZ MARTINEZ Data Nascimento: 06/04/1966 Passaporte: G25670973 País: MÉXICO Mãe: CRISTINA MARTÍNEZ ROSALES Pai: SILVANO GONZÁLEZ HERNANDEZ; Processo: 47039007970201719 Empresa: OSISOFT DO BRASIL SISTEMAS LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ALEXANDER MANUEL PIQUER Data Nascimento: 30/03/1970 Passaporte: 557999185 País: EUA Mãe: Lourdes Piquer Pai: Jorge Enrique Piquer; Processo: 47039007973201752 Empresa: SIS SWISS INTERNATIONAL SCHOOLS DO BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: YUNLIN JO WANG Data Nascimento: 04/04/1982 Passaporte: LN903624 País: NOVA ZELÂNDIA Mãe: SHOU-CHIN HUANG Pai: PAO-TAI WANG; Processo: 47039008032201736 Empresa: DLG CONSULTORIA EM INFORMATICA LTDA - ME Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: DANIEL BORROTO BAZAN Data Nascimento: 21/07/1984 Passaporte: I788889 País: CUBA Mãe: LOURDES ZOE BAZAN DEL TORO Pai: DANIEL NICANOR BORROTO ACOSTA; Processo: 47039008018201732 Empresa: VALMET CELULOSE, PAPEL E ENERGIA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: DAVID JOHAN ANDERS WIEHAGER Data Nascimento: 13/05/1982 Passaporte: 93355965 País: SUÉCIA Mãe: BRITT MARGARETA WIEHAGER-HUMBLA Pai: SVEN ANDERS WIEHAGER; Processo: 47039008047201702 Empresa: CANADIAN SOLAR DESENVOLVIMENTO DE USINAS SOLARES LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MARCOS KEN TANAKA Data Nascimento: 07/06/1983 Passaporte: TZ0671267 País: JAPÃO Mãe: Maria Celia Manfredi Pai: Eichi Tanaka; Processo: 47039008110201701 Empresa: ASSOCIACAO ESCOLA SUICO-BRASILEIRA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ALEXANDER STEINER Data Nascimento: 16/03/1968 Passaporte: X1320820 País: SUIÇA Mãe: EVELINE FRANZISKA STEINER PELLER Pai: ROLF ERICH STEINER; Processo: 47039008111201747 Empresa: ASSOCIACAO ESCOLA SUICO-BRASILEIRA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: NICOLE STEINER MOTZER Data Nascimento: 26/02/1976 Passaporte: X2666884 País: SUIÇA Mãe: ELISABETHA MOTZER PFYL Pai: JAKOB BERNHARD MOTZER; Processo: 47039008205201716 Empresa: FORD MOTOR COMPANY BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ANKIT SURESHKUMAR MITTAL Data Nascimento: 01/01/1983 Passaporte: L8021776 País: ÍNDIA Mãe: USHA SURESHKUMAR MITTAL Pai: SURESH SATYADEV MITTAL; Processo: 47039008212201718 Empresa: BRITISH COLEGIO DO BRASIL - BCB LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ELIZABETH ANN DEVER Data Nascimento: 13/01/1965 Passaporte: 466035834 País: GRÃ BRETANHA Mãe: AUDREY EILEEN WILLCOX Pai: JOHN CURZON DEVER; Processo: 47039008215201751 Empresa: INFOSYS TECNOLOGIA DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MADHUR JAIN Data Nascimento: 12/08/1989 Passaporte: J8004368 País: ÍNDIA Mãe: NEETA JAIN Pai: ANIL KUMAR JAIN; Processo: 47039008216201704 Empresa: INFOSYS TECNOLOGIA DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: PARAG HARIHAR NIMBEKAR Data Nascimento: 02/11/1984 Passaporte: P4228917 País: ÍNDIA Mãe: REKHA HARIHAR NIMBEKAR Pai: HARIHAR NARAYANRAO NIMBEKAR; Processo: 47039008220201764 Empresa: STATOIL BRASIL OLEO E GAS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Dana Kazbekova Risvik Data Nascimento: 07/09/1983 Passaporte: 32345743 País: NORUEGA Mãe: Tlektes Nauryzbaevna Iskakova Pai: Marat Turdalievich Kazbekov; Processo: 47039008225201797 Empresa: SAINT-GOBAIN DO BRASIL PRODUTOS INDUSTRIAIS E PARA CONSTRUCAO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: BRENDA PAOLA DE LA O GRANADOS Data Nascimento: 25/10/1977 Passaporte: G07430497 País: MÉXICO Mãe: MARIA GLORIA GRANADOS PONCE Pai: VICTOR DE LA O HERNANDEZ; Processo: 47039008251201715 Empresa: CONSTRUTORA HOSS LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: SHIGENOBU MUTO Data Nascimento: 13/06/1956 Passaporte: TR8249997 País: JAPÃO Mãe: KIIKO MUTO Pai: KAIZO MUTO; Processo: 47039008272201731 Empresa: SOMPO SEGUROS S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: RYO TAMURA Data Nascimento: 27/07/1973 Passaporte: TZ0846720 País: JAPÃO Mãe: YOKO TAMURA Pai: TAKESHI TAMURA; Processo: 47039008274201720 Empresa: AISIN AUTOMOTIVE LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: HIDEAKI MOCHIZUKI Data Nascimento: 26/06/1967 Passaporte: TR8886681 País: JAPÃO Mãe: SEIKO MOCHIZUKI Pai: TORU MOCHIZUKI; Processo: 47039008276201719 Empresa: BELLOTA BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Marianela Hernandez de Flores Data Nascimento: 21/11/1962 Passaporte: 106933011 País: VENEZUELA Mãe: ENMA MARTINEZ CORNIER Pai: PABLO JOSE HERNANDEZ; Processo: 47039008280201787 Empresa: GMS MANAGEMENT SOLUTIONS CONSULTORIA BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MARCO ARTURO NIETO MARTINEZ Data Nascimento: 09/04/1988 Passaporte: AAI960096 País: ESPANHA Mãe: ROSARIO MARTINEZ RODRIGUEZ Pai: RAFAEL NIETO CABEZAS; Processo: 47039008284201765 Empresa: ELECNOR DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ANTONIO JACINTO ARREAGA VARGAS Data Nascimento: 30/07/1976 Passaporte: A6521137 País: EQUADOR Mãe: Bella Trinidad Vargas Leon Pai: Saturnino Marino Arreaga Segura; Processo: 47039008285201718 Empresa: ELECNOR DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: EDUARDO GEOVANNY MACIAS VALENCIA Data Nascimento: 13/10/1970 Passaporte: A6616356 País: EQUADOR Mãe: Betty Souto Valencia Rizzo Pai: Jaime Gabriel Macias; Processo: 47039008305201742 Empresa: FIRMENICH & CIA. LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MARCELO GUSTAVO GILLY Data Nascimento: 12/03/1976 Passaporte: AAD314227 País: ARGENTINA Mãe: MIRTA TERESA CHIRILLO Pai: MARCELO GUSTAVO GILLY; Processo: 47039008333201760 Empresa: SCHLUMBERGER SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: VALERIA BENEDETTA GUZZI Data Nascimento: 04/03/1991 Passaporte: YA8903486 País: ITÁLIA Mãe: PAOLA MONICA VERGANI Pai: MASSIMO GUZZI; Processo: 47039008307201731 Empresa: SEADRILL SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Frederic Georges Robert Heriteau Data Nascimento: 06/08/1972 Passaporte: 13FV20922 País: FRANÇA Mãe: Maryse Jacqueline Jane Fillonneau Pai: Paul Marcel Georges Heriteau.

Temporário - Sem Contrato - RN 35 - Resolução Normativa, de 28/09/1999:

Processo: 47039008452201712 Empresa: COMANDO DA MARINHA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Bernard LANSONNEUR Passaporte: 17DE29065; Processo: 47039008453201767 Empresa: COMANDO DA MARINHA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Christophe, Jean, Albert STEUNOU Passaporte: 17CI72483; Processo: 47039008455201756 Empresa: COMANDO DA MARINHA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Claude CONGARD Passaporte: 17DH03392; Processo: 47039008456201709 Empresa: COMANDO DA MARINHA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Claude, Alexandre, Marc LARONCHE Passaporte: 13DD48988; Processo: 47039008457201745 Empresa: COMANDO DA MARINHA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Fabrice LEON Passaporte: 17DD76709; Processo: 47039008458201790 Empresa: COMANDO DA MARINHA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Guillaume, Philippe, André BINET Passaporte: 11CX26247; Processo: 47039008459201734 Empresa: COMANDO DA MARINHA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Pierre COMTE Passaporte: 15AR02959; Processo: 47039008460201769 Empresa: COMANDO DA MARINHA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Richard, Francis, Roland GIRAUDET Passaporte: 17DF65773; Processo: 47039008462201758 Empresa: COMANDO DA MARINHA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Stéphane, Hugues, Adrien MORIN Passaporte: 17EC17446.

Temporário - Sem Contrato - RN 61 - Resolução Normativa, de 08/12/2004:

Processo: 47039006923201758 Empresa: VIBRACOUSTIC SOUTH AMERICA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: NATALYA ALEKSEYVNA FRASER Passaporte: 450769816; Processo: 47039007969201794 Empresa: ROLLS-ROYCE BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: TORBJOERN WOLSTAD KARLSEN Passaporte: 31197293; Processo: 47039006154201798 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: EDWIN KOOPMEINERS Passaporte: BELFCK0C7; Processo: 47039006160201745 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MARTIN LUND JENSEN Passaporte: 209529524; Processo: 47039006511201718 Empresa: CALSONIC KANSEI DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MARCO ANTONIO LEDEZMA DIAZ Passaporte: G25070577; Processo: 47039007665201727 Empresa: STEP OIL & GAS SERVICOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MARIUS FINARIU Passaporte: 14861300; Processo: 47039007666201771 Empresa: STEP OIL & GAS SERVICOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: FERNANDO DIAS NOBRE Passaporte: N909872; Processo: 47039007683201717 Empresa: MILVENTOS DO BRASIL ENERGIA RENOVAVEL EIRELI - ME Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ROQUE HERNANDEZ GARCIA Passaporte: G16638015; Processo: 47039007738201781 Empresa: ARCELORMITTAL BRASIL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Engelbert Sommeregger Passaporte: P5889439; Processo: 47039007740201750 Empresa: ARCELORMITTAL BRASIL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Yovanny Mauricio Aponte Rojas Passaporte: P6560863; Processo: 47039007780201700 Empresa: NESTLÉ BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ROBERTUS ANTONIUS PETRUS VAN SCHIE Passaporte: NR2L3L645; Processo: 47039007835201773 Empresa: HARRIS PYE BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Fernando Manuel dos Santos Quinta Passaporte: N790813; Processo: 47039007836201718 Empresa: HARRIS PYE BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Vítor Manuel Rodrigues de Assunção Passaporte: M596304; Processo: 47039007868201713 Empresa: HARRIS PYE BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Petrica Ignat Passaporte: 052147057; Processo: 47039007870201792 Empresa: TOYOTA DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: MITSURU KUBOTA Passaporte: TH8454610; Processo: 47039007871201737 Empresa: HARRIS PYE BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Scott Phillip Evans Passaporte: 522595138; Processo: 47039007872201781 Empresa: HARRIS PYE BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Ionel Fagaras Passaporte: 054347900; Processo: 47039007875201715 Empresa: HARRIS PYE BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Gheorghe Zaharia Passaporte: 054414894; Processo: 47039007878201759 Empresa: HARRIS PYE BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Lucian Fagaras Passaporte: 054157843; Processo: 47039007885201751 Empresa: PROMA BRASIL AUTOMOTIVA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Carmine Coppola Passaporte: YA6188168; Processo: 47039007905201793 Empresa: VALE S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: RUDOLF BRAUN Passaporte: C7982L4ZV; Processo: 47039007907201782 Empresa: STEP OIL & GAS SERVICOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: GABRIEL MORARU Passaporte: 14968098; Processo: 47039007910201704 Empresa: CSM TUBE DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ALDO CARCIONE Passaporte: YB0242647; Processo: 47039007944201791 Empresa: HUAWEI SERVICOS DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: HONGKAI LI Passaporte: E54193250; Processo: 47039007943201746 Empresa: HUAWEI SERVICOS DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: XINMING WU Passaporte: E21011971; Processo: 47039007942201700 Empresa: HUAWEI SERVICOS DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: HONG CHEN Passaporte: G58932214; Processo: 47039007941201757 Empresa: VARD PROMAR S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JAN DOERING Passaporte: COJ94T9V0; Processo: 47039007925201764 Empresa: ZPMC BRAZIL SERVICOS PORTUARIOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: REN WEI Passaporte: E11156728; Processo: 47039007955201771 Empresa: ROLLS-ROYCE BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: RONNY UREN Passaporte: 31042401; Processo: 47039007956201715 Empresa: ROLLS-ROYCE BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ODD ERLING NORHEIM ERIKSEN Passaporte: 32546750; Processo: 47039007958201712 Empresa: ROLLS-ROYCE BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JOERN OVE HJELLE Passaporte: 26879312; Processo: 47039007959201759 Empresa: ROLLS-ROYCE BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: EVEN EKORNAASVAAG Passaporte: 31297068; Processo: 47039007961201728 Empresa: ROLLS-ROYCE BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: BJOERN JOHNNY KVALEN Passaporte: 32228594; Processo: 47039007962201772 Empresa: ROLLS-ROYCE BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ASTRI KARIN BJOERNEVIK Passaporte: 30450588; Processo: 47039007964201761 Empresa: RENAULT DO BRASIL S.A Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: LEONARDO SABIA Passaporte: AA3747998; Processo: 47039007967201703 Empresa: ARION ENERGY DO BRASIL INDUSTRIA E SERVICOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: PAULO ALEXANDRE DE SOUSA SANTOS Passaporte: P266762; Processo: 47039007965201714 Empresa: RENAULT DO BRASIL S.A Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: NICOLA COLLETTA Passaporte: YA7344131; Processo: 47039007968201740 Empresa: ROLLS-ROYCE BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ARILD PER FLOTE Passaporte: 28796225; Processo: 47039007974201705 Empresa: STATOIL BRASIL OLEO E GAS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Per Olav Enes Passaporte: 27766583; Processo: 47039007981201707 Empresa: SOCIEDADE MICHELIN DE PARTICIPACOES INDUST E COMERCIO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ANTHONY RENAUD MICHELIN Passaporte: 12CC12302; Processo: 47039007994201778 Empresa: ROLLS-ROYCE BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: TORBJOERN KRAGSETH Passaporte: 30231806; Processo: 47039007996201767 Empresa: ROLLS-ROYCE BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: THOMAS NORDAL Passaporte: 31086412.

Temporário - Sem Contrato - RN 71 - Resolução Normativa, de 05/09/2006:

Processo: 47039008200201793 Empresa: ISS MARINE SERVICES LTDA. Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: ZACHARIAS CHRISTIAAN NORTJE Passaporte: A04529497; Processo: 47039008203201727 Empresa: ISS MARINE SERVICES LTDA. Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: JELENA KUCINAR Passaporte: A73CJ5101; Processo: 47039008213201762 Empresa: COSTA CRUZEIROS AGENCIA MARITIMA E TURISMO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: ALLWYN FERNANDES Passaporte: J7760835 Estrangeiro: AMILKAR VITHAL LUIS Passaporte: H1244285 Estrangeiro: DARIO LANFRANCONI Passaporte: YA8785316 Estrangeiro: EUGENIO DIANO Passaporte: YA6668432 Estrangeiro: FRANCESCO ANGELO BINAGHI Passaporte: YA5154993 Estrangeiro: FRANCESCO DELRE Passaporte: YA6021449 Estrangeiro: GAETANO INFANTINO Passaporte: YA3746366 Estrangeiro: PAOLO FAVRET Passaporte: YA8676445 Estrangeiro: PAOLO MUDANO Passaporte: YA4450852 Estrangeiro: SALVATORE CUCCHIARA Passaporte: YB0218116 Estrangeiro: VISHNU NARAYANA MURTHY Passaporte: K5037077 Estrangeiro: VITO DE PALMA Passaporte: YA8126419; Processo: 47039008218201795 Empresa: ISS MARINE SERVICES LTDA. Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: JERRIT MIKLOS CONCHA CARTES Passaporte: F19233210; Processo: 47039008316201722 Empresa: COSTA CRUZEIROS AGENCIA MARITIMA E TURISMO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: ANDREI BUCSA Passaporte: 052356101 Estrangeiro: ANTONIO GAUDIANO Passaporte: YA7344937 Estrangeiro: BOGDAN ALEXANDRU PANA Passaporte: 053091930 Estrangeiro: CARMINE MADDALONI Passaporte: AA3884062 Estrangeiro: DANIELA GONÇALVES PIRES Passaporte: M866774 Estrangeiro: EMANUELE MITRO Passaporte: YA8146026 Estrangeiro: EMMANUEL CECCHI Passaporte: YA6867510 Estrangeiro: GIOVANNI MUSUMECI Passaporte: YA7905959 Estrangeiro: GIUSEPPE BRUNO Passaporte: YB0217041 Estrangeiro: GIUSEPPE VITO FIORENZA Passaporte: AA4699581 Estrangeiro: HITESH HARISH PARMAR Passaporte: L2486616 Estrangeiro: INTI IVINAI MEDINA RUIZ Passaporte:

N6167755 Estrangeiro: KIRILL BELOV Passaporte: YA2136200 Estrangeiro: LORENZO FANTIGINI Passaporte: YB0227530 Estrangeiro: MARIA ZITA SEQUEIRA Passaporte: P472454 Estrangeiro: MELANIE SCHUT Passaporte: NS8B9JK80 Estrangeiro: MUTHUKUMAR SAMUTHIRAPANDI Passaporte: Z3736175 Estrangeiro: NANDAKUMAR GANESAN Passaporte: Z4258157 Estrangeiro: NICOLAS COVINO Passaporte: AAD887757 Estrangeiro: NINA-MARINA OUOHI Passaporte: 13AD28681 Estrangeiro: VALERIANO MASCARENHAS Passaporte: Z3631069; Processo: 47039008319201766 Empresa: COSTA CRUZEIROS AGENCIA MARITIMA E TURISMO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: FEDERICO FUNGHI Passaporte: YA4677469 Estrangeiro: GIOVANNI COSENZA Passaporte: YA8645099 Estrangeiro: GIULIO VALESTRA Passaporte: AA3593405 Estrangeiro: MARIO FIERRO Passaporte: AA5129310; Processo: 47039008323201724 Empresa: COSTA CRUZEIROS AGENCIA MARITIMA E TURISMO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: AMORINO MAZZEO Passaporte: YB0233498 Estrangeiro: ANTONIO MEREU Passaporte: YA2467523 Estrangeiro: IGNAZIO GIARDINA Passaporte: AA4221395 Estrangeiro: MARIA VICTORIA SOULE HILDEBRAND Passaporte: XDC478415; Processo: 47039008330201726 Empresa: PULLMANTUR CRUZEIROS DO BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: AHMAN GOPAUL Passaporte: 1384358 Estrangeiro: AYMAN ELSAYED GADELRAB ABDELREHIM Passaporte: A09797675 Estrangeiro: MAGDALENA VALENTINA DUMITRESCU Passaporte: 054567685 Estrangeiro: MARCO VINICIO BARRANTES ARIAS Passaporte: E790827 Estrangeiro: SANDRA YANETH RAMIREZ GUZMAN Passaporte: AN520197; Processo: 47039008334201712 Empresa: COSTA CRUZEIROS AGENCIA MARITIMA E TURISMO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: DEEPAN CHAKARAVARTHY KESAVAN Passaporte: K2221002 Estrangeiro: IVAN TOMAS SOULE Passaporte: EE3232994 Estrangeiro: NIKITA PETROV Passaporte: 727623597 Estrangeiro: OLEKSANDR KUZNIETSOV Passaporte: ET196176; Processo: 47039008337201748 Empresa: ISS MARINE SERVICES LTDA. Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: NEIL JAY LEIFER Passaporte: 506300446.

Temporário - Sem Contrato - RN 72 - Resolução Normativa, de 10/10/2006:

Processo: 47041003106201707 Empresa: MCDERMOTT SERVICOS OFFSHORE DO BRASIL LTDA. Prazo: até 15/04/2018 Estrangeiro: ALLAN AGAYAN MORANA Passaporte: P1223601A; Processo: 47041003115201790 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 09/11/2018 Estrangeiro: Marlon Divinagracia Nacua Passaporte: P2675834A; Processo: 47041003116201734 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 13/08/2018 Estrangeiro: Jagdish Lala Fulbaria Passaporte: J1614843 Estrangeiro: Sadique Alumuska Gothi Passaporte: J9453032; Processo: 47041003117201789 Empresa: CIA DE NAVEGACAO NORSUL Prazo: até 12/02/2018 Estrangeiro: Ravi Shankar Passaporte: P8139692; Processo: 47041003118201723 Empresa: CIA DE NAVEGACAO NORSUL Prazo: até 26/03/2018 Estrangeiro: Anton Cvas Passaporte: 14676159; Processo: 47041003119201778 Empresa: CIA DE NAVEGACAO NORSUL Prazo: até 15/02/2018 Estrangeiro: Ievgen Volkov Passaporte: EE512067; Processo: 47041003120201701 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 10/04/2019 Estrangeiro: Irakli Gigineishvili Passaporte: 15BB28113; Processo: 47041003121201747 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Dante Emague Villaruel Passaporte: P4001294A; Processo: 47041003122201791 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Sharad Thapar Passaporte: Z1954082; Processo: 47041003127201714 Empresa: INTERNACIONAL MARITIMA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: WOJCIECH GROTHA Passaporte: EK3010741; Processo: 47041003123201736 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 13/08/2018 Estrangeiro: Georgios Nerakis Passaporte: AM0265104; Processo: 47041003130201738 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 13/03/2019 Estrangeiro: Denny Mar Bersaba Riano Passaporte: P0257807A; Processo: 47041003133201771 Empresa: V. SHIPS BRASIL S/A Prazo: até 24/02/2018 Estrangeiro: BLAS GILBERTO LOPEZ GASTELUM Passaporte: G12844192 Estrangeiro: Hector Gabriel Mejia Mancisidor Passaporte: G05633501 Estrangeiro: Jose Luis Francisco Quintana Jimenez Passaporte: G24026149 Estrangeiro: VICTOR HUGO QUINTANA URQUIDEZ Passaporte: G14103229; Processo: 47041003132201727 Empresa: EGS BRASIL - SOLUCOES EM GEOCIENCIAS MARINHAS LTDA Prazo: até 20/02/2019 Estrangeiro: Alberto Jr. Continedas Deguilmo Passaporte: EC2766052 Estrangeiro: Anthony Mamangon Ocampo Passaporte: EC3127884 Estrangeiro: Dionisio Abuy Obnamia Passaporte: P3900321A Estrangeiro: Jerome Noel Pelicano Condes Passaporte: EC4674439 Estrangeiro: Leodegario Ersando Grecia Passaporte: EC0387407 Estrangeiro: Ronnel Calixterio Diquit Passaporte: EC1630993 Estrangeiro: Ruben Ian Pantilla Juarez Passaporte: EC1956929; Processo: 47041003134201716 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 24/09/2018 Estrangeiro: Jaypee de Guzman Barrios Passaporte: EC0247169 Estrangeiro: Rey Von Hart Malanta Weeraratne Passaporte: EC6255959; Processo: 47041003135201761 Empresa: TEEKAY PETROJARL I SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Jacek Zwolenkiewicz Passaporte: EL2702453 Estrangeiro: Maciej Wojciech Rzeszotko Passaporte: EL8599174; Processo: 47041003136201713 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 23/05/2018 Estrangeiro: Ernesto Jr. Pasquin Envoltorio Passaporte: P0297001A Estrangeiro: Lucky Philip Mantilla Cabrera Passaporte: EC4294931 Estrangeiro: Mark Linn Alcover Canoy Passaporte: P4038158A; Processo: 47041003137201750 Empresa: MAERSK SUPPLY SERVICE - APOIO MARITIMO LTDA Prazo: até 13/07/2018 Estrangeiro: FRANK TUEGEL MADSEN Passaporte: 210183878; Processo: 47041003138201702 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 23/05/2018 Estrangeiro: Adiel Jr. Celoso Del Campo Passaporte: EC4369506 Estrangeiro: Eduardo Jr Aviso Odquin Passaporte: P0536265A Estrangeiro: Ferdinand Lapurga Valdez Passaporte: P4169702A; Processo: 47041003140201773 Empresa: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: VERDEX QUEROL ARANZADO Passaporte: EC3811137; Processo: 47041003141201718 Empresa: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: CHARLIE PEPITO MACACHOR Passaporte: EC3604515; Processo: 47041003142201762 Empresa: ASSO MARITIMA NAVEGACAO LTDA Prazo: até 25/07/2018 Estrangeiro: ANTONINO MUNZONE Passaporte: YA0907058; Processo: 47041003143201715 Empresa: ASSO MARITIMA NAVEGACAO LTDA Prazo: até 25/07/2018 Estrangeiro: ANTONIO PANZINI Passaporte: YA0268604; Processo: 47041003144201751 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 09/11/2018 Estrangeiro: Rolando Gamba Liporada Passaporte: P3774415A; Processo: 47041003145201704 Empresa: SAIPEM DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Marc Robert Gerard Marie Goullet de Rugy Passaporte: 15CF34964; Processo: 47041003146201741 Empresa: SAIPEM DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: James Gregory Busby Passaporte: 531264483; Processo: 47041003147201795 Empresa: CGG DO BRASIL PARTICIPACOES LTDA Prazo: até 15/11/2018 Estrangeiro: Jean Michel Henri Fraiche Passaporte: 13CZ53813; Processo: 47041003148201730 Empresa: CIA DE NAVEGACAO NORSUL Prazo: até 15/02/2018 Estrangeiro: Roman Demidov Passaporte: 726326702; Processo: 47041003149201784 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 26/03/2018 Estrangeiro: Joao Santano Cardoz Passaporte: L9900210; Processo: 47041003150201717 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 03/11/2017 Estrangeiro: Edison Jularbal Tugbo Passaporte: P4469553A; Processo: 47041003151201753 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Symeon Pateiniotis Passaporte: AM1682865; Processo: 47041003152201706 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 14/06/2018 Estrangeiro: Ioan-Cristian Mosneagu Passaporte: 053652962; Processo: 47041003153201742 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 11/06/2018 Estrangeiro: Teodor Dionisie Radulescu Passaporte: 055137129; Processo: 47041003155201731 Empresa: BW OFFSHORE DO BRASIL LTDA Prazo: até 28/04/2019 Estrangeiro: RUSLANS PISKUNOVS Passaporte: LV5636300; Processo: 47041003154201797 Empresa: MAERSK SUPPLY SERVICE - APOIO MARITIMO LTDA Prazo: até 13/07/2018 Estrangeiro: BENT RASMUSSEN Passaporte: 207127890; Processo: 47041003156201786 Empresa: CIA DE NAVEGACAO NORSUL Prazo: até 18/06/2018 Estrangeiro: Dillip Kumar Mallick Passaporte: H2517084; Processo: 47041003157201721 Empresa: GUARA-NORTE OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Michiel Pretorius Cilliers Passaporte: M00050300; Processo: 47041003158201775 Empresa: EGS BRASIL - SOLUCOES EM GEOCIENCIAS MARINHAS LTDA Prazo: até 20/02/2019 Estrangeiro: Martin Henri Marie Livet Passaporte: 11CI15516; Processo: 47041003159201710 Empresa: OPERACOES MARITIMAS EM MAR PROFUNDO BRASILEIRO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Wladyslaw Grzegorz Kolacz Passaporte: EG7375282; Processo: 47041003160201744 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 22/09/2018 Estrangeiro: Chasan Tsaous Chalil Passaporte: AK5182534; Processo: 47041003161201799 Empresa: CIA DE NAVEGACAO NORSUL Prazo: até 28/07/2018 Estrangeiro: Sandeep Kalra Passaporte: H0217131; Processo: 47041003163201788 Empresa: PGS INVESTIGACAO PETROLIFERA LTDA Prazo: até 20/06/2019 Estrangeiro: ANDRZEJ PLUTA Passaporte: EF7586061 Estrangeiro: PIOTR JACEK ZIELINSKI Passaporte: ED4043664 Estrangeiro: RAY ERLING BORKAMO Passaporte: 31476501 Estrangeiro: SLAWOMIR HENRYK KOZLOWSKI Passaporte: EA5452794; Processo: 47041003162201733 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Georgios Metallinos Passaporte: AM0265653; Processo: 47041003165201777 Empresa: TEEKAY PETROJARL I SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Knut Ketil Hox Passaporte: 30575369 Estrangeiro: Steinar Rasmussen Passaporte: 31587990 Estrangeiro: Sverre Stensheim Passaporte: 27131252; Processo: 47041003164201722 Empresa: MAERSK SUPPLY SERVICE - APOIO MARITIMO LTDA Prazo: até 13/07/2018 Estrangeiro: ANDERS SOEFELDE PEDERSEN Passaporte: 207156334; Processo: 47041003167201766 Empresa: PGS INVESTIGACAO PETROLIFERA LTDA Prazo: até 20/06/2019 Estrangeiro: MARCUS CHRISTIAN LARSSON Passaporte: 88101426 Estrangeiro: PETUR LILIENDAHL HANSEN Passaporte: 210083928 Estrangeiro: STEPHEN RALPH HOOPER Passaporte: 548248820 Estrangeiro: THOMAS JEAN MARGUET Passaporte: 13FV30565 Estrangeiro: TROY LEE MC KEY III Passaporte: 530884375; Processo: 47041003166201711 Empresa: CIA DE NAVEGACAO NORSUL Prazo: até 15/02/2018 Estrangeiro: Harindra Kodisana Passaporte: K6873333 Estrangeiro: Milind Ramchandra More Passaporte: P2030028; Processo: 47041003168201719 Empresa: SPECTRUM GEO DO BRASIL SERVICOS GEOFISICOS LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: CHARLEMAGNE ARRIESGADO DE PUYAT Passaporte: P4348849A Estrangeiro: HONGMING WANG Passaporte: G51852757 Estrangeiro: JAYMAR ABLETER CATAPUSAN Passaporte: P0281797A Estrangeiro: LEVY ASEO DELA CRUZ Passaporte: EC2655646; Processo: 47041003169201755 Empresa: SPECTRUM GEO DO BRASIL SERVICOS GEOFISICOS LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: QIANG GAO Passaporte: PE0341778 Estrangeiro: QUN REN Passaporte: E32880293 Estrangeiro: XIAOWEI WANG Passaporte: E94517319 Estrangeiro: ZENGHUI GAO Passaporte: PE086555; Processo: 47041003170201780 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 13/08/2018 Estrangeiro: Isidoros Patelidas Passaporte: AN2135852 Estrangeiro: Marchan Garcia Sanchez Passaporte: EC4391680; Processo: 47041003171201724 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 24/09/2018 Estrangeiro: Cedrick Padolina Paderes Passaporte: P1897691A Estrangeiro: Raul Sajona Dellupac Passaporte: EC3075952; Processo: 47041003172201779 Empresa: EGS BRASIL - SOLUCOES EM GEOCIENCIAS MARINHAS LTDA Prazo: até 20/02/2019 Estrangeiro: Didier Michel Ribon Passaporte: 16FV00784 Estrangeiro: Jérôme Jacques Jaouen Passaporte: 17FV04810; Processo: 47041003173201713 Empresa: CIA DE NAVEGACAO NORSUL Prazo: até 28/07/2018 Estrangeiro: Akshay Ashok Mali Passaporte: H1518360 Estrangeiro: Nikhil Mathew Passaporte: K9229651 Estrangeiro: Rajan Sellappan Passaporte: N6357474; Processo: 47041003174201768 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 08/02/2019 Estrangeiro: Alexey Budaev Passaporte: 728423450 Estrangeiro: Felix Jr. Adaptar Carriedo Passaporte: EC3854746; Processo: 47041003175201711 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 01/07/2018 Estrangeiro: Gerry Briones Bisenio Passaporte: EC1136193; Processo: 47041003177201700 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 10/04/2019 Estrangeiro: Tengiz Phutkaradze Passaporte: 08AI72887; Processo: 47041003178201746 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 26/10/2018 Estrangeiro: Bekir Vural Passaporte: U11948266 Estrangeiro: Ismail Kuçukdere Passaporte: U07180099 Estrangeiro: Murat Mete Passaporte: U11839572; Processo: 47041003179201791 Empresa: HELIX DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ARIEL ZAJAC Passaporte: EK8879666; Processo: 47041003180201715 Empresa: ACAMIN NAVEGACAO E SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: 365 Dia(s) Estrangeiro: ANATOLIY RUSNACHENKO Passaporte: FB329002 Estrangeiro: DELFIN JR TIMSAY BLORECIA Passaporte: EC0564380 Estrangeiro: EFREN CENTINO CABUDOY Passaporte: P2826429A Estrangeiro: RYAN GABALES URBANO Passaporte: P3519880A Estrangeiro: VIKTOR DRABCHAK Passaporte: ET787740 Estrangeiro: WILFRED VALERA PASCUAL Passaporte: EC3821696.

Temporário - Sem Contrato - RN 87 - Resolução Normativa, de 15/09/2010:

Processo: 47039007950201748 Empresa: FIRMENICH & CIA. LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: CHRISTOPHE ADRIEN BORRON Passaporte: 14CH59439; Processo: 47039008289201798 Empresa: VOITH HYDRO LTDA Prazo: 6 Mês(es) Estrangeiro: TIMOUR NAJEEB Passaporte: 09AF32269; Processo: 47039008375201709 Empresa: ERNST & YOUNG ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Jaime Kathleen Havran Passaporte: 549876536.

Temporário - Sem Contrato - RN 69 - Resolução Normativa, de 22/03/2006:

Processo: 47039008396201716 Empresa: DELL " ARTE SAO PAULO EVENTOS E SERVICOS LTDA - ME Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: Alessandro GIAGRANDE Passaporte: YB0579548 Valor Total do Evento (R$): 51435.00 Estrangeiro: Amélie MARIE M RENGLET Passaporte: EM708274 Estrangeiro: Anne MARGUERITE REINHOLD Passaporte: 09PT90075 Estrangeiro: Aurélie SERRE Passaporte: 13CC94284 Estrangeiro: Aurélien HONORE Passaporte: 16DY54042 Estrangeiro: Elke YVONNE W JANSSENS Passaporte: EM344585 Estrangeiro: Eric JEAN E MATHOT Passaporte: EN926989 Estrangeiro: Estelle ALICE LEFORT Passaporte: 09PC58539 Estrangeiro: Eugénie MARIE ASTRIDE DE FOULHIAC DE PADIRAC Passaporte: 14DY82498 Estrangeiro: Fabien CHRISTIAN CHERRIER Passaporte: 12AV80664 Estrangeiro: Frédéric MAZIN Passaporte: 17IA36187 Estrangeiro: Girolamo BOTTIGLIERI Passaporte: YA 3996793 Estrangeiro: Giuseppina BRIDELLI Passaporte: YA9650064 Estrangeiro: Henriette DUMAS Passaporte: 10CZ50363 Estrangeiro: Jacopo RAFFAELE Passaporte: YA2822327 Estrangeiro: Jean Noël GAMET Passaporte: 12CK98238 Estrangeiro: Jean-Marie ALFRED P MARCHAL Passaporte: EN555078 Estrangeiro: Jean-Paul MARIE M PIRLOT Passaporte: EN907668 Estrangeiro: Jonathan SPICHER Passaporte: X3103113 Estrangeiro: Julie MARION CALBETE Passaporte: 10CL01688 Estrangeiro: Jérôme JEHAN CHRISTIAN MARIE VAVASSEUR Passaporte: 08AZ74452 Estrangeiro: Leandro MARZIOTTE CASANAS Passaporte: C733158 Estrangeiro: Margaux SUZANNE PIERRETTE BLANCHARD Passaporte: 15AK29869 Estrangeiro: Maria Dolores MATEOS FERNANDEZ Passaporte: PAC432470 Estrangeiro: Marie GENEVIEVE MONIQUE BOURNISIEN Passaporte: 15DE34678 Estrangeiro: Marine MARIE CHARLOTTE LAFDAL-FRANC Passaporte: 10CC20271 Estrangeiro: Matteo BELLOTTO Passaporte: YA6347222 Estrangeiro: Maxime STEPHANE M MELNIK Passaporte: EN940962 Estrangeiro: Nicholas EDWARD SCOTT Passaporte: 542596088 Estrangeiro: Oleguer BUSQUE AYMANI Passaporte: AAH070363 Estrangeiro: Philippe ROGER Y FAVETTE Passaporte: EM700893 Estrangeiro: Pierre DENIS J DERHET Passaporte: EK157139 Estrangeiro: Ronald MARTIN ALONSO Passaporte: 14CR86263 Estrangeiro: Salvatore MARIO VITALE Passaporte: YB1208363 Estrangeiro: Samantha JAYNE MONTGOMERY Passaporte: E4039320 Estrangeiro: Sergio LADU Passaporte: AA2435582 Estrangeiro: Stéphanie GHISLAINE B DE FAILLY Passaporte: EN727981 Estrangeiro: Sue-Ying KOANG Passaporte: 15CE04020 Estrangeiro: Thibault LENAERTS Passaporte: EM839301 Estrangeiro: Valerio CONTALDO Passaporte: YA3996480; Processo: 47039008353201731 Empresa: DELL " ARTE SAO PAULO EVENTOS E SERVICOS LTDA - ME Prazo: 30

Dia(s) Estrangeiro: ALEXANDRE PIERRE LOUIS DALBIGOT Passaporte: 11AA46481 Valor Total do Evento (R$): 31337.00 Estrangeiro: Aimline MELISANDE MONESTE Passaporte: 17DD09524 Estrangeiro: Anne Sandrine DUCHÊNE Passaporte: 11DC82803 Estrangeiro: Anne-Sandrine VARY Passaporte: 12AR74024 Estrangeiro: Audrey ANNE MARIE LOUPY Passaporte: 14DD94255 Estrangeiro: Audrey VANESSA LECLERCQ Passaporte: 14DV24005 Estrangeiro: Aymeric FOURNES Passaporte: 16CZ69761 Estrangeiro: BENOIT EDMOND ARMAND CHAPEAUX Passaporte: 11DD97866 Estrangeiro: BENOIT HERVE JACQUES HUI Passaporte: 13AB03146 Estrangeiro: BRUNO DUBARRY Passaporte: 08CL24509 Estrangeiro: BRUNO ROBERT CALVEZ Passaporte: 16CK60946 Estrangeiro: Bertrand PHILLIPE PIERRE CHAMAYOU Passaporte: 16FV10096 Estrangeiro: CECILE CLAUDINE MARCELLE BARUTAUT Passaporte: 16CY71601 Estrangeiro: CECILE HELENE YVETTE LAZERGES Passaporte: 14DY58645 Estrangeiro: CHRISTOPHE LEON ROBERT DEWARUMEZ Passaporte: 12AK52969 Estrangeiro: CHRISTOPHER WALTHAM Passaporte: 707496726 Estrangeiro: CLAIRE MARIE AGNES FARGIER-LAGRANGE PELISSIER Passaporte: 08CL32745 Estrangeiro: CLAUDE FERNAND ROUBICHOU Passaporte: 12AC51071 Estrangeiro: CONOR MICHAEL MC CARTHY Passaporte: PC9524254 Estrangeiro: Catherine D"ARGOUBET Passaporte: 16DR48410 Estrangeiro: Charlotte EUGONE Passaporte: 15AZ70598 Estrangeiro: Chi Yuen CHENG Passaporte: 538738564 Estrangeiro: Christophe JOSEPH MICHEL VIVIES Passaporte: 12AA23037 Estrangeiro: Clémence MEROU Passaporte: 16AD89441 Estrangeiro: DAVID ARTHUR BENETAH Passaporte: 09AT26928 Estrangeiro: DOMINIQUE ANDRE DEHU Passaporte: 16CE30272 Estrangeiro: Damien-Loup NICOLAS PIERRE VERGNE Passaporte: 13CE49980 Estrangeiro: Daniel GEORGES MAURICE ROSSIGNOL Passaporte: 13AT37582 Estrangeiro: David GERARD LOCQUENEUX Passaporte: 13CC40363 Estrangeiro: David MINETTI Passaporte: YA7388237 Estrangeiro: EDWIGE PAULE JOELLE FARENC Passaporte: 11CT55312 Estrangeiro: ELISE MARIE AGATHE ROBINEAU Passaporte: 09AR62829 Estrangeiro: ESTELLE MARIE ANGELIQUE BARTOLUCCI-PLANCADE Passaporte: 12AK84261 Estrangeiro: Eleonore DARMON Passaporte: 09AC52070 Estrangeiro: Elsie Line Bedléem Passaporte: 12AH31816 Estrangeiro: Eléonore MARIE ANAIS EPP Passaporte: 16AC20855 Estrangeiro: FABIEN ARNAUD SYLVAIN DORNIC Passaporte: 12AC93981 Estrangeiro: FLORENT SIMON NOEL BARNAUD Passaporte: 13AL26878 Estrangeiro: FRANÇOIS MICHEL PAUL DROHIN Passaporte: 12AA00202 Estrangeiro: Fabien COQUANT Passaporte: 17DC60613 Estrangeiro: Fabrice BERNARD MIRALLES Passaporte: 13CE24822 Estrangeiro: Florence LAURE SYLVIE FOURCASSIE EP TARDY Passaporte: 13CE49974 Estrangeiro: François ALBERT JEAN LAURENT Passaporte: 17AI14747 Estrangeiro: François ROGER ELIE LUGUE Passaporte: 09PC28238 Estrangeiro: GENEVIEVE HERRADE JEANNE LAURENCEAU Passaporte: 14DY97580 Estrangeiro: GUILHERM CAMILLE BOUDRANT Passaporte: 15DC23491 Estrangeiro: Gabrielle ODETTE RENEE ZANEBONI Passaporte: 13CI18640 Estrangeiro: Garry MAGEE Passaporte: 99023838 Estrangeiro: Geoffrey ROGER HENRI SAINT-LEGER Passaporte: 17CC42171 Estrangeiro: Gilles DAVANCENS Passaporte: 13AT25908 Estrangeiro: Guillaume CLAUDE GIRMA Passaporte: 14DF76054 Estrangeiro: HELENE MARIE DALBRET AQUILEA GOUT Passaporte: 12AI93819 Estrangeiro: HUGO MANUEL ROBERT BLACHER Passaporte: 09AR57556 Estrangeiro: Heike GERBER Passaporte: C4TY6FG0K Estrangeiro: Hervé GILLES LUPANO Passaporte: 16AD18306 Estrangeiro: ISOLDE LOUISE ROXANE FERENBACH Passaporte: 14DH53016 Estrangeiro: Inessa LECOURT Passaporte: 16CZ18443 Estrangeiro: Isabelle MONIQUE JOELLE MENSION Passaporte: 12CZ43553 Estrangeiro: JACQUELINE FRANCOISE ANGELE BOURDARIAS Passaporte: 11DC73065 Estrangeiro: JACQUES EUGENE ETIENNE DELEPLANCQUE Passaporte: 12AK32984 Estrangeiro: JAN CHIU YING Passaporte: 17DK99690 Estrangeiro: JEAN BAPTISTE PAUL JOURDIN Passaporte: 09AH46052 Estrangeiro: JEAN PAUL ROGER DECAMPS Passaporte: 16AA08888 Estrangeiro: JEAN SEBASTIEN SYLVAIN BORSARELLO Passaporte: 09PL15742 Estrangeiro: JEAN-PIERRE OLIVIER MEDERIC GERARD BOUCHARD Passaporte: 12AI12712 Estrangeiro: JOYCE BETANIA BLANCO LEWIS Passaporte: 080981303 Estrangeiro: JULIETTE PERRAUD GIL Passaporte: 16CZ82155 Estrangeiro: Jasper MERTENS Passaporte: EN066514 Estrangeiro: Javier IGNACIO ROSSETTO VERA Passaporte: 116697866 Estrangeiro: Jean Michel LOUIS YVES PICARD Passaporte: 14DH64765 Estrangeiro: Joséphine SIMONE MARIE PONCELIN DE RAUCOURT Passaporte: 16CH54699 Estrangeiro: Julia SUZANNER ANDREE ELIANE RAILLARD Passaporte: 14DY70101 Estrangeiro: Karina MEYER Passaporte: 519922611 Estrangeiro: LAURA ODETTE DORA ENSMINGER Passaporte: 10AF74555 Estrangeiro: LEA ELSA BIRNBAUM Passaporte: 16FV13368 Estrangeiro: LIONEL CAMEL PIERRE BELHACENE Passaporte: 12AT31302 Estrangeiro: Laura JAILLET Passaporte: 17AC38823 Estrangeiro: Louis JEREMIE PIERRE JACQUES SEGUIN Passaporte: 15CT76042 Estrangeiro: Lucienne MYRTILLE RENAUDIN VARY Passaporte: 17DD93964 Estrangeiro: MARIE-JOSÉ GERMAINE DECAMPS FOUGEROUX Passaporte: 12AC51046 Estrangeiro: MOHAMED MAKNI Passaporte: 12AC48946 Estrangeiro: MYLÈNE CLAUDE EMILIE POULARD Passaporte: 10CF17814 Estrangeiro: Marianne ALINE PUZIN Passaporte: 11AH17945 Estrangeiro: Marie GIRBAL Passaporte: 14DV24007 Estrangeiro: Mary ELIZABETH RANDLES MUJICA Passaporte: 16CI17190 Estrangeiro: Matthieu CHARDON Passaporte: 14DR24314 Estrangeiro: Maxime LEO LAURENT POZZAN Passaporte: 12CA36340 Estrangeiro: NICOLAS BRUVEMA CHAUTEAU Passaporte: 15DD51270 Estrangeiro: Nicolas BERNARD PARDO Passaporte: 10CY62945 Estrangeiro: OLIVIER MARIUS AMIEL DE MENARD DE LA ROZAIS Passaporte: 11DE22642 Estrangeiro: Odile MEISTERLIN Passaporte: 10AI06729 Estrangeiro: PAUL ANTOINE DAUTRY Passaporte: 16CY36951 Estrangeiro: PIERRE ANDRE BERTRAND LAUDE Passaporte: 11CI00972 Estrangeiro: Philippe LAURENT YVES TRIBOT Passaporte: 11AF92989 Estrangeiro: Pierre GIL Passaporte: 17FVO8910 Estrangeiro: Pierre MISAEL JACQUES HEQUET Passaporte: 13BH05021 Estrangeiro: QUENTIN JEAN D DEBROEYER Passaporte: EM687180 Estrangeiro: Raphaël DAVID ONDIGUI Passaporte: 17CH46348 Estrangeiro: SAMUEL JEREMIE JOLY Passaporte: 12AA23297 Estrangeiro: SARAH EUGENIE IANCU Passaporte: 16AD97839 Estrangeiro: SERGE ALEXANDRE KRICHEWSKY Passaporte: 11CA91795 Estrangeiro: SOPHIE CLEMENTINE NICOLE CHAUVENET Passaporte: 14AD03703 Estrangeiro: STHÉPHANE CHARLES ALEXANDRE GUIOCHEAU Passaporte: 10AX55426 Estrangeiro: Sandra ROMANE DENISE ROSSI Passaporte: 11AK47712 Estrangeiro: Sandrine ANNICK JEANINE MARTIN Passaporte: 08CC40907 Estrangeiro: Simon HUGO PIERRE TERRISSE Passaporte: 17DE10101 Estrangeiro: Sylvain PICARD Passaporte: HG116316 Estrangeiro: Sylvie GILBERTE PAULE FAUGA VIVIES Passaporte: 15DF14826 Estrangeiro: Sylvie ODILE GHISLAINE MOUGEAT Passaporte: 17DC32818 Estrangeiro: Sébastien PIERRE PLANCADE Passaporte: 12AI98723 Estrangeiro: THIBAULT FRANÇOIS PIERRE BUCHAILLET Passaporte: 17DD01289 Estrangeiro: THIBAULT FREDDY BERNARD HOCQUET Passaporte: 08CK32885 Estrangeiro: THIERRY MARIE ERNEST D"ARGOUBET Passaporte: 13CC53106 Estrangeiro: THOMAS NOEL JEAN PAUL PESQUET Passaporte: 13CL54953 Estrangeiro: Tuck May LOKE Passaporte: A40831267 Estrangeiro: Tugan SOKHIEV Passaporte: 14DC41680 Estrangeiro: Tymoteusz SYPNIEWSKI Passaporte: 16CH92342 Estrangeiro: VALENTIN THEODORE GABRIEL FAVRE Passaporte: 15CP35722 Estrangeiro: VIRGINIE CLAUDE CHRISTINE ALLEMAND Passaporte: 08CR71152 Estrangeiro: VITALY RASSKAZOV Passaporte: 17AA54555 Estrangeiro: Victor GARCIA GONZALEZ Passaporte: XDC574303 Estrangeiro: Vincent CAZANAVE-PIN Passaporte: 13CE77584 Estrangeiro: Vincent POUCHET Passaporte: 16DV278818 Estrangeiro: YANNICK JEAN YVES CALLIER Passaporte: 09PP38240 Estrangeiro: YSEULT EMILIE NICOLE CARRE Passaporte: 12AF77853 Estrangeiro: Yves SAPIR Passaporte: 12AV60361; Processo: 47039008400201746 Empresa: FREE PASS PRODUCOES ARTISTICAS EIRELI Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: CHRISTIAN WALTER JOSEF RAPP Passaporte: CF992M9J9 Valor Total do Evento (R$): 28800.00 Estrangeiro: CHRISTOPHER DAVID WILLIAMS Passaporte: 505995151 Estrangeiro: CYNTHIA LAM SMALL Passaporte: 434323044 Estrangeiro: FRANK TRZASKOWSKI Passaporte: C4FW8X3WG Estrangeiro: KRISZTIAN WALTER Passaporte: BH4381448 Estrangeiro: MARK A TORNILLO Passaporte: 506091635 Estrangeiro: OLIVER KAMINSKI Passaporte: C7GYKV330 Estrangeiro: PETER FRANK BALTES Passaporte: C4G49LLR9 Estrangeiro: UWE-WALTER LULIS Passaporte: C2JNTHC20 Estrangeiro: WOLF HOFFMANN Passaporte: 505752210; Processo: 47039008397201761 Empresa: LIVE NATION BRASIL ENTRETENIMENTO LTDA. Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: ALAN SCOTT GRANT Passaporte: 488799340 Valor Total do Evento (R$): 6615000.00 Estrangeiro: ALBERTO PAUTASSO Passaporte: YA2923839 Estrangeiro: ALISTAIR JAMES VILES Passaporte: 528537410 Estrangeiro: AMANDA BROOKE FROST Passaporte: 530418367 Estrangeiro: ANDREW FROST Passaporte: 518034156 Estrangeiro: ANDREW JOHN PEARSON Passaporte: 508324344 Estrangeiro: ANDREW NEIL HENDERSON Passaporte: 529087682 Estrangeiro: ANDY PHILLIP MICHAEL TURNER Passaporte: 515945863 Estrangeiro: ANTHONY THOMAS SMITH Passaporte: 536732463 Estrangeiro: ANTONY VICENT BURRY Passaporte: 528979817 Estrangeiro: ARLENE JOANNA MOON Passaporte: 099257082 Estrangeiro: ARMAN CHAPARYAN Passaporte: 548564546 Estrangeiro: ASHLEY THOMAS NEAL Passaporte: 510446934 Estrangeiro: BENJAMIN RICHARD CURTIS MILES Passaporte: 099258032 Estrangeiro: BJOERN GUNNAR MELCHERT Passaporte: C4G3N5HT Estrangeiro: BRADLEY CHARLES KLINE Passaporte: 548564550 Estrangeiro: BROOK ROBERT BLOWQUIST Passaporte: 543739594 Estrangeiro: CARYS SIAN MOGGRIDGE Passaporte: 534971955 Estrangeiro: CHERRY LEISHA PASHBY Passaporte: 529024190 Estrangeiro: CHRISTOPHER ANDREW FARRANTS Passaporte: 209099438 Estrangeiro: CHRISTOPHER ANTHONY JOHN MARTIN Passaporte: 099256474 Estrangeiro: CHRISTOPHER BENJAMIN WILKES Passaporte: 535360833 Estrangeiro: CHRISTOPHER KNEALE TAYLOR Passaporte: 546143613 Estrangeiro: CHRISTOPHER MICHAEL JOHN KORDEK Passaporte: 538514483 Estrangeiro: CHRISTOPHER STUART WOOD Passaporte: 536561835 Estrangeiro: CONNOR REECE CANWELL Passaporte: 535738611 Estrangeiro: CRAIG HOPE Passaporte: 529268451 Estrangeiro: CRAIG THERON FINLEY Passaporte: HD841875 Estrangeiro: DALE EVERETT BRYANT II Passaporte: 548580762 Estrangeiro: DANIEL FRANCIS GAMBLE Passaporte: 509491155 Estrangeiro: DANIEL GRAHAME GREEN Passaporte: 548368925 Estrangeiro: DAVID ALAN WHITE Passaporte: 099139545 Estrangeiro: DAVID MASSEY Passaporte: LB5992984 Estrangeiro: DAVID WILLIAM JOHN HOLMES Passaporte: HK119944 Estrangeiro: FELIX RICO WERREMEIER Passaporte: C29R1Z2NH Estrangeiro: GRAHAM FEAST Passaporte: 801063540 Estrangeiro: GUY RUPERT BEERYMAN Passaporte: 099256477 Estrangeiro: HAMANSHU PATEL Passaporte: 534099076 Estrangeiro: HOLGER ZECHEL Passaporte: C22VFP5VM Estrangeiro: JACK DUNCAN MURPHY Passaporte: 801604618 Estrangeiro: JACQUELINE JACKSON Passaporte: 510693023 Estrangeiro: JAMES ARTHUR FREDRICKSON Passaporte: 561173209 Estrangeiro: JASON MARC TELFORD Passaporte: 514209981 Estrangeiro: JEFFREY RYAN MAUSS Passaporte: 530966675 Estrangeiro: JEFFREY SCOTT JOWDY Passaporte: 554181872 Estrangeiro: JENS STEINMANN Passaporte: C1VCNL3TH Estrangeiro: JEROEN ANDRE PADBERG Passaporte: NP8LH37P9 Estrangeiro: JEROEN MAHIEU Passaporte: EM247571 Estrangeiro: JOEL SCOTT WILSON Passaporte: 545394842 Estrangeiro: JOHN EDWARD DEITERING Passaporte: 522666932 Estrangeiro: JONATHAN MARK BUCKLAND Passaporte: 531787164 Estrangeiro: JOSE FERNANDO NETO DA ROCHA Passaporte: C429841 Estrangeiro: JUSTIN DANIEL SEEDLE Passaporte: 546117601 Estrangeiro: KAI NEELS NICOLAS UWE FEIL Passaporte: C1VL2WWTZ Estrangeiro: KENNETH ARTHUR MACALPINE Passaporte: 538902045 Estrangeiro: KIM MAREE PENN Passaporte: E4067326 Estrangeiro: KRISTIAN JAMES MAUNDER Passaporte: 542959897 Estrangeiro: LAUREN ASHLEY RAUCH Passaporte: 469813228 Estrangeiro: LEONARD BERNARD WATSON Passaporte: 538569505 Estrangeiro: MARCUS WAREHAM Passaporte: 720045853 Estrangeiro: MARGUERITE QUANG NGUYEN Passaporte: 452038320 Estrangeiro: MARK ANDREW KOHORN Passaporte: 461588135 Estrangeiro: MARK JASON CRUIKSHANK Passaporte: E4025871 Estrangeiro: MATTHEW JAMES MILLER Passaporte: 099174307 Estrangeiro: MATTHEW ROBERT LATHAM Passaporte: 544728554 Estrangeiro: MATTHEW TYLER MCGINN Passaporte: 099256979 Estrangeiro: MATTHIAS KLUTH Passaporte: C1T5F6J62 Estrangeiro: MAXIMILIAN LAMPEL Passaporte: C1NZG4VHW Estrangeiro: MEGUMI KUSANO Passaporte: MZ1018363 Estrangeiro: MICHAEL ALEXANDER BARRETT BOURMIER Passaporte: 515514709 Estrangeiro: MICHAEL EDUARD CORDIER Passaporte: EN430653 Estrangeiro: MICHAEL STEPHEN SHEPPARD Passaporte: 110271035 Estrangeiro: MICHAEL STOWE Passaporte: 529339180 Estrangeiro: NADY PHILLIP MICHAEL TURNER Passaporte: 515945863 Estrangeiro: NIALL ALEXANDER OGILVY Passaporte: 537234343 Estrangeiro: NICHOLAS DAVIS Passaporte: 099262951 Estrangeiro: NICHOLAS JAMES MOONEY Passaporte: 622278120 Estrangeiro: NICOLE ERIN MASSEY Passaporte: 488086775 Estrangeiro: OWEN JAMES EVANS Passaporte: 514227641 Estrangeiro: PATRICK JOSEPH BOYD Passaporte: 502849459 Estrangeiro: PAUL FREDERICK NEWMAN Passaporte: HK986669 Estrangeiro: PAUL JOHN BURKE Passaporte: 111819977 Estrangeiro: PAUL TRAYNOR Passaporte: 513242348 Estrangeiro: PHILIP CHRISTOPHER HARVEY Passaporte: 099257083 Estrangeiro: PHILIP JOHN JOHNSTON Passaporte: 761277770 Estrangeiro: PHILIP JON SCHULTE Passaporte: 482153054 Estrangeiro: PHILIP SHARP Passaporte: 099205922 Estrangeiro: PHOEBE GWENDOLINE BALDWIN Passaporte: N4012957 Estrangeiro: PIETER FREDERIK LALEMAN Passaporte: EN984728 Estrangeiro: PIOTR MARIUSZ KLIMCZYK Passaporte: 548414961 Estrangeiro: RACHEL EDWARDS Passaporte: 524491425 Estrangeiro: RAYMOND ELIAS GALVAN Passaporte: 463110699 Estrangeiro: RICHARD DAVID SIMPSON Passaporte: 528730609 Estrangeiro: ROBIN SINCLAIR HADDOW Passaporte: 099287249 Estrangeiro: ROXANA NATASHA POPE Passaporte: 536660752 Estrangeiro: RUSSELL SCOTT GLEN Passaporte: 548567126 Estrangeiro: SARIA OFOGBA Passaporte: 511186319 Estrangeiro: SCOTT ARTHUR ALLEN Passaporte: 460116079 Estrangeiro: SEAN RHETT BUTTERY Passaporte: 099260022 Estrangeiro: SHAUN FRANCIS COOK Passaporte: M9088921 Estrangeiro: STEFANIE MULLER Passaporte: C5J349VKL Estrangeiro: STEVEN CAPALDI Passaporte: 505169369 Estrangeiro: STEVEN DOWDY LEWIS Passaporte: 554174399 Estrangeiro: TIFFANNY ANNE HENRY Passaporte: HH568055 Estrangeiro: TIFFANY DIONISIA FRANCES HUDSON Passaporte: 518392291 Estrangeiro: TOBIN HOWARD FLEMING Passaporte: 447804030 Estrangeiro: TODD K KELLY Passaporte: 538605241 Estrangeiro: TOM DRURY Passaporte: N5189495 Estrangeiro: WILLIAM ALEXANDER LEABODY Passaporte: 529281656 Estrangeiro: WILLIAM CHAMPION Passaporte: 099256857 Estrangeiro: WILLIAM REYNOLD RAHKO Passaporte: 548471355; Processo: 47039008438201719 Empresa: ASSOCIACAO SOCIEDADE DE CULTURA ARTISTICA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ALEJANDRO MEERAPFEL Passaporte: AAA905812 Valor Total do Evento (R$): 210800.00 Estrangeiro: ARIEL RYCHTER Passaporte: 283806630N Estrangeiro: Alessandro GIAGRANDE Passaporte: YB0579548 Estrangeiro: Amélie MARIE M RENGLET Passaporte: EM708274 Estrangeiro: Anne MARGUERITE REINHOLD Passaporte: 09PT90075 Estrangeiro: Aurélie SERRE Passaporte: 13CC94284 Estrangeiro: Aurélien HONORE Passaporte: 16DY54042 Estrangeiro: EVELYN SILVANA MUNOZ RAMIREZ Passaporte: P02233003 Estrangeiro: Elke YVONNE W JANSSENS Passaporte: EM344585 Estrangeiro: Eric JEAN E MATHOT Passaporte: EN926989 Estrangeiro: Estelle ALICE LEFORT Passaporte: 09PC58539 Estrangeiro: Eugénie MARIE ASTRIDE DE FOULHIAC DE PADIRAC Passaporte: 14DY82498 Estrangeiro: FABIAN SERGIO SCHOFRIN Passaporte: X1799624 Estrangeiro: FRANCISCO JUAN GATO Passaporte: AAD675018 Estrangeiro: FREDERIC PHILIPPE MAZIN Passaporte: 17IA361879 Estrangeiro: Fabien CHRISTIAN CHERRIER Passaporte: 12AV80664 Estrangeiro: GIROLAMO BOTTIGLIERI Passaporte: YA3996793 Estrangeiro: GUSTAVO GABRIEL GARGIULO Passaporte: AAB758025 Estrangeiro: Giuseppina BRIDELLI Passaporte: YA9650064 Estrangeiro: Henriette DUMAS Passaporte: 10CZ50363 Estrangeiro: Jacopo RAFFAELE Passaporte: YA2822327 Estrangeiro: Jean Noël GAMET Passaporte: 12CK98238 Estrangeiro: Jean-Marie ALFRED P MARCHAL Passaporte: EN555078 Estrangeiro: Jean-Paul MARIE M PIRLOT Passaporte: EN907668 Estrangeiro: Jonathan SPICHER Passaporte: X3103113 Estrangeiro: Julie MARION CALBETE Passaporte: 10CL01688 Estrangeiro: Jérôme JEHAN CHRISTIAN MARIE VAVASSEUR Passaporte: 08AZ74452 Estrangeiro: LAURA MONICA PUSTILNIK Passaporte: AAA503846 Estrangeiro: LEONARDO DANIEL GARCIA ALARCON Passaporte: AAC286558 Estrangeiro:

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

LUCIA MARTIN CARTON Passaporte: AAJ159788 Estrangeiro: Leandro MARZIOTTE CASANAS Passaporte: C733158 Estrangeiro: MANFREDO CHRISTIAN KRAEMER Passaporte: 14293256N Estrangeiro: MARIA JESUS PAVON Passaporte: AAC625894 Estrangeiro: MARIANA GISELA FLORES Passaporte: 28402896N Estrangeiro: Margaux SUZANNE PIERRETTE BLANCHARD Passaporte: 15AK29869 Estrangeiro: Maria Dolores MATEOS FERNANDEZ Passaporte: PAC432470 Estrangeiro: Marie GENEVIEVE MONIQUE BOURNISIEN Passaporte: 15DE34678 Estrangeiro: Marine MARIE CHARLOTTE LAFDAL-FRANC Passaporte: 10CC20271 Estrangeiro: Matteo BELLOTTO Passaporte: YA6347222 Estrangeiro: Maxime STEPHANE M MELNIK Passaporte: EN940962 Estrangeiro: Nicholas EDWARD SCOTT Passaporte: 542596088 Estrangeiro: Oleguer BUSQUE AYMANI Passaporte: AAH070363 Estrangeiro: PIERRE RIGOPOULO Passaporte: 14CZ56217 Estrangeiro: Philippe ROGER Y FAVETTE Passaporte: EM700893 Estrangeiro: Pierre DENIS J DERHET Passaporte: EK157139 Estrangeiro: Ronald MARTIN ALONSO Passaporte: 14CR86263 Estrangeiro: SERGIO BRUNO LADU Passaporte: AA24335582 Estrangeiro: Salvatore MARIO VITALE Passaporte: YB1208363 Estrangeiro: Samantha JAYNE MONTGOMERY Passaporte: E4039320 Estrangeiro: Stéphanie GHISLAINE B DE FAILLY Passaporte: EN727981 Estrangeiro: Sue-Ying KOANG Passaporte: 15CE04020 Estrangeiro: Thibault LENAERTS Passaporte: EM839301 Estrangeiro: Valerio CONTALDO Passaporte: YA3996480; Processo: 47039008365201765 Empresa: FREE PASS PRODUCOES ARTISTICAS EIRELI Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: ANTÔNIO VITOR RIBEIRO BARBOSA Passaporte: N232624 Valor Total do Evento (R$): 60800.00 Estrangeiro: ASHLEY NEIL DUNCAN Passaporte: 488544660 Estrangeiro: CHANGE CUNNINGHAM Passaporte: 557089711 Estrangeiro: HELLMAN AUGUSTO ESCORCIA DURAN Passaporte: 565606576 Estrangeiro: JACOB CHARLES HEMPHILL Passaporte: 488410428 Estrangeiro: KENNETH SPENCER BROWNELL Passaporte: 545695263 Estrangeiro: MARK RICHARD CURRAN Passaporte: 545433995 Estrangeiro: MICHAEL ALAN VER STEEGT Passaporte: 463132800 Estrangeiro: PATRICK JAMES O"SHEA Passaporte: 530952462 Estrangeiro: RAFAEL ERNESTO RODRIGUEZ MORALES Passaporte: 545457012 Estrangeiro: ROBERT LEE JEFFERSON Passaporte: 502154371 Estrangeiro: RUSSELL EDWARD ROBERTS Passaporte: 533808596 Estrangeiro: RYAN TAMAS BERTY Passaporte: 545417187 Estrangeiro: TREVOR BROOKS YOUNG Passaporte: 473776161; Processo: 47039008395201771 Empresa: FROST FLAKE PRODUCOES LTDA - ME Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: ALEXANDER VON MEHREN Passaporte: 27735192 Valor Total do Evento (R$): 16000.00 Estrangeiro: CHRIS ALEXANDER WOLFE HOLM Passaporte: 28703906 Estrangeiro: DAVID HOWARD HEILMAN Passaporte: 460170669 Estrangeiro: KRISTIAN SYVERTSEN Passaporte: 29504800 Estrangeiro: OEYSTEIN GRENI Passaporte: 30800097 Estrangeiro: OEYSTEIN RONANDER Passaporte: 31512867 Estrangeiro: PETTER WALDEMAR NOHR UNSTAD Passaporte: 28723739 Estrangeiro: SONDRE LERCHE VAULAR Passaporte: 27330390; Processo: 47039008364201711 Empresa: OVERLOAD EVENTOS LTDA - ME Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: BENOIT CESAR PAUL MEMORIN ALZIARY Passaporte: 14DK34141 Valor Total do Evento (R$): 3100.00 Estrangeiro: CHRISTIAN GUY FERNAND VANDER Passaporte: 17AK92824 Estrangeiro: DIDIER JEAN-PIERRE HEBRARD Passaporte: 14DY00762 Estrangeiro: FRANCIS LINON Passaporte: 16FV15884 Estrangeiro: HERVÉ FRANÇOIS AKNIN Passaporte: 15FV17944 Estrangeiro: ISABELLE SOPHIE FEUILLEBOIS Passaporte: 16DR36686 Estrangeiro: JÉRÔME SIMON MARTINEAU Passaporte: 09PE97045 Estrangeiro: OLIVIER CLAUDE ALAIN ARNAUD Passaporte: 14DF61505 Estrangeiro: PHILIPPE CHARLES BUSSONNET Passaporte: 13BC40106 Estrangeiro: RUDY ANTHONY BLAS Passaporte: 17AI46617 Estrangeiro: STELLA ZELCER Passaporte: 12DI62216; Processo: 47039008352201796 Empresa: HBS PRODUCOES ARTISTICAS E PARTICIPACOES LTDA. Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: JAMES ELIOT BARLOW Passaporte: 534351889 Valor Total do Evento (R$): 11025.00 Estrangeiro: MARK FOSTER Passaporte: 537009311; Processo: 47039008355201720 Empresa: HBS PRODUCOES ARTISTICAS E PARTICIPACOES LTDA. Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: BAS GEERSEMA Passaporte: NSLPH7P62 Valor Total do Evento (R$): 149625.00 Estrangeiro: BAS MICHIEL PETRUS RIJSDIJK Passaporte: BU6K5JCR2 Estrangeiro: JOHANNES WILHELMUS GERARDUS SCHIEVELD Passaporte: NYBFL5F28 Estrangeiro: OLIVIER JURRIAN LOUIS HELDENS Passaporte: BTKL87JB8 Estrangeiro: ROBERT THEODOOR WILLEKENS Passaporte: NPJH9D2C4; Processo: 47039008357201719 Empresa: HBS PRODUCOES ARTISTICAS E PARTICIPACOES LTDA. Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: ANABEL ENGLUND Passaporte: 477915539 Valor Total do Evento (R$): 72450.00 Estrangeiro: CHLOE JEAN HOLMES Passaporte: 548472416 Estrangeiro: LEE FREDERICK FOSS Passaporte: 530924766; Processo: 47039008358201763 Empresa: HBS PRODUCOES ARTISTICAS E PARTICIPACOES LTDA. Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: BUELENT GUERLER Passaporte: C2ZK00X2Y Valor Total do Evento (R$): 189000.00 Estrangeiro: LORENZO ESPOSITO Passaporte: YA9728408 Estrangeiro: MLADEN SOLOMUN Passaporte: 062051259 Estrangeiro: PAUL BOR Passaporte: C32C8H76Z; Processo: 47039008359201716 Empresa: HBS PRODUCOES ARTISTICAS E PARTICIPACOES LTDA. Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: JULIEN FRANCIS CLAUDE BELTZUNG Passaporte: 16CR79832 Valor Total do Evento (R$): 45675.00 Estrangeiro: LEE BURRIDGE Passaporte: 518251574 Estrangeiro: PATRICK JOZEF J BRUYNDONX Passaporte: EN103790 Estrangeiro: SANDRA PHILIP M MUTS Passaporte: EN521373; Processo: 47039008445201711 Empresa: HBS PRODUCOES ARTISTICAS E PARTICIPACOES LTDA. Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: CHRISTOPH HANSEN Passaporte: C2X9M0HY2 Valor Total do Evento (R$): 80325.00 Estrangeiro: CHRISTOPH LIEBING Passaporte: C5HTL0NXK Estrangeiro: JON PAUL WAFER Passaporte: 515809854 Estrangeiro: JONAS JOHANNES KOPINSKI Passaporte: C6HMVR6JG Estrangeiro: MARK SMITH Passaporte: C6W9KGWT6 Estrangeiro: NILS KNECHT Passaporte: C5MFX1LL7 Estrangeiro: RICHARD CARL AHMED Passaporte: 544882792 Estrangeiro: ROSS JOHN CANAVAN Passaporte: 517512106 Estrangeiro: YASSINE LARKIN GEB. BEN ACHOUR Passaporte: C6W9X2R0L; Processo: 47039008408201711 Empresa: AGENCIA ALAVANCA PRODUCOES EDITORIAIS LTDA - ME Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: MARIE-PIERRE CAROLE HENRIETTE BONNIOL Passaporte: 15CC53768 Valor Total do Evento (R$): 8140.00 Estrangeiro: PIERRE BASTIEN Passaporte: 14DR35667; Processo: 47039008363201776 Empresa: LIVE NATION BRASIL ENTRETENIMENTO LTDA. Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: DAVID WILLIAM STANBURY Passaporte: 538775779 Valor Total do Evento (R$): 141750.00 Estrangeiro: JONATHAN JULIAN HOPKINS Passaporte: 520338143; Processo: 47039008367201754 Empresa: LIVE NATION BRASIL ENTRETENIMENTO LTDA. Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: ALEXANDER JAMES CERUTTI Passaporte: 099225334 Valor Total do Evento (R$): 110250.00 Estrangeiro: ANESA LIPA Passaporte: 526543532 Estrangeiro: BENEDICT TATUM MAWSON Passaporte: 537147945 Estrangeiro: BENJAMIN KEITH HOUGHTON Passaporte: 515506747 Estrangeiro: CARL WAYNE LEWIS Passaporte: 517746996 Estrangeiro: DUA LIPA Passaporte: 529100312 Estrangeiro: DUKAGJIN LIPA Passaporte: 525854945 Estrangeiro: EDWARD HENRY SEED Passaporte: 510535737 Estrangeiro: FRANCESCA ANGELINA BRAZZO Passaporte: 307468961 Estrangeiro: JOANNA SQUIRES Passaporte: 524728892 Estrangeiro: JONATHAN MARK BOND Passaporte: 518330761 Estrangeiro: JULIAN RUPERT GUY BADDELEY Passaporte: 538828493 Estrangeiro: KAI GARTH SMITH Passaporte: 801549462 Estrangeiro: MATTHEW COLIN ROBERT CARROLL Passaporte: 510670914 Estrangeiro: PETER JOHN ABBOTT Passaporte: 517483783 Estrangeiro: RICHARD MILLS Passaporte: 801540835 Estrangeiro: SUNJEET KAUR JASPAL Passaporte: 518109584 Estrangeiro: TINA BHATTACHARJEE Passaporte: 801222270 Estrangeiro: WILLIAM FREDERICK BOWERMAN Passaporte: 801133126 Estrangeiro: WILLIAM ROBERT NICHOLSON Passaporte: 761213797; Processo: 47039008402201735 Empresa: R & C EVENTOS, PROMOCOES E PUBLICIDADE LTDA. Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: AVA MICHELLE KNIGHT SALICKA Passaporte: 562939618 Estrangeiro: BRIAN INNES POMP Passaporte: 530654034 Estrangeiro: DANIEL ANTHONY LAVERY Passaporte: 548503618 Estrangeiro: DANIEL LIPSKI Passaporte: 505988237 Estrangeiro: EUN WHA LEE Passaporte: M90394041 Estrangeiro: JAIME JEREMY ZENDEJAS Passaporte: 511003262 Estrangeiro: JEREMY ARNOLD GROSHONG Passaporte: 505707798 Estrangeiro: JOHN CAHILL LAWLESS Passaporte: 488579949 Estrangeiro: JOSEPH ADAM JONAS Passaporte: 548586624 Estrangeiro: JOSEPH THOMAS TROUP Passaporte: 490249750 Estrangeiro: JUSTIN ALBERT DE MEULENAERE Passaporte: 530965179 Estrangeiro: MINH QUANG NGUYEN Passaporte: 548587207 Estrangeiro: MOSHE BENABOU Passaporte: HG148588 Estrangeiro: NEAL WHITTLE PERSIANI Passaporte: 554678044 Estrangeiro: SEAN MICHAEL DENIHAN MULLARKEY Passaporte: 534264131 Estrangeiro: ZACHARY SCOTT BROOKS Passaporte: 542641568; Processo: 47039008368201707 Empresa: VALNEI CAMPANHARO Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ALI SHIRAZINIA Passaporte: 546011623 Valor Total do Evento (R$): 15000.00; Processo: 47039008382201701 Empresa: ASSOCIACAO DE CULTURA, EDUCACAO E ASSISTENCIA SOCIAL SANTA MARCELINA Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: LASZLO MAROSI Passaporte: BB7199258 Valor Total do Evento (R$): 10990.00; Processo: 47039008391201793 Empresa: KOMMITMENT PRODUCOES ARTISTICAS LTDA Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: CÉLIMÈNE DAUDET Passaporte: 13CT21195 Valor Total do Evento (R$): 4000.00; Processo: 47039008417201701 Empresa: ELIEL FERNANDES VIEIRA Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: ANDERS HUNSTAD Passaporte: 30617976 Valor Total do Evento (R$): 4800.00 Estrangeiro: ANDERS ODDEN Passaporte: 29914274 Estrangeiro: ATTILA VIKTOR VOROS Passaporte: BE3657633 Estrangeiro: HENRICUS JOHANNES MARIA DE HAAS Passaporte: BMDL79KL6 Estrangeiro: JAMES RICHARD DUNKLEY Passaporte: 720078099 Estrangeiro: KJETIL VIDAR HARALDSTAD Passaporte: 29966799 Estrangeiro: SIGURD WONGRAVEN Passaporte: 31903840 Estrangeiro: STEINAR GUNDERSEN Passaporte: 29801899; Processo: 47039008398201713 Empresa: AKE MIX DO BRASIL EVENTOS E LOCACAO DE BENS EIRELI Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: ANDREA MAURER WHITT Passaporte: 720524986 Valor Total do Evento (R$): 1.00 Estrangeiro: CORA CHRISTINE COLEMAN DUNHAM Passaporte: 488163686 Estrangeiro: GIANLUCA BERTOLDI Passaporte: YA8720189 Estrangeiro: GRACIELA MARIA ESTRADA Passaporte: AAC783920.

Permanente - Sem Contrato - RN 62 - Resolução Normativa, de 08/12/2004 (Artigo 3°, Inciso I):

Processo: 47039007719201754 Empresa: CNP ASSURANCES BRASIL HOLDING LTDA. Prazo: Indeterminado Estrangeiro: LAURENT PIERRE JEAN FRANÇOIS JUMELLE Passaporte: 12CR80404; Processo: 47039007719201754 Empresa: ZURICH AIRPORT LATIN AMERICA LTDA. Prazo: Indeterminado Estrangeiro: JOHANN GEORG ERWIN GIGL Passaporte: C4YL43501; Processo: 47039007721201723 Empresa: ZURICH AIRPORT LATIN AMERICA LTDA. Prazo: Indeterminado Estrangeiro: MATTHIAS POETER Passaporte: C4YL91RKP; Processo: 47039007724201767 Empresa: ZURICH AIRPORT LATIN AMERICA LTDA. Prazo: Indeterminado Estrangeiro: STEFAN CONRAD Passaporte: X3588339; Processo: 47039007912201795 Empresa: MITSUI GAS E ENERGIA DO BRASIL LTDA. Prazo: Indeterminado Estrangeiro: HIROSHI FUJIKAWA Passaporte: TR6365491; Processo: 47039008022201709 Empresa: CHINA COMMUNICATIONS CONSTRUCTION COMPANY (BRAZIL) PARTICIPACOES LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: Ruida Li Passaporte: PE0336019; Processo: 47039008130201773 Empresa: MINERAL BRASIL PESQUISAS E DESENVOLVIMENTO LTDA. Prazo: Indeterminado Estrangeiro: SHOTARO KOURA Passaporte: TK9696071; Processo: 47039008306201797 Empresa: HWASHIN FABRICANTE DE PECAS AUTOMOTIVAS BRASIL LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: SEUNGHWAN SEO Passaporte: M22605524; Processo: 47039008311201708 Empresa: SUNNINGDALE TECH PLASTICOS (BRASIL) LTDA. Prazo: Indeterminado Estrangeiro: LOW POH ANN Passaporte: E4244391A; Processo: 47039008388201770 Empresa: LA BOTTEGA DO BRASIL COSMETICOS LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: GIULIO VISCONTI PRASCA Passaporte: YA2365995; Processo: 47039008442201787 Empresa: NANSEN SA INSTRUMENTOS DE PRECISAO Prazo: 3 Ano(s) Estrangeiro: KANGQUAN FENG Passaporte: E96379938.

Permanente - Sem Contrato - RN 118 - Resolução Normativa, de 02/12/2015 (Artigo 2º):

Processo: 47039007492201747 Empresa: DACOSTA AGENCIA DE TURISMO LTDA - ME Prazo: Indeterminado Estrangeiro: MAUREEN C DACOSTA Passaporte: 422072306.

O Coordenador-Geral de Imigração - Substituto, no uso de suas atribuições, indeferiu os seguintes pedidos de autorização de trabalho:

Processo: 47039005779201732 Empresa: ZARYA - ARQUITETURA E ENGENHARIA LTDA - EPP Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Nicholas Wladyslaw Mierzejewski Passaporte: 525869812; Processo: 47039006872201764 Empresa: ACIER CONSTRUCOES METALICAS LTDA - ME Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: RAFAEL FERNANDEZ SERRANO Passaporte: AAG462398; Processo: 47039007345201777 Empresa: PVH BRASIL PROJETOS RENOVAVEIS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ANA ISABEL MENAC LUMBRERAS Passaporte: PAD039949; Processo: 47039007540201705 Empresa: VIRTUOSI PRODUCOES ARTISTICAS LTDA - EPP Prazo: 1 Mês(es) Estrangeiro: Rafael Rütti Passaporte: X2509380 Estrangeiro: Stephanie Gabriela Boller Passaporte: X3966751; Processo: 47039006467201746 Empresa: GLADIUS INDUSTRIA; COMERCIO; IMPORTACAO E EXPORTACAO DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA - EPP Prazo: Indeterminado Estrangeiro: MARCO GIOVATI Passaporte: AA2299694; Processo: 47039006468201791 Empresa: GLADIUS INDUSTRIA; COMERCIO; IMPORTACAO E EXPORTACAO DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA - EPP Prazo: Indeterminado Estrangeiro: PIETRO DOMENICHINI Passaporte: YA0201504.

LUIZ ALBERTO MATOS DOS SANTOS

CONSELHO NACIONAL DE IMIGRAÇÃO

DESPACHO DO PRESIDENTE

Em 10 de outubro de 2017

O Presidente do Conselho Nacional de Imigração, faz público que em reunião de 03 de Outubro de 2017, o Conselho Nacional de Imigração deferiu os seguintes pedidos de concessão de vistos permanente e permanência definitiva:

Permanente - CNIg - RN 27 - de 25/11/1998:

Processo: 46094000117201749 Prazo: Indeterminado Estrangeira: MOUNA ALAOUI M"DARHERI Passaporte: MW9739864; Processo: 46094000171201794 Prazo: Indeterminado Estrangeira: NADINE SPATH Passaporte: C4CW8ZCOY.

Permanente - CNIg - RN 70 - de 09/05/2006:

Processo: 46215092776201607 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: ANTONIO FERRARI GUAL Passaporte: PAD280424; Processo: 46215092775201654 Prazo: Indeterminado Estrangeira: FEDERICA POLAZZI Passaporte: YA1324392.

Permanência Definitiva - CNIg - RN 27 - de 25/11/1998:

Processo: 46094000145201766 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: FUTOSHI HIRANOYAMA Passaporte: TR4574614; Processo: 46094000363201709 Prazo: Indeterminado Estrangeira: MARIA AMELIA GUZMAN MARTINEZ-VALLS Passaporte: XFA013262.

O Presidente do Conselho Nacional de Imigração, faz público que em reunião de 03 de Outubro de 2017, o Conselho Nacional de Imigração indeferiu os seguintes pedidos de concessão de vistos:

Processo: 08508015111201425 Estrangeiro: JULIO ANTONIO BICORA; Processo: 46094000042201704 Estrangeiro: FATA ISMAIL; Processo: 08506005253201402 Estrangeira: GEORGETTE HADDAD; Processo: 46215004261201731 Estrangeiro: MARCOS MARTINS SIMÃO; Processo: 46215004260201796 Estrangeiro: FREDERICO NGUNZA CASSULE; Processo: 46094000127201784 Estrangeiro: SUDIYE NGUNGU ELIE; Processo: 46212015316201768 Estrangeira: HYUN A YOO Estrangeira: MYUNG A YOO Estrangeira: SOO A YOO Estrangeira: WON SOOK LEE; Processo: 46215013775201787 Estrangeiro: JÚLIO CÁ.

HUGO MEDEIROS GALLO DA SILVA

SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO

COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS

DESPACHOS DO COORDENADOR-GERAL
Em 10 de outubro de 2017

O Coordenador-Geral de Recursos da Secretaria de Inspeção do Trabalho/MTE, no uso de sua competência, prevista no art. 9º, inciso I, anexo VI, da Portaria/GM nº 483, de 15 de setembro de 2004 e de acordo com o disposto nos artigos 635 e 637 da CLT, e considerando o que dispõe o § 5º do art. 23 da lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, decidiu processos de auto de infração ou notificação de débito nos seguintes termos:

1) Em apreciação de recurso voluntario:

1.1 Pela procedência do auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46201.004753/2009-75	014182971	Nordeste Segurança de Valores Alagoas Ltda.	AL
2	46202.016140/2014-38	204857155	Cajueiro Empreendimentos Imobiliarios Ltda	AM
3	46202.016141/2014-82	204857147	Cajueiro Empreendimentos Imobiliarios Ltda	AM
4	46202.016142/2014-27	204857163	Cajueiro Empreendimentos Imobiliarios Ltda	AM
5	46202.008426/2014-40	21282226	SB Comercio Ltda	AM
6	46202.000162/2015-67	205561861	Transtol Transportes Ltda	AM
7	47904.007658/2012-74	22784730	Apevis Tecnologia, Industria, Com e Serviços de Usinagem Ltda - ME	BA
8	46208.009032/2012-97	25055461	Delta Construções S/A	GO
9	46208.009034/2012-86	25055445	Delta Construções S/A	GO
10	46208.009035/2012-21	25055437	Delta Construções S/A	GO
11	46208.010838/2013-17	201743256	Nicola Vincenzo Di Salvo	GO
12	46208.010839/2013-53	201743264	Nicola Vincenzo Di Salvo	GO
13	46208.003195/2013-47	200489976	OAS S/A	GO
14	46208.003196/2013-91	200489968	OAS S/A	GO
15	46208.003197/2013-36	200489950	OAS S/A	GO
16	46208.003198/2013-81	200489941	OAS S/A	GO
17	46208.003199/2013-25	200489933	OAS S/A	GO
18	46208.003200/2013-11	200489925	OAS S/A	GO
19	46208.003201/2013-66	200489917	OAS S/A	GO
20	46208.003202/2013-19	200489909	OAS S/A	GO
21	46248.001523/2013-02	201650436	Antonio Francisquini Baptista e Outra	MG
22	46248.001526/2013-38	201335620	Antonio Francisquini Baptista e Outros	MG
23	46243.000174/2014-24	202640442	Belgo Bekaert Arames S/A	MG
24	46242.000818/2013-11	200570838	Usina Frutal Açucar e Alcool S/A	MG
25	46504.003399/2015-03	207665176	Vasques & Vasques Ltda - EPP	MG
26	46504.003398/2015-51	207665133	Vasques & Vasques Ltda - EPP	MG
27	46504.003400/2015-91	207665192	Vasques & Vasques Ltda - EPP	MG
28	46504.003401/2015-36	207665214	Vasques & Vasques Ltda - EPP	MG
29	46504.003402/2015-81	207665231	Vasques & Vasques Ltda - EPP	MG
30	46504.003409/2015-01	207687811	Vasques & Vasques Ltda - EPP	MG
31	46504.003410/2015-27	207688176	Vasques & Vasques Ltda - EPP	MG
32	46504.003411/2015-71	207688249	Vasques & Vasques Ltda - EPP	MG
33	46504.003412/2015-16	207687790	Vasques & Vasques Ltda - EPP	MG
34	46504.003413/2015-61	207687781	Vasques & Vasques Ltda - EPP	MG
35	46504.003414/2015-13	207687765	Vasques & Vasques Ltda - EPP	MG
36	46504.003415/2015-50	207688192	Vasques & Vasques Ltda - EPP	MG
37	46504.003416/2015-02	207688231	Vasques & Vasques Ltda - EPP	MG
38	46504.003417/2015-49	207687846	Vasques & Vasques Ltda - EPP	MG
39	46504.003418/2015-93	207687579	Vasques & Vasques Ltda - EPP	MG
40	46504.003419/2015-38	207687595	Vasques & Vasques Ltda - EPP	MG
41	46504.003420/2015-62	207687625	Vasques & Vasques Ltda - EPP	MG
42	46504.003421/2015-15	207687871	Vasques & Vasques Ltda - EPP	MG
43	46241.002000/2012-54	25358545	VRG Linhas Aereas S.A.	MG
44	46653.001579/2015-39	206141769	Caixa Construções Ltda	MT
45	46653.001580/2015-63	206141785	Caixa Construções Ltda	MT
46	46653.001581/2015-16	206141807	Caixa Construções Ltda	MT
47	46653.001582/2015-52	206141793	Caixa Construções Ltda	MT
48	46653.001583/2015-05	206141823	Caixa Construções Ltda	MT
49	46653.001584/2015-41	206141866	Caixa Construções Ltda	MT
50	46653.001585/2015-96	206141904	Caixa Construções Ltda	MT
51	46653.001586/2015-31	206141912	Caixa Construções Ltda	MT
52	46653.002438/2015-33	206458479	Caixa Construções Ltda	MT
53	46653.002439/2015-88	206458495	Caixa Construções Ltda	MT
54	46653.002440/2015-11	206458509	Caixa Construções Ltda	MT
55	46653.002441/2015-57	206458517	Caixa Construções Ltda	MT
56	46653.002442/2015-00	206458525	Caixa Construções Ltda	MT
57	46653.002443/2015-46	206458533	Caixa Construções Ltda	MT
58	46653.002444/2015-91	206458541	Caixa Construções Ltda	MT
59	46653.002445/2015-35	206458550	Caixa Construções Ltda	MT
60	46653.002446/2015-80	206458568	Caixa Construções Ltda	MT
61	46653.002591/2015-61	206511809	Caixa Construções Ltda	MT
62	46653.002592/2015-13	206511850	Caixa Construções Ltda	MT
63	46653.002593/2015-50	206511876	Caixa Construções Ltda	MT
64	46653.002594/2015-02	206511906	Caixa Construções Ltda	MT
65	46653.002595/2015-49	206511922	Caixa Construções Ltda	MT
66	46653.002596/2015-93	206511949	Caixa Construções Ltda	MT
67	46653.002856/2015-21	206592400	Caixa Construções Ltda	MT
68	46653.002857/2015-75	206592418	Caixa Construções Ltda	MT
69	46653.002858/2015-10	206592426	Caixa Construções Ltda	MT
70	46653.002859/2015-64	206592434	Caixa Construções Ltda	MT
71	46653.002860/2015-99	206592442	Caixa Construções Ltda	MT
72	46653.002861/2015-33	206592451	Caixa Construções Ltda	MT
73	46653.002862/2015-88	206592469	Caixa Construções Ltda	MT
74	46653.002863/2015-22	206592477	Caixa Construções Ltda	MT
75	46653.002864/2015-77	206592485	Caixa Construções Ltda	MT
76	46653.002865/2015-11	206592493	Caixa Construções Ltda	MT
77	46653.002866/2015-66	206592507	Caixa Construções Ltda	MT
78	46653.002867/2015-19	206592515	Caixa Construções Ltda	MT
79	46653.002868/2015-55	206592540	Caixa Construções Ltda	MT
80	46653.002869/2015-08	206592558	Caixa Construções Ltda	MT
81	46653.002870/2015-24	206592566	Caixa Construções Ltda	MT
82	46653.002871/2015-79	206592574	Caixa Construções Ltda	MT
83	46653.002872/2015-13	206592582	Caixa Construções Ltda	MT
84	46653.002873/2015-68	206592591	Caixa Construções Ltda	MT
85	46653.002874/2015-11	206592604	Caixa Construções Ltda	MT
86	46653.002875/2015-57	206592612	Caixa Construções Ltda	MT
87	46653.002876/2015-00	206592621	Caixa Construções Ltda	MT
88	46653.002877/2015-46	206592639	Caixa Construções Ltda	MT
89	46653.003081/2015-19	206674643	Caixa Construções Ltda	MT
90	46653.003082/2015-55	206674651	Caixa Construções Ltda	MT
91	46653.003083/2015-08	206674660	Caixa Construções Ltda	MT
92	46653.003084/2015-44	206674678	Caixa Construções Ltda	MT
93	46222.003827/2016-37	209450002	Service Itororó Ltda.	PA
94	46222.000382/2016-33	208740911	Viver Vendas Ltda.	PA
95	46213.010001/2014-71	203552245	Superformas-Servicos de Estrutura Ltda - ME	PE
96	46213.009998/2014-17	203552148	Superformas-Servicos de Estrutura Ltda - ME	PE
97	46213.009999/2014-61	203552270	Superformas-Servicos de Estrutura Ltda - ME	PE
98	46213.010000/2014-27	203552261	Superformas-Servicos de Estrutura Ltda - ME	PE
99	46213.010002/2014-16	203552229	Superformas-Servicos de Estrutura Ltda - ME	PE
100	46213.010003/2014-61	203552211	Superformas-Servicos de Estrutura Ltda - ME	PE
101	46213.010005/2014-50	203552181	Superformas-Servicos de Estrutura Ltda - ME	PE
102	46213.010006/2014-02	203552156	Superformas-Servicos de Estrutura Ltda - ME	PE
103	46213.010007/2014-49	203552130	Superformas-Servicos de Estrutura Ltda - ME	PE
104	46214.003047/2014-24	203390318	Atacadao Distribuicao Comercio e Industria Ltda	PI
105	46214.004143/2014-90	203759532	Atacadao Distribuicao Comercio e Industria Ltda	PI
106	47533.010767/2013-15	201723425	Exxata Serviços de Logística e Industrialização para Terceiros em Embalamento de Produtos Ltda. - ME	PR
107	47533.013447/2014-06	204861730	Hair Locadora Ltda.	PR
108	47533.009733/2014-69	204066441	Trilhopar Alumínios Ltda.	PR
109	47533.009738/2014-91	204066492	Trilhopar Alumínios Ltda.	PR
110	47533.009739/2014-36	204066476	Trilhopar Alumínios Ltda.	PR
111	46215.042365/2011-58	22942750	Brasilveiculos Companhia de Seguros	RJ
112	46215.017815/2011-74	023231769	Eninco Engenharia Indústria e Comércio Ltda.	RJ
113	46215.023033/2013-36	201901595	Expresso Cruzeiro do Sul Ltda	RJ
114	46215.023034/2013-81	201901757	Expresso Cruzeiro do Sul Ltda	RJ
115	46215.026404/2013-31	202235076	Expresso Cruzeiro do Sul Ltda	RJ
116	47427.000683/2007-32	14921588	Sendas Distribuidora S/A	RJ
117	46304.001160/2012-02	0163667049	Whirlpool S.A.	SC
118	46304.001168/2012-61	016367065	Whirlpool S.A.	SC
119	46262.003792/2014-06	204581401	Akzo Nobel Ltda	SP
120	46262.004140/2014-81	204773385	Akzo Nobel Ltda	SP
121	46262.004141/2014-25	204773326	Akzo Nobel Ltda	SP
122	46262.004142/2014-70	204773318	Akzo Nobel Ltda	SP
123	46262.004143/2014-14	204773261	Akzo Nobel Ltda	SP
124	46262.004144/2014-69	204773393	Akzo Nobel Ltda	SP
125	46262.004145/2014-11	204773369	Akzo Nobel Ltda	SP
126	46262.004228/2014-01	204902142	Akzo Nobel Ltda	SP
127	46262.004229/2014-47	204881641	Akzo Nobel Ltda	SP
128	46262.004230/2014-71	204915953	Akzo Nobel Ltda	SP
129	46262.004231/2014-16	204881706	Akzo Nobel Ltda	SP
130	46736.009538/2011-47	021793972	Morena Distribuidora de Bebidas S.A.	SP
131	46255.000929/2012-90	21677247	Thyssen Krupp Metalurgica Campo Limpo Ltda	SP
132	46254.002896/2014-94	203666143	Tres Primos Transportes e Comercio de Madeiras Ltda	SP

Nº	PROCESSO	NOTIFICAÇÃO DE DÉBITO DE FGTS	EMPRESA	UF
1	46202.002872/2014-41	200.236.199	Rondônia Transportes Ltda.	AM
2	46222.003845/2016-19	200.714.856	Service Itororó Ltda.	PA
3	47533.013446/2014-53	200.369.571	Hair Locadora Ltda.	PR
4	47533.009586/2014-27	200.310.739	Trilhopar Alumínios Ltda.	PR

1.2 Pela improcedência do auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46208.005045/2012-97	20443854	Cia Hering	GO
2	46208.005229/2012-57	20427956	Cia Hering	GO
3	46208.005233/2012-15	20428006	Cia Hering	GO
4	46208.005236/2012-59	20443048	Cia Hering	GO
5	46208.005240/2012-17	20443064	Cia Hering	GO
6	46208.005261/2012-32	20443870	Cia Hering	GO
7	46208.005262/2012-87	20443927	Cia Hering	GO
8	46208.005263/2012-21	20443900	Cia Hering	GO
9	46208.005264/2012-76	20443897	Cia Hering	GO
10	46208.005266/2012-65	20443889	Cia Hering	GO
11	46208.005268/2012-54	20443919	Cia Hering	GO
12	46208.005272/2012-12	20443862	Cia Hering	GO
13	46208.005482/2012-19	20427948	Cia Hering	GO
14	46208.005483/2012-55	20443056	Cia Hering	GO
15	46208.005498/2012-13	20443994	Cia Hering	GO
16	46208.005580/2012-48	20427999	Cia Hering	GO
17	46243.000173/2014-80	202668401	Belgo Bekaert Arames Ltda.	MG
18	46213.010004/2014-13	203552199	Superformas-Serviços de Estrutura Ltda. - ME	PE

1.3 Pela procedência parcial do auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	47747.004245/2014-50	203630882	Inelto S.A Construções e Comércio	MG
2	46222.003814/2016-68	209472456	Service Itororó Ltda.	PA
3	47533.009781/2012-95	025251791	EUCATUR - Empresa União Cascavel de Transportes e Turismo Ltda.	PR

2) Em apreciação de recurso voluntário::

2.1 -Tornar nula a análise de fls. 25decisão de fls. 25 publicada no DOU de 06/09/2017, pág. 75 do seguinte processo:

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
	46206.103098/2014-54	204240689	Sushiloko Asa Sul Comércio de Alimentos Ltda. - ME	DF

2.2- Pela improcedência do auto de infração

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
	46206.103098/2014-54	204240689	Sushiloko Asa Sul Comércio de Alimentos Ltda. - ME	DF

3) Em apreciação de recurso de ofício:

3.1 Pela improcedência do auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46262.003795/2014-31	204586216	Akzo Nobel Ltda	SP

3.2 Pela procedência parcial do auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46208.010951/2014-75	204290961	TWM Transportes Especiais Ltda.	GO

4- Pelo arquivamento em razão de:

4.1 - Incidência da prescrição prevista no art. 1º §1º da Lei 9.873/99

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46219.008347/2013-79	200385674	Delcar Express Repair de Autos Ltda. - ME	SP
2	46268.003031/2008-48	015540057	Usina Ouroeste - Açúcar e Álcool Ltda.	SP
3	46268.003032/2008-92	015540049	Usina Ouroeste - Açúcar e Álcool Ltda.	SP
4	46268.003035/2008-26	015540031	Usina Ouroeste - Açúcar e Álcool Ltda.	SP
5	46268.003037/2008-15	012060038	Usina Ouroeste - Açúcar e Álcool Ltda.	SP

4.2 - Incidência da prescrição prevista no art. 1º-A da Lei 9.873/99

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46779.001919/2003-11	06814093	Baplastil Solados Ltda.	BA
2	46779.002251/2003-80	06875700	Caldecom Caldeiraria Montagem Ind. e Comércio Ltda.	BA
3	46204.012061/2003-85	06852424	Consórcio Moinho Aratu	BA
4	46204.017747/1999-61	02953498	Etsul Transportes Ltda.	BA
5	46779.001936/1998-16	02978075	Flarc Chama Indústria e Comércio de Fogões Ltda.	BA
6	46780.000063/2003-88	09460322	Fransil Comércio de Confecções e Presentes Ltda.	BA
7	46778.001426/2003-41	06873111	Geomar Frigoríficos Ltda.	BA
8	46778.000331/2001-49	04810091	Retecal Indústria Cerâmica Ltda.	BA
9	47427.000157/2006-91	011594144	Petrobrás Distribuidora Ltda.	RJ

3.2 - Incidência da prescrição prevista no art. 1º- da Lei 9.873/99

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46204.010176/2003-35	06759629	EGV - Segurança Empresa de Guarda e Vigilância Ltda.	BA
2	46204.002047/2003-73	09465324	Multiforros Forros e Divisórias Ltda.	BA
3	46204.002046/2003-29	09465316	Multiforros Forros e Divisórias Ltda.	BA
4	24150.002926/1990-03	07410429	Press Color Gráficos Especializados Ltda.	BA

FELIPE PÓVOA ARAÚJO

SECRETARIA DE RELAÇÕES DO TRABALHO

DESPACHOS DO SECRETÁRIO

Em 2 de outubro de 2017

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com respaldo no art. 27 da Portaria 326/2013 e na seguinte Nota Técnica, resolve ARQUIVAR o processo do sindicato abaixo relacionado:

Processo	46211.005970/2014-21
Entidade	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Lagoa Dourada/MG
CNPJ	01.809.673/0001-50
Fundamento	NT 1255/2017/CGRS/SRT/MTb

O Secretário de Relações do Trabalho e Emprego, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 326/2013 e na Nota Técnica 1256/2017/CGRS/SRT/MTb, resolve, para fins de anotação no Cadastro Nacional de Entidades Sindicais - CNES, EXCLUIR a categoria dos Trabalhadores em transporte escolar, com representação intermunicipal e base territorial nos municípios de São Paulo: Aparecida, Areias, Arujá, Bananal, Biritiba-Mirim, Caçapava, Cachoeira Paulista, Campos do Jordão, Canas, Cruzeiro, Cunha, Ferraz de Vasconcelos, Guararema, Guaratinguetá, Guarulhos, Igaratá, Itaquaquecetuba, Jacareí, Jambeiro, Lagoinha, Lavrinhas, Lorena, Mogi das Cruzes, Monteiro Lobato, Natividade da Serra, Paraibuna, Pindamonhangaba, Piquete, Poá, Queluz, Redenção da Serra, Roseira, Salesópolis, Santa Branca, Santa Isabel, Santo Antônio do Pinhal, São Bento do Sapucaí, São José do Barreiro, São José dos Campos, São Luís do Paraitinga, Silveiras, Suzano, Taubaté e Tremembé; e, ainda, a categoria dos Trabalhadores e Instrutores em Auto Escolas, Centro de Formação de Condutores Categorias A e B, Despachantes, Empresas de Transporte Escolar e Anexos de Baixada Santista e Litoral Norte e Sul, com representação intermunicipal e base territorial nos municípios de São Paulo: Bertioga, Caraguatatuba, Cubatão, Guarujá, Iguape, Itanhaém, Itariri, Juquiá, Miracatu, Mongaguá, Pariquera-Açu, Pedro de Toledo, Peruíbe, Praia Grande, Registro, Santos, São Sebastião, São Vicente e Ubatuba, da representação do SINDICATO DOS TRABALHADORES E INSTRUTORES EM AUTO ESCOLAS DESPACHANTES E TRANSPORTES ESCOLAR INTERMUNICIPAL DE SÃO PAULO E REGIAO/SP, CNPJ 59.974.857/0001-55, Processo 24440.015048/91-11, conforme determina o art. 32 da Portaria 326, de 11 de março de 2013.O sindicato anotado no Cadastro Nacional de Entidades Sindicais - CNES deverá encaminhar, dentro do prazo de 60 (sessenta) dias, nos termos da reuniões de mediação coletiva realizadas na Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado de São Paulo, em 27/09/2011, Processo 47546.000204/2011-16, e em 09/04/2012, processo nº 47546.000053/2012-79, o Estatuto Social contendo a representação devidamente atualizada, sob pena de SUSPENSÃO do seu registro sindical, de acordo com o disposto no inciso III do art. 33 da Portaria 326/2013.

Em 4 de outubro de 2017

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 326/2013, bem como no artigo 26, § 4.º, da Lei n.º 9.784/1999, faz saber aos que a presente notificação virem ou dela tiverem conhecimento que notifica o (a) Senhor (a) Representante Legal do SINDILOJAS - SINDICATO DO COMERCIO VAREJISTA DE CRICIUMA, CNPJ 83.662.635/0001-81, Processo 46303.000606/2014-45 (SA02036), do inteiro teor do Ofício n.º 46/2017/CGRS/SRT/MTb, o qual restou devolvido, conforme Aviso de Recebimento AR603448015JS, que terá o prazo improrrogável de 20 (vinte) dias para apresentar a documentação solicitada, sob pena de ARQUIVAMENTO do citado pedido de registro sindical, nos termos do art. 27, inciso IV, da Portaria 326/2013.

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 326/2013, bem como no artigo 26, § 4.º, da Lei n.º 9.784/1999, faz saber aos que a presente notificação virem ou dela tiverem conhecimento que notifica o Representante Legal do SINDPAR - Sindicato dos Professores e Trabalhadores da Educação de Rio Pardo - RS, CNPJ 19.201.736/0001-56, Processo 46218.003528/2014-08, do inteiro teor do Ofício n.º 214/2017/CGRS/SRT/MTb encaminhado à entidade, em 20/03/2017, o qual restou devolvido, conforme Aviso de Recebimento n.º AR650801615JS, que terá o prazo improrrogável de 30 (trinta) dias para apresentar a documentação solicitada, sob pena de INDEFERIMENTO do citado pedido de registro sindical, nos termos do parágrafo único, art. 25 da Portaria 326/2013.

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no artigo 26, § 4º, da Lei n.º 9.784/1999, notifica o (a) representante do SINDPLAN/RJ - Sindicato dos Consultores de Planos de Saúde e Odontológicos do Estado do Rio de Janeiro, CNPJ n.º 04.473.896/0001-87, do inteiro teor do OFÍCIO N.º 411/2017/CGRS/SRT/MTb encaminhado à entidade em 17/05/2017. Motivo da devolução conforme o aviso de recebimento n.º AR764349124JS: "endereço insuficiente". Portanto, se dentro do prazo de 90 (noventa) dias a entidade não apresentar os documentos solicitados, o processo de pedido de re-

gistro sindical n.º 46000.007850/2001-29 será ARQUIVADO nos termos do art. 27, inciso IV, da Portaria n.º 326/2013.

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 326/2013, bem como no artigo 26, § 4.º, da Lei n.º 9.784/1999, faz saber aos que a presente notificação virem ou dela tiverem conhecimento que NOTIFICA o representante legal do Sindicato dos Empregados no Comércio Atacadista e Varejista de Ubaitaba/BA, CNPJ 19.276.453/0001-73, Processo 46204.001546/2014-04, do inteiro teor do Ofício n.º 595/2017/CGRS/SRT/MTb encaminhado à entidade, em 19/06/2017, solicitando a complementação de documentos, o qual restou devolvido, conforme aviso de devolução. Portanto, se dentro do prazo de 20 (vinte) dias, a entidade não se manifestar, o pedido de Registro Sindical nº. 46204.001546/2014-04 será ARQUIVADO nos termos do artigo 27, I, da Portaria 326/2013.

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 326/2013, bem como no artigo 26, § 4.º, da Lei n.º 9.784/1999, faz saber aos que a presente notificação virem ou dela tiverem conhecimento que notifica o (a) Senhor (a) Representante Legal do SINDATE - SINDICATO DOS AUXILIARES E TECNICOS DE ENFERMAGEM DO MUNICIPIO DE JURUTI - SINDATE - JRT/PA, CNPJ 21.457.111/0001-00, Processo n° 46222.005611/2014-44 (SC16742), do inteiro teor do Ofício n° 431/2017/CGRS/SRT/MTb, o qual restou devolvido, conforme Aviso de Recebimento AR764348923JS, que terá o prazo improrrogável de 20 (vinte) dias para apresentar a documentação solicitada, sob pena de ARQUIVAMENTO do citado pedido de registro sindical, nos termos do art. 27, inciso I, da Portaria 326/2013.

CARLOS CAVALCANTE DE LACERDA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MINAS GERAIS

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE

Em 9 de outubro de 2017

Nº 26 - O Superintendente Regional do Trabalho e Emprego em Minas Gerais, tendo em vista o que consta no processo n.º 46211.002460/2017-44 e os termos do despacho exarado no processo supracitado e usando da competência delegada pela Portaria da SRT/MTE n.º 02, de 25 de maio de 2006, publicada na Seção 2 do Diário Oficial da União n.º 102, de 30 de maio de 2006, homologa o Plano de Cargos e Salários do Corpo Técnico Administrativo do INSTITUTO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR LATINOAMERICANO, inscrito no CNPJ 97.525.706/0001-09, situado na Avenida Miguel Perrela, 680, Bairro Castelo, cep. 31.330-290, na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, ficando expresso que qualquer alteração a ser feita no Quadro dependerá de prévia aprovação desta Superintendência.

Nº 27 - O Superintendente Regional do Trabalho e Emprego em Minas Gerais, tendo em vista o que consta no processo n.º 46211.002448/2017-30 e os termos do despacho exarado no processo supracitado e usando da competência delegada pela Portaria da SRT/MTE n.º 02, de 25 de maio de 2006, publicada na Seção 2 do Diário Oficial da União n.º 102, de 30 de maio de 2006, homologa o Plano de Cargos e Salários do Corpo Docente do INSTITUTO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR LATINOAMERICANO, inscrito no CNPJ 97.525.706/0001-09, situado na Avenida Miguel Perrela, 680, Bairro Castelo, cep. 31.330-290, na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, ficando expresso que qualquer alteração a ser feita no Quadro dependerá de prévia aprovação desta Superintendência.

JOÃO CARLOS GONTIJO DE AMORIM

Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 860, DE 10 DE OUTUBRO 2017

Transfere a atribuição da gestão administrativa e do pagamento das pensões indenizatórias por acidentes ferroviários e de aquisição de próteses ortopédicas da Inventariança da extinta Rede Ferroviária Federal S.A. - RFFSA para a Subsecretaria de Assuntos Administrativos - SAAD/MTPA deste Ministério.

O MINISTRO DE ESTADO DOS TRANSPORTES, PORTOS E AVIAÇÃO CIVIL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 87, incisos I e II, da Constituição Federal; e

CONSIDERANDO a competência deste Ministério para coordenar e supervisionar os procedimentos relativos à Inventariança da extinta RFFSA;

CONSIDERANDO a finalização do inventário das pensões indenizatórias por acidente ferroviário;

CONSIDERANDO a emissão dos relatórios de inventário pela Comissão de Inventário de Pensões por Acidente Ferroviário e Pagamento de Próteses da Inventariança da RFFSA, por Unidade Regional;

CONSIDERANDO o disposto nas Leis nº 11.483, de 31 de maio de 2007, nº 10.223, de 05 de junho de 2001, e no Decreto nº 6.018, de 22 de janeiro de 2007; e

CONSIDERANDO o teor do Despacho nº 187/2008 - CGU/AGU, da Consultoria-Geral da União, resolve:

Art. 1º Transferir à Subsecretaria de Assuntos Administrativos deste Ministério - SAAD/MTPA a gestão administrativa e o pagamento das pensões indenizatórias por acidentes ferroviários e das aquisições de próteses ortopédicas a elas vinculadas, quando couber, vimpostos à extinta Rede Ferroviária Federal S.A. - RFFSA por meio de determinações judiciais ou por reconhecimento administrativo daquela entidade.

Parágrafo único. A SAAD/MTPA e a Inventariança da extinta RFFSA celebrarão termo de transferência do acervo documental na medida em que houver a conclusão do inventário dos processos administrativos que tratam das obrigações acima mencionadas.

Art. 2º Os recursos orçamentários estabelecidos para custeio do cumprimento das referidas obrigações serão destinados à SAAD/MTPA após o recebimento dos processos administrativos inventariados.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAURÍCIO QUINTELLA

SUPERINTENDÊNCIA DE AERONAVEGABILIDADE

PORTARIA Nº 3.381, DE 6 DE OUTUBRO DE 2017

O SUPERINTENDENTE DE AERONAVEGABILIDADE, no uso da atribuição que lhe confere o art. 35, inciso XX, do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, e considerando o que consta do processo nº 00066.013327/2016-52, resolve:

Art. 1º Deferir, conforme peticionado pela Embraer S.A., o pedido de Nível Equivalente de Segurança para o parágrafo 25.811(d)(3), do Regulamento Brasileiro de Aviação Civil nº 25 (RBAC nº 25), emenda 134, para o avião Embraer ERJ-190-300, referente aos sinais indicativos das saídas de emergência.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROBERTO JOSÉ SILVEIRA HONORATO

PORTARIA Nº 3.382, DE 6 DE OUTUBRO DE 2017

O SUPERINTENDENTE DE AERONAVEGABILIDADE, no uso da atribuição que lhe confere o art. 35, inciso XX, do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, e considerando o que consta do processo nº 00066.058846/2014-88, resolve:

Art. 1º Deferir, conforme peticionado pela Embraer S.A., o pedido de Nível Equivalente de Segurança para o parágrafo 25.1443(c), do Regulamento Brasileiro de Aviação Civil nº 25 (RBAC nº 25), emenda 134, para o avião Embraer ERJ-190-300, referente ao sistema de oxigênio suplementar dos lavatórios da aeronave.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROBERTO JOSÉ SILVEIRA HONORATO

GERÊNCIA-GERAL DE AERONAVEGABILIDADE CONTINUADA

GERÊNCIA DE ENGENHARIA DE MANUTENÇÃO

PORTARIA Nº 3.390, DE 6 DE OUTUBRO DE 2017

O GERENTE DE ENGENHARIA DE MANUTENÇÃO SUBSTITUTO, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 1º, inciso I, da Portaria nº 969/SAR, de 16 de abril de 2014, tendo em vista o disposto no Regulamento Brasileiro da Aviação Civil nº 145 (RBAC nº 145) e na Lei nº 7565, de 19 de dezembro de 1986, e considerando o que consta do processo nº 00066.501794/2017-16, resolve:

Art. 1º Tornar pública a emissão do Certificado de Organização de Manutenção nº 1710-42/ANAC, emitido em favor da organização de manutenção de produto aeronáutico BANAER PULVERIZAÇÃO AGRICOLA LTDA.

Art. 2º O inteiro teor do Certificado encontra-se disponível no sítio da ANAC na rede mundial de computadores - endereço: www2.anac.gov.br/certificacao/AvGeral/AIR145Bases.asp.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FABIANO DOS SANTOS NASCIMENTO SILVA

SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA

PORTARIA Nº 3.387, DE 6 DE OUTUBRO DE 2017

Torna inaplicáveis os Anexos III, IV, XVI, LXV, LXVI, LXXIII e LXXX da Portaria nº 629/GM5, de 02 de maio de 1984.

O SUPERINTENDENTE DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 33, inciso XV, alínea "b", do Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, e 1º da Resolução nº 206, de 16 de novembro de 2011, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986,

CONSIDERANDO as Portarias nº 2451/SIA, de 16 de dezembro de 2011; nº 1961/SIA, de 09 de junho de 2017; nº 1925/SIA, de 14 de agosto de 2014; nº 2614/SIA, de 07 de outubro de 2013; nº 3137/SIA de 25 de novembro de 2015; nº 590/SIA, de 15 de março de 2016; e nº 2613/SIA, de 07 de outubro de 2013, que validaram as curvas de ruído dos Aeroportos de Macapá/Alberto Alcolumbre (código OACI: SBMQ), Marabá/João Correa da Rocha (código OACI: SBMA), Uberlândia/Ten. Cel. Aviador César Bombonato (código OACI: SBUL), Campo Grande (código OACI: SBCG), Cuiabá (código OACI: SBCY), Manaus/Eduardo Gomes (código OACI: SBEG) e Belém/Val de Cans (código OACI: SBBE), respectivamente, e que serviram de base para a elaboração de seus novos Planos Específicos de Zoneamento de Ruído - PEZR;

CONSIDERANDO o registro dos novos PEZR nesta Agência, conforme comunicado pelos Ofícios nº 55(SEI)/2017/GCOP/SIA-ANAC, de 26 de maio de 2017, e nº 102(SEI)/2017/GTDA/GCOP/SIA-ANAC, de 19 de setembro de 2017; e

CONSIDERANDO o que consta dos processos nº 60800.247583/2011-16, 00065.506546/2016-91, 00058.029599/2013-21, 00065.135206/2013-28, 00065.089417/2014-62, 00065.103547/2015-04 e 00058.528022/2017-21; resolve:

Art. 1º Tornar inaplicáveis os Anexos III, IV, XVI, LXV, LXVI, LXXIII e LXXX da Portaria nº 629/GM5, de 02 de maio de 1984, publicado no Suplemento ao nº 136 do Diário Oficial da União, de 16 de julho de 1984, Seção 1, página 28, que dispõe sobre a aprovação dos Planos Específicos de Zoneamento de Ruído - PEZR dos Aeroportos de Macapá/Alberto Alcolumbre (código OACI: SBMQ), Marabá/João Correa da Rocha (código OACI: SBMA), Uberlândia/Ten. Cel. Aviador César Bombonato (código OACI: SBUL), Campo Grande (código OACI: SBCG), Cuiabá (código OACI: SBCY), Manaus/Eduardo Gomes (código OACI: SBEG) e Belém/Val de Cans (código OACI: SBBE).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RAFAEL JOSE BOTELHO FARIA

PORTARIA Nº 3.399, DE 9 DE OUTUBRO DE 2017

O SUPERINTENDENTE DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 33, inciso VII, do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no Regulamento Brasileiro da Aviação Civil nº 139 (RBAC nº 139), e considerando o que consta do processo n° 00058.076075/2016-71, resolve:

Art. 1º Renovar, por 12 (doze) meses, o Certificado Operacional Provisório de Aeroporto nº 019P/SSZW/2016, concedido por meio da Portaria nº 2.763/SIA, de 13 de outubro de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 14 de outubro de 2016, à Prefeitura Municipal de Ponta Grossa (PR), operadora do Aeroporto Santana - Comandante Antonio Amilton Beraldo (SSZW), localizado em Ponta Grossa (PR).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RAFAEL JOSE BOTELHO FARIA

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES

DIRETORIA COLEGIADA

DELIBERAÇÃO Nº 317, DE 20 DE SETEMBRO DE 2017

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DSL - 141, de 20 de setembro de 2017, e no que consta do Processo nº 50500.394047/2016-36, delibera:

Art. 1º Aprovar a nova versão do Relatório Final da Audiência Pública nº 001/2017, realizada no período de 31 de janeiro de 2017 a 1º de maio de 2017, com o objetivo de tornar público, colher sugestões e contribuições às minutas de Edital e Contrato, ao Programa de Exploração da Rodovia e aos Estudos de Viabilidade, para concessão da rodovia BR-101/290/386/448/SC/RS, no trecho da BR-101/SC, do km 455,9 até a divisa SC/RS; da BR-101/RS, entre a divisa SC/RS até o entroncamento com a BR-290 (Osório); da BR-290/RS, no entroncamento com a BR-101 (A) (Osório) até o km 98; da BR-386, no entroncamento com a BR-285/377 (B) (para Passo

Fundo) até o entroncamento com a BR-448; e da BR-448, no entroncamento com a BR-386 até o entroncamento com a BR-116/290.

Art. 2º Determinar, conforme o art. 24 da Resolução ANTT nº 3.705, de 10 de agosto de 2011, a divulgação da nova versão do Relatório Final no endereço eletrônico da ANTT.

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE BASTOS
Diretor-Geral

SUPERINTENDÊNCIA DE EXPLORAÇÃO DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA

PORTARIA Nº 230, DE 9 DE OUTUBRO DE 2017

O Superintendente de Exploração da Infraestrutura Rodoviária, da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Deliberação nº 157/10, de 12 de maio de 2010, fundamentado no que consta do Processo nº 50500.376863/2017-49, resolve:

Art. 1º Aprovar a postergação no Cronograma Financeiro de Investimentos da Autopista Planalto Sul S/A, para o ano subsequente, conforme disposto no Parecer Técnico nº 207/2017/GEINV/SUINF, de 19 de setembro de 2017.

Art. 2º Os efeitos financeiros na Tarifa Básica de Pedágio - TBP serão considerados na próxima revisão ordinária.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ FERNANDO CASTILHO

COMPANHIA DOCAS DO PARÁ

RESOLUÇÃO HOMOLOGATÓRIA Nº 17, DE 10 DE OUTUBRO DE 2017

O DIRETOR PRESIDENTE DA COMPANHIA DOCAS DO PARÁ (CDP), no uso de suas atribuições legais, resolve:

I- homologar o Pregão Eletrônico para Registro de Preços CDP/SRP nº 06/2017, realizado no dia 10/07/2017 (Processo Licitatório nº 3779/2016), referente à aquisição de material de limpeza para suprimento do estoque do almoxarifado da Companhia Docas do Pará - CDP, destinado ao atendimento das necessidades da CDP, para um período de 12 (doze) meses, de acordo com as características mínimas estabelecidas no Termo de Referência e demais condições do Edital e seus anexos;

II - adjudicar, em consequência, vencedoras do referido Pregão às empresas: 1- RCF MACHADO - CNPJ nº 83.317.248/0001-08, para os itens 03, 04, 07, 08, 09, 17, 19, 20, 25, 26, 36, 37, 38, 39 e 41, pelo valor total de R$-32.832,00 (trinta e dois mil, oitocentos e trinta e dois reais); 2 - COMERCIAL AVANT - COMÉRCIO DE MATERIAIS DE LIMPEZA E SERVIÇOS LTDA - CNPJ n° 07.241.626/0001-39, para os itens 01, 05, 06, 10 a 16, 18, 21 a 24, 27, 28, 29, 34, 35, 40, 42, 43 e 44, pelo valor total de R$-149.297,50 (cento e quarenta e nove mil, duzentos e noventa e sete reais e cinquenta centavos); 3 - LIGA COMÉRCIO DE EMBALAGENS LTDA - EPP - CNPJ nº 14.491.689/0001-09, para os itens 30, 31, 32 e 33, pelo valor total de R$-41.878,00 (quarenta e um mil, oitocentos e setenta e oito reais);

III - encaminhar ao DIRAFI/SUCOMP para elaboração das Ordens de Compra, que deverão ser trimestrais, de forma a não se manter em estoque uma quantidade de material superior às demandas relativas a períodos de 03 (três) meses, das unidades da CDP, garantindo, assim, as premissas da economicidade de recursos, o gerenciamento e controle de estoques mínimos e a qualidade dos produtos.

PARSIFAL DE JESUS PONTES

COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE

CNPJ Nº 34.040.345/0001-90

BALANCETE PATRIMONIAL EM 31 DE AGOSTO DE 2017

ATIVO	EM R$ 1,00
Ativo Circulante	49.750.649,93
Disponibilidades	19.752.439,94
Direitos Realiz. Exercício Seguinte	29.998.209,99
Despesas Aprop. Exercício Seguinte	58.802,85
Ativo Não Circulante	516.206.803,75
Direitos Realiz. Após Exerc. Seguinte	7.103.915,58
Investimentos	22.344,60
Imobilizado	509.071.781,17
Intangível	8.762,40
TOTAL DO ATIVO	565.957.453,68
PASSIVO	EM R$ 1,00
Passivo Circulante	59.019.781,00
Obrigações Vencíveis Exercício Seguinte	59.019.781,00
Passivo Não Circulante	170.873.131,69
Patrimônio Líquido	336.064.540,99
Capital Social	432.842.995,32
Reservas de Capital	704.853.470,48
Correção Monetária	0,00
Crédito p/Aumento de Capital	704.853.470,48
Lucro ou Prejuízos Acumulados	(801.631.924,81)
TOTAL DO PASSIVO	565.957.453,68

Natal, 31 de agosto de 2017.
FRANCISCO JOSEFRAN DE A. JUNIOR
Gerente de Recursos Financeiros

ANA MARIA DE SENA PATRÍCIO
Contadora CRC 3.815/RN
CPF 201.065.804-34

PORTARIA Nº 1.876, DE 10 DE OUTUBRO DE 2017

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 178 do Regimento Interno aprovado pela Resolução/CA nº 26 de 05/05/2016 e publicada no DOU de 12/05/2016, e tendo em vista o constante no processo n.º 50614.000377/2017-75, resolve:

Declarar de utilidade pública, para efeito de desapropriação e afetação a fins rodoviários, terras e benfeitorias, conforme poligonal formada pela lista de coordenadas geográficas a seguir, excluindo as áreas já pertencentes a faixa de domínio existente, delimitando a faixa de utilidade pública de 150 metros para cada lado a partir do eixo do traçado da BR-101/RN - Lote Único - Trecho: Touros (Farol do Calcanhar) - Divisa/PB; Subtrecho: Entr. RN-063 (Ponta Negra) - Entr. RN-313 (p/Pium); Segmento: km 95,9 - km 109,1; Extensão: 13,2 km; PNV: 101BRN0130 - 101BRN0132, em conformidade com o Projeto Executivo Parcial da BR-101/RN e Projeto Executivo Parcial das Obras de Artes Especiais denominadas de Viaduto de Pium PI-01 e Viaduto de Pium PI-02, ambos aceitos pelo Superintendente Regional da SR-DNIT/RN, respectivamente, por meio do Termo de Aceite de Projeto Executivo Parcial e Termo de Aceite de Projeto Executivo Parcial - Retificação.

I-Coordenadas Geográficas: 255281,3939 9353050,3245; 255553,3856 9352923,7524;

254379,64 9350405,9095; 254318,7331 9350310,3435; 253818,2038 9349626,1226;

253760,8782 9349510,1831; 253674,8665 9349228,808; 253628,6277 9349125,3639;

253568,8567 9349029,1032; 253456,2803 9348901,9868; 253320,3906 9348800,1733;

253219,5679 9348748,4673; 253112,6917 9348710,8353; 250217,8834 9348112,3119;

250199,7143 9348068,0654; 249648,9917 9345610,9581; 249610,6857 9345508,2613;

249430,2619 9345108,1249; 249403,3355 9344998,8914; 249398,4346 9344340,0949;

249408,9135 9342458,6326; 249108,9162 9342457,3584; 249098,4405 9344338,221; 249100,0819 9344941,5779; 249112,409 9345080,5916; 249149,9476 9345215,0075; 249361,3865 9345696,3002; 249906,9218 9348133,4304; 249933,6873 9348214,4595; 250018,4881 9348377,5244; 252997,0387 9348991,348; 253133,9549 9349039,5573; 253252,9994 9349122,6151; 253325,2739 9349204,2244; 253379,6137 9349298,7278; 253479,5528 9349614,3753; 253564,6165 9349786,4146; 254116,5787 9350550,127;

255281,3939 9353050,3245. Sistema de Referência UTM Zona 25S, Datum SIRGAS 2000.

VALTER CASIMIRO SILVEIRA

PORTARIA Nº 1.877, DE 10 DE OUTUBRO DE 2017

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 178 do Regimento Interno aprovado pela Resolução/CA nº 26 de 05/05/2016 e publicada no DOU de 12/05/2016, e tendo em vista o constante no processo n.º 50614.000291/2014-08, resolve:

Declarar de utilidade pública, para efeito de desapropriação e afetação a fins rodoviários, terras e benfeitorias, delimitadas pela poligonal formada pela lista de coordenadas geográficas a seguir, excluídas as áreas anteriormente declaradas via portaria N° 1038, de 24 de junho de 2014, as quais delimitam a faixa de utilidade pública de 150 metros para cada lado a partir do eixo do traçado da BR-101/RN (coincidente com a BR-406/RN) - Trecho: Touros (Farol do Calcanhar) - Divisa/PB; Subtrecho: Entr. BR 406(A) (p/ Ceará Mirim) - Acesso Redinha (p/ Ponte Newton Navarro); Segmento: km 81,1 - km 85,4; Extensão: 4,3 km; Lote Único; PNV: 101BRN0075 - 101BRN0080, em conformidade com a primeira revisão do projeto para execução de serviços de adequação de capacidade, construção de obra de arte especial, restauração e segurança de tráfego na rodovia BR-101/RN (Complexo Gancho do Igapó), aprovado pelo Superintendente Regional da SR-DNIT/RN por meio da Portaria N° 32, de 19 de maio de 2017.

I-Coordenadas Geográficas: 248733,3876 9361404,8704 248641,6978 9361364,4469;

248596,001 9361353,7575; 248549,2376 9361357,7124; 248505,9851 9361375,9244;

248451,4918 9361435,2529; 248435,2156 9361479,2704; 248433,3383 9361526,1632;

248446,0434 9361571,341; 248472,0875 9361610,3815; 248541,694 9361657,849;

248431,7015 9361723,8646; 248401,6013 9361759,8707; 248384,1008 9361803,4159;

248380,9131 9361850,2379; 248392,3501 9361895,7533; 248417,2925 9361935,5067;

248453,2985 9361965,6069; 248496,8438 9361983,1074; 248543,6657 9361986,2951;

248589,1811 9361974,8581; 248682,5403 9361923,5148;248880,6407 9361850,333;

248934,5556 9361812,4857; 248991,1249 9361801,0146; 249212,3746 9361721,9244;

249305,6866 9361711,7219; 249347,8967 9361691,2095; 249381,7023 9361658,6574;

249403,7942 9361617,252; 249412,0099 9361571,0464; 249405,5451 9361524,5635;

249385,0327 9361482,3533; 249352,4806 9361448,5477; 249311,0753 9361426,4558;

249245,1086 9361417,8936; 249156,1678 9361426,8596;248921,857 9361507,2175;

248733,3876 9361404,8704. Sistema de referência UTM Zona 25S Datum Sirgas 2000.

VALTER CASIMIRO SILVEIRA

ADMINISTRAÇÃO HIDROVIÁRIA DA AMAZÔNIA ORIENTAL

PORTARIA Nº 1, DE 10 DE OUTUBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DA ADMINISTRAÇÃO DAS HIDROVIAS DA AMAZÔNIA ORIENTAL - AHIMOR, DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT no uso das atribuições que lhes conferidas pelo Artigo 172 do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 26, 5 de maio de 2016 do Conselho de Administração, publicada no dia 12 de maio de 2016 e pela Portaria nº 1.567/DG/DNIT, de 24 de agosto de 2017, publicada na Seção I, pág. 58 e 59, do Diário Oficial da União de 25 de agosto de 2017, e considerando o Termo de Vistoria elaborado pela Coordenação de Engenharia da AHIMOR e constante no Processo Administrativo nº 50017.SEI/000001/2017-08, resolve:

Art.1º DECLARAR a situação de EMERGÊNCIA dos Serviços de Operação e Manutenção das Eclusas de Tucuruí, no Estado do Pará, em decorrência da decisão da ELETRONORTE em paralisar a prestação dos referidos serviços.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MIGUEL FORTUNATO GOMES
DOS SANTOS JÚNIOR

DIRETORIA COLEGIADA

PORTARIA Nº 1.875, DE 10 DE OUTUBRO DE 2017

A DIRETORIA COLEGIADA DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 12, do Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 26 de 05/05/2016 e publicada no DOU de 12/05/2016, e tendo em vista o constante no processo n. º 50600.011100/2015-65, resolve:

Art. 1º TRANSFERIR a Gestão do Contrato nº 919/2015-DAQ/DNIT para a CGDESP/DPP, cujo objeto é a Prestação de Serviços de Assessoria Técnica em Estudos e Projetos de Engenharia Fluvial e Navegação e de Aperfeiçoamento do Corpo Técnico do DNIT para o Fomento e Desenvolvimento do Setor Aquaviário Nacional, custeado com recursos provenientes do Programa de Trabalho nº 25.121.2126.20UA, conforme o Relato n.º 64/2017-DAQ, incluído na Ata da 35ª Reunião da Diretoria Colegiada, realizada no dia 29/08/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

VALTER CASIMIRO SILVEIRA
Diretor-Geral

Ministério Público da União

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA-GERAL
CONSELHO SUPERIOR

ESTATÍSTICA DO MÊS DE SETEMBRO DE 2017

I - PRODUTIVIDADE

CONSELHEIRO	RELATOR				REVISOR			
	Saldo anterior	Processos Administrativos	Devolvidos	Em poder do Relator	Saldo anterior	Processos Administrativos	Devolvidos	Em poder do Revisor
Jeferson Luiz Pereira Coelho	3	2	3	2	0	0	0	0
Ivana Auxiliadora Mendonça Santos	3	6	3	6	0	0	0	0
Sandra Lia Simón	13	4	4	13	0	0	0	0
Júnia Soares Nader	-	2	2	0	-	0	0	0
Manoel Jorge e Silva Neto[1]	4	3	1	6	0	0	0	0
Cristina Soares de Oliveira e Almeida Nobre	1	7	6	2	0	2	1	1
André Luís Spies	-	1	0	1	-	1	1	0
Edelamare Barbosa Melo	3	4	5	2	0	0	0	0
Luiz Eduardo Guimarães Bojart	-	1	0	1	-	0	0	0
TOTAIS	27	30	24	33	0	3	2	1

[1] - Afastamento para gozo de férias do período de 11.09.2017 a 20.09.2017.

II - SITUAÇÃO

Entrada de processos no mês	11
Distribuição e redistribuição de processos no mês	16
Total de processos decididos/deliberados	11
Outras decisões/deliberações	7
Resoluções	0

Brasília-DF, 9 de outubro de 2017.
IVANA AUXILIADORA MENDONÇA SANTOS
Conselheira Secretária

CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO

ESTATÍSTICA DO MÊS DE SETEMBRO/2017

Procedimentos da Câmara de Coordenação e Revisão do MPT

I - PRODUTIVIDADE:

MEMBROS	RELATORES				
	Saldo anterior	Distribuição no mês	Concluso ao Relator	Devolvido no mês	Em poder do Membro
ELIANE ARAQUE DOS SANTOS	23	293	48	350	14
ANDRÉA ISA RÍPOLI[1]	35	229	37	285	15
ANDRÉ LUÍS SPIES	235	286	45	444	122
LUERCY LINO LOPES	59	389	42	446	44
ABIAEL FRANCO SANTOS	255	390	29	486	190
JÚNIA BONFANTE RAYMUNDO	3	389	18	381	29
JOSÉ DE LIMA RAMOS PEREIRA[2]	6	0	0	0	6
MÁRCIA CAMPOS DUARTE[3]	2	300	16	316	2
DÉBORA MONTEIRO LOPES	552	391	8	319	631
SÍLVIA MARIA ZIMMERMANN	2	0	20	22	0
MARCO AURÉLIO LUSTOSA CAMINHA	0	1	0	1	0
VIRGINIA MARIA VEIGA DE SENNA	0	271	13	284	0
TOTAL	1172	2939	276	3334	1053

Observação: Última distribuição - 25/09/2017 - segunda-feira.
1 - Licença Nojo - 04/09 a 12/09/17
2 - Licença Afastamento - Curso Especialização - 21/08 a 21/11/17
3 - Férias 28/08 a 06/09/17

II - SITUAÇÃO

Entrada de procedimentos no mês	2930
Distribuição e redistribuição de procedimentos no mês	2939
Total de procedimentos deliberados no mês	3399
Procedimentos em diligência na Secretaria	343

Brasília-DF, 30 de setembro de 2017.
ELIANE ARAQUE DOS SANTOS
Coordenadora da Câmara

Tribunal de Contas da União

1ª CÂMARA

ATA Nº 36, DE 3 DE OUTUBRO DE 2017
(Sessão Ordinária da 1ª Câmara)

Presidente: Ministro Walton Alencar Rodrigues
Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado
Subsecretário das Câmaras: TEFC Paulo Morum Xavier

À hora regimental, o Presidente declarou aberta a sessão ordinária da Primeira Câmara, com a presença dos Ministros Benjamin Zymler e Vital do Rêgo; dos Ministros-Substitutos Augusto Sherman Cavalcanti, André Luís de Carvalho, convocado para substituir o Ministro Bruno Dantas, e Weder de Oliveira; e do Representante do Ministério Público, Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

Ausente o Ministro Bruno Dantas, em razão de participação em evento educacional no exterior.

HOMOLOGAÇÃO DE ATA

A Primeira Câmara homologou a ata nº 35, referente à Sessão realizada em 26 de setembro de 2017.

PUBLICAÇÃO DA ATA NA INTERNET

Os anexos das atas, de acordo com a Resolução nº 184/2005, estão publicados na página do Tribunal de Contas da União na Internet.

PROCESSOS EXCLUÍDOS DE PAUTA

Foram excluídos de Pauta, nos termos do artigo 142 do Regimento Interno, os seguintes processos:

- 025.176/2017-0 e 027.811/2017-4, cujo Relator é o Ministro Walton Alencar Rodrigues;

- 000.473/2011-1, de relatoria do Ministro José Múcio Monteiro; e

- 030.548/2010-1, cujo Relator é o Ministro Weder de Oliveira.

PROCESSOS APRECIADOS POR RELAÇÃO

A Primeira Câmara aprovou as relações de processos a seguir transcritas e proferiu os Acórdãos de nºs 9089 a 9294.

RELAÇÃO Nº 30/2017 - 1ª Câmara
Relator - Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES

ACÓRDÃO Nº 9089/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.904/2017-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Bento Itamar Borges (124.121.471-91); Darci Nazário de Andrade Silva (320.936.086-34); Dinamar de Carvalho França (323.001.156-20); Dulce Mirian Maciel Gontijo (393.872.916-34); Fátima Aparecida Alves Evangelho (350.508.616-91); Hildo Divino Bota Oliveira (196.499.326-15); Isabel Maluf Wutke (211.841.006-91); Islan Alves Pereira (182.907.106-82); José Aleixo da Silva (318.478.976-49); Maria Eurípedes da Silva (240.828.806-15)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Uberlândia
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9090/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.908/2017-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Maria Dorimar Bezerra dos Santos (861.143.797-72); Marisa da Conceição Garrido da Mota (269.165.927-53); Roberto Alves Feitosa da Silva (262.556.697-34); Rogério da Penha (766.873.097-49); Rosângela Mathias Belarmino (710.222.797-34); Sandra Loureiro (782.598.197-91); Severino da Silva (494.699.327-49)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9091/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.928/2017-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Afrânio Ferreira da Silva (450.329.807-06)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Espírito Santo
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9092/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.933/2017-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Ronaldo Manoel Pimenta Ribeiro (055.543.496-68); Thaís Horta Álvares da Silva (522.744.466-87); Walter Ernesto Ude Marques (354.743.606-06); Washington Cançado de Amorim (325.750.506-00); Wellerson Fonseca Ribeiro (176.637.506-59)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Minas Gerais
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9093/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.936/2017-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Ana Maria da Silva (222.093.524-87); Francisco de Assis Carvalho Pessoa (028.337.194-34); Ivanise Barros Tinoco Cortes (352.223.014-00); Luiz Carlos Gomes (277.064.434-34); Osman Ribeiro dos Santos (107.881.074-53)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9094/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.051/2017-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Eneida Vieira da Silva Ostria de Canedo (437.652.383-68)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Maranhão
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9095/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.078/2017-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Alberto Custódio da Silva (593.344.106-63); Assuan Djamila Ibrahim Mogharbel (511.171.349-20); Sara Freitas do Nascimento (756.772.969-53)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Paraná
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9096/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.085/2017-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Lydia Gomes da Silva (013.360.597-37)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9097/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39 da Lei 8.443/92, c/c o art. 143 do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, e em fazer a determinação constante no item 1.7, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.203/2017-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Maria Luíza Filippozzi Martini (181.415.790-53)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Sul
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal que corrija o fundamento legal do ato no Sistema de Apreciação e Registro de Atos de Admissão e Concessões (SISAC), nos termos do art. 6º, § 1º, inciso II, da Resolução - TCU 206/2007.

ACÓRDÃO Nº 9098/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.143/2017-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Alicio de Sousa Marinho (127.739.131-91)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade de Brasília
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9099/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.144/2017-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Álvaro Silva Ferreira (046.379.761-20)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Amapá
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9100/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.168/2017-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Ricardo Xavier de Góes (003.770.904-68)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9101/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.282/2017-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Genoveva Aparecida Rangel (353.093.186-15)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9102/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.317/2017-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Raimundo Israel de Souza (197.848.216-72)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Itajubá
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9103/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.322/2017-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Vânia Lúcia Alves de Brito (269.005.301-25)
1.2. Órgão/Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás - MEC
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9104/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.331/2017-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Sebastião Dias Xeres (230.541.231-20); Tânia Gomes Alves de Souza Gonçalves (047.298.698-85); Vital José Fernandes (248.674.896-20)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9105/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.349/2017-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Zilá Ferreira Gonçalves (395.135.136-53)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Uberlândia
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9106/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.356/2017-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Almir dos Santos (348.187.587-87); Ângela Soares Pinto (487.710.077-68); Cleusa Nunes dos Santos (309.362.847-49); Dulcecler dos Santos Ferreira (095.491.107-53); Elizabeth Pinheiro Araujo (532.091.257-91); Gemima Garcia Ramos (807.341.037-00); Gilsélia Ferraz Barbosa da Silva (007.007.247-70); Heloísa Helena de Souza Thieme de Carvalho (362.898.417-34); Ismael de Barros Mello (135.251.747-72); Jorge Ramos (336.168.177-49)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9107/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.377/2017-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Rosani Santos Ril (674.270.817-49); Venicius Barbosa Figueira (249.996.107-44)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Espírito Santo
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9108/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.380/2017-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Sônia Cristina Santiago da Silva (804.079.351-34); Tânia Maria de Lima (100.417.611-20); Wilmar Ferraz de Souza (170.346.801-59); Zilma Eterna Faleiro Ktenas (236.337.431-20)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Goiás
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9109/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.386/2017-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Márcia Regina Vieira Alves (625.400.256-68); Marcos Dias Lanza (055.084.606-91); Maria Aparecida da Silva (649.090.776-34); Maria Dorotea Pires (584.727.626-53); Maria da Glória Aquino de Souza (755.030.696-68); Maria da Penha Moreira (402.162.416-34); Maria de Fátima Gomes Veloso (326.142.336-68); Maria de Lourdes de Melo Pacheco (436.719.856-15); Marta Aparecida Goulart (403.565.316-00); Marta Araujo Tavares Ferreira (553.118.737-87)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Minas Gerais
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9110/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.396/2017-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Maria Goreti Ferraz Oliveira (271.331.500-00)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Santa Maria
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9111/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.833/2017-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Ricardo Akiyoshi Nakamura (281.929.498-77); Ruan Tavares Ribeiro (003.462.213-66); Sara Fiterman Lima (649.739.803-15); Thiago Allisson Cardoso de Jesus (011.470.293-42); Vitor Curyelo Fontes Belem (012.816.225-24)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Maranhão
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9112/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.834/2017-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Wellington Santana da Silva Junior (005.717.943-35)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Maranhão
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9113/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.838/2017-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Cândida Andrade de Moraes (825.104.235-68); Mariele Carvalho Crespo (022.698.195-94); Michelli Christina Magalhães Novais (033.019.385-66); Mirella Brasil Lopes (019.100.955-59); Moises Dias Freitas (959.321.605-78)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal da Bahia
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9114/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.958/2017-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Adriana Kowalski (688.697.540-49); Douglas Timm da Silva (011.098.480-30); Elisandra Gomes Squizani (959.874.520-15); Flávio Junior Stefanello (023.661.190-97); Graciele Rodrigues Ribeiro (968.611.260-04); Jonatan da Silva (005.721.270-81); Keiciane Canabarro Drehmer Marques (014.500.570-47); Luiz Felipe Amaro Vargas (019.858.970-08); Marieli Alves da Silva (022.708.410-18); Maurício da Silva Pinto (006.102.030-37); Rafaelly Andressa Schallemberger (025.448.680-07); Roger Roos (813.185.700-00); Rogério Marques Cresseri (920.353.100-91); Rosa Helena Colombo dos Santos Lima (718.287.020-72); Rosemar Barcellos Thies (418.991.130-53); Selso Rabelo (592.114.150-04)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9115/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.960/2017-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Erlan Silva de Sousa (005.066.062-44); Shauma Tamara do Nascimento Sobrinho (694.431.812-15); Veuderllane Campos da Silva (923.097.552-49)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9116/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.965/2017-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Lucas Costa Cicarelli (044.878.919-14)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Tecnológica Federal do Paraná
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9117/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.971/2017-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Michele Rocha da Silva (004.023.630-78)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9118/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.975/2017-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Cyjara Orsano Machado (729.420.373-34); Eraldo Pereira Ribeiro (657.875.282-04); Max Leandro de Araujo Brito (065.247.724-07); Natalia Macedo Nunes (016.443.751-76); Raquel Souza da Silva (791.735.942-53); Valdiney Valente Lobato de Castro (558.113.102-34)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Amapá
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9119/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.983/2017-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Alyne Neves Silva (077.779.207-90); Cassio Chaves Reginato (007.353.430-71); Daniel Figueiras Alves (314.107.658-81); Katia Cristine Carvalho Pereira (971.233.157-15)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Espírito Santo
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9120/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.988/2017-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Aurelio Salaverry (676.335.790-72); Claudia Soares Barbosa (001.757.190-12); Gabriela Salatino Liedke (008.115.900-54); Guilherme Sperb (018.499.880-80); Itanajara Neves (644.751.310-49); Karine de Abreu Martins (000.251.040-55); Karla Joseane Perez (008.666.329-13); Odelta dos Santos (946.075.160-15); Ronald Andrade de Oliveira (022.271.605-35); Thaís Santana da Rosa (014.261.580-33)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Sul
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9121/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em excluir do sistema SISAC, por haver sido cadastrado em duplicidade, o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, bem como o posterior arquivamento do presente processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.362/2017-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessada: Dayane Alves Costa (018.492.903-26)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de São Paulo
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9122/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em excluir do sistema SISAC, por haver sido cadastrado em duplicidade, o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, bem como o posterior arquivamento do presente processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.367/2017-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessada: Juraci Ruppenthal (237.976.650-91)
1.2. Órgão/Entidade: Hospital de Clínicas de Porto Alegre
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9123/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.460/2017-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Paulo Antonio Vieira Junior (985.062.001-30); Poliana Gonçalves Ferreira (527.345.952-49); Raimundo Martins de Araujo Junior (834.410.182-49); Raimundo Nonato Santos da Silva (591.186.282-49); Raimundo de Oliveira Filho (292.096.252-34); Tereza Maracaípe Barboza (001.511.473-29); Thiago Mielle Brito Ferreira Oliveira (007.972.984-36); Valdomiro Pinheiro Teixeira Junior (801.532.592-72)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9124/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.469/2017-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Sheila Cristina Elias Serafim (918.400.584-04); Tatyanne dos Santos Falcão Silva (072.596.254-22); Thâmara Martins Ismael de Sousa (014.946.454-16); Tiago Ramos da Silva (010.502.124-52); Valdecir Teófilo Moreno (070.632.518-48)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9125/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.476/2017-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Osni Santos Paz (902.663.155-34); Othon José Lima do Sacramento (006.110.135-41); Ricardo Dias Cardoso (000.328.445-06); Tássia Laine Ferreira Moura (039.460.925-51); Tércia Dantas Alves (000.535.505-28); Valdívia Souza de Carvalho Santana (599.193.295-68)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9126/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.485/2017-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessadas: Lélien Fritsch (013.610.220-43); Paola Cardoso Purin (008.853.920-27)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9127/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.489/2017-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Fernanda Suely Barata (649.117.052-72); Fernanda dos Santos Sousa (945.025.952-68); Fernando José Rodrigues Lobato (065.674.278-09); Giovany Gonçalves Mendes (690.922.491-49); Gisele Lourenço dos Santos (927.040.852-34); Glauber da Silva Ribeiro (906.201.862-91); Haylan Cleiton Monteles

de Sousa (885.431.452-87); Irislene dos Santos Siqueira (972.598.702-06); Jean Guilherme Guimarães Bittencourt (627.102.062-34); Jeferson Breno Negrão Leite (577.638.602-00)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9128/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.496/2017-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Carla Gilmeres Aparecida Lima (011.432.571-54); Danilo Ribeiro de Sá Teles (008.733.665-06); Flávia Regina Grego (847.996.091-49); Geovano Moreira Chaves (033.836.376-97); Giseli Aparecida Caparros Klauck (954.820.591-20); Greiciane Antunes (821.950.301-78); Honório Ferreira Barbosa (052.338.626-54); João Paulo Gonzales Gonçalves (023.653.061-52); José Correa Rodrigues Filho (456.928.581-34); Laura Regina Miranda dos Santos (011.578.851-44)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Mato Grosso do Sul

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9129/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.505/2017-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Vanessa Costa de Sousa (963.056.143-34); Wendell Guedes da Silva (007.492.233-59)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9130/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.529/2017-6 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessada: Emanuella Silva Joventino (010.106.943-08)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9131/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.551/2017-1 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Marcos Luiz de Oliveira Freitas (089.668.686-81)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Itajubá

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9132/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.570/2017-6 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Alexandre Melo de Oliveira (037.886.176-08); Caio Cesar Pinto Santana (348.668.488-47); Edvânia Ferreira Gomes (894.393.255-34); Eva Cristina Francisco (037.159.039-61); Fernando Dias de Oliveira (368.876.048-41); Guilherme Ramalho Arduini (217.054.388-06); Jacqueline Elisabeth de Sousa (334.567.758-06); Jane Karla de Faria Borges Machado (196.320.798-09); João Henrique Saska Romero (368.504.668-36); José Almi Alves de Sousa (028.863.938-35)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9133/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.575/2017-8 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessada: Maria do Carmo Custódio (476.508.426-49)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Triângulo Mineiro

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9134/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.592/2017-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Luiz Gustavo Reis Bernardino (074.308.066-19)

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de São Carlos

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9135/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.672/2017-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Ludmila Monteiro da Silva Tanaka (805.437.662-68); Marcos Marques Formigosa (906.100.752-68); Maria Izabel Alves dos Reis (364.692.202-82); Mônica Silva de Oliveira (003.184.132-56); Odília Cardoso (983.569.922-49); Osvaldo Sousa Borges Neto (531.817.002-15); Patrícia Rodrigues de Oliveira Kimura (522.821.122-53); Rafaela Estácio Cruz (768.027.362-68); Raimundo Renato Balieiro Ferreira (565.986.292-68); Ricardo Eduardo de Freitas Maia (867.584.112-49)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Pará

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9136/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.604/2017-1 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Ana Maria Lopes de Souza (032.922.104-37); Clécio de Oliveira Godeiro Junior (009.311.374-97); Michael Heberton de Oliveira (008.590.584-41); Rozangela Rodrigues da Cruz (044.737.044-83)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9137/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.187/2017-5 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Álvaro Bispo Santos (035.888.835-25); Natasha Pacheco de Mello Oliveira (015.473.001-75)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Sul da Bahia

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9138/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.193/2017-5 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Airton Tolfo (489.402.080-72); Henrique Sobroza Pedroso (013.616.050-65); Luisiane da Silveira Gomes (018.475.840-80); Nádia Hermel Gobbi (993.895.250-04); Patrícia Sasse Antunes (980.285.880-34)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9139/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.224/2017-8 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Fernanda Cássia dos Santos (063.469.089-28); Jociel Simões Junior (265.128.328-25); Nara Lúcia de Souza (072.778.608-37); Rogério Varavallo (226.370.788-39)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9140/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.231/2017-4 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Amélia Regina Alves (210.462.551-34); Bernardo de Barros Arribada (102.805.047-05)

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade de Brasília

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9141/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.233/2017-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Bianca Trovello Ramallo (351.936.348-85); Bruno Rogens Ramos Bezerra (653.992.933-15); Bruno Salatiel da Silva Rodrigues (008.427.243-03); Clenilton Costa dos Santos (897.537.203-00); Conceição de Maria Ferreira Luz Garcez (149.170.503-59); Denise de Jesus Albuquerque (003.101.143-81); Diogo Antonio Azoubel Oliveira (002.687.453-90); Fabiano Brito Duailibe (804.755.073-04); Girlane Castro Costa Leite (018.625.263-38); Gleidysson José Brito de Carvalho (991.402.683-49); Henrique Augusto Rodrigues Ferreira (251.788.653-91); Janayna Silva Cavalcante de Lima (784.903.834-72); Jordana Fonseca Barros (030.457.553-48); Karen Patrícia Saraiva Moraes Silva (657.100.613-87); Marcela Kotsuka da Silva (029.806.479-00); Marineide Câmara Silva (508.205.753-72); Maristhela Rodrigues da Silva (013.395.553-28); Nilo Sergio Rodrigues Junior (007.896.783-06); Nilson Sá Costa Filho (845.062.023-68); Patrício Torres Costa (868.130.803-34)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Maranhão
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9142/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.239/2017-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Almir Barbosa dos Santos (574.359.525-91)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Sergipe
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9143/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.251/2017-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: José Claudemir Bezerra Cardoso (043.451.754-29); José Eliton dos Santos (084.807.694-08); José Ivan da Silva Santos (047.354.234-00); José Roberto de Almeida Lima (082.473.124-76); Júlio Arantes Azevedo (039.702.814-82); Kallaran Cavalcante Barros (077.077.534-96); Karina Lima Duarte Neves Rocha (082.173.624-83); Karla Katerine Barboza de Lima (065.821.354-73); Laura Maria Bezerra Lima (077.110.744-76); Layana Silva Lima (084.742.344-17); Lorena Adão Vescovi Sellos Costa (109.149.387-11); Luana Patrícia Silva Cândido (065.255.434-28); Lucas Benevides Viana de Amorim (072.533.254-94); Manoel Joaquim de Arruda Neto (060.325.424-16); Marcela Jardim Cabral (013.808.594-33); Marcos Vinícius Varjão Romão (028.280.405-69); Marcus Rômulo Maia de Mello (815.223.804-00); Maria Patrícia Oliveira Queiroz (259.293.304-25)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Alagoas
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9144/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.254/2017-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Dalila Pinheiro da Silva (319.903.358-02); Eliane Menezes Flores Santos (076.850.255-15); Maurício Souza Viana (033.548.605-37)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal da Bahia
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9145/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.258/2017-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Doriedison Coutinho de Sant"Ana (070.832.837-70)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Espírito Santo
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9146/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.263/2017-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Aislânia Alves de Araujo (052.521.314-73); Alexia Guerra Lima de Medeiros (069.227.344-16); Andressa Maia de Oliveira (013.769.944-10); Antonino de Freitas Bezerra (009.883.564-57); Christomyslley Romeiro da Silva (123.309.947-70); Cristiane Gouvea Fajardo (066.394.566-64); Diana Ferreira Gadelha de Araujo (065.587.304-05); Erica Priscilla Carvalho de Lima (080.746.554-23); Felipe da Silva Moreira (095.757.324-30); Francisco Geoci da Silva (058.284.034-19); Glauko André de Figueiredo Dantas (049.825.044-07); Larissa Ramalho Dantas Varella (053.076.204-89); Marcela Queiroz Lopes de Melo Martins (053.646.584-30); Paulo Honório da Costa Fonseca (020.552.714-07)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9147/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.266/2017-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Anderson da Costa Kohler (945.514.640-15); Bernardo Petry Prates (021.758.520-59); Camila Pinno (018.769.980-16); Carla Roberta Nunes Polachini (010.651.500-40); Débora Bonesso Andriollo (802.033.100-04); Francielle de Carvalho Boccia Chaves (007.373.429-27); Izaura Ceolin dos Santos (011.688.710-93); Juliana Sales Jacques (011.322.130-45); Leniza Godinho Menna Barreto (944.955.480-34); Marcos Vinícius Caye Lara (019.134.370-60); Marileda Barichello Gubiani (006.526.830-02); Rafael Maroneze (025.207.140-93); Roseane Santos da Silva (832.636.670-68); Vanessa Schaefer (015.313.460-73)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Santa Maria
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9148/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.271/2017-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessada: Maria do Socorro Soares (412.493.304-59)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade do Tocantins - MEC
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9149/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.411/2017-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessada: Kate Mamhy Oliveira Kumad (328.452.648-01)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do ABC
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9150/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.412/2017-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Amanda Waleska de Oliveira Braga (006.704.383-67); Cícero Edjedan Alves da Silva (012.753.683-36); Clarice Daniele Alves de Oliveira Costa (000.268.604-06); Cláudia Aparecida Marques Landim (089.372.008-99); Cláudia Janaína Silva Cruz (697.684.391-49)
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9151/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.416/2017-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessada: Andrielli da Silva Fontoura (025.111.680-81)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017101100125

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ACÓRDÃO Nº 9152/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.417/2017-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Aguinaldo Adolfo do Carmo (042.343.936-73); Richardson Dutra da Costa Pego (105.676.526-70); Tamires Leão Souza Castro (106.559.676-64)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9153/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.421/2017-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Juliana Guerra de Oliveira (047.245.329-71); Jussara Cruz Nascimento (098.372.456-38); Lara Fernanda Nunes Dourado (104.999.536-81); Leonardo Luiz Silveira da Silva (049.491.816-02); Lilian Paula Serra e Deus (047.696.456-35)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9154/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.426/2017-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Andrea Gomes Linard (424.193.013-15); Francisco Olímpio Moura Carneiro (932.771.053-34); Janaína Barbosa Almada (007.926.303-86); Vanessa Teixeira de Freitas Nogueira (256.936.098-80)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9155/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.435/2017-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Neusa Martins de Santana (006.502.448-69); Pedro Thiago Miranda Marques (412.671.108-21); Rafael Leite Tavares de Morais (312.776.508-88); Renata Carmona e Ferreira (261.472.198-04); Renata Elen Costa da Silva (418.958.648-01)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de São Paulo
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9156/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.440/2017-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Diogo Manuel Lopes de Paiva Cavalcanti (055.558.724-02); Duilio Assunção Marcal de Araujo (056.926.474-00); Edpo Rodrigues de Morais (065.489.244-01); Elton Camelo Marques (002.260.893-12); Eric Mateus Fernandes Bezerra (048.194.713-25)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Rural do Semiárido
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9157/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.445/2017-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Marco Jacinto Katzenberger Baptista Novo (859.249.970-49); Maria Creuza Borges de Araujo (073.862.614-70); Marianna Perantoni Pereira (061.336.854-17); Matheus Fernandes de Araujo Silva (014.359.364-18); Max Weden Pinto Diogenes Filho (066.723.314-84)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Rural do Semiárido
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9158/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.474/2017-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Fausto Ricardo Silva Sousa (038.592.303-10); Francinete Louseiro de Almeida (692.708.723-00); Francisco Lopes da Silva Filho (658.435.333-87); Freud Sebastian Bach Carvalho Lima (019.929.563-83); Graciomar Conceição Costa (892.464.383-53)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Maranhão
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9159/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.476/2017-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Marcelo Fábio Leonardo (113.533.138-32); Marcos Nascimento Azevedo (838.807.393-15); Maria Aparecida Alves de Oliveira (003.688.113-95); Maria Itskovich (035.667.343-06); Maria Neyrian de Fátima Fernandes (034.723.814-93)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Maranhão
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9160/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.479/2017-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Cristina de Oliveira Maia (759.248.977-53); Elodia Honse Lebourg (043.064.666-63); Felipe Aguiar Severino dos Santos (062.327.746-80); Fernanda Tatia Cruz (060.364.536-47); Juliana Oliveira Mendes (101.572.906-11)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Ouro Preto
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9161/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.482/2017-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Pâmela Carolina Barbosa Verona dos Santos (091.971.276-20); Paula Silva Leão (319.787.998-88); Pedro Henrique da Silva (100.189.596-79); Sílvia de Paula Gomes (052.122.136-65); Tatiane Roquete Amparo (100.078.116-08)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Ouro Preto
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9162/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.485/2017-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Ana Flavia dos Santos (089.140.556-98); Cesar Henrique Comin (359.240.178-50); Gustavo Mucoucah Sampaio Brandão (095.704.848-37); Maria Helena Colombo Pecin (050.116.898-24); Paulo Matias (368.071.408-43)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de São Carlos
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9163/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.492/2017-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Bruno Lobo Vaz de Carvalho (057.366.125-18); Chrisne Santana Biondo (019.150.405-07); Clara Faria Trigo (800.713.095-00); Eliana Gusmão Oliveira (038.421.065-13); Fernanda Aguiar Santos (027.275.095-61)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal da Bahia
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9164/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.496/2017-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Lourianne Nascimento Cavalcante (971.334.775-72); Marcelo Rodrigues Souza Ribeiro (997.011.971-00); Marcelo de Castellucci e Barbosa (512.745.585-49); Mardel Pereira dos Santos (677.180.515-87); Marion Pereira da Costa (124.170.277-20)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal da Bahia
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ACÓRDÃO Nº 9165/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.502/2017-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Luís Glauber Rodrigues (262.430.403-72); Rômulo do Nascimento Rodrigues (013.985.193-32); Suzzy Maria Carvalho Dantas (037.716.183-71)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Ceará
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9166/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.503/2017-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Flávia Amorim Sperandio (059.240.807-81); Letícia Alves Vervloet (730.947.497-04); Lorena Andrade dos Santos (080.506.856-24); Marcus Vinícius Queiroz Rocha (080.299.487-35); Marileide Gonçalves França (095.210.827-55)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Espírito Santo
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9167/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.505/2017-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Alison Arantes Gonçalves (085.176.926-83); Ana Emília Farias Pontes (512.883.463-87); Bianca Miarka (312.930.608-01); Breno Nogueira Silva (051.480.996-58); Emília Maricato Pedro dos Santos (011.666.406-12)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Juiz de Fora
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9168/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.507/2017-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Fernanda Gomes da Silva (080.575.056-80); Janaína Cristina Gomes (006.179.186-51); Jefferson Carlos de Faria Soares (025.322.666-00); Jorge Gomes de Souza Chaloub (097.780.697-94); Klinger Scoralick (034.422.186-59)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Juiz de Fora
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9169/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.509/2017-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Amanda Sousa Galvincio (060.301.244-20); Ana Cristina Souza da Silva (034.202.064-10); Armistrong Martins da Silva (026.328.814-55); Carolina Couto da Mata (027.986.596-12); Diana Lúcia Teixeira de Carvalho (007.493.144-00)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal da Paraíba
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9170/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.512/2017-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Clara Carnicero de Castro (294.837.718-89); Fábio Carlos Marques (044.115.411-57); Franciele Cristina Manosso (071.938.569-52); Jerusa Petrovna Resende Lara (225.084.288-41); José Lauro Strapasson (018.785.549-80)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Paraná
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9171/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.513/2017-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Marco Aurélio Nunes da Silveira (022.870.619-08); Ricardo Pieralisi (071.775.169-48); Susanne Elero Betiolli (048.773.699-02); Vinícius Miranda de Morais (027.158.289-85); Walcir Soares da Silva Junior (058.828.999-07)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Paraná
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9172/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.514/2017-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Andressa Colares da Costa Otávio (020.380.430-94); Eduardo Luís Schneider (917.985.230-00); Sergio Luiz Cardoso da Silva (193.924.860-49)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Sul
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9173/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.535/2017-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Denise Xavier Torres (053.022.684-77); Ewerton Carlos Matos Marques (071.214.654-77); Shayane Tayana Martins (074.078.554-04)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Campina Grande
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9174/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.539/2017-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Ada Ingrid de Oliveira Rocha (058.005.563-93); Adelaide Oliveira Silva (335.383.605-53); Adinamara Chaves Farias (540.628.960-87); Adriana Alfredo Vitória (103.891.226-10); Adriana Cristina Plastini Dias (170.351.628-10); Adriana Cristini Lucchesi (141.261.598-43); Adriana Maria dos Santos Nascimento (012.318.494-01); Ailton Alves Reis (707.063.870-15); Ailza Roque de Brito Bezerra (008.909.774-29); Alessandra Dri Manzoni (715.814.480-15)
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9175/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.541/2017-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Alexandro Ferraz Tobias (883.204.563-04); Alexandro Ribeiro de Andrade (839.036.159-00); Alexsandra Jacome Castelo Gomes Torres (765.287.743-15); Alexsandra Maria Bezerra (087.439.034-60); Alexsandra da Silva de Oliveira (964.367.433-91); Alfa Naiara de Andrade Matos (014.306.665-01); Aliana Cristine Fonseca Assunção (010.810.643-82); Alice Brito Visintin da Silva (123.952.627-06); Alice Cristiana Guimarães Lima da Silva de Sousa Queiroz (911.665.001-87); Alice de Brito Costa Maia (762.385.393-72)
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9176/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.544/2017-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessadas: Aline Castilho Dalmonte (003.792.570-92); Aline Costa Silva (014.187.965-30); Aline Cristina dos Anjos (058.079.974-33); Aline Cristine Diniz Maia (065.663.986-51); Aline Cristine do Rego Reis (035.524.774-70); Aline Daniela Santos Marioto (350.685.598-06); Aline Dannyele Souza de Oliveira (065.703.394-43); Aline da Costa Viegas (011.816.360-43); Aline de Brito Torres (046.074.784-31); Aline de Castro Trindade (012.142.756-05)
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9177/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.546/2017-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Aline Kercia Dias Dominice (033.090.123-01); Aline Lima Brito (017.572.133-50); Aline Malta Costa de Messias (058.113.774-44); Aline Manta da Silva (016.820.935-73); Aline Maria Carvalho Maia Mendonça (013.827.873-32); Aline Maria Correia (807.300.003-20); Aline Maria Nascimento Tosta Araujo (014.887.235-24); Aline Marques Honorato Lopes da Silva (077.058.646-57); Aline Martins da Silva (024.895.051-73); Aline Medianeira Gomes Correa (029.399.350-50)
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9178/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.551/2017-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Alline Havennya Silva Nascimento (668.834.073-91); Alline Larissa Ribeiro de Sousa (010.067.944-76); Alline Mikaele Nunes Wildemberg Brauer (032.287.145-00); Alline de Carli Bastos dos Santos (047.215.894-50); Allison Oliveira de Abreu (000.525.731-09); Allyne Aparecida da Silva Paiva (091.560.196-61); Almira Gabriela de Araujo Dantas (058.646.304-62); Aloísio de Paulo da Silva (039.738.646-08); Alonísio Pereira de Freitas (797.146.254-91); Aloysio Ferreira Dias Filho (755.428.896-20)
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9179/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.552/2017-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Alrinete Araujo Leite (908.363.403-53); Altair Alves da Silva (783.157.866-87); Aluana dos Santos Ribeiro (058.747.677-03); Alvaniza do Rego Fernandes (383.312.333-87); Álvaro Antonio da Justa Menezes (662.870.143-34); Álvaro Luís da Silva Freitas (807.430.805-72); Álvaro Marçal Nunes dos Santos (317.895.128-83); Álvaro Meneghel (134.616.007-41); Álvaro Modesto da Silva Rodrigues Neto (026.564.283-35); Álvaro Paiva Rodrigues (034.636.094-36)
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9180/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.555/2017-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Amanda Jesabel Costa de Miranda Mousinho (008.262.673-19); Amanda Katiuscia Silva Martins (068.245.374-97); Amanda Marinho Dias Lima (071.078.574-79); Amanda Orisa Rodrigues Tinoco Fagundes (034.915.621-20); Amanda Paixão Macedo (078.432.896-07); Amanda Penha Alves Pinheiro Fontes (014.919.826-40); Amanda Priscila de Melo Souza (061.590.344-48); Amanda Rayana Gonzaga Gomes (051.004.124-88); Amanda Rocha da Silva França (055.041.014-76); Amanda Rodrigues Camacho (087.987.504-61)
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9181/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.556/2017-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Amanda Rosa de Oliveira (108.254.946-05); Amanda Sampaio de Almeida (003.545.433-42); Amanda Silva de Oliveira (645.674.195-53); Amanda Suszek (017.804.121-18); Amanda Thaís Viana Oliveira (005.987.843-65); Amandda Thaise de Souza Barbosa (055.988.194-06); Amaranta Úrsula de Castro Goulart (133.629.147-80); Amélia Cristina Gomes (097.479.596-82); Ana Alessandra Bezerra de Aguiar Cardoso (510.435.723-68); Ana Alice de Almeida (880.602.926-68)
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9182/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.559/2017-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Ana Carolina Resende Lima (124.271.736-65); Ana Carolina Starke (063.538.119-26); Ana Carolina Sulino Martins (030.094.151-09); Ana Caroline Costa Lopes (028.039.851-44); Ana Caroline Escarião de Oliveira (011.780.054-61); Ana Caroline de Lima Melo (357.618.668-97); Ana Cássia Bastos Lopes (051.301.173-01); Ana Cássia Soares da Costa (058.826.066-59); Ana Catarina de Sousa Santiago (942.322.964-68); Ana Célia Mendes Carneiro (874.323.235-34)
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9183/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.561/2017-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Ana Cláudia Casarim (303.860.328-74); Ana Cláudia Garcia Marques (027.168.833-51); Ana Cláudia Miranda de Assis (671.690.076-49); Ana Cláudia Morant Braid (459.658.385-49); Ana Cláudia Moura Trigo (803.903.075-72); Ana Cláudia Pereira e Silva (812.473.115-20); Ana Cláudia Sousa Otaviano (017.723.783-05); Ana Cláudia da Silva Mattos (052.688.766-43); Ana Cláudia da Silva Mendonça (937.851.351-49); Ana Cleide Alves Gomes (916.377.405-49)
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9184/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.564/2017-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Ana Izabel Oliveira Nicolau (025.653.593-06); Ana Izabel Pimentel de Oliveira (666.577.336-15); Ana Izaura Basso de Oliveira (331.350.548-10); Ana Júlia Kolling Pereira (005.032.930-83); Ana Juliana Fontenele Azevedo Batista (052.426.534-85); Ana Karina Lima Alves Cerdeira (727.600.105-97); Ana Karina Militão Vilas Boas (620.665.281-53); Ana Karine Fontenele de Almeida (023.625.183-02); Ana Karine dos Santos Chagas (760.883.323-87); Ana Karla de Sousa Severo (053.399.834-47)
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9185/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.566/2017-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: André Albuquerque da Silva (881.639.203-78); André Almeida Silveira (006.511.393-41); André Alves Laurentino (027.740.254-94); André Aparecido Lima (054.976.196-90); André Assis Lopes do Carmo (049.794.086-80); André Bicalho Lima (078.611.016-30); André Bisinoto Matias (008.765.891-74); André Brises Costa (801.755.700-00); André Brito Queiroz (837.839.625-87); André Costa Pinto Ribeiro (045.465.406-55)
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9186/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.569/2017-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: André Luiz Gonçalves Menezes (010.004.105-10); André Maltez Amaral (790.211.665-34); André Mozena (027.657.019-70); André Olavo Santos Buas (049.934.583-55); André Paulo Rodrigues de Meneses (648.208.743-49); André Pontes Torquato (007.948.264-31); André Querino do Nascimento (047.257.234-28); Andrea Alcoforado de Souza (806.893.023-04); Andrea Augusto Torquato dos Santos (081.027.634-85); Andrea Barros de Aguiar (012.098.471-75)
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9187/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.574/2017-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Andreia Moreira Coelho (994.875.941-91); Andreia Moreira de Souza Barros (021.559.354-55); Andreia Mota de Oliveira (811.881.375-49); Andreia Ribeiro Gomes Oliveira (101.863.217-40); Andreia Rodrigues Meira dos Santos (970.960.914-91); Andreia Seixas Gouveia Cabral (465.418.885-15); Andreliane de Santana Viana (778.043.255-68); Andrelina da Silva Araujo Rodrigues (703.930.951-34); Andrelise Maria Nicoletti (010.413.490-92); Andres Leal Foletto (011.864.730-02)
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9188/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.581/2017-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Anilton Bezerra Rodrigues Junior (584.968.824-20); Anilton de Oliveira Antunes (934.085.875-15); Anipaula Aparecida Vinzinzotto Tavares (299.932.878-81); Anizio Mendes de Oliveira (042.101.987-57); Anna Aracy Barcelos Ourique (621.715.000-00); Anna Carolina Exposito Nunes (018.342.303-81); Anna Carolina Faria Moreira Gomes Tavares (013.739.396-21); Anna Carolina Pinto de Almeida (061.250.596-00); Anna Cláudia de Andrade Tomaz (047.056.264-19); Anna Guinardy da Costa Mendes (856.526.793-87)

1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9189/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.584/2017-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Anne Caroline do Sacramento Alves (014.535.395-81); Anne Flávia Tavares da Silva (060.612.244-35); Anne Taumaturgo Dias Soares (961.305.123-68); Annelise Leskewscz Nunes de Castro (084.621.537-35); Annelissa Andrade Virgínio de Oliveira (072.361.474-19); Annieyde do Nascimento (383.390.133-00); Anny Danyelly da Costa Ribeiro (027.880.451-90); Anny Elizabety Ramalho de Melo Macedo (084.936.714-01); Antenorio Aiolfi (472.324.129-91); Anthonny da Silva Prates (950.917.261-87)
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9190/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.592/2017-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Ariele Cristina do Porto (079.771.986-57); Ariely Barteles da Silva Salles (058.571.237-98); Ariluzia Karla Oliveira Freire (077.459.604-01); Aristides Souza Araujo Neto (357.054.695-00); Aristófanes Diego Araujo Cabral (048.428.684-65); Aristóteles Humberto Cruz de Freitas (807.342.783-49); Arlane Elias Maia Selvatici (134.857.227-23); Arlete Delfina Marques Maia (421.310.571-72); Arlete de Lima Silva (020.433.184-62); Arlete de Oliveira Dias Yogui (601.185.121-53)
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9191/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.597/2017-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Auristela Rodrigues dos Santos (020.037.264-54); Aurizoneide Caetano da Silva (670.037.451-00); Aurora Maria Rodrigues (676.987.355-91); Ayla Costa Maciel (033.211.685-96); Ayla Lima Soares (031.928.455-70); Aylon Massimo Oliveira Praça (045.903.353-01); Ayrton Andrade Martins Neto (032.603.029-80); Ayuri Evillin Aquino de Oliveira (104.653.056-95); Baltazar Leão Reis (014.361.246-89); Bárbara Araujo Gheno (007.505.890-19)
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9192/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.602/2017-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Bianca Soares Rodrigues (013.812.260-19); Bianca Sousa Lima (637.191.183-04); Bianca Souto Calcado (737.958.101-59); Bianca Trentin Álvares (095.391.144-62); Bianca Valéria Gonçalves Nobre dos Santos (045.393.964-39); Bibiana Brandes (115.722.437-75); Bibianna Almeida Moura (079.565.226-76); Blenda Bandeira Evangelista (512.819.532-53); Brainerd Bernardes Pinto Bandeira (003.587.163-65); Brena Lima Teixeira (037.251.853-28)
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9193/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.621/2017-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Carlos Eduardo Del Valle (020.938.799-80); Carlos Eduardo Martini (012.682.660-94); Carlos Eduardo Olinto de Lima (031.425.457-94); Carlos Estorani de Araujo (003.806.189-90); Carlos Fellippe de Oliveira (051.677.946-09); Carlos Frederico Lopes Benevides (009.997.444-45); Carlos Giovani de Oliveira Ferreira (613.868.200-91); Carlos Henrique Lopes Campos e Reis (669.830.963-04); Carlos Henrique Trindade Pires (046.898.186-14); Carlos Henrique da Silva Santos (024.187.501-32)
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9194/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.624/2017-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Carolina Coelho Kalid Maron (018.680.185-80); Carolina Coelho da Gama Santos (010.714.145-00); Carolina Cortes Silva (717.122.831-20); Carolina Dame Osório Lopes (952.692.150-04); Carolina Dourado Padilha de Freitas (057.895.814-71); Carolina Fantinel Veloso (019.443.340-41); Carolina Frazão Chaves (820.621.702-97); Carolina da Silva Ardenghi Cereta (018.207.600-81); Carolina de Alencar Ohi (003.638.823-83); Carolina de Oliveira Salles (089.329.516-75)
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9195/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.629/2017-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessadas: Cássia Danieli Kuzniarski Pelegrino (033.560.889-20); Cássia Janne Nonato da Costa (007.259.741-09); Cássia Kerlen Azevedo Bezerra (034.579.104-56); Cássia Maria Vilela Martin Lindquist (056.744.958-07); Cássia Mello de Medeiros (017.746.810-64); Cássia Prímola Magalhães Buzelin (037.654.376-03); Cássia Resende Silva Vitorino (085.919.566-05); Cássia Rocha Jesus da Encarnação (035.467.785-37); Cássia Valéria de Castro (936.166.436-00); Cássia de Moraes Passos (362.144.408-48)
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9196/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.636/2017-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Charles Henrique Frazão Matos (650.558.299-15); Charliana Oliveira Souza (033.431.105-58); Charlilson Sousa de Carvalho (001.620.023-35); Charlyanne Bezerra Ferreira (015.869.073-79); Chiara Maria Mourthe Medeiros (012.577.716-71); Chirle Farias (989.436.697-04); Chirlene Alves da Silva (033.330.825-51); Christian Emmanuel da Silva Pelaes (295.990.858-92); Christian Rogério Gomes (028.235.304-60); Christiane Barbosa (269.787.468-27)
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9197/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.642/2017-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Cíntia Vanuza de Souza Nascimento Gonzatti (768.168.850-15); Cintya Caroline de Vasconcelos Mendes (054.326.294-45); Cipriano Correia Junior (025.752.404-50); Cira Carolline Ferreira Graça Ewerton (024.622.393-67); Cirilo Galdino da Silva Neto (012.496.004-99); Cirleide Maria da Silva (111.082.224-39); Cirlene dos Santos Tavares (913.286.755-72); Ciro Augusto Dias Mecenas (973.008.961-20); Clara Angélica Barreto Santos (518.099.665-15); Clara Anísia Melo Diniz (035.523.923-00)
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9198/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.643/2017-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Clara Tavares Rangel (065.882.214-44); Clariana Streppel Assumção (025.453.540-23); Clarice Alves Coutinho de Rezende (997.300.731-04); Clarice Correia Alves Miranda (611.289.291-04); Clarice Cunha de Almeida (794.085.323-68); Clarice Rocha Almeida (779.013.045-53); Clarice Roll Redies (000.243.150-52); Clarice Silva Santos (000.437.795-81); Clarissa Oliveira Carvalho (010.806.631-26); Clarisse Gracielle Santos de Oliveira (993.083.043-04)
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9199/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.650/2017-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Cláudio Márcio Silvestre da Silva (011.765.644-55); Cláudio Raimundo Costa Barbosa (050.458.856-77); Cláudio Roberto Gonçalves (057.994.976-19); Cláudio Sergio Estevam (054.136.096-55); Claudiomar Silveira Fernandes (594.243.970-20); Claudmárcio Cota da Silva (043.928.656-57); Claudmeire Dias Carneiro de Almeida (910.476.416-15); Claudnei Alves de Almeida Moreira (009.906.171-65); Clayr Madeira de Albuquerque Silva (002.847.881-98); Claytiane Carvalho dos Santos (015.162.953-66)
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9200/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.652/2017-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Cristina Dolores de Carvalho Amorim (001.546.196-39); Cristina Dominguez Barretto (959.545.465-68); Cristina Faria Kikuti (309.996.968-07); Cristina Krusche (006.297.720-29); Cristina Lessa Martins (001.735.020-40); Cristina Lumi Fukagawa (681.792.434-00); Cristina Maria Oliveira Martins Formiga (064.506.374-63); Cristina Oliveira de Oliveira (520.465.322-87); Cristina Rabelo Ricardo Bernardes (722.143.411-53); Cristina dos Santos Costa Tolio (000.559.540-14)
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9201/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.658/2017-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Daiane Silva Souza (027.449.565-11); Daiara Baldoni Alves (079.008.036-29); Daiene Evelin da Rosa Barros Viana (016.505.830-79); Dailva Teixeira de Souza (255.861.048-14); Daisy Maria Coelho de Mendonça (422.337.473-72); Daisy do Nascimento (315.763.546-87); Dalgivanda Honório de Lavor (844.464.474-91); Dalila Sodré de Oliveira (042.002.286-45); Dalmom Rodrigues Barbosa (006.974.066-60); Dalsisa de Oliveira Araujo Mourão (011.693.083-76)
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9202/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.663/2017-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Daniel Vieira Dias (097.456.218-11); Daniela Alencar Moreira (052.066.736-09); Daniela Aparecida Delfino Dalalio (002.719.706-93); Daniela Barreto Linares Gaspar (065.131.426-79); Daniela Beatriz Silva Balduino Fabro (072.749.156-30); Daniela Botossi Ciomini (310.817.168-27); Daniela Bueno Vilela (017.600.481-51); Daniela Cristina de Souza (005.569.966-90); Daniela de Andrade Serra Azul (024.673.365-90); Daniela de Azevedo Morais Novaes (939.629.166-87)
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9203/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.707/2017-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Débora Cruz Porcino (020.532.015-50); Diego Carneiro Ramos (025.716.275-54); Dilerval Carvalho Silva (004.014.621-96); Eduardo Andrade Silva (806.443.685-00); Elainy do Socorro Farias Martins (727.870.312-34); Elier Pavon de La Fe (704.044.281-77); Ellenise Elsa Emídio Bicalho (073.990.486-81); Eva Regina do Nascimento Lopes (041.991.983-00); Fabrício Luiz Tulini (325.099.058-21); Fernanda Libório Ribeiro Simões (041.756.085-08)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Oeste da Bahia
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9204/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.712/2017-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Alessandro Cury Soares (956.220.040-04); Anna Karla Silva do Nascimento (010.663.974-90); Clécio José de Lacerda Lima (011.753.794-25); Edson Otoniel da Silva (048.506.864-86); Fernando Wisse Oliveira Silva (047.298.513-23); Gilson Francisco de Oliveira Junior (080.612.954-90); Lívia Cristina Pereira da Silva (009.710.954-18); Marcos Bueno Pinheiro Peixoto (019.808.623-70); Maxwell Guimarães de Oliveira (054.646.664-86); Northon Canevari Leme Penteado (329.042.858-30)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Cariri
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9205/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.731/2017-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Luciano Oliveira de Souza (007.183.895-30); Neres Lima Meira (398.398.425-87); Nilma Vanessa Nunes Portugal (032.804.985-97); Poliana da Silva Pereira (314.934.998-23); Roberta Borges de Oliveira (041.724.415-05); Suélia dos Santos Braga (964.304.275-87); Ustane Fabíola Cerqueira de Oliveira (349.188.335-00); Vilma de Almeida Santos (677.627.865-20); Wendel da Costa Andrade (947.842.055-00); Ynaiara Sonsiaray Jambeiro Cruz e Souza (898.692.735-72)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9206/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.737/2017-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Israel Alves de Oliveira (274.534.178-21); João Vítor Miranda de Menezes (016.926.925-69); Jordana da Silva Costa (024.212.025-31); Jorge Abdon Miranda de Souza Júnior (030.972.535-64); José Alexandre da Silva (832.349.690-00); Luciana Souza Viana (923.755.025-15); Maira Lima e Silva (789.088.095-20); Maria de Fátima Santos de Lima (367.365.205-25); Max Davi Dantas Matos (949.830.205-78); Maysa Sousa Santos Ferraz (005.916.015-24)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9207/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.742/2017-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Adriano Martins Barbosa (003.869.841-23); Alanna Evellin Alves Ferreira (043.072.541-80); Andreia Cristiane de Magalhães Acaz (888.052.981-15); Derci dos Santos Lima (007.848.841-96); Eduardo Cordeiro Fideles (006.782.581-80); Elder do Couto Silva (017.973.711-26); Hérica Letícia Vieira Guimarães Santos (979.777.991-20); Joana Dark Leite (004.691.851-55); Raquel Martins de Oliveira (923.541.901-82); Vilson Antonio Amorim (283.651.941-04)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9208/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.746/2017-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Alessandra Maria de Sousa Brandão (029.802.956-12); Ana Paula Gonçalves Ribeiro de Araujo (954.503.606-06); Cleiton Rodrigues Monteiro (053.079.226-55); Eric Rodrigues (215.783.528-86); Felipe Perdigão Barbosa (067.994.436-25); Keyla Karla da Silva Amaral (075.225.976-84); Lilian do Nascimento (060.470.646-47); Marcelo do Vale Neto (709.573.716-91); Rejane Dutra de Oliveira (051.783.786-28); Ruan Carlos Albergaria Dávila (141.686.117-36)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9209/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.747/2017-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Alessandro Mignac Carneiro Leão (025.454.814-83); Alex de Oliveira Silva (056.867.744-71); Antônio Márcio Carvalho da Silva (015.885.775-54); Aurelânia Miriam Teixeira de Carvalho (055.509.814-16); Cláudia Maísa Pinheiro da Boa Morte (016.591.905-17); Danielle dos Santos Costa (049.943.984-88); Ednaene de Menezes (661.043.435-20); Fabiana Vieira Barbosa (097.005.734-27); Ianne Batista Nogueira (067.433.474-42); Luís Carlos Fontes Baptista Filho (049.839.674-60)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9210/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.752/2017-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Adelcione Alves da Silva (712.654.493-68); Adenilson Teixeira de Moura (093.704.436-90); Adnei Vieira Pinto (584.879.562-20); Adriano Araujo da Silva (757.572.732-91); Adriano Cruz da Costa Maciel (889.157.782-00); Ailvan Nascimento Tenório Silva (047.356.284-79); Airton Lobato Luz (093.624.872-68); Alan Cloves Silva Barreto (010.005.952-00); Alan Mota Castelo Branco Junior (932.074.682-68); Alberto Bentes Brasil Neto (012.798.462-32)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9211/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.757/2017-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Caio Cesar Figueiredo de Sousa (008.956.642-40); Caio Túlio Pompeu Borges (010.860.852-21); Camila Caumo (014.468.580-90); Carlos Cals de Oliveira Neto (259.071.903-53); Carlos Diego Cardoso Ferreira (022.874.881-03); Carlos Henrique Lima de Castro (002.944.252-41); Caroline Araujo de Souza (327.233.328-29); Celineide Rodrigues Cavalcante (695.577.802-15); Claudionor Andrade Farias Junior (397.262.072-15); Clécio Henrique Limeira (058.797.674-85)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9212/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.762/2017-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Gilson de Oliveira Morais Junior (025.936.174-70); Gilvan Soares Borges (793.345.982-04); Gislayne Sabrina de Lira Bertoldo (082.421.034-45); Glaucyelen da Silva Pimentel (028.498.902-94); Graciano Gonçalves Oliveira (963.411.141-68); Guilherme Lima Vale (046.054.403-99); Gustavo Henrique Fuckner (018.932.902-55); Hanna Tereza Garcia de Sousa Moura (947.340.032-20); Heden Salomão Silva Costa (945.600.722-72); Herodoto Ezequiel Fonseca da Silva (856.757.172-34)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9213/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.771/2017-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Natália Pontes Peres Brito (796.775.762-91); Nayara Cristina de Melo (053.360.986-04); Pablo Radames Cabral de Franca (064.375.124-66); Paloma Rodrigues Siebert (344.898.808-12); Pâmela Paula Souza Neri (004.973.442-38); Patrícia Maciel de Santana Menezes (031.075.334-16); Paula Affonso de Oliveira (004.474.482-00); Paulo Henrique dos Santos Pereira (887.521.002-00); Paulo Ivan Lima de Andrade (088.253.886-16); Paulo Taylor Maciel da Silva (458.303.552-72)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9214/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.772/2017-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Pedro Tobias de Almeida Neto (946.422.732-04); Possidônio Guimarães Rodrigues (064.507.814-08); Priscila Giselli Silva Magalhães (805.957.402-78); Quezia da Silva Alencar (007.725.882-79); Rafael Aparecido Gomes (326.047.638-50); Railene Martins de Araujo (710.900.102-49); Raimundo Lima Furtado Neto (029.293.212-02); Raynara Patrícia Gonçalves Façanha (018.365.352-10); Regiane da Silva da Cunha (887.786.902-00); Reinaldo Adalmiro dos Santos e Santos (021.021.762-66)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9215/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.776/2017-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Thaís Sales Barreto Toscano (038.158.193-42); Tilza Cristina dos Santos Costa (890.455.052-15); Tuani Souza Ladeira (010.203.172-05); Uilisses Viana da Silva (013.792.732-00); Vânia Castelo Costa Dornelles (725.110.522-53); Vinícius Sousa Silva (046.603.673-63); Vinícius Zuniga Melo (016.357.462-64); Vivian Jaqueline Viana do Amor Divino (734.032.452-68); Waldik Viana da Silva (947.884.722-87); Wanessa Shuelen Costa Araujo (907.431.642-53)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9216/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.779/2017-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Hudson Tadeu Silva Nobre (096.515.826-85); Irving dos Santos Gomes (034.495.355-60); Jéssica Gonçalves da Silva (027.351.661-20); Karla Nunes Oliveira (075.094.876-09); Karoline Resende Conte Cintra (073.678.626-00); Lucas Leal Teixeira (095.299.916-14); Maria Cristina Venâncio da Silva (095.753.556-28); Maria Fernanda Santos Cesar (090.419.536-80); Nereu Moreira dos Santos Filho (071.278.779-80); Nivaldo de Oliveira Boaventura Filho (083.207.266-46)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9217/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.781/2017-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Anderson Bem (029.596.619-07); Cristina Aparecida Correa Ajala (407.987.551-72); Daniel Zimmermann Mesquita (085.974.366-70); Fernando Cesar Balbino (137.075.498-10); Fernando Moraes Machado Brito (026.939.796-50); Ingrid Ferreira Vianna (946.722.451-87); Jéssica dos Santos Paião (039.843.751-31); Kamila de Oliveira Lopes (046.766.821-31); Lígia Karina Meneghetti (026.662.549-50); Luiz Fernando Segato dos Santos (339.304.398-67)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Mato Grosso do Sul
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9218/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.785/2017-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Carlos Alberto Lira Júnior (012.541.043-30); Feliciana Santos Moraes (250.973.423-72)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9219/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.786/2017-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Acali Nicolas Nasr (092.200.017-48); Adriana Falqueto Lemos (098.547.667-21); Aline da Silva Demuner (001.523.915-25); Amanda de Fátima Martin Catarucci (307.238.048-18); André Luiz Barbosa (109.087.767-64); Andreia Almeida (045.619.736-21); André Tessaro (104.002.347-93); Bruno Bellan Heringer (095.568.827-23); Diego do Nascimento Rodrigues Flores (096.107.577-58); Elisa Junko Fujii (071.744.847-94)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9220/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.790/2017-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Fernanda Maria de Vasconcelos Medeiros (621.959.723-00); Francisco Roberto Oliveira da Silva (617.979.603-34); Geyziane Lima de Castro (017.459.633-24); Hamilton Victor da Silva Junior (615.901.003-44); Ivelma Maria Bezerra Lima (438.493.853-53); Jayme Félix Xavier Junior (020.567.233-79); Jéssica Thaís Loiola Soares (034.996.683-43); João Gilberto Gonçalves Nunes (518.877.893-91); José Pereira da Silva Junior (057.138.773-02); José Victor Melo de Lima (015.904.773-08)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9221/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.792/2017-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Osmélia Olinda de Oliveira Almeida (696.957.683-34); Sara Teixeira Guimarães (037.477.813-22); Saulo Ramos de Freitas (623.389.273-20); Vanessa Iara Ferreira de Souza (042.078.913-82)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9222/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1. Processo TC-026.795/2017-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Layse Moura Barboza (016.250.876-08); Leonardo Docena Pina (013.713.756-74); Luana Maria Marques Dias (068.743.686-99); Maria Aparecida Dias Venâncio (673.422.216-00); Milene Cristina Barbosa Silva (062.241.676-64); Tamires Bessa da Silva (027.143.491-02); Vanessa Castro dos Santos Reis (095.853.427-66); Vitor da Silva Santos (083.956.076-10)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9223/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.808/2017-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Joaquim Izidro do Nascimento Junior (589.133.513-15); Ludimilla Macedo de Andrade (024.121.395-98); Ramon José Leal de Morais (010.412.103-37)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9224/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.809/2017-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessadas: Daiane Regina Valentini (036.319.849-01); Samira Peruchi Moretto (050.355.269-09)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal da Fronteira Sul
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9225/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.840/2017-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Daniela Cristina Feliciano Ferreira Nacaratto (307.561.418-18); Daniela Cristina Ikeda (287.447.158-54); Daniere Yurie Vieira Tomotani (793.976.972-34); Débora Galvani (282.631.198-04); Dilma Antunes Silva (305.269.888-51); Diogo Boldim Ferreira (223.379.438-95); Diogo Silva Martins (373.856.048-38); Ederson Vieira Cardoso (225.717.508-52); Edson Sasahara Sato (170.840.978-56); Eliane Mitiko Moriya (908.483.739-87)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de São Paulo
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9226/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.842/2017-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: José Homero Soares (219.324.094-91); Joyce Luna Kowalkowski (320.403.948-00); Juliana Diamente Pito (315.420.238-23); Karoline Moura de Araujo (620.605.033-53); Leandro Augusto Calixto (044.710.299-08); Luana Maria de Andrade (221.478.168-41); Luiz Fernando Cocco (333.453.698-00); Maira Batistoni e Silva (278.049.078-00); Marcelo de Melo Aragão (084.743.716-78); Márcia Emília Francisco Shida (133.979.648-14)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de São Paulo
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9227/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.848/2017-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Marcos Carneiro da Silva (371.930.314-49); Rosiel Camilo Sena (019.550.741-00); Tarcísio Serpa Normando (575.686.772-49)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9228/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.855/2017-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Carlos Narducci Junior (066.812.898-43); Carlos Roberto Lopes Junior (331.317.998-38); Cecília Midori Ikegami (035.719.459-48); Daniel de Andrade Moura (287.006.228-18); Daniela Maria Brita (269.605.628-56); Daniela de Oliveira Matos (279.402.838-39); Danilo Fernandes dos Santos (082.049.579-47); Djenane Sichieri Wagner Cunha (175.388.638-42); Douglas Filenga (069.067.338-85); Elaine Regina Barreto (037.146.708-07)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9229/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.007/2017-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Maurício Valentin Junior (112.273.007-19); Pedro Henrique Freire Corrêa (119.096.717-03); Sônia Maria dos Santos Bolsoni (015.211.717-26); Suellen Gerônimo Cordeiro (116.968.667-23); Tarita Shimosakai de Lira (040.057.506-05); Vagner Pereira de Oliveira (082.870.806-14); Weverton Alves Camilo (131.450.867-90)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Espírito Santo
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9230/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.011/2017-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Thiago Edmar de Oliveira (101.088.876-50); Vânia de Oliveira Neves (227.716.678-27)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Juiz de Fora
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9231/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.020/2017-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Luiz Antonio Ferreira de Oliveira (752.527.324-34); Luiz Carlos Bezerra (027.443.373-74); Luiz Daniel Costa Falcão (080.362.074-86); Líbia Costa Ferreira da Silva (085.586.184-37); Marcos Antonio Freitas de Araújo (051.041.454-09); Mosar da Luz Nogueira Júnior (028.954.864-09); Natúcia Santos da Silva (091.107.174-12); Polyanna Lourenço de Azevedo (049.920.134-57); Ramon Maciel Ferreira (067.039.516-16); Rayanne Odila Ribeiro do Nascimento (086.798.554-21)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal da Paraíba
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9232/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.028/2017-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Amanda Bezerra de Melo França (071.413.614-05); Ana Cristina de Albuquerque Montenegro (962.090.114-20); Andréa Kaline do Nascimento Silva (094.181.914-07); Antonio Vinícius Neves Barbosa (054.238.024-23); Daniele Sofia de Moraes Barros Gattas (031.329.064-41); Diógenes Soares Moura (047.497.454-56); Eliane Maria Medeiros Leal (060.509.084-00); Elvys Fycher Marinho de Almeida (082.979.494-86); Emmanuel Damilano Dutra (010.642.370-37); Félix Lolaia Neto (074.254.524-56)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Pernambuco
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9233/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.033/2017-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Fernando Fontana Dias (830.647.100-87); Guilherme Vieira Goulart (003.181.740-81); Ida Maria de Oliveira (057.673.139-03); Jaqueline da Silva Oliveira (004.459.840-82); José Miguel Silva Dora (696.190.930-20); Josieli Guidolin Rossi (018.008.530-17); Júlia Vergo Pacheco (034.286.790-32); Karen Foletto Ferreira (006.576.780-23); Leandro Meirelles Nunes (919.087.360-20); Leonel Gonçalves Veiga (012.856.010-09)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Sul
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9234/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.038/2017-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Glauco Pereira de Oliveira e Braga (012.013.811-50); Guilherme da Silva de Medeiros (088.142.719-50); Heros Horst (029.491.429-31); João Luiz Severo Antunes Júnior (018.944.770-22); Leili Daiane Hausmann (058.785.819-22); Vanessa Sasso Padilha (009.797.300-90)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Santa Catarina
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9235/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, "e", e 183, inciso I, "d", do Regimento Interno/TCU, em prorrogar o prazo, por mais 10 (dez) dias, a contar da ciência desta deliberação, para que a Universidade Federal do Rio de Janeiro cumpra a determinação constante do subitem 9.3 do Acórdão 6858/2017-TCU-1ª Câmara, de acordo com o parecer da Sefip:

1. Processo TC-012.276/2017-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Ignez Arnouck Francioli (639.003.517-91)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio de Janeiro
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9236/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.109/2017-7 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Josefa Maria Silva (047.182.466-60)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9237/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.129/2017-8 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Damaris Rocha Lopes Affonso (159.048.867-99); Douglas Rocha Lopes Affonso (159.047.547-01); Francisca dos Santos (545.303.857-87); Maria da Conceição Tavares Villar (016.774.177-22); Paulo Falcão de Oliveira (459.849.217-15); Renata Cristina Magalhães Rocha (042.486.777-09)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9238/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.139/2017-3 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessadas: Divina Aparecida de Lima Vitorino (307.024.701-63); Eleusa Maria Cruvinel Pontes (455.519.791-72); Elza Glauce da Silveira Alves Pereira (624.212.121-20); Lúcia de Sena Pedroza (010.713.231-13); Maria Castro da Silva (402.044.801-91); Maria das Dores Rosa (435.729.361-87); Neide Rodrigues Leite (300.233.431-68)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Goiás
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9239/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.140/2017-1 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Luiza Fernandes Bento (048.620.866-40); Ronildo Alves Fernandes (585.580.636-72); Valdira Braga Soares Mundim (649.554.196-15)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Minas Gerais
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9240/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39 da Lei 8.443/92, c/c o art. 143 do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, e em fazer a determinação constante no item 1.7, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.169/2017-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Paulina Sebastiana de Arruda (442.220.761-04)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal que corrija o fundamento legal do ato no Sistema de Apreciação e Registro de Atos de Admissão e Concessões (SISAC), nos termos do art. 6º, § 1º, inciso II, da Resolução - TCU 206/2007.

ACÓRDÃO Nº 9241/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39 da Lei 8.443/92, c/c o art. 143 do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, e em fazer a determinação constante no item 1.7, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.172/2017-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Ricardo Ismael Brasil Leite (029.887.556-04)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Goiás
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal que corrija o fundamento legal do ato no Sistema de Apreciação e Registro de Atos de Admissão e Concessões (SISAC), nos termos do art. 6º, § 1º, inciso II, da Resolução - TCU 206/2007.

ACÓRDÃO Nº 9242/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.292/2017-6 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Lorena Marques Nogueira (094.100.326-44)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Triângulo Mineiro
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9243/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.307/2017-3 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Ana Cristina Tenório Brandão (508.000.005-87); Jorge Rocha Ribeiro (253.652.235-00)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal da Bahia
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9244/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.308/2017-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Maria do Carmo do Nascimento (762.192.403-91)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Ceará
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9245/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.309/2017-6 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Suzana da Glória Costa Dayrell (062.849.721-05)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Goiás
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9246/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.311/2017-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessadas: Giselda Pereira de Lima (855.875.834-49); Paula Lima de Barros e Silva (069.249.644-00)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Pernambuco
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9247/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.312/2017-7 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Wildet Silva Amorim (770.206.004-25)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Rural de Pernambuco
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9248/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, "d", do Regimento Interno, c/c o Enunciado 145 da Súmula da Jurisprudência no Tribunal de Contas da União, em retificar, por inexatidão material, o Acórdão 4487/2015-TCU-1ª Câmara, onde se lê: "*8. Advogado constituído nos autos: Paulo Vinicius Rodrigues Ribeiro (OAB/RJ 141.195), Maria Granja Maués (OAB/RJ 119.214),...*", leia-se: "*8. Advogados constituídos nos autos: Paulo Vinícius Rodrigues Ribeiro (OAB/RJ 141.195), Márcia Granja Maués (OAB/RJ 119.214), ...*"; onde se lê: "*9.7. imputar a Paulo Roberto de Albuquerque Garcia Coelho, ... o recolhimento das dívidas aos cofres da Funasa, atualizadas monetariamente a par-*

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

tir...", leia-se: *"9.7. imputar a Paulo Roberto de Albuquerque Garcia Coelho, ... o recolhimento das dívidas aos cofres da Funasa, atualizadas monetariamente, acrescidos de juros de mora a partir...",* mantendo-se inalterados os demais termos do referido acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-009.587/2011-0 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Responsáveis: Eduardo Tarcísio Brito Targino (297.014.061-68); Marcus Vinicius Miranda Pio da Silva (363.495.347-00); Osm Consultoria e Sistemas Ltda. (88.633.680/0002-02); Paulo Roberto de Albuquerque Garcia Coelho (464.092.461-53); Paulo Sandoval Junior (218.116.281-68); Valber Gonçalves Faustino (805.339.221-00)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Nacional de Saúde
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Saúde (SecexSaude).
1.6. Representação legal: Claudismar Zupiroli (12250/OAB-DF) e outros, representando Paulo Roberto de Albuquerque Garcia Coelho; Pablo Lemos Figueiredo de Paiva (38.019/OAB-DF) e outros, representando Osm Consultoria e Sistemas Ltda..
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9249/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, e 18 da Lei 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso I, e 143, inciso I, "a", do Regimento Interno, em julgar as contas a seguir relacionadas regulares com ressalva e dar quitação aos responsáveis, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-035.326/2015-8 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Responsáveis: Alison Luiz Camporez (757.049.193-91); Jadson Lobo Rodrigues (014.231.643-18)
1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de São João do Carú - MA
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Minas Gerais (SECEX-MG).
1.6. Representação legal: Mardonilson de Lima Vieira, representando Prefeitura Municipal de São João do Carú - MA; Antonio Gonçalves Marques Filho (6.527/OAB-MA) e outros, representando Alison Luiz Camporez.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9250/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, incisos III e V, "a", 235, parágrafo único, 237, parágrafo único, e 250, inciso I, do Regimento Interno/TCU, em não conhecer da presente representação, por não atender os requisitos de admissibilidade previstos no art. 235 do RI/TCU, e encaminhar cópia da instrução produzida pela unidade técnica e desta deliberação à representante e à Universidade Federal do Pará - UFPA, promovendo-se, em seguida, o arquivamento dos autos, de acordo com o parecer da Secex/PA:

1. Processo TC-023.719/2017-6 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Interessado: LG Serviços Profissionais Ltda. - ME (06.028.733/0001-10)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Pará
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Pará (SECEX-PA).
1.6. Representação legal:
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9251/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, incisos III e V, "a", 235 e 237, inciso VII, do Regimento Interno deste Tribunal c/c o art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993 e no art. 103, § 1º, da Resolução - TCU 259/2014, em conhecer da presente representação, e em fazer as seguintes determinações e adotar as seguintes medidas, de acordo com o parecer da Secex/MS:

1. Processo TC-027.267/2017-2 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Interessado: Adi Antonio Boniatti (205.072.321-00)
1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Aparecida do Taboado - MS
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Mato Grosso do Sul (SECEX-MS).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinar:
1.7.1. nos termos do art. 276, § 2º, do Regimento Interno/TCU, a oitiva do Município de Aparecida do Taboado/MS, para, no prazo de 5 dias úteis, manifestar-se sobre os fatos apontados na presente representação, especialmente quanto ao atendimento, pela empresa vencedora das Tomadas de Preços 10 e 11/2017, das exigências para habilitação constantes nos respectivos editais, inclusive nos termos de referência, alertando-o quanto à possibilidade de o Tribunal vir a anular os certames, caso não seja apresentada manifestação ou essa não seja acolhida:
1.7.2. nos termos do art. 250, V, do Regimento Interno/TCU, a oitiva da empresa Silva Teruya Consultoria e Projetos Sociais Ltda. (CNPJ 12.024.635/0001-08), para, no prazo de 5 dias úteis, querendo, manifestar-se sobre os fatos apontados na presente representação, alertando-a quanto à possibilidade de o Tribunal vir a anular as Tomadas de Preços 10 e 11/2017;
1.8. Medidas:
1.8.1. realizar diligência, com fundamento no art. 157 do RI/TCU, ao Município de Aparecida do Taboado/MS, para que, no prazo de 5 dias úteis, sejam encaminhados os documentos para habilitação apresentados pela empresa Silva Teruya Consultoria e Projetos Sociais Ltda., vencedora das Tomadas de Preços 10 e 11/2017;
1.8.2. encaminhar cópia da peça 1, da instrução de peça 3 e desta deliberação ao Município de Aparecida do Taboado/MS e à empresa Silva Teruya Consultoria e Projetos Sociais Ltda., a fim de subsidiar as manifestações a serem requeridas;
1.8.3. dar ciência desta deliberação ao representante.

ACÓRDÃO Nº 9252/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, incisos III e V, "a", 235 e 237, VII, do Regimento Interno deste Tribunal c/c o art. 113, §1º, da Lei 8.666/1993, e no art. 103, § 1º, da Resolução - TCU 259/2014, em conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la improcedente, dar ciência desta deliberação à representante e ao Ministério da Educação, promovendo-se, em seguida, o arquivamento dos autos, de acordo com o parecer da Selog:

1. Processo TC-027.302/2017-2 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Órgão/Entidade: Ministério da Educação
1.2. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).
1.5. Representação legal: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

RELAÇÃO Nº 27/2017 - 1ª Câmara
Relator - Ministro BENJAMIN ZYMLER

ACÓRDÃO Nº 9253/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.909/2017-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Olga Inasaris de Souza (455.903.209-25)
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado do Paraná
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9254/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão adiante relacionados se exauriram antes de seu processamento pela Corte, em face da maioridade ou do falecimento dos beneficiários, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerá-los prejudicados por perda de objeto, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-026.132/2017-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Zacarias Antônio Norberto de Lima (256.660.964-00)
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado de Pernambuco
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9255/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão adiante relacionados se exauriram antes de seu processamento pela Corte, em face da maioridade ou do falecimento dos beneficiários, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerá-los prejudicados por perda de objeto, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, e fazer as determinações a seguir:

1. Processo TC-026.141/2017-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Creuza Ferreira Barbosa (043.090.492-49)
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado do Amazonas
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.7.1. determinar à Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado do Amazonas que disponibilize no sistema Sisac, no prazo de quinze dias, o ato de pensão instituída pela servidora Creuza Ferreira Barbosa;
1.7.2. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal que:
1.7.2.1. acompanhe o cumprimento da determinação contida no subitem 1.7.1;
1.7.2.2. autue, no prazo de trinta dias ou após a disponibilização por parte da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado do Amazonas do ato número de controle 10002812-05-2017-000009-5, processo relativo à pensão civil instituída por Creuza Ferreira Barbosa, dispensada a manifestação do Controle Interno, nos termos do §3º do art. 260;
1.7.2.3. verifique a ocorrência do pagamento, na pensão instituída por Creuza Ferreira Barbosa, do bônus de eficiência de que cuida a Lei 13.464/2017.

ACÓRDÃO Nº 9256/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão adiante relacionado se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar seu exame prejudicado por perda de objeto, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.154/2017-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Dulcineia Batista Silveira Martins (413.255.676-04)
1.2. Órgão: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado de Minas Gerais
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9257/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão adiante relacionados se exauriram antes de seu processamento pela Corte, em face da maioridade ou do falecimento dos beneficiários, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerá-los prejudicados por perda de objeto, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-026.311/2017-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Cloves Carramilo Filho (054.619.013-87)
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego No Estado do Maranhão
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.7.1. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal que:
1.7.2.1. autue, no prazo de trinta dias, processo relativo à pensão civil instituída por Cloves Carramilo Filho (ato número de controle 10347631-05-2017-000002-8), dispensada a manifestação do Controle Interno, nos termos do §3º do art. 260;
1.7.2.2. verifique a ocorrência do pagamento, na pensão instituída por Cloves Carramilo filho, do bônus de eficiência de que cuida a Lei 13.464/2017.

ACÓRDÃO Nº 9258/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 1º, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c o inciso V do art. 169 do Regimento Interno, em ordenar o arquivamento do processo a seguir relacionado, por ter atingido sua finalidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-007.241/2004-9 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Apensos: 017.357/2005-6 (APOSENTADORIA)
1.2. Interessados: Alice Augusta da Silva Neves (399.122.721-53); Fabiana de Oliveira Rezende (012.855.756-79); Lerimar de Oliveira Rezende (012.372.776-63); Maria Pereira da Silva (216.613.832-20); Marina Santos Pinto (832.589.221-87)
1.3. Órgão/Entidade: Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 1ª Região/DF
1.4. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.5. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9259/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 1º da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 169, inciso VI, e 212 do RITCU, em arquivar a presente tomada de contas especial, sem julgamento de mérito, ante a ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo, nos termos dos pareceres uniformes emitidos nos autos.

1. Processo TC-014.580/2016-0 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Apensos: 009.268/2017-0 (SOLICITAÇÃO)
1.2. Responsável: João Ernesto Johnny Lehmann (009.727.119-53)
1.3. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Rolândia - PR
1.4. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.5. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Goiás (SECEX-GO).
1.7. Representação legal: não há
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há

ACÓRDÃO Nº 9260/2017 - TCU - 1ª Câmara

Considerando que o art. 22, inciso I, da Lei 8.443/1992 dispõe que as comunicações realizadas pelo Tribunal devem observar a forma estabelecida no RITCU, o qual, por sua vez, estabelece, em seu art. 179, inciso II, que as comunicações processuais far-se-ão mediante carta registrada, com aviso de recebimento que comprove a entrega no endereço do destinatário;

Considerando que o comando supracitado é reiterado nos arts. 3º, inciso III, e 4º, inciso II, da Resolução TCU 170/2004, que disciplina a expedição das comunicações processuais pelo Tribunal de Contas da União;

Considerando que, por meio do Acórdão 3.210/2017-1ª Câmara, foi negado provimento ao recurso de reconsideração interposto por Antônio Gildemar Azevedo Pereira, que teve suas contas julgadas irregulares, com imputação de débito e aplicação de multa, nos termos dos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "b" e "c", 19, 23, inciso III, e 57 da Lei 8.443/1992 c/c arts. 1º, inciso I, 209, incisos II e III, e 214, inciso III, do RITCU;

Considerando que, de acordo com o art. 32, inciso II, e 34 da Lei 8.443/1992, cabem embargos de declaração de decisão proferida em processo de tomada ou prestação de contas, no prazo de dez dias, para a correção de obscuridade, omissão ou contradição na decisão recorrida;

Considerando que o responsável foi validamente notificado da deliberação acima mencionada em 14/6/2017 (peças 49 e 53) e a oposição dos embargos de declaração deu-se em 3/7/2017 (peça 55);

Considerando que o recurso ora sob exame foi interposto após um período total de dezoito dias, sendo, por conseguinte, intempestivo;

Considerando que, de acordo com o art. 32, parágrafo único, da Lei 8.443/1992, não se conhecerá de recurso interposto fora do prazo, salvo em razão da superveniência de fatos novos;

Considerando que o responsável não apresenta fatos novos, mas apenas limita-se a rediscutir os fundamentos da decisão recorrida;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 32, inciso II e parágrafo único, e 34 da Lei 8.443/1992 c/c o arts. 143, inciso IV, alínea "b", e 287 do RITCU, quanto ao processo a seguir relacionado, em não conhecer dos presentes embargos de declaração, ante a sua intempestividade, dando-se ciência dessa decisão ao responsável.

1. Processo TC-025.590/2014-6 (EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM RECURSO DE RECONSIDERAÇÃO)
1.1. Recorrente: Antônio Gildemar Azevedo Pereira (088.776.375-87)
1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Ibipitanga/BA
1.4. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.5. Representante do Ministério Público: não atuou
1.6. Relator da deliberação recorrida: Ministro Benjamin Zymler
1.7. Unidade técnica: não atuou
1.8. Advogado constituído nos autos: Jurandy Alcântara de Figueiredo Filho (OAB/BA 8.135)
1.9. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9261/2017 - TCU - 1ª Câmara

VISTOS, relacionados e discutidos estes autos que tratam de monitoramento de determinação exarada no Acórdão 4699/2016-1ª Câmara, quando do julgamento do TC 026.645/2015-7, referente à prestação de contas da Funasa-Suest/PE do exercício de 2014,

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "e", e 183, parágrafo único, do Regimento Interno/TCU, em prorrogar, por mais 60 (sessenta) dias, contados de 22/8/2017, para atendimento aos itens 1.7.1 e 1.7.2 do Acórdão 4699/2016 - 1ª Câmara, findando-se em 22/10/2017, de acordo com o pronunciamento de peça 22.

1. Processo TC-024.501/2016-6 (MONITORAMENTO)
1.1. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa No Estado de Pernambuco
1.2. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Pernambuco (SECEX-PE).
1.5. Representação legal: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9262/2017 - TCU - 1ª Câmara

Considerando que, por meio do Acórdão 4.782/2017, a 1ª Câmara desta Corte conheceu da presente representação para, no mérito, considera-la improcedente, arquivando-se os autos;

Considerando que, com a inclusão do § 3º do art. 2º da Resolução TCU 36/1995, esta Corte de Contas passou-se a admitir o denunciante como parte no processo de denúncia desde que ele apresente algum dos elementos exigidos pela norma que o caracteriza como interessado, quais sejam: razão legítima para intervir e possibilidade de lesão a direito subjetivo próprio;

Considerando, portanto, o entendimento vigente neste Tribunal no sentido de que *"o denunciante não é considerado, automaticamente, parte processual, devendo, para obter essa condição, formular pedido de ingresso nos autos como interessado e comprovar razão legítima para intervir no processo"* (ex vi dos Acórdãos 2.632/2008, 139/2007, 320/2006, e 773/2004, todos do Plenário);

Considerando que a natureza do representante e do denunciante, no caso sob exame, é similar, o que permite que a legitimidade do representante seja analisada analogamente ao tratamento dado ao denunciante;

Considerando que não restaram demonstradas razão legítima para intervenção da representante nos autos e, principalmente, relevantes questões de ordem pública a serem tuteladas por esta Corte;

Considerando que a instância recursal não se presta à demonstração de mero inconformismo com o entendimento adotado pelo Tribunal;

Considerando que não se inclui entre as competências constitucionais do TCU a prolação de provimentos, reclamados por particulares, para a salvaguarda de eventuais direitos e interesses subjetivos juridicamente tutelados;

Considerando a manifestação da Serur, ratificada pelo MPTCU, que, em sede exame de admissibilidade, recomendou o não conhecimento do presente recurso ante a ausência de legitimidade e interesse recursal, nos termos do art. 48 da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 146 e 282 do RITCU (peças 16-17 e 20);

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, ante o acolhimento pelo relator dos pareceres constantes dos autos e com fundamento no art. 48 da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 143, inciso IV, alínea "b", 146 e 282 do Regimento Interno do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, em não conhecer do presente pedido de reexame, em razão da ausência de legitimidade e interesse recursal, dando-se ciência dessa decisão ao interessado.

1. Processo TC-014.630/2017-6 (PEDIDO DE REEXAME EM REPRESENTAÇÃO)
1.1. Recorrente: Certa Serviços e Turismo Ltda. - EPP (09.652.613/0001-88)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Goiás
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Relator da deliberação recorrida: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.6. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Controle Externo no Estado de Goiás (SECEX-GO).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há

RELAÇÃO Nº 25/2017 - 1ª Câmara
Relator - Ministro VITAL DO RÊGO

ACÓRDÃO Nº 9263/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §1º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria à interessada a seguir relacionada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-022.357/2017-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Ana Maria Pontes Caldas (021.835.522-04).
1.2. Órgão: Superintendência de Administração do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão em Rondônia.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9264/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §1º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria às interessadas a seguir relacionadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-023.913/2017-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessadas: Ruberli Almeida de Oliveira (171.993.872-53); Vera Joana Piccoli (162.973.180-34).
1.2. Órgão: Ministério Público do Trabalho.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9265/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §1º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria aos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-023.916/2017-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Ana Braga dos Santos (050.177.342-87); Ana Maria Silva dos Santos (060.019.202-49); Antonio Carlos Ferreira Tostes (033.355.002-10); Gessy Gouveia Cavalcante (080.542.662-00); Irene Bonfim da Silva (432.352.202-91); Laudete Elias dos Santos Afonso (071.974.462-87); Leoneusa Maciel Castro (050.170.922-34); Maria Lucia Cardoso Dias (208.809.602-72); Maria Nazi Souza da Silva (047.463.252-00); Maria da Paz Andu Siqueira (316.074.702-68).
1.2. Órgão: Superintendência de Administração do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão no Amapá.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9266/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §1º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria aos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-023.917/2017-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Marlene Rodrigues Tancredi (061.681.402-04); Nair Gomes da Silva (066.776.572-72); Orivaldo de Azevedo Souza (023.432.072-91); Raimunda Melo Marques (209.876.252-68).
1.2. Órgão: Superintendência de Administração do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão No Amapá.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9267/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §1º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria aos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-023.918/2017-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Jose Sales Rios (084.868.751-53); João Alves dos Reis (060.500.932-53); Raimunda Guivara da Silva (015.208.732-04).
1.2. Órgão: Superintendência de Administração do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão em Roraima.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9268/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito do ato de concessão de aposentadoria a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-026.119/2017-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Fernando Correa de Sa e Benevides Filho (090.761.744-15).
1.2. Órgão: Departamento de Órgãos Extintos.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9269/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-026.155/2017-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Acelino Lima Pereira (025.782.202-04); Amaro da Rocha e Silva (170.697.004-82); Helio Pinto Pinheiro (152.503.422-72).
1.2. Órgão: Superintendência de Administração do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão em Roraima.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9270/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §1º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria aos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-026.364/2017-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Artur de Lima Cezar (042.571.702-04); Dilma Antonieta Guedes (015.229.302-72); Dorcas de Oliveira Lobato Pacheco (015.499.952-00); Ercilia Cordeiro Rabelo (028.121.852-87); Jair dos Santos Velasco (031.174.302-10); Joao Severino da Silva (073.909.042-91); Joaquina Paz da Silva (034.432.802-34); Maria do Rosario Correa de Brito (074.808.652-87); Olindina Dantas Lavor (074.736.642-04); Paulo Weimann (035.743.772-15).
1.2. Órgão: Superintendência de Administração do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão em Roraima.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9271/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-023.750/2017-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Fabiano Queiroz Pereira (068.446.964-26); Fabio Hidenori Soegima (305.590.398-67); Fabricio Correa Alves da Motta (108.594.767-07); Fabricio Goncalves Lima (043.098.023-03); Farley Souza Aguiar Lima (062.087.226-83); Fausto de Souza Sampaio Filho (111.345.946-82); Felipe Alves da Rocha (054.110.673-24); Felipe Aquino de Cordova (062.211.859-55); Felipe Bragion Vinhas (384.570.568-08); Felipe Bressan Giordani (033.796.880-29).
1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9272/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-024.610/2017-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Karen Aires Batista dos Santos (019.944.361-07); Marcelo Simas Ramos (704.586.001-30); Mouzartt de Queiroz Oliveira (610.063.601-82); Nailson de Santana Souza (967.222.581-49); Raquel Pimentel dos Santos (000.385.191-51); Rodrigo Pimentel da Silva (008.190.635-84); Simone Albuquerque de Moura (509.061.002-91).
1.2. Órgão: Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9273/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-024.611/2017-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Jariane Maria Cavalcante da Silva (024.064.413-18); Tadeu de Cassio Silva (933.522.126-00).
1.2. Órgão: Ministério Público Militar.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9274/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-026.229/2017-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Cesar Rodrigues de Sousa (041.138.391-40); Cristian Bezerra Pereira (493.142.382-53); Daniel Ferreira Camilo (016.377.772-13); Diemerson Almeida de Morais (054.414.541-05); Douglas Ianuch Souza (066.427.699-70); Francisco Rodrigues Campos Junior (287.806.538-71); Natali de Oliveira Passos (020.793.475-43); Natalia Salotti Guardabaxo (368.757.318-43); Nelson Roberto Stachelski Junior (005.501.019-93); Nicolas Matana Zottino (373.063.798-36); Otavio Sakay (018.368.781-76); Pabulo Iure dos Santos Silva (074.766.105-71); Paulo Henrique Garcia de Medeiros (092.487.484-81); Paulo Henrique Gomes Garcia (066.678.959-28); Paulo Junior Faria Bertuci (139.743.187-39); Pedro Camargo Pedroso (025.397.590-50); Pedro Neto Alves (068.127.496-48); Pedro Zilio Fernandes (030.932.490-40); Rafael Pereira dos Reis (010.908.300-84); Raimundo Nonato Pereira Lima (071.170.703-07).
1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9275/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão da interessada a seguir relacionada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-026.538/2017-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessada: Vanessa Ushikoshi Ferreira (215.852.828-12).
1.2. Órgão: Conselho Nacional do Ministério Público.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9276/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-026.877/2017-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Gabriel Bezerra Abreu de Almeida (022.028.632-90); Gabriel Camilo Variani (033.472.911-40); Gabriel Fontanelli (413.872.058-89); Gabriel Freire Varela Penha (074.531.484-80); Gabriel Henrique Inacio (431.230.558-76); Gabriel da Silva Ribeiro (031.873.622-57); Gabriel de Araujo Cruz (107.172.294-83); George Francisco Ribeiro Guimaraes (011.990.165-00); Gilberto Almeida Souza (125.586.565-20); Naila Ingrid Chaves Franklin (365.241.388-13).
1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9277/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-026.881/2017-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Pabllo Jose Barreto Valle (042.396.244-28); Pablo Carvalho de Albuquerque (034.495.762-40); Pablo de Franca Dantas (083.794.744-81); Pamela Cristina Silveira (012.237.899-77); Patricia Aparecida Coelho (113.843.836-70); Patricia Souto Rezende (102.387.896-83); Patricia de Freitas Lemos (215.885.308-50); Patrick Ewens Correia de Araujo (358.210.748-51); Patrick Richard Garcia da Rocha (018.678.451-13); Paula Borin Zanfolin (171.442.258-55).
1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9278/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-026.883/2017-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Paula Camila de Oliveira Campos (092.877.156-37); Paula Dayse Braga Santos (962.487.422-00); Paula Tais Gomes (013.434.620-37); Paulo Henrique Leonareo Hilgert (076.346.409-05); Paulo Henrique Lourenco de Sousa (025.000.063-60); Paulo Henrique Marques Pinto (022.110.182-97); Paulo Ricardo Borba Rosa Filho (030.962.230-17); Paulo Roberto Italo Ramon dos Santos Duarte (044.122.853-40); Paulo Roberto Sandoval Barbieri (020.375.928-17); Paulo Rogerio Monteiro Carcara Junior (051.176.833-82).
1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9279/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-026.887/2017-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Rafael Jesus Jose de Souza (353.420.758-07); Rafael Juca de Queiroz Mendes (051.651.694-99); Rafael Liberalquino Lima (063.658.964-17); Rafael Lopes Ramos Pedro (028.086.363-26); Rafael Mello Vieira (051.178.824-07); Rafael Miranda Bezerra (081.503.234-06); Rafael Paiva de França (018.146.171-40); Rafael Soares da Silva (074.498.714-83); Rafael Teles Pereira (037.845.641-51); Rafael Valentin da Silva (105.177.679-10).
1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9280/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-026.888/2017-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Rafael Vieira da Costa (404.528.108-84); Rafaela Fernandes Braga (003.992.621-48); Rafaella Schwyzer (064.743.259-50); Raidemir Lima Silva (053.505.933-74); Railan Pereira Mota (101.547.646-55); Raimundo Mariano Nobre Junior (845.849.982-72); Raimundo Nonato Teixeira Filho (026.910.843-29); Raimundo Vitor Santos Magalhaes (067.344.853-31); Raissa Fernandes Santos (043.112.971-14); Raissa Mariane Dantas Porto (048.923.795-90).
1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9281/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-026.890/2017-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Raphael Vinicius Fozatto Florencio (366.412.058-27); Raquel Alcoforado Santos (083.987.004-32); Raquel Rodrigues de Carvalho (046.961.623-70); Raul Garcia Simoes (468.460.488-80); Rayana Alves Passos (116.285.807-98); Rebeca Lima Moreira (020.093.263-26); Regianne Yoshie Tsushima (077.540.159-51); Reginaldo dos Santos Gomes (019.054.435-01); Renan Borges de Barros (043.852.785-20); Renan da Silva Tonetto (058.441.077-80).
1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9282/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão da interessada a seguir relacionada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.046/2017-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessada: Debora Stephanie Ribeiro (062.154.516-30).
1.2. Órgão: Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9283/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §1º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão civil constantes dos autos, de acordo com os pareceres emitidos no presente processo.

1. Processo TC-012.858/2017-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Antonia Alice Barbosa da Silva Alberto (415.249.342-91); Filipe Pereira Coutinho (022.595.112-60); Maria Neuci Goes de Lima (180.848.692-72); Maria de Nazaré Pantoja Coutinho (379.621.162-34); Miracy de Almeida e Souza (071.207.258-66); Raimunda Carmo Coimbra (415.766.082-04).
1.2. Órgão: Superintendência de Administração do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão no Amapá.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9284/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de pensão civil constante dos autos, de acordo com os pareceres emitidos no presente processo.

1. Processo TC-014.126/2017-6 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Pericles Rodrigues da Silva (066.817.002-68).
1.2. Órgão: Superintendência de Administração do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão no Amapá.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9285/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de pensão civil constante dos autos, de acordo com os pareceres emitidos no presente processo, sem prejuízo de se fazer a determinação especificada no item 1.7.

1. Processo TC-024.151/2017-3 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Maria Gomes Cardoso (896.022.183-04).
1.2. Órgão: Departamento de Órgãos Extintos.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal que promova a correção, no sistema Sisac, da informação relativa ao fundamento legal da concessão.

ACÓRDÃO Nº 9286/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso III, e 243 do Regimento Interno do TCU, de acordo com o parecer emitido nos autos, em:
a) considerar cumprida a determinação constante do item 9.3 do Acórdão 5.233/2017-TCU-1ª Câmara;
b) encaminhar cópia deste Acórdão, acompanhada da instrução da unidade técnica, à Prefeitura Municipal de Dourados/MS;
c) arquivar os presentes autos, nos termos do art. 169, inciso V, do Regimento Interno/TCU.

1. Processo TC-031.916/2016-3 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Órgão: Prefeitura Municipal de Dourados - MS.
1.2. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Goiás (Secex-GO).
1.5. Representação legal: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

RELAÇÃO Nº 28/2017 - 1ª Câmara
Relator - Ministro-Substituto AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

ACÓRDÃO Nº 9287/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, quanto ao processo a seguir relacionado, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno, c/c o Enunciado 145 da Súmula de Jurisprudência predominante no Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, em retificar, por inexatidão material, o Acórdão nº 2054/2017-TCU- 1ª Câmara, como a seguir:

- onde se lê
"9.1. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "a", "b" e "c", e § 2º, 19 e 23, inciso III, da Lei 8.443/92, julgar irregulares as contas Joais da Silva dos Santos (594.911.402-72), condenando-o ao pagamento das quantias a seguir especificadas, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a partir das respectivas datas discriminadas até a data do recolhimento, fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante este Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres da Fundação Nacional da Saúde na forma prevista na legislação em vigor:"
- leia-se
"9.1. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "a", "b" e "c", e § 2º, 19 e 23, inciso III, da Lei 8.443/92, julgar irregulares as contas Joais da Silva dos Santos (594.911.402-72), condenando-o ao pagamento das quantias a seguir especificadas, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a partir das respectivas datas discriminadas até a data do recolhimento, fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante este Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional na forma prevista na legislação em vigor:"

1. Processo TC-003.804/2013-5 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Responsável: Joais da Silva dos Santos (594.911.402-72)
1.2. Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Capixaba - AC
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Acre (SECEX-AC).
1.6. Representação legal: não há.

ACÓRDÃO Nº 9288/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, quanto ao processo a seguir relacionado, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno, c/c o Enunciado 145 da Súmula de Jurisprudência predominante no Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, em retificar, por inexatidão material, o Acórdão nº 4851/2017-TCU- 1ª Câmara, como a seguir:

- onde se lê: "Jacqueline do Bomfim Farias (CPF 465.963.805-72)"
- leia-se "Jacqueline Silva do Bomfim (CPF 465.963.805-72)"

1. Processo TC-007.155/2013-1 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Responsáveis: Jacqueline Silva do Bomfim (465.963.805-72); José Lopes de Almeida (011.081.665-04); Prefeitura Municipal de Riachão do Dantas - SE (13.107.180/0001-57)
1.2. Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Riachão do Dantas - SE
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Sergipe (SECEX-SE).
1.6. Representação legal: Clécio Pereira de Lima (OAB/BA 21.822), representando Jacqueline Silva do Bomfim

RELAÇÃO Nº 29/2017 - 1ª Câmara
Relator - Ministro-Substituto WEDER DE OLIVEIRA

ACÓRDÃO Nº 9289/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados:

1. Processo TC-023.897/2017-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Anésia Ramos de Oliveira (200.153.481-72); Bernardo Bartmeyer Junior (331.587.119-15).
1.2. Órgão: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Mato Grosso do Sul.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9290/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal e determinar o registro do ato de concessão de aposentadoria a seguir relacionado:

1. Processo TC-023.910/2017-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Roberto da Cunha Benini (023.220.136-68).
1.2. Órgão: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Minas Gerais.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9291/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 7º, I, da Resolução TCU 206/2007, no art. 260, § 5º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar prejudicado o exame de mérito dos atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados, por perda de objeto, motivado pelo falecimento dos beneficiários.

1. Processo TC-024.056/2017-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Miguel Melnick (003.356.810-34); Paulo Cesar de Oliveira Madeira (225.435.970-34).
1.2. Órgão: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Rio Grande do Sul.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9292/2017 - TCU - 1ª Câmara

Considerando as informações levantadas no Siape/A3P (peça 22) e as extraídas do *sítio* da Justiça Federal na *internet* (peça 23);
Considerando que as determinações constantes do acórdão 1.855/2013-TCU-1ª Câmara não puderam ser cumpridas pela Diretoria de Administração do Pessoal do Comando da Aeronáutica ante o amparo da manutenção do pagamento do benefício ao pensionista em decisão proferida na Ação Ordinária 001721209.2013.4.01.3300, sem trânsito em julgado;
Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, na forma do art. 143, V, "a", do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos (peças 26 e 28), ACORDAM, por unanimidade, em encerrar o processo e arquivar os autos, fazendo-se a determinação sugerida.

1. Processo TC-041.762/2012-6 (PENSÃO CIVIL) (MONITORAMENTO)
1.1. Interessados: Augusto César Sacramento Nascimento (059.127.345-44); Gustavo Sacramento Nascimento (059.127.325-09); Juçaria Costa Moreira (118.478.405-15)
1.2. Órgão: Diretoria de Administração do Pessoal do Comando da Aeronáutica
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.7.1. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal para que, nos termos da Questão de Ordem aprovada pelo Plenário do TCU em 8/6/2011, encaminhe ao Departamento de Assuntos Extrajudiciais da AGU, bem como à Consultoria Jurídica/TCU, as informações necessárias ao acompanhamento da Ação Ordinária 001721209.2013.4.01.3300, que tramita junto à 14ª Vara Federal da Bahia, com decisão proferida em favor do pensionista Gustavo Sacramento Nascimento (CPF: 059.127.325-09).

ACÓRDÃO Nº 9293/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, considerando os pareceres emitidos nos autos pela unidade técnica e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de que seja feita a correção, mediante apostilamento, com fundamento no art. 143, V, "d", do RI/TCU c/c a Súmula TCU 145, ante a constatação de inexatidão material, ACORDAM, por unanimidade, em retificar o acórdão 7511/2017-TCU-1ª Câmara, de modo que onde se lê, no item 9, "(...) contra o acórdão 4468/2015-1ª Câmara.", leia-se "(...) contra o acórdão 4484/2015-1ª Câmara."; e onde se lê, no subitem 9.3, "tornar insubsistente o acórdão 4468/2015-1ª Câmara;", leia-se "tornar insubsistente o acórdão 4484/2015-1ª Câmara;", mantendo-se inalterados os demais termos do acórdão ora retificado.

1. Processo TC-014.997/2014-2 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Responsáveis: Manoel Jorge dos Santos Melo (207.622.165-49); Organização Internacional da Justiça de Paz (06.037.330/0001-38).
1.2. Entidade: Organização Internacional da Justiça de Paz (06.037.330/0001-38).
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo na Bahia (Secex-BA).
1.6. Representação legal: Alexandro Portela Soares (OAB/BA 48.093), representando Manoel Jorge dos Santos Melo e Organização Internacional da Justiça de Paz.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9294/2017 - TCU - 1ª Câmara

Considerando que o Conselho Regional de Medicina no Estado do Tocantins/CRMV-TO não tem legitimidade para solicitar fiscalizações ao TCU, nos termos do art. 232 do RI/TCU;
Considerando que o conteúdo da solicitação em exame não se enquadra naqueles definidos no art. 59 da Resolução TCU 259/2014;
Considerando que, a despeito de a unidade técnica ter proposto a realização de diligências, também propôs o arquivamento dos autos;
Considerando as prerrogativas da unidade técnica para constituir processo de conhecimento, representação e fiscalizações, de acordo com as especificidades do caso concreto;
Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 15, 169, II e 232, §2º, do RI/TCU, na forma do art. 143, V, "a", do RI/TCU, e de acordo com o parecer emitido pela unidade instrutiva nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em não conhecer da presente solicitação, por ausência de legitimidade do interessado, encerrar o processo e arquivar os autos, dando-se ciência desta deliberação ao solicitante, bem como da instrução da unidade instrutiva (peça 3), sem prejuízo de expedir a orientação seguinte.

1. Processo TC-036.500/2016-0 (SOLICITAÇÃO)
1.1. Entidade: Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado do Tocantins.
1.2. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Tocantins (Secex-TO).
1.5. Representação legal: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.6.1 Orientar a Secex-TO que a realização das medidas saneadoras propostas poderão ser realizadas no âmbito de processo específico, considerando as prerrogativas das unidades técnicas para constituir processo de conhecimento, representação e fiscalizações, de acordo com as especificidades do caso concreto.

PROCESSOS APRECIADOS DE FORMA UNITÁRIA

Por meio de apreciação unitária de processos, a Primeira Câmara proferiu os Acórdãos de nºs 9295 a 9327, a seguir transcritos, incluídos no Anexo I desta Ata, juntamente com os relatórios e os votos em que se fundamentaram.

ACÓRDÃO Nº 9295/2017 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 004.128/2015-0.
2. Grupo II - Classe de Assunto: I Embargos de declaração(Tomada de Contas Especial)
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Interessado: Ministério do Turismo (02.961.362/0001-74)
3.2. Responsável: Oziel Alves de Barros (068.201.584-91)
3.3. Recorrente: Ministério do Turismo (02.961.362/0001-74).
4. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Pilar - AL.
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler
5.1. Relator da deliberacao recorrida: Ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Controle Externo no Estado de São Paulo (SECEX-SP).
8. Representação legal :
8.1. Diogo Santos de Albuquerque (4.702/OAB-AL) e outros, representando Oziel Alves de Barros.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de embargos de declaração contra o Acórdão 1.453/2017-1ª Câmara,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. conhecer dos presentes embargos de declaração, em face do preenchimento dos requisitos específicos de admissibilidade previstos pelos artigos 32 e 34 da Lei n. 8.443/1992 e, no mérito, rejeitá-los, mantendo, em seus exatos termos, o Acórdão embargado; e
9.2. dar ciência desta deliberação aos interessados.

10. Ata n° 36/2017 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 3/10/2017 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9295-36/17-1.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator) e Vital do Rêgo.
13.2. Ministro-Substituto convocado: André Luís de Carvalho.
13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 9296/2017 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 007.974/2016-7.
2. Grupo II - Classe de Assunto: II - Tomada de contas especial
3. Responsáveis: Evandro Bertino Jorge (448.183.517-68); Medicom Rio Farma Ltda. (39.499.710/0001-43); Micfarma Comércio de Medicamentos e Produtos Hospitalares Ltda. (07.070.062/0001-19); News Distrilab Comercial Cirúrgico Ltda. (08.353.205/0001-62); Sergio Rabinovici (422.024.697-53); Telemedic Distribuidora de Medicamentos Ltda. - EPP (01.686.431/0001-16)
4. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Mangaratiba - RJ.
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio de Janeiro (SECEX-RJ).
8. Representação legal: Renato Pereira Barbosa e Ana Carolina Pinto de Nigris (172.138/OAB-RJ), representando Telemedic Distribuidora de Medicamentos Ltda. - EPP; Maria Carolina Alcântara Decot Barros (146.551/OAB-RJ), representando News Distrilab Comercial Cirúrgico Ltda.; Jorge Luiz Bertino Algebaile (36.404/OAB-RJ), representando Evandro Bertino Jorge; Wellington Mousinho Lins dos Santos (60.578/OAB-RJ), representando Medicom Rio Farma Ltda.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. excluir da presente relação processual as empresas Micfarma Comércio de Medicamentos e Produtos Hospitalares Ltda. e Medicom Rio Farma Ltda.;
9.2. julgar regulares com ressalva as contas dos srs. Sérgio Rabinovicci e Evandro Bertino Jorge, dando-lhes quitação, nos termos dos arts. 1°, inciso I; 16, inciso II; 18 e 23, inciso II, da Lei 8.443/1992;
9.3. julgar irregulares as contas da empresa News Distrilab Comercial Cirúrgico Ltda., condenando-a ao pagamento das quantias abaixo relacionadas, com a incidência dos devidos encargos legais, calculados a partir das datas correspondentes até o efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor, nos termos dos arts. 1°, inciso I, 16, inciso III, alínea "c", 19 e 23, inciso III, da Lei 8.443/1992:

Data de Origem	Valor (R$)
20/05/2013	12.300,00
29/05/2013	11.795,00
11/12/2013	6.154,00

9.4. julgar irregulares as contas da empresa Telemedic Distribuidora de Medicamentos Ltda. - EPP, condenando-a ao pagamento da quantia abaixo relacionada, com a incidência dos devidos encargos legais, calculados a partir da data correspondente até o efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor, nos termos dos arts. 1°, inciso I, 16, inciso III, alínea "c", 19 e 23, inciso III, da Lei 8.443/1992:

Data de Origem	Valor (R$)
28/06/2013	1.600,00

9.5. fixar o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data da notificação, para que os responsáveis de que tratam os subitens 9.3. e 9.4. comprovem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", e 269 do RI/TCU), o recolhimento das referidas quantias aos cofres do Fundo Municipal de Saúde de Mangaratiba - RJ, atualizadas, quando pagas após seu vencimento, monetariamente desde a data de prolação deste acórdão até a do efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor;
9.6. aplicar à responsável abaixo arrolada a pena de multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, de acordo com o valor indicado:

Responsável	Valor (R$)
News Distrilab Comercial Cirúrgico Ltda.	R$ 3.800,00

9.7. fixar o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data da notificação, para que os responsáveis de que trata o subitem anterior comprovem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", e 269 do RI/TCU), o recolhimento das referidas quantias aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas, quando pagas após seu vencimento, monetariamente desde a data de prolação deste acórdão até a do efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor;
9.8. autorizar a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992;
9.9. autorizar, desde já, caso requerido, o parcelamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, alertando aos responsáveis que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 217 do Regimento Interno/TCU;

9.10. comunicar à empresa Micfarma Comércio de Medicamentos e Produtos Hospitalares Ltda. (CNPJ 07.070.062/0001-19) sobre o reconhecimento de crédito perante o Fundo Nacional de Saúde - FNS em seu favor (R$ 1.728,58, referenciados a data de 28/9/2016), informando que a devolução do referido crédito pode ser requerida ao Fundo Nacional de Saúde por meio de petição administrativa, na forma dos arts. 8º e 11, inciso VIII, da Instrução Normativa STN 2/2009 e 2º, parágrafo único, da Portaria Conjunta Segecex/Segedam 1/2014;

9.11. encaminhar cópia integral do presente processo, bem como do TC 016.723/2015-5, ao Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro;

9.12. encaminhar cópia deste acórdão à Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados, à Prefeitura Municipal de Mangaratiba - RJ e à Procuradoria da República no Rio de Janeiro, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992.

10. Ata n° 36/2017 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 3/10/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9296-36/17-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: André Luís de Carvalho.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 9297/2017 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 009.169/2012-1.

1.1. Apensos: 025.409/2015-8; 016.955/2015-3

2. Grupo II - Classe de Assunto: I Embargos de Declaração (Tomada de Contas Especial)

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Responsável: Felipe Feitosa Barreto (970.679.975-34)

3.2. Recorrente: Felipe Feitosa Barreto (970.679.975-34).

4. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Neópolis - SE.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Controle Externo no Estado de Sergipe (SECEX-SE).

8. Representação legal:

8.1. Luiz Marcelo da Fonseca Filho (4010/OAB-SE) e outros, representando Felipe Feitosa Barreto.

8.2. Camillo Barbosa de Castro Monte, representando Marcelo Guedes Souza.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de embargos de declaração opostos em face do Acórdão 1458/2017 - 1ª Câmara,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer dos presentes embargos de declaração, uma vez que foram preenchidos os requisitos específicos de admissibilidade previstos pelos art. 34, caput, § 1º, da Lei nº 8.443/1992, para, no mérito, rejeitá-los; e

9.2. dar ciência desta deliberação ao embargante.

10. Ata n° 36/2017 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 3/10/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9297-36/17-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: André Luís de Carvalho.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 9298/2017 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 014.807/2010-6.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessados: Irahy Braun Fossati (054.974.930-68); Ubyrajara Vaz Senna (004.777.290-53).

4. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Rio Grande.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

8. Representação legal:

8.1. Benito Canuso Barros (84380/OAB-RS) e outros, representando Ubyrajara Vaz Senna e Irahy Braun Fossati.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de atos iniciais de aposentadoria emitidos no âmbito da Fundação Universidade Federal do Rio Grande - FURG em favor de Irahy Braun Fossati e Ubyrajara Vaz Senna,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal, 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei nº 8.443/92 e 262, § 2º, do Regimento Interno, em:

9.1. considerar ilegais os atos de concessão de aposentadoria de Irahy Braun Fossati (054.974.930-68) e Ubyrajara Vaz Senna (004.777.290-53), negando-lhes o registro correspondente;

9.2. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos de boa-fé, nos termos do Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência desta Corte;

9.3. determinar à Fundação Universidade Federal do Rio Grande que adote as seguintes providências:

9.3.1. faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir da ciência desta deliberação, os pagamentos decorrentes dos atos impugnados, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, consoante disposto nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte;

9.3.2. dê ciência, no prazo de 15 (quinze) dias, do inteiro teor desta deliberação aos interessados, alertando-os de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos não os exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso esses não sejam providos;

9.3.3. encaminhe ao Tribunal, no prazo de 15 (quinze) dias contados da ciência da decisão, documento apto a comprovar que os interessados tiveram conhecimento do presente acórdão;

9.4. determinar à SEFIP que:

9.4.1. oriente o órgão jurisdicionado no sentido de que poderão ser editados novos atos de aposentadoria em favor dos interessados, desde que escoimados da irregularidade verificada nos presentes autos, os quais deverão ser submetidos a novo julgamento por esta Corte de Contas, nos termos do art. 262, § 2º, do RITCU;

9.4.2. monitore o cumprimento das determinações constantes do subitem 9.3 acima, representando ao Tribunal em caso de não atendimento.

10. Ata n° 36/2017 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 3/10/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9298-36/17-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: André Luís de Carvalho.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 9299/2017 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 019.717/2012-1.

1.1. Apenso: 014.789/2014-0

2. Grupo I - Classe de Assunto: I Recurso de Reconsideração (Tomada de Contas Especial)

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessados: Fundo Nacional de Saúde - MS (00.530.493/0001-71); Núcleo Estadual do Ministério da Saúde No Estado do Rio Grande do Sul (00.394.544/0194-47)

3.2. Responsáveis: Adriano Roberto Duarte Venturini (471.442.970-15); Associação Beneficente de Canoas (88.314.133/0001-83)

3.3. Recorrente: Associação Beneficente de Canoas (88.314.133/0001-83).

4. Órgão/Entidade: Associação Beneficente de Canoas.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio Grande do Sul (SECEX-RS).

8. Representação legal:

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de recurso de reconsideração interposto pela Associação Beneficente de Canoas contra o Acórdão 2.157/2016 - 1ª Câmara,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fulcro nos art. 32, I, e 33, da Lei 8.443/1992, conhecer do recurso de reconsideração para, no mérito, negar-lhe provimento;

9.2. dar ciência desta deliberação ao recorrente, à Procuradoria da República no Estado do Rio Grande do Sul e à Procuradoria Regional da União da 4ª Região, em atenção à solicitação contida no TC 014.789/2014-0, apenso.

10. Ata n° 36/2017 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 3/10/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9299-36/17-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: André Luís de Carvalho.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 9300/2017 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 026.792/2009-9.

1.1. Apensos: 024.955/2012-4; 030.375/2010-0

2. Grupo II - Classe de Assunto I - Embargos de Declaração em Recurso de Reconsideração em Tomada de Contas Especial

3. Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Responsáveis: Ademilson Montes Ferreira (025.487.122-49); Bertrand de Figueiredo Cunha Lima (226.015.034-91) e Empresa Municipal de Urbanização da Borborema - Urbema (09.293.069/0001-25).

3.2. Recorrente: Empresa Municipal de Urbanização da Borborema - Urbema (09.293.069/0001-25)

4. Entidades: Caixa Econômica Federal, Ministério da Integração Nacional, Instituto Brasileiro de Turismo - EMBRATUR e Município de Campina Grande - PB.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR) e Secretaria de Controle Externo no Estado da Paraíba (SECEX-PB).

8. Representação legal: Sérgio Marques Catão (OAB/PB nº 12.071), representando Empresa Municipal de Urbanização da Borborema - Urbema.

9. Acórdão:

Vistos, relatados e discutidos estes autos que tratam de embargos de declaração interpostos pela Empresa Municipal de Urbanização da Borborema - Urbema contra o Acórdão 448/2017-1ª Câmara,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer dos presentes embargos, com fundamento no art. 34, caput e § 1º, da Lei 8.443/1992, para, no mérito, acolhê-los parcialmente a fim de integrar, sem efeitos infringentes, o Acórdão 448/2017-1ª Câmara com as considerações tratadas no voto;

9.2. dar ciência desta deliberação ao recorrente, à Caixa Econômica Federal, ao Ministério da Integração Nacional, ao Instituto Brasileiro de Turismo - EMBRATUR e ao Município de Campina Grande - PB; e

9.3. encaminhar cópia desta deliberação ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República da Paraíba, nos termos do § 3º do artigo 16 da Lei 8.443/1992.

10. Ata n° 36/2017 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 3/10/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9300-36/17-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: André Luís de Carvalho.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 9301/2017 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 029.027/2015-2

2. Grupo: I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial

3. Responsáveis/Interessados:

3.1. Responsáveis: Cássio Murilo Trovo Hidalgo (453.839.959-00), Rosângela Guandalin (522.994.499-49) e GTC - Distribuidora de Medicamentos Ltda. (78.303.252/0001-87)

3.2 Interessado: Ministério da Saúde

4. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Iporã/PR

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Goiás (Secex-GO)

8. Advogados constituídos nos autos: Gisela Alves dos Santos Trovo (OAB/PR 25.201) e Marcos Paulo Geromini (OAB/PR 40.393)

9. Acórdão:

Vistos, relatados e discutidos estes autos de processo de tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Saúde (FNS) em razão da impugnação das despesas executadas no âmbito do Convênio 68/2009,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "b" e "c", da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, e com os arts. 1º, inciso I, 209, incisos I e III e § 5º, 210 e 214, inciso III, do RITCU, julgar irregulares as contas dos srs. Cássio Murilo Trovo Hidalgo (453.839.959-00) e Rosângela Guandalin (522.994.499-49), bem como da empresa GTC - Distribuidora de Medicamentos Ltda. (78.303.252/0001-87), condenando-os, solidariamente, ao pagamento da quantia abaixo discriminada, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante este Tribunal (consoante art. 214, inciso III, alínea "a", do RITCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Fundo Nacional de Saúde, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir da data indicada até a do efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor:

VALOR ORIGINAL (R$)	DATA DA OCORRÊNCIA
60.288,43	29/12/2010
39,298,07	20/04/2011

9.2. nos termos do art. 57 da Lei 8.443/1992, aplicar, individualmente, a Cássio Murilo Trovo Hidalgo (453.839.959-00), Rosângela Guandalin (522.994.499-49) e à empresa GTC - Distribuidora de Medicamentos Ltda. (78.303.252/0001-87) multa no valor de R$ 13.000,00 (treze mil reais), fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que efetuem e comprovem perante este Tribunal o seu recolhimento aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.3. autorizar, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não sejam atendidas as notificações;

9.4. autorizar, caso solicitado, o pagamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 217 do RITCU, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovar perante o Tribunal o recolhimento da primeira parcela, e de 30 (trinta) dias, a contar da parcela anterior, para comprovar o recolhimento das demais parcelas, devendo incidir sobre cada valor mensal, atualizado monetariamente, os juros de mora devidos, na forma prevista na legislação em vigor;

9.5. alertar aos responsáveis que a inadimplência de qualquer parcela acarretará o vencimento antecipado do saldo devedor;

9.6. encaminhar cópia da presente deliberação ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado do Paraná, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992 c/c o § 7º do art. 209 do RITCU, para adoção das medidas que entender cabíveis;

9.7. dar ciência à Anvisa acerca da ocorrência apurada nestes autos para que, segundo sua conveniência, apure, para fins de eventual responsabilização, a reiterada violação de seus normativos por parte da empresa GTC - Distribuidora de Medicamentos Ltda. na emissão de notas fiscais, conforme noticiado pela instrução técnica (item 75); e

9.8. dar ciência e remeter cópia do presente acórdão, aos responsáveis, à Prefeitura de Iporã/PR e ao Ministério da Saúde.

10. Ata n° 36/2017 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 3/10/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9301-36/17-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: André Luís de Carvalho.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 9302/2017 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 029.461/2013-8.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessados: Maria Glair Zacarias Carlotto (252.206.320-00); Rosana de Cassia Pereira Zucato Juliani (805.956.348-34).

4. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Mato Grosso.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de atos iniciais de concessão de aposentadoria emitidos no âmbito do Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Mato Grosso em favor das Sras. Maria Glair Zacarias Carlotto e Rosana de Cassia Pereira Zucato Juliani,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal, 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei nº 8.443/92 e 262, § 2º, do Regimento Interno, em:

9.1. considerar ilegais os atos de aposentadoria das Sras. Maria Glair Zacarias Carlotto (252.206.320-00) e Rosana de Cassia Pereira Zucato Juliani (805.956.348-34), negando-lhes o correspondente registro;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé, nos termos da Súmula TCU nº 106;

9.3. determinar ao Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Mato Grosso que adote medidas para:

9.3.1. dar ciência, no prazo de 15 (quinze) dias, do inteiro teor desta deliberação às interessadas, alertando-as de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos não as exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso esses não sejam providos;

9.3.2. fazer cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, o pagamento decorrente dos atos considerados ilegais, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;

9.3.3. encaminhar ao Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias contados da ciência da decisão, documento apto a comprovar que as interessadas tiveram conhecimento deste acórdão;

9.3.4. notificar a servidora Rosana de Cassia Pereira Zucato Juliani (805.956.348-34) para que faça a opção pelos proventos de aposentadoria do cargo de Assistente Social do Ministério da Saúde ou pelos vencimentos do cargo de Assistente Administrativo do Governo do Estado de Mato Grosso, nos termos do artigo 133 da Lei nº 8.112/1990;

9.4. determinar à Sefip que adote medidas para:

9.4.1. orientar o órgão jurisdicionado no sentido de que poderão ser editados novos atos de aposentadoria em favor das interessadas, desde que escoimados das irregularidades verificadas nos presentes autos, os quais deverão ser submetidos a novo julgamento pelo Tribunal, nos termos do § 2º do art. 262 do RITCU;

9.4.2. monitorar o cumprimento do item 9.3 da presente deliberação, representando ao Tribunal em caso de não atendimento;

9.4.3. dar ciência da presente deliberação ao Governo do Estado de Mato Grosso.

10. Ata n° 36/2017 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 3/10/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9302-36/17-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: André Luís de Carvalho.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 9303/2017 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 032.492/2014-6.

1.1. Apenso: 011.601/2009-2

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Recurso de Reconsideração (Tomada de Contas Especial)

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessado: Fundação Nacional de Saúde (26.989.350/0001-16)

3.2. Responsáveis: América Construções e Serviços Ltda. (05.492.161/0001-63); Elias da Mota Lopes (034.232.317-26); Josimar Gonçalves Costa (356.934.954-34); Marcos Tadeu Silva (113.826.864-04)

3.3. Recorrente: Josimar Gonçalves Costa (356.934.954-34).

4. Entidade: Prefeitura Municipal de Olivedos - PB.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Controle Externo no Estado da Paraíba (SECEX-PB).

8. Representação legal:

8.1. Newton Nobel Sobreira Vita (OAB/PB 10.204), Paulo Ítalo de Oliveira Vilar (OAB/PB 14.233), Antônio Eudes Nunes da Costa Filho (OAB/PB 16.683) e José Leonardo de Souza Lima Júnior (OAB/PB 16.682), representando Josimar Gonçalves Costa.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de recurso de reconsideração interposto pelo sr. Josimar Gonçalves Costa, ex-prefeito, em desfavor do Acórdão 4.637/2015 - Primeira Câmara,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer do recurso de reconsideração interposto pelo sr. Josimar Gonçalves Costa para, no mérito, negar-lhe provimento;

9.2. dar ciência desta deliberação ao recorrente e à Fundação Nacional de Saúde.

10. Ata n° 36/2017 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 3/10/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9303-36/17-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: André Luís de Carvalho.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ACÓRDÃO Nº 9304/2017 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 008.574/2006-7.
2. Grupo II - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.
3. Interessados: Carlos Alberto Pereira da Silva (025.371.093-68), Diógenes Carvalho Aquino (035.467.643-15), Maria da Inocência Rocha de Andrade (134.241.813-15).
4. Entidade: Fundação Universidade Federal do Maranhão.
5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de atos de concessão de aposentadoria emitidos pela Fundação Universidade Federal do Maranhão em favor dos ex-servidores Carlos Alberto Pereira da Silva, Diógenes Carvalho Aquino e Maria da Inocência Rocha de Andrade;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, § 1º, do RI/TCU e ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. considerar ilegais os atos de concessão de aposentadoria emitidos em favor dos ex-servidores Carlos Alberto Pereira da Silva (025.371.093-68), Diógenes Carvalho Aquino (035.467.643-15) e Maria da Inocência Rocha de Andrade (134.241.813-15), recusando os respectivos registros;
9.2. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência pela Fundação Universidade Federal do Maranhão, do presente acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;
9.3. determinar à Fundação Universidade Federal do Maranhão, com base no art. 45 da Lei 8.443/1992, que:
9.3.1. faça cessar os pagamentos decorrentes dos atos impugnados, em especial os decorrentes da parcela judicial referente à incorporação de quintos de FC (Portaria MEC 474/1987) que contempla a incidência do Adicional de Gestão Educacional (AGE), em razão do que restou decidido no Recurso Extraordinário 638.115, por meio do qual o STF entendeu que ofende o princípio da legalidade a decisão que concede a incorporação de quintos pelo exercício de função comissionada no período entre 8/4/1998 até 4/9/2001, tal qual reconheceu a decisão proferida no MS 2002.37.00.002646-7 (6ª Vara Federal do Maranhão) que, até então, amparava o pagamento da referida rubrica;
9.3.2. comunique ao TCU, no prazo de 15 (quinze) dias, as providências adotadas, nos termos dos art. 262, caput, do Regimento Interno do TCU, 8º, caput, da Resolução-TCU 206/2007 e 15, caput, da IN-TCU 55/2007;
9.3.3. emita novos atos, livres das irregularidades apontadas, submetendo-os ao TCU pelo Sistema de Apreciação e Registro de Atos de Admissão e Concessões (Sisac) no prazo de 30 (trinta) dias, nos termos dos arts. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU e 15, § 1º, da Instrução Normativa - TCU 55/2007;
9.3.4. comunique aos interessados o teor desta decisão, alertando-os de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos não os eximem da devolução dos valores percebidos indevidamente após as respectivas notificações, caso os recursos não sejam providos;
9.3.5. no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência desta decisão, envie a este Tribunal documentos comprobatórios de que os interessados estão cientes do julgamento deste Tribunal.
9.4. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal que monitore o cumprimento das determinações especificadas no item 9.3 e nos subitens da presente deliberação.

10. Ata n° 36/2017 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 3/10/2017 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9304-36/17-1.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler e Vital do Rêgo (Relator).
13.2. Ministro-Substituto convocado: André Luís de Carvalho.
13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 9305/2017 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 032.069/2014-6.
2. Grupo II; Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.
3. Responsável: Antônio Palmery Melo Neto (679.612.824-91).
4. Entidade: Município de Cajueiro/AL.
5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de São Paulo (Secex-SP).
8. Representação legal: Anderson Ricardo Barros Silva (OAB/AL 12.803) e Giorlanny da Silva Beserra (OAB/AL 8.963).

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial de responsabilidade do Sr. Antônio Palmery Melo Neto, ex-prefeito do município de Cajueiro/AL, referente à execução do Convênio Siconv 709683/2009, firmado para realização do evento "Festa do Vaqueiro 2009";
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:
9.1. julgar regulares com ressalva as contas do Sr. Antônio Palmery Melo Neto, ex-prefeito, com fundamento nos arts. 16, inciso II, e 18 da Lei 8.443/1992, dando-lhe quitação;
9.2. dar ciência desta deliberação ao gestor.

10. Ata n° 36/2017 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 3/10/2017 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9305-36/17-1.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler e Vital do Rêgo (Relator).
13.2. Ministro-Substituto convocado: André Luís de Carvalho.
13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 9306/2017 - TCU - 1ª Câmara

1.Processo TC- 009.561/2017-0
2.Grupo: II - Classe: V - Assunto: Aposentadoria.
3. Interessados: Geraldo Lima de Almeida, CPF 046.284.971-68; Janete Calil da Silva Mesquita, CPF 076.320.881-72; José Antônio de Castello Branco de Macedo Soares, CPF 038.672.001.06; João Arraes de Aguiar, 033.044.181-72; Maria Augusta Barroso Barker, CPF 128.660.831-72; Mariluci Tereza Zardo, CPF 038.218.461-00; Mário Ernani Saade, CPF 057.336.931-34; Marli de Andrade Costa, CPF 054.897.841-72; Neusa Bastos Reis, CPF 042.757.561-34, e Paulo Américo Veiga Wolowski, CPF 295.577.397-20.
4. Unidade: Ministério das Relações Exteriores (Vinculador).
5.Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
6.Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
7.Unidade técnica: Sefip.
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadoria,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, ambos da Lei 8.443/92, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno, em:
9.1. considerar legais os atos constantes das peças 1/7 e 9/10, relativos às aposentadorias de Geraldo Lima de Almeida, Janete Calil da Silva Mesquita, José Antônio de Castello Branco de Macedo Soares, João Arraes de Aguiar, Maria Augusta Barroso Barker, Mariluci Tereza Zardo, CPF 038.218.461-00, Mário Ernani Saade, Neusa Bastos Reis e Paulo Américo Veiga Wolowski, autorizando-lhes o registro, nos termos do § 1º do art. 260 do Regimento Interno desta Corte de Contas;
9.2. considerar prejudicada, por inépcia, a análise de mérito do ato espelhado à peça 8, alusivo à aposentadoria de Marli de Andrade Costa, nos termos preconizados no § 6º do art. 3º da Resolução/TCU 206/2007 e do § 6º do art. 260 do Regimento Interno desta Corte de Contas;
9.3.determinar ao órgão de origem que:
9.3.1. emita novo ato concessório em favor de Marli de Andrade Costa, informando adequadamente o fundamento legal que dá arrimo às aposentadoria, disponibilizando-o no sistema Sisac para oportuna deliberação desta Corte de Contas;
9.3.2. observe os termos da IN 55/2007;
9.4. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal que encaminhe aos interessados cópia da presente deliberação; e
9.5. determinar o arquivamento dos autos.

10. Ata n° 36/2017 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 3/10/2017 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9306-36/17-1.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler e Vital do Rêgo.
13.2. Ministro-Substituto convocado: André Luís de Carvalho.
13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 9307/2017 - TCU - 1ª Câmara

1.Processo TC- 013.702/2017-3
2.Grupo: II - Classe: V - Assunto: Aposentadoria.
3. Interessados: Afonso Maria de Ligorio de Vasconcelos Ferreira Duarte, CPF 023.880.222-15; Agostinho Xavier de Sousa, CPF 033.961.501-04; Alcides Gastão Rostand Prates, CPF 062.445.800-87; Alirio de Oliveira Ramos, CPF 091.623.137-20; Ana Emilia de Mattos Vieira Guerra, CPF 028.102.397-20; Brigida Drumond Mendes Barros, CPF 261.969.647-04; Elgeni Lopes Strzeleski, CPF 054.692.601-00; Elio Alves da Mota, CPF 182.377.201-30; Florisa Oliveira da Silva, CPF 120.728.771-72, e Ivanilde Pereira dos Santos, CPF 089.040.491-72.
4. Unidade: Ministério das Relações Exteriores (Vinculador).
5.Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
6.Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7.Unidade técnica: Sefip.
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, ambos da Lei 8.443/92, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno, em:
9.1. considerar legais os atos constantes das peças 1/6 e 8/10, relativos às aposentadorias de Afonso Maria de Ligorio de Vasconcelos Ferreira Duarte, Agostinho Xavier de Sousa, Alcides Gastão Rostand Prates, Alirio de Oliveira Ramos, Ana Emilia de Mattos Vieira Guerra, Brigida Drumond Mendes Barros, Elio Alves da Mota, Florisa Oliveira da Silva e Ivanilde Pereira dos Santos, autorizando-lhes o registro, nos termos do § 1º do art. 260 do Regimento Interno desta Corte de Contas;
9.2. considerar prejudicada, por inépcia, a análise de mérito do ato espelhado à peça 7, alusivo à aposentadoria de Elgeni Lopes Strzeleski, nos termos preconizados no § 6º do art. 3º da Resolução/TCU 206/2007 e do § 6º do art. 260 do Regimento Interno desta Corte de Contas;
9.3. determinar ao órgão de origem que:
9.3.1. emita novo ato concessório em favor de Elgeni Lopes Strzeleski, informando adequadamente a fundamento legal que dá arrimo ao benefício, disponibilizando-o no sistema Sisac para oportuna deliberação desta Corte de Contas;
9.3.2. observe os termos da IN 55/2007;
9.4. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal que encaminhe aos interessados cópia da presente deliberação; e
9.5. determinar o arquivamento dos autos.

10. Ata n° 36/2017 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 3/10/2017 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9307-36/17-1.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler e Vital do Rêgo.
13.2. Ministro-Substituto convocado: André Luís de Carvalho.
13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 9308/2017 - TCU - 1ª Câmara

1.Processo TC- 013.705-2017-2
2.Grupo: II - Classe: V - Assunto: Aposentadoria.
3. Interessados: Mirian Tomaz de Oliveira, CPF 033.049.221-72; Neith Maria de Almeida Prado Costa, CPF 185.212.078-91; Nilton Pinheiro dos Santos, CPF 095.251.573-34; Pedro Motta Pinto Coelho, CPF 146.532.651-00; Rosa Maria Martins Frota Palmar, CPF 080.620.303-00; Rosali Alves Barroso, CPF 066.864.601-25; Silvio Trezena Christino, CPF 179.282.737-72; Terezinha Bassani Campos, CPF 956.354.598-20, e Vera Maria de La Roque Gonçalves de Oliveira, CPF 212.205.577-49.
4. Unidade: Ministério das Relações Exteriores (Vinculador).
5.Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
6.Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
7.Unidade técnica: Sefip.
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, ambos da Lei 8.443/92, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno, em:
9.1. considerar legais os atos constantes das peças 1/5 e 7/8, relativos às aposentadorias de Mirian Tomaz de Oliveira, Neith Maria de Almeida Prado Costa, Nilton Pinheiro dos Santos, Pedro Motta Pinto Coelho, Rosa Maria Martins Frota Palmar, Silvio Trezena Christino e Terezinha Bassani Campos, autorizando-lhes o registro, nos termos do § 1º do art. 260 do Regimento Interno desta Corte de Contas;

9.2. considerar prejudicada, por inépcia, a análise de mérito dos atos espelhados às peças 6 e 9, alusivos às aposentadorias de Rosali Alves Barroso e de Vera Maria de La Roque Gonçalves de Oliveira, nos termos preconizados no § 6º do art. 3º da Resolução/TCU 206/2007 e do § 6º do art. 260 do Regimento Interno desta Corte de Contas;

9.3.determinar ao órgão de origem que:

9.3.1.emita novos atos concessórios em favor das inativas Rosali Alves Barroso e Vera Maria de La Roque Gonçalves de Oliveira, informando adequadamente o fundamento legal que dá lastro aos benefícios, disponibilizando-os no sistema Sisac para oportuna deliberação desta Corte de Contas;

9.3.2. observe os termos da IN 55/2007;

9.4. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal que encaminhe aos interessados cópia da presente deliberação; e

9.5. determinar o arquivamento dos autos.

10. Ata n° 36/2017 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 3/10/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9308-36/17-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: André Luís de Carvalho.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 9309/2017 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 013.219/2017-0.

2. Grupo II - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (00.378.257/0001-81).

3.2. Responsável: Dilmar Santos Ávila (066.137.561-72).

4. Entidade: Município de Maraã/AM.

5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo em Alagoas (Secex-AL).

8. Representação legal:

8.1. Eurismar Matos da Silva (OAB/AM 9.221) e outros, representando Dilmar Santos Ávila (peça 12).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) contra o Sr. Dilmar Santos Ávila, ex-prefeito do município de Maraã/AM, em razão da omissão no dever de prestação de contas dos recursos repassados para execução do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), exercício 2010;

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo relator, em:

9.1. considerar revel, para todos os efeitos, o Sr. Dilmar Santos Ávila, dando-se prosseguimento ao processo, com fundamento no art.12, § 3º, da Lei 8.443/1992;

9.2. julgar irregulares as contas do Sr. Dilmar Santos Ávila, com base no art. 16, III, "a", da Lei 8.443/1992, e condená-lo ao pagamento das quantias a seguir especificadas, atualizadas monetariamente e acrescidas de juros de mora, calculados a partir das datas especificadas até a data do efetivo recolhimento, fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, III, "a", do RI/TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, na forma da legislação em vigor:

Valor Original (R$)	Data
6.710,00	30/12/2009
3.538,00	24/9/2010
36.476,10	24/9/2010
8.539,80	24/9/2010
3.023,40	24/9/2010
1.079,60	1/10/2010
7.320,70	4/10/2010
5.182,60	4/10/2010
98.776,40	4/10/2010
232,00	4/11/2010
1.421,80	4/11/2010
116,00	4/11/2010
2.843,60	10/11/2010

9.3. aplicar ao Sr. Dilmar Santos Ávila a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais), fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, III, "a", do RI/TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas;

9.5. remeter cópia desta deliberação à Procuradoria da República no Estado do Amazonas.

10. Ata n° 36/2017 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 3/10/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9309-36/17-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: André Luís de Carvalho.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira (Relator).

ACÓRDÃO Nº 9310/2017 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 022.496/2017-3.

2. Grupo I - Classe V - Assunto: Pensão Civil

3. Interessada: Neusa Dias Lobato (567.244.545-49).

4. Órgão: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado da Bahia (SFA/BA).

5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de concessão de pensão civil emitida pela Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado da Bahia.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. considerar ilegal o ato de concessão de pensão civil de Neusa Dias Lobato (peça 1) e recusar-lhe o registro, nos termos do § 1º do art. 260 do Regimento Interno desta Corte de Contas;

9.1.1. dispensar o ressarcimento das importâncias recebidas indevidamente de boa-fé, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

9.2. determinar à Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado da Bahia que:

9.2.1. no prazo de 15 (quinze) dias, faça cessar os pagamentos decorrentes do ato ora impugnado, relativamente à senhora Neusa Dias Lobato, nos termos dos arts. 39 da Lei 8.443/1992 e 262 do Regimento Interno deste Tribunal, sob pena de responsabilidade solidária do responsável pela omissão;

9.2.2. no prazo de 30 (trinta) dias, contados desde a ciência desta deliberação, promova a revisão dos proventos da pensão civil instituída por Gregorio Lobato Carvalho em favor de Neusa Dias Lobato, emita e submeta o novo ato, livre da irregularidade apontada, ao TCU pelo Sistema de Apreciação e Registro de Atos de Admissão e Concessões (Sisac), nos termos dos arts. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU e 15, § 1º, da Instrução Normativa TCU 55/2007;

9.2.3. dê ciência do inteiro teor desta deliberação à senhora Neusa Dias Lobato, informando-lhe que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição de recurso não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação, em caso de não provimento.

10. Ata n° 36/2017 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 3/10/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9310-36/17-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: André Luís de Carvalho.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira (Relator).

ACÓRDÃO Nº 9311/2017 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 022.500/2017-0.

2. Grupo I - Classe V - Assunto: Pensão Civil

3. Interessada: Maria José da Silva Moura (446.598.733-15).

4. Órgão: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Piauí (SAF/PI).

5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de concessão de pensão civil emitida pela Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Piauí.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. considerar ilegal o ato de concessão de pensão civil de Maria José da Silva Moura (peça 1) e recusar-lhe o registro, nos termos do § 1º do art. 260 do Regimento Interno desta Corte de Contas;

9.1.1. dispensar o ressarcimento das importâncias recebidas indevidamente de boa-fé, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

9.2. determinar à Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Piauí que:

9.2.1. no prazo de 15 (quinze) dias, faça cessar os pagamentos decorrentes do ato ora impugnado, relativamente à senhora Maria José da Silva Moura, nos termos dos arts. 39 da Lei 8.443/1992 e 262 do Regimento Interno deste Tribunal, sob pena de responsabilidade solidária do responsável pela omissão;

9.2.2. no prazo de 30 (trinta) dias, contados desde a ciência desta deliberação, promova a revisão dos proventos da pensão civil instituída por Olimpio Eduardo de Moura em favor de Maria José da Silva Moura, e submeta o novo ato, livre das irregularidades apontadas, ao TCU pelo Sistema de Apreciação e Registro de Atos de Admissão e Concessões (Sisac), nos termos do art. 262, § 2º, do RI/TCU;

9.2.3. dê ciência do inteiro teor desta deliberação à senhora Maria José da Silva Moura, informando-lhe que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição de recurso não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação, em caso de não provimento.

10. Ata n° 36/2017 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 3/10/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9311-36/17-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: André Luís de Carvalho.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira (Relator).

ACÓRDÃO Nº 9312/2017 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 025.105/2014-0.

2. Grupo I - Classe: II - Tomada de Contas Especial.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Ministério do Desenvolvimento Agrário (extinta).

3.2. Responsáveis: Cooperativa de Serviços Técnicos para o Desenvolvimento Rural (02.610.554/0001-36); Valons de Jesus Mota (420.784.233-00).

4. Entidade: Cooperativa de Serviços Técnicos para o Desenvolvimento Rural (Coostec).

5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo em Goiás (Secex-GO).

8. Representação legal :

8.1. Fábio Santos Martins (OAB/GO 21.828) e outros, representando Cooperativa de Serviços Técnicos para o Desenvolvimento Rural. (peça 43)

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Superintendência Regional do Incra em Goiás em desfavor do Sr. Valons de Jesus Mota, presidente da Cooperativa de Serviços Técnicos para o Desenvolvimento Rural (Coostec), em razão da não devolução do saldo do convênio 11/2004, cujo objeto foi a execução de serviços relativos à Assessoria Técnica, Social e Ambiental (Ates).

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1.rejeitar as alegações de defesa apresentadas pelo Sr. Valons de Jesus Mota e pela Cooperativa de Serviços Técnicos para o Desenvolvimento Rural;

9.2.indeferir o requerimento de medida cautelar formulado pela Cooperativa de Serviços Técnicos para o Desenvolvimento Rural (Coostec), tendo em vista a inexistência dos pressupostos necessários para adoção da referida medida;

9.3.devolver os autos à Secex-GO para acompanhamento do pagamento parcelado do débito, autorizado pelo acórdão 8080/2014-TCU-1ª Câmara;

9.4.dar ciência ao Sr. Valons de Jesus Mota e aos representantes legais da Cooperativa de Serviços Técnicos para o Desenvolvimento Rural de que a liquidação tempestiva do débito atualizado monetariamente saneará o processo e permitirá que as contas sejam julgadas regulares com ressalva, dando-lhes quitação, nos termos do § 4º do art. 202 do RI/TCU, ao passo que a ausência dessa liquidação tempestiva levará ao julgamento pela irregularidade das contas, com imputação de débito a ser atualizado monetariamente e acrescido de juros moratórios nos termos do art. 19 da Lei 8.443/1992, bem como à aplicação da multa prevista no art. 57 da mesma Lei 8.443/1992.

10. Ata n° 36/2017 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 3/10/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9312-36/17-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: André Luís de Carvalho.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira (Relator).

ACÓRDÃO Nº 9313/2017 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 032.611/2015-3.

2. Grupo I - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Ministério do Turismo (MTur).

3.2. Responsáveis: Associação Sergipana de Blocos de Trio (32.884.108/0001-80); Lourival Mendes de Oliveira Neto (310.702.215-20).

4. Entidade: Associação Sergipana de Blocos de Trio.

5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo em Sergipe (Secex-SE).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Ministério do Turismo (MTur) contra o Sr. Lourival Mendes de Oliveira Neto, presidente da Associação Sergipana de Blocos de Trio (ASBT), em razão da não aprovação da prestação de contas, devido a irregularidades na execução financeira do convênio 34/2009 (Siconv 702988), cujo objeto era a realização do evento "Rasgadinho", em Aracaju/SE, de 20 a 23/2/2009;

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo relator, em:

9.1. rejeitar as alegações de defesa do Sr. Lourival Mendes de Oliveira Neto e da Associação Sergipana de Blocos de Trio (ASBT);

9.2. com fundamento nos art. 1º, I, e 16, III, "c", da Lei 8.443/1992, c/c art. 19 e 23, III da mesma lei, e com os arts. 1º, I, e 209, III e § 5º, I, 210 e 214, III, do RI/TCU, julgar irregulares as contas do Sr. Lourival Mendes de Oliveira Neto e da Associação Sergipana de Blocos de Trio (ASBT) e condená-los, em solidariedade, ao pagamento da quantia a seguir especificada, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante este Tribunal (art. 214, III, "a", do RI/TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir da data discriminada até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

Valor Original (R$)	Data de Ocorrência
50.000,00	16/3/2009

9.3. aplicar ao Sr. Lourival Mendes de Oliveira Neto e à Associação Sergipana de Blocos de Trio, individualmente, a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 267 do RI/TCU, no valor de R$ 20.000,00 (vinte mil reais), fixando o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal (art. 214, III, "a", do RI/TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas;

9.5. remeter cópia desta deliberação à Procuradoria da República no Estado de Sergipe.

10. Ata n° 36/2017 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 3/10/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9313-36/17-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: André Luís de Carvalho.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira (Relator).

ACÓRDÃO Nº 9314/2017 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 002.173/2015-8.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Recurso de Reconsideração (Tomada de Contas Especial).

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Responsáveis: Carlos Eduardo Pitta (115.659.308-51); Genius Instituto de Tecnologia (03.521.618/0001-95); Moris Arditti (034.407.378-53)

3.2. Recorrente: Moris Arditti (034.407.378-53).

4. Órgão/Entidade: Entidades e Órgãos do Governo do Estado de São Paulo.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Bruno Dantas.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Controle Externo no Estado de São Paulo (SECEX-SP).

8. Representação legal:

8.1. Amauri Feres Saad (261.859/OAB-SP), Leonardo Lima Cordeiro (221.676/OAB-SP) e outros, representando Moris Arditti e Genius Instituto de Tecnologia.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos os autos de recurso de reconsideração interposto por Moris Arditti contra o Acórdão 7.216/2016 - TCU - 1ª Câmara;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos artigos 32, inciso I, e 33, da Lei 8.443/1992, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer do recurso de reconsideração e, no mérito, negar-lhe provimento; e

9.2. dar ciência desta deliberação ao recorrente, à Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado de São Paulo.

10. Ata n° 36/2017 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 3/10/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9314-36/17-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: André Luís de Carvalho.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 9315/2017 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 004.151/2014-3.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I Recurso de reconsideração (em Tomada de Contas Especial)

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessado: Diretoria-executiva do Fundo Nacional de Saúde (00.530.493/0002-52)

3.2. Responsáveis: Leonardo Gonçalves Quintanilha (042.466.857-20); Raimundo Nonato Alves Bezerra (388.397.412-91); Ronaldo Antonio Barbosa Sanches (180.831.612-68)

3.3. Recorrente: Raimundo Nonato Alves Bezerra (388.397.412-91).

4. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Santana - AP.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

5.1. Relator da deliberacao recorrida: Ministro Bruno Dantas.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Controle Externo no Estado do Pará (SECEX-PA).

8. Representação legal :

8.1. Reginaldo Barros de Andrade (527-B/OAB-AP) e outros, representando Ronaldo Antonio Barbosa Sanches.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de recurso de reconsideração interposto por Raimundo Nonato Alves Bezerra contra o Acórdão 4937/2016-1ªCâmara, que julgou irregulares as contas do recorrente, condenando-o em débito e aplicando-lhe a multa individual, prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, com fundamento nos arts. 32, inciso I, e 33, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 285 do Regimento Interno do TCU, em:

9.1. conhecer do Recurso de Reconsideração interposto por Raimundo Nonato Alves Bezerra e, no mérito, negar-lhe provimento;

9.2. dar ciência desta deliberação ao recorrente, ao Fundo Nacional de Saúde e aos demais interessados.

10. Ata n° 36/2017 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 3/10/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9315-36/17-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: André Luís de Carvalho.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 9316/2017 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 004.415/2016-7.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V Aposentadoria (alteração).

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Manoel Roseira da Silva (066.696.201-44).

4. Entidade: Imprensa Nacional.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se examina ato de concessão de aposentadoria (alteração) a ex-servidor da Imprensa Nacional:

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria (alteração) a Manoel Roseira da Silva e negar o seu registro em razão da contagem ponderada de tempo insalubre após o advento da Lei 8.112/1990;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé, consoante o disposto no Enunciado de Súmula nº 106 do TCU;

9.3. determinar à Imprensa Nacional que:

9.3.1. no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da ciência deste Acórdão, providencie a suspensão dos pagamentos decorrentes do ato de aposentadoria (alteração) considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

9.3.2. comunique ao beneficiário do ato de aposentadoria (alteração) considerado ilegal acerca da presente deliberação, alertando-o de que o efeito suspensivo decorrente de eventual interposição de recurso não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação, em caso de não provimento;

9.3.3. encaminhe ao Tribunal, por cópia, comprovante da data em que o beneficiário do ato de aposentadoria (alteração) considerado ilegal tomou conhecimento desta decisão.

10. Ata n° 36/2017 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 3/10/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9316-36/17-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: André Luís de Carvalho.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 9317/2017 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 004.484/2014-2.

2. Grupo I - Classe de Assunto: VI Representação

3. Representante/Interessados/Responsáveis:

3.1. Representante: Procurador-geral Paulo Bugarin

3.2. Responsáveis: Marúcia Valença Barbosa de Miranda (879.975.504-10); Márcio da Mata Souza (842.095.501-91); Roberto José Bittencourt (430.937.877-34).

4. Órgão/Entidade: Entidades/órgãos do Governo do Distrito Federal.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Saúde (SecexSaude).

8. Representação legal: Antonia Alice de Campos (OAB/DF 9640), representando Roberto Jose Bittencourt.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos esta representação a respeito de possíveis irregularidades ocorridas no âmbito da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal (SESDF), já conhecida por meio do Acórdão 7.009/2014 - 1ª Câmara (Relação 36/2014);

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos artigos 235 e 237, do Regimento Interno/TCU, e ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar a presente representação procedente;

9.2. acolher as razões de justificativa apresentadas por Marúcia Valença Barbosa de Miranda; Márcio da Mata Souza e Roberto José Bittencourt;

9.3. determinar à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal (SESDF), nos termos do artigo 250, inciso II, do Regimento Interno/TCU, que, no prazo de noventa dias, com fundamento no artigo 27, inciso I, da Lei Complementar 141/2012, recomponha, com recursos próprios do Tesouro do Governo do Distrito Federal, o Fundo de Saúde do Distrito Federal no montante atualizado dos valores aplicados em objeto diverso do pactuado, segundo os dados apresentados no quadro abaixo:

VALOR ORIGINAL (R$)	DATA DA OCORRÊNCIA
2.684.877,00	14/1/2013
7.098,00	14/1/2013
14.472.335,00	23/1/2013
3.105.478,60	3/9/2013
1.000.000,00	29/8/2014
9.383.051,00	15/9/2014

9.4. determinar à SecexSaude que monitore o cumprimento da determinação;

9.5. encaminhar cópia do presente acórdão aos responsáveis, à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, ao Ministério Público de Contas do DF e ao Presidente do Tribunal de Contas do Distrito Federal.

10. Ata n° 36/2017 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 3/10/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9317-36/17-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: André Luís de Carvalho.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 9318/2017 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 006.928/2014-5.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Ministério do Turismo (vinculador).

3.2. Responsáveis: Instituto Centro Brasileiro de Cultura - Casa Brasil (ICBC) (05.619.125/0001-18); Wagner Baptista da Costa Júnior (219.724.511-20); e Wolney Alfredo Arruda Unes (437.970.401-72).

4. Órgão/Entidade: Ministério do Turismo (vinculador).

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Goiás (SECEX-GO).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Ministério do Turismo, em razão da impugnação parcial de despesas do Termo de Parceria 1/2006, celebrado entre o Embratur e o Instituto Centro Brasileiro de Cultura - Casa Brasil (ICBC), para "apoio ao projeto Mostra Brasil Central e a promoção integrada do Brasil Central, objetivando fortalecer a marca Brasil Central, assim como unir esforços para a inserção deste produto no mercado Europeu".

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. julgar irregulares as contas de Instituto Centro Brasileiro de Cultura - Casa Brasil (ICBC) e de seu presidente à época, Wolney Alfredo Arruda Unes, com fundamento no art. 16, inciso III, alíneas "b" e "c", e §2º, c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da Lei 8.443/1992, e condená-los ao pagamento da quantia de R$ 92.453,00 (noventa e dois mil, quatrocentos e cinquenta e três reais), atualizada monetariamente e acrescida de juros de mora, calculados a partir de 2/1/2007, até o efetivo recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor, fixando-se o prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para comprovar, perante o Tribunal, o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, nos termos do art. 214, III, "a", do Regimento Interno do TCU;

9.2. julgar regulares com ressalva as contas de Wagner Baptista da Costa Júnior, dando-lhe quitação, com fundamento nos arts. 16, inciso II, e 18, da Lei 8.443/1992;

9.3. aplicar, individualmente, ao Instituto Centro Brasileiro de Cultura - Casa Brasil (ICBC) e a Wolney Alfredo Arruda Unes, a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/92, no valor de R$ R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar o recolhimento da multa aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente a partir da data desta deliberação até a do efetivo recolhimento, se paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, nos termos do art. 28, II, da Lei 8.443/92, caso não atendida a notificação; e

9.5. dar ciência desta deliberação aos responsáveis, ao Ministério do Turismo, ao Embratur e ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado de Goiás, nos termos do art. 16, § 3º da Lei 8.443/1992, para adoção das medidas que entender cabíveis.

10. Ata n° 36/2017 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 3/10/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9318-36/17-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: André Luís de Carvalho.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 9319/2017 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 008.155/2015-1.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Recurso de reconsideração (em Tomada de Contas Especial).

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Responsáveis: Carlos Eduardo Pitta (115.659.308-51); Genius Instituto de Tecnologia (03.521.618/0001-95); Moris Arditti (034.407.378-53)

3.2. Recorrente: Moris Arditti (034.407.378-53).

4. Órgão/Entidade: Entidades e Órgãos do Governo do Estado de São Paulo.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Bruno Dantas.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Controle Externo no Estado de São Paulo (SECEX-SP).

8. Representação legal:

8.1. Amauri Feres Saad (261.859/OAB-SP), Leonardo Lima Cordeiro (221.676/OAB-SP) e outros, representando Moris Arditti.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos os autos de recurso de reconsideração interposto por Moris Arditti contra o Acórdão 3.914/2016 - TCU - 1ª Câmara;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos artigos 32, inciso I, e 33, da Lei 8.443/1992, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer do recurso de reconsideração e, no mérito, negar-lhe provimento;

9.2. dar ciência desta deliberação ao recorrente, à Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado de São Paulo.

10. Ata n° 36/2017 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 3/10/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9319-36/17-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: André Luís de Carvalho.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 9320/2017 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 010.178/2013-9.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I Pedido de reexame (Aposentadoria).

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessados: Adilma Vitoria Cerqueira da Luz (042.103.444-00); Maria da Salete Souza (208.932.134-20).

3.2. Recorrente: Maria da Salete Souza (208.932.134-20).

4. Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado de Alagoas.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

8. Representação legal: Joyce Lima de Góes Oliveira (OAB/AL 8.765), representando Maria da Salete Souza.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Pedido de Reexame interposto por Maria da Salete Souza em face do Acórdão 7.420/2013 - 1ª Câmara, por meio do qual o Tribunal considerou ilegal seu ato de aposentadoria, recusando o registro;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos artigos 48, da Lei 8.443/1992, e 286, do Regimento Interno, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer do pedido de reexame e, no mérito, negar-lhe provimento;

9.2. dar ciência desta deliberação à recorrente e à Superintendência Estadual da Funasa no Estado de Alagoas.

10. Ata n° 36/2017 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 3/10/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9320-36/17-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: André Luís de Carvalho.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 9321/2017 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 011.002/2015-8.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (00.378.257/0001-81)

3.2. Responsável: Marcos Tridon de Carvalho (714.098.666-53).

4. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Itamonte - MG.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado da Paraíba (SECEX-PB).

8. Representação legal : não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos referentes à Tomada de Contas Especial instaurada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), em razão da omissão no dever de prestar contas dos recursos relativos ao Convênio 804022/2007, celebrado com a Prefeitura de Itamonte/MG.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com base nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea a, 19, parágrafo único, e 23, inciso III, da Lei n. 8.443/1992, julgar irregulares as contas do Sr.Marcos Tridon de Carvalho;

9.2 aplicar ao responsável a multa prevista no art. 58, inciso I, da Lei n. 8.443/1992, no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente Acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.3 autorizar, caso requerido, nos termos do art. 26 da Lei n. 8.443/1992, o parcelamento da dívida em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, esclarecendo ao responsável que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, sem prejuízo das demais medidas legais;

9.4 autorizar, desde logo, a cobrança judicial da dívida, nos termos do artigo 28, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, caso não atendida a notificação;

9.5 encaminhar cópia deste Acórdão à Procuradoria da República no Estado de Minas Gerais, nos termos do art. 209, § 7º, do Regimento Interno/TCU.

10. Ata n° 36/2017 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 3/10/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9321-36/17-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: André Luís de Carvalho.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 9322/2017 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 012.107/2012-3.

2. Grupo II - Classe de Assunto II - Tomada de Contas Especial.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - Dnit/MT (03.983.939/0001-01)

3.2. Responsável: Luiz Guilherme Alves Dias (252.436.592-15).

4. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Quatipuru - PA.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Pará (SECEX-PA).

8. Representação legal : não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial instaurada pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) em desfavor do Sr. Luiz Guilherme Alves Dias, ex-Prefeito do Município de Quatipuru - PA, em razão da impugnação total de despesas relativas ao Convênio 181/2005-DAQ-DNIT, que teve por objeto a execução de obra de infraestrutura portuária - contenção de margens e atracação de embarcações, no referido município.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. julgar regulares com ressalvas as contas de Luiz Guilherme Alves Dias, dando-lhe quitação, com fundamento nos artigos 1º, inciso I; 16, inciso II; 18 e 23, inciso II, da Lei nº 8.443/1992;

9.2. dar ciência ao responsável e ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit).

10. Ata n° 36/2017 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 3/10/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9322-36/17-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: André Luís de Carvalho.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 9323/2017 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 016.502/2017-5.

2. Grupo II - Classe de Assunto: V Aposentadorias.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessados: Cleilton Gomes Cirino (084.653.554-87); Humberto Alves da Silva (191.094.664-87); Maria Aldano de Franca (079.691.634-91); Maria Antonia de Araujo (237.723.014-87); Maria da Guia Nunes de Lima (304.259.644-34); Rosana Marques da Silva (268.344.050-20); Rosilda de Oliveira Pessoa (204.014.504-49); Severina Rodrigues Sarmento (205.001.654-91).

4. Entidade: Universidade Federal de Campina Grande.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se examinam atos de concessão de aposentadorias a ex-servidores da Universidade Federal de Campina Grande:

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar legais os atos de concessão de aposentadorias a Cleilton Gomes Cirino, Maria Aldano de Franca, Rosana Marques da Silva e a Rosilda de Oliveira Pessoa, concedendo seu registro;

9.2. considerar ilegais os atos de concessão de aposentadorias a Humberto Alves da Silva, Maria Antonia de Araujo, Maria da Guia Nunes de Lima e a Severina Rodrigues Sarmento e negar seu registro em razão da concessão de percentual indevido de anuênios;

9.3. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé, consoante o disposto no Enunciado de Súmula nº 106 do TCU;

9.4. determinar à Universidade Federal de Campina Grande que:

9.4.1. no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da ciência deste Acórdão, providencie a suspensão dos pagamentos decorrentes dos atos de aposentadorias considerados ilegais, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;

9.4.2. comunique aos beneficiários dos atos de aposentadorias considerados ilegais acerca da presente deliberação, alertando-os de que o efeito suspensivo decorrente de eventual interposição de recurso não os exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação, em caso de não provimento;

9.4.3. encaminhe ao Tribunal, por cópia, comprovantes das datas em que os beneficiários do atos de aposentadorias ilegais tomaram conhecimento desta decisão;

9.4.4. emita novos atos livres da irregularidade apontada, submetendo-os ao TCU pelo Sistema de Apreciação e Registro de Atos de Admissão e Concessões (Sisac), no prazo de 30 (trinta) dias, nos termos dos artigos 262, §2º, do Regimento Interno/TCU, e 15, §1º, da Instrução Normativa/TCU 55/2007.

10. Ata n° 36/2017 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 3/10/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9323-36/17-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: André Luís de Carvalho.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 9324/2017 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 022.479/2017-1.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V Pensão Civil.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessada: Maria Aparecida Caldoncelli Franco (283.630.606-82).

4. Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de Rio Pomba.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se examina ato de concessão de pensão civil instituída por ex-servidor do Centro Federal de Educação Tecnológica de Rio Pomba:

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar ilegal o ato de concessão de pensão civil instituída por Luiz Carlos de Lima Franco em favor de Maria Aparecida Caldoncelli Franco e negar o seu registro;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé, consoante o disposto no Enunciado de Súmula nº 106 do TCU;

9.3. determinar ao Centro Federal de Educação Tecnológica de Rio Pomba que:

9.3.1. no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da ciência deste Acórdão, providencie a suspensão dos pagamentos decorrentes da pensão considerada ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;

9.3.2. comunique à beneficiária do ato de pensão considerado ilegal acerca da presente deliberação, alertando-a de que o efeito suspensivo decorrente de eventual interposição de recurso não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação, em caso de não provimento;

9.3.3. encaminhe ao Tribunal, por cópia, comprovante da data em que a beneficiária da pensão considerada ilegal tomou conhecimento desta decisão;

9.3.4. emita novo ato livre da irregularidade apontada, submetendo-o ao TCU pelo Sistema de Apreciação e Registro de Atos de Admissão e Concessões (Sisac), no prazo de trinta dias, nos termos dos artigos 262, §2º, do Regimento Interno/TCU, e 15, §1º, da Instrução Normativa/TCU 55/2007.

10. Ata n° 36/2017 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 3/10/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9324-36/17-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: André Luís de Carvalho.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 9325/2017 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 022.504/2017-6.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V Pensões Civis.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessados: Ana Cláudia Batista da Silva (513.865.005-00); Antonio Carlos Sant"anna (825.982.825-15); Arlinda Correia de Melo (633.172.495-87); Denascy Philocreon de Castro Lima (001.826.565-00); Edelzuita de Sousa Leite (544.923.005-20).

4. Entidade: Universidade Federal da Bahia.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de pensões civis instituídas por ex-servidores da Universidade Federal da Bahia.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, c/c arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, ambos da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 259, inciso II, 260, § 1º, 261, caput e § 1º, e 262, caput e § 2º, do Regimento Interno do TCU, em:

9.1. considerar ilegais as pensões civis instituídas por Luiza de Souza Santanna, Marcelo Pereira da Cruz, Mario Augusto Jorge de Castro Lima, Osvaldo Teófilo dos Santos e Therezinha Correia de Melo Luna em favor, respectivamente, de Antonio Carlos Santanna, Ana Cláudia Batista da Silva, Denascy Philocreon de Castro Lima, Edelzuita de Sousa Leite e de Arlinda Correia de Melo, negando o seu registro;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé, consoante o Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal;

9.3. determinar à Universidade Federal da Bahia que:

9.3.1. no prazo de 15 (quinze) dias, faça cessar os pagamentos decorrentes dos atos ora considerados ilegais, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, até a emissão de novos atos, escoimados das impropriedades identificadas, a serem submetidos à apreciação do TCU;

9.3.2. no prazo de 15 (quinze) dias, dê ciência do inteiro teor desta deliberação, bem como do relatório e do voto que a fundamentam, aos interessados, esclarecendo-lhes que o efeito suspensivo proveniente da interposição de recurso não os exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação sobre o presente acórdão, em caso de não provimento do recurso;

9.3.3. no prazo de 30 (trinta) dias, encaminhe ao TCU comprovante sobre a data em que os interessados tomaram conhecimento do contido no item anterior e informe ao TCU as medidas adotadas;

9.4. determinar à Sefip que monitore o cumprimento das diretrizes ora endereçadas à Universidade Federal da Bahia.

10. Ata n° 36/2017 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 3/10/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9325-36/17-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: André Luís de Carvalho.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 9326/2017 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 022.508/2017-1.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V Pensão Civil (alteração).

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessada: Carolina Fehlauer (059.010.249-40).

4. Entidade: Universidade Federal do Paraná.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de pensão civil (alteração) instituída por ex-servidor da Universidade Federal do Paraná.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, c/c arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, ambos da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 259, inciso II, 260, § 1º, 261, caput e § 1º, e 262, caput e § 2º, do Regimento Interno do TCU, em:

9.1. considerar ilegal a pensão civil (alteração) instituída por Carlos Fehlauer, ex-servidor da Universidade Federal do Paraná, em benefício de Carolina Fehlauer (viúva), em razão de apresentar a parcela "VPNI ART 37 XV CF", negando o seu registro;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé, consoante o Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal;

9.3. determinar à Universidade Federal do Paraná que:

9.3.1. no prazo de 15 (quinze) dias, faça cessar os pagamentos decorrentes do ato ora considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;

9.3.2. no prazo de 15 (quinze) dias, dê ciência do inteiro teor desta deliberação à interessada, esclarecendo-lhe que o efeito suspensivo proveniente da interposição de recurso não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação sobre o presente acórdão, em caso de não provimento do recurso;

9.3.3. no prazo de 30 (trinta) dias, encaminhe ao TCU comprovante da data em que a interessada tomou conhecimento do contido no item anterior e informe ao Tribunal as medidas adotadas;

9.3.4. emita novo ato livre da irregularidade apontada, submetendo-o ao TCU pelo Sistema de Apreciação e Registro de Atos de Admissão e Concessões (Sisac), no prazo de 30 (trinta) dias, nos termos dos artigos 262, §2º, do Regimento Interno/TCU, e 15, §1º, da Instrução Normativa/TCU 55/2007.

9.4. determinar à Sefip que monitore o cumprimento das diretrizes ora endereçadas à Universidade Federal do Paraná.

10. Ata n° 36/2017 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 3/10/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9326-36/17-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: André Luís de Carvalho.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 9327/2017 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 025.680/2015-3.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - Fnde (00.378.257/0001-81)

3.2. Responsável: Nauro Sérgio Muniz Mendes (334.392.811-91).

4. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Penalva - MA.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Maranhão (SECEX-MA).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos referentes à tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) em desfavor de Nauro Sergio Muniz Mendes, ex-prefeito do Município de Penalva/MA, em razão de irregularidades na prestação de contas do Convênio 824023/2005 (Siafi 535.900), celebrado com aquele município, cujo objeto foi a construção de dezessete escolas em comunidades quilombolas;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator:

9.1. considerar revel, nos termos do art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992, Nauro Sergio Muniz Mendes;

9.2. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "b" e "c", da Lei 8.443/92 c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, e com arts. 1º, inciso I, 209, incisos II e III, 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno/TCU, julgar irregulares as contas de Nauro Sergio Muniz Mendes, condenando-o ao pagamento da quantia a seguir elencada, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir das respectivas datas, até a data do efetivo recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

Data da Ocorrência	Valor Original (R$)	D/C
22/072007	420.750,00	D

9.3. aplicar a Nauro Sergio Muniz Mendes a multa proporcional ao débito prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, no valor de R$150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU), o recolhimento da dívida ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente até a data do efetivo recolhimento, nos termos da legislação em vigor;

9.4. com fulcro no art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida à notificação;

9.5. encaminhar cópia desta deliberação à Procuradoria da República no Estado do Maranhão, nos termos do art. 209, § 7º, do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas cabíveis.

10. Ata n° 36/2017 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 3/10/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9327-36/17-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: André Luís de Carvalho.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ENCERRAMENTO

Às 15 horas e 23 minutos, a Presidência encerrou a sessão, da qual foi lavrada esta ata, a ser aprovada pelo Presidente e homologada pela Primeira Câmara.

PAULO MORUM XAVIER
Subsecretário das Câmaras

Aprovada em 4 de outubro de 2017.

WALTON ALENCAR RODRIGUES
Presidente

2ª CÂMARA

ATA Nº 36, DE 3 DE OUTUBRO DE 2017
(Sessão Ordinária da 2ª Câmara)

Presidente: Ministro José Múcio Monteiro
Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
Subsecretária das Câmaras: AUFC Elenir Teodoro Gonçalves dos Santos

Às 16 horas, o Presidente declarou aberta a sessão ordinária da Segunda Câmara, com a presença da Ministra Ana Arraes e do Ministro Vital do Rêgo e dos Ministros-Substitutos Augusto Sherman Cavalcanti (convocado para substituir o Ministro Aroldo Cedraz), Marcos Bemquerer Costa (convocado para substituir o Ministro Augusto Nardes) e André Luís de Carvalho e do Representante do Ministério Público Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

Ausentes, em missão oficial, os Ministros Augusto Nardes e Aroldo Cedraz.

HOMOLOGAÇÃO DE ATA

A Segunda Câmara homologou a Ata n.º 35 referente à Sessão Ordinária realizada em 26 de setembro de 2017.

PUBLICAÇÃO DA ATA NA INTERNET

Os anexos das atas, de acordo com a Resolução nº 184/2005, estão publicados na página do Tribunal de Contas da União na Internet.

PROCESSOS EXCLUÍDOS DE PAUTA

Foram excluídos de Pauta, nos termos do artigo 142 do Regimento Interno, os seguintes processos:

TC-007.523/2008-0, TC-023.873/2017-5, TC-023.889/2017-9, TC-023.915/2017-0, TC-023.942/2017-7, TC-023.943/2017-3, TC-023.945/2017-6, TC-023.966/2017-3, TC-023.978/2017-1, TC-024.015/2017-2, TC-024.033/2017-0, TC-024.035/2017.3, TC-024.041/2017-3, TC-024.048/2017-8, TC-024.063/2017-7, TC-024.089/2017-6, TC-024.090/2017-4, TC-024.095/2017-6, TC-024.097/2017-9, TC-024.128/2017-1, TC-024.131/2017-2, TC-024.133/2017-5, TC-024.144/2017-7, TC-024.165/2017-4, TC-024.173/2017-7, TC-024.174/2017-3, TC-024.185/2017-5, TC-024.187/2017-8, TC-024.188/2017-4, TC-024.191/2017-5, TC-024.200/2017-4, TC-024.201/2017-0, TC-024.274/2017-8, TC-024.278/2017-3, TC-024.288/2017-9, TC-024.299/2017-0, TC-024.300/2017-9, TC-024.314/2017-0, TC-024.317/2017-9, TC-025.459/2017-1, TC-025.531/2017-4, TC-026.136/2017-1, TC-026.174/2017-0, TC-026.179/2017-2, TC-026.212/2017-0, TC-026.397/2017-0, TC-026.402/2017-3, TC-026.927/2017-9, TC-027.092/2017-8, TC-027.097/2017-0, TC-027.102/2017-3, TC-027.109/2017-8, TC-027.116/2017-4, TC-027.121/2017-8, TC-027.126/2017-0, TC-027.136/2017-5, TC-027.140/2017-2, TC-027.144/2017-8, TC-027.145/2017-4, TC-027.146/2017-0, TC-027.150/2017-8, TC-027.154/2017-3, TC-027.156/2017-6, TC-027.164/2017-9, TC-027.169/2017-0, TC-027.174/2017-4, TC-027.179/2017-6, TC-027.188/2017-5 e TC-029.435/2010-2, cujo relator é o Ministro Augusto Nardes;

TC-010.826/2017-3, cuja relatora é a Ministra Ana Arraes;

TC-019.046/2015-4, cujo relator é o Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa; e

TC-015.514/2013-7, TC-020.407/2017-3, TC-020.668/2016-3 e TC-033.069/2014-0, cujo relator é o Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

REABERTURA DE DISCUSSÃO

Nos termos do § 5º do art. 112 do Regimento Interno, foi reaberta a discussão do processo nº TC-027.338/2016-9 (Ata nº 22/2017) e a Segunda Câmara aprovou, por unanimidade, o Acórdão nº 8913/2017.

PROCESSOS APRECIADOS POR RELAÇÃO

A Segunda Câmara aprovou as relações de processos a seguir transcritas e proferiu os Acórdãos de nºs 8738 a 8909.

RELAÇÃO Nº 33/2017 - 2ª Câmara
Relator - Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

ACÓRDÃO Nº 8738/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.876/2017-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Ademar Yoshiaki Huzioka (403.382.319-00); Joachim Graf (201.071.379-68)
1.2. Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado do Paraná
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8739/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.877/2017-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: José Valdenilson da Silva (099.670.954-15)
1.2. Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado de Pernambuco
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8740/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.924/2017-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Marcia Vieira do Nascimento Mangueira (675.753.407-00)
1.2. Unidade: Justiça Federal de Primeiro Grau - RJ
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8741/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, nos termos do art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, que prevê a possibilidade de considerar-se prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de concessão cujos efeitos financeiros tenham se exaurido antes de seu processamento pela Corte, seja pelo falecimento dos favorecidos, seja pelo advento do termo final das condições objetivas necessárias à manutenção do benefício, ACORDAM em considerar prejudicada a apreciação de mérito do(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.029/2017-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Júlio Luiz Feijó (163.337.488-20)
1.2. Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado de Minas Gerais
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8742/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, nos termos do art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, que prevê a possibilidade de considerar-se prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de concessão cujos efeitos financeiros tenham se exaurido antes de seu processamento pela Corte, seja pelo falecimento dos favorecidos, seja pelo advento do termo final das condições objetivas necessárias à manutenção do benefício, ACORDAM em considerar prejudicada a apreciação de mérito do(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.030/2017-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Francisco Henrique Bohm (219.969.208-63)
1.2. Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado do Rio Grande do Sul
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8743/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, nos termos do art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, que prevê a possibilidade de considerar-se prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de concessão cujos efeitos financeiros tenham se exaurido antes de seu processamento pela Corte, seja pelo falecimento dos favorecidos, seja pelo advento do termo final das condições objetivas necessárias à manutenção do benefício, ACORDAM em considerar prejudicada a apreciação de mérito do(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.068/2017-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Marisa Morgan Caldas (042.804.311-91)
1.2. Unidade: Tribunal Regional Federal da 1ª Região
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8744/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, nos termos do art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, que prevê a possibilidade de considerar-se prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de concessão cujos efeitos financeiros tenham se exaurido antes de seu processamento pela Corte, seja pelo falecimento dos favorecidos, seja pelo advento do termo final das condições objetivas necessárias à manutenção do benefício, ACORDAM em considerar prejudicada a apreciação de mérito do(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.069/2017-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Maria de Lourdes de Castro Gonçalves (174.954.407-59)
1.2. Unidade: Justiça Federal de Primeiro Grau - RJ
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8745/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, nos termos do art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, que prevê a possibilidade de considerar-se prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de concessão cujos efeitos financeiros tenham se exaurido antes de seu processamento pela Corte, seja pelo falecimento dos favorecidos, seja pelo advento do termo final das condições objetivas necessárias à manutenção do benefício, ACORDAM em considerar prejudicada a apreciação de mérito do(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.072/2017-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Humberto Barros de Alencar (098.509.704-30)
1.2. Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região/PB
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8746/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, nos termos do art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, que prevê a possibilidade de considerar-se prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de concessão cujos efeitos financeiros tenham se exaurido antes de seu processamento pela Corte, seja pelo falecimento dos favorecidos, seja pelo advento do termo final das condições objetivas necessárias à manutenção do benefício, ACORDAM em considerar prejudicada a apreciação de mérito do(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.130/2017-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Luiz Sobreira de Moura (269.238.587-04)
1.2. Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado de Pernambuco
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ACÓRDÃO Nº 8747/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.298/2017-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Renilda da Costa Vieira (091.881.342-53)
1.2. Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado do Pará
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8748/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.299/2017-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Aluizio Moreira de Albuquerque (155.862.604-25)
1.2. Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado do Paraná
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8749/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.368/2017-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Fernando Eduardo Carneiro da Silva (168.340.626-53)
1.2. Unidade: Supremo Tribunal Federal
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8750/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.372/2017-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Vilma Marcia Patriani Cardoso (021.656.368-25)
1.2. Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região/SP
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8751/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.373/2017-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Francisco Ferreira Manso (092.972.861-00)
1.2. Unidade: Tribunal Superior Eleitoral
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8752/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.764/2017-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Pedro Henrique Guimarães Cruz (018.539.331-47)
1.2. Unidade: Superior Tribunal de Justiça
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8753/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, e nos termos do art. 7º, inciso II, da Resolução TCU nº 206/2007, com redação dada pela Resolução TCU nº 237/2010, que prevê a possibilidade de considerar-se prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de admissão cujos efeitos financeiros tenham se exaurido antes de seu processamento pela Corte, seja pelo falecimento do admitido, seja pelo seu desligamento do cargo a que se refere o ato de admissão, ACORDAM em considerar prejudicada a apreciação de mérito do(s) ato(s) de admissão a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.980/2017-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessada: Patrícia Rafaella da Silva Batista (751.029.272-72)
1.2. Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região/AC e RO
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8754/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.412/2017-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Gabriela Rezende de Oliveira (886.985.641-00); Nilson Marckzan Lopes Barbosa (625.488.753-34)
1.2. Unidade: Conselho Nacional de Justiça
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8755/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.510/2017-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Aluizio Tibúrcio da Silva Junior (788.389.752-72); Leandro Gomes de Souza (572.076.403-82); Leila Maria dos Santos Andrade (051.550.355-03); Paulo Henrique Oliveira Silva (008.196.301-79)
1.2. Unidade: Banco da Amazônia S.A.
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8756/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.511/2017-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Adriana de Moraes (007.093.395-26); Adriano Pinto Pedroso (880.109.612-72); Alisson Frazao de Araújo (004.579.443-07); Alisson Vitor da Silva Palha (068.821.776-19); Alleff Lian Mesaque Lopes Costa (020.472.061-38); Ana Cláudia Vieira da Silva (089.262.586-45); Ana Lúcia Costa Gomes (682.275.074-68); André Fabiano de Andrade Lima (042.576.644-60); André José Câmara Maia (561.675.982-15) e André Mota Duarte (030.443.391-89)
1.2. Unidade: Banco do Brasil S.A.
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8757/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.517/2017-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: José Thiago Freita da Silva (078.825.954-70); Juvenildo de Souza Leite (605.820.812-20); Karla Santos de Barros (113.689.367-92); Laerth Gonçalves dos Santos (013.874.234-01); Layane Cristina de Sousa Lima (013.491.513-51); Leandro Pavoni Alexandre de Oliveira (345.210.218-16); Leandro de Souza Calderaro (636.005.522-87); Leilane Lopes de Oliveira Araújo (056.677.157-83); Leonardo Mamede Alves (062.568.624-14) e Lidiana de Nantes Pereira (067.270.589-38)
1.2. Unidade: Banco do Brasil S.A.
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8758/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.522/2017-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Valeria de Sá Oliveira (090.220.514-55); Vanessa Costenaro dos Santos (013.150.413-40); Vanessa Mireia Dias Chaves (050.685.115-01); Victor Hugo Clementino dos Santos (073.539.634-50); Vinicius Alves de Castro (014.456.163-86); Wanderson Cavalcanti de Lima (027.320.553-60); Wanessa Gomes Cordeiro (505.374.071-20); Welington Moreira da Silva (865.529.961-87); Wellington Pedro Rosolem (290.380.878-37); Wilson Miranda Carvalho (962.266.173-49)
1.2. Unidade: Banco do Brasil S.A.
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8759/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.524/2017-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Dario de Queiroz Ribeiro (060.020.284-47); Francisco das Chagas Franklin de Oliveira (073.879.774-02); Joseilda Pereira da Silva Campelo (990.648.984-72); Karla Regina Oliveira Silva (049.152.814-00); Luis Gonzaga Pereira Oliveira (826.512.723-53); Marcio de Santana Ferreira (029.725.295-02); Pedro Rocha de Miranda (203.673.765-04)
1.2. Unidade: Banco do Nordeste do Brasil S.A.
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8760/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.617/2017-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessada: Carolina Carvalho de Araújo (012.516.775-09)
1.2. Unidade: Superior Tribunal de Justiça
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8761/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.628/2017-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Dione Xavier Amorim (105.287.827-03); Felipe Cheble (115.046.137-32); Juliana Ribeiro de Oliveira (084.576.927-80); Natalia Rumbelsperger Medeiros (120.937.537-07)
1.2. Unidade: Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8762/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.629/2017-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Alana Santos de Araújo (946.461.042-53); Anderson Guimarães Machado (029.450.317-01) e Renato Gadagnin (888.948.190-00)
1.2. Unidade: Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8763/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.637/2017-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Alaor da Silva Pereira (406.753.248-23); Alberto Rodrigues Sophia (216.716.368-13); Ana Carolina Kerbauy Freitas Luís Pelozo (219.558.768-78); Caio Henrique Rosa Cardoso de Oliveira (323.785.858-70); Debora Valim da Silveira (307.528.828-48); Elvis Adriano Saunitti (259.070.558-12); Jean Carlo Betti (345.251.708-08); João Otávio Santiago Martelleto (110.492.466-83); Kelly Cristina Fontes Figueiras (299.283.228-64) e Kenia Cristina Fonseca (065.462.366-05)
1.2. Unidade: Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 3ª Região/SP
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8764/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.641/2017-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Alexandre Gonçalves (734.907.680-00); Ana Cristina Vilani (002.288.390-84); Eric Luiz Neves e Oliveira (054.375.656-40); Ingrid Isabel Schirmer Richter (004.582.570-01); Natália Adami Zaro (003.089.980-06); Nelson Gustavo Guarezi (053.988.019-10); Saulo Silva Tanan (015.652.975-04); Vitor Martins Dutra (010.400.660-97) e Wilian Fagundes Aquino (012.307.480-08)
1.2. Unidade: Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 4ª Região/RS
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8765/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.642/2017-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Ana Paula Bezerra Poncin (533.954.845-72); Antônio Victor da Silva (014.590.473-38); Breno Felipe Rocha Freire (797.192.605-72); Bruno de Albuquerque Barreto (033.814.403-06); Edinaldo Gonçalves Nunes Júnior (038.280.513-59); George Dantas Saraiva (029.526.723-26); Ronaldo Mateus Pereira Alves (832.163.245-91); Willian Alves da Costa (026.468.253-07)
1.2. Unidade: Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 5ª Região/PE
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8766/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.645/2017-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Thiago Santos Mutti (814.305.825-53)
1.2. Unidade: Conselho da Justiça Federal
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8767/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.649/2017-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Gisele Fernanda Loesch (083.031.576-47); José Milton Garrido de Paula Júnior (368.579.578-35); Pablo Prates Fernandes (076.578.786-57) e Rafael Francisco Simões Cabral (109.667.557-90)
1.2. Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região/MG
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8768/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.654/2017-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Mariana Carramillo Galantini (037.442.267-27); Patricia Santos de Lemos (105.353.557-00); Renato Pereira de Barros (056.807.667-28); Viviane Porto Amadeu (073.033.417-14)
1.2. Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região/RJ
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8769/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.655/2017-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Christiane Regina Maciel (607.668.759-20) e Maruan Tarbine (076.930.789-24)
1.2. Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região/SC
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8770/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, e nos termos do art. 7º, inciso II, da Resolução TCU nº 206/2007, com redação dada pela Resolução TCU nº 237/2010, que prevê a possibilidade de considerar-se prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de admissão cujos efeitos financeiros tenham se exaurido antes de seu processamento pela Corte, seja pelo falecimento do admitido, seja pelo seu desligamento do cargo a que se refere o ato de admissão, ACORDAM em considerar prejudicada a apreciação de mérito do(s) ato(s) de admissão a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.246/2017-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Yuri Fontes Barbosa (025.993.825-48)
1.2. Unidade: Tribunal Regional Eleitoral do Sergipe
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8771/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, e nos termos do art. 7º, inciso II, da Resolução TCU nº 206/2007, com redação dada pela Resolução TCU nº 237/2010, que prevê a possibilidade de considerar-se prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de admissão cujos efeitos financeiros tenham se exaurido antes de seu processamento pela Corte, seja pelo falecimento do admitido, seja pelo seu desligamento do cargo a que se refere o ato de admissão, ACORDAM em considerar prejudicada a apreciação de mérito do(s) ato(s) de admissão a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.247/2017-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessada: Flávia Laíssa Rocha Moraes (009.178.073-08)
1.2. Unidade: Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 1ª Região/DF
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8772/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, e nos termos do art. 7º, inciso II, da Resolução TCU nº 206/2007, com redação dada pela Resolução TCU nº 237/2010, que prevê a possibilidade de considerar-se prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de admissão cujos efeitos financeiros tenham se exaurido antes de seu processamento pela Corte, seja pelo falecimento do admitido, seja pelo seu desligamento do cargo a que se refere o ato de admissão, ACORDAM em considerar prejudicada a apreciação de mérito do(s) ato(s) de admissão a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.268/2017-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Lucas Keller Diehl (995.525.400-97)
1.2. Unidade: Tribunal Regional Eleitoral do Amapá
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8773/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.801/2017-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Nathalia Vieira Rodrigues Cabral (111.393.327-59); Patrícia Batista de Oliveira (028.799.531-38); Patrick Silva (693.950.982-87); Paula Campos Pereira (079.205.906-98); Paulo Santos Conceição (025.139.905-28); Rafael de Oliveira Alves (064.588.984-95); Ricardo Alves de Macedo (032.969.943-19); Rodolfo Duarte Fialho (099.010.646-27); Roger Rocha de Oliveira (402.002.228-30) e Waldirene de Jesus Nogueira de Brites Cruz (034.491.546-80)
1.2. Unidade: Banco do Brasil S.A.
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8774/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.932/2017-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessada: Juliana Queiroz Ribeiro (081.854.406-62)
1.2. Unidade: Supremo Tribunal Federal
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8775/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.937/2017-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessadas: Ana Paula Pimenta Morais (082.730.556-71); Gabriela Moura da Conceição (071.827.766-00) e Taciana Guimarães Meirelles (011.828.161-50)
1.2. Unidade: Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8776/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.944/2017-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Cícero Cássio de Araújo Silva (038.110.583-04); Maria Graciele Silveira Santos Silva (051.087.443-66)
1.2. Unidade: Tribunal Regional Eleitoral do Piauí
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8777/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.952/2017-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Andréia Lúcia Colovini (897.381.870-87); Claudio Ritheli Bezerra Barbosa (030.634.804-79); Cristiano Fleck da Silveira (692.629.260-49); Cristiano Gois de Araujo (278.966.748-90); Edson Masão Uehara (324.166.858-48); Fernando Juvenil Rebouças Mendonça (225.258.108-56); Lucas Menezes (229.514.208-38); Mara Leticia Santos da Silva de Siqueira (038.086.196-86); Marcelo Augusto Costa Ferreira (199.126.808-47); Éverton Vítor Roble Viol (356.152.458-32)
1.2. Unidade: Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8778/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.958/2017-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Ana Luiza Wassita (058.143.497-86); Ana Lúcia de Oliveira Carvalho (922.168.467-91); Bruno Gama (104.894.117-54); Cristiano Freire de Vilhena Carneiro (017.287.899-31); Fernanda Santos Falseth (095.154.047-54); Frederico Silva Rodrigues (130.045.787-27); Gisele Beatriz de Faria Rodrigues (078.369.077-08); Gustavo Enrico Lourenço da Silva (105.403.627-60); José Maria Domingues (067.256.226-07); Kátia Monique Lemos Mothé (017.559.897-50)
1.2. Unidade: Justiça Federal de Primeiro Grau - RJ
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8779/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.963/2017-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Leonardo de Aguiar Silveira (368.767.708-77); Marcel Garcia Silvério de Oliveira (266.361.338-05); Marcos Luís Cremezine (250.042.118-09); Marcos Reginaldo Manzano (087.431.658-85); Mário Sérgio Nogari Cuellis (345.870.908-83); Maysa Andrade Yazbek Espíndola (014.117.441-28); Rogério Silveira Schneider (179.943.938-02); Romário Alexandre dos Santos Junior (125.611.607-69); Samantha Valala Vendramini (359.162.108-09) e Simone Yamamura (273.804.528-60)
1.2. Unidade: Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 3ª Região/SP
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8780/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.968/2017-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessada: Yáskara Luana Gonçalves (070.814.279-60)
1.2. Unidade: Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 4ª Região/RS
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8781/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.977/2017-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessada: Viviane Araujo de Melo (894.620.411-72)
1.2. Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região/DF e TO
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8782/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.982/2017-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Adriana Esmeraldo de Oliveira (050.778.514-25); André Hermenegildo do Nascimento (059.826.544-93); Arthur Castelo Branco de Albuquerque Martins (054.218.654-36); Gabriella Ferreira Gomes e Câmara (061.189.614-17); Gleidson dos Santos Xavier (035.685.764-65); Iuri Germano Silva Lemos (076.272.324-65); Ludmilla Couto Moneta (034.089.484-96); Maria Andrade Ávila (025.438.915-52); Mariana Alecrim de Carvalho Novaes (068.548.634-65); Mariana Paraiso Malta Dourado (041.312.954-31)
1.2. Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região/PE
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8783/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.987/2017-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Danielly Torres Farias (114.023.457-98); Denise Godinho Ormelez (110.772.087-74); Diego de Oliveira Pereira (108.631.517-01); Fabíola Fernandes de Paulo (057.443.707-06); Fernando da Costa Cardoso Massoud (114.105.417-54); Francisca Shirley Bezerra (643.276.393-20); Ingrid Filgueiras Rodrigues (056.021.177-50); José Felipe Souza da Silva (052.646.167-52); Juliana Frazao Barros Freire Vianna (114.816.427-82) e Leandro Amaral Eiras (097.474.907-90)
1.2. Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região/RJ
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8784/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.997/2017-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Leonardo Valvassori (416.669.278-05); Marcos de Souza Rodrigues (146.078.968-70); Mateus Brandão Pereira (113.462.747-54); Melissa da Silva Eckert (013.720.390-07); Michel de Barcelos Santos (085.906.947-80); Rafael Inglesi (367.126.528-04); Ricardo Teixeira Lacerda (145.655.657-65); Ruy de Paula Stoterau Neto (051.369.819-11) e Udson Melo Bandeira (048.383.584-66)
1.2. Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região/SP
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8785/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, quanto ao processo a seguir relacionado, com fundamento no art. 14 do Regimento Interno do TCU e no art. 3º, § 2º, da Resolução TCU nº 178/2005, ACORDAM em tornar insubsistente, de ofício, o subitem 9.2 do Acórdão 1638/2017-2ª Câmara, referente à multa aplicada ao responsável Edson Roberto Zis, tendo em vista o seu falecimento antes do trânsito em julgado dessa deliberação (certidão de óbito à peça 36), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.557/2014-5 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Responsável: Edson Roberto Zis (246.209.040-15)
1.2. Unidade: Caixa Econômica Federal
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio Grande do Sul (SECEX-RS).
1.6. Representação legal: Guilherme Lopes Mair (32261/OAB-DF) e outros, representando a Caixa Econômica Federal.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8786/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno/TCU, c/c o Enunciado nº 145 da Súmula da Jurisprudência predominante do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, em retificar, por inexatidão material, o Acórdão 8013/2017 - TCU - 2ª Câmara, prolatado na Sessão de 29/08/2017, Ata nº 31/2017, relativamente ao item 8, para que:

Onde se lê no item 8 "Representação legal: Raimundo Eufrásio dos Santos Júnior (24183/OAB-PE), representando Mário Agostinho Neto e o Centro Nacional de Educação Ambiental e Geração de Emprego - Ceneage", leia-se "Representação legal: Raimundo Eufrásio dos Santos Júnior (24183/OAB-PE), representando Mario Agostinho Neto", mantendo-se os demais termos do acórdão ora retificado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.006/2014-2 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Responsáveis: Centro Nacional de Educação Ambiental e Geração de Emprego (06.072.439/0001-06); Mário Agostinho Neto (077.772.724-20) e Silva & Arruda Ltda. - ME (05.218.264/0001-30)
1.2. Unidade: Centro Nacional de Educação Ambiental e Geração de Emprego - Ceneage
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de São Paulo (SECEX-SP).
1.6. Representação legal: Raimundo Eufrásio dos Santos Júnior (24183/OAB-PE) e outros, representando Mario Agostinho Neto.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8787/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, quanto ao processo a seguir relacionado, com fundamento no art. 1º, inciso I, e art. 93 da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 143, inciso V, alínea "a", 169, inciso VI, e 213 do Regimento Interno/TCU, bem como nos termos dos arts. 6º, inciso I; e 19 da Instrução Normativa-TCU 71/2012, ACORDAM em arquivar a presente tomada de contas especial, sem julgamento de mérito e sem cancelamento do débito:

1. Processo TC-026.930/2016-1 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Responsáveis: Ar Engenharia Ltda. (04.607.509/0001-58); Edvânia Farias Quirino Costa (700.815.904-82) e Prefeitura Municipal de Passo de Camaragibe/AL (12.342.655/0001-27)
1.2. Unidade: Prefeitura Municipal de Passo de Camaragibe/AL
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Tocantins (SECEX-TO).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8788/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, quanto ao processo abaixo relacionado, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 143, inciso III; e 237 do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em conhecer da representação, para no mérito considerá-la parcialmente procedente, mandando adotar a seguinte medida, conforme os pareceres emitidos nos autos, arquivando o processo, bem como cientificar a representante e o Banco do Brasil, por intermédio da Dicex - Diretoria de Suprimentos Corporativos e Patrimônio/Cesup Licitações/SP, com o envio de cópia da respectiva instrução:

1. Processo TC-020.516/2017-7 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Representante: Cetest Minas Engenharia e Serviços S/A (24.016.172/0001-11)
1.2. Unidade: Banco do Brasil S.A.
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou
1.5. Unidade Técnica: Secex/SP
1.6. Representação legal: não há
1.7. Dar ciência ao Banco do Brasil de que, em suas próximas licitações, atente para o disposto no art. 61, inciso II, e no art. 2º do seu Regulamento de Licitações e Contratos, de modo a estabelecer a exigência de atestados técnicos somente para a parcela relevante dos itens a serem contratados.

ACÓRDÃO Nº 8789/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, quanto ao processo abaixo relacionado, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 143, inciso III; e 237 do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em conhecer da representação, para no mérito considerá-la parcialmente procedente, mandando fazer as seguintes determinações, conforme os pareceres emitidos nos autos, arquivando o processo, bem como cientificar a representante e o Banco do Brasil, por intermédio da Dicex - Diretoria de Suprimentos Corporativos e Patrimônio/Cesup Licitações/SP, com o envio de cópia da respectiva instrução:

1. Processo TC-020.896/2017-4 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Representante: Cetest Minas Engenharia e Serviços S/A (24.016.172/0001-11)
1.2. Unidade: Banco do Brasil S.A.
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou
1.5. Unidade Técnica: Secex/SP
1.6. Representação legal: não há
1.7. Dar ciência ao Banco do Brasil, para que, em suas próximas licitações:
1.7.1. atente para o disposto no art. 61, inciso II, e no art. 2º do seu Regulamento de Licitações e Contratos, de modo a estabelecer a exigência de atestados técnicos somente para a parcela relevante dos itens a serem contratados;
1.7.2. quando verificar, nas propostas de preço apresentadas, valores de salários inferiores ao piso fixado para a categoria em convenção coletiva de trabalho, inste a proponente a corrigi-los, adequando-os à convenção, sem majoração do preço global ofertado, como previsto no art. 26, § 3º, do Decreto 5.450/2005 c/c o art. 29-A, § 2°, da Instrução Normativa SLTI/MP 2/2008.

RELAÇÃO Nº 22/2017 - 2ª Câmara
Relatora - Ministra ANA ARRAES

ACÓRDÃO Nº 8790/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, § 4º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria a Elizeu Lima Souza, Geraldo Marcelo Barros, Jose Gomes Braga, Julio Cesar Baroni de Barros, Paulo Ricardo Rodrigues e Ricardo Gomes Santos e em fazer as determinações constantes no item 1.8 abaixo, nos termos propostos pelo Ministério Público junto ao TCU no parecer à peça 12.

1. Processo TC-013.651/2017-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessados: Elizeu Lima Souza (CPF 043.982.892-91); Geraldo Marcelo Barros (CPF 274.535.704-25); Jose Gomes Braga (CPF 081.474.343-91); Julio Cesar Baroni de Barros (CPF 669.798.387-68); Maria Cecilia Marques Martins (CPF 263.166.927-49); Paulo Ricardo Rodrigues (CPF 335.100.320-04); Ricardo Gomes Santos (CPF 399.370.707-91).
1.3. Unidade: Departamento de Polícia Federal.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip.
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinar:
1.8.1. ao Departamento de Polícia Federal que encaminhe para apreciação deste Tribunal ato inicial de concessão de aposentadoria de Maria Cecília Marques Martins, vigente a partir 3/04/1996, escoimado da irregularidade apontada pelo acórdão 5.832/2009 - 2ª Câmara, uma vez que o ato de alteração da concessão, vigente a partir de 23/03/2012, não substitui o ato inicial;
1.8.2. à Sefip:
1.8.2.1. que aguarde o ato de concessão inicial de aposentadoria de Maria Cecília Marques Martins, para ser analisado em conjunto com o ato de alteração incluído nestes autos;
1.8.2.2. que destaque o ato de alteração de aposentadoria de Maria Cecília Marques Martins para processo apartado.

ACÓRDÃO Nº 8791/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria às interessadas a seguir relacionadas.

1. Processo TC-023.455/2017-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessadas: Dayse Mourao Arruda (CPF 636.417.637-20); Maria Cristina Teixeira Herig (CPF 598.718.907-10).
1.3. Unidade: Instituto Nacional de Tecnologia.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8792/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria às interessadas a seguir relacionadas.

1. Processo TC-023.948/2017-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessadas: Sandra Regina Pimenta Barboza Magalhaes (CPF 348.165.341-72); Silvana Regina Santos Junqueira (CPF 486.227.456-00); Sonia Christine de Carvalho Ferreira (CPF 603.204.437-87); Sueli Martins de Macedo (CPF 777.056.377-15); Thelma Suely de Farias Goulart (CPF 311.740.941-68).
1.3. Unidade: Advocacia-Geral da União.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: subprocurador-geral Paulo Soares Bugarin.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8793/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento no art. 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato de concessão de aposentadoria a Maurilo Espindola Santana.

1. Processo TC-024.014/2017-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessado: Maurilo Espindola Santana (CPF 033.000.421-27).
1.3. Unidade: Superintendência Regional do Incra no Estado de Mato Grosso.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procuradora-geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8794/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento no art. 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato de concessão de aposentadoria a Walter de Almeida.

1. Processo TC-024.042/2017-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessado: Walter de Almeida (CPF 277.278.668-49).
1.3. Unidade: Departamento de Polícia Federal.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8795/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento no art. 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato de concessão de aposentadoria a Maria Madalena de Oliveira Cardozo.

1. Processo TC-024.058/2017-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessada: Maria Madalena de Oliveira Cardozo (CPF 152.739.701-72).
1.3. Unidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8796/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento no art. 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato de concessão de aposentadoria a Lucia de Almeida Terra Limiro.

1. Processo TC-024.060/2017-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessada: Lucia de Almeida Terra Limiro (CPF 624.788.778-72).
1.3. Unidade: Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8797/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, § 4º, do Regimento Interno, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria a Luis Alberto Cardoso Gama e em fazer a determinação constante no item 1.8 abaixo.

1. Processo TC-024.207/2017-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessado: Luis Alberto Cardoso Gama (CPF 598.832.517-34).
1.3. Unidade: Advocacia-Geral da União.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procuradora-geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip) que corrija o fundamento legal do ato no Sistema de Apreciação e Registro de Atos de Admissão e Concessões (Sisac), nos termos do art. 6º, § 1º, inciso II, da Resolução - TCU 206/2007.

ACÓRDÃO Nº 8798/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento no art. 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos de concessão de aposentadoria aos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-026.137/2017-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessados: Elpidio Antonio Firmino Filho (CPF 399.912.537-34); Jonas Castorino do Nascimento (CPF 496.661.779-00).
1.3. Unidade: Departamento de Polícia Rodoviária Federal.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procuradora-geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8799/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento no art. 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato de concessão de aposentadoria a Eloisa Helena Gomes.

1. Processo TC-026.180/2017-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessada: Eloisa Helena Gomes (CPF 152.534.141-34).
1.3. Unidade: Advocacia-Geral da União.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: subprocurador-geral Paulo Soares Bugarin.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8800/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria aos interessados a seguir relacionados.

1. Processo TC-026.407/2017-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessados: Carlos Alberto Ribeiro Alves (CPF 322.764.437-15); Fernando Antonio Guimaraes Ferreira (CPF 332.139.177-53); Ivo de Franceschi (CPF 196.553.980-72); Jose Ary Gurjao Silveira (CPF 327.055.499-00); Jussara Maria Leal de Meirelles (CPF 519.053.889-34); Maria Helena Alves Brito (CPF 114.700.461-72); Paulo de Andrade Ribeiro Neto (CPF 136.701.826-91); Roberto Lucio Cavalcanti Teixeira (CPF 151.930.711-04); Solange Bueno Witt (CPF 237.163.200-72).
1.3. Unidade: Advocacia-Geral da União.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8801/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-023.735/2017-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Samir Büzar Lima (CPF 016.396.973-65); Samuel Rodrigues Aveiro (CPF 044.805.326-84); Sergio Gomes da Silva (CPF 006.139.987-66); Sergio Pereira Cobo (CPF 968.190.225-49); Sergio Ricardo dos Santos Bezerra (CPF 845.190.963-91); Sidney Londero Silva Filho (CPF 006.768.499-89); Sidney Tanaka de Souza Matos (CPF 120.901.328-25); Silvane Furlanetto (CPF 683.546.490-91); Silvio Cesar Masquietto (CPF 031.187.069-45); Tales Rodrigo Galon Chaves (CPF 095.250.787-01).
1.3. Unidade: Departamento de Polícia Rodoviária Federal.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8802/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-023.739/2017-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Vinicius Demicio Paiano (CPF 066.640.199-30); Vinicius Eberhardt Vaz (CPF 007.126.680-12); Virginia Velame de Oliveira (CPF 011.104.935-09); Vito Roberto Lipiani Pentagna (CPF 124.212.587-66); Vladimir Neves Regadas (CPF 295.906.348-18); Vladimir Ribeiro Rodrigues (CPF 269.746.138-81); Wagner Goncalves Moreira (CPF 054.100.186-80); Wanessa Weyrich Barbosa (CPF 008.413.531-07); Warley Dantas Pereira (CPF 064.301.066-16); Welber Ronaldy da Mata (CPF 969.490.151-00).
1.3. Unidade: Departamento de Polícia Rodoviária Federal.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8803/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-023.779/2017-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Adao Luis Veleda Perez (CPF 740.366.370-53); Alcione Quoos (CPF 885.687.170-04); Alderi Jose de Almeida (CPF 575.749.790-49); Alessandro de Candido (CPF 019.422.540-24); Alex Sandro Silveira Borges (CPF 016.160.730-63); Alexander Netto Karnal (CPF 953.532.400-49); Alexandre Coelho da Vara (CPF 003.659.220-05); Alexandre de Oliveira Freitas (CPF 805.243.540-49); Anderson Rogerio Plack (CPF 006.545.590-82); Anderson da Silva Cardoso (CPF 821.898.890-49).
1.3. Unidade: Diretoria Regional da ECT no Rio Grande do Sul - DR/RS.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8804/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-023.783/2017-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Douglas Flores da Veiga (CPF 650.570.660-72); Douglas Pedroso de Souza (CPF 008.736.710-66); Douglas Rafael Schulz (CPF 018.481.650-56); Edimilson Nascimento de Lima (CPF 003.887.810-09); Edipo Silveira de Medeiros (CPF 022.722.360-81); Eitel Dias Maica (CPF 615.629.120-20); Eldemiro Araujo Andrade (CPF 565.141.580-72); Evandro Amaral Seiter (CPF 022.248.240-09); Everaldo Nogueira Fernandes (CPF 712.520.100-87); Ezequiel Rodrigo Minetto (CPF 028.277.400-95).
1.3. Unidade: Diretoria Regional da ECT no Rio Grande do Sul - DR/RS.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8805/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-023.785/2017-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Gilson Jose Meus dos Santos (CPF 019.917.710-45); Guilherme Gass de Cristo (CPF 018.458.540-63); Gustavo Trapp (CPF 020.975.190-83); Igor Andre Saggin (CPF 026.217.950-48); Jandir Antonio da Silveira (CPF 715.491.100-04); Jean Luis Piccinini (CPF 019.180.850-48); Jean da Silva Valdez (CPF 009.599.080-13); Jessica Luanda Scalco (CPF 013.523.080-29); Joao Alfredo Piaia (CPF 025.327.550-40); Joao Christiano dos Santos Ferreira (CPF 813.361.441-49).
1.3. Unidade: Diretoria Regional da ECT no Rio Grande do Sul - DR/RS.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procuradora-geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8806/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-023.787/2017-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Lisiane Rocha Menezes (CPF 002.811.530-94); Luana Pacheco Rodrigues (CPF 016.496.580-79); Lucas Moscardini dos Santos (CPF 005.353.240-65); Luis Fernando Martins (CPF 961.657.150-87); Luis Fernando Proenca (CPF 008.760.360-86); Luiz Carlos Riva (CPF 640.295.810-72); Luiz Marcos Martins da Silva (CPF 693.536.540-68); Manoel Alex Tamara da Rosa (CPF 824.288.670-91); Marcelo Duarte Guinguer (CPF 015.160.960-88); Marcelo da Silva Lopes (CPF 724.150.880-72).
1.3. Unidade: Diretoria Regional da ECT no Rio Grande do Sul - DR/RS.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procuradora-geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8807/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-023.791/2017-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Rafael Donizeti Palau (CPF 335.461.668-76); Rafael Lau Guterres (CPF 023.881.670-27); Rangel Reis Puhl (CPF 007.526.720-96); Regis Gilberto Lauschner (CPF 043.877.359-45); Renato David Bresque (CPF 833.411.960-72); Ricardo Bichler Borck (CPF 017.357.970-14); Ricardo Marasca (CPF 007.483.920-92); Robistom Aires Haas (CPF 564.518.810-15); Rodrigo Schiavini (CPF 004.231.479-86); Rodrigo da Silva (CPF 001.425.480-81).
1.3. Unidade: Diretoria Regional da ECT no Rio Grande do Sul - DR/RS.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ACÓRDÃO Nº 8808/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-023.793/2017-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Tiago Carvalho Silva (CPF 019.018.940-10); Tiago Lopes Correa (CPF 823.166.600-10); Tiago Pereira Braz (CPF 004.817.320-71); Tiago Rafael Mello (CPF 019.118.090-40); Ubiratan de Carvalho (CPF 986.922.750-34); Uilham Duani Zander (CPF 017.502.520-74); Vagner da Silva Vieira (CPF 011.076.280-08); Valdiva Lucatelli (CPF 636.232.930-91); Vanda dos Santos Pereira da Chagas (CPF 833.276.570-68); Vanderson Paz de Almeida (CPF 900.404.730-15).
1.3. Unidade: Diretoria Regional da ECT no Rio Grande do Sul - DR/RS.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procuradora-geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8809/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-023.794/2017-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Vanessa Borges de Oliveira (CPF 001.579.130-07); Victor Paulo Alves Garcia Filho (CPF 022.194.870-83); Victor Vieira Nunes (CPF 018.265.410-98); Vinicius Hockmuller (CPF 985.585.870-00); Vinicius Orzechowski Francisco (CPF 013.469.340-02); Vinicius da Silva Brum (CPF 005.861.910-03); Volmar Herberts (CPF 008.491.310-06); Voltaire Marcolino Pires (CPF 016.669.230-10); Wesley Augusto Fuzinatto (CPF 010.877.180-66); William Silva Rodrigues (CPF 019.475.840-06).
1.3. Unidade: Diretoria Regional da ECT no Rio Grande do Sul - DR/RS.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8810/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento no art. 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos de admissão de pessoal dos interessados a seguir relacionados.

1. Processo TC-023.993/2017-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Clovis Bonini (CPF 824.192.990-00); Cristian Willian Saueressig da Silva (CPF 008.977.900-22); Daniel Machado de Machado (CPF 019.793.720-98); Deivid Pinto Vieira (CPF 014.613.580-60); Denise Maria Welchen (CPF 034.088.859-82); Deon de Moraes (CPF 048.763.449-73); Diego Bastos Moraes (CPF 833.313.280-49); Diego de Lemos Avila (CPF 004.705.130-20); Ediane Minuzzi (CPF 006.391.690-82); Edson Conrado Golle Samersla (CPF 779.432.360-68); Edson Vicente Mauro (CPF 670.709.650-87); Elias Jose Camargo (CPF 014.215.910-73); Elton Francisco Carvalho de Oliveira (CPF 011.231.020-66); Emerson Schuquel Klein (CPF 032.598.630-44); Everton Magrini (CPF 963.597.900-25); Everton Trigo Rodrigues (CPF 926.385.970-15); Fabiano Gomes Fernandes (CPF 758.003.739-49); Felipe Alcantara Gomes (CPF 008.008.650-06); Felipe Vuaden da Silva (CPF 009.711.250-07); Fernanda Lopes Santana (CPF 816.333.780-04).
1.3. Unidade: Diretoria Regional da ECT no Rio Grande do Sul - DR/RS.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procuradora-geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8811/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento no art. 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos de admissão de pessoal dos interessados a seguir relacionados.

1. Processo TC-023.996/2017-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Pablo Rodrigues Garcia (CPF 828.688.080-34); Paulo Alexandre Fagundes da Veiga (CPF 913.412.480-20); Rafael Alencar Schroder (CPF 022.294.910-40); Rafael Molter (CPF 901.029.240-15); Rafael Sabini Scherer (CPF 015.891.710-39); Rejane Schwambach (CPF 547.256.070-53); Ricardo Goulart Caporal Filho (CPF 000.295.100-23); Richarlhes Ferreira da Silva (CPF 009.894.080-51); Rodrigo Dione dos Santos (CPF 051.929.899-30); Rodrigo Mateus Karlinski (CPF 009.935.890-57); Romualdo Souza de Souza (CPF 022.411.440-96); Sandro Paulino de Souza (CPF 412.689.970-72); Silvani Teresinha Mauer (CPF 013.888.180-43); Silvia Beatriz Kempa (CPF 007.971.950-33); Silvio Luis Sobral de Oliveira (CPF 014.054.790-86); Solon William Silveira (CPF 017.439.180-38); Thales Marcon (CPF 023.461.870-11); Thiago Bandeira Requiel (CPF 021.634.500-66); Thiago Gabriel Merib (CPF 023.438.320-80); Thiago Ledur Kozloski (CPF 022.040.400-37).
1.3. Unidade: Diretoria Regional da ECT no Rio Grande do Sul - DR/RS.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procuradora-geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8812/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-024.403/2017-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Emerson Alexandre da Silva (CPF 275.489.398-92); Willian Carlos Silverio (CPF 288.795.218-88).
1.3. Unidade: Diretoria Regional da ECT em São Paulo/Interior - DR/SPI.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procuradora-geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8813/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal de Tatiane Boaretto Constancio.

1. Processo TC-024.597/2017-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessada: Tatiane Boaretto Constancio (TC-011.693.461-11).
1.3. Unidade: Hospital das Forças Armadas.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procuradora-geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8814/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-024.701/2017-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Gessyane Araujo Tavares (CPF 455.130.743-20); Lucas Mendes da Silva (CPF 009.423.313-62); Tonigerley Silveira de Sousa (CPF 771.442.283-15).
1.3. Unidade: Diretoria Regional da ECT no Ceará - DR/CE.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procuradora-geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8815/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento no art. 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos de admissão de pessoal dos interessados a seguir relacionados.

1. Processo TC-026.191/2017-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Tiago Costa Kappke (CPF 051.651.294-38); Vinícius Dal Bem (CPF 011.566.031-37); Yumi Monma (CPF 007.406.460-60).
1.3. Unidade: Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada S.A..
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: subprocurador-geral Paulo Soares Bugarin.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8816/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento no art. 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos de admissão de pessoal dos interessados a seguir relacionados.

1. Processo TC-026.269/2017-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Daniel de Andrade Santos (CPF 707.250.632-20); Giuliane Cristina Cabral de Souza (CPF 895.952.382-87); Marcelo de Melo Nascimento (CPF 004.401.482-19).
1.3. Unidade: Diretoria Regional da ECT no Amazonas - DR/AM.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: subprocurador-geral Paulo Soares Bugarin.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8817/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-026.717/2017-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Alan Rodrigo Beatrici (CPF 694.036.000-04); Alberto Wiltgen Junior (CPF 013.127.690-50); Alcides Silveira Costa (CPF 952.657.240-87); Alessandro Moraes (CPF 916.812.350-72); Alexandre Ferreira de Oliveira (CPF 387.498.660-87); Alexandre Souza (CPF 893.228.600-06); Anderson Machado dos Santos (CPF 785.219.040-53); André Oliveira Doerr (CPF 009.161.480-50); André Schinzel Braga (CPF 921.709.789-68); Álvaro Oliveira de Souza (CPF 027.191.300-28).
1.3. Unidade: Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada S.A..
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procuradora-geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8818/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-026.721/2017-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Felipe Campos dos Santos (CPF 013.836.740-00); Felipe Moraes Henes (CPF 003.443.180-28); Fernando Möller (CPF 588.856.920-87); Frederico Pereira Laydner (CPF 001.617.040-77); Fúlvio Perin Eilert (CPF 650.426.620-49); Gabriel Drews Kluck (CPF 984.471.300-53); Gabriel Tadeo (CPF 007.351.040-85); Gabriela Nunes Maia (CPF 022.617.650-96); Gerson Scartezzini (CPF 004.799.630-70); Gilberto Gregório de Souza e Souza (CPF 807.523.900-82).
1.3. Unidade: Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada S.A..
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1.5. Representante do Ministério Público: subprocurador-geral Paulo Soares Bugarin.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8819/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-026.725/2017-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Luciano Severino de Paula (CPF 767.284.040-15); Ludmar Guedes Matos (CPF 033.198.435-08); Luiz Antonio Piccoli Junior (CPF 021.337.830-24); Maico Cassel dos Santos (CPF 827.068.160-15); Marcelo Carlos Mokan (CPF 702.878.050-34); Marco Aurélio Lisboa Silveira (CPF 002.354.640-90); Marcos Kordyas Dossa (CPF 467.686.880-49); Marina Ledesma Trindade (CPF 729.441.100-04); Marlon Allan Lorencetti (CPF 059.511.469-50); Melissa Schwanz Vetromille Vitorino (CPF 972.149.730-49).
1.3. Unidade: Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada S.A..
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: subprocurador-geral Paulo Soares Bugarin.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8820/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-026.726/2017-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Natália Diehl (CPF 000.637.060-83); Otmar Lunkes Junior (CPF 964.677.200-59); Pedro Antonio Mucillo (CPF 487.634.540-68); Pedro de Almeida Lázaro (CPF 016.258.933-61); Rafael Tambara Blumer (CPF 013.085.220-10); Rafael Witter Dias Pais (CPF 050.718.706-73); Raulito Isidio Sena da Silva (CPF 286.353.638-92); Ricardo Cunha Gonçalves da Silva (CPF 507.262.180-49); Ricardo dos Santos Pereira (CPF 021.700.750-38); Régis Altafini Machado (CPF 593.048.980-72).
1.3. Unidade: Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada S.A..
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procuradora-geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8821/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-026.821/2017-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Adan Willian Rocha Santos (CPF 824.699.385-20); Adriana da Silveira Santos (CPF 031.024.299-12); Airton Sidney Miotto (CPF 955.289.039-04); Alan Henrique Rodrigues de Souza (CPF 111.690.507-86); Alan Patrick da Silva Santos (CPF 019.386.241-73); Albertino Azevedo de Melo (CPF 943.976.511-91); Alexandre Neia e Silva (CPF 142.813.968-02); Alexandre dos Santos Stalmann (CPF 008.992.349-92); Andre Nuhrich Seibel (CPF 989.915.400-82); André Paulo Rigoni Rubira (CPF 047.006.729-27).
1.3. Unidade: Departamento de Polícia Rodoviária Federal.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: subprocurador-geral Paulo Soares Bugarin.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8822/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-026.825/2017-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Francisco de Assis Oliveira Coutinho Junior (CPF 058.762.614-32); Frederico Camargo Melhado (CPF 009.015.729-00); Frederico Ramos Bastos (CPF 015.474.081-03); Gabriel Dibai Araujo (CPF 120.140.457-63); Gabriel Miller Vitorino (CPF 623.624.020-53); Gilberto Jorge Freire Dantas (CPF 949.676.445-20); Gledson Peres Jacinto (CPF 118.266.547-04); Guilherme Fagundes da Costa Valente (CPF 313.522.168-76); Guilherme Lima Crocia de Barros (CPF 042.954.084-17); Heris Rosa (CPF 985.562.409-25).
1.3. Unidade: Departamento de Polícia Rodoviária Federal.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: subprocurador-geral Paulo Soares Bugarin.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8823/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-026.827/2017-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Joao Vitor de Carvalho Costa (CPF 099.209.027-05); Jorge Carlos de Castro Junior (CPF 053.136.597-23); Jorge Cunha da Silva Filho (CPF 029.553.085-52); Jose Ildomar de Sousa Filho (CPF 004.179.891-05); Jossimar dos Santos (CPF 084.882.087-82); Juliana Fabris (CPF 048.333.379-40); Juliana Martins Lima (CPF 007.903.803-40); Julio Cesar Gilio (CPF 058.790.699-58); Julio Cesar Rosseto Junior (CPF 036.216.839-33); Júlio César Ferreira de Castro (CPF 923.302.589-68).
1.3. Unidade: Departamento de Polícia Rodoviária Federal.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procuradora-geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8824/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-026.831/2017-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Paulo Stevan Costa Freire (CPF 890.805.053-15); Pedro Balbueno Fraga (CPF 010.433.940-36); Pedro Henrique Xavier da Costa (CPF 068.119.914-88); Pedro Paulo Cavalcanti Monteiro (CPF 802.117.473-00); Ricardo Alexandre da Silva (CPF 286.868.278-29); Rodrigo Ferrer Über (CPF 989.245.320-49); Rodrigo Jose Silvestrini (CPF 276.282.718-39); Rodrigo de Oliveira Habib (CPF 044.644.306-94); Samuel Alves dos Santos (CPF 693.788.001-49); Sheila Andressa Hinselmann de Oliveira (CPF 025.947.549-19).
1.3. Unidade: Departamento de Polícia Rodoviária Federal.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: subprocurador-geral Paulo Soares Bugarin.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8825/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-026.832/2017-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Sheila Gomes dos Santos (CPF 013.473.265-02); Stefani Juliana Vogel (CPF 063.344.469-32); Thierry Wendler Godoy (CPF 119.885.547-99); Tiago Cesar da Costa Andrade (CPF 928.704.063-04); Vinicius Duarte Lopes (CPF 999.846.442-00); Wagner Castelo Baltar (CPF 081.513.547-55); Wanildo Alves Junior (CPF 832.450.655-15); Washington Fillogon Mascarenhas do Carmo (CPF 644.029.595-00).
1.3. Unidade: Departamento de Polícia Rodoviária Federal.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procuradora-geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8826/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão civil aos interessados a seguir relacionados.

1. Processo TC-024.124/2017-6 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessados: Carlos Guilherme Marinho Ramos (CPF 067.366.505-42); Josefa Teixeira de Souza (CPF 428.002.505-34); Karyolano Adelicio Ramos Junior (CPF 097.632.894-16).
1.3. Unidade: Fundação Nacional do Índio.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8827/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão civil aos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-024.149/2017-9 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessados: Danilo Lucas Messias de Castro Rodrigues (CPF 009.919.572-02); Joana da Abadia Rocha (CPF 222.716.001-20); Nathalia Marques de Morais (CPF 070.630.621-07); Sonia Maria Castro Rodrigues (CPF 245.308.241-87).
1.3. Unidade: Advocacia-Geral da União.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: subprocurador-geral Paulo Soares Bugarin.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8828/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento no art. 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato de pensão civil de Maria Francisca Mendonça de Moura.

1. Processo TC-024.284/2017-3 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessada: Maria Francisca Mendonca de Moura (CPF 524.241.037-04).
1.3. Unidade: Arquivo Nacional.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8829/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento no art. 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato de pensão civil de Iracema Pereira Domingues da Costa.

1. Processo TC-024.301/2017-5 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessada: Iracema Pereira Domingues da Costa (CPF 075.135.117-21).
1.3. Unidade: Imprensa Nacional.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8830/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fundamento nos arts. 26, 28, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 217 do Regimento Interno, em autorizar o pagamento do débito imputado ao município de Valença/RJ pelo acórdão 7.984/2017 - 2ª Câmara em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais consecutivas; em fixar o ven-

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

cimento da primeira parcela em 15 (quinze) dias a contar do recebimento da notificação e o das demais a cada 30 (trinta) dias, com incidência dos encargos legais sobre o valor de cada parcela; em alertar ao responsável que a inadimplência de qualquer parcela acarretará vencimento antecipado do saldo devedor e a respectiva cobrança judicial da dívida.

1. Processo TC-019.095/2015-5 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Classe de Assunto: II.
1.2. Responsáveis: Município de Valença/RJ, Thiago José Gomes Faria (CPF 055.864.847-90) e Vicente de Paula de Souza Guedes (CPF 193.479.956-49).
1.3. Unidade: Município de Valença/RJ.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: subprocurador-geral Lucas Rocha Furtado.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio de Janeiro (Secex-RJ).
1.7. Representação legal: Cássia Maria Picanço Damian de Mello (OAB/RJ 74.365) e outros representando Vicente de Paula de Souza Guedes.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8831/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, incisos III e V, alínea "a", e 169, inciso V, do Regimento Interno do TCU, em considerar cumprida a determinação do acórdão 1.882/2016 - 2ª Câmara, retificado pelo acórdão 3.120/2016 - 2ª Câmara, e em arquivar os autos, sem prejuízo de que seja dada ciência desta deliberação à Secretaria do Patrimônio da União e feita a determinação contida no item 1.8 abaixo.

1. Processo TC-026.316/2015-3 (ACOMPANHAMENTO)
1.1. Apensos: TC 014.918/2017-0 (SOLICITAÇÃO); TC 031.954/2016-2 (SOLICITAÇÃO).
1.2. Classe de Assunto: III.
1.3. Unidade: Secretaria do Patrimônio da União.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Administração do Estado - SecexAdmin.
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinação: determinar à SecexAdmin que dê prosseguimento ao acompanhamento, em atendimento ao acórdão 2.325/2012-Plenário.

ACÓRDÃO Nº 8832/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com o parecer da SeinfraPortoFerrovia e com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "e", do Regimento Interno, em autorizar a prorrogação de prazo solicitada pela Secretaria Executiva do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, por mais 180 (cento e oitenta dias) dias contados do término do prazo anteriormente concedido pelo acórdão 2.805/2017 - 2ª Câmara, para atendimento das determinações constantes do item 1.8 do acórdão 11.204/2016 - 2ª Câmara .

1. Processo TC-004.470/2017-6 (MONITORAMENTO)
1.1. Classe de Assunto: III.
1.2. Unidade: Secretaria Executiva do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil.
1.3. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Portuária e Ferroviária (SeinfraPor).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8833/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 169, inciso V; 235, 237, inciso VII e parágrafo único, do Regimento Interno; 103, § 1º, e 105 da Resolução TCU 259/2014, em não conhecer da documentação como representação por não preencher os requisitos de admissibilidade, haja vista tratar de interesses privados, ausente qualquer fato ou alegação de direito que configure eventual interesse público; em dar ciência desta deliberação, bem como da instrução à peça 8, à representante; e em arquivar o processo.

1. Processo TC-025.547/2017-8 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Classe de Assunto: VI.
1.2. Representante: Convênios Card Administradora e Editora Ltda. EPP (CNPJ 08.656.963/0001-50).
1.3. Unidade: Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Mato Grosso do Sul - Sebrae/MS.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Mato Grosso do Sul (Secex-MS).
1.7. Representação legal: Luiz Aurélio Adler Ralho (OAB/MS 11.639), representando o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Mato Grosso do Sul; Paola de Souza Engler e outro, representando Convênios Card Administradora e Editora Ltda. EPP.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

RELAÇÃO Nº 25/2017 - 2ª Câmara
Relator - Ministro-Substituto MARCOS BEMQUERER COSTA

ACÓRDÃO Nº 8834/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-010.517/2017-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: José Dias Alves (369.481.797-20); João Salviano de Freitas (181.036.003-00); Juarez Elias de Moraes (619.189.387-68); Julia Dantas de Oliveira (074.087.653-87).
1.2. Órgão/Entidade: Diretoria do Pessoal Civil da Marinha - MD/CM.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8835/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-019.754/2017-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Manaces Gonzaga dos Santos (088.748.754-87); Marcos Edgard Coitinho Coure (605.241.387-53); Maria das Graças Costa Oliveira (121.311.301-63); Mário Sérgio Fernandes (820.782.207-44); Naja Simões Correia (531.108.977-68); Palmira Cordeiro dos Santos (114.371.031-20); Raimundo Fernando de Noronha (030.547.052-34); Ronaldo Vincent Santoro (763.937.987-34); Sebastiao Lopes Coelho (194.283.831-04).
1.2. Órgão/Entidade: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8836/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU e no art. 3º, §§ 6º e 7º, da Resolução/TCU n. 206/2007, em considerar prejudicada a apreciação da concessão de aposentadoria a seguir relacionada, por inépcia do ato, sem prejuízo de encaminhar cópia desta deliberação e do parecer do MP/TCU à Diretoria de Administração do Pessoal do Comando da Aeronáutica e de fazer a seguinte determinação, de acordo com o parecer do Ministério Público/TCU:

1. Processo TC-021.805/2017-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Marcia Carvalho de Oliveira Fernandes (496.373.556-34).
1.2. Órgão/Entidade: Diretoria de Administração do Pessoal - MD/CA.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinação:
1.7.1. à Diretoria de Administração do Pessoal do Comando da Aeronáutica que, no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da ciência desta deliberação, encaminhe, por intermédio do sistema vigente, nos termos da IN/TCU 55/2007, novo ato de alteração de aposentadoria da interessada devidamente corrigido, para apreciação por este Tribunal, de maneira a fazer constar todas as informações necessárias ao seu correto exame, livre da falha apontada pelo Ministério Público/TCU, sob pena de aplicação das sanções previstas no art. 6º da IN/TCU 55/2007.

ACÓRDÃO Nº 8837/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.853/2017-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessadas: Iara Silva de Souza (228.772.820-15); Maria Claudia Faria (136.740.996-91).
1.2. Órgão/Entidade: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8838/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.890/2017-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Adalberto da Silva Rosa (542.468.497-15); Adelaide Valéria Rodrigues Marques (852.077.487-34); Ana Maris do Nascimento Barreto (672.541.877-53); Antonio Moreira (462.082.757-68); Carlos Alberto da Silva (369.835.787-91); Carlos Cantanhede (516.803.197-87); Carlos José Alves (507.193.437-04); Edgard José Duarte Filho (169.707.565-72); Eliana Mitiko Sawazachi Haus (019.717.468-00); Ester Antonia da Silva Vieira (086.837.002-91).
1.2. Órgão/Entidade: Diretoria do Pessoal Civil da Marinha - MD/CM.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8839/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de aposentadoria a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.894/2017-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Vilnete Soares Peixoto (413.045.787-04).
1.2. Órgão/Entidade: Diretoria do Pessoal Civil da Marinha - MD/CM.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8840/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU e no art. 7º, inciso I, da Resolução/TCU n. 206/2007, em considerar prejudicada a apreciação do mérito dos atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados, por perda de objeto, tendo em vista o falecimento dos interessados ou o advento do termo final das condições objetivas necessárias à manutenção do benefício, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.044/2017-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Paulo Jorge Batista Pinto (288.625.387-15); Rozendo de Menezes Lopes (069.430.047-00); Sonia Maria Celani de Matos (690.759.137-53).
1.2. Órgão/Entidade: Diretoria do Pessoal Civil da Marinha - MD/CM.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8841/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno/TCU e no art. 7º, inciso I, da Resolução/TCU n. 206/2007, em considerar prejudicada a apreciação do mérito do ato de concessão de aposentadoria a seguir relacionado, por perda de objeto, tendo em vista o falecimento da interessada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.064/2017-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Neide Campos Valença (822.060.317-87).
1.2. Órgão/Entidade: Diretoria de Administração do Pessoal - MD/CA.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8842/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.182/2017-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessadas: Elizabeth Regina Xavier Mendonça (730.709.557-20); Francirene Nunes da Silva Doria (592.440.707-15).
1.2. Órgão/Entidade: Diretoria do Pessoal Civil da Marinha - MD/CM.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8843/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, sem prejuízo de encaminhar cópia desta deliberação ao interessado e ao Tribunal Regional Eleitoral do Paraná - TRE/PR, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.937/2010-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Vilmar Jarentchuk (724.821.689-53).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Eleitoral do Paraná - TRE/PR.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8844/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.881/2006-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Vilma Marques de Oliveira Alves (552.523.541-20).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região/DF e TO.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8845/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.407/2017-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Rômulo Matos Ferreira (112.023.594-42).
1.2. Órgão/Entidade: Comando do Pessoal de Fuzileiros Navais - MD/CM.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8846/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.408/2017-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Gabriel Dlugolenski Lacerda (799.735.401-82); Pedro Araújo Kalile (015.893.305-28).
1.2. Órgão/Entidade: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8847/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão civil a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.402/2017-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Albertina Ribeiro de Amorim (827.332.367-68); Edice Alves de Castilho (835.471.697-04); Elaine Vieira Alcides (132.163.457-93); Helena Damasceno Vieira Alcides (897.622.407-82).
1.2. Órgão/Entidade: Primeira Região Militar - MD/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8848/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de pensão civil a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.417/2017-8 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Anizia Magalhães Barreto (296.922.101-20); Aurilucia Laurentino de Carvalho Araujo (030.371.657-66); Dulce Helena Gomes Dias Silva (990.922.637-53); Maria das Dores Ferreira Martins (578.760.964-68); Marlene Soares Viana de Mello (618.983.337-34); Merilete Anastacio (660.944.887-68).
1.2. Órgão/Entidade: Diretoria do Pessoal Civil da Marinha - MD/CM.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8849/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno/TCU e no art. 7º, inciso I, da Resolução/TCU n. 206/2007, em considerar prejudicada a apreciação do mérito do ato de concessão de pensão civil a seguir relacionado, por perda de objeto, tendo em vista o falecimento das interessadas, sem prejuízo de fazer a seguinte determinação e de encaminhar cópia da instrução da unidade técnica e do parecer do Ministério Público/TCU à Sétima Região Militar, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.273/2017-1 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessadas: Ivanise Saldanha dos Santos (055.344.704-10); Maria Jose Araújo (446.085.194-68).
1.2. Órgão/Entidade: Sétima Região Militar - MD/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinação:
1.7.1. à Sétima Região Militar que, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da ciência desta deliberação, adote as providências necessárias para reaver os valores depositados indevidamente na conta corrente da Sra. Maria José Araújo, nos termos da Medida Provisória 788/2017, informando a este Tribunal as medidas tomadas.

ACÓRDÃO Nº 8850/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno/TCU e no art. 7º, inciso I, da Resolução/TCU n. 206/2007, em considerar prejudicada a apreciação do mérito dos atos de concessão e alteração de pensão civil a seguir relacionados, por perda de objeto, tendo em vista o falecimento dos interessados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.289/2017-5 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Arlette Ferreira de Oliveira (376.357.607-00); Gisela Vasconcellos de Oliveira (611.216.307-15); Jefferson Verone Ferry (363.759.427-72); Maria Amélia de Almeida Ferry (069.449.037-76).
1.2. Órgão/Entidade: Diretoria do Pessoal Civil da Marinha - MD/CM.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8851/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno/TCU e no art. 7º, inciso I, da Resolução/TCU n. 206/2007, em considerar prejudicada a apreciação do mérito dos atos de concessão de pensão civil a seguir relacionados, por perda de objeto, tendo em vista o falecimento dos interessados ou o advento do termo final das condições objetivas necessárias à manutenção do benefício, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.305/2017-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Aline Diane dos Santos Rosa (346.230.018-06); Eunice de Oliveira Rita (084.486.367-08); Laurita Timoteo Ramos (197.314.424-72); Maria Caroline Mello Marques (141.281.467-73); Matheus Henrique Rosa (346.188.918-07); Nair dos Santos Valim (411.472.007-34); Sebastião Antônio Rosa (851.538.348-91).
1.2. Órgão/Entidade: Diretoria de Administração do Pessoal - MD/CA.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8852/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão especial de ex-combatente a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.213/2017-9 (PENSÃO ESPECIAL DE EX-COMBATENTE)
1.1. Interessados: Eleonora Macedo Ramos (073.893.587-50); Estelita Pedro de Azevedo (213.882.967-72); Izabel Luiza Helmer de Assunçao (016.922.497-03); Izabel Vieira (896.694.877-49); Jandira Nunes Gomes (027.051.627-12); Madalena dos Santos Schultz (005.134.227-81); Margarida dos Reis Souza (054.059.177-70); Margarite Reis Souza (004.032.667-50); Maria Jose Rocha de Oliveira (267.663.707-00); Nerilda Moraes Laybenitz (008.852.557-04); Rosalina Bastos Schneider (002.021.357-30).
1.2. Órgão/Entidade: Primeira Região Militar - MD/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8853/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão especial de ex-combatente a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.215/2017-1 (PENSÃO ESPECIAL DE EX-COMBATENTE)
1.1. Interessados: Esther Soares de Lima (942.861.677-04); Etelvina Alves Pereira (007.275.697-75); Maria das Graças Correa Monteiro (882.827.837-49).
1.2. Órgão/Entidade: Primeira Região Militar - MD/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8854/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno/TCU e no art. 7º, inciso I, da Resolução/TCU n. 206/2007, em considerar prejudicada a apreciação do mérito dos atos de concessão de pensão especial de ex-combatente a seguir relacionados, por perda de objeto, tendo em vista o falecimento das interessadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.324/2017-5 (PENSÃO ESPECIAL DE EX-COMBATENTE)
1.1. Interessadas: Melita Alma Pommerening La Scaleia (157.679.888-70); Yolanda Araujo Ferreira Lobo (101.629.148-57).
1.2. Órgão/Entidade: Segunda Região Militar - MD/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017101100156

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8855/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno/TCU e no art. 7º, inciso I, da Resolução/TCU n. 206/2007, em considerar prejudicada a apreciação do mérito dos atos de concessão de pensão especial de ex-combatente a seguir relacionados, por perda de objeto, tendo em vista o falecimento das interessadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.327/2017-4 (PENSÃO ESPECIAL DE EX-COMBATENTE)
1.1. Interessadas: Georgina Guedes Alcoforado (919.013.914-34); Maria Alaide de Oliveira (202.770.674-72).
1.2. Órgão/Entidade: Sétima Região Militar - MD/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8856/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno/TCU e no art. 7º, inciso I, da Resolução/TCU n. 206/2007, em considerar prejudicada a apreciação do mérito do ato de concessão de pensão especial de ex-combatente a seguir relacionado, por perda de objeto, tendo em vista o falecimento da interessada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.329/2017-7 (PENSÃO ESPECIAL DE EX-COMBATENTE)
1.1. Interessada: Ieda Araújo Rodrigues (322.904.543-20).
1.2. Órgão/Entidade: Décima Região Militar - MD/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8857/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de pensão militar a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-004.464/2017-6 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessados: Antoniel Martins dos Santos (000.615.274-08); Isaias Martins dos Santos (481.883.444-00); Josinaide Martins dos Santos (828.375.974-49); Josineide Martins dos Santos (490.776.004-34); Oziel Martins dos Santos (008.653.364-90).
1.2. Órgão/Entidade: Sétima Região Militar - MD/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8858/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de pensão militar a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-006.459/2017-0 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessada: Severina Cavalcanti de Oliveira (271.112.617-04).
1.2. Órgão/Entidade: Subdiretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CA.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8859/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.776/2009-0 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessados: Creuza Maria Fonseca Cavalheiro (286.488.971-49); Creuza Maria Fonseca Cavalheiro (286.488.971-49); Eva Fonseca Thomaz da Silva Leandro (464.974.711-20); Eva Fonseca Tomas Silva Leandro (464.974.711-20); Ezidia Fonseca Silva Eloy (817.079.241-04); Ezidia Fonseca Silva Eloy (817.079.241-04); Irene Fonseca (108.680.541-00); Irene Fonseca (108.680.541-00); Irene Fonseca (108.680.541-00); Ita da Silva (609.071.691-04); Izabel Thomaz da Silva (613.875.411-53); Izabel Tomaz da Silva (613.875.411-53); Maria Estela Esquenome (884.399.331-34); Regina Thomas da Silva (698.318.401-78); Regina Thomaz da Silva (698.318.401-78); Rutilha da Silva Marques (601.065.141-72); Rutilha da Silva Marques (601.065.141-72); Vera Lucia Tomaz da Silva Botelho (814.031.001-87).
1.2. Órgão/Entidade: Nona Região Militar - MD/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal:
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8860/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de pensão militar a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.745/2017-6 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessadas: Alessandra Karine Lara da Silva Vitoretti (652.352.741-72); Ana Andreia Lara da Silva de Lacaze (639.561.791-53); Angelica Aparecida Lara da Silva Moraes (569.342.031-00).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8861/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU e no art. 3º, §§ 6º e 7º, da Resolução/TCU n. 206/2007, em considerar prejudicada a apreciação dos atos de pensão militar a seguir relacionados, por inépcia, sem prejuízo de fazer a seguinte determinação e de encaminhar cópia do parecer do MP/TCU à Subdiretoria de Inativos e Pensionistas do Comando da Aeronáutica, de acordo com o parecer do Ministério Público/TCU:

1. Processo TC-020.937/2017-2 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessados: Alvanira Vicente C. de Sousa (115.306.298-45); Romildes Batista Gonçalves (757.486.066-15).
1.2. Órgão/Entidade: Subdiretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CA.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinação:
1.7.1. à Subdiretoria de Inativos e Pensionistas do Comando da Aeronáutica que, no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da ciência desta deliberação, encaminhe, por intermédio do sistema vigente, nos termos da IN/TCU n. 55/2007, novos atos de pensão militar, para apreciação por este Tribunal, de maneira a fazer constar todas as informações necessárias ao seu correto exame, corrigindo, em especial, as falhas apontadas pelo Ministério Público/TCU, sob pena de aplicação das sanções previstas no art. 6º da IN/TCU n. 55/2007.

ACÓRDÃO Nº 8862/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.232/2017-3 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessados: Dulcinea Machado Pitsch (027.593.638-48); Iara Prado Antiques (133.916.268-79).
1.2. Órgão/Entidade: Segunda Região Militar - MD/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8863/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.234/2017-6 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessados: Eliane Cristina Gomes Mariano (035.121.800-94); Heloisa Helena Pinto da Silva (417.153.140-34); Neda Lucia Madruga Vales (260.843.840-72); Tiago Dornelles Valles (049.864.860-55).
1.2. Órgão/Entidade: Terceira Região Militar - MD/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8864/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de pensão militar a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.237/2017-5 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessados: Lourença Cardoso Gomes (135.956.282-68); Maria Lucia Borges Alves (120.778.792-20).
1.2. Órgão/Entidade: Oitava Região Militar - MD/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8865/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.240/2017-6 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessados: Carolina Chaves Jaña (572.180.647-87); Elizabeth Jaña Abi-ramia Antonio (988.330.497-87); Jupira de Paula Polo (643.918.177-72); Marlene Vesenick Cesconetto (679.408.970-04); Nilza Gonçalves (014.701.537-50); Odecia Marques de S Magalhães (143.801.318-31); Verônica Assis Jaña (052.792.547-03).
1.2. Órgão/Entidade: Subdiretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CA.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8866/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno/TCU e no art. 7º, inciso I, da Resolução/TCU n. 206/2007, em considerar prejudicada a apreciação do mérito dos atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, por perda de objeto, tendo em vista o falecimento das interessadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.347/2017-5 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessadas: Aldina de Andrade Nunes (036.672.729-01); Iara de Souza Santos (373.345.229-15); Valacir Montesano (680.587.809-87); Zilmarina da Silva Eckert (526.529.639-53).
1.2. Órgão/Entidade: Quinta Região Militar - MD/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8867/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno/TCU e no art. 7º, inciso I, da Resolução/TCU n. 206/2007, em considerar prejudicada a apreciação do mérito do ato de concessão de pensão militar a seguir relacionado, por perda de objeto, tendo em vista o falecimento da interessada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1. Processo TC-024.349/2017-8 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessada: Maria Apparecida de Castro (173.002.748-20).
1.2. Órgão/Entidade: Sétima Região Militar - MD/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8868/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno/TCU e no art. 7º, inciso I, da Resolução/TCU n. 206/2007, em considerar prejudicada a apreciação do mérito do ato de concessão de pensão militar a seguir relacionado, por perda de objeto, tendo em vista o falecimento da interessada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.351/2017-2 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessada: Clementina de Castro Gusmão Dias (189.591.481-72)
1.2. Órgão/Entidade: Décima Primeira Região Militar - MD/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8869/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de reforma constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.225/2017-7 (REFORMA)
1.1. Interessados: Adão Alaor Specht (548.591.748-87); Amazolino da Costa Pinto (122.755.302-15); Douglas Artur Pereira (032.723.948-42); Jamil Pinheiro Canguçu (036.194.018-10); Raimundo Olegário de Souza (272.141.687-15).
1.2. Órgão/Entidade: Diretoria de Administração do Pessoal - MD/CA.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8870/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno/TCU e no art. 7º, inciso I, da Resolução/TCU n. 206/2007, em considerar prejudicada a apreciação do mérito dos atos de concessão e alteração de reforma a seguir relacionados, por perda de objeto, tendo em vista o falecimento do interessado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.333/2017-4 (REFORMA)
1.1. Interessados: Raimundo Isidio Diogo (077.260.907-15).
1.2. Órgão/Entidade: Comando do Pessoal de Fuzileiros Navais - MD/CM.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8871/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno/TCU e no art. 7º, inciso I, da Resolução/TCU n. 206/2007, em considerar prejudicada a apreciação do mérito dos atos de concessão e alteração de reforma a seguir relacionados, por perda de objeto, tendo em vista o falecimento dos interessados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.334/2017-0 (REFORMA)
1.1. Interessados: Afrânio de Sant"ana (021.292.727-20); Fernanda de Paula Galvão da Motta Pires (043.154.014-47); Francisco Moreira (034.329.717-53); Gustavo da Silveira Barreto (035.821.757-15); Jayme Moreira (107.270.277-00); Jorge Carneiro da Costa (766.349.814-34); Marcos Estevam Costa Maciel (529.536.610-34)
1.2. Órgão/Entidade: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CA.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8872/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno/TCU e no art. 7º, inciso I, da Resolução/TCU n. 206/2007, em considerar prejudicada a apreciação do mérito dos atos de concessão e alteração de reforma a seguir relacionados, por perda de objeto, tendo em vista o falecimento do interessado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.338/2017-6 (REFORMA)
1.1. Interessados: Jorge Kameneff de Bivar (057.359.047-87).
1.2. Órgão/Entidade: Sétima Região Militar - MD/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8873/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno/TCU e no art. 7º, inciso I, da Resolução/TCU n. 206/2007, em considerar prejudicada a apreciação do mérito dos atos de concessão de reforma a seguir relacionados, por perda de objeto, tendo em vista o falecimento dos interessados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.339/2017-2 (REFORMA)
1.1. Interessados: Ageo Pereira de Lima (047.529.884-53); Ageo Pereira de Lima (047.529.884-53); Almir de Carvalho Filho (100.579.197-04); Almir de Carvalho Filho (100.579.197-04); Antonio Pinto de Oliveira (522.852.197-68); Cicinato do Carmo (222.423.417-15); Cicinato do Carmo (222.423.417-15); Domicio Cordeiro Chavante (066.249.107-63); Jose Nicodemo da Silva (079.230.907-34); José Dias Correia (067.633.167-04); José Dias Correia (067.633.167-04).
1.2. Órgão/Entidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha - MD/CM.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8874/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno/TCU e no art. 7º, inciso I, da Resolução/TCU n. 206/2007, em considerar prejudicada a apreciação do mérito dos atos de concessão de reforma a seguir relacionados, por perda de objeto, tendo em vista o falecimento dos interessados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.343/2017-0 (REFORMA)
1.1. Interessados: João Lisboa dos Santos (004.503.242-49); José de Freitas Lima (026.010.017-04); João Alipio Jaeger (009.474.230-87); Mario Fernando Ribeiro de Miranda (008.665.982-00); Mucio Silva dos Santos (008.684.770-87); Murilo Felix de Lima (003.236.321-49); Murilo Felix de Lima (003.236.321-49); Odair dos Santos Guedes (308.637.327-04).
1.2. Órgão/Entidade: Diretoria de Administração do Pessoal - MD/CA.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8875/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea a, 169, inciso VI, e 212 do Regimento Interno/TCU, em determinar o arquivamento dos presentes autos, sem julgamento de mérito, por ausência dos pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo, sem prejuízo de encaminhar cópia desta deliberação ao responsável, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-009.490/2016-7 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Responsável: João Eufrásio Nogueira (360.032.123-49).
1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Várzea Alegre/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Ceará (Secex/CE).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8876/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 11 da Lei n. 8.443/1992, 157 do Regimento Interno/TCU e 47 da Resolução/TCU n. 259/2014, em sobrestar o presente processo de monitoramento até a apreciação definitiva do TC-032.564/2011-2 (Prestação de Contas), de acordo com o parecer da Secex/RJ:

1. Processo TC-001.649/2017-5 (MONITORAMENTO)
1.1. Interessado: Tribunal de Contas da União.
1.2. Órgão/Entidade: Companhia Docas do Rio de Janeiro.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio de Janeiro (Secex/RJ).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8877/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, incisos III e V, alínea a, 235, 237, inciso III, e 250, inciso II, do Regimento Interno/TCU, em conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la procedente, e encaminhar cópia dos presentes autos ao Controle Interno do Exército Brasileiro e desta deliberação ao representante, promovendo-se, em seguida o seu arquivamento, sem prejuízo de fazer a seguinte determinação, de acordo com o parecer da SecexDefesa:

1. Processo TC-016.395/2017-4 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Representante: Jorge Antônio Deher Rachid, Secretário da Receita Federal do Brasil.
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Defesa Nacional e da Segurança Pública (SecexDefesa).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinação:
1.7.1. ao Comando do Exército que adote providências para correção dos fatos comunicados nesta representação e informe no relatório de gestão referente ao exercício de 2017 as medidas adotadas e os resultados alcançados.

RELAÇÃO Nº 35/2017 - 2ª Câmara
Relator - Ministro-Substituto ANDRÉ LUÍS DE CARVALHO

ACÓRDÃO Nº 8878/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.850/2017-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Edilza Alves Gomes (CPF 013.437.828-80); Jorge Aparecido de Oliveira (CPF 281.251.698-49); Marinalva Neres Macena (CPF 853.548.728-04) e Shirley Aparecida Bubola (CPF 829.571.188-15).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social - Gerência Executiva em São Paulo - Leste (INSS/MPS).
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8879/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.859/2017-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Eduardo Stringari (CPF 388.423.519-20); Juracy Palmira de Melo (CPF 416.281.289-68); Lígia Fuga (CPF 522.869.599-00); Nilson Guerra (CPF 146.011.330-68); Patrícia Mendes Piacentini (CPF 463.093.309-34) e Paulo Manoel Vieira (CPF 017.483.942-15).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social - Gerência Executiva em Blumenau/SC (INSS/MPS).
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8880/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de aposentadoria a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.866/2017-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Nair Ferrarini Longo (CPF 451.221.489-53).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social - Gerência Executiva em Cascavel/PR (INSS/MPS).
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8881/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.871/2017-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessadas: Dilma Cely André Wenceslau Sampaio (CPF 351.354.506-10); Laura Helena Mateus Simões dos Santos (CPF 233.076.331-04); Lusimar de Sousa Rocha (CPF 132.447.601-04) e Maria de Fatima Barbosa Jorge (CPF 268.989.691-53).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social - Gerência Executiva em Goiânia/GO (INSS/MPS).
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8882/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.884/2017-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Elaine Eleutério dos Santos (CPF 060.314.448-95); Elisabete Oyakaua (CPF 005.982.218-08); Mariluci Cappelatto Cholla Frabetti (CPF 006.883.618-03); Paulo Shigueru Kabutomori (CPF 856.026.988-68); Yvonne Martins de Oliveira (CPF 003.617.698-22) e Zilda Maria Danilenco Gallego Peralta (CPF 084.874.458-61).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social - Gerência Executiva em São Paulo - Centro/SP (INSS/MPS)
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8883/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de aposentadoria a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.885/2017-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Silvio Carlos Roque de Faria (CPF 056.505.266-72).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social - Gerência Executiva em Belo Horizonte/MG (INSS/MPS).
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8884/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de aposentadoria a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.888/2017-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Zita Maria de Paula (CPF 858.756.358-00).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social - Gerência Executiva em Contagem/MG (INSS/MPS).
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8885/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, e art. 7º, inciso I, da Resolução TCU nº 206/2007, em considerar prejudicadas, por perda de objeto, as apreciações para fins de registro dos atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados, já que houve a cessação dos efeitos financeiros dos respectivos atos, motivada pelo falecimento das interessadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.017/2017-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessadas: Leda Flora de Camargos (CPF 119.695.471-20) e Virginia Freire da Costa (CPF 389.498.307-87).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Biblioteca Nacional (FBN/MinC).
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8886/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, e art. 7º, inciso I, da Resolução TCU nº 206/2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação para fins de registro do ato de concessão de aposentadoria a seguir relacionado, já que houve a cessação do efeito financeiro do respectivo ato, motivada pelo falecimento do interessado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.020/2017-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: José Ferreira Campos (CPF 011.401.243-15).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social - Gerência Executiva em Teresina/PI (INSS/MPS).
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8887/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, e art. 7º, inciso I, da Resolução TCU nº 206/2007, em considerar prejudicadas, por perda de objeto, as apreciações para fins de registro dos atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados, já que houve a cessação dos efeitos financeiros dos respectivos atos, motivada pelo falecimento da interessada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.023/2017-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: June Teresinha Cerentine Vianna (CPF 224.437.970-15) e June Teresinha Cerentine Vianna (CPF 224.437.970-15).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social - Gerência Executiva em Santa Maria/RS (INSS/MPS).
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8888/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, e art. 7º, inciso I, da Resolução TCU nº 206/2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação para fins de registro do ato de concessão de aposentadoria a seguir relacionado, já que houve a cessação do efeito financeiro do respectivo ato, motivada pelo falecimento do interessado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.025/2017-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Manuel Paulo da Costa Cerveira (CPF 055.013.420-49).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social - Gerência Executiva em Porto Alegre/RS (INSS/MPS).
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8889/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, e art. 7º, inciso I, da Resolução TCU nº 206/2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação para fins de registro do ato de concessão de aposentadoria a seguir relacionado, já que houve a cessação do efeito financeiro do respectivo ato, motivada pelo falecimento do interessado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.036/2017-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Irapuan Uirassu Catunba (CPF 016.840.515-68).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social - Gerência Executiva em Feira de Santana/BA (INSS/MPS).
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8890/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, e art. 7º, inciso I, da Resolução TCU nº 206/2007, em considerar prejudicadas, por perda de objeto, as apreciações para fins de registro dos atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados, já que houve a cessação dos efeitos financeiros dos respectivos atos, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.062/2017-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Francisco Assis Coelho (CPF 265.706.101-04) e Rubem Tavares da Rocha (CPF 121.261.791-68).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Cultura (Minc).
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8891/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, e art. 7º, inciso I, da Resolução TCU nº 206/2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação para fins de registro do ato de concessão de aposentadoria a seguir relacionado, já que houve a cessação do efeito financeiro do respectivo ato, motivada pelo falecimento da interessada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.098/2017-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Maria Lucia Ramos Mendes (CPF 004.448.468-24).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social - Gerência Executiva em São Paulo/SP (INSS/MPS).
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8892/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de aposentadoria a seguir relacionado e fazer a determinação abaixo indicada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.206/2017-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Paulo Minoru Minazaki (CPF 304.121.968-91).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social - Gerência Executiva em São Paulo/SP (INSS/MPS).
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinar à Sefip que corrija o fundamento legal do ato de Paulo Minoru Minazaki no Sistema de Apreciação e Registro de Atos de Admissão e Concessões (Sisac), nos termos do art. 6º, § 1º, inciso II, da Resolução TCU nº 206/2007.

ACÓRDÃO Nº 8893/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, e art. 7º, inciso I, da Resolução TCU nº 206/2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação para fins de registro do ato de concessão de aposentadoria a seguir relacionado, já que houve a cessação do efeito financeiro do respectivo ato, motivada pelo falecimento do interessado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.126/2017-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Paulo Edson Soares Lopes (CPF 083.470.000-00).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social - Gerência Executiva em Porto Alegre/RS (INSS/MPS).
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8894/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de aposentadoria a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.274/2017-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Luiz Alberto Galvão de Caldas (CPF 124.806.493-34).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social - Gerência Executiva em São Luís/MA (INSS/MPS).
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8895/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de aposentadoria a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.290/2017-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Cristina da Rosa Pitano (CPF 318.784.070-15).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social - Gerência Executiva em Pelotas/RS (INSS/MPS).
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8896/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.305/2017-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Albertina da Silva Rosa (CPF 336.132.497-15) e Nelson Alves Barata (CPF 028.147.817-15).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social - Gerência Executiva no Rio de Janeiro-Centro/RJ (INSS/MPS).
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8897/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.488/2017-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Josélio Monteiro de Melo Junior (CPF 027.297.934-10); Marcia Dallyane Santa Anna Costa de Freitas (CPF 447.758.733-34) e Milton Takeo Ito (CPF 101.100.028-81).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social (INSS/MPS).
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8898/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.919/2017-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Andrea Beatriz de Souza Oliveira (CPF 076.150.314-51); Arthur Barral Eugênio (CPF 080.106.346-97); Claudia Aparecida Barbosa Diniz (CPF 596.428.236-91); Claudia de Lima Martins (CPF 762.268.590-91); Dennisy Hellem Nunes Barros (CPF 851.330.863-34); Francisco Sergio Candido de Oliveira (CPF 454.498.803-91); Jakeline Rodrigues Felix (CPF 066.147.134-93); Júlio Cezar Salema de Oliveira (CPF 017.561.990-51); Liliane Santiago de Carvalho (CPF 775.837.955-91) e Macdonald Almeida Diniz Junior (CPF 958.513.133-15).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social (INSS/MPS).
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8899/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de pensão civil a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.114/2017-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Generosa Acioli de Assunção (CPF 438.618.221-72).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social - Gerência Executiva em Anápolis/GO (INSS/MPS).
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8900/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de pensão civil a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.118/2017-6 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Maria da Conceição da Cunha Lello (CPF 024.045.657-29).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social - Gerência Executiva em Ouro Preto/MG (INSS/MPS).
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8901/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de pensão civil a seguir relacionado e fazer a determinação abaixo indicada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.159/2017-4 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: José Cunha de Aguiar (CPF 045.098.033-20).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social - Gerência Executiva em Fortaleza/CE (INSS/MPS).
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinar à Sefip que corrija o fundamento legal do ato de José Cunha de Aguiar no Sistema de Apreciação e Registro de Atos de Admissão e Concessões (Sisac), nos termos do art. 6º, § 1º, inciso II, da Resolução TCU nº 206/2007.

ACÓRDÃO Nº 8902/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de aposentadoria a seguir relacionado e fazer a determinação abaixo indicada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.162/2017-5 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Benedita Brasilina do Bom Despacho (CPF 274.585.711-87).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social - Gerência Executiva em Cuiabá/MT (INSS/MPS).
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinar à Sefip que corrija o fundamento legal do ato de Benedita Brasilina do Bom Despacho no Sistema de Apreciação e Registro de Atos de Admissão e Concessões (Sisac), nos termos do art. 6º, § 1º, inciso II, da Resolução TCU nº 206/2007.

ACÓRDÃO Nº 8903/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de pensão civil a seguir relacionado e fazer a determinação abaixo indicada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.164/2017-8 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Leda da Rocha Monterisse (CPF 927.115.376-68).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social - Gerência Executiva em Barbacena/MG (INSS/MPS).mg - Inss/mps
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinar à Sefip que corrija o fundamento legal do ato de Leda da Rocha Monterisse no Sistema de Apreciação e Registro de Atos de Admissão e Concessões (Sisac), nos termos do art. 6º, § 1º, inciso II, da Resolução TCU nº 206/2007.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017101100160

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ACÓRDÃO Nº 8904/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, e art. 7º, inciso I, da Resolução TCU nº 206/2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação para fins de registro do ato de concessão de pensão civil a seguir relacionado, já que houve a cessação do efeito financeiro do respectivo ato, motivada pelo falecimento do interessado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.276/2017-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Luiz da Silva Filho (CPF 000.045.102-91).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social - Gerência Executiva em Belém/PA (INSS/MPS).
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8905/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, e art. 7º, inciso I, da Resolução TCU nº 206/2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação para fins de registro do ato de concessão de pensão civil a seguir relacionado, já que houve a cessação do efeito financeiro do respectivo ato, motivada pelo falecimento do interessado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.285/2017-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Luiz Pereira Barroso Neto (CPF 005.291.845-91).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social - Gerência Executiva em Feira de Santana/BA (INSS/MPS).
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8906/2017 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, e na Súmula nº 145 do TCU, em retificar, por inexatidão material, o Acórdão 11.523/2016 prolatado pela 2ª Câmara do TCU, na Sessão Ordinária de 25/10/2016 (Ata nº 38/2016), no que concerne ao seu item 9.2, mantendo inalterados os demais termos do referido acórdão, além de restituir, em seguida, os autos à Secex/AM, para que dê prosseguimento ao feito, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, de sorte que:

onde se lê:
"9.2. ...para condená-lo ao pagamento da importância de R$ 150.283,73 (cento e cinquenta mil, duzentos e oitenta e três reais e setenta e três reais)..."

leia-se:
"9.2. ...para condená-lo ao pagamento da importância de R$ 150.283,73 (cento e cinquenta mil, duzentos e oitenta e três reais e setenta e três centavos)..."

1. Processo TC-035.018/2014-3 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Responsável: Raimundo Nonato Batista de Souza (CPF 284.764.681-72).
1.2. Entidade: Município de Tabatinga/AM.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Amazonas (Secex/AM).
1.6. Representação legal: Ademar Lins Vitório Filho (OAB/AM 5.269) e outros, representando Raimundo Nonato Batista de Souza.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8907/2017 - TCU - 2ª Câmara

Considerando que a presente representação foi autuada a partir do recebimento do Ofício nº 1201/2017-GABPR6-ASB expedido pelo Exmo. Sr. André Sfefani Bertual, como Procurador da República no Estado de Santa Catarina, encaminhando a cópia do processo de representação instaurado no referido Parquet para investigar possíveis irregularidades no Instituto de Metrologia de Santa Catarina (Imetro/SC), com eventual prejuízo à União;

Considerando que o Instituto de Metrologia de Santa Catarina (Imetro/SC) constitui-se em autarquia estadual e compõe a Rede Brasileira de Metrologia Legal e Qualidade do Inmetro - RBMLQ-1, tendo por finalidade administrar os recursos públicos federais repassados pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro) por meio de convênios assinados na qualidade de órgão delegado;

Considerando que, na peça inicial, foram apontadas as seguintes irregularidades:

a) contratações ou admissões sem a realização de concurso público;

b) pagamentos de parcela remuneratória adicional em favor de empregados do Imetro/SC (pagamentos extra-folha), pelo direto custeio do Inmetro, configurando a dupla remuneração, sem a fiscalização por parte dos órgãos responsáveis;

c) desvio de função; e

d) omissão na adoção de providências administrativas após a realização de greve pelos servidores no ano de 2014;

Considerando que a competência do TCU não alcança três dessas supostas irregularidades (contratações ou admissões sem a realização de concurso público, desvio de função e omissão na adoção de providências administrativas após a realização de greve pelos servidores no ano de 2014), uma vez que, por figurar como autarquia estadual, o Imetro/SC tem todo o seu quadro de pessoal vinculado ao Estado de Santa Catarina, com autonomia para administrar os seus recursos humanos, tanto no que concerne à dimensão financeira (criação de gratificações, estruturação remuneratória etc.), quanto no que concerne à dimensão operacional (alocação de funções, definição de lotacionograma etc.), devendo respeito e observância à legislação aplicável e, consequentemente, ao controle externo promovido pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina;

Considerando que, em relação à falha remanescente (pagamentos de parcela remuneratória adicional em favor de empregados do Imetro/SC - pagamentos extra-folha - pelo direto custeio do Inmetro, configurando a dupla remuneração, sem a fiscalização por parte dos órgãos responsáveis), não se observa na documentação acostada à peça exordial o necessário elemento indiciário tendente a corroborar a alegação de irregularidade, limitando-se a citar os nomes de alguns dos eventuais empregados;

Considerando que, na tentativa de suprir essa lacuna probatória, a unidade técnica efetuou pesquisas nas bases de dados disponíveis, tendo verificado que os valores declarados pelo Imetro/SC na Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), sob o ano base de 2016, a título de remunerações das pessoas citadas na referida representação, correspondem aos informados no Portal da Transparência do Estado de Santa Catarina;

Considerando que também não foi identificada, no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), a existência de pagamentos feitos por órgãos federais em favor das pessoas citadas na referida representação durante os últimos 7 anos;

Considerando, por fim, que os servidores do Imetro/SC (citados na inicial) não constam, ainda, do Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos do Governo Federal (Siape);

Considerando, pelo exposto, que a representação não preenche os requisitos de admissibilidade previstos no art. 235 do RITCU, já que, ou não desafiaria a competência do TCU, ou não estaria acompanhada dos necessários indícios sobre a suposta irregularidade;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "a", 169, inciso III, 235, parágrafo único, e 237, inciso III e parágrafo único, do Regimento Interno do TCU, em não conhecer da presente representação, por não preencher os requisitos de admissibilidade previstos no art. 235 do RITCU, e fazer as determinações abaixo indicadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-005.449/2017-0 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Representante: Exmo. Sr. André Stefani Bertuol, Procurador da República em Santa Catarina.
1.2. Entidade: Instituto de Metrologia de Santa Catarina - Imetro/SC (CNPJ 07.410.720/0001-74)
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Santa Catarina (Secex/SC).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinar à Secex/SC que:
1.7.1.envie cópia do presente Acórdão, acompanhado do parecer da unidade técnica, ao Instituto de Metrologia de Santa Catarina (Imetro/SC), para ciência, e ao ilustre representante, informando que ele pode apresentar nova representação ao TCU, caso obtenha os indícios de irregularidade concernentes aos pagamentos de parcela remuneratória adicional em favor de empregados do Imetro/SC (pagamentos extra-folha), pelo direto custeio do Inmetro, configurando a dupla remuneração, sem a fiscalização por parte dos órgãos responsáveis; e
1.7.2. arquive os presentes autos.

ACÓRDÃO Nº 8908/2017 - TCU - 2ª Câmara

Considerando que os presentes autos tratam de representação formulada pelo Exmo. Sr. Cristiano Pimentel, como Procurador-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco - MPTCE/PE, sobre possíveis irregularidades na condução do Processo Licitatório nº 047/2015 e do Processo de Inexigibilidade nº 06/2015 pelo Município de Bom Conselho - PE para a compra de 5.000 (cinco mil) livros paradidáticos (intitulados: "Resgate Cívico", "Cantando e Aprendendo os Hinos do Brasil, Pernambuco e Bom Conselho"), pelo custo de R$ 63,92 cada, com os recursos provenientes do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), no exercício de 2015;

Considerando que, embora no presente caso haja a participação de recursos federais a título de complementação da União na formação dos recursos repassados, no exercício de 2015, ao Município de Bom Conselho/PE no âmbito do Fundeb, o entendimento do TCU (v. g.: Acórdão 643/2017-TCU-2ª Câmara) se firmou no sentido de que, em se tratando de irregularidades nos procedimentos licitatórios, na execução contratual e na execução orçamentário-financeira, os autos devem, primariamente, ser encaminhados ao tribunal de contas que, por sua natureza, deve apreciar os atos de gestão do administrador municipal ou estadual, além de apreciá-las suas contas;

Considerando que, conforme a pesquisa realizada na página virtual do TCE/PE, a Inexigibilidade nº 06/2015 já é objeto de auditoria especial no âmbito do TCE/PE, além de também haver orientação do próprio MPTCE/PE para que a matéria seja analisada no processo de contas de 2015, quando se analisará a gestão do aludido município durante o referido exercício, encontrando-se o correspondente feito, atualmente, em processo de instrução;

Considerando que, após as análises cabíveis, mesmo que se conclua pela irregularidade total do dispêndio, tomando por base a proporcionalidade da participação da complementação da União no Fundeb do referido município, o valor do possível débito a ser ressarcido aos cofres federais (equivalente a 13,44% de R$ 319.600,00) estaria abaixo do limite no valor de alçada de R$100.000,00 para a instauração do processo de tomada de contas especial neste TCU, nos termos da IN TCU nº 71/2012 (com as alterações trazidas pela IN TCU nº 76/2016);

Considerando, dessa forma, que, no presente momento, por questões de racionalidade administrativa e de economia processual, com o intuito de que o custo do controle não seja superior ao possível ressarcimento, resta prejudicada a análise de mérito da presente representação, sem prejuízo de que o Tribunal possa vir a apreciar a matéria em momento futuro, caso sobrevenham os motivos para essa medida;

Considerando, assim, que compete primariamente à instituição repassadora decidir sobre a regularidade, ou não, da aplicação dos recursos federais transferidos e adotar as providências decorrentes das irregularidades constatadas na gestão dos recursos repassados;

Considerando, por fim, que se mostra indicado o envio de cópia dos autos ao FNDE, para a apuração das suscitadas falhas, devendo informar o TCU sobre o resultado das medidas adotadas;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "a", 235, 237, inciso IV e parágrafo único, e 250, inciso I, do Regimento Interno do TCU, em conhecer da presente representação para, no mérito, considerá-la prejudicada, e fazer as determinações abaixo indicadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.408/2016-0 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Representante: Exmo. Sr. Cristiano Pimentel, Procurador Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (MPTCE/PE).
1.2. Entidade: Município de Bom Conselho/PE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Pernambuco (Secex/PE).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinar:
1.7.1. ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) que promova a necessária apuração das falhas apontadas nestes autos, devendo informar o TCU sobre o resultado das medidas adotadas, no prazo de 120 (cento e vinte) dias contas da ciência desta deliberação;
1.7.2. à Secex/PE que:
1.7.2.1. encaminhe cópia do presente Acórdão, acompanhada de cópia do parecer da unidade técnica, ao ilustre representante;
1.7.2.2. encaminhe cópia do presente Acórdão, acompanhada de cópia do parecer da unidade técnica, além da cópia destes autos, ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para subsidiar o cumprimento da determinação proferida no item 1.7.1 deste Acórdão; e
1.7.2.3. arquive os presentes autos, sem prejuízo de monitorar o cumprimento da determinação proferida no item 1.7.1 deste Acórdão.

ACÓRDÃO Nº 8909/2017 - TCU - 2ª Câmara

Considerando que a presente representação foi autuada por força do item 9.5 do Acórdão 7.754/2015 proferido pela 1ª Câmara do TCU, ao apreciar o TC-012.971/2011-1, que tratou de tomada de contas especial instaurada pelo Ministério da Integração Nacional em desfavor dos Srs. Audálio Ferreira de Araújo (CPF 014.054.114-49) e José Daniel Brasileiro Feliciano (CPF 165.071.854-34), além do Município de Bom Conselho - PE (CNPJ 11.285.954/0001-04), diante de irregularidades na aplicação dos recursos federais do Convênio nº 1.052/2000, tendo o referido item 9.5 do Acórdão 7.754/2015 sido prolatado na seguinte linha:

"(...) *9.5. com base no art. 43 da Resolução/TCU 259/2014, determinar a formação de processo apartado de natureza de representação, composto dos documentos mencionados no voto revisor, para apuração dos indícios de "sobrepreço dos tubos adquiridos para a construção da Adutora dos Rios Bacas/Bálsamo e do item "colchão de areia", além de outros que a unidade técnica entender pertinente", bem como identificação de novos responsáveis pelas irregularidades porventura confirmadas e, se for o caso, posterior conversão em tomada de contas especial;"*

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Considerando, pelo exposto, que, o presente feito se destina a investigar os indícios de sobrepreço nos tubos adquiridos para a construção da adutora sobre os rios Bacas e Bálsamo, além do item "colchão de areia compactada", no Contrato nº 354/2000;

Considerando que o Contrato nº 354/2000 foi firmado em 24/11/2000 entre a Construtora Bracel Ltda. (declarada vencedora na Concorrência Pública nº 0058/2000 - Peça nº 10, p. 170-190) e o Município de Bom Conselho - PE, tendo por signatário o então prefeito (Sr. Gervázio Cavalcante de Matos - gestão: 1997 a 2000), para a construção da adutora sobre os rios Bacas e Bálsamo com recursos federais do Convênio nº 1.052/2000 (Peça nº 8, p. 79-93), de 29/11/2000;

Considerando que, inicialmente, os recursos destinados ao Convênio nº 1.052/2000 foram fixados em R$ 1.160.000,00, com R$ 106.087,01 a título de contrapartida municipal e R$ 1.053.912,99 à conta do concedente, tendo os recursos federais sido repassados por meio da Ordem Bancária 20010B001663, de 14/9/2001 (Peça nº 21, p. 111), em favor da Conta Corrente 6699-0, na Agência 550-9 do Banco do Brasil, salientando que, em 26/12/2003, o valor federal de R$ 5.600.000,00 foi repassado por meio da Ordem Bancária 20030B900912 (Peça nº 21, p. 113);

Considerando que, pela celebração de diversos aditivos (Peça nº 8, p. 114-114; 119-120; 280-281; Peça nº 9, p. 24-25; 35-37; 73-75), foram alocados recursos adicionais para a execução do convênio, alcançando o montante de R$ 7.313.816,88, com R$ 6.653.912,99 à conta da União (R$ 1.053.912,99 mais R$ 5.600.000,00) e com R$ 659.903,89 à conta do referido município (R$ 106.087,01 mais R$ 553.816,88);

Considerando que, após a análise do feito, a unidade técnica identificou a ocorrência de sobrepreço resultante de serviços contratados e pagos com preços superiores aos de mercado na aquisição de tubos com junta elástica e nos pagamentos realizados para o item "colchão de areia compactada", no âmbito do Contrato nº 354/2000;

Considerando, dessa forma, que, diante da procedência da presente representação, mostra-se necessária a conversão deste processo em tomada de contas especial, a fim de se promover a citação dos responsáveis pelos débitos apurados nos autos;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 47 da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 143, V, "g", 235, 237, VI e parágrafo único, e 252, caput, do Regimento Interno do TCU, em conhecer da presente representação para, no mérito, considerá-la procedente e converter os presentes autos de fiscalização em tomada de contas especial, proferindo as determinações abaixo indicadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-035.288/2015-9 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Tribunal de Contas da União.

1.2. Entidade: Município de Bom Conselho - PE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Pernambuco (Secex/PE).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar à Secex/PE que:

1.7.1. promova, nos termos dos arts. 10, § 1º, e 12, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e do art. 202, II, do RITCU, a citação solidária dos seguintes responsáveis (nas correspondentes condições):

1.7.1.1. Sr. Gervázio Cavalcante de Matos - CPF 165.071.854-34, então prefeito de Bom Conselho/PE (gestão: 1997 a 2000), como responsável pela adjudicação e homologação da Concorrência Pública nº 0058/2000, em 10/11/2000, com preços superiores aos de mercado, e como signatário do Contrato nº 354/2000 celebrado entre o referido município e a Construtora Bracel Ltda., descumprindo a Lei nº 8.666, de 1993 (arts. 3º e 43, IV) e os princípios da economicidade e da eficiência administrativa (art. 37 da CF88), resultando em sobrepreço pelos serviços contratados e pagos com preços superiores aos de mercado na aquisição de tubos com junta elástica no âmbito do Contrato nº 354/2000;

1.7.1.2. Sr. José Daniel Brasileiro Feliciano - CPF 165.071.854-34, então prefeito de Bom Conselho - PE (gestão: 2001 a 2004), como responsável pelo pagamento dos serviços com preços superiores aos de mercado na aquisição de tubos com junta elástica no âmbito do Contrato nº 354/2000 celebrado entre o referido município e a Construtora Bracel Ltda., descumprindo a Lei nº 8.666, de 1993 (arts. 3º e 43, IV) e os princípios da economicidade e da eficiência administrativa (art. 37 da CF88), resultando em sobrepreço pelos serviços contratados e pagos com preços superiores aos de mercado na aquisição de tubos com junta elástica no âmbito do Contrato nº 354/2000;

1.7.1.3. Sr. Jairo Cândido Barbosa - CPF 318.463.194-04 (Engenheiro Civil), como responsável pela elaboração do orçamento com preços superiores aos de mercado para ser utilizado na Concorrência Pública nº 0058/2000, resultando em sobrepreço pelos serviços contratados e pagos com preços superiores aos de mercado na aquisição de tubos com junta elástica no âmbito do Contrato nº 354/2000 celebrado entre o Município de Bom Conselho/PE e a Construtora Bracel Ltda., descumprindo a Lei nº 8.666, de 1993 (arts. 3º e 43, IV) e os princípios da economicidade e da eficiência administrativa (art. 37 da CF88), resultando em sobrepreço pelos serviços contratados e pagos com preços superiores aos de mercado na aquisição de tubos com junta elástica no âmbito do Contrato nº 354/2000;

1.7.1.4. Construtora Bracel Ltda. - CNPJ 165.071.854-34 (empresa contratada), como responsável pelo recebimento dos pagamentos pelos serviços com preços superiores aos de mercado na aquisição de tubos com junta elástica no âmbito do Contrato nº 354/2000 celebrado com o Município de Bom Conselho - PE, descumprindo a Lei nº 8.666, de 1993 (arts. 3º e 43, IV) e os princípios da economicidade e da eficiência administrativa (art. 37 da CF88), resultando em sobrepreço pelos serviços contratados e pagos com preços superiores aos de mercado na aquisição de tubos com junta elástica no âmbito do Contrato nº 354/2000:

Débito:

Valor atualizado em 30/8/2017: R$ 2.917.660,67 (Peça 32)

VALOR ORIGINAL (R$)	DATA DA OCORRÊNCIA
162.627,85	1/3/2002
72.343,15	14/3/2002
97.970,75	4/4/2002
76.895,36	29/1/2004
9.498,58	29/1/2004
139.518,93	19/2/2004
57.565,51	19/2/2004
134.720,66	4/3/2004
55.585,75	4/3/2004
86.084,13	11/3/2004
35.518,31	11/3/2004
79.725,10	18/3/2004
32.894,58	18/3/2004
83.969,73	25/3/2004
34.645,91	25/3/2004
86.368,86	2/4/2004
35.635,79	2/4/2004

1.7.1.5. Sr. Gervázio Cavalcante de Matos - CPF 165.071.854-34, então prefeito de Bom Conselho - PE (gestão: 1997 a 2000), como responsável pela adjudicação e homologação da Concorrência Pública nº 0058/2000, em 10/11/2000, com preços superiores aos de mercado, e como signatário do Contrato nº 354/2000 celebrado entre o referido município e a Construtora Bracel Ltda., descumprindo a Lei nº 8.666, de 1993 (arts. 3º e 43, IV) e os princípios da economicidade e da eficiência administrativa (art. 37 da CF88), resultando em sobrepreço pelos serviços contratados e pagos com preços superiores aos de mercado na aquisição do item "colchão de areia compactada" no âmbito do Contrato nº 354/2000;

1.7.1.6. Sr. José Daniel Brasileiro Feliciano - CPF 165.071.854-34, então prefeito de Bom Conselho/PE (gestão: 2001 a 2004), como responsável pelo pagamento por serviços com preços superiores aos de mercado constatados no item "colchão de areia compactada" no âmbito do Contrato nº 354/2000 celebrado entre o aludido município e a Construtora Bracel Ltda., descumprindo a Lei nº 8.666, de 1993 (arts. 3º e 43, IV) e os princípios da economicidade e da eficiência administrativa (art. 37 da CF88), resultando em sobrepreço pelos serviços contratados e pagos com preços superiores aos de mercado na aquisição do item "colchão de areia compactada" no âmbito do Contrato nº 354/2000;

1.7.1.7. Construtora Bracel Ltda. - CNPJ 165.071.854-34 (empresa contratada), pelo recebimento de pagamentos por serviços com preços superiores aos de mercado no item "colchão de areia compactada" no âmbito do Contrato 354/2000 celebrado com o Município de Bom Conselho - PE, descumprindo a Lei nº 8.666, de 1993 (arts. 3º e 43, IV) e os princípios da economicidade e da eficiência administrativa (art. 37 da CF88), resultando em sobrepreço pelos serviços contratados e pagos com preços superiores aos de mercado na aquisição do item "colchão de areia compactada" no âmbito do Contrato nº 354/2000:

Débito:

Valor atualizado em 30/8/2017: R$ 312.019,81 (Peça 33.31)

VALOR ORIGINAL (R$)	DATA DA OCORRÊNCIA
2.248,10	12/12/2001
6.633,73	23/4/2002
7.499,80	16/5/2002
7.151,85	10/6/2002
5.389,90	11/7/2002
5.389,90	14/11/2002
824,34	29/1/2004
3.019,26	29/01/2004
41.216,92	23/4/2004
17.006,10	23/4/2004
14.267,40	7/5/2004
5.886,73	14/5/2004
1.585,27	28/5/2004
654,08	13/8/2004
792,69	7/7/2004
327,06	5/7/2004
2.660,86	15/7/2004
1.097,87	16/7/2004
3.660,04	30/7/2004
1.510,13	30/7/2004
1.105,84	13/8/2004
456,27	13/8/2004
3.207,28	27/8/2004
1.323,32	27/8/2004
437,59	9/9/2004
180,55	9/9/2004
166,82	30/9/2004
68,83	15/10/2004
2.454,15	26/11/2004
1.012,58	26/11/2004

1.7.2. dê ciência da presente deliberação ao Exmo. Sr. Ministro de Estado da Integração Nacional, nos termos do art. 198, parágrafo único, do Regimento Interno do TCU; e

1.7.3. encaminhe a cópia do presente Acórdão, acompanhada de cópia do parecer da unidade técnica, à Prefeitura e à Câmara Municipal de Bom Conselho - PE, para ciência, e aos responsáveis citados em cumprimento ao item 1.7.1 deste Acórdão, para facilitar a produção das correspondentes alegações de defesa.

PROCESSOS APRECIADOS DE FORMA UNITÁRIA

Por meio de apreciação unitária de processos, a Segunda Câmara proferiu os Acórdãos de nºs 8910 a 8955, a seguir transcritos, incluídos no Anexo desta Ata, juntamente com os relatórios, votos ou propostas de deliberação em que se fundamentaram.

ACÓRDÃO Nº 8910/2017 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 016.059/2006-8.

1.1. Apensos: 000.325/2009-0; 022.252/2005-5; 013.707/2014-0.

2. Grupo II; Classe de Assunto: I - Embargos de Declaração (Recurso de Reconsideração).

3. Recorrente: Gilson Silveira Figueiredo (126.978.185-53).

4. Entidade: Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Sergipe.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro José Jorge.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur).

8. Representação legal: Luiz Carlos Braga de Figueiredo (OAB-DF/16.010) e outros, representando Gilson Silveira Figueiredo;

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de embargos de declaração opostos pelo Sr. Gilson Silveira Figueiredo, presidente da Câmara de Lojistas de Aracaju à época dos fatos, em face do Acórdão 6.623/2013-TCU-2ª Câmara, que negou provimento a recurso de reconsideração por ele interposto contra o Acórdão 899/2010-TCU-2ª Câmara, alterado pelo Acórdão 4.768/2011-TCU-2ª Câmara, por meio do qual o Tribunal julgou suas contas irregulares, com condenação ao pagamento de débito e aplicação da multa do art. 57 da Lei 8.443/92;

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo relator, em:

9.1. conhecer dos embargos de declaração, com fulcro nos arts. 32 e 34 da Lei 8443/1992, para no mérito, acolhê-los, de modo a tornar insubsistentes os itens 9.3, 9.4 e 9.5 do Acórdão 899/2010-TCU-2ª Câmara, modificado pelos Acórdãos 4.768/2011-TCU-2ª Câmara e 6.623/2013-TCU-2ª Câmara;

9.2. julgar regulares com ressalva as contas do Sr. Gilson Silveira Figueiredo, com fundamento no art. 16, inciso II, da Lei 8.443/1992, dando-lhe quitação;

9.3. dar ciência desta deliberação ao embargante.

10. Ata n° 36/2017 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 3/10/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8910-36/17-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Ana Arraes e Vital do Rêgo (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto convocado que não participou da votação: Marcos Bemquerer Costa.

13.4. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 8911/2017 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 027.678/2011-3.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de declaração (Prestação de Contas).

3. Embargante: GV2 Produções S/A (02.036.987/0001-20).

4. Órgãos: Ministério da Justiça e Segurança Pública; Secretaria Executiva do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidades Técnicas: não atuou.

8. Representação legal:

8.1. Victor Scholze (OAB/DF 39.503) e outros, representando GV2 Produções S/A.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de embargos de declaração opostos pela empresa GV2 Produções S/A, contra o Acórdão 7.590/2017-TCU-2ª Câmara;

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator:

9.1. conhecer dos embargos, com fulcro nos arts. 32 e 34 da Lei 8443/1992, para, no mérito, rejeitá-los;

9.2. dar ciência desta deliberação ao embargante.

10. Ata n° 36/2017 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 3/10/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8911-36/17-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Ana Arraes e Vital do Rêgo (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto convocado que não participou da votação: Marcos Bemquerer Costa.

13.4. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 8912/2017 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 029.226/2010-4.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de reexame (Aposentadoria).

3. Recorrente: José Newton de Freitas Coelho (014.557.883-68).

4. Entidade: Fundação Universidade Federal do Piauí.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Augusto Nardes.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de pedido de reexame, interposto por José Newton de Freitas Coelho, contra o Acórdão 6.797/2011-TCU-2ª Câmara, que considerou ilegal ato de aposentadoria emitido em favor do recorrente.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator e com fundamento no art. 11 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 201, § 1º, do Regimento Interno, em:

9.1. conhecer do pedido de reexame interposto por José Newton de Freitas Coelho (014.557.883-68), para, no mérito, dar-lhe provimento parcial, no sentido de tornar sem efeito o subitem 9.3.2 do Acórdão 6.797/2011-TCU-2ª Câmara, mantendo-se, contudo, a ilegalidade do ato emitido em razão de constar nos proventos do recorrente a parcela relativa à URP;

9.2. orientar o recorrente de que o período de 1 ano e 10 meses de tempo de contribuição informado na presente fase recursal pode ser computado para fins de aposentadoria. Para tanto, o interessado deverá requerer à Fundação Universidade Federal do Piauí que:

9.2.1. proceda a averbação do referido período em seus assentamentos funcionais;

9.2.2. emita novo ato de aposentadoria contemplando o referido período.

9.3. dar ciência desta deliberação ao recorrente e à Fundação Universidade Federal do Piauí.

10. Ata n° 36/2017 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 3/10/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8912-36/17-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Ana Arraes e Vital do Rêgo (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto convocado que não participou da votação: Marcos Bemquerer Costa.

13.4. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 8913/2017 - TCU - SEGUNDA CÂMARA

1. Processo nº TC 027.338/2016-9.

2. Grupo I - Classe de Assunto: VI - Representação.

3. Interessada: Sociedade Mineira de Terapia Intensiva (CNPJ 16.841.652/0001-99).

3.1. Responsáveis: Luiz Alberto de Almeida Braga (CPF 012.096.217-97) e Marco Aurélio Nunes Pereira (CPF 954.573.727-15).

4. Órgão: Escola de Saúde do Exército - EsSEx.

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira, após o seu pedido de vista (Peça nº 36).

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio de Janeiro (Secex/RJ).

8. Representação legal: Fabrício Antônio Antunes (CPF 838.493.606- 44), representando a Sociedade Mineira de Terapia Intensiva.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos representação, com pedido de cautelar suspensiva, formulada pela Sociedade Mineira de Terapia Intensiva (Somiti) sobre possíveis irregularidades no Pregão Eletrônico nº 4/2016 promovido pela Escola de Saúde do Exército (EsSEx) para a contratação de serviço inerente à realização de curso de tratamento de vida no trauma para médicos militares da EsSEx, em atenção às necessidades operacionais da Força Terrestre, no valor estimado de R$ 421.700,00;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. rejeitar as razões de justificativa apresentadas pelo Sr. Luiz Alberto de Almeida Braga e pelo Sr. Marco Aurélio Nunes Pereira no âmbito da presente representação já conhecida por meio do Acórdão 1.630/2017-TCU-2ª Câmara;

9.2. aplicar, individualmente, ao Sr. Luiz Alberto de Almeida Braga e ao Sr. Marco Aurélio Nunes Pereira a multa prevista no art. 58, incisos II e III, da Lei nº 8.443, de 1992, nos valores de R$ 21.000,00 (vinte e um mil reais) e de R$ 10.000,00 (dez mil reais), respectivamente, com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, III, "a", do Regimento Interno do TCU), o recolhimento das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente na forma da legislação em vigor;

9.3. autorizar, caso requerido, nos termos do art. 26 da Lei nº 8.443, de 1992, o parcelamento das dívidas constantes deste Acórdão em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, sobre as quais incidirão a atualização monetária e os correspondentes acréscimos legais, esclarecendo ao responsável que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor (art. 217, § 2º, do RITCU), sem prejuízo das demais medidas legais;

9.4. determinar, com fundamento no art. 26 da Lei 8.443, de 1992, e no art. 217 do Regimento Interno do TCU, que o órgão competente do Comando do Exército promova o desconto em folha do pagamento do valor das multas aplicadas pelo item 9.2 deste Acórdão, observando, por analogia, o limite, por parcela, previsto no art. 46, § 1º, da Lei nº 8.112, de 1990, com a redação dada pela Medida Provisória 2.225-45/2001;

9.5. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443, de 1992, a cobrança judicial das dívidas constantes deste Acórdão, caso não atendidas as notificações;

9.6. recomendar ao Comando do Exército, por intermédio do Centro de Controle Interno do Exército, que, nos termos do art. 250, III, do RITCU, se entender conveniente e oportuno, adote as medidas cabíveis no sentido de que, nas escolas militares não comandadas por oficiais generais, a função de ordenador de despesas secundário seja atribuída a uma autoridade administrativa subordinada específica, permitindo que essa autoridade específica possa assumir a plena responsabilidade pelos atos de gestão com menor relevância institucional, ainda que mediante a prévia ciência do comandante-geral da escola militar, de sorte que seja reservada, ao comandante e diretor-geral de ensino de cada escola militar, a estrita função de ordenador de despesas primário com a específica responsabilidade sobre a prática e a aprovação dos atos de gestão mais relevantes, por meio da devida regulamentação interna, podendo definir, para tanto, a fixação de determinado valor de alçada para a homologação de certames com montantes mais significativos pelo ordenador de despesas primário, entre outras soluções gerenciais pertinentes, tal como ocorre atualmente, por exemplo, nas escolas militares sob o comando de oficiais generais; e

9.7. enviar a cópia deste Acórdão à representante, para ciência, e à Escola de Saúde do Exército e ao Comando do Exército, por intermédio do Centro de Controle Interno do Exército (CCIEx), para ciência e adoção das providências porventura cabíveis.

10. Ata n° 36/2017 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 3/10/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8913-36/17-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente) e Ana Arraes.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 8914/2017 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 000.200/2014-0

2. Grupo I - Classe I - Recurso de Reconsideração (Tomada de Contas Especial).

3. Recorrente: João Cavalcante Barros (CPF 001.409.451-72).

4. Unidades: Município de Corrente/PI e Fundação Nacional de Saúde - Funasa.

5. Relatora: ministra Ana Arraes.

5.1. Relator da deliberação recorrida: ministro-substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: subprocurador-geral Lucas Rocha Furtado.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos - Serur.

8. Representação legal: Zadiel Lobato de Oliveira (OAB/DF 7.108).

9. Acórdão:

VISTO, relatado e discutido este recurso de reconsideração, interposto por João Cavalcante Barros contra o acórdão 2.773/2016 - 2ª Câmara.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora e com fundamento nos arts. 32 e 33 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 285 do Regimento Interno, em:

9.1. conhecer do recurso de reconsideração e negar-lhe provimento;

9.2. dar ciência desta deliberação ao recorrente, à Fundação Nacional de Saúde e ao procurador-chefe da Procuradoria da República no Estado do Piauí.

10. Ata n° 36/2017 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 3/10/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8914-36/17-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente) e Ana Arraes (Relatora).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 8915/2017 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 000.593/2016-8

2. Grupo I - Classe II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Marcos Pacheco de Toledo Ferraz (CPF 050.671.208-78), Samuel Goihman (CPF 641.036.098-34) e Ulysses Fagundes Neto (CPF 578.451.908-53).

4. Unidades: Universidade Federal de São Paulo - Unifesp e Fundo Nacional de Saúde - FNS.

5. Relatora: ministra Ana Arraes.

6. Representante do Ministério Público: procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de São Paulo - Secex/SP.

8. Representação legal: Lilian Ribeiro (OAB/SP 61.971) e outros representando Marcos Pacheco de Toledo Ferraz; Milton Flávio de A. C. Lautenschläger (OAB/SP 162.676) e outros representando Samuel Goihman; e Lucas Cherem de Camargo Rodrigues (OAB/SP 182.496) e outros representando Ulysses Fagundes Neto.

9. Acórdão:

VISTA, relatada e discutida a tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Saúde - FNS relativa aos recursos repassados à Universidade Federal de São Paulo - Unifesp por meio da Portaria FNS 513/2007.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2a Câmara, ante as razões expostas pela relatora e com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, incisos I e III, alíneas "b" e "c" e § 3º, 17, 19, 23, incisos I e III, 26, 28, incisos I e II, e 57 da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 214, inciso III, alínea "a", e 215 a 217 do Regimento Interno, em:

9.1. julgar regulares as contas de Marcos Pacheco de Toledo Ferraz e de Ulysses Fagundes Neto e dar-lhes quitação plena;

9.2. julgar irregulares as contas de Samuel Goihman e condená-lo ao recolhimento aos cofres do Fundo Nacional de Saúde de R$ 197.713,20 (cento e noventa e sete mil, setecentos e treze reais e vinte centavos), atualizados monetariamente e acrescidos de juros de mora de 19/11/2007 até a data do pagamento;

9.3. aplicar-lhe multa de R$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais), a ser recolhida aos cofres do Tesouro Nacional, com atualização monetária calculada da data deste acórdão até a data do pagamento, se este for efetuado após o vencimento do prazo abaixo estipulado;

9.4. fixar prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovação, perante o Tribunal, do recolhimento das dívidas acima imputadas;

9.5. determinar à Universidade Federal de São Paulo que, caso notificada pelo TCU da não comprovação do recolhimento das dívidas, efetue o respectivo desconto na remuneração do responsável, em favor do Fundo Nacional de Saúde (débito) e do Tesouro Nacional (multa), na forma estabelecida pela legislação pertinente;

9.6. autorizar a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida a notificação e não seja possível a adoção da medida indicada no subitem anterior até o recolhimento integral das dívidas;

9.7. autorizar o pagamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais consecutivas, caso venha a ser solicitado pelo responsável antes do envio do processo para cobrança judicial;

9.8. fixar o vencimento da primeira parcela em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, e o das demais a cada 30 (trinta) dias, com incidência dos respectivos encargos legais sobre o valor de cada parcela;

9.9. alertar ao responsável que a inadimplência de qualquer parcela acarretará vencimento antecipado do saldo devedor;

9.10. enviar cópia deste acórdão ao procurador-chefe da Procuradoria da República no Estado de São Paulo, para as providências cabíveis.

10. Ata n° 36/2017 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 3/10/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8915-36/17-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente) e Ana Arraes (Relatora).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 8916/2017 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 007.095/2011-2

2. Grupo I - Classe II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Edson Antônio Novais (CPF 156.786.449-04), Maria da Graça Capitelli (CPF 390.300.759-53) e município de Ji-Paraná/RO.

4. Unidade: Município de Ji-Paraná/RO.

5. Relatora: ministra Ana Arraes.

6. Representante do Ministério Público: procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Rondônia - Secex/RO.

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTA, relatada e discutida esta tomada de contas especial, instaurada pelo Departamento Nacional de Auditoria do Sistema Único de Saúde - Denasus em razão de irregularidades na gestão de recursos do SUS pela Secretaria Municipal de Saúde de Ji-Paraná/RO.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora e com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, incisos II e III, alínea "b", 18, 23, inciso II, 26 e 27 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. julgar regulares com ressalva as contas do município de Ji-Paraná/RO e dar-lhe quitação;

9.2. julgar irregulares as contas de Maria da Graça Capitelli e Edson Antônio Novais;

9.3. remeter cópia deste acórdão ao Fundo Nacional de Saúde, à Prefeitura Municipal de Ji-Paraná/RO e ao Tribunal de Contas do Estado de Rondônia.

10. Ata n° 36/2017 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 3/10/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8916-36/17-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente) e Ana Arraes (Relatora).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 8917/2017 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 007.393/2014-8

2. Grupo II - Classe I - Recurso de Reconsideração.

3. Recorrente: José Arlindo da Silva Filho (CPF 479.821.796-49).

4. Unidade: Município de Curimatá/PI.

5. Relatora: ministra Ana Arraes.

5.1. Relator da deliberação recorrida: ministro-substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos - Serur.

8. Representação legal: Francisco Nunes de Brito Filho (OAB/PI 2.975).

9. Acórdão:

VISTO, relatado e discutido este recurso de reconsideração, interposto por José Arlindo da Silva Filho contra o acórdão 4.941/2016 - 2ª Câmara, que julgou irregulares as contas especiais do recorrente, com imputação de débito e aplicação de multa em razão da inexecução do objeto do Contrato de Repasse 019556083/2006 (Siafi 574273), que se destinava à construção da segunda etapa de uma praça de esportes no município de Curimatá/PI.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pela relatora e com fundamento nos arts. 32 e 33 da Lei 8.443/1992 e no art. 285 do Regimento Interno deste Tribunal, em:

9.1. conhecer do recurso de reconsideração e negar-lhe provimento;

9.2. dar ciência desta deliberação ao recorrente, ao município de Curimatá/PI, à Procuradoria da República no Estado do Piauí, ao Ministério do Esporte e à Caixa Econômica Federal;

9.3. juntar cópia desta deliberação ao TC 007.388/2014-4.

10. Ata n° 36/2017 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 3/10/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8917-36/17-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente) e Ana Arraes (Relatora).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 8918/2017 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 012.195/2014-6

2. Grupo II - Classe II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Magno Augusto Bacelar Nunes (CPF 595.771.267-15) e Plenus Construções, Comércio e Serviços Ltda. - ME (CNPJ 05.347.350/0001-42).

4. Unidade: Prefeitura Municipal de Chapadinha/MA.

5. Relatora: ministra Ana Arraes.

6. Representante do Ministério Público: subprocurador-geral Lucas Rocha Furtado.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Maranhão - Secex/MA.

8. Representação legal: Fábyo Barros Lima (OAB/DF 40.955) representando Magno Augusto Bacelar Nunes.

9. Acórdão:

VISTA, relatada e discutida esta tomada de contas especial, instaurada pela Fundação Nacional de Saúde - Funasa contra Magno Augusto Bacelar Nunes e Plenus Construções, Comércio e Serviços Ltda. - ME em razão da não comprovação da correta aplicação dos recursos repassados ao município de Chapadinha/MA por meio do convênio 931/2005, que teve como objeto a implantação de sistema de abastecimento de água.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora e com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 12, § 3º, 16, inciso III, alínea "c" e §§ 2º e 3º, 19, 23, inciso III, 26, 28, inciso II, e 57 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. julgar irregulares as contas de Magno Augusto Bacelar Nunes e de Plenus Construções, Comércio e Serviços Ltda. - ME;

9.2. condená-los ao recolhimento aos cofres da Fundação Nacional de Saúde das quantias abaixo identificadas, atualizadas monetariamente e acrescidas de juros de mora até a data do pagamento, na forma da legislação em vigor:

VALOR ORIGINAL (R$)	DATA DA OCORRÊNCIA
56.000,00	30/5/2006
56.000,00	22/3/2007

Magno Augusto Bacelar Nunes

VALOR ORIGINAL (R$)	DATA DA OCORRÊNCIA
80.000,00	15/8/2007
35.000,00	23/10/2007

Plenus Construções, Comércio e Serviços Ltda. -ME

9.3. aplicar-lhes multas individuais de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), a serem recolhidas aos cofres do Tesouro Nacional, com atualização monetária calculada da data deste acórdão até a data do pagamento, se este for efetuado após o vencimento do prazo abaixo estipulado;

9.4. fixar prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para comprovação, perante o Tribunal, do recolhimento das dívidas acima imputadas;

9.5. autorizar a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.6. autorizar o pagamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais consecutivas, caso venha a ser solicitado pelos responsáveis antes do envio do processo para cobrança judicial;

9.7. fixar o vencimento da primeira parcela em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento das notificações, e o das demais a cada 30 (trinta) dias, com incidência dos encargos legais sobre o valor de cada parcela;

9.8. alertar aos responsáveis que a inadimplência de qualquer parcela acarretará vencimento antecipado do saldo devedor;

9.9. remeter cópia deste acórdão ao procurador-chefe da Procuradoria da República no Estado do Maranhão.

10. Ata n° 36/2017 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 3/10/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8918-36/17-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente) e Ana Arraes (Relatora).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 8919/2017 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 012.221/2017-1

2. Grupo II - Classe V - Pensão Civil.

3. Interessadas: Célia Carlota Fernandes Pereira (CPF 380.282.987-53), Irany Weler da Silva Santos (CPF 018.880.017-47), Maiza Xavier do Carmo (CPF 028.773.551-60), Maria Auxiliadora Albuquerque Alves da Silva (CPF 057.624.641-72) e Nancy Fernandes Bastos (CPF 023.176.131-72).

4. Unidade: Imprensa Nacional.

5. Relatora: ministra Ana Arraes.

6. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip.

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes atos de concessão de pensão civil expedidos pela Imprensa Nacional.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pela relatora e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 259, inciso II, 260, § 1º, 261 e 262 do Regimento Interno e art. 15 da Instrução Normativa TCU 55/2007, bem como na súmula TCU 106, em:

9.1. considerar legais e registrar os atos de concessão das pensões instituídas por Rubem Alves do Carmo, João Izidoro da Silva, Zigomar de Assumpção e Uriel Bastos Filho;

9.2. considerar ilegal o ato de concessão da pensão instituída por Jorge dos Santos e negar-lhe registro;

9.3. dispensar a reposição das importâncias indevidamente recebidas de boa-fé pela beneficiária, Irany Weler da Silva Santos, até a data da notificação desta deliberação à unidade jurisdicionada;

9.4. determinar à Imprensa Nacional que:

9.4.1. cesse, no prazo de 15 (quinze) dias, os pagamentos decorrentes do ato considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;

9.4.2. dê ciência, no prazo de 15 (quinze) dias, do inteiro teor desta deliberação à pensionista e a alerte de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos perante o Tribunal não a eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso esses apelos não sejam providos;

9.4.3. encaminhe ao Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da ciência deste acórdão, por cópia, comprovante da data em que a beneficiária dele tomar conhecimento.

9.5. esclarecer à Imprensa Nacional que a concessão considerada ilegal poderá prosperar mediante emissão de novo ato em que seja suprimida a irregularidade verificada e sua remessa a esta Corte para nova apreciação no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da ciência desta deliberação;

9.6. determinar à Sefip que monitore o cumprimento das medidas determinadas neste acórdão e represente a este Tribunal, caso necessário.

10. Ata n° 36/2017 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 3/10/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8919-36/17-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente) e Ana Arraes (Relatora).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 8920/2017 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 012.873/2013-6

2. Grupo I - Classe I - Recurso de Reconsideração (Tomada de Contas Especial).

3. Recorrentes: Edelvira Rocha Gonçalves Varella e Silva (CPF 748.488.447-20) e Renan Doyle Maia Filho (CPF 440.932.687-20).

4. Unidades: Governo do Estado do Rio de Janeiro e Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE.

5. Relatora: ministra Ana Arraes.

5.1. Relator da deliberação recorrida: ministro Raimundo Carreiro.

6. Representante do Ministério Público: subprocurador-geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos - Serur.

8. Representação legal: Fabrizio Rubstem Tinoco (OAB/RJ 118.201), Thiago Conhasca Barbosa (OAB/RJ 198.032), Bernardo Gomes Leão (OAB/RJ 165.196) e outros.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes recursos de reconsideração, interpostos por Edelvira Rocha Gonçalves Varella e Silva e Renan Doyle Maia Filho contra o acórdão 12.486/2016 - 2ª Câmara.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora e com fundamento nos arts. 32 e 33 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 285 do Regimento Interno, em:

9.1. conhecer dos recursos de reconsideração e negar-lhes provimento;

9.2. dar ciência desta deliberação aos recorrentes, ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e ao procurador-chefe da Procuradoria da República no Rio de Janeiro.

10. Ata n° 36/2017 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 3/10/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8920-36/17-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente) e Ana Arraes (Relatora).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 8921/2017 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 013.340/2012-3

2. Grupo II - Classe I - Embargos de Declaração (Recurso de Reconsideração).

3. Recorrente: Leonam Von-Grap Marinho Filho (CPF 057.543.482-15).

4. Unidade: Universidade Federal Rural da Amazônia - Ufra.

5. Relatora: ministra Ana Arraes.

5.1. Relatora da deliberação recorrida: ministra Ana Arraes.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: não atuou.

8. Representação legal: Renan de Azevedo Santos (OAB/PA 18.988) e outros representando Leonam Von-Grap Marinho Filho; João Jorge Hage Neto (OAB/PA 5.916) e outros representando Maz Construções Eireli.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes embargos de declaração, opostos por Leonam Von-Grap Marinho Filho contra o acórdão 4.826/2017 - 2ª Câmara, que negou provimento a seu recurso de reconsideração e manteve a irregularidade de suas contas, assim como a imputação de débito e de multa, em razão de pagamentos por serviços não realizados em obra da Universidade Rural da Amazônia - Ufra.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora e com fundamento nos arts. 32, inciso II, e 34 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer dos embargos de declaração, acolhê-los parcialmente, fazer os esclarecimentos contidos nos itens 7, 8 e 9 do voto que fundamentou este acórdão e manter integralmente os termos do acórdão embargado;

9.2. encaminhar os autos à Secretaria de Recursos para exame de admissibilidade da manifestação à peça 230; e

9.3. dar ciência desta deliberação à embargante e à Maz Construções Eireli.

10. Ata n° 36/2017 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 3/10/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8921-36/17-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente) e Ana Arraes (Relatora).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 8922/2017 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 016.184/2015-7

1.1. Apenso: TC 003.328/2017-1

2. Grupo II - Classe I - Embargos de Declaração (Tomada de Contas Especial).

3. Embargante: Alciomar Carvalho Sousa (CPF 001.154.003-62).

4. Unidade: Município de Santo Inácio do Piauí/PI.

5. Relatora: ministra Ana Arraes.

5.1. Relatora da deliberação recorrida: ministra Ana Arraes.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: não atuou.

8. Representação legal: Francisco Nunes de Brito Filho (OAB/PI 2.975).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos os embargos de declaração apresentados por Alciomar Carvalho Sousa contra o acórdão 6.490/2017 - 2ª Câmara.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora e com fundamento nos arts. 32 e 34 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer dos embargos de declaração e rejeitá-los;

9.2. dar ciência desta deliberação ao embargante.

10. Ata n° 36/2017 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 3/10/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8922-36/17-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente) e Ana Arraes (Relatora).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 8923/2017 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 017.767/2017-2

2. Grupo I - Classe V - Aposentadoria.

3. Interessadas: Arlene Amaral de Carvalho (CPF 150.220.134-87) e Lúcia de Fátima Souto Madeiro (CPF 192.262.413-68).

4. Unidade: Fundação Nacional do Índio - Funai.

5. Relatora: ministra Ana Arraes.

6. Representante do Ministério Público: subprocurador-geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip.

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos os atos de aposentadoria de Arlene Amaral de Carvalho e Lúcia de Fátima Souto Madeiro, ex-servidoras da Fundação Nacional do Índio - Funai.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora e com fundamento nos arts. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, 1º, inciso VIII, 259, inciso II, e 262 do Regimento Interno, 8º da Resolução TCU 206/2007 e 15 da Instrução Normativa TCU 55/2007, bem como na súmula TCU 106, em:

9.1. considerar ilegais os atos de aposentadoria de Arlene Amaral de Carvalho e Lúcia de Fátima Souto Madeiro e negar-lhes registro;

9.2. dispensar a reposição das importâncias indevidamente recebidas de boa-fé pelas beneficiárias até a data da notificação desta deliberação à unidade jurisdicionada;

9.3. determinar à Fundação Nacional do Índio que:

9.3.1. no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da ciência desta deliberação, cesse os pagamentos decorrentes dos atos impugnados, sob pena de ressarcimento das quantias pagas indevidamente e de responsabilização solidária da autoridade competente;

9.3.2. comunique às interessadas a deliberação deste Tribunal e as alerte de que o efeito suspensivo proveniente de eventual interposição de recursos junto ao TCU não as eximirá da devolução dos valores indevidamente recebidos após as notificações, em caso de não provimento dos apelos;

9.3.3. no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da ciência deste acórdão, encaminhe a este Tribunal, por cópia, comprovantes das datas em que as interessadas dele tomarem conhecimento;

9.3.4. no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da ciência desta deliberação, emita novos atos em que sejam suprimidas as irregularidades verificadas e os submeta ao TCU para nova apreciação.

10. Ata n° 36/2017 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 3/10/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8923-36/17-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente) e Ana Arraes (Relatora).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 8924/2017 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 017.777/2017-8
2. Grupo I - Classe V - Aposentadoria.
3. Interessada: Margarida Maria Vanderley Scotti (CPF 045.342.207-15).
4. Unidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra.
5. Relatora: ministra Ana Arraes.
6. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip.
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTO, relatado e discutido o ato de aposentadoria de Margarida Maria Vanderley Scotti, ex-servidora do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora e com fundamento nos arts. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, 1º, inciso VIII, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno e 6º, § 2º, da Resolução TCU 206/2007, bem como na súmula TCU 106, em:

9.1. considerar legal o ato de aposentadoria de Margarida Maria Vanderley Scotti e autorizar-lhe o registro;

9.2. determinar ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária que:

9.2.1. no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da ciência desta deliberação, exclua dos proventos da interessada a parcela relativa ao percentual de 26,05% (URP);

9.2.2. comunique à interessada a deliberação deste Tribunal e a alerte de que o efeito suspensivo proveniente de eventual interposição de recursos junto ao TCU não a eximirá da devolução dos valores indevidamente recebidos após a notificação, em caso de não provimento dos apelos; e

9.2.3. no prazo de 30 (trinta) dias, a partir da ciência deste acórdão, encaminhe a este Tribunal, por cópia, comprovante da data em que dele a interessada tomar conhecimento.

9.3. dispensar a reposição das importâncias indevidamente recebidas de boa-fé pela beneficiária até a data da notificação desta deliberação à unidade jurisdicionada; e

9.4. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip que monitore o cumprimento das medidas contidas no subitem 9.2 acima.

10. Ata n° 36/2017 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 3/10/2017 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8924-36/17-2.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente) e Ana Arraes (Relatora).
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 8925/2017 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 017.814/2017-0
2. Grupo I - Classe V - Aposentadoria.
3. Interessados: Cesar Artur de Lima (CPF 531.262.037-87), Helena Monteiro Duarte (CPF 121.222.031-53), Jorge Luiz de Souza (CPF 289.612.859-04), Marcos Antônio dos Santos (CPF 008.664.918-30) e Maria de Fátima de Souza Rodrigues (CPF 096.102.191-87).
4. Unidade: Departamento de Polícia Federal.
5. Relatora: ministra Ana Arraes.
6. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip.
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes atos de aposentadoria de servidores inativos do Departamento de Polícia Federal.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora e com fundamento nos artigos 71, incisos III e IX, da Constituição Federal, 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, 1º, inciso VIII, 259, inciso II, 260, § 1º, e 262 do Regimento Interno, 6º, § 2º, e 8º da Resolução TCU 206/2007 e 15 da Instrução Normativa TCU 55/2007, bem como na súmula TCU 106, em:

9.1. considerar legais os atos de aposentadoria de Maria de Fátima de Souza Rodrigues, Cesar Artur de Lima e Marcos Antônio dos Santos e autorizar os registros;

9.2. considerar ilegais os atos de aposentadoria de Jorge Luiz de Souza e Helena Monteiro Duarte e negar-lhes registro;

9.3. dispensar a reposição das importâncias indevidamente recebidas de boa-fé pelos beneficiários dos atos ora considerados ilegais até a data da notificação desta deliberação à unidade jurisdicionada;

9.4. determinar ao Departamento de Polícia Federal que:

9.4.1. no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da ciência desta deliberação, cesse os pagamentos decorrentes dos atos impugnados e exclua dos proventos de Maria de Fátima de Souza Rodrigues, Cesar Artur de Lima e Marcos Antônio dos Santos a parcela relativa ao percentual de 28,86%, sob pena de ressarcimento das quantias pagas indevidamente e responsabilização solidária da autoridade competente omissa;

9.4.2. comunique aos interessados a deliberação deste Tribunal e os alerte de que o efeito suspensivo proveniente de eventual interposição de recursos junto ao TCU não os eximirá da devolução dos valores indevidamente recebidos após as notificações, em caso de não provimento dos apelos; e

9.4.3. no prazo de 30 (trinta) dias, a partir da ciência deste acórdão, encaminhe a este Tribunal, por cópia, comprovante da data em que os interessados dele tomarem conhecimento;

9.4.4. no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da ciência deste acórdão, emita novos atos para Jorge Luiz de Souza e Helena Monteiro Duarte em que seja suprimida a irregularidade verificada e os submeta ao TCU para nova apreciação.

9.5. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip que monitore o cumprimento das medidas contidas no subitem 9.4 acima.

10. Ata n° 36/2017 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 3/10/2017 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8925-36/17-2.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente) e Ana Arraes (Relatora).
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 8926/2017 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 017.953/2017-0
2. Grupo II - Classe V - Aposentadoria.
3. Interessado: Roberto Donizete da Silva (CPF 117.291.471-00).
4. Unidade: Tribunal de Contas da União.
5. Relatora: ministra Ana Arraes.
6. Representante do Ministério Público: procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip.
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTO, relatado e discutido o ato de aposentadoria de Roberto Donizete da Silva, servidor inativo do Tribunal de Contas da União.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 259 a 263 do Regimento Interno e art. 15 da Instrução Normativa TCU 55/2007, em:

9.1. considerar legal e registrar o ato de aposentadoria de Roberto Donizete da Silva;

9.2. dar ciência desta deliberação ao interessado.

10. Ata n° 36/2017 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 3/10/2017 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8926-36/17-2.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente) e Ana Arraes (Relatora).
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 8927/2017 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 018.335/2016-0
2. Grupo I - Classe V - Aposentadoria.
3. Interessado: Joel Câmara de Carvalho Filho (CPF 650.382.748-20).
4. Unidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
5. Relatora: ministra Ana Arraes.
6. Representante do Ministério Público: subprocuradora-geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip.
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTO, relatado e discutido o ato de aposentadoria de Joel Câmara de Carvalho Filho, servidor inativo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora e com fundamento nos arts. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal, 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, 1º, inciso VIII, 259, inciso II, e 262 do Regimento Interno, 8º da Resolução TCU 206/2007 e 15 da Instrução Normativa TCU 55/2007, bem como na súmula TCU 106, em:

9.1. considerar ilegal o ato de aposentadoria de Joel Câmara de Carvalho Filho e negar-lhe registro;

9.2. dispensar a reposição das importâncias indevidamente recebidas de boa-fé pelo beneficiário até a data da notificação desta deliberação à unidade jurisdicionada;

9.3. determinar à Universidade Federal do Rio Grande do Norte que:

9.3.1. no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da ciência desta deliberação, cesse os pagamentos decorrentes do ato impugnado, sob pena de ressarcimento das quantias pagas indevidamente e responsabilização solidária da autoridade competente;

9.3.2. comunique ao interessado a deliberação deste Tribunal e o alerte de que o efeito suspensivo proveniente de eventual interposição de recursos junto ao TCU não o eximirá da devolução dos valores indevidamente recebidos após a notificação, em caso de não provimento dos apelos;

9.3.3. no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da ciência deste acórdão, encaminhe a este Tribunal, por cópia, comprovante da data em que o interessado dele tomar conhecimento; e

9.3.4. no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da ciência desta deliberação, emita novo ato em que sejam suprimidas as irregularidades verificadas e o submeta ao TCU para nova apreciação.

10. Ata n° 36/2017 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 3/10/2017 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8927-36/17-2.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente) e Ana Arraes (Relatora).
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 8928/2017 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 019.606/2017-6
2. Grupo I - Classe IV - Admissão.
3. Interessados: Acawan Lima da Conceição Silva Pinto (CPF 045.578.805-76), Adélia Chaves Santos Pereira (CPF 564.364.675-72), Ademário dos Anjos Lima (CPF 035.842.145-48), Adenilson dos Santos Azevedo (CPF 656.893.135-72), Adenilson Onofre Cardoso (CPF 885.732.655-15), Adriano Fernandes Figueiredo (CPF 046.218.865-50), Adriano Moreira dos Santos (CPF 026.136.015-90), Adryhana da Silva Tomaz (CPF 042.640.385-10), Aldeci Pinto dos Santos (CPF 025.240.425-45) e Alexandre Sacramento de Jesus (CPF 671.061.105-15).
4. Unidade: Diretoria Regional da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos na Bahia - DR/BA.
5. Relatora: ministra Ana Arraes.
6. Representante do Ministério Público: subprocurador-geral Paulo Soares Bugarin.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip.
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos os atos de admissão expedidos pela Diretoria Regional da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos na Bahia - DR/BA.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pela relatora e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992 e 260, § 1º, do Regimento Interno, em:

9.1. negar registro aos atos de admissão tratados neste processo;

9.2. determinar à Diretoria Regional da ECT na Bahia - DR/BA que:

9.2.1. acompanhe os desdobramentos da Ação Civil Pública 0001035.92-2013.5.10.0015, em trâmite na Justiça Trabalhista da 10ª Região; e

9.2.2. caso venha a ser desconstituída a sentença favorável aos interessados arrolados naquela ação, torne sem efeito seus atos de admissão nos quadros da entidade e providencie o cadastramento dos respectivos desligamentos no sistema Sisac.

9.3. encaminhar cópia deste acórdão à Diretoria Regional da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos na Bahia - DR/BA.

10. Ata n° 36/2017 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 3/10/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8928-36/17-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente) e Ana Arraes (Relatora).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 8929/2017 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 019.614/2017-9.

2. Grupo I - Classe IV - Atos de Admissão.

3. Interessados: Adriana Pires do Nascimento (CPF 353.165.848-48), Adriano Polotto da Costa (CPF 368.433.328-03), Alexandre Xavier Cavalcanti (CPF 336.615.148-06), Ana Paula Massarioli Bulgarelli (CPF 384.014.168-09), Ana Paula Santos Cantão (CPF 326.012.848-46), Ana Paula de Almeida (CPF 198.071.978-05), André de Lannes Nagasako (CPF 218.341.008-60), Benedito Cesar de Oliveira (CPF 304.671.668-03), Bethanea Maria Gonçalves (CPF 360.074.578-69) e Bruna Fernanda Botega (CPF 374.052.808-70).

4. Unidade: Diretoria Regional da ECT em São Paulo/Interior - DR/SPI.

5. Relatora: ministra Ana Arraes.

6. Representante do Ministério Público: subprocuradora-geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip.

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de atos de admissão, oriundos da Diretoria Regional da ECT em São Paulo - Interior.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, 1º, inciso VIII, 259, inciso I, e 260, §§1º e 2º, do Regimento Interno, em:

9.1. negar registro aos atos de admissão tratados neste processo;

9.2. determinar à Diretoria Regional da ECT em São Paulo - Interior que acompanhe os desdobramentos da Ação Civil Pública 0001035-92.2013.5.10.0015, em trâmite na Justiça Trabalhista da 10ª Região (15ª vara), e, caso venha a ser desconstituída a sentença ora favorável aos interessados, torne sem efeito seus atos de admissão nos quadros da entidade, bem como providencie o cadastramento dos respectivos desligamentos no sistema Sisac;

9.3. dar ciência desta deliberação aos interessados.

10. Ata n° 36/2017 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 3/10/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8929-36/17-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente) e Ana Arraes (Relatora).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 8930/2017 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 022.470/2017-4

2. Grupo I - Classe V - Pensão Civil.

3. Interessadas: Lúcia Maria Gomes dos Santos (CPF 113.482.244-87), Maria Lúcia da Silva Santos (CPF 386.182.304-72), Maria do Socorro Carneiro de Freitas (CPF 568.773.404-00), Raimunda Damaceno Brasil (CPF 553.297.721-68) e Zilma Aguiar Correia de Souza (CPF 202.431.627-15).

4. Unidade: Departamento de Polícia Federal - DPF.

5. Relatora: ministra Ana Arraes.

6. Representante do Ministério Público: procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip.

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos os atos de concessão de pensões civis instituídas por servidores inativos do Departamento de Polícia Federal - DPF.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora e com fundamento nos arts. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, 1º, inciso VIII, 259, inciso II, e 262 do Regimento Interno, 8º da Resolução TCU 206/2007 e 15 da Instrução Normativa TCU 55/2007, bem como na súmula TCU 106, em:

9.1. considerar ilegais os atos de concessão de pensões civis em favor de Lúcia Maria Gomes dos Santos, Maria Lúcia da Silva Santos, Maria do Socorro Carneiro de Freitas, Raimunda Damaceno Brasil e Zilma Aguiar Correia de Souza e negar-lhes registro;

9.2. dispensar a reposição das importâncias indevidamente recebidas de boa-fé pelas beneficiárias até a data da notificação desta deliberação à unidade jurisdicionada;

9.3. determinar ao Departamento de Polícia Federal - DPF que:

9.3.1. no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da ciência desta deliberação, cesse os pagamentos decorrentes dos atos impugnados, sob pena de ressarcimento das quantias pagas indevidamente e responsabilização solidária da autoridade competente;

9.3.2. comunique às interessadas a deliberação deste Tribunal e as alerte de que o efeito suspensivo proveniente de eventual interposição de recursos junto ao TCU não as eximirá da devolução dos valores indevidamente recebidos após as notificações, em caso de não provimento dos apelos;

9.3.3. no prazo de 30 (trinta) dias, a partir da ciência deste acórdão, encaminhe a este Tribunal, por cópia, comprovante da data em que as interessadas dele tomarem conhecimento;

9.3.4. no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da ciência deste acórdão, emita novos atos em que seja suprimida a irregularidade verificada e os submeta ao TCU para nova apreciação.

10. Ata n° 36/2017 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 3/10/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8930-36/17-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente) e Ana Arraes (Relatora).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 8931/2017 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 026.031/2014-0

2. Grupo II - Classe II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Luciano Pessoa de Andrade Lira (CPF 473.714.806-78) e município de Ataléia/MG.

4. Unidade: Fundação Nacional de Saúde.

5. Relatora: ministra Ana Arraes.

6. Representante do Ministério Público: subprocuradora-geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Minas Gerais (Secex-MG).

8. Representação legal: Giovana Cremasco Baracho (OAB/MG 128.154) e outros.

9. Acórdão:

VISTA, relatada e discutida esta tomada de contas especial, instaurada pela Fundação Nacional de Saúde contra Luciano Pessoa de Andrade Lira, ex-prefeito de Ataléia/MG, em razão de irregularidades na aplicação de recursos do convênio 3.383/2001, destinado à construção de sistema de abastecimento de água.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora e com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 12, inciso IV, §§ 1º e 2º, e 23, inciso III, alínea "a", da Lei 8.443/1992, em:

9.1. fixar novo e improrrogável prazo de 15 (quinze) dias para que o município de Ataléia/MG comprove, perante este Tribunal, o recolhimento aos cofres da Fundação Nacional de Saúde da importância de R$ 18.940,04 (dezoito mil, novecentos e quarenta reais e quatro centavos), relativa à sua contrapartida no convênio 3.383/2001, atualizada monetariamente de 08/03/2004 até a data de seu efetivo recolhimento;

9.2. dar ciência ao município de Ataléia/MG de que o recolhimento tempestivo da quantia acima indicada, atualizada monetariamente, sanará o processo em relação àquele ente público e implicará o julgamento de suas contas pela regularidade com ressalva, bem como de que a ausência dessa liquidação tempestiva levará ao julgamento pela irregularidade das contas, com imputação de débito, a ser atualizado monetariamente e acrescido de juros moratórios.

10. Ata n° 36/2017 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 3/10/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8931-36/17-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente) e Ana Arraes (Relatora).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 8932/2017 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 026.044/2014-5

2. Grupo II - Classe II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: CJV Construções e Comércio Ltda. - ME (CNPJ 42.911.081/0001-21), José dos Reis (CPF 243.826.636-87) e município de Itabirinha/MG.

4. Unidades: Fundação Nacional de Saúde - Funasa e município de Itabirinha/MG.

5. Relatora: ministra Ana Arraes.

6. Representante do Ministério Público: procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Minas Gerais - Secex-MG.

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTA, relatada e discutida esta tomada de contas especial, instaurada pela Fundação Nacional de Saúde em decorrência da execução parcial do convênio 622/2002, celebrado para realização de melhorias sanitárias domiciliares no município de Itabirinha/MG.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora e com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "b" e "c" e § 2º, 19, 23, inciso III, 26 e 28, inciso II, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 214, inciso III, alínea "a", e 217 do Regimento Interno, em:

9.1. julgar irregulares as contas de José dos Reis, do município de Itabirinha/MG e da CJV Construções e Comércio Ltda. - ME;

9.2. condenar José dos Reis e CJV Construções e Comércio Ltda. - ME, solidariamente, ao recolhimento das quantias abaixo especificadas aos cofres da Fundação Nacional de Saúde, atualizadas monetariamente e acrescidas de juros das datas indicadas até o pagamento:

VALOR ORIGINAL (R$)	DATA DA OCORRÊNCIA
37.418,96	15/4/2004
35.748,81	9/6/2004

9.3. condenar o município de Itabirinha/MG ao recolhimento de R$ 3.715,46 (três mil, setecentos e quinze reais e quarenta e seis centavos) aos cofres da Fundação Nacional de Saúde, atualizados monetariamente e acrescidos de juros de mora de 08/03/2004 até o pagamento;

9.4. fixar prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para comprovação, perante o Tribunal, do recolhimento das dívidas acima imputadas;

9.5. autorizar a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.6. autorizar o pagamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais consecutivas, caso venha a ser solicitado pelos responsáveis antes do envio do processo para cobrança judicial;

9.7. fixar o vencimento da primeira parcela em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento das notificações, e o das demais a cada 30 (trinta) dias, com incidência dos encargos legais sobre o valor de cada parcela;

9.8. alertar aos responsáveis que a inadimplência de qualquer parcela acarretará vencimento antecipado do saldo devedor;

9.9. enviar cópia deste acórdão ao procurador-chefe da Procuradoria da República no Estado de Minas Gerais, para as providências cabíveis, com base no § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992.

10. Ata n° 36/2017 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 3/10/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8932-36/17-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente) e Ana Arraes (Relatora).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 8933/2017 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 026.707/2013-6

1.1. Apenso: TC 010.749/2014-4

2. Grupo I - Classe II - Tomada de Contas Especial.

3.1. Interessado: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE.

3.2. Responsáveis: Dirce Maria Coelho Xavier Araújo (CPF 232.182.153-15), Bartolomeu de Sousa Silva (CPF 879.492.703-06), Evandro Frasão Lima (CPF 030.076.868-06), Ivan Cardoso de Oliveira (CPF 352.033.153-53), Maria Vita Durans de Carvalho (CPF 104.363.593-91) e Marinalva Claro da Silva (CPF 927.006.083-72).

4. Unidade: Município de Timbiras/MA.

5. Relatora: ministra Ana Arraes.

6. Representante do Ministério Público: procurador-geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Maranhão - Secex/MA.

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTA, relatada e discutida esta tomada de contas especial, que consolida diversos débitos relativos a tomadas de contas especiais instauradas pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE contra Dirce Maria Coelho Xavier Araújo, ex-prefeita, e os gestores das caixas escolares Bartolomeu de Sousa Silva, Evandro Frasão Lima, Ivan Cardoso de Oliveira, Maria Vita Durans de Carvalho e Marinalva Claro da Silva em razão de irregularidades na aplicação dos recursos repassados ao município de Timbiras/MA por intermédio de programas daquele Fundo.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora e com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "a" e "c", e §§ 1º e 2º, 19, 23, inciso III, 26, 28, inciso II, 57 e 93 da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 213, 214, inciso III, alínea "a", e 217 do Regimento Interno, em:

9.1. determinar o arquivamento das contas dos responsáveis abaixo indicados, sem cancelamento dos débitos apontados, a cujo pagamento ficarão obrigados para que lhes possa ser dada quitação:

Responsável	Data	Débito (R$)
Bartolomeu de Sousa Silva	27/07/2006	299,00
Evandro Frasão Lima	10/07/2006	90,00
Ivan Cardoso de Oliveira	02/01/2006	150,00
	22/02/2006	540,00
	10/03/2006	314,20
	20/03/2006	122,65
	04/09/2006	21,05

9.2. excluir Marinalva Claro da Silva deste processo e dar baixa em sua responsabilidade;

9.3. dar baixa na responsabilidade de Maria Vita Durans de Carvalho e de Ivan Cardoso de Oliveira relativamente ao débito de R$ 16.000,00 (dezesseis mil reais), que foi imputado integralmente à ex-prefeita;

9.4. julgar irregulares as contas de Dirce Maria Coelho Xavier Araújo;

9.5. condená-la ao recolhimento aos cofres do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação das quantias abaixo, atualizadas monetariamente e acrescidas de juros legais contados das datas indicadas até o dia do pagamento:

VALOR ORIGINAL (R$)	DATA DA OCORRÊNCIA
6.917,70	21/07/2005
216,00	05/08/2005
6.402,05	12/08/2005
5.897,31	13/09/2005
504,74	14/09/2005
8.003,10	11/10/2005
3.655,20	28/10/2005
9.395,70	16/11/2005
9.575,58	13/12/2005
1.344,80	28/02/2006
45.638,60	21/07/2006
4.084,08	14/01/2007
339,96	17/01/2007
339,96	23/01/2007
14.487,90	30/05/2007
2.112,21	31/10/2007
26.688,00	19/12/2007
17.792,00	28/12/2007
32.000,00	29/12/2007
14,67	31/12/2007

9.6. aplicar-lhe a multa de R$ 20.000,00 (vinte mil reais), a ser recolhida aos cofres do Tesouro Nacional, com atualização monetária calculada da data deste acórdão até o dia do pagamento, se este for efetuado após o vencimento do prazo abaixo estipulado;

9.7. fixar prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovação, perante o Tribunal, do recolhimento das dívidas acima imputadas;

9.8. autorizar a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida a notificação;

9.9. autorizar o pagamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais consecutivas, caso venha a ser solicitado pela responsável antes do envio do processo para cobrança judicial;

9.10. fixar o vencimento da primeira parcela em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, e o das demais a cada 30 (trinta) dias, com incidência dos respectivos encargos legais sobre o valor de cada parcela;

9.11. alertar à responsável que a inadimplência de qualquer parcela acarretará vencimento antecipado do saldo devedor; e

9.12. dar ciência desta deliberação ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e ao procurador-chefe da Procuradoria da República no Estado do Maranhão, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992.

10. Ata n° 36/2017 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 3/10/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8933-36/17-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente) e Ana Arraes (Relatora).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 8934/2017 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 027.053/2010-5

1.1. Apenso TC 006.192/2017-3

2. Grupo II - Classe I - Pedido de Reexame (Monitoramento).

3. Recorrentes: Márcia Aparecida do Amaral (CPF 007.980.138-26) e Márcia Bassit Lameiro da Costa Mazzoli (CPF 059.857.811-00).

4. Unidade: Ministério da Saúde - MS.

5. Relatora: ministra Ana Arraes.

5.1. Relator da deliberação recorrida: ministro Raimundo Carreiro.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos - Serur.

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes pedidos de reexame interpostos por Márcia Aparecida do Amaral e Márcia Bassit Lameiro da Costa Mazzoli contra o acórdão 6.674/2015 - 2ª Câmara.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora e com fundamento nos arts. 32 e 48 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 286 do Regimento Interno, em:

9.1. conhecer do recurso de Márcia Bassit Lameiro da Costa Mazzoli e negar-lhe provimento;

9.2. conhecer do recurso de Márcia Aparecida do Amaral, dar-lhe provimento e alterar o subitem 9.2 do acórdão 6.674/2015 - 2ª Câmara, retificado pelo acórdão 9.655/2015 - 2ª Câmara, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"9.2. aplicar a Márcia Bassit Lameiro da Costa Mazzoli multa no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), com fundamento no art. 58, inciso IV, da Lei nº 8.443/92 c/c o art. 268, inciso VII, do Regimento Interno do TCU, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU), o recolhimento da dívida ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data deste acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor."

9.3. dar ciência desta deliberação às recorrentes e ao Ministério da Saúde; e

9.4. arquivar o processo.

10. Ata n° 36/2017 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 3/10/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8934-36/17-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente) e Ana Arraes (Relatora).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 8935/2017 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 029.477/2016-6

2. Grupo I - Classe I - Pedido de Reexame (Aposentadoria).

3. Recorrente: Francisco das Chagas José de Sampaio (CPF 131.820.803-34).

4. Unidade: Supremo Tribunal Federal.

5. Relatora: ministra Ana Arraes.

5.1. Relator da deliberação recorrida: ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: subprocurador-geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos - Serur.

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTO, relatado e discutido este pedido de reexame contra o acórdão 2.906/2017 - 2ª Câmara, que considerou ilegal a concessão de aposentadoria a Francisco das Chagas José de Sampaio.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora e com fundamento no art. 48 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 286 do Regimento Interno, em:

9.1. conhecer do pedido de reexame e negar-lhe provimento;

9.2. dar ciência desta deliberação ao recorrente e ao Supremo Tribunal Federal.

10. Ata n° 36/2017 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 3/10/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8935-36/17-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente) e Ana Arraes (Relatora).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 8936/2017 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 029.652/2016-2

2. Grupo I - Classe I - Pedido de Reexame (Aposentadoria).

3. Recorrente: Kathya Scarlet O"Hara Campelo Bezerra (CPF 153.806.451-00).

4. Unidade: Supremo Tribunal Federal.

5. Relatora: ministra Ana Arraes.

5.1. Relator da deliberação recorrida: ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos - Serur.

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTO, relatado e discutido este pedido de reexame, interposto por Kathya Scarlet O"Hara Campelo Bezerra, servidora inativa do Supremo Tribunal Federal, contra o acórdão 3.206/2017 - 2ª Câmara, que considerou ilegal seu ato de aposentadoria e negou-lhe registro em razão de incorporação de quintos/décimos após a Lei 9.624/1998.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora e com fundamento no art. 33 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer do pedido de reexame e negar-lhe provimento; e

9.2. dar ciência desta deliberação à recorrente e ao Supremo Tribunal Federal.

10. Ata n° 36/2017 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 3/10/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8936-36/17-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente) e Ana Arraes (Relatora).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 8937/2017 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 029.967/2016-3

2. Grupo I - Classe I - Pedido de Reexame (Aposentadoria).

3. Recorrente: Virgílio de Castro (CPF 046.495.321-91).

4. Unidade: Supremo Tribunal Federal.

5. Relatora: ministra Ana Arraes.

5.1. Relator da deliberação recorrida: ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos - Serur.

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTO, relatado e discutido este pedido de reexame contra o acórdão 2.276/2017 - 2ª Câmara, que julgou ilegal a concessão de aposentadoria a Virgílio de Castro.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora e com fundamento no art. 48 da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 277 e 286 do Regimento Interno, em:

9.1. conhecer do pedido de reexame e negar-lhe provimento;

9.2. dar ciência desta deliberação ao recorrente.

10. Ata n° 36/2017 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 3/10/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8937-36/17-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente) e Ana Arraes (Relatora).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 8938/2017 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 034.055/2011-8

1.1. Apensos: TC 027.408/2010-8 e TC 034.057/2011-0

2. Grupo I - Classe I - Recurso de Reconsideração.

3. Recorrente: Maria Josélia Medeiros Albuquerque (CPF 057.836.153-15).

4. Unidade: Município de Cedro/CE.

5. Relatora: ministra Ana Arraes.

5.1. Relator da deliberação recorrida: ministro-substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: subprocurador-geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos - Serur.

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTO, relatado e discutido este recurso de reconsideração, interposto contra o acórdão 4.505/2016-2ª Câmara.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pela relatora e com fundamento nos arts. 32, inciso I, e 33 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer do recurso de reconsideração e negar-lhe provimento;

9.2. remeter cópia deste acórdão à recorrente e ao procurador-chefe da Procuradoria da República no Estado do Ceará.

10. Ata n° 36/2017 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 3/10/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8938-36/17-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente) e Ana Arraes (Relatora).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 8939/2017 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo 000.267/2014-7.

2. Grupo: II; Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Fernando Antônio Rodovalho (279.457.238-53), Newton D"Emery Carneiro (000.764.814-68), Elias Gomes da Silva (051.742.104-63) e Marcos José Maia Borges (360.172.994-68).

4. Entidade: Município de Jaboatão dos Guararapes/PE.

5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secex/PE.

8. Representação legal: Márcio José Alves de Souza, OAB/PE 5.786; e Amaro Alves de Souza Netto, OAB/PE 26.082.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos referentes à Tomada de Contas Especial deflagrada pela Caixa Econômica Federal contra os Srs. Fernando Antônio Rodovalho e Newton D"Emery Carneiro, ex-prefeitos de Jaboatão dos Guararapes/PE (gestões: 2001-2004 e 2005-2008, respectivamente), em face da não execução total do objeto do Contrato de Repasse 011589870/2000, que tinha por escopo "a construção do sistema de esgotamento sanitário da Vila da Sotave, Prazeres", naquela municipalidade.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. excluir os Srs. Marcos José Maia Borges, Fernando Antônio Rodovalho e Elias Gomes da Silva da relação jurídico-processual instaurada por este processo;

9.2. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea c, 23 da Lei 8.443/1992, julgar irregulares as contas do Sr. Newton D"Emery Carneiro, aplicando-lhe a multa prevista no art. 58, inciso I, da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), com fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento da dívida ao Tesouro Nacional (art. 214, inciso III, alínea a, do Regimento Interno/TCU), atualizada monetariamente desde a data deste Acórdão até a data do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.3. autorizar, caso requerido, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992, o parcelamento da dívida constante no subitem 9.2 deste Acórdão em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, sobre as quais incidirão os correspondentes acréscimos legais (atualização monetária), esclarecendo ao responsável que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, sem prejuízo das demais medidas legais;

9.4. arquivar este processo.

10. Ata n° 36/2017 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 3/10/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8939-36/17-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente) e Ana Arraes.

13.2. Ministra que alegou impedimento na Sessão: Ana Arraes.

13.3. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa (Relator).

13.4. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO 8940/2017 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC-002.351/2014-5.

2. Grupo: II; Classe de Assunto: I - Embargos de Declaração.

3. Embargante: Sr. Gilson Almirante de Sousa, ex-Secretário Municipal de Saúde.

4. Entidade: Município de Uiramutã/RR.

5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

5.1.Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Roraima (Secex/RR).

8. Representação legal: Paulo Luís de Moura Holanda, OAB/RR 481.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes Embargos de Declaração opostos pelo Sr. Gilson Almirante de Sousa, ex-Secretário Municipal de Saúde de Uiramutã/RR, em relação ao Acórdão n. 6.937/2017 - 2ª Câmara, por meio do qual, dentre outras medidas, as contas do interessado foram julgadas irregulares, com a condenação solidária ao pagamento do débito apurado e a imposição individual da multa pertinente.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento nos arts. 32, inciso II, e 34 da Lei 8.443/1992, conhecer dos Embargos de Declaração opostos pelo Sr. Gilson Almirante de Sousa, para, no mérito, negar-lhes provimento, mantendo-se inalterado o Acórdão n. 6.937/2017 - 2ª Câmara;

9.2. dar ciência deste Acórdão ao embargante;

9.3. encaminhar os autos à Secretaria de Recursos - Serur para adoção das providências pertinentes ao Recurso de Reconsideração constante da peça 93.

10. Ata n° 36/2017 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 3/10/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8940-36/17-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente) e Ana Arraes.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa (Relator).

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO 8941/2017 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC-014.809/2017-6.

2. Grupo: II - Classe de Assunto: I - Embargos de Declaração.

3. Embargante: Locações Marcos e Victor Tenda Ltda. - ME (17.051.223/0001-80).

4. Órgão: Comando Logístico do Exército - Colog.

5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: não atuou.

8. Representação Legal: Aliny Santos Martins (OAB/GO 27.388E), Chrisvaldo Santos Monteiro de Almeida (OAB/BA 9.672), Fábio Santos Martins (OAB/GO 21.828).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes Embargos de Declaração opostos pela empresa Locações Marcos e Victor Tenda Ltda. - ME contra o Acórdão 7.183/2017 - 2ª Câmara (Rel. 19/2017, do Gab. Min. Subst. Marcos Bemquerer, Ata 28/2017, sessão 08/08/2017), proferido nos autos da Representação relativa a supostas irregularidades no Pregão Eletrônico 24/2016 conduzido pelo Comando Logístico do Exército- Colog.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento nos arts. 32, inciso II, e 34, § 1º, da Lei 8.443/1992, não conhecer dos Embargos de Declaração opostos ao Acórdão 7.183/2017 - Plenário, por ausência de legitimidade;

9.2. enviar cópia da presente deliberação à empresa Locações Marcos e Victor Tenda Ltda. - ME.

10. Ata n° 36/2017 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 3/10/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8941-36/17-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente) e Ana Arraes.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa (Relator).

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 8942/2017 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC-016.354/2015-0.

2. Grupo II - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsável: José Aguiar Marques (132.693.993-91).

4. Entidade: Município de Luzilândia/PI.

5. Relator: Ministro Substituto Marcos Bemquerer Costa.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Piauí - Secex/PI.

8. Representação Legal: Ismar Aguiar Marques, OAB/PI 992.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos da Tomada de Contas Especial instaurada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, em desfavor do Sr. José Aguiar Marques, Prefeito de Luzilândia/PI na gestão 2002/2004, em razão de irregularidades na execução do Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para Atendimento à Educação de Jovens e Adultos - Peja no exercício de 2004.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. nos termos dos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea c, 19, caput, da Lei 8.443/1992, julgar irregulares as contas do Sr. José Aguiar Marques, condenando-o ao pagamento das quantias originais, abaixo discriminadas, com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (artigo 214, inciso III, alínea a do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir das datas indicadas, até a data do efetivo recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

Data	Valor (R$)
17/5/2004	2.500,00
14/5/2004	7.149,00
14/6/2004	5.055,00
15/6/2004	420,90
30/6/2004	1.351,00
15/10/2004	2.382,00
3/6/2004	140,00
9/6/2004	142,50
2/8/2004	142,50
15/9/2004	142,50
14/10/2004	132,50
16/11/2004	122,50
1º/12/2004	87,50
29/12/2004	122,50

9.2. autorizar, caso requerido, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 217 do Regimento Interno/TCU, o parcelamento da dívida em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, sobre as quais incidirão os correspondentes acréscimos legais (débito: atualização monetária e juros de mora), esclarecendo ao responsável que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, sem prejuízo das demais medidas legais;

9.3. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial da dívida, caso não atendida a notificação;

9.4. dar ciência ao FNDE de que o excessivo prazo de tramitação desta TCE, em sua fase interna, culminou na prescrição da pretensão punitiva e, por corolário, em óbice à aplicação ao responsável das cominações previstas em lei;

9.5. enviar cópia deste Acórdão à Procuradoria da República no Estado do Piauí, nos termos do § 7° do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para a adoção das medidas que entender cabíveis.

10. Ata n° 36/2017 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 3/10/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8942-36/17-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente) e Ana Arraes.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa (Relator).

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 8943/2017 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo: TC 022.837/2015-9.

2. Grupo: II; Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Tecbio-Tecnologias Bioenergéticas Ltda. (CNPJ 05.364.046/0001-03), Expedito José de Sá Parente (CPF 013.311.403-15, falecido), Expedito José de Sá Parente Júnior (CPF 617.202.323-34), José Neiva Santos Júnior (CPF 316.257.627-04).

4. Entidade: Tecbio-Tecnologias Bioenergéticas Ltda.

5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secex/CE.

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial instaurada pela Financiadora de Estudos e Projetos - Finep/Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, em decorrência da não utilização dos valores da contrapartida pactuada e da falta de devolução do saldo do Contrato de Concessão de Subvenção Econômica 1.725/2007, celebrado com a Tecbio - Tecnologias Bioenergéticas Ltda., com o objetivo de executar o "Projeto de Desenvolvimento Tecnológico de um Combustível Alternativo para Aviação à Base de Óleos Vegetais da Biodiversidade Brasileira".

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar revéis a empresa Tecbio - Tecnologias Bioenergéticas Ltda. e o Sr. José Neiva Santos Júnior, nos termos do art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992;

9.2. acolher as alegações de defesa do espólio do Sr. Expedito José de Sá Parente (falecido) e do Sr. Expedito José de Sá Parente Júnior, aproveitando-as, com base no art. 161 do RI/TCU, à empresa Tecbio - Tecnologias Bioenergéticas Ltda. e ao Sr. José Neiva Santos Júnior, no que se refere à falta de aplicação da contrapartida no objeto pactuado;

9.3. autorizar, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 217 do RI/TCU, os responsáveis solidários, espólio do Sr. Expedito José de Sá Parente (falecido), Sr. Expedito José de Sá Parente Júnior, Sr. José Neiva Santos Júnior e a empresa Tecbio - Tecnologias Bioenergéticas Ltda., a efetuarem o pagamento da dívida de R$ 18.442,56 (dezoito mil, quatrocentos e quarenta e dois reais e vinte e seis centavos), atualizada monetariamente a partir de 18/06/2011, a favor da Finep em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, fixando o vencimento da primeira em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, e o das demais, a cada 30 (trinta) dias, na forma da legislação em vigor;

9.4. cientificar os responsáveis solidários mencionados no subitem 9.3 deste Acórdão que:

9.4.1. a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor (art. 217, § 2º, do RI/TCU), sem prejuízo das demais medidas legais;

9.4.2. a liquidação tempestiva do débito atualizado monetariamente, ou seja, sem a incidência dos juros de mora, apenas saneará o processo, caso este Tribunal reconheça, por ocasião do julgamento definitivo, a boa fé dos responsáveis, e desde que inexistentes outras irregularidades nas contas, caso em que permitirá que as respectivas contas sejam julgadas regulares com ressalva, dando-lhes quitação, nos termos do § 4º do art. 202 do Regimento Interno/TCU;

9.4.3. o julgamento de mérito destas contas prescindirá da reabertura do contraditório;

9.5. autorizar a Secex/CE, com fundamento no art. 11 da Lei 8.443/1992, a sobrestar o presente processo até o final do parcelamento do débito ou de eventual inadimplência.

10. Ata n° 36/2017 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 3/10/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8943-36/17-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente) e Ana Arraes.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa (Relator).

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 8944/2017 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo n. 024.227/2017-0.

2. Grupo: II; Classe de Assunto: V - Pensão Militar.

3. Interessadas: Aurea Miranda Souto Maior (540.763.587-91); Edilma dos Santos Carvalho (322.031.017-68); Edna Santos de Carvalho (805.345.207-82); Gesa Lucia Alvim Seabra dos Santos (102.855.126-68); Gisele Silva da Rocha (107.357.857-75); Ivone Pacheco Pereira (055.989.937-83); Leia da Silva Trindade (539.747.787-72); Loislaine de Castro Gomes Pereira (144.781.037-63); Many Cordeiro Bender (074.864.377-08); Margarida de Castro Nogueira da Gama (848.949.387-15); Maria de Fatima Carvalho Freitas (623.923.107-00); Maria de Fatima Guimaraes Moura (012.065.507-16); Myres Luiza Nogueira da Gama (370.767.797-49); Nilda Vani Alvim Costa (193.584.316-87); Rosa Guimaraes da Costa Pereira (393.061.947-49); Sonia Tavares Ferreira (144.001.541-49).

4. Unidade: 1ª Região Militar do Comando do Exército.

5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip.

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se analisam dez atos de concessão de pensão militar no âmbito da 1ª Região Militar do Comando do Exército, em favor das beneficiárias acima identificadas.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fulcro nos incisos III e IX do art. 71 da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU em:

9.1 considerar legais os atos de pensão militar em benefício de Aurea Miranda Souto Maior, Edilma dos Santos Carvalho, Edna Santos de Carvalho, Gesa Lucia Alvim Seabra dos Santos, Gisele Silva da Rocha, Ivone Pacheco Pereira, Leia da Silva Trindade, Loislaine de Castro Gomes Pereira, Many Cordeiro Bender, Margarida de Castro Nogueira da Gama Maria de Fatima Carvalho Freitas, Maria de Fatima Guimaraes Moura, Myres Luiza Nogueira da Gama, Nilda Vani Alvim Costa e Rosa Guimaraes da Costa Pereira, determinando-se os respectivos registros;

9.2 considerar ilegal o ato de pensão militar em benefício de Sonia Tavares Ferreira e negar-lhe o correspondente registro;

9.3 dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé pela interessada indicada no subitem precedente, consoante o disposto no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

9.4 determinar à 1ª Região Militar do Comando do Exército que:

9.4.1 no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da ciência desta Deliberação, abstenha-se de realizar pagamentos decorrentes do ato impugnado, sujeitando-se a autoridade administrativa omissa à responsabilidade solidária, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno/TCU;

9.4.2 dê ciência, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação deste Acórdão, do inteiro teor desta deliberação à Sra. Sonia Tavares Ferreira, notadamente no que diz respeito ao direito de opção pelos benefícios legalmente acumuláveis, encaminhando a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta dias), comprovante da referida ciência;

9.4.3. no caso de a opção recair sobre a pensão ora em exame, emita novo ato de concessão, submetendo-o a este Tribunal, nos termos da IN/TCU n. 55/2007;

9.4.4 alerte à interessada que o efeito suspensivo proveniente da interposição de possíveis recursos perante o TCU não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso os recursos não sejam providos;

9.5 determinar à Sefip que adote as medidas a seguir especificadas, representando a este Tribunal, caso necessário:

9.5.1. monitorar o cumprimento da medida indicada no subitem 9.4.1 supra, relativamente ao ato instituído por Edésio Tavares, ora considerado ilegal;

9.5.2. apurar a questão relacionada à constatação de que o militar Adão Vadeh Acauri (CPF 064.780.426-34) está registrado como instituidor de 534 pensões, de acordo com o Sistema de Remuneração de Pessoal no site deste TCU.

10. Ata n° 36/2017 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 3/10/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8944-36/17-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente) e Ana Arraes.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa (Relator).

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO N. 8945/2017 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC-029.336/2015-5.

2. Grupo: II - Classe de Assunto: I - Embargos de Declaração.

3. Embargante: Francisco José Teixeira (355.726.713-04).

4. Entidade: Município de Icapuí/CE.

5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

5.1. Relator da Deliberação Recorrida: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: não atuou.

8. Representação Legal: Aline Melo Diógenes de Castro, OAB/CE 27.718; Erica Leandro de Alencar, OAB/CE 16.773; Gustavo de Alencar e Vicentino; OAB/CE 20.987; Manoel Undino Gomes da Fonseca Neto, OAB/CE 20.584; Matheus Praciano Vicentino, OAB/CE 36.031; Sociedade Vicentino e Advogados Associados, OAB/CE 402 e Wilson da Silva Vicentino, OAB/CE 12.844.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos dos Embargos de Declaração opostos pelo Sr. Francisco José Teixeira contra o Acórdão 6.889/2017 - Segunda Câmara.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento nos arts. 32, inciso II, e 34 da Lei 8.443/1992, conhecer dos Embargos de Declaração opostos pelo Sr. Francisco José Teixeira e, no mérito, rejeitá-los, ante a inexistência dos alegados vícios de omissão e contradição;

9.2. encaminhar cópia da presente deliberação aos responsáveis/interessados.

10. Ata n° 36/2017 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 3/10/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8945-36/17-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente) e Ana Arraes.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa (Relator).

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 8946/2017 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 004.017/2016-1.

2. Grupo II - Classe de Assunto: VI - Representação

3. Responsáveis: Roland Carlos Wiefels (CPF 383.158.407-97) e Caio Waldemar Ferreira Marques (CPF 344.503.197-53)

4. Órgão: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação formulada pela procuradoria federal especializada do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis no Estado do Rio de Janeiro sobre possíveis irregularidades na gestão de pessoal do Ibama em relação ao afastamento e ao retorno de Roland Carlos Wiefels e de Caio Waldemar Ferreira Marques ao serviço público federal;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer da presente representação, por atender aos requisitos de admissibilidade previstos nos arts. 235 e 237, inciso IV e parágrafo único, do Regimento Interno do TCU (RITCU);

9.2. determinar que, nos termos do art. 71, IX, da CF88, dos arts. 11 e 45 da Lei n.º 8.443, de 1992, e dos arts. 157 e 250, II, do RITCU, e dentro do prazo máximo de 140 (cento e quarenta) dias contados da ciência desta deliberação, a Corregedoria-Geral da União se manifeste conclusiva e definitivamente sobre todas as questões afetas à situação funcional de Roland Carlos Wiefels e de Caio Waldemar Ferreira Marques no âmbito da administração do Executivo federal, em sintonia com os arts. 132, II, 138 e 140 da Lei n.º 8.112, de 11/12/1990, e com o art. 14 do Decreto n.º 8.910, de 22/11/2016, atentando especialmente para a necessidade de conclusão e/ou de revisão dos eventuais processos administrativos disciplinares (PAD) com a efetiva manifestação definitiva e conclusiva sobre a higidez jurídica dos correspondentes afastamentos e dos subsequentes retornos aos cargos públicos, acompanhada da necessária fundamentação jurídica, além de se manifestar conclusivamente sobre a ocorrência, ou não, de má-fé por parte dos aludidos servidores e sobre a incidência, ou não, dos suscitados abandonos de cargo, entre outras relevantes questões afetas à situação funcional dos referidos servidores;

9.3. determinar, ainda, que, ao final do prazo fixado pelo item 9.2 deste Acórdão, a Corregedoria-Geral da União informe o TCU sobre o definitivo resultado das providências adotadas em relação à estranha situação funcional de Roland Carlos Wiefels e de Caio Waldemar Ferreira Marques no âmbito da administração do Executivo federal, apresentando os fundamentos jurídicos para as correspondentes decisões conclusivas de permanência ou de afastamento do respectivo cargo público, além dos fundamentos jurídicos para a eventual ocorrência, ou não, de dano ao erário pela percepção da respectiva remuneração sem a correspondente prestação do serviço pelo Sr. Roland Carlos Wiefels e/ou pelo Sr. Caio Waldemar Ferreira Marques;

9.4. encaminhar a cópia deste Acórdão, acompanhado do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamenta, além da cópia de todo o presente processo, por intermédio do Exmo. Sr. Ministro de Estado da Transparência e da Controladoria-Geral da União, à Corregedoria-Geral da União, para ciência e adoção das providências determinadas pelos itens 9.2 e 9.3 deste Acórdão;

9.5. encaminhar a cópia deste Acórdão à Procuradoria da República no Distrito Federal e à Advocacia Geral da União, para ciência e eventuais providências;

9.6. encaminhar a cópia deste Acórdão ao Ministério do Meio Ambiente, ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, para ciência e eventuais providências; e

9.7. determinar que a Sefip dê prosseguimento ao presente feito, promovendo o monitoramento das determinações contidas nos itens 9.2 e 9.3 deste Acórdão.

10. Ata n° 36/2017 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 3/10/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8946-36/17-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente) e Ana Arraes.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 8947/2017 - TCU - SEGUNDA CÂMARA

1. Processo nº TC 019.483/2014-7.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I Embargos de Declaração (em Tomada de Contas Especial)

3. Interessado: Cylon Eudóxio Tricot Gonçalves da Silva (CPF 154.228.600-04).

4. Entidade: Genius Instituto de Tecnologia.

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Amazonas (Secex/AM).

8. Representação legal: Alessandro de Assunção Nóbrega (30289/OAB-DF) e outros, representando Cylon Eudóxio Tricot Gonçalves da Silva.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que, no presente momento, tratam de embargos de declaração opostos por Cylon Eudóxio Tricot Gonçalves da Silva em face do Acórdão 3.603/2017 proferido pela 2ª Câmara do TCU, no âmbito de processo de tomada de contas especial, para julgar irregulares as contas dos Srs. Antônio Ribeiro Neto e Cylon Eudóxio Tricot Gonçalves da Silva, condenando-os ao pagamento do débito apurado nos autos, em solidariedade com a Genius Instituto de Tecnologia, além de lhes aplicar individualmente a multa prevista no art. 57 da Lei nº 8.443, de 1992;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer dos presentes embargos de declaração opostos em face do Acórdão 3.603/2017-TCU-2ª Câmara, com fundamento no art. 34 da Lei nº 8.443, de 1992, e no art. 287 do RITCU, para, no mérito, rejeitá-los; e

9.2. enviar cópia deste Acórdão, bem como do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamenta, ao embargante; e

9.3. enviar os autos, em seguida, à Secretaria de Recursos para a análise da admissibilidade dos recursos de reconsideração acostados às Peças nos 67, 68 e 74.

10. Ata n° 36/2017 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 3/10/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8947-36/17-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente) e Ana Arraes.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 8948/2017 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC-000.036/2016-1

2. Grupo I, Classe de Assunto II - Tomada de Contas Especial

3. Responsável: Roselito Soares da Silva (ex-prefeito, CPF 299.518.601-68)

4. Unidade: Prefeitura Municipal de Itaituba/PA

5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

7. Unidade Técnica: Secex/PA

8. Advogado constituído nos autos: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial, instaurada em razão da omissão na prestação de contas dos recursos do Convênio MMA/FNMA nº 064/2006 (Siafi nº 560595), firmado pelo Ministério do Meio Ambiente e pelo Fundo Nacional do Meio Ambiente com a Prefeitura Municipal de Itaituba/PA para a execução do projeto "Construção da Agenda 21 Local".

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 12, § 3º; 16, inciso III, alínea "a"; 19, caput; 23, inciso III, alíneas "a" e "b"; 28, inciso II; e 57 da Lei nº 8.443/1992 c/c os arts. 209, § 7º, e 214, inciso III, alíneas "a" e "b", do Regimento Interno/TCU, em:

9.1. julgar irregulares as contas do responsável Roselito Soares da Silva, condenando-o a pagar os valores especificados abaixo, atualizados monetariamente e acrescidos dos juros de mora, calculados a partir das datas indicadas até o dia do efetivo pagamento, e fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, contados da ciência, para que comprove perante o TCU o recolhimento do respectivo montante aos cofres do Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA):

Valor Histórico (R$)	Data de ocorrência
127.668,00	29/6/2006
71.932,00	17/12/2009

9.2. aplicar ao responsável Roselito Soares da Silva multa de R$ 70.000,00 (setenta mil reais), fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias da notificação para que comprove perante o TCU o recolhimento desse valor aos cofres do Tesouro Nacional, o qual deverá ser atualizado monetariamente a partir da data do presente acórdão, se pago após o vencimento;

9.3. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida a notificação; e

9.4. remeter cópia deste acórdão à Procuradoria da República no Estado do Pará, para as medidas que entender cabíveis.

10. Ata n° 36/2017 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 3/10/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8948-36/17-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (na Presidência) e José Múcio Monteiro (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 8949/2017 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 004.158/2017-2

2. Grupo I - Classe V - Aposentadoria

3. Interessado: Antonio Bruno de Azevedo Moreira (CPF 091.601.674-91)

4. Unidade: Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 5ª Região/PE

5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

7. Unidade Técnica: Sefip

8. Advogado constituído nos autos: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam da concessão de aposentadoria a juiz federal da Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 5ª Região/PE.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal, arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei nº 8.443/1992, arts. 260 e 262, § 2º, do Regimento Interno, em:

9.1. considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria a Antonio Bruno de Azevedo Moreira, recusando o registro;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé pelo inativo;

9.3. determinar à Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 5ª Região/PE que adote medidas para:

9.3.1. dar ciência, no prazo de 15 (quinze) dias, do inteiro teor desta deliberação ao aposentado, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos perante o TCU não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso esses não sejam providos;

9.3.2. fazer cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, o pagamento decorrente do ato considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;

9.3.3. encaminhar ao TCU, no prazo de 30 (trinta) dias contados da ciência da decisão, documento apto a comprovar que o interessado teve conhecimento do acórdão;

9.4. esclarecer à unidade jurisdicionada que a concessão considerada ilegal poderá prosperar, mediante emissão de novo ato livre da irregularidade apontada;

9.5. determinar à Sefip que monitore o cumprimento da determinação relativa à cessação de pagamentos decorrentes da concessão considerada ilegal, representando ao Tribunal em caso de não atendimento.

10. Ata n° 36/2017 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 3/10/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8949-36/17-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (na Presidência) e José Múcio Monteiro (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 8950/2017 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC-012.044/2014-8

2. Grupo II, Classe II - Tomada de Contas Especial

3. Responsáveis: José Carlos Vidal (ex-prefeito, CPF 048.454.634-15), Município de Gurjão/PB (CNPJ 09.073.685/0001-70), Marlize Curi de Souza - ME (CNPJ 03.989.051/0001-86) e Gilberto Rodrigues de Souza (CPF 108.804.024-15)

4. Unidade: Prefeitura Municipal de Gurjão/PB

5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

7. Unidade Técnica: Secex/PA

8. Representação legal: Johnson Gonçalves de Abrantes (OAB-PB 1.663), Edward Johnson Gonçalves de Abrantes (OAB/PB 10.827) e outros

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial referente ao Convênio 734/2008, celebrado entre o Ministério do Turismo e o Município de Gurjão/PB, cujo objeto foi a realização do evento festivo denominado "São João Bode na Rua".

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 12, § 3º, 16, inciso III, alíneas "c" e "d", e § 3º, 19, caput, 23, inciso III, 28, inciso II, e 57 da Lei 8.443/1992, no art. 202, § 6º, do Regimento Interno do TCU e diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1 excluir o Município de Gurjão/PB e Gilberto Rodrigues Souza da relação processual;

9.2 julgar irregulares as contas dos responsáveis apresentados a seguir, condenando-os ao pagamento das quantias relacionadas, com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal, o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente e acrescida de juros de mora a partir das datas indicadas até o efetivo recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

9.2.1 José Carlos Vidal:

DATA	VALOR (R$)
18/08/2008	150.000,00
22/08/2008	143.000,00

9.2.2 José Carlos Vidal, solidariamente com Marlize Curi de Souza - ME:

DATA	VALOR (R$)
22/08/2008	27.000,00
11/09/2008	80.000,00

9.3 aplicar multa individual a José Carlos Vidal e a Marlize Curi de Souza - ME, respectivamente, nos valores de R$ 60.000,00 (sessenta mil reais) e R$ 15.000,00 (quinze mil reais), com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal, o recolhimento das quantias aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se forem pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4 autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.5 remeter cópia deste acórdão à Procuradoria da República no Estado da Paraíba.

10. Ata n° 36/2017 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 3/10/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8950-36/17-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (na Presidência) e José Múcio Monteiro (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 8951/2017 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 017.800/2017-0.

2. Grupo II - Classe V - Aposentadoria.

3. Interessada: Regina Carpes da Silva (CPF 421.809.020-34).

4. Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado do Rio Grande do Sul.

5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de concessão de aposentadoria a servidora da Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado do Rio Grande do Sul.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal, arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, em considerar legal a concessão de aposentadoria a Regina Carpes da Silva, ordenando o registro.

10. Ata n° 36/2017 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 3/10/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8951-36/17-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (na Presidência) e José Múcio Monteiro (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 8952/2017 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 020.174/2017-9.

2. Grupo II - Classe V - Pensão Civil.

3. Interessados: Berenice Chaulet Valls (CPF 805.897.230-49), Guilherme da Costa Taborda de Almeida Martinelli (CPF 020.688.950-05), Luiz Carlos de Araujo (CPF 099.158.000-10), Santa Feliciana Carrera Fischer (CPF 403.923.500-25), Sara Luiza Guazzeli Roveda (CPF 084.752.100-15) e Zelia Noemia Velho Kulczynski (CPF 418.232.140-53).

4. Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Rio Grande do Sul.

5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de pensões civis concedidas a dependentes de servidores do Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Rio Grande do Sul.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal, arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei nº 8.443/1992, art. 262, § 2º, Regimento Interno, e Súmula TCU nº 106, em:

9.1. considerar legais as concessões de pensões civis a Berenice Chaulet Valls, Luiz Carlos de Araujo, Santa Feliciana Carrera Fischer, Sara Luiza Guazzeli Roveda e Zelia Noemia Velho Kulczynski, ordenando o registro;

9.2. considerar ilegal a concessão de pensão civil a Guilherme da Costa Taborda de Almeida Martinelli, recusando o registro;

9.3. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé pelo beneficiário;

9.4. determinar à unidade jurisdicionada que adote medidas para:

9.4.1. dar ciência, no prazo de 15 (quinze) dias, do inteiro teor desta deliberação ao pensionista referido no item 9.2 acima, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos perante o TCU não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso esses não sejam providos;

9.4.2. fazer cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, o pagamento decorrente do ato considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;

9.4.3. encaminhar ao Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias contados da ciência da decisão, documentos aptos a comprovar que o interessado de que trata o item 9.2 teve conhecimento do acórdão;

9.5. esclarecer à unidade jurisdicionada que a concessão considerada ilegal poderá prosperar, mediante emissão de novo ato livre da irregularidade apontada;

9.6. determinar à Sefip que adote medidas para monitorar o cumprimento da determinação relativa à cessação de pagamentos decorrentes da concessão considerada ilegal, representando ao Tribunal em caso de não atendimento.

10. Ata n° 36/2017 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 3/10/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8952-36/17-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (na Presidência) e José Múcio Monteiro (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 8953/2017 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC-023.695/2006-7

2. Grupo I, Classe I - Embargos de Declaração (em Prestação de Contas, Exercício de 2005)

3. Embargante: Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras)

4. Unidade: Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras)

5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

5.1. Relator da deliberação embargada: Ministro José Múcio Monteiro

6. Representante do Ministério Público: não atuou

7. Unidade Técnica: SecexEstataisRJ

8. Representação legal: Adriano Marques Manso (OAB/RJ 114.483), Marina de Araújo Lopes (OAB/DF 43.327), Barbara Maria Pinto Nascimento Gomes (CPF 084.039.885-91) e outros

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de prestação de contas, exercício de 2005, em que se examinam, nesta fase, embargos de declaração opostos em face do item 1.8 do Acórdão 702/2017 - 2ª Câmara (Relação 2/2017 - 2ª Câmara).

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, nos termos dos arts. 32, inciso II, e 34 da Lei 8.443/1992, em:

9.1 conhecer dos embargos de declaração para, no mérito, acolhê-los;

9.2 alterar o item 1.8 do Acórdão 702/2017 - 2ª Câmara (Relação 2/2017 - 2ª Câmara), que passa a apresentar a seguinte redação:

"1.8. Determinar à Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras) que adote as providências necessárias a fim de se ressarcir dos custos com a cessão de pessoal à Fundação Petrobras de Seguridade Social (Petros) e aos demais órgãos e entidades da Administração Pública direta ou indireta da União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, nos termos do art. 4º do Decreto-lei 2.355/1987, com base no art. 6º, §§ 1º e 2º, da Lei 8.020/1990, no art. 7º, parágrafo único, da Lei Complementar 108/2001, na Decisão 298/1995-TCU-Plenário e no Acórdão 3.159/2004-TCU-1ª Câmara, no período compreendido entre a produção de efeitos do Decreto-lei 2.355/1987 e do Decreto 4.050/2001, com exceção do período compreendido entre 31/8/1988 e 20/12/1988, no qual esteve vigente o Decreto-lei 2.463/1988, e informe ao Tribunal, no prazo de 60 (sessenta) dias, as providências adotadas;"

9.3 dar ciência desta deliberação à embargante.

10. Ata n° 36/2017 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 3/10/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8953-36/17-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (na Presidência) e José Múcio Monteiro (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 8954/2017 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 025.790/2016-1

2. Grupo II - Classe II - Tomada de Contas Especial

3. Responsáveis: Carlos Eurico Leão e Lima (CPF 724.874.884-68), ex-prefeito, e Município de Porto Calvo/AL (CNPJ 12.366.720/0001-54).

4. Unidade: Prefeitura Municipal de Porto Calvo/AL

5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

7. Unidade Técnica: Secex/MG

8. Advogados constituídos nos autos: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Fundação Nacional de Saúde (Funasa), em razão da impugnação parcial de despesas do Convênio 359/2006, firmado com o Município de Porto Calvo/AL, tendo por objeto a implantação de sistema de abastecimento de água no município.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 12, §§ 1º, 2º e 3º, 16, inciso III, alínea "a", 19, 23, inciso III, 28, inciso II, e 57 da Lei 8.443/92, c/c os arts. 202, §§ 2º, 3º, 4º e 8º, 209, inciso I, 210, 214, inciso III, alínea "a", e 267 do Regimento Interno, em:

9.1 julgar irregulares as contas de Carlos Eurico Leão e Lima, condenando-o ao pagamento das quantias a seguir indicadas, fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal, o recolhimento da dívida aos cofres da Fundação Nacional de Saúde, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir das respectivas datas, até a data do efetivo recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

Valor (R$)	Data	Débito/crédito
100.000,00	7/12/2011	Débito
100.203,40	13/6/2007	Débito
77.834,50	30/10/2014	Crédito
49.043,48	17/8/2012	Crédito

9.2 aplicar a Carlos Eurico Leão e Lima multa no valor de R$ 17.000,00 (dezessete mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias da notificação para que comprove perante o TCU o recolhimento do valor aos cofres do Tesouro Nacional, o qual deverá ser atualizado monetariamente a partir da data deste acórdão, se pago após o vencimento;

9.3 fixar novo e improrrogável prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que o Município de Porto Calvo/AL efetue e comprove, perante este Tribunal, o recolhimento da quantia de R$ 49.043,48 (quarenta e nove mil, quarenta e três reais e quarenta e oito centavos) aos cofres da Fundação Nacional de Saúde, atualizada monetariamente a partir de 17/8/2012 até a data do efetivo recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor;

9.4 dar ciência ao Município de Porto Calvo/AL de que a liquidação tempestiva do débito, atualizado monetariamente, ensejará o julgamento pela regularidade com ressalva das suas contas, mas que a falta de liquidação tempestiva implicará no julgamento pela irregularidade das contas, com imputação de débito corrigido monetariamente e acrescido de juros de mora;

9.5 autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas imputadas ao responsável Carlos Eurico Leão e Lima, caso não atendida a notificação;

9.6 dar ciência deste acórdão à Procuradoria da República no Estado de Alagoas, para as medidas que entender cabíveis.

10. Ata n° 36/2017 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 3/10/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8954-36/17-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (na Presidência) e José Múcio Monteiro (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 8955/2017 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC-028.973/2014-3

2. Grupo I - Classe I - Recurso de Reconsideração (em Tomada de Contas Especial)

3. Recorrente: Ariosvaldo Targino Araújo (ex-prefeito, CPF 039.196.414-34)

4. Unidade: Prefeitura Municipal de João Câmara/RN

5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

5.1. Relator da Decisão Recorrida: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

7. Unidades Técnicas: Secex/RN e Serur

8. Advogado constituído nos autos: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em fase de recurso de reconsideração interposto por Ariosvaldo Targino Araújo, ex-Prefeito de João Câmara/RN, contra o Acórdão 12.790/2016-2ª Câmara, retificado materialmente pelo Acórdão 58/2017-2ª Câmara.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 32, inciso I, e 33 da Lei 8.443/92, e diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento;

9.2. dar ciência desta deliberação ao recorrente.

10. Ata n° 36/2017 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 3/10/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8955-36/17-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (na Presidência) e José Múcio Monteiro (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

Foram proferidas, sob a Presidência da Ministra Ana Arraes, as Deliberações quanto aos processos relatados pelo Ministro José Múcio Monteiro.

ENCERRAMENTO

Às 16 horas e 36 minutos, a Presidência encerrou a sessão, da qual foi lavrada esta ata, a ser aprovada pelo Presidente e homologada pela Segunda Câmara.

ELENIR TEODORO GONÇALVES DOS SANTOS
Subsecretária das Câmaras

Aprovada em 10 de outubro de 2017.

JOSÉ MÚCIO MONTEIRO
Presidente

Poder Legislativo

CÂMARA DOS DEPUTADOS

DIRETORIA-GERAL

PORTARIA N° 125, DE 14 DE JUNHO DE 2017

Aplica a penalidade de impedimento de licitar e de contratar com a Uniãoà empresa PIX Administradora de Cartões de Crédito e Serviços Ltda. EPP

O DIRETOR-GERAL DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXXVII do artigo 147 da Resolução n° 20, de 1971, da Câmara dos Deputados, considerando que a empresa PIX Administradora de Cartões de Crédito e Serviços Ltda. EPP, situada na Alameda Araguaia, 933, Conjunto n° 81, 8º andar - Alphaville - Barueri - SP, inscrita no CNPJ sob o n° 11.845.291/0001-35, descumpriu obrigações indispensáveis à execução do Contrato 2013/097.0 (subitens n°s 4.1.1 e 4.2.1, alíneas "f" e "g", do Anexo n° 1 do Edital do Pregão Eletrônico n° 181/2012), conforme apurado no Processo n° 126.078/2016, resolve:

Art. 1º Aplicar A PIX Administradora de Cartões de Crédito e Serviços Ltda. EPP a penalidade de impedimento de licitar e de contratar com a União, com descredenciamento no SICAF, pelo período total de 9 (nove) meses, conforme previsto no art. 7º da Lei n° 10.520/2002 (item n° 4 do Anexo n° 3 do instrumento convocatório).

LÚCIO HENRIQUE XAVIER LOPES

PORTARIA N° 176, DE 9 DE AGOSTO DE 2017

Aplica a penalidade de impedimento de licitar e de contratar com a União à empresa Supremo Distribuidora e Atacadista de Máquinas e Equipamentos Eireli

O DIRETOR-GERAL DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXXVII do artigo 147 da Resolução n° 20, de 1971, da Câmara dos Deputados, considerando que a empresa Supremo Distribuidora e Atacadista de Máquinas e Equipamentos Eireli, situada na Rodovia DF 290 - Km 1,2 - Chácara 11/12 - Galpão 1 - Parte B - Santa Maria - Brasília (DF), inscrita no CNPJ sob o n° 20.907.355/0001-76, incorreu em falha na execução contratual (não fornecimento do material objeto da Nota de Empenho 2016NE004708) e em abandono da Ata de Registro de Preços n° 133/2015, conforme apurado nos autos do Processo n° 124.675/2016, resolve:

Art. 1º Aplicar à Supremo Distribuidora e Atacadista de Máquinas e Equipamentos Eireli a penalidade de impedimento de licitar e de contratar com a União, com descredenciamento no SICAF, pelo período total de 10 (dez) meses, conforme previsto no art. 7º da Lei n° 10.520/2002 (item 4 do Anexo n° 3 do Edital do Pregão Eletrônico para Registro de Preços n° 161/2015).

LÚCIO HENRIQUE XAVIER LOPES

FUNDO ROTATIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

CNPJ 26.994.574/0001-16

PRESTAÇÃO DE CONTAS

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO: Cumprindo o disposto na Resolução n.º 60, de 1994, apresentamos a Prestação de Contas Analítica do Fundo Rotativo da Câmara dos Deputados relativa ao mês de agosto de 2017. A Administração do Fundo prestará os esclarecimentos que se fizerem necessários à perfeita compreensão das demonstrações.

FUNDO ROTATIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS
CNPJ 26.994.574/0001-16
BALANÇO PATRIMONIAL

Período: agosto/2017 — Valores em R$

ATIVO			PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
	2017	2016		2017	2016
ATIVO CIRCULANTE	**592.944.625,25**	**562.089.890,79**	**PASSIVO CIRCULANTE**	**70.688,96**	**196.212,43**
Caixa e Equivalentes de Caixa	590.485.028,13	559.955.965,82	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	27.829,00	27.829,00
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	2.459.597,12	2.133.924,97	Demais Obrigações a Curto Prazo	42.859,96	168.383,43
ATIVO NÃO CIRCULANTE	**15.504.527,55**	**15.504.527,55**	**PATRIMÔNIO LÍQUIDO**	**608.378.463,84**	**577.398.205,91**
Ativo Realizável a Longo Prazo	**15.504.527,55**	**15.504.527,55**	**Resultados Acumulados**	**608.378.463,84**	**577.398.205,91**
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	15.504.527,55	15.504.527,55	Resultado do Exercício	30.836.105,94	64.047.700,33
			Resultados de Exercícios Anteriores	577.398.205,91	513.719.699,84
			Ajustes de Exercícios Anteriores	144.151,99	-369.194,26
TOTAL DO ATIVO	**608.449.152,80**	**577.594.418,34**	**TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO**	**608.449.152,80**	**577.594.418,34**

Período: agosto/2017 — Valores em R$

DEMONSTRATIVO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES (LEI N.º 4.320/1964)

ATIVO	2017	2016	PASSIVO	2017	2016
ATIVO FINANCEIRO	590.485.028,13	559.955.965,82	PASSIVO FINANCEIRO	2.098.516,19	24.481.663,80
ATIVO PERMANENTE	17.964.124,67	17.638.452,52	PASSIVO PERMANENTE	-	-
TOTAL DO ATIVO	**608.449.152,80**	**577.594.418,34**	**TOTAL DO PASSIVO**	**2.098.516,19**	**24.481.663,80**
			SALDO PATRIMONIAL	**606.350.636,61**	**553.112.754,54**

Período: agosto/2017 — Valores em R$

DEMONSTRATIVO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO (LEI N.º 4.320/1964)

ATIVO			PASSIVO		
	2017	2016		2017	2016
ATOS POTENCIAIS ATIVOS	**722.832,16**	**1.699.216,20**	**ATOS POTENCIAIS PASSIVOS**	**35.000,00**	**54.482,05**
Execução dos Atos Potenciais Ativos	722.832,16	1.699.216,20	Execução dos Atos Potenciais Passivos	35.000,00	54.482,05
			Obrigações Conveniadas e Outros Instum. Congên.	-	19.482,05
Direitos Contratuais a Executar	722.832,16	1.699.216,20	Obrigações Contratuais a Executar	35.000,00	35.000,00
TOTAL	**722.832,16**	**1.699.216,20**	**TOTAL**	**35.000,00**	**54.482,05**

Período: agosto/2017 — Valores em R$

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO (LEI N.º 4.320/1964)

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DÉFICT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-
Recursos Vinculados	**588.386.511,94**
Alienação de Bens e Direitos	600.656,49
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	587.785.855,45
TOTAL	**588.386.511,94**

CNPJ 26.994.574/0001-16
BALANÇO FINANCEIRO

Período: agosto/2017 — Valores em R$

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
	2017	2016		2017	2016
Receitas Orçamentárias	**46.659.206,57**	**50.365.392,94**	**Despesas Orçamentárias**	**5.603.596,18**	**2.734.913,95**
Ordinárias	-	-	**Ordinárias**	-	**50.074,37**
Vinculadas	**46.815.217,08**	**50.640.741,43**	**Vinculadas**	**5.603.596,18**	**2.684.839,58**
Alienação de Bens e Direitos	54.619,99	-	Outros Recursos Vinculados a Órgãos e	5.603.596,18	2.684.839,58
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e	46.760.597,09	50.640.741,43			
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-156.010,51	-275.348,49			
Transferências Financeiras Recebidas	**1.316,72**	**106.151,82**	**Transferências Financeiras Concedidas**	**9.322,06**	**78.783,43**
Resultantes da Execução Orçamentária	-	93.826,49	Resultantes da Execução Orçamentária	8.734,16	66.458,08
Repasse Recebido	-	93.826,49	Repasse Concedido	8.734,16	66.458,08
Independentes da Execução Orçamentária	1.316,72	12.325,33	Independentes da Execução Orçamentária	587,90	12.325,35
Transferências Recebidas para Pagamento de	728,82	-	Transferências Concedidas para Pagamento de	-	0,02
Movimentação de Saldos Patrimoniais	587,90	12.325,33	Movimento de Saldos Patrimoniais	587,90	12.325,33
Recebimentos Extraorçamentários	**1.126.784,48**	**409.561,57**	**Despesas Extraorçamentárias**	**11.645.327,22**	**3.423.517,74**
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	34.975,14	2.600,00	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	168.383,43	2.451,59
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	1.091.484,61	406.961,57	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	11.476.619,06	3.421.066,15
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	324,73	-	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	324,73	-
Saldo do Exercício Anterior	**559.955.965,82**	**497.800.462,07**	**Saldo para o Exercício Seguinte**	**590.485.028,13**	**542.444.353,28**
Caixa e Equivalentes de Caixa	559.955.965,82	497.800.462,07	Caixa e Equivalentes de Caixa	590.485.028,13	542.444.353,28
TOTAL	**607.743.273,59**	**548.681.568,40**	**TOTAL**	**607.743.273,59**	**548.681.568,40**

FUNDO ROTATIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS
CNPJ 26.994.574/0001-16
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Período: agosto/2017 Valores em R$

	2017	2016
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	**30.507.454,65**	**47.139.581,33**
INGRESSOS	**46.606.228,03**	**50.471.544,76**
Receitas Derivadas e Originárias	**46.604.586,58**	**50.365.392,94**
Receita Patrimonial	1.495.990,35	1.229.112,35
Receita de Serviços	164.142,50	24.327,21
Remuneração das Disponibilidades	39.507.816,88	44.293.420,62
Outras Receitas Derivadas e Originárias	5.436.636,85	4.818.532,76
Outros Ingressos das Operações	**1.641,45**	**106.151,82**
Ingressos Extraorçamentários	324,73	-
Transferências Financeiras Recebidas	1.316,72	106.151,82
DESEMBOLSOS	**-16.098.773,38**	**-3.331.963,43**
Pessoal e Demais Despesas	**-16.089.126,59**	**-3.251.834,16**
Legislativo	-16.089.126,59	-3.251.834,16
Transferências Concedidas	**-**	**-1.345,84**
Intragovernamentais	-	-1.345,84
Outros Desembolsos das Operações	**-9.646,79**	**-78.783,43**
Dispêndios Extraorçamentários	-324,73	-
Transferências Financeiras Concedidas	-9.322,06	-78.783,43
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	**21.607,66**	**-2.495.690,12**
INGRESSOS	**54.619,99**	**-**
Alienação de Bens	**54.619,99**	**-**
DESEMBOLSOS	**-33.012,33**	**-2.495.690,12**
Aquisição de Ativo Não Circulante	**-33.012,33**	**-2.405.615,75**
Outros Desembolsos de Investimentos	**-**	**-90.074,37**
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	**30.529.062,31**	**44.643.891,21**
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	**559.955.965,82**	**497.800.462,07**
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	**590.485.028,13**	**542.444.353,28**

FUNDO ROTATIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS
CNPJ 26.994.574/0001-16
DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Período: agosto/2017 Valores em R$

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS	2017	2016
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	**47.220.065,54**	**52.315.247,89**
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	**2.046.919,88**	**2.003.879,92**
Venda de Mercadorias	151.096,47	13.832,90
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	1.895.823,41	1.990.047,02
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	**39.515.849,86**	**45.049.580,39**
Juros e Encargos de Mora	2.086,91	756.159,77
Variações Monetárias e Cambiais	5.946,07	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	39.507.816,88	44.293.420,62
Transferências e Delegações Recebidas	**1.316,72**	**106.151,82**
Transferências Intragovernamentais	1.316,72	106.151,82
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	**54.619,99**	**4.446,10**
Ganhos com Alienação	54.619,99	-
Ganhos com Desincorporação de Passivos	-	4.446,10
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	**5.601.359,09**	**5.151.189,66**
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	89.180,57	115.035,15
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	5.512.178,52	5.036.154,51
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	**16.383.959,60**	**5.698.651,43**
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	**3.160.188,64**	**297.742,48**
Serviços	3.160.188,64	297.742,48
Transferências e Delegações Concedidas	**500.116,24**	**3.251.517,91**
Transferências Intragovernamentais	9.322,06	78.783,43
Outras Transferências e Delegações Concedidas	490.794,18	3.172.734,48
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	**624.016,35**	**524.932,67**
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	214.538,68	143.470,91
Incorporação de Passivos	245.994,26	260.059,89
Desincorporação de Ativos	163.483,41	121.401,87
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	**12.099.638,37**	**1.624.458,37**
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	12.099.638,37	1.624.458,37
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	**30.836.105,94**	**46.616.596,46**

LUCIO HENRIQUE XAVIER LOPES
Diretor-Geral

EVANDRO LOPES COSTA
Diretor do Departamento de Finanças, Orçamento e Contabilidade
Contador - CRC/DF 7504/O-8

FRANCISCO GLAUBER LIMA MOTA
Diretor da Coordenação de Contabilidade
Contador - CRC/DF 9291/O-6

FRANCISCO DE ASSIS PINHEIRO MARQUES
Chefe do Serviço de Controle do FRCD
Contador - CRC/MT 9016/O-4 T-DF

Poder Judiciário

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO

PORTARIA Nº 838, DE 6 DE OUTUBRO DE 2017

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA TERCEIRA REGIÃO, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 3º da Resolução nº CJF-RES-2014/00317, de 24 de outubro de 2014 e no Ofício nº CJF-OFI-2017-03450, datado de 26 de setembro de 2017, resolve:

Art.º. Revogar a Portaria PRES Nº 736, de 31 de julho de 2017.

Art. 2º. Fica indisponível para empenho e movimentação financeira o valor de R$ 12.312.765,00 (doze milhões, trezentos e doze mil, setecentos e sessenta e cinco reais), consignados à Justiça Federal de 1º e 2º Graus da Terceira Região, na Lei 13.414, de 10 de janeiro de 2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Desª CECÍLIA MARIA PIEDRA MARCONDES

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS

PORTARIA Nº 158, DE 4 DE OUTUBRO DE 2017

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições legais e regimentais e considerando o disposto no art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000), no art. 58 da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2017 (Lei nº 13.408/2016) e no art. 2º da Instrução Normativa TSE nº 3/2014, bem como o contido no Ofício-Circular nº 221 GAB-DG/TSE, de 3 de outubro de 2017, resolve:

Art. 1º Tornar indisponível para empenho e movimentação financeira o valor de R$ 118.873,00 (cento e dezoito mil oitocentos e setenta e três reais), consignado a este Tribunal por meio da Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogando-se a Portaria nº 125/2017 PRES/DG/SADOR.

Des. MARCO VILLAS BOAS

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

PORTARIA Nº 2.274, DE 3 DE OUTUBRO DE 2017

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS, no uso de sua competência legal, com fundamento no parágrafo único do artigo 24 da Lei n. 11.416, de 15 de dezembro de 2006, publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, do dia 19 de dezembro de 2006, tendo em vista o PA n. 12.737/2017, resolve:

Art. 1º Agregar o valor abaixo relacionado, conforme quadro a seguir:

Origem	Valor
01 (uma) FC-05 da Comissão Permanente de Processo Disciplinar da Secretaria - COD (sequencial 3214).	R$ 2.232,38
Total	R$ 2.232,38

Art. 2º Utilizar o valor total especificado no artigo 1º para criação das Funções Comissionadas abaixo relacionadas, destinando-as conforme quadro a seguir:

Destino	Valor
01 (uma) FC-02 do Gabinete da Presidência-GPR.	R$ 1.185,05
01 (uma) FC-01 do Gabinete da Presidência-GPR.	R$ 1.019,17
Total	R$ 2.204,22
Saldo	R$ 28,16

Art. 3º Transformar os Cargos em Comissão abaixo relacionados, conforme quadro a seguir:

Item	Código CJ	Descrição e origem CJ	Descrição e destino CJ
1	3396	CJ-02 de Presidente da Comissão de Processo Disciplinar da Corregedoria - CPPD.	CJ-02 de Coordenador da Coordenadoria de Ética e Disciplina do TJDFT - CED
2	3192	CJ-02 de Presidente da Comissão de Processo Disciplinar da Secretaria - COD.	CJ-02 de Assessor da Coordenadoria de Ética e Disciplina do TJDFT - CED

Art. 4º Remanejar as Funções Comissionadas abaixo relacionadas, conforme quadro a seguir:

Item	Código CJ/FC	Descrição e origem CJ/FC	Descrição e destino CJ/FC
1	2274	FC-05 da Comissão de Processo Disciplinar da Corregedoria - CPPD.	FC-05 da Coordenadoria de Ética e Disciplina do TJDFT - CED
2	2126	FC-05 da Comissão de Processo Disciplinar da Corregedoria - CPPD.	FC-05 da Coordenadoria de Ética e Disciplina do TJDFT - CED
3	2174	FC-05 da Comissão de Processo Disciplinar da Corregedoria - CPPD.	FC-05 da Coordenadoria de Ética e Disciplina do TJDFT - CED
4	3215	FC-05 da Comissão de Processo Disciplinar da Secretaria - COD.	FC-05 da Coordenadoria de Ética e Disciplina do TJDFT - CED
5	1718	FC-05 da Comissão de Processo Disciplinar da Secretaria - COD.	FC-05 da Coordenadoria de Ética e Disciplina do TJDFT - CED
6	4134	FC-02 da Comissão de Processo Disciplinar da Secretaria - COD.	FC-02 do Gabinete da Corregedoria
7	4089	FC-02 da Comissão de Processo Disciplinar da Secretaria - COD.	FC-02 do Gabinete da Corregedoria

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. MARIO MACHADO

Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM

RESOLUÇÃO Nº 558, DE 9 DE OUTUBRO DE 2017

Prorroga, "ad referendum" do Plenário, por 90 (noventa) dias o prazo previsto no § 1º do art. 2º da Resolução Cofen n° 542/2017, que dispõe sobre o Programa de Recuperação Fiscal dos Conselhos de Enfermagem 2017, e dá outras providências.

O Presidente do Conselho Federal de Enfermagem - Cofen, no uso de suas atribuições legais e regimentais conferidas na Lei n°5.905 de 12 de julho de 1973, bem como pelo Regimento Interno da Autarquia, aprovado pela Resolução Cofen no. 421, de 15 de fevereiro de 2012; e

CONSIDERANDO a competência estabelecida ao Presidente do Cofen no art. 25, XV, do Regimento Interno do Cofen, de decidir, ad referendum do Plenário ou da Diretoria, nos casos que, por sua urgência, exijam a adoção de providências, obrigatoriamente submetendo a matéria à homologação do Plenário ou da Diretoria, preferencialmente na primeira reunião subsequente;

CONSIDERANDO a urgência que o caso requer, uma vez que o prazo previsto no § 1° do art. 21 da Resolução Cofen n° 542/2017 se vence no dia 16 de outubro de 2017 e que a próxima Reunião Ordinária do Plenário será realizada no período de 23 a 27 de outubro de 2017, portanto em data posterior ao vencimento do prazo objeto da presente decisão;

CONSIDERANDO o Parecer ASSLEGIS n° 059/2017;

CONSIDERANDO o Processo Administrativo Cofen n° 0338/2017, sob a ementa "Programa de Recuperação Fiscal dos Conselhos de Enfermagem REFIS/ENFERMAGEM"; resolve:

Art. 1º Prorrogar, ad referendum do Plenário, por 90 (noventa) dias o prazo previsto no § 1° do art. 2º da Resolução Cofen n° 542/2017, que dispõe sobre o Programa de Recuperação Fiscal dos Conselhos de Enfermagem 2017.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura, devendo, todavia, ser colocada para homologação na pauta da próxima Reunião Ordinária do Plenário do Cofen.

Art. 3º Esta Decisão revoga as disposições em contrário.

MANOEL CARLOS N. DA SILVA
Presidente do Conselho

MARIA R. F. B. SAMPAIO
1ª Secretária

CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA

RESOLUÇÃO Nº 648, DE 30 DE AGOSTO DE 2017

Regulamenta o procedimento de fiscalização dos Conselhos Regionais de Farmácia e dá outras providências.

O Conselho Federal de Farmácia (CFF), no uso de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 6º, alínea "g", da Lei Federal nº 3.820, de 11 de novembro de 1960 e;

Considerando que o registro de empresas e a anotação dos profissionais legalmente habilitados, delas encarregados, serão obrigatórios nas entidades competentes para a fiscalização do exercício das diversas profissões, em razão da atividade básica ou em relação àquela pela qual prestem serviços a terceiros, nos termos do artigo 1º da Lei Federal nº 6.839, de 30 de outubro de 1980;

Considerando que as empresas e os estabelecimentos que exploram serviços para os quais são necessárias atividades de profissional farmacêutico deverão provar perante os Conselhos Federal e Regionais de Farmácia que essas atividades são exercidas por profissional habilitado e registrado, nos termos do artigo 24 da Lei Federal nº 3.820, de 11 de novembro de 1960;

Considerando a Lei nº 13.021, de 08 de agosto de 2014, que dispõe sobre o exercício e a fiscalização das atividades farmacêuticas;

Considerando as legislações sanitárias do Ministério da Saúde e da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), bem como as resoluções do CFF referente ao registro e à fiscalização das empresas e dos estabelecimentos que desenvolvam atividades para as quais é necessário profissional farmacêutico devidamente inscrito no Conselho Regional de Farmácia (CRF), além da necessidade de se comprovar a assistência farmacêutica plena,

Considerando a Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, dando outras providências, regulamentada pelo Decreto Federal nº 8.420, de 18 de março de 2015, resolve:

Art. 1º - Constituem atos lesivos à administração pública, para os fins desta norma, todos aqueles praticados pelos fiscalizados pelo Conselho de Farmácia que obstem ou dificultem a atuação da atividade de fiscalização, sujeitos a penalidades conforme a legislação aplicável à espécie.

Art. 2º - O procedimento de fiscalização dos Conselhos Regionais de Farmácia obedecerá ao disposto nesta resolução, nos termos dos anexos I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX, X, XI, XII, XIII, XIV, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX, XX e XXI.

Parágrafo único - O CRF deverá adotar Fichas de Fiscalização do Exercício das Atividades Farmacêuticas (FFEAF), cuja aplicabilidade será descrita no plano de fiscalização anual, conforme modelos previstos nos anexos XIV ao XXI, podendo os órgãos regionais estabelecer modelos próprios adequados à sua realidade, desde que contendo os dados dispostos nos formulários aprovados por esta resolução, bem como que os mesmos sejam enviados previamente ao CFF para conhecimento, avaliação da comissão de fiscalização, inclusive para utilização em outras áreas não contempladas nesta resolução.

Art. 3º - Os anexos desta resolução estão assim dispostos:

ANEXO I - Regulamento de Fiscalização dos Conselhos Regionais de Farmácia;

ANEXO II - Diretrizes para o Plano de Fiscalização Anual;

ANEXO III - Instruções para preenchimento do Relatório de Atividade Fiscal (RAF);

ANEXO IV- Formulário padrão para Plano de Fiscalização Anual;

ANEXO V - Formulário padrão para Relatório de Fiscalização Anual;

ANEXO VI - Formulário padrão para declaração de outras atividades;

ANEXO VII - Formulário padrão para solicitação de responsabilidade técnica e Termo de Compromisso do profissional e da empresa;

ANEXO VIII - Formulário padrão para Termo de Inspeção, Termo de Intimação e Auto de Infração;

ANEXO IX - Formulário padrão para Notificação de Multa;

ANEXO X - Formulário padrão para Notificação de Pagamento de Multa;

ANEXO XI - Formulário padrão para declaração obrigatória de baixa de responsabilidade técnica;

ANEXO XII - Modelo de identidade funcional de farmacêutico fiscal;

ANEXO XIII - Modelo de colete e carteira de identificação funcional para o farmacêutico fiscal;

ANEXO XIV - Formulário padrão para Ficha de Fiscalização do Exercício das Atividades Farmacêuticas na farmácia e drogaria;

ANEXO XV - Formulário padrão para Ficha de Fiscalização do Exercício das Atividades Farmacêuticas na farmácia com manipulação;

ANEXO XVI - Formulário padrão para Ficha de Fiscalização do Exercício das Atividades Farmacêuticas na farmácia hospitalar;

ANEXO XVII - Formulário padrão para Ficha de Fiscalização do Exercício das Atividades Farmacêuticas na farmácia pública;

ANEXO XVIII - Formulário padrão para Ficha de Fiscalização do Exercício das Atividades Farmacêuticas na distribuidora;

ANEXO XIX - Formulário padrão para Ficha de Fiscalização do Exercício das Atividades Farmacêuticas no laboratório de análises clínicas;

ANEXO XX - Formulário padrão para Ficha de Fiscalização do Exercício das Atividades Farmacêuticas na indústria.

ANEXO XXI - Formulário padrão para Ficha de Fiscalização do Exercício das Atividades Farmacêuticas na radiofarmácia.

Art. 4º - As empresas e os estabelecimentos que prestem serviços para os quais são necessárias atividades de farmacêutico, para que provem que estas são exercidas por profissional habilitado e devidamente registrado junto ao CRF, inclusive quando a legislação exigir a presença em horário integral de funcionamento, deverão possuir certidão de regularidade técnica (CRT).

§ 1º - A CRT será expedida conforme modelo definido pelo CFF em resolução específica.

§ 2º - É vedada a expedição da CRT quando houver impedimento profissional ou inabilitação do farmacêutico, bem como se a carga horária de assistência técnica, conforme legislação pertinente, for insuficiente à atividade pretendida ou exercida pela empresa/estabelecimento.

§ 3º - Na certidão de regularidade deverá constar em destaque, na parte frontal, o ano correspondente, devendo ser afixada no estabelecimento em lugar visível ao público, com o horário de funcionamento, dias da semana, nomes e horários de assistência dos farmacêuticos.

§ 4º - Qualquer impossibilidade de identificação precisa dos dias da semana e dos horários de assistência farmacêutica dos farmacêuticos responsáveis, impõe-se ao estabelecimento o dever de manter e atualizar a escala de trabalho e folgas, com horários diários de trabalho, inclusive para substitutos ou plantonistas por Declaração de Atividade Profissional (DAP) reconhecida pelo CRF conforme legislação específica e assinada pelo diretor técnico, visível ao público e ao serviço de fiscalização.

§ 5º - A CRT conterá um código de segurança (QR Code - quick response) gerado a cada emissão, e será declarada nula quando houver qualquer alteração, devendo então ser recolhida pelo fiscal.

§ 6º - A CRT perderá a validade quando houver:

I - Alteração da assistência farmacêutica ou baixa de responsabilidade técnica de quaisquer dos farmacêuticos;

II - Alteração dos dados cadastrais da empresa referentes ao seu objeto social, endereço ou alteração de horário de funcionamento.

Art. 5º - Fica instituída a Fiscalização Eletrônica Móvel (FEM), a ser realizada pelos Conselhos Regionais de Farmácia, observada a legislação, as resoluções do CFF e as normas relacionadas à garantia da veracidade, tempestividade das informações, transparência, fidedignidade, confiabilidade e confidencialidade.

Parágrafo único - A utilização de recursos eletrônicos deverá ser realizada através de sistema próprio ou prestador de serviço especializado, capaz de implantar a Infraestrutura de Chaves Públicas do Brasil (ICP - Brasil).

Art. 6º - Para efeito desta resolução, define-se como:

I - Termo de inspeção: documento preenchido manual ou eletronicamente pelo farmacêutico fiscal, destinado à verificação do exercício das atividades farmacêuticas nos estabelecimentos, conforme descrito no anexo VIII, sendo obrigatório seu preenchimento em todas as inspeções;

II - Termo de intimação: documento preenchido manual ou eletronicamente pelo farmacêutico fiscal, destinado a determinar a adoção de providências imediatas ao profissional farmacêutico, referente às atividades farmacêuticas, conforme descrito no anexo VIII;

III - Auto de infração: documento preenchido manual ou eletronicamente pelo farmacêutico fiscal, destinado à imposição de penalidade aos estabelecimentos que não comprovem o previsto no artigo 24 da Lei Federal nº 3.820/60 conforme descrito no anexo VIII;

IV - Certidão de Regularidade Técnica (CRT) - documento expedido pelo CRF, com valor probante de ausência de impedimento do profissional farmacêutico, para exercer a função de diretor técnico ou responsável técnico ou farmacêutico assistente técnico ou farmacêutico substituto, o exercício da responsabilidade técnica, respeitando os princípios legais, éticos e sanitários pelo profissional e pela empresa ou estabelecimento.

Art. 7º - O preenchimento do Relatório de Atividade Fiscal (RAF) deve obedecer estritamente aos termos do anexo III da presente resolução.

Art. 8º - Fica instituída a carteira de identificação funcional, colete e identidade funcional de farmacêutico fiscal.

§ 1º - A identidade funcional de que trata o caput obedecerá ao modelo definido no anexo XI.

§ 2º - O colete de que trata o caput obedecerá ao modelo definido no anexo XII e terá caráter facultativo.

Art. 9º - Os formulários e modelos previstos nos anexos IV a XIX estão disponíveis no sítio eletrônico http:// www.cff.org.br.

Art. 10 - Ficam revogados o item 6.26 do artigo 6º, o parágrafo único do artigo 9º, todos da Resolução/CFF nº 357/01; a Resolução/CFF nº 600/14; bem como as demais disposições em contrário.

Art. 11 - Esta resolução entra em vigor na data da sua publicação.

WALTER DA SILVA JORGE JOÃO
Presidente do Conselho

ANEXO I

REGULAMENTO DE FISCALIZAÇÃO DOS CONSELHOS REGIONAIS DE FARMÁCIA

CAPÍTULO I - DOS FARMACÊUTICOS FISCAIS

Art. 1º - A fiscalização a ser exercida pelos Conselhos Regionais de Farmácia obedecerá ao presente regulamento.

Art. 2º - Os Conselhos Regionais de Farmácia deverão dispor de quadro de farmacêuticos fiscais em número suficiente a garantir a fiscalização de todos os estabelecimentos no estado, por cada exercício fiscal.

§ 1º - Conceitua-se como fiscal, o farmacêutico concursado e nomeado, com poder de polícia e fé pública, responsável pela fiscalização das atividades farmacêuticas no âmbito do local de atuação em empresas ou estabelecimentos que explorem atividades onde se faça necessária à atuação de farmacêutico, lavrando os formulários de termo de inspeção, termo de intimação, auto de infração e Ficha de Fiscalização do Exercício das Atividades Farmacêuticas (FFEAF) ou outros documentos em situações previstas na legislação vigente, adstritas às atividades farmacêuticas.

§ 2º - É facultada à diretoria do CRF a criação da chefia, gerência ou coordenação do setor de fiscalização, a qual, obrigatoriamente, deve ser exercida por fiscal farmacêutico de carreira, subordinado diretamente ao vice-presidente do CRF.

§ 3º - Na hipótese da não criação prevista no parágrafo anterior, a chefia, gerência ou coordenação será exercida pelo vice-presidente do CRF.

§ 4º - Para garantir a fiscalização em todas as empresas ou estabelecimentos durante o exercício fiscal, os Conselhos Regionais de Farmácia deverão manter a proporção de, no máximo, 600 (seiscentos) estabelecimentos, por fiscal, em atividades de fiscalização.

§ 5º - Para garantir o Índice de Desempenho do CRF, e a fiscalização mínima em todas as empresas ou estabelecimentos durante ano, os Conselhos Regionais de Farmácia deverão garantir o índice médio de, no mínimo, em cada estabelecimento, 03 inspeções nas cidades do interior e 04 inspeções na capital e região metropolitana, observando as prioridades em razão da deficiência de assistência farmacêutica.

§ 6º - Em razão da complexidade dos vários tipos de inspeções, será usado fator de correção conforme cada tipo de estabelecimento, para o cálculo do Índice de Desempenho do Conselho (IDC) e do fiscal (IDF):

A - Inspeções de rotina, definida como aquela de verificação de presença, ausência, autuações, intimações e orientações necessárias, 01 ponto por inspeção realizada;

B - Inspeções conjuntas, aplicação de FFEAF padrão prevista pelo CFF, descrita nos respectivos anexos, 03 pontos por cada inspeção realizada (média de 02 horas de tempo dedicado);

C - Inspeções conjuntas com FFEAF de alta complexidade, sendo estas aquelas com quesitos relevantes adicionados pelos CRFs, onde o tempo previsto de aplicação seja no mínimo o dobro da FFEAF padrão, 5 (cinco) pontos por cada inspeção realizada;

D - Fórmula para cálculo de índice de fiscalização no Interior - Xi = (Ax1) + (Bx3) + (Cx5) / nº Estabelecimento do Interior.

E - Fórmula para cálculo de índice de fiscalização na Capital e região Metropolitana - Xc = (Ax1) + (Bx3) + (Cx5) / nº Estabelecimento na Capital.

§ 7º - Define-se como Índice de Desempenho do Fiscal (IDF): o resultado obtido pela divisão do número de inspeções individual de cada fiscal, realizadas no período, divididos pelo número de dias trabalhados exclusivamente na fiscalização externa, não podendo este ser inferior a 15 (quinze) dias trabalhados no mês. O IDF mínimo será de 12 (doze), sendo ponderada a complexidade de cada inspeção.

§ 8º - É proibida a vinculação de gratificação ao fiscal à lavratura de auto de infração e multas decorrentes, devendo-se obrigatoriamente adotar como parâmetro o índice de desempenho do fiscal a estabelecimentos farmacêuticos, e apenas com base nos termos de inspeção, devendo ser regulamentado pelo regional e desde que respeitada a previsão orçamentária.

Art. 3º - Os fiscais obrigatoriamente devem ser farmacêuticos inscritos no Conselho Regional de Farmácia de sua jurisdição, respeitando-se os seguintes critérios:

I - Aprovação em concurso público constando de prova escrita versando seu conteúdo predominantemente sobre deontologia, legislação farmacêutica e sanitária, além de prova de títulos, todas de caráter classificatório e investigação social, de caráter eliminatório;

II - O edital do concurso para farmacêutico fiscal deverá constar de forma clara as pontuações referentes à prova escrita e prova de títulos, prevendo o número de vagas para assunção imediata;

III - Os farmacêuticos fiscais deverão trabalhar em regime de dedicação exclusiva, sendo vedado aos mesmos participarem como sócios, proprietários ou coproprietários, inclusive de assumir responsabilidade técnica ou prestar serviços com ou sem vínculo empregatício;

IV - Os farmacêuticos fiscais trabalharão de acordo com a legislação em vigor, subordinados à supervisão do Vice-Presidente do CRF, a quem compete orientar e exigir o cumprimento deste regulamento;

V - Serem portadores de carteira nacional de habilitação, no mínimo para categoria B, expedida pelo Departamento Nacional de Trânsito;

Art. 4º - Compete aos farmacêuticos fiscais:

I - Participar em conjunto com o supervisor de fiscalização da elaboração do plano de fiscalização anual, que deverá ser aprovado pelo Plenário do CRF, fornecendo dados estatísticos e geográficos do estado;

II - Participar da estratégia de fiscalização considerando a situação geopolítica e profissional do estado;

III - Elaborar os relatórios mensais e anual com base nos dados de fiscalização;

IV - Fiscalizar a área de jurisdição do regional, cumprindo a legislação profissional, lavrando termo de inspeção em todas as empresas ou estabelecimentos inspecionados, sendo que o termo de intimação ou auto de infração, ambos precedidos do termo de inspeção, deverão ser lavrados nos casos previstos na legislação vigente.

V - Orientar tecnicamente, na atividade fiscalizadora, os farmacêuticos e, se necessário, os demais empregados, nas empresas ou estabelecimentos no momento da fiscalização.

Art. 5º - Os Conselhos Federal e Regionais de Farmácia deverão capacitar e/ou promover a capacitação dos farmacêuticos fiscais nas diferentes áreas de ação fiscalizadora por meio de cursos de educação continuada, utilizando a promoção de cursos internos e externos ou através de participação em eventos regionais e nacionais.

Parágrafo único - A diretoria do CRF deverá incluir no Relatório de Fiscalização Anual enviado ao CFF, a relação dos cursos de capacitação realizados aos farmacêuticos fiscais durante o exercício, carga horária total, título dos cursos e os nomes dos fiscais que participaram dos eventos.

Art. 6º - É proibido ao farmacêutico fiscal receber qualquer valor ou documento em nome do CRF, intermediar exigências já previstas na legislação assim como passar recibo de quitação ou equivalente.

Art. 7º - É vedada a atividade político-profissional por parte do farmacêutico fiscal, devendo manter a isenção e lisura de seus atos em razão das atribuições do seu poder de polícia.

CAPÍTULO II

DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE FISCALIZAÇÃO

Art. 8º - Ao término de qualquer etapa de fiscalização, determinada por ordem de serviço expedida pelo Presidente ou, na sua ausência, por qualquer membro da Diretoria do CRF, os fiscais deverão apresentar relatório das atividades realizadas, consolidando em até 05 (cinco) dias úteis do mês subsequente.

Art. 9º - É vedado aos farmacêuticos fiscais lavrarem autuações, bem como ao setor de fiscalização lavrar notificações e multas, exceto as previstas na legislação profissional pertinente ao campo de atuação dos conselhos de farmácia.

Parágrafo único - As infrações de natureza sanitária ou quaisquer outras deverão ser anotadas e encaminhadas por ato do Presidente do CRF ou por delegação expressa, às autoridades competentes.

Art. 10 - Todo farmacêutico fiscal deverá receber um treinamento para assunção ao cargo no CRF onde for contratado ou em outro que tenha condições para realizá-lo.

Art. 11 - Os Conselhos Federal e Regionais de Farmácia deverão realizar, alternadamente, encontros nacionais e regionais de fiscalização, deles participando os diretores, supervisores/gerentes de fiscalização e os farmacêuticos fiscais dos Conselhos Regionais de Farmácia.

CAPÍTULO III

DOS CONSELHOS REGIONAIS DE FARMÁCIA

Art. 12 - Os Conselhos Regionais, durante sua ação fiscalizadora do exercício das atividades farmacêuticas, deverão observar rigorosamente todos os preceitos legais, normas e regulamentos suplementares que envolvem as atividades de empresas ou estabelecimentos farmacêuticos.

Parágrafo único - Para cumprimento do caput deste artigo, os Conselhos Regionais de Farmácia deverão elaborar manuais de rotina e procedimentos de acordo com as resoluções do CFF e as deliberações do órgão regional.

Art. 13 - É vedado o exercício da atividade técnica, científica e sanitária privativa do farmacêutico sem a presença física do referido profissional na empresa ou estabelecimento.

Art. 14 - Obriga-se o CRF a denunciar às autoridades sanitárias e ao Ministério Público da sua jurisdição, o funcionamento de empresas ou estabelecimentos irregulares e ilegais, perante o CRF.

Art. 15 - Os profissionais farmacêuticos deverão comunicar aos seus Conselhos Regionais de Farmácia no ato da solicitação de responsabilidade técnica e, posteriormente, se houver alteração, as atividades farmacêuticas e os horários em que as desenvolvem, bem como declarar, ainda, se desenvolvem outras atividades que venham a impossibilitar o cumprimento do horário da assistência farmacêutica requerida.

Parágrafo único - As mudanças de horários em qualquer das atividades do farmacêutico, mesmo que em conselhos distintos, deverão antecipadamente ser comunicadas por escrito aos Conselhos Regionais de Farmácia, onde mantenha inscrição ativa sob pena de abertura de processo ético-disciplinar.

Art. 16 - Os Conselhos Regionais de Farmácia apenas permitirão responsabilidade técnica por empresas ou estabelecimentos que necessitem de atividade de profissionais farmacêuticos mediante protocolo dos documentos abaixo:

a) Formulário padrão para solicitação de responsabilidade técnica e termo de compromisso do profissional e da empresa;

b) Formulário padrão para declaração de outras atividades acompanhada de declaração comprobatória da atividade com seus respectivos dias da semana e horários de trabalho, emitida pelo representante legal da empresa ou estabelecimento;

c) Declaração do proprietário e do farmacêutico que requerer a responsabilidade técnica, referente aos dias da semana e horário de funcionamento do estabelecimento, comprovando a disponibilidade de número de farmacêuticos para prover a assistência integral, se exigida pela legislação;

§ 1º - A primeira solicitação da empresa somente será concedida mediante apreciação do plenário ou através de ad referendum da diretoria.

§ 2º - Os procedimentos para as subsequentes emissões e renovações ficarão a critério de cada CRF, inclusive, mediante delegação.

Art. 17 - Ficam os Conselhos Regionais de Farmácia obrigados a remeter trimestralmente ao CFF, a relação de todos os farmacêuticos com inscrição definitiva, provisória e sua data de validade e secundária em sua jurisdição, contendo CPF, endereços e suas respectivas responsabilidades técnicas, em formato eletrônico e modelo específico, sendo que a mesma relação deverá conter de forma separada, oficiais de farmácia, técnicos em farmácia e técnicos de laboratório, e os dados exigidos aos farmacêuticos.

§ 1º - O CRF enviará com as referidas informações os seguintes dados: número de farmacêuticos por sexo; número de farmacêuticos discriminados por habilitação (farmacêuticos, industrial, generalista, bioquímico analista clínico e alimentos, dentre outros); número acumulado no ano de farmacêuticos com inscrição baixada e remido; número de farmácia ou drogarias com 24 (vinte e quatro) horas diárias de funcionamento contínuo.

§ 2º - Para as farmácias comunitárias privadas e públicas, deverá ser enviado anualmente por todos os Conselhos Regionais de Farmácia, juntamente com o plano de fiscalização anual, relatório específico com base nas constatações de presença e ausência do farmacêutico, o Perfil de Assistência Farmacêutica, de cada cidade com mais de 50.000 (cinquenta mil) habitantes, com base nas inspeções realizadas em cada estabelecimento (farmácias comunitárias públicas e privadas de cada cidade) no período de 12 (doze) meses retroativos a análise.

§ 3º - Define-se como Perfil de Assistência Farmacêutica do Estabelecimento ou do Farmacêutico, o percentual obtido de presenças em relação ao número total de inspeções constatadas pela fiscalização em um período de 12 (doze) meses anterior à análise, sendo classificados em:

Perfil 1 - Assistência Farmacêutica Efetiva: 71% a 100% de presença nas inspeções constatadas;

Perfil 2 - Assistência Farmacêutica Parcial: 41% a 70% de presença nas inspeções constatadas;

Perfil 3 - Assistência Farmacêutica Deficitária: 0% a 40% de presença nas inspeções constatadas;

Perfil 4 - Sem Dados Definidos de Assistência Farmacêutica: Estabelecimentos ou profissionais com número inferior a 3 (três) inspeções em um período de 12 (doze) meses anteriores a análise;

Perfil 5 - Empresas irregulares ou ilegais.

§ 4º - Para efeitos de cálculo do perfil de assistência farmacêutica nos estabelecimentos, consideram-se os autos de infração aplicados por ausência.

§ 5º - Para efeito de cálculo do perfil de assistência farmacêutica, consideram-se todas as constatações de presença e ausência, mesmo aquelas ausências em que foram apresentadas justificativas.

§ 6º - Para o relatório a que se refere o § 2º, no mínimo 70% das farmácias comunitárias públicas e privadas deverão possuir ao menos 3 (três) constatações fiscais de presença ou ausência.

Art. 18 - Os Conselhos Regionais de Farmácia deverão encaminhar até o 20º (vigésimo) dia útil do mês subsequente, devidamente preenchido, o Relatório de Atividade Fiscal - RAF (ANEXO III).

Art. 19 - Os Conselhos Regionais de Farmácia deverão encaminhar ao CFF até 30 (trinta) de dezembro o Plano de Fiscalização Anual do exercício subsequente, obedecendo às diretrizes determinadas no anexo II e formulário padrão conforme anexo IV, desta resolução.

§ 1º - Qualquer alteração feita no Plano de Fiscalização Anual ocasionada por motivo de força maior (mudança de diretoria do CRF, mudança de diretrizes, questões jurídicas, dentre outros), deverá ser reformulada no plano e apresentada ao plenário do CRF para aprovação e posteriormente encaminhada ao CFF até 31 (trinta e um) de março do ano seguinte.

§ 2º - O Plano de Fiscalização Anual deverá ser encaminhado à Comissão de Fiscalização (Cofisc) do CFF, para análise e averiguação da legalidade de execução, sendo que qualquer divergência ou ilegalidade em relação às normas vigentes, será relatada pela Cofisc e encaminhadas até o dia 10 de março do ano seguinte aos dirigentes do CFF que as encaminhará aos regionais para correção ou mudança de procedimentos.

Art. 20 - Os Conselhos Regionais de Farmácia deverão encaminhar até o último dia do mês de fevereiro do ano seguinte, o Relatório de Fiscalização Anual (RFA), conforme formulário padrão disposto no anexo V desta resolução, devendo se reportar ao plano anual em análise.

Art. 21 - Os Conselhos Regionais de Farmácia deverão autuar a empresa ou o estabelecimento farmacêutico que não comprovar no momento da fiscalização que suas atividades estão sendo realizadas por profissional registrado e habilitado perante o respectivo CRF.

Parágrafo único - Autuado o estabelecimento, devem-se instruir os autos com relatório do histórico e perfil de assistência da empresa e do profissional, e relatório analítico e histórico acerca das justificativas eventualmente apresentadas, sendo que, no caso dos atestados ou declaração de comparecimento emitido por profissionais de saúde e desde que na hipótese de situação emergencial ou imprevisível, estes se destinarão para fins pessoais referentes ao procedimento ético-disciplinar, considerando que a empresa deverá possuir profissionais substitutos tantos quantos necessários à assistência plena preconizada em lei.

Art. 22 - Os Conselhos Regionais de Farmácia, após pelo menos uma fiscalização presencial na qual se constate a ausência de registro ou da assunção do responsável técnico, poderão autuar à distância a empresa ou estabelecimento, a cada 30 (trinta) dias e até a efetiva regularização, desde que inicialmente seja observado o prazo do artigo 17 da Lei Federal nº 5.991/73 c/c o do artigo 12 da Lei Federal nº 13.021/14.

Parágrafo único - O CRF deverá promover nova visita presencial decorridos 6 (seis) meses para renovação do procedimento de emissão do auto de infração à distância.

Art. 23 - A implantação da fiscalização eletrônica móvel é de caráter obrigatório pelos Conselhos Regionais de Farmácia, podendo excepcionalmente manter a fiscalização manual, desde que motivados por questões técnicas devidamente justificadas.

Art. 24- Para implantação da Fiscalização Eletrônica Móvel (FEM), o CRF deverá:

I - Ter banco de dados compatível com o sistema informatizado seguro e inviolável.

II - Dispor de equipamentos compatíveis e necessários para efetiva realização da FEM.

Art. 25 - Os modelos de documentos produzidos pela FEM deverão ser idênticos aos modelos padrão estabelecidos pelo CFF, garantindo a unidade legal administrativa entre os Conselhos Regionais de Farmácia.

CAPITULO IV

DO CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA

Art. 26 - O CFF poderá auxiliar o CRF que pretenda dinamizar sua fiscalização, desde que sejam cumpridas pelo conselho regional as normativas e metas de desempenho estabelecidas no plano de fiscalização anual.

Art. 27 - Os auxílios prestados aos Conselhos Regionais de Farmácia:

a) orientação e organização do setor;

b) aquisição de equipamentos e suporte administrativo;

c) outros a serem solicitados, devidamente justificados.

Art. 28 - O CFF poderá auxiliar o CRF para cumprimento do plano de fiscalização anual em caso de comprovada necessidade de melhorias no departamento de fiscalização.

Art. 29 - Para fazer jus ao auxílio do CFF, o CRF deverá:

a) requerer sua inscrição no plano de auxílio;

b) apresentar o plano de ação a ser executado no exercício;

c) preencher a ficha informativa adotada pelo CFF;

d) apresentar termo de compromisso assinado pela diretoria do CRF de que o auxílio a ser concedido será exclusivamente aplicado no setor de fiscalização;

e) atender os requisitos da Resolução/CFF nº 531/10 ou outra que vier a substituí-la.

Art. 30 - O CFF fiscalizará a aplicação dos recursos, por verificação "in loco", e/ou através de relatórios mensais encaminhados pelo presidente do CRF, com parecer da comissão de fiscalização do CFF.

Art. 31 - O não encaminhamento de relatórios demonstrativos do setor de fiscalização por parte dos Conselhos Regionais de Farmácia no prazo regimental e sem as devidas justificativas implicará na suspensão imediata do auxílio, independente de outras medidas que deverão ser adotadas pelo CFF.

Art. 32 - Os formulários usados nos setores de fiscalização dos Conselhos Regionais de Farmácia serão os padronizados pelo CFF.

Art. 33 - O CFF manterá comissão assessora de fiscalização, para analisar, auditar, emitir parecer e apresentar à diretoria do CFF, relatório das ações fiscalizadoras dos Conselhos Regionais de Farmácia.

Parágrafo único - O CFF poderá convidar um ou mais farmacêuticos fiscais para participarem de reunião em assuntos específicos quando solicitado pela comissão de fiscalização.

Art. 34 - Após apresentado à diretoria, o presidente apresentará ao plenário do CFF, o relatório de auditoria de cada estado.

Art. 35 - As dúvidas ou omissões serão resolvidas pelo Conselho Federal de Farmácia.

ANEXO II: DIRETRIZES DO PLANO DE FISCALIZAÇÃO ANUAL

ANEXO III: INSTRUÇÕES PARA PREENCHIMENTO DO RELATÓRIO DE ATIVIDADE FISCAL - RAF

ANEXO IV: PLANO DE FISCALIZAÇÃO ANUAL - Modelo Padrão

ANEXO V: RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO ANUAL - Modelo Padrão

ANEXO VI: FORMULÁRIO PADRÃO PARA DECLARAÇÃO DE OUTRAS ATIVIDADES DECLARAÇÃO DE OUTRAS ATIVIDADES

ANEXO VII: FORMULÁRIO PADRÃO PARA SOLICITAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA E TERMO DE COMPROMISSO DO PROFISSIONAL E DA EMPRESA E/OU ESTABELECIMENTO

ANEXO VIII: FORMULÁRIO PADRÃO PARA TERMO DE INSPEÇÃO, TERMO DE INTIMAÇÃO E AUTO DE INFRAÇÃO

ANEXO IX: FORMULÁRIO PADRÃO PARA NOTIFICAÇÃO DE MULTA

ANEXO X: FORMULÁRIO PADRÃO PARA DECLARAÇÃO OBRIGATORIA DE BAIXA DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA

ANEXO XI: MODELO DE IDENTIDADE FUNCIONAL

ANEXO XII: MODELO DE COLETE

ANEXO XIII: FORMULÁRIO PADRÃO PARA FICHA DE FISCALIZAÇÃO DO EXERCÍCIO DAS ATIVIDADES FARMACÊUTICAS NAS FARMÁCIAS E DROGARIAS

ANEXO XIV: FORMULÁRIO PADRÃO PARA FICHA DE FISCALIZAÇÃO DO EXERCÍCIO DAS ATIVIDADES FARMACÊUTICAS NA FARMÁCIA COM MANIPULAÇÃO

ANEXO XV: FORMULÁRIO PADRÃO PARA FICHA DE FISCALIZAÇÃO DO EXERCÍCIO DAS ATIVIDADES FARMACÊUTICAS NA FARMÁCIA HOSPITALAR

ANEXO XVI: FORMULÁRIO PADRÃO PARA FICHA DE FISCALIZAÇÃO DO EXERCÍCIO DAS ATIVIDADES FARMACÊUTICAS NA FARMÁCIA PÚBLICA

ANEXO XVII: FORMULÁRIO PADRÃO PARA FICHA DE FISCALIZAÇÃO DO EXERCÍCIO DAS ATIVIDADES FARMACÊUTICAS NA DISTRIBUIDORA

ANEXO XVIII: FORMULÁRIO PADRÃO PARA FICHA DE FISCALIZAÇÃO DO EXERCÍCIO DAS ATIVIDADES FARMACÊUTICAS NO LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS

ANEXO XIX: FORMULÁRIO PADRÃO PARA FICHA DE FISCALIZAÇÃO DO EXERCÍCIO DAS ATIVIDADES FARMACÊUTICAS NA INDÚSTRIA

ANEXO XX: FORMULÁRIO PADRÃO PARA FICHA DE FISCALIZAÇÃO DO EXERCÍCIO DAS ATIVIDADES FARMACÊUTICAS NA RADIOFARMÁCIA

RESOLUÇÃO Nº 649, DE 28 DE SETEMBRO DE 2017

Dispõe sobre as atribuições do farmacêutico no subsistema de atenção à saúde indígena.

O Conselho Federal de Farmácia (CFF), no uso de suas atribuições legais e regimentais, no âmbito de sua área específica de atuação exercendo atividade típica de estado, nos termos dos artigos 5º, inciso XIII; 21º, inciso XXIV e 22º, inciso XVI, todos da Constituição Federal;

Considerando que a saúde é direito de todos, dever do estado e que as ações e serviços de saúde são de relevância pública, nos termos dos artigos 169 e 197 da Constituição Federal, cabendo ao poder público e sua fiscalização;

Considerando que é atribuição do CFF expedir resoluções para eficiência da Lei Federal nº 3.820/60 e, ainda, compete o múnus de definir ou modificar a competência do farmacêutico no seu âmbito, conforme o artigo 6º, alíneas "g" e "m";

Considerando a outorga legal do CFF em zelar pela saúde pública, promovendo ações de assistência farmacêutica em todos os níveis de atenção à saúde, conforme a alínea "p", do artigo 6º, da Lei Federal nº 3.820/60;

Considerando a Lei Federal nº 13.021/14, que dispõe sobre o exercício e a fiscalização das atividades farmacêuticas;

Considerando a Lei Federal nº 8.080/90, que dispõe sobre as condições para promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei Federal nº 9.836/99, que acrescenta dispositivos a Lei Federal nº 8.080/90, instituindo o subsistema de atenção à saúde indígena, dispondo sobre o controle social exercido pelos usuários indígenas a fim de assegurar o planejamento ascendente das ações, considerando as especificidades culturais, históricas, geográficas e epidemiológicas dos povos indígenas no Brasil;

Considerando os termos do Decreto nº 20.377/31, que aprova a regulamentação do exercício da profissão farmacêutica no Brasil;

Considerando o Decreto Federal nº 79.367/77, que dispõe sobre normas e o padrão de potabilidade de água;

Considerando o Decreto Federal nº 85.878/81, que estabelece normas para a execução da Lei Federal nº 3.820/60, dispondo sobre o exercício da profissão farmacêutica;

Considerando o Decreto Federal nº 3.156/99, que dispõe sobre as condições para a prestação de assistência à saúde dos povos indígenas, no âmbito do sistema único de saúde (SUS);

Considerando o Decreto Federal nº 7.217/10, que regulamenta a Lei Federal nº 11.445/07, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico.

Considerando o Decreto Federal nº 7.508/11, que regulamenta a Lei Federal nº 8.080/90, para dispor sobre a organização do SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa;

Considerando a Portaria GM/MS n º 3.916/98, que aprova a Política Nacional de Medicamentos (PNM);

Considerando a Portaria GM/MS nº 254/02, que aprova a política nacional de atenção à saúde dos povos indígenas;

Considerando a Portaria MS nº 971/06, que aprova a política nacional de práticas integrativas e complementares do SUS (PNPIC);

Considerando a Portaria Nº 4.279, estabelece diretrizes para a organização da Rede de Atenção à Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

Considerando a Portaria MS nº 2.914/11, que dispõe sobre os procedimentos de controle e de vigilância da qualidade da água para consumo humano e seu padrão de potabilidade;

Considerando a Portaria MS nº 1.214/12, que institui o programa nacional de qualificação da assistência farmacêutica no âmbito do SUS (Qualifar/SUS);

Considerando a Portaria GM/MS nº 1.059/15, que aprova o elenco nacional medicamentos da saúde indígena;

Considerando a Portaria nº 1.800 GM/MS de 09 de novembro de 2.015, que aprova as diretrizes da assistência farmacêutica no subsistema de saúde indígena (SASISUS);

Considerando a Portaria nº 1.378/GM/MS, de 09 de julho de 2013, que regulamenta as responsabilidades e define diretrizes para execução e financiamento das ações de Vigilância em Saúde pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, relativos ao Sistema Nacional de Vigilância em Saúde e Sistema Nacional de Vigilância Sanitária;

Considerando a Portaria GM/MS nº 2001/17, que dispõe sobre as normas de financiamento e execução do componente básico da assistência farmacêutica no âmbito do SUS;

Considerando a Resolução do Conselho Nacional de Saúde/MS nº 338/04, que aprova a política nacional de assistência farmacêutica (PNAF);

Considerando a Resolução/CFF nº 296/96, que normatiza o exercício das análises clínicas pelo farmacêutico-bioquímico;

Considerando a Resolução/CFF nº 357/01, que aprova o regulamento técnico das boas práticas de farmácia;

Considerando a Resolução/CFF nº 463/07, que dispõe sobre as atribuições do farmacêutico no controle de qualidade e tratamento de água;

Considerando a Resolução/CFF n° 477/08, que dispõe sobre a atuação do farmacêutico no âmbito das plantas medicinais e fitoterápicos;

Considerando a Resolução/CFF n° 481/08, que dispõe sobre atuação do farmacêutico nas atividades do meio ambiente, segurança no trabalho, saúde ocupacional e responsabilidade social;

Considerando a Resolução/CFF nº 572/13, que dispõe sobre a regulamentação das especialidades farmacêuticas, por linha de atuação;

Considerando a Resolução/CFF n° 585/13, que regulamenta as atribuições clínicas do farmacêutico;

Considerando a Resolução/CFF n° 586/13, que regulamente a prescrição farmacêutica;

Considerando a Resolução/CFF n° 626/16, que dispõe sobre as atribuições do farmacêutico na logística, no transporte e acondicionamento de material biológico em suas diferentes modalidades e formas;

Considerando a Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) n° 302/05, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), que dispõe sobre o regulamento técnico para o funcionamento de laboratórios clínicos;

Considerando a RDC nº 306/04 da Anvisa, que dispõe sobre o regulamento técnico para o gerenciamento de resíduos de serviços de saúde - GRSS;

Considerando a RDC n° 36/13 da Anvisa, que institui ações para a segurança do paciente em serviços de saúde;

Considerando a RDC n° 63/11 da Anvisa, que dispõe sobre os requisitos de boas práticas de funcionamento para os serviços de saúde;

Considerando as diretrizes para monitoramento da qualidade da água para o consumo humano em aldeias indígenas: DMQAI/Ministério da Saúde, Secretaria Especial de Saúde Indígena, 2014;

Considerando a publicação dos serviços farmacêuticos diretamente destinados ao paciente, à família e à comunidade do Conselho Federal de Farmácia;

Considerando a publicação dos serviços farmacêuticos baseados na atenção primária de saúde - Organização Pan-americana de Saúde - OPAS;

Considerando que a atenção à saúde indígena reúne um conjunto de ações que visam a proporcionar a prevenção de doenças, a promoção, a proteção e a recuperação da saúde, tanto em nível individual como nas comunidades indígenas, sendo o medicamento o insumo essencial;

Considerando a necessidade da participação do farmacêutico visando o acesso e uso seguro e racional de medicamentos, bem como a otimização da farmacoterapia; resolve:

Art. 1º - São atribuições do farmacêutico no subsistema de atenção à saúde indígena:

I - conhecer e executar suas atividades profissionais baseado nas características demográficas, geográficas e etno-culturais da população assistida;

II - respeitar a organização social, os costumes, as línguas, as crenças, as tradições e o histórico de contato, buscando harmonizar suas ações com aquelas da comunidade indígena assistida, bem como respeitando os recursos terapêuticos tradicionais;

III - conhecer e executar suas atividades considerando o perfil epidemiológico da população da área de abrangência;

IV - analisar as condições de acesso da população assistida e a organização dos serviços de atenção à saúde indígena, com ênfase no controle social;

V - participar da elaboração, implantação e avaliação de políticas públicas que propiciem a atenção integral à saúde indígena;

VI - contribuir, no que for de sua competência, na gestão do sistema de informação da assistência farmacêutica e das análises clínicas, preservando a privacidade dos usuários e o sigilo das informações relacionadas à realização de estudos de utilização e uso racional de medicamentos;

VII - participar da gestão logística de medicamentos e outros produtos para a saúde, assessorando os gestores e os representantes do controle social do subsistema de atenção à saúde indígena;

VIII - elaborar e implantar programa de garantia de qualidade dos serviços e procedimentos farmacêuticos;

IX - realizar a seleção, programação, aquisição, armazenamento e distribuição de medicamentos, por meio da utilização do perfil epidemiológico, avaliando as possibilidades terapêuticas fundamentadas em evidências clínicas, critérios técnicos, culturais e econômicos, visando assegurar o acesso a medicamentos seguros e eficazes, incluindo o desenvolvimento de atividades em comitês de farmácia e terapêutica;

X - assessorar a programação da aquisição de medicamentos, insumos, reagentes e equipamentos, evitando desperdícios, faltas e compras de produtos de procedência ou qualidade duvidosa;

XI - planejar, supervisionar e avaliar a qualidade do transporte, recebimento, armazenamento, conservação e distribuição dos medicamentos e de outros produtos para saúde, visando assegurar a qualidade dos mesmos;

XII - emitir parecer e participar de planejamento relacionados às instalações físicas e suas atividades conexas, de forma a obedecer às exigências e critérios legais, sanitários e de segurança,

XIII - planejar a distribuição para grandes áreas territoriais com dispersão populacional, de forma a garantir, no ato da entrega ao usuário, o direito à informação e orientação sobre o uso dos medicamentos;

XIV - prestar cuidado ao usuário, à família e à comunidade indígena, de forma a promover o uso racional e seguro de medicamentos, e otimizar a farmacoterapia, com o propósito de contribuir para a melhora dos indicadores de saúde e a sustentabilidade do subsistema, respeitando os ditames socioculturais da comunidade assistida;

XV - estabelecer e conduzir uma relação de cuidado centrada no usuário do subsistema, na família ou na comunidade, alinhado à cultura com a qual se identificam;

XVI - executar serviços e procedimentos farmacêuticos diretamente destinados ao usuário, à família e à comunidade, articulando com os sistemas tradicionais de saúde indígena;

XVII - garantir a qualidade na execução dos serviços e procedimentos farmacêuticos, sendo responsável pelo registro, em meio físico ou digital, guarda, sigilo, confidencialidade, recuperação e rastreabilidade das informações, preservando a privacidade da pessoa;

XVIII - participar das ações de clínica ampliada, tanto de equipes interdisciplinares/multidisciplinares ou de referência, como da construção de projetos terapêuticos singulares;

XIX - participar das visitas domiciliares ou comunitárias planejadas previamente, buscando conhecer sua dinâmica, de modo a contribuir na prevenção e no tratamento de doenças, na promoção e recuperação da saúde;

XX - referenciar e contra referenciar os usuários de medicamentos entre serviços de saúde, inclusive os de farmácia de níveis diferentes, quando os mesmos transitarem entre eles;

XXI - participar das Redes de Atenção à Saúde visando garantir a integralidade e equidade do cuidado a pessoa, a família e a comunidade indígena;

XXII - planejar e implantar métodos de atendimento/educação/informação para usuários de medicamentos que não sejam fluentes em português escrito ou falado, principalmente com a ajuda de Agentes Indígenas de Saúde (AIS) ou de Agentes Indígenas de Saneamento (AISAN) fluentes nos idiomas/dialetos;

XXIII - implantar programa de farmacovigilância com base nas análises de reações adversas a medicamentos e queixas técnicas, das características genéticas e do uso de recursos terapêuticos tradicionais;

XXIV- fazer estudos de utilização de medicamentos, desde a seleção até a utilização e descarte, visando avaliar a qualidade do uso e contribuir na correção e aperfeiçoamento do sistema;

XXV - elaborar e executar plano de ação e monitoramento da qualidade da água, de acordo com as especificidades das áreas indígenas a serem monitoradas, e em conformidade com o plano mínimo estabelecido na diretriz para o monitoramento da qualidade da água para consumo humano em aldeias indígenas, de acordo com a legislação vigente;

XXVI - elaborar e atuar nas políticas de meio ambiente, identificar processos, elaborar levantamentos de aspectos e impactos referentes às atividades de meio ambiente, além de realizar avaliações de riscos e planos de trabalhos;

XXVII - planejar programas de coleta de medicamentos a serem descartados pela comunidade, com vistas a preservar a saúde pública e a qualidade do meio ambiente, considerando os princípios de biossegurança e as medidas técnicas, administrativas e normativas para prevenir acidentes;

XXVIII - orientar o usuário e a equipe de saúde sobre o descarte correto de medicamentos e de outros produtos para a saúde;

XXIX - incentivar o resgate do plantio/coleta, cultivo e utilização das plantas medicinais;

XXX - participar da política educacional, contribuindo para a qualificação de profissionais, principalmente de AIS e AISAN, em matérias de sua competência relacionadas à assistência farmacêutica e ambiental;

XXXI - participar de programas de aprimoramento de recursos humanos, segundo os princípios da educação permanente, que contemplem o levantamento das necessidades do serviço para atingir os objetivos assistenciais, por meio de atuação em programa de formação ou outra forma de capacitação, elaboração de material didático e treinamento/formação em serviço;

XXXII - realizar todos os exames reclamados pela clínica médica, incluindo os do campo da toxicologia, da citopatologia, da hemoterapia, da genética, e da biologia molecular, nos moldes da lei e das demais regulamentações;

XXXIII - seguir as normas técnicas de biossegurança e preservação ambiental;

XXXIV - exercer as funções de responsabilidade de diretor do laboratório, supervisor ou responsável técnico;

XXXV - elaborar manual de boas práticas (MBP), bem como procedimentos operacionais padrão (POP).

Art. 2º - O farmacêutico deve exercer sua atividade com autonomia, baseado em princípios e valores bioéticos e profissionais, por meio de processos de trabalho com padrões estabelecidos e modelos de gestão prática, em harmonia com a organização sociocultural da comunidade assistida.

Art. 3º - As atribuições do farmacêutico visam atender às necessidades de saúde da pessoa indígena, de sua família, dos cuidadores e da comunidade, e são exercidas em conformidade com as políticas de saúde, com a legislação sanitárias vigentes e as regulamentações do exercício profissional.

Art. 4 º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

WALTER DA SILVA JORGE JOÃO
Presidente do Conselho

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA

RESOLUÇÃO CONJUNTA Nº 1, DE 28 DE SETEMBRO DE 2017

Institui conjuntamente regras para a utilização da Coleção NEUPSILIN (Instrumento de Avaliação Neuropsicológica Breve NEUPSILIN e Instrumento de Avaliação Neuropsicológica Breve Infantil NEUPSILIN-Inf) para uso exclusivo dos/as Fonoaudiólogos/as e Psicólogos/as.

O CONSELHO FEDERAL DE FONOAUDIOLOGIA no uso de suas atribuições legais, nos termos do inciso II, do artigo 10, da Lei nº 6.965, de 8 de dezembro de 1981;

O CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, no uso de suas atribuições legais, nos termos da alínea "c", do artigo 6º, da Lei nº 5.766, de 20 de dezembro de 1971;

CONSIDERANDO a autonomia do Conselho Federal de Fonoaudiologia nas decisões relativas ao uso de instrumentos de avaliação fonoaudiológica pelos/as profissionais de Fonoaudiologia;

CONSIDERANDO a autonomia do Conselho Federal de Psicologia nas decisões relativas ao uso de instrumentos de avaliação psicológica pelos/as profissionais de Psicologia;

CONSIDERANDO a necessidade da construção de consenso entre o Conselho Federal de Fonoaudiologia e o Conselho Federal de Psicologia sobre os aspectos técnicos relacionados ao uso da Coleção NEUPSILIN;

CONSIDERANDO que a formação do/a fonoaudiólogo/a e do/a psicólogo/a permite o uso da Coleção NEUPSILIN com propósitos diferentes, conforme as respectivas práticas profissionais;

CONSIDERANDO o termo de cooperação técnica firmado entre o Conselho Federal de Fonoaudiologia e o Conselho Federal de Psicologia, a fim de constituir comissão de avaliação conjunta para elaborar parecer sobre a caracterização do referido teste;

CONSIDERANDO que a citada Comissão avaliou que a Coleção NEUPSILIN afere construtos neuropsicológicos interdisciplinares presentes nas áreas de Fonoaudiologia e Psicologia;

CONSIDERANDO que os/as autores/as da Coleção NEUPSILIN explicitaram a possibilidade de seu uso compartilhado entre profissionais de Fonoaudiologia e Psicologia;

CONSIDERANDO que o uso da Coleção NEUPSILIN demanda conhecimentos específicos dos construtos neuropsicológicos avaliados e de psicometria a fim da correta compreensão do manual, manuseio do instrumento e interpretação adequada de seus resultados;

CONSIDERANDO a deliberação do Plenário do Conselho Federal de Fonoaudiologia durante a 2ª reunião da 155ª Sessão Plenária Ordinária realizada no dia 19 de agosto de 2017;

CONSIDERANDO a deliberação do Plenário do Conselho Federal de Psicologia durante a 9ª reunião plenária realizada no dia 19 de agosto de 2017; resolvem:

Art. 1º - A Coleção NEUPSILIN (Instrumento de Avaliação Neuropsicológica Breve NEUPSILIN e Instrumento de Avaliação Neuropsicológica Breve Infantil NEUPSILIN-Inf) poderá ser utilizada por psicólogos/as e fonoaudiólogos/as nas respectivas áreas de especialidade.

Art. 2º - A Coleção NEUPSILIN poderá ser adquirida por psicólogo/a e fonoaudiólogo/a, devidamente inscritos/as e regularizados/as em seus respectivos Conselhos profissionais, junto à(s) editora(s) que a comercializa(m).

Art. 3º - O descumprimento ao que dispõe a presente Resolução sujeitará o responsável às penalidades da lei e das Resoluções editadas pelos Conselhos Federais de Psicologia e Fonoaudiologia.

Art. 4º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário relativas à Coleção em questão.

ROGÉRIO GIANNINI
Conselheiro-Presidente
Conselho Federal de Psicologia

THELMA COSTA
Conselheira Presidente
Conselho Federal de Fonoaudiologia

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE SANTA CATARINA

PORTARIA Nº 108, DE 27 DE SETEMBRO DE 2017

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar ao orçamento analítico do Conselho Regional de Contabilidade de Santa Catarina para o exercício de 2017.

O Presidente do Conselho Regional de Contabilidade do Estado de Santa Catarina - CRCSC, no uso de suas atribuições legais e regimentais, resolve:

Art. 1º - Abrir Crédito Adicional de dotações Orçamentárias do Exercício Financeiro de 2017, do Conselho Regional de Contabilidade de Santa Catarina no valor de R$ 114.500,00 (cento e quatorze mil e quinhentos reais);

Parágrafo Único - Para a abertura do presente Crédito Adicional serão utilizados recursos provenientes da redução/anulação de igual importância das dotações conforme abaixo.

CÓDIGO	RUBRICAS	SUPLEMENTA	ANULA
6.3.2.1.05.01.002	SOFTWARES	10.000,00	
6.3.1.3.02.01.022	DEMAIS SERVIÇOS PROFISSIONAIS	4.000,00	
6.3.1.3.02.01.035	POST.DE CORRESPONDÊNCIA INSTITUCIONAL	6.000,00	
6.3.1.1.01.01.002	GRATIFICAÇÃO POR TEMPO DE SERVIÇO	7.000,00	
6.3.1.1.01.01.003	GRATIFICAÇÃO POR EXERCÍCIO DE CARGOS	31.500,00	
6.3.1.1.01.01.007	HORAS EXTRAS	9.000,00	
6.3.1.1.01.02.001	INSS ENTIDADE	47.000,00	
6.3.1.1.01.01.001	SALÁRIOS		30.000,00
6.3.1.1.01.03.003	PLANO DE SAÚDE		30.000,00
6.3.1.1.01.01.004	GRATIFICAÇÃO DE NATAL-13º SALÁRIO		14.000,00
6.3.1.1.01.01.005	FÉRIAS		14.500,00
6.3.1.1.01.03.001	VALE TRANSPORTE		6.000,00
6.3.1.3.01.01.018	MATERIAIS DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA		20.000,00

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

MARCELLO ALEXANDRE SEEMANN

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO MARANHÃO

DECISÃO Nº 128, DE 10 DE AGOSTO DE 2017

Aprovar a 1ª Reformulação Orçamentária de 2017.

O Presidente, em conjunto com a Secretária, do CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO MARANHÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 5.905, de 12 de julho de 1973, e pelo Regimento Interno deste Conselho, aprovado pela Decisão COREN-MA nº 012/2012, CONSIDERANDO o Regulamento da Administração Financeira e Contábil do Sistema COFEN/Conselhos Regionais de Enfermagem, aprovado pela Resolução COFEN nº 340/2018;CONSIDERANDO o Art. 4º da Resolução Cofen nº 503/2016, estabelece procedimentos para Plano Plurianual, Propostas e Alterações Orçamentárias e dá outras providências ;CONSIDERENDO a deliberação do Plenário do Coren-MA em sua 513ª (quingentésima décima terceira) Reunião Ordinária de Plenário - ROP, realizada no dia 10 de agosto de 2017; decidem:

Art. 1º - Aprovar a 1ª Reformulação Orçamentária de 2017, elaborada e apresentada pela Diretoria do Conselho Regional de Enfermagem do Maranhão ao Plenário.Art. 2º Autorizar as Aberturas de Créditos Adicionais Especiais no valor R$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais).

Art. 3º - A reformulação tem como origem de recurso o credito adicional correspondente ao superávit financeiro do exercício anterior.

Art. 4º Ficam fazendo parte integrante da presente Decisão o quadro demonstrativo da Despesa modificado em face da presente Decisão.

Art. 5º - Em face da Reformulação o Regional propõe alteração que aumenta o valor global do orçamento de R$ 6.479.800,00 (seis milhões quatrocentos e setenta e nove mil e oitocentos reais) para R$ 7.129.800,00 (sete milhões cento e vinte e nove mil e oitocentos reais).

Art. 6º - Esta decisão entra em vigor após homologação do Conselho Federal de Enfermagem - Cofen.Art. 7º - Dê ciência, publique-se e cumpra-se.

JHONNY MARLON CAMPOS SOUSA
Presidente do Conselho

ANTONIA CRISTIANE SOUZA PEREIRAA
Secretária

CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DE SÃO PAULO

PORTARIA Nº 5, DE 22 DE MAIO DE 2017

Disciplina a aplicação da Resolução nº 598, de 07 de junho de 2014, do Conselho Federal de Farmácia, exclusivamente no tocante ao processo para ressarcimento dos gastos relacionados à verba de representação.

O Plenário do Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo, Autarquia Federal criada pela Lei 3.820, de 11 de novembro de 1960, no uso de suas atribuições legais e regimentais, em conformidade com o item 1.6 da 05ª Reunião Plenária Extraordinária, realizada no dia 22 de maio de 2017, decide:

Artigo 1º - É garantida verba de representação aos dirigentes do Conselho Regional de Farmácia para custeio de eventuais despesas necessárias ao exercício da função pública gratuita e que não configurem gastos cobertos por diárias.

§ 1º - Consideram-se indenizáveis pela verba de representação quando relacionados de forma direta e exclusivamente no exercício da função pública, mediante justificativa, a ocorrência e apresentação do respectivo comprovante devidamente atestado, dos seguintes itens:

a) gastos com despesa postal e serviços gráficos, inclusive em meios eletrônicos, apenas quando referentes à divulgação da prestação de contas, do relatório de gestão e de atividades atinentes ao mandato dos dirigentes;

b) gastos com vestuário condizente à representação da autoridade, desde que devidamente justificado e relacionado a evento oficial, limitado a uma indumentária completa por mês;

c) gastos com atos públicos de cunho farmacêutico, tais como reuniões com autoridades e entidades farmacêuticas e de cunho técnico-científico, desde que devidamente justificados e contenham os nomes das pessoas, as entidades que representam, os motivos da reunião e os eventuais benefícios que esta trará ao Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo.

§ 2º - É vedada a utilização de verba de representação:

a) sem qualquer relação direta ao exercício do mandato;

b) para divulgação de cunho particular ou eleitoral;

c) para custeio de despesas, diversas daquelas tratadas no art. 1º desta Portaria;

d) para aquisição de bens permanentes e de serviços de cunho particular.

§ 3º - As despesas com verba de representação devem observar, no que couber, as regras e os limites definidos nas normas de licitações, bem como ao princípio da razoabilidade.

Artigo 2º - A verba de representação é exclusiva ao exercício da função pública gratuita de dirigente do Conselho Regional de Farmácia, não configurando vínculo empregatício, tampouco verba salarial, subsídio ou vencimento, sendo medida administrativa aplicável ao exercício do mandato da função pública gratuita administrativa, posto que seu direito emerge da investidura em escrutínio conforme previsto na Lei Federal nº 3.820/60 e na Lei Federal nº 11.000/04.

Artigo 3º - É garantida ao Presidente, ao Vice-Presidente, ao Secretário-Geral e ao Tesoureiro do Conselho Regional de Farmácia a percepção de verba de representação no valor de até 02 (dois) pisos salariais do salário base da categoria para farmácia e drogaria no município de São Paulo, do Sindicato dos Farmacêuticos do Estado de São Paulo (SINFAR), nos termos da Deliberação nº 08, de 07 de março de 2016 deste regional, ou outra que lhe sobrevenha, observando-se os limites fixados pelo artigo 5º da Resolução CFF 598.

Artigo 4º - Ao processo de despesa de pagamento de verba de representação deverá ser juntada, além do documento que justifique sua ocorrência, todos os documentos que comprovem sua realização.

Parágrafo único - Entende-se por documentos comprobatórios da despesa:

I - No caso da realização de despesa com aquisição de material, a nota fiscal contendo discriminação detalhada do bem adquirido, identificação do adquirente e data da ocorrência, sem rasuras, borrões ou emendas, fazendo juntada também, quando possível, de modelo do bem adquirido;

II - No caso da contratação de serviço, nota fiscal contendo discriminação detalhada do serviço contratado, identificação do contratante e data da ocorrência, sem rasuras, borrões ou emendas, fazendo juntada também, quando possível, de modelo de item produzido pelo serviço contratado, ou ainda, registro formal do resultado do serviço contratado;

III - No caso de gastos com atos públicos de cunho farmacêutico, tais como reuniões com autoridades e entidades farmacêuticas e de cunho técnico-científico, deverá haver a justificativa do evento, os nomes das pessoas, as entidades que representam, os motivos da reunião e os eventuais benefícios que esta trará ao Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo.

Artigo 5º - As notas fiscais relacionadas à representação deverão ser apresentadas até o 05º dia útil do mês seguinte, ao Departamento Financeiro e de Contabilidade.

Artigo 6º - O ressarcimento referente às notas fiscais ocorrerá até o 20º dia do mês subsequente ao da utilização, de forma consolidada mensal.

Artigo 7º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PEDRO EDUARDO MENEGASSO
Presidente do Conselho

CONSELHO REGIONAL DE ODONTOLOGIA DO DISTRITO FEDERAL

DECISÃO Nº 63, DE 26 DE SETEMBRO DE 2017

O Plenário do Conselho Regional de Odontologia do Distrito Federal, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem a Lei nº 4.324, de 14 de abril de 1964, regulamentada pelo Decreto Lei nº 68.704, de 03 de junho de 1971;

CONSIDERANDO os termos da Lei nº 4.324/1964 e o Decreto Lei nº 68.704/1971;

CONSIDERANDO a Lei nº 11.889/2008, que regulamenta o exercício da profissão de Técnico em Saúde Bucal - TSB, e fixa as suas competências; decide

Art. 1° O exercício da profissão de Técnico em Saúde Bucal, no âmbito do Distrito Federal, somente será permitido ao profissional que possuir registro no Conselho Federal de Odontologia e inscrição no Conselho Regional de Odontologia do Distrito Federal, conforme determina o artigo 3º, da Lei nº 11.889/2008.

Art. 2º Esclarecer que, de acordo com o inciso VII, do artigo 5º, da Lei nº 11.889/2008, compete ao Técnico em Saúde Bucal, dentre outras atividades, realizar tomadas radiográficas de uso odontológico em consultórios, clínicas odontológicas e/ou em clínicas radiológicas odontológicas, em estabelecimentos públicos ou privados, desde que seja sempre sob a supervisão do Cirurgião-Dentista.

Art. 3º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

SAMIR NAJJAR, CD
Presidente do Conselho

CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL DA 12ª REGIÃO

RESOLUÇÃO N° 29, DE 22 DE SETEMBRO DE 2017

Altera a resolução CRESS/SC n. 006/2014, que dispõe sobre os procedimentos internos do CRESS 12ª Região em relação ao pagamento de diárias, transporte e ressarcimento de despesas de conselheiros, funcionários, assessores, convidados e colaboradores.

O Conselho Regional de Serviço Social - CRESS 12ª Região, em reunião de Conselho Pleno realizada em 22 de setembro de 2017, no uso de suas atribuições previstas a Lei n. 8.662/93 e demais normativas em vigor, e

Considerando a necessidade de aperfeiçoamento da Resolução CRESS/SC n. 006/2014;

Considerando os termos do Parecer Jurídico nº 01/2013-V emitido pela Assessoria Jurídica do Conselho Federal de Serviço Social - CFESS;

Considerando o estabelecido no art. 2º, parágrafo 3º, da Lei 11.000/2004, que autoriza os Conselhos Profissionais a normatizar a concessão de diárias, ressarcimento de despesas e deslocamento com especificação de critérios; resolve:

Art. 1º. Alterar o artigo 1º da Resolução CRESS/SC n. 006/2014, passando a vigorar com a seguinte redação:

"art. 1º. O pagamento de diária destina-se a indenizar as despesas de alimentação, hospedagem e locomoção, sendo concedidas por dia de afastamento da sede do serviço a conselheiros, funcionários, assessores, convidados e colaboradores para tarefas administrativas e outras concernentes à Entidade, desde que efetuadas em município diverso o qual reside o/a beneficiário/a."

Art. 2º. Alterar o artigo 11º da Resolução CRESS/SC n. 006/2014, passando a vigorar com a seguinte redação:

"art. 11º. Receberão ressarcimento de despesas aqueles que comprovadamente tenham realizado despesas para o cumprimento de tarefas administrativas e/ou representação política em nome deste Conselho, no município de sua residência, não podendo o valor ser superior a R$ 130,00 (cento e trinta reais)."

Art. 3º. As demais disposições previstas através da Resolução CRESS/SC n. 006/2014 continuam em vigor e surtindo seus efeitos de direito.

Art. 4º. A presente Resolução entra em vigor na data de sua publicação oficial.

KATIA REGINA MADEIRA
Presidente do Conselho

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL

CONSELHO FEDERAL

CONSELHO PLENO

PROVIMENTO Nº 177, DE 19 DE SETEMBRO DE 2017

Cria a Comissão Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, acrescenta o inciso XX ao art. 1º do Provimento n. 115/2007, que "Define as Comissões Permanentes do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil", cria o Plano Nacional de Valorização da Advogada e do Advogado com Deficiência e dá outras providências.

O CONSELHO FEDERAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, V, da Lei n. 8.906, de 4 de julho de 1994 - Estatuto da Advocacia e da OAB, e considerando o decidido nos autos da Proposição n. 49.0000.2017.003923-5/COP, resolve:

Art. 1º Fica criada a Comissão Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, em caráter definitivo e permanente, mediante acréscimo do inciso XX ao art. 1º do Provimento n. 115/2007, que "Define as Comissões Permanentes do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil", com a seguinte redação: "Art. 1º... XX - Comissão Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência." Art. 2º Fica criado o Plano Nacional de Valorização da Advogada e do Advogado com Deficiência, a ser executado pela Diretoria do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil. Parágrafo único. A coordenação do Plano Nacional estará a cargo do Conselho Federal, por intermédio da Comissão Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, em conjunto com as Seccionais, as Caixas de Assistência dos Advogados e as Subseções, em todo o território nacional. Art. 3º O Plano Nacional de que trata este Provimento, no fortalecimento dos direitos humanos das advogadas e dos advogados com deficiência, terá como diretrizes: I - o cadastro, de forma contínua, das advogadas e dos advogados com deficiência e a aplicação de mecanismos para a realização de censo destinado à construção do perfil desses profissionais, nacionalmente e por estados; II - a instauração de parcerias entre a OAB, por meio dos Conselhos Seccionais e das Subseções, e os escritórios de advocacia nos estados e municípios para adoção de Programa de Contratação de Advogadas e Advogados com Deficiência; III - a observância das prerrogativas das advogadas e dos advogados com deficiência, assim declarados, com as adaptações necessárias à acessibilidade arquitetônica, de informação e de comunicação, inclusive nos sistemas e tecnologias da informação e de comunicação, em todo o território nacional, nas sedes da OAB; IV - a implementação de condições diferenciadas nos serviços prestados pela Caixa de Assistência dos Advogados, que atendam às necessidades específicas das advogadas e dos advogados com deficiência ou seus dependentes nesta condição, com assistência e suporte especial, objetivando a inclusão e a acessibilidade; V - a promoção de diálogo com as instituições, visando humanizar as estruturas judiciárias voltadas às pessoas com deficiência, observando a acessibilidade e garantindo o pleno exercício profissional às advogadas e aos advogados com deficiência; VI - a promoção de políticas inclusivas que apoiem a advogada e o advogado com deficiência no exercício da profissão, com a adoção de incentivos a serem aplicados ao pagamento da anuidade, em patamares a serem definidos pelas Seccionais, respeitadas a sua autonomia administrativo-financeira e as suas especificidades; VII - a promoção de políticas inclusivas que apoiem a advogada e o advogado com deficiência na sua constante qualificação, com adoção de incentivos a serem aplicados em forma de descontos na participação em eventos realizados pela Escola Nacional de Advocacia - ENA e pelas Escolas Superiores de Advocacia - ESAs, e, no caso destas, em patamares a serem definidos pelas Seccionais, respeitadas a sua autonomia administrativo-financeira e as suas especificidades; VIII - a garantia, às advogadas e aos advogados com deficiência, de acessibilidade nos serviços das salas de apoio, por meio de recursos de tecnologia assistida e de disponibilização de funcionários auxiliares para a utilização desses recursos, garantindo-se ambientes de trabalho acessíveis e inclusivos; IX - a promoção de publicação periódica de artigos, pesquisas e manuais de orientação, por intermédio da OAB Editora, tendo como tema a pessoa com deficiência, sua realidade social e profissional; X - o apoio à capacitação da advogada e do advogado com deficiência, por meio de cursos da Escola Nacional de Advocacia - ENA e das Escolas Superiores de Advocacia - ESAs; XI - o monitoramento da criação e do funcionamento das Comissões dos Direitos da Pessoa com Deficiência, a título permanente, em todas as Seccionais e Subseções, objetivando a unificação de ações de apoio às advogadas e aos advogados com deficiência e a defesa de seus direitos em todo o território nacional; XII - a sensibilização e a implementação de estratégias para ampliação da participação das advogadas e dos advogados com deficiência nas decisões das Seccionais e das Subseções; XIII - a implementação de uma política de concessão de benefícios às advogadas e aos advogados com deficiência e seus dependentes, a ser praticada pelo Conselho Federal, pelos Conselhos Seccionais e pelas Caixas de Assistência dos Advogados de todos os Estados; XIV - a realização do Fórum Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, bem como de encontros regionais anuais para definir ações de resguardo dos direitos das pessoas com deficiência; XV - a inserção, em manual de prerrogativas, de capítulo específico que contemple as orientações acerca de prerrogativas das advogadas e dos advogados com deficiência; XVI - a promoção da defesa das prerrogativas das advogadas e dos advogados com de-

ficiência, perante o poder público, a ser realizada em conjunto com a Comissão Nacional de Defesa das Prerrogativas e Valorização da Advocacia, visando à conscientização e à reestruturação dos espaços físicos e virtuais de atuação dos profissionais com deficiência; XVII - a realização de campanhas informativas sobre as necessidades específicas para o exercício da advocacia por advogadas e advogados com deficiência; Art. 4º Caberá ao Conselho Federal, por intermédio da Comissão Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, às Seccionais, às Subseções e às Caixas de Assistência dos Advogados agregar esforços para a efetivação do Plano Nacional de Valorização da Advogada e do Advogado com Deficiência, estimulando a promoção de audiências públicas e de reuniões periódicas em todo o território nacional. Art. 5º A partir da vigência deste Provimento, caberá a cada Seccional aprovar e regulamentar, em até 180 (cento e oitenta) dias, o respectivo Plano Estadual de Valorização da Advogada e do Advogado com Deficiência, respeitando as diretrizes aqui definidas. Art. 6º O Conselho Federal deverá incluir, em toda Conferência Nacional da Advocacia Brasileira, painel com abordagem específica da realidade social e profissional da pessoa com deficiência, com balanço dos encaminhamentos e projetos traçados, objetivando a efetivação dos direitos da advogada e do advogado com deficiência. Art. 7º Aplicam-se as disposições deste Provimento, no que couber, às estagiárias e aos estagiários de Direito devidamente inscritos nos quadros da Ordem dos Advogados do Brasil. Art. 8º Este Provimento entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CLAUDIO LAMACHIA
Presidente do Conselho

THIAGO RODRIGUES DE PONTES BONFIM
Relator

EVERALDO BEZERRA PATRIOTA
Relator ad hoc

PROVIMENTO Nº 178, DE 19 DE SETEMBRO DE 2017

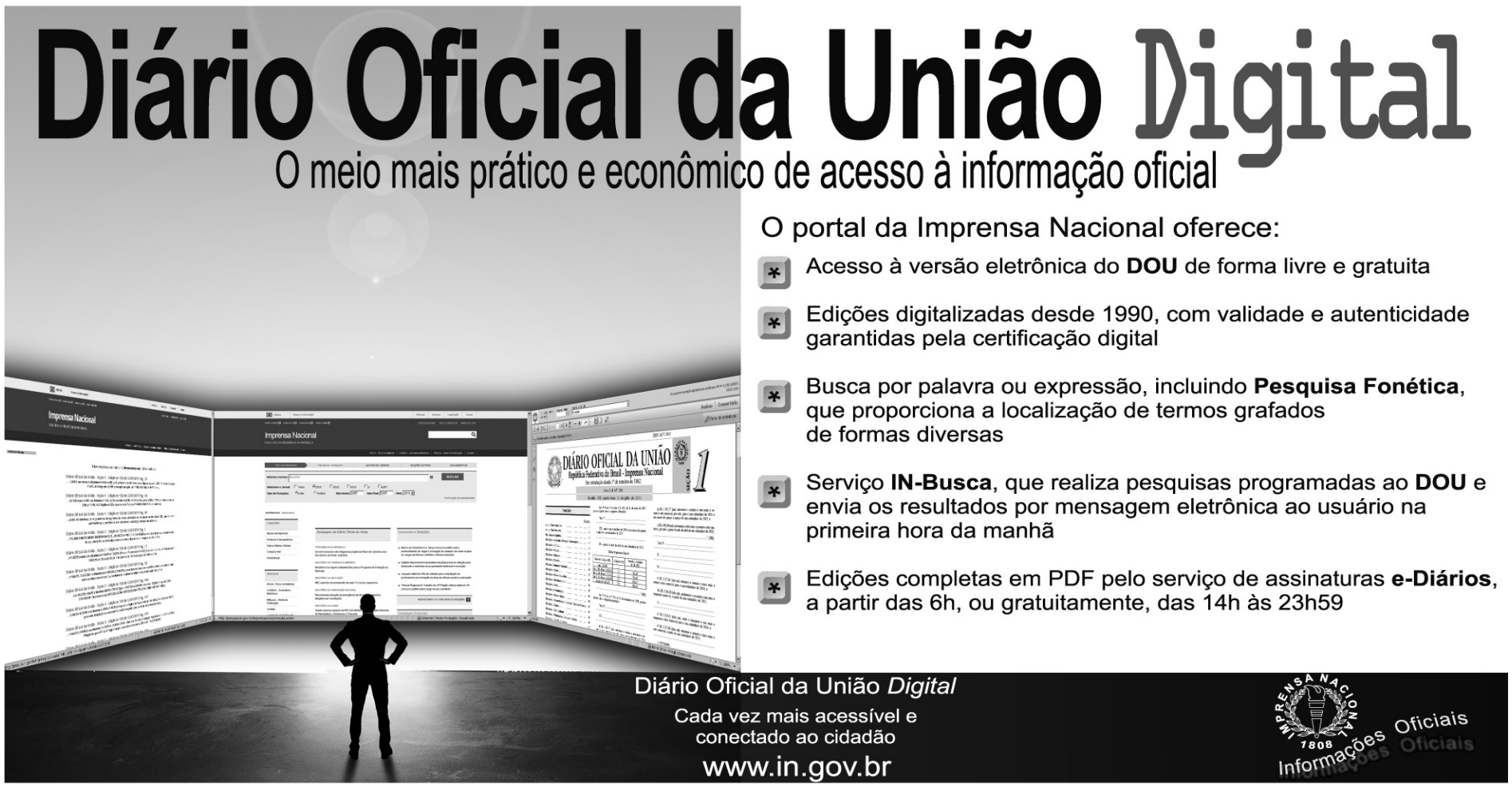
Dispõe sobre normas e procedimentos para transferência da inscrição principal e para a inscrição suplementar nos quadros da Ordem dos Advogados do Brasil.

O CONSELHO FEDERAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, V, da Lei n. 8.906, de 4 de julho de 1994 - Estatuto da Advocacia e da OAB, e considerando o decidido nos autos da Proposição n. 49.0000.2011.001756-0/COP, resolve:

Art. 1º O advogado que pretender transferir, definitivamente, sua inscrição para outra Seccional, deverá requerê-la à Seccional em que se acha inscrito, procedendo da seguinte forma: I - formular requerimento, com a qualificação profissional completa, constante da sua carteira de advogado; II - indicar a Seccional para onde pretende transferir-se, apresentando declaração própria de domicílio profissional; III - pagar as taxas e outras despesas previstas em ato normativo da Seccional. Art. 2º A Seccional em que o requerente se acha inscrito expedirá certidão de inteiro teor do processo de inscrição originária e de regularidade da situação do advogado, no prazo de 72 (setenta e duas) horas. § 1º A Seccional de origem, feitas as anotações de estilo, enviará à Seccional de destino, por meio eletrônico seguro, cópia do requerimento de transferência, da declaração de domicílio, da certidão prevista no caput ou do inteiro teor do processo de inscrição originária do requerente. § 2º O advogado se responsabilizará, se assim preferir, pela entrega dos documentos na Seccional para onde pretende transferir-se. § 3º Os documentos referidos neste artigo, quando entregues ao requerente, para os fins do § 2º, serão expedidos com a anotação de sua validade por 60 (sessenta) dias, findos os quais o interessado, na Seccional de origem, ficará sujeito a taxa de revalidação. Art. 3º A Seccional para a qual o advogado pretende transferir-se receberá os documentos e examinará a ocorrência de incompatibilidade ou impedimento para o exercício da profissão. Parágrafo único. Certificada a inexistência de pendências e a possibilidade da inscrição, a Seccional de destino incluirá a transferência imediatamente em pauta, e, deferindo-a, lavrará acórdão, cujo teor será transmitido à Seccional de origem, por meio eletrônico, para anotação da transferência, nos assentamentos do advogado. Art. 4º Deferida a inscrição, o requerente será notificado pela Seccional de destino para apresentar os seguintes documentos: I - a carteira e o cartão de identidade profissional emitidos pela OAB, para as devidas anotações e o reenvio à Seccional de origem; II - 3 (três) fotografias 3x4 para o cadastro. § 1º O Conselho Seccional que receber a inscrição via transferência manterá como data de inscrição a primeira efetuada pelo advogado nos quadros da Ordem dos Advogados do Brasil. § 2º A Seccional para a qual se transferiu o advogado fornecerá ao advogado nova carteira e novo cartão profissional, nos termos do art. 13 da Lei n. 8.906, de 04 de julho de 1994, e do Título I, Capítulo V, do Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia e da OAB. § 3º A partir do momento em que for certificada regularidade do advogado, este deve encerrar suas atividades profissionais na base territorial da Seccional de origem e poderá iniciar suas atividades profissionais na base territorial da Seccional de destino, enquanto aguarda a tramitação do processo de transferência da sua inscrição principal. § 4º Se a Seccional de destino verificar a existência de vício ou ilegalidade na inscrição principal, tem o dever de contra ela representar perante o Conselho Federal, que decidirá sobre a validade da inscrição, para cassar ou modificar a inscrição original contrária ao Estatuto, ao Regulamento Geral, ao Código de Ética e Disciplina e aos Provimentos, ouvida a autoridade ou o órgão envolvido e o advogado interessado, podendo o Conselho Federal determinar a suspensão da inscrição deste até pronunciamento final. Art. 5º O advogado fica dispensado de comunicar o exercício eventual da profissão, assim considerada a intervenção judicial em até 5 (cinco) causas por ano, acima da qual se obriga à inscrição suplementar. § 1º A simples existência do nome do advogado em procuração ad judicia, sem que tenha realmente exercido ato judicial em mais de cinco causas, não configura a habitualidade, não estando o advogado obrigado a proceder à inscrição suplementar. § 2º Não configura exercício da profissão, para os fins previstos no caput deste artigo, o cumprimento de cartas precatórias ou o atendimento de diligências legais determinadas pelo juízo, em processos de terceiros. § 3º É permitida a atuação eventual e provisória de advogados públicos em cargos em comissão, grupos de trabalho, forças-tarefas ou mutirões, mesmo fora da área da sua lotação, desde que a autoridade competente informe aos Conselhos Seccionais de origem e de destino a relação de advogados públicos nomeados ou designados, a finalidade e o prazo da atuação, ressalvada a atuação na advocacia privada. § 4º Transcorrido o lapso de tempo informado, na forma do § 3°, o advogado público deve providenciar a transferência da inscrição principal ou pedir licença das atividades na Seccional em que se acha inscrito, na forma do art. 12, I, da Lei n. 8.906, de 04 de julho de 1994, e promover a inscrição suplementar na Seccional onde passou a atuar com habitualidade. § 5º O advogado público federal em estágio probatório só será obrigado a realizar inscrição suplementar na Seccional em cuja base territorial passe a atuar por mais de 06 (seis) meses, sendo facultado o pedido de licença da inscrição principal até o encerramento do período de prova. § 6º Transcorrido o período do estágio probatório, o advogado público federal terá a sua inscrição principal na Seccional em cuja base territorial estiver lotado. § 7º A inscrição suplementar será precedida de requerimento à Seccional competente, acompanhado de certidão de inteiro teor do processo de inscrição principal e de regularidade na Seccional de origem e de 03 (três) fotografias 3x4 para o cadastro. Art. 6º É plena a atuação dos advogados perante os tribunais federais com jurisdição sobre os territórios das unidades federadas nas quais possuam inscrição e perante os tribunais superiores. Art. 7º O Conselho Federal manterá, no seu sítio eletrônico, todas as informações necessárias, como os contatos das comissões e dos serviços de seleção e inscrição das Seccionais e os links com os formulários eletrônicos disponíveis, para facilitar o processamento dos pedidos de transferência de inscrições ou de inscrições suplementares. Art. 8º Este Provimento entrará em vigor na data da sua publicação, revogados o Provimento n. 42, de 22 de agosto de 1978, e as demais disposições em contrário.

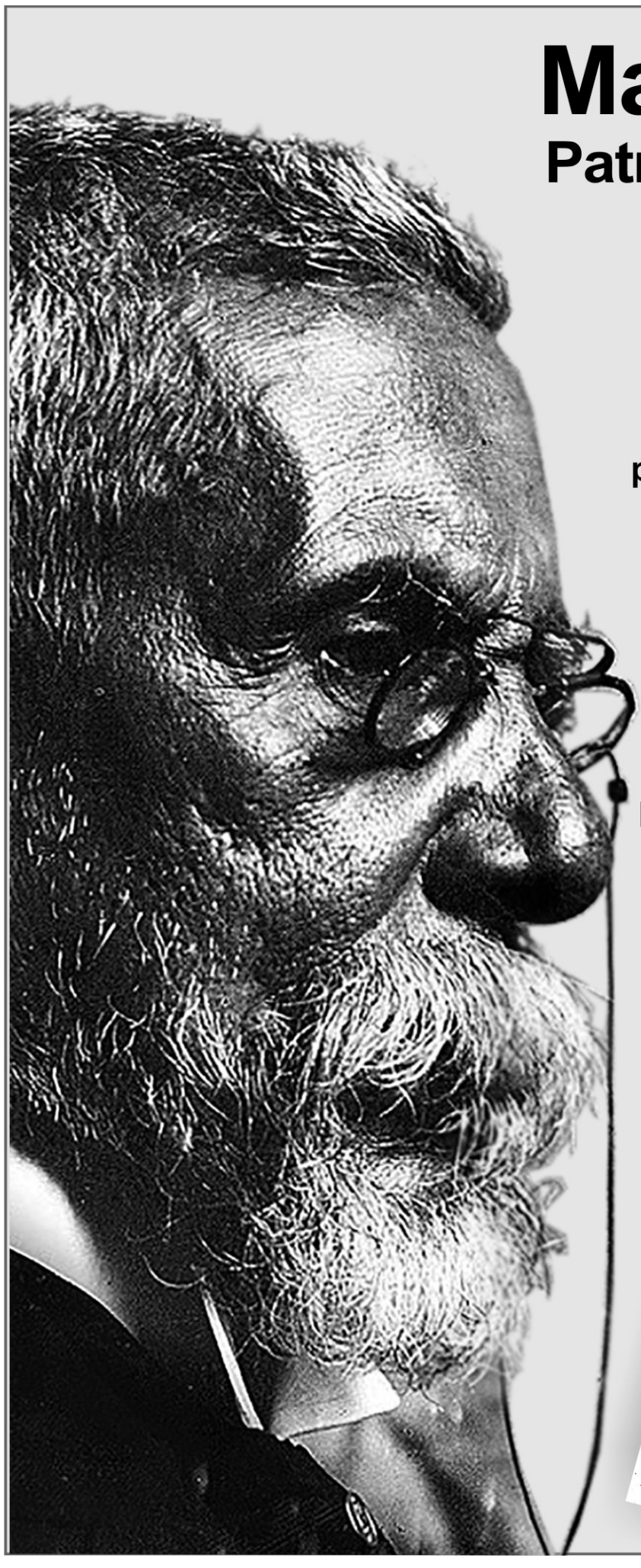
CLAUDIO LAMACHIA
Presidente do Conselho

MARCELLO TERTO E SILVA
Relator

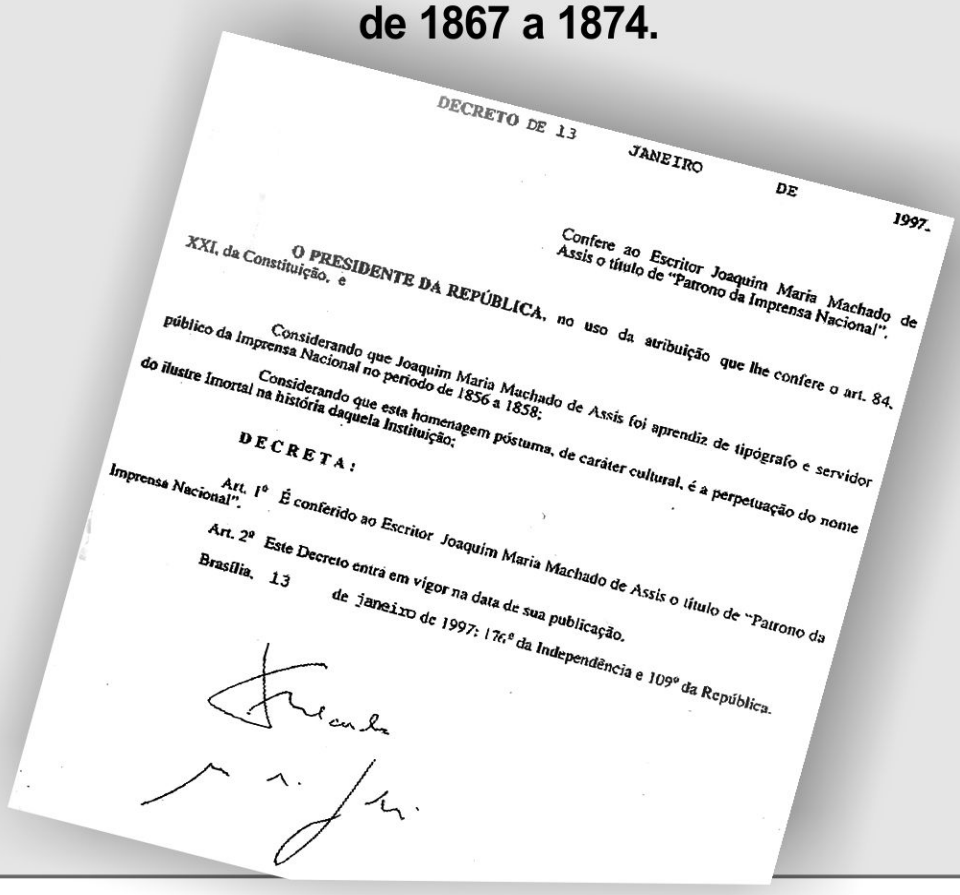


Machado de Assis

Patrono da Imprensa Nacional



Em 2017, o Brasil e o mundo comemoram o 178º aniversário de Machado de Assis (21/6). Nossa homenagem ao maior escritor brasileiro e patrono da Imprensa Nacional, título conferido por decreto presidencial de 13 de janeiro de 1997. Aqui ele iniciou sua atividade profissional como aprendiz de tipógrafo, entre 1856 e 1858, na então Typographia Nacional dirigida pelo também escritor Manuel Antonio de Almeida. posteriormente, Machado de Assis regressou para exercer a função de assistente do Diretor do Diário Oficial, no período de 1867 a 1874.



DECRETO DE 13 JANEIRO DE 1997.

Confere ao Escritor Joaquim Maria Machado de Assis o título de "Patrono da Imprensa Nacional".

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, XXI, da Constituição, e

Considerando que Joaquim Maria Machado de Assis foi aprendiz de tipógrafo e servidor público da Imprensa Nacional no período de 1856 a 1858;

Considerando que esta homenagem póstuma, de caráter cultural, é a perpetuação do nome do ilustre Imortal na história daquela Instituição;

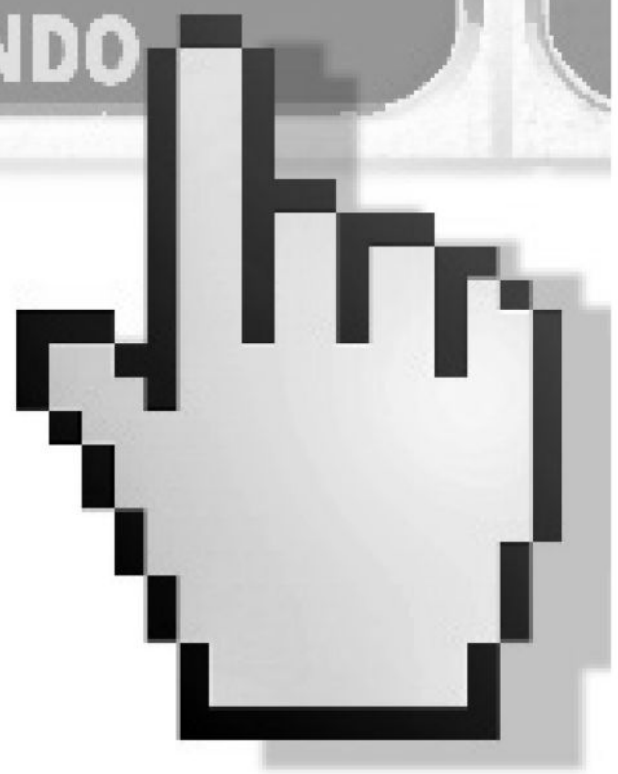
D E C R E T A :

Art. 1º É conferido ao Escritor Joaquim Maria Machado de Assis o título de "Patrono da Imprensa Nacional".

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 13 de janeiro de 1997; 176º da Independência e 109º da República.

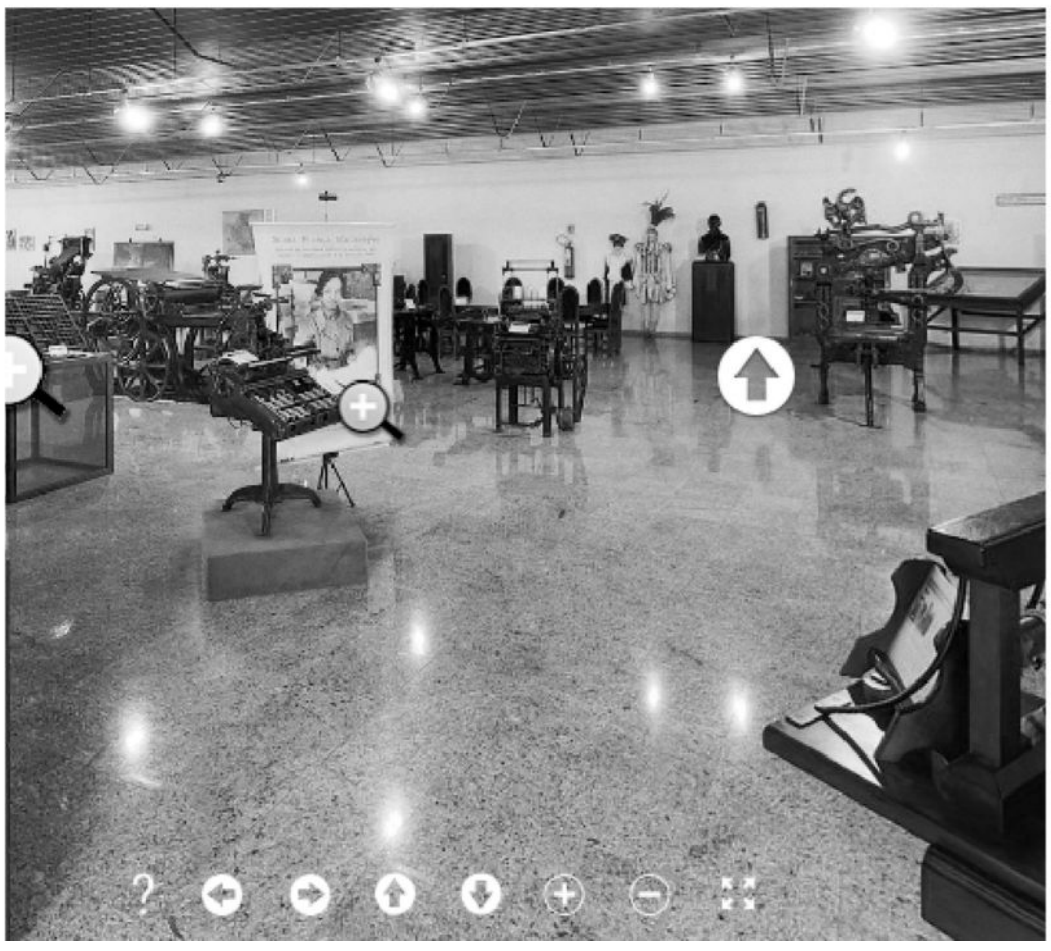
MUSEU DA IMPRENSA PERTENCE AGORA AO MUNDO



Ficou mais fácil conhecer o acervo de imprensa mais importante do Brasil e oitavo do mundo. A Imprensa Nacional lançou na internet a Visita Virtual ao Museu da Imprensa.

Agora, a distância, é possível conferir a riqueza de peças como o prelo em que trabalhou Machado de Assis, a réplica da primeira impressora manual que chegou ao Brasil em 1808, a bela história dos 300 anos da máquina de escrever, entre outras relíquias.

Com recursos visuais avançados, o internauta vai poder entrar no museu e ver cerca de quatrocentas peças e documentos, que registram a evolução da imprensa no Brasil, com descrições detalhadas sobre algumas delas. Essa acessibilidade estará brevemente também disponível aos portadores de necessidades especiais.



Tudo isso, a um clique do visitante no portal www.in.gov.br.

VÍRUS
Diário Oficial
Seção 2 agora pelo EM
ENVIO ELETRÔNICO DE MATÉRIAS
Ao enviar matéria eletronicamente para publicação nos Jornais Oficiais, certifique-se de que os arquivos estejam livres de vírus. Sua matéria pode ser rejeitada, caso seja constatado algum tipo de contaminação.
Novos tipos de vírus aparecem diariamente, causando transtornos e prejuízos para os usuários de computadores. Portanto, cuidado, seja prudente!
Atualize seu software antivírus com freqüência, para evitar sua defasagem e ineficácia na eliminação de novos vírus que venham a surgir.